René Armand Dreifuss

1964: A CONQUISTA DO ESTADO

AÇÃO POLÍTICA, PODER E GOLPE DE CLASSE

VOZES

Este livro é o resultado de uma pesquisa realizada entre 1976 e 1980 para uma tese de doutorado na Universidade de Glasgow, Inglaterra. Um período fundamental da história brasileira foi reconstituído em bases documentais. Os fatos e os personagens foram indicados a partir de registros concretos e não de hipóteses ou suposições. O objetivo central desse trabalho foi identificar as forças sociais que emergiram na sociedade brasileira com o processo de internacionalização, em sua etapa moderna, e acompanhar sua intervenção no Estado e na sociedade brasileira. Essa história passa pela mediação de atores concretos, de pessoas ou instituições, que respondem a valores, objetivos e estratégias das forças sociais que atuam no cenário político, em conjunturas determinadas. Aqui o que interessa não é tanto identificar o ator, suas intenções e características pessoais, mas descobrir no processo histórico o papel e a função das forças sociais e de que formas concretas elas fazem prevalecer seus interesses e suas concepções no confronto com as demais.

Nessa pesquisa, no entanto, foi possível documentar a relação entre os atores e as forças sociais, em cenários públicos e privados, através da reconstituição da história feita em grande parte pelos próprios atores.

1964: A CONQUISTA DO ESTADO
Ação Política, Poder e Golpe de Classe

René Armand Dreifuss

1964: A CONQUISTA DO ESTADO

Ação Política, Poder e Golpe de Classe

Traduzido pelo Laboratório de
Tradução da Faculdade de
Letras da UFMG por:
AYESKA BRANCA DE OLIVEIRA FARIAS
CERES RIBEIRO PIRES DE FREITAS
ELSE RIBEIRO PIRES VIEIRA (Supervisora)
GLÓRIA MARIA DE MELLO CARVALHO

Revisão Técnica:
RENÉ ARMAND DREIFUSS

3.ª edição

Petrópolis
1981

Para minha mãe
e
à memória do meu pai

Para Aurea e Danny

Aos amigos, que o caminhar
da vida afasta, e
a lembrança reúne

Aos que, não estudando seu passado,
estão fadados a repetir os mesmos
erros.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

Este livro é fruto de uma pesquisa cujo texto básico foi produzido ao longo de três anos consecutivos. Ele encerra o percurso intelectual e acadêmico de uma década de vivência como estudante universitário. Durante esse período, as mais variadas pessoas me beneficiaram com seu diálogo e amizade. Lamentavelmente, não posso expressar meu agradecimento a cada um em particular, pois a relação seria extensa; entretanto, algumas pessoas merecem especial destaque. Aron Neumann, *in memoriam*, foi modelo de persistência e dedicação, amigo nas horas certas. O Prof. Aryeh Grabois, o Prof. Abraham Yassour e o Prof. Teodor Shanin foram exemplos de seriedade acadêmica quando da minha passagem, como estudante, pela University of Haifa, Israel. Tive o privilégio de participar, na Leeds University, Inglaterra, do curso de mestrado sob a orientação do Prof. Ralph Miliband e do Prof. Hamza Alavi; nesse fértil ambiente de discussão, expandiram-se meus horizontes intelectuais e passei a esboçar muitas das questões e problemas que levaram à definição da temática da minha tese, agora transformada em livro. Na realização deste trabalho, usufruí da boa vontade de muitos amigos e colegas da University of Glasgow, Escócia, que devotaram tempo e esforço, fazendo críticas às versões preliminares. Agradeço especialmente a Otávio Dulci, que me brindou com sua acurada compreensão da realidade brasileira, a Régis de Castro Andrade, pelo diálogo frutífero e profunda sensibilidade, a Herbert de Sousa, que visualizou o alcance deste trabalho e me incentivou a realizá-lo, e a Galeno de Freitas, cujo conhecimento da vida política do Brasil foi de grande ajuda. Meu reconhecimento vai para o Prof. Emil Rado, conselheiro para pós-graduados da University of Glasgow, e para o Prof. Andrew Skinner, diretor do Comitê de Pós-Graduação, sem cuja equilibrada intervenção no conflito que motivou a mudança de orientador de tese eu não teria tido a tranqüilidade para realizar este trabalho. Minha gratidão é imensa para com o Dr. Simon Mitchell, que assumiu a meio caminho a orientação da tese e cuja extrema dedicação, sensibilidade e críticas perspicazes foram fundamentais para concluir a tese. Brian Pollitt, professor e amigo, me estimulou durante a elaboração do trabalho e me deu pleno apoio moral para enfrentar as dificuldades extrínsecas ao mérito da pesquisa. David Stansfield, Francis Lambert, John Parker e Phil O'Brien, professores do Institute of Latin American Studies da University of Glasgow, também me encorajaram. Desejo registrar meu agradecimento ao Social Science Research Council da Grã-Bretanha. Sob os auspícios de seu desinteressado apoio, realizei, de 1976 a 1980, a pesquisa de campo no Brasil e nos Estados Unidos da qual extraí fundamentos para este livro. Uma grande parte da versão original deste trabalho foi datilografada com muito empenho e carinho por Ruth Rae, em

Glasgow. Também cooperaram May Townsley e Anne Rea, secretárias do ILAS, Yvonne Guerrero e as bibliotecárias do ILAS e da University of Glasgow. Fui afortunado em ter Else, Ayeska, Ceres e Glória na tradução do livro, o que fizeram com dedicação e senso profissional, corrigindo erros e ajudando a melhorar o estilo. Agradeço-lhes, mesmo se nem sempre soube seguir os seus conselhos. Aurea, a minha mulher, me deu seu apoio constante, sua companhia de todas as horas, fundamental para quem trabalha sob a pressão de realizar uma pesquisa desta envergadura, mesmo em detrimento de seus próprios estudos. A ela, por tanto... e por muito mais...

Nenhuma das pessoas acima mencionadas tem responsabilidade alguma pelos conceitos aqui emitidos, nem pelos dados e documentos apresentados, que é só minha.

R. A. Dreifuss

NOTA DO TRADUTOR

O conteúdo histórico e a vasta documentação da tese *State, class and the organic elite: the formation of an entrepreneurial order in Brazil — 1961-1965*, da qual se originou a presente obra, levam-nos a esclarecer que:

a) um confronto do texto original inglês com o atual revela uma tradução ampliada. É que o Autor, na qualidade também de orientador técnico, valeu-se da oportunidade para atualizar dados, fazer adendos e rever notas bibliográficas, procurando, assim, melhor atender aos seus objetivos;

b) o livro contém citações originalmente em português que o próprio Autor verteu para o inglês e que, posteriormente, traduzimos para o nosso vernáculo, razão pela qual nos responsabilizamos pela equivalência semântica, mas não asseguramos ter havido uma tradução *verbo ad verbum*. Conseqüentemente, a fidedignidade de tais citações é de inteira responsabilidade do Autor.

Esclarecemos, outrossim, que empenhamo-nos em traduzir com a máxima fidelidade a tese original, em detrimento, algumas vezes, do estilo.

Pela equipe de tradução,
Else R.P. Vieira
Supervisora de Inglês do Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, janeiro 1981.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA — Associação Brasileira de Anunciantes
ABCAR — Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABDIB — Associação Brasileira das Indústrias de Base
ABIMAQ — Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas
ABM — Associação Brasileira de Municípios
ACLEESP — Associação dos Clubes Esportivos do Estado de São Paulo
ACM — Associação Cristã de Moços
ACOPA — Associação Comercial do Paraná
ACREFI — Associação de Crédito, Financiamento e Investimentos
ACRJ — Associação Comercial do Rio de Janeiro
ADCE — Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
ADECIF — Associação das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento
ADELA — Atlantic Community Development Group for Latin America
ADEP — Ação Democrática Popular
ADESG — Associação dos Diplomados da ESG
ADF — Associação Democrática Feminina
ADIPES — Associação dos Diplomados do IPES
ADP — Ação Democrática Parlamentar
ADP — Ação Democrática Popular (RGS)
AEF — American Economic Foundation
AFL-CIO — American Federation of Labor — Congress of Industrial Organizations
AID — Agency for International Development
AIFLD — American Institute for Free Labor Development
ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALEF — Aliança Eleitoral da Família
ALPRO — Aliança para o Progresso
AMAN — Academia Militar de Agulhas Negras
AMES — Associação Metropolitana de Estudantes Secundários
AMFORP — American and Foreign Power Company
ANMVAP — Associação Nacional de Máquinas, Veículos e Autopeças
ANPES — Associação Nacional de Programação Econômica e Social
AP — Ação Popular
APEC — Análise e Perspectiva Econômica
APP — Associação Paulista de Propaganda
ASAPEC — Corpo profissional de assessores em assuntos econômicos para empresas privadas e agências públicas
AVB — Ação de Vigilantes do *Brasil*
BEG — Banco do Estado da Guanabara
BGLA — Business Group for Latin America
BIR — Bureau of Intelligence and Research (Departamento de Estado americano)
BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH — Banco Nacional da Habitação
BOLSA — Bank of London and South America
BPR — Bloco Parlamentar Revolucionário
BRASTEC — Agência de Consultoria Técnica
CAB — Curso de Atualidades Brasileiras
CACB — Confederação das Associações Comerciais do Brasil
CACEX — Carteira de Comércio Exterior do Brasil
CACO — Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CAMDE — Campanha da Mulher pela Democracia
CAMIG — Companhia Agrícola de Minas Gerais
CAS — Corpo de Assistentes Sociais

CBP — Consórcio Brasileiro de Produtividade
CBTC — Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos
CCC — Comando de Caça aos Comunistas
CD — Comitê Diretor (IPES)
CDFR — Cruzada Democrática Feminina do Recife
CDM — Cruzada Democrática das Mulheres
CE — Comitê Executivo (IPES)
CEAS — Centro de Estudios y Acción Social (Colômbia)
CEC — Campanha de Educação Cívica
CED — Committee for Economic Development
CED — Conselho de Entidades Democráticas
CEDES — Centro de Documentação Econômica e Social
CEMLA — Centro de Estudios Monetários Latinoamericanos
CEN — Conselho Executivo Nacional
CENPI — Centro Nacional de Produtividade Industrial
CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina
CERES — Centro de Estudios y Reformas Económico Sociales (Equador)
CESB — Centro de Estudos Sociais Brasileiros
CEXIM — Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
CFP — Confederação das Famílias Cristãs
CFR — Council for Foreign Relations
CGC — Comando Geral da Greve
CHEVF — Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco
CI — Curso de Informação (ESG)
CIA — Central Intelligence Agency
CIAP — Conselho Interamericano da Aliança para o Progresso
CICYP — Consejo Interamericano de Comércio y Producción
CIERJ — Centro de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
CIESP — Centro de Indústrias do Estado de São Paulo
CIOSL — Confederação Interamericana das Organizações dos Sindicatos Livres
CLA — Council for Latin America
CLMD — Cruzada Libertadora Militar Democrática
CLT — Consolidação das Leis do Trabalho
CLUSA — Cooperative League of the United States of America
CMB — Campanha da Mulher Brasileira
CMN — Conselho Monetário Nacional
CNC — Confederação Nacional do Comércio
CNCO — Confederação Nacional dos Círculos Operários
CNE — Conselho Nacional de Economia
CNEC — Confederação Nacional dos Empregados no Comércio
CNI — Confederação Nacional da Indústria
CNLD — Cruzada Nacional de Liderança Democrática
CNRA — Conselho Nacional de Reforma Agrária
CNTC — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
CNTFMA — Confederação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, Marítimos e Aéreos
CNTI — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CNTT — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres
CO — Conselho Orientador (IPES)
COBAL — Companhia Brasileira de Alimentos
COCAP — Comitê de Coordenação da Aliança para o Progresso
CODEPAR — Companhia de Desenvolvimento do Paraná
CODERN — Companhia de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
COHAB — Companhia de Habitação Popular da Guanabara
COMAP — Comitê da Aliança para o Progresso
CON — Conselho Orientador Nacional (IPES)
CONCIN — Conselho de Coordenação Interdepartamental (FIESP, CIESP)
CONCLAP — Conselho Nacional de Classes Produtoras
CONESP — Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo
CONSIR — Comissão Nacional para a Sindicalização Rural
CONSPLAN — Conselho Consultivo do Planejamento
CONSULTEC — Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos
CONTAC — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTCP — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade
CONTEC — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito
CONTEL — Conselho Nacional de Telecomunicações
COS — Centro de Orientação Social
COSIBA — Companhia Siderúrgica da Bahia

COSIGUA — Companhia Siderúrgica da Guanabara
COSIPA — Companhia Siderúrgica Paulista
CPA — Conselho de Política Alfandegária
CPDSP — Centro de Pesquisa e Documentação Social e Política
CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito
CRB — Confederação Rural Brasileira (CNA após 1966)
CREIA — Carteira de Crédito Industrial e Agrícola
CRF — Cruzada do Rosário em Família
CSAB — Curso Superior de Atualidades Brasileiras
CSG — Curso Superior de Guerra
CSN — Conselho de Segurança Nacional
CTB — Companhia Telefônica Brasileira
CTB — Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CTESP — Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política (FCESP)
CURSEF — Curso Superior de Estudos Financeiros
CVRD — Companhia Vale do Rio Doce
DA — Diretório Acadêmico
DASP — Departamento Administrativo do Serviço Público
DNEF — Departamento Nacional de Estradas de Ferro
DOPS — Departamento de Ordem Política e Social
EBASCO — Electricity Bond & Share Co.
ECEME — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ECLA — Economic Commission for Latin America (CEPAL)
EFL — Escola de Formação de Líderes
ELD — Escola de Liderança Democrática
ELO — Escola de Líderes Operários
EMFA — Estado-Maior das Forças Armadas
EPEA — Escritório de Planejamento Econômico e Social
ESG — Escola Superior de Guerra
FACUR — Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural
FAP — Fundação Aliança para o Progresso
FAREMG — Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais
FARESP — Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo
FARSUL — Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FAS — Fundo de Ação Social (organização anticomunista de São Paulo criada por empresários associados a multinacionais)
FCESP — Federação de Comércio do Estado de São Paulo
FCO — Federação dos Círculos Operários
FCOF — Federação dos Círculos Operários Fluminenses
FEBRASP — Federação Brasileira de Propaganda
FGTS — Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV — Fundação Getúlio Vargas
FIEGA — Federação das Indústrias do Estado da Guanabara
FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial
FJD — Frente da Juventude Democrática
FMP — Frente de Mobilização Popular
FPN — Frente Parlamentar Nacionalista
FSR — Federação dos Sindicatos Rurais
FUNDECE — Fundo de Democratização do Capital das Empresas
GAP — Grupo de Ação Parlamentar
GAP — Grupo de Atuação Patriótica
GEA — Grupo de Estudos e Ação
GEC — Grupo Especial de Conjuntura (São Paulo)
GED — Grupo de Estudo e Doutrina
GEEAT — Grupo Executivo de Ensino e Aperfeiçoamento Técnico
GEIA — Grupo Executivo da Indústria Automobilística
GEIMAPE — Grupo Executivo da Indústria Mecânica
GEMF — Grupo Executivo de Exportação de Minério de Ferro
GES — Grupo de Educação Seletiva
GLC — Grupo de Levantamento da Conjuntura
GOP — Grupo de Opinião Pública
GPE — Grupo de Publicações/Editorial
GPMI — Grupo Permanente de Mobilização Industrial
GTA — Grupo de Trabalho e Ação
IADB — Interamerican Development Bank
IAPB — Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Bancários
IBAD — Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBC — Instituto Brasileiro do Café
IBRD — Interamerican Bank for Reconstruction and Development (BIRD)
IBRE — Instituto Brasileiro de Economia
ICS — Instituto de Ciências Sociais (Univ. Federal do Rio de Janeiro)
ICT — Instituto Cultural do Trabalho
ICFTU — International Confederation of Free Trade Unions
IDB — Instituto Democrático Brasileiro

IDF — International Development Foundation
IEPS — Instituto de Estudos Públicos e Sociais
IFC — International Finance Corporation
IFS — Instituto de Formação Social
INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INPS — Instituto Nacional de Previdência Social
IPE — Instituto de Pesquisas Econômicas
IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPES — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPESUL — IPES do Rio Grande do Sul
IPM — Inquéritos Policiais Militares
ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITS — International Trade Secretariats
IUCSP — Instituto Universitário de Ciências Sociais e Políticas
IUL — Instituto Universitário do Livro
JEC — Juventude Estudantil Católica
JOC — Juventude Operária Católica
JUC — Juventude Universitária Católica
LAIC — Latin America Information Committee
LCCC — Liga Cristã contra o Comunismo
LDS — Legião de Defesa Social
Le-Ex — Forma abreviada de se referir ao documento "Lealdade ao Exército" redigido por oficiais contra João Goulart
LIDER — Liga Democrática Radical
LIL — Liga Independente para a Liberdade
LIMDE — Liga da Mulher pela Democracia
MAC — Movimento Anticomunista
MAF — Movimento de Arregimentação Feminina
MAP — Military Assistance Program
MASTER — Movimento dos Agricultores sem Terra
MDB — Movimento Democrático Brasileiro
MDM — Mobilização Democrática Mineira
MEB — Movimento de Educação de Base
MEC — Ministério da Educação e Cultura
MECOR — Ministério para Coordenação Regional
MED — Movimento Estudantil Democrático
MFC — Movimento Familiar Cristão
MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOS — Movimento de Orientação Sindicalista
MPJQ — Movimento Popular Jânio Quadros
MRS — Movimento Renovador Sindical
MSD — Movimento Sindical Democrático
MTR — Movimento Trabalhista Renovador (facção de direita do PTB)
MUD — Movimento Universitário de Desfavelamento
MUT — Movimento de Unificação dos Trabalhadores
NSF — National Security Files
OAS — Organização dos Estados Americanos
Opus Dei — poderosa organização católica, semi-secreta e tradicionalista, fundada em 1928 pelo padre espanhol Josemaria Escriva de Balaguer
OPAC — Organização Paranaense Anticomunista
ORIT — Organización Regional Interamericana de Trabajadores
PAEG — Plano de Ação Econômica do Governo
PAM — Programa de Assistência Militar
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PDC — Partido Democrata Cristão
PL — Partido Libertador
PR — Partido Republicano
PRP — Partido de Representação Popular (de Plínio Salgado, ex-líder integralista)
PSB — Partido Socialista Brasileiro
PSD — Partido Social Democrático
PSP — Partido Social Progressista
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
PTN — Partido Trabalhista Nacional
PTTI — Post, Telegraph and Telephone International
PUA — Pacto de Unidade e Ação
PUC — Pontifícia Universidade Católica
REDETRAL — Resistência Democrática dos Trabalhadores
RFF — Rede Ferroviária Federal
RI — Regimento de Infantaria
SAR — Serviço de Assistência Rural
SEI — Sociedade de Estudos Interamericana
SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERFHAU — Serviço Federal de Habitação e Urbanização
SESC — Serviço Social do Comércio
SESI — Serviço Social da Indústria
SFICI — Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNI — Serviço Nacional de Informações
SORPE — Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SRB — Sociedade Rural Brasileira

SUDAM — Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC — Superintendência da Moeda e do Crédito
SUNAB — Superintendência Nacional de Abastecimento
SUPRA — Superintendência da Reforma Agrária
UBES — União Brasileira de Estudantes Secundários
UCF — União Cívica Feminina
UDN — União Democrática Nacional
ULTAB — União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UME — União Metropolitana de Estudantes
UNAF — União Nacional de Associações Femininas
UNE — União Nacional dos Estudantes
UPES — União Paulista de Estudantes Secundários
USAID — United States Agency for International Development
USIAC — United States Interamerican Council

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DO POPULISMO

Até 1930, o Estado brasileiro foi liderado por uma oligarquia[1] agro-comercial, na qual predominavam as elites rurais do nordeste, os plantadores de café de São Paulo e os interesses comerciais exportadores.[2]

Essa oligarquia formou um bloco de poder[3] de interesses agrários, agroexportadores e interesses comerciais importadores dentro de um contexto neocolonial, bloco este que foi marcado pelas deformidades de uma classe que era ao mesmo tempo "cliente-dominante".[4] Foi sob a tutela política e ideológica desse bloco de poder oligárquico e também sob a influência da supremacia comercial britânica nos últimos vinte e cinco anos do século XIX que se formou a burguesia industrial.[5]

Durante a década de vinte, novos centros econômicos regionais foram consolidados sob novas bases econômicas como, por exemplo, um Rio Grande do Sul agrário e um Rio de Janeiro e São Paulo industriais. O sistema bancário, que havia em grande parte se desenvolvido a partir de interesses agrários, concentrou-se principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essas mudanças econômicas forçaram um deslocamento do poder político agrário e comercial do nordeste para a região sudeste do país e das tradicionais elites agrárias para novos grupos urbanos.[6]

Essas mudanças abriram caminho para o surgimento de figuras políticas como as de Getúlio Vargas, João Daudt d'Oliveira, Oswaldo Aranha (Rio Grande do Sul), Vicente Galliez, Valentim Bouças, Ary Frederico Torres (Rio de Janeiro), Roberto Simonsen, Teodoro Quartim Barbosa (São Paulo) e Evaldo Lódi (Minas Gerais), empresários e políticos que marcaram uma era.[7]

A urbanização e o desenvolvimento industrial exerceram efeitos desorganizadores sobre a frágil estrutura do estado oligárquico. No final da década de vinte, através de um delicado acordo entre os governos estaduais de São Paulo e Minas Gerais (acordo este conhecido como "política café com leite", uma modalidade de "Bonapartismo civil"[8] que deu nome ao período), o bloco de poder oligárquico tentou opor-se ao desafio da burguesia e vencer a crise da oligarquia e dos setores cafeeiros em particular. A crise do domínio oligárquico permitiu que pressões cada vez maiores fossem exercidas pela fração industrial, apoiada por outros grupos sociais, principalmente pelas classes médias. A fração industrial formou um bloco burguês que lutou por redefinir as relações de poder dentro do Estado brasileiro, tarefa esta que foi facilitada por pressões sofridas pela economia oligárquica em conseqüência da crise capitalista de 1929.[9]

A burguesia emergente, porém, não destruiu, nem política nem economicamente, as antigas classes agrárias dominantes para impor sua presença no Estado; pelo contrário, aceitou em grande parte os valores tradicionais da elite rural.[10] É irrelevante para efeitos da presente análise saber se isso aconteceu por não ter a burguesia força política ou econômica suficiente para destruir os baluartes políticos e a estrutura sócio-econômica da oligarquia, ou se foi por não querer ou não precisar fazê-lo. O importante é que a burguesia industrial conseguiu identidade política face ao bloco oligárquico e, ao mesmo tempo, estabeleceu um novo "compromisso de classe" no poder com os interesses agrários, particularmente com os setores agro-exportadores. É precisamente através dessa dupla ação que o aparecimento e consolidação da burguesia devem ser entendidos, pois sua ligação umbilical com a oligarquia teria importantes conseqüências históricas, originando o chamado "estado de compromisso"[11] institucionalizado pela constituição de 1934. O governo de Getúlio Vargas teve então de se movimentar dentro de uma complicada trama de conciliações efêmeras entre interesses conflitantes. Nenhum dos grupos participantes dos mecanismos de poder — as classes médias, os setores agro-exportadores, a indústria e os interesses bancários — foi capaz de estabelecer sua hegemonia política e de representar seus interesses particulares como sendo os interesses gerais da nação.[12] O equilíbrio instável entre os grupos dominantes e, mais ainda, a incapacidade de qualquer desses grupos de assumir o controle do Estado em benefício próprio e, ao mesmo tempo, representar o conjunto dos interesses econômicos privados, constituíram elementos típicos da política da década, expressando precisamente a crise da hegemonia política oligárquica, a qual foi marcada pela revolução de 1930.

Apesar de a indústria e de os interesses agro-exportadores haverem estabelecido um "estado de compromisso", eles tiveram uma coexistência difícil e o período foi marcado por crises contínuas a partir de 1932, o que levou ao estabelecimento do Estado Novo em 1937.[13] Para a burguesia industrial, que estava então afirmando o seu poderio econômico, eram inaceitáveis as dissidências das classes dominantes articuladas politicamente no seu interior, tais como se manifestaram na revolução de 1932 ou no movimento fascista (integralismo)[14] da metade da década de trinta e que impregnou a ideologia nacionalista daquele período. Além disso, reações organizadas por parte das classes subordinadas como, por exemplo, o levante comunista de 1935, a formação de uma Frente Nacionalista Negra[15] em meados da década de trinta, ou a criação da Aliança Nacional Libertadora[16] tinham de ser reprimidas. Os industriais perceberam que precisavam de uma liderança forte para conseguir disciplinar o esforço nacional e para impor e administrar sacrifícios regionais e de classe apropriados para a consolidação da sociedade industrial.[17]

O "estado de compromisso", forjado no processo sócio-político do início da década de trinta, foi então remodelado a partir das experiências de um novo Estado traduzido pelas formas corporativistas de associação[18] e apoiado por formas autoritárias de domínio.[19] O Estado Novo surgiu porque a burguesia industrial se mostrou incapaz de liderar os componentes oligárquicos do "estado de compromisso" ou para impor-se à nação através de meios consensuais, de maneira a criar uma infra-estrutura sócio-econômica para o desenvolvimento industrial.[20] O Estado Novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico[21] burguês, concentrando as energias nacionais e mobilizando recursos legitimados por noções militares de ordem nacional e de

progresso,[22] cujos interesses pela industrialização mutuamente reforçavam os interesses dos industriais. Sob a égide do Estado Novo, industriais e proprietários de terra tornaram-se aliados. Contudo, a convergência de interesses não se dissolveu em identidade de interesses.[23] Conflitos e tensões marcaram o seu relacionamento, e foi esse elemento de competição mútua que tornou possível, e até mesmo necessário, que o aparelho burocrático-militar do Estado Novo tivesse um papel de intermediário,[24] o que favoreceu uma interferência contínua das Forças Armadas na vida política da nação. A intervenção do aparelho burocrático-militar na vida política assegurava a coesão do sistema, ao mesmo tempo em que se tornava um fator de perturbação nas tentativas de uma institucionalização política a longo prazo.[25]

A interdependência dos setores industrial e agrário foi marcada por quatro fenômenos. Primeiramente, a demanda dos produtos industriais originou-se em parte dos setores agro-exportadores. Em segundo lugar, os insumos necessários à industrialização foram comprados, em sua grande maioria, de centros estrangeiros, com receitas obtidas com exportações. Em terceiro lugar, os setores agrários eram produtores de matéria-prima para a incipiente indústria local, assim como para empresas agroindustriais em desenvolvimento. E, por fim, houve um certo grau de interpenetração entre os setores agrário e industrial, resultante de laços familiares ou através de empresas interligadas. É importante notar que o bloco de poder empresarial operava no espaço econômico e político aberto pelo declínio dos interesses comerciais e industriais britânicos face aos rivais interesses americanos e alemães. Esse empenho de industrialização foi fortalecido pela relativa marginalização de interesses estrangeiros devido aos anos da depressão e ao conseqüente envolvimento de tais interesses industriais no esforço bélico da Segunda Guerra Mundial.[26] A industrialização teve então um caráter específico de "substituição de importações".

Sob a égide do Estado Novo teve início o primeiro estágio da nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo. O Estado tornou-se um importante produtor de bens e serviços de infra-estrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado do Brasil.[27] O Estado auxiliou também o capital industrial com a criação de uma série de mecanismos destinados a reorganizar a economia, dando prioridade ao processo de expansão capitalista e transferindo recursos de outras áreas para a indústria.[28] A industrialização foi também estimulada pela vital transformação do consumo não-produtivo dos proprietários de terra, através do país, em capital de giro para os centros industriais.[29] Isso foi alcançado através da estrutura bancária, que se expandiu enormemente no início da década de quarenta e que se ligou em parte aos setores agrários e à indústria através de laços comerciais e familiares, reforçando assim a interdependência entre a oligarquia e a indústria.

A reestruturação do sistema político durante o Estado Novo envolveu novas formas de articulação e domínio de classe.[30] O pensamento corporativista, que entendia a formação sócio-econômica como uma rede de grupos econômicos e políticos "funcionais" resultantes de uma divisão de trabalho necessária e até mesmo "natural", influenciou enormemente a ideologia e ação do bloco de poder industrial-financeiro dominante.[31] Tal bloco redefiniu os canais de acesso ao centro de poder, através do estabelecimento de uma série de mecanismos para a

formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão. Essa série de mecanismos equivalia na realidade a uma "mobilização de *bias*"[32] institucionalizada contra os interesses agrários substituídos.[33] A indústria expressava suas demandas sem intermediação política, introduzindo-se diretamente no aparelho estatal.[34] O Executivo tornou-se um foco dos interesses que visavam a industrialização, aberto às demandas da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio,[35] ao passo que os interesses agrários, tendo perdido sua posição privilegiada, conseguiam se comunicar com o aparelho do Estado através dos Institutos, conselhos de representação dos produtores rurais.[36] Foi criado um Conselho Nacional de Economia onde os industriais foram os primeiros, e até 1946 os únicos, grupos ocupacionais a tirar vantagem das oportunidades corporativistas.[37]

O Estado Novo também estimulou um processo "nacional" de formulação de diretrizes políticas, na tentativa de subordinar as lideranças regionais e introduzir reformas administrativas, objetivando modernizar o aparelho estatal e controlar o capital estrangeiro em favor de empreendimentos locais.[38] Mais ainda, o Executivo lançou-se a uma reformulação drástica da burocracia estatal criando o DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público. Além de sua importância no processo de modernização e centralização da administração pública, a criação do DASP teve duas outras conseqüências. Ele afetava a prática do clientelismo e do patronato, tirando a burocracia do controle da oligarquia. Controlando a burocracia o DASP transferiu efetivamente, mas não de maneira exclusiva, a prática do patronato para o governo central, dando margem à burguesia industrial de lançar mão de práticas paternalistas e cartoriais.[39]

O papel do Estado Novo na industrialização permitiu e propiciou a participação de profissionais das classes médias e de militares, juntamente com os próprios empresários, no aparelho administrativo do Estado.[40] A participação dos militares realçou o discurso "nacionalista" que foi identificado com o desenvolvimento industrial privado da nação.[41] Contudo, apesar da importância da "sociedade política"[42], que compreendia a burocracia e os militares e a convergência de interesses desses últimos com os industriais, o desenvolvimento industrial foi guiado por diretrizes políticas traçadas pelo bloco industrial-financeiro do centro-sul do país.[43]

Em nome da defesa da "paz social", o Estado Novo intervinha também na "regulamentação" da força de trabalho através da promulgação de "leis trabalhistas", cumprindo assim um requisito básico no processo de acumulação. O estabelecimento de um salário mínimo em 1939 permitiu um nivelamento de salário para a força de trabalho urbana pelo grau mais baixo possível da escala, isto é, a nível de subsistência. Dada a relativa escassez de mão-de-obra qualificada e semiqualificada, o estabelecimento de um salário mínimo impediu que as forças de mercado estabelecessem salários de equilíbrio a níveis mais altos, o que tenderia a inibir uma expansão mais fácil da industrialização capitalista.[44] Tal política apresentava ainda dois benefícios significativos quanto à acumulação capitalista: primeiramente, ao determinar os salários institucionalmente, essa política permitia um cálculo econômico efetivo, enquanto o aumento de produtividade não era incorporado ao aumento dos salários. Em segundo lugar, um efeito importante da imposição de um salário mínimo foi a cooptação das classes trabalhadoras, mostrando assim a "face admissível do corporativismo". O Estado então

foi projetado e percebido como protetor dos pobres, tendo à frente a figura paternalista de Getúlio Vargas.

Ao se aproximar o fim da Segunda Guerra Mundial, mudanças substanciais ocorreram.[45] A agitação nas classes trabalhadoras, oriunda de condições miseráveis de vida, atingia seu ponto máximo em meados da década de quarenta, apesar da existência de sindicatos controlados, que haviam canalizado durante anos as reivindicações da classe. Novos e independentes sindicatos foram criados nos Estados mais industrializados do país, flanqueando a estrutura de controle do Ministro do Trabalho e Justiça, Alexandre Marcondes Filho. Sindicatos nacionais vieram à tona como, por exemplo, o Movimento de Unificação dos Trabalhadores e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), criada em 1944. Na precária "sociedade civil"[46] de meados da década de quarenta, o ressurgimento da esquerda, que havia sido atingida violentamente pelo Estado Novo, e, particularmente, o crescimento do Partido Comunista junto a organizações incipientes das classes trabalhadoras pareciam à burguesia uma séria ameaça fora de seu controle. Foi nesse clima de incerteza que as associações empresariais convocaram convenções e congressos nacionais, a fim de repensar o seu papel no período pós-guerra. O mais importante desses foi a Primeira Conferência das Classes Produtoras do Brasil, realizada em Teresópolis em maio de 1945. A conferência foi convocada pela Federação de Associações Comerciais do Brasil e pela Confederação Nacional da Indústria, e foi presidida por Roberto Simonsen. Cerca de seiscentas associações rurais, comerciais e industriais de todos os Estados do país estiveram presentes à conferência. Após cinco dias de reuniões, uma Carta Econômica foi apresentada, a qual cautelosamente proclamava o desejo dos participantes de se unirem na construção de uma nova ordem social. A "Declaração de Princípios" dos empresários baseava-se na associação de liberdade e empresa privada, caracterizada por "preceitos de justiça" e "limitações inevitáveis impostas pelos interesses fundamentais da vida nacional", e para cuja realização a burguesia reconheceria como necessário um certo grau de interferência do Estado. Além disso, a resolução da conferência conclamava a um "desenvolvimento harmonioso de todas as regiões", a uma garantia para homens da cidade e do campo, de um salário que lhes permitisse "viver com dignidade", a "necessidade de planejamento econômico" e a recomendação de que o Estado tivesse papel mais ativo na preservação do meio ambiente, no desenvolvimento da agricultura, na produção de energia e expansão dos transportes, no protecionismo alfandegário, no desenvolvimento de indústrias básicas, no impedimento da formação de cartéis, no controle da importação e, sobretudo, no estímulo a investimentos estrangeiros que, ao término do esforço de guerra, haviam oportunamente renovado sua participação na economia brasileira[47] em fins da década de quarenta.

É necessário que alguns comentários sejam feitos sobre a chamada burguesia "nacional", que tanto havia se desenvolvido sob a égide do Estado Novo. De acordo com a crença intelectual popularizada, assumida pelo Partido Comunista e abraçada mais tarde por intelectuais nacionalistas, principalmente os do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB,[48] havia "duas burguesias." Uma era considerada entreguista, diretamente ligada a capital transnacional, e a outra nacionalista, oposta à ação de interesses estrangeiros. A burguesia "nacionalista" era procurada politicamente e considerada, teoricamente, pelos intelectuais nacionalistas como aliada em potencial, se não de fato, das classes trabalhadoras e dos setores das classes médias que se opunham ao imperialismo, em razão do que se

esperava fossem as diretrizes políticas dos industriais de reforçar os centros locais de tomada de decisão, e de sua alegada visão do Estado como instrumento de oposição à penetração estrangeira. Os intelectuais nacionalistas atribuíam também a esses setores "nacionais" industriais e financeiros "objetivos progressistas". Em particular, acreditava-se que os setores industriais estivessem interessados em alguma forma de desenvolvimento nacional redistributivo e em apoiar uma atitude reformista contra estruturas agrárias arcaicas. Porém, a esperada confrontação nacionalista-entreguista baseava-se em avaliação errada, falando-se em antagonismos estruturais onde somente existiam conflitos conjunturais. A burguesia industrial brasileira poderia ter mostrado uma dualidade de tendências em seu crescimento, sendo uma de associação direta a interesses multinacionais e a outra de ligações indiretas para obter o *know-how* estrangeiro.[49] Mas a motivação da burguesia era uma só, o capital. Na medida em que a burguesia brasileira se desenvolvia e, conseqüentemente, a economia do país, os industriais "nacionais" eram menos uma força vital do Brasil do que agentes da integração do país no sistema produtivo internacional dominante, isto é, o capitalismo. O "entreguismo" de um grupo ou de um setor da burguesia expôs a sua relação conjuntural com um pólo de influência transnacional específico, a saber, a subordinação à nação hegemônica, os Estados Unidos, mas ocultou o compromisso estrutural sistemático da burguesia,[50] compromisso este que seria crítico. As premissas dos políticos nacionalistas e intelectuais sobre uma pretensa posição nacional-reformista da burguesia "nacional" correspondiam mais à ideologia do nacional-populismo do que aos interesses dos industriais. A burguesia brasileira era, com toda certeza, nacional, apesar de não ser necessariamente nacionalista.

Em sua convenção nacional de 1945 os empresários adotaram várias demandas populares como seus *slogans* políticos obviamente dirigidos às classes médias e trabalhadoras, refletindo o sentimento crescente entre as classes dominantes de que uma mudança era esperada, pelo menos nos centros urbanos. Entre os *slogans* adotados estavam os apelos para a "luta contra a pobreza", o "aumento da renda nacional", o "desenvolvimento das forças produtoras", a "democracia econômica" e a "justiça social."[51] Estava se tornando claro para as classes dominantes que novas formas de governo teriam de substituir as medidas coercitivas do Estado Novo. O descontentamento popular deveria ser esvaziado, absorvendo sua liderança e tentando conseguir uma burocratização de suas demandas através de instrumentos de repressão pacífica como aqueles fornecidos pelo Estado patrimonial e cartorial.[52] Além disso, a onda antifascita trazia consigo uma reação das classes médias contra o autoritarismo do Estado Novo. Isso ficou particularmente claro no comportamento das Forças Armadas. O governo brasileiro, que no período inicial da guerra oscilava entre a neutralidade e uma posição pró-Eixo, ao mesmo tempo em que oficiais superiores como o General Góes Monteiro e o General Eurico Gaspar Dutra manifestavam simpatia pela Alemanha, declarava-se a favor dos aliados enviando inclusive um contingente à Europa, a Força Expedicionária Brasileira — FEB, que participou da campanha na Itália sob o comando dos americanos. O resultado dessa participação foi uma aliança estreita entre oficiais brasileiros e americanos, quando uma série de amizades pessoais se formaram e persistiram, até mesmo intensificando-se nas duas décadas seguintes. Vários desses oficiais foram enviados aos Estados Unidos de onde voltaram com novas idéias sobre desenvolvimento industrial e organização política do país. Os oficiais, decididamente opostos a Getúlio Vargas, a quem

consideravam como chefe de um regime neofascista, conspiravam contra ele.[53] O ponto culminante dessa reação contra Getúlio Vargas foi a criação da Frente Democrática que, abrangendo um amplo leque de posições ideológicas, apresentava-se como uma convergência política alternativa ao regime vigente.

Getúlio Vargas também compreendeu a necessidade de mudança e tentou deslocar a base sócio-política do Estado Novo para um alinhamento formado pelas classes trabalhadoras e a burguesia industrial, na tentativa de constituir um sistema político trabalhista de centro-esquerda com tendências nacionalistas. Eleições nacionais foram marcadas para dezembro de 1945, para as quais Getúlio Vargas estimulou a criação de dois partidos, o Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, baseado na máquina sindical de Marcondes Filho, e o Partido Social Democrático — PSD, que não possuía coisa alguma em comum com seus homônimos europeus e se baseava nos interventores estaduais, nos industriais de São Paulo e nos chefes políticos oligárquicos, os conhecidos coronéis.[54] A oposição de centro-direita criou a União Democrática Nacional — UDN, um conjunto amplo de posições anticomunistas, antinacionalistas e anti-Vargas (mais tarde antipopulistas), cuja base eleitoral encontrava-se principalmente nas classes médias e que era liderada por profissionais liberais, empresários e políticos. Getúlio Vargas concedeu anistia política e tentou ganhar para o seu lado as classes trabalhadoras urbanas e o Partido Comunista através de medidas de reforma sócio-econômica e participação política, tentando organizar sua própria base de poder. Mais importante ainda, Getúlio Vargas estava lançando bases para a constituição de uma nova forma de organização política do governo e de um novo regime. Forças sócio-econômicas emergentes, assim como novas demandas sócio-políticas, necessitavam ser acomodadas. A limitada convergência de classe no poder, o corporativismo associativo e o autoritarismo do Estado Novo foram integrados e sintetizados numa fórmula nacional de "desenvolvimento", que, sob o nome genérico de populismo, tentava estabelecer uma hegemonia burguesa a partir de meados da década de quarenta.[55] Através do populismo, o Executivo procurava estabelecer um esquema de limitada mobilização política nacional das massas urbanas, baseado em uma estrutura sindical controlada pelo Estado e no apoio institucional do PSD e do PTB. Esses dois partidos, apesar de imprecisos em seus apelos programáticos, eram efetivas máquinas de domínio ideológico e controle social, o primeiro deles operando como o partido do poder e o segundo como o partido de legitimação da ordem vigente. Após anos de autoritarismo e predominância do Executivo, o populismo favorecia a reentrada em cena do político profissional, juntamente com a participação de industriais e banqueiros em atividades político-partidárias no então reativado Congresso. Contudo, a posição privilegiada que os industriais haviam conseguido no Executivo através de uma estrutura corporativista de associação foi preservada, embora controlada pelo Congresso.

A estratégia de Getúlio Vargas foi vista com alarme pelas classes dominantes e com suspeita pelas classes médias, pois tal estratégia somente aumentaria o apelo carismático do próprio Getúlio Vargas junto às classes trabalhadoras e realçaria o seu papel no comando do Estado como intermediário político. A mobilização das classes trabalhadoras, apesar de limitada, era temida pelas classes dominantes, pois poderia dar a Getúlio Vargas o apoio necessário para o estabelecimento de um Executivo relativamente independente. Tal Executivo seria um anátema tanto para os industriais quanto para a oligarquia, e colocaria

Getúlio Vargas acima do controle das Forças Armadas. Além disso, a estratégia de Getúlio Vargas vinculava o desenvolvimento da economia a um caminho nacionalista e estatizante-distributivo. Todas essas reformas, porém, foram vistas como remanescências de excessos indesejáveis do Estado Novo. Isso era precisamente o que os industriais e outros tentavam reprimir, pois eles estavam nesse momento procurando fortalecer suas ligações com interesses multinacionais na tentativa de conseguir capital e tecnologia.

Antes que Getúlio Vargas conseguisse consolidar sua estratégia e formar um novo bloco de poder, o Exército, tendo como ponta-de-lança os oficiais da FEB, entrou em ação e o depôs, apoiado por um alinhamento que compreendia os industriais locais, a oligarquia, as classes médias e, finalmente, as empresas multinacionais que haviam renovado seu interesse pelo Brasil.[56]

Embora o próprio Getúlio Vargas e suas propostas políticas não tenham sido aceitos, os empresários adotaram o seu modelo político e o sistema partidário que ele havia fomentado. A passagem do Estado Novo para uma forma populista de domínio e articulação de interesses foi atenuada pelo fato de que a mesma elite política e econômica que havia comandado o regime deposto permaneceu no poder após a destituição de Getúlio Vargas de seu cargo, e foi sob a direção dessa elite que as primeiras eleições nacionais foram promovidas. Além disso, a continuidade foi salientada pelo fato de a Constituição de 1946 haver deixado praticamente intacto o marco institucional do Estado Novo.[57]

As eleições foram vencidas pelo Marechal Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra durante o governo de Getúlio Vargas, encabeçando o PSD e apoiado pelo PTB, que, tendo sua candidatura endossada pelo próprio Getúlio Vargas, competiu com o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela UDN. Para surpresa geral, o Partido Comunista, que havia sido legalizado pouco antes e disputava as eleições independentemente, teve a mesma porcentagem de votos que o PTB. Sob o manto de democracia liberal que envolvia o regime do Marechal Eurico Dutra, ficaram ainda muitas das características centrais do Estado Novo, principalmente a posição privilegiada dos industriais dentro do Executivo e as relações autoritárias das classes dominantes para com as classes trabalhadoras. Mas algumas mudanças importantes de fato aconteceram, principalmente o restabelecimento do Legislativo como foro de atuação política. Os membros eleitos para o Congresso, dentro de certos limites, ocuparam suas tribunas para o debate político, que atingia a sociedade em geral.[58]

Embora o Marechal Eurico Dutra tivesse sido eleito pelas máquinas políticas do PSD e do PTB e tivesse sido apoiado por Getúlio Vargas, ele mostrou logo de início que suas idéias políticas diferiam grandemente das de seu predecessor, principalmente no que dizia respeito às suas posições quanto ao nacionalismo e à participação das classes trabalhadoras. A mudança do rumo do governo do Marechal Eurico Dutra foi caracterizada pelo fato de ele haver levado para o seu ministério figuras de destaque da UDN como, por exemplo, o empresário Raul Fernandes, que se tornou seu Ministro do Exterior. O governo do Marechal Eurico Dutra foi fortemente influenciado por empresários, os quais ocuparam de maneira quase exclusiva os postos-chave na administração. O governo favoreceu o *laissez-faire* na área econômica e, depois de tentar desenvolver, por um curto período, um sistema de participação pluralista, passou a defender um forte controle político das classes subordinadas.[59] A diretriz econômica do governo do Marechal Eurico Dutra favorecia claramente a empresa privada. Organizações

estatais foram desativadas e a tendência para o nacionalismo e desenvolvimento estatizante sofreu um retrocesso. Tanto o governo do Marechal Eurico Dutra, quanto a UDN em particular, examinavam as possibilidades de travar um relacionamento especial com os Estados Unidos e, conseqüentemente, a economia foi reaberta ao capital estrangeiro em condições muito favoráveis. Além disso, sob a égide do Marechal Eurico Dutra, o governo estabeleceu a Escola Superior de Guerra — ESG, para a qual acorreram oficiais anti-Vargas e pró-UDN. Estabeleceu também a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com o objetivo de estudar a situação brasileira e esboçar um programa de desenvolvimento econômico para o país.[60]

O bloco de poder oligárquico-empresarial, que apoiava o governo do Marechal Eurico Dutra e que tantava conseguir o consentimento político das classes subordinadas e impor consenso entre as frações subalternas das classes dominantes, usou para esses fins, inicialmente, meios de dominação e táticas que se caracterizavam sobretudo pelo paternalismo. Durante os agitados anos de 1945 e 1946, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, e o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo — CIESP, estiveram engajados no apaziguamento das crescentes demandas dos trabalhadores através de dois esforços relacionados.[61] A FIESP e o CIESP instaram seus membros a contribuir para o estabelecimento de Comissões de Eficiência e Bem-Estar Social, com o objetivo de prestar serviços de caráter paternalista, principalmente através da venda de gêneros alimentícios e artigos de vestuário a preços de custo. A FIESP e o CIESP formaram, também, a Comissão de Relações com o Público, destinada a modificar as demandas dos trabalhadores através de um serviço de relações públicas e doutrinação, defendendo assim os interesses da indústria privada paulista. Para tanto, em junho de 1946 o Marechal Eurico Dutra, em resposta a pressões pessoais de Roberto Simonsen e Morvan Dias de Figueiredo, líderes da FIESP e da Confederação Nacional das Indústrias — CNI, assinou um decreto criando o Serviço Social da Indústria — SESI, com o objetivo, a longo prazo, de combater o reaparecimento de organizações autônomas entre as classes trabalhadoras e de construir no seio do operariado urbano uma base ideológica e de comportamento político em consonância com uma sociedade industrial capitalista.[62] Vários meses depois, em conseqüência de esforços dos empresários, o industrial Morvan de Figueiredo tornou-se Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, reunindo, por assim dizer, os mecanismos de controle do trabalhador e a expressão dos interesses dos empresários sob um mesmo ministério cartorial, fazendo dele o ministério capitalista por excelência. Porém, o ímpeto da organização das classes trabalhadoras e a expansão de sua consciência política dificultaram esse tipo de manipulação. Os primeiros sintomas da "Guerra Fria" coincidíam com uma nova demonstração de força do Partido Comunista nas eleições estaduais de janeiro de 1947, quando sua posição de quarto maior partido em termos de voto popular foi reiterada. E, mais ainda, o Partido Comunista venceu a UDN, tornando-se o terceiro partido em termos de voto popular no importante Estado industrial de São Paulo; conseguiu também uma maioria dos membros nas eleições para a Câmara Municipal na própria Capital Federal. A frágil "sociedade civil", um legado do Estado Novo, não era uma estrutura apropriada de contenção das classes trabalhadoras, tornando difícil a institucionalização do regime. Além disso, o PTB demonstrava não ser páreo para o Partido Comunista, nem ideológica, nem organizacionalmente.[63] Naquele mesmo ano, a pedido do governo, o Partido Comunista foi declarado ilegal por decisão judicial. O Marechal Eurico

Dutra dissolveu também a Confederação dos Trabalhadores do Brasil — CTB, e interveio nas atividades de quatrocentos sindicatos em decorrência de uma suposta ligação desses com o já ilegal Partido Comunista, além de promover um expurgo no funcionalismo público. Essa renovada interrupção da expressão autônoma das classes trabalhadoras resultou em medidas autoritárias dentro do sistema político e do regime populista. Mesmo assim, era possível construir uma certa medida de consentimento e de consenso a partir da noção de igualdade democrática de todos os cidadãos, exceto aqueles estigmatizados como "comunistas" — os analfabetos, que foram totalmente excluídos do processo eleitoral, e os trabalhadores rurais, cujo recrutamento para partidos de oposição era dificultado por estarem sob a tutela dos coronéis e de práticas clientelistas. Em resumo, o populismo sustentava uma igualdade democrática urbana, por sinal muito seletiva.[64] Um sistema "excludente" havia sido criado.[65] E mais, o baluarte populista do Ministério do Trabalho, o peleguismo e os partidos políticos populistas eram responsáveis pela incorporação ao Estado das forças sociais que haviam se desenvolvido em decorrência da modernização. Eles eram simultaneamente responsáveis pela desagregação e conformismo das classes trabalhadoras[66] e pela legitimação da sociedade capitalista.[67]

Em 1950 houve eleições com o Partido Comunista ainda ilegal e os sindicatos ainda sob intervenção. Getúlio Vargas era o candidato do PTB, aliado ao Partido Social Progressista encabeçado por Adhemar de Barros,[68] protótipo do chefe populista do industrial Estado de São Paulo, onde o PSP controlava os trabalhadores. O candidato em oposição a Getúlio Vargas era o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, que tinha o apoio de Plínio Salgado, antigo líder integralista que comandava o Partido de Representação Popular — PRP. O PSD apresentou candidato à parte. Getúlio Vargas fez uma campanha entusiástica através do país. Embora modificasse sua ênfase dependendo da platéia, Getúlio Vargas apresentava várias posições básicas em seu programa. Ele prometia retomar a campanha em favor da industrialização nacionalista com o apoio do Estado, industrialização esta que havia sido negligenciada durante o regime do General Eurico Dutra. Getúlio Vargas investiu contra a inflação e a falta de progresso real nos salários dos trabalhadores urbanos, prometendo uma renovada campanha de proteção do proletariado através de medidas de bem-estar social. Apesar de enfatizar a reforma social, ele silenciou quanto a assuntos rurais e fez referências esparsas, quase insignificantes, à reforma agrária e à sorte dos camponeses. Ele agiu assim na esperança de conseguir votos dos chefes locais do PSD, os coronéis rurais. Foi procurando os votos do PSD que Getúlio Vargas conseguiu fazer um acordo em Minas Gerais, centro do pessedismo, com Juscelino Kubitschek, jovem político em ascensão e candidato a governador do Estado. Getúlio Vargas apoiou a sua candidatura e, em troca, foi capaz de fazer incursões no voto pessedista.

Apesar de seu compromisso com a industrialização nacionalista e de defender o direito do Brasil de possuir e desenvolver seu petróleo e recursos minerais, Getúlio Vargas deixou claro em sua campanha que aceitaria de bom grado investimentos estrangeiros, mostrando assim uma certa continuidade com as suas atitudes passadas e manobrando de maneira a não entrar em atrito com interesses que haviam sido fortalecidos no regime do Marechal Eurico Dutra. Getúlio Vargas estendeu a mão ao governo americano e a investidores privados, numa tentativa de reconciliação e visando a um programa de desenvolvimento semelhante ao

Plano Marshall, deixando claro, ao mesmo tempo, que o país não apoiaria os americanos em seu envolvimento militar na Coréia, indo contra o apoio que o Marechal Eurico Dutra havia insinuado.

Getúlio Vargas foi reconduzido ao governo, com uma ampla maioria de votos, por um bloco populista que se estendia de norte a sul do país, reunindo políticos dos mais diversos partidos abrangendo o tradicional alinhamento de empresários locais, de interesses agrários, principalmente do sul, e das classes trabalhadoras urbanas. Getúlio Vargas formou um ministério heterogêneo, onde muitos dos membros eram empresários e de formação oligárquica, refletindo a composição do bloco populista que o havia apoiado, e refletindo também o conjunto de diretrizes políticas que ele pretendia implantar. Contrariando as expectativas populares, ele deu ao PTB apenas uma cadeira no seu ministério, o crítico Ministério do Trabalho, sublinhando tanto a posição central desse posto ministerial para a manipulação das classes trabalhadoras quanto o papel de legitimador do PTB. O PSD ficou com a maior parte dos ministérios, provando assim ser o partido do poder. Getúlio Vargas nomeou João Cleofas para Ministro da Agricultura, um líder conservador da UDN de Pernambuco, Estado onde a pobreza rural era escandalosa e onde a UDN se assemelhava ao PSD, retribuindo dessa maneira o apoio que havia recebido da oligarquia rural. A marcante adesão ao PSD e o aparente desprezo pelo PTB implicaram não apenas um conjunto de diretrizes políticas mais conservadoras do que o prometido durante a campanha, como também teve o efeito de alijar o receio que os militares tinham de uma república "sindicalista" da qual Perón parecia ser o protótipo, indicando que havia uma disposição por parte de Getúlio Vargas de trabalhar com a maioria pessedista do Congresso.

Durante a segunda administração de Getúlio Vargas, o sistema político e o regime sofreram mudanças significativas. O Congresso ficou mais forte e politicamente mais importante, tornando-se, lado a lado com o Executivo, um foco de articulação de interesses. O Congresso representava o lugar onde as diferentes frações das classes dominantes tinham a possibilidade de compartilhar do governo junto com o bloco de poder dominante. O Congresso tornou-se uma instituição basicamente regulada por conciliações e alianças, pois exercia um certo grau de controle sobre as medidas políticas adotadas pelo Executivo. As reivindicações do eleitorado do presidente como um todo ecoavam através de aliança PSD/PTB no Congresso, e os interesses de seus eleitores imediatos através de diretrizes econômicas do Executivo.[69] No regime populista de convergência de classes, o controle do Executivo tornava-se a questão política central e as lutas pela participação no Executivo favoreciam uma intensa personalização da vida política, personalização esta que se tornou um fator fundamental nas várias crises do período. O Congresso tinha um papel duplo de representação. Por um lado, através da aliança PSD/PTB, pressões populares eram agregadas e canalizadas. Os partidos podiam pressionar o sistema, estruturar suas alianças e ganhar apoio popular em suas tentativas de alcançar o poder através do Congresso. Por outro lado, as classes de proprietários de terra, que não haviam sofrido muito durante o governo de Getúlio Vargas, pois o sistema de autoridades e propriedade permanecia intacto nas áreas rurais, também apresentavam suas demandas políticas através do Congresso. Apesar da consolidação das relações capitalistas de trabalho e da proeminência econômica que os empresários haviam conseguido durante a década de quarenta, a supremacia industrial-financeira não se traduzia em

hegemonia nacional política e ideológica. O "general Café" (que havia se diversificado em bancos e indústrias) e suas forças subalternas agro-comerciais estavam ainda "no poder". Os interesses rurais permaneciam economicamente poderosos e politicamente ativos com um papel crucial exercido através do sistema bicameral mantendo a Câmara dos Deputados e o Senado como focos de rotinização de demandas, de agregação e institucionalização de pressões populares, refletindo a crescente participação política das classes médias e trabalhadoras.

A segunda administração de Getúlio Vargas foi dividida em três períodos.[70] A primeira fase foi caracterizada por uma forte presença empresarial, uma política antiinflacionária e uma procura entusiástica de ajuda econômica dos Estados Unidos. Essa fase terminou em meados de 1953 sob a pressão conjunta de sindicatos e diversos grupos nacionalistas. O governo fracassou em sua tentativa de controlar a inflação, enquanto os benefícios da ajuda externa não se concretizavam. Em meados de 1953 o ministério foi reorganizado e começou a segunda fase. Apesar de manter as suas opções abertas tanto em relação ao bloco oligárquico-industrial quanto aos Estados Unidos, ao nomear Oswaldo Aranha, Vicente Rao e José Américo de Almeida, Getúlio Vargas recorreu intensamente às classes trabalhadoras como um grupo de pressão. Ele substituiu o seu Ministro do Trabalho por João Goulart, um jovem militante do PTB do Rio Grande do Sul, seu protegido político e que assumiu o seu cargo com um enfoque muito mais radical. Nesta segunda fase, a crescente polarização política e ideológica em torno de assuntos nacionalistas e trabalhistas andou passo a passo com uma crescente oposição do Exército a Getúlio Vargas e, conseqüentemente, a João Goulart, culminando com o famoso memorando dos Coronéis assinado em fevereiro de 1954 por mais de oitenta oficiais influentes, o que levou à demissão de João Goulart e do Ministro da Guerra General Estillac Leal, nacionalista e getulista. A terceira fase foi inaugurada sob considerável pressão militar, pressão esta fortemente apoiada por empresários e pelo governo americano. Esta fase foi, na verdade, uma longa sucessão de manobras getulistas defensivas e com propósitos definidos e limitados, manobras que foram intensamente atacadas no Congresso e na imprensa por políticos mordazes e agressivos, como Carlos Lacerda,[71] figura de proa da UDN do Rio de Janeiro; essa fase culminou com um golpe de Estado e suicídio de Getúlio em 1954.[72]

Sob a presidência de Getúlio Vargas, a estratégia de acumulação de capital e industrialização baseava-se principalmente em dois mecanismos de funcionamento: a manutenção da política cambial e controle das taxas cambiais, transferindo-se parte do excedente do setor agro-exportador para o setor industrial, e uma contenção relativa dos salários reais, abrandada em seus efeitos sobre os trabalhadores pelo fato de as empresas estatais e privadas produzirem bens e serviços subvencionados, transferindo assim parcialmente o poder de compra para os trabalhadores assalariados.[73]

Getúlio Vargas tentava impor uma política nacionalista de desenvolvimento capitalista, apoiado por uma combinação de empresas industriais estatais e privadas.[74] Essa política materializou-se na criação altamente controvertida da Petrobrás[75] e na formulação de uma diretriz política de desenvolvimento geral que tentava combinar o crescimento econômico com a democracia social.[76] E mais ainda, o tipo de regime e sistema político almejado pelo Executivo sob as rédeas de Getúlio Vargas, incluía a reapresentação de uma proposição que já havia sido vencida uma vez. Essa proposição envolvia a consolidação de um

aparelho administrativo de Estado e formulador de diretrizes políticas, relativamente livre da influência exclusiva das classes dominantes, capaz de apoiar a industrialização nacional e de limitar os interesses multinacionais. Concomitantemente desenvolvia-se um esforço tendente a assegurar a implementação de um bloco industrial-trabalhista apoiado pelo Estado e a acomodação de interesses agrários. Porém, como já foi visto anteriormente, os empresários locais, longe de serem hostis à penetração multinacional, até favoreceram-na.[77] Os empresários enfatizavam a campanha nacionalista muito mais em torno da produção industrial em solo brasileiro, do que em torno da origem do capital ou da tecnologia envolvidos. Os empresários temiam também uma forma de desenvolvimento nacionalista liderada pelo Estado. O processo de concentração de capital desenvolver-se-ia então lado a lado com um processo de internacionalização da economia.

Além disso, o arranjo político e econômico concebido por Getúlio Vargas trazia à tona outro sério problema. Os interesses multinacionais que estavam reingressando na economia brasileira após sua retração durante a Segunda Guerra Mundial seriam deixados nesse arranjo sem adequada representação nos canais formuladores de diretrizes políticas. Os interesses multinacionais tentariam agressivamente mudar essa situação, juntamente com interesses locais que temiam a ascendência política de Getúlio Vargas e com forças reacionárias acuadas com as medidas sócio-democráticas com as quais Getúlio Vargas parecia ameaçá-las. Derrotado por outro golpe militar em 1954, Getúlio Vargas recusou-se a renunciar e suicidou-se. Agindo dessa forma, ele explicitamente condenou, na sua carta-testamento, o que percebeu ser uma conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas.[78]

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e a subseqüente orientação das diretrizes econômicas por Eugênio Gudin,[79] Ministro das Finanças durante o interstício presidencial de Café Filho, iniciava-se um período radicalmente diferente em termos de política econômica. A diretriz política do governo explicitamente favorecia corporações multinacionais que concordassem em importar equipamento industrial para a produção de bens considerados altamente prioritários pela administração. Em 1955 o governo de Café Filho apresentou a famosa Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito — SUMOC, permitindo que corporações multinacionais importassem equipamento por um preço 45% abaixo das taxas e isentando-as da "cobertura cambial" necessária à importação de maquinário, benefício este não desfrutado por firmas brasileiras.[80] O breve governo de Café Filho, apoiado por uma aliança informal de centro-direita entre empresários, políticos da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Progressista (PSP), visava à contenção das classes trabalhadoras e ao estímulo da penetração de interesses multinacionais através de um entendimento político com setores cafeeiros e financeiros. Apesar de todos os esforços, o que foi, por pouco tempo, um bloco de poder liderado pela UDN, ele foi derrotado nas eleições seguintes por uma aliança de políticos do PSD e do PTB, sindicalistas e empresários. Essa aliança foi encabeçada pela chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart. A aliança PSD/PTB correspondia em termos gerais à formação de uma "frente nacional" — que era uma coligação de forças sociais expressando o desejo de um processo de desenvolvimento nacional baseado na expansão da indústria no Brasil. A aliança PSD/PTB incorporava a burguesia industrial, um setor da burguesia comercial especializado no comércio de produtos industriais locais e as classes médias progressistas (profissionais liberais, administradores),

assim como políticos urbanos e sindicalistas.[81] João Goulart, herdeiro aparente de Getúlio Vargas, baseava sua campanha no que parecia ser uma continuação dos aspectos mais estatizantes, nacionalistas e abertos a reformas das diretrizes políticas da segunda administração de Getúlio Vargas. *Enquanto isso*, Juscelino Kubitschek fazia sua campanha em favor de um programa ambicioso de planejamento e desenvolvimento. Porém a administração de Juscelino Kubitschek, embora aparentemente baseada na mesma correlação de forças políticas do regime de Getúlio Vargas, implementou uma política de desenvolvimento que resultou em uma mudança drástica no modelo de acumulação, reforçando um padrão de "desenvolvimento associado"[82] com a realização de seu chamado Plano de Metas de 1956 a 1961.[83] Além disso, a estratégia de desenvolvimento adotada por Juscelino Kubitschek levou a uma redefinição do papel e função da máquina estatal e de seu relacionamento com a sociedade civil, acabando por esgotar as possibilidades de combinação das forças políticas que haviam sido sua base de sustento original.[84]

Sob a cobertura das políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, engendrava-se um pacote tecnológico direcionado às indústrias de proa incipientes como, por exemplo, a indústria automobilística e construção naval, produtos químicos e farmacêuticos, maquinaria e produtos elétricos, papel e celulose, proporcionando a matriz econômica para o renovado desenvolvimento de uma burguesia associada.[85] Esperava-se que o acesso à tecnologia e técnicas gerenciais estrangeiras, assim como à ajuda financeira transnacional, fosse solução para o problema da falta de acumulação primitiva de capital e também um tratamento de choque para uma economia essencialmente agro-exportadora que sofria uma escassez relativa de maquinário, equipamento e *know-how*.[86] A política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek impulsionava as transformações que já se faziam sentir na estrutura sócio-econômica do Brasil como, por exemplo, uma maior sofisticação do mercado interno, o crescimento das empresas, uma produção mais completa, a expansão das indústrias básicas,[87] a tendência para urbanização e concentração metropolitana, uma intensificação de disparidades setoriais e de desigualdades sociais e regionais.[88] Além disso, a política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek estabelecia as condições para a proeminência econômica do capital oligopolista multinacional e associado. As relações internas do Brasil nesse momento eram o resultado de uma combinação "original" e mesmo *sui generis*, a saber, a convergência de classe populista e sua forma de domínio interagindo com o capital monopolista transnacional.

Porém surgiram problemas a nível institucional, à medida que se tornavam evidentes as inadequações políticas e administrativas a um modelo de desenvolvimento tão concentrado e centralizado. O Congresso inicialmente apoiaria Juscelino Kubitschek através da aliança PSD/PTB, apoiando o seu programa de desenvolvimento "conduzido pelo Estado", desde que o governo representasse os interesses da maioria parlamentar. Porém, à medida que o Executivo se envolvia em sua política de modernização, o Congresso consolidava a sua presença política através de uma atitude conservadora em relação ao Executivo e interesses industrializantes que ele representava. A presença conservadora do Congresso cristalizava-se em decorrência da lógica das alianças e da necessidade de conciliação, do clientelismo, dos interesses tradicionais e da oligarquia rural que até então ele representava.[89] Assim, as práticas do sistema político populista faziam do Congresso um reduto conservador, que era lento e impróprio para a articulação

dos interesses multinacionais e associados favorecidos pelo governo de Juscelino Kubitschek. O Congresso permitia também a denúncia da penetração multinacional e das condições especiais nas quais ela se dava e era, ao mesmo tempo, o foro onde representantes das classes trabalhadoras se faziam ouvir e participavam de um certo controle sobre as diretrizes políticas do Executivo. Outro sério efeito político consistia na falta de habilidade básica do estado cartorial de funcionar satisfatoriamente, em conseqüência da pequena burocracia firmemente estabelecida em seu interior e também de escalões mais altos da administração que agiam de acordo com interesses tradicionais, junto a um grande número de "funcionários relativamente parasitas designados para postos públicos relativamente inúteis".[90] Os interesses multinacionais e associados tiveram de procurar outros fatores para produzir diretrizes que levassem à sua consolidação econômica. Juscelino Kubitschek proporcionou essa estrutura apropriada. Com efeito, com a implantação do seu Plano de Metas, e como pré-requisito para a sua realização, foi criada uma ampla gama de organismos de planejamento e consultoria e comissões de trabalho, os Grupos Executivos.[91] Eles formavam uma "administração paralela" coexistindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo burocracias velhas e inúteis. Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista. Na realidade, isso significou incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiriam a coexistência de capital local e multinacional. E mais ainda, os novos interesses evitariam os mecanismos de controle e autoridade populistas, como o Congresso e a crítica pública que poderia ser dirigida aos interesses multinacionais e associados por parlamentares da oposição. Isso ocorria pelo fato de estarem as agências que faziam parte da administração paralela não somente envolvidas em sigilo administrativo, assim como operarem sob a cobertura ideológica de uma "racionalidade técnica" e "perícia apolítica" que supostamente as tornava imunes a pressões partidárias ou privadas. Além disso, usando os mecanismos de "mobilização de *bias*" e evitando a apuração pública, a administração paralela conseguia favorecer ou bloquear, de acordo com sua vontade, o acesso à ajuda financeira e tecnológica por parte de diferentes grupos e corporações.

Havia, no entanto, uma falha no esquema. A eficiência da administração paralela dependia amplamente da atitude positiva e da boa vontade que o Executivo demonstrasse quanto a seu funcionamento. Tornava-se necessário, então, que os interesses multinacionais e associados conseguissem o comando do Estado e a ocupação de postos burocráticos na administração.

Foi sob o Plano de Metas que ocorreu o que podemos chamar de segundo estágio da "nacionalização formal" da economia; o Estado transformando-se em produtor direto de bens e serviços estratégicos para a infra-estrutura e tornando-se controlador indireto de substanciais mecanismos da política econômica. Porém o papel do Estado como fator de desenvolvimento conseguiu dissimular o domínio real do capital. Apesar da expressiva presença do Estado na economia, ele não "orientava" a nova estrutura de produção. Pelo contrário, era o capital transnacional que, tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava

o processo de expansão capitalista.[92] A intervenção do Estado na economia no que ultrapassava a alocação de recursos públicos para atividades privadas era amplamente desencorajada, se não condenada, pelos grandes empresários. A figura de um Estado onipotente não fez parte da perspectiva ideológica dos empresários industriais nacionais.[93] Além disso, a já considerável influência econômica do Estado despertava o tradicional receio por parte do empresariado de uma crescente interferência nos negócios.[94] Reafirmar a necessidade absoluta da posse privada dos meios de produção tornava-se a bandeira de luta dos empresários e até mesmo dos militares.[95]

A política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek acarretava também transformações na divisão social do trabalho, através da criação de enorme classe trabalhadora industrial, de maior urbanização do país, da expansão de atividades terciárias e da formação de novos segmentos de empregados assalariados. O populismo, com suas características clientelistas, cartoriais e paternalistas, serviu, por um breve período, para reproduzir ideologicamente e recriar politicamente a idéia de um Estado neutro e benevolente, mito que seria destruído em princípios da década de sessenta.[96] Através do populismo, as classes dominantes visavam também preservar a falta de diferenciação sócio-política que havia sido a característica dos regimes anteriores, em uma tentativa de abafar o aparecimento de organizações autônomas das classes trabalhadoras. A consecução de tais objetivos foi reforçada por medidas autoritárias como, por exemplo, a persistente ilegalidade do Partido Comunista e as restrições sobre o sindicalismo autônomo. Contudo, a arrancada industrializante da administração de Juscelino Kubitschek continuava, rapidamente, aumentando o número e a concentração das classes trabalhadoras nos grandes centros urbanos, modificando dessa maneira os contornos políticos e ideológicos do regime e estabelecendo as pré-condições para a crise do populismo.[97] No final da década de cinqüenta, a luta de classes irrompia dentro da corrupta estrutura política institucional que controlava as classes trabalhadoras com sua retórica de nacionalismo e sua atitude demagógica em relação ao progresso econômico.[98] O desenvolvimento industrial e a urbanização haviam transformado a psicologia e a consciência coletiva das classes trabalhadoras, enfraquecendo o domínio ideológico que as classes dominantes tinham sobre as subordinadas. Além disso, as Ligas Camponesas, que haviam aparecido em meados da década de cinqüenta, mobilizavam os trabalhadores rurais, e as primeiras tentativas eram feitas no sentido de sindicalizar as massas trabalhadoras rurais. O final da década de cinqüenta testemunhou o florescer de atividades sindicais e de organizações de classes trabalhadoras, assim como de uma intensa mobilização estudantil e de debates no interior das Forças Armadas, debates estes que polarizavam as atitudes políticas em torno da questão do nacionalismo com uma tônica distributiva. A massa dos trabalhadores industriais e mesmo os camponeses tiveram de ser finalmente reconhecidos como contenedores políticos, apesar de continuarem a não ser reconhecidos como forças políticas legítimas pelas classes dominantes. Não foi por acaso que durante o regime de Juscelino Kubitschek as noções de segurança militar interna se concretizaram; foi o próprio Juscelino Kubitschek quem, ao falar à Escola Superior de Guerra, insistiu para que essa se dedicasse ao estudo da potencial ameaça subversiva de forças sociais desencadeadas pela modernização contra a ordem vigente. A ênfase no consentimento levada adiante pela administração de Juscelino Kubitschek não deve ser tomada como um sinal de passividade por parte da burguesia. De fato, o crescimento

do aparelho repressivo do Estado, sua reorganização e a crucial mudança ideológica e operacional na orientação das Forças Armadas, passando da defesa do território nacional para uma estratégia de contra-insurreição e hostilidade internas, assim como o uso intermitente de medidas coercitivas, foram características desse período. Não se deveria permitir à retórica pluralista e liberal de meados da década de cinqüenta obscurecer essas características.

No final da administração de Juscelino Kubitschek ficou claro que o seu "modelo de desenvolvimento", apesar de suas realizações, havia se esgotado; o próprio governo admitiu implicitamente esse fato, adotando ostensivamente uma política de "adiamento de problemas."[99] O adiamento tático era visível; visava a transferir para a administração seguinte os problemas que se acumulavam sem serem resolvidos. O adiamento estratégico consistia em ter conseguido uma trégua com os setores rurais reacionários enquanto permitia um crescente desequilíbrio entre os sistemas urbano-industrial e rural-agrícola, aumentando a desigualdade regional com o fortalecimento econômico do centro-sul às expensas do resto do país. O adiamento estratégico permitia também que as instituições políticas continuassem a funcionar, principalmente através da política de clientela, obscurecendo o próprio sentido dos partidos políticos e deixando-os inoperantes e incapazes de obter uma coerência em seus programas.

No início da década de sessenta, a convergência de classes populistas no poder e a forma populista de domínio foram desafiadas por duas forças sociais divergentes, que haviam surgido durante a concentrada industrialização da década de cinqüenta, propiciada pelo governo Juscelino Kubitschek. Essas duas forças sociais fundamentais eram os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais, cada vez mais incontroláveis. As duas forças em conjunto, embora opostas, minaram, no princípio da década de sessenta, o mito da existência de um Estado neutro desenvolvido pela administração de Juscelino Kubitschek. Os interesses multinacionais e associados achavam-se em proeminência econômica no final do período de Juscelino Kubitschek e durante a administração de Jânio Quadros, como será visto no Capítulo II. Para evitar os controles do Congresso e a pressão popular, os interesses multinacionais e associados estimularam a criação de uma administração paralela, a qual provia a representação exclusiva de tais interesses. Além disso, esses interesses foram endossados pelos ideais antipopulistas e antipopulares da Escola Superior de Guerra, cujos valores modernizantes eram, em linhas gerais, congruentes com os interesses multinacionais e associados, como será visto pormenorizadamente no Capítulo III. Enquanto isso, as classes trabalhadoras industriais, como parte das chamadas classes populares,[100] fizeram do Congresso uma plataforma cada vez mais eficiente para a expressão dos seus interesses em oposição direta ao bloco oligárquico industrial, e contra os interesses multinacionais e associados. Com as crescentes demandas nacionalistas e reformistas pressionando o Executivo e com o Congresso também funcionando como um foco de expressão dos interesses regionais e locais, tornava-se imperativo para os interesses multinacionais e associados ter o comando político da administração do Estado. Isso foi parcialmente conseguido com a ascensão de Jânio Quadros ao poder. Sob grande pressão, ele tentou resolver as contradições do regime através de uma manobra "Bonapartista civil",[101] após somente sete meses no cargo, como mostra o Capítulo IV. A sua renúncia não teve a repercussão desejada e João Goulart tornou-se presidente inesperadamente, liderando um bloco nacional-reformista.[102] Uma situação radical e altamente desfavorável

desdobrou-se para o bloco multinacional e associado que lançou uma campanha, apresentada nos capítulos V, VI, VII e VIII, para conseguir um novo arranjo político que expressasse os seus interesses então bloqueados. Essa campanha englobou a maioria das classes dominantes, incluindo a chamada burguesia "nacional", da qual tantos políticos e intelectuais e até mesmo oficiais militares esperavam um posicionamento nacionalista e reformista. Contrariando tais expectativas, a burguesia "nacional" assistiria passivamente e até mesmo apoiaria a queda de João Goulart, condenando na prática a sua alternativa sócio-econômica distributiva e nacionalista e ajudando, a despeito de sua própria condição, a ancorar firmemente o Estado brasileiro à estratégia global das corporações multinacionais.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O termo oligarquia, da forma em que é usado nesta análise, engloba capitalistas com interesses comerciais exportadores, latifundiários e elementos da burguesia agrária, designando o círculo restrito das classes dominantes da República Velha e que ainda eram economicamente poderosos durante a Segunda República.

Sobre o conceito de oligarquia e a questão da legitimação oligárquica, vide Alain ROUQUIE. *Oligarquía o burguesía: el problema de los grupos dominantes en América Latina.* Bielefeld, mar. 1978. Mimeografado.

2. Para uma análise do período, vide (a) Fernando H. CARDOSO & Enzo FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* Rio de Janeiro, Zahar, 1970. (b) Luciano MARTINS. *Pouvoir et développement économique.* Paris, Ed. Anthropos, 1976. Cap. 1.

3. Sobre o conceito de bloco de poder, vide Nicos POULANTZAS. *Political power and social classes.* London, NLB, 1975. p. 141, 229-45.

4. Octavio IANNI et alii. Processo político e desenvolvimento econômico. In: *Política e revolução social no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 16-17.

5. Sobre a origem da indústria, vide Sérgio SILVA. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. Alfa-Omega, 1976.

O crescimento da indústria foi extraordinário. Os estabelecimentos industriais subiram de 600 em 1890 para 14.000 em 1920. Peter EVANS. *Dependent development: the alliance of multinational, state and local capital in Brazil.* Princeton, Princeton Univ. Press, 1979. p. 104.

Em 1930, cerca da metade do capital estrangeiro existente no Brasil era britânico e a quarta parte americano. Vide Richard S. NEWFARMER & Willard F. MUELLER. *Multinational corporations in Brazil and Mexico: structural sources of economic and non-economic power.* Washington, US Government Printing Office, agosto 1975. p. 96. (Relatório para o Sub-Committee on Foreign Relations do Senado dos Estados Unidos).

6. A partir de 1920, a região sul responsabilizava-se por mais de 50% da produção industrial e, a partir de 1940, mais de 50% da produção agrária total cabia também àquela região. Enquanto isso, o nordeste e a região leste produziam menos de 43%. Vide (a) Paulo de Assis RIBEIRO. *Quem elege quem.* Rio de Janeiro, IPES, 1962. p. 4. Mimeografado. (b) P. EVANS, *op. cit.* Cap. 2 e 3. (c) Warren DEAN. *The industrialization of São Paulo 1880-1945.* Austin, Univ. of Texas Press, 1969.

7. Sobre o papel desses empresários, vide (a) Eli DINIZ. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil 1930-1945.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (b) Warren DEAN. *op. cit.* (c) Luciano MARTINS. *op. cit* Cap. 2.

Uma grande parte desses empresários, seus filhos e outros parentes estariam na liderança do golpe de 1964.

8. O conceito de "Bonapartismo" é usado como um cânone de interpretação histórica e não para se referir à combinação militar-imperial concreta que tomou o poder na França. Vide Quentin HOARE & Geoffrey NOWELL-SMITH. *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci.* London, Lawrence & Wishart, 1973. p. 216-17, 227. O termo "Bonapartismo" é usado em relação à reestabilização do equilíbrio político ameaçado, isto é, a supremacia das classes governantes através da intervenção política, a qual reprime o movimento político. O acordo entre as elites civis dos Estados de São Paulo e Minas Gerais com o objetivo de se unirem e controlarem a situação representou a intervenção repressora mencionada. Os governadores desses dois Estados agiram como "partidos", acima e além dos próprios partidos.

9. (a) E. DINIZ. *op. cit.* p. 50-51. (b) Francisco de OLIVEIRA. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções CEBRAP*, São Paulo, (1):9, Ed. Brasiliense, CEBRAP, 1975.

10. Getúlio Vargas e a burguesia industrial abraçaram uma ideologia tutelar, visando, porém, uma transformação parcial da sociedade. Sobre o conceito de ideologia tutelar, vide Samuel HUNTINGTON & Clement H. MOORE. *Authoritarian politics in modern society: the dynamics of established one-party systems.* New York, Basic Books, 1970. p. 510.

Outra forma de controle que desmentia a criação de um Estado burguês em 1930 foi a recusa do sufrágio universal à população brasileira. Até 1933, foram registrados 1.500.000 eleitores, aproximadamente 4% da população total. Vide Paulo de Assis RIBEIRO, *op. cit.* p. 5.

Até mesmo os Tenentes, que com seu ímpeto modernizador haviam sido os pontas de lança da Revolução de 1930, e que poderiam ter sido o fator ideológico e organizacional de coalizão na formação de um bloco antioligárquico e de classes médias e industriais no poder, foram rapidamente absorvidos pela política regional ou pela hierarquia militar, ou foram desmembrados em decorrência de lutas faccionárias.

11. Sobre as condições que levaram à formação do "estado de compromisso", vide (a) Juarez Brandão LOPES. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, MEC, 1976. (b) Francisco WEFFORT. El populismo en la política brasileña. In: BERNADET, Jean Claude et alii. *Brasil hoy.* México, Siglo XXI, 1968. p. 64-71.

12. Para uma análise dos vários grupos econômicos conflitantes, dos choques entre as classes sociais e do sistema político do período entre a Revolução de 1930 e o Estado Novo, vide (a) Edgard CARONE. *A república nova: 1930-1937.* São Paulo, DIFEL, 1976. p. 21-77, 81-151, 155-279. (b) Luiz Werneck VIANNA. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. Cap. 3, 4 e 5. (c) Moniz BANDEIRA. *Presença dos Estados Unidos no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. Parte 3. (d) Glauco CARNEIRO. *História das revoluções brasileiras.* Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965. V. 2, Cap. 16, 17, 18 e 19. (e) José Maria BELLO. *A history of modern Brazil 1889-1964.* Stanford, Stanford Univ. Press, 1968. p. 279-96.

13. Para a sucessão de conflitos políticos e sociais, conspirações e tentativas de golpe, vide (a) Leôncio BASBAUM. *História sincera da república: de 1930 a 1960.* São Paulo, Ed. Fulgor Ltda., 1968. p. 13-101. (b) Edgard CARONE, *op. cit.* p. 283-378.

14. Os integralistas foram a versão brasileira dos fascistas. Vide (a) Hélgio TRINDADE. A ação integralista brasileira: aspectos históricos e ideológicos. *Dados,* Rio de Janeiro (10):25-60, IUPERJ, 1973. (b) Hélgio TRINDADE. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.* São Paulo, DIFEL, 1974. (c) José CHAZIN. *O integralismo de Plínio Salgado.* São Paulo, Ed. Grijalbo, 1978. (d) Evaldo Amaral VIEIRA. *Oliveira Vianna & o estado corporativo.* São Paulo, Ed. Grijalbo, 1976.

15. Vide Eduardo de Oliveira e OLIVEIRA. Movimentos políticos negros no início do século XX no Brasil e nos Estados Unidos. *Caderno de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira. Rio de Janeiro,* Univ. Federal Flu-

minense, 1976. p. 6-10 (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia).

16. A Aliança Nacional Libertadora, fundada em 1935 logo após a criação de frentes populares na Europa, aliança esta que foi considerada ilegal no mesmo ano, tornou-se a primeira organização política nacional das classes populares. Vide Ronald H. CHILCOTE. *The Brazilian communist party — 1922-1972*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1974.

17. O. IANNI, *op. cit.* p. 49.

18. Phillipe C. Schmitter fez um estudo aprofundado do corporativismo associativo mostrando-o como uma forma de articulação e exclusão de interesses, o qual é extremamente valioso para o entendimento desse período. Vide *Interest, conflict and political change in Brazil*. California, Stanford Univ. Press, 1971.

19. Para uma análise completa de uma supervisão politicamente autoritária do movimento trabalhista brasileiro e das classes trabalhadoras, vide Kenneth Paul ERICKSON. *The Brazilian corporative state and working class politics*. Berkeley, Univ. of California Press, 1977.

20. Vide Régis de Castro ANDRADE. Perspectives in the study of Brazilian populism. *LARU Working Paper*, Toronto, (23):9-17, s. ed., 1977.

21. O conceito de bloco histórico é tomado a Antônio Gramsci. Em linhas gerais, um bloco histórico pode ser definido como a "unidade de estrutura e superestrutura, de elementos opostos e distintos", "ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante das superestruturas é a reflexão do conjunto das relações sociais da produção". Vide (a) Q. HOARE & G. NOWELL-SMITH. *op. cit.* p. 137-38, 356-57, 366, 376-77. (b) A. GRAMSCI. *Il materialismo storico*. Roma, Ed. Riuniti, 1971. p. 46-7.

O conceito de bloco histórico é empregado como a "articulação interna de uma dada situação histórica", isto é, a integração e incorporação [articulação] de diferentes classes sociais [opostas] e categorias sociais [distintas] sob a liderança de uma classe dominante ou bloco de frações. Essa classe dominante ou bloco de poder consegue assegurar o consenso e o consentimento das classes e grupos subordinados e subalternos em decorrência de sua capacidade de definir e manter as normas de exclusão social e política. Assim, a tradução política da noção de bloco histórico é de hegemonia. No entanto, não se deve entender hegemonia como uma mera legitimação ou aquiescência a um conjunto de valores, pois ela envolve o exercício de diferentes formas de coerção na própria definição das básicas relações classistas de força. Sobre hegemonia e bloco histórico, vide (a) Hughes PORTELLI. *Gramsci y el bloque histórico*. México, Siglo XXI, 1979. p. 70-91, 119. (b) Maria Antonietta MACCIOCHI. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 148-50.

O bloco histórico é então *aufgehebt* (preservado e encoberto, anulado e reproduzido) pelo Estado, isto é, pela "sociedade civil e política". Vide (a) Christine BUCI GLUCKSMANN. *Gramsci e lo stato*. Roma, Ed. Riuniti, 1976. p. 63-88, 95-140. (b) B. de GIOVANNI, V. GERRATANA & L. PAGGI. *Egemonia, stato, partito in Gramsci*. Roma, Ed. Riuniti, 1977.

22. A burguesia industrial e os novos interesses ligados ao desenvolvimento empresarial precisavam de uma força nova — o "Novo Estado" — independente de qualquer compromisso ou condição anteriores, força esta que se tornaria o poder tutelar da nação. Não se esperava que o "Novo Estado" fosse o "árbitro" das classes já mencionadas, mas sim o supervisor de um bloco histórico liderado pela burguesia, no qual os interesses agrários tradicionais e outros fatores de pressão fossem acomodados. O Estado, aparentemente colocado acima e além das classes e diferenças regionais, tornou-se o partido de todo o bloco dominante. Contudo, o apelo burguês quanto a uma solução burocrático-militar para os problemas sociais e econômicos da industrialização não significava que os industriais e banqueiros se voltariam para uma apatia política. A burguesia não estava satisfeita com a exclusiva "dominação de seus interesses". Ela queria que seus próprios elementos e idéias governassem. Conseqüentemente, durante o Estado Novo (1937-1945) e mesmo após, figuras empresariais tiveram posições-chave no Executivo. Somente após a queda do Estado Novo é que os políticos tentaram generalizar as

propostas particularistas do empresariado. A forma pela qual o Estado Novo foi aprovado pela burguesia pode ser vista em Edgard CARONE. *A terceira república: 1937-1945*. São Paulo, DIFEL, 1976. p. 349-97. Atenção especial deve ser dada à carta aberta a Getúlio Vargas publicada em *O Estado de São Paulo*, em 19 de abril de 1942, assinada pela Federação das Indústrias, pela Associação Comercial de São Paulo e por um grande número de corporações distintas. Vide também (a) Régis de Castro ANDRADE. *op. cit.* p. 15 e nota bibliográfica 23. (b) Eli DINIZ, *op. cit.* Cap. 2. p. 94-109.

23. O termo "convergência de classes" aplica-se a uma situação onde diferentes classes se acham reciprocamente acomodadas no aparelho do Estado com um relacionamento contraditório e competitivo. Elas são basicamente reconciliáveis em decorrência de sua ligação estrutural, com domínio político servindo de mediador. Sobre essa convergência de interesses, vide Hamza ALAVI. The state in post colonial societies: Pakistan and Bangladesh. *New Left Review*, London, (74):59-82, s.d. Este capítulo foi estruturado basicamente a partir da análise de Hamza Alavi.

Sobre a forma histórica concreta de tal convergência, vide L. MARTINS. *op. cit.* p. 114-20. Sobre a supremacia dos interesses industriais, vide E. DINIZ. *op. cit.* Cap. 4 e 5.

24. Para interpretação do papel político e econômico do Estado Novo, vide (a) E. CARONE, *A terceira... op. cit.* p. 134 et passim. (b) L. BASBAUM. *op. cit.* p. 105-06. (c) E. CARONE, *O Estado Novo: 1937-1945*. São Paulo, DIFEL, 1976. (d) E. DINIZ. *op. cit.* Cap. 5 e 6. (e) L. MARTINS, *op. cit.* p. 202-66, 288-309.

25. Para interpretações do papel político das Forças Armadas durante esse período, vide (a) Edmundo CAMPOS. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976. (b) E. DINIZ. *op. cit.* p. 292-93.

26. Vide (a) Magda FRITSCHER. Desarrollo de la política nacionalista en Brasil. *Latino América: anuário de estudios latinoamericanos*, s. l. (4):135, 1971. (b) Teotônio dos SANTOS. El nuevo carácter de la dependência. In: MAR, José Matos ed. *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia*. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1969. p. 64-5 (Instituto de Estudios Peruanos). (c) Nelson Mello de SOUZA. Subdesenvolvimento industrial. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1967. p. 28-34. (d) Maria da Conceição TAVARES. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 67-79. (e) W. DEAN. *op. cit.* (f) P. EVANS. *op. cit.*

27. Sobre o papel cambiante do Estado, vide (a) P. EVANS. *op. cit.* p. 83-90. (b) E. DINIZ, *op. cit.* Cap. 6 e 7. (c) Octavio IANNI. *Estado y planificación económica en Brasil: 1930-1970*. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1971. p. 18-70.

28. Vide (a) Paulo SINGER. A política das classes dominantes. In: *Política e revolução... op. cit.* p. 86-90. (b) Francisco de OLIVEIRA. *op. cit.* Essa nacionalização foi apoiada de fato e até mesmo conduzida pelos próprios industriais. Vide E. DINIZ. *op. cit.* p. 103-05.

29. Régis de Castro ANDRADE. *op. cit.* p. 9.

30. E. DINIZ. *op. cit.* p. 76-7.

31. Vide (a) Evaldo Amaral VIEIRA. *op. cit.* Cap. 3 e 4. (b) E. DINIZ. *op. cit.* p. 94-109.

32. Sobre o conceito de "mobilização de *bias*", vide Peter BACHRACH & Morton S. BARATZ. Two faces of power. *The American Political Science Review*, s. l., 56:632-42, Dec. 1962.

33. Em meados da década de trinta e início da década de quarenta, foram criadas ou reativadas quatro categorias de órgãos com o objetivo de apoiar a expansão industrial:

a) os institutos destinados a regular o consumo e a produção nos setores agrários e extrativos;

b) organismos destinados a aplicar medidas de incentivo para a indústria privada, como a Comissão de Similares, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, ao passo que industriais dirigiam agências-chave de tomada de decisão como, por exemplo, a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil — CEXIM;

c) entidades que visavam a implementar a expansão ou inspeção de serviços básicos de infra-estrutura para a industrialização, como era o caso da Comissão do Vale do Rio Doce, Conselho de Águas e Energia, Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Comissão do Plano Rodoviário Nacional, Comissão de Combustíveis e Lubrificantes, Conselho Nacional de Ferrovias e Comissão Nacional de Gasogênio;

d) organismos destinados a participar diretamente das atividades produtoras, tais como mineração e siderurgia.

Vide (a) Maria do Carmo Campello de SOUZA. *Estado e partidos políticos no Brasil 1930 a 1964*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. p. 98-100. (b) E. DINIZ. *op. cit*. p. 151, notas bibliográficas 1 e 2.

34. E. Diniz, *op. cit*. p. 106-07.

35. Entre 1930 e o final do Estado Novo em 1945, várias organizações de classe foram criadas como, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo — CIESP, o Centro Industrial do Rio de Janeiro e as várias Associações Comerciais do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco, assim como a Confederação Industrial do Brasil e o Conselho Nacional de Indústrias. Seus líderes eram Roberto Simonsen (CBI), Euvaldo Lodi (CNI), João Daudt d'Oliveira (Associação Comercial), Ricardo Xavier da Silveira (Centro Industrial do Rio de Janeiro) e Vicente de Paula Galliez.

36. Entre esses institutos ou conselhos de representação estavam os do açúcar e do álcool, da mandioca, trigo, algodão, café, fumo, sisal, óleos vegetais, vinho, pinho, carne e sal. Alguns produtores se faziam representar por Conselhos Regionais tais como o Instituto do Arroz, a Federação dos Produtores de Lã, o Instituto da Carne do Rio Grande do Sul e o Instituto do Cacau da Bahia.

37. (a) M. Campello de SOUZA. *op. cit*. p. 85. (b) Philippe SCHMITTER. *op. cit*. p. 181-83. (c) E. DINIZ. *op. cit*. Cap. 4 e 6.

38. E. DINIZ. *op. cit*. p. 94-109. As ligações ideológicas e políticas entre o nacionalismo, o desenvolvimento industrial e o autoritarismo foram englobadas pela ideologia de desenvolvimento de Roberto Simonsen, ideologia esta fortemente influenciada por Mihail Manoilesco. Apesar de haverem rejeitado a adoção de uma ideologia explicitamente integralista ou francamente fascista em decorrência de seus aspectos de mobilização e do elevado grau de autonomia que tal ideologia legava ao aparelho burocrático-militar do Estado, os industriais adotaram muitos de seus princípios econômicos e políticos. Porém é importante observar que muitos empresários e profissionais como Pupo Nogueira, Antônio Gallotti, Conde Matarazzo, Rodolfo Crespi e Miguel Reale eram integralistas e apoiavam essa ideologia.

39. O DASP foi criado em 1938 e sua figura-chave era Luís Simões Lopes, que se tornaria um dos diretores da Hanna Mining Co. Vide o Capítulo III deste livro. Para um relato sobre o DASP, vide (a) Maria Campello de SOUZA. *op. cit*. p. 96-8. (b) Lawrence GRAHAM. *Civil service reform in Brazil*. Austin, Univ. of Texas Press, 1968. p. 27-30.

40. T. dos SANTOS. *op. cit*. p. 23. Sempre que figuras burocráticas ou militares eram colocadas em posições de liderança dentro do novo aparelho do Estado, posições aparentemente dominantes, tais figuras se mostravam na realidade "funcionais" e em conseqüência verdadeiramente subalternas, em decorrência de seu compromisso com a ordem e o progresso empresarial. Ao envolver o desenvolvimento industrial em uma trama burocrático-militar, o Estado dava a impressão de ser uma entidade onipresente, considerado tanto como um administrador imparcial quanto um franco benfeitor das "classes produtoras" (os industriais) e das classes trabalhadoras. Vide (a) P. SCHMITTER. *op. cit*. p. 181-82. (b) E. CARONE. *A terceira... op. cit*. p. 349-52.

O bloco industrial-financeiro entrincheirou-se em torno da perícia da burocracia e do Exército, apoiado por um aparelho estatal cujo quadro de funcionários provinha das classes médias, as quais agiam objetivamente como classes auxiliares. O crescimento industrial equiparado ao desenvolvimento nacional reforçou o mito de um distanciamento ideal por parte do Estado. Pela mesma razão, a noção de construção nacional recebeu um conteúdo preciso e

definido de classe. O Estado, ocultando a supremacia da burguesia, representou então um papel nacionalista enquanto desempenhava uma função de classe empresarial. Sobre o conceito de empresário, vide Fernando H. CARDOSO. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico.* São Paulo, DIFEL, 1972. Cap. 1, 3 e 4.

41. Sobre o papel das Forças Armadas, vide (a) Maria Campello de Souza. *op. cit.* p. 101-04. (b) E. DINIZ. *op. cit.* p. 274.

42. Sobre o conceito de "sociedade política", vide (a) Q. HOARE and G. NOWELL-SMITH. *op. cit.* p. 12, 206-09, 268. (b) H. PORTELLI. *op. cit.* p. 27-44.

43. Vide (a) P. EVANS. *op. cit.* Cap. 3. (b) E. DINIZ, *op. cit.* Cap. 3, 5 e 6 (c) W. DEAN. *op. cit.* p. 209-39.

44. Para uma descrição da legislação trabalhista brasileira, vide (a) José Albertino RODRIGUES. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1968. (b) Kenneth ERICKSON. *op. cit.* p. 27-46.

45. Vide (a) Richard BOURNE. *Getúlio Vargas of Brazil 1883-1954.* London, Charles Knight & Co. Ltd., 1974. Cap. 4 (b) L. MARTINS. *op. cit.* p. 309-20. (c) Moniz BANDEIRA. *Presença... op. cit.* Cap. 38.

46. Sobre o conceito de "sociedade civil", vide (a) Q. HOARE & G. NOWELL-SMITH. *op. cit.* p. 12-13, 235-38, 245. (b) H. PORTELLI. *op. cit.* p. 13-26, 30-44.

47. (a) E. DINIZ. *op. cit.* Cap. 6. (b) P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 182-83.

48. Vide Caio Navarro de TOLEDO. ISEB: *fábrica de ideologias: análise de uma instituição.* Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Assis. 1973. Mimeografado.

49. Para um entendimento da profunda ligação entre a indústria local e os interesses multinacionais em decorrência da dependência tecnológica, vide Werner HAAS. *A contribuição do know-how estrangeiro à indústria brasileira.* São Paulo, Ed. BANAS, 1961.

50. Sobre o papel de liderança do industrial local em sua associação com o capital estrangeiro e seus esforços para estimular o investimento estrangeiro no Brasil, vide E. DINIZ. *op. cit.* p. 160-68.

51. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 182-83.

52. Sobre o significado e usos das noções de estado cartorial e estado patrimonial, vide (a) Raymundo FAORO. *Os donos do poder.* Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1958. (b) Riordan ROETT. *Brazil: politics in a patrimonial society.* Boston, Allyn & Bacon, 1972. p. 27-32. (c) Hélio JAGUARIBE. The dynamics of Brazilian nationalism. In: VELIZ, Cláudio, ed. *Obstacles to change in Latin America.* London, Oxford Univ. Press, 1965. p. 162-87.

53. Sobre o papel da FEB, vide A. STEPAN. *The military in politics: changing patterns in Brazil.* Princeton, Princeton Univ. Press, 1971. p. 87, 117, 128.

Para uma análise das atitudes cambiantes dos militares, vide (a) R. BOURNE. *op. cit.* p. 114-18. (b) Lourival COUTINHO. *O General Goes depõe.* Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1955. p. 395-469.

54. L. MARTINS. *op. cit.* p. 132. Ainda não existe uma análise histórica apropriada do PSD e do PTB. Sobre a UDN, vide Octávio DULCI. *A União Democrática Nacional e o antipopulismo no Brasil.* Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Univ. Federal de Minas Gerais, 1977.

55. O populismo tem recebido várias interpretações. Para efeito da presente análise, será considerado o populismo como o bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial. Mesmo sendo a forma que tentou encobrir a supremacia de classe desse bloco de poder, o populismo permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e de desenvolver formas organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política populista. Vide o Capítulo IV deste livro para maiores discussões sobre o assunto. Para análises sugestivas do populismo, vide (a) Michael Lee CONNIFF. *Rio de Janeiro during the great depression 1928-1937: social reform and the emergence of populism.* Tese de doutorado. Stanford Univ., 1976. (b) Régis de Castro ANDRADE. *op. cit.* (c) Transcrições da conferência de 1978 na Univ. de Toronto: *Populism and conceptualization of popular ideologies. LARU*

Studies, Toronto, 3(2-3), s.d. Edição especial. (d) Ernesto LACLAU. *Politics and ideology in marxist theory: capitalism, fascism, populism*. London, NLB, 1977. p. 143-99. (e) Fernando Henrique CARDOSO. *Ideologías de la burguesía industrial en sociedades dependientes*. México, Siglo XXI, 1972. (f) Francisco WEFFORT. El populismo en la política brasileña. In: *Brasil hoy. op. cit.*

56. A deposição de Getúlio Vargas foi auxiliada pelo embaixador americano Adolf Berle, que desencadeou a série de acontecimentos que levou à derrubada do poder. Vide Arthur SCHLESSINGER. *A thousand days*. Estados Unidos, Dell Paperback, 1967. p. 66.

57. M. CAMPELLO, *op. cit.* p. 64.

58. Régis de Castro ANDRADE. *op. cit.* p. 26-7.

59. Osvaldo Trigueiro do VALE. *O General Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

60. Vide Octavio IANNI. *Estado... op. cit.* p. 84-97. Sobre a formação da ESG e seu significado político, vide A. STEPAN. *op. cit.* Cap. 8.

61. Sobre a FIESP e o CIESP, vide P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 180-203.

62. Os objetivos específicos do SESI eram "estudar, planejar e orientar, direta ou indiretamente, os meios que contribuem para o bem-estar social dos trabalhadores industriais e objetivos semelhantes". Embora a sua função imediata fosse baixar o custo de vida concedendo vários benefícios aos trabalhadores, o SESI procurou também abafar o protesto político "através da estimulação do sentimento e espírito de justiça social entre as classes". O objetivo a longo prazo era lançar a "base ideológica e atitudinal para a sociedade industrial capitalista". O SESI visava a "educação social" dos trabalhadores divididos em grupos pequenos, proporcionando "uma compreensão clara de seus deveres frente à comunidade" e mostrando-lhes "a possibilidade de uma melhoria profunda em suas condições econômicas, sociais e morais... sem que se tornasse necessária uma revolução ou uma ruptura das tradições da nossa civilização cristã". A concepção de Simonsen ultrapassava os limites de uma doutrinação crua. Os trabalhadores deveriam ser também instruídos quanto a "seus direitos dentro das leis trabalhistas e ao fato de terem advogados à sua disposição", ao passo que se tornava necessário ensinar técnicas organizacionais aos líderes das classes trabalhadoras e *apoiar financeiramente* suas associações. Somente um movimento trabalhista forte, bem organizado e bem informado poderia assegurar o tipo de paz social imaginado por Simonsen como a base da sociedade industrializada brasileira. A estratégia empresarial envolvia também a educação social dos empregadores, "explicando a eles a função social da propriedade privada, tornando-os familiarizados com as limitações necessárias do poder econômico e político para a realização de uma democracia capitalista". P. SCHMITTER. *op. cit.* 1971. p. 185-86. Entre os participantes desses cursos achava-se um jovem professor, Jânio Quadros, que se tornaria presidente em 1961 como o candidato das grandes empresas. Vide o Capítulo IV deste livro.

63. Alberto Pasqualini, ideólogo expoente do PTB e um dos maiores colaboradores de Getúlio Vargas na criação do partido no Rio Grande do Sul, Estado natal dessas duas figuras políticas, explicou que: "Eu não sou um homem de esquerda ou de direita. Certamente não sou um socialista. Penso apenas que a burguesia deveria dar uma certa contribuição. Há muito egoísmo entre os ricos. A mim me parece que os burgueses estão se tornando cada vez mais cegos e surdos". Vide R. BOURNE. *op. cit.* p. 148.

64. F. C. CARDOSO. *Ideologías... op. cit.* Cap. 2.

65. S. HUNTINGTON & C. MOORE. *op. cit.* p. 510.

66. E. ERICKSON. *op. cit.* Cap. 2, 3 e 4.

A intensa migração interna de trabalhadores sem tradição política que vinham de áreas rurais atrasadas para a cidade, os quais eram responsáveis pela composição "rural-urbana" das classes trabalhadoras, explica em grande parte a ingenuidade política da massa industrial brasileira. Vide Octavio IANNI. *Crisis in Brazil*. New York, Columbia Univ. Press, 1970. p. 51.

67. Através do peleguismo estabeleceram-se, entre outras, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) em 1946, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Trabalhadores em Transportes Fluviais, a Confederação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC) em 1958, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Fluviais, Marítimos e Aéreos (CNTFMA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade (CONTCP) em 1960.

Um controle maior foi exercido através de um sistema de proteção política que mantinha os sindicatos dependentes do Ministério do Trabalho pela administração dos recursos financeiros. O. IANNI. *op. cit.* p. 51.

68. Para uma análise da ideologia de Adhemar de Barros, político e empresário sagaz, proprietário da Carbonífera Brasileira S.A., vide Guita Grin DEBERT. *Ideologia e populismo.* São Paulo, T. A. Queiroz Ed. Ltda., 1979. Cap. 3.

69. Sobre as relações entre o Executivo e o Congresso, vide (a) Sérgio ABRANCHES. *O processo legislativo: conflito e conciliação na política brasileira.* Dissertação de mestrado. Univ. de Brasília, 1973. p. 1-15. Mimeografado. (b) Celso LAFER. *O sistema político brasileiro.* São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975. p. 62-8.

70. Vide R. BOURNE. *op. cit.* p. 160-61.

71. Sobre uma análise da ideologia de Carlos Lacerda, vide Guita GRIN. *op. cit.* Cap. 5.

72. Para uma avaliação dessa fase e das questões-chave envolvidas, vide Moniz BANDEIRA. *Presença... op. cit.* Cap. 40-42.

73. Francisco de OLIVEIRA. *A economia da dependência imperfeita.* Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 79-80.

74. Para uma discussão das tendências nacionalistas da segunda administração de Getúlio Vargas, entre 1950 e 1954, vide (a) O. IANNI. *Estado... op. cit.* p. 98-123. (b) Gabriel COHN. *Petróleo e nacionalismo.* São Paulo, DIFEL, 1968. (c) Medeiros LIMA. *Jesus Soares Pereira: petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. (d) Moniz BANDEIRA. *op. cit.* p. 323-65. (e) John D. WIRTH. *The politics of Brazilian development.* Stanford, Stanford Univ. Press, 1970.

75. (a) R. BOURNE. *op. cit.* p. 161-64. (b) G. COHN. *op. cit.*

76. (a) Hélio JAGUARIBE. Political strategies of national development in Brazil. *Studies in Comparative International Development,* St. Louis, Missouri, 3(2):31-2, 1967/8. (Social Science Institute, Washington Univ.). (b) R. BOURNE. *op. cit.*

77. Uma versão da competição e colaboração desses interesses é apresentada em P. EVANS. *op. cit.* p. 131-43.

78. (a) M. BANDEIRA. *op. cit.* p. 363-65. (b) R. BOURNE. *op. cit.* p. 185-97.

79. Eugenio Gudin era um dos diretores da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, da Electric Bond & Share Co. — EBASCO (I.T.T.), das Empresas Elétricas Brasileiras, da Cia. Paulista de Força e Luz (AMFORP) e da Standard Oil. Ele era também um economista importante da Fundação Getúlio Vargas.

80. (a) Frank ACKERMAN. Industry and imperialism in Brazil. *Review of Radical Political Economics,* s. l., 3(4):17-21, Spring 1971. (b) Nathaniel LEFF. *Economic policy-making and development in Brazil 1946-1964.* Estados Unidos, John Wiley & Sons, 1968. p. 59-66. (c) R. NEWFARMER & W. MUELLER. *op. cit.* p. 97. (d) M. BANDEIRA. *op. cit.* p. 365-72.

81. Hélio JAGUARIBE, *Problemas do desenvolvimento latino-americano.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. p. 12.

82. Para análises do modelo de desenvolvimento propiciado por Juscelino Kubitschek e do seu período político, vide (a) O. IANNI. *Estado... op. cit.* p. 124-64. (b) Carlos LESSA. Quinze anos de política econômica. *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.* São Paulo, UNICAMP, Ed. Brasiliense, 1976. (c) Maria Victoria de Mesquita BENEVIDES. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 199-240.

83. Celso LAFER. *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's target plan — 1956-1961.*

Ithaca, Cornell Univ., Dissertation Series n. 16, 1970. (Latin American Studies Program).

84. F. de OLIVEIRA. *op. cit.* p. 83-4.

85. Em 1959, havia mais de 400 empresas de origem americana operando no Brasil. Vide ESG. Documento n. Tg-10-59. p. 17. Os interesses industriais locais mostravam uma tendência marcante a se ligarem a companhias oligopolistas multinacionais. Vide Nelson de Mello e SOUZA. *op. cit.* p. 28-9. Não é de se surpreender, portanto, que a terça parte das empresas multinacionais americanas entrou originalmente no mercado brasileiro através da aquisição e não arriscando investimento novo. Além disso, entre 1960 e 1972, a quarta parte do aumento no ativo das firmas americanas deveu-se ao fato de elas haverem assumido o controle de outras firmas. E mais ainda, houve uma mudança na escolha setorial de penetração por parte do investimento americano direto. Enquanto em 1929 o investimento americano era responsável por 64% do comércio, utilidades públicas e outros e somente por 24% da manufatura, deixando 12% para os setores extrativo e primário, em 1950 os números eram, respectivamente, 39%, 44% e 17%, sendo que o investimento em manufatura mostrava uma marcada tendência para um crescimento contínuo. Em 1929, o valor contábil do investimento americano direto era de 194 milhões de dólares e em 1946 esse valor atingiu 323 milhões de dólares. Em 1950 o valor era de 644 milhões de dólares, chegando a 953 milhões de dólares em 1960. Vide P. EVANS. Continuity and contradiction in the evolution of Brazilian dependence. *Latin American Perspectives*, s.l., 3(2):44, Spring 1976.

86. (a) F. de OLIVEIRA. *A economia... op. cit.* p. 85, 116-17. (b) M. BANDEIRA. *op. cit.* p. 375. (c) H. Ferreira LIMA. Capitais europeus no Brasil. *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro, (4):45-64, mar./abr. 1956.

87. O resultado das diretrizes políticas de Juscelino Kubitschek foi extraordinário. Indústrias que em 1949 importavam mais da metade de seu estoque tornaram-se centros-chave de crescimento para os setores industriais. Entre 1949 e 1962, a indústria química proporcionava 14,8% do crescimento total, seguida pelo setor de transportes com 14,4%, metais com 11,3%, industrialização de alimentos com 10,8% e pela indústria têxtil com 8,9%. A quota de crescimento total da produção das empresas *multinacionais foi estimada* em 33,5% durante a expansão manufatureira de 1949 a 1962 e em 42% no que dizia respeito ao crescimento da indústria de substituição de importações. Vide R. NEWFARMER & W. MUELLER. *op. cit.* p. 97.

88. Em 1955, Roberto Campos fez comentários extraordinariamente francos sobre o que seria a base lógica do período de Juscelino Kubitschek: "Optar pelo desenvolvimento implica a aceitação da idéia de que é mais importante maximizar o índice de desenvolvimento econômico do que corrigir desigualdades sociais. Se o ritmo de desenvolvimento for rápido, a desigualdade pode ser tolerada e controlada com o tempo. Se o ritmo de desenvolvimento cair em decorrência de incentivos inadequados, praticar a justiça distributiva transforma-se em participação na pobreza. Obviamente, isso não quer dizer que se deva deixar sem controle os instintos predatórios que ocasionalmente se acham presentes em certos setores capitalistas. Isso significa meramente, dentro do nosso estágio de evolução cultural, que a preservação de incentivos para o crescimento da produção deve ter prioridade sobre medidas que visem a sua redistribuição". Vide Thomas SKIDMORE. *Politics in Brazil 1930-1964: an experiment in democracy.* Oxford, Oxford Univ. Press, 1967. p. 387, nota bibliográfica.

89. C. LAFER. *op. cit.* p. 89.

90. H. JAGUARIBE. Political strategies... *op. cit.* p. 40. Contrariamente a argumentos neoweberianos, o desenvolvimento de burocracias governamentais não apresentava normas implícitas de tratamento universal para casos semelhantes de acordo com um código de regras. Ao contrário, as burocracias governamentais incorporavam o antigo sistema de nomeação paternalista de familiares e amigos. Vide C. LAFER. *op. cit.* p. 67.

91. O empresário Antônio Carlos do Amaral Osório, que teria um papel muito importante nos acontecimentos que leva-

riam à queda de João Goulart, observou posteriormente que a industrialização de Juscelino Kubitschek "gerou uma série de problemas dentro das estruturas econômicas, sociais e políticas. No campo da administração pública, [a industrialização] teve repercussão com a criação de uma série de organizações paralelas dentro do Estado... com o propósito de satisfazer as necessidades que surgiam em conseqüência de problemas econômicos e sociais que se acumulavam". Vide também L. MARTINS. *op. cit.* p. 136.

Vide A. C. do Amaral OSÓRIO. O Estado revolucionário e o desenvolvimento econômico. In: *O processo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro, AERP, 1969. p. 114.

92. Vide P. EVANS. *Dependent... op. cit.* Cap. 4 e 5.

93. F. de OLIVEIRA. *op. cit.* p. 39-40.

94. C. LESSA. *op. cit.* p. 65.

95. Em princípios da década de sessenta, as alternativas de um desenvolvimento nacionalista liderado pelo Estado ou de associação com interesses estrangeiros e desenvolvimento integrado reapareceram como um dilema crucial. A posição contra o Estado foi amplamente defendida por figuras militares influentes como o Marechal Ignácio José Veríssimo, que era então um importante ativista antipopulista. Durante uma reunião da FIESP, o Marechal Veríssimo advertiu que "Quando brasileiros presenciam, sem piscar os olhos, a ação do Estado para se tornar o chefe supremo do ferro através do complexo de Volta Redonda e da Companhia Vale do Rio Doce, o chefe supremo do transporte ferroviário através da Rede Ferroviária Federal, o grande construtor de navios através da Lóide, ITA, Navegação do Prata e Navegação da Amazônia, o chefe supremo de uma série completa de atividades econômicas através dos Institutos do Sal, Pinho, Café, Açúcar e outros e, mais ainda, para se tornar proprietário de estações de rádio, jornais, apropriando-se de empresas de energia elétrica e tornando-se o produtor único de petróleo, possuindo indústrias produtoras de álcali, automóveis, alimentos, calçados etc., quando brasileiros presenciam tais acontecimentos sem se perturbar, então eles estão cometendo "harakiri" [sic] moral." Palestra proferida pelo Marechal J. Veríssimo na FIESP, transcrita em *O Estado de São Paulo* de 20 de fevereiro de 1963.

96. Uma análise do papel do ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros no desenvolvimento de tal idéia é apresentada em M. BENEVIDES. *op. cit.* p. 241-43.

97. Os trabalhadores industriais aumentaram de 450.000 em 1930 para 2.100.000 em 1960, número este que quase dobrou de 1950 até o final do período de Juscelino Kubitschek. Vide Edmundo Macedo SOARES. ESG. Documento n. C-25-63. p. 22-3.

98. Sobre a ideologia do desenvolvimento como consolidação de um processo hegemônico, vide Miriam Limoeiro CARDOSO. *La ideología dominante*. México, Siglo XXI, 1975.

99. H. JAGUARIBE. *Political Strategies... op. cit.* p. 37.

100. Sobre o conceito de classes populares, vide Francisco C. WEFFORT. *Classes populares e política*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Univ. de São Paulo, 1968. p. 1. Sobre a noção de classes, vide F. C. WEFFORT. Política de massas. In: *Política e revolução social no Brasil*. p. 173-78.

101. Para uma análise do "Bonapartismo janista", vide (a) Hélio JAGUARIBE. *Economic and political development: a theoretical approach and a Brazilian case study*. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 1968. p. 184. (b) Carlos Estevam MARTINS. *Brasil — Estados Unidos dos anos 60 aos 70*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, set. 1972 (trabalho para o Seminar on Political Relations between Latin America and USA).

102. O termo bloco nacional-reformista designa a "frouxa" composição das forças políticas representadas no círculo ao redor de João Goulart e que favorecia as diretrizes políticas da industrialização nacionalista fortemente apoiada pelo Estado, a reforma agrária com distribuição de terra, a nacionalização dos recursos naturais, medidas para o bem-estar social, uma política externa neutralista ou alinhada ao Terceiro Mundo, um forte controle das

corporações multinacionais e até mesmo a desapropriação em muitos casos. É importante observar que João Goulart repetiu, dez anos mais tarde, o mesmo modelo de composição de ministério e implementação de diretrizes políticas que havia sido usado por Getúlio Vargas. Esse fato levou, posteriormente, à própria queda de João Goulart, depois de perder o apoio das classes dominantes como um todo.

CAPÍTULO II

A ASCENDÊNCIA ECONÔMICA DO CAPITAL MULTINACIONAL E ASSOCIADO

Introdução

A Segunda Guerra Mundial pode ser considerada um divisor de águas crucial que marcou a consolidação econômica e a supremacia política do capital monopolista nos centros industriais e financeiros.[1] As novas formas de capitalismo, que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com as várias formações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais.[2] O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista. O capital "nacional", que fora predominante no governo de Getúlio Vargas, conseguiria coexistir de modo significativo somente em sua forma associada ou em empresas pertencentes ao Estado.[3] Mesmo nesse último caso, o capital transnacional teria ainda um papel central através de *joint ventures* (empreendimentos conjuntos) entre o Estado e corporações multinacionais, além de exercer controle multinacional parcial das ações de empresas estatais brasileiras.

Penetração multinacional e integração da indústria[4]

As mudanças na divisão internacional do trabalho[5] e a penetração na economia brasileira de um bloco multinacional liderado por interesses americanos deram lugar a novas relações econômicas e políticas, tais como:

a) uma crescente concentração econômica e centralização de capital[6] com a predominância de grandes unidades industriais e financeiras integradas;

b) um processo de controle oligopolista do mercado.[7]

O crescente peso econômico e a relativa importância política do bloco de poder multinacional e associado no Brasil em princípios da década de sessenta foram claramente revelados através dos dados fornecidos por uma pesquisa seminal realizada no Instituto de Ciências Sociais — ICS — da Universidade Federal do Rio de Janeiro.[8]

Através da pesquisa foi feito um levantamento de dados dos grandes grupos econômicos e estimado um universo de 276 grupos bilionários. Desses grupos, 221 tinham um valor de capital mais reservas das empresas que se situavam na faixa de 900 milhões a 4 bilhões de cruzeiros. Foram identificados 55 grupos cujo capital próprio ultrapassava a cifra dos 4 bilhões de cruzeiros; esses foram chamados de "grupos multibilionários".

Esses 55 grupos, que tinham um papel estratégico na economia brasileira, ocupavam as posições de liderança nos setores principais onde operavam, controlando uma parte substancial da produção e circulação de bens.[9] Mais da metade desses grupos tinha a sua sede em São Paulo, aproximadamente um terço deles no Rio de Janeiro e um pequeno número em Minas Gerais.

O estudo do ICS examinou 83 grupos bilionários escolhidos para integrarem uma amostra aleatória de um universo estimado em 221 unidades. Desses 83 grupos, 54, ou seja, 65%, eram "nacionais" e 29 multinacionais. Vinte e cinco dos 54 grupos nacionais, ou seja, 46%, tinham ligações através de empreendimentos comuns com grupos multinacionais. Se essas percentagens forem generalizadas em relação ao universo de 221 grupos bilionários, elas mostrariam 144 "nacionais" (65,1%) e 77 multinacionais (34,9%), dos quais 43 (55,2%) eram grupos multinacionais não-americanos.[10] De um total de 144 grupos "nacionais", somente 78 não tinham ligações bem definidas com interesses multinacionais. A classificação por valor de capital dos grupos bilionários permitiu compor a Tabela 1.

Tabela 1

Valor do capital	Grupos estrangeiros	%	Grupos nacionais	%
900 milhões a 1 bilhão e 500 milhões	19	65,5	15	27,7
1 bilhão e 500 milhões a 3 bilhões	10	34,5	34	62,9
3 a 4 bilhões	—	—	5	9,4

Fonte: T. dos Santos, 1969. p. 52-53
J. Antônio Pessoa de Queiroz, ICS, 1965. p. 152
(Em 1962, o valor do dólar aumentou de Cr$ 100,00 para Cr$ 200,00 no fim do ano).

Apesar da superioridade numérica dos grupos nacionais na faixa dos grupos bilionários, eles se ressentiam de uma menor capacidade de concorrência, com sua atividade limitada por desvantagens tecnológicas, tendo de operar dentro de um mercado oligopolista controlado por companhias multinacionais. Além disso, 58% dos grupos bilionários transnacionais e 37,5% dos grupos não-americanos faziam parte do núcleo predominante do mercado de seu produto principal. Dez grupos de posição importante (8 americanos e 2 multinacionais) eram os maiores produtores em seus respectivos mercados.[11] O capital transnacional americano era proeminente dentro dos grupos multinacionais bilionários. Os americanos representavam 13 grupos (48%) do total de 29 grupos multinacionais bilionários. Os americanos representavam também 48% do total de interesses multinacionais e 15,6% do total de grupos bilionários nacionais e multinacionais.

Dos 55 grupos multibilionários encontrados no Brasil, 31 deles (56,4%) eram multinacionais e 24 deles (43,6%) eram locais ou "nacionais" dos quais, por sua vez, 62,5% tinham ligações variadas com grupos transnacionais. Desses 24, somente 9 grupos (37,5%) não tinham ações nas mãos de corporações multinacionais, ao passo que 2 deles tinham diretorias interligadas com as de corporações multinacionais.[12] A supremacia multinacional mostrava-se mais intensa à medida que eram feitas comparações entre as diferenças do montante de capital de grupos multinacionais e locais. Dezenove grupos "nacionais" (79,0%) de um total de 24 tinham capital entre 4 e 10 bilhões de cruzeiros, enquanto 18 grupos multinacionais (58,0% do total) enquadravam-se nessa categoria. Em uma posição intermediária, de 10 a 20 bilhões de cruzeiros, havia 3 grupos nacionais (14,0%) e 10 multinacionais (32,0%). No limite mais alto, acima de 20 bilhões de cruzeiros, havia 2 grupos nacionais (10,8%) e 3 multinacionais (10,0%). O capital transnacional tendia a predominar na faixa mais alta de capital próprio. Dentro dos grupos multinacionais multibilionários, os americanos mantinham uma posição proeminente. Quinze de um total de 31 grupos eram americanos (dois desses grupos eram americano-brasileiros e um canadense-americano). Os outros 16 compreendiam 4 alemães, 3 britânicos, 2 franceses, um canadense, um anglo-holandês, um holandês, um argentino, um italiano, um suíço e um anglo-belga-americano. Os 12 grupos americanos, mais os três que tinham ampla participação de empresas dos Estados Unidos, representavam 48,0% dos grupos multinacionais multibilionários e aproximadamente 30% do total de grupos multibilionários nacionais e multinacionais.[13]

A Tabela 2 mostra a distribuição por montante de capital e nacionalidade.

O conjunto dos grupos econômicos multinacionais bilionários e multibilionários somados aos grupos "nacionais" ligados ou associados a interesses multinacionais constituía 68,4% do total, ou seja, 189 grupos de um total de 276 grupos econômicos com um ativo acima de Cr$ 900 milhões. As conclusões a que se pode chegar são claras. As grandes empresas "nacionais" e os grupos que as controlavam eram predominantemente multinacionais, firmemente interligadas através de uma dependência tecnológica ou financeiramente integrados a grupos multinacionais. A grande corporação "nacional" era principalmente uma empresa associada. Esse processo de internacionalização seria estendido ainda mais depois de 1964.

O controle oligopolista de mercado baseava-se principalmente na preferência multinacional pela penetração setorial seletiva, especializada e concentrada, e na integração tecnológica e financeira. Até a década de cinqüenta, o capital transnacional havia se estabelecido em serviços, extração e comercialização de produtos agrícolas e em menor grau, em empresas industriais. Através do Plano de Metas, os interesses multinacionais no Brasil redirecionaram seus investimentos para outros setores e expandiram a economia local em direção à manufatura, no que foi chamado de "segundo estágio de substituição de importação".[14] Esse processo pode ser visto claramente no padrão dos investimentos americanos. Em 1929, a metade dos investimentos americanos ia para companhias de utilidade pública. Mineração, petróleo e comércio representavam 26% do total. No fim da guerra, a manufatura achava-se no mesmo plano das companhias de utilidade pública, cada uma com 39%, e o resto dividido entre o comércio, mineração e petróleo.

Tabela 2

	Grupos multinacionais I		Grupos nacionais ligados a grupos estrangeiros através de ações II		Outros grupos nacionais			
Capital	Número	%	Número	%	Número	%	Total	% de I e II
Bilionários 900 milhões a 4 bilhões	77	34,9	66	29,9	78	35,2	221	64,8
Multibilionários acima de 4 bilhões	31	56,4	15	27,3	9	16,3	55	83,7
TOTAL	108	39,1	81	29,3	87	31,6	276	68,4

Fonte: T. dos Santos, 1969. p. 38

Em 1950 a manufatura já representava 44%, subindo a 54% em 1960 e atingindo 68,0% em 1966.[15]

No início da década de sessenta, 78,1% dos grupos multibilionários tinham como atividade principal a indústria, sendo que nela eles estavam distribuídos num número variado de ramos. Em comparação com grupos multinacionais, os grupos multibilionários locais destacavam-se nos setores de importação-exportação, nos bancos e na indústria de bens de consumo não-duráveis. Eles se equilibravam com os interesses multinacionais no que dizia respeito ao setor de investimento e na indústria de base, onde o Estado tinha uma participação relevante, e aproximavam-se dos grupos multinacionais. Os grupos "nacionais" levavam franca desvantagem em todos os demais setores: distribuição, serviços de utilidade pública, bens duráveis e maquinário pesado.[16]

Os grupos multinacionais (principalmente os americanos) preferiam claramente o setor industrial.[17] A distribuição dos 55 grupos multibilionários e dos 83 grupos bilionários, segundo o setor de atividade e nacionalidade, pode ser vista na Tabela 3.

Tabela 3

SETORES	BILIONÁRIOS				MULTIBILIONÁRIOS			
	Estrangeiros		Nacionais		Estrangeiros		Nacionais	
	N.°	%	N.°	%	N.°	%.	N.°	%
Indústria	25	86,2	40	74,1	26	83,9	17	70,8
Comércio	2	6,9	10	18,5	4	12,9	3	12,5
Bancos	2	6,9	4	7,4	1	3,2	4	16,7
TOTAL	29	100,0	54	100,0	31	100,0	24	100,0

Fonte: T. dos Santos, 1969. p. 54
M. Vinhas de Queiroz, ICS, 1965. p. 65

A distribuição dos grupos por ramo de atividade principal em princípios da década de sessenta é mostrada na Tabela 4.

Tabela 4

Setor de Atividade	Nacionais	Multinacionais
Não-industrial		
Exportação-importação (2 nac. + 2 multin.), serviços industriais (1 nac. + 2 multin.), bancos (3 nac.), investimentos (1 nac. + 1 multin.), distribuição (1 nac. + 2 multin.)	8 (33,3%)	7 (20,7%)
Industrial		
Bens de consumo não-duráveis	8 (33,3%)	5 (17,2%)
Bens de consumo duráveis	1 (42 %)	7 (24,1%)
Maquinário pesado	1 (42 %)	4 (13,9%)
Indústrias básicas	6 (25 %)	8 (24,1%)
TOTAL	24 (100 %)	31

Fonte: M. Vinhas de Queiroz, ICS, 1965. p. 55
L. Martins, ICS, 1976. p. 437
F. H. Cardoso, CEBRAP N. 8. p. 59

A forte integração tecnológica do capital também teve relevância para a posição de primazia transnacional ocupada no mercado pelas empresas multinacionais. A integração tecnológica favorecia a tendência de concentração em setores especializados de atividade, permitindo assim uma maior integração das companhias multinacionais, as quais tendiam a dominar o mercado em sua concorrência com grupos econômicos "nacionais". Em contraposição, a diversificação e falta de unidade de caráter tecnológico eram mais acentuadas nos grupos econômicos "nacionais", como é mostrado na Tabela 5.

Tabela 5

	MULTIBILIONÁRIOS		BILIONÁRIOS	
	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais
Estritamente especializadas	5	—	11	—
Atividades variadas relacionadas horizontalmente e relativamente especializadas	20	11	9	2
Atividades verticalmente relacionadas com pouca diversificação	5	5	4	—
Diversificadas	1	5	5	—
Muito diversificadas	—	3	—	52

Fonte: M. Vinhas de Queiroz, ICS, 1965. p. 63
T. dos *Santos*, 1969. p. 54-56

Além da unidade tecnológica e da especialização da produção, outro índice da integração dos grupos multinacionais comparados aos grupos "nacionais" é o relacionamento entre o número de empresas e o volume do capital, tal como é visto na Tabela 6.

Tabela 6

NACIONAIS			MULTINACIONAIS		
Grupos	Empresas	Capital	Grupos	Empresas	Capital
24	506	218.935.9 bilhões	31	234	305.737.7 bilhões
Média por empresa: 432 milhões			Média por empresa: 1.307 milhões		

Os números são representados em cruzeiros
Fonte: T. dos Santos, 1968. p. 448
M. Vinhas de Queiroz, ICS, 1965. p. 64

Entre a amostragem dos 83 grupos bilionários, 10 multinacionais e somente 2 nacionais eram os principais ou únicos produtores nos setores onde exerciam suas atividades principais. Dois grupos nacionais possuíam empresas ocupando o segundo lugar no setor de sua atividade principal, 3 grupos possuíam empresas entre aquelas em posição de controle do mercado onde operavam e um grupo tinha monopólio efetivo em seu setor principal.[18] Grupos nacionais bilionários também operavam numa estrutura de mercado oligopolística ou num mercado de concorrência imperfeita, apesar de não terem posição de liderança como os seus correspondentes multinacionais.

Quatorze dos 29 grupos multinacionais bilionários operavam numa estrutura de mercado oligopolística; 4 grupos (todos americanos) funcionavam em condições de quase-monopólio e 9 operavam num mercado de competição imperfeita (ou concorrência monopolística); 5 deles operavam em mercado de concorrência monopolística concentrada, isto é, onde um grupo controlava mais de 50% do mercado, e 4 grupos operavam em concorrência monopolística sem concentração.[19] O grau de controle do mercado por grupos multinacionais, multibilionários pode ser aferido na Tabela 7.

Mais de 65% dos grupos multinacionais operavam em áreas de atividade onde tinham controle total, ou quase total, do mercado. Os grupos americanos operavam em setores onde tinham controle total, ou quase total (92,4%), do mercado. Nenhum dos grupos americanos agia em mercado de concorrência monopolística sem concentração ou em setores onde as multinacionais não tivessem um acentuado controle do mercado.

Tabela 7

Grau de controle	Grupos estrangeiros	%	Americanos	%	Outros	%
Acima de 90% estrangeiro	10	34,5	6	46,2	4	25,0
Grande	9	31,0	6	46,2	3	18,8
Médio	4	13,8	1	7,6	3	18,8
Pequeno	6	20,7	—	—	6	37,4
TOTAL	29	100,0	13	100,0	16	100,0

Fonte: T. dos Santos. 1968. p. 448

Dezessete (58,6%) dos grupos multinacionais (menos da quinta parte do total dos 83 grupos bilionários da amostragem) pertenciam ao núcleo produtivo predominante do mercado e somente 12 grupos (41,6%) estavam fora dele. A situação dos grupos bilionários locais era diferente. Somente 8 grupos (14,8%) tinham posição de controle no mercado onde operavam, e 46 grupos (85,2%) estavam fora dele. Mesmo assim, deve-se lembrar que cerca da metade dos grupos "nacionais" tinha ligações relevantes com grupos multinacionais. Onze (84,6%) dos americanos compunham o núcleo predominante como produtores únicos ou como primeiros produtores na faixa dos grupos milionários.[20] Evidência adicional da tendência dos grupos multinacionais para o estabelecimento de um controle oligopolístico do mercado pode ser obtida na Tabela 8, que mostra o grau de monopolização no setor metalúrgico sediado em São Paulo.[21]

Tabela 8

Ramos de atividade	Número de empresas	Parte da produção correspondente às 3 maiores empresas (%)
Estruturas metálicas	8	76
Instrumentos agrícolas	9	97
Arados	17	76
Motores elétricos	9	86
Refrigeradores	8	91
Máquinas de lavar	6	82
Balanças	19	74
Elevadores	6	99

Fonte: T. dos Santos, 1969. p. 38

Grandes companhias multinacionais e mesmo "nacionais" dominavam a economia.[22] Interesses multinacionais predominavam no setor *secundário*, o mais dinâmico deles. Através de seu controle oligopolista do mercado, as companhias multinacionais ditavam o ritmo e a orientação da economia brasileira. Nos centros capitalistas (Estados Unidos e Europa), o capital financeiro reinava supremo no círculo de hegemonia americana. O capital americano, que detinha somente 2,0% dos investimentos no exterior no primeiro quarto do século, passou a ocupar em 1960 uma posição proeminente, possuindo perto de 60% dos investimentos estrangeiros. Enquanto isso, a participação da Grã-Bretanha, França e República Federal alemã caía para 30%.[23] Um relatório do Bureau of Intelligence and Research do Departamento de Estado americano, elaborado no início de 1963, apresentou uma importante visão geral dos empreendimentos privados americanos no Brasil. Ao delinear o "caráter dos grandes empreendimentos privados americanos naquele país em termos de seu tamanho, localização e origem corporativa", o relatório objetivava servir para "situar no seu contexto esse fator significativo na economia do Brasil e no relacionamento Estados Unidos-Brasil".[24] De acordo com o relatório, os investimentos estrangeiros privados no Brasil totalizavam cerca de 3,5 bilhões de dólares. Os interesses americanos formavam o maior grupo individual de investidores estrangeiros, com aproximadamente a terça parte do total do capital transnacional. Contrariamente ao modelo de investimento dos Estados Unidos em muitos outros países latino-americanos, as ações americanas em companhias de utilidade pública e companhias de mineração no Brasil eram relativamente poucas em relação aos investimentos americanos na produção de maquinário, automotores e utilidades domésticas. A maior parte dos investimentos no Brasil era feita por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas e tributárias. Em alguns casos essas corporações eram organizadas sob um nome tal que não as ligava, à primeira vista, à matriz, a fim de ganhar identidade local.[25] Esses investimentos eram feitos em sua maior parte em indústrias cuja produção ajustava-se a um mercado consumidor de classe média e não tanto para a exportação. Foi esse altamente necessário mercado interno que seria consolidado, depois de 1964, pelo fornecimento das camadas médias em detrimento das classes trabalhadoras industriais e rurais.

O relatório do Departamento de Estado apresentava uma lista de quatro categorias gerais de atividade econômica, nas quais era agrupado todo o capital transnacional no Brasil. As quatro categorias eram: 1) indústria de base e indústria pesada, 2) indústria de base e industrialização de alimentos, 3) atividades não industriais e 4) serviços de utilidade pública. Os interesses americanos predominavam em três dessas categorias através de suas subsidiárias brasileiras. O relatório indicava também que o capital americano abrangia cerca de 40% do investimento estrangeiro em indústrias de base, seguido da Alemanha Federal com 15% e da Grã-Bretanha com 11%. Na indústria leve brasileira, 38% dos investimentos estrangeiros eram de origem americana; a Argentina representava cerca de 13% do capital estrangeiro nesse setor e a Grã-Bretanha 12%. Os Estados Unidos haviam investido 40% do capital estrangeiro privado em financiamento e comércio, contra 10% da Grã-Bretanha e França.[26]

O memorando da pesquisa mostrava um exame mais detalhado das áreas nas quais os investimentos americanos predominavam entre o capital estrangeiro. Na categoria de indústria de base e indústria pesada que atraía cerca de 40% de

todo o *investimento multinacional* privado (aproximadamente 1,4 bilhão de dólares de um total de 3,5 bilhões de dólares), os investimentos americanos chegavam a cerca de 45% do total do capital transnacional. Os setores mais importantes nos quais fundos americanos haviam sido investidos eram:

a) indústria de automotores, de utilidades domésticas e outras indústrias de máquinas, onde os investimentos americanos constituíam mais da metade dos investimentos estrangeiros de cerca de 830 milhões de dólares. Em seguida vinham os interesses da Alemanha Federal e os britânicos. As indústrias de automotores americanas no Brasil eram a General Motors, Ford Motor Co., Willys Motors e International Harvester. Companhias importantes na fabricação de tratores e equipamento rodoviário eram a Caterpillar, Fruehauf, Le Tourneau-Westinghouse e Hyster. As indústrias mais importantes em peças para automóveis incluíam a Bendix, Clark Equipment e Armstead (ex-American Steel Foundries). Os maiores investidores em maquinário e produção de utilidades domésticas eram a General Electric, IBM, Singer Sewing Machine, RCA, Timken Roller e Muncie Gear Works;

b) o setor de indústrias de aço e metal era dominado por investimentos belgas, seguidos pelo Japão. O capital americano representava cerca de 15,0% do total do capital transnacional privado, estimado em 275 milhões de dólares. A seguir vinham os interesses do Canadá e da Alemanha Ocidental. As indústrias metalúrgicas americanas incluíam, entre outras, a Gillette Co. e a Revere Cooper;

c) os maiores investidores americanos nos setores de mineração e petróleo eram a Bethlehem Steel em mineração e as Standard Oil, Texaco e Atlantic Refining na distribuição do petróleo. Os investidores americanos haviam investido cerca de 65,0% do total do capital estrangeiro privado que chegava a 200 milhões de dólares. Em seguida vinham os interesses britânicos e italianos;

d) nos setores de cimento e vidro a França tinha a primazia nos investimentos, seguida pelos Estados Unidos e Suíça. A Pittsburgh Plate Glass, associada a interesses franceses, e a Corning Glass eram as indústrias americanas mais importantes na produção de vidro. A Lone Star Cement e a Dolphin Shipping, essa última associada a uma companhia italiana, eram importantes produtoras americanas de cimento.[27]

Na categoria de indústrias leves e industrialização de alimentos, cujos investimentos chegavam a cerca de 1,1 bilhão de dólares (um terço dos investimentos transnacionais), o capital americano, que representava mais da terça parte, distribuía-se da seguinte maneira:

a) produtos químicos, farmacêuticos e plásticos com 420 milhões de dólares de investimentos transnacionais, 40% dos quais provinham de companhias americanas. Entre as mais importantes estavam a Union Carbide, Celanese Corporation e a Eastman Kodak. Os outros investimentos transnacionais eram principalmente franceses, alemães e suíços;

b) na industrialização de alimentos, os interesses britânicos tinham primazia no volume de seus investimentos, seguidos pelos Estados Unidos e pela Argentina (principalmente Bunge & Born). De um total de 240 milhões de dólares de capital transnacional, os Estados Unidos detinham aproximadamente a quarta parte dos investimentos. As corporações americanas mais importantes eram a Corn Products Company, International Packers e Anderson Clayton;

c) os interesses transnacionais investiam cerca de 165 milhões de dólares na área têxtil. Esse setor era liderado por interesses britânicos e franceses, enquanto

os Estados Unidos *tinham* 12,0% do total. A J. B. Martin e a Ranch River Wool, associada a interesses franceses, eram as corporações americanas proeminentes;

d) nos setores de borracha, madeira e couro, de um total de 150 milhões de dólares de investimentos estrangeiros, os Estados Unidos responsabilizam-se por 50,0%, seguidos pela Itália e Grã-Bretanha. Os gigantes americanos eram a Firestone, Goodyear e a B. F. Goodrich.

e) empresas industriais com interesses em múltiplos setores incluíam corporações engajadas em uma variedade de atividades, tanto industriais quanto comerciais. O grupo de investimento Bunge & Born liderava esse setor, com as corporações americanas responsáveis pela terça parte do total de 92 milhões de dólares de capital transnacional. A Anderson Clayton era a maior entre os interesses americanos, seguida pela United Shoe Machinery e pela Minnesota Mining and Manufacturing;

f) o papel e a celulose respondiam por cerca de 70 milhões de dólares do investimento estrangeiro, com os Estados Unidos responsáveis por 70% deles. As corporações mais importantes eram a Champion Papers e a International Paper.[28]

Em atividades não-manufatureiras, que incluíam finanças, comércio, publicidade, imóveis e agricultura, cerca de 280 milhões de dólares foram investidos, dos quais a terça parte, aproximadamente, provinha dos Estados Unidos. Nos setores bancário e financeiro, os Estados Unidos lideravam o investimento transnacional com cerca de 25% de um total de 152 milhões de dólares. O Canadá vinha em segundo lugar, seguido pela Grã-Bretanha, França e Alemanha Federal. Os grandes interesses americanos incluíam o First National City Bank e o First National Bank of Boston, ao passo que o número de corporações manufatureiras estendiam suas atividades para as áreas de crédito e investimento como, por exemplo, a General Electric, Bethlehem Steel e Eastman Kodak. No comércio predominavam os interesses americanos com cerca de 55% do total de 80 milhões de dólares de investimento transnacional. A Grã-Bretanha vinha em segundo lugar. As maiores corporações americanas eram a Sears Roebuck, a Pittsburgh Plate Glass[29] e a Singer Sewing Machine. Nos setores de publicidade, imóveis e agricultura, o total do capital transnacional era de cerca de 50 milhões de dólares, dos quais 40% era americano. A Esteve Brothers e o King Ranch estavam entre os maiores investidores americanos em agricultura, e a McCann Erickson em publicidade.[30]

No setor de utilidades públicas os investimentos americanos privados detinham somente uma pequena parte. A *holding* canadense Brazilian Light and Traction-Brascan[31] responsabilizava-se por aproximadamente 85% do total de investimentos estrangeiros. Os interesses americanos de maior importância no setor de utilidades, a American and Foreign Power e a International Telephone and Telegraph, respondiam por quase todo o restante do capital estrangeiro nesse setor.

O relatório do Departamento de Estado apresentava também uma lista das maiores firmas americanas no Brasil totalmente controladas ou com predominância de capital americano. Elas eram, em ordem decrescente de acordo com o volume aproximado de capital e reservas, volume este que variava de 60 a 10 milhões de dólares: General Motors do Brasil S.A., Ford Motors do Brasil S.A., Esso Brasileira de Petróleo S.A.,[32] Willys Overland do Brasil S.A., General Electric S.A., Força e Luz de Minas Gerais — EBASCO (Grupo Morgan),[33] Indústria de Pneumáticos Firestone S.A., Indústrias Reunidas Vidrobrás, Texaco do Brasil S.A.,

International Harvester Máquinas S.A., Champion Cellulose S.A., Union Carbide do Brasil S.A., Indústrias Anderson Clayton & Co. — ACCO, Bendix do Brasil Ltda., Cia. Goodyear do Brasil, Cia. Paulista de Força e Luz (American & Foreign Power), ITT, Caterpillar do Brasil S.A., Refinações de Milho (Corn Products Co.), IBM do Brasil, Cia. Energia Elétrica da Bahia (American & Foreign Power), Sears Roebuck S.A., Cia. Atlântica de Petróleo S.A. (Atlantic Refining Co.), B. F. Goodrich do Brasil S.A. e Swift do Brasil.[34]

Deve-se ressaltar neste ponto que no esforço de cunho ideológico, político e militar organizado pela burguesia para derrubar o Executivo de João Goulart, fariam parte empresários importantes, que nele ocupariam posições-chave, ligados à maioria das corporações às quais o estudo do ICS faria referência; também participariam desse espaço a maioria das companhias mencionadas no relatório do Departamento de Estado. Muitas dessas corporações, algumas através de suas subsidiárias e outras diretamente ou através de associações de classe, seriam também importantes contribuintes financeiros para a campanha que levaria à queda do regime populista.

Outros aspectos do processo de concentração

O processo de concentração industrial foi acompanhado por uma extrema concentração de posse de terra. De 1950 a 1960 o número de grandes propriedades baixou de 2,3% do total de estabelecimentos agrícolas para 0,98%. Assim mesmo, esses últimos controlavam até 47,29% da terra,[35] ao passo que 10,4% dos estabelecimentos agrícolas controlavam 79,9% da terra. O comércio agrícola estava ligado a uma grande parte da estrutura bancária.

No setor bancário, o processo de concentração determinou, entre 1958 e 1963, o aumento do número de agências bancárias de 3.937 para 5.943, enquanto o número de matrizes diminuiu de 391 para 324. Esses números ganham maior significado se se considerar o alto grau de interpenetração entre as diretorias dos grandes bancos, as suas operações conjuntas e a parcela do fluxo de caixa e operações financeiras controladas por estabelecimentos individuais dentre os 30 maiores bancos. Esses tinham 3.563 agências de um total de 5.943. Eles administravam ainda depósitos de 2.736.632 de cruzeiros de um total de 3.398.737 de cruzeiros. Vinte e cinco eram privados e 5 pertenciam ao Estado. Dez eram sediados em São Paulo, 9 em Minas Gerais e 5 no Rio de Janeiro.[36] Os bancos tornaram-se agentes centrais do processo de concentração e acumulação.[37]

O processo geral de concentração e centralização econômicas internacionais apresentava outro aspecto além do processo de monopolização de mercado. A concentração econômica dava-se também a nível financeiro, e realizava-se através de um processo de integração entre as empresas e através do controle de um único grupo sobre várias empresas. O processo de integração entre as empresas dava-se principalmente através de *holdings* transnacionais — organizações financeiras que mantinham e geriam o controle de ações e as operações de um certo grupo de empresas. Já o mesmo não acontecia com os grupos nacionais. Neles essa integração tinha características de uma organização interfamiliar. A família ocupava um lugar tão significativo na estrutura de controle e administração das empresas que se pode falar de grupos nitidamente familiares, sejam eles uni ou multifamiliares. Foi esse o caso de grupos oligopolistas como os de Ermírio

de Moraes, Bueno Vidigal, Quartim Barbosa, Villares, Mourão Guimarães e Matarazzo, entre outros. Os grupos nacionais eram controlados por grupos familiares que distribuíam as ações e as posições administrativas entre si, seus parentes, ou entre grupos familiares menores, ligados às famílias nucleares, mas não necessariamente aparentados, como era o caso do grupo Almeida Prado. Em princípio da década de sessenta, somente 3 dos grupos nacionais multibilionários não seguiriam essa estrutura familiar; 7 eram formados pela reunião de empresários isolados e somente 12 grupos podiam ser considerados como liderados por administradores. Dos 55 grupos, 28 (50,9%) possuíam *holdings* puros dentre as firmas que os compunham, sendo que a maioria deles era de grupos nacionais de origem local e não de imigrantes. Os grupos multinacionais operavam através do controle acionário majoritário de suas empresas.[38]

Os grupos multinacionais multibilionários viam de 80 a 90% de suas ações em poder da matriz e somente 3 exerciam controle minoritário de suas empresas. Os grupos multinacionais bilionários mostravam tendências semelhantes, ao passo que era mais acentuado o controle minoritário nos grupos multibilionários locais.

Nenhuma formação é mais representativa do processo de integração capitalista (internacionalização, centralização organizacional e fusão e interpretação financeiro-industrial) que ocorria em meados da década de cinqüenta e princípios da década de sessenta do que a do gigantesco Atlantic Community Development Group for Latin America, mais conhecida por sua sigla ADELA. A ADELA foi formada em 1962 a partir de recomendações feitas por um *think-tank** encabeçado pelo vice-presidente da Standard Oil of New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da FIAT (complexo Agnelli).[39] A ADELA foi posta em ação por parlamentares da OTAN e senadores dos Estados Unidos, entre os quais exerceram papel importante Hubert Horatio Humphrey e Jacob Javits, então senadores e membros do Council for Foreign Relations. A ADELA foi registrada no Grão-Ducado de Luxemburgo em setembro de 1964, operando na América Latina através de um escritório em Lima, Peru.

A organização consolidou-se no fim da década de sessenta e, em fins de 1972, os acionistas da ADELA incluíam cerca de 240 companhias industriais, bancos e interesses financeiros de 23 países, cuja lista é apresentada no Apêndice A. A organização é financiada por alguns dos maiores complexos industriais e financeiros internacionais, o que faz com que ela tenha consideráveis recursos e canais de informação. A ADELA é também capaz de exercer forte pressão sobre os governos dos países onde opera.[40] As suas funções são explorar as oportunidades de investimentos para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais, um papel político que era anteriormente exercido pelos governos dos países onde as matrizes destas companhias estavam situadas. Além disso, a ADELA objetiva o desenvolvimento de uma estratégia de penetração através de investimentos diretos, assistência técnica e perícia administrativa, análise de mercado e comunicações com focos locais de poder. A ADELA se propõe também a realizar contratos com instituições financeiras internacionais, estendendo suas atividades a praticamente todos os setores econômicos.

---

* NT: grupo de especialistas organizado por uma empresa, agência governamental etc. e comissionado para realizar estudos intensivos e pesquisa de problemas específicos.

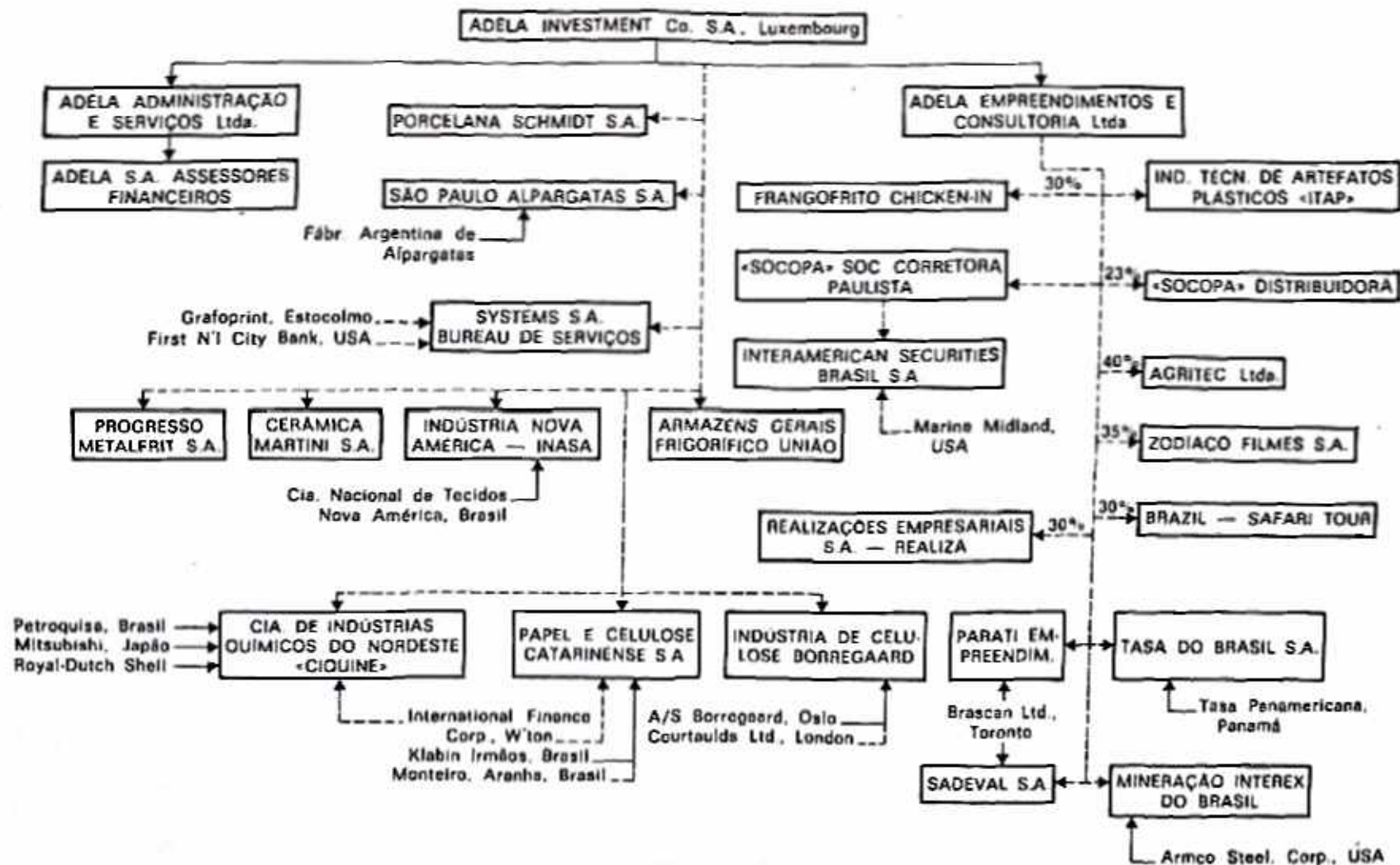
A lista de corporações multinacionais que fazem parte da ADELA sugere claramente o poder subjacente à organização. A ADELA é uma organização supranacional para o *marketing internacional*. Mas isso não é tudo. Além de ser uma organização de consultoria, a ADELA opera também como investidora e está diretamente envolvida em atividades econômicas. No Brasil, a ADELA operava diretamente através das companhias apresentadas no Quadro 1.

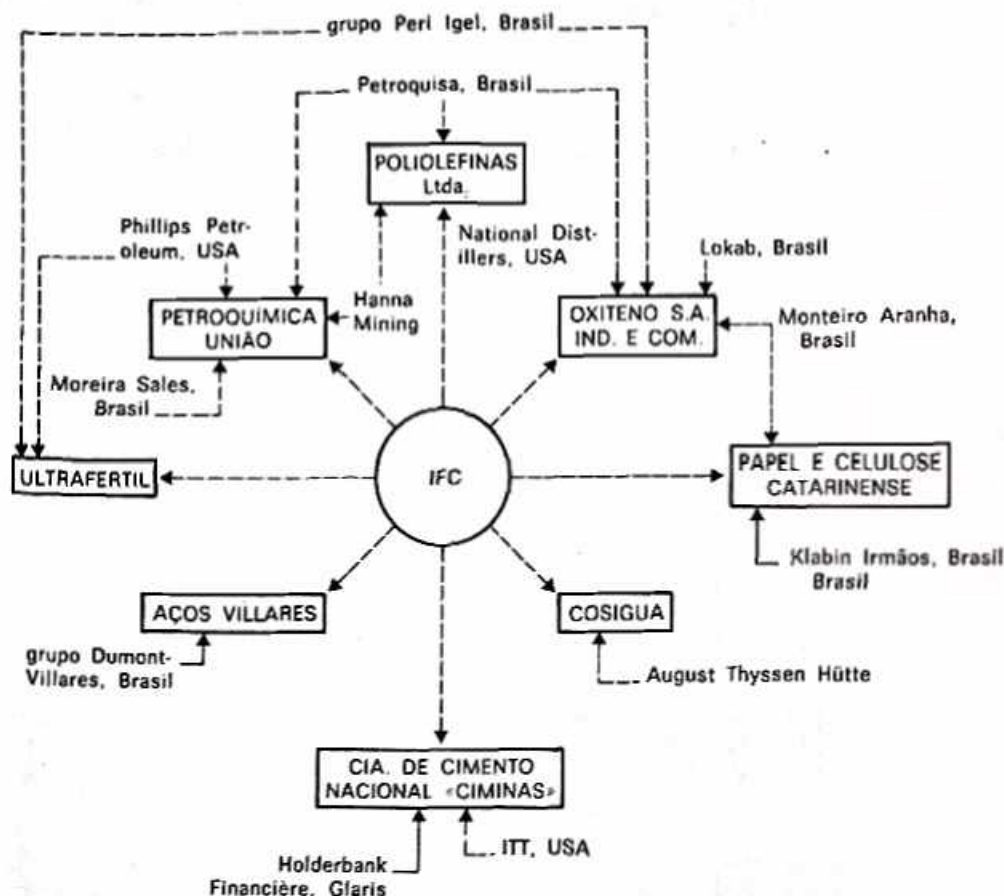
A ADELA assumiu também o papel de mediadora entre instituições financeiras internacionais e os países latino-americanos no planejamento do desenvolvimento desses últimos. O Relatório Anual de 1968 mostrou que a ADELA tinha, em conjunto com a International Finance Corporation — IFC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, "contacto contínuo e livre troca de informações, de maneira a evitar duplicidade de esforços nas áreas de desenvolvimento e participar conjuntamente das análises de oportunidades para investimentos". A ADELA tinha um grande número de projetos em comum com a IFC, incluindo *joint ventures* (empreendimentos conjuntos) em grandes investimentos.[41] A IFC foi fundada em 1956 em bases semelhantes às da ADELA. A IFC investe isoladamente ou em conjunto com outras corporações multinacionais em alguns dos grandes grupos associados e empresas públicas do Brasil. O Quadro 2 mostra a sua rede operacional.

É interessante notar que companhias participantes da ADELA e ligadas à IFC estariam à frente da campanha contra o governo de João Goulart, dando apoio financeiro e agindo através de seus diretores que operariam como ativistas políticos.

O capital monopolista, mediado pela penetração de corporações multinacionais, redefinia a divisão internacional do trabalho e estabelecia um novo centro produtivo-chave e um bloco organizacional dentro da estrutura sócio-econômica brasileira. A industrialização do Brasil seria integrada e absorvida por corporações multinacionais de acordo com a estratégia de expansão do capital global, sublinhando os novos graus de internacionalização, centralização e concentração de capital. O capital monopolista transnacional ganhou uma posição estratégica na economia brasileira, determinando o ritmo e a direção da industrialização e estipulando a forma de expansão capitalista nacional.

A tendência para a desnacionalização, concentração e predominância em setores industriais específicos das multinacionais aumentou fundamentalmente após 1964, uma vez que as condições políticas e econômicas para esse movimento ascendente foram impostas. Nesse processo, o capital americano estabeleceu sua supremacia entre os interesses multinacionais. Em 1969, a "apropriação" da economia brasileira por interesses multinacionais era um fato consumado. Companhias multinacionais controlavam 37,7% da indústria do aço, 38% da indústria metalúrgica, 75,9% dos produtos químicos e derivados de petróleo, 81,5% da borracha, 60,9% das máquinas, motores e equipamentos industriais, 100% dos automóveis e caminhões, 77,5% de peças e acessórios para veículos, 39,8% da construção naval, 71,4% do material para construção de rodovias, 78,8% dos móveis de aço e equipamentos para escritório, 49,1% dos aparelhos eletrodomésticos, 37,1% do couro e peles, 55,1% dos produtos alimentícios, 47% das bebidas, 90,6% do fumo, 94,1% dos produtos farmacêuticos, 41% dos perfumes e cosméticos e 29,3% da indústria têxtil.[42]

Quadro 1

Fonte: Guia Interinvest, 1973, p. 722.

Quadro 2

Fonte: Guia Interinvest, 1973, p. 723.

Em um estudo preparado para o Subcommittee on Multinational Corporations do Committee on Foreign Relations do Senado americano, Richard Newfarmer e Willard Mueller mostraram que a intensa penetração de investimentos multinacionais na economia brasileira e a sua concentração em setores econômicos-chave levaram a uma desnacionalização industrial significativa. Mencionaram ainda que as tomadas de decisão empresariais nas indústrias dominadas por multinacionais pareciam ter sido transferidas efetivamente para as matrizes no exterior.[43] De acordo com a sua estimativa, aproximadamente 70,0% dos 7 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros no Brasil em 1972 iam para a manufatura, com 3 indústrias principais — transportes, produtos químicos e maquinário — responsáveis por mais de 3/4 do ativo líquido americano e por mais de 2/3 das vendas das indústrias. "Além disso, poucas corporações multinacionais controlam, em cada setor industrial, a maior parte do ativo e das vendas. Firmas americanas e de outros países respondem por 158 das 500 maiores empresas não-financeiras no Brasil em todos os setores. Na indústria, elas totalizam 147 das 300 maiores firmas. Mais importante ainda, corporações multinacionais controlam 59 das 100 maiores corporações industriais (as 100 companhias dominantes possuem mais de 3/4 do ativo das 300 maiores)".[44] Conseqüentemente, Newfarmer e Mueller chamavam a atenção para o fato de que as empresas privadas brasileiras gozavam uma posição semelhante de proeminência somente em três setores industriais: minerais não-metálicos, produtos de madeira e papel e indústria alimentícia. Empresas estatais predominavam na produção de aço e refinamento de petróleo (as empresas estatais associavam-se a multinacionais na produção de aço). Newfarmer e Mueller também salientavam que a "desnacionalização se interliga à concentração industrial já que as corporações multinacionais acham-se geralmente localizadas em mercados concentrados. A manufatura é geralmente bastante concentrada: em 176 de 302 indústrias, as 4 fábricas dominantes produziam mais de 50% do valor da produção. Firmas estrangeiras possuíam 3 ou 4 das fábricas dominantes em 32 indústrias, o que respondia por 26% da produção industrial. Quando combinadas às indústrias nas quais pelo menos 2 das 4 fábricas dominantes pertenciam a corporações multinacionais, as firmas estrangeiras dominavam 66 indústrias, compreendendo 44% da produção manufatureira. As firmas estrangeiras mostravam uma concentração média mais alta do que as firmas nacionais, pelo fato de operarem mais freqüentemente em indústrias oligopolistas".[45] Assim, com quase metade da indústria sob controle multinacional, o relatório do Senado americano salientou que corporações multinacionais conduziam-se como "um determinante crítico da *performance* econômica brasileira". O relatório revelou ainda que "como muitas firmas estrangeiras são oligopolísticas, a desnacionalização está ligada à concentração de mercados de produtos. A concentração de mercado outorga poder adicional às corporações multinacionais livres das restrições do mercado competitivo. Se a desnacionalização e a concentração de mercados de produtos continuarem a aumentar, a economia brasileira tornar-se-á cada vez mais vulnerável ao poder de decisão exercido por executivos nas sedes das corporações multinacionais".[46]

Conclusão

O mero peso econômico de interesses multinacionais na economia brasileira tornou-se um fator político central no final da década de cinqüenta. A fim de

impelir seus interesses específicos, o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas no Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma *intelligentsia* política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro. Eles formavam, com efeito, a estrutura do poder político corporativo do capital transnacional, que se desenvolveu durante o processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil. Como foi visto anteriormente, a partir de meados da década de cinqüenta os interesses multinacionais e associados cresceram e se fortaleceram rapidamente, tornando-se, indubitavelmente, a força econômica dominante em princípios da década de sessenta. Os intelectuais orgânicos do bloco oligopolista que não tinham liderança política, pois essa estava nas mãos de interesses populistas, e excluídos da representação associativa pela convergência de classe no poder, tentariam contornar os canais políticos e administrativos tradicionais de articulação e agregação de demandas. Os interesses novos objetivavam uma ruptura efetiva ou o esvaziamento do corporativismo associativo populista, pelo estabelecimento de novos *loci* e focos de poder econômico no interior do aparelho de Estado e de novas formas de comunicação de classe com centros de tomada de decisão.

Esse capítulo tentou mostrar o domínio econômico do capital multinacional na economia brasileira. O próximo capítulo tratará das agências e agentes criados e utilizados pelos interesses multinacionais e associados, assim como da formação de novos atores políticos que responderiam ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Para uma análise do capital monopolista e das mudanças na estrutura do capital nacional e internacional, vide (a) Paul SWEEZY. *The theory of capitalist development*. London, P. Dobson Ltd., 1962. p. 254-69, 287-319. (b) P. BARAN & P. SWEEZY. *Monopoly capital*. Grã-Bretanha, Pelican Books, 1965. p. 215-323.

2. (a) Herbert de SOUZA. Notes on world capital. In: *The internationalization of capital*. Toronto, LARU, feb. 1978. v. 2. n. 2. p. 9, 55, 69. (b) Teotônio dos SANTOS. El nuevo carácter de la dependencia. In: MAR, José Matos ed. *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia*. Argentina, Amorrortu Ed., 1969. p. 12. (Instituto de Estudios Peruanos).

3. Vide (a) Eli DINIZ. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (b) Eli DINIZ & Renato Raul BOSCHI. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.

4. Este capítulo faz uso das informações e conclusões de três trabalhos muito importantes. O primeiro deles é o *Report to the Subcommittee on Multinational Corporations* do Committee on Foreign Relations do Senado dos Estados Unidos. Esse relatório foi preparado por Richard S. Newfarmer e Willard F. Mueller para uma comissão presidida pelo senador Frank Church que estudava as empresas multinacionais no Brasil e no México, comissão estabelecida em agosto de 1975. O segundo trabalho é pioneiro em sua área. Seus autores são Maurício Vinhas de Queiroz, Luciano Martins e José Antônio Pessoa de Queiroz, responsáveis pelos artigos Grupos multibilionários, Grupos bi-

lionários nacionais e Grupos bilionários estrangeiros, respectivamente. Esses artigos foram publicados na *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, (2), 1965. Essas duas primeiras análises proporcionaram informação fatual para um número de estudos explicativos sobre o processo econômico e político brasileiro usados neste capítulo. O terceiro trabalho é o *Research Memorandum of the Bureau of Intelligence and Research*, produzido para o Departamento de Estado americano em fevereiro de 1963; uma cópia desse memorando encontra-se nos Arquivos John F. Kennedy em Boston, Massachusets.

5. T. dos SANTOS. The multinational corporation — cell of contemporary capitalism. *LARU*, s. l., 2(2):34-9, Feb. 1978.

6. Para a percepção do processo brasileiro de concentração e centralização, vide Maria da Conceição TAVARES. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio, Zahar, 1975. p. 125-47, 173-208.

7. Pode-se obter informação sobre o controle oligopolista do mercado por corporações multinacionais e associadas na composição setorial da economia brasileira nos guias BANAS, 1960-1965.

8. Entre os autores que se valeram dessa importante pesquisa estão: (a) O. IANNI. *Crisis in Brazil*. New York, Columbia Univ. Press, 1970. p. 148-49. (b) F. H. CARDOSO. As tradições do desenvolvimento associado. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, (8):43-73, CEBRAP, abr./jun. 1974. (c) T. dos SANTOS. *op. cit.* 1969. p. 37-60.

9. O. IANNI. *op. cit.* p. 157.

10. T. dos SANTOS. *op. cit.* 1969. p. 38-9.

11. F. H. CARDOSO. Hegemonía burguesa y independencia económica: raices estructurales de la crisis política brasileña. In: FURTADO, Celso; JAGUARIBE, Hélio & WEFFORT, Francisco C. et alii. *Brasil hoy*, México, Siglo XXI, 1968. p. 105.

12. F. H. CARDOSO. 1968. *id.*

13. T. dos SANTOS. *op. cit.* 1969. p. 52.

14. (a) T. dos SANTOS. *op. cit.* 1969. p. 53. (b) Francisco de OLIVEIRA. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

15. R. NEWFARMER & W. MUELLER. *op. cit.* p. 103-4.

16. Considerando-se 1955 como ano base (1955 = 100), a indústria mais internacionalizada e sofisticada de bens de consumo subiu para 323 em 1960. Vide O. IANNI, *op. cit.* p. 157-58.

17 (a) F. H. CARDOSO. *op. cit.* 1968. p. 154-85. (b) F. H. CARDOSO. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo, DIFEL, 1969. p. 170.

Segundo NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 105, "Os investimentos manufatureiros americanos concentravam-se primordialmente em indústrias-chave: produtos químicos, transportes e maquinário. Essas têm sido inclusive as indústrias mais dinâmicas em termos de crescimento no Brasil. Uma pesquisa do Departamento de Comércio americano revelou que esses três grupos industriais, de suma importância, compreendiam mais de 75% do total do ativo líquido investido no Brasil em 1970 por firmas americanas participantes da pesquisa. O maquinário elétrico e o não-elétrico combinados responsabilizavam-se por outros 11%". "Dentro de cada uma dessas três maiores indústrias que respondem pela grande maioria do total do ativo líquido americano e seu mercado, menos de quinze firmas controlam a parte maior do ativo e das vendas". "As mesmas três indústrias de proa são responsáveis por 71% de todo o ativo líquido e de todo o mercado americano no Brasil".

18. T. dos SANTOS, *op. cit.* 1969. p. 56.

19. (a) T. dos SANTOS. *op. cit.* 1969. p. 36-7, 56-7. (b) José Antônio Pessoa de QUEIROZ. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1965.

20. T. dos SANTOS. *op. cit.* 1969. p. 58-9.

21. T. dos SANTOS. *op. cit.* 1969. p. 38.

22. Entre os grupos bilionários que controlavam a economia brasileira, 11 dos grupos americanos (84,6%) incluídos na amostragem estavam entre os 500 maiores dos Estados Unidos; 6 grupos (46%) da amostragem estavam entre os 200 maiores e entre esses achavam-se os 4 maiores produtores de seus respectivos setores. Quanto aos grupos não-americanos que faziam parte da amostragem dos grupos bilionários, 41,6% estavam entre os 500 maiores

grupos financeiros fora dos Estados Unidos. Assim sendo, o controle financeiro da economia brasileira estava entregue aos 1.000 principais grupos econômicos privados globais. Torna-se evidente que esses números passam a ter significado diferente se considerarmos o grau de inter-relação entre os grupos internacionais e sua inserção em grupos *holding*, centrados, em muitos casos, em grupos familiares, como é o caso dos Rockefeller, Morgan, Mellon, Dupont, Wallenberg e Agnelli. Vide T. dos SANTOS. *op. cit.* 1969. p. 39.

23. NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 31.

24. Estados Unidos. Department of State. Bureau of Intelligence and Research — RHR 8. *Research Memorandum: U. S. private investment in Brazil.* 14 Feb. 1963. (Arquivos John F. Kennedy, Boston).

25. BIR — Department of State. *id.* p. 5. Sobre recomendações quanto ao comportamento das corporações multinacionais nos países onde elas se instalaram, vide W. BAER & M. H. SIMONSEN. American capital and Brazilian nationalism. *Yale Review*, Estados Unidos, 53(2):192-98, Winter 1964.

26. BIR — Department of State. *ibid.* p. 1-2.

27. BIR — Department of State. *ibid.* p. 2.

28. BIR — Department of State. *ibid.* p. 3.

29. O grupo Mellon operava no Brasil através das seguintes companhias:

— Gulf Oil: Cia. Brasileira de Petróleo Gulf.

— Westinghouse Electric: Westinghouse Elétrica do Brasil. Tratores do Brasil.

— Aluminium of America: Cia. Alumínio Poços de Caldas, Alumínio do Brasil S.A., Aluminium Limited Sales, Eletroquímica Brasileira S.A.-ELQUISA.

— Pittsburgh Plate Glass: Cia. Vidraria Santa Marina, Pittsburgo de Vidros e Cristais Ltda., Vidros Corning do Brasil S.A.

— Koppers Revere Co.: Cia. Brasileira de Estireno, Cia. Brasileira de Plásticos Kopper S.A., Kopper Comércio e Serviços Ltda.

— Jones and Langhlin International Co.

— ARMCO Steel Co.: ARMCO Industrial e Comercial S.A., ARMCO Tubos.

30. BIR — Department of State. *op. cit.* p. 4.

31. A Brazilian Traction — Light & Power, que tinha a participação do grupo Morgan (30% do ativo total), operava no Brasil através de:

— Rio Light S.A.

— São Paulo Light S.A.

— Brazilian Hidroelétrica Co. Ltd.

— Cia. Brasileira Administradora de Serviços COBAST.

— Cia. Ferrocarril J. Botânico.

— Cia. Telefônica Brasileira.

— Cia. Telefônica do Espírito Santo.

— Cia. Telefônica de Minas Gerais.

— City of Santos Improvement Co. Ltd.

— Força e Luz de Vera Cruz.

— Listas Telefônicas Brasileiras.

— São Paulo Electric Co. Ltd.

— The São Paulo Gas Co. Ltd.

— Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro.

— Cia. Carris Luz e Força do Rio de Janeiro.

— Cia. Eletricidade São Paulo e Rio: Cia. Luz e Força Guaratinguetá, Força e Luz Norte de São Paulo, Força e Luz Jacareí e Guararema, Empresa Luz e Força Jundiaí, Empresa de Melhoramentos Porto Feliz, Empresa Eletricidade São Paulo e Rio, Empresa Hidroelétrica Serra da Bocaina.

A Light S.A. controlava 57% do consumo e 54% da potência.

32. O grupo Rockefeller controlava, entre outras:

— Standard Oil of New Jersey: Esso Brasileira de Petróleo, Cia. Marítima Brasileira, Brasilmar Meridional de Navegação, Cia. Brasileira de Gás-GASBRAS, Cia. Ultragás S.A.

— Atlantic Refining Co.: Atlantic Refining Co. of Brazil, Empresa Importadora Carioca S.A.

— Socony Vacuum: Socony Vacuum Serviços Técnicos.

— Standard Oil of California: Asfaltos Califórnia S.A.

— Texas Co.: Texas Oil Co., Transmar S.A., Óleos Galena Signal S.A.

— Manhattan Chase National Bank: Interamericana de Financiamentos e Investimentos, Int. Basic Economy Group-IBEC, Cargill Agrícola e Comercial S.A., Semen-

tes Agroceres S.A., Empresa de Mecanização Agrícola.

— DELTEC Corporation.

O grupo Rockefeller participava também das seguintes empresas:

— BORDEN Co.

— Alba S.A. Adesivos e Lacticínios Brasileiros.

— Coca-Cola S.A.

— Metro Goldwin Mayer.

— 20 th Century Fox.

— Bethlehem Steel Corp.-ICOMI.

33. O grupo Morgan era proprietário e controlava:

— EBASCO Bond & Share Co.: Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Eugenio Gudin, P. Américo Werneck), Cia. Brasileira de Energia Elétrica (César Rabelo), Cia. Central Brasileira de Força Elétrica, Cia. Brasileira de Força Elétrica, Cia. Energia Elétrica da Bahia, Cia. Energia Elétrica Rio-grandense, Cia. Força e Luz de Minas Gerais S.A. (Mário Werneck A. Lima), Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil, Cia. Força e Luz do Paraná, Cia. Linha Circular de Carris da Bahia, Cia. Paulista de Força e Luz, Pernambuco Tramways and Power Co. Ltd., Rio-grandense Light and Power Syndicate Ltd., Southern Brazil Electric Co. Ltd., Telephone Co. of Pernambuco.

— ITT: All America Cables (Alberto Torres Filho), Cia. Internacional de Imóveis, Cia. Rádio Internacional do Brasil (Alberto Torres Filho), Cia. Telefônica Paranaense, Standard Electric S.A. (Fernando Machado Portela), Westrex Co. Brasil, Cia. Telefônica Nacional.

— GE Co.: Electrical Export Corp., Financiadora Comercial S.A., General Electric S.A. (José Carlos de Assis Ribeiro).

— Brazaco S.A. (U.S. Steel).

— Cia. Meridional de Mineração (U.S. Steel).

— First National City Bank of New York.

— Bates Valve Bay Corporation (Saint Regis Paper).

— Nabisco Brasileira de Biscoitos (Nat. Bis.).

— Monsanto do Brasil — Produtos Químicos e Farmacêuticos.

O grupo Morgan participava de:

— IBM World Trade Corp.

— Coca-Cola Exp. Corp. S.A. (grupo Rockefeller).

— Refrigerantes Bauru.

— RCA Victor.

— Sears, Roebuck & Co. (grupo Rockefeller).

— Frigorífico Swift.

— Cia. Ultramar de Armazéns Gerais.

— Panamericana de Material.

— Pan Am (grupo Rockefeller).

— Firestone & Tyre Rubber Co.

— Great Atlantic & Pacific Tea Corp.

— American Coffee.

34. BIR — Department of State. *op. cit.* p. 6-7. Esses dados foram usados concomitantemente às informações apresentadas nos BANAS Investment Guides. Vide principalmente Roberto BORGEARD et alii. *Quem controla o quê — o capital estrangeiro no Brasil.* São Paulo, Ed. BANAS, 1961. V. 2. p. 35.

35. T. dos SANTOS. *op. cit.* 1969. p. 41.

36. Vide (a) BANAS. Bancos, bolsas e investimentos. São Paulo, 1966. p. 44. (b) T. dos SANTOS. Foreign investment and the large enterprises in Latin America: the Brazilian case. In: PETRAS, James & ZEITLIN, Maurice, ed. *Latin America: reform or revolution.* New York, Fawcett Publications, 1968.

Segundo o *Anuário Estatístico do Brasil*, de 1950 a 1964 o número de bancos e agências aumentou de 2596 para 6878, ao passo que o número de matrizes diminuiu de 413 para 328.

37. As informações utilizadas sobre o relacionamento de grupos financeiros à estrutura agrocomercial foram obtidas em H. Ferreira LIMA. Notas sobre a estrutura bancária brasileira. *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro (8):141-52, nov./dez. 1965.

38. T. dos SANTOS. *op. cit.* 1968. p. 450-51.

39. NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 97.

40. Luciano MARTINS. *Nação e corporação multinacional.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 81-5.

41. Relatório anual da ADELA. Vide L. MARTINS. *op. cit.* p. 83.
42. NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 112.
43. NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 116.
44. NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 117.
45. NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 117.
46. NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 117.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA POLÍTICA DE PODER DO CAPITAL MULTINACIONAL E SEUS INTERESSES ASSOCIADOS

Introdução

Os interesses multinacionais e associados cresceram rápida e estavelmente, estimulados pela política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek. Por volta de 1960 tais interesses haviam se tornado a força sócio-econômica dominante. Ao mesmo tempo em que esse processo ocorria, um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparecia na economia e na política brasileiras. Esses agentes formaram um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado.

Esta estrutura de poder político de classe do bloco multinacional e associado era corporificada numa *intelligentsia* empresarial.[1] Esses agentes sociais modernizante-conservadores,[2] todos eles verdadeiros intelectuais orgânicos[3] do novo bloco em formação, eram:

a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional;[4]

b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia;

c) oficiais militares.

Os interesses multinacionais receberam também o apoio político de seus próprios governos, assim como a assistência, dada às companhias multinacionais e interesses associados no Brasil por organizações políticas das classes dominantes dos países-base.

1. Os intelectuais orgânicos do novo bloco econômico

Empresários e tecno-empresários

As fontes óbvias do poder multinacional e associado encontravam-se, como já foi visto, em sua capacidade tecnológica e seu controle de capital. Porém, o processo de acumulação e anexação em escala mundial, o qual equivalia à formação do "capital monopolístico global", significou não somente a concentração da produção e a centralização do capital,[5] mas também a concentração de poder político-corporativo.[6] Como observou Giovanni Agnelli, presidente da FIAT e co-fundador da ADELA, "De certa maneira, a rede de companhias multi-

nacionais representa em forma embrionária o sistema nervoso central de uma ordem econômica global emergente".[7]

A estrutura desse sistema nervoso central estava estabelecida no interior das formações sociais nacionais dos países onde as multinacionais operavam. Essas criavam ou favoreciam a formação de "elites" locais ligadas organicamente por laços sócio-culturais, padrão de vida, aspirações profissionais, interesses decorrentes da sua condição de acionistas e atitudes econômico-políticas. Estabelecia-se como resultado uma liderança internacional de empresários e membros das diretorias das empresas, dependentes dos centros transnacionais e afastados, portanto, dos prementes problemas sociais de seus países de origem e de suas soluções básicas. "Como membros de uma burguesia internacional, eles se preocupavam com crescimento, e não com independência nacional".[8]

Apesar de seu domínio econômico, a estratégia do capital monopolístico transnacional no Brasil e dos interesses financeiro-industriais locais para expressar suas demandas a nível de Estado nacional não se limitava a uma mera imposição econômica. Dependia sobretudo de suas ações políticas. O controle sobre as diretrizes econômicas das empresas era assegurado pela utilização de diretores e profissionais brasileiros que acumulavam funções estatais influentes e proporcionavam apoio político através dessas posições.[9] Suas atividades, relacionadas ao *macro-marketing*, direcionavam-se de maneira a assegurar condições políticas favoráveis para a produção e eram determinadas pelas diretrizes econômico-políticas de alcance nacional das companhias multinacionais. Esses profissionais e empresários acumulavam também cargos de diretoria em diferentes companhias multinacionais e associadas, o que os tornou capazes de exercer considerável pressão econômica nas administrações de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Exemplos politicamente importantes dessa acumulação de cargos de diretoria por empresários locais eram os diretores multinacionais Antônio Gallotti, João Baptista Leopoldo Figueiredo e Paulo Reis Magalhães, que se tornariam os articuladores políticos de sua classe contra o regime populista e as forças sociais populares, e cuja atuação será tratada oportunamente (verificar também o Apêndice B quanto a seus relacionamentos e suas ligações). Outros empresários influentes eram João Baptista Pereira Almeida Filho,[10] João Pedro Gouveia Vieira,[11] Manoel Ferreira Guimarães[12] e Jorge de Souza Rezende,[13] diretores de várias companhias que, no princípio da década de sessenta, iriam dar apoio financeiro às operações políticas do bloco multinacional e associado, ou cujos co-diretores seriam líderes de tal ação política. A qualificação e perícia dos profissionais (denominados técnicos ou tecnocratas após 1964) como economistas, engenheiros, administradores etc. não deveriam obscurecer o fato de que esses homens ocupavam cargos nas diretorias das grandes companhias. Esses agentes sociais serão doravante designados como tecno-empresários para enfatizar suas funções empresariais nos papéis "neutros" mas abrangentes que eles desempenhavam. A presença desses tecno-empresários nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado era bastante instrumental ao estabelecimento e desenvolvimento de um complexo financeiro-industrial estatal integrado de produção e domínio. Tal complexo fincou raízes em princípios da década de cinqüenta e se expandiu enormemente durante a administração de Juscelino Kubitschek. Uma das funções iniciais dos tecno-empresários foi organizar e estruturar suas próprias corporações. No entanto, eles se tornariam também a vanguarda da classe capitalista, sistematizando interesses particulares em termos gerais, isto é, tornando-os "nacionais". Os tecno-empre-

sários formaram, com outros diretores e proprietários de interesses multinacionais e associados, um bloco econômico burguês modernizante-conservador, o qual se opôs à estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista. Esses tecno-empresários tornar-se-iam figuras centrais da reação burguesa contra o renascimento das forças populares do início da década de sessenta, assim como articuladores-chave de sua classe na luta pelo poder do Estado.

A tecno-burocracia

O bloco de poder multinacional e associado incluía não somente acionistas influentes e diretores de empresas mas também seus executivos (administradores, gerentes e técnicos), e sua rede tecno-burocrática de influência dentro dos aparelhos do Estado. Os principais técnicos e administradores das companhias instaladas no Brasil eram responsáveis imediatos pela combinação dos fatores econômicos e diretivos que afetavam a produção. Esses técnicos e administradores não possuíam grau algum de autonomia e não eram propriamente parte da burguesia oligopolista multinacional — mas eles representavam-na. Eles eram os portadores (*Träger*) e os legitimadores da internacionalização da economia.

Os interesses multinacionais e associados formaram, com a estrutura tecno-burocrática, uma série de *anéis de poder burocrático-empresariais*[14] objetivando a articulação de seus próprios interesses. Esses anéis a princípio diminuíram e mais tarde deslocaram a influência dos políticos tradicionais na formulação das diretrizes econômicas. Eles conseguiram promover uma verdadeira "administração paralela" durante o governo de Juscelino Kubitschek, a qual era livre do escrutínio público e do controle populista (o que será examinado explicitamente quando do estudo dos escritórios de consultoria tecno-empresariais).

A rede tecno-burocrática de influência dentro do aparelho estatal era formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os quais tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associado. Esses executivos estatais asseguravam os canais de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública. Eles aplicaram a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas sócio-econômicos nacionais, proporcionando a contrapartida pública do *macro-marketing* empresarial sob a forma de um planejamento limitado e recomendações técnicas.[15] Esta *intelligentsia* técnica, estreitamente ligada aos empresários em decorrência de interesses e congruência de valores, enfatizava o gerenciamento científico, a administração pública normativa, assim como a formalização e rotinização de tarefas.[16] A rede tecno-burocrática expressava o aspecto duplo do processo de controle oligopolista do mercado, ou seja, uma abordagem empresarial para os problemas de desenvolvimento e a colocação propriamente dita de tais problemas em termos capitalistas, o que era exemplificado pela conhecida política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek.

Ao analisar os "fatores básicos" que afetavam esse ritmo de desenvolvimento, figuras públicas que influenciavam a sua corrente ideológica principal davam grande importância à evolução da racionalidade empresarial e ao papel central das empresas privadas no processo de crescimento. Para o tecno-empresário Eugenio Gudin, mentor ideológico de toda uma geração de economistas político-

empresariais como Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto, toda ênfase deveria ser dada às inovações organizacionais e técnicas[17] que, então, estavam sendo introduzidas pelas corporações multinacionais. Aqueles valores eram disseminados e persistentemente apurados pelos intelectuais orgânicos empresariais através de seminários e conferências para as "elites" na Escola Superior de Guerra, em associações comerciais e industriais, clubes sociais de prestígio e centros culturais e, finalmente, através da criação de organizações de ação que se tornaram os focos de suas atividades ideológicas.[18]

A concentração capitalista, por sua própria natureza, com sua produção multinacional em grande escala, a qual era tanto diversificada quanto integrada regionalmente, e que se utilizava da mobilização de enormes recursos de capital, de perícia especializada e de equipamento complexo, fez com que o bloco de poder oligopolista necessitasse de informação acurada para um *macro-marketing* eficiente. Em meados da década de cinqüenta, o planejamento havia resolvido com êxito problemas de produção e de comércio a nível de corporação. No final daquela década, economistas influentes, militares, técnicos e empresários exigiram um planejamento indicativo, o qual consideravam como um empreendimento nacional necessário.[19] O planejamento indicativo foi apresentado como um fator importante no desenvolvimento capitalista, um elemento de direcionamento da sociedade e de supervisão das diretrizes macro-econômicas. Os argumentos a favor de sua institucionalização foram debatidos acaloradamente em associações de classe empresariais, na Escola Superior de Guerra e nos *think-tanks* governamentais.[20]

O planejamento era necessário ao capitalismo monopólico por outra importante razão. Ele deveria servir a dois propósitos imediatos: primeiramente, selecionar temas, tópicos e diretrizes; em segundo lugar, determinar o acesso de frações ou setores nos centros burocráticos de tomada de decisão.[21] Esses objetivos eram assegurados pelo aspecto alocativo do planejamento. No final da década de cinqüenta o então Coronel Golbery do Couto e Silva, o mais hábil e preparado, teórica e politicamente, dos "guerreiros frios" que lutavam por um desenvolvimento empresarial seguro do Brasil, expôs o problema de forma precisa. Para ele, era "necessário evitar, a todo custo, qualquer incoerência do conjunto, de maneira a garantir a inexistência de conflito entre objetivos divergentes, o que finalmente impediria o seu alcance simultâneo ou a sua preservação e destruiria o sistema como tal".[22]

Além do mais, a necessidade de planejamento foi defendida pelas classes empresariais naquilo que ele tinha de alocação calculada de recursos.[23] A implementação de um planejamento indicativo e alocativo significava a intervenção no processo de acumulação do potencial dos interesses multinacionais e associados, servindo principalmente aos propósitos de manter o complexo sistema social em equilíbrio (política de estabilização) e de canalizar recursos limitados e poupanças, tanto para potenciais obstáculos na indústria quanto para situações de crise. Simultaneamente, o planejamento indicativo e alocativo servia para induzir novas características de desempenho na economia através de modificações em suas relações estruturais, os chamados "pontos de germinação".[24] Os tecno-empresários foram então capazes de controlar a "marcha evolutiva do processo".[25] Ao mesmo tempo, a projeção do planejamento como um recurso estatal, manejado por tecnocratas supostamente desprovidos de interesses e de determinações clas-

sistas, ajudou a eliminar as críticas e pressões por parte do bloco populista no poder e das classes subordinadas. Além disso, o planejamento era necessário por ser um recurso institucional que ocultava do público as relações de interesses.[26] De fato, o planejamento indicativo e alocativo, ou a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país (onde a nação seria o objeto, o Estado seria o agente e o bloco multinacional-associado, o sujeito "elíptico" ou oculto), seria um dos pilares do regime pós-1964, quando o planejamento tornar-se-ia uma dimensão da "racionalização dos interesses das classes dominantes e a expressão de tais interesses como Objetivos Nacionais".[27]

Para realizar esse planejamento estatal indicativo o alocativo, as diretrizes políticas do governo tinham de se basear em uma racionalidade empresarial clara, tanto na formulação dessas diretrizes políticas quanto nas tomadas de decisão. Tais diretrizes tinham também de se afastar de considerações sócio-econômicas populistas, desprezando em grande parte as aspirações populares. Obviamente, isso exigia um controle rígido do aparelho estatal e um planejamento para o crescimento econômico que não fosse questionado, englobando mudança institucional, orientação de ação e mobilização de recursos.[28] Na ausência de planejamento indicativo a nível ministerial, a representação dos interesses econômicos predominantes em toda a administração paralela de Juscelino Kubitschek seria determinada a partir de meados da década de cinqüenta pela mobilização de *bias* de cunho oligopólico, pela pesquisa direcionada e pela programação de agenda.[29]

O objetivo de introduzir os conceitos modernos do planejamento indicativo e da racionalidade capitalista foi até certo ponto atingido, de 1951 a 1953, pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (estabelecida em dezembro de 1949), cujas recomendações e projetos foram publicados em 17 volumes em 1953-1954.[30] A equipe brasileira era composta pelos tecno-empresários Roberto Campos (Assuntos Econômicos), Ary Frederico Torres (Presidente), Lucas Lopes (Questões Técnicas), Glycon de Paiva (Assuntos de Geologia e Mineração) e Valentim Bouças (Assuntos Financeiros).[31] Roberto Campos e Glycon de Paiva eram também membros da comissão que redigiu o relatório, juntamente com o técnico Paulo de Assis Ribeiro e com o Coronel Mário Poppe de Figueiredo, da Escola Superior de Guerra. Seguindo as recomendações da Comissão Mista, foi estabelecida uma série de agências e órgãos públicos, dos quais o mais importante parece ter sido o Banco Nacional de Desenvolvimento — (BNDE).[32] O BNDE foi criado para dar apoio financeiro a investidores privados. Os beneficiários dessa ajuda financeira foram, em sua maioria, companhias multinacionais, para cujo estabelecimento no Brasil o banco providenciava o apoio financeiro. O primeiro diretor econômico do BNDE foi Roberto Campos, enquanto que Glycon de Paiva tornava-se diretor técnico. Roberto Campos foi designado presidente do BNDE durante o governo de Juscelino Kubitschek. Outros tecno-empresários que ocupavam posições-chave na estrutura formuladora de diretrizes políticas do BNDE durante o período foram Octávio Gouveia de Bulhões, Lucas Lopes, José Luiz Bulhões Pedreira e Hélio Beltrão.[33]

O BNDE exerceu um papel importante na política econômica de desenvolvimento industrial internacionalizado de Juscelino Kubitschek. O BNDE e outras agências tecno-burocráticas e grupos executivos tornaram-se os novos focos de poder dos interesses multinacionais e associados. Na realidade, foi a análise dos *think-tanks* mistos do BNDE/CEPAL e da Escola Superior de Guerra de

1953-1954 que forneceu as diretrizes para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.[34] Sob a cobertura do "Plano de Metas", incorporou-se a tentativa de se introduzir, na formulação de objetivos governamentais, o tipo de racionalidade empresarial exigido pelas operações em grande escala do capital transnacional. Esse plano estabelecia prioridade para se investir os recursos públicos nacionais em cinco setores-chave: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas e educação. Os propósitos das diretrizes políticas dentro desses cinco setores foram traduzidos em trinta objetivos ou "metas", enquanto que a fundação de Brasília era concebida como o símbolo de uma nova época.

Os interesses multinacionais refratavam-se no processo decisório governamental através do Plano de Metas como necessidades do desenvolvimento nacional. Assim, o poder de classe era internalizado no Estado sob a cobertura de racionalidade técnica, necessidade e perícia (todos eles com uma conotação neutra), e legitimado por grupos executivos e pelos escritórios de consultoria tecno-empresariais. Além disso, sob a égide da "racionalidade" técnica, os empresários justificavam o seu processo de tomada de decisão subjacente, assim como a sua escolha das diretrizes políticas referentes ao desenvolvimento. O *slogan* "50 anos em 5" que Juscelino Kubitschek usou para exortar o povo brasileiro expressava o senso de urgência dos tecno-empresários. Oficiais militares foram chamados a participar de comissões de planejamento e *think-tanks*, assim como de recém-criados corpos administrativos junto a tecno-empresários de proa. As Forças Armadas, imbuídas da ideologia de ordem e progresso, foram agregadas ao esforço de crescimento industrial, num processo de desenvolvimento inspirado por interesses transnacionais e direcionado pelo Estado, onde os militares forneciam a ação orientada por critérios de eficiência e a muito necessária legitimação, ambas exigidas pela ideologia da "segurança nacional".[35]

Para que o planejamento estatal se realizasse, foi necessário o uso de pessoal especializado, ou seja, os técnicos. Eles foram recrutados das fileiras de engenheiros, economistas e advogados, profissionais que não eram, de modo geral, orientados por considerações sociais mas sim por racionalidade empresarial, eficiência e lucro privado. Esses técnicos prosperariam em um ambiente de desenvolvimento industrial de inspiração empresarial, enquanto que reforçariam as demandas e pressões para a implementação de *marketing* organizado sobre bases nacionais. O planejamento para fins específicos estabeleceria uma "área de ação independente" para o planejador naquela "zona nebulosa que separa o político do burocrata".[36]

A demanda de pessoal qualificado estimulou a multiplicação de centros técnicos durante a década de cinqüenta.[37] Dentro do marco do Plano de Metas, a educação compreendia a formação de uma camada de técnicos. Em 1959, foi criado o Grupo Executivo de Ensino e Aperfeiçoamento Técnico — GEEAT — como parte da administração paralela.

Como conseqüência de um posicionamento ideológico e político que considerava ser necessário ao estágio de desenvolvimento atingido pelo Brasil o uso de técnica, perícia e *know-how* administrativo produzidos nos centros internacionais do capitalismo,[38] criaram-se várias escolas de administração pública e de empresas e agências tecno-burocráticas governamentais. Tais escolas e agências tinham um duplo objetivo, o de preparar quadros para a administração pública e privada e também sugestões para diretrizes políticas, fornecendo uma análise legítima da situação econômica e política, ou seja, funcionar como *think-tanks*

empresariais e governamentais. Entre elas estavam a Escola de Administração de Empresas (fundada em 1950), o Instituto Brasileiro de Administração de Empresas, o Instituto Superior de Administração e Vendas, o Escritório de Planejamento Econômico e Social — EPEA, precursor do atual Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, os Centros para Treinamento Administrativo (estabelecidos no Rio e em São Paulo sob os auspícios da American Management Association)[39] e, finalmente, dois centros ideológicos-chave: o Instituto Brasileiro de Economia — IBRE — e a Fundação Getúlio Vargas — FGV — que haviam sido criados anteriormente.

O influente IBRE tinha Eugênio Gudin como presidente e Octávio Gouveia de Bulhões como vice-presidente no início da década de sessenta. Em sua Comissão Diretora estavam Roberto Campos e Alexandre Kafka. O Centro de Análise de Conjuntura do IBRE era dirigido por José Garrido Torres ao passo que a Equipe de Estudos da Renda Nacional era supervisionada por Julian Magalhães Chacel.

No mesmo período, a FGV era presidida pelo empresário Luís Simões Lopes, também chefe da Comissão Diretora, sendo vice-presidente Eugênio Gudin e diretores executivos Rafael da Silva Xavier e Alim Pedro. Os membros executivos da FGV eram: Jorge Oscar de Mello Flores, João Carlos Vital, Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Rubens d'Almada Horta Porto — que servia também como executivo no SESI, Serviço Social da Indústria e na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), um *joint venture* (empreendimento conjunto) com a Cia. Sul América Capitalização, à qual Mello Flores era ligado, e José Joaquim Sá Freire Alvim, que em 1963 serviu também como presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outros membros do conselho eram os tecno-empresários Brasílio Machado Neto (da Federação Nacional do Comércio e da Federação Comercial de São Paulo), Ary Frederico Torres, César Reis Cantanhede e Almeida e Carlos Alberto de Carvalho Pinto. A maioria desses tecno-empresários tinha importantes ligações oligopolistas em meados da década de cinqüenta e princípios da década de sessenta; simultaneamente, eles eram membros de vários escritórios privados de consultoria tecno-empresariais e de órgãos governamentais como o BNDE. A FGV do Rio de Janeiro, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Economia e o Centro de Análise da Conjuntura, produzia a importante revista mensal *Conjuntura Econômica*, sobre assuntos econômicos. O diretor da publicação era José Garrido Torres e Dênio Nogueira seu editor-chefe. Seu *staff* editorial incluía Antônio Abreu Coutinho, Eduardo S. Gomes, Alexandre Kafka, Basílio Martins e Estanislau Fischlowitz.

Os interesses multinacionais e associados estavam fortemente representados na estrutura dos *think-tanks* técnicos do início da década de sessenta. Em 1962, a maioria dos tecno-empresários mencionados anteriormente, assim como os técnicos do IBRE e FGV, constituíram parte da estrutura política dos aparelhos ideológicos dos interesses multinacionais e associados em sua campanha contra a convergência de classe populista e seu Executivo, ou então tomavam parte, de várias maneiras, na ação política organizada da burguesia para derrubar o regime em 1964.

Os oficiais militares

Um pequeno número de oficiais dentro das Forças Armadas constituía uma outra categoria que, após a Segunda Guerra Mundial, havia se tornado um grupo

modernizante-conservador dentro do processo de desenvolvimento. Algumas das figuras de destaque desse grupo podem ser traçadas historicamente a partir de sua experiência ideológica e militar comum durante a campanha na Itália, experiência que mais tarde foi reforçada pela participação em cursos de instrução e treinamentos nos Estados Unidos. Essa experiência comum estendeu-se através da afiliação posterior daqueles oficiais a certos partidos políticos, principalmente a UDN — União Democrática Nacional — e em menor escala ao PDC — Partido Democrático Cristão — assim como pela sua organização num reduto político e ideológico, a Escola Superior de Guerra — ESG — da qual eram os co-fundadores. Esse último grupo incluía, entre outros, os então oficiais de escalão médio Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo de Menezes Cortes, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz e os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora.

Esses oficiais militares partilhavam de um alto grau de congruência de valores com os tecno-empresários; muitos desses últimos eram conferencistas assíduos na ESG, para onde levavam seus próprios valores desenvolvimentistas. Entre eles deve-se citar Lucas Lopes, Roberto Campos, Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões. Algumas figuras proeminentes das associações de classe empresariais também apresentavam e conseguiam a aceitação de suas idéias em favor de um desenvolvimento industrial capitalista através de suas conferências e publicações. O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista.

Entretanto, não era só a questão da congruência de valores que ligava as posições dos empresários às de alguns oficiais militares. É importante notar que já em meados da década de cinqüenta e mais ainda em princípios da década de sessenta, a participação militar na empresa privada era uma realidade, embora esse fenômeno não fosse tão difundido quanto a sua participação em agências tecno-burocráticas estatais ou sua presença nos conselhos de diretoria das corporações multinacionais e associadas após 1964. Alguns oficiais militares eram diretores importantes ou acionistas de corporações privadas,[10] como o General Riograndino Kruel e o General James Masson (Eletrônica Kruel S.A.), General Paulo Tasso de Resende (Moinhos Rio-grandenses Samrig S.A. — grupo Bung & Born), Brigadeiro Eduardo Gomes (Kosmos Engenharia S.A.), General Joaquim Ribeiro Monteiro (Cia. Carbonos Coloidais, C.C.C. — grupo Wolney Attalla), General Edmundo Macedo Soares e Silva (Volkswagen, Mesbla S.A., Banco Mercantil de São Paulo, Light S.A., Mercedes Benz), General Euclides de Oliveira Figueiredo (Indústrias Químicas e Farmacêuticas Schering S.A. — Schering Corporation e grupo Assis Chateaubriand), General Moziul Moreira Lima (Máquinas Moreira S.A.) e Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva (Rupturita S.A. Explosivos — Sociedade Financeira Portuguesa).

A aproximação ideológica entre os militares brasileiros e empresários e seus pontos de vista em comum quanto aos caminhos e meios que levariam ao crescimento industrial foram traduzidos no acordo militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos. A seção 516 da sua "lei de Segurança Mútua" expunha a necessidade de se encorajar "a eliminação de barreiras e de se proporcionar incen-

tivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros ..., (e) ... desencorajar, na medida do possível e sem interferir na realização dos objetivos dessa lei, a prática de monopólio e de cartel que prevalece em certos países...".[41] Tendo em mente as práticas oligopolistas do capital multinacional, as cláusulas do Acordo Militar dirigidas contra o controle estatal de recursos estratégicos tinham, em fins da década de cinqüenta, um toque irônico e mesmo cínico. O Brasil estava se tornando rapidamente um "sistema e regime político penetrado".[42]

Dois veículos foram cruciais no processo de educação e treinamento. Um deles era a Escola Superior de Guerra — ESG — cujas turmas eram levadas anualmente aos Estados Unidos em viagens minuciosamente preparadas completando assim um ano de informação dirigida. O outro era o complexo político de acordos militares Brasil-Estados Unidos, entre os quais sobressaíam o Programa de Assistência Militar — PAM — e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua.[43] Através desses veículos a doutrinação político-ideológica concatenava-se perfeitamente à informação "técnica", combinando-se ambas em uma norma encapsulada que identificava a mente militar das Américas com o centro militar hegemônico, assim como a uma forma específica de desenvolvimento sócio-econômico.[44] Oficiais americanos ajudaram em 1946-1947 na formação da ESG, que seria o equivalente brasileiro do National War College americano. A ESG, que havia começado a funcionar em 1948, foi oficialmente inaugurada em 1949. Oficiais americanos permaneceram no *staff* regular da ESG até 1960 e até 1970, pelo menos, os Estados Unidos mantiveram um oficial de ligação com *status* docente dentro da escola. Os oficiais americanos, juntamente com o *staff* de oficiais brasileiros, "propagaram a idéia de uma colaboração americano-brasileira contra o comunismo". "Os oficiais americanos reforçaram essa orientação", e depois de 1947, simultaneamente com o contínuo martelar americano na América Latina a todos os níveis, alertando contra os perigos do comunismo, eles podem ter apoiado uma definição mais abrangente de comunismo por parte dos militares brasileiros, assim como a apreensão desses últimos onde quer que ele fosse percebido". Após a Segunda Guerra Mundial, a posição dos oficiais americanos no Brasil foi escorada pela transferência de equipamento militar pesado. Como foi observado por Raymond Estep em seu estudo sobre os militares no Brasil, "os Estados Unidos, porém, podem também ter aprofundado a cisão no meio militar entre aqueles mais ligados à ESG e os nacionalistas, os quais buscavam uma política externa mais independente".[45]

A ESG incorporou em solo brasileiro as idéias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não "políticas". Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de "construção nacional" foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial.[46]

A ESG impulsionou e difundiu um sistema fechado de idéias[47] baseado na aceitação de premissas sociais, econômicas e políticas que raramente se faziam explícitas além da visão estática de uma sociedade eternamente dividida entre elite e massas. Esse sistema de idéias, que se reproduziu no interior de uma

formação sócio-econômica específica, encontrava a sua "razão de ser" em relações supostamente permanentes e mesmo naturais de posse e "apropriação" privadas.[48] Essa linha de pensamento excluía teoricamente e evitava praticamente qualquer transformação estrutural,[49] permitindo no entanto uma modernização conservadora. Tal abordagem excluía também a presença de representantes das classes trabalhadoras, ou mesmo das camadas intermediárias, no quadro de professores regulares ou convidados da ESG. O argumento em prol do desenvolvimento era apresentado na ESG somente por empresários, tecno-empresários e, em menor escala, por políticos, assim como por convidados estrangeiros, tanto civis quanto militares.

A ESG, como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas.[50] Os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamento em administração política e objetivos empresariais na ESG. Como observara Celso Furtado, a perspectiva desenvolvida por tais industriais e tecno-empresários era bastante diferente da orientação liberal ou populista de grupos de elite que foram capazes de chegar ao poder através de eleições. Compartilhando a ideologia de segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial.[51]

Examinando a composição da turma de 1965 da ESG, podemos observar a extensão em que essa escola conseguia socializar os mais variados atores políticos dentro da "sociedade civil e da sociedade política" brasileira. Os formandos *Honoris Causa* do Curso Superior de Guerra — CSG — foram, significativamente, Roberto Campos e o General Orlando Geisel, ao passo que os *Honoris Causa* do Curso de Informação foram o General Golbery do Couto e Silva, o General Lindolpho Ferraz Filho, o Coronel Newton Faria Ferreira e o Coronel João Baptista Figueiredo, filho do General Euclides de Figueiredo. A turma de 1965 contava 130 alunos. Trinta deles — todos militares — participaram do Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas. Oitenta e sete alunos participaram do CSG e 13 do Curso de Informação — CI. Cerca de 62% dos participantes eram militares.[52] A distribuição dos alunos provenientes de agências estatais civis e militares e de autarquias é apresentada na Tabela 9.

Até 1975, a ESG havia instruído 1294 civis e 1621 militares, ao passo que a ADESG, a associação de ex-alunos da ESG, difundira sua doutrina entre mais de 25.000 civis e militares.[53] Além disso, a ESG e a ADESG introduziram seus textos como material básico de estudo em outros centros militares de treinamento e educação, assim como em cursos civis, principalmente nos programas universitários de educação cívica.

No que diz respeito ao Programa de Assistência Militar, este foi reconhecido pelo embaixador Lincoln Gordon como sendo "veículo da maior importância para se estabelecer um estreito relacionamento com os membros (das) Forças Armadas" e como "um fator altamente importante (para) influenciar os militares (brasileiros) a serem favoráveis aos Estados Unidos".[54] Visando a preservar "a orientação especificamente pró-americana do corpo de oficiais (das) Forças Armadas brasileiras", o embaixador Gordon recomendava que o suprimento de equipamento militar fosse usado para aumentar a influência[55] que "os nossos amigos nas Forças Armadas" tinham "para configurar o regime",[56] assim como para

anular as chances de ligações com outros países. Além disso, o General George Robinson Mather, comandante da delegação americana na Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos e chefe do Programa de Assistência Mútua, explicou em sua palestra na ESG, em princípios de 1964, que a principal ameaça a que o Brasil estava exposto era mais a da "subversão comunista e agressão indireta, do que a agressão direta vinda de fora do Hemisfério".[57] Assim, de acordo com o General Mather, o PAM tinha o objetivo primordial de "assegurar a existência de forças nativas militares e paramilitares suficientes para combater a subversão comunista, a espionagem, a insubordinação e outras ameaças à segurança interna, sem que se tornasse necessária uma intervenção militar direta dos Estados Unidos e de outras forças do mundo livre".[58] Visto o cenário de intensa mobilização política que ocorria no Brasil durante os primeiros meses de 1964, a conferência do General Mather insinuava-se carregada de intenções.

Tabela 9

	Militares provenientes de agências civis	Militares provenientes de agências militares	Civis provenientes de agências militares	Civis provenientes de agências civis
Cursos				
CSG	13	30	—	44
CI	—	8	5	—

Fonte: Lista de Estudantes — ESG, 1965

A influência direta sobre oficiais militares através da instrução foi também um meio usado para formar e consolidar a atitude das Forças Armadas brasileiras. Foi programado que, até o princípio de 1964, 4.000 oficiais e oficiais não comissionados deveriam receber treinamento em escolas selecionadas dentre um circuito que chegava a 150 centros militares sediados nos Estados Unidos, em acréscimo a outros enviados a centros de treinamento na zona do Canal de Panamá.[59]

Um dos resultados da íntima cooperação entre civis e militares e entre as Forças Armadas dos Estados Unidos e do Brasil e seus serviços de segurança foi a crescente convicção dentro do Exército de que eles deveriam desempenhar um papel de "moderadores" nos conflitos entre facções das classes dominantes. Esse mito do poder moderador societário do Exército foi aceito e legitimado por muitos estudiosos de política brasileira em seus escritos históricos. No entanto, esse papel de poder moderador era conflitante com a identificação partidária de oficiais militares. Embora as Forças Armadas exibissem uma aparente unidade e manifestassem o desejo de coibir atitudes políticas faccionárias em nome da sobrevivência da corporação, a atividade política dos oficiais militares relegou

a segundo plano a coesão institucional, chegando mesmo a resultar em confrontações abertas no interior da organização militar. Os oficiais brasileiros dividiram-se politicamente ao longo do espectro partidário de direita e das ideologias de centro-direita numa identificação, num sentido amplo, com o "povo". No entanto, tal identificação era marcada por valores de classe média e normas burguesas dominantes. A identificação partidária via-se tão difundida que muitas das figuras centrais da conspiração militar de 1961-1964, assim como figuras da administração pós-1964, eram líderes de partidos políticos, havendo sido candidatos em eleições para o Congresso ou à Presidência, ou tendo se identificado publicamente com certos partidos de centro-direita, principalmente com a UDN, o PDC e o PSD (Partido Social Democrático).[60]

Apesar de a norma haver sido uma força militar politizada e heterogênea, a congruência de valores com o que pode ser chamado, em sentido amplo, de "massa" no Brasil tem sido excluída ideologicamente pela educação ou condenada politicamente pela hierarquia militar. Conseqüentemente, não se permitiu a todos os atores político-civis recorrer aos seus "correlatos"[61] militares em decorrência das "regras do jogo moderador". O Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, não tinha políticas importantes de cooptação das Forças Armadas e nem conseguiu causar impacto significativo sobre os militares. Quando João Goulart, líder do PTB, tornou-se Presidente, ele seguiu as regras não-escritas das relações civil-militares incentivadas pelos udenistas, pedecistas e pessedistas, esforçando-se para estabelecer um relacionamento semelhante com as Forças Armadas. Ele tentou também reequilibrar a hierarquia militar, que tendia fortemente para a UDN e a ala direita do PSD, uma *bias* estrutural consolidada em fins da década de cinqüenta e princípios da década de sessenta. Agindo assim, ele procurava constituir um dispositivo militar que desse forte apoio a sua política de reformas. No entanto, contrariamente a Juscelino Kubitschek que havia feito o mesmo anteriormente mas com oficiais identificados com a UDN e o PSD, João Goulart foi severamente condenado por imiscuir-se ilegitimamente na hierarquia do Exército. Na prática, o que aconteceu foi que João Goulart estava rompendo com os limites estreitos e exclusivistas das relações civil-militares, trazendo à tona o que elas realmente representavam, ou seja, um Bonapartismo militar sancionado constitucionalmente. Contudo, e apesar da evidência histórica, o mito do papel moderador proporcionou a racionalização para o controle militar autoritário do sistema político depois de 1964.[62]

2. A solidariedade de interesses do novo bloco econômico

As formas organizacionais básicas através das quais o bloco multinacional e associado expressaria seus interesses comuns, quebraria ou esvaziaria o corporativismo associativo do sistema e regime populista e levaria adiante suas reivindicações de mudança e participação, compreenderiam três diferentes estruturas políticas. Estas eram:

A) Escritórios de consultoria tecno-empresarial, como o Consórcio Brasileiro de Produtividade — CBP e a CONSULTEC;

B) Associações de classe empresariais renovadas (FIESP, CIESP e as American Chambers of Commerce), associações de classe que expressavam as novas

atividades setoriais da burguesia industrial brasileira (ABDIB) e novas associações de classe empresariais de cunho mais abrangente (CONCLAP);

C) Grupos de ação expressando os interesses empresariais modernizante-conservadores, sendo o IBAD o mais importante deles.

A. *Escritórios de consultoria tecno-empresarial:* Os escritórios privados de consultoria tecno-empresarial foram criados paralelamente a muitas das instituições tecno-burocráticas do governo durante a década de cinqüenta. Esses escritórios de consultoria tecno-empresarial, doravante denominados escritórios técnicos, surgiram como conseqüência lógica da consciência empresarial da necessidade de planejamento, perícia técnica e administração eficiente, o que parecia poder ser obtido através dessas agências especializadas. A sua função ostensiva era providenciar a perícia técnica e orientação necessárias, executar os estudos de viabilidades e dar consultoria legal. Os escritórios técnicos serviam também como firmas de consultoria para os interesses multinacionais e associados os quais, penetrando em um novo mercado, tinham de lidar com o que parecia ser uma legislação populista complicada e uma burocracia difícil. Algumas das agências mais importantes são mencionadas a seguir:

Tecno-empresários		Escritórios Técnicos
Juan Missirlian	—	T.O.C. — Técnica de Organização e Consultoria.
David Beatty III	—	Técnica de Avaliações e Pesquisas VALIT Ltda. (Deltec S.A.).
Otávio Pereira Lopes Lélio Toledo Pizza	—	IDORT — Instituto de Organização Racional do Trabalho.
Paulo Ayres Filho	—	BORA — Bureau de Organização Racional Aplicada Ltda. (Instituto Farmacêutico Pinheiros).
Augusto Frederico Schmidt	—	Estudos Técnicos Europa-Brasil S.A. (S.A. des Chaux et Cements de Lafargne et du Teil, Société des Gérances et Participations Financières, Worms et Co., Potasse et Produits Chimiques S.A., Soc. Générale Maritime, Fabrique de Produits Chimiques de Tham et de Mulhouse, Société des Produits Chimiques des Terres Rares).
Eduardo Caio da Silva Prado	—	Technical Assistance & Administration (Grace Mercantil Ltda.).
João Batista Isnard de Gouveia	—	E.T.A. — Estudos Técnicos e Administração S.A. (Cie. Financière et Industrielle Intercontinentale COFICO, Société d'Études de Participations et d'Entreprises Industrielles SEPES, N. V. Handel Industrie Transport Maatschaftig HTMA).
Ary Frederico Torres	—	I.P.T. — Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

Luís Simões Lopes Lucas Lopes	— CETAP — Comp. de Estudos Técnicos, Administração e Participações. (Banque de l'Indochine — *holding* das Companhias de Estanho São João d'el Rei, Cia. Estanho Minas do Brasil).
João Baylongue	— J. R. B. Administração e Organização.
Paulo Mário Cerne Oswaldo Zanelli	— Cia. Aliança Comercial e Industrial e Serviços Técnicos.
José Carlos Leone	— José Carlos Leone e Associados — Consultores Industriais.
Aníbal Villela	— BRASTEC — Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos Ltda. Escritório Técnico de Aplicação ao Brasil do Ponto IV (Vega Engenharia e Comércio S.A., investidor na Companhia Mineração de Amianto S.A.). S.A. Brasil Europa Estudos e Participações (Int. Bahamas, The Royal Bank of Canada).
Milton César Efraim Tomas Bo	— CONSEMP — Consultores de Empresas.

Ao realizar as funções acima mencionadas, os escritórios técnicos participaram do primeiro estágio de consciência empresarial coletiva durante o qual membros individuais da classe procuravam conseguir reformas no que se referia a seus interesses privados. Mas os escritórios técnicos também serviram de ponte entre a visão individual dos empresários e uma crescente solidariedade de interesses no interior do incipiente bloco multinacional e associado. Assim eles expressavam o segundo estágio da consciência coletiva, no qual a solidariedade de interesses era traduzida pela procura de reformas econômicas comuns através da máquina do Estado e dentro dos limites do regime vigente.

Na realidade, o papel técnico dos tecno-empresários abrangia uma função política mais ampla, a de atuar como agentes do poder dentro da administração paralela. Os escritórios técnicos proporcionam uma importante ligação na articulação de interesses do bloco multinacional e associado. Foi através dos vários escritórios técnicos que o bloco multinacional e associado estabeleceu em sua interação com a administração do Estado os já mencionados anéis burocrático-empresariais. Através desses anéis, o bloco multinacional e associado conseguiu promover seus interesses econômicos concretos e assegurar reformas dentro dos limites do bloco histórico populista existente, flanqueando as estruturas corporativistas associativas. Nessa forma de atividades destacou-se o Consórcio Brasileiro de Produtividade — CBP — um dos escritórios técnicos mais interessantes e politicamente importantes do período em questão. O CBP era uma das agências de maior autoridade e mais ativas a favor da introdução das técnicas de planejamento nas empresas públicas e privadas, assim como na administração pública.

No final da década de cinqüenta, o CBP interagia com o aparelho estatal e a administração paralela através do BNDE, cujo presidente na época era Roberto Campos. O CBP tinha oferecido seus serviços como uma agência de assessoria técnica para estudos específicos.[43] Outras agências estatais interessavam-se também

pelos serviços do CBP.[64] Entre elas achavam-se agências tão diversas como o Grupo Executivo da Indústria Automobilística — GEIA, o Instituto Brasileiro do Petróleo, a Carteira de Crédito Industrial e Agrícola do Banco do Brasil e a Secretaria da Receita Federal. O CBP oferecia seus préstimos também a autoridades municipais como, por exemplo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Santo André. Outros usuários dos serviços do CBP eram as associações de classe, como o Centro Nacional de Produtividade Industrial — CENPI (da Confederação Nacional da Indústria) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. O CBP trabalhava também junto a governos estaduais, procurando relacionar-se com figuras políticas e burocráticas proeminentes dos Estados como Cid Sampaio de Pernambuco, General Juracy Magalhães da Bahia, Carvalho Pinto e José Bonifácio Coutinho Nogueira de São Paulo, Tancredo Neves e Enéas Nóbrega Fonseca de Assis de Minas Gerais.[65] No estado de Minas Gerais o CBP manteve relações de trabalho com a CAMIG — Companhia Agrícola de Minas Gerais, com o *joint-venture* nipo-brasileiro estatal USIMINAS, a FRIMISA — Frigoríficos de Minas Gerais, a Rede Mineira de Viação e a FAREMG — Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais. O CBP procurou também o apoio de indivíduos de prestígio em seus contactos com as companhias e agências públicas e privadas como, por exemplo, o apoio do empresário e líder da UDN Herbert Levy e do Coronel Macedo Soares, considerado por membros do CBP como um "grande apologista da produtividade". No mesmo período, o CBP estabeleceu relações de trabalho com empresas oligopolistas nacionais, como a Votorantim S.A. (do grupo José Ermírio de Moraes), com grupos comerciais como a Casa José Silva e expandiu consideravelmente suas ligações com o bloco multinacional.

O CBP agia também como um tipo de *umbrella-organization** para um número de escritórios técnicos, reunindo seus recursos. Alguns dos indivíduos e agências que integravam o CBP eram:

— Alfredo Goulart de Castro Filho, da ORGAMEC S.A.;
— Afonso Campiglia, diretor do Departamento de Produtividade da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro;
— Álvaro Porto Moitinho, da Racionalização — Administração — Auditoria, e também diretor do SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
— César Cantanhede, da Organização Serviços Hollerith, onde era ligado a Valentim Bouças; ele era também presidente da Organização de Engenharia S.A. e executivo da FGV;
— João Carlos Vital e sua equipe de técnicos, à qual estava ligado o tecno-empresário Hélio Beltrão, executivo da FGV;
— Paulo de Assis Ribeiro e sua equipe de técnicos;
— Paulo Accioly de Sá, diretor da Organização — Racionalização — Planejamento, ORPLAN S.A. (ele foi em certa época presidente do CBP);
— Rubem D'Almada H. Porto, executivo da FGV, membro do IDORT e co-fundador da Agir Editora, que foi um canal importante para os intelectuais orgânicos em 1962-1964.

* NT: doravante denominada "organização guarda-chuva". O termo inglês, criado por analogia com a armação de um guarda-chuva, descreve uma estrutura onde há uma organização central principal e outras a ela ligadas. A organização guarda-chuva ou central sincroniza e dirige as atividades e recursos das que lhe são periféricas.

Além desses, as seguintes figuras eram também membros da rede do CBP: Roberto da Silva Porto, C. T. Javes, Humberto Porto, Oswaldo Zanelli, Paulo Mário Cerne, Fernando Lacerda de Araújo, Mário Lorenzo Fernandez, Luiz da Rocha Chataignier, José Gomes Coimbra Jr. e Pedro Velho Tavares de Lyra. Seguindo uma sugestão de Paulo de Assis Ribeiro, tanto o perito em questões agrárias Wanderbilt Duarte de Barros quanto Carlos de Assis Ribeiro (irmão de Paulo de Assis Ribeiro), diretor da General Electric do Brasil, foram incorporados ao CBP. Procurou-se também a integração de dois outros escritórios técnicos: a Geofoto, que lidava na área de pesquisa mineral, e o grupo técnico Hidrologia, de Henry Macksoud.[66]

O CBP contava de fato com alguns dos mais importantes e bem equipados escritórios técnicos e uma poderosa rede de contactos políticos, burocráticos e empresariais. Apesar da disseminação dos valores capitalistas modernizante-conservadores no interior do regime populista, esse sistema continuava infenso a sua consolidação, o que levava a consideráveis frustrações do bloco de poder que procurava desenvolver a "racionalidade" capitalista. No início da década de sessenta a percepção burguesa das limitações sócio-políticas e das restrições ideológicas do populismo atingia uma nova dimensão. Os tecno-empresários tiveram de reconhecer que, para implementar uma forma particular de "planejamento nacional", eles precisavam assegurar a paz social e apoderar-se do comando político, ou seja, controlar o Estado. Os tecno-empresários participariam então da ação organizada da burguesia para quebrar o regime e o sistema populista e conquistar o poder do Estado em 1964.

CONSULTEC: um estudo de caso de entrincheiramento burocrático-empresarial

A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. — CONSULTEC, também conhecida como Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos, era, incontestavelmente, o mais importante e bem-sucedido escritório técnico, e um anel burocrático-empresarial em si mesma. A CONSULTEC era importante em decorrência da qualidade profissional de seus membros; era bem-sucedida em razão de sua capacidade política e de sua ativa "advocacia administrativa", de sua ampla penetração nos canais tecno-burocráticos e sua conexão com o grupo de poder formado pelos interesses multinacionais e associados, aos quais os seus membros pertenciam individualmente.[67]

CONSULTEC: o escritório técnico

A CONSULTEC proporcionou os canais para contornar tanto as agências estatais corporativistas tradicionais de articulação de interesses quanto o Congresso. Ao estabelecer contactos diretos com agências estatais, ela evitou o escrutínio do público e a necessidade de responder às demandas populares ou ter de levar em conta outras pressões.

As atividades da CONSULTEC se estendiam da consultoria dada a pedidos de empréstimos feitos ao BNDE por companhias multinacionais até a redação de discursos públicos, da preparação de projetos de lei, decretos e regulamentos até a obtenção de acordos comerciais. A CONSULTEC preparou inclusive o programa apresentado ao Congresso em 1962 pelo então Primeiro-Ministro Tancredo Neves,[68] assim como o plano governamental referente ao petróleo, que o Primeiro-Ministro comissionou também a esse escritório técnico.[69]

A posição tecno-burocrática e as ligações econômicas de membros da CONSULTEC foram especialmente vantajosas aos setores de mineração, petróleo, energia e transporte, aos quais a CONSULTEC serviu como consultora. Ela exerceu papel crucial no complexo BNDE — SUMOC — CACEX, agências-chave para o crescimento multinacional e industrial durante o governo de Juscelino Kubitschek. Um levantamento dos empréstimos concedidos pelo BNDE e das recomendações e estudos econômicos subjacentes a esses empréstimos mostrou que 50% de tais pareceres havia sido fornecido pela CONSULTEC.[70]

Um exame dos componentes da CONSULTEC e de suas posições tecno-burocráticas explica facilmente o êxito logrado pelos interesses empresariais negociados pela CONSULTEC.[71]

Alguns dos membros mais importantes da CONSULTEC eram:

Roberto Campos	— Presidente do BNDE, membro do GEMF, Grupo de Exportação de Minério de Ferro, membro do CDE, embaixador itinerante durante o governo de Jânio Quadros e embaixador nos Estados Unidos durante o governo de João Goulart, conferencista na ESG. Durante sua carreira política, Roberto Campos manteve ligações com a Hanna Mining, Bond & Share, Camargo Correia Construtores, Mercedes Benz e Banco de Desenvolvimento Comercial.[72]
Vítor da Silva Alves Filho	— Diretor do BNDE.
Miguel Osório Almeida	— Ministro para Assuntos Econômicos da Embaixada do Brasil em Washington e membro do quadro diplomático do Itamaraty.
J. O. Mello Flores	— Executivo da FGV e diretor do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, Sul-América Seguros, Mecânica Pesada S.A. (Westinghouse), Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Schneider et Cie., S. A. de la Challeassière e Sulacap.
Frederico Heller	— Editor Econômico de *O Estado de S. Paulo* (o jornal paulista de circulação nacional de Júlio de Mesquita Filho).
Edmar de Souza	— Chefe do setor administrativo do BNDE.
J. L. Bulhões Pedreira	— Consultor do BNDE, diretor da COPLAN — Comissão de Planejamento do governo, diretor da Rede Ferroviária Federal — RFF e do complexo Hanna Mining.
Eduardo Silveira Gomes	— Consultor da SUMOC e editor da *Conjuntura Econômica*.
Almirante Aniceto Cruz Santos	— Lloyde New York e Comissão da Marinha Mercante.
Dênio Nogueira	— FGV, *Conjuntura Econômica* e Chefe de Gabinete de Gouveia de Bulhões, conferencista na ESG.

John Cotrim	— Diretor das Centrais Elétricas de Furnas.
Gabriel Ferreira Filho	— Advogado do BNDE.
Mário Henrique Simonsen	— Chefe do Conselho Econômico da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), executivo e professor da FGV.
Augusto Tito de Oliveira Lima	— Parente de Roberto Campos.
Harold Cecil Polland	— Cia. Metropolitana de Construções, Banco Português do Brasil, Unitor S.A. Com. e Ind. de Soldas Elétricas.
Jacinto Xavier Martins	— RFF.
Teodoro Onega	— Instituto Nacional de Tecnologia, sediado no Rio.
João Batista Pinheiro	— Membro do corpo diplomático do Itamaraty, GEMF e diretor do BNDE.
Mário Abrantes da Silva Pinto	— Diretor do Departamento de Produção Mineral, Assessor Técnico da CACEX e do GEMF, membro da comissão de Estudos e Projetos Administrativos da Presidência.
Alexandre Kafka	— FGV, Fundo Monetário Internacional e Conselho Nacional de Economia, conferencista na ESG.
José Garrido Torres	— SUMOC, BNDE, FGV, *Conjuntura Econômica*, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Conselho Nacional de Economia, conferencista na ESG, banqueiro.
Hélio Schlittler Silva	— Assessor da diretoria do BNDE.
João Alberto Leite Barbosa	— Editor do *Boletim Cambial* (um marca-passo econômico), editor da seção econômica de *O Globo* (um dos mais influentes jornais de circulação nacional sediado no Rio e pertencente ao grupo Roberto Marinho), vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.
Glycon de Paiva	— Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, BNDE, conferencista na ESG, ADESG e diretor de empresas multinacionais.
Mauro Thibau	— CEMIG — Centrais Elétricas de Minas Gerais.
O. Gouveia de Bulhões	— SUMOC, GEMF, conferencista na ESG.
A. Abreu Coutinho	— GEMF, *Conjuntura Econômica*, Chefe de Divisão da SUMOC encarregado do Setor da Balança de Pagamentos.
Jorge Schilling	— Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil.
Lucas Lopes	— CEMIG, CVRD, BNDE, Ministro dos Transportes no governo de Café Filho e Ministro da Fazenda no Governo de Juscelino Kubitschek, conferencista na ESG e diretor da Hanna Mining.

Rodrigo Pessoa Lopes	— Filho de Lucas Lopes e genro de Juscelino Kubitschek.
Aldo Franco Maciel	— CACEX, chefe da SUMOC.

Outros membros que participaram da CONSULTEC eram Alfredo Pessoa, Eduardo L. Gomes, José Cruz Santos, José Soares, Sarmento Barreto e Carlos Moacyr Gomes de Almeida.

Alguns outros elementos burocráticos e políticos estavam também ligados à CONSULTEC como, por exemplo, Henrique Alves Capper de Souza (CACEX) e Arnaldo Walter Blanc (CEXIM, Bethlehem Steel).[73] As listas mencionadas revelam claramente que a CONSULTEC era um exemplo clássico de entrincheiramento burocrático, uma vez que seu pessoal era intercambiável com o de agências e autarquias estatais, companhias multinacionais e *think-tanks* públicos.[74] A CONSULTEC, que havia sido tão decisiva na articulação paralela de interesses empresariais durante a década de cinqüenta, tornar-se-ia, em princípios da década de sessenta, um fator central no esforço de derrubar o regime populista. Muitos de seus membros-chave participariam dos órgãos centrais formuladores de diretrizes políticas e de tomada de decisão dos intelectuais orgânicos empresariais com um duplo papel, o de revolucionários empresariais e o de defensores do capitalismo dentro do aparelho do Estado.

O núcleo da CONSULTEC gerou uma importante organização tecno-empresarial e político-burocrática, a APEC — Análise e Perspectiva Econômica. A APEC era constituída de um grupo de economistas, administradores do governo e empresários. A exemplo de outras agências técnicas, os três papéis dos membros da APEC concatenavam-se. Esses tecno-empresários objetivavam a criação de uma publicação especializada de alta qualidade técnica com o "fim de defender interesses públicos e privados" [*sic*]. Esta iniciativa justifica-se pelo que eles entendiam e proclamavam como a "ameaça de ideologias e ideólogos" que tentavam levar o Brasil por um caminho que eles acreditavam ser o de uma sociedade totalitária.[75] A APEC constituiu-se sob a direção e participação de Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões, J. Garrido Torres, Aldo B. Franco, Almirante A. Cruz Santos, Glycon de Paiva, Lucas Lopes (seu presidente em 1964), F. Heller, A. Kafka, V. A. da Silva Filho, D. Nogueira, T. Onega, Edmar de Souza, Gabriel Ferreira Filho, A. Pessoa, J. O. Mello Flores, J. Batista Pinheiro, J. L. Bulhões Pedreira, Carlos Moacyr Gomes de Almeida e Sérgio Pinho Mellão, todos eles em posições de liderança dentro da organização em 1964.

No curso de seu desenvolvimento, a APEC recrutou e ligou-se a funcionários públicos-chave e a importantes empresários, tornando-se assim uma modalidade de instância superior dos economistas, ideólogos e tecno-burocratas modernizante-conservadores. Entre esses incluíam-se Raul Fontes Cotia (BNDE), Ernane Galvêas (BNDE), João Paulo dos Reis Velloso (EPEA), Iberê Gilson (diretor da COSIPA e vice-presidente da Rede Ferroviária Federal) e Mircea Buescu.

A estrutura econômica da APEC compunha-se de 200 acionistas,[76] muitos deles ligados entre si através de suas atividades empresariais. No auge de seu poder ela compunha-se de uma equipe de mais de 150 técnicos e colaboradores de vários tipos, alguns dos quais são enumerados no Apêndice D. Mais tarde, ela organizaria o ASAPEC, órgão profissional de consultoria para assuntos econômicos visando a servir empresas privadas e agências públicas.

A APEC, uma fonte de publicações importantes relativas à economia, empresas públicas e ao papel do capital privado no desenvolvimento do país, disseminava seus pontos de vista entre empresários, configurando a posição ideológica destes. Dessa forma, a APEC exemplificou e resumiu outra faceta de esforços classistas organizados de modo a vencer a batalha ideológica e política contra o bloco de poder populista e o aparelho estatal em geral, bem como a dirigir os seus esforços de propaganda contra os intelectuais das classes subordinadas. Vários membros da APEC estavam diversamente ligados à ESG, como alunos, professores ou oradores convidados esporadicamente, tendo assim uma vantagem excepcional sobre outros grupos sociais em propagar os seus pontos de vista entre os militares. Os membros da APEC teriam ainda importância singular na campanha ideológica e política que o bloco de poder multinacional-associado desenvolveria até abril de 1964, muitos deles participando da ação militante dos intelectuais orgânicos das classes dominantes contra o Executivo de João Goulart. Em conjunto com membros da CONSULTEC e do CBP, a equipe da APEC teria funções importantes no governo pós-1964, preparando estudos e sugestões de diretrizes econômicas e encarregando-se da reestruturação da economia política do novo regime.

CONSULTEC: o anel de poder burocrático-empresarial

A CONSULTEC foi, entre outros, um órgão crucial nas negociações da Hanna Mining Co. no Brasil. Clientes importantes foram também a Brazilian Traction, Light and Power e a Bunge & Born.[77] O seu papel "técnico" e suas funções político-econômicas seriam compreendidas a partir dos relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI — da Câmara dos Deputados, instaurada com o fim de investigar as atividades do complexo Hanna Mining no Brasil. Através da CONSULTEC os restritos interesses econômicos desse complexo sediado em Cleveland, Estados Unidos, composto de cerca de trinta companhias operando em mineração, metalurgia e atividades correlatas, foram articuladas dentro do aparelho estatal no mais amplo sentido "técnico" possível.

Conforme o General Antônio Bastos, ex-membro do Conselho Nacional do Petróleo e engenheiro coordenador da Hanna Mining Co., essa companhia pagou à CONSULTEC 3 milhões de dólares por um dos mais importantes projetos de mineração, o de Águas Claras[78] (as reservas do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais eram estimadas em 200 bilhões de dólares).

Visando a realização de tal projeto, contactos foram feitos com membros da CONSULTEC, entre outros: Lucas Lopes, Ministro da Fazenda durante o governo de Juscelino Kubitschek e ele mesmo um dos diretores do complexo Hanna Mining, Roberto Campos (BNDE), Mário da Silva Pinto, diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, e Mauro Thibau, da CEMIG. Em carta enviada ao General Nélson de Mello, o então Chefe da Casa Militar do governo do presidente Juscelino Kubitschek, e Secretário do Conselho de Segurança Nacional (mais tarde Ministro da Guerra), Lucas Lopes comunicava que "um grupo de planejamento, do qual sou consultor, foi procurado por representantes da Hanna Co. a fim de obter orientação econômica e técnica para a execução de um programa de exportação de minério de ferro".[79] E acrescentou: "O presidente (Juscelino Kubitschek) disse-me ficar grato por tudo que fosse feito em favor dos minérios de Morro Velho".[80]

A Hanna Mining associou-se à Cia. de Produtos Alimentícios Morro Velho S.A. (dirigida por Fernando de Mello Viana, do grupo Ferrostaal), para explorar as minas de ouro e ferro de Morro Velho, formando a Mineração Morro Velho S.A. Quanto às minas de Águas Claras, o General Bastos explicou que o Projeto Hanna seria conduzido pela Mineração Águas Claras S.A., um consórcio de siderúrgicas inglesas, alemãs e americanas."[1] Ele informou ainda que o Projeto Hanna correspondia *ipsis litteris* ao Documento n.º 18 do Conselho Nacional de Desenvolvimento. É altamente provável, na realidade, que o Documento n.º 18 tenha correspondido integralmente ao Projeto Hanna. Isto não parece mera coincidência — a maioria daqueles que havia esboçado o Documento n.º 18 pertencia à CONSULTEC, sendo que *membros* da CONSULTEC eram por sua vez diretores da Hanna Mining."[2]

Como surgiu o Documento n.º 18? Em 25 de fevereiro de 1957, Juscelino Kubitschek formou uma comissão com o propósito de analisar o problema dos incentivos às exportações do minério de ferro. A comissão, sob a presidência do Ministro da Fazenda, incluía os Ministros da Viação e da Agricultura, o secretário do Conselho de Segurança Nacional, o secretário do Conselho de Desenvolvimento, os diretores da Carteira de Câmbio e da Carteira de Comércio Exterior — CACEX — do Banco do Brasil, o presidente da Companhia Vale do Rio Doce e representantes dos mineradores. A maioria absoluta dos membros dessa comissão pertencia ao quadro da CONSULTEC. O documento ficou pronto em 8 de agosto de 1957. De acordo com esse documento, a Hanna Mining usufruiria, além de outras vantagens, de:

a) taxas especiais de câmbio garantidas para suas operações sem confisco cambial;

b) segurança satisfatória de juros e reembolso, não recebendo, em hipótese alguma, menos do que os juros do capital investido;

c) o minério de ferro pelo menor preço em vigor no mercado internacional.

O redator do Documento n.º 18 foi exatamente o membro da CONSULTEC e diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Mário da Silva Pinto. Para dar andamento ao Documento n.º 18, José Maria Alkmim, Ministro da Fazenda, submetê-lo-ia à apreciação do presidente Juscelino Kubitschek que o assinou, transformando-o no Decreto n.º 42.020 de 10 de agosto de 1957, dois dias após ter sido a ele submetido. Esse decreto criou também no Conselho de Desenvolvimento o Grupo de Exportação de Minério de Ferro — GEMF — que se tornou o órgão responsável pela coordenação de estudos, entendimentos e negociações referentes ao minério de ferro. Não é de se surpreender que o GEMF fosse constituído pelo Ministro da Fazenda, José Maria Alkmim, o Secretário do Conselho de Segurança Nacional, General Nelson de Mello, o Secretário-Geral do Conselho de Desenvolvimento, Lucas Lopes, o diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil — CEXIM, J. I. Tosta Filho, o diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, P. A. Pook Correia, o diretor do Departamento da Produção Mineral, M. da Silva Pinto, diretor da Rede Ferroviária Federal (a qual é responsável pela Estrada de Ferro Central do Brasil, da qual foram diretores Geraldo Mascarenhas e os membros da CONSULTEC Jorge Schilling e J. L. Bulhões Pedreira) e o diretor do BNDE, Roberto Campos. Para coordenador do GEMF foi indicado J. Batista Pinheiro, outro membro da CONSULTEC. Outros participantes do GEMF eram O. Gouveia de Bulhões e A. Abreu

Coutinho, ambos membros da CONSULTEC.[53] Além disso, o complexo da Hanna Mining procurou a ajuda de indivíduos de reconhecida influência para o desenvolvimento de seus planos e projetos. O que poderia ser considerado o "Estado-Maior" do complexo Hanna Mining no Brasil incluía[54] John W. Foster Dulles, filho do Secretário de Estado americano J. W. Foster Dulles e sobrinho do diretor da CIA Allen Dulles. Ele era membro da junta de diretores da Mineração Águas Claras.[55] Outro nome influente e muito conhecido era o de Herbert Hoover Jr., filho do ex-presidente americano e ex-Subsecretário de Estado no governo do General D. D. Eisenhower. Ele veio para o Brasil em 1960 como acionista da Saint John D'El Rey, na mesma época em que Foster Dulles começava a estabelecer contatos políticos para as eleições que se aproximavam, às quais um dos candidatos era Jânio Quadros. Hoover tornar-se-ia logo depois diretor da Hanna Mining Co.[56]

Dentre as figuras influentes, brasileiras ou que aqui viviam, com as quais a Hanna Mining podia contar, achava-se, primeiramente, Lucas Lopes, membro do seu quadro de diretores e de várias outras corporações importantes.[57] Outros diretores eram: J. L. Bulhões Pedreira, da Cia. Mineração Novalimense, Mineração Hanna do Brasil Ltda., Mineração Curral d'El Rey Ltda. e Mineração Águas Claras Ltda., Arthur Bernardes Filho, da Mineração Hannaco e presidente do Partido Republicano assim como diretor de outras empresas multinacionais[58] e Alberto Torres Filho, diretor da Cia. Mineração Novalimense, Mineração Hanna do Brasil Ltda., Pesquisas Minerais Meco Ltda., Mineração Curral d'El Rey Ltda. e Mineração Águas Claras Ltda. Alberto Torres Filho era também diretor de várias poderosas corporações multinacionais e associadas.[59] Eram ainda ligados, como executivos ou assessores, as seguintes figuras: E. M. Irving, Robert Clark Wallace, H. C. Watson, Benedito Munhoz Carvalho, B. Novitt Weber, Pedro Maciel, Antônio Falabella de Castro, Roberto Campos, Dario de Almeida Magalhães, Mauro Thibau, M. da Silva Pinto, Vicente Rao (do Banco Francês e Italiano para a América do Sul), o jurista Francisco Campos, o jurista Pontes de Miranda e o jurista Orozimbo Nonato, ministro da Suprema Corte Federal e um dos quatro juristas consultados quando da formulação da Constituição de 1967.[60] Ademais, a Hanna tinha uma diretoria interligada a diretorias dos maiores complexos financeiros, industriais e comerciais operando no Brasil, incluindo o grupo Rockefeller, o grupo Mellon (ALCOA) e a Morgan Garanty Trust Co. (ITT e General Electric).

Apesar da influência da Hanna Mining, em junho de 1962, Gabriel Passos, Ministro das Minas e Energia do governo nacional — reformista de João Goulart, determinou a paralisação das atividades da Novalimense, uma das subsidiárias da Hanna Mining, como parte da tentativa de controlar o extraordinário poder corporativo-político dessa companhia. Começava assim o "caso Hanna", que seria o pivô das discussões sobre a política de minério durante todo o período da administração de João Goulart. O caso tornou-se o símbolo da polarização "entreguista-nacionalista" da política brasileira, em conjunto com as tentativas do governador Leonel Brizzola de nacionalizar os interesses da Bond and Share no Estado do Rio Grande do Sul.

A ação política do complexo Hanna Mining se faria sentir de muitas outras formas além do tráfico de influência. Em 1963, por exemplo, a Hanna (juntamente com um Walter C. Lawson) promoveu uma conferência sobre "A defesa político-militar da América Latina" no Bureau of Governamental Research da

Universidade Estadual do Arizona. Um dos participantes da conferência, o Tenente-Coronel Theodore Wychoff, do Exército americano, advertiu que os comunistas estavam "'se preparando para atacar quando chegasse a hora" em toda a América Latina, acrescentando que "uma contra-ofensiva anticomunista poderia proporcionar uma melhor defesa dos povos e instituições livres do que qualquer medida passiva". Entre as contribuições da Hanna para essa contra-ofensiva estruturada pela elite empresarial estava o fornecimento de caminhões para as tropas de Minas Gerais que iniciaram a "Revolução" de 1.° de abril de 1964.[91]

B) *As associações de classe:* As novas condições de desenvolvimento durante a década de cinqüenta e o fato de os empresários multinacionais e associados haverem percebido os seus interesses comuns na modernização do país, assim como a necessidade do estabelecimento de canais apropriados para sua crescente penetração, estimularam a rápida expansão da estrutura associativa e a procura de novas formas de organização de interesses.[92] A recém-descoberta solidariedade de interesses no interior do bloco econômico multinacional e associado expressou-se através de novas ou renovadas associações de classe que orientavam os empresários sobre assuntos referentes à produção e à administração. Além disso, essas associações classistas de empresários e tecno-empresários modernizante-conservadoras davam assistência a questões políticas mais amplas, funcionando, na verdade, como agência de *lobbying*, alcançando sua mais alta expressão política em suas tentativas de compartilhar do governo com forças sócio-econômicas tradicionais durante a presidência de Jânio Quadros em 1961. A maioria das associações de classe existentes, como a Confederação Nacional das Indústrias — CNI, Associações Comerciais e Federações das Indústrias de vários Estados, achavam-se sob nova direção em meados da década de cinqüenta, à medida que as oligarquias de antigos comerciantes, banqueiros comerciais e industriais locais viam-se substituídos por um grupo mais jovem e agressivo de empresários que não se achavam tão ligados a interesses de exportação e comércio exterior.[93] Ao contrário, eles representavam as novas formas de interesses financeiro-industriais multinacionais e associados.[94] E mais, a existência de tais associações de classe expressava o alto nível de consciência coletiva atingido pelos interesses empresariais. A proteção corporativa de seus empreendimentos econômicos deu lugar ao ativismo em prol do avanço político de seus interesses econômicos.

Três dos mais importantes focos de pressão política onde predominavam os interesses multinacionais e associados eram a então renovada Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, e sua organização idêntica CIESP, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (às quais estava ligado o forum de debate Roberto Simonsen), a Federation of the American Chambers of Commerce do Brasil e o CONCLAP, Conselho Nacional das Classes Produtoras.

No início da década de sessenta, a FIESP e o CIESP haviam se tornado canais significativos de representação dos grandes industriais locais, a maioria deles associados a corporações multinacionais, e mesmo de certas empresas multinacionais.[95] Entre as corporações e indivíduos que se faziam representar no FIESP/CIESP em 1964 estavam:

— Rafael Noschese, presidente, Empresa de Mineração Esperança.
— José Ermírio de Moraes Filho, 1.°-vice-presidente, grupo Votorantim.

— Mário Toledo de Morais, 2.°-vice-presidente, Cia. Melhoramentos de São Paulo Ind. de Papel, Cia. Universal de Fósforo British Match.
— Lélio Toledo Pizza e Almeida, VEMAG S.A. Auto Union Gmbh, Banco Novo Mundo.
— Eduardo Garcia Rossi, Reila Refratários.
— Oscar Augusto de Camargo, Duratex S.A., grupo Maluf.
— Jorge Duprat de Figueiredo, Nadir Figueiredo Ind. e Com. S.A.
— J. Soares do Amaral Netto, secretário, Centrais de Concreto do Brasil.
— Nelson de Godoy Pereira, tesoureiro, Cia. Força e Luz Santa Cruz.
— Daniel Machado de Campos, Associação Comercial de São Paulo.
— Egon Félix Gottschalk, S.A. Moinho Santista Ind. Gerais.
— Georges Schnyder, Cia. Bras. de Construção Fichet & Schwartz-Hautmont.
— Gilberto Wack Bueno, Sociedade Técnica de Materiais S.A. — SOTEMA.
— Joaquim Gabriel Penteado, Ind. e Com. Dako do Brasil S.A.
— Luiz Rodovil Rossi, Auto-Comércio e Indústria, ACIL Ltda.
— Humberto Reis Costa, Cia. Fiação Pedreira.
— César Augusto de Camargo Pinto, Anderson Clayton Co. — ACCO.
— Peter Murany, P. Murany Ind. e Com. S.A.
— Francisco de Paula Machado de Campos, SANBRA, Bunge & Born, Banco Geral de Finanças.
— Mauro Lundberg Monteiro, Refinaria Nacional de Sal S.A.
— Hernani Azevedo Silva, Cia. Bras. de Estireno, Cia. Comercial Brasileira S.A. — grupo Simonsen, Eletro Metalúrgica Abrasivos Salte S.A., Carborundum Internacional.
— Waldemar Clemente, Walita S.A. Eletro Industrial.
— Francisco de Salles Vicente de Azevedo, Porcelite S.A. Cerâmica Sanitária.
— Antônio Carlos Pacheco e Silva, Armações de Aço Probel S.A.
— Luiz Antônio da Gama e Silva, Cia. Prada Ind. e Com.
— Manoel da Costa Santos — Arno S.A.
— Paulo Reis Magalhães, Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool — COPERSUCAR.

Outras figuras centrais da FIESP eram: Jorge de Souza Rezende, José Villela Andrade Jr., Francisco da Silva Villela, Mário F. de Pierro, Theobaldo de Nigris, Raniz Gattas, Mário Amato, Orlando Laviero, Fuad Haddad (representante do CIESP, Araraquara) e E. Pereira Lopes (representante do CIESP, São Carlos).[86]

O CIESP, que compartilhava membros, funções e objetivos com a FIESP, apoiava-se na capacidade de atuação de um número de destacados empresários:

— Presidente: Rafael Noschese.
— Conselho Diretor: A. C. Pacheco e Silva, Lucas Nogueira Garcez, Luiz Dumont Villares, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, Othon Alves Barcellos Correa, Paulo Quartim Barbosa e Sebastião Paes de Almeida.
— Diretoria: General Edmundo de Macedo Soares e Silva, Luiz Antônio da Gama e Silva, Paulo N. Albright, Paulo Ayres e Salim Abdalla Chamma.
— Presidentes Honorários: Humberto Reis Costa e José Ermírio de Moraes.
— Diretores Executivos: Rafael Noschese, José Ermírio de Moraes, Manoel da Costa Santos, Lélio Toledo Pizza e Almeida Filho, Oscar Augusto de Camargo,

Jorge de Souza Rezende, Jorge Duprat Figueiredo, Eduardo Garcia Rossi, Theobaldo de Nigris e João Soares do Amaral Netto.
— Conselho Fiscal: Paulo Reis Magalhães.

O CIESP e a FIESP tinham dois órgãos executivos: o Forum Roberto Simonsen e o Conselho de Coordenação Interdepartamental — CONCIN. No primeiro encontravam-se o presidente Rafael Noschese, o General Macedo Soares e Silva e o secretário Luiz Washington Vita. Faziam parte do CONCIN Eduardo Garcia Rossi, E. F. Gottschalk, Mário Amato, Mário Toledo de Moraes, Sérgio Roberto Ugolini e Theobaldo de Nigris.[92]

Para dar assistência política, econômica e mesmo técnica a seus associados, as associações de classe estabeleceram suas próprias agências técnicas. Entre elas, o Centro de Produtividade das Federações das Indústrias e a Assessoria Econômica e jurídica da Associação Comercial de São Paulo, dirigida por José Lins Nogueira Porto (editor do *Digesto Econômico*), e auxiliado por Antônio Delfim Netto. A Federação do Comércio do Estado de São Paulo estabeleceu o seu próprio Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política, forum de debate da organização empresarial. Em 1962 esse conselho da FCESP era formado por Alexandre Marcondes Filho, Antônio Delfim Netto, Antônio Gontijo de Carvalho, Ary F. Torres, Dorival Teixeira Vieira (também do Instituto de Pesquisas Econômicas — IPE), Padre Felipe Nery Noschini, Flamínio Favero, Francisco Carlos de Castro Neves, Francisco Malta Cardoso, Geraldo Barbury, Horácio Lafer, José Frederico Marques, José Garibaldi Dantas, José Pedro Galvão de Souza, José Vicente de Freitas Marcondes, José Luiz Anhaia Mello, Miguel Reale, Rui Nogueira Martins, Ruy Aguiar da Silva Leme (da Pontifícia Universidade Católica — PUC, e da Universidade Mackenzie de São Paulo), Theotônio Monteiro de Barros Filho, Vicente Marotta Rangel (da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Washington Barros Monteiro.[93] O seu presidente era o tecno-empresário Brasílio Machado Neto da Fundação Getúlio Vargas.

Muitos desses intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado, bem como os mencionados na relação da FIESP e do CIESP, seriam em 1962 membros dos órgãos políticos estabelecidos para promover tanto os interesses modernizante-conservadores quanto a derrubada do governo nacional-reformista de João Goulart.

A Federation of the American Chambers of Commerce era o forum político mais importante das corporações multinacionais. Além de diretores americanos, muitos diretores de corporações européias estavam também representados nessa federação. Os seguintes empresários e profissionais achavam-se entre os seus "membros ativos" em 1964:

— Paul Norton Albright (vice-presidente em 1963 e presidente em 1964), Diretor do Comitê de Assuntos Econômicos, E. R. Squibb & Sons.
— Frank N. Aldrich, First National Bank of Boston.
— Richard S. Aldrich, Ind. Metal Forjaço S.A., IBEC — Cia. Brasileira de Participações.
— G. David Monteiro, McCann Erickson Publicidade.
— João Nogueira Lotufo, Associação Cristã de Moços.
— João da Silva Monteiro, COBAST, Light S.A.
— Trajano Puppo Neto, First National City Bank of N. Y.

— Fernando Edward Lee, Cia. Química Duas Âncoras, S.A. Marvin-Anaconda, Fios e Cabos Plásticos do Brasil — Anaconda Co., Goodrich do Brasil.
— David Augusto Monteiro, Multi Propaganda Soc. Ltda.
— Humberto Monteiro, RCA Electrônica Brasileira S.A., CIBA S.A. Produtos Químicos.
— Fábio Garcia Bastos, Liquid Carbonic Ind. S.A., General Dynamics.
— Hélio Cássio Muniz, American Marietta S.A. Tintas.
— J. Bastos Thompson, Cia. Patiz de Inversores, grupo Patiño.
— Herman Moraes Barros, Banco Sul-Americano do Brasil S.A.
— G. E. Strickland, USABRA S.A. — Liquid Carbonic.
— Audley Gammon, Bank of America.
— Luiz Biolchini, Banco Boavista.
— P. H. Weisskopf, Pneus General.
— Paulo Barbosa, Esso Brasileira de Petróleo S.A.
— Vicente de Paulo Ribeiro, Dominium S.A., Cia. Patrimonial Serva Ribeiro.
— Américo Oswaldo Campiglia, Fiação Brasileira de Rayon, Cimento Santa Rita.
— Jorge de Assumpção, Tecelagem Assumpção.
— Luiz de França Ribeiro, Cia. Brasileira de Caldeiras e Equipamentos Pesados.
— Manoel da Costa Santos, Arno S.A. Ind. e Com.
— Oswaldo Trigueiro, Viação Aérea Riograndense — VARIG.
— Edward Francis Munn, First National Bank of Boston.
— A. O. Bastos, Perfumes Dana do Brasil S.A.
— Gustavo W. Borghoff, Joseph Lucas do Brasil.
— Guilherme J. Borghoff, Remma S.A.
— Eldino da Fonseca Brancante.
— Juan Clinton Llerena, Moore McCormack.
— Nelson Monteiro de Carvalho, grupo Matarazzo.
— Henrique Bayma, Cia. Brasileira de Rolamentos SKF — Suécia, Rupturita S.A. Explosivos.
— Odilon Egydio do Amaral Souza, São Paulo Alpargatas.
— Aldo Campos, Mobil Oil do Brasil.
— Carlos Augusto Botelho Junqueira, Procon Engenharia Ind. e Com. Ltda.
— Júlio C. B. de Queiroz, Procon Engenharia Ind. e Com. Ltda.
— Lucien Marc Moser, CIBA S.A. Produtos Químicos, Swiss Bank Corporation.
— Luís Alberto Penteado, Esso Brasileira de Petróleo S.A.
— Fernando Alencar Pinto, F. A. Pinto S. A. Importação e Exportação, Westinghouse Electric Int.
— Geraldo Danneman, Banco da Bahia S.A., Cia. Telefônica da Bahia S.A.
— Vitório Ferraz, Cia. Fuller Equipamentos Industriais.
— Fernando Mbielli de Carvalho, Cia. Gas Esso-Standard Oil.
— Mário Antunes Azevedo, AMF do Brasil S.A. Máquinas Automáticas.
— William Monteiro de Barros, Cia. Federal de Fundição, Parsons & Whittemore.
— Borge Lundgren, Bates do Brasil S.A.

Além desses, os seguintes empresários, já mencionados anteriormente, eram também membros das American Chambers of Commerce: J. B. Pereira Almeida Filho, José Carlos de Assis Ribeiro, Paulo Ayres Filho, David Beatty III, Luiz Eduardo Campello, J. B. Leopoldo Figueiredo, Paulo Reis Magalhães, Othon Barcellos Correia, José Maria Pinheiro Neto, Eduardo Caio da Silva Prado, Ary

Frederico Torres, Alberto Byngton Jr., Oscar Augusto de Camargo, Alberto Torres Filho e João Batista Isnard de Gouveia.[99]

Das três associações de classe mencionadas anteriormente, foi a CONCLAP a expressão mais sofisticada da presença política da classe dominante no período anterior a 1964. O Conselho das Classes Produtoras foi estabelecido em 1955 como uma organização guarda-chuva nacional com o intuito de proporcionar um forum militante para o bloco de poder empresarial modernizante-conservador. O CONCLAP era uma associação de pressão poderosa e expressiva na defesa dos novos interesses sócio-econômicos durante a década de cinqüenta, tornando-se especialmente ativo a partir de 1959 e durante a campanha presidencial de Jânio Quadros. A seção carioca do CONCLAP, a partir do momento de sua formação, lançou uma série de manifestos públicos com violentos e explícitos ataques ao regime populista. Liderado pelos empresários Gilbert Huber Jr., Jorge Behring Mattos, Jorge Oscar de Mello Flores e Alberto Byngton Jr.,[100] o CONCLAP atacava sem trégua o comunismo e apresentava uma defesa intransigente da empresa privada, da estabilidade financeira e monetária e do capital estrangeiro. O CONCLAP tornou pública também sua oposição implacável ao controle de preços, ao direito de greve, à estabilidade dos empregos, negando ainda o direito ao governo de possuir praticamente qualquer bem.[101] O CONCLAP do Rio englobava a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Centro de Indústrias do Rio de Janeiro (dois órgãos que lhe davam expressivo apoio), o Centro de Seguros e Estudos de Capitalização, a Associação dos Bancos do Estado da Guanabara, a Associação Brasileira de Relações Públicas, a Associação Brasileira de Propaganda, o Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, a Associação dos Empregados de Comércio e a Associação dos Proprietários de Imóveis, entre outros. Os membros do CONCLAP-Rio viam-se intimamente ligados à Escola Superior de Guerra, muitos deles ex-alunos ou professores dessa instituição militar. Jorge Behring de Mattos, presidente do CONCLAP-Rio até 1963, foi também presidente da ADESG, associação de Ex-Alunos da Escola Superior de Guerra.

Os militantes do CONCLAP e os líderes de associações de classe semelhantes (por exemplo, das Associações Comerciais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e outros centros industriais, formaram, juntamente com a FIESP, o CIESP e a Federation of the American Chambers of Commerce, um forum importante de interesses políticos e econômicos que proporcionou a infra-estrutura para a ação de classe do bloco de poder burguês no período de 1962 a 1964. Reunidos para esses fins sob uma nova organização militante, eles estariam à frente da luta ideológica, política e militar contra o Executivo de João Goulart e as forças populares.

Descrevemos anteriormente a forma pela qual os diretores de corporações individuais interagiam e ocupavam simultaneamente cargos nos escritórios técnicos, formando anéis burocrático-empresariais. Porém, além de afiliarem-se a associações de classe de caráter geral, as corporações multinacionais estabeleceram ainda associações setoriais em meados da década de cinqüenta como, por exemplo, a Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas — ABIMAQ, a Associação de Máquinas Veículos e Autopartes — AMVAP, e organizações guarda-chuva como a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas — ABDIB. A ABDIB, criada em 1955, agregou os principais produtores de equipamentos industriais e material correlato. Em 1960, o capital total registrado das 28 corporações que participavam da ABDIB chegava a mais de 12 bilhões de

cruzeiros, variando de 20 milhões de cruzeiros (da companhia menor) a 2,25 bilhões de cruzeiros (da companhia maior).

Os objetivos primordiais da ABDIB eram "orientar o planejamento e distribuição de serviços para as indústrias associadas através de contactos com os poderes estatais e empresas estrangeiras" e "manter uma seção de estudos técnicos para o exame de projetos nacionais e estrangeiros".[102] Uma importante conquista nas tentativas da ABDIB de "manter contacto com os poderes estatais" e assegurar serviços para os interesses que representava foi a sua inclusão como agente central do Grupo Executivo da Indústria Mecânica — GEIMAPE. Esse grupo executivo foi criado por Juscelino Kubitschek para planejar e programar as diversas linhas de produção relacionadas à indústria pesada. Através de sua participação no GEIMAPE, as corporações multinacionais e os interesses associados foram capazes de contornar a estrutura populista de poder, estabelecendo-se como uma associação de classe dentro do próprio aparelho do Estado. Além disso, contavam-se entre os membros do GEIMAPE, além dos representantes da ABDIB, o presidente do BNDE, o presidente da Comissão de Tarifas, o diretor-executivo da SUMOC, o diretor da CACEX e o diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Todos esses burocratas eram também membros da CONSULTEC. Assim, outro anel burocrático-empresarial havia sido formado. Através desse mecanismo, as diretrizes nessa área, uma das mais sensíveis da economia brasileira, foram implementadas por membros da CONSULTEC formuladas conjuntamente com a ABDIB.

Em 1964, eram os seguintes os membros da ABDIB:

- ARMCO Industrial e Comercial S.A. (ARMCO Steel Corporation) — Braz Sergio Olivier Camargo.
- ARNO S.A. Indústria e Comércio (grupo ARNO) — Felipe Arno e Manoel da Costa Santos.
- ASDOBRA Instalações contra Incêndio.
- Babcock & Wilcox Caldeiras S.A. — Alberto Torres Filho.
- Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (grupo Bardella, J. M. Voith Gmbh Maschinenfabrik Heidenheim) — Antônio Bardella e Aldo Rossetti.
- Indústria Elétrica Brown Boveri (Brown Boveri Baden, Castor Investment Ltd., Canadá) — Antônio de Carvalho Aguiar.
- Indústria Mecânica Cavallari S.A. (grupo Cavallari).
- Cia. Brasileira de Material Ferroviário, COBRASMA (S. A. Ind. Votorantim, Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, American Steel Foundries, Klabin Irmãos Ltda., Banco Paulistano S.A., Banco Mercantil de São Paulo) — Luís Eulálio Bueno Vidigal, Luís Carlos Vidigal Pontes, Gastão de Mesquita Filho e Gastão Eduardo Bueno Vidigal.
- Cia. Brasileira de Caldeiras e Equipamentos Pesados (Combustion Engineering Inc., Thyssen Group, Alemanha) — Brigadeiro Franklin Antônio Rocha, Ludwig Haupt, Luiz da França Ribeiro, Angus C. Littlejohn.
- M. Dedini S.A. Metalúrgica (grupo Dedini) — Mário Dedini.
- Empresa Brasileira de Solda Elétrica Ltda., EBSE — Vidal Dias, Maria Cândida Soares, Carlos da Rocha Soares, Álvaro Coelho da Rocha, José da Rocha Soares.
- Fábrica Nacional de Vagões (Barcellos & Cia. Ltda., Cochrane S.A. Adm. Ind. e Com., Semavi S.A. Comercial) — Othon Barcellos A. Correa.

— Cia. Brasileira de Construções Fichet & Schwartz-Hautmont — Justo Pinheiro da Fonseca, Carlos Schnyder.
— Bopp & Reuther do Brasil Válvulas e Medidores Ltda.
— General Electric S.A. (International General Electric Co., Banco Financiador S.A.) — José Carlos de Assis Ribeiro.
— CONFAB, Cia. Nacional de Forjagem de Aço Brasileiro — Antônio Carlos de Bueno Vidigal, Marcos Vidigal Xavier da Silveira.
— Ind. e Com. Metalúrgica Atlas S. A. (Comercial e Mineradora Santa Helena S.A., Interjame Administração, Cia. Bandeirantes de Terrenos e Construções) — Ermírio Pereira de Moraes.
— Material Ferroviário S.A. MAFERSA (Grupos de Companhias de Seguros, Cie Industrielle et Agricole de Vente a l'Étranger — CIAVE, Sudafin Commerciale S.A., ambos da Suíça) — Jacy do Prado Barbosa Júnior, Américo Cury.
— Mecânica Jaraguá S.A. (Theodor Wille, São Paulo Comissária, Deilmann Bergbau Gmbh, Alemanha, Empreendimentos Ind. e Com. Hanseática S.A.) — Gunther Paul Kunze, Jurgen Leisler Kiep.
— Laminação Nacional de Metais — Francisco Pignatari.
— Mecânica Pesada S.A. (Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, Sul-América Capitalização S.A., Schneider Westinghouse, França, Escher-Wyss Gmbh, Alemanha) — Jorge O. Mello Flores, João Pedro Gouveia Vieira.
— S.A. White Martins (Union Carbide Corp. Electric Furnace Products) — João Baptista Pereira Almeida Filho, Guilherme Bebiano Martins.
— Sanson Vasconcellos Com. e Ind. de Ferro S.A. (Ajax Corretores de Seguros, Internacional de Seguros) — Henrique Sanson.
— Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. (Etablissements Nordon Frères, França) — Alfred Nordon, Raymond S. Haenel.
— Máquinas Piratininga S.A. (Clark Equipment) — Jorge de Souza Rezende, Einar Kok, David Beatty III, Luiz Carlos Moraes Rego.
— Máquinas Agrícolas Romi S.A. (Grupo Romi).
— Cia. Industrial Santa Matilde — José Luiz Pimentel Duarte.
— Cia. Siderúrgica Nacional — Almirante Lúcio Meira.
— Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A., SOFUNGE (Fábrica Nacional de Vagões, SEMAWI S.A. Comercial e Agrícola, Cochrane S.A. Agricultura, Adm. Com. e Ind., Barcellos & Cia.) — Wilton Paes de Almeida, Eduardo Simonsen, Eduardo Garcia Rossi, Frederico Luís Gaspari.
— Aços Villares — Luiz Dumont Villares.
— Equipamentos Industriais Villares S.A. — Luiz Dumont Villares, João Baptista Pereira Almeida Filho.
— IBESA, Indústria Brasileira de Embalagens S.A. — Luís Eulálio Bueno Vidigal, Antônio Carlos de Bueno Vidigal.
— SBE, Sociedade Brasileira de Eletrificação S.A. (Società Anonima Elletrificazione SpA., S.A. Finanziaria Holding, ambas da Itália) — Demósthenes Madureira de Pinho.

Contudo, o entrincheiramente burocrático atingido por essas corporações foi ameaçado pelo advento ao governo, em 1961, de um Executivo nacional-reformista. Como conseqüência, a maioria das companhias pertencentes à ABDIB, isoladamente ou através de associações de classe sediadas em São Paulo, apare-

ceriam como contribuintes financeiros da ação de classe do bloco burguês multinacional-associado na campanha de 1962-1964 para assumir o poder do Estado, ao mesmo tempo que muitos dos tecno-empresários e administradores dessas corporações seriam membros militantes da referida campanha.

Apoio transnacional

Outro elemento na estrutura de poder das corporações multinacionais foi o apoio recebido por parte dos governos dos seus países de origem, os quais se prontificaram para pressionar os relativamente frágeis governos e economias brasileiras, através de imposição de acordos políticos atendendo seus próprios interesses.[103] Houve marcante intervenção diplomática a favor de corporações sediadas nos Estados Unidos no período imediatamente precedente ao golpe, como ficou claro no que concernia os interesses da Hanna Mining Co. e da I.T.T.[104] No caso particular da I.T.T., Robert Kennedy, enviado especial de seu irmão ao Brasil em 1963, fez acompanhar suas pressões em favor dessa multinacional americana da ameaça de um corte na cooperação econômica. Isso obrigou o regime brasileiro a se render às demandas da I.T.T., dando-lhe uma tão alta soma por suas "propriedades que haviam sido nacionalizadas, as quais se achavam em precárias condições, que se tornou piada, tanto no Senado quanto entre analistas da política externa, discutir o que a simples menção de Kennedy de intervir diretamente na vida política brasileira havia conseguido".[105]

Entretanto, nem as companhias multinacionais nem os governos estrangeiros dependiam de diplomacia para o progresso e consolidação de seus interesses.[106] Os empresários americanos, agindo juntamente com seu governo, tentavam influenciar e mobilizar a comunidade de empresários locais, bem como outros grupos ativos, ou potencialmente ativos, dentro do processo político brasileiro.[107] Essa mobilização foi realizada principalmente através de associações de classe nos Estados Unidos, tais como a American Economic Foundation — AEF, o Committee of Enterprises for the Implementation of the Alliance for Progress,[108] o Latin American Information Committee — LAIC, o Business Group for Latin America-BGLA,[109] o Committee for Economic Development — CED (que fazia o *lobbying* da comunidade empresarial sediada no Rio) — e a Foundation for Economic Education (que influenciou a comunidade empresarial sediada em São Paulo).[110] O LAIC, o CED e o BGLA fundiram-se em 1964/1965 sob o nome de Council of the Americas, que se tornou mais tarde o CLA-Council for Latin America, sob a presidência e com os auspícios de David Rockefeller.

O CED, particularmente importante em suas ligações com organizações empresariais no Brasil, concatenava-se com o Business Council, outra organização de classe de meio empresarial americano, que vinha operando como uma agência de consultoria para o Departamento de Comércio Americano, e que, apesar de raramente fazer declarações públicas, reunia regularmente os empresários mais importantes para debates extra-oficiais entre si e com altos funcionários do governo.[111]

O CED era intimamente ligado ao Council for Foreign Relations (Conselho de Relações Exteriores) — CFR. O presidente do CED, Alfred C. Neal, havia sido também diretor do referido Conselho, assim como também o foram outros membros. Além de ter um papel semelhante ao do Council for Foreign Relations na formulação de opções políticas, o CED envolvia-se também em assuntos inter-

nos americanos, chegando ao ponto de se preocupar com minúcias dos currículos, tais como os de economia, da escola secundária americana. O CFR estabeleceu-se firmemente nos Estados Unidos como um elo central ligando as formulações da política externa americana à classe empresarial alta.[112] Considerando-se o padrão de investimento no estrangeiro, concentrado em mãos de um limitado número de firmas americanas (já em 1957, 45 firmas eram responsáveis por quase três quintos dos investimentos americanos no estrangeiro), os grandes interesses representados pelo CFR ganham significado econômico e político ainda maior.[113]

Uma proporção substancial dos formuladores da política externa americana tem sido fornecida pela CFR. Esse tem tido também uma posição de liderança na formulação de direções gerais e opções para a política externa. Através de seus membros bem como de ligações mais formais, o CFR também estava vinculado centralmente a organizações envolvidas na formação da opinião pública americana quanto a assuntos relativos à política externa.[114] O CFR interligou-se a outras organizações de classe nas duas últimas décadas como, por exemplo, ao Atlantic Council, ao Free Europe Committee, Middle East Institute, National Committee on U.S. — China Relations, African-American Institute e ao CLA (Council for Latin America) que, como já foi mencionado, compunha-se de corporações multinacionais que originalmente faziam parte do Business Group for Latin America, do Committee for Economic Development e do Latin American Information Committee.[115] O CFR ligou-se também a influentes *think-tanks* americanos, os quais tinham papel importante na formulação de diretrizes políticas internas.[116]

Ligações com o serviço de informação americano eram também muito fortes, o que foi confirmado pelo caso da CIA — Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência). Desde a sua criação em 1947, o cargo de diretor da CIA vem sendo, na maioria das vezes, ocupado por algum membro importante do Council for Foreign Relations, como pode ser observado pelas indicações de Allen W. Dulles, um dos diretores do CFR, e de John McCone, Richard Helms, William Colby e George Bush, todos eles membros do CFR.[117] O Council for Foreign Relations vem sendo há muito a principal circunscrição política de apoio e demandas da CIA junto ao público americano. Sempre que a CIA precisava de fachadas adequadas para suas companhias que servissem de cobertura para agentes e operações ou para qualquer outro tipo especial de assistência, ela apelava com freqüência a membros do Conselho.[118]

Até 1962, algumas das mais poderosas corporações multinacionais membros do CED, LAIC, BGLA e CFR e que tinham interesses diretos no Brasil, se achariam envolvidas em outras formas de pressão sobre o governo brasileiro além de diplomacia e *lobbying*. As companhias multinacionais ofereceriam também apoio financeiro à ação política organizada dos intelectuais orgânicos modernizante-conservadores. No caso do CED, LAIC, BGLA e AEF, em particular, elas ofereciam não somente apoio financeiro mas também ideológico e político às suas congêneres brasileiras e, na verdade, interviriam diretamente no sistema e regime político brasileiro através de suas subsidiárias e seus interesses associados.

3. Da Solidariedade Econômica ao Ativismo Político

C) *A Formação de Grupos de Ação IBAD:* Os interesses multinacionais e associados consideraram outras formas de representação de interesses além do

controle da administração paralela ou do uso de *lobbying* sobre o Executivo. Eles desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica. O primeiro desses grupos a ter notoriedade nacional em fins da década de cinqüenta foi o IBAD — Instituto Brasileiro de Ação Democrática.[119]

O IBAD, descrito pelo embaixador americano Lincoln Gordon[120] como um "grupo industrial de moderados e conservadores", foi criado em fins da década de cinqüenta paralelamente à projeção política do CONCLAP-Rio. O IBAD foi instituído com o alegado e ambíguo propósito de "defender a democracia", sendo seus fundadores ostensivos Lauro Beer, Barthelemy Beer, Lauro Barros, Odemir Faria Barros e Aloísio Hanner.[121] Havia, porém, outra versão da fundação do IBAD. Ao apoiar publicamente o IBAD, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, lembrou que logo após João Goulart haver assumido o governo, ele foi procurado no Palácio das Laranjeiras por um grupo de representantes das classes conservadoras. Eles eram Rui Gomes de Almeida, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e das American Chambers of Commerce, Zulfo de Freitas Mallman, da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, e Jorge Behring de Mattos, do CONCLAP e da ADESG. Esses representantes comunicaram a Carlos Lacerda que as forças econômicas brasileiras se organizariam imediatamente para "defender a democracia, as instituições efetivas e o regime". Assim nasceu o IBAD, conforme declarou o governador da Guanabara.[122]

Membros do Conselho Superior das Classes Produtoras — CONCLAP, das American Chambers of Commerce e de outras associações de classe importantes, foram participantes proeminentes das atividades do IBAD, assim como o foram membros da ESG e figuras de proa das tradicionais associações de classe do Rio e São Paulo. Alegou-se que a sede da Confederação Nacional do Comércio — CNC, teria sido usada para as reuniões do IBAD.[123] E foi lá, precisamente, que o grupo fundador se reuniu.

O grupo inicial constituiu-se do ex-integralista Marechal Inácio de Freitas Rolim, instrutor da ESG, do empresário Jorge Behring de Mattos, presidente do CONCLAP e da Associação empresarial Centro de Indústrias da Guanabara, do empresário Alberto Byngton Jr., presidente do CONCLAP em 1963, do empresário G. Borghoff, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federation of the American Chambers of Commerce, e de Ivan Hasslocher, integralista, diretor-geral do IBAD, e que foi apontado como sendo agente de ligação da CIA (Agência Central de Informações) dos Estados Unidos para o Brasil, Bolívia e Equador.[124] Além disso, o próprio IBAD foi denunciado como sendo uma das principais operações políticas da CIA no Rio, sendo basicamente uma organização de ação anticomunista.[125]

A princípio, o IBAD não teve um impacto muito visível. Ele operava de modo reservado, procurando apoio das mais diversas fontes para atingir seus objetivos, preparando a infra-estrutura para ações futuras. Até outubro de 1961, ele havia estabelecido firmes contactos com João Mendes da Costa Filho, da Ação Democrática Parlamentar — ADP, que se tornou um canal do IBAD no Congresso. Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e

organizações de pressão dentro das classes médias. O IBAD sincronizou suas atividades às de organizações paramilitares como o MAC — Movimento Anticomunista, o Movimento Democrático Brasileiro (não confundi-lo com o partido político homônimo criado em 1966), a OPAC — Organização Paranaense Anticomunista, e a CLMD — Cruzada Libertadora Militar Democrática, com os quais o IBAD compartilhava pessoal, técnicas e recursos.[126] O IBAD ligou-se também à organização católica Centro Dom Vital, da qual Gustavo Corção, intelectual católico de extrema-direita, era líder importante e proporcionou uma ligação significativa com a organização tecno-clerical de direita Opus Dei. De acordo com José Arthur Rios, um dos intelectuais do IBAD, esse último não agia isoladamente, mas sim como uma frente da qual participavam a ADP — Ação Democrática Parlamentar (dirigida pelo proprietário rural e deputado udenista baiano João Mendes) e o IDB — Instituto Democrático Brasileiro, presidido pelo deputado do PDC Gladstone Chaves de Mello.[127]

Os interesses multinacionais e associados intervieram nas eleições presidenciais de 1960 apoiando o candidato de sua escolha, o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, apoio este dado ostensivamente através do CONCLAP e de outras organizações de classe e veladamente através do IBAD. Hasslocher, líder do IBAD, foi instado por Gladstone Chaves de Mello, assessor político do Movimento Popular Jânio Quadros,[128] a apoiar a campanha de Jânio Quadros,[129] o que foi feito finalmente. No entanto, o IBAD conseguiu notoriedade ainda maior durante a presidência de João Goulart, especialmente durante a campanha eleitoral de 1962, quando serviu de conduto de fundos maciços para influenciar o processo eleitoral e coordenou a ação política de indivíduos, associações e organizações ideologicamente compatíveis.[130] Até 1962, o IBAD já havia dado origem a dois canais com propósitos diversos. Um deles foi a Ação Democrática Popular — ADEP, uma ação política patrocinada pela estação da CIA no Rio de Janeiro que manejava campanhas eleitorais e *lobbying*. O outro foi a Incrementadora de Vendas Promotion S.A., da qual o diretor-proprietário era Hasslocher. A Promotion S.A. exercia a função de agente publicitário do IBAD e da ADEP nas estações de rádio, jornais, revistas e canais de televisão em todo o Brasil. Sua função era disseminar as idéias políticas do IBAD, além de ser uma agência financiadora para suas atividades discretas e encobertas. O IBAD, a ADEP e a Promotion S.A. compartilhavam escritórios e funcionários administrativos. O colegiado nacional da ADEP era composto de Ivan Hasslocher, Antônio Silveira Leopoldino (da ADEP de Minas Gerais e ex-auxiliar de gabinete de Jânio Quadros), General João Gentil Barbato, Vicente Barreto (diretor de *Cadernos Brasileiros*),[131] Raimundo Padilha (da UDN — Rio), General Edmundo Macedo Soares, Mário Castorino de Brito e Hélcio José Domingues França. O líder nacional da ADEP era o presidente da ADP João Mendes, segundo a informação fornecida por seu assessor Francisco Lampreia, administrador da Promotion S.A. e secretário regional da ADEP — Brasília. A ADEP agia no cenário nacional através de escritórios bem equipados espalhados pelo país, geralmente dirigidos por oficiais reformados do Exército, a maioria deles generais e coronéis, cuja ação teve a cobertura da Ação Democrática Popular — ADP no Congresso.[132] Outros ativistas civis importantes da rede IBAD/ADEP/Promotion S.A./ADP eram:[133] Padre Leopoldo Brentano — um dos organizadores dos Círculos Operários e das Marchas "religiosas" em 1964, Senador Padre Calazans, UDN — São Paulo, Padre Velloso, Fábio Alves Ribeiro, Fructuoso Osório Filho, Carlos Lavínio Reis —

Promotion S.A., Adefldo Coutinho Beltrão, o sociólogo Luiz Carlos Mancini, Gabriel Chaves de Mello — da *Maquis*, publicação de direita, Gladstone Chaves de Mello — irmão de Gabriel, diretor do Centro Dom Vital e deputado pelo PDC, o economista e empresário Dênio Nogueira, o ativista sindical Floriano da Silveira Maciel, os empresários Fernando Mbielli de Carvalho, José Cândido Moreira de Souza, Peter Murany — secretário da ADEP, São Paulo, Nilo Bernardes — secretário da ADEP, São Paulo, Yukishigue Tamura, Hamilton Prado — da Cia. Antártica Cervejaria e Bebidas, Arruda Castanho, Angelo Zanini, Fúlvio Gentil, Wanderbilt de Barros, J. Irineu Cabral — da Federação Rural Brasileira, Arthur Oscar Junqueira — presidente da Caixa Econômica Federal da Guanabara, o sociólogo José Arthur Rios — da Sociedade de Pesquisa e Planejamento e professor da PUC, Eudes de Souza Leão — da SANBRA, ADESG e ESG, Armando Fillardi, Cláudio Hasslocher — irmão de Ivan e gerente da Promotion S.A. de São Paulo, Herculano Carneiro — advogado, Edgard Teixeira Leite — do Escritório Técnico Agrícola, Eugênio Gudin e o General Menezes Cortes, líder da UDN na Câmara dos Deputados.[134]

Em julho de 1962, quando a ação política para as eleições cruciais de outubro ao Congresso atingia o seu clímax, a ADEP reestruturou quase todas as suas atribuições estatutárias, que foram transferidas para o Departamento de Ação Política do IBAD.[135] Nessa época, o IBAD estava coordenando seus esforços com outra organização importante, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais — IPES. O próprio Hasslocher era membro do IPES.[136] A duplicação e interligação de pessoal, as fontes financeiras comuns e a ação simbiótica eram tão fortes que levaram o líder do IPES, Jorge Oscar de Mello Flores, a comentar que o "IPES havia meramente se aglutinado ao IBAD".[137] Ele deveria ter dito o mesmo a propósito da interação do IPES com os escritórios técnicos, os militares da ESG e os empresários multinacionais e associados.

Conclusão

O capital monopolítico transnacional formou um novo bloco de poder baseado não somente em seu volume, grau de concentração e integração de capital, mas também na qualidade de sua administração e organização política, bem como na sua infra-estrutura oligopolista.[138] Com a proeminência econômica estabelecida pelo capital monopolista, as diferenças entre os grandes complexos financeiro-industriais de caráter nacional ou associado e o capital estrangeiro ficaram indistintas. Os empreendimentos transnacionais e nacionais de grande escala, agindo como um bloco de poder, tentaram flanquear as restrições político-econômicas do populismo enquanto minavam o sistema político e o regime tradicional. Ao assumir a liderança dos principais setores da economia, o bloco multinacional e associado organizou grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais, com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão a nível de governo. Contudo, a liderança econômica do bloco de poder multinacional e associado era obviamente incompatível com o domínio político da burguesia tradicional e setores oligárquicos. O capital monopolista, apesar de sua supremacia econômica, achava-se em posição de confronto com interesses expressando estruturas mais arcaicas, os quais, mesmo havendo perdido sua marcante influência sobre a economia, eram ainda poderosos

grupos econômicos. O poder desses grupos baseava-se em uma rede de ligações articuladas pelos setores agro-exportadores dentro das classes dominantes, setores estes que ainda eram os principais produtores de divisas. Além disso, o latifúndio tradicional, em decorrência de seu controle sobre amplos setores da população rural, continuava a ser um fator poderoso de contenção política, enquanto grupos comerciais envolvidos em serviços ou em atividades especulativas prosperavam dentro da economia inflacionária. A combinação desses grupos representava uma grande força de limitação ao domínio do grande capital, a partir do momento em que obstruía o esforço para a modernização e racionalização capitalista da economia e do sistema político. Além disso, os interesses tradicionais restringiam a capacidade de tomada de decisão autônoma por parte do capital monopolista a nível Executivo, ao basearem a sua liderança política, em parte, na mobilização da massa trabalhista. Em contraste com os interesses tradicionais, os interesses multinacionais e associados visualizavam o governo como uma questão de planejamento, manipulação e controle popular. Somente lhes serviria um regime "técnico", com uma tônica autoritária, em razão das fortes demandas que o capital transnacional faria sobre as classes trabalhadoras, bem como sobre os interesses tradicionais.

Havia uma clara assimetria de poder entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado, que se consolidara durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e sua falta de liderança política. Tal assimetria forçou o bloco de poder multinacional e associado a procurar soluções políticas extraconstitucionais. Parafraseando Samuel Finer, o bloco de poder multinacional-associado procurou "maximizar sua satisfação" através de processos que não os do mercado e tentou "manipular todo o meio ambiente, criando condições onde o mercado seria manobrado a seu favor".[139]

O elemento decisivo em situações históricas críticas é, segundo Antônio Gramsci, o poder de classe organizado em suas formas civis e militares. Tal poder de classe é predisposto para a eventualidade de um período crítico, permitindo que ele avance quando a situação for considerada favorável e necessária. Uma situação é favorável desde que existam tais agentes de domínio de Estado e de ação de classe e que esses estejam minuciosamente preparados.[140] É nesse sentido que se pode entender o Estado como um constructo de classe resultante de um processo no qual valores específicos de classe tornam-se normas sociais, organizações de classe políticas e ideológicas tornam-se autoridade e força orgânicas de Estado, e é neste sentido que se pode falar de uma classe "vir a ser" Estado. Nesse processo, os intelectuais orgânicos são cruciais, como a elite de uma classe politicamente organizada e ideologicamente estruturada, representando e implementando uma preparação estratégica para a ação de uma classe, preparação esta que permite àquela classe reduzir o imponderável a zero. O fato de que tais preparações são estrategicamente inspiradas fica claro em decorrência das observações de um arquétipo de conspirador histórico como foi o Marechal Cordeiro de Farias, figura política proeminente nos eventos críticos de 1922, 1924, 1930, 1932, 1937, 1945, 1954, 1955, 1961 e, finalmente, de 1964. O Marechal Cordeiro de Farias, que havia chefiado a Missão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, declarou, ao se referir à criação de um dos mais importantes aparelhos do Estado, a Escola Superior de Guerra: "Em 1948 nós plantamos carvalhos. Não plantamos couve. A couve floresce rapidamente, mas uma só vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora, nós tínhamos os homens, as idéias e os meios".[141]

Dois períodos podem ser destacados no processo político e ideológico através do qual os interesses multinacionais associados e seus intelectuais-empresários, políticos e militares — assumiram o controle do Estado. O primeiro período, usando uma expressão de Gramsci, foi de "transformismo molecular". Foram criados anéis burocrático-empresariais, escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica, os quais se interligaram na sua visão programática das reformas de Estado necessárias formando os incipientes intelectuais orgânicos do bloco de poder multinacional associado. Ao mesmo tempo que isso acontecia, o bloco histórico populista dava sinais de exaustão política.

O período de "transformismo molecular" abarcou a criação da ESG (1948) até a renúncia de Jânio Quadros. Esse período envolveu a preparação histórica e organizacional do poder de classe, marcado por várias tentativas mal sucedidas e frustradas por parte do bloco modernizante-conservador de ter acesso ao poder político. A primeira tentativa foi durante o interlúdio de Café Filho, político do PSP, que se tornara presidente após a morte de Getúlio Vargas, apoiado por uma combinação udenista-tecno-empresarial. A tentativa seguinte foi durante a presidência de Juscelino Kubitschek, através da formação de canais parapolíticos de acesso aos centros de poder, como um mecanismo racionalizante para flanquear os processos políticos e permitir que o bloco multinacional e associado se entrincheirasse nos anéis burocrático-empresariais, sem quebrar o sistema e regime populista. Contudo, as deficiências da combinação tecno-empresarial apoiada pela UDN e pela ESG tornaram-se logo evidentes. O período de "transformismo molecular" finaliza quando a segunda tentativa de se tomar o poder através de meios legislativos/eleitorais e de generalizar as proposições modernizante-conservadoras foram finalmente frustradas pela renúncia de Jânio Quadros. Dessa época em diante, os esforços derradeiros do bloco de poder multinacional emergente foram no sentido de influenciar o Parlamento, ministros de Estado e os militares a agir, dentro dos limites de um arranjo constitucional, impedindo que o Executivo de João Goulart agisse por si próprio. Esse esquema já foi, no entanto, uma manobra ampla de contenção dentro de uma campanha maior em direção a um golpe de Estado.

Porém, antes que o golpe se efetivasse, valores modernizante-conservadores, germinados dentro de diferentes formas de poder de classe dominante, expressaram-se através dos vários organismos da sociedade civil: associações de classe (CONCLAP, FIESP, CIESP), grupos de ação política (IBAD), e vários escritórios técnicos privados (CONSULTEC, CBP). A ideologia modernizante-conservadora penetrou também a sociedade política através de *think-tanks* burocrático-empresariais (FGV) e anéis burocrático-empresariais (BNDE, "Grupos Executivos").

Por um período de quase dez anos, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista. Ele tentou também conseguir reformas parciais do aparelho de Estado, assegurar participação multinacional e associada na legislação e administração, assim como apoiou o domínio populista sobre as classes subordinadas. Os vários atores políticos que operavam nos organismos e agências descritas até agora tinham em comum uma aversão a qualquer intervenção substantiva popular na vida do Estado, bem como um compromisso básico com um modelo sócio-econômico modernizante-conservador associado de desenvolvimento empresarial. O problema do Estado para os grupos econômicos multinacionais e associados dominantes era visto em termos de se conseguir igual-

dade político-jurídica com os grupos populistas no poder. Quando os canais político-partidários e administrativos não obtiveram êxito em atingir as reformas necessárias prenunciadas pelo bloco modernizante-conservador, e quando os interesses multinacionais e associados notaram as dificuldades crescentes em se conseguir conter a massa popular *dentro do sistema* político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios. As várias organizações da sociedade civil e política foram reconciliadas como expressão da consciência coletiva de classe pelo núcleo organizado do bloco multinacional e associado em seu estágio militante, desenvolvendo conjuntamente formações ideológicas e políticas capazes de alcançar seus objetivos estratégicos, traduzindo-os em ação política e estabelecendo a si próprias firmemente no poder. Essa foi a segunda fase, a do "transformismo" de grupos inteiros da burguesia que se transferiram para o campo modernizante-conservador militante. O segundo período abarca os três anos de João Goulart no governo, de 1961 a 1964, período este em que as novas forças sócio-econômicas, em seu anseio de poder político, tentaram destituir o Executivo de sua autoridade e arrancar das forças populares o ponto de apoio que elas haviam conseguido na condução dos assuntos estatais.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O termo empresário, aqui usado genericamente, inclui industriais, banqueiros e comerciantes. Os próprios industriais, banqueiros e comerciantes brasileiros empregam-no para se referir às suas associações de classe e seus membros. Para um exame metodológico e teórico do uso do termo empresário, vide Fernando Henrique CARDOSO. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1972. Para uma visão política e histórica, vide (a) Eli DINIZ. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (b) Eli DINIZ & Renato Raul BOSCHI. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978. (c) Luciano MARTINS. Formação do empresariado industrial. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro (13): 103-12, maio 1967.

2. Sobre a aplicação do conceito de "modernização-conservadora" de Barrington Moore à situação brasileira, vide (a) Otávio Guilherme VELHO. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, DIFEL, 1976. (b) Luciano MARTINS. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris, Ed. Anthropos, 1976. (c) Fábio Wanderley REIS. Solidariedade, interesses e desenvolvimento político. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte, Univ. Federal de Minas Gerais, mar. 1974. n. 1. (d) Fábio Wanderley REIS. Brasil: Estado e sociedade em perspectiva. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte, Univ. Federal de Minas Gerais, dez. 1974. n. 2.

3. Gramsci estabeleceu princípios teóricos muito apropriados para a percepção do processo através do qual se formaram os agentes do capitalismo modernizante brasileiro. Ele assinala que "Todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria função, não somente no campo econômico mas também nos campos social e político. O empresário capitalista cria consigo o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo sistema legal, etc." Vide Quintin

HOARE & Geoffrey NOWELL-SMITH. *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci.* London, Lawrence & Whishart, 1973. p. 5. Para uma discussão sobre a função dos intelectuais orgânicos, vide Maria Antonieta MACCIOCCHI. *A favor de Gramsci.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 202.

4. É prática comum no Brasil os membros-chave das diretorias de importantes multinacionais serem também acionistas, tendo, conseqüentemente, interesse direto em tais empresas. Essas figuras estão em posição diferente dos gerentes que, mesmo vendendo perícia e trabalho, não possuem os meios de produção.

5. Vide Herbet de SOUZA. Notes on world capital. In: *The internationalization of capital.* Toronto, LARU, feb. 1978. V. 2, n. 2. p. 51-64.

Segundo Herbet de Souza, "A corporação multinacional é um microcosmo onde a organização global para a produção existe em seu mais alto grau; os sistemas de organização da força de trabalho, os sistemas de comunicações e informações, os sistemas financeiro, administrativo e de controle, existem todos em função da atividade global do capital mundial".

6. Para um estudo teórico focalizando tais conjeturas, vide V. I. LENIN. Imperialism: the highest stage of capitalism. In: *Collected Works.* London, Lawrence & Wishart, 1974. V. 22. p. 275, 322.

7. Giovanni AGNELLI. Summary of the *hearings before the Group of Eminent Persons to Study the Impact of Multinational Corporations on Development and on International Relations,* da Organização das Nações Unidas, audiência realizada em Nova York, em 1975. Citada em Herbet de SOUZA. *op. cit.* p. 55.

8. Jan Knippers BLACK. *United States penetration of Brazil.* Manchester, Manchester Univ. Press, 1977. p. 80.

9. Essa técnica assegurava aos interesses oligopolistas multinacionais condições superiores de competição em contraste com as proporcionadas a empresas locais, pois nessas últimas predominavam ainda formas de controle direto de propriedade, bem como uma administração pessoal exercida por chefes de famílias e parentes próximos. Vide Teotônio dos SANTOS. El nuevo carácter de la dependencia. In: MAR, José Matos ed. *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia.* Argentina, Amorrortu Ed., 1969. p. 50 (Instituto de Estudios Peruanos).

10. Para ilustrar a acumulação de cargos de diretoria, deve-se examinar as conexões dos empresários envolvidos em tal fenômeno. J. B. Pereira Almeida Filho, por exemplo, era membro proeminente das diretorias das seguintes corporações:

— Union Carbide do Brasil (Union Carbide Corp, Electric Furnace Production).

— Kibon S.A. Indústria de Alimentos Gerais (General Foods).

— S.A. White Martins (Union Carbide).

— National Carbon do Brasil S.A. Ind. e Com. (Union Carbide, Electric Furnace Production).

— Bendix do Brasil.

— Beeder Rootes.

— Laboratório Leo do Brasil S.A.

— Laboratórios Miles do Brasil Ltda. (Miles Lab. Panamerican Inc.).

— Eletrometalúrgica Abrasivos Salto S.A. (Carborundum Co. N.Y.).

— Carborundum S.A. Indústria de Abrasivos.

— Tri-Sure S.A. Ind. e Com. (American Flange Manufacturing Delaware, Grupo financeiro e industrial Bueno Vidigal).

— Cardo Brasil S.A. Fábrica de Cardas (Comagri S.A.).

— Equipamentos Ind. Villares S.A. (Grupo financeiro industrial Villares).

— Indústria de Alimentos Gerais.

— Indústria Lages Comercial e Agrícola (Olinkraft, Squibb).

— Distribuidora Paulista Lavadoras Automáticas.

— ESBIC.

— Cia. Agrícola da Fazenda Monte Alto.

— Cia. Agrícola Rancho Queimado.

— Fazenda do Sul.

— John Powell S.A.

— Sta. Adelaide.

— Sifco do Brasil S.A. Ind. Metalúrgica (The Steel Improvement and Forge Co. — Estados Unidos, American Brake Shoe Co.).

— Tampico.

— Ascoval S.A. Automatic Switch.

— Robert Shaw Fulton Controles do Brasil.

— Olinkraft S.A. Celulose e Papel (Linson S.A. Ind. e Com., Squibb Mathiesson Ind. Corp.), à qual o governador de Santa Catarina e empresário *Irineu* Bornhausen era ligado.

— Lutcher S.A. Celulose e Papel, à qual José Eugênio de Macedo Soares era ligado.

— Brasmac Ind. e Com. S.A. (Wickman Machine Tools Ltda. — Grã-Bretanha).

— Sherwin Williams do Brasil S.A. Tintas (The Sherwin Williams Co. Cleveland)

— Ideal Standard S.A. Ind. e Com.

— Dowdell do Brasil (Dowdell e Co. Ltd., London).

— Agência Marítima Dickinson (Dickinson Brothers).

— Ideal Standard S.A. (American Standard).

— AMF do Brasil S.A. (American Machine & Foundry Co.).

— Fruehauf do Brasil (Fruehauf Corporation).

— Companhia de Molas No-Sag (Lear Stegler Inc.).

— Intelcom Eletrônica (Motorola Inc.).

— Relógios Brasil S.A. (Talley Industries, Eduardo Garcia Rossi).

— Squibb Indústria Química (E. R. Squibb & Sons, S.A., Beechnut).

11. João Pedro Gouveia Vieira era diretor de:

— Companhia Brasileira de Fósforos (Bryant & May Ltd. — British Match Corporation): J. P. Alcântara, Eduardo G. Rossi.

— Indústrias Elétricas e Musicais ODEON S.A. (Columbia Gramophone Co. /EMI Ltd. Eletrical Musical Industries).

— Phoenix Brasileira de Seguros Gerais (Phoenix Assurance Co. — London), ligada à British Match Corporation.

— Wilson Sons S.A. Comercio Ind. e Agência de Navegação (Ocean Wilsons — London).

— Induselet S.A. — Ind. de Material Elétrico Charleroi (Ateliers de Constructions Electr. de Charleroi/Westinghouse Electric Corporation), ligada a Eletromar S.A. e Eletrocabos Ind. de Cabos Elétricos: Décio F. Novaes, J. M. Rousseau.

— Cia. Produtora de Vidros Providro (Boussois-Souchon Neuvessel/Coimbra S.A. /Dreyfus Group): Fernando A. Torres, Manoel P. Ayres.

— Cimento Portland Bains S.A. (Empreendimentos Brasileiros de Cimento S.A./ Cia. Mineira de Cimento Portland COMINCI): Cesar de Sabóia Pontes.

— Lafargue do Brasil Assistência Técnica Ind. e Comércio de Cimento Ltda.

— Cia. Mineira de Cimento Portland S.A. COMINCI (Établissements Cimbra Vaduz-Liechtenstein Ciments Lafargue S.A.): Lucien Marc Moser, César Sabóia Pontes.

— BRACOPAR Comp. Brasileira de Participações. S.A. Brasileira de Comércio e Representações — BRACOREP.

— Mecânica Pesada S.A. (S.A. de la Chaleassière/Soc. Minière de Droit au Mont Bruville/Schneider et Cie. — França/ARBED Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira/Westinghouse Intl./Sulzer Group — Suíça/M.A.N. AG — Alemanha/Reders Group — Suécia/Société de Forges et Ateliers de Creusot/Aktiebolaget Kalstads Mekanisma Werkstads K.M.W./Aktiebolaget Kamyr e Dresser/Sul América Capitalização): Jorge Oscar de Mello Flores, J. P. Ricomard.

— Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.: Francisco Martins Bastos, Carlos Fagundes de Mello.

— Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga: Paulo F. Geyer, F. Martins Bastos, Miguel Monteiro de Barros Lins.

— Moinho Fluminense S.A. (Bunge & Born): L. Simões Lopes, João de Mello Franco.

— Berliet do Brasil S.A. Ind. e Com. (Ind. Reunidas F. B. de Máquinas e Automotores S.A./Auto M. Berliet — Lyon).

— RHODIA Ind. Química e Têxteis S.A.: Paulo Reis Magalhães, Octávio Marcondes Ferraz.

— TUBEST Ind. de Tubos Elétricos S.A. Indústrias Reunidas Franco-Brasileiras de Máquinas e Automotores.

— Radiobrás Agrícola S.A. (Compagnie Française Thomson-Houston Hotchkiss-Brandt S.A.), ligada à RCA USA, English Electric London, Italcable — Itália e Western Telegraph London.

— Estabelecimentos Ch. Lorilleux S.A. Tintas (Lorilleux-Lefranc S.A.).

— Lautier Fils do Brasil S.A. (Rhone-Poulenc): Paulo Reis Magalhães.

— Banco Francês e Brasileiro S.A.: Roberto Moreira, Américo Oswaldo Campiglia, Jean Marc Rousseau, A. A. Ferreira.

12. Mesmo tendo grandes interesses em Minas Gerais, M. Ferreira Guimarães era também um dos líderes da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Ele pertencia às seguintes diretorias: Banco de Minas Gerais S.A., Cia. Força e Luz de Minas Gerais (Bond & Share, Grupo Morgan), Philips do Brasil, Organizações Ferreira Guimarães, Cia. Estanho São João D'el Rei, Cía. Siderúrgica Belgo-Mineira, Cia. Cruzeiro do Sul Capitalização, Panair do Brasil, Banco Lowndes, Mesbla S.A., Cia. Imperial de Seguros, Cia. Tecelagem e Fiação Mineira, Cia. Tecelagem e Fiação Barbacena, Siderúrgica Mannesmann.

13. Jorge de Souza Rezende pertencia à FIESP e ao Conselho Nacional de Economia — CNE. Ele era também membro das seguintes empresas: Cia. Brasileira de Armazéns Gerais (Sanbra, Bunge & Born), Serrana de Mineração S.A., Quimbrasil S.A. (Bunge & Born), Carborundum S.A., Cia. de Máquinas Hobart-Dayton do Brasil, Equipamentos Clark Piratininga S.A. (Clark Equipaments Co., Máquinas Piratininga S.A.), Linkbelt — Piratininga Transportadores Industriais Ltda. (Máq. Piratininga, Linkbelt Engenharia Ind. e Com. Ltda.), Máquinas Piratininga S.A., Automatic Sprinklers S.A. (Joaquim H. Nascimento, A. Gama, Automatic Sprinklers da Venezuela), Brinquedos Bandeirante S.A., Asdobra Instalações Contra Incêndios S.A., Pirelli S.A. Comp. Ind. Brasileira, Henry Simon do Brasil S.A. Ind. e Com. (H. Simon Holdings, Grã-Bretanha).

14. O termo anéis burocrático-empresariais é usado quase na mesma acepção dos "anéis burocráticos" de Fernando Henrique Cardoso. Vide Fernando Henrique CARDOSO. *Autoritarismo e democratização.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. Cap. 5. Acrescentou-se a qualificação de empresarial ao conceito de Fernando Henrique Cardoso por dois motivos: primeiramente, os "burocratas" em sua maioria eram empresários, apesar de ocuparem posições burocráticas. Em segundo lugar, e talvez o fator mais significativo, é que esses anéis tendem a ser mais permanentes do que o termo de Fernando Henrique Cardoso sugere, e favorecem, quase exclusivamente, a interesses empresariais específicos contra outros setores da sociedade civil. A base lógica dos anéis burocrático-empresariais é influenciada em alto grau por suas conexões empresariais regulares e não por normas burocráticas de comportamento, ou por efêmeras e eventuais ligações econômicas.

15. Sobre as opiniões políticas e a ideologia dos técnicos, vide (a) Carlos Estevam MARTINS. *Tecnocracia e Capitalismo.* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974. p. 78-131, 146-56, 195-214. (b) Fernando Henrique CARDOSO. Aspectos políticos do planejamento no Brasil. In: CARDOSO, F. H. ed. *O modelo político brasileiro.* São Paulo, DIFEL, 1973. p. 83-103.

16. Arthur Gerald JOHNSON. *Brazilian bureaucracy and politics: the rise of a new professional class.* Tese de doutorado. Austin, Univ. of Texas, 1977. p. 157.

Para considerações metodológicas sobre planejamento, vide John FRIEDMANN. *Retracking America: a theory of transactive planning.* New York, Anchor Press, Doubleday, 1973.

17. Eugênio GUDIN. *Análise de problemas brasileiros 1958-1964.* Rio de Janeiro, Agir, 1965. p. 221.

18. Os tecno-empresários multinacionais e associados não estavam sozinhos em seus esforços "racionalizantes". Segundo Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil durante a presidência de João Goulart, "a partir do famoso 'Ponto IV' do presidente Truman, em 1949 os Estados Unidos empreenderam um programa mais intenso de assistência técnica. Os conceitos de assistência técnica baseavam-se amplamente na experiência iniciada na América Latina pelo presidente Franklin D. Roosevelt e por Nelson Rockefeller em 1939." Lincoln GORDON. ESG. Documento n. C-41-62.

19. Vide Roberto de Oliveira CAMPOS. A experiência brasileira de planejamento. In: Mario H. SIMONSEN & Roberto CAMPOS. *A nova economia brasileira.*

Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. p. 48-60. O tecno-empresário Paulo Sá explicou, em carta a seu amigo e líder da UDN Herbert Levy, as atividades de seu escritório de consultoria tecnoempresarial, CBP: "Se na Rússia dos Soviets [sic] os planos pertencem à burocracia do Estado, nos países livres acreditamos que tais planos têm de ser confinados no sistema geral, através do qual as questões de governo devam ser resolvidas: por meio de um contrato com entidades particulares apropriadas, capacitadas e honestas, sob o controle indispensável do Estado. Os escritórios de consultoria incluídos no Consórcio apresentam tais qualidades." Carta de Paulo Sá a Herbert Levy, escrita no Rio de Janeiro em 27 de janeiro de 1959. Ela se encontra nos arquivos de Paulo de Assis Ribeiro, no Rio de Janeiro.

20. O planejamento indicativo, equivalente ao planejamento incompleto, enfatizava a falta de planejamento nacional quanto a diretrizes verdadeiramente sociais. Vide (a) Roberto CAMPOS. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro, APEC, 1963. (b) Roberto CAMPOS. *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos*. ESG. Documento n. I-16-53. (c) Octávio Gouveia de BULHÕES. *Problemas do desenvolvimento econômico*. ESG. Documento n. I-80-54. (d) Antônio Carlos da Silva MURICY. *Planejamento governamental*. ESG. Documento n. C-29-56. (e) José Sinval M. LINDENBERG. *Planejamento do fortalecimento do potencial nacional*. ESG. Documento n. C-29-59.

21. A expressão planejamento da Segurança Nacional é bem explícita. "Planejamento significa orientação, disposição e racionalização do conjunto de ações visando a determinados objetivos. Ele pressupõe a existência de recursos ou meios a serem usados, bem como o prognóstico de obstáculos, quando não de antagonismos. Por outro lado, o planejamento implica uma busca orientada de conhecimento... e consiste, acima de tudo, em um sistema de escolhas ou decisões, sucessivas e hierárquicas, entre alternativas distintas [linhas de ação positiva]". Golbery do Couto e SILVA. Do planejamento para a segurança nacional. *Cadernos Brasileiros*, s. l.; (4):38-9, out./dez. 1960. O âmago do Serviço Nacional de Informações — SNI após 1964 e sua futura ligação umbilical com o Ministério do Planejamento encerram-se nas significativas palavras do General Golbery: "Racionalização, intencionalidade, decisões ou escolhas, escala hierárquica, tudo dentro de um complexo de ações intimamente relacionadas: é essa a essência de todo e qualquer planejamento". Vide (a) Golbery do Couto e SILVA. *id.* (b) Décio Palmeira ESCOBAR. *O planejamento da segurança nacional*. ESG. Documento n. A-34-53. (c) Golbery do Couto e SILVA. *Planejamento da segurança nacional*. ESG. Documento n. C-83-54. (d) Golbery do Couto e SILVA. *Planejamento da segurança nacional*. ESG. Documento n. C-31-55. (e) Golbery do Couto e SILVA. *Planejamento da segurança nacional: conceitos fundamentais*. ESG. Documento n. C-30-58.

22. "Anomia ou totalitarismo — será esse o dilema imposto à sociedade de nossos dias se não formos capazes de formular, em termos precisos e seguros, um planejamento democrático que se torne a síntese positiva de tal oposição dialética" [sic]. Golbery do Couto e SILVA. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana, 1955. p. 24.

23. J. FRIEDMANN. *op. cit.* p. 52.

24. Roberto CAMPOS. *A experiência... op. cit.* p. 53-5.

25. Vide IPES/ADESG. *Seminário para empresários*. Fortalecimento do potencial nacional — planejamento. s. l., s. d. Documento n. 1 (Curso: Doutrina da Segurança Nacional). Arquivos do IPES, Rio de Janeiro.

26. O General Golbery explica em seus trabalhos a maneira pela qual os interesses particulares são articulados e se tornam gerais. Segundo ele, estrutura-se um sistema de objetivos de tal maneira que "nenhum deles possa ser inferido dos outros, assegurando assim o mais alto grau de independência lógica, mesmo reconhecendo a inter-relação resultante de suas origens comuns no que se refere a concepção e formulação [interdependência genética] e o propósito integrado geral que todos eles objetivam [interdependência teleo-

lógica)". Golbery do Couto e SILVA. *Do planejamento... op. cit.* p. 38.

27. Mike BURGESS & Daniel WOLFF. El concepto de poder en la Escuela Superior de Guerra. *Cuadernos Políticos*, México (1):100. Ediciones Era, abr./jun. 1979. Vide também as páginas 2 e 3 do Documento de Trabalho n.° 5, *Esboço de um programa de governo — o sentido do planejamento numa economia democrática*, apresentado na Reunião Ministerial de 4 de janeiro de 1964 pelo Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

28. J. FRIEDMANN. *op. cit.* p. 61-70.

29. A partir do início da década de cinqüenta, esses interesses e valores da comunidade empresarial evidenciam-se como conseqüência da necessidade de mudança dos canais de comunicação e da negociação entre empresários e governos. A formação de "grupos executivos" quando da administração de Juscelino Kubitschek e os famosos "bilhetinhos" de Jânio Quadros foram dois produtos e resultados discrepantes. Segundo Alexandre de Barros, "A velha burocracia não estava preparada para operar sob o novo sistema, mas ela não poderia simplesmente ser desconsiderada. A opção escolhida foi então conservar a velha burocracia e estabelecer uma 'nova' para operar em uma base diferente, esvaziando, por assim dizer, a velha burocracia em termos de poder, pelo menos no que se referisse às áreas para as quais a nova burocracia houvesse sido criada". Vide Alexandre de Souza Costa BARROS & Angelina Maria Cheibub FIGUEIREDO. *The creation of two social programmes, the FGTS and the PIS: a Brazilian case study on the dissemination and rise of social sciences research for governmental policy making*. Rio de Janeiro, Development Center of the Organization for Economic Cooperation and Development. 1975. p. 6.

30. Devem ser levadas em conta outras tentativas feitas nas áreas de planejamento e de racionalização empresarial da produção, tais como a American Technical Commission (Missão Cooke) de 1943, o Plano SALTE de 1948 e o programa da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, também conhecido como a Missão Abbink, de 1948. Vide J. A. JOHNSON. *op. cit.* p. 165-75. É interessante observar que o presidente brasileiro da Missão Abbink era Octávio Gouveia de Bulhões, que participaria de muitas das experiências em planejamento da década de cinqüenta. No caso particular da Missão Abbink, estudavam-se os críticos pontos de estrangulamento da economia brasileira que determinaram a viabilidade do estabelecimento de um dinâmico estado capitalista industrial. Vide Octavio IANNI. *Estado y planificación económica en Brasil: 1930-1970*. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1971. p. 71-91.

31. É interessante observar as ligações empresariais dos primeiros "tecnoempresários", cuja participação na vida pública era útil a suas atividades privadas. Ary Frederico Torres ligou-se na época aos grupos financeiros e industriais Bueno Vidigal e Souza Aranha, de São Paulo. Valentim Bouças ligou-se, ao longo de sua carreira política, às companhias: US Bethlehem Steel, ITT, Panair, Cia. Swift do Brasil, King Ranch do Brasil, American Bank Note Co., Coca-Cola, Cia. Brasileira de Material Ferroviário — COBRASMA, Serviços Hollerith, National Cash Register, Cia. Nacional de Máquinas Comerciais, Goodyear Tyres, Ferroenamel, Imobiliária Santa Cruz, Listas Telefônicas Brasileiras e Addressograph-Multigraph do Brasil. Roberto Campos manteve ligações com a Hanna, Olivetti, Bond and Share, Camargo Correia, Mercedes Benz e o Banco de Desenvolvimento Comercial. As ligações econômicas de Glycon de Paiva são apresentadas no Apêndice B.

32. Para um relato da experiência brasileira em planejamento, vide (a) Robert T. DALAND. *Brazilian planning: development, politics and administration*. Estados Unidos, The Univ. of North Carolina Press, 1967. Cap. 2. (b) O. IANNI. *Estado... op. cit.* Cap. 3 e 4. (c) R. A. Amaral VIEIRA. *Intervencionismo e autoritarismo no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1975. p. 15-110. Sobre o ponto de vista de um observador-participante da base lógica do planejamento, vide Roberto CAMPOS. *Planejamento do desenvolvimento... op. cit.* Uma análise crítica do planejamento brasileiro é apresentada por Lúcio KO-

WARICK. Estratégias do planejamento no Brasil. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, (1), 1970.

33. Hélio Beltrão era diretor da COSIGUA (joint venture na indústria siderúrgica com a participação do Estado da Guanabara e do setor privado), Mesbla S.A. (a gigantesca loja comercial) e da CREDIBRÁS Financeira do Brasil S.A. (cuja diretoria contava também com Walter Moreira Salles, Augusto Frederico Schmidt, Hélio Cássio Muniz de Souza, Henrique de Botton, Teodoro Quartim Barbosa e Hélio Pires de Oliveira Dias).

34. Vide (a) Luciano MARTINS. *Pouvoir... op. cit.* Cap. 7 e 8. (b) Francisco de OLIVEIRA. *A economia da dependência imperfeita.* Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 84.

35. Vide Maria Victoria de Mesquita BENEVIDES. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 187-88, para lista de oficiais militares em postos administrativos durante o governo de Juscelino Kubitschek.

36. J. FRIEDMANN. op. cit. p. 11.

37. Uma versão da emergência e formação dos técnicos e instituições técnicas é apresentada em Nathaniel LEFF. *Economic policy making and development in Brazil: 1946-1964.* Estados Unidos, John Wiley & Sons, 1968. p. 143-53.

38. O. IANNI. *Estado... op. cit.* cap. 5.

39. J. R. Whitaker PENTEADO. Preparação de executivos no país. *Boletim mensal IPES.* Rio de Janeiro, jul. 1964. Ano I, n. 3. p. 3.

40. O que Manwaring chamou de *value-inherence*, isto é, a ocupação por oficiais militares de postos administrativos em corporações multinacionais e associadas e a identificação dos militares com os objetivos e métodos das empresas privadas, mostrou, após 1964, uma tendência para a consolidação de um complexo militar-industrial, onde interesses industriais, civis e militares se associaram e buscaram uma produção conjunta, e onde oficiais das Forças Armadas foram empregados pelas corporações privadas como "place men" (homens-chave). Vide M. MANWARING. *The military in Brazilian politics.* Tese de doutorado. Illinois, Univ. of. Illinois, 1966 (Department of Political Sciences).

41. Osny Duarte PEREIRA. *A antinomia do acordo militar Brasil-Estados Unidos.* Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Juristas Democráticos, 15 ab. 1963. p. 24.

42. "... os países latino-americanos são todos eles, significativamente, o que tem sido chamado de "sistemas penetrados": sistemas onde indivíduos não-membros de uma sociedade nacional participam diretamente e com autoridade, por intermédio de ações realizadas em conjunto com os membros da referida sociedade, da designação de seus valores ou da mobilização de apoio na defesa de seus objetivos". Interpretação dada por Gordon Connel-Smith citando James N. Rosenau em Carlos A. ASTIZ. *Latin American international politics: ambitions, capabilities and the national interest of Mexico, Brazil and Argentina.* Indiana, Univ. of Notre Dame Press, 1969. p. 10. Vide também James N. ROSENAU. Pre-theories and theories of foreign policy. In: FARRELL, R. Barry ed. *Approaches to comparative and international politics.* Evanston, Illinois, Northwestern Univ. Press, 1966. p. 28.

43. Vide George Robinson Mather. *As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos.* ESG. Documento n. C-02-64.

44. Vide (a) J. Knipper BLACK. *op. cit.* Cap. 8 e 9. (b) Gayle Hudgens WATSON. *Brother Sam and the Goulart golpe.* Texas, Univ. of Texas, 1977. p. 5-6. Mimeografado.

45. Vide (a) Raymond ESTEP. *The military in Brazilian politics 1821-1970.* Estados Unidos, Air Univ., 1971. p. 3, 40-45, 169. (Documentary Research Division, Aerosprace Studies Institute, Air Univ., Maxwell Air Force. Documentary Research Study Av 20 470 ASI). (b) Paulo Sérgio PINHEIRO. A ESG faz trinta anos (como está velha). *Isto É.* São Paulo, (140): 20-1, 29 de agosto de 1979 (principalmente o Documento n. 832.2 de 23/05/1947 do Departamento de Estado dos Estados Unidos).

46. A ESG constituiu um dos principais foros utilizados por empresários para a doutrinação de oficiais das Forças Arma-

das e de técnicos selecionados quanto à racionalidade de um modelo de desenvolvimento empresarial associado, doutrinação esta feita através de debates e documentos, em sua maioria confidenciais. A ideologia *política* da elite empresarial levou pouco mais de dez anos para se desenvolver. A plataforma ESG/ADESG serviu de laboratório de idéias e de campo de prova para projetos, proporcionando uma crucial contribuição para a formação da referida ideologia. As idéias debatidas por civis e militares foram melhor desenvolvidas e reforçadas em centros formais e informais tais como as diferentes associações de classe, sendo mais tarde reestruturadas e buriladas no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais — IPES (Capítulos V e VII). Além disso, a vanguarda empresarial dos interesses multinacionais e associados promoveria, durante um determinado número de anos, através da ADESG, uma série de ciclos de conferências sobre o papel das empresas e empresários no processo de desenvolvimento. Vide Vanda Maria Costa ADERALDO. *ESG: um estudo de currículos e programas*. Tese de mestrado. Rio, IUPERJ, 1978.

47. "As bases da doutrina da ESG não estão em discussão, são como o dogma da Igreja, antecedem a Instituição" (conversa com um membro permanente do quadro de professores da ESG, nome resguardado a pedido, em setembro de 1976, no Rio de Janeiro).

48. A interiorização de tais idéias pode ser observada no importante discurso do influente Tenente-Coronel Octávio Costa durante um encontro de empresários no Rio Grande do Sul: "O contraste entre empresários e militares é que aqueles direcionam suas empresas e suas preocupações principalmente para o desenvolvimento, enquanto que nós [direcionamos nossas preocupações] para a questão da segurança nacional. Contudo, as preocupações tendem para o mesmo ponto, qual seja a procura do bem-estar da nação brasileira. Nós, através de operações no círculo restrito das atividades do Estado e vocês, operando no campo ilimitado da livre empresa, a base de antigos e frutíferos empreendimentos. Nós, soldados, procuramos conservar a ordem para que vocês, empresários, arriscando, criando, produzindo e multiplicando, possam nos dar o progresso". Octávio COSTA. As Forças Armadas e as classes empresariais. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, (603):46. O discurso foi proferido a 3 de dezembro de 1964.

49. A doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional desenvolvida pela ESG baseou-se em um conjunto de julgamentos de valor dentro do qual se destacava o de "neutralidade". No entanto, interesses políticos e econômicos, isto é, instâncias e demandas extrateóricas, impuseram seus problemas e soluções à doutrina. Tais interesses constituíram então os reais (práticos) objetivos e limites da doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional. Vide BURGESS & WOLFF. *op. cit.* p. 98-100.

50. As noções do desenvolvimento capitalista associado e planejado eram disseminadas na ESG por tecnoempresários como Roberto Campos, Eugenio Gudin, Lucas Lopes e Glycon de Paiva, por empresários tais como Jorge Behring de Mattos, G. Borghoff, Eudes de Souza Leão, A. C. Pacheco e Silva e por oficiais militares como Poppe de Figueiredo, Heitor Herrera, Golbery do Couto e Silva e A. Bastos. Afinal, a ESG conseguiu sua legitimação pelo fato de ser uma Escola Superior de Guerra que ministrava um Curso Superior de Guerra. Assim, seus valores só poderiam ser disseminados nas Forças Armadas desde que envoltos em propostas "neutras" estritamente militares. Depois de 1964, a ESG teve carta branca na disseminação de seu material ideológico. Segundo o Tenente-Coronel Octávio Costa, a unidade de pensamento das Forças Armadas "resultava de uma longa e lenta preparação doutrinária que, emanando da ESG, se tripartia na orientação das Escolas de Comando e Estado Maior das Forças Singulares e se ramificava pelas escolas, bases, arsenais, estabelecimentos e quartéis". Octávio COSTA. Compreensão da revolução brasileira. *Defesa Nacional*, Rio de Janeiro (597):69, s.ed., set./out. 1964. Vide também A. C. Pacheco e SILVA. A segurança nacional e a guerra fria. *Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, *49*(576/577):26-7, 1962.

51. J. Knipper BLACK. *op. cit.* p. 80-1.

52. Esses números correspondem aos apresentados por Alexandre de Barros em seu estudo sobre a composição da origem do corpo discente da ESG de 1950 a 1964. Vide *The changing role of the state in Brazil: the technocratic military alliance*, trabalho apresentado por Alexandre de Barros durante o Sixth Annual Meeting of the Latin American Studies Association em Atlanta, Georgia, de 25 a 28 de março de 1976. Mimeografado.

53. BURGESS & WOLFF. *op. cit.* p. 90. Apesar do grande número de civis treinados na ESG, eles representaram uma força relativamente menor na administração pós-1964. Vide Alexandre de Souza BARROS. *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building*. Tese de doutorado. Chicago, Univ. of Chicago, 1978.

54. Phyllis R. PARKER. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 121. *O Jornal do Brasil*, 20 de dezembro de 1976, reproduziu e traduziu um telegrama confidencial, de distribuição limitada, enviado a 4 de março de 1964 a Thomas Mann pelo embaixador Lincoln Gordon. O texto rezava: "O nosso PAM [Programa de Assistência Militar] é um fator altamente influente na adoção pelos militares de uma atitude pró-Estados Unidos e pró-Ocidente; a importância do PAM nesse setor é cada vez maior. Em decorrência de treinamento e suprimento de material, o Programa de Assistência Militar torna-se veículo essencial no estabelecimento de um estreito relacionamento com os oficiais das Forças Armadas".

55. Telegrama n. 8 214, p. 1, de Lincoln Gordon a Dean Rusk, Secretário do Departamento de Estado, enviado do Rio de Janeiro a 14 de janeiro de 1963. O telegrama encontra-se nos Arquivos JFK, National Security Files (documento secreto até 1977). A ajuda econômica e militar no período de 1946 a 1966 foi da ordem de 2,8 bilhões de dólares, aproximadamente, incluindo empréstimos e doações. Conforme o Major-General James W. Totten, do Exército americano, o Brasil recebia cerca da metade da "assistência" dada à América Latina. Vide James W. TOTTEN. *As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos*. ESG. Documento n. Cl-35-65.

56. Telegrama n. 8 261, p. 1, de Lincoln Gordon a Dean Rusk, Secretário do Departamento de Estado, enviado do Rio de Janeiro a 15 de janeiro de 1963. Encontra-se nos Arquivos JFK, National Security Files (documento secreto até 1977).

57. G. R. MATHER. *op. cit.* p. 12, 16-17. Só o Brasil recebeu, em 1963 e 1964, 75 milhões de dólares por intermédio do programa de segurança pública. Vide P. PARKER. *op. cit.* p. 122. O Brasil recebeu também 206 milhões de dólares em ajuda militar americana durante o ano de 1963. Vide Carl OGLESBY & Richard SHAULL. *Containment and change*. New York, MacMillon, 1967. p. 83.

58. G. R. MATHER. *op. cit.* p. 16-17. A ajuda à polícia na América Latina cresceu no princípio da década de sessenta, enquanto que as Forças Armadas, sob o conceito guarda-chuva do Treinamento de Segurança Interna, desenvolviam sua capacidade para a "ação cívica". O Treinamento de Segurança Interna incluía "treinamento em operações e táticas de contraguerrilha, contra-insurreição, informações e contra-informações, informação pública, guerra psicológica, assuntos civis e *governo militar*,* controle de distúrbios em manifestações públicas e guerrilha na selva". Em acréscimo a esse treinamento, que em 1962 se estendeu a 936 estudantes especializados da América Latina, equipes móveis de treinamento, financiadas pelo Programa de Assistência Militar, percorreram a América Latina em visitas previamente marcadas. Essas equipes objetivavam propiciar treinamento em controle de distúrbios, polícia militar, contraguerrilha, guerra psicológica e *assuntos civis*.** Vide *Summary or training for Latin Americans in US military schools and installations*, p. 11, documento escrito em 1961 e que perdeu o sigilo em 3 de setembro de 1978. Esse documento foi anexado ao *Memorandum for the president*, apresentado por Roswell L. Gilpatric, subsecretário de Defesa, a 11 de

---

* NT: grifo do autor.

** NT: grifo do autor.

setembro de 1961 e que perdeu o sigilo somente em 11 de outubro de 1977. O memorando encontra-se nos *Arquivos JFK*, National Security Files.

59. Durante o ano de 1961, programou-se que cerca de 5.200 indivíduos de países da América Latina participariam de cursos em escolas militares americanas, num total aproximado de 6.500 cursos. Em 1962, os números subiriam a 5.600 alunos e 7.000 cursos. É interessante observar a importância da seqüência profissional na formulação das atitudes ideológicas e políticas do corpo de oficiais brasileiros. Essa seqüência profissional incluía a participação na Força Expedicionária Brasileira — FEB na Itália (Segunda Guerra Mundial), a participação no quadro permanente da Escola Superior de Guerra e em seus cursos, o treinamento em escolas estrangeiras, principalmente nos Estados Unidos, e a permanente e intensa interação entre oficiais americanos e brasileiros. Atitudes amplamente reforçadas por essa seqüência profissional específica, a qual correspondia à do grupo fundador da ESG, eram: a ênfase na associação hemisférica, principalmente em uma íntima relação com os Estados Unidos, e a rejeição de um posicionamento nacionalista em favor de uma integração multinacional. A ideologia da ESG fomentou também a aceitação das diretrizes econômicas que favoreciam a concentração, bem como a idéia de que, com o capitalismo, o Brasil se transformaria em uma nação poderosa (Brasil potência) guiada por um estilo político tecnocrático e autoritário. Tal seqüência profissional tinha correlação com o papel dos militares que se encontravam no centro da campanha política contra João Goulart e sua subseqüente posição como núcleo militar da administração pós-1964: desses, 60% era da FEB, 70% havia pertencido ao grupo permanente de membros da ESG; desses 70%, a totalidade freqüentou escolas militares no estrangeiro, sendo que 80% recebeu seu treinamento nos Estados Unidos. Vide Alfred STEPAN. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1971, Cap. 11. p. 236-48.

60. Entre esses oficiais, deve-se mencionar o Brigadeiro Eduardo Gomes — candidato presidencial da oposição (UDN) em 1950 contra Getúlio Vargas, o General Juracy Magalhães — líder da UDN e influente figura política do Rio de Janeiro e da Bahia, o General Menezes Cortes — udenista importante, o General Juarez Távora — candidato presidencial da oposição (PDC) em 1955 contra Juscelino Kubitschek e ministro de Café Filho, e o Coronel Nei Braga (PDC), ex-chefe de Polícia do Estado do Paraná, ex-prefeito de Curitiba, ex-governador daquele Estado, e que estava diretamente ligado ao banqueiro e empresário paranaense Leônidas L. Borio. O General Cordeiro de Farias mostrava-se claramente simpático ao PSD, com cujos chefes políticos do sul e do nordeste mantinha estreitas relações que datavam da sua época como interventor naquela região, na década de trinta, e da época em que fora governador de Pernambuco, em meados da década de cinqüenta.

61. Quando, em princípios da década de sessenta, os sindicatos e outras organizações populares principiaram a atrair membros de baixo e médio escalão das Forças Armadas, tentando assim ampliar o círculo de interlocutores e civis em meio aos militares, tal atitude foi condenada como uma total subversão da hierarquia. Por outro lado, ao atrair a sua contrapartida militar de alto escalão, a ação das classes dominantes foi considerada defensora da ordem constitucional, mesmo atuando acima da posição legal do presidente, e o golpe de Estado de abril de 1964 foi desenvolvido como uma "ação salvadora".

62. Sobre o conceito de Bonapartismo Constitucional, vide A. GRAMSCI. *op. cit.* p. 212. É interessante observar que, por volta de 1961, foi um tecnoempresário, Eugênio Gudin, quem se manifestou a favor do "restabelecimento" do Poder Moderador, sugerindo que tal papel, atribuído ao Imperador no século XIX, devesse ser retomado pelas Forças Armadas. Vide E. GUDIN. *op. cit.* p. 223.

63. Carta do CBP para Roberto Campos, em 13 de abril de 1959, no Rio de Janeiro. Ela se encontra nos arquivos de Paulo de Assis Ribeiro (Rio de Janeiro). Não se entendia mais o Estado como um simples distribuidor de favores. Para que o capitalismo se desenvolvesse, era necessário que

o Estado se tornasse uma máquina responsável e voltada para a eficiência. É óbvio que os intelectuais orgânicos do bloco capitalista modernizante-conservador conscientizavam-se das falhas da administração e do sistema político populista. É digno de menção que os arquivos de Paulo de Assis Ribeiro são extremamente ricos em correspondência semelhante com outras agências estatais e funcionários, bem como em correspondência sobre projetos conjuntos entre a administração do Estado e as grandes empresas locais e multinacionais.

64. Vide (a) Carta do CBP a J. Mendes de Souza, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, de 16 de março de 1959. (b) Carta de Paulo Sá a Herbert Levy, de 22 de janeiro de 1959. (c) *Boletim Informativo N. 58/1* — CBP (circulação interna), de 11 de julho de 1958. (d) *Boletim Informativo N. 58/2*, de 17 de julho de 1958. (e) *Boletim Informativo N. 58/3*, de 24 de julho de 1958. Todos esses documentos se encontram nos arquivos de Paulo de Assis Ribeiro, no Rio de Janeiro.

65. O CBP não dependia somente da fórmula de "racionalidade" intrínseca de seus serviços, mas procurava também conseguir "ajuda" por parte de burocratas do Estado, oferecendo-lhes uma certa percentagem de participação nos lucros conseguidos através da agência estatal, se realmente as negociações se concretizassem. Vide, por exemplo, a correspondência entre Eneas Fonseca, da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, e o CBP (Apêndice C), onde se ofereceu a Eneas Fonseca 5% do valor de negociações realizadas.

66. A firma Hidrologia mudou o seu nome para Hidroservice. H. Maksoud é o atual proprietário da *Visão*, a mais influente publicação de assuntos de atualidade das classes empresariais (de circulação nacional), cujo editor geral é Octávio Gouveia de Bulhões.

67. Vide (a) Leôncio BASBAUM. *História sincera da república de Jânio Quadros a Costa e Silva — 1961-1967*. São Paulo, Ed. Fulgor Ltda., 1968, p. 153-66. (b) Osny Duarte PEREIRA. *Ferro e independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. (c) *Jornal do Brasil*, 2 de dezembro de 1964. (d) *Tribuna da Imprensa*, 19 de novembro de 1964 e 18 de dezembro de 1964.

68. Vide Osny Duarte PEREIRA. *Quem faz as leis no Brasil?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. p. 53-6.

69. Leôncio BASBAUM: *op. cit.* p. 161.

70. Leôncio BASBAUM: *op. cit.* p. 157.

71. Obteve-se tal informação de fontes diversas, principalmente por intermédio de (a) L. BASBAUM. *op. cit.* (b) Osny Duarte PEREIRA. *op. cit.* (c) *Jornal do Brasil*. (d) *Tribuna da Imprensa*. (e) publicações das várias agências estatais às quais os referidos membros da CONSULTEC pertenciam. Em meados da década de cinqüenta, um Earle Manny Erlich controlava a quinta parte das ações da CONSULTEC e o restante estava nas mãos de seis conhecidos representantes de empresas americanas. Vide Werner HAAS, Jean BERNET & Roland BOSSART. *Os investimentos estrangeiros no Brasil*. São Paulo, 1960.

72. Depois de 1964, Roberto de Oliveira Campos fundou o complexo financeiro INVESTBANCO e INVESTCRED. Contavam-se entre os tecnoempresários que a ele se associaram: Sérgio Paulo Mellão, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Edmar de Souza, Francis Vernon Queen, Antônio Abreu Coutinho, Emmanuel Whitaker, Plínio Salles Couto, Sebastião Ferraz de Camargo Penteado e João Baptista de Carvalho Athayde.

73. Vide Mário da Silva PINTO. *O controle do comércio externo e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, CONSULTEC, 1962. Esse livro fez parte de um estudo preparado pela CONSULTEC para a Universidade de Harvard.

74. Essa situação foi estudada por P. Schmitter que a chamou de "fenômeno pantouflage". Vide (a) P. SCHMITTER. *Interest, conflict and political change in Brazil*. Stanford, Stanford Univ. Press, 1971. p. 298. (b) P. SCHMITTER. *op. cit.* Cap. 12.

O Apêndice B apresenta uma lista das ligações multinacionais de vários de seus membros.

75. Ernane GALVÊAS. Introdução. In: *APEC 1962-1972*. Rio de Janeiro, 1972. Vide o Apêndice D para a lista de colaboradores em 1970.

76. Um dos acionistas mais importantes era Oswaldo Benjamin de Azevedo, asso-

ciado ao IPES e homem de frente de interesses multinacionais.

77. G. M. MATTEI. *Brésil — pouvoir et luttes de classes*. Paris, Ed. Cujas, 1966. p. 38.

78. Vide (a) *Jornal do Brasil*, 14 de junho de 1960. (b) Osny D. PEREIRA. *Ferro... op. cit.* p. 95-6.

79. Vide o *Jornal do Brasil*, 2 de dezembro de 1964. p. 13 para a carta enviada por Lucas Lopes ao General Nelson de Mello (abril de 1960) e para o memorando.

80. Osny D. PEREIRA. *Ferro... op. cit.* p. 105, 129.

81. Para a carta do General A. Bastos, vide *O Globo*, 24 de junho de 1960.

82. Osny D. PEREIRA. *Ferro...op. cit.* p. 111-12.

83. Osny D. PEREIRA. *Ferro... op. cit.* p. 128-29.

84. Vide (a) Osny D. PEREIRA. *Ferro... op. cit.* p. 488-90. (b) W. HAAS et alii. *op. cit.* (c) Moniz BANDEIRA. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. Cap. 41. p. 386, 427. (d) Moniz BANDEIRA. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, Cap. 3. (e) Aristóteles MOURA. *O dólar no Brasil*. Rio de Janeiro, 1956. (f) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 86-90. (g) G. MATTEI. *op. cit.* p. 77. (h) Brazil: Hanna's immovable mountain. *Fortune*, Estados Unidos, Apr. 1965. p. 55-64. (i) Eddie BLACK & Fred COFF. *The Hanna industrial complex*. Estados Unidos, NACLA, 1969. p. 3-10.

85. Raymond F. MIKESELL. Iron ore in Brasil: the experience of the Hanna Mining Co. In: R. MIKESELL et alii. *Foreign investment in the petroleum and mineral industries: case studies of investor — host country relations*. Estados Unidos, John Hopkins Univ. Press, 1971. p. 345-64.

86. R. F. MIKESELL. *op. cit.* p. 353. A Hanna Mining fora também um fator político nos Estados Unidos, onde o complexo sediado em Cleveland incluía o terceiro maior produtor americano de minério de ferro (a Hanna), a quinta maior siderúrgica (a National Steel), o maior produtor de carvão (Consolidation Coal) e o terceiro maior fabricante de automotores, a Chrysler, a quinta maior corporação americana. Esse complexo industrial, um dos baluartes do poder político republicano do meio-oeste, tinha ligações com George Humphrey, Secretário do Tesouro durante a administração de Eisenhower, e com John J. McCloy, diretor do Chase Manhattan Bank controlado pelo grupo Rockefeller.

87. Algumas das ligações econômicas de Lucas Lopes eram:

— Alumínio do Brasil S.A. (ALUMINIUM LTD. ALCAN): F. A. Sievart, J.R. Fragoso, O. C. Fletcher, R. C. Machado, T. V. da Costa.

— Alumínio Minas Gerais S.A. (ALUMÍNIO DO BRASIL S.A.): F. A. Sievart, O. C. Fletcher, R. C. Machado, T. V. da Costa.

— Cia. de Mineração Novalimense: A. Torres Filho, Benedito Munhoz Carvalho, Robert Clark Wallace.

— Lanari S.A. Indústria e Comércio (CAUAIA S.A. Admin. e Part./Soc. Com. Agropecuária Part. Admin. ITAPERAVA/ Soc. Agr. de Part. e Admin. APA Ltda./ Com. Admin. e Part. JAPURA); Saint Mousson Financière (Bank Fina-Suisse); ALCOMINAS (Alcoa-Mellon Group); Mineração Brasileira; Cia. Financière Eternit; Philbro-Miner: Amaro Lanari, Joaquim R. Lanari, Cássio Umberto Lanari.

— Morro do Níquel S.A. Mineração Ind. e Com. (MINERAÇÃO SERTANEJA S.A./Cia. ESTANHO SÃO JOÃO DEL REI/Cia. ESTANHO MINAS DO BRASIL LE NICKEL S.A.): Luiz Simões Lopes, Rolf Weinberg Nathan.

— CIVILIT Ind. e Artefatos de Cimento Armado S.A.: Stefano Cattaneo, Octacílio Gualberto, Lucien Marc Moser.

— ETERNIT do Brasil Cimento Amianto S.A.: Lucas Nogueira Carcez, Max Graf.

— ITT — Standar Electric; Cia. de Cimento Nacional de Minas: Octacílio Gualberto.

88. A. Bernardes Filho, também diretor da Eletromar Indústria Elétrica Brasileira, tinha ligações com o First National City Bank of New York, o Royal Bank of Canada, a Cia. Empreendimentos Administração e Investimentos, IBEC, DELTEC,

Banco do Comércio e a Westinghouse Electric, corporações com papel importante nas atividades financeiras, de caráter subversivo, contra o governo de João Goulart e o movimento popular.

89. A. Torres Filho fazia parte do quadro de diretores das seguintes corporações: All American Cables, Cia. Rádio Internacional do Brasil, Grandes Hotéis S.A., Transunion Americana Agências S.A., Sabin St. Germain Inter America Inc. (todas elas empresas do grupo Morgan sediado nos Estados Unidos). Cia. Industrial São Paulo e Rio — CISPER (Owens Illinois Glass Co.), Cia. Geral de Minas (Grupo A. Byngton), Brazilian Bauxite Co. Inc. & Southwestern Metals Inc., Cia. Meridional de Mineração (siderúrgica americana), Babcock & Wilcox Caldeiras S.A. (Grã-Bretanha), Cia. Eletroquímica Pan Americana (grupo Matarazzo) e Naegeli S.A. Ind. Químicas (Marietta do Brasil, Martin Marietta Co. e Comapa S.A. do grupo Naegeli). A maior parte dessas corporações deu apoio financeiro às atividades subversivas contra o governo de João Goulart e o movimento popular. Vide Osny D. PEREIRA. *op. cit.* p. 222-27.

90. Vide Osny D. PEREIRA. *Um desafio à dignidade nacional.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

91. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 87.

92. Vide (a) P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 194, 438. (b) P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 150-2, sobre o processo de expansão associativa e politização.

93. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 195.

94. Zulfo de Freitas Mallman, o novo presidente da Federação das Indústrias da Guanabara (então Distrito Federal), exemplifica essa situação, pois ele próprio era associado a interesses industriais europeus (vide Apêndice B). Zulfo de Freitas Mallman revigorou também o Centro Industrial do Rio de Janeiro. Quando João Daudt d'Oliveira, antigo industrial e presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, tentou em 1952 impor um sucessor que ele próprio escolhera a dedo e não o conseguiu, um novo grupo assumiu o controle da associação, grupo este dirigido por Rui Gomes de Almeida, ligado a interesses industriais e financeiros europeus e americanos (vide Apêndice B). Mudanças semelhantes em liderança, vitalidade organizacional e técnicas ocorreram também em associação de classe de São Paulo, ao passo que, nos anos seguintes, novas organizações industriais foram criadas no Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco. Quando a Confederação das Associações Comerciais do Brasil — CACB foi finalmente estabelecida, seu presidente Rui Gomes de Almeida declarou ser aquela a maior rede entre associações semelhantes no Brasil, agregando os interesses de 1 340 associações, total que se viu aumentado pela inclusão de um grande número de associações estrangeiras por intermédio da Federation of Foreign Chambers of Commerce in Brazil, cujo presidente era também Rui Gomes de Almeida.

95. BOLETIM INFORMATIVO DO FIESP-CIESP. São Paulo, 5 fev. 1964. V. 82. n. 748.

96. Vide o Apêndice B para informações mais pormenorizadas sobre suas ligações econômicas.

97. Vide o Apêndice B para informações mais pormenorizadas sobre suas ligações econômicas.

98. Outras figuras de renome ligadas ao CTESP nos anos seguintes foram: Alfredo Buzaid, A. O. Campiglia, A. C. Pacheco e Silva, Antônio Gontijo Carvalho, Egon Felix Gottschalk, José Boucinhas, Lucas Nogueira Garcez e Roberto Campos, muitos deles membros militantes da ação organizada da burguesia contra o Executivo nacional-reformista. Vide *Problemas Brasileiros,* s. l., (88):2, SESC, 1970.

O *Digesto Econômico* constituía o órgão oficial da Associação Comercial de São Paulo.

99. Uma lista abrangente dos membros individuais e corporativos é apresentada no Apêndice E. A Federation of American Chambers of Commerce representava as corporações que faziam parte do Latin American Information Committee, do Business Group for Latin America e do Committee for Economic Development. A maioria dos membros da referida federação tinha mais ligações do que as mencionadas. Vide o Apêndice B para informações adicionais sobre suas ligações.

100. O Apêndice B apresenta maiores informações sobre as ligações econômicas.

101. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 197. O CONCLAP São Paulo parece haver propiciado uma cobertura para as atividades conspiradoras clandestinas contra o governo de João Goulart, ao mesmo tempo em que se posicionava publicamente a favor de instituições parlamentares.

102. BANAS. Indústria brasileira de máquinas. São Paulo, 1960, p. 15-17.

103. T. dos SANTOS. *El nuevo carácter... op. cit.* p. 75. O corte em empréstimos e crédito ao governo de João Goulart, bem como a política americana de ajuda seletiva e intensa a certos governadores e a diretrizes políticas no período de 1962 a 1964, política que foi conhecida como a construção de "ilhas de sanidade", mostraram-se como exemplos claros da intromissão política de um governo estrangeiro nos assuntos internos do Brasil, auxiliada por corporações multinacionais.

104. Vide o telegrama do embaixador Lincoln Gordon ao Secretário de Estado americano, n. 1964, em 9 de abril de 1963. POF. Arquivos JFK.

105. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 79.

106. As organizações empresariais têm mantido um eficaz *lobbying* em assuntos referentes à política externa por intermédio de instituições como o Council on Foreign Relations e organizações semelhantes. Os formuladores da política externa dos Estados Unidos, por seu lado, têm se mostrado atentos às demandas das organizações empresariais. Vide Richad NEWFARMER & Willard MUELLER. *Report to the subcommittee on multinational corporations of the committee on foreign relations of the U.S. Senate.* Washington, ag. 1975, p. 152-53. Para uma análise das operações do Business Council of Latin America, principalmente no que concerne seu desempenho no Chile, vide Thomas POWERS. Inside the department of dirty tricks. *The Atlantic,* Boston, *244*(2):33-64, Aug. 1979.

107. J. Knippers BLACK, *op. cit.* p. 80.

108. É interessante recorrer à lista de corporações cujos diretores compunham aquele Comitê. Elas eram: 1) Grace Line; 2) Caterpillar Tractor Co.; 3) Godfrey L. Cabot; 4) The Anaconda Co.; 5) Standard Oil; 6) Marshal Erdman; 7) Koppers Co.; 8) University of North Carolina; 9) Sears, Roebuck & Co.; 10) Willys Motors; 11) Aluminium Co.; 12) Ford Motor Co.; 13) James C. Morelland & Son Co.; 14) Johns Manville International; 15) International Minerals & Chemical Corp.; 16) Food Machinery; 17) General Foods Corp.; 18) Whirlpool Corp.; 19) Chase Manhattan Bank; 20) The Pillsbury Co.; 21) Pan American World Airways; 22) American Machine; 23) The First Boston Corp.; 24) First National City Bank. Vide (a) *Revista das Classes Produtoras,* jul. 1962. (b) Osny D. PEREIRA. O acordo sobre a garantia de investimentos privados entre o Brasil e os Estados Unidos. *Revista Civilização Brasileira,* Rio de Janeiro (2):114-15, maio 1965.

Os diretores brasileiros dessas companhias participariam, em 1962, dos órgãos de formulação de diretrizes da ação organizada de classe, ao passo que muitas das companhias propriamente ditas se transformariam em entidades de apoio para sua campanha política contra o Executivo nacional-reformista.

109. Segundo o ex-embaixador americano no Chile, Edward Korry, quando o presidente Kennedy e David Rockefeller participaram, em 1963, de uma reunião do Harvard University Board of Overseers, o presidente Kennedy persuadiu David Rockefeller a organizar a grande empresa americana na cruzada anti-Castro. David Rockefeller recrutou então trinta e sete multinacionais de destaque, formando o Business Group for Latin America. Robert Kennedy, procurador geral dos Estados Unidos, integrou membros do BGLA em programas da CIA. Para melhor persuadir David Rockefeller, o presidente Kennedy prometeu atender suas demandas de garantia quanto a qualquer investimento futuro na América Latina. Vide Edward KORRY. The sell-out of Chile and the American taxpayer. *Penthouse,* s.l., March 1978, p. 72. Segundo Levinson e De Onis, durante a maior parte do período da Aliança, os formuladores americanos de diretrizes foram informados pelo BGLA dos pontos de vista da comunidade empresarial no que se referia à Aliança para o Progresso. Em 1965, o BGLA se estendeu formando o Council for Latin America — CLA, uma vez mais dirigido por David

Rockefeller e representando cerca de 224 corporações, aproximadamente 85% do total de companhias americanas operando na América Latina. O CLA mantém contactos regulares com o Dep. de Estado, a AID, o IBRD, IDB, CIAP e outras agências do governo cujos trabalhos possam afetar os interesses empresariais americanos na América Latina. O seu conselho de curadores reúne-se de duas a três vezes ao ano com representantes do governo americano em Washington para consultas. O CLA compreende também subcomitês correspondentes a escritórios do Dep. de Estado e da AID responsáveis por áreas geográficas específicas — Brasil, Peru e Equador, Bolívia e Chile, América Central, etc. Esses subcomitês mantêm reuniões informais com seus congêneres no Dep. de Estado e na AID duas a três vezes ao ano, com o intuito de trocar idéias sobre as tendências econômicas e políticas e sobre as condições para investimentos. Vide (a) Jerome LEVINSON & Juan De ONIS. *The alliance that lost its way: a critical report on the ALPRO.* Chicago, Quadrangle Books, 1970. p. 159. (b) Peter COLLIER & David HOROWITZ. *The Rockefellers: an American dynasty.* New York, Signet Books, 1976. p. 411-15.

110. Norman BLUME. *Pressure groups and decision making in Brazil.* Saint Louis, Washington Univ., 1967/1968. p. 211. Essas organizações de classe permitiram que a classe capitalista se estruturasse e decidisse sobre as linhas gerais de uma apropriada política externa. Tais organizações propiciaram também a incorporação de outras figuras a essa operação de construção de consenso, figuras como intelectuais, militares, políticos e burocratas, que se achavam fora da classe capitalista propriamente dita e cuja atuação seria importante para a implementação da política externa almejada. Vide L. H. SHOUP & W. MINTER. Imperial brain trust. New York, Monthly Review, 1977. p. 85.

111. O CED e o Business Council têm, cada um, 200 membros e, em ambos os casos, 22% dos membros pertence também ao Council for Foreign Relations. Várias outras organizações empresariais americanas relacionam-se, de diversas formas e graus, ao CFR. Entre elas contam-se a National Association of Manufacturers, o National Foreign Trade Council, o National Industrial Conference Board e a Chamber of Commerce of the United States. Vide SHOUP & MINTER. *op. cit.* p. 110.

112. W. DOMHOFF. Foreword VII-VIII. In: SHOUT & MINTER. *op. cit.* A estrutura interna de poder do CFR expressava a proeminência de grupos financeiros, particularmente os da oligarquia financeira de Nova York, entre as classes dominantes nos Estados Unidos. A estrutura de poder do CFR mostrava o papel de liderança exercido inicialmente pelo grupo Morgan e, nos últimos trinta anos, o do grupo Rockefeller, consoante um modelo de coordenação informal dentro de uma estrutura geral de cooperação entre diferentes grupos, mais do que um modelo definido de comando. A centralidade da oligarquia financeira de Nova York no CFR não implicava, contudo, a total exclusão de outros grupos financeiros ou mesmo a falta de contacto com eles. Pode-se observar no trabalho de Shoup e Minter um quadro de redes ligando entre si certas corporações mais importantes, objetivando a cooperação financeira. Tais ligações consistiam em diretorias inter-relacionadas, posse de ações, empréstimos e outras mais, bastante variadas. Uma ou mais instituições financeiras, geralmente grandes bancos comerciais, tinham papel importante em cada grupo. Vide SHOUP & MINTER. *op. cit.* p. 100-8. Segundo os dois autores, as companhias intimamente ligadas ao CFR eram: o Chase Manhattan Bank, o Chemical Bank, o Bank of New York, Equitable Life, Metropolitan Life, Mobil Oil, Kuhn, Loeb, Deveboise, Plimpton, Lyon & Gates, Milbank, Tweed, Hadly & MacCloy, Standard Oil New Jersey (grupo Rockefeller), J. P. Morgan and Co., Morgan Stanley, New York Life, Mutual of New York, Davis, Polk, US Steel, General Electric e IBM (ligadas ao First National City Group), First National City Bank, Shearman & Sterling, ITT (grupo Morgan), Brown Brothers Harriman and Co. (grupo Harriman), Lehman Brothers, General American Investors (grupo Lehman, Goldaman, Sachs), o grupo Sullivan & Cromwell e El Dupont de Nemours (grupo Dupont).

113. SHOUP & MINTER. *op. cit.* p. 97-9. Em uma lista onde mostravam as firmas com quatro ou mais diretores ou sócios pertencentes ao CFR, Shoup e Minter demonstraram que, no setor industrial, a US Steel tinha 8 membros, a Mobil Oil 7 membros, a Standard Oil New Jersey 6, a IBM 6, a ITT 5, a General Electric 4 e a EI Dupont de Nemours 4 membros. No setor de bancos comerciais, o Chase Manhattan Bank tinha 8 membros, a J. P. Morgan and Co. 8, o First National City Bank 7, o Chemical Bank 7, a Brown Brothers Harriman and Co. 6 e o Bank of New York 4. Entre as companhias de seguro a Equitable Life contava com 9 membros pertencentes ao CFR, a New York Life com 8, a Metropolitan Life 4 e a Mutual of New York 4. Quanto aos bancos de investimento, o Morgan Stanley contava com 6 membros, o Kuhn, Loeb 4 e o Lehman Brothers 4. Além disso, deve-se ressaltar que 200 firmas americanas são responsáveis por 75% de todo o investimento estrangeiro. Vide NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 146.

114. SHOUP & MINTER. *op. cit.* p. 278-9.

115. O executivo do CLA contava com 20 diretores, dos quais dez pertenciam ao CFR, sendo um deles diretor. Vide SHOUP & MINTER. *op. cit.* p. 72-4. Por volta de 1972, o CLA incorporara ao seu Comitê Orientador, entre outras, as seguintes figuras: Richard S. Aldrich, Jack D. Neal, Esteban A. Ferrer, Enno Hobbing, Herbert K. May, Michael D. Miller, Ralf Brent, José de Cubas e Willian E. Barlow, as quais supervisionavam suas operações diárias. O Comitê Executivo para 1972, eleito pelo Quadro de Curadores, compunha-se de: William Barlow, presidente do Comitê Executivo; John F. Gallagher, vice-presidente geral e vice-presidente regional para o meio-oeste; Capitão John W. Clark, vice-presidente regional para o sudoeste; Alfred W. Eames, vice-presidente regional para o oeste; Charles J. Zwick, vice-presidente regional para o sudeste; William M. Hickey, secretário; Joseph W. Welsh, tesoureiro; Alphonse De Rosso, tesoureiro-assistente; W. H. Conzen; Donald M. Cox; Harlow W. Gage; Maurice F. Granville; John D. Harper; Gilbert E. Jones; Edgar F. Kaiser; John R. Kimberly; Thomas D. Lumpkin; Augustine R. Marusi; Rodman Rockfeller; Dan Seymour; José de Cubas, presidente do CLA; Henry R. Geyelin, vice-presidente do CLA; David Rockefeller, presidente honorário.

Vide o Apêndice F para informações sobre o Conselho de Curadores. Achavam-se no *staff* do CLA: Enno Hobbing, vice-presidente; Dr. Esteban Ferrer, vice-presidente; Ralf Brent, vice-presidente e assessor principal; Jay Kingham, assistente executivo; Jim Morse, diretor acadêmico e relações institucionais; Michael D. Miller, diretor em Washington; Humberto Cortina, diretor em Lima; Herbert Muller, em Buenos Aires e Jack E. Wyant, diretor no Rio de Janeiro. Este último fora funcionário da embaixada americana durante a gestão do embaixador Lincoln Gordon no período que precedeu o golpe de abril de 1964.

116. Por volta de 1966, dos 22 curadores da Brookings Institution, 7 pertenciam ao CFR (32%), sendo que 2 deles eram diretores; dos 20 curadores da Rand Corporation, 9 eram do CFR (45%) e 2 deles diretores; já o Institute for Defence Analysis tinha, por volta de 1969, um total de 22 curadores, sendo 9 do CFR (41%) e quatro deles atuando como diretores; o Hudson Institute, 14 curadores, 8 deles no CFR (57%) mas nenhum atuando como diretor, isso por volta de 1970. O Council for Foreign Relations se interligava também à Foreign Policy Association (74 diretores, 31 no CFR), à National Planning Association (39 diretores, 8 no CFR), ao American Universities Field Staff (32 diretores, 8 no CFT) e à American Assembly (20 diretores, 12 no CFR).

117. SHOUP & MINTER. *op. cit.* p. 62. Cinco dos oito membros da Rockefeller Commission, estabelecida em 1975 para investigar as atividades domésticas ilegais da CIA, pertenciam ao CFR.

118. Victor MARCHETTI & J. MARKS. *The CIA and the cult of intelligence.* New York, Knopf, 1974. p. 267.

119. Aerograma do cônsul americano em São Paulo ao Departamento de Estado americano, em 16 de agosto de 1963, p. 4. Ref.: Congen A 404. Redigido por Datus C. Proper, encontra-se nos Arquivos JFK, NSF.

120. Telegrama do embaixador Lincoln

Gordon ao Secretário de Estado americano, em 9 de abril de 1963. Controle 7279-POF, nos Arquivos JFK.

121. Sobre Ivan Hasslocher e a CPI, vide *O Estado de São Paulo*, 27 de novembro de 1963. Inicialmente, recebeu-se apoio de fontes variadas, tais como de Dom Helder Câmara, Sérgio Macedo, Carlos Reis e Francisco Lampreia.

122. *O Estado de São Paulo*, 10 de agosto de 1963.

123. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 278.

124. (a) João DÓRIA. IBAD: alienação da soberania nacional. *Política e Negócios*, São Paulo, s. ed., 1963. (Primeira parte). (b) Robinson ROJAS. *Estados Unidos en Brasil*. Santiago, Chile, Prensa Latinoamericana, 1965. p. 111.

125. Philip AGEE. *Inside the company*. London, Penguin, 1975. p. 321, 603.

126. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 72.

127. José Arthur RIOS. Os grupos de pressão na Guanabara. In: CAVALCANTI, T. & DUBNIC, Reisky ed. *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1964. p. 148-49. José Arthur Rios, professor de sociologia na Pontifícia Universidade Católica, era também membro do Instituto Nacional de Estudos Superiores — INES e da SPLAN, uma agência técnica. Gabriel Chaves de Mello, irmão de Gladstone Chaves de Mello, diretor da *Ação Democrática*, o jornal do IBAD, coordenava também sua rede de rádio. Vide Plínio de Abreu RAMOS. *Como agem os grupos de pressão*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. p. 54, 60-2.

128. O Movimento Popular Jânio Quadros foi um dos canais mais significativos para agregar diversos setores e indivíduos no apoio à candidatura de Jânio Quadros, representando uma chapa unificada de centro-direita. O MPJQ proporcionava uma ligação também com o voto popular. O chefe do movimento era o General Juarez Távora, da ESG, e Carvalho Pinto seu presidente honorário. João Ribeiro Dantas, diretor do *Diário de Notícias*, atuava como presidente do movimento; Arthur Oscar Junqueira, secretário executivo; José Aparecido de Oliveira, secretário político; Prudente de Morais Neto, vice-presidente do Conselho Político, juntamente com o senador Joaquim Parente. Contavam-se entre os assessores: o Coronel Adil de Oliveira, Antônio Leopoldino, Almirante Aurélio Linhares, o deputado Brígido Tinoco, José Aparecido de Oliveira, Gladstone Chaves de Mello, General João Gentil Barbato, Hélio Cássio Muniz de Souza, José Cândido Moreira de Souza, José Luiz Moreira de Souza, o Capitão José Chaves Lameirão (ativista do fracassado golpe de Jacareacanga), José da Costa Porta, o ministro José Pereira Lira, o Major Leopoldino Freire, Peter Murany, Vandik L. da Nóbrega e os coronéis Salvador Corrêa de Sá e Walter Peracchi Barcellos. O Coronel Menezes Cortes ajudava com sua perícia organizacional. A maioria desses militares e empresários, associados às associações de classe já mencionadas e políticos profissionais, participariam inicialmente da estrutura do IBAD e, mais tarde, do IPES, como será demonstrado oportunamente. Vide Carlos Castilho CABRAL. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962. p. 199, 279-81.

129. Depoimento de Carlos Castilho Cabral prestado à CPI em 29 de agosto de 1963. Vide *O Estado de São Paulo*, 30 de agosto de 1963.

130. Moniz BANDEIRA. *O governo... op. cit.* p. 67-74.

131. Outras figuras que também participavam da direção de *Cadernos Brasileiros* eram: José Garrido Torres, Afrânio Coutinho, Nuno Velloso, Luiz Orlando Carneiro e Guimarães Padilha.

132. Vide (a) *Política e Negócios*. São Paulo, 26 de agosto, 1963. p. 20. (b) P. AGEE. *op. cit.* p. 618. (c) José Arthur RIOS. *op. cit.* p. 149.

133. A lista de ativistas ou pessoas relacionadas, bem como dos beneficiários e receptores das várias formas de ajuda, foi extraída de documentos do IPES, do IBAD e da ADEP, encontrados no arquivo do IPES, Rio. Outras publicações consultadas (a) J. Knipper BLACK. *op. cit.* (b) Eloy DUTRA. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. (c) Edmar MOREL. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. (d) P. AGER. *op.*

cit. (e) Plínio de Abreu RAMOS. *Como agem os grupos de pressão.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. (f) Moniz BANDEIRA. *op. cit.* (g) John F. DULLES. *Uprest in Brazil: political-military crisis 1955-1964.* Austin, Univ. of Texas Press, 1970. (h) Joseph A. PAGE. *The revolution that never was: northeast Brazil 1955-1964.* New York, Grossman Publishers, 1972. Foram também consultados o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo* (1962 a 1964) e o *Política e Negócios* (1962-1963).

134. Elizabeth Carneiro Campos testemunhou frente à CPI sobre as atividades do IBAD e do IPES que Menezes Cortes estava ligado a Ivan Hasslocher, como foi publicado em *O Estado de São Paulo*, 30 de agosto de 1963. O grupo IBAD/ADEP/Promotion S.A. estabeleceu também uma poderosa rede de apoio na área rural e nas capitais do norte, nordeste e centro-sul. Contavam-se entre seus associados e patrocinadores, Fernando Costa — diretor do serviço médico do IBAD no nordeste, Salvador da Grasia — Porto Alegre, Ezequiel Menezes, Álcio Borba, Milton Mota Fernandes e Homem Pereira — todos do Ceará, Geraldo Alonso, Wober Lopes Pinheiro, Augusto Alves Rocha, Ilo Fernandes Costa e Francisco Dantas Guedes — todos do Rio Grande do Norte, Orlando Paraim, Antônio Corrêa Oliveira e Adeildo Coutinho Beltrão — todos de Pernambuco, Ib Gatto Falcão e Everaldo Macedo de Almeida — de Alagoas, José Gregório da Fonseca — vice-prefeito de Três Rios, vital centro operacional para o golpe militar de 1964, e diretor do jornal local, o *Correio Trirriense*, Kerman Nunes de Matos, Audálio Antônio Cândido e João Batista Teixeira Filho — todos de Três Rios, Murilo Dantas, José Teixeira Machado, Edson Brasil e Francisco Costa Garcez — de Sergipe, e João Mendes Neto, Germano Machado, Oscar Cardoso e Epaminondas Moncorvo — todos da Bahia.

135. Depoimento de Oscar Junqueira na CPI sobre o complexo IPES/IBAD. Publicado em *O Estado de São Paulo*, 14 de outubro de 1963.

136. O CPI do IBAD. *O Estado de São Paulo*, 1963.

137. Jorge Oscar de Mello Flores, IPES CE, Rio, 11 de maio de 1962. Garrido Torres, IPES CD Rio, 11 de maio de 1962. Reuniões conjuntas de executivos constituíam um canal regular para coordenar a estratégia política e a ação. Nessas ocasiões, Ivan Hasslocher encontrava-se com Glycon de Paiva, com o General Golbery do Couto e Silva, José Rubem Fonseca, Dario de Almeida Magalhães, Harold C. Polland e Gilbert Huber Jr., entre outros, os quais formavam parte da liderança do IPES. Vide as atas das reuniões do IPES CE, 30 de agosto de 1962. O IBAD funcionava no número 271, da rua Marechal Câmara, apartamento 801, Rio de Janeiro. A Promotion S.A. funcionava no mesmo prédio.

138. C. HASENBALG & C. BRIGAGÃO. Formação do empresário financeiro no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro (8):81-4, IUPERJ, 1971.

139. Samuel FINER. Private industry and political power. In: *Ramsay Muir lecture.* Grã-Bretanha, Pall Mall Pamphlet, 1948. p. 19.

140. A. GRAMSCI. *op. cit.* p. 185.

141. Entrevista com o Marechal Cordeiro de Farias, no Rio de Janeiro em 16 de junho de 1976. Vide Cordeiro de FARIAS. *A segurança nacional no panorama mundial da atualidade.* ESG. Documento n. C-01-61. p. 19-20. Falando à ESG, o General Cordeiro de Farias declarou que "Lado a lado com chefes e oficiais das três forças, encontramos aqui civis, vitoriosos em suas diferentes atividades, os quais, após um ano de trabalho em comum, devem partir juntos, tendo em mente uma idéia clara de sua missão, qual seja, a de soldados cônscios desta cruzada que se apresenta como a implantação em nosso país dos postulados de Segurança Nacional". Apesar de reconhecer que a ESG, em sua curta existência, não tivera tempo bastante para "influenciar o Brasil", o General Cordeiro de Farias estava "convencido de que tempo virá, e breve, quando a ESG, em decorrência dos estudos que realiza, sem distorções dogmáticas mas, antes de tudo, como um centro para debates, marcará sua existência como o impulsionador de nosso progresso".

CAPÍTULO IV

A CRISE DO POPULISMO

Introdução

Este capítulo diz respeito à percepção[1] que as frações econômicas dominantes tiveram da conjuntura crítica do início da década de sessenta. Ele descreve também os interesses e demandas conflitantes que foram impostos ao sistema político e ao regime populista por duas forças sociais fundamentais: os interesses sócio-econômicos multinacionais associados e as classes trabalhadoras mobilizadas, lideradas por um Executivo nacional-reformista.[2]

O objetivo inicial dos interesses multinacionais e associados era o de compartilhar o poder com a convergência de classe populista que controlava o Estado. Durante a presidência de Juscelino Kubitschek as companhias multinacionais conseguiram contornar os canais corporativistas de articulação de interesses sob a forma de uma administração paralela, bem como promover suas demandas gerais através de novas associações de pressão classista. Ao mesmo tempo, elas apoiavam a contenção das classes populares através de formas de limitada mobilização política. O governo de Juscelino Kubitschek também deixou um espaço político para a integração de certos setores das classes trabalhadoras industriais urbanas e a satisfação das camadas intermediárias, permitindo a continuidade do controle total das massas trabalhadoras rurais. Tal "conciliação" múltipla de interesses e pressões diversificadas, como a que foi alicerce e expressão da administração de Juscelino Kubitschek, não se repetiria após seu governo. De certa forma, o período configurou-se como a mais efetiva expressão sócio-econômica e política do populismo.[3] Porém, ao final da década de cinqüenta, as incoerências estruturais da convergência de classe populista começaram a aflorar.

1. O período de transição das táticas de lobbying ao governo

O governo populista de Juscelino Kubitschek, conduzido pelo PSD, chegou ao seu fim em 1960. A candidatura de Jânio Quadros representou a última tentativa eleitoral civil do grande capital para conseguir compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente. Durante a presidência de Jânio Quadros, o pacto populista foi levado a extremos, reduzindo o espaço para conciliar as diferenças entre os grupos dominantes.[4] Os interesses multinacionais e associados constituíram, juntamente com o setor de agro-exportação, um bloco modernizante-conservador que tentou ganhar a presidência por intermédio de um tipo de populismo

udenista, apoiado pelo PDC, característico do próprio Jânio Quadros. Esse alinhamento relacionava-se tanto à política externa aberta de Jânio Quadros quanto ao esforço para arregimentar as massas populares e racionalizar a economia.[5]

A máquina da UDN conseguiu uma "vitória de Pirro" sobre as forças do PSD nas eleições de 1960, não tanto em decorrência do desgaste natural do partido do governo anterior ou pela ação dos grupos econômicos dominantes, como pela fascinação popular pela impressionante demagogia janista.[6] O estado de espírito foi inteligentemente preparado por cartazes mostrando o símbolo de Jânio Quadros, a vassoura, e sua intenção declarada de "varrer" o país. Surgiu assim, por um breve período, um elemento de "cesarismo" eleitoral dentro do cenário político brasileiro, com a figura de Jânio Quadros como ditador do campo de batalha eleitoral. Enquanto esse último era eleito com sua plataforma, Mílton Campos, seu companheiro de chapa e jurista de Minas Gerais, considerado a expressão de forças tradicionais que haviam dominado o país, era rejeitado pelo voto popular para o cargo de vice-presidente. Ao invés disso, a vice-presidência ficou com João Goulart, candidato de uma coalizão de forças liderada pelo PTB, herdeiro político aparente de Getúlio Vargas, eleito maciçamente por seu posicionamento público distributivo e reformista.[7]

O companheiro de chapa de João Goulart, Marechal Henrique Teixeira Lott, candidato à presidência apoiado pelo PSD, foi derrotado. Pela terceira vez consecutiva desde a experiência com o Marechal Eurico Gaspar Dutra, que se tornara presidente após a queda do Estado Novo, os brasileiros negavam a presidência a um oficial militar.[8] O veredicto das urnas mostrava que a população brasileira, quando consultada, apoiava uma combinação de reformas populares sociais, de desenvolvimento nacionalista e de austeridade e eficiência administrativas. Essa combinação de demandas estava longe da ordem econômica vislumbrada pelos interesses empresariais multinacionais e associados e da noção de "progresso" internalizada pela classe média alta.

Contudo, não tardou a se tornar evidente que outras forças e diretrizes políticas se movimentavam encobertas pela retórica janista. Logo após sua eleição, Jânio Quadros recebeu do CONCLAP um importante documento, *Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento*.[9] O documento exigia a reafirmação do papel da empresa privada e do capital estrangeiro no planejamento do desenvolvimento, o controle da mobilização popular e da intervenção estatal na economia, a redefinição das funções do Estado, medidas contra a inflação e uma readequação da administração pública. O documento foi entregue ao presidente por Enéas de Almeida Fontes e Jorge Behring de Mattos, líderes do CONCLAP, com o apoio de J. A. Bezerra de Medeiros, Paulo Ferraz, Lair Bocaiúva Bessa, J. B. Leopoldo Figueiredo, Lauro Carvalho, A. Xavier da Silva, Oscar de Oliveira, Hamílton Ferreira, A. Ribeiro Neto, A. J. Ferreira Dias, M. Milcíades Sá Freire de Souza e Nei Lauda. As diretrizes políticas sugeridas pelo documento inspiraram o gogoverno de Jânio Quadros e seriam mais tarde princípios básicos do programa das classes empresariais em sua campanha contra João Goulart.

Jânio Quadros compôs um Executivo que satisfez as forças sócio-econômicas modernizante-conservadoras. Importantes grupos econômicos multinacionais e associados, influentes associações de classe empresariais, membros da CONSULTEC e o núcleo da ESG foram incluídos em seu ministério, na administração pública e ocuparam os postos de comando dentro da hierarquia militar. A administração paralela de Juscelino Kubitschek tornava-se governo com Jânio Quadros.

Incluíam-se em seu ministério: Clemente Mariani (Banco da Bahia, Light S.A. — grupo Morgan), Ministro do Tesouro; Arthur Bernardes Filho (The Royal Bank of Canada, Westinghouse — grupo Mellon e Banco do Comércio), Ministro da Indústria e Comércio; Walter Moreira Salles (grupo financeiro-industrial Moreira Salles, ligado ao grupo Rockefeller), embaixador do Brasil nos Estados Unidos; Oscar Pedroso Horta (grupo Mellon), Ministro da Justiça; Francisco Carlos de Castro Neves (FIESP), Ministro do Trabalho, e Caio Mário da Silva Pereira, ex-advogado da Hanna Mining e que se tornou Consultor Geral da República.[10] Também compunham a administração o empresário João Baptista Leopoldo Figueiredo (membro ativo das American Chambers of Commerce e líder do CONCLAP), designado para a presidência do Banco do Brasil, e o empresário Paulo Ayres Filho (membro ativo da FIESP e das American Chambers of Commerce), para a direção do mesmo banco. A administração contou também com a experiência e assessoria dos empresários e tecno-empresários: Lucas Lopes, J. L. Bulhões Pedreira (coordenador da Comissão de Assessoria Técnica do presidente), Octávio Gouveia de Bulhões, José Garrido Torres e Roberto de Oliveira Campos (que atuou também como embaixador itinerante), todos eles membros da CONSULTEC. O governo de Jânio Quadros foi apoiado militarmente pelos fundadores e ideólogos da ESG, Coronel Golbery do Couto e Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (auxiliado pelo Tenente Heitor de Aquino Ferreira, pelo Tenente-Coronel Mário Andreazza e pelo Tenente-Coronel João Baptista Figueiredo, sobrinho do presidente do Banco do Brasil e filho do General Euclides de Figueiredo), Tenente-Coronel Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações — SFICI, General Cordeiro de Farias, que presidiu o Estado Maior das Forças Armadas, auxiliado pelo Coronel Ernesto Geisel como chefe do Serviço de Informações do Exército e comandante da guarnição-chave sediada em Brasília.[11] Jânio Quadros contou ainda com o apoio do General Orlando Geisel, da ESG e do IBAD, irmão de Ernesto Geisel e que se tornou Chefe de Gabinete e Chefe de Estado Maior do Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, do General Idálio Sardenberg, presidente da Petrobrás, e do General Ademar de Queiroz, comandante da importante guarnição da Vila Militar do Rio de Janeiro. O General Ademar de Queiroz tornou-se também o subcomandante do Estado Maior do Exército.[12] Outra característica desse período foi a colocação em postos-chave de comando ou de formação de opinião de outros oficiais que apoiavam os líderes de direita das Forças Armadas e favoreciam medidas fortes contra a organização política das forças populares. Assim, o General Hugo Panasco Alvim tornou-se assistente da ESG, o General João Punaro Bley, do IBAD, tornou-se diretor do Serviço Social do Exército, o General Sizeno Sarmento (lacerdista) foi indicado Comandante da Polícia de São Paulo, o General Inácio Rolim, do IBAD, tornou-se diretor do Clube Militar, o General Pedro Geraldo de Almeida, esguiano, foi escolhido Chefe da Casa Militar do Presidente, o Brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira (ESG), diretor da Escola da Aeronáutica, o Brigadeiro Ismar Brasil (IBAD), comandante do Estado Maior da Aeronáutica, o Brigadeiro Clóvis Travassos (ideólogo geopolítico da ESG), diretor da Aviação Civil, e o General Décio Palmeiro Escobar (IBAD) foi designado para o Departamento de Provisão do Exército. Ao indicar o Marechal Odílio Denys Ministro do Exército, o Almirante Sílvio Heck Ministro da Marinha e o Brigadeiro Gabriel Grun Moss, do IBAD,

Ministro da Aeronáutica, Jânio Quadros coroou seu apoio militar com os líderes de direita das Forças Armadas.

O governo de Jânio Quadros expressou bem a nova relação das forças sociais e grupos econômicos de poder em ascensão, ao passo que suas diretrizes políticas compatibilizavam-se com as recomendações de grupos de interesses empresariais.[13] Não foi por acaso que ele se destacou positivamente entre os governos eleitos depois de 1945 na opinião dos oficiais da ESG. Ele se mostrou aos olhos do grupo da ESG como "a negação da demagogia e, conseqüentemente, do populismo; apesar de ter sido ele mesmo um populista, arriscou suas oportunidades eleitorais contra os herdeiros do getulismo, contra a esquerda e a demagogia governamental".[14] Essa visão correspondia à do tecno-empresário Paulo Ayres Filho, para quem "A eleição de Jânio Quadros para presidente, no fim de 1960, poderia ter fortalecido a posição democrática no Brasil em decorrência de sua visão correta dos problemas brasileiros. Ele se dispunha a estabelecer um regime de austeridade e autoridade na administração pública, a racionalizar as atividades governamentais e lutar contra a inflação. Ainda mais, ele havia conseguido um apoio popular sólido que lhe outorgava autoridade inquestionável sobre todos os grupos sociais e políticos, apesar de não haver sido apoiado em sua campanha pelo Partido Comunista (que apoiara o Marechal Lott)".[15]

Transcorridos os primeiros meses do governo de Jânio Quadros, tornou-se claro que seu "populismo udenista" não conseguiria produzir as medidas de crescimento distributivo esperadas pelas forças populares. Jânio Quadros havia herdado tanto uma economia enfraquecida em parte pelas diretrizes políticas de Juscelino Kubitschek de promover um crescimento "acelerado", quanto uma burocracia e vícios administrativos populistas que se tornavam cada vez mais inadequados às necessidades do bloco multinacional e do grande capital local. Um relatório da Embaixada Americana que trazia uma análise de Herbert K. May, adido do Departamento de Finanças, concluía que o Banco do Brasil praticamente não possuía divisas estrangeiras, e que o governo de Juscelino Kubitschek havia "esgotado todos os recursos 'éticos' e 'não-éticos' de que dispunha para cobrir o déficit da balança de pagamentos, permitindo que esse deixasse o cargo no dia 31 de janeiro com as finanças em aparente liquidez".[16] Um legado de problemas aguardava Jânio Quadros, incluindo a inflação que se tornava incontrolável, a estagnação agrária, dificuldades na balança de pagamentos, bem como a exaustão do mercado de consumo de bens duráveis que beneficiava a classe média alta.[17]

O cenário econômico complicou-se ainda mais em decorrência de acontecimentos de natureza política. Sob a presidência de Juscelino Kubitschek, o complexo sindical petebista havia sido uma parte ambígua da estrutura de autoridade, já que podia-se dizer que o PTB havia sido criado pelo Estado e os sindicatos haviam sofrido expurgos durante a administração do presidente Dutra. Mas, a partir da revogação dos "atestados ideológicos" de 1951, a natureza da liderança dos sindicatos começou a mudar, apesar de ter-se passado algum tempo antes que essas mudanças se expressassem em organizações nacionais. Por intermédio do patrocínio ativo de João Goulart, vice-presidente de Juscelino Kubitschek, as novas forças ideológicas começaram a obter expressão organizacional. Em 1956 e 1957 realizaram-se congressos trabalhistas nacionais em categorias específicas. Em 1958, realizaram-se cerca de doze encontros estaduais de trabalhadores, número este que subiu a quatorze em 1959 e dezesseis em 1960. Nessa época, congressos nacionais de líderes sindicais já haviam recomeçado sua atuação a partir de onde haviam

parado treze anos antes, com a diferença de que agora os congressos se reorganizavam em meio a uma classe trabalhadora industrial que havia se multiplicado e que se achava relativamente concentrada em termos regionais.[18] O incipiente movimento sindical começou a entrar em sérios atritos com certos aspectos da estrutura sindical vertical, reduzindo as condições que haviam permitido a manipulação da massa.

O movimento sindical havia se tornado, aos olhos da comunidade empresarial, um fator de desorganização no momento da ascensão de Jânio Quadros à presidência, pois certos sindicatos e líderes sindicais exigiam uma mudança social. Ademais, os representantes de interesses multinacionais associados e do comércio agro-exportador que haviam apoiado Jânio Quadros, mas não João Goulart, achavam-se bloqueados em decorrência de sua involuntária coalizão governamental com o PTB, a qual foram obrigados a aceitar por força do resultado das eleições. Eles foram incapazes de formar um governo empresarial estável, coibidos pela crescente participação popular na política. Além disso, Jânio Quadros sofreu uma resistência ativa por parte de setores oligárquicos dentro do PSD e de outros partidos menores, tendo também de enfrentar conflitos de poder dentro dos próprios partidos que o apoiaram, o que gerou dificuldades para seu governo junto ao Congresso. O seu fracasso em corresponder às crescentes expectativas da classe média, juntamente com inadequações burocráticas, também dificultou ao Executivo a realização das reformas exigidas pela grande comunidade industrial. Tais reformas envolviam sacrifícios das classes trabalhadoras e fortes limitações econômicas e políticas a setores oligárquicos tradicionais, bem como a interesses industriais locais de porte médio.

Os interesses multinacionais e associados tornaram-se cientes da impossibilidade de conseguirem o necessário reajuste extensivo da economia e da administração dentro de uma sociedade "pluralista" e de um sistema político eleitoral. Tal sistema, apesar de restrito, era aberto a interesses e pressões conflitantes que, segundo a política comum do populismo, deviam ser parcialmente conciliados.[19] Jânio Quadros tentou contornar a estrutura populista, primeiramente através dos famosos "bilhetinhos" que visavam a minar os baluartes políticos e burocráticos da ineficiência e os interesses tradicionais, e mais tarde através de uma audaciosa e aventureira manobra político-militar.

Em agosto de 1961, após um efêmero governo de sete meses, Jânio Quadros, baseando-se mais em seu suposto carisma e menos numa efetiva autoridade, renunciou, na esperança de conseguir um mandato Bonapartista-civil por intermédio de um retorno ao governo ouvindo os apelos das classes médias. Ele também esperava o respaldo de empresários e o apoio resoluto de uma coalizão militar, que o capacitariam a impor soluções econômicas e políticas às demandas conflitantes. E isso acontecia enquanto seu vice-presidente se achava convenientemente em missão de boa vontade e comercial na China. Nem a maioria dos empresários nem seu próprio bloco partidário estava pronto a apoiá-lo. Nem mesmo seus próprios ministros-chave, Denys, Heck e Grun Moss, estavam dispostos a assinar em branco um tal cheque político para uma figura errática e excêntrica como a de Jânio Quadros.[20] Ele não foi reconduzido ao governo. Houve, inclusive, uma extrema indiferença popular quanto a seu destino político. Com sua renúncia, o campo político encontrou-se mais uma vez amplamente aberto. A contraditória fórmula populista-udenista do bloco modernizante-conservador desorganizou-se, com os flancos do regime aparentemente abertos a um Executivo nacionalista-

reformista. Inesperadamente, João Goulart tornou-se presidente, contrariamente às expectativas dos empresários multinacionais e associados, bem como da estrutura militar de direita. Com a ascensão de João Goulart ao governo, o bloco multinacional associado, que estava na iminência de perder sua posição econômica privilegiada, preparou-se para restringir as demandas populares e reprimir os interesses tradicionais pela imposição de meios extrapolíticos.[21] Os interesses multinacionais e associados começaram a articular um bloco civil-militar de tendências cesaristas que, no fim, tanto subverteria a ordem política populista quanto conteria as aspirações nacional-reformistas.[22]

2. A ascensão de um Executivo nacional-reformista

Após a renúncia de Jânio Quadros, a ascensão de João Goulart à presidência foi quase impedida por uma mal preparada manobra militar.[23] A tentativa de evitar que João Goulart tomasse posse foi travada por um bloco de poder popular, do qual participavam a burguesia industrial de porte médio, os setores agrários do sul do país e políticos tradicionais que se opunham às demandas dos militares da ESG e aos interesses multinacionais e associados.[24] Chegou-se a um acordo, fixando-se a presidência a um programa de inspiração pessedista e impondo-se um regime parlamentar que, efetivamente, limitou o poder de João Goulart.[25] A estrutura populista logrou êxito em sua tentativa de refrear João Goulart e em conter o bloco modernizante-conservador, que começou a procurar outras soluções para o impasse.

Após o fiasco do golpe de 1961 e favorecido pelos ressentimentos populares expressados naquela conjuntura política, surgiu um novo equilíbrio de forças sociais; a partir daí, o Executivo de João Goulart foi capaz de tomar um rumo nacional-reformista, apoiado pelas classes trabalhadoras mobilizadas contra o que cada vez mais parecia ser a formação de um bloco de poder UDN-PSD. João Goulart livrou-se da camisa-de-força parlamentar em janeiro de 1963, quando o Brasil voltou ao regime presidencial, regime este liderado por um bloco de poder que visava uma sociedade pluralista.[26] Durante esse processo de volta ao regime presidencial, a incipiente crise de hegemonia dentro das classes dominantes tornou-se nítida, refletindo-se parcialmente na dificuldade sempre maior de se conseguir formar ministérios viáveis.[27]

Em suas tentativas de levar o governo brasileiro a trilhar um caminho nacional-reformista, João Goulart procurou um apoio mais abrangente do que o das forças populares em geral. O posicionamento nacionalista-reformista foi também favorecido pela pequena e média burguesia industrial local que visava a atingir mercados de baixo poder aquisitivo, bem como pelo setor agrário que produzia gêneros alimentícios para o mercado interno. Esses setores tentavam, por intermédio de um apelo nacionalista e reformista junto à massa, alargar suas bases sociais por razões econômicas próprias. Eles sentiam a pressão do caráter concentracionista do processo de expansão capitalista no Brasil, o que estimulava a deterioração dos salários reais das classes trabalhadoras urbanas. Por outro lado, o consumo de bens duráveis produzidos pelos novos setores industriais (automóveis, aparelhos eletrodomésticos), era assegurado por esse mesmo caráter concentracionista da economia, assim como pela formação muito difundida das novas

ocupações tipicamente classe média que serviam à nova estrutura de produção, ou seja, à burguesia tecnoprofissional.[28]

Ao tentar reorganizar a correlação das forças econômicas dentro das classes dominantes, os setores industriais e agrários já mencionados quebraram objetivamente a convergência de classe populista tradicional, assim como seu marco ideológico-institucional.[29] A tentativa de se reconstituir o sistema e regime político brasileiro envolveu então a composição de um novo bloco de poder agro-industrial, apoiado pelas classes trabalhadoras urbanas e pelo campesinato mobilizado. Esses interesses econômicos visavam a atingir o poder do capital transnacional e associado, a controlar os empreendimentos agro-exportadores e os setores mais recalcitrantes da oligarquia rural.[30] Esse bloco modernizante-reformista de interesses agro-industriais encontrou sua expressão política no Executivo petebista de João Goulart. Ele ganhou ainda o apoio de facções dissidentes da UDN, do PSD e do PDC. Foi também apoiado por novas organizações nacional-legais, como a Frente Parlamentar Nacionalista — FPN, assim como por um heterogêneo dispositivo popular-militar nacionalista.[31] O bloco nacional-reformista encontrou expressão também no apelo carismático e ideologicamente discrepante de figuras políticas populares como Francisco Julião — líder das Ligas Camponesas do Nordeste, Mauro Borges — governador do Estado tipicamente agrário de Goiás, do jornalista Neiva Moreira, Leonel Brizola — governador do Rio Grande do Sul, Sérgio Magalhães — líder nacionalista das classes médias, Almino Afonso, Miguel Arraes e Max da Costa Santos. O novo bloco de poder teve ainda o apoio de intelectuais de prestígio internacional como, por exemplo, do antropólogo Darci Ribeiro, do economista Celso Furtado, do pedagogo Paulo Freire e do sociólogo Josué de Castro, que foram de certo modo "comandantes" ideológicos, mas sem um exército político efetivo subjacente a suas declarações.

Algumas das medidas tomadas pelo governo de João Goulart, e que distinguiram o seu bloco de poder dos governos populistas anteriores, agitando violentamente os interesses multinacionais e associados, foram:[32] a lei restringindo a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes, o que, de certa forma, impedia a saída maciça do capital.[33] Essa medida implicou também um controle mais rigoroso das atividades do capital transnacional no Brasil, retirando-lhes os extraordinários privilégios concedidos em grande parte durante a administração de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros. A partir dessas cláusulas, o capital estrangeiro e o capital nacional seriam tratados em igualdade de condições. O capital estrangeiro foi definido como os bens, maquinário e equipamentos que entrassem no Brasil destinados à produção de bens ou serviços sem as despesas iniciais de cobertura cambial, bem como investimentos com dinheiro em espécie introduzidos para atividades econômicas. Os novos regulamentos exigiam que todo capital estrangeiro que entrasse no país fosse registrado na SUMOC, assim como toda repatriação de capital e remessa de lucros, dividendos, juros, amortizações, *royalties* e pagamentos por assistência técnica. O registro do capital devia ser feito em moeda corrente do país de origem. Qualquer depósito no exterior devia ser declarado sob pena de ser considerado ilegal, com processo criminal instaurado imediatamente contra as partes inadimplentes. Foi outorgado à SUMOC o poder de controlar as operações cambiais externas. Bancos pertencentes a nações que impunham restrições a bancos brasileiros não podiam deter mais de 30% das ações com direito a voto dos bancos nacionais. A remessa anual de lucros não podia exceder a 10% dos investimentos líquidos registrados. A re-

messa que ultrapassasse essa percentagem seria considerada repatriação de capital, num máximo permitido de 20% anuais. Lucros acima desse limite seriam considerados capital suplementar e não poderiam ser remetidos, devendo ser reinvestidos no Brasil.

As limitações das remessas de *royalties* forçaram as companhias multinacionais a fazer exatamente o que haviam evitado durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, ou seja, investir capital no país pelo fato de terem de reinvestir seus próprios lucros.[34] A administração de João Goulart tentou também conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil, assim como rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais. Na frente trabalhista, ela tentou reajustar os salários mínimos, reajustar o poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados, estabelecendo uma política de controle de preços e supervisionar a distribuição dos bens básicos de consumo. Foi decretado também o primeiro e tímido estágio da Reforma Agrária. Essa reforma visou a desapropriação, com compensação prévia e efetiva, de áreas não cultivadas localizadas a curta distância de ferrovias e rodovias. O governo objetivou também controlar e limitar o redesconto bancário, junto a outras medidas para combater a especulação financeira; quanto à dívida externa o governo objetivou reescalonar o seu pagamento renegociado com os países credores. Tais medidas forçaram a comunidade financeira dos Estados Unidos a aceitar as mesmas condições que os credores europeus. Além disso, o governo de João Goulart, seguindo as diretrizes iniciais de Jânio Quadros, fixou uma linha política independente para o Brasil dentro da Organização dos Estados Americanos, das Nações Unidas e outros organismos internacionais.[35] Finalmente, João Goulart propôs uma reestruturação do sistema tributário baseado na taxação da renda, uma reforma eleitoral dando a analfabetos e soldados o direito a voto e concedendo novamente a sargentos a elegibilidade ao legislativo, bem como uma reforma do sistema educacional estendendo seus benefícios às classes populares. Em outras palavras, seu programa era sem dúvida reformista, favorecendo a participação popular.

3. A crise político-econômica do populismo

A industrialização capitalista, que fora financiada pelas políticas inter-relacionadas de associação a capital estrangeiro[36] e de aumento constante da exploração da força de trabalho, viu-se imediatamente ameaçada pelo Executivo nacional-reformista e seu programa de desenvolvimento.[37] Ademais, a política de expansão que havia impelido o crescimento econômico em fins da década de cinqüenta começou a titubear em princípios da década de sessenta no marco de uma capacidade extrativa decrescente. Ao mesmo tempo, a inflação, que havia sido mecanismo importante para a industrialização, achava-se fora de controle. Em uma espiral de preços que subiam, de inflação e de demandas salariais crescentes, o que estimulou a especulação e investimentos a curto prazo em busca de altos e imediatos retornos, o planejamento relevante a médio prazo e a eficiência administrativa foram prejudicados. E mais, a inflação teve um duplo efeito negativo na renda das classes médias. A inflação diminuiu sua capacidade de consumir bens duráveis, afetando principalmente os interesses multinacionais e associados que operavam nesse setor. A inflação prejudicou também o potencial de poupança

das classes médias, afetando recursos que esperava-se fossem captados por intermédio de bancos privados e agências estatais para o financiamento da industrialização privada.

A forma existente de acumulação, que gerou extrema concentração de riqueza, baixa capacidade de emprego e baixos salários, estabeleceu então pontos de estrangulamento sócio-econômicos regionais. Esses fatores resultariam em uma instabilidade política que reforçaria a atitude cautelosa da classe empresarial quanto a investimentos extraordinários ou à expansão de seus negócios. Essa instabilidade reforçou também entre as classes empresariais a sensação de que acordos civil-institucionais eram insuficientes e incapazes de conter o nível crescente de luta de classe. Além disso, os fortes golpes desferidos pelo governo contra os privilégios do capital estrangeiro contribuíam para uma redução do já baixo investimento multinacional e para uma atitude apreensiva por parte do grande capital.[38] A situação agravou-se para o bloco multinacional e associado quando o governo começou a se preocupar em melhorar as condições de vida das camadas populares, bem como em implementar uma distribuição mais eqüitativa dos níveis crescentes de produtividade resultantes das mudanças tecnológicas do final da década de cinqüenta. Tentou-se uma distribuição de renda através de aumentos salariais e, indiretamente, através da alocação de uma parte maior dos recursos públicos para a educação gratuita, para os serviços de assistência médica gratuita, para a habitação e transporte público. O governo implementou também uma política de controle de preços sobre bens de consumo, ao mesmo tempo que tentava controlar os lucros desmedidos das companhias multinacionais em áreas vitais como a de produtos farmacêuticos. Agindo contrariamente às diretrizes anteriores de industrialização, que beneficiava a expansão de corporações multinacionais fornecedoras de um reduzido mercado de alto poder aquisitivo, o governo nacional-reformista objetivou redirecionar o tipo de produção, principalmente produtos alimentícios, vestuário e aparelhos eletrodomésticos básicos. Conseqüentemente, as indústrias de porte médio e os setores agrários, que produziam bens básicos de consumo para um grande mercado de baixa renda, foram estimulados. Parecia aos interesses multinacionais e à classe média alta que a fase política e econômica "fácil" do chamado processo de substituição de importações havia esgotado tanto as suas possibilidades sócio-econômicas quanto as político-civis. Em decorrência, a economia brasileira estava-se tornando o que foi chamado por analistas de direita um "sistema político pretoriano" e uma economia de "recursos escassos", um eufemismo para as condições políticas e econômicas adversas aos interesses multinacional-associados e às demandas das classes médias.[39]

A relativa desaceleração do acentuado aquecimento econômico do período de Juscelino Kubitschek evidenciou-se por intermédio de vários fatores, como a redução de investimentos em setores de proa (bens duráveis de consumo), a diminuição na demanda de bens intermediários e de capital, o enfraquecimento de investimentos públicos nos setores multinacionais e a desagregação do ciclo de demanda interindustrial.[40]

As empresas estatais responsáveis pela produção e administração de setores de infra-estrutura, como petróleo, aço, eletricidade, portos, transporte e construção, foram as primeiras a decair. Assim, a "ineficiência" do Estado como empresário e empreiteiro tornou-se nítida a seus oponentes. Foi também no setor público que muitas greves foram feitas e onde algumas das demandas políticas melhor articuladas vieram à tona. Iniciou-se uma espiral viciosa de greves das

classes trabalhadoras e de descontentamento das classes médias. Ao diminuir "o ritmo de desenvolvimento", tanto as classes trabalhadoras quanto o governo viram-se sob um forte ataque da mídia e da opinião pública definida a partir dos interesses das classes médias, ataque este habilmente regido pelas classes dominantes. Ideologicamente, as alternativas delineavam-se claramente para o bloco popular e também para as classes dominantes: o estatismo nacional-reformista ou o capital oligopolista multinacional-associado. A estrutura sócio-econômica e sua administração populista e o Executivo nacional-reformista foram considerados fenômenos equivalentes ou interligados e condenados publicamente pelo bloco de poder multinacional e associado. Diretrizes políticas redistributivas foram rotuladas de "românticas", enquanto que a nacionalização, as medidas estatizantes e a produção socialmente orientada foram taxadas de ineficientes.

O grande capital exigiu a "estabilização" da economia, compreendendo principalmente um controle rígido de salários, medidas para diminuir a inflação e cortes nas despesas públicas para serviços sociais. O grande capital requereu também a reorientação de diretrizes econômicas favorecendo uma concentração de renda. Essas medidas favoreciam o crescimento das classes médias como uma faixa consumidora no ciclo de demanda interindustrial, ao invés de melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras. Tencionou-se criar um dinâmico mercado de capitais, possibilitando as companhias multinacionais a penetrar nas carteiras de ações de companhias locais e a começar um novo estágio no processo de absorção sob a denominação eufemística de "democratização do capital". A bolsa de valores tornar-se-ia também um meio eficiente de se conseguir recursos das classes médias, que deveriam ser estimuladas a investir suas poupanças através de mecanismos instituídos pelo governo. As indústrias de porte médio, favorecidas pelo governo de João Goulart, seriam excluídas em nome dos padrões enunciados por tecno-empresários de "eficiência" do grande capital que condenavam não somente as empresas menores como também o seu mercado de consumo específico. Uma arrecadação compulsória sobre a renda das classes trabalhadoras por meio das agências estatais seria também usada como fonte de acumulação de recursos para a capitalização privada.

A industrialização capitalista, do ponto de vista dos interesses multinacionais e associados, só poderia prosperar sob a bandeira de uma ordem administrativa de inspiração empresarial e de segurança política. Para as classes dominantes e seus intelectuais orgânicos, a luta de classe dentro de um sistema de formulação de diretrizes políticas e tomada de decisão internacionalizadas deveria ser circunscrita a limites nacionais seguros.[41]

Linhas conhecidas de argumentação enfatizaram a "crise econômica" do período e a "exaustão" do estágio de substituição de importações da industrialização. É interessante observar que, além desses argumentos, as classes dominantes perceberam a atuação de outros fenômenos sociais. Isso foi evidenciado por Roberto Campos. Em uma análise preparada para a reunião ministerial de 4 de junho de 1964, ele explicou que, "em particular, a paralisação do desenvolvimento em 1963 foi conseqüência de fatores climáticos e sócio-políticos".[42] Entre os fatores político-institucionais, Roberto Campos apontou os seguintes:

a) "a tensão política constante criada pela desarmonia entre o Executivo Federal de um lado e o Congresso Nacional e governos estaduais de outro, que levantaram suspeitas quanto às intenções continuístas do presidente João Goulart;

b) a tendência estatizante que ameaçava investidores privados;

c) a infiltração comunista que ameaçava subverter a ordem social e econômica e

d) a paralisação sucessiva da produção pelos líderes grevistas, freqüentemente com objetivos políticos claros".[43]

Era óbvio que, em meio a tais condições políticas, seria muito difícil assegurar um planejamento econômico válido, bem como acuradas projeções da produção, e empregar a capacidade de acumulação e arbitragem do Estado em favor da comunidade empresarial.[44] Uma outra fase da "substituição de importações" estava em perspectiva. Com ela vieram as pressões para se substituir o governo por um regime capaz de impor um consenso entre o capital e obter o consentimento dos trabalhadores.[45]

O significado das reformas econômicas, sociais e políticas empreendidas pelo bloco de poder de João Goulart foi, primeiramente, indicar que o presidente e seu Executivo estavam, objetivamente, desvencilhando-se do passado populista que reconciliara as várias frações das classes dominantes e manipulara as classes trabalhadoras. Havia um posicionamento claro contra várias frações e setores das classes dominantes em favor da participação dos trabalhadores industriais urbanos, bem como em favor da mobilização das massas rurais. Em segundo lugar, o Brasil estava-se afastando da esfera de influência do capital transnacional em decorrência das medidas internas de controle das operações das corporações multinacionais e de uma política externa que se afastava do alinhamento hemisférico automático, mais ainda do que no governo de Jânio Quadros. Em terceiro lugar, houve um efeito digno de menção. O bloco de poder de João Goulart tentou moldar um Estado que desempenhasse não somente um papel nacionalista, papel este que o Estado havia representado durante os governos anteriores em dissonância com seu caráter real, mas também funções distributivas e desenvolvimentistas. Exatamente nas circunstâncias em que o aparelho estatal tinha de provar a realidade de sua suposta autonomia relativa, o que se revelou, no entanto, foi uma inerente e encoberta sujeição ao capital, contra os trabalhadores. O caráter de classe do Estado, em contraposição às concretas diretrizes nacional-reformistas do governo, não podia mais ser dissimulado. Suas funções políticas e econômicas ficaram a descoberto perante amplos setores do público. Ao forçar as instituições políticas, militares e burocráticas do Estado a se alinharem com uma parte das forças sociais conflitantes, a verdadeira natureza das relações sociais no interior da forma de domínio populista ia tornando-se aparente. As relações de classe perdiam o seu caráter não-político.[46] Após o marcado período de atritos do Estado Novo, iniciava-se o primeiro confronto bem definido entre as classes trabalhadoras e o aparelho político das classes dominantes.

A mobilização popular autônoma começou a exercer pressão sobre as estruturas ideológicas dominantes, revelando a crescente defasagem entre o discurso nacionalista-reformista e sua internalização pelas classes trabalhadoras,[47] elevando o nível da luta de classe.[48] Com a ruptura da forma populista de domínio,[49] o bloco oligárquico-industrial compreendeu que estava perdendo politicamente o que já havia perdido economicamente, isto é, a liderança dos acontecimentos. A insatisfação se espalhou no interior do bloco oligárquico-industrial, alienando o apoio empresarial e político-militar que havia sido dado a João Goulart, debilitando assim suas bases de poder. O resultado desse processo foi que o aspecto de insu-

laridade do Executivo viu-se reforçado, deixando-o dependente dos trabalhadores mobilizados, que permaneceram a única e incerta "massa de manobra" política do governo. A percepção da possibilidade de um Executivo relativamente autônomo que fosse capaz de reunir sob seu comando as classes subordinadas ou, pior ainda, que fosse influenciado por elas, propiciou uma reação política do conjunto da classe dominante.

4. A percepção da crise de autoridade

O exercício "normal" do domínio político na fase "clássica" do regime populista, de 1945 a 1960, caracterizou-se por uma combinação de pluralismo e limitação, força e autoridade, coerção e consentimento. Esses elementos se equilibraram de várias formas durante as sucessivas presidências, sem que a força substituísse o consenso, como viria a acontecer no regime autoritário militar pós-1964.[50] Porém, até o início da década de sessenta não houve nem um consentimento hegemônico nem um pluralismo democrático, já que as classes dominantes proscreveram o Partido Comunista, intervieram e expurgaram os sindicatos, deixando ainda mais de 50% do eleitorado privado do direito de sufrágio em decorrência do seu analfabetismo. Apesar dessas limitações políticas, o populismo foi incrementado de tal forma que a força das classes dominantes parecia em geral apoiada pelo consenso da maioria do público com direito a expressão e voto. Partidos de centro-direita foram capazes, por certo tempo, de expressar demandas populares, enquanto o PTB apresentava algumas das reivindicações do povo.

Entre o consenso e a força encontravam-se formas políticas corruptas e fraudulentas: o peleguismo, o coronelismo, o paternalismo, clientelismo, protecionismo e o apadrinhamento.[51] Essas relações políticas de domínio foram instrumentais no rápido processo de industrialização de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, período no qual o exercício da hegemonia foi difícil. Medidas restritivas e coercitivas achavam-se na base do que era de fato um regime político autoritário, apesar de ser liderado por civis, e que usava a força cautelosamente. Essas formas cartoriais e patrimoniais de domínio expressavam as tentativas do bloco de poder dominante de desarticular as forças sociais antagônicas por intermédio da absorção de seus líderes e da desagregação de suas bases populares, deixando os líderes alienados da sociedade e as bases populares sem orientação.

Como já foi visto anteriormente, durante o período janista-janguista intensificaram-se as clivagens sócio-econômicas e políticas no interior das classes dominantes. A articulação de interesses dessas classes fragmentou-se e o exercício da hegemonia tornou-se difícil, senão impossível, em termos empresariais. As dificuldades foram traduzidas pela crise de autoridade e dissolução do regime presidencial, pela crise de insubordinação populista e pela ascensão das "massas para si".[52] Mas, até João Goulart assumir a presidência, foram percebidas somente manifestações "teatrais" do fenômeno.

O significado e extensão da crise de autoridade e a desintegração dos canais institucionais e ideológicos de controle, bem como a incapacidade do sistema partidário existente de desviar o descontentamento popular não passavam despercebidos aos intelectuais orgânicos modernizante-conservadores. Baseando-se em uma das pesquisas mais abrangentes da sociedade brasileira e seu processo eleitoral

correlato, bem como em uma minuciosa análise das eleições nacionais de 1960, usando dados comparativos de eleições anteriores, Paulo de Assis Ribeiro, do escritório técnico CBP, e uma competente equipe de especialistas, observou que os pré-requisitos funcionais dos partidos políticos deixavam de ser satisfeitos cada vez mais ampla e freqüentemente, que normas sociais enfraqueciam-se e que idéias políticas já há muito consolidadas achavam-se ameaçadas.[53] A relevância desse estudo foi que ele expressou a consciência coletiva do bloco de poder multinacional e associado quanto à situação crítica do início da década de sessenta. Esse estudo não foi uma análise *ex-post facto*. Ao contrário, ele foi elaborado como sinal de alarme indicando às classes dominantes que o sistema eleitoral e institucional achava-se, a médio prazo, bloqueado para seus interesses.

Tal estudo sobre o comportamento dos partidos, alianças partidárias e sobre a composição das chapas eleitorais revelou claramente aos intelectuais orgânicos modernizante-conservadores que o número de partidos registrados nas eleições de 1962 (13 partidos "nacionais"), por eles considerado excessivo, anulava a sua função de reunir o povo ao redor de uma nomeação, programa ou doutrina. Os partidos de centro e de centro-direita, que haviam até então proporcionado ao bloco de poder oligárquico-industrial uma articulação semicompetitiva de interesses e uma agregação de pressões, falhavam naquilo que Roberto Campos havia considerado como característica principal de uma associação política: "unir aspirações, formar lealdades ao sistema, disciplinar o protesto e regularizar a transferência de liderança".[54] A insuficiência do sistema partidário foi marcada por sua composição setorial e faccionária com as alianças de somenos importância e conflitos internos bizantinos que impossibilitavam qualquer ação norteada por uma visão global e a longo prazo.[55] Algumas vezes, o que havia sido coordenado a nível nacional mostrava-se conflitante em âmbito local.[56] Segundo o estudo de Assis Ribeiro, que enfocou singularmente os partidos de centro-direita, não se exigia a coerência de doutrina entre o candidato e o partido. Após sua escolha, o candidato considerava-se livre de qualquer promessa prévia, tanto em relação ao partido quanto ao eleitorado que o havia escolhido. Os mandatos eram considerados patrimônio pessoal. Alianças entre figuras importantes ou facções dentro dos partidos não se formavam em decorrência de afinidades ideológicas. O motivo que determinava alinhamentos partidários, alianças faccionárias e acordos de grupos era de ordem pessoal ou baseava-se em cálculos contingentes de natureza oportunista. Os candidatos de certos partidos pertenciam a diretorias distritais e mesmo regionais de outro partido. Em eleições importantes, os candidatos praticamente não se relacionavam com o partido sob cuja legenda haviam feito sua própria campanha. Os candidatos eram escolhidos e apoiados por uma variedade de alinhamentos, cuja composição ligava-se à área estadual que eles formalmente representavam (e que anulava efetivamente seu caráter nacional). Isso levava a uma enorme confusão na propaganda eleitoral, assim como a contradições entre os níveis municipais ou estaduais de representação e o nível federal.[57] Isso significava ao mesmo tempo uma perda de expressão política em termos de partidos, uma falta de programas partidários em âmbito nacional e uma falta de formulação de diretrizes políticas a longo prazo; pelo contrário, o que se viu foram conflitos regionais de poder que se expressavam em alinhamentos instrumentais de curto alcance. Além disso, o estudo de Assis Ribeiro mostrou que a prática vigente de alinhamentos corrompia o sentido de todo e qualquer programa partidário e, com excessão do PSD, UDN e PTB, negava a dimensão nacional de outros partidos.[58]

Outro ponto significativo para o bloco multinacional e associado para o qual o estudo de Paulo de Assis Ribeiro chamou a atenção foi o fato de que mesmo havendo crescimento acentuado do poder econômico das regiões do sul do país, os centros financeiro-industriais urbanos permaneceram com uma representação não consoante com o seu poderio.[59] Estabelecendo suas premissas em uma espécie de "*raison d'économie*", a equipe de Assis Ribeiro concluiu, ao examinar as áreas de concentração ao redor do Rio e São Paulo, que a população responsável por mais de 2/3 da renda nacional não possuía poder político para escolher 1/3 dos representantes, ao passo que cerca de 12% da população brasileira, responsável por aproximadamente 40% do produto interno, não se achava representada nem por 10% do Congresso.[60] Em contraposição ao domínio econômico do grande capital, os interesses industriais locais de porte médio e os setores agrários controlavam uma parcela menor da economia em relação à época do Estado Novo, enquanto acumulavam uma maior liderança política, em notável assimetria com sua base econômica.[61] Os interesses oligárquico-industriais economicamente subalternos conduziam o país, ao passo que o capital transnacional tentava traçar o curso da economia (em 1963, São Paulo, centro dos grupos oligopolistas financeiro-industriais, produziu 57,2% do ingresso da renda industrial da federação). Tal sub-representação política dos interesses multinacionais e associados, bem como sua incapacidade de direcionar o sistema político e de modelar, sem que fosse questionado, o curso de desenvolvimento contribuíram para impelir uma ação extrapartidária do bloco multinacional e associado.

O estudo de Assis Ribeiro mostrou também a existência de um processo de "pulverização de partidos" que, juntamente com candidatos que se afastavam dos programas de seus partidos e a subseqüente necessidade forçada de se formarem alianças de conveniência e alinhamentos a curto prazo,[62] levavam à formação de conglomerados políticos heterogêneos e instáveis. Nesses conglomerados prevaleceu a linguagem crua das cifras esvaziando assim as tradicionais conversações e conchavos de governadores e líderes partidários. Além disso, parecia crítico o fato de que, junto a esse processo de decomposição partidária de centro-direita, houvesse um crescimento consistente do PTB em detrimento do PSD e da UDN, polarizando opiniões políticas pela introdução de questões ideológicas, ao invés de assuntos meramente convenientes à sobrevivência política do partido e seu candidato.[63]

O estudo de Assis Ribeiro chamou a atenção para a tendência existente entre o eleitorado de afastar-se do espectro político. O declínio e a insuficiência dos partidos tradicionais como mecanismos de controle social e mobilização dirigida tornavam-se evidentes.[64] Essa tendência foi confirmada por uma análise da percentagem de votos obtidos pelos partidos majoritários em três eleições para o Congresso, o que é ilustrado na Tabela 10.

Assim, os três maiores partidos, que haviam obtido em 1945 78,7% dos votos, receberam, dezessete anos mais tarde, somente 38,9% deles, enquanto alianças partidárias obtinham 41%. Por outro lado, o número de votos em branco subiu de 468.000 (4,8%) em 1954 para 2.149.111 (15%) em 1962.[65]

Ainda segundo o estudo, a fragmentação ideológica partidária foi também salientada pela divisão interna dos partidos de centro-direita, representando um esforço frustrado de "adaptar tais partidos ou certos grupos dentro deles a novas demandas do eleitorado".[66]

Tabela 10

	% de votos obtidos pelo PSD	% de votos obtidos pela UDN	% de votos obtidos pelo PTB
1945	42,3	26,3	10,1
1954	22,0	13,6	14,9
1962	15,6	11,2	12,1

Outra questão importante levantada no estudo foi que o complexo de variáveis pesquisado apontava para uma oscilação relevante nos padrões de voto do eleitorado em direção ao PTB, num primeiro estágio.[67] Num segundo estágio observa-se um movimento do eleitorado para outras formações políticas com uma definição mais nítida em direção à esquerda. Para esse eleitorado, os canais naturais eram a recém-formada Frente Parlamentar Nacionalista[68] e o ainda ilegal Partido Comunista.[69] O estudo mostrou ainda que as organizações políticas com tendências nacional-reformistas causavam marcante impressão no eleitorado, com uma polarização concomitante da política, levando à formação de amplas frentes parlamentares que rapidamente aumentavam seu prestígio e importância. Dois blocos interpartidários surgiram: a Frente Parlamentar Nacionalista — FPN, e a Ação Democrática Parlamentar — ADP.[70] A formação desses conglomerados de representantes de vários partidos era um indício do enfraquecimento ideológico de alguns deles e concomitantemente uma redistribuição e reorientação político-ideológicas de importantes figuras públicas e grupos. A formação dessas duas frentes revelou não somente o declínio do alinhamento PSD/PTB (e o pacto de domínio do qual faziam parte), mas também o eclipse da oposição udenista e a impossibilidade de uma aliança PSD/UDN ser bem sucedida por si própria.

O que parecia ainda perturbador à oligarquia rural, aos empreendimentos agro-exportadores e aos interesses multinacionais e associados era a capacidade demonstrada pelo bloco nacional-reformista de alcançar formações mais complexas, politizadas e definidas ideologicamente sofrendo um ataque da direita em escala nacional, confirmando assim as tendências expostas no estudo de Assis Ribeiro. A Frente de Mobilização Popular — FMP foi estabelecida como um bloco extraparlamentar organizado a nível nacional, dirigida contra o abuso econômico transnacional, as restritivas estruturas oligárquicas rurais e a organização administrativa, cultural e social populista. A FMP, embora pareça paradoxal, baseou sua ação em alguns dos tradicionais mecanismos de autoridade, tais como as arraigadas lealdades locais e regionais e a política personalizada. A intensidade do impacto da FMP decorria da sua composição como o mais amplo leque nacional de forças políticas de orientação popular atingidas até então. A FMP incluía a Frente Parlamentar Nacionalista, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, o Comando Geral dos Trabalhadores — CGT, o Pacto de União e a Ação Sindical — PUA, a União Nacional dos Estudantes — UNE, a Ação Popular — AP, de orientação

católica, tendo ainda o apoio de oficiais militares nacional-reformistas e do ilegal Partido Comunista.[71] Para as forças dominantes tornar-se-ia imperativo bloquear a consolidação da FMP.

Outra observação significativa do estudo de Assis Ribeiro referia-se a uma consistente perda de controle sobre o voto rural, minando assim o baluarte pessedista.[72] Demonstrou também que um voto potencial dos analfabetos tenderia firmemente para a esquerda, observando que a concessão do direito de voto aos analfabetos representava uma séria ameaça aos partidos do centro.[73] O estudo assinalou que os analfabetos ou pessoas recém-alfabetizadas votariam com a esquerda, reforçando a tendência geral do eleitorado de se afastar dos grandes partidos de centro. Ficou claro que a possibilidade de uma rápida alfabetização de um grande número de pessoas, apesar de ser um fato discutível do ponto de vista de planejamento educacional permanente, poderia ter conseqüências políticas imediatas. O estudo observou também que se o método Paulo Freire fosse adotado em larga escala no nordeste, o aumento na percentagem de eleitores politizados, apesar de superficialmente alfabetizados, perturbaria seriamente as relações partidárias existentes.[74]

As conclusões políticas globais a serem extraídas do exaustivo estudo de Assis Ribeiro eram bem óbvias. O sistema político imperante e as classes dominantes em seu conjunto enfrentavam uma crise básica. As classes subordinadas conseguiam flanquear a estrutura autoritário-corporativista.[75] Mas em razão da natureza de suas atividades, expressadas antes de mais nada em termos sindicalistas, as classes subordinadas não foram capazes de fomentar uma crise orgânica das estruturas de domínio.[76] Contudo, foi justamente essa irrupção de atividade política no interior das classes subordinadas que impeliu o embaixador Lincoln Gordon a denunciar a "agressão interna" de "maiorias organizadas" em sua palestra na ESG em 1962: "Não existem provas em todas as partes de uma sistemática infiltração comunista nas universidades e nos grupos estudantis, nos sindicatos e nos meios de comunicação, no serviço público e nos partidos políticos?"[77]

A fragilidade política e ideológica da sociedade civil oligárquico-industrial populista[78] parecia tão intensa que as classes dominantes atribuíram, ao que era relativamente um baixo grau de participação e mobilização política,[79] um sério potencial de ameaça, suficientemente severo para reunir a burguesia numa ação agressiva, ou no que foi por elas qualificado de golpe defensivo. Esse sentimento de insegurança das classes dominantes foi externado por José Ulpiano de Almeida Prado, membro da grande burguesia agroindustrial integrante do Conselho de Associações Comerciais do Estado de São Paulo e militante representativo dos intelectuais modernizante-conservadores em sua campanha contra o governo de João Goulart. Almeida Prado preveniu que "o Brasil está atravessando um momento de profunda gravidade, no qual a aceleração de seu desenvolvimento econômico está sendo travada por poderosas forças de desorganização".[80]

A mobilização de massa era basicamente "inorgânica". No entanto, a passagem do anonimato para a identidade, do estágio econômico corporativo para um estado de consciência política de classe, embora mediado por pelegos e somente em forma incipiente através dos intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras, já apresentava os "problemas do papel do sindicato perante o Estado e o Partido, os problemas da relação entre o sindicalismo e a sociedade política".[81] Ademais, os novos níveis de mobilização popular coincidiram com a falta de consenso no seio das classes dominantes, onde o bloco multinacional-associado agia politi-

camente contra as classes governamentais tradicionais para destituí-las de seu poder de Estado.[82] Esse ataque bifrontal[83] contra a estrutura política e sócio-econômica populista favoreceu a insularidade em expansão do Executivo petebista-reformista, uma autonomia que as classes dominantes brasileiras nunca haviam permitido antes e não permitiriam novamente nesse específico momento histórico.[84]

O que estava se tornando a questão política crucial era o fato de que o populismo era transformado em meio a essa luta de classe, passando de uma forma de manipulação (articulação de consentimento) para uma forma de participação (expressão de demandas), para a qual os novos centros de ação política, além dos partidos tradicionais, podiam apelar.[85] Ademais, foi através da própria estrutura política e do tegumento social-populista que as forças sociais trabalhadoras urbanas lutaram para se tornar uma classe política. Foi no curso desse processo que vieram à tona os limites históricos e deficiências políticas, ou as posições necessariamente "economicistas"[86] das classes trabalhadoras e sua liderança estabelecida. Foi somente quando o populismo se tornou uma forma de participação que deflagrou a crise. Tal ocorria à medida que o populismo perdia uma parte substancial de seu caráter manipulador e os políticos tradicionais perdiam o controle dos sentimentos populares. As premissas ideológicas do pacto de domínio que assumiam o povo como ator central começavam a ser cobradas politicamente e o discurso ideológico dominante começava a ser implementado pela *práxis* política das classes subordinadas. Tal ruptura político-ideológica continha em si a ameaça de subversão denunciada pelo conjunto das classes dominantes e suas camadas auxiliares. A esses acontecimentos relacionava-se a denúncia da "irresponsabilidade" de João Goulart. Ele, o grande proprietário de terra e político formado dentro da tradição populista, foi condenado pela burguesia como traidor de sua classe.

Iniciou-se um amplo *ataque ao populismo*. O crescente descontentamento político quanto às condições sócio-econômicas das classes trabalhadoras, bem como as novas demandas do grande capital, forçaram-nas à ação política, exacerbando a luta de classe e, por sua vez, tornando-se um importante fator na "recessão" de 1963.[87] A luta que se desencadeou foi travada a nível das relações de produção da base industrial urbana e dos serviços públicos, repercutindo na estrutura das relações sociais de domínio. As massas trabalhadoras urbanas denunciaram o pacto populista; elas não participavam dos lucros que advinham do aumento de produtividade[88] e sentiam também a deterioração de seu nível anterior de participação na renda nacional global.[89] O efeito de tal deterioração havia sido obscurecido pela intensa migração da massa rural para áreas de trabalho e para ocupações urbanas que proporcionassem uma melhoria relativa em suas condições de vida.[90] O aumento da taxa de exploração só foi detido quando os trabalhadores começaram a se valer de seu poder político.[91] As lutas reivindicatórias unificaram as classes trabalhadoras. Empregados públicos e privados e trabalhadores rurais uniram suas demandas às dos trabalhadores industriais.

A pequena e média burguesia condenava o pacto social populista por ter-se "esgotado" e por seu clima de desorganização. A burguesia profissional, os quadros médio e superior das Forças Armadas e a tecnoburocracia condenavam-no em decorrência de uma relativa depreciação em seus salários e uma crescente insegurança em seu status,[92] que eles consideravam ameaçado pelo crescente movimento de massa e a incipiente agitação nos baixos escalões de suas respectivas hierarquias. Uma grande parte dessa agitação era fomentada por agentes provocadores de direita, agindo com o intuito de causar um confronto decisivo

entre o governo e as forças populares.[93] A oligarquia rural temia uma mobilização das massas camponesas e se sentia aterrorizada pelo fantasma da reforma agrária; a burguesia agrária registrava o impacto das pressões sobre o comércio e temia que seus rendimentos fossem utilizados como subsídios para a industrialização local que necessitava de capital. A burguesia financeiro-industrial sentia a ameaça lançada pelas classes trabalhadoras, cada vez mais inquietas e organizadas, a seus entrincheirados privilégios.[94] As várias frações e setores das classes dominantes moveram-se em direção a uma reconciliação política quanto a suas demandas conflitantes, reagindo firmemente e de forma unificada à "emergência da sociedade de massa", o que a totalidade das classes dominantes percebia como sendo a erosão da ordem capitalista.[95] Os políticos não chegaram a rejeitar as regras do pacto populista que proporcionava o terreno no qual eles existiam, mas condenavam o governo por ter inutilizado a ação política de rotinização e conciliação dos partidos ao permitir que as classes trabalhadoras fossem mobilizadas além de seus meios tradicionais de controle. A radicalização da crise, isto é, sua transformação em uma crise de domínio, provocou significativas mudanças no universo ideológico das Forças Armadas em direção a uma atitude intervencionista respondendo a disposições constitucionais e, conseqüentemente, dentro do que era considerado um marco "legal". O abandono de posições leais ao governo e ao próprio presidente por parte dos oficiais militares, bem como a generalização da atitude intervencionista[96] dentro dos altos e médios escalões, dependiam de vários fatores. A intervenção militar dependia do grau de manipulação e controle que os oficiais exerciam sobre os escalões inferiores e sua capacidade de manter uma unidade político-operacional quando em ação. A maior parte dos militares das Forças Armadas, que anteriormente só contemplava a disputa político-ideológica entre as facções nacional-reformista e desenvolvimentista-associada, agora procurava ativamente ou em sua maioria aprovava a formação de um Estado Maior antipopulista, a partir do momento em que suas prerrogativas e seus valores organizacionais eram atacados. O estímulo imediato para a ação veio de sua percepção do nível de "deterioração" corporativa e organizacional e de um declínio em seu próprio padrão de vida material. A intervenção militar foi descrita, conduzida e percebida como uma "ação salvacionista" legitimada pela doutrina de segurança nacional disseminada em grande parte pela ESG.[97] E mais ainda, uma grande parcela dos militares sentia que o governo deixara de se comportar adequadamente, em termos constitucionais,[98] justificando sua própria intervenção como sendo "dentro dos limites da lei".

Com a desagregação política do bloco histórico populista, outro problema significativo apareceu: a convergência de classe que havia controlado o Estado e dominado a sociedade teve de reconhecer a sua perda de poder, ou ser convencida de que não mais possuía o controle. Classes, frações e blocos não conseguem ser homogêneos por um tempo indefinido e sua queda constitui mais do que um problema de "decadência política". O estabelecimento de um novo bloco de poder multinacional dentro do Estado não foi um fenômeno mecânico. Não foi também uma mera "reflexão" de uma situação econômica, mas uma verdadeira iniciativa de classe.[99] O golpe final contra o populismo foi descarregado por uma política de desestabilização, pela ação em grande parte encoberta da burguesia contra o Executivo e contra as organizadas classes subordinadas. A ação deliberada da burguesia envolvia a resolução de uma dualidade problemática: a constituição de um novo sistema hegemônico ou dominante (um Estado em formação),

inicialmente capaz de liderar economicamente, mas não de governar, juntamente com a eclosão de uma crise de domínio político, desdobrando-se assim uma situação favorável para a afirmação política de novas forças sociais. O bloco de poder multinacional-associado emergente afirmar-se-ia, inicialmente, criticando "cientificamente" as diretrizes políticas do bloco histórico populista e envolvendo a opinião pública em uma cruzada contra o "caos e estagnação, corrupção e subversão".[100]

A vanguarda da poderosa coalizão burguesa antipopulista e antipopular, localizada nos vários escritórios de consultoria, anéis burocrático-empresariais, associações de classe dominantes e militares ideologicamente congruentes, beneficiando-se do apoio logístico das forças transnacionais, transformou-se num centro estratégico de ação política, o complexo IPES/IBAD. Juntamente com fundadores e diplomados da ESG, ele estabeleceu a "crítica das armas",[101] representando o momento político-militar da ação burguesa de classe. As classes capitalistas se "unificariam" sob uma única liderança — o complexo IPES/IBAD — no Estado Maior da burguesia, como também agiriam sob a bandeira de um único partido de ordem, as Forças Armadas. A crise de autoridade orgânica e de hegemonia política seria resolvida por um golpe preventivo empresarial-militar, que visava, nas palavras de um dos líderes, "a golpear o dispositivo adverso antes de seu desembarque".[102]

Quando a intervenção militar se efetivou, em resposta à incapacidade civil de resolver a crise que destruía o regime político tal como havia sido definido pela constituição de 1946, o que aparentemente se deu foi um momento histórico de Bonapartismo clássico. Mas seria somente um momento, e como tal enganador, no desdobrar de um processo determinado pela disposição das forças políticas em seu conjunto. As forças que impeliram o que inicialmente parecia ser uma ação Bonapartista eram muito mais complexas e consolidadas do que era aparente de imediato e sua razão de ser ia bem mais além dos chamados modelos novos de organização militar e mobilização ideológica, ou do folclore de manobras políticas de elementos civis de importância competindo pela presidência. O fato de muitos civis e militares considerarem o golpe apenas como uma efêmera intervenção das Forças Armadas nas atividades do governo e não como a tomada política da máquina do Estado assinalava a extraordinária capacidade do bloco multinacional e associado de articular frações e facções variadas acima de suas diferenças específicas, bem como acima e além de sua própria compreensão do processo.[103] A intervenção militar assumia sua função ideológica de arbitragem numa sociedade apresentada como "infestada" pelo "caos e a corrupção", de fato escondendo seu duplo significado: um de movimento de classe, estrategicamente preparado e cuidadosamente desenvolvido em direção a uma contenção das forças populares, e o outro de ser uma manobra política de uma fração dominante tentando subjugar as forças sócio-econômicas populistas e seu bloco dominante oligárquico. Por intermédio da intervenção militar, o bloco de poder multinacional-associado emergente elevava o nível e a qualidade da luta de classes, impondo soluções próprias para a crise, controlando a sociedade política e produzindo um realinhamento nas relações de domínio através de uma forma de governo militar autoritária. Ao proteger a burguesia através de sua ação "moderadora", os militares mostraram a sua própria essência: o poder de classe preparado previamente no interior do Estado. O "Bonapartismo constitucional"[104] dava lugar a um "poder dirigente" à paisana.

Conclusão

A interação entre os interesses contraditórios e as demandas simultâneas do capital transnacional e classes trabalhadoras subordinadas produziu o crítico cenário político do início da década de sessenta, levando à perda de coesão do bloco histórico populista.[105] Sua crise se expressava em dois momentos inter-relacionados no encadeamento de grupos sociais dominantes, subalternos e subordinados. O primeiro momento consistia na incapacidade do bloco do poder governante de manter a correlação existente entre as classes dominantes e subordinadas dentro de condições de relativa estabilidade. Não sendo capaz de promover mudança social, isto é, de fixar limites sócio-econômicos e realinhar parâmetros político-ideológicos, o bloco de poder governante permitia que uma crise político-institucional se desenvolvesse, o que afetava a economia brasileira. O segundo momento consistia na incapacidade do bloco populista governante de perpetuar sua posição hegemônica dentro do conjunto das classes dominantes, isto é, os interesses oligárquico-industriais eram incapazes de derrotar ou controlar as tentativas das forças sócio-econômicas multinacionais e associadas de levar a efeito uma rearticulação de poder. Essa situação equivalia a um impasse econômico-produtivo, marcado por uma crise de domínio político.[106] Tal crise se tornou orgânica[107] quando os efeitos de mudanças econômico-produtoras que ocorriam com intensidade crescente a partir de meados da década de cinqüenta foram traduzidos para a política por duas forças sócio-econômicas fundamentais, os interesses multinacional-associados e as classes trabalhadoras que passavam por um processo de intensa politização. Essas mudanças levaram a uma confrontação ideológica e política das classes, tornando-se a crise da forma populista de domínio em princípios da década de sessenta.

A crise de domínio político aconteceu como a combinação de:

a) o ritmo cambiante da luta de classe e os novos níveis da organização política das classes subordinadas. Tais acontecimentos precipitaram uma crise institucional que induziu a formação de uma frente burguesa movendo-se rapidamente e objetivando esvaziar de forma decisiva o incipiente movimento das classes trabalhadoras;

b) o desafio ativo ao sistema e regime político-populistas, ao Executivo nacional-reformista e ao emergente movimento das classes trabalhadoras, desafio este proveniente do bloco de poder multinacional e associado. A crise do domínio político foi então realizada pela ação vigorosa e deliberada do bloco de poder multinacional, da qual nem a estrutura populista governante, nem o Executivo nacional-reformista e nem as classes trabalhadoras puderam defender-se.[108]

A crise do populismo originou-se e desdobrou-se no âmago do conflito de classe e da luta de classe, afetando a integração da sociedade e desafiando a autoridade das classes dominantes em seu conjunto. A incapacidade do regime populista de impor sua direção ideológica (ético-política) era, em última instância, a incapacidade da aliança no poder de superar por si mesma suas próprias contradições exacerbadas. Chegou-se a uma conjuntura histórica onde um conflito triádico tornou-se um conflito diádico. Este conflito triádico compunha-se de:

1) um bloco histórico populista *versus* um bloco de poder multinacional e associado emergente;

2) um bloco histórico populista *versus* classes subordinadas e um bloco popular-trabalhista;

3) um bloco de poder multinacional-associado *versus* classes subordinadas.

O resultante confronto diádico entre a classe dominante como um todo e as classes subordinadas foi entendido como uma confrontação soma-zero entre a elite e a massa, capaz de transbordar os limites sistêmicos precisamente porque as classes dominantes se achavam bifurcadas.[109] As classes política e economicamente dominantes possuíam somente uma aspiração em comum, quase um truísmo, qual seja a de permanecerem dominantes. Confrontadas pela militância das classes trabalhadoras urbanas e rurais, elas se viram nos tentáculos do dilema populista: reforma social ou acumulação privada. A comunidade dos interesses dominantes sentia-se ameaçada pela ação de setores da burguesia industrial que caminhavam em direção a uma reformulação do pacto populista, tendo de enfrentar a crescente autonomia relativa do Executivo nacional-reformista apoiado por seu bloco popular-trabalhista. Incapaz de encontrar expressão administrativa e social adequada para seu crescimento, a burguesia multinacional e associada procurou novas formas de ação política e contenção social. As frações mais esclarecidas da burguesia previram a necessidade de conter tanto o despertar popular quanto o que equivalia a um "familismo imoral" por parte de grupos oligárquicos e o incipiente bloco agroindustrial, considerados grupos de demandas restritas e que egoisticamente desorganizavam a comunidade de interesses da burguesia. Como foi observado pelo líder empresarial Paulo Ayres Filho, "Os capitalistas da América Latina demoraram muito a entender que estavam mortalmente ameaçados em duas frentes. Uma vez que o fizeram, porém, sua reação foi forte e eficaz".[110]

A crise política deu origem a uma crítica sócio-histórica (ação político-ideológica e militar) bem como ao estudo do período, tendo como objeto de análise grupamentos sociais mais amplos do que meras figuras políticas de proa e personalidades públicas. A crise política levou também à compreensão das irredutíveis contradições estruturais do Estado capitalista em sua forma populista pela vanguarda civil e militar do bloco empresarial modernizante-conservador. Isso significava que as ideologias empresariais e a doutrinação política convergiam para o ponto no qual o entendimento das necessidades de mudança seria traduzido em ação política, enquanto que forças políticas tradicionais tentavam ainda sobrepor-se aos conflitos básicos, mantendo-os dentro de certos limites históricos que haviam se esgotado. A cúpula dirigente do bloco histórico populista tentou ultrapassar esses limites, não entendendo que se aproximava dos perímetros políticos do sistema existente ao contrário de recomeçar a agir dentro de áreas aceitas de manobra, confundindo as dores do nascimento do capital monopolista com os derradeiros espasmos do populismo oligárquico-industrial. Assim ela abriu os flancos para a coerente e viável estratégia de domínio político-militar do complexo IPES/IBAD, que, como Estado-Maior da burguesia multinacional-associada desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder.

O complexo IPES/IBAD, assunto dos próximos capítulos, marcou a passagem da supremacia econômica multinacional-associada ao seu posicionamento de força política de liderança. Ele significou também a passagem de antigas tentativas de reforma dentro da lei para um golpe de Estado que mudaria a constituição. Não era somente a expressão organizacional e doutrinária dos intelectuais orgâni-

cos do bloco de poder multinacional-associado, mas sua supremacia política de fato. Essa supremacia ficou aquém de obter o comando político do governo, pois faltava a ela se não o apelo ideológico-prográmatico,[111] pelo menos a estrutura clientelista de apoio popular.

Essa elite, ligada organicamente ao bloco multinacional e associado, acabaria com as incoerências e indecisões do Estado populista, indicando claramente ao capitalismo brasileiro o caminho a seguir, a despeito da oposição da direita e da esquerda dentro de suas próprias fileiras. O empresário do IPES, Antônio Carlos do Amaral Osório, da American Chambers of Commerce sediada no Rio de Janeiro, resumiu a situação ao observar que, "Antes de 31 de março de 1964, as classes empresariais lutavam pela criação de condições indispensáveis ao desenvolvimento econômico, que havia até então dependido de um Estado preso a demagogia e vícios orginários do passado". "Somente uma Revolução poderia enfrentar a tarefa múltipla de modernizar o Estado brasileiro, que envolvia dimensões da mais variada natureza..." [era] "... não somente uma questão de reformular a administração pública, mas..." [era] "... necessário agir em campos de maior profundidade, na realidade aqueles da organização política, modificando aspectos das estruturas econômicas e sociais".[112]

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sobre percepções, consciência subjetiva e expectativas, vide Martin KOLINSKY. *Ideological ambiguities and political movements in western Europe*. Liverpool, 1977. p. 1-4. Mimeografado (texto apresentado na Political Science Association). Sobre suposições, vide Richard LITTLE. *Intervention: external involvement in civil wars*. London, Martin Robertson, 1975. p. 36.

2. Essas novas forças sócio-econômicas induziram um processo de diferenciação dentro do bloco histórico populista e constituíram, em decorrência de sua interação econômica e política, uma "nova relação de forças sociais" a partir dos novos níveis de desenvolvimento das forças materiais de produção. Segundo Gramsci, "o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção proporciona a base para a emergência das várias classes sociais, cada uma delas com uma função e uma posição específica dentro da própria produção... O estudo dessas informações fundamentais nos possibilita descobrir se, em determinada sociedade, existem as condições necessárias e suficientes para a sua *transformação* — em outras palavras, nos possibilita verificar o grau de realismo e praticabilidade das várias ideologias surgidas em seu próprio terreno, terreno este de contradições geradas durante o curso do referido desenvolvimento". Vide Quintin HOARE & G. NOWELL-SMITH. *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci*. London, Lawrence & Wishart, 1973. p. 180-81.

3. Francisco de OLIVEIRA. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 118. Contraditoriamente, o populismo significou a conciliação possível de interesses do total das frações dominantes, bem como uma trégua social específica com setores das classes dominadas, conseguindo assim a acumulação necessária ao desenvolvimento de uma sociedade industrial empresarial. Tal esforço paradoxalmente, foi ativado pelas forças populares. Vide (a) Paul SINGER. A política das classes dominantes. In: SINGER, P.; IANNI, O.; WEFFORT, F. & COHN, G. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 103-8. (b) Fernando H. CAR-

DOSO & Enzo FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. p. 123. (c) Miriam Limoeiro CARDOSO. *La ideología dominante*. México, Siglo XXI, 1975. (d) Maria Victoria de Mesquita BENEVIDES. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956/1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

4. (a) Francisco WEFFORT. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (7):156. Civilização Brasileira, 1966. (b) BERNADET. Jean-Claude et alii. El populismo en la política brasileña. *Brasil hoy*. México, Siglo XXI, 1968. p. 79-84.

5. O papel do CONCLAP foi vital na escolha de Jânio Quadros para candidato das classes empresariais às eleições nacionais de 1960, escolha esta feita tendo em vista os compromissos ideológicos e o posicionamento político do candidato quanto a questões sócio-econômicas cruciais. A decisão tornou-se clara para o CONCLAP após terem seus membros apresentado ao então candidato Jânio Quadros um *questionário*, tentando inteirar-se de suas opiniões. O apoio que Jânio Quadros receberia da classe empresarial durante sua campanha para as eleições presidenciais de 1960 e mesmo posteriormente foi condicionado às respostas positivas que ele daria ao questionário. Vide os arquivos do IPES, Rio de Janeiro. Sálvio de Almeida Prado, líder da FARESP — Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, foi um dos capitalistas responsáveis pelo levantamento de fundos para a campanha de Jânio Quadros. Vide Moniz BANDEIRA. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. p. 403. Ajuda financeira para a campanha veio também do grupo Matarazzo, da indústria automobilística de São Paulo, de José Ermírio de Moraes (do grupo Votorantim), da Moinho Santista, da Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Indústrias de São Paulo. Vide Gileno de CARLI. *Anatomia da renúncia*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1962. p. 171.

6. Tornando minhas as palavras de Max Weber, foi "a fé cega das massas no conteúdo ético de sua política e, acima de tudo, na qualidade ética de sua personalidade" que levou a UDN à vitória. Vide Max WEBER. *El político y el científico*. Madrid, Alianza Ed., 1967. p. 135.

7. O sistema eleitoral permitia, naquela época, que se elegessem para presidente e vice-presidente candidatos de partidos diferentes. Vide (a) Moniz BANDEIRA. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Cap. 2. (b) Maria do Carmo Campello de SOUZA. *Estado e partidos políticos no Brasil 1930-1964*. São Paulo, Ed. Alfa Omega, 1976. Cap. 5 e 6. Sobre a noção de "cesarismo" e seus vários usos, vide Antônio GRAMSCI. *op. cit.* p. 219-33, 227-28.

8. As outras ocasiões foram as eleições de 1950 (o Brigadeiro Eduardo Gomes da ESG concorrendo com Getúlio Vargas) e as eleições de 1955 (o Brigadeiro Juarez Távora da ESG contra Juscelino Kubitschek).

9. Para uma interpretação das questões abordadas pelo questionário e das respostas de Jânio Quadros, vide Mário VICTOR. *5 anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 129-38. A mensagem de Jânio Quadros ao Congresso Nacional demonstrou sua posição favorável ao capital estrangeiro e a subordinação deste à noção de "desenvolvimento e segurança nacional". Vide Octavio IANNI. *Crisis in Brazil*. New York, Columbia Univ. Press, 1970. p. 65.

10. Vide (a) Moniz BANDEIRA. *Presença... op. cit.* p. 405. (b) M. BANDEIRA. *O 24 de agosto de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro, Ed. Melso, 1961. p. 16. Clemente Mariani era também diretor da Pan American Airways, Mobil Oil do Brasil e DELTEC.

11. Vide (a) *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 de abril, 1961. (b) *Veja*, 8 de agosto, 1979. p. 31.

12. Os jornais de 1961 forneceram tais informações. Vide *O Estado de São Paulo*, 18 de janeiro, 16 de fevereiro, 22 de fevereiro, 24 de fevereiro, 2 de março, 3 de

março, 23 de março e 11 de abril. Verificar também a *Folha de São Paulo*, 20 de janeiro, 1979.

13. Jânio Quadros prometeu atender às reivindicações da oligarquia financeira, dos interesses cafeeiros e da indústria de São Paulo. Vide Moniz BANDEIRA. *Presença... op. cit.* p. 403. Os dilemas que se apresentaram a Jânio Quadros quanto a sua política externa demonstram claramente os dilemas das classes brasileiras no poder. Vide (a) O. IANNI. *Crisis... op. cit.* p. 119. (b) Magda FRITSCHER. Desarrollo de la política nacionalista en Brasil. *Latino América: Anuario Estudios Latinoamericanos*, s.l., (4):134, 1971.

14. Oliveiros S. FERREIRA. La geopolítica y el ejército brasileño. In: *El papel político y social de las fuerzas armadas en América Latina.* Caracas, Monte Ávila Ed., 1970. p. 186.

15. Paulo AYRES FILHO. The Brazilian revolution. In: BAILEY, N. ed. *Latin America: politics, economics and hemispheric security.* New York, Praeger, 1965. p. 211.

16. Vide o telegrama enviado por Herbert K. May, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, ao Departamento de Estado, em 23 de janeiro de 1961, em Phyllis PARKER. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 31. Herbert K. May tornou-se posteriormente assessor do Council of the Americas.

17. Vide (a) Richard NEWFARMER & Willard MUELLER. *Report to the Subcommittee on Multinational Corporations of the Committee on Foreign Relations of the United States Senate.* Washington, ag. 1975. p. 98. (b) Francisco de OLIVEIRA. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções CEBRAP*, São Paulo, (1):36, Ed. Brasiliense, CEBRAP, 1975.

A inflação, que vinha sendo usada há muitos anos como um mecanismo de concentração, estava se tornando incontrolável. Vide (a) Maria da Conceição TAVARES. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro, Zahar. 1975. p. 148-52. (b) Raouf KAHIL. *Inflation and economic development in Brazil 1946-1963.* Oxford, Clarendon Press, 1973. p. 334.

18. *Survey of the Alliance for Progress.* Labor policies and programs. 91 st Congress, US Senate, April 29, 1969. (estudo preparado pelo Committee on Foreign Relations do senado americano e relatório do Comptroller General [Fiscal Geral da Nação] em 15 de julho de 1968).

A força trabalhadora brasileira, de acordo com estatísticas do próprio governo, totalizava, em 1960, menos de 24 milhões de trabalhadores, dos quais 50% trabalhavam em agricultura, 32% em serviços de utilidade pública e os 18% restantes na indústria. Dos trabalhadores na indústria somente 1,5 milhões eram membros organizados de sindicatos, conforme estatísticas publicadas em 1965.

19. Sobre a noção do populismo como "a apresentação de interpelações popular-democráticas em forma de um complexo sintético-antagonista no que concerne à ideologia dominante", vide Ernesto LACLAU. *Politics and ideology in marxist theory: capitalism, fascism, populism.* London, NLB, 1977. p. 158-76. Sobre coalizão e conciliação, vide Eldon KENWORTHY. Coalitions in the political development of Latin America. In: GRENNINGS, LEIRSON & KELLY ed. *The study of coalition behaviour.* New York, Holt, Reinhart & Winston, 1970.

20. Sobre os motivos da renúncia de Jânio Quadros, vide Hélio JAGUARIBE. A renúncia do presidente Quadros e a crise política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Brasil, *1*(1):280, nov. 1961. Para uma versão dos acontecimentos que cercaram a renúncia de Jânio Quadros, vide (a) M. BANDEIRA. *O 24 de agosto... op. cit.* (b) Gileno de CARLI. *op. cit.* Deve-se ressaltar que, pouco depois da renúncia de Jânio Quadros, o então Coronel Golbery renunciou a sua patente e deixou o serviço ativo do Exército, enquanto que um grupo de empresários, seguindo os passos do IBAD, procurava outros meios de conseguir o poder.

21. Para uma interpretação do comportamento anti-sistêmico dos empresários face à pressão sobre normas e valores, vide F.

G. CASTLES. Business and government: a typology of pressure group activity. *Political Studies*. Oxford, *18*(2):163, Oxford Univ. Press, June 1969.

22. Segundo David Rockefeller, durante uma palestra frente a uma platéia militar e acadêmica em West Point, no final de 1964, "fora decidido desde o início que Goulart não era bem vindo à comunidade financeira americana e que ele teria de sair". Vide Jan Knippers BLACK. *United States penetration of Brazil*. Manchester, Manchester Univ. Press, 1977. p. 78, onde a autora apresenta um relato de suas conversas com Edwin Lieuwen. Deve-se ressaltar que Niles Bond, agente diplomático dos Estados Unidos no Brasil, declarou "que os opositores de João Goulart, bem como os membros da comunidade empresarial americana que os apoiavam, tentaram conseguir a participação da embaixada em um movimento para negar a Goulart a presidência". Niles Bond afirmava, no entanto, que "os Estados Unidos não se envolveram. Contudo, outras fontes indicam que Washington apoiou a limitação do poder de João Goulart naquela época." Vide J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 40, para a entrevista com Niles Bond em Washington a 17 de maio de 1976.

23. O Marechal Denys deu um ultimatum ao Congresso no sentido de que descobrissem recursos constitucionais para impedir a ascensão de João Goulart ao poder. Se tal providência não fosse tomada, o Marechal Denys e o General Cordeiro de Farias formariam uma junta militar. Telegrama de Delgado/Arias ao Departamento de Estado, 27 de agosto de 1961, telegrama n.° 271 127 Z, que se encontra nos Arquivos JFK, Boston, Massachusets.

24. Para uma descrição das tentativas de impedir que João Goulart se tornasse presidente e sua posterior subida ao poder, vide (a) Mário VICTOR. *op. cit.* p. 320-408. (b) Thomas E. SKIDMORE. *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1967. p. 200-18.

25. Oficiais militares impuseram certas condições para que João Goulart assumisse a presidência, condições estas entregues pelo General Geisel a Tancredo Neves na forma de um ultimatum. Vide *Veja*, (498): 24-5, 22 de março de 1978.

26. "Através de uma série de intrincados e brilhantes compromissos políticos", João Goulart retornou ao sistema presidencial e, durante esse processo, destruiu "toda a trama de forças de reforma que haviam eleito Quadros". Vide An American in Brazil. President Goulart in Brazil. *Antioch Review*, Estados Unidos, 23(3):314, Antioch Press, Fall 1963. O presidencialismo foi apoiado pelas mais diversas correntes partidárias e figuras políticas. Entre essas enumeravam-se o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que ambicionava voltar ao cenário político, os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda; de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto; de São Paulo, Adhemar de Barros; do Paraná, Nei Braga; e de Pernambuco, Miguel Arraes, todos eles disputando um cargo presidencial prestes a vagar, disputa esta que se estendia a várias outras figuras políticas poderosas. Vide: A conversa entre Juscelino Kubitschek, o embaixador Sette Câmara, o embaixador e banqueiro Moreira Salles, o proprietário de *O Globo*, Roberto Marinho, o embaixador, empresário e poeta Augusto F. Schmidt e Lincoln Gordon, embaixador americano, no telegrama enviado por este ao Departamento de Estado americano, em 4 de agosto, 1962, N. 297, NSF, que se encontra nos Arquivos JFK, Boston. É interessante salientar que, ao tentar reverter ao regime presidencial, João Goulart recebeu o apoio aparentemente paradoxal do bloco modernizante-conservador. Um dos mais importantes articuladores e apoiadores financeiros dessa operação foi José Luís de Magalhães Pinto, associado ao IPES, sobrinho e homem-chave de José Magalhães Pinto, ele próprio um candidato presidencial para 1965.

27. A instabilidade do governo e da liderança que se fazia sentir no parlamento achava-se também presente dentro de cada partido. Tais operações aumentaram as dificuldades encontradas pelo bloco oligárquico-industrial tradicional para formar uma expressão ideológica ostensivamente adequada e poderosa que pudesse ser traduzida em um modelo político durável e, vice-versa, um modelo político que reforçasse os valores relevantes, salientando as

diferenças econômicas objetivas existentes dentro do bloco histórico-populista. Vide Albert WEISBORD. *Latin American actuality*. New York, The Citadel Press, 1964. p. 226-27. Sobre a multiplicação dos partidos parlamentaristas, a crise interna da maioria deles e a polarização da política, vide Maria do Carmo Campelo de SOUZA. *op. cit.* Cap. 6.

28. F. de OLIVEIRA. *A economia... op. cit.* p. 44-50.

29. O governo foi incapaz de agregar os muitos e diversificados interesses por intermédio das instituições políticas existentes. Essa situação levou a uma desavença com os setores militares que consideravam a multiplicidade de partidos e grupos políticos como um fator de enfraquecimento da estrutura do sistema político brasileiro — uma conseqüência das múltiplas "divisões segmentadas do processo político, da articulação puramente regional de interesses sócio-econômicos... da ausência de uma classe politicamente organizada, isto é, organicamente coesa em todo o território nacional". Vide Oliveiros S. FERREIRA. *op. cit.* p. 177.

30. Havia uma tendência bastante clara do governo de aumentar o controle sobre interesses multinacionais e restringir seus privilégios extraordinários. Vide a Lei n.° 4.131 de 3 de setembro, 1962, a Instrução n.° 231 de 24 de outubro, 1962 (SUMOC), a Instrução n.° 232 (SUMOC), a Lei n.° 4.154 de 28 de novembro, 1962 e a Lei n.° 4.239 de 27 de junho, 1963. In: ESG. Documento n. TT1-30-72. Vide também P. PARKER. *op. cit.* p. 61.

31. Apesar de um estudo sério do dispositivo nacionalista popular-militar ainda não existir, pode-se conseguir algumas informações em (a) Nelson Werneck SODRÉ. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. (b) Nelson W. SODRÉ. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. (c) Moniz BANDEIRA. Testemunhos de militares nacionalistas. In: *governo... op. cit.*

32. Eduardo GALEANO. The ambivalence of Jango Goulart. In: Richard F. FAGEN & Wayne A. CORNELIUS. *Political power in Latin America: 7 confrontations*, New Jersey, Prentice-Hall Inc., 1970, p. 201-5.

33. Um relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos demonstrou que "entre os anos 1939-1952, o valor dos retornos transferidos para as matrizes no estrangeiro era 60 vezes maior do que a renda líquida do capital. Entre 1955 e 1958 os investimentos estrangeiros totalizaram 1,095 milhões de dólares enquanto as remessas chegaram a 2,020 milhões de dólares. Entre 1939 e 1955, a renda efetiva do capital foi da ordem de 173 milhões de dólares mas foram enviados para o exterior um total de 1,112 milhões de dólares. No período de 1939 a 1952, os investimentos estrangeiros a longo prazo no Brasil totalizaram 97,1 milhões de dólares enquanto a remessa de renda totalizava 806,9 milhões de dólares. Vide A. WEISBORD. *op. cit.* p. 227. Por volta de 1959, a SUMOC informou que, no período de 1947 a 1958, a renda do capital estrangeiro no Brasil atingiu a casa dos 1,558 milhões de dólares, ao passo que a entrada efetiva do capital atingiu 498 milhões de dólares. Assim, a economia brasileira teve uma perda líquida de 1.060 milhões de dólares. Vide ESG. Documento n. TG1-10-59. p. 12 et passim.

34. Os limites do nacionalismo populista foram claramente definidos anteriormente por Caio Prado Júnior, historiador brasileiro, nos seguintes termos: [o nacionalismo brasileiro]... "não é do tipo xenófobo... Como pensamento político, ele expressa apenas a consciência adquirida por uma parcela significativa da opinião pública brasileira da situação subordinada e dependente em que o país se achava em relação aos grandes centros financeiros do mundo contemporâneo". Citado em H. Ferreira LIMA. Balanço da industrialização brasileira. *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro (3):131, jan./fev. 1956. Vide também N. Werneck SODRÉ. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

35. Essa linha de política externa independente achava-se em consonância com a opinião civil. Em 1961, foi feita uma pesquisa de opinião entre 100 membros do Congresso, pesquisa esta que visava "in-

quirir sobre um posicionamento mais independente do Brasil em relação a assuntos estrangeiros". A pergunta "deveria o Brasil tomar o partido dos Estados Unidos, da Rússia, ou de nenhum dos dois?" obteve as seguintes respostas: 19% do PTB, 46% do PSD e 50% da UDN eram a favor dos Estados Unidos. Entre os desfavoráveis a ambos os lados, contavam-se 46% do PTB, 36% do PSD e 45% da UDN. Além disso, 80% favorecia o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, enquanto que 83% era a favor de uma intensificação de comércio e 74% favorecia as relações diplomáticas com a China. Vide Lloyd A. FREE. *Some international implications of the political psychology of Brazilians*. Princeton, Princeton Institute for International Social Research, 1961. p. 16. O referido estudo foi desenvolvido pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos — INESE, um centro brasileiro de pesquisa que trabalhava com o IPES.

36. Sobre a associação com capital estrangeiro, o que envolvia o influxo de equipamento e perícia administrativa, bem como as condições excepcionais proporcionadas pelo Estado brasileiro à penetração de corporações multinacionais como parte de uma estratégia de industrialização, vide (a) Celso FURTADO. *Análisis del modelo brasileño*. Buenos Aires, Centro Editor América Latina, 1972. p. 25-28. (b) Werner BAER. O financiamento da industrialização brasileira: fonte de fundos e papel de inflação. In: *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1975. Cap. 5. (c) F. de OLIVEIRA. *Crítica*... *op. cit.* p. 36-40.

37. Sobre o constante aumento no índice de exploração da força de trabalho, provendo assim o excedente interno para a acumulação, uma economia inflacionária que subsidiava a inserção multinacional e a deterioração das condições de vida do povo, vide F. de OLIVEIRA. *Crítica*... *op. cit.* p. 40-50. Um documento preparado pelo Ministério do Planejamento após o golpe de 1964 afirmava, entre outras questões, que "o grau de formação do capital parece ter sido sustentado principalmente pelos... estímulos à industrialização por substituição de importações, pela estrutura de distribuição de renda, pelos altos padrões do espírito empresarial e da mobilidade social, sendo ainda reforçado por *empréstimos estrangeiros* e capitais de risco. No que concerne a uma maior relação capital/produto, agiram a seu favor as facilidades naturais para a expansão da produção agrícola, a concentração dos investimentos em rodovias no que se referia a transportes, a continuação do processo de substituição de importações e a absorção de tecnologia estrangeira. *O segundo plano a que foram recentemente relegados os investimentos em habitação e outros serviços públicos também contribuiu, de modo particularmente cruel na área social, para o progresso da relação capital/produto*".* Vide o Documento de Trabalho n.º 5. p. 1-2, esboço que lançou bases para o estabelecimento do Banco Nacional de Habitação — BNH em 1964.

38. Celso FURTADO. *op. cit.* p. 32. O investimento estrangeiro diminuiu sensivelmente, sendo da ordem de 9 milhões de dólares em 1962, ao passo que a média nos quatro anos anteriores fora de 110 milhões de dólares. Mesmo assim, as firmas americanas parecem ter mantido bastante alto o seu retorno de lucros durante o período de crise. Esses retornos, que importavam em 8% no período de 1960-1962, caíram para 5,7% em 1963-1964 e alcançaram 9,8% em 1965-1967. Vide NEWFARMER & MUELLER. *op. cit.* p. 98, 105.

39. Vide (a) A. STEPAN. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1971. Cap. 6. (b) Ronald M. SCHNEIDER. *The political system of Brazil*. New York, Columbia Univ. Press, 1971. Cap. 1.

40. Segundo Francisco de Oliveira, o índice de investimentos caiu não por não poderem ser realizados economicamente, mas por não poderem ser realizados institucionalmente. F. de OLIVEIRA. *Crítica*... *op. cit.* p. 57. Vide (a) Maria da Conceição TAVARES & José SERRA. Além da estagnação. In: M. C. TAVARES. *Da substituição de importações*. *op. cit.* p. 72, 170-

* NT: Grifo do autor.

73. (b) *Documento de Trabalho n.° 1.* Ministério do Planejamento, Brasília, 1964. p. 3-4.

41. O General Cordeiro de Farias deu ênfase a esses pontos. ESG. Documento n. C.01-61. p. 17-18.

42. O primeiro, em decorrência de seu impacto imediato, representou certamente um papel muito importante na queda do índice de crescimento registrado durante o ano: a produção agrícola foi grandemente afetada pelas secas em várias regiões, pelas enchentes em outras e por fogo e geada no Paraná. A produção caiu em vários setores da indústria como resultado de um severo racionamento de energia elétrica na área Rio—São Paulo causado pela seca. Deve-se dizer ainda que o baixo crescimento do produto real foi, em parte, influenciado pela redução da safra do café no Paraná, em conseqüência de fatores climáticos. Sendo mesmo conveniente em caso de superprodução, uma redução na safra não é tão dramático como, à primeira vista, as estatísticas globais deixam transparecer. Roberto Campos acrescentou que "é do conhecimento de todos que o ano de 1963 representou um período de intranqüilidade geral e de uma crescente deterioração de expectativas. O processo inflacionário galopante, as greves sucessivas, as ameaças de confisco da propriedade privada, a aprovação da lei de remessa de lucros etc., tornaram-se focos de redução da produção e, acima de tudo, dos investimentos. Alguns desses fatores certamente contribuíram para o declínio do produto real per capita em 1963". Tais informações nos mostram a opinião de Roberto Campos sobre os fatores "econômicos" da crise de 1963-1964. *Documento de Trabalho n.° 5*, Reunião Ministerial de 4 de junho, 1964, preparado pelo Ministro do Planejamento.

43. *Documento de Trabalho n.° 1*, de Roberto Campos, Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, para o Presidente da República e Ministros de Estado, em 23 de abril de 1964. Exposição feita na primeira reunião do ministério em Brasília: *A crise brasileira e as diretrizes de recuperação econômica.*

44. Vide P. PARKER. *op. cit.* p. 60. "Não se proporcionou à iniciativa privada qualquer tipo de orientação no que se referia às intenções do governo; ao mesmo tempo, os investimentos públicos achavam-se em completa indisciplina". *Documento de Trabalho n.° 1. op. cit.* 1964. p. 3. Ministério do Planejamento.

45. (a) Octavio IANNI. *Crisis in Brazil.* New York, Columbia Univ. Press, 1970. Cap. 9. (b) A. STEPAN. *op. cit.* p. 135-142, 147-152.

46. Francisco WEFFORT. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira,* Rio de Janeiro, (7):156, 1966. Para sobreviver como uma forma de dominação e como um regime de convergência de classe, o populismo teria de desenvolver um "discurso de liberação", isto é, um programa de reforma. De certa maneira, João Goulart foi colocado, a despeito de si próprio, no centro de uma complexa situação histórica, onde os limites do Estado nacional — reformista alternativo confundiram-se com o tegumento corrupto do peleguismo, do coronelismo e do estado cartorial, herdados de um governo elitista que durara várias décadas. Vide Guita Grin DEBERT. *Ideologia e populismo.* São Paulo, T.A. Queiroz Ed., 1979.

47. A forma de politização desse período determinou o "bloqueio" à ideologia socialista. Um nacionalismo desenvolvimentista empresarial substituiu o marxismo. Vide Leôncio MARTINS. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1966. p. 191-92. O nacionalismo se viu revigorado nessa conjuntura onde "as massas populares pressionam o Estado com o intuito de estabelecerem uma política reformista que se proponha tanto a desorganizar as bases políticas dos setores conservadores (reforma agrária) quanto a combater os interesses estrangeiros (exemplos desse combate são as encampações e a nacionalização)". Vide Eliezer Rizzo de OLIVEIRA. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969.* Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1976. p. 50.

48. Francisco Weffort. Política de massas. In: *Política e revolução... op. cit.* p. 165.

Valendo-se dos argumentos de Weffort, assinalou Rizzo de Oliveira que "As ações políticas dos setores populares passaram a se orientar pela idéia de um 'Estado democrático do povo em geral' capaz de enfrentar a ação de grupos reacionários. Estes últimos, por sua vez, vêem o Estado como revolucionário e se tornam radicalmente opostos a ele". Vide Rizzo de OLIVEIRA. *op. cit.* p. 51.

49. Oliveiros S. FERREIRA. A caracterização do sistema. *O Estado de São Paulo,* 17 de outubro, 1965.

50. As dificuldades encontradas pelas classes dominantes para governar com consentimento e consenso, principalmente no período pós 1946, levou a uma crise que afetou a sociedade em geral em suas relações múltiplas de dominação, situação que foi definida por um estudo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — IPES como "uma crise permanente do constitucionalismo que, mesmo se manifestando intermitentemente, não perde suas características". Vide IPES. *Documento sobre a reforma constitucional.* Rio de Janeiro, 10 de janeiro, 1962. Nos arquivos do IPES no Rio de Janeiro. O primeiro sinal evidente da crise dentro das classes dominantes foi o Manifesto dos Coronéis, em 1954, do então Tenente-Coronel Golbery do Couto e Silva. Vide *O Estado de São Paulo,* 19 de janeiro de 1979.

51. O coronel e o pelego tinham a "função de filtrar as aspirações existentes na sociedade de forma que somente algumas delas se transformassem em demandas, ou seja, aquelas compatíveis com as estruturas de dominação". Luciano MARTINS. *Pouvoir et développement économique.* Paris, Ed. Anthropos. 1976. p. 134-35.

52. Sobre a expressão "massa para si", vide Hélio JAGUARIBE. *op. cit.* p. 272-311.

53. Paulo de Assis RIBEIRO. *O processo eleitoral brasileiro.* Rio de Janeiro, IPES, 1962.

54. Roberto Campos, citado em Estevan MARTINS. Brazil and the United States from the 1960's to the 1970's: In: COTLER, J. & FAGEN, R. ed. *Latin America and the United States: the changing political realities.* California, Stanford Univ. Pres, 1974. p. 295.

55. L. MARTINS. *op. cit.* p. 132-33.

56. Em decorrência de suas características organizacionais e históricas, bem como da formação sócio-econômica onde operavam, os partidos tendiam a perpetuar a crise de hegemonia do período pós-Estado Novo. Toda vez em que eram postos a prova pela conjuntura histórica, eles se mostravam incapazes de reagir. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando o Manifesto dos Coronéis, do então Tenente-Coronel Golbery do Couto e Silva, apresentado em fevereiro de 1954 com mais de 80 assinaturas, forçou João Goulart, então Ministro do Trabalho, a renunciar. Outros momentos críticos em que os partidos se mostraram como ineficazes máquinas políticas foram: os acontecimentos que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e o impasse político em que se viu o interlúdio de Café Filho; o manifesto do Coronel Jurandir B. Mamede contra o populismo e os políticos, apresentado ao público em 1955 e a subseqüente tentativa do alinhamento esguiano/tecno-empresarial de bloquear a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek e do vice-presidente, João Goulart; a revolta da Base Aérea de Jacareacanga em 1956; a conspiração da Marinha em 1958, liderada pelo Almirante Pena Boto, pelo Brigadeiro Guedes Muniz e pelo Coronel Jayme Portela; as tentativas de revolta da Marinha em Pernambuco, no final de 1958, liderada pelo Almirante Sílvio Heck; a revolta da Base Aérea de Aragarças em 1959; a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 e a imediata tentativa de impedir que João Goulart assumisse o poder. Vide (a) M. BENEVIDES. *op. cit.* p. 163-64. (b) Glauco CARNEIRO. *História das revoluções.* Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965. V. 2.

57. P. A. RIBEIRO. *op. cit.* p. 14.

58. P. A. RIBEIRO. *op. cit.* p. 16.

59. Por volta de 1962, o número de eleitores atingia os 18.500.000, representando 25% da população brasileira. A Tabela 11 mostra a distribuição do eleitorado.

Tabela 11

	Sul	Leste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
% da população regional	38,5	33,5	18,5	4	3
% do eleitorado brasileiro	26	26	21	24	20,5

Fonte: Paulo de Assis RIBEIRO. *op. cit.* p. 5

O Estado da Guanabara e o de São Paulo mostravam contrastes marcantes: com menos de 3% da extensão territorial do país, concentrava-se nesses dois Estados mais de 23% da população brasileira e cerca de 35% do eleitorado em potencial, sublinhando uma rápida urbanização; ao mesmo tempo, a região sul se responsabilizava por 60% da renda industrial em oposição a 5% do norte, nordeste e centro-oeste. P. A. RIBEIRO. *op. cit.* p. 11.

60. Para maiores detalhes do desequilíbrio entre poder político e as situações sócio-econômicas, vide P. A. RIBEIRO. *op. cit.* p. 13-14.

61. Já em 1956, o General Juracy Magalhães, da ESG, chamava a atenção para os elementos constituintes de um conflito intraclassista, o qual poderiam conduzir a uma crise do bloco histórico, ao esboçar os problemas políticos decorrentes da assimetria entre o bloco de poder que detinha a liderança econômica e o bloco de poder político dominante. Em uma palestra na ESG o General Juracy Magalhães enumerou esses elementos críticos:

(1) "a discrepância entre a distribuição de poder no Estado e a distribuição de poder no resto da sociedade, de tal forma que a classe com maior poder econômico e social se considerasse com menos poder político do que lhe é de direito;

(2) a velha elite fecha as portas à nova elite, não permitindo deslocamentos verticais através do acesso individual de novos líderes, os quais, frustrados, adquirem uma 'consciência de classe';

(3) a recusa da velha elite em aceitar qualquer reforma almejada pela nova elite;

(4) a polarização da sociedade entre dois partidos antagônicos, sem uma terceira força capaz de conter os excessos, colocando-se contra o agressor;

(5) a adesão de intelectuais à nova elite, popularizando as idéias revolucionárias e mostrando que elas merecem ser defendidas pelo povo;

(6) a velha elite perde a fé em si mesma, aceitando as novas idéias e deixando de usar o poder para defender a ordem estabelecida." Vide Juracy MAGALHÃES. ESG. Documento n. C-25-56. p. 37-9. Juracy Magalhães baseou-se em Ossip K. FLETCHTHEIM. *Fundamentals of political science*. p. 152-65.

62. O estudo enfatizou também a crescente influência de alianças na política brasileira. A partir de 1950, o número de votos dados a legendas de alinhamentos subiu de 20% para 44% em 1962, ao passo que a soma total das legendas dos três maiores partidos (PSD, UDN e PTB) diminuiu de 60% em 1950 para 41% em 1962. Essas alianças enfraqueceram a influência partidária, principalmente nas eleições federais. P. A. RIBEIRO. *op. cit.* p. 17. Uma descrição das 32 alianças eleitorais para as eleições de 1962 pode ser encontrada em *Brazil: election factbook*. Washington, Institute for the Comparative Study of Political Systems, sept. 1965. n. 2. p. 63-8.

63. *Cadernos Brasileiros*, s. l., (1):76, ano 3, 1961. Com o crescimento persistente de um setor ideológico dentro do PTB, as classes dominantes se sentiram fortemente ameaçadas pelo voto popular. O que fora um "apoio ao regime" e um mecanismo para generalização de propostas da classe

dominante através do reforço eleitoral do modelo institucional pós-1946 tornava-se um mecanismo de demandas para mudanças através do sistema político.

64. Não era de se admirar que políticos em geral e candidatos à presidência em particular se sentissem com "o direito e o dever de apelar diretamente ao eleitorado, desconsiderando as direções dos partidos", o que causou grandes prejuízos à politização do povo. *Cadernos Brasileiros*, s. 1., (3):87, ano 2, 1960.

65. Tornava-se evidente que a burguesia multinacional e associada era incapaz de unir o povo ao seu redor, o que causou a sua derrota em 1954 e o compromisso de 1961, bem como estimulou os acontecimentos de 1964. A burguesia não conseguiu criar um sistema partidário manejável e viável em si mesmo, assim como não conseguiu criar um partido próprio. Ela usou-os a todos e se viu, no princípio da década de sessenta, somente com as Forças Armadas. O PSD, máquina oligárquica, não tinha capacidade para agregar as novas pressões das classes trabalhadoras mobilizadas, rurais e urbanas. O PSD, ligado ainda a interesses rurais e industriais tradicionais, não conseguia executar uma articulação mais ampla de interesses, como o exigia o capital multinacional. Já a UDN, ao mesmo tempo em que projetava uma imagem de modernidade, a de "um partido que fazia um certo grau de oposição ao regime... fora também virtualmente um participante do regime" e pior ainda, como partido a UDN era praticamente impermeável às massas. Vide Otávio DULCI. *Veja*, 7 de setembro, 1977. Sobre a oposição do Coronel Golbery à UDN, vide Carlos LACERDA. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1977. p. 155.

66. P. A. RIBEIRO. *op. cit.* p. 17. O PSD dividiu-se entre os "caciques" e a "ala moça". A UDN tinha a sua "Banda de Música", grupo de políticos que apoiava o golpe, formado por Aliomar Baleeiro, Coronel Menezes Cortes, Carlos Lacerda, Bilac Pinto, João Agripino e outros, e o grupo "Bossa-Nova", com tendências mais liberais. Vide M. BENEVIDES. *op. cit.* p. 137-38.

67. Ironicamente, o PTB foi criticado por Wilson Figueiredo, editor do *Jornal do Brasil* e influente propagandista político durante a campanha contra João Goulart; ele criticou o PTB por não conseguir "se tornar importante no Estado mais industrializado do Brasil. O PTB continua a ser um 'saco de gatos' em São Paulo, incapaz de conquistar a liderança política em um Estado de enormes massas trabalhadoras. Eles perdem a disputa com outras forças populares". W. Figueiredo ressaltou ainda, com precisão, que "como a UDN não se identificava com as aspirações nacionais das classes empresariais paulistas e o PTB não conseguia empolgar os trabalhadores do maior complexo industrial da América Latina, isso explicaria em parte a razão pela qual São Paulo, que comanda a vida econômica do Brasil, não possui o domínio político". Wilson FIGUEIREDO. A indefinição dos grandes partidos. *Cadernos Brasileiros*, s. 1. (3):3-7, ano 2, 1960.

68. A FPN, presidida por Bento Gonçalves e dirigida por Sérgio Magalhães, reunia deputados federais do Partido Socialista Brasileiro — PSB (77,8%), do PTB (63%), do PSD (41,7%) e mesmo da UDN (28,6%), sob uma plataforma nacionalista que condenava o abuso multinacional e almejava reformas estruturais semelhantes às linhas do governo de João Goulart.

69. P. A. RIBEIRO. *op. cit.* p. 18-9. Essa análise era coerente com a apresentada pela revista *Visão*, de São Paulo. A análise da *Visão* demonstrava que, em 1945, o PSD e a UDN juntos contavam com 96,4% do eleitorado. Em 1958, no entanto, a percentagem era de 52,2, baixando em 1962 para 45,9. Acrescentava ainda que "Parece haver evidente correlação entre o declínio dos partidos do centro e o êxodo rural. Os eleitores rurais que são urbanizados rapidamente, primeiramente votam no PTB e depois tendem para o PCB." *Visão*, 30 de setembro, 1960, citado em Osny D. PEREIRA. *Quem faz as leis no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. p. 50.

70. A ADP, criada em março de 1961, era dirigida por João Mendes da Costa Filho, deputado udenista da Bahia, grande proprietário de terras e advogado. A ADP reunia grupos reacionários e conservadores,

muitos deles ativistas pró-golpe. Concretizava, de forma *ad hoc*, um alinhamento através das linhas partidárias, criado basicamente com um aglomerado PSD-UDN-PSP e com a adesão de um setor importante do Partido Democrático Cristão — PDC, de membros do Partido Republicano — PR, do Partido Libertador — PL, do Partido de Representação Popular — PRP, do Movimento Trabalhista Renovador — MTR e de outros grupos de menor importância, recebendo inclusive o apoio da ala da direita do PTB. A ADP reuniu o setor centro-direita do espectro político, cerca de 160 membros do Congresso e cerca de 40 outros apoiadores eventuais numa oposição coerente contra o Executivo de João Goulart, o bloco nacional-reformista e a mobilização das classes trabalhadoras. Inicialmente, a ADP associou-se à militante posição conservadora do CONCLAP, ajudando a incitar a opinião pública contra o Executivo. No entanto, tornou-se em pouco tempo um canal parlamentar coordenado e uma fachada política para forças sociais e grupos de ação da direita mais sofisticados. A ADP teve em 1962 o seu período de atividade máxima, com uma rede nacional ADP/ADEP. Vide (a) *Brazil: election factbook*. *op. cit.* p. 37. (b) M. V. BENEVIDES. *op. cit.* p. 138-39. (c) *O Estado de São Paulo*. 20 de junho, 1963.

71. Para uma descrição sucinta de cada uma dessas organizações, vide *Brazil: election factbook*. *op. cit.* p. 37-50.

72. A profunda desagregação social no nordeste e no centro-sul, sob a forma de mobilização dos camponeses através de ligas e da sindicalização rural, parecia indicar que a classe camponesa estava finalmente encontrando uma expressão coordenada e suficientemente móvel para suas aspirações e direitos, superando as falhas da organização burocrático-partidária e atingindo o indivíduo isolado no interior do Brasil, socialmente complexo e regionalmente diferenciado. A redução do controle exercido pelo PSD e o aumento na mobilização camponesa afetaram a própria base do pacto populista de dominação. A mobilização dos camponeses atingiu níveis críticos em decorrência das expectativas criadas em torno do projeto de reforma agrária de João Goulart e suas tentativas de incorporar os camponeses a sua base de poder, bem como tendeu a colocar a oligarquia rural e a burguesia agrária dentro do bloco político multinacional-associado. Para uma descrição do cenário político do nordeste e uma avaliação do significado das ligas camponesas, dos sindicatos rurais e das organizações rurais de direita, vide (a) Joseph A. PAGE. *The revolution that never was: northeast Brazil 1955-1964*. New York, Grossman Publishers, 1972. (b) Paulo CAVALCANTI. *Da coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1978. Cap. 11-13. (c) Gregório BEZERRA. O frio e sangüinário Gregório Bezerra. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1979. p. 19-21. (d) Clodomir MORAES. Peasant leagues in Brazil. In: STAVENHAGEM, Rodolfo ed. *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. New York, Doubleday, 1970. p. 497-98. (e) M. CEHELSKY. *The policy process in Brazil: land reform 1961-1969*. Dissertação de Dourado. Columbia Univ., 1974. p. 235-50. (f) Antônio CALLADO. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro, José Álvaro Ed., 1964. (g) Moniz BANDEIRA. *O governo... op. cit.* p. 54-63.

73. L. MARTINS. *op. cit.* p. 131. Em um país onde somente a minoria votava (entre 1945 e 1963, mais da metade da população acima de 18 anos de idade estava impossibilitada de votar devido às restrições impostas aos analfabetos), a política de João Goulart de conceder o direito de voto a todos os cidadãos brasileiros foi reconhecida como uma clara tentativa de quebrar o frágil equilíbrio eleitoral em favor de reformas populares sociais e econômicas. Além disso, João Goulart garantira direitos políticos plenos a militares de baixo escalão que não gozavam mais de eligibilidade parlamentar. Eles se tornaram assim uma nova fonte de poder, provendo as classes trabalhadoras de um dispositivo militar em potencial.

74. P. A. RIBEIRO. *op. cit.* p. 18-9.

75. A concepção inicial do sistema autoritário corporativo era unilateral, com o objetivo de incorporar as classes trabalhadoras ao Estado. Posteriormente, com os crescentes índices de urbanização e moder-

nização e a conscientização ideológica e política dos trabalhadores, o caráter não-funcional do populismo tornou-se claro, à medida que ele se tornava um sistema bilateral, enfraquecendo a sua capacidade de controle social e contenção política. Nesse momento, um bloco popular trabalhista havia atingido o palanque do Executivo, sob a égide de João Goulart, e "penetrado" o aparelho do Estado. Em fins da década de cinqüenta e princípios da década de sessenta desenrolou-se um período de mobilidade ideológica e participação popular. A ponta-de-lança do movimento das classes trabalhadoras organizadas posicionou-se ao lado de João Goulart, não se colocando, contudo, sob seu comando. Vide (a) Werneck VIANA. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 111-40. (b) *Veja*, 12 de outubro, 1977. p. 6. Entrevista com L. Werneck Viana.

76. Vide (a) William R. KITNER. The politicalization of strategy. In: ABSHIRE, D. & ALLEN, R. V. ed. *National security: political, military and economic strategies in the decade ahead*. New York, Hoover Institution on War, Revolution and Peace, Praeger, 1963. p. 385-412. (b) W. R. KITNER & H. STOKES. Discussion on Latin America. In: ABSHIRE, D. & ALLEN, R. V. *op. cit.* p. 444-50.

77. Lincoln GORDON. ESG. Documento n.C-41-62. p. 32.

78. O termo Sociedade Civil é usado aqui no sentido gramsciano, ou seja, como o mecanismo para a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade, hegemonia obtida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, as escolas, sindicatos, etc. A. GRAMSCI. *op. cit.* p. 56.

79. O caso será justamente esse se compararmos a mobilização política brasileira das classes trabalhadoras com o nível de participação popular e organização política do Chile, 1970-1973 e do Uruguai, 1970-1973.

80. Sétima Convenção, setembro, 1962. In: IPES. *Noticiário N. 4*.

81. Oliveiros S. FERREIRA. A caracterização do sistema. *O Estado de São Paulo*, 17 de outubro, 1965. (baseado em grande parte em Gramsci).

82. Não devemos nos esquecer que, apesar da ausência de organizações revolucionárias capazes de ameaçar o Estado capitalista brasileiro, o princípio da década de sessenta tornou-se um período crítico em decorrência da multiplicidade de demandas conflitantes das classes dominadas e em decorrência das várias frações da classe dominante, que, como um todo, constituíram uma crítica pressão contra a estabilidade do regime. Vide F. WEFFORT. *El populismo... op. cit.* p. 84.

83. João QUARTIM. *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. London, NLB, 1971. p. 39-57.

84. Fernando H. CARDOSO. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 171-78, 181-85, 187-213. A autonomia relativa do Estado não se constituía em um projeto social para as classes dominantes. Os "dispositivos" políticos, militares e burocráticos, uma característica geral do sistema político brasileiro, restringiam-se às classes dominantes.

85. As práticas populistas, que haviam permitido às classes dominantes preservar a base de sua dominação real, estavam sendo destruídas por plataformas político-ideológicas de cunho reformista, desorganizando assim a "função controladora do sistema corporativo". Kenneth P. ERICKSON. Corporatism and labour in development. In: ROSENBAUM, John H. & TYLER, William G. de *Contemporary Brazil issues in economic and political development*. New York, Praeger, 1973. p. 151.

86. Sobre a noção de "necessidade" e "necessário" neste trabalho, vide A. GRAMSCI. *op. cit.* p. 412-13.

87. F. de OLIVEIRA. *Crítica... op. cit.* p. 50.

88. F. de OLIVEIRA. *Crítica... op. cit.* p. 40-1, 44-5. A média de crescimento do produto real, que no período de 1953-1957 era de 8,1%, aumentou para 11,2% durante a administração de Juscelino Kubitschek.

89. F. de OLIVEIRA. *Crítica... op. cit.* p. 48. Tomando 1953 como ano base (1953 = 100), podemos observar as variações do índice do custo de vida no Rio e em São Paulo na Tabela 12.

Tabela 12

Ano	Rio: Média anual		São Paulo: Média anual		Rio: Dezembro de cada ano		São Paulo: Dezembro de cada ano	
	Índice	Variação anual	Índice	Variação anual	Índice	Variação anual	Índice	Variação anual
1953	100,0		100,0		108,0		100	
1954	122,4	22,4	118,3	18,3	136,3	26,2	101	23,5
1955	150,7	23,1	141	19,5	162,4	19,1	142	17,1
1956	182,2	20,9	173	22,2	197,6	21,7	189	33,3
1957	211,9	16,3	206	19,2	224,0	13,4	216	14,1
1958	242,9	14,6	237	15,2	262,7	17,3	264	22,5
1959	338,0	39,1	325	37,2	399,4	52,0	378	42,7
1960	437,4	29,4	439	34,9	494,3	23,8	499	32,3
1961	582,9	33,3	607	38,1	707,7	43,2	716	43,4
1962	884,0	51,7	905	92,4	1 099,0	55,3	1 159	61,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Prefeitura de São Paulo
Citado no Documento de Trabalho N.º 5, Ministério do Planejamento.
Reunião de Ministério, 4 de junho, 1964.

90. Tomando como base o ano de 1944 (= 100), o salário mínimo real diminuiu de 161,6 em 1961 para 128,6 em 1963 (Rio) e de 146,2 em 1961 para 114,5 em 1963 (São Paulo), ao passo que de 1958 a 1959, a renda real de uma família baixou em 10%. Deve-se ressaltar que São Paulo, o Estado mais industrializado, tinha índices mais baixos do que o Rio, enquanto que a produtividade mantinha uma média de crescimento anual de 10,3 no período de 1957 a 1962; se tomarmos como base o ano de 1949 (= 100), até o princípio de 1963 a produtividade havia atingido o índice de 312,4. Neste ano, porém, ela obteve um mero aumento de 0,2, em decorrência das greves, interrupções e desacelerações no ritmo de produção, conduzindo a uma interrupção política, e não econômica, da produtividade. Em 1964, com o restabelecimento da ordem empresarial, o índice subiu rapidamente para 5,2. F. de OLIVEIRA. *Crítica... op. cit.* p. 45-6, 48.

91. F. de OLIVEIRA. *op. cit.* p. 42.

92. Desenvolveu-se entre os oficiais militares a idéia de que o governo encorajava as greves e de que os enormes aumentos salariais contribuíam para a inflação, a violência e o desgaste em seus próprios salários e *status*. Tal idéia, limitada e sem alcance nacional, seria convenientemente insuflada. O significado político da reação dos oficiais militares contra a inflação foi particularmente importante, pois eles gradativamente passaram a identificar os sindicatos e a política de mobilização de massas como os fatores mais diretamente responsáveis pelo problema. Vide Alfred STEPAN. *op. cit.* p. 71, 79.

93. O mais famoso dos referidos agitadores profissionais foi o cabo Anselmo que, apoiado pela CIA, "liderou" a revolta dos marinheiros, desencadeando assim a ação militar contra João Goulart. Vide (a) Moniz BANDEIRA. *O governo... op. cit.* p. 169. (b) *Isto É*, (132):17, 4 de julho, 1969.

94. O populismo foi condenado pelo bloco de poder multinacional e associado por haver sido considerado inapto para desempenhar sua função de contenção social, por seu conteúdo de mobilização e por basear-se em uma administração ineficaz, a qual não correspondeu às cambiantes condições industriais do final da década de cinqüenta e princípio da década de sessenta. O bloco multinacional e associado considerava também que atingira o máximo de sua capacidade extrativa dentro dos limites políticos e sócio-econômicos do regime populista. Vide (a) Rizzo de OLIVEIRA. *op. cit.* p. 27-56. (b) Hélio JAGUARIBE. *Crise e alternativas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 30-2.

95. F. WEFFORT. *Política de massas. op. cit.* p. 195-6. Sobre as condições para o comportamento violento de empresários contra o governo, vide F. G. CASTLES. *op. cit.* p. 162-3.

96. Sobre a noção e objetivos de uma intervenção, vide (a) J. N. ROSENAU. The concept of intervention. *Journal of International Affairs*, s. 1., (21):167, 1967 (b) R. LITTLE. *op. cit.* p. 33.

97. Vide A. STEPAN. *op. cit.* p. 9-20, 57-12, sobre a forma pela qual a intervenção militar foi racionalizada e sobre sua legitimação como uma intervenção moderadora.

98. A polarização intransigente e a total rejeição do "Sistema" tem sido somente a resposta de uma minoria das "classes produtoras" e dos militares. *Vide (a)* C. SCHMITTER. *Interest, conflict and political change in Brazil*. Stanford, Stanford Univ. Press, 1971. (b) A. STEPAN. *op. cit.* p. 97. Somente um encontro de forças para a sobrevivência de classe, isto é, um cenário soma-zero, altamente manipulador e intensamente arquitetado socialmente, poderia estabelecer um ponto de união para uma ampla frente de ação militar-empresarial que se tornasse capaz de mobilizar setores abrangentes da opinião pública e causar a intervenção dirigida das Forças Armadas.

99. F. de OLIVEIRA. *A economia... op. cit.* p. 115-16. Vide os capítulos V-VIII deste livro.

100. Vide o capítulo VI deste livro.

101. Segundo um participante militar chave nos acontecimentos de 1964, "No Brasil todo mundo conspirava; nós soubemos como fazê-lo" (Rio de Janeiro, 1976, em entrevista concedida a R.A. Dreifuss. A pedido do entrevistado, seu nome não foi

revelado). Esse ponto de vista é reforçado pela análise de Ronald Schneider, que, por sua vez, cita Leôncio Basbaum: "Durante o ano de 1963, todo mundo no Brasil conspirava... Não havia uma conspiração. Havia uma porção de conspiraçõezinhas..." Leôncio BASBAUM. *História sincera da república: 1930 a 1960*. São Paulo, Ed. Fulgor Ltda., 1968. V. 4. p. 41, citado em Ronald M. SCHNEIDER. *The Political... op. cit.* p. 75.

102. Glycon de PAIVA. IPES CD Rio, 4 de abril, 1962.

103. A abrangente coalizão formada pelas frações multinacionais e associadas deu ao movimento de 1964 sua individualidade. A excessiva sobredeterminação político-estrutural de tais frações não foi revelada a muitos dos participantes dessa ampla frente burguesa. Entretanto, o desenrolar de um estado autoritário associado iria em pouco tempo abalar suas ilusões. Vide F. H. CARDOSO. *Autoritarismo... op. cit.* p. 187.

104. Para a compreensão teórica da questão do Bonapartismo Constitucional, vide A. GRAMSCI. *op. cit.* p. 210-16.

105. F. de OLIVEIRA. *A economia... op. cit.* p. 110.

106. "Se olharmos o processo como um todo, poderíamos dizer que as contradições internas da classe dominante subordinam-se à contradição existente entre esta última e o sistema total, bem como à contradição que existe entre a classe dominante e os setores médios do capital". El nuevo carácter de la dependencia. In: MAR, José Matos ed. *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia*. Argentina, Amorrortu Ed. 1969. p. 70. (Instituto de Estudos Peruanos).

107. Sobre o sentido de crise orgânica, vide A. GRAMSCI. *op. cit.* p. 210.

108. Tornou-se óbvio que a campanha do golpe foi um acontecimento elaborado. Assim, Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de São Paulo* e da estação de rádio El dorado de São Paulo, bem como das Indústrias de Papel Guararema S.A. (Parsons & Whittmore Inc. Parshit Ltd. Suíça), membro proeminente dos intelectuais orgânicos de direita, aconselhava, em uma carta ao estado-maior clandestino, "o qual dava início à primeira articulação militar objetivando a derrubada do governo de Goulart", que era "necessário agir com absoluta segurança, definindo, antes de as unidades militares entrarem em ação, os objetivos e o que deveria ser feito". Roteiro da revolução. *O Estado de São Paulo*, 12 de abril, 1964. Vide também o capítulo VIII.

109. Sobre os atores sociais "bifurcados" e a transição de um conflito triádico para conflito diádico, assim como sobre a definição de estímulo de intervenção, vide R. LITTLE. *op. cit.* cap. 3.

110. N. BAILEY. Organization and operation of neoliberalism in Latin America. In: BAILEY, N. ed. *Latin America: politics, economics and hemispheric security*. New York, Praeger, 1965.

111. O Estado era, definitivamente, o terreno político da mais alta burguesia. O consenso entre a burguesia e o consentimento das classes trabalhadoras foram excluídos. Confiou-se na autoridade da força. Em concordância com essa mesma linha de pensamento, a autoridade foi destituída de seus mecanismos legitimadores prévios. Torna-se até mesmo irônico que o planejador das forças vitoriosas de 1964, o então Coronel Golbery do Couto e Silva, do IPES, não fosse capaz de seguir suas próprias recomendações: "A formulação, a expressão dos Objetivos Nacionais são e devem ser consideradas como uma obra de arte, pois... obras de arte promovem um sentido de identificação. E não é indispensável que todos se sintam facilmente identificados com os Objetivos estabelecidos? Somente tal identificação dará ao plano o selo autêntico de autoridade inquestionável." Golbery do Couto e SILVA. Do planejamento para a segurança nacional. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, (4):37-8, out./dez. 1960.

112. Antônio Carlos do Amaral OSÓRIO. O estado revolucionário e o desenvolvimento econômico. In: *O processo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro, AERP, 1969. p. 115-16.

CAPÍTULO V

A ELITE ORGÂNICA: RECRUTAMENTO, ESTRUTURA DECISÓRIA E ORGANIZAÇÃO PARA A AÇÃO

Introdução

Este capítulo aborda o processo pelo qual os intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacionais e associados formaram um complexo político-militar, o IPES/IBAD, cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração. Concomitantemente, é feita a descrição da organização internacional desses intelectuais orgânicos, sua formulação de diretrizes políticas, seus canais de tomada de decisão e suas estratégias de ação pública e reservada, direta e indireta.

O complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais. Com base no argumento de Gramsci, se não todos os tecno-empresários, empresários e militares, "pelo menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses e da sociedade".[1] Essa elite dos intelectuais orgânicos (doravante denominada elite orgânica[2] do bloco econômico multinacional e associado) passou a constituir uma força social, cônscia de que seus "próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados". Essa é a fase mais genuinamente política e marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da complexa superestrutura; essa é a fase na qual ideologias previamente desenvolvidas se tornam "partido".[3]

Para entender como os interesses multinacionais e associados estabeleceram sua supremacia sobre o bloco populista oligárquico-industrial no poder e como eles contiveram as classes trabalhadoras emergentes, é necessário compreender o processo pelo qual os intelectuais orgânicos das frações economicamente predominantes foram capazes de se envolver com êxito na luta política da década de sessenta. É também necessário compreender o "grau de homogeneidade, consciência e organização" atingido pelos intelectuais orgânicos dos interesses econômicos multinacionais e associados. Esse momento de homogeneidade, consciência e organização no processo traduziu-se pela formação de uma elite orgânica centrada na frente de ação do complexo IPES/IBAD.[4]

A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio

de articular um golpe de Estado. O complexo de interesses multinacionais e associados procuraria liderar os grupos profissionais e funcionais como também visaria a neutralizar o bloco de poder tradicional, na certeza de que a elite orgânica poderia sair vitoriosa e dinamizar o processo de modernização capitalista, somente se ela assegurasse o apoio e a aquiescência da maioria da população participante. A elite orgânica centrada no IPES se revelaria então como o "amadurecimento da disposição para agir dentro de um programa capaz de mobilizar os homens de empresa", e como um todo oferecer soluções aos problemas do país.[5] Nesse processo, a elite orgânica modelaria as forças sociais burguesas em uma classe, processo este que culminaria com a transposição do poder privado dos interesses multinacionais e associados para o governo público do Brasil. Para isso, o bloco econômico dominante teria de vir a ser o Estado autoritário em que efetivamente se transformaria.[6]

A formação do IPES

Dimensões nacionais e internacionais

As sementes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — IPES, como também as do Instituto Brasileiro de Ação Democrática — IBAD, e do Conselho Superior das Classes Produtoras — CONCLAP, foram lançadas ao final da administração de Juscelino Kubitschek[7] (cujos excessos inflacionários e estilo populista geraram o descontentamento entre os membros do complexo IPES/IBAD)[8] e durante a presidência de Jânio Quadros, em cujo zelo moralista eles depositavam grandes esperanças. Embora interesses multinacionais e associados, individuais ou mesmo setoriais fossem devidamente articulados através da administração paralela, não havia nenhuma liderança política reconhecida e organizada ao final de 1960, exceto as associações de classe de cunho menos abrangente. Foi então que, conforme Paulo Ayres Filho, empresário e ex-diretor do Banco do Brasil no governo de Jânio Quadros, "alguns franco-atiradores de São Paulo e do Rio de Janeiro se reuniram pela primeira vez. Todos eles (talvez dez ou doze no máximo) eram relativamente jovens executivos da geração nascida durante a Primeira Guerra Mundial ou pouco depois dela".[9] De acordo com a versão conhecida, o contato com Paulo Ayres Filho foi feito pelo empresário de origem americana Gilbert Huber Jr., residente no Rio, a quem foi dada a incumbência de recrutar homens de negócio de São Paulo.[10] Paulo Ayres Filho, por sua vez, recrutou João Batista Leopoldo Figueiredo, importante empresário multinacional e ex-presidente do Banco do Brasil no governo de Jânio Quadros. J. B. Leopoldo Figueiredo se tornou líder do IPES de São Paulo. Com a súbita renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, decidiu-se ativar o grupo.[11]

Contudo, Paulo Ayres Filho, dedicado anticomunista,[12] já havia, parece, feito algum trabalho de base nessa esfera, antes de ser chamado por Gilbert Huber Jr. No princípio da década de cinqüenta, Paulo Ayres Filho estivera visivelmente preocupado com a mobilização política que então ocorria em todo o país, atravessando as barreiras de classes. Tendo tomado conhecimento do trabalho da Foundation of Economic Education, organização sediada em Nova York, "defensora da causa de uma limitada participação do governo na economia e da livre

empresa", como um antídoto para a filosofia de que "não se consegue algo em troca de nada", ele iniciou a tradução e distribuição de seus panfletos entre amigos.[13]

Enquanto isso, no Rio, Gilbert Huber Jr., o empresário multinacional Antônio Gallotti, os tecno-empresários Glycon de Paiva e José Garrido Torres e o empresário Augusto Trajano Azevedo Antunes, entre outros, estavam engajados em sua próspera campanha de recrutamento e também envolvidos na obtenção dos serviços de diversos oficiais da reserva, tais como o General Golbery do Couto e Silva, que foi indicado ao IPES pelo General Heitor Herrera. Uma série de reuniões informais lideradas por empresários nas casas de proeminentes homens de negócio de São Paulo e do Rio iniciou abertamente um estágio no processo onde diferentes organizações de classe e órgãos do governo começaram a pregar mudanças fundamentais na economia e no sistema político. Desses encontros planejados e discussões preliminares com um constante e crescente número de indivíduos de destaque, surgiu a idéia de se estimular em todo o país uma reação empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política. Tal reação empresarial precisaria contar com representação setorial para ser eficaz e deveria ter um sentido "popular" mais abrangente, de uma forma que já estava sendo estimulada em Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Rio pelo primeiro grupo organizado de ação empresarial, o IBAD, e já sendo desenvolvida pela militante associação de classe, o CONCLAP.

O IPES passou a existir. Os fundadores do IPES do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, vieram de diferentes *backgrounds* ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado. Esses empresários visavam a uma liderança política compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática, pois, como foi observado, "a direção do país não podia mais ser deixada somente nas mãos dos políticos".[14] O IPES passou a existir, oficialmente, no dia 29 de novembro de 1961. Seu lançamento foi recebido favoravelmente pelos diversos órgãos da imprensa, tais como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, o *Correio da Manhã* e a *Ultima Hora*.[15] Contou também com o beneplácito do conservador Arcebispo do Rio Dom Jayme de Barros Câmara, enquanto outras figuras políticas, eclesiásticas e intelectuais aplaudiram da mesma forma o seu aparecimento. Rapidamente o IPES se expandiu até Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros menores.[16]

O IPES desenvolveu uma dupla vida política desde o seu início. Aos olhos de simpatizantes e defensores, a sua face pública mostrava uma organização de "respeitáveis homens de negócio" e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam "participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes".[17] Seu objetivo ostensivo era estudar "as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um tecno-empresário liberal".[18] Conforme uma versão de seu documento básico, "A responsabilidade democrática do empresário", distribuído entre recrutas potenciais, o IPES foi instituído como uma "agremiação apartidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos". Além disso, segundo o documento, o IPES seria orientado por "dirigentes de empresas e profissionais liberais que participam com convicção democrática,

como patriotas e não como representantes de alguma classe ou de interesses privados. Eles se reúnem para analisar a situação e contribuir para a solução dos problemas sociais que surgem constantemente na vida brasileira. Por isso, a direção do IPES conta com a colaboração de professores universitários, técnicos e peritos, que, de acordo com seus postulados, estejam dispostos a trabalhar no estudo e na equação dos problemas nacionais". Seus objetivos professados eram "promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos", "desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social" e, "por meio de pesquisa objetiva e discussão livre, tirar conclusões e fazer recomendações que irão contribuir para o progresso econômico, o bem-estar social e fortificar o regime democrático do Brasil".[19] Para realçar ainda mais a sua fachada, o IPES era apresentado (por sua liderança) entre o grande público, como uma organização educacional, que fazia doações para reduzir o analfabetismo das crianças pobres — e como um centro de discussões acadêmicas.

O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar. Os fundadores do IPES, avidamente dedicados à "manipulação de opiniões e guerra psicológica, organizavam e recrutavam um núcleo de 50 membros, cada um encarregado de trazer cinco outros, e eles, por sua vez, outros cinco. Eles concordavam em conduzir tanto as operações públicas, quanto as encobertas".[20] Algumas pessoas do grupo de fundadores consideravam que o IPES deveria ser uma organização inteiramente clandestina, mas foi argumentado que, em função da natureza, das tarefas por vir, seria mais sensato operar também com o conhecimento do público.[21] As operações secretas e discretas da burguesia insurreicional eram executadas por forças-tarefa especializadas, unidades de ação, grupos com codenomes e subsidiários.[22]

O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais do que o IPES. O equilíbrio entre atividades a longo e curto prazo era delicado, embora o padrão que parecia ter surgido era aquele de grupos paralelos operando nos dois níveis, escorando grupos e organizações contingentes e com objetivos específicos e limitados, quando se fizesse necessário.[23] Astuciosamente, Raul Pilla, líder do Partido Libertador, observou que "duas instituições muito úteis foram organizadas, uma visando estudos doutrinários para disseminar idéias e esclarecer os cidadãos, a outra para a ação política, levando-os a cumprir seus deveres patrióticos".[24]

A elite orgânica se empenhava na fusão dos militantes grupos antigovernistas que se encontravam dispersos. Ela instituiu organizações de cobertura para operações encobertas (penetração e contenção) dentro dos movimentos estudantis e operários e desencorajou a mobilização dos camponeses. Estabeleceu ainda uma bem organizada presença política no Congresso e coordenou esforços de todas as facções de centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista. A elite orgânica também estabeleceu o que pode ser considerado como efetivo controle da mídia audiovisual e da imprensa de todo o país. No curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.

Segundo Paulo Ayres Filho, os resultados alcançados pelo IPES não foram extraordinários nos estágios iniciais de sua existência como organização; porém, graças à colaboração dada por suas subsidiárias e outras entidades e grupos de ação existentes, gradualmente a elite orgânica logrou êxito infundindo nas classes dominantes, bem como nas camadas sociais intermediárias e militares, primeiro a idéia de resistência contra o governo, depois o consenso e a urgência quanto a sua derrubada. Para essa última operação o complexo IPES/IBAD teria de ser bem sucedido em influenciar e mobilizar um grande número de oficiais militares. E isso foi alcançado.[25] Assim, um grupo conhecido de civis e militares viajou por todo o Brasil, identificando movimentos locais, grupos e indivíduos antigovernistas e antitrabalhistas de esquerda, que estivessem dispostos a recorrer a medidas de cunho militar, caso fosse necessário.[26] Além disso, o complexo IPES/IBAD se defrontou com problemas de doutrinação e organização de um bloco de poder burguês e de como induzi-lo à ação política com um mínimo de legitimação popular. A primeira tarefa da elite orgânica seria convencer a maioria dos próprios empresários de suas imediatas e reais necessidades, que extrapolavam os seus mesquinhos ganhos comerciais, e da necessidade de se envolverem em novos níveis e formas diferentes de ação. Ela teria também de quebrar a fidelidade de alguns e o passivo alinhamento de outros com o Executivo nacional-reformista. Nessa tarefa, a elite orgânica Ibadiana e Ipesiana demonstrou extraordinária habilidade e desenvoltura.

Em janeiro de 1962, o coordenador geral do IBAD Ivan Hasslocher publicou seu trabalho *As classes produtoras diante do comunismo*, uma tentativa de explicar às classes dominantes o seu próprio posicionamento. Ele alertava o grande público empresarial quanto à necessidade de uma militância diferente das classes dominantes, o que já vinha sendo disseminado entre indivíduos escolhidos, ainda em caráter reservado, pelos ativistas do IBAD. Em seu trabalho, Hasslocher expunha que "no momento há no Brasil numerosas entidades e órgãos das classes produtoras dedicados ao combate ao comunismo. Todos foram fundados por democratas conscientes . . . a elite, sob todos os pontos de vista, das classes produtoras. Mas nenhum deles, até hoje, realizou nada de útil".[27] Isso se devia, conforme o trabalho, à ênfase depositada no número de membros reunidos em tais entidades e órgãos, muito mais que à qualidade de seus membros, pois os fundadores dessas organizações entendiam que elas deveriam ser verdadeiramente representativas. E, de fato, o eram. Segundo o ponto de vista de Hasslocher, essa era, certamente, a razão de sua inoperância. Ele tentava mostrar que nenhum "empresário com senso prático jamais sonharia em ter sua empresa administrada por um conselho cujos componentes tivessem poderes iguais e ponto de vista inteiramente divergentes". E essa, enfatizava Ivan Hasslocher, era precisamente a forma pela qual as organizações das "classes produtoras" haviam sido constituídas. A necessidade de se criar uma organização de escol e sigilosa da elite orgânica estava se tornando imperativa.

Como a elite orgânica estruturada no IBAD via as classes empresariais? Hasslocher as dividiu nas seguintes categorias:

a) os comunistas, que perfaziam 1% do total;
b) os criminosos, 3%;
c) os inocentes úteis, 10%;
d) os reacionários, 12%;

e) os inconscientes, 70%; e
f) os elementos conscientes, 4%.

Os "comunistas" eram aqueles empresários que foram seduzidos por uma doutrina e ambição política para apoiarem e organizarem atividades contra sua própria classe. Dentro das classes empresariais eram considerados elementos destrutivos e de desagregação. Os "criminosos" constituíam os que ajudavam ou eram simplesmente passivos diante da ação das classes opostas. Eles eram o setor que tendia a maximizar seus retornos a qualquer custo e, por sua própria cobiça comercial, a negligenciar os interesses mais amplos de toda a classe empresarial. Formavam a categoria de "inocentes úteis", os empresários liberais que apoiavam projetos sócio-econômicos rotulados de progressistas, devido à sua ingenuidade e boa intenção. Os "reacionários" eram aqueles setores das classes dominantes que identificavam como "comunistas" todas as causas modernizantes. Eles tentavam fossilizar a sociedade, recusando-se a aceitar mudanças, a fim de preservar seus pequenos interesses. Os "inconscientes" eram constituídos pelos membros das classes dominantes que não se tornaram militantes classistas. Eles pertenciam às classes dominantes não por ação política ou posição ideológica, mas por sua própria situação econômica objetiva. Por último, Hasslocher identificou os "elementos conscientes". Esse pequeno grupo compreendia aqueles que tinham a capacidade e a disposição para liderar as classes empresariais na luta que deveriam travar contra a "ameaça comunista". Com o que somente poderia ser um toque de ironia, Ivan Hasslocher observou que, em 1896, o autor H. G. Wells escrevera um livro no qual ele expôs sua própria visão de um mundo futuro, onde as massas seriam escravizadas por um grupo de poderosos capitalistas bem organizados e sem escrúpulos. Vinte e três anos depois, Wells escreveu um novo prefácio para o seu livro, no qual chegou à conclusão de que a espécie humana "nunca chegará a essa imensa e deprimente condição de escravidão", pois "a tese de uma escravização gradativa e sistemática das massas trabalhadoras pressupõe uma inteligência, um poder de combinação e um maquiavelismo por parte da classe dos financistas e industriais que esta classe certamente não possui e provavelmente não pode possuir".[28] Contudo, enfatizou Hasslocher, os elementos conscientes eram "muito mais esclarecidos do que pensava H. G. Wells", embora não sejam numerosos. São homens cuja visão ultrapassa o terreno de seus negócios imediatos e com uma compreensão apreciável de política". Enfatizando sua abordagem elitista, acrescentou que "as grandes reformas da história do mundo têm sido apresentadas por minorias às maiorias. A democracia mais aperfeiçoada não só tolera, como estimula a ação de líderes. Não há motivo doutrinário nem prático para que as classes produtoras do Brasil só possam agir *en masse*". E ele acrescentou que "Um grupo minoritário, coeso em torno de ideais construtivos e solidamente ali cercados muito poderá fazer e à medida que se forem verificando os resultados do seu trabalho, então, novos elementos serão atraídos a colaborar e o grupo se tornará mais representativo. A admissão desses novos elementos, contudo, deveria ser condicionada à sua adesão formal — não só à linha ideológica como à linha de ação definida pelo grupo fundador. Organizando-se como minoria atuante, sem o peso morto dos inconscientes e sem a oposição bem ou mal-intencionada das outras categorias, os democratas conscientes poderão delinear e executar um plano de ação em defesa da sua pátria, da liberdade e de si mesmos. A nosso ver, a esfera principal de ação desse grupo deveria ser interna, isto é,

teria o objetivo de pôr em ordem a própria casa das classes produtoras".[29] Era realmente alto o grau de consciência de classe dentro do IBAD.

Com a cobertura do IBAD, a elite orgânica, feroz e publicamente, fazia campanha através da mídia, bem como tomava medidas econômicas contra o "desviante ou irresponsável comportamento político" de empresários individuais que não se ajustavam à exigida oposição ao governo de João Goulart. Nessa atividade específica, a Ação Democrática Popular do IBAD (ADEP) desempenhou papel significativo. A ADEP desenvolveu duas campanhas básicas sob a bastante inócua denominação de "Ação Social". Uma consistia na pressão econômica sobre as empresas privadas e entidades sociais que não se identificavam com os seus ideais políticos ou que realmente davam apoio a diretrizes governamentais. A outra era o direcionamento político da opinião pública e empresarial contra o governo nacionalista e contra determinadas figuras públicas.[30] A campanha através da mídia foi muito útil às tentativas da elite orgânica de consolidar uma frente conservadora de opinião pública com objetivos modernizantes, em consonância com metas empresariais e em oposição às tentativas nacional-reformistas de João Goulart.

Um exemplo claro de "queimação" de uma pessoa foram as críticas severas que José Ermírio de Moraes, do grupo industrial Votorantim, recebeu por seu apoio ostensivo ao candidato reformista à cadeira governamental de Pernambuco, o Estado-chave do Nordeste. José Ermírio de Moraes havia sido Ministro da Indústria e do Comércio na gestão do Primeiro-Ministro Francisco Brochado da Rocha, em 1962. A princípio, a pressão sobre José Ermírio de Moraes foi preparada no IPES do Rio, embora tenha sido o IBAD que ostensivamente desenvolveu a campanha. Quando a questão Ermírio de Moraes foi levantada em uma reunião da Comissão Diretora do IPES, ficou decidido que Rui Gomes de Almeida e J. B. Leopoldo Figueiredo "conversariam com ele" e, negando-se a aquiescer, seria atacado, já que o consideravam incapaz de resistir.[31] O IBAD também censurava grupos econômicos tais como o Grupo Ducal, pertencente a José Luís Moreira de Souza, cunhado do General Affonso A. de Albuquerque Lima, da ESG, por manter propagandas comerciais na *Ultima Hora*, jornal populista de circulação nacional. O IBAD, além disso, criticava severamente a deliberada atitude moderada do *Jornal do Brasil*, na luta contra o "esquerdismo".[32] Tais campanhas contra José Luís Moreira de Souza e José Ermírio de Moraes serviram de cortina de fumaça para a elite orgânica. José Ermírio de Moraes Filho, sócio de seu pai no gigantesco grupo Votorantim, era membro proeminente do comitê diretor do IPES de São Paulo. José Luís Moreira de Souza era uma figura-chave do comitê diretor do IPES do Rio e seu irmão e sócio no Grupo Ducal, José Cândido Moreira de Souza, ex-membro do Clube da Lanterna (grupo antigetulista de conspiradores liderado por Carlos Lacerda, bastante ativo na década de cinqüenta) era ligado ao IBAD. Sendo ostensivamente atacados pela "direita", eles conseguiam manter suas comunicações abertas com o centro e uma parte da esquerda do espectro político e era no suposto apoio de tais setores da "burguesia nacional" que a malfadada estratégia de reformismo nacional se baseava. Além disso, o *Jornal do Brasil*, por trás de sua fachada de órgão informativo, era usado como importante canal de divulgação para a campanha ideológica da elite orgânica.[33]

Como já foi observado, para a elite orgânica, o mais importante problema político inicial em termos de organização era aquele de despojar as classes empresariais de quaisquer demandas particularistas ou preconceitos populistas.[34] Durante o período inicial do IPES, a elite orgânica disseminou entre as diferentes frações das classes dominantes a necessidade de se movimentar em torno da formação do espírito burguês de classe, embora cônscia de que o IPES estivesse apenas "preparado para estudos, não para a ação", como enfatizou o líder Ipesiano e empresário Antônio Gallotti.[35]

Uma publicação interessante, visando a infundir sentido de consciência de classe em relação às tarefas que as classes empresariais doravante teriam, foi um trabalho elaborado pelo líder do IPES José Garrido Torres, sobre a "Responsabilidade democrática do empresário", amplamente disseminado em versões revisadas por intermédio dos canais do complexo IPES/IBAD.[36] Garrido Torres chamava a atenção das classes dominantes para o gradual descrédito da empresa privada aos olhos do público. Tal processo nem se devia somente ao intervencionismo do Estado, como era defendido por muitos empresários, nem meramente à propaganda de adversários ideológicos, à qual o grupo de ação do IPES chefiado por Garrido Torres tentava se opor. Ao contrário, enfatizava ele que a imagem negativa das classes empresariais advinha de alguns aspectos negativos do comportamento das próprias empresas privadas.[37] Observava ainda que estavam sendo ouvidos novos argumentos que faziam crítica às "virtudes intrínsecas" da empresa privada, tão bem como os argumentos já conhecidos sobre a falta de iniciativa atribuída a ela. Extremamente alarmante, sob o ponto de vista de Garrido Torres, era que a empresa privada estava sendo alvo de ataques abertos por ser tomada como a raiz do atraso econômico do Brasil. Ressaltava que crescia o número daqueles que pregavam que, dado o estágio de evolução que o Brasil atravessava, os ideais de desenvolvimento econômico e justiça social só seriam alcançados num ritmo acelerado, caso a economia total fosse socializada. Ademais, e de fato alarmante, tais convicções eram compartilhadas por amplos segmentos da burocracia, estudantes, jornalistas, políticos e até oficiais militares, para os quais o principal fator responsável pelo subdesenvolvimento brasileiro era o imperialismo econômico e a cobiça das classes "produtoras". A discussão em meio a esses segmentos era, segundo Garrido Torres, de que uma revolução social se fazia necessária, como alternativa inevitável para a ação anti-social dos "grupos econômicos" e a incapacidade das "classes dirigentes". Ele alertava, então, as classes dominantes quanto à campanha nacionalista e trabalhista-esquerdista que, embora na aparência se dirigisse especialmente às empresas estrangeiras (por razões táticas, em sua opinião), atingiria, em termos concretos, também as nacionais. Ele atacava ainda os empresários pseudonacionalistas, que desempenhavam o papel nacionalista a fim de favorecerem seus próprios e restritos interesses, em detrimento daqueles mais amplos da comunidade empresarial como um todo. Garrido Torres, então, instou as classes empresariais a que evoluíssem não apenas para a prática da "democracia econômica", mas também para assumirem responsabilidades públicas e sociais que correspondessem a esse posicionamento. Tal evolução teria de ser favorecida pelos que ele considerava como líderes autênticos das classes empresariais, os quais estavam preparados para a necessidade de renovação da empresa privada, bem como para a busca ativa de soluções aos problemas políticos e sociais do país. Mas para alcançar desenvolvimento econômico

e progresso social, era necessário, continuava ele, pensar e agir politicamente, com um claro senso de premência. Era preciso fortalecer o regime, fazendo reformas institucionais que modelassem a estrutura para a modernização. Para Garrido Torres, a sobrevivência da democracia, identificada com a empresa privada, dependia do comportamento político dos empresários e da demonstração de sua função social ao grande público.[38]

Em face de problemas semelhantes, o empresário e líder do IPES e da UDN, Rafael Noschese, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, observou que "já se passou o tempo em que empresários se preocupavam apenas com os problemas econômicos e financeiros de suas empresas. Hoje eles não podem se alienar da responsabilidade social contida nas empresas que eles dirigem".[39] Todavia, não era suficiente transpor a fase que Gramsci chamava de corporativo-profissional, uma vez que a consciência de seus interesses comuns de classe tivessem sido alcançados. Seria necessário agir como uma classe e ser capaz de liderar politicamente uma reação burguesa contra o Executivo, restituindo-o a seu controle. Nesse respeito, para o presidente do IPES J. B. Leopoldo Figueiredo, quando discursava para a Associação Brasileira de Relações Públicas, era necessário "despertar entre nós a consciência generalizada do bem-estar comum, em oposição à busca de vantagens por indivíduos, grupos ou classes, uma forma ilegítima usada por alguns para transpor a *fronteira* de liberdade de outros, violando o direito de todos. É mais do que urgente estimular o senso de responsabilidade de cada um". E ele acrescentava: "O IPES surge com o objetivo de esclarecer primordialmente a classe empresarial que, diga-se de passagem, precisa *mais do que qualquer* outra classe saber realmente quais são os limites ideais do regime de livre iniciativa no campo econômico."[40]

A campanha de conscientização de classe liderada pelo complexo IPES/IBAD começou a surtir efeitos. Gradativamente, os empresários líderes de cerca de 500 corporações multinacionais e associadas, sediadas no Rio e em São Paulo, responderam ao chamado de sua elite orgânica e começaram a suprir o IPES (já então a reconhecida estrutura de vanguarda da classe) dos meios necessários para desenvolver seu trabalho.[41]

Antes da discussão sobre os recursos à disposição da elite orgânica e sua estrutura interna, uma observação há de ser feita. O processo brasileiro não foi único. Ao fim da década de cinqüenta, por toda a América Latina, havia um substancial desenvolvimento de organizações dedicadas a manter a "liberdade política e econômica" [*sic*].[42] Tais entidades eram apoiadas por relativamente novos setores profissionais e empresariais de suas respectivas sociedades. Essas várias organizações, que surgiram principalmente depois de 1955, assemelhavam-se em seu objetivo final e na composição de seus patrocinadores e recrutas,[43] embora os métodos de operação utilizados fossem extremamente variados e, em alguns casos, talvez contraditórios.[44] Apesar disso, ou precisamente em decorrência da riqueza de experiências variadas, era comum a troca de informações, perícia e indivíduos militantes, assim como a concomitância de membros em diferentes organizações nacionais. Uma lista de selecionadas organizações latino-americanas que formavam uma elite orgânica empresarial a nível de hemisfério dá uma visão de sua importância política nesse período e dos fortes interesses e vastos recursos que forçavam uma mudança modernizante-conservadora no continente. Estavam entre as congêneres do IPES, no sentido de que elas compartilhavam

perícia e fundos, cooperavam em esforços conjuntos e tinham, em certos casos, concomitância de membros individuais e corporativos: o Instituto de Investigaciones Sociales y Económicas, o Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos — CEMLA, aos quais o associado do complexo IPES/IBAD, Dênio Nogueira era ligado, e o Centro Nacional de Estudios Sociales (todos três no México), o Centro de Estudios Económico-Sociales (Guatemala), o Instituto de Estudios Socioeconómicos (El Salvador), o Instituto Venezuelano de Análisis Económico Social e o Instituto Venezuelano de Acción Comunitaria (Venezuela), o Instituto de Estudios Sociales y Económicos e o Centro de Estudios y Acción Social — CEAS, que era controlado pela estação de Bogotá da CIA — Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (Colômbia), o Centro de Estudios y Reformas Económico Sociales — CERES, controlado pela agência de Quito da CIA americana[45] (Equador), o Instituto de Acción Social e o Centro de Orientación Económico-Social (Peru), o Instituto Privado de Investigaciones Económico Sociales (Chile), o Centro de Estudios sobre la Libertad, o Foro de la Libre Empresa e a Acción Coordinadora de las Instituiciones Empresariales Libres (Argentina), a Sociedade de Estudos Interamericanos — SEI e a Fundação Aliança para o Progresso (Brasil). Outro indício da importância dessa rede de organizações pode ser dado pelas relacionadas, congêneres e equivalentes nos Estados Unidos, Europa e Ásia dos IPES e SEI brasileiros. Algumas delas eram: The United States Interamerican Council, fundado pelo escritório latino-americano de Nelson Rockefeller, o Latin American Information Committee — LAIC, fundado em 1961, e o Committee for Economic Development — CED, que posteriormente se fundiram ao Business Group for Latin America — BGLA, sob a liderança de David Rockefeller, tornando-se o Council for Latin America — CLA (Estados Unidos), o Committee for Economic Development of Australia — CEDA (Austrália), o Europaishe Vereinigung für die Wirtschaftliche und Soziale Entwicklung — CEPES (Alemanha), o *Comité Européen pour le Progrès Économique et Social* — CEPES, cujos diretores eram Bernard de Marjerie do Banque de Paris et des Pays Bas, Jacques Merlin do Crèdit Commerciel de France e Jean Deplasseux do Crèdit Lyonnais (França), o Comitato Europeo per il Progresso Economico e Sociale — CEPES, que tinha como diretores C. Gastaldi, do complexo financeiro NECCI, e Paolo Succi (Itália), o Keizai Deyukai — KD, cujos diretores eram Y. Iwasa, do Fuji Bank, e S. Nakayama, do Industrial Bank of Japan (Japão), o Political and Economic Planning — PEP (Grã-Bretanha), o Seminarios de Investigaciones Económicas — SIE (Espanha), o Stüdiefürbundet Naringsliv och Samhalle, dirigido por Rune Hoglund, do Swenska Handelsbanken, L. Erik Thunholm, do Skandinaviska Bank, e Erik Dahmen, do Enskilda Bank (Suécia). Havia também uma série de órgãos de estrutura internacional, entre os quais se destacam na *América Latina* o Latin American Development Committee, o Business Council for International Understanding, o Consejo Interamericano de Comércio y Producción — CICYP, sediados no Uruguai. O CICYP contava com a direção de George S. Moore, do First National City Bank, e do engenheiro peruano Rómulo A. Ferrero, do Economic Policy Committee. Na Europa havia também uma CEPES internacional, sediada na Itália. A CEPES internacional era presidida por Vittorio Valetta da FIAT e Charles Buzzi.[46]

O LAIC e o CED, em particular, davam coordenação internacional e apoio logístico ao IPES e organizações congêneres. Não foi por acaso que, bem no

princípio de 1962, Alfred C. Neal (que mais tarde se tornou presidente do Council for Foreign Relations, nos Estados Unidos) enviaria uma carta ao líder do IPES, Gilbert Huber Jr., oferecendo a ele uma "operação CED de apoio" e fornecendo, para esse efeito, uma lista pormenorizada de vinte e seis pessoas de destaque.[47] É interessante observar que esses empresários e intelectuais orgânicos escolhidos, na maior parte, vieram a ser membros centrais do IPES, assumindo postos de liderança no escritório de São Paulo. Alguns deles, sem se tornarem membros formais ou participantes da estrutura de ação política do IPES, sincronizavam seus próprios esforços políticos com a elite orgânica, através das associações de classe empresarial. Finalmente, muitos de seus nomes devem ser encontrados entre os empresários e companhias que proveram a infra-estrutura administrativa e econômica para as atividades declaradas e encobertas do IPES.

O IPES do Rio de Janeiro era também intimamente ligado à American Economic Foundation — AEF, para a qual o IPES se *tornou* o canal de difusão brasileiro. Os líderes José Garrido Torres, J. R. Whittaker Penteado, Glycon de Paiva e Harold Cecil Polland, entre outros, eram os contatos do IPES com o CED e a AEF. Por intermédio de Garrido Torres, o presidente da AEF autorizou o IPES a usar, gratuitamente, qualquer propaganda ou material de pesquisa daquela instituição.[48] O Latin American Information Committee — LAIC, com sede em Nova York, patrocinado e financiado por corporações dos Estados Unidos, distribuía fundos dessas companhias aos grupos escolhidos para receberem colaboração, aos quais proporcionava certo grau de coordenação internacional. O LAIC patrocinou pelo menos duas reuniões gerais desses grupos, realizadas em Nassau (nas Bahamas), em 1962 e 1963.[49] Gilbert Huber Jr., Garrido Torres e Harold Polland, todos membros fundadores do IPES do Rio, estavam entre aqueles que, representando a organização, viajaram do Brasil para Nassau.

Nessas reuniões, discutiam-se assuntos vários, que afetavam os interesses multinacionais e associados, tais como o planejamento governamental e privado, o Mercado Comum Latino-Americano, o papel político e social da empresa privada e o combate ao "comunismo". Abordavam-se também, em Nassau, os problemas comuns ao IPES e às várias instituições congêneres representadas no encontro, tendo em vista que prenunciava em toda a América Latina um período de distúrbios e agitação política.[50]

O grupo do IPES prosseguiu para os Estados Unidos, proveniente da reunião de Nassau de 1962, entrando em contato com o presidente do Senado americano, para dar a ele uma idéia da imagem dos Estados Unidos no Brasil, imagem esta formada através do comportamento das empresas americanas privadas e de capital fechado sediadas no solo brasileiro.[51] A linha de argumentação do IPES era de que as empresas americanas de capital fechado deveriam abrir seus quadros de diretoria e ações aos brasileiros e, quando possível, associar-se.[52] Os líderes do IPES também tiveram uma reunião no Departamento de Comércio, onde Gilbert Huber Jr. falou para um grupo de oito peritos sobre o Brasil e companhias americanas.[53] O grupo se reuniu, ainda, com o embaixador Teodoro Moscoso e uma equipe de conselheiros do Departamento de Estado, onde debateram-se as situações políticas e econômicas brasileiras e chilenas.[54]

Dois meses depois, em uma de suas viagens periódicas aos Estados Unidos, Gilbert Huber Jr. acolheria bem o apelo de Nelson Rockefeller aos presidentes das grandes companhias norte-americanas,[55] das quais se esperava apoio para a

campanha. Os contactos não eram limitados aos latino-americanos que iam aos Estados Unidos e às Bahamas. Entre outros, Esteban Ferrer, Enno Hobbing e seus colegas do LAIC,[56] Frank Brandenburg, Ernest W. Gross, Herbert Stein e A. C. Neal do CED, bem como um grande número de cientistas políticos, sociólogos, antropólogos, funcionários de órgãos estatais e de empresas privadas e executivos de corporações transnacionais viajavam constantemente, mantendo contacto de rotina e dando apoio especial às suas aliadas e congêneres da América Latina.[57] Tal transação internacional ilustra uma outra forma pela qual se pode falar do Brasil como um sistema político informalmente penetrado, onde membros de um país entram em contacto com pessoas de outros países, num esforço de alcançar seus objetivos.[58]

A elite orgânica recebia também estímulo de outras fontes. Com a ascensão de Lyndon Johnson ao poder, a elite orgânica brasileira, assim como as congêneres da América Latina, receberam apoio ainda maior.[59] John Kennedy já havia, no entanto, dado os passos iniciais. Quando o Coronel Vernon A. Walters, eficiente homem de informações que se tornaria mais tarde vice-diretor da CIA,[60] voltava da Itália em direção ao Brasil, para, ostensivamente, tornar-se adido militar, foi informado de que o Presidente Kennedy "não se oporia à deposição do governo de João Goulart, se fosse substituído por um estável governo anticomunista que ficasse ao lado do mundo "livre" ocidental.[61] Quando o movimento civil-militar contra João Goulart já se encontrava bem encaminhado, a Embaixada Americana "assegurava aos conspiradores que os Estados Unidos estavam ao lado deles".[62]

A estrutura de tomada de decisão

A elite orgânica centralizada no Rio de Janeiro e São Paulo formava o Comitê Nacional conjunto, coordenando outros Estados onde o IPES havia estabelecido centros similares, tais como o IPESUL (Rio Grande do Sul), o IPES Pernambuco, o IPES Belo Horizonte, o IPES Paraná, o IPES Manaus, o IPES Santos e outros centros menores. A instituição era dirigida por um Conselho Orientador — CO, um Comitê Diretor — CD e um Comitê Executivo — CE,[63] cada um deles estruturado nos diferentes centros regionais. A principal unidade política ficava nas duas seções mais importantes do Rio e de São Paulo, com um reduzido CE (quatro a oito membros no máximo) se reunindo pelo menos uma vez ao dia e freqüentemente em caráter extraordinário, sempre que exigências políticas ou organizacionais assim o ditassem. Formalmente, o CE tinha como seu principal papel a "suprema direção administrativa" e a "execução das decisões tomadas pelos CO e CD". O CE também tinha a função de estudar, elaborar e submeter ao CD os programas de atividades que o IPES tivesse em mente desenvolver, bem como preparar os respectivos orçamentos. Ele tinha, ainda, de "executar todas as atividades administrativas que não fossem específicas ao CD e ao CO". O CE realizava as tomadas de decisão e programação das linhas gerais de ação dos objetivos do IPES, assim como a discussão e aprovação de projetos e orçamentos. Desempenhava também o papel de controlador de diretrizes políticas, sendo parte do comitê central político-militar, atuando através de suas unidades operacionais ideológicas, políticas e militares, os Grupos de Estudo — GE e os Grupos de Trabalho e Ação — GTA. Um cálculo da importância do CE pode ser feito pela

lista de nomes que compunham esse nível organizacional, tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo, bem como do Comitê Executivo Nacional — CEN (suas ligações políticas, econômicas e conexões são examinadas no Apêndice B).

O mais importante órgão institucional de formulação de diretrizes políticas situava-se no Comitê Diretor regional, que se reunia pelo menos uma vez a cada semana e, se necessário, mais freqüentemente. O CD foi estruturado com base em um plano elaborado por Harold C. Polland. Era composto de vinte membros fixos, sendo 10 do Rio e 10 de São Paulo, com mais outros dez escolhidos entre os ativos na supervisão de grupos de estudo e ação. Os CDs locais também se reuniam semanalmente. Membros dos comitês executivos locais constantemente viajavam para os diversos centros do IPES, proporcionando uma preciosa interligação operacional. Formalmente, os CDs eram responsáveis pela escolha de membros do CE e programação das atividades dos GEs e GTAs (doravante denominados Grupos de Estudo e Ação). O CD de cada cidade englobava os líderes dos Grupos de Estudo e Ação.

O Conselho Orientador se reunia várias vezes ao ano, como o órgão formal para "elaborar as linhas de orientação, ratificar as diretrizes políticas vigentes, eleger o CD e estabelecer a estrutura institucional". Composto de quarenta membros, atuava como uma rede básica de levantamento de fundos e como a espinha dorsal da organização. Era também o forum de representação setorial, associativa, profissional e ideológica. Vários de seus membros compunham o Conselho Orientador Nacional — CON. O CO escolhia doze de seus membros para fazerem parte dos vinte ativistas que compunham o CD regional. Desses doze, sairiam escolhidos o presidente nacional do IPES e dois vice-presidentes, um para o Rio e outro para São Paulo.[64]

Havia também um Conselho Fiscal para assuntos processuais e controle de contas. Seus contadores oficiais eram José da Costa Boucinhas e Eduardo Sampaio Campos, ambos membros corporativos das American Chambers of Commerce e contadores públicos de algumas das maiores corporações do Brasil.

Por volta de 1963, o IPES havia crescido de 80 membros iniciais para 500 associados.[65] Os três principais órgãos de tomada de decisão compreendiam 27 dos 36 líderes da Federação das Indústrias de São Paulo, já mencionados (75%), 21 dos 24 líderes do Centro de Indústrias de São Paulo (87,5%); além disso, o IPES incluía um grande número de membros das American Chambers of Commerce relacionados como "ativos", bem como o núcleo militante do CONCLAP e dos principais escritórios de consultoria anteriormente citados.

A estrutura formal de autoridade

Os postos oficiais no Conselho Orientador, no Comitê Diretor e no Comitê Executivo eram, na maioria, ocupados por proprietários, acionistas, presidentes e diretores dos interesses multinacionais e associados operando no Brasil. Nem sempre eram empresários os membros da estrutura formal de autoridade, uma vez que ela incluía oficiais militares de prestígio, alguns dos quais trabalhavam em empresas privadas, e renomados profissionais, jornalistas, acadêmicos e tecno-empresários. Não faziam parte da estrutura formal de autoridade diversos dos agentes-chave das unidades operacionais, das quais muitos eram os próprios empresários. Influentes associados e colaboradores, como Luiz Viana Filho, Ro-

berto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões e Luiz Gonzaga Nascimento Silva, bem como diversos ativistas empresariais que ofereciam sua cooperação, como Mário Alves Lima, Walter Lorch, Waldemir Paula Santos Freitas e Modesto Scagliusi também não faziam parte da estrutura formal de autoridade.

É interessante observar que a estrutura de representação dos diferentes agentes sócio-políticos das classes dominantes dentro da organização formal do complexo — IPES/IBAD reunia os vários agentes sociais discutidos no Capítulo III (vide Quadro 3).

Os postos eram amplamente distribuídos entre os vários associados militantes e ativistas seguindo padrões de representação ideológica e política, assim como critérios de eficiência e capacidade. A disseminação de responsabilidades também servia de meio para evitar concentração *indevida* de poder, possibilitando o exercício de um sistema de equilíbrio de poder pelas diferentes organizações, grupos e indivíduos dentro da estrutura do IPES. No entanto, alguns ativistas ocupavam postos de maior destaque que outros, o que era um certo reconhecimento da hegemonia dos grandes empresários dentro do IPES. Os indivíduos componentes da estrutura formal de autoridade do IPES fizeram da liderança formal do bloco de poder das multinacionais e associadas a mais poderosa assembléia política e econômica das classes dominantes durante a administração de João Goulart, como se pode verificar nas listas abaixo e, mais pormenorizadamente, por suas conexões, no Apêndice B.

A estrutura formal de autoridade — Rio de Janeiro

Alexandre Kafka — CO, GEA
Álvaro Americano — CO, CON
Américo Lacombe — CO
Ângelo Mário Cerne — CO
Antônio Carlos do Amaral Osório — CO, GEA, CD, CE, CEN
Antônio Gallotti — CO, GEA, CD, CON
Augusto Traiano de Azevedo Antunes — CO, GEA, CON
José Bento Ribeiro Dantas — CO, CON
Dario de Almeida Magalhães — CO, GEA
Cândido Guinle de Paula Machado — CO, GEA, CD, CON
Fernando Machado Portela — CO, CON, GEA
Gilbert J. Huber Junior — CO, GEA, CD, CON
Glycon de Paiva Teixeira — CO, GEA, CD, CE, CON, CEN
Harold Cecil Polland — CO, GEA, CD, CON
Israel Klabin — CO, CD, GEA
Jorge Oscar de Mello Flores — CO, GEA, CD, CON
José Luís Moreira de Souza — CO, GEA, CD, CON
José Rubem Fonseca — CO, GTA, CD, CE, CON, CEN
Maurício Villela — CO, CON, CF
Miguel Lins — CO, CD, CON, CF
Orlandy Rubem Correia — CO, CON
Osvaldo Tavares Ferreira — CO, GEA, CD, CE, CON, CEN
General Golbery do Couto e Silva — GEA, CD, CE, CON
General Heitor Almeida Herrera — GEA, CD, CE, CON, CEN
Joviano Rodrigues de Moraes Jardim — GEA, CD, CON

Quadro 3

Escritórios de Consultoria
Diretores de Corporações/ tecno-empre- sários
Oficiais formados pela ESG
Figuras simpati- zantes da admi- nistração pública
Associações de Classe Empresarial
Líderes da UDN ADP
IBAD ADEP
I.P.E.S.
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LIGAÇÕES
ARTICULAÇÃO
INFLUÊNCIA
AÇÃO
ORGANIZAÇÕES DE CLASSE
PÚBLICO GERAL
APARELHO DO ESTADO E GOVERNO
CONSPIRAÇÃO POLÍTICO-MILITAR

General Liberato da Cunha Friedrich — GEA, CD, CON
General João José Baptista Tubino — CD, GEA
Guilherme Júlio Borghoff — CD, GEA
José Ignácio Caldeira Versiani — CON
Dênio Chagas Nogueira — GEA, CON
Edmundo Falcão da Silva — CON
João Baylongue — CON
João M. Mader Gonçalves — CON
Jorge Frank Geyer — CON, CF
José Garrido Torres — CON, GEA
Luiz Figueiredo Júnior — CON
Mauro Ribeiro Viegas — CON
Rui Gomes de Almeida — CO, GEA, CD
Zulfo de Freitas Mallman — CO
Guilherme da Silveira Filho — CO
Haroldo Junqueira — CO, CD
Euclides Aranha — CO
Guilherme Levy — CO
Haroldo Graça Couto — CO
Joaquim Rocha Santos — CO
João da Silva Monteiro — CO
Jorge Behring de Mattos — CO, CON, CF
Jorge de Carvalho — CO
José Luiz Magalhães Lins — CO
Odylo Costa Filho — CO, CON
Temístocles Marcondez Ferreira — CO
José Duvivier Goulart — CO, GEA, CON
Joaquim Carneiro — CO, CF
Nelson Parente Ribeiro — CO, CON
Oscar de Oliveira — CO, GEA, CON
Abelardo Coimbra Bueno — CO, CON
Hélio Gomide — CO, GEA, CON
Eurico Moraes Castanheira — CO, CON
Alberto Lélio Moreira — CO, CON
Carlos Henrique Schneider — CO, CF
Décio de Abreu — CO, CF
Aurélio de Carvalho — CO, CON
Cláudio de Almeida Rossi — CO
Domício Veloso — CO
Edgard Rocha Miranda — CO
Tony Bahia — CF
Fernando Ilher — CF
Oscar de Carvalho — CF
Murilo Coutinho Gouveia — CO.

A estrutura formal de autoridade — São Paulo

A. C. Pacheco e Silva — CO, CD, GEA
Ary Frederico Torres — CO

Gastão Eduardo Bueno Vidigal — CO
Gastão Mesquita Filho — CO
Gustavo Borghoff — CO, GEA, CD
Hélio Muniz de Souza — CO, CD
Humberto Monteiro — CO, CD
Jayme Torres — CO
João Soares do Amaral Netto — CO, CD, GEA
José Ermírio de Moraes Filho — CO, CD
João Baptista Leopoldo Figueiredo — CO, CD, CE, CEN
José Júlio de Azevedo Sá — CO
José Pires de Oliveira Dias — CO
José Almeida Souza — CO
Lélio Toledo Pizza Almeida Filho — CO
Lucas Nogueira Garcez — CO
Luiz Dumont Villares — CO
Luiz Morais Barros — CO, CD
Mário Toledo de Morais — CO, CD, CE
Mauro Lindenberg Monteiro — CO
Octavio Pereira Lopes — CO, CD, CE
Octavio Marcondes Ferraz — GO, GEA
José Ely Coutinho Viana — CD, GEA
Luiz Cássio dos Santos Werneck — CD, GEA, CON, CEN
Oswaldo de Breyne Silveira — CD, GEA
Salim Chamma — CD, GTA
Thomaz Pompeu Borges Magalhães — CD, GEA
Manoel José de Carvalho — CF
Paulo Sérgio Coutinho Galvão — CF
Luís de Moraes — CF
Oswaldo Mariz Maia — CF
Ernesto Teixeira de Almeida — CF
Paulo Ferraz — GEA
Paulo Edmur de Souza Queiroz — GEA
Luiz Mascarenhas Neto — GEA
André Arantes — GEA
Oscar Augusto de Camargo — CO
Othon Barcelos Correa — CO, CE, CD
Paulo Almeida Barbosa — CO, CD
Paulo Ayres Filho — CO, CD, CEN, GEA
Paulo Reis Magalhães — CO, CD, CE, CON, CEN, GEA
Theodoro Quartim Barbosa — CO
Vicente de Paula Ribeiro — CO
Heinning Boilessen — CO
Eulálio Vidigal Pontes — CO
Aldo Mortari — CO
João Baptista Isnard — CO
Eudoro Villela — CO
Rafael Noschese — CO, GEA
Octavio Uchoa da Veiga — CO, CD, GEA

Décio Fernandes Vasconcellos — CO
Ernesto Leme — CO
Basílio Machado Neto — CO, GEA
Adalberto Bueno Neto — CO, CD, CON, CEN
Roberto Pinto de Souza — CO, GEA
Gilberto Wack Bueno — CO
J. R. Whittaker Penteado — CO
Paulo Lacerda Quartim Barbosa — CO, GEA
Felipe Arno — CO
Fuad Lutfalla — CO
José Martins Pinheiro Neto — CO
Daniel Machado de Campos — CO
Fernando Alencar Pinto — CO
Domingos Pires de Oliveira Dias — CO
Eduardo Garcia Rossi — CO, GEA, CD
Geraldo Alonso — CO, GEA
Jorge Queiroz de Moraes — CO
José Bastos Thompson — CO
José Luiz Anhaia Mello — CO, GEA
Luiz Emannuel Bianchi — CO
Nivaldo Ulhoa Cintra — CO, GEA, CD
J. L. Nogueira Porto — GEA
Rubem da Fraga Rogerio — CON
Júlio Arantes — GEA
Frans Machado — GEA
Paulo Galvão Filho — GEA

Apesar da ascendência dos interesses multinacionais e associados, o IPES não era um monólito ideológico e político, havendo várias razões para isso. A primeira é que, sendo uma organização guarda-chuva para as classes dominantes, bem como a unidade "coordenadora" de um número de entidades políticas, não poderia deixar de ter em seu meio uma variedade de perspectivas cuja unidade era mantida em decorrência do período crítico pelo qual passavam. Ademais, por ser uma organização política de classe, que visava reunir amplos segmentos da população em torno de seus objetivos e envolver classes e grupos subordinados na sua ação político-ideológica, o IPES teria de agregar setores e facções procedentes das classes médias e mesmo das classes trabalhadoras industriais. Esses motivos causaram o enfraquecimento de algumas posições do IPES, mais na aparência que em essência, ou, pelo menos, forçaram a elite orgânica a atender pró-forma no seu plano de ação e a incluir, simbolicamente, dentre suas práticas, demandas regionais de frações das classes dominantes e das próprias classes médias, com o intuito de estabelecer um certo consenso para a ação e dessa forma parecer realmente "representativa". As propostas para a "democratização do capital" e a reforma agrária evidenciaram ainda mais o problema. A existência de divergências também estimulou o estabelecimento de diferentes níveis de tomada de decisão, assim como canais e órgãos de ação, cuja existência ou relação com o IPES eram desconhecidas por muitos de seus participantes de menor atuação, não envolvidos na hierarquia.[68]

Uma clivagem ideológica também se expressava na divergência de perspectivas políticas nacionais entre empresários do Rio e de São Paulo. Sob o ponto de vista do General Heitor Herrera do IPES, era claro que "os homens do Rio de Janeiro tinham mais visão que os de São Paulo", acusados de raciocinarem sempre em termos regionais.[67] Além do mais, segundo o militante Coronel Ivã Perdigão do IPES, assistente do General Golbery do Couto e Silva, alguns desentendimentos se desenvolveram em conseqüência dos "diferentes papéis desempenhados pelos dois grupos. Quase todas as idéias e programas eram produto da iniciativa do Rio; sua execução e implementação eram mais da responsabilidade de São Paulo",[68] o que refletiu na sua infra-estrutura organizacional. A liderança política e os grupos de estudo partiam do Rio. Já em São Paulo se concentravam os grupos de ação encarregados da maioria das operações encobertas nos vários campos de atuação do IPES. Outra diferença jazia no fato de que São Paulo se envolvia profundamente nas áreas de operação secreta, ao passo que o Rio era mais participante no debate público, embora alguns de seus membros, tais como os empresários Cândido Guinle de Paula Machado, Jorge Oscar de Mello Flores, Harold Cecil Polland, José Rubem Fonseca, Gilbert Huber Jr., os Generais Golbery, Liberato da Cunha Friedrich e Heitor Almeida Herrera, o Capitão Heitor de Aquino Ferreira e seus contatos no corpo oficial militar, especialmente os Generais Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel, Jurandir B. Mamede, Nelson de Mello e José Pinheiro de Ulhoa Cintra, o Almirante Heck, o Marechal Denys e os Generais Ademar de Queiroz e Riograndino Kruel estivessem envolvidos tanto em atividades secretas, como na tentativa de influenciar os militares a agirem contra o governo.

Conflitos pessoais aumentavam na organização com a adesão de novos membros que traziam consigo suas antigas rixas. Assim, atritos entre os presidentes do IPES do Rio, Rui Gomes de Almeida, e do IPES de São Paulo, João Baptista Leopoldo Figueiredo, não se traduziam unicamente pelas divergências regionais ou expressavam confrontos ideológicos de frações diferentes. Nei Peixoto do Valle, líder do IPES do Rio e ativista das American Chambers of Commerce, observou que poder-se-ia definir o problema em termos de uma disputa pela liderança.[69] No entanto, Oswaldo Tavares, líder do IPES do Rio, concluiu que "uma instituição pode prescindir de um líder, mas não ... (de) uma direção plena em efetiva ordem de funcionamento" e o IPES a tinha, sem dúvida, não obstante as rixas pessoais.[70] A existência de facções manifestava-se vez ou outra em decorrência das diferenças étnicas ou rivalidades entre gerações, ou mesmo *status* social. As mais extremas diferenças se refletiam na composição dos clubes sociais paulistas e instituições de prestígio (tão importantes na articulação político-militar do movimento antigovernista) estabelecidos de acordo com as clivagens sociais, culturais e étnicas.[71] Os fatores de diferenciação mencionados eram também vistos pela elite orgânica como parte de um problema político mais abrangente, especialmente crítico no momento em que a unificação e a cooperação de todos os recursos disponíveis se faziam necessárias.

O IPES reuniu as mais diversas associações de classe, sindicatos comerciais e industriais,[72] grupos de pressão, escritórios de consultoria e anéis tecnoburocráticos,[73] ativistas militares e facções políticas de centro-direita. Considerou-se até a necessidade de atrair organizações privadas tão diversas como o Rotary ou o Lyons Clube e o Centro Dom Vital,[74] de leigos católicos, com o intuito de

generalizar a específica mensagem multinacional e associada impregnada no núcleo do IPES e também de proporcionar um ponto de encontro ideológico para a mobilização das classes dominantes.[75] Para a liderança do IPES, a estrutura de autoridade teria de representar "as várias correntes, não permitindo que nenhuma ficasse de fora".[76] Não obstante sua estrutura aparentemente global, o IPES evitou tornar-se heterogêneo demais para não solapar a efetiva ação de classe. Havendo estabelecido e consolidado o seu núcleo, o IPES conformou um movimento abrangente sob sua égide, evitando, assim, aqueles perigos de diluição ideológica e inoperância política contra os quais Ivan Hasslocher havia feito advertência, como já foi visto.

Apesar das diferenças ideológicas e pessoais, havia várias razões pelas quais o IPES tinha de mobilizar o maior conjunto possível de frações e setores econômicos, escritórios de consultoria, centros culturais, facções militares e grupos políticos, não sendo das menos importantes a tentativa de desagregar as bases de apoio nas quais o executivo de João Goulart achava-se ancorado.[77] A articulação das diversas expressões associativas, políticas e intelectuais do poder de classe dominante permitiu ao IPES, por volta de 1963, representar o conjunto mais expressivo da burguesia brasileira, capaz de agir política e militarmente com efetiva autoridade.[78]

Um resultado conveniente foi que a ampla articulação alcançada pelo IPES proporcionou também um grande campo de recrutamento e uma rica fonte de habilidade técnica e recursos materiais para desenvolver a infra-estrutura de suas unidades de ação. Outra razão para a premência de se coordenar tal espectro era claramente financeira, já que um esforço político à altura do IPES precisaria de vastos recursos.[79]

Embora tivesse êxito na coordenação dos setores industriais e financeiros, bem como nas áreas intelectuais, militares e profissionais, em um determinado setor, o IPES encontrava sérias dificuldades. Era o setor rural. O problema era que as associações rurais englobavam tanto a oligarquia tradicional, ainda poderosa, quanto a burguesia rural mais moderna, bem como as crescentes agroindústrias multinacionais e associadas. Tal influência política tripartidária nas associações rurais constituía um dilema para o complexo IPES/IBAD. Por um lado, ele havia sido levado a empreender uma guerra ideológica contra as propostas de reforma agrária feitas pelo governo e setores trabalhista-esquerdistas. Por outro lado, tinha de reconhecer que o problema da reforma agrária havia captado a imaginação de grandes segmentos da população a tal ponto que era impossível não tomar uma posição política a favor dela. O IPES tinha de se posicionar quanto às suas divergências com o governo e as forças trabalhistas e de esquerda sobre a modalidade de reforma agrária por ele desejada, sem, no entanto, rejeitá-la totalmente. A elite orgânica empresarial era obrigada a adotar uma posição reformista que alienaria a oligarquia rural, enquanto que, favorecendo a transformação empresarial do campo, beneficiaria a burguesia rural moderna e os empreendimentos agroindustriais multinacionais e associados. Contudo, o IPES, ao mesmo tempo, precisava obter o apoio da oligarquia, por sua influência política no Congresso, onde ele esperava bloquear as propostas do Executivo nos mais variados assuntos. Ademais, a elite orgânica precisava esvaziar a base rural de apoio que o Executivo e as forças políticas populistas tinham entre os proprietários de terra e as classes médias rurais. Os grandes proprietários de terra, significava fonte de

suporte financeiro, faziam-se também necessários na contenção dos camponeses e no apoio que davam às autoridades regionais, em particular aos governadores dos Estados que, por sua vez, opunham-se ao governo central. Outra razão para as dificuldades de coordenar o setor rural era a bizantina desavença que ocorria entre e dentro das associações de classes dominantes rurais. Considerando o delicado equilíbrio que o IPES precisava encontrar, era claro que a elite orgânica não se "interessava em desavir-se com nenhuma delas".[80] O IPES teria de agir em tom conciliatório, ao menos publicamente. Muitos dos posicionamentos políticos mais definidos da *elite orgânica* em favor da modernização capitalista e racionalização das áreas rurais foram adotados sem serem atribuídos ao IPES. Finalmente, um número de associações rurais e importantes líderes rurais de classe, a maior parte do setor moderno de café e gado e o setor agroindustrial, operariam sob a égide do IPES, tais como Ostoja B. Roguski, um líder do Paraná, da Confederação Rural Brasileira — CRB, Wanderbilt Duarte de Barros (CRB), Sálvio de Almeida Prado, da Sociedade Rural Brasileira — SRB, José Ulpiano de Almeida Prado, da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo — FARESP, Herbert Levy, Edgar Teixeira Leite, Eudes de Souza Leão (CRB) e J. Irineu Cabral, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR.

Em novembro de 1962, numa Reunião Geral dos representantes de São Paulo e do Rio, estabeleceu-se, finalmente, o quadro principal do IPES. Assim, as várias formas associativas burguesas haviam sido integradas em uma efetiva liderança política.[81] As classes dominantes se amparavam na firme liderança de sua *elite orgânica*. O IPES devia finalmente funcionar como o guarda-chuva político de organização de classe. Como observou o seu líder, Abelardo Coimbra Bueno, o IPES "tinha de planejar a articulação, muito mais que executar". O IPES tinha de ser o "estado-maior".[82] Alguns dos membros representativos de organizações empresariais, associações de classe e grupos de pressão que pertenciam ao IPES estão relacionados a seguir. Essa lista não inclui as associações regionais, como a Associação Comercial de Londrina, a Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais ou a Associação Comercial de Pernambuco. Ela compreende, no entanto, algumas das organizações nacionais e regionais sediadas no Rio e em São Paulo. Muitos dos membros do IPES eram também representantes das associações que operavam no setor da indústria pesada, principalmente aquelas de maquinário, acessórios e implementos agrícolas, as de ferramentas, bem como as indústrias têxteis brasileiras e diversas outras. (Informações mais pormenorizadas sobre a relação associativa dos membros do IPES podem ser encontradas no Capítulo III e no Apêndice B).

Proeminentes figuras de Associações de Classe do IPES-Rio e IPES-São Paulo

— A. C. Pacheco e Silva — Centro de Indústrias do Estado de São Paulo — CIESP
— Rafael Noschese — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP
— Paulo Almeida Barbosa — Associação Comercial do Estado de São Paulo — ACESP
— Gilbert Huber Jr. — Conselho das Classes Produtoras — CONCLAP

- José Ignácio Caldeira Versiani — Federação das Indústrias do Estado da Guanabara — FIEGA
- Oswaldo Tavares Ferreira — Clube de Lojistas do Rio de Janeiro — CLRJ
- Rui Gomes de Almeida — Associação Comercial do Rio de Janeiro — ACRJ
- Zulfo de Freitas Mallman — Centro de Indústrias da Guanabara
- Paul Norton Albright — Federation of American Chambers of Commerce
- Bento Ribeiro Dantas — Centro de Indústrias do Rio de Janeiro — CIRJ
- Sálvio Pacheco de Almeida Prado — Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo — FARESP
- Eudes de Souza Leão — Confederação Rural Brasileira — CRB
- José Luís Moreira de Souza — Assoc. de Crédito, Investimento e Financiamento — ADECIF
- Humberto Reis Costa — Serviço Social da Indústria — SESI
- José Irineu Cabral — Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR
- Paulo Mário Cerne — Sindicato Nacional da Indústria de Cimento
- Gustavo Borghoff — Associação Nacional de Máquinas, Veículos e Peças — ANVAP
- Luiz Emanuel Bianchi — Associação Paulista de Avicultores
- Mário Henrique Simonsen — Confederação Nacional das Indústrias — CNI
- Basílio Machado Neto — Confederação Nacional do Comércio — CNC
- Nivaldo Ulhoa Cintra — Câmara de Comércio Sueco-Brasileira
- Orlandy Rubem Correia — Sindicato dos Bancários da Guanabara
- Cláudio Almeida Rossi — Sindicato de Companhias de Seguros
- Miguel Reale — Federação de Comércio do Estado de São Paulo — FCESP
- Guilherme da Silveira Filho — Sindicato de Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio
- Jayme Torres — Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos
- Trajano Puppo Neto — Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara
- Lélio Toledo Pizza — Assoc. Nac. de Fabricantes de Veículos Automotores
- Nelson Parente Ribeiro — Associação dos Bancos do Estado da Guanabara
- Nelson Parente Ribeiro — Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa — ADCE
- Walter Poyares — Associação Brasileira de Propaganda
- Eduardo Garcia Rossi — Sindicato de Ind. de Artefatos de Ferro e Metais em Geral
- O. de Carvalho — Federação das Indústrias do Rio de Janeiro — FIRJ
- Luiz Rodovil Rossi — Sindicato de Indústria de Autopeças
- José Vasconcelos de Carvalho — Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro
- Lucas Nogueira Garcez — Federação dos Bancos do Estado de São Paulo
- Luiz Dumont Villares — Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas — ABDIB
- Fernando Edward Lee — Câmara de Comércio Teuto-Brasileira
- Monteiro Lindenberg — Associação Brasileira de Fabricantes de Lata
- Nicolai Filizzola — Sindicato das Indústrias de Balanças, Pesos e Medidas
- Jorge Frank Geyer — Sindicato de Jóias e Relógios
- Mário Leão Ludolf — Serviço Nacional do Comércio — SENAC
- José Ulpiano de Almeida Prado — Bolsa de Mercadorias de São Paulo

— João Baylongue — Sindicato das Indústrias Mecânicas e Material Elétrico
— Estanislau Fischlowitz — Serviço Nacional da Indústria — SENAI
— Paulo Mário Cerne — Sindicato das Indústrias Hidro-termo-elétricas do Rio
— Ary Frederico Torres — Instituto de Pesquisas Tecnológicas — IPT
— João Batista Isnard de Gouveia — Estudos Técnicos e Administração — ETA
— Frederico Augusto Schmidt — Estudos Técnicos Europa-Brasil Ltda.
— João Baylongue — JRB Administração e Organização
— Alexandre Kafka — CONSULTEC
— Paulo de Assis Ribeiro — Conselho Brasileiro da Produtividade — CEP
— José Arthur Rios — Sociedade de Pesquisa e Planejamento — SPLAN
— Paulo Ayres Filho — Bureau de Organização Racional Aplicada — BORA
— Juan Missirlian — Técnica de Organização e Consultoria — TOC
— David Beatty III — Técnica de Avaliações e Pesquisas — VALIT
— Octávio Pereira Lopes — Instituto de Organização Racional do Trabalho — IDORT
— Jorge Behring de Mattos — ADESG, CONCLAP
— Luís Simões Lopes — Companhia de Estudos Técnicos, Administração e Participações — CETAP.

A liderança regional do IPES no Rio Grande do Sul, conhecido por IPESUL, compreendia os empresários Cândido José Bezerra Godoy, João Antônio O. Martins, Don Charles Bird, Carlos Gastand Gonçalves, Fábio Araújo Santos (diretor da J. H. Santos Comércio e Indústria e líder da Associação Comercial de Porto Alegre), José de Abreu Fraga, Álvaro Coelho Borges, Harry Burger, diretor do Grupo Gerdau, Emílio O. Kaminski, Carlos Lopes Osório, Amadeu da Rocha Freitas, Itacyr Pinto Schilling, Oudinot Villardino, José Zampregna e Paulo Barbosa Lessa. A liderança do IPESUL incluía também o Coronel Yeddo J. Blauth e Paulo do Couto e Silva.

No Paraná, a estrutura IPES/IBAD/ADEP era baseada no quadro de membros da Associação Comercial do Paraná — ACOPA. Alguns de seus membros ativistas eram Asdrúbal Bellegard, Carlos Alberto de Oliveira, Oscar Schrappe Sobrinho e o consultor jurídico da ACOPA, Aguinaldo Bezerra. Outros militantes de destaque eram Ostoja Roguski, do Conselho Nacional para a Reforma Agrária do Paraná e da Confederação Rural Brasileira, e Manuel Linhares de Lacerda.

Em Minas Gerais, o IPES contava com os empresários Jonas Barcelos Correia, do Centro de Indústrias de Minas Gerais, Rui de Castro Magalhães, do Sindicato dos Bancos, Josafá Macedo, da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais — FAREMG, Oscar Nicolai, Laércio Garcia Nogueira e Aluísio Aragão Vilar.

Em Pernambuco, foi o próprio General Golbery que, tendo ido a Recife, estudou a situação política *in loco* e fundou o centro do IPES para o Nordeste, em abril de 1962.[83] A figura de maior projeção do IPES de Pernambuco era Antônio Galvão, presidente da Associação Comercial desse Estado. Era o IBAD, no entanto, que realmente aparecia como o mais importante catalisador político no caso específico do Nordeste, que mantinha um perfil fraco, já que lá muitas das atividades eram altamente subversivas.

O IPES também se estabeleceu em Belém do Pará, onde Frederico Maragliano do IPES do Rio fez contato com Dr. Vidigal, diretor da Associação Co-

mercial do Pará e presidente da Comissão Nacional Coordenadora das Classes Produtoras.[84]

Em meados de 1962, quando o IPES se preparava para a sua primeira prova crucial de ação política, isto é, as eleições ao Legislativo e ao governo estadual daquele ano, ele havia se tornado a organização de cúpula regional e nacional de classe para a ação política.

Organização para a ação

Com o intuito de preparar sua estratégia e tática para a ação, a elite orgânica do IPES era estruturada através de uma cadeia de unidades operacionais. Tais unidades tinham um duplo objetivo. Elas supriam a organização tanto de seus *think-tanks* quanto de seus grupos de ação, para desenvolver e realizar suas diretrizes políticas. Os Grupos de Estudo e Ação também doutrinavam suas próprias fileiras, ao mesmo tempo influenciando novos elementos, envolvendo e comprometendo-os nas atividades do IPES, reforçando, assim, uma interação de papéis e funções.[85]

No início de 1962, uma estrutura organizacional de Grupos de Estudo e Ação se encontrava estabelecida, de acordo com o Plano de Ação daquele ano. Formalmente eles visavam:

1. Publicação e Divulgação. Tentativa de caracterizar o IPES como uma instituição que reunia a moderna elite empresarial do Brasil e expressava sua nova mentalidade. O IPES disseminava através da mídia discursos e entrevistas defendendo a empresa privada, a livre iniciativa e a "democracia como a melhor forma de governo e demonstrando os sérios riscos de soluções extremas, tanto da direita, quanto da esquerda".

2. Educação. O IPES estimulava o desenvolvimento de convicções democráticas e cristãs e a disseminação de noções econômicas e sociais básicas, indispensáveis à continuidade dos princípios democráticos, considerados simbióticos com os dogmas da empresa privada.

3. Trabalho sindical. O IPES visava a promoção de um "verdadeiro sindicalismo democrático e dinâmico, estimulando o desenvolvimento de uma estrutura sindical correspondente".

4. Assistência Social. Nesse campo ele recorria à promoção da "assistência social para a solução de tensões e conflitos nas áreas-chave".

5. Atividades econômicas. O IPES buscava promover o "neocapitalismo liberal em cada empresa e na totalidade do sistema".

6. Levantamento da Conjuntura. O IPES procurava acompanhar de perto e analisar a evolução dos assuntos políticos, tanto nacionais quanto internacionais, em todos os setores que eram de relevância para suas múltiplas atividades. Ele também visava desenvolver pesquisa sistemática e avaliações minuciosas, relacionadas com os setores econômicos, políticos e sociais.

7. Estudos. O IPES empenhava-se em examinar as reformas institucionais e estruturais necessárias ao desenvolvimento econômico e ao progresso social do Brasil, dentro de um regime democrático.

8. Editorial. Ele tentava a publicação e a promoção de livros, bem como estimular a realização de peças teatrais e filmes.

9. Escritório de Brasília. Ele procurava estabelecer ligações com os órgãos de governo e contatos com entidades políticas por intermédio de seu escritório em Brasília..

10. Integração. O IPES buscava aumentar seu número de membros e obter recursos para as atividades do instituto, já mencionadas.[86]

Para alcançar seus fins, esses grupos de estudo e ação aos poucos se envolviam em atividades de influência parlamentar, tentando persuadir legisladores, manipulando a opinião pública e integrando as diferentes frações econômicas e facções políticas da burguesia em uma ampla frente antigoverno. Tentavam também romper e penetrar ideologicamente as organizações de classes trabalhadoras e o movimento estudantil e influenciar a Igreja e as Forças Armadas. Prepararam um corpo de doutrina e recomendações políticas com a intenção de que ele viesse a ser um programa para o governo. Esses grupos operavam em dez principais áreas de ação política e ideológica: nas Forças Armadas, Congresso, Executivo, classe empresarial, sindicatos, classe camponesa, Igreja, partidos políticos, mídia e nas camadas intermediárias.

O IPES não era com certeza, como freqüentemente é descrito, um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou um mero disseminador de limitada propaganda anticomunista; era, ao contrário, um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado;[87] era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes.[88] A freqüência e intensidade de suas reuniões eram surpreendentes se comparadas com os padrões de dedicada militância partidária. Não constituía fato incomum encontrar associados trabalhando arduamente noite adentro em seus locais de reunião, quando necessário. A possibilidade de um membro se desvincular de uma atividade específica ou de uma comissão tinha de contar com a aprovação e sofrer a contrapressão de seus iguais e superiores hierárquicos, no que era uma cadeia de comando estritamente vertical.[89] Organizou-se um serviço de monitoria de indivíduos (bem como de atividades) e estabeleceu-se um *whip*.*[90] O General Heitor Herrera e Nei Peixoto do Valle, do Rio, e o General Moziul Moreira Lima e Luiz Cássio dos Santos Werneck, de São Paulo, ficavam encarregados de formalizar os encontros. Eles também estimulavam os associados a participar de todo tipo de acontecimento, tanto de natureza interna quanto pública. Formou-se também uma equipe de coordenação com plano de ação próprio, uma necessidade em uma organização com tanta reduplicação de pessoal e tão variado número de atividades.[91] Tornava-se tão absorvente essa atividade constante, na qual tantos empresários, tecno-

---

* NT: Originalmente em organizações partidárias, elemento encarregado de assegurar o comparecimento dos militantes às reuniões, votações etc.

empresários, jornalistas, profissionais e militares estavam engajados, que se impunha pagar mensalmente a alguns deles visando a compensar os prejuízos sofridos, resultantes do afastamento de suas ocupações regulares e ordenados.[92] Membros profissionais dos diferentes grupos de estudo e ação eram pagos pelas tarefas específicas nas quais eles estavam envolvidos bem como recebiam *jetons*, ou seja, remuneração por presença, reforçando, assim, sua dedicação.[93] A comunicação interna era assegurada por eficientes métodos, quase militares, como o Sistema Permanente para Comunicações Telefônicas, visto no Quadro 4.

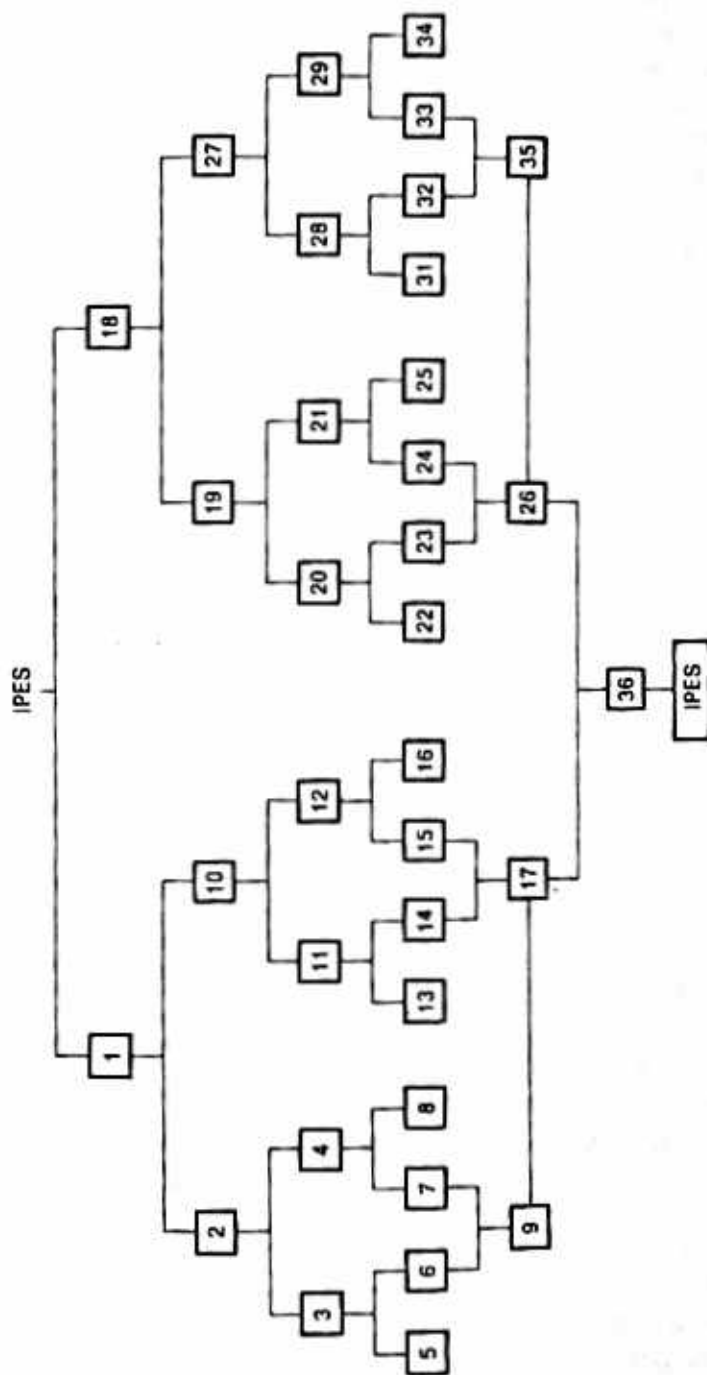
Os Grupos de Estudo e Ação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

1. *Grupo de Levantamento da Conjuntura — GLC:* Esse grupo também se chamava Grupo de Pesquisa, para assim projetar uma imagem externa mais neutra. A tarefa imediata do GLC era acompanhar todos os acontecimentos políticos em todas as áreas e setores, avaliando, apurando e fazendo estimativas quanto a seu impacto político e esboçando mudanças táticas para acompanhar a evolução de qualquer situação e influenciar seu processo. Ele indicava áreas de preocupação para os Grupos de Estudo e Grupos de Doutrina, levantava informações nos campos político e social e fixava diretrizes para as manobras dos Grupos de Ação que operavam no Congresso e junto aos partidos políticos, sindicatos, aos estudantes, à Igreja, aos camponeses, às Forças Armadas e à mídia. Nessas áreas, o GLC coordenava a ação encoberta desenvolvida pela elite orgânica através de sua estrutura político-militar.[94] Em suma, ele era responsável pelo planejamento estratégico e informações e por preparar a elite orgânica para ação. Especificamente, encarregava-se do Setor de Exército e Informação, sendo suas principais áreas de operação, os I e III Exércitos, com quartéis-generais respectivamente nas cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre e cobrindo os Estados da Guanabara, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Segundo o General Golbery do Couto e Silva, o líder nacional desse grupo de ação, o GLC estabelecia os objetivos do IPES de longo e curto alcance.[95] Conseqüentemente, em torno de junho de 1962, o General Golbery preparava um trabalho estratégico sobre o assalto ao poder.[96] Em novembro do mesmo ano, um plano definindo campos de ação, prioridades e cronogramas foi apresentado por Gilbert Huber Jr., o General Golbery e o General Liberato da Cunha Friedrich.[97] A equipe do General Golbery produzia os trabalhos táticos e estratégicos e fornecia as *Diretrizes, doutrina e projetos*, o que ficou conhecido como a "ordem de serviço com calendário".[98] Seus documentos eram de circulação limitada e especial, doze no máximo, dependendo da seriedade do assunto. De modo geral, não se registrava nas atas de reuniões do IPES esses trabalhos e teses.[99]

Até junho de 1964, o GLC do Rio foi liderado pelo General Golbery, responsável pela perícia em informações e contra-informações, condução estratégica e ligações com uma íntima rede de militares eficientes, o Capitão Heitor de Aquino Ferreira, o Tenente-coronel Rubens Resteel, o Tenente-coronel Gustavo Moraes Rego, o Tenente-coronel João Baptista Figueiredo e o Coronel Ivã Perdigão. Outros membros militares residentes no Rio eram os Generais Liberato da Cunha Friedrich, João Batista Tubino, Octavio Gomes de Abreu, Jaul Pires de Castro, Heitor Almeida Herrera, os Coronéis Montagna Meireles, Octavio Velho, Victor

Quadro 4

IPES — IV CURSO DE ATUALIDADES BRASILEIRAS — 1965

SISTEMA PERMANENTE PARA COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS

1. Não interrompa a cadeia
2. Transmita a comunicação rapidamente
3. Sendo necessário inverta o sentido da cadeia
4. Não interrompa a cadeia
5. Este sistema é válido para o curso
6. Será válido também após o curso
7. Não interrompa a cadeia
8. Guarda-me com cuidado, serei sempre útil

d'Arinos Silva. Estes e muitos outros proporcionavam a estrutura organizacional e de planejamento político da elite orgânica, bem como sua rede de informações.[100] O General Herrera, um associado nos negócios de Gilbert Jr. e diretor de empresas multinacionais, fazia parte daqueles que recrutariam os primeiros membros da equipe e, "já que a ênfase era colocada no recrutamento de pessoas de confiança competentes e possuidoras de diploma de curso superior, os ex-alunos da Escola Superior de Guerra eram preferidos".[101] Tal relação foi realçada pelo fato de que muitos dos membros civis-chave, fundadores do IPES, haviam freqüentado a ESG, muitos como professores, mas também como alunos.[102] Esse reservatório comum de pessoal contribuía para desenvolver uma interpenetração civil-militar necessária à campanha do golpe. De forma especial, o General Herrera e o General Golbery proporcionaram também a conexão com um grupo íntimo de oficiais de alta patente, alguns dos quais se tornaram verdadeiros colaboradores declarados do IPES e que seriam encontrados no comando do golpe de 1964. Dentre eles, é válido mencionar os Generais Judandir B. Mamede, Ernesto Geisel, Ademar de Queiroz, Idálio Sardenberg, Cordeiro de Farias e Ulhoa Cintra, grupo de oficiais que já atuava em conjunto por mais de trinta anos.[103]

O GLC produzia relatórios semanais de suas ações e as de outros grupos de ação do IPES e fornecia avaliações semanais da situação política. A responsabilidade de tirar o "sentido prático" desses relatórios era do Comitê Diretor, que se tornou, de fato, o corpo de formulação de diretrizes políticas. No entanto, não se deveria eliminar a possibilidade de uma tomada de decisão informal por uma "camada interna" que compreendia outros membros além daqueles do CD e diretamente ligados ao GLC, em vista da natureza secreta do grupo de ação do General Golbery. Entre os civis do Rio que operavam no GLC estavam Gilbert Huber Jr., Harold C. Polland, Cândido Guinle de Paula Machado e Hélio Gomide.[104]

Com a colaboração de seus oficiais militares, o IPES estabeleceu de 1962 a 1964 um sistema de informação para controlar a influência "comunista" no governo e para distribuir suas descobertas de forma regular aos oficiais militares-chave e demais pessoas por todo o Brasil. Conforme seus próprios cálculos, o IPES gastava entre 200 e 300 mil dólares por ano nessa operação de levantamento de informações e rede de distribuição.[105]

O GLC distribuía entre os militares uma circular bimestral mimeografada, sem identificação de fonte, que descrevia e analisava a atividade "comunista" por todo o país[106] e que incitava a opinião militar contra o Executivo e contra a mobilização popular. Com o mesmo zelo que ele preparava os relatórios semanais, a partir de material impresso, o GLC compilava dossiês dos indivíduos e grupos "comunistas", bem como distribuía um mapa que identificava a estrutura e pessoas-chave das supostas organizações subversivas.[107] Para ser possível obter um conhecimento acurado e eficiente da situação política, o IPES se valia de uma amplamente distribuída rede de informação dentro das Forças Armadas, da administração pública, das classes empresariais, da elite política, das organizações estudantis, dos movimentos de camponeses, do clero, da mídia e dos grupos culturais. O GLC teria grampeado, só no Rio, cerca de três mil telefones.[108] O GLC do Rio ocupava quatro das treze salas que o IPES havia alugado no vigésimo-sétimo andar do Edifício Avenida Central, onde também funcionava

o escritório do CONCLAP e onde ativistas da direita paramilitar haviam alugado salas para suas operações. Nessas quatro salas, o GLC mantinha arquivos com informações sobre dezenas de milhares de pessoas.[109]

Para receber uma imagem política precisa da situação nacional e captar o estado de espírito da população para as suas atividades de propaganda, a equipe do Rio escrutinava a produção diária da imprensa do país (um total de 14.000 unidades anuais), permitindo, assim, um sistemático acompanhamento da conjuntura política e econômica.[110] O GLC também pesquisava um certo número de revistas nacionais e produzia mensalmente uma média de quinhentos artigos de uso prático para serem disseminados na imprensa nacional ou divulgados em forma de palestras, panfletos e outro material "dúbio".[111] A equipe do GLC fazia o levantamento de um espectro bem amplo de livro e outras publicações nacionais e estrangeiras; de muitas delas o IPES recebia material e, a elas, a estrutura política e de mídia do IPES proporcionava um muito importante canal de disseminação. Para executar o que se considerava tarefas centrais do IPES, o GLC fazia uso das habilidades de diversos especialistas de grande competência, nos vários campos de ação e organizações. As agências de publicidade filiadas ao IPES e os escritórios de consultoria, bem como certas universidades eram reservatórios de suma importância de experiência técnica e política.[112]

Em São Paulo foi formado o Grupo Especial de Conjuntura — GEC, baseado no modelo do GLC organizado no Rio. O GEC era orientado para a ação direta e se encarregava do Setor de Exército e Informação do IPES de São Paulo. Era encabeçado pelo General Agostinho Cortes. O GEC supria a liderança e os Grupos de Estudo e Ação do IPES de São Paulo e também organizações paralelas como o SEI, cuja ação era coordenada pelo IPES, com os contínuos estudos da conjuntura em quatro áreas principais de ação: a política, a psicológica, a econômica e a de relações exteriores.[113] O GEC não visava apenas a coordenar a ação direta entre os militares, mas também a penetrar nos sindicatos, nas organizações estudantis, movimentos camponeses, Igreja e mídia. O GEC estabelecera contato com as mais variadas correntes ideológicas, em virtude de suas atividades de informação, por conseguinte, a maior parte de seus membros nunca era publicamente relacionada com o IPES. Mostrava-se fundamental na harmonização geral das atividades encobertas do IPES e na coordenação das várias conspirações faccionais militares na área do II Exército, cujo quartel-general era em São Paulo e que cobria os Estados de São Paulo e Mato Grosso. O GEC recebia a sua orientação do Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo e sincronizava diariamente com o GLC do Rio, em função do aspecto operacional e de informação de suas atividades. Formalmente ele se reunia duas vezes por semana e extra-oficialmente uma vez por dia e funcionava nos endereços oficiais do IPES de São Paulo, assim como na própria casa do General Agostinho Cortes e em diversos outros lugares.[114]

O grupo de oficiais militares que colaborava com o General Agostinho Cortes na ação militar e em informação compreendia, entre outros: os Generais Souza Carvalho e Moacyr Gaya, os Coronéis Jorge Saraiva, Caio Kiehl e Francisco Ramalho, o Tenente-coronel Rubens Resteel (que servia de oficial de ligação com os ativistas do Rio) e o Major Geraldo Franco.[115] Os civis que operavam nessa área eram os empresários: Herman de Morais Barros, Octavio Marcondes Ferraz, Eduardo Levy, Flávio Galvão, Antônio Carlos Pacheco e Silva, Roberto Levy, Quartim Barbosa, Frans Machado, Vitorio Ferraz, J. Soares Amaral Netto, Adal-

berto Bueno Neto e muitos outros que compunham a liderança do IPES de São Paulo. O grupo do General Agostinho Cortes incluía também ativistas do Instituto de Engenharia de São Paulo, um centro conspirador-chave, através da mediação de André Telles de Mattos.[116]

Além de receber o apoio do Grupo de Doutrina e Estudos e do IPES do Rio, o GEC se valia do material arquivado e classificado pelo Centro de Documentação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que era ligada ao IPES por seus diretores Dr. Santanché e Álvaro Malheiros.[117]

Vinculada ao GEC estava a Unidade de Planejamento. Tal unidade surgiu por ter se tornado imprescindível que um grupo se especializasse em orientação e desenvolvesse um plano para a ação. Essa exigência partira de João Baptista Leopoldo Figueiredo e o grupo foi projetado para funcionar como uma "unidade de estado-maior" do presidente do IPES. Era encabeçado pelo General Agostinho Cortes que também era ativo na Sociedade de Estudos Interamericanos — SEI, uma das já mencionadas congêneres do IPES. Delineou-se a unidade de planejamento com o intuito de fornecer a diretriz básica aos diferentes grupos de estudo e ação, que tinham, inicialmente, inteira autonomia para cumprir seu objetivo. Dessa forma, o executivo do IPES de São Paulo exercia controle direto de sua ação política ignorando em muitos casos os líderes formais dos grupos de estudo e ação. Num estágio mais avançado, em que o IPES de São Paulo já estivesse em plena atividade conspirativa, a unidade de planejamento controlaria, então, a execução dos planos dos diferentes grupos. Ela contava com a perícia de outros oficiais militares como o General Moziul Moreira Lima e o General Moacyr Gaya, ambos operando em *São* Paulo.

Mais significativo de todos, talvez, o complexo GLC/GEC, juntamente com o grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo, encarregava-se da coordenação de atividades e envolvimento direto do IPES nos movimentos camponês, sindical e estudantil, nas Forças Armadas e na mobilização das classes médias. (Essas atividades serão examinadas mais pormenorizadamente nos Capítulos VII e VIII).

2. *Grupo de Assessoria Parlamentar — GAP:* Ao fim de 1962, a liderança do IPES recomendava: "Toda menção ao Grupo de Assessoria Parlamentar deve ser suprimida. Talvez deva-se falar em termos de Escritório de Brasília", sem mais explicações.[118] Havia uma boa razão para apreensão. O "Escritório de Brasília", como seria alcunhado, era o canal de financiamento do IPES para a sua rede parlamentar de beneficiários e receptores de ajuda. O GAP também fornecia a coordenação política da campanha anti-João Goulart em Brasília, estabelecendo ligações com órgãos do governo e contatos com grupos políticos. A ADP, Ação Democrática Parlamentar, liderada por João Mendes, deputado udenista apoiado pelo IBAD, era o mais importante canal do IPES no Congresso.[119] Enquanto o IPES mantinha um silêncio tático e uma apagada imagem, a rede IBAD/ADEP atraía as atenções do público, como o "bicho-papão" do processo político.

A idéia geral em torno do GAP havia sido claramente exposta pelo líder Ipesiano Miguel Lins, quando incitou a organização a "aconselhar o Congresso, estar dentro dele, ter um homem do IPES dentro dele". Ele sugeriu que o IPES oferecesse "assessoria técnica" ao líder do PSD, Amaral Peixoto, para "trabalhar dentro da Câmara". Antônio Gallotti apoiou a proposta, argumentando, além disso, a favor da necessidade de se ter um "deputado atuante em cada uma das

Casas do Congresso".[120] Por outro lado, o líder Ipesiano Israel Klabin achava que, para o IPES, o melhor seria estabelecer cinco "áreas de choque" com grupos paralelos. Segundo ele, o ideal seria "ter elementos na Câmara, fora dela, na imprensa etc. O IPES ficaria por trás deles, dando apoio e sugerindo soluções". A partir desses primeiros e bastante modestos passos, a presença do IPES no Congresso cresceu a proporções nunca vistas. Ao final de 1962, praticamente controlava a Câmara dos Deputados e o Senado, principalmente por intermédio da ADP. Assim, ele se encontrava em condições de coordenar os esforços do Legislativo em bloquear a ação executiva e parlamentar de João Goulart. O IPES (com a cobertura da rede IBAD/ADEP/Promotion S.A.), através da ADP, forçava a um "beco sem saída parlamentar", bem como a um "ponto morto" executivo, que só poderia ser solucionado pelo poder "moderador" das intensamente aliciadas Forças Armadas.

O chefe do GAP e pagador geral da rede da ADP era o banqueiro Jorge Oscar de Mello Flores, assessorado por Paulo Watzel e Francisco Nobre de Lacerda em Brasília e, no Rio, pelo escritor José Rubem Fonseca. O GAP tinha a função de arregimentar apoio para os projetos patrocinados pelo IPES. Operava também como uma força-tarefa, entrando em ação em forma contínua contra o governo e seu apoio parlamentar, assim como possibilitando a preparação para manobras mais amplas, ganhando tempo para que outras forças se preparassem e para que grupos do IPES desenvolvessem suas próprias atividades. Ele era também muito importante para antever as táticas políticas da oposição e esvaziar suas manobras.[121] J. O. de Mello Flores decidia, imediatamente, a ordem de prioridades das atividades do GAP e indicava linhas de ação a outros setores e grupos de acordo com sua percepção e análise da situação.[122]

Cada seção, Rio e São Paulo, tinha suas próprias "engrenagens no Congresso" (como o líder Jorge Behring de Matos a elas se referia), preparadas para atividades de pressão, *lobbying*, petições e para a cooptação de indivíduos, grupos e figuras do governo. Mello Flores coordenava as duas.[123] Alguns empresários, como Augusto Trajano de Azevedo Antunes, tinham suas próprias e independentes máquinas de *lobbying* no Congresso, colocadas à disposição do IPES.

O GAP mantinha um escritório político que incluía assessores formais, escritório este conjuntamente ocupado pela Federação das Indústrias de São Paulo — FIESP — que fornecia certa parcela de cobertura e assistência material.[124] O IPES do Rio proporcionava recursos humanos e apoio material (escritores especializados, equipamento de escritório e mobiliário) para a agência de Brasília e, inicialmente, cerca de 4 milhões de cruzeiros* mensais para despesas administrativas e de pessoal, levantados por seus líderes Paulo A. Barbosa, da Esso Brasileira de Petróleo, e Rafael Noschese, da FIESP. O IPES de São Paulo provia a maior parte do dinheiro necessário para a ação política. Nesse aspecto eles contavam com a adesão do IPESUL, outra importante fonte de apoio financeiro para atividades clandestinas.[125]

A liderança nacional do IPES conferiu liberdade tática ao GAP. O Grupo de Levantamento da Conjuntura, auxiliado pelo Grupo de Estudo e Doutrina, analisava os assuntos importantes e sincronizava-os com as atividades de outros

---

* Em 1962, um dólar americano oscilou entre Cr$ 200,00 e Cr$ 475,00; em 1963, entre Cr$ 475,00 e Cr$ 600,00.

grupos e unidades. Isso favorecia o IPES no desenvolvimento de ação política mais abrangente.[126] Tal sincronização era posta em prática nos anteprojetos de lei do governo, os quais exigiam reparos políticos para serem implementados pelos contatos parlamentares do IPES. Os próprios anteprojetos propostos pelo IPES, a nível estadual ou federal, também contavam com a colaboração dos diferentes grupos de estudo e ação.[127]

3. *Grupo de Opinião Pública — GOP:* Formalmente, as metas do grupo constituíam na "disseminação dos objetivos e atividades do IPES por meio da imprensa falada e escrita", levando "à opinião pública os resultados de sua pesquisa e estudos".[128] A sua função manifesta era a manipulação da opinião pública por todos os meios disponíveis. Para dissimular o seu verdadeiro propósito, evitava-se o uso dos termos "opinião pública". Ao contrário, os ativistas do complexo IPES/IBAD falavam de "divulgação" e "promoção", sendo o último o nome de uma das "subsidiárias" do IBAD, a Promotion S.A., encarregada de propaganda. Era tão importante o Grupo de Opinião Pública, que o General Herrera o considerava como "a base de toda a engrenagem". Da mesma forma, para o líder José Luiz Moreira de Souza, "conquistar a opinião pública" era a essência da ação política.[129]

Dentre algumas figuras desse grupo no Rio destacavam-se Nei Peixoto do Valle, José Luiz Moreira de Souza (proprietário da Denisson Propaganda), Glauco Carneiro (escritor, jornalista), José Rubem Fonseca (que lidava especificamente com editoriais de jornal e filmes), Hélio Gomide e o General Golbery. De São Paulo, sobressaíam Paulo Ayres Filho, que trabalhava em educação, "escolas sociais" (doutrinação política) e propaganda geral e o associado do complexo IPES/IBAD, Geraldo Alonso, proprietário da Norton Propaganda.[130] Eles contavam com a colaboração de Ennio Pesce, Flávio Galvão de *O Estado de S. Paulo* e Luiz Cássio dos Santos Werneck. Entre outros associados e pessoal ligado ao IPES que também aderiram a essa máquina de propaganda, distinguiram-se Silveira Lobo (Denisson Propaganda),[131] Evaldo Pereira Simas, que viria a ser editor da revista da ACRJ (ligado a Augusto Trajano de Azevedo Antunes), Jorge Sampaio e Alves de Castro, do "Repórter Esso para todo o Brasil" da TV Tupi (o mais importante e vasto noticiário de televisão, que fazia cobertura diária dos acontecimentos nacionais e internacionais, patrocinado pela Esso do Brasil). Esse grupo de pessoas trabalhava no rádio e na televisão, juntamente com Arides Visconti e Antônio Peixoto do Valle e que, também, com Wilson Figueiredo (editor do *Jornal do Brasil*) havia formado uma equipe algum tempo antes do aparecimento formal do IPES. Essa equipe foi incorporada às unidades de doutrinação e propaganda do IPES e cobria as atividades da elite orgânica.[132]

Para desenvolver suas atividades, o GOP se incumbiu de quatro linhas de ação mais importantes:

a) resguardar a segurança do IPES;

b) disseminar declarações feitas pelo Grupo de Estudo e Doutrina do Rio e o Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo;

c) "projetar doutrina", o que envolvia a realização de princípios e objetivos básicos do IPES, entre os diferentes setores da população considerados como alvos adequados para as atividades, e, finalmente,

d) retroalimentar com avaliações e dados o Grupo de Levantamento da Conjuntura.

A projeção de doutrina tinha de ser alcançada em três formas diferentes: aparecer primeiro com o nome do IPES, segundo sem o nome do IPES e em terceira opção como "doutrina democrática". Esse programa teve seu esquema preparado pelo General Golbery, o dissimulado Chefe Geral de Opinião Pública.[133] A projeção de doutrina também implicava numa guerra psicológica e ideológica que o GOP desenvolvia como uma atividade-suporte para as unidades responsáveis pela ação nos sindicatos e entre os camponeses, pela mobilização militar e das classes médias.[134]

Entre os setores "alvo" da população ou "público" para a ação de propaganda do GOP estavam os próprios associados do IPES, patrocinadores e o pessoal relacionado, para os quais o GOP publicava notícias, editava um boletim mensal, divulgava matéria através da mídia e preparava um boletim político para limitado consumo interno. Além disso, elaborava material adequado para recrutas em potencial. Disseminava também uma variedade de material cuja forma e conteúdo eram compatíveis com os diferentes segmentos culturais, políticos e sociais da opinião pública, a saber, as classes médias, trabalhadores de indústria, estudantes, militares, donas-de-casa e profissionais.

O GOP enviava milhares de cartas e telegramas e fazia chamadas telefônicas, incitando a opinião pública e fortalecendo a mensagem do complexo IPES/IBAD. Durante os estágios iniciais do governo de João Goulart, o grupo realizou o que se considerava como "operações de treinamento" de escopo limitado, lançando as bases para o desenvolvimento, que culminaria na crise de Estado de 1964, bem como para a intensa campanha de imprensa e a mobilização das classes médias conduzidas pelo IPES pouco antes do Golpe.[135] Desenvolver a penetração ideológica, neutralizar a oposição, protelar a organização política das classes trabalhadoras industriais e impedir a consolidação da posição nacional-reformista dentro das Forças Armadas, assim como a formação de favoráveis clivagens políticas e apoio ativo dentre o amplo público das classes médias eram parte da campanha do GOP. Ele visava realizar os objetivos básicos e estratégicos do IPES, preparando o campo para ações públicas e encobertas e conferindo à campanha continuidade e "repercussão ampla", a tão necessitada caixa de ressonância.[136] O General Golbery assegurava que a falta de preparo ideológico do povo impediu o êxito do golpe de 1961 e não se esqueceu da lição.[137] Em agosto de 1962, criou-se uma unidade com a tarefa específica de preparar o público ideologicamente para uma tomada do governo. Essa unidade teve o seu primeiro teste na preparação do clima político para as cruciais eleições ao Legislativo de outubro de 1962. Em novembro do mesmo ano, aproximava de três mil a lista das organizações que trabalhavam em Opinião Pública e Mobilização (rádio e televisão), segundo Hélio Gomide, do IPES, responsável pela instituição de "estações de revezamento" para a mensagem modernizante-conservadora.[138] Hélio Gomide se encarregou também de estabelecer ligações com indivíduos e grupos que estivessem desenvolvendo sua própria ação, congruente com o IPES e contra o Executivo (vide Apêndice G).

O IPES também usava o GOP para estabelecer sua hegemonia entre a burguesia. Tornou-se evidente, a partir de uma tese ventilada por sua liderança em meados de 1963, que uma hegemonia de classe entre os empresários era um

projeto para o IPES. O líder Hélio Gomide, em sua tese "Diretrizes básicas para um Programa de Ação a Longo Prazo", recomendava inicialmente a expansão das bases do IPES na frente doméstica, juntamente com um plano de formação de opinião pública que a elite orgânica seguiria. Depois, o IPES deveria tentar alcançar outros objetivos. Dentre tais objetivos estava a expansão de seus quadros, a fim de colocar pelo menos um membro em cada e toda associação de classe empresarial, fosse ela sindical, recreativa, cultural ou política. Deveria também manter permanentes ligações entre os seus membros por meio de uma doutrinação contínua e constante, julgada necessária para proporcionar uma segura e firme linha de ação ideológica, de forma que os membros agissem sempre em uníssono, em qualquer circunstância. Ademais, tendo o IPES desenvolvido na classe patronal a idéia de que o empresário era qualquer pessoa que trabalhava numa "empresa" e, assim, eliminando as distinções de *status* entre patrão e empregado na empresa, ele deveria tentar ligar-se financeiramente às firmas. Posteriormente, os patrões e empregados seriam persuadidos a apoiar partidos políticos de centro. Depois de um período de dois a quatro anos, esclarecia ainda a tese, provavelmente haveria um número substancial de membros do IPES nos partidos de centro que formariam uma massa de manobra suficiente para constituir o esqueleto de um novo Partido e, assim, dar força suficiente ao IPES para influenciar o pensamento e a ação política do novo Partido.[139]

4. *Grupo de Publicações/Editorial — GPE:* Operacionalmente relacionado com o Grupo de Opinião Pública estava o Grupo de Publicações/Editorial — GPE. Embora já existisse há quase um ano como uma unidade de trabalho ao lado de outros grupos, o GPE foi formalizado em agosto de 1962. Ele organizou uma cadeia de canais de expressão para o seu material, o que se chamava "cadeia de veículos de divulgação". Tentava também estimular e, quando possível, sincronizar os esforços de propaganda por parte de indivíduos e grupos, cujos objetivos coincidiam com os do IPES, ou cuja atividade era útil às metas da elite orgânica. Disseminava material impresso e visual com a mensagem ideológica "apropriada" pelos quatro cantos do país. Juntamente com o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o Grupo de Opinião Pública, o GPE conduzia de fato uma campanha de guerra psicológica organizada pelo IPES.

O líder do IPES, romancista José Rubem Fonseca, supervisionava as atividades do GPE e se encarregava da Unidade de Editorial. O General Liberato da Cunha Friedrich se responsabilizava pelas publicações e era assistido por uma comissão de escolha e publicação de livros, composta por José Garrido Torres, o General Heitor A. Herrera e o General Golbery,[140] a quem o Capitão Heitor de Aquino Ferreira auxiliava. Formaram esse grupo os profissionais da mídia, do mundo literário e de agências de publicidade. Entre eles, distinguiam-se José Francisco Coelho (ex-jornalista do *Jornal do Comércio*), convidado por Glycon da Paiva para colaborar com o grupo, Wilson Figueiredo (editor do *Jornal do Brasil*) e os poetas e romancistas, Augusto Frederico Schmidt, Odylo Costa Filho e Raquel de Queiroz.

O GPE escrevia, traduzia e distribuía material impresso anticomunista, antitrabalhista e antipopulista, bem como publicava, traduzia e reimprimia livros, artigos e panfletos escolhidos. Através da Unidade de Editorial, inseria comentários, debates e opiniões na imprensa e elaborava editoriais, divulgava notícias

e artigos feitos de antemão por agências especializadas.[141] A "disseminação de literatura democrática" [*sic*] era uma das cruciais funções do GPE, em um esforço conjunto com o Grupo de Opinião Pública e apoiado pelo Grupo de Estudo e Doutrina. Em seu relatório escrito no início de 1962 para o Comitê Diretor, Garrido Torres advertia: "A abundância de literatura marxista nas nossas livrarias é óbvia a qualquer observador atento. Quase despercebido é o esforço de contrabalançar seus efeitos com a correspondente divulgação de livros, panfletos e artigos que 'promovam' o regime democrático e alertem os leitores de todas as camadas sociais contra os males e os mitos da doutrina socializante".[142] Ele, nessa oportunidade, apresentou um programa de ação esquematizado pelo Setor de Levantamentos. Em suma, o programa tencionava lançar três formas de publicações. Seriam, primeiramente (os mais fáceis e menos dispendiosos), os "artigos 'feitos' para os jornais e revistas do país, que lidam com atualidade numa linguagem acessível ao grande público".[143] A segunda forma de ação de propaganda consistiria na publicação de panfletos "para divulgação entre estudantes, militares, trabalhadores de indústrias e pessoal administrativo em geral".[144] Já a terceira forma de ação se basearia na publicação de livros "dentro do que o IPES considerava ser uma linha democrática moderna". Essa linha equiparava "democracia" e empresa privada, o que geraria benefícios sociais; assim seria o marco ideológico brasileiro do "neocapitalismo". Muitos livros estrangeiros mereceram atenção especial. A idéia seria escolher um certo número de títulos, por cuja publicação o IPES levaria alguns editores a se interessar. Se surgisse o caso desses editores levantarem dúvidas quanto ao êxito comercial das publicações, ele se responsabilizaria por adquirir certa quantidade das edições, ajudando, assim, o editor a decidir de forma positiva. Encarregou-se do programa de traduções o ativista Ipesiano Coronel Octavio Alves Velho, diretor da Mesbla S.A.[145]

O modelo de circulação do GPE objetivava cobrir todo o país. O IPES contava com associados e pessoal ligado nas várias cidades-chave como Belém, Curitiba, São Paulo, Brasília, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Joinville e Campo Grande. Essas pessoas se responsabilizavam por levar a literatura às mãos dos responsáveis pelos processos decisórios e pela formação de opinião, locais e regionais.[146]

Alguns dos associados do IPES eram proprietários, diretores ou intimamente ligados a diversas empresas de publicação e companhias editoras. Em decorrência disso, colocavam à disposição do IPES a sua infra-estrutura comercial e técnica, equipamento, pessoal e perícia. Entre as editoras do Rio, é válido mencionar a Editora Agir, de Cândido Guinle de Paula Machado, O Cruzeiro, de Assis Chateaubriand, e a Gráfica Gomes de Souza, de Gilbert Huber Jr. O Coronel Victor d'Arinos Silva assegurava ajuda técnica para a Gráfica que o IPES operava, com o apoio de Renato Americano, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.[147] O IPES também procurava apoio junto ao programa do livro, da Embaixada americana. Auxílio suplementar vinha de formas indiretas, principalmente como serviços gratuitos ou subsidiados. Em São Paulo, o setor de publicações recebeu impulso considerável com a proposta da importante Editora Saraiva, transmitida pelo jurista integralista e ativista do IPES Adib Casseb a Paulo Edmur de Souza Queiroz, do Grupo de Publicações do IPES de São Paulo. A proposta consistia em um plano de publicações, através do qual a Editora Saraiva daria ao Grupo de Doutrina de São Paulo a oportunidade de examinar os trabalhos que

ela editasse, podendo, a qualquer hora, publicar os panfletos e traduções do IPES. A Editora Saraiva, por intermédio de seus contactos, tinha também condições de oferecer ao IPES espaço gratuito na televisão.[148] A Cia. Editora Nacional, de Octales Marcondes Ferreira, oferecia também seus préstimos para publicar os livros do IPES.[149] Da mesma forma, a G.R.D. Editora, chefiada por Gumercindo Rocha Dórea, desempenhava papel significativo na edição dos livros subsidiados do IPES.[150] Com isso, o IPES conseguia uma posição de destaque na supervisão do que se publicava no país e, consequentemente, do que se lia e discutia. Provava ser uma eficaz forma de atingir intelectual e emocionalmente a população, muito mais ainda se se considerar a vasta rede de apoio estabelecido pelo complexo IPES/IBAD entre os mais importantes jornais e revistas, companhias de televisão e estações de rádios nacionais.

Mais tarde, o GPE criou o Centro de Bibliotecnia, objetivando estimular a publicação brasileira de livros infantis, e a disseminação de livros selecionados ajudado nessa tentativa pelo Franklin Book Program, um centro de divulgação para os editores americanos que, assim, tinham seus livros distribuídos no Brasil.[151] O Centro de Bibliotecnia incluía em seu quadro Cândido Guinle de Paula Machado, Décio Guimarães, José Alberto Gueiros, Fernando Bastos de Souza, Pedro Jacques Kapeller, Propício Machado Alves, Oscar de Oliveira e Tito Leite, diretor da Reader's Digest Publications do Brasil.

5. *Grupo de Estudo e Doutrina — GED:* O GED era constituído de um agrupamento de unidades de pesquisa de diretrizes, que forneciam material para o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o Grupo de Publicações. Os trabalhos produzidos pelo Grupo de Estudo e Doutrina do Rio, por exemplo, eram básicos para a "formação da Opinião Pública".[152] O GED preparava estudos que se tornavam a base para teses e diretrizes a longo prazo, assim como projetos de lei e emendas apresentados no Congresso por parlamentares amigos. Fornecia também a análise crítica de projetos e pesquisa de *background* para a frente política organizada pelo IPES no Congresso, legislaturas e governos estaduais, através do Grupo de Ação Parlamentar que, por sua vez, patrocinava o seu canal de difusão, a Ação Democrática Parlamentar. O GED produzia, ainda, análises com objetivos definidos, limitados e táticos, visando obter resultados a curto prazo.[153] As prioridades políticas para os estudos do GED eram estabelecidas pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura, em composição com o Grupo de Ação Parlamentar, o executivo e comitês diretores do IPES.

O Grupo de Estudo e Doutrina constituía a "estufa ideológica" do IPES. Por sua natureza simples, poder-se-ia distinguir a ideologia política do IPES a partir de três de suas publicações: *Que é o IPES?*, *Declarações de princípios* e *Reformas de base*. Grande parte das diretrizes mais comuns encontradas nesses trabalhos era apresentada na linguagem ideológica da "Aliança para o Progresso". Além disso, o próprio líder do IPES, Humberto Reis Costa, tornou-se presidente de uma comissão preparatória da seção brasileira da Aliança para o Progresso, criada pelo decreto do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, de 22 de fevereiro de 1963.[154] Considerando o vasto eleitorado católico, a mensagem do IPES também utilizava a linguagem ideológica do "Mater et Magistra". Ambas favoreciam o objetivo de *aggiornamento* do bloco de poder burguês e eram úteis para a sua legitimação diante das classes subordinadas.[155] Finalmente, o IPES

matizou também sua argumentação com os postulados da modernização anticomunista da Carta de Punta del Leste. Ele endossava e disseminava "o princípio de que os regimes que não reconhecem a propriedade privada e a produção privada de bens e serviços são culpados de oprimir e sufocar a liberdade pessoal", bem como a idéia de que "o desequilíbrio social aumenta a tensão social que, por sua vez, gera um campo fértil para a demagogia". O IPES enfatizava a necessidade de estabilidade monetária, a promoção de poupança pessoal e a punição aos sonegadores de impostos. Fazia seus os postulados da Aliança para o Progresso que urgiam reformas agrárias, habitacionais, de saúde e sanitárias. Endossava "o direito à negociação coletiva sindical, condições de trabalho adequadas e alfabetização e expressava a convicção de que o homem possuidor de terra própria se torna o melhor fiador de sua própria liberdade".[156]

O IPES incitava os empresários a se envolverem politicamente, cumprindo suas responsabilidades públicas e proclamava que "as necessidades básicas do homem, tais como alimentação, abrigo e saúde, podem ser satisfeitas de melhor forma em um sistema de empresa privada. Quando o governo entra no domínio econômico, deve usar métodos indiretos, como controle fiscal e de crédito. Se ele estabelece uma empresa, ela deve ser de espécie pioneira ou estabelecida somente quando o capital privado for insuficiente. Neste último caso, deve-se eventualmente passá-la para mãos privadas".[157] Esse dispositivo geralmente não contava, segundo o líder Ipesiano José Rubem Fonseca, com a aprovação dos membros do Rio, mas foi produzido para satisfazer a ala de São Paulo. Na opinião do IPES, o "Estado deveria intervir na economia apenas para preservar o mercado livre do monopólio, promover desenvolvimento econômico e contribuir para a paz social".[158] Instava também a reformulação dos empreendimentos brasileiros, através do estabelecimento de sociedades anônimas de capital aberto, tais como as *blue chips*.[159] Como o líder Rui Gomes de Almeida observou, o IPES "admitiria liberalismo no campo econômico, mas não aceitá-lo-ia na área política".[160] Nesse campo o IPES compartilhava a abordagem de segurança nacional desenvolvida na Escola Superior de Guerra e era um convicto disseminador da doutrina da ESG. Além disso, instava políticas de estabilização monetária e advogava reformas educacionais, tributárias, de crédito, de saúde, bancárias, de mercado, de transporte e agrárias de natureza modernizante-conservadora e recomendava o desenvolvimento regional particularmente daquelas áreas próximas aos grandes centros. Propunha também a colonização de áreas desabitadas.[161]

O Grupo de Estado e Doutrina incluía grande parte dos tecno-empresários e tecnoburocratas citados no Capítulo III. Trabalhando tempo integral, o GED do Rio contava com José Garrido Torres como coordenador geral das diversas unidades de estudo, dirigidas por diferentes associados do IPES. A designação de um ou outro ativista para dirigir as várias unidades de estudo dependia da especialização e capacidade pessoal e profissional dos elementos envolvidos. A coordenação geral das atividades do GED era desenvolvida pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura. Além dos tecno-empresários e técnicos já mencionados anteriormente, as seguintes pessoas cooperavam com a campanha do IPES através de sua participação nas unidades de estudo e como assessores do IPES ou colaborando com indivíduos do IPES (e não necessariamente fazendo parte da organização): Mário Henrique Simonsen, Antônio Dias Leite, Jorge Kafuri, J. Knaack (que foi apresentado ao IPES por Gilbert Huber Jr.), Mircea Buescu, Alexandre Kafka, Jessé Montello, Estanislau Fischlowitz, José Carlos Barbosa Moreira,

A. Lamy Filho, Afrânio de Carvalho, Frederico Cesar Cardoso Maragliano, Og Leme e Hélío Schlittler Silva.[162] Cooperaram também com o IPES no desenvolvimento de suas idéias Roberto Campos (que havia sido professor nos cursos oferecidos pelo IPES e participante nos seus debates) e Octávio Gouveia de Bulhões (que também participou de seus debates).[163] O Grupo de Estudo e Doutrina do Rio contava inicialmente com vinte economistas profissionais, mas, acatando a sugestão de Antônio Gallotti, o IPES recrutou outros profissionais de prestígio.[164] Em acréscimo à cooperação de profissionais intimamente ligados ou associados ao IPES, estudos também eram feitos por técnicos, convidados por sua experiência profissional, como Aníbal Villela e seu escritório técnico, o BRASTEC.[165] O GED ainda procurava e recebia a cooperação de intelectuais ligados ao clero e à estrutura eclesiástica leiga. Certos associados do IPES, bem relacionados com a Igreja, encarregavam-se de estabelecer uma rede de ligações, como era o caso de Harold Polland, Paulo de Assis Ribeiro, José Garrido Torres e José Arthur Rios. O apoio "externo" era também procurado para determinados aspectos dos projetos do IPES e para sua implementação. Tal fato era ilustrado pela presença de um "experiente" padre italiano, trazido para ajudar a unidade de Estudo e Doutrina dirigida por Cândido Guinle de Paula Machado, que lidava com problemas estudantis, de camponeses e de trabalhadores.[166]

Em São Paulo o GED se chamava Grupo de Doutrina e Estudos, enfatizando, com a troca de nome, o ponto onde o peso de sua ação recaía.[167] O grupo de São Paulo fixava linhas de doutrinação que definiam a filosofia do IPES e preparava o material para as várias unidades setoriais de ação que operavam naquele estado.[168] A aceitação conjunta de *position papers* (trabalhos de posicionamento) e análises pelos dois grupos os transformava na diretriz final do IPES.[169] O Grupo de Doutrina e Estudos também recebia os subsídios ideológicos e políticos dos centros regionais do IPES concernentes a itens de importância capital. O IPES de São Paulo procurava através dessa diretriz estabelecer um consenso empresarial sobre os mais variados problemas e suas soluções.[170] O Grupo de Doutrina e Estudo era coordenado por J. L. Nogueira Porto e incluía, entre outros, Paulo Edmur de Souza Queiroz, Miguel Reale, A. C. Pacheco e Silva, Adib Casseb, Flávio Galvão, L. A. Gama e Silva, J. L. Anhaia Mello e Antônio Delfim Neto.[171] Como era o caso de seu congênere no Rio, o grupo de São Paulo recebia o apoio de agências técnicas de várias associações de classe comerciais e industriais. Para assuntos específicos contava ainda com a colaboração, tanto financeira, quanto técnica de influentes empresários, como H. Weissflogg.[172]

Encarregava-se da campanha de levar a mensagem ideológica do IPES aos vários setores do público e de converter trabalhos que fixavam posições e diretrizes em ação política, supervisionando e coordenando a ação político-ideológica nas várias populações-alvo: trabalhadores de indústria, funcionários públicos e privados, camponeses, estudantes, mulheres das classes médias e a Igreja.

Cooperavam com a "projeção de doutrina na Igreja" J. Ely Coutinho, Paulo Galvão Filho e Paulo Ferraz. Os dois últimos, bem como Luiz Cássio dos Santos Werneck, davam a sua assistência a Oswaldo Breyne da Silveira na ação do IPES dentro dos movimentos estudantis e sindicais. O Grupo de Doutrina e Estudo também apoiava uma unidade encarregada de educação seletiva, da administração de cursos para empresários, gerentes e profissionais, assim como da preparação de ativistas sindicais e estudantis. Oswaldo Breyne da Silveira era o responsável

por essa unidade.[173] O Grupo de Doutrina e Estudo coordenava, ainda, as atividades dos membros do IPES em conferências, seminários, congressos profissionais e ocupacionais e em mesas-redondas onde se debatiam assuntos tão variados como a sonegação de impostos e a segurança nacional.[174] Supervisionava ainda a ação do IPES na mídia, preparando os argumentos para exposição e discussão, fornecendo linhas ideológicas e, de fato, coordenando o material de propaganda relativo a figuras políticas importantes, sindicalistas, empresários e personalidades artísticas ou literárias a ser usado nas apresentações de televisão e programas regulares de rádio. A realização da projeção de doutrina[175] do complexo IPES/IBAD era também alcançada através da publicação, pelos grupos de estudo, de um número surpreendente de estudos sobre diretrizes políticas, artigos, panfletos e outros trabalhos funcionais. Alguns desses estudos e trabalhos circulavam na época, ou com o nome do complexo IPES/IBAD ou, muito comumente, como as "propostas" de alguns parlamentares amigos, diplomatas, profissionais e acadêmicos. Apareciam também como material básico para artigos na imprensa nacional, como textos para conferências, monografias e mesmo livros, lançados por indivíduos ou grupos sigilosamente relacionados com a rede IPES/IBAD. Uma unidade especial, dirigida por José Garrido Torres e o General Heitor Herrera,[176] se responsabilizava pela publicação de livretos, panfletos e livros, bem como a aquisição de relevante material impresso.

Como já foi visto, havia um alto grau de reduplicação e intercâmbio de pessoal entre o complexo IPES/IBAD e a ADESG, a ESG e os escritórios de consultoria e os órgãos técnicos das associações industriais e comerciais.[177] Conseqüentemente, cuidado especial era tomado para não se redobrarem esforços. Sempre que possível, faziam-se estudos com outras instituições, grupos, organizações e indivíduos de capacidade e prestígio, pois isto reduzia os custos, economizava tempo e abrangia amplos círculos de apoio para a causa defendida pelo IPES.[178] A elite orgânica estudava o material preparado por outras pessoas ou grupos, depois o passava pelo seu próprio filtro político e ideológico, modelando os estudos de modo que eles "atendessem os interesses nacionais" com o raciocínio de que "outros projetos refletiam interesses setoriais".[179]

O financiamento para a elite orgânica

O Grupo de Integração — Setor de Ação Empresarial

O Grupo de Integração tinha como objetivo "integrar pessoas e corporações dentro do espírito democrático do IPES e ao mesmo tempo angariar contribuições financeiras para as atividades do Instituto.[180] Na realidade, constituía uma rede de unidades para a mobilização econômica dos empresários em apoio ao IPES. Os empresários eram aliciados a participar da ação liderada pelo IPES com intensidade variável de engajamento político-econômico. O Grupo de Integração recrutava associados e patrocinadores das diferentes frações empresariais e, dessa forma, várias equipes foram colocadas em campo, capazes de operar com facilidade nos muitos níveis e entre diversos setores da classe dominante. Conduziam-se as atividades de recrutamento, tendo em mente o potencial econômico e as possibilidades

políticas dos recrutas.[181] O grupo servia também ao objetivo geral do IPES de estabelecer sua hegemonia política e ideológica no bloco burguês.

As equipes de integração no Rio, em vários momentos, consistiam dos seguintes militantes: Oswaldo Tavares Ferreira, Eduardo Galliez, José Duvivier Goulart, Júlio Isnard, Tony Bahia, Rubem da Fraga Rogério, Juan Missirlian, Décio de Abreu, Ernesto Pereira Carneiro, Carlos Henrique Schneider, Joaquim Carneiro, Abrão Yazigi Neto, Fernando da Silva Sá, Mauricio Vilela, Miguel Guerra, o Coronel Jorge Augusto Vidal, Aurélio de Carvalho, Ésio Alves Ferreira, Jorge Duprat de Brito Pereira, Mauro Ribeiro Viegas, Waldemar Martinsen, José Maria de Araújo Costa, Claudemiro Gomes de Azevedo e o General Liberato da Cunha Friedrich. Esses ativistas do IPES operavam principalmente na região Rio—Guanabara. Em São Paulo, Nivaldo Ulhoa Cintra, Lélio Toledo Pizza e Salim Chamma dirigiam várias unidades de recrutamento e levantamento de fundos. Além disso, em São Paulo funcionava uma tesouraria, como uma subdivisão da rede de integração/finanças, sob a responsabilidade de Frans Machado e Victor Bouças. No Rio de Janeiro havia uma "caixinha", mantida para assuntos administrativos da qual Joviano Rodrigues Moraes Jardim se encarregava.[182]

As atividades de recrutamento eram conduzidas a nível pessoal e de uma forma sistemática, empregando-se diversas técnicas. O Grupo funcionava através de uma série de reuniões, mesas de integração, onde recrutas potenciais e patrocinadores participavam de debates, conferências e também por meio de um número de encontros informais e de pequenos grupos.[183] Nessas reuniões, a situação corrente, as razões para a existência do IPES e as tarefas futuras eram analisadas por aqueles que faziam oposição à situação do momento. Alguns membros do IPES estimulavam debates com recrutas potenciais e patrocinadores financeiros, estabelecendo assim um relacionamento envolvente.[184]

Até setembro de 1962, o IPES organizou 36 "mesas de integração", convidando 136 empresas e registrando uma média de 38 companhias por "mesa". Para suas reuniões, o Grupo de Integração convidou 476 empresas, incluindo as 136 participantes das "mesas de integração". Depois de estabelecer 1.000 contactos pessoais e mais de 3.000 por telefone, ele obtinha o apoio de mais de 30% das firmas que faziam parte do IPES em torno de setembro de 1962.[185] Oswaldo Tavares, chefe do Grupo do Rio, organizava, semanalmente, de três a quatro almoços "informativos" com empresários, objetivando levantar fundos.[186] Para almoços com banqueiros e diretores de empresas maiores, Oswaldo Tavares pedia a cooperação de empresários conhecidos, como Augusto Trajano de Azevedo Antunes e Antônio Gallotti, que tinham peso econômico e prestígio nos círculos bancários e industriais. Glycon de Paiva também se envolvia ativamente nesses esforços.[187] Oswaldo Tavares e Juan Missirlian eram encarregados de oferecer um curso que visava "expandir a penetração do IPES em meio ao grande comércio e à grande indústria através de seus diretores e líderes, e aumentar as contribuições."[188]

O Grupo de Integração também incorporava uma série de indivíduos, para missões específicas e tarefas que dependiam de ligações pessoais, exercício de autoridade ou meios próprios de persuasão dos militantes em questão. Certos militares também davam sua contribuição às atividades de levantamento de fundos e recrutamento, respaldando com seu prestígio os esforços empresariais. O General Nelson Reynaldo de Carvalho, por exemplo, encarregou-se do levantamento de fundos na região de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, entre os usineiros.[189] O Grupo

de Integração também estruturou "unidades móveis", cujos objetivos eram levar o pedido de colaboração para com o projeto político do IPES, aos empresários de fora das áreas centrais do Rio e de São Paulo e das outras cidades maiores onde o IPES mantinha escritório. Em dado momento, a possibilidade de coordenação de "comandos rurais" pelo Grupo de Integração se fazia necessária.[190] Uma outra forma de incorporar pessoas mais relutantes às fileiras do IPES para associá-las e fazê-las contribuir financeiramente consistia na integração através de envolvimento em tarefas. Esse era um processo pelo qual recrutas em potencial eram designados a realizar uma atividade específica e limitada e eram gradativamente envolvidos em decorrência de sua cuidadosa e crescente participação em operações de diversas espécies. Como resultado dessa campanha intensiva, o IPES recebeu o apoio de 500 membros corporativos em meados de 1963 e de um número ainda maior em 1964.[191]

Reuniu-se também apoio financeiro das aparentemente menores fontes de renda, tais como o trabalho voluntário desenvolvido pela "alta sociedade" do Rio de Janeiro e de São Paulo, cujas contribuições acobertavam indivíduos ou mesmo corporações que não queriam seus nomes envolvidos e poderiam assim ajudar sem levantarem suspeita indevida. A atividade de angariar fundos por intermédio das mulheres de classe média alta também servia para comprometê-las e a seus maridos com o esforço político do IPES. Muito ativo nessas operações era Roberto Levy, filho do deputado udenista e banqueiro Herbert Levy.[192]

As contribuições individuais mostravam-se também importantes, muito mais por seu significado político, como uma forma intrínseca de participação, do que pela soma de fato recebida. Elas representavam uma conveniente cobertura para a empresa colaboradora,[193] já que poderiam ser consideradas como contribuições de "família", principalmente quando partiam de proprietários de complexos financeiros e industriais. Aliciavam-se firmas menores também. Na maioria dos casos, essas empresas pequenas não eram significativas como contribuintes financeiras, mas seu compromisso se mostrava relevante de duas formas: primeiro, elas eram mobilizadas sob a liderança do IPES, reduzindo a possibilidade desses interesses darem seu apoio a um bloco econômico pró-João Goulart. Segundo, que, mobilizando os pequenos industriais e varejistas, o IPES evitaria a indesejada projeção de multinacionais e associadas como sendo o núcleo do movimento anti-João Goulart.

Através de arrecadações especiais, faziam-se contribuições em alta escala, contribuições estas que não constavam dos orçamentos regulares. Esse era obviamente o caso da campanha de angariação de fundos extraordinários para apoiarem as atividades do complexo IPES/IBAD relacionadas com as eleições ao legislativo de outubro de 1962.[194] O trabalho feito com firmas brasileiras havia sido intensificado no segundo trimestre de 1962 e, graças a ele, o IPES de São Paulo, isoladamente, já conseguia levantar de quinze a vinte milhões de cruzeiros mensais para as atividades específicas e mais quinze milhões a serem depositados como reservas para ocasiões especiais. Havia a possibilidade de se apurarem ainda mais cinco a dez milhões de cruzeiros para propagandas que o IPES tencionasse fazer.[195]

Em meados de 1962, o IPES de São Paulo já levantava quarenta milhões mensais, bem mais do que estipulavam as despesas orçamentárias oficiais e do que a renda publicamente conhecida.[196] Mas nem somas tão grandes assim basta-

vam para as necessidades de uma rede política de tão rápido crescimento. Grandes contribuintes que já apoiavam o IPES desde seu aparecimento tiveram de dobrar suas já tão altas contribuições empresariais, para servirem como exemplo.[197] Em setembro de 1962, Oswaldo Tavares instou a liderança do IPES a se valer das grandes firmas que colaboravam com a campanha eleitoral e as organizasse como contribuintes também para o período após as eleições.[198] Em São Paulo, uma vez terminadas as eleições ao legislativo, João Batista Leopoldo Figueiredo chamava a atenção dos líderes ipesianos para o fato de que as obrigações financeiras da maior parte dos contribuintes terminaria em dezembro daquele ano. Ele enfatizava a necessidade de se tornarem medidas preventivas objetivando assegurar um "orçamento permanente que permitiria ao IPES fazer compromissos permanentes".[199] Propunha, então, manter dois discretos encontros semanais com grupos de vinte a trinta pessoas, definidas como grandes contribuintes em potencial. Tais pessoas seriam convidadas a comparecer às casas de selecionados membros do IPES em "grupos menores, para reuniões mais íntimas e de maior profundidade". Empresários importantes ofereciam suas casas para essas reuniões de levantamento de fundos, como era o caso do próprio J. B. Leopoldo Figueiredo, Salim Chamma, Adalberto Bueno Neto, Oswaldo Breyne da Silveira, Nivaldo Ulhoa Cintra, Fuad Lutfalla, Nicolau Filizola, Geraldo Quartim Barbosa, Paulo Ayres Filho e muitos outros.[200] Nesses encontros, a liderança do IPES procurava obter o compromisso ideológico de tais empresários vinculado com promessas de apoio financeiro. Flávio Galvão era responsável pela organização de um esquema de trabalho que serviria para todas as reuniões, nas quais os vários dirigentes dos grupos de ação do IPES fariam um sumário de suas atividades políticas aos patrocinadores em potencial.[201] A primeira reunião de vinte associados e quinze contribuintes potenciais realizou-se na casa de J. B. Leopoldo Figueiredo, no dia 12 de dezembro de 1962. Entre os vários oradores do Grupo de Integração do Rio, nas reuniões especiais privadas e sigilosas destacavam-se: Glycon de Paiva, Harold C. Polland, Dênio Nogueira, José Garrido Torres, Augusto Trajano Azevedo Antunes, Paulo de Assis Ribeiro, Jorge Oscar de Mello Flores, Gilbert Huber Jr., Oscar de Oliveira, Luiz Carlos Mancini, José Luiz Moreira de Souza, Hélio Gomide, Guilherme Borghoff e Nei Peixoto do Valle.[202] Até mesmo o General Golbery se envolveu pessoalmente na campanha de angariação de fundos, através de seus numerosos contactos e em seus esforços conjuntos com dirigentes empresariais, como o líder do IPES, Jorge Behring de Mattos.[203] No *Rio*, uma dessas reuniões especiais contou com a participação de Fernando Machado Portela (diretor do Banco Boavista), Olavo Canavarro Pereira (diretor do Banco Português), Cláudio de Almeida Rossi (presidente do Sindicato de Companhias de Seguros), Manoel Ferreira Guimarães (diretor do Banco de Minas Gerais), Homero Souza e Silva (diretor do Warrant e do grupo financeiro Moreira Salles) e Versiani Caldeira (diretor do Centro Industrial do Fósforo). Os ativistas do IPES presentes a esse encontro eram G. Borghoff, H. C. Polland, Glycon de Paiva, J. R. Fonseca, os Generais Golbery, Herrera e Liberato, bem como Augusto Trajano de Azevedo Antunes.

Em janeiro de 1963, a demanda de recursos financeiros se tornou tão significativa que as corporações foram pressionadas para um substancial incremento em suas contribuições. Em uma reunião conjunta dos Comitês Executivos do Rio e de São Paulo, João Batista Leopoldo Figueiredo propôs que se chegasse a um acordo "na fórmula de 1/2% do capital por ano", que já havia sido a norma

para grandes contribuintes. Argumentava também a favor de aumentados esforços para assegurar a expansão do quadro de membros do IPES. Ele gostaria de poder "dizer aos grandes contribuintes que reduzissem um pouco sua participação, uma vez tendo sido aumentado o número de membros".[204] Em dois anos, já se haviam recolhido quatro milhões de dólares[205] e, até 1964, essa soma muitas vezes multiplicada já havia sido despendida pela elite orgânica.

A "limpeza" das contribuições financeiras

O Grupo de Integração enfrentava dois problemas de envergadura. Um era como consolidar e aumentar as contribuições individuais e corporativas e sua participação nas sempre crescentes atividades do complexo IPES/IBAD, mantendo o ímpeto que Jorge Behring de Mattos chamava de "fogo sagrado".[206] Ou, como se expressava Jorge Geyer, "o problema seria achar uma fórmula para manter os contribuintes integrados", pois ele entendia que os patrocinadores e os que apoiavam o IPES possivelmente não seriam tão entusiastas das suas atividades como o próprio Comitê Diretor.[207] O outro problema era como "limpar" e disfarçar as contribuições financeiras feitas às atividades do IPES por firmas, indivíduos e outras fontes. Ambos, os doadores e o IPES, tinham de se proteger do conhecimento público. Harold C. Polland resumia o problema: "as firmas grandes precisam de tratamento especial". Na opinião de Cândido Guinle de Paula Machado, a questão era "delicada para o Instituto e para as firmas".[208] As contribuições disfarçadas também favoreciam o atendimento de certas despesas que obviamente não poderiam ser contabilizadas nas folhas do IPES, especialmente aquelas referentes à ação secreta no Congresso, nas Forças Armadas, sindicatos, mídia e movimento estudantil.

Muitas das doações eram tramitadas através de Associações de Classe, o que permitia que não se revelasse identidade de companhias isoladas. Contribuindo por meio das diferentes associações de classe, podia-se justificar grandes alocações de somas em termos de atividades institucionais — despesas não computadas nas folhas de balanço do IPES, nem nas das empresas. Esse era o caso dos associados da Federação das Indústrias que se responsabilizavam por dar uma grande participação mensal através de sua associação de classe. Mais doações chegavam ao IPES por intermédio da Associação dos Banqueiros, do Centro de Indústrias, do Sindicato das Companhias de Seguros, do CONCLAP e das Associações Comerciais. Os banqueiros participavam através do Sindicato dos Bancos, com o intuito de "disfarçar sua contribuição ao IPES".[209]

A criação de "Ipesinhos" favorecia outras contribuições camufladas. A idéia consistia em organizar "seminários" para as firmas contribuintes e para os membros individuais. Dez a vinte firmas por mês eram convidadas a participar desses "seminários", aos quais pagavam taxa de comparecimento. As firmas estariam "pagando" pelos "serviços técnicos" prestados através de sua participação nos seminários. Esse engenhoso recurso foi experimentado pela primeira vez em Friburgo. A "agência" de Friburgo tornou-se, então, uma unidade permanente de seminário/recebimento de fundos.[210]

Outra forma de "limpar" contribuições estava contida na idéia lançada por Oscar de Oliveira. O IPES deveria montar escritórios de consultoria ou agir atra-

vés dos já estabelecidos. Esses escritórios seriam procurados por corporações privadas por "precisarem" de estudos de viabilidade e outros projetos. Os escritórios então receberiam "pagamentos" por esses projetos e estudos, que seriam entregues ao IPES ou seriam usados para subsidiar diretamente as atividades dele.[211]

Um meio muito eficaz de cobrir os fundos e seus doadores/receptores seria emitir recibos através de "associações democráticas subsidiadas pelo IPES do Rio, que tivessem condições de emitir recibos a serem lançados para cobrir as contribuições de São Paulo",[212] para onde convergiam as grandes contribuições das multinacionais, e que tinha vultosas despesas, pois financiava as atividades secretas. O IPES e firmas privadas estariam, então, fazendo doações "filantrópicas", pelas quais eles obteriam recibos que, na verdade, liberariam o dinheiro para outros objetivos que não os oficialmente conhecidos. Faziam-se também contribuições por meio de "subscrições públicas", sem fatura, como era o caso da Light S.A. e através da Pontifícia Universidade Católica.[213] Outro recurso ainda utilizado para disfarçar contribuições era por intermédio das esposas de proprietários ou diretores de empresas, que participavam a nível pessoal, ou canalizavam fundos para organizações filantrópicas e centros sociais que, então, retornavam o dinheiro ao IPES.

À medida que os fundos cresciam, bem como o número de fontes, novos meios de "desembaraçar" as contribuições teriam de ser encontrados. Uma forma muito importante de camuflar doações era através de empresas de relações públicas e de propaganda que controlavam os chamados "orçamentos invisíveis" de grandes corporações, orçamentos estes que representavam vultosas somas de dinheiro.[214] O que as companhias poderiam fazer seria canalizar suas participações através de fundos assinalados como orçamentos para propaganda comercial e relações públicas por meio das agências que apoiavam o IPES. Outra alternativa seria as grandes empresas pagarem antecipadamente os seus contratos de doze meses com as agências de relações públicas, que daí canalizariam os fundos, bem como contribuiriam financeiramente com suas próprias fontes.[215] Tal operação não seria muito complexa, já que muitos dos associados do IPES eram proprietários ou diretores de agências de publicidade e manipulavam as contas de corporações multinacionais e associadas, cujos donos e dirigentes também eram associados do IPES.[216] Em uma reunião em que compareceram Augusto Trajano de Azevedo Antunes, o General Golbery, Hélio Gomide, Glycon de Paiva e Harold Polland, e na qual essas questões foram debatidas, José Luiz Moreira de Souza, proprietário da Denisson Propaganda, ofereceu seus préstimos para operar como um conduto para a "limpeza do dinheiro". Não sentiria o "menor constrangimento" em receber somas através de sua Agência de Propaganda e depois devolvê-las ao IPES.[217] Além da Denisson Propaganda, destacaram-se as seguintes agências que inicialmente se envolveram com o esforço de propaganda e financeiro do IPES: Gallas Propaganda, Norton Propaganda e Multi Propaganda.[218]

O apoio financeiro direto não era a única forma de contribuição para a eficiência da elite orgânica. Serviços e equipamentos diversos também faziam parte importante dos esforços para supri-la das exigências necessárias. Assim, Bento Ribeiro Dantas, presidente dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A., declarava que qualquer necessidade de transporte seria imediatamente atendida, fosse por sua companhia ou qualquer outra. Quanto ao pagamento, "o IPES não deveria se preocupar".[219] Rubem Berta, presidente da Varig S.A., ofereceu também os

serviços de sua companhia. O IPES estabeleceu um *modus faciendi* com os dois, bem como com Valentim Bouças, diretor da Panair do Brasil.[220] Os serviços aéreos seriam de incalculável valor na coordenação do movimento militar para a derrubada de João Goulart. Era de fato muito importante para uma elite conspiradora ter à sua disposição as grandes companhias de transporte aéreo para viajar inconspicuamente pelos quatro cantos do Brasil.

Era também importante ter o apoio de companhias privadas de telefone e telégrafo que proporcionassem um serviço vital, bem como o devido sigilo nas comunicações da elite orgânica, e ainda a possibilidade de interceptar as chamadas e controlar a comunicação de outros grupos políticos.[221] Outras formas de transporte, serviços da mídia, comunicações, equipamento e material de escritório, serviços de impressão etc. eram fornecidos a preços simbólicos ou gratuitamente.[222] Outra alternativa de contribuição era se responsabilizar pelo pagamento do pessoal técnico que trabalhava para o IPES, ou as grandes corporações "emprestarem" seus próprios peritos para a campanha política da elite orgânica.[223]

A questão da contribuição transnacional

Apesar de os membros do IPES haverem negado publicamente a existência de fundos "estrangeiros", o então Cônsul dos Estados Unidos, Niles Bond, dizia ter certeza de que fundos americanos chegavam às operações do IPES, embora garantisse que não eram canalizados através de seu escritório. No tocante a "fundos americanos", Niles Bond não fazia distinção entre os públicos e os privados. Sugeria, no caso, que Albert Byngton, formado em Harvard e diretor de várias firmas americanas no Brasil, "provavelmente" recebesse fundos americanos e os passasse para o IPES.[224] Albert Byngton, o presidente da CONCLAP, era também membro do IPES de São Paulo.

Uma substancial assistência privada por parte dos Estados Unidos e de outros países realmente chegava ao complexo IPES/IBAD.[225] O Embaixador Lincoln Gordon era especialmente importante na obtenção de apoio multinacional para as ações desse complexo. Em um relatório ao Comitê Executivo no início de 1962, Gilbert Huber Jr. afirmava que, no tocante a contribuições de firmas dos Estados Unidos, "a Câmara Americana (American Chamber) consultou o seu embaixador que optou pela contribuição". Gilbert Huber Jr. acrescentava que havia "mais política na Câmara Americana que na Câmara dos Deputados". Mas parecia a ele estar-se chegando a uma solução não apenas quanto a volumes de dinheiro e outro tipo de apoio, mas também quanto às formas inconspícuas de contribuição. Foi ainda informado em São Paulo "de que o Embaixador americano havia pedido ao Departamento de Estado e ao Departamento de Comércio para concordarem". Observava também que, embora "somente as matrizes decidam, é importante convencer Lincoln Gordon".[226] Não chegavam à elite orgânica apenas fundos de empresas privadas. Dinheiro da CIA americana também era canalizado para o IBAD.

Os estudiosos do período de João Goulart esforçaram-se por saber a extensão do conhecimento que o Embaixador Lincoln Gordon tinha das várias atividades da CIA. "Certamente Gordon conhecia tudo sobre o IBAD. Ele estava ciente não só de que o IBAD era o meio da CIA canalizar dinheiro para as cam-

panhas políticas locais, mas também que tais contribuições clandestinas eram uma absoluta violação da lei brasileira".[227]

Em março de 1962, em São Paulo, o Fundo de Ação Social — FAS foi criado, na certeza de que "o Brasil era um dos cenários estratégicos da guerra fria e que a empresa privada não poderia permanecer ociosa e ver-se destruída pela demagogia e ignorância". Estabeleceu-se o FAS com o objetivo de obter uma "maior cooperação da comunidade empresarial estrangeira com suas congêneres brasileiras".[228] Ele foi criado por umas cinqüenta empresas privadas que mais tarde se aglutinariam na formação do CLA (Council for Latin America), como "uma organização para promover projetos cívicos fora da esfera normal das operações da Chamber of Commerce". Suas atividades incluíam "estudos sobre os problemas básicos do Brasil, trabalho com grupos sindicais democráticos, esforços de comunicação com grupos nacionais chave".[229] O FAS era um dos maiores contribuintes do IPES. Afirmava-se também que dentre os patrocinadores estrangeiros, a DELTEC, cujo diretor brasileiro era o líder Ipesiano David Beaty III, havia feito contribuições de sua "caixinha" de 7 milhões de dólares, contribuições estas procedentes de Nassau, que era o *forum* das convenções das organizações congêneres daquela da elite orgânica.[230]

Duzentas e noventa e sete corporações americanas deram apoio financeiro ao IPES. Cento e uma empresas de outras proveniências deram contribuição adicional.[231] Uma relação parcial dos contribuintes corporativos do IPES é feita no Apêndice H. Os contribuintes individuais aparecem em lista no Apêndice I. Em maio de 1962, J. B. Leopoldo Figueiredo informava o Comitê Diretor das receitas ordinárias de São Paulo, que naquela época montavam a 9,5 milhões* aproximadamente. Relatava também sobre o trabalho desenvolvido com firmas britânicas e americanas. As americanas contribuiriam com mais ou menos sete milhões anuais, com expectativa de alcançar quinze milhões. As britânicas participaram com 3,5 milhões. A perspectiva seria cerca de 20 milhões mensais e poderia até mesmo alcançar índices mais altos.[232] Ao final de 1962, em uma reunião conjunta do CE e do CD de São Paulo, o líder Nivaldo Ulhoa Cintra sugeria que "os três ou quatro homens responsáveis por todas as firmas suecas existentes no Brasil" deveriam ser procurados para que se obtivesse "o apoio daquelas firmas". A Paulo Reis Magalhães foi dada a responsabilidade de organizar um plano de ação para uma campanha de angariação de fundos entre as firmas estrangeiras.[233] Ainda outra fonte de cooperação financeira transnacional era a Konrad Adenauer Stiftung, órgãos do Partido Democrático Cristão da Alemanha, que contribuía por intermédio do gigantesco complexo siderúrgico Mannesmann, e da Mercedes Benz.[234] Devido à delicadeza do problema, deixava-se o levantamento de fundos de empresas multinacionais a critério de alguns membros do Grupo de Integração, como era o caso da Mannesmann e outras firmas similares.[235] O General Herrera foi indicado para estabelecer contato com Antônio Gallotti sobre as contribuições da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira — ARBED. Harold C. Polland se encarregaria da Anderson Clayton e Remington Rand do Brasil.[236] Até mesmo o General Golbery tomaria parte e, da mesma forma, apresentaria um plano ao presidente da Mercedes Benz.[237]

---

* NT: Não há especificação no original se é cruzeiro, dólar ou outra moeda.

Grande parte da participação das firmas estrangeiras era canalizada para a seção de São Paulo, privando o Rio de agir com poderoso suporte financeiro.[238] Com o intuito de contornar a situação, realizou-se um importante encontro de americanos em São Paulo, em janeiro de 1963, com a presença dos do Rio, para decidirem sobre fundos para a seção carioca. Tal reunião aconteceu em casa de John Clinton Llerena, empresário e líder do IPES. Compareceram sessenta e cinco contribuintes do Fundo de Ação Social de São Paulo, que receberam um "relatório sobre o emprego do dinheiro contribuído pelo FAS". Muitos dos americanos eram da indústria farmacêutica e "estavam preocupados com a nova lei que criava a Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB", uma das medidas de João Goulart destinada a assegurar o suprimento regular de gêneros básicos e remédios a um preço razoável ao consumidor. Na oportunidade, Harold Polland fez uma análise política da situação.[239]

O próprio IBAD era um canal financeiro de fundos multinacionais para o IPES. Destacavam-se entre as corporações que faziam depósitos nas contas da rede IBAD/ADEP/Promotion S.A. a Texaco, Shell, Esso Brasileira, Standard Oil of New Jersey, Texas Oil Co., Gulf Oil, Bayer, Enila, Shering, Ciba, Gross, General Electric, IBM, Remington Rand, AEG, Coty, Coca-Cola, Standard Brands, Cia. de Cigarros Souza Cruz, Belgo-Mineira, U. S. Steel, Hanna Mining Corp., Bethlehem Steel, General Motors, Willys Overland e o IBEC.[240]

Em decorrência da natureza de suas fontes de renda e canais financeiros e a variedade de atividades patrocinadas pelo IPES, os orçamentos da organização não refletiam suas condições financeiras reais. Podia se encontrar uma série de incoerências ao examinar os orçamentos consolidados e as várias somas recebidas e gastas.[241] "Contabilidade paralela", vários níveis de "responsabilidade", "despesas ordinárias e especiais" eram a norma. Obviamente todas as operações ilegais e ilegítimas não tinham suas despesas contabilizadas nos orçamentos "oficiais" e nos balanços.

Uma das mais importantes atividades do IPES era ceder "subsídios", modo bastante neutro de se referir aos fundos ilegais lançados nos partidos políticos, na mídia, nas Forças Armadas, sindicatos e organizações rurais, movimento estudantil e projetos e organizações do clero, bem como em indivíduos escolhidos. Muitas dessas contribuições eram feitas pelo IPES através de instituições subsidiárias ou por intermédio de indivíduos (membros do IPES) como doações "pessoais".[242] José da Costa Boucinhas e Eduardo Sampaio Campos, membros corporativos das American Chambers of Commerce e conhecidos contadores públicos das maiores corporações do Brasil, prepararam uma "prestação de contas-padrão" para as somas contribuídas.[243]

O envolvimento do capital estrangeiro, em particular, e o da empresa privada, em geral, nos assuntos políticos foi de tamanho significado no contexto da época que induziu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI para investigar o problema. A CPI fez sindicância no modo de o IBAD proceder e sua suposta intromissão nos assuntos políticos através de meios ilegais, especialmente nas eleições de outubro de 1962 para o Congresso. Investigou-se também o IPES. O IBAD foi fechado por haver sido considerado culpado de corrupção política. O IPES foi absolvido com base no fato de que não havia sido realizada pelo Instituto nenhuma atividade incomum que infringisse os seus objetivos publicamente declarados, objetivos estes relacionados em sua Carta. A CPI tam-

bém não conseguiu encontrar nenhuma ligação entre o IPES e o IBAD. Quando a CPI pressionou o complexo IPES/IBAD, decidiu-se a favor de várias medidas, em uma reunião especial do IPES que contou com a presença de J. B. Leopoldo Figueiredo, Harold Cecil Polland, Cândido Guinle de Paula Machado, Luiz Cássio dos Santos Werneck, o General Golbery, Adib Casseb, Flávio Galvão, José Rubem Fonseca, Glycon de Paiva, Jorge Oscar de Mello Flores, Gilbert Huber Jr. e Jorge Morais Gueiros. As decisões sigilosas tomadas pela liderança do IPES compreendiam: procurar os seus contribuintes e explicar a eles a situação, bem como assegurá-los de que seus nomes não seriam revelados à CPI; eliminar dos arquivos e estantes do IPES documentos que pudessem incriminá-lo; tomar uma série de medidas cautelares em relação aos componentes de "órgãos secretos" e "órgãos velados" (mormente indivíduos operando nos setores estudantis, da mídia, trabalhistas, de camponeses, partidários, militares e de informação); tomar medidas visando a proteger aqueles funcionários e empregados do IPES que eram publicamente por ele contratados.[244]

A decisão do IPES para o público foi, de certa forma, diferente. Depois de discutir os ofícios n.os 28/63 e 29/63 da referida CPI, o Comitê Executivo chegou às seguintes decisões por unanimidade de votos: quando da exigência pela CPI de obter a lista de firmas de capital estrangeiro ou parte de capital estrangeiro que colaboraram com o IPES, o Instituto deveria responder que "nenhuma empresa estrangeira faz parte de seu corpo de associados". Além disso, o IPES não poderia aquiescer à segunda parte da exigência da CPI, isto é, entregar a lista das firmas com parte de capital estrangeiro que colaboravam com o Instituto, porque "ele *ignorava* a estrutura do capital da empresa . . ."[245] O IPES, é bem claro, levava uma vida *dupla*, tanto política quanto financeiramente.

Conclusão

Com a *formação* do IPES como uma organização político-militar, a elite orgânica dos interesses multinacionais e associados alcançava o que Gramsci chamava de "a fase mais genuinamente política", quando "ideologias previamente desenvolvidas se tornam partido".[246] A elite orgânica, como o "partido" dos novos interesses, organizava atividades públicas e encobertas nas áreas civis e militares, até que o complexo ESG/Forças Armadas (como poder de classe predisposto no aparelho do Estado) eclipsaram o complexo IPES/burguesia e dissimularam as imediatas características de classe do movimento. Este seria então reconhecido apenas por sua feição militar e paramilitar. Em tal momento, o General Golbery do Couto e Silva se afirmava como o chefe de estado maior do bloco de poder multinacional e associado. Já então, o problema do Estado havia sido colocado em seu mais *alto nível para* o bloco de poder multinacional e associado, no sentido de não somente ganhar o domínio político-militar sobre as classes subordinadas como um todo, mas também de subjugar o bloco histórico-populista e obter efetivo comando político do aparelho do Estado.

Para a elite orgânica, o controle do Estado obviamente consistia no resultado de um processo cuja característica essencial era a deliberada e determinada ação de classe do bloco de poder multinacional e associado, na qual a preparação estratégica visava a reduzir a zero todas as imponderabilidades. No complexo

IPES/IBAD, a elite orgânica se constituía em um poderoso aparelho de classe. Como tal, ela era capaz de exercer ações estrategicamente planejadas e manobras táticas através de uma campanha cuidadosa e elaborada que vitoriosamente opunha seu organizado poder de classe ao poder do Estado do bloco histórico populista e à incipiente formação militante das classes trabalhadoras. Por intermédio de seus especializados grupos de ação e usando todos os meios disponíveis, o complexo IPES/IBAD conseguia estabelecer a presença política, ideológica e militar do bloco de poder multinacional e associado em toda relevante área social de conflito e disputa.

As atividades político-militares da elite orgânica, em sua maior parte, eram altamente controvertidas, mantidas em segredo em alto grau e por longo tempo devido a razões óbvias, e informações sobre elas eram escassas.[247] Nos próximos capítulos serão examinadas algumas das atividades organizadas de classe do bloco de poder multinacional e associado, que levaram à desestabilização do sistema político brasileiro.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sobre o papel de uma elite empresarial como organizadora de sua própria classe e da sociedade, vide Quintin HOARE & Geoffrey NOWELL-SMITH. *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci*. London, Lawrence & Wishart, 1973. p. 5-6, 260, 334. Sobre a abordagem metodológica usada para entender essa elite como a organizadora de sua classe, vide Antonio GRAMSCI, *El materialismo histórico y la filosofia de Benedetto Croce*. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1971. p. 157.

2. Sobre a abordagem metodológica usada para entender o papel da elite orgânica como o núcleo militante dos intelectuais orgânicos, formados através e fora dos tradicionais canais partidários e associativos de articulação, agregação e representação da classe dominante a atuando como a vanguarda da classe social, vide (a) Q. HOARE & G. NOWELL-SMITH. *op. cit.* p. 334. (b) A. GRAMSCI. *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*. Torino, Ed. Riuniti, 1975, p. 3-22. (c) Ralph MILIBAND. *El Estado en la sociedad capitalista*. México, Ed. Siglo XXI, 1970. Cap. 2. (d) A. GRAMSCI. *Il risorgimento*. Torino, Einaudi, 1954. p. 71. (e) A. GRAMSCI. *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el Estado moderno*. Buenos Aires, Ed. Lautaro, 1962. p. 67, 325.

Neste caso particular, entendem-se por elite orgânica os líderes e membros que faziam parte da estrutura formal do complexo IPES/IBAD, bem como *associados*, *ativistas*, *indivíduos* e grupos ligados a esse complexo, de tal forma que seus esforços e aqueles das organizações a que pertenciam eram sincronizados e coordenados pelo IPES ou apoiaram diretamente a sua campanha.

3. Vide Q. HOARE & G. NOWELL-SMITH. *op. cit.* p. 53, 137-40, 160-68, 181, 196-200.

4. A fim de compreender o processo, pode-se desenvolvê-lo em estágios que, embora não estritamente separados na realidade político-ideológica, correspondam aos vários momentos de consciência política coletiva de uma classe. Esses estágios principiam com a "tomada de consciência negativa". É nesses momentos iniciais que os intelectuais orgânicos do emergente bloco econômico se tornam conscientes de sua diferenciação com respeito às forças sociais anteriores e visualizam a necessidade de mudança, embora ainda no regime existente. Nos estágios finais, chegando à "tomada de consciência positiva", os intelectuais or-

gânicos, estruturados em uma organização à procura do poder, concebem um modelo sócio-econômico e político de sociedade e governo diferente daquele já existente e agem adequadamente para implementá-lo. Q. HOARE & G. NOWELL-SMITH, *op. cit.* p. 181-83.

5. Que é o IPES. *Boletim mensal*, Rio de Janeiro. n. 25. p. 2.

6. A respeito de força permanentemente organizada e previamente preparada, como o elemento decisivo em toda situação, vide Q. HOARE & G. NOWELL-SMITH. *op. cit.* p. 185.

7. Foi também ao final da administração de J. Kubitschek que um tecno-empresário muito influente, ex-Ministro de Estado, intimamente ligado a escritórios de consultoria e corporações multinacionais, em conversa com o Secretário de Estado americano, John Foster Dulles, transmitiu sua opinião de que o Brasil e não a Índia fosse a "última oportunidade" de contrapor um modelo capitalista de desenvolvimento à crescente China socialista. "Algo", insistia ele, "teria de ser feito". Anos depois, refletindo sobre os acontecimentos daquela época, ele sentia, parafraseando Dean Acheson, que ele estivera "presente na criação". Entrevista com R.A. Dreiffus. Rio de Janeiro, 1976. (Nome resguardado a pedido).

8. Vide (a) Mário Henrique SIMONSEN. Brazilian inflation, post-war experience and outcome of the 1964 reforms. In: *Economic development issues — Latin America*. New York, CED, Praeger, 1967. (b) Trabalho suplementar editado pelo Research and Policy Committee do CED. O presidente do CED naquela época era Alfred C. Neal, e o IPES operava como "congênere estrangeiro" do CED. (c) Mário Henrique SIMONSEN. *A experiência inflacionária brasileira*. Rio de Janeiro, IPES, 1964. (d) M.H. SIMONSEN. *A política antiinflacionária*. In: CAMPOS, Roberto de Oliveira ed. *A Nova economia brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. Para Octávio Gouveia de Bulhões, o ponto-chave era a "inflação desenfreada e galopante". Octávio Gouveia de Bulhões, associado do IPES, tornar-se-ia Ministro da Fazenda em 1964. Entrevista com R.A. Dreifuss. Rio de Janeiro, 1976. Vide ainda, Raouf KAHIL. *Inflation and economic development in Brazil: 1946-1963*. Oxford, Clarendon Press, 1973. p. 334.

9. Paulo AYRES Filho. The Brazilian Revolution. In: BAILEY, N. ed. *Latin America: politics, economy and hemispheric security*. New York, Praeger, 1965. p. 249.

10. A idéia da fundação do IPES surgiu entre os empresários do Rio, especialmente Gilbert Huber Jr. e Glycon de Paiva, e no Rio foi exaustivamente elaborada. O Instituto foi então estabelecido em São Paulo por razões econômicas e táticas. (a) Carta do IPES a Oswaldo Tavares, 04 de dezembro de 1962. (b) Relatório do IPES de 17 de maio de 1962 que incluía trabalho de crítica sobre o esboço do documento do IPES. *A responsabilidade democrática do empresário*. Vide também P. SIEKMAN. When executives turned revolutionaries. Fortune, sept. 1964. p. 148. Gilbert Huber Jr. seria também um dos contactos mais ativos com as congêneses estrangeiras do IPES, principalmente na Colômbia e nos Estados Unidos. Vide IPES CD. 16 de julho de 1963.

11. N. BLUME. *Pressure groups and decision-making in Brazil*. Saint' Louis, Missouri, Washington Univ., 1967-68. 3. V. n. 11. p. 211 (série de monografias).

12. O líder do IPES, Paulo Ayres Filho, observou que a partir de 1950 os empresários que "foram despertados por algumas vozes corajosas começaram a perceber que uma das mais importantes batalhas de guerra fria estava se passando na América Latina e especialmente no Brasil. Essa nova consciência de realidades nacionais e mundiais traduziu-se em esforços individuais para divulgar um grande volume de literatura sobre liberdade e democracia". P. AYRES Filho. *op. cit.* p. 249.

13. P. SIEKMAN. *op. cit.* p. 148. Paulo Ayres Filho apresentou esses amigos ao Embaixador Lincoln Gordon, que havia chegado ao Brasil em meados de outubro de 1961. O conhecimento de L. Gordon e Paulo Ayres Filho datava de 1959, quando este era o presidente do Centro Cultural Brasil-Estados Unidos em São Paulo. "Em boa hora, P. Ayres descreveu para Gordon uma organização política que ele estava patrocinando com o desajeitado, mas inócuo no-

me de Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — IPES". A. J. LANGGUTH. *Hidden terrors*. New York, Pantheon Books, 1978. p. 86.

14. Clarence S. HALL. The country that saved itself. *Reader's Digest*, Estados Unidos, November 1964, p. 137 (reportagem especial).

15. Edições de, respectivamente, 02 de fevereiro, 04 de fevereiro, 05 de fevereiro, 08 de fevereiro, IPES CE Rio, 05 de fevereiro de 1962.

16. No Rio de Janeiro, o IPES funcionava no 27.º andar do Edifício Avenida Central, na Avenida Rio Branco, 156, no centro da cidade. Ele ocupava 13 salas do andar. Usava também salas no mesmo andar, pertencentes à sua associada, a Conferência de Fretes Brasil-Estados Unidos-Canadá. É interessante observar que as contas telefônicas eram faturadas em nome de Henrique Geisel, General da Reserva do Exército, irmão do General Ernesto Geisel e importante empresário. Em São Paulo, o escritório principal localizava-se na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 154 — 16.º andar. Havia um outro na Rua Bahia, 131. Em Belo Horizonte, o IPES operava na Avenida Afonso Pena, 867 — 11.º andar. Em Porto Alegre, funcionava no Edifício Palácio do Comércio, 4.º andar. Já em Curitiba a rede IPES/IBAD/MAC/OPAC fazia suas reuniões no Edifício Asa, na Rua Voluntários da Pátria. Além disso, o complexo IPES/IBAD realizava reuniões na sede do SENAC-SESC, no "Círculo de Estudos Bandeirantes", nos escritórios do SESI, na Associação Comercial do Paraná e nas salas do PRP, o antigo partido integralista. *Política e Negócios*, São Paulo, 19 de agosto, 1963. p. 30.

17. N. BLUME. *op. cit*. p. 213. Os objetivos do IPES, conforme o capítulo 1 de sua carta institucional, constituíam de: promover e estimular educação cultural, moral e cívica dos indivíduos e desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social e obter, por meio de pesquisa, recomendações que contribuíssem para o progresso econômico, o bem-estar social e o fortalecimento do regime democrático do Brasil. O artigo 2 rezava que o "IPES não participará de nenhuma atividade político-partidária". O artigo 4 declarava que "todas as atividades do Instituto serão desenvolvidas em conformidade com a Constituição e as leis do país, os princípios democráticos, a ordem social, as normas da civilização cristã e a obediência devida às autoridades legalmente constituídas". Estatutos do IPES, 1961. p. 1-2.

18. (a) J. ROWE. *The "revolution" and the "system" — notes on Brazilian politics*. Estados Unidos, American Univ. Field Staff, 1966. p. 12. (b) M. CEHELSKY. *The policy process in Brazil: land reform 1961-1969*. Dissertação de doutorado. New York, Columbia Univ., 1974. p. 129.

19. IPES. *A responsabilidade democrática do empresário*. Rio de Janeiro. p. 4. José Garrido Torres popularizaria uma versão homônima para os *Cadernos Brasileiros*, s. 1., (3):3-5, julho/setembro 1962. ano 4. Ele preparou também um resumo em linguagem popular para o jornal do IBAD *Ação Democrática*.

20. J. RONE. *op. cit*. p. 17.

21. P. SIEKMAN. *op. cit*. p. 149.

22. Em verdadeiro estilo militar, as operações coordenadas pelo IPES recebiam codinomes, como por exemplo "Operação Brado de Alerta", "Projeto Gammon" e outros.

23. N. BAILEY. Organization and operation of neoliberalism in Latin America. In: *Latin America: politics, economies and hemispheric security*. New York, Praeger, 1965. p. 234.

24. Raul PILLA. A influência do dinheiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1963.

25. Paulo AYRES Filho. *op. cit*. p. 249.

26. *Id*. p. 251.

27. Ivan HASSLOCHER. As classes produtoras diante do comunismo. *Ação Democrática*, s. l., fevereiro de 1962. p. 14-15 (edição especial).

28. I. HASSLOCHER. *op. cit*. p. 5.

29. *Id*. p. 14-15.

30. As sombras do IBAD. *Veja*, 16 de março de 1977. p. 4.

31. "Ele não resiste, é meio bom. Estão dispostos? Vamos a ele". Rui Gomes de

Almeida e J. B. Leopoldo Figueiredo. IPES CD. Rio, 22 de maio de 1962.

32. O IBAD divulgava mensalmente uma lista denunciando as companhias "que fazem contribuições para os comunistas manterem no Rio a *Última Hora*", um jornal populista. *Ação Democrática*, julho de 1962, p. 7. É interessante observar que grande parte das companhias mencionadas nas listas seria encontrada entre as contribuintes do IPES. Seus diretores poderiam também ser encontrados na lista dos líderes do IPES.

33. Vide declarações dos líderes do IPES, Ermírio de MORAES Filho e J. L. Moreira de SOUZA. Como industriais jovens vêem a Situação Nacional. *Jornal do Brasil*, 29 de abril de 1962. Citado em O IANNI. *Crisis in Brazil*. New York, Columbia Univ. Press, 1970, p. 186.

34. Um marco importante, nesse sentido, aparece no documento de 1961, do IPES: *A empresa privada como comunidade de trabalho*, que apresentava os pontos de vista do bloco empresarial modernizante-conservador.

35. IPES CE Rio, 05 de fevereiro de 1962. Devido a sua compreensão da conjuntura política e a percepção de seu próprio nível de organização interna, preparo e capacidade para a ação, o líder Antônio Gallotti recomendou ao executivo político da elite orgânica que se "estabilizasse primeiro, para posteriormente passar para a segunda fase". A. Gallotti instou os empresários a avançarem "no sentido da formulação das grandes teses subjacentes a todos nós".

36. O original fazia parte de um livreto de apresentação destinado a recrutas em potencial, como foi já mencionado. Prestava-se também para a preparação de trabalhos para circulação restrita entre empresários. Finalmente, servia de diretriz básica para um número de trabalhos e artigos divulgados pela imprensa nacional ou em publicações e panfletos partidários, em muitos casos, assinados por intelectuais e políticos conhecidos.

37. *Ação Democrática*. Rio, março de 1963.

38. Em seu documento *O Brasil quer tranqüilidade*, de julho de 1962, o IPES concluiu que: "O processo de desenvolvimento econômico e social tem uma relação íntima com o aperfeiçoamento político. Um país sem elites dirigentes é uma subnação, incapaz de se conduzir e impor respeito externo. É necessário, portanto, que os dirigentes dirijam. . ."

39. Conferência da FIESP, no *Boletim do IPES*. Rio, setembro de 1962.

40. IPES. *Noticiário*, Rio, (4):3, set. 1962. Essas palavras são exatamente as mesmas encontradas em um documento de um Curso de Problemas Nacionais: Planejamento, p. 1, ministrado em associações de classe e clubes sociais de São Paulo. O apelo no sentido da evolução da identidade corporativa para solidariedade de classe e depois para a ação política foi insistentemente colocado.

41. P. AYRES Filho. *op. cit.* p. 248-49.

42. N. BLUME. *op. cit.* p. 211. A vitória de Fidel Castro sobre o regime de Batista foi percebida como o principal elemento catalisador no desenvolvimento dessas organizações. Dada a inevitável redistribuição de poder entre as várias frações de capital que ocorria na América Latina, era improvável que o aparecimento das unidades de ação modernizante-conservadoras fosse por muito tempo retardado. Esse era o caso típico do Brasil, onde diferenciações estruturais em sua formação sócio-econômica favoreciam a organização de interesses oligopolistas multinacionais e associados. Vide N. BAILEY. *op. cit.* p. 193.

43. Vide N. BLUME. *op. cit.* p. 213.

44. Vide N. BAILEY. *op. cit.* p. 194.

45. Phillip AGEE. *Inside the company: CIA diary*. London, Penguin Books, 1975. p. 604. O Dr. Carlos Urenda era ligado ao IPIES chileno.

46. Carta de A.C. Neal ao General Gomes de Abreu. IPES, Rio, 22 de agosto de 1966.

47. Carta a Gilbert Huber Jr. Arquivo do IPES Rio, 28 de fevereiro de 1962. Nessa carta oficial do CED, A.C. Neal escreveu a Gilbert Huber Jr.: "Prezado Luke: a lista anexa de pessoas de São Paulo foi preparada por um associado da confiança do Sr. Robert Kleberg, um de nossos curadores (one of our trustees). A lista é de pessoas

que possam estar interessadas numa operação CED". A lista de nomes, que continha endereços e números de telefone, incluía:

Paulo Reis Magalhães (Cia. Itaquerê Industrial e Agrícola)
Luiz Dumont Villares (Ind. Villares S.A.)
José Ermírio de Moraes (Votorantim S.A.)
João de Moraes Barros (Cia. Cafeeira do Rio Feio)
Francisco Mattarazzo Sobrinho (Metalúrgica Matterazzo S.A.)
Caio de Paranaguá Moniz (Frigorífico Cruzeiro S.A.)
Severo Fagundes Gomes (Tecelagem Parahyba S.A.)
Paulo Ayres Filho (Instituto Pinheiros)
João Baptista Leopoldo Figueiredo (L. Figueiredo S.A.)
Justo Pinheiro da Fonseca (Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A. e diretor da Fábrica de Caldeiras a Vapor Cyclope — Grupo Pignatari — e da Cia. Brasileira de Construções Fichet e Schwartz — Hautmont, Aços Sandvik S.A. Ind. e Com. — Sandvikens Jernverks A. B. Swueden)
Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo S.A.)
Júlio de Mesquita Filho *(O Estado de S. Paulo)*
Jorge de Souza Rezende (Máquinas Piratininga S.A.)
Hélio Muniz de Souza (Cássio Muniz S.A. Imp. e Exp.)
Jorge Alves de Lima (Sociedade Comercial e Construtora)
Prof. Noé Azevedo (Faculdade de Direito do Largo de São Francisco).
Francisco Pignatari (Pignatari Administração Ind. Com. S.A.)
Antônio Devisate (Cia. Calçados Devisate)
Rogério Giorgi (Cotonifício Guilherme Giorgi)
Adhemar de Almeida Prado (Banco de São Paulo S.A.)
Antônio Caetano Álvares (Cia. Siderúrgica Paulista — COSIPA)
Olavo do Amaral Ferraz (Fazendas Nelogir S.A.)
João de Scantimburgo *(Correio Paulistano)*
Theodoro Quartim Barbosa (Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A.)
Benedito M. Lobo Rosa (Martinelly Comercial S.A.)
Camilo Ansarah (Cia. Nacional de Tecidos)

A maioria desses empresários era vinculada a outras corporações e as ligações dos que se tornaram líderes do IPES encontram-se pormenorizadas no Apêndice B. Outros são mencionados no decorrer do livro e no Apêndice E.

48. (a) IPES CE Rio, 20 de fev. de 1964. (b) IPES CE e Grupo de Estudo, 27 de julho de 1964. (c) IPES CE, 10 de março de 1964. O endereço da AEF era: 295 Madison Avenue, Nova York.

49. N. BAILEY. *op. cit.* p. 201. Esperava-se que essa coordenação fosse melhorada através da formação de um Comitê Executivo Conjunto do Latin American Information Committee, o United States Inter-American Council-USIAC e o Business Council for International Understanding (o USIAC era a seção americana do CICYP, também sediado em Montevidéu). No décimo encontro anual do CICYP, realizado em Santiago, no Chile, de 15 a 18 de março de 1964, um grupo de delegados da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela se reuniu com o intuito de formar um comitê visando a coordenação das atividades nos vários países "para promover a disseminação ideológica de um sistema democrático e sólido de livre empresa". N. BAILEY. *op. cit.* p. 231.

50. Ata do IPES Rio, 12 de fevereiro de 1962.

51. Segundo o relatório dos líderes do IPES, o presidente do Senado mostrou-se muito impressionado com a exposição feita por eles e lhes pediu a opinião sobre João Goulart, a quem o IPES descreveu "como um homem de centro e um político oportunista, que muda conforme os seus interesses e a direção de ventos favoráveis".

52. O fato de as empresas americanas serem "fechadas" foi percebido como um obstáculo político e um problema econômico para uma burguesia local desejosa de associar seus interesses e obter acesso à tecnologia e ao capital, ao passo que se tornava negativo para as "blue chips" que procuravam ampliar os mercados financeiro e de capitais, bem como a sua participação neles. Além disso, as "empresas fechadas" criavam uma atmosfera negativa em termos de opinião pública e relacio-

namento empresarial. Vide M. H. SIMONSEN e W. BAER. American capital and Brazilian nationalism. *Yale Review*. Estados Unidos, 53(2):192-98, Winter 1964.

53. Nessa reunião estava presente um Sr. Morgan, que requisitou um memorando. Ata do IPES, Rio, 12 de fevereiro de 1962.

54 "No Departamento de Estado, os líderes do IPES se reuniram com o Embaixador Moscoso. Ele prestou muita atenção, ouvindo tudo. Achou os brasileiros muito desenvolvidos. Ele convocou dois assistentes e pediu explicações pormenorizadas de modo que eles ouvissem também. Nós repetimos tudo para eles. O Embaixador Moscoso declarou ser o Brasil de fato um aliado dos Estados Unidos". A conjuntura política brasileira tinha prioridade e ao mesmo tempo decidiu-se investigar os casos dos países da América do Sul. Os líderes do IPES tomaram como exemplo o caso do Chile. "Os americanos prometeram enviar delegados. Para o Rio também, tendo um deles almoçado hoje com H. C. Polland. Em seguida partimos para Porto Rico, enquanto Gilbert Huber Jr. foi para Washington". Ata do IPES, Rio, 12 de fevereiro de 1962. Vide ainda N. BAILEY, *op. cit.* p. 230, sobre os problemas de coordenação internacional das elites orgânicas dos diferentes países.

55. IPES CE Rio, 05 de julho de 1962. Nessa reunião Gilbert Huber Jr. pôde relatar um importante avanço em relação às transnacionais. Na mesma reunião, o CE considerou a proposta de Harold C. Polland de que "o IPES devesse lançar um programa de governo".

56. Enno Hobbing tornar-se-ia diretor do Council of America em 1970. O comitê diretor do Council em 1971 incluía Enno Hobbing, Jack D. Neal (da ITT) e Richard S. Aldrich, que fora diretor do IBEC no Brasil no princípio da década de sessenta.

57. Vide Cartas do General Otávio Gomes de Abreu ao CED de 24 de março de 1965, 05 de abril de 1965, 19 de abril de 1965, 20 de abril de 1965, 03 de junho de 1965, 22 de junho de 1965, 12 de julho de 1965.

58. Vide Andrew M. SCOTT. *The revolution in statecraft: informal penetration.* New York, Random House Ed., 1965. Para uma discussão sobre as "Políticas de Penetração" aplicadas ao contexto brasileiro, vide Jan Knippers BLACK. *United States penetration of Brazil*. Manchester Univ. Press, 1977. Prefácio p. XIII a XX.

59. (a) N. BAILEY. *op. cit.* p. 232. (b) Lyndon Johnson citado em E. LIEUWEN. *Generals vs Presidents*. New York, Praeger, 1964. p. 142-43. Thomas C. Mann, Secretário de Estado para assuntos da América Latina, fez uma declaração sobre política externa, a portas fechadas, em março de 1964. Tal declaração assinalava a aprovação por parte da administração dos Estados Unidos de governos militares na América Latina. Vide também (a) Ted SZULC. US may abandon effort to deter Latin dictators. *The New York Times*, N. Y., March 16, 1964. (b) Joseph A. PAGE. *The revolution that never was: Northeast Brazil 1955-1964*. New York, Grossman Publishers, 1972. p. 189.

60. Sobre o antigo relacionamento entre Vernon Walters e os militares brasileiros, desde a época em que era oficial de ligação entre a Força Expedicionária Brasileira na Itália e o 5.º Exército dos Estados Unidos, durante a II Guerra Mundial, vide John Foster DULLES. *Castello Branco: the making of a Brazilian President*. Austin, Univ. of Texas Press, 1978. Sobre o papel do Coronel Vernon Walters no princípio da década de sessenta no Brasil vide (a) Moniz BANDEIRA. *O governo João Goulart:* as lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. (b) Vernon WALTERS. *Silent missions*. New York, Doubleday, 1978.

61. Phyllis PARKER. *op. cit.* p. 89. Quando V. Walters foi apresentado ao Embaixador L. Gordon, este lhe disse: "De você eu quero três coisas: primeiro, saber o que está se passando nas Forças Armadas; segundo, quero, de certa forma, influenciá-las através de você; terceiro e mais importante de todos, não quero ser surpreendido". V. WALTERS. *op. cit.* p. 374. Mais tarde, Walters diria: "Ele nunca se surpreendeu". P. PARKER. *op. cit.* p. 48. De fato o sistema funcionou tão bem que durante a madrugada em que Auro de Moura Andrade declarou estar vaga a presidência, já que João Goulart deixara Brasília, alguns parlamentares se dirigiram para o Palácio

do Planalto, que estava totalmente escuro depois de um corte de energia. Eles acompanharam o ato que reconhecia Ranieri Mazzili como presidente e, depois que alguns fórforos foram acesos, o Deputado Luiz Viana Filho reconheceu a seu lado Robert Bentley, o jovem secretário da Embaixada Americana. Luiz VIANA Filho. *O Governo Castello Branco*, Rio, José Olympio, 1975. p. 46.

62. J. PAGE. *op. cit.*, p. 190.

63. Relatório do IPES — s.d. p. 6-7.

64. O Executivo Nacional era composto de João Baptista Leopoldo Figueiredo, Glycon de Paiva, Adalberto Bueno Neto, José Rubem Fonseca, Luiz Cássio dos Santos Werneck (estes dois últimos desempenhavam o papel de secretários), o General Heitor Herrera, Antônio Carlos do Amaral Osório, Oswaldo Tavares Ferreira e Paulo Ayres Filho (os quatro últimos eram coordenadores) e Paulo Reis Magalhães, o tesoureiro.

65. N. BLUME. *op. cit.* p. 214.

66. Uma leitura minuciosa de suas atas, relatórios e documentos classificados sugere a existência de diversos níveis de confiança, sigilo e responsabilidade dentro da organização, os quais ultrapassam a estrutura formal de tomada de decisão. A distribuição e arranjo desses níveis parece indicar que, através de estruturas formais, uma rede de reduplicação e membros selecionados compunha um bureau político verdadeiramente secreto. As razões para uma estrutura tão sigilosa decorriam tanto da conveniência organizacional quanto da natureza da ação política da elite orgânica. Era também uma forma eficiente de contornar interesses específicos que por qualquer motivo pudessem colidir com as diretrizes da elite orgânica. Os órgãos-chave de tomada de decisão compunham-se de um pequeno número de membros, grande parte deles empresários que, como Jorge Berhing de Mattos observava, constituía "um grupo central funcionando 24 horas por dia", no Rio e em São Paulo. IPES CD Rio, 12 de fevereiro de 1962. Em São Paulo, o núcleo dos membros se concentrava no CE e alguns deles no CD, destacando-se Luiz Cássio dos Santos Werneck, José Ely Coutinho, Eduardo Garcia Rossi, Adalberto Bueno Neto, Gustavo Borghoff, Nivaldo Ulhoa Cintra, Oswaldo Breyne da Silveira, o General Agostinho Cortes, Octavio Uchoa da Veiga, Salim Chamma, Thomas Pompeu B. Magalhães, Paulo Ferraz, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz Anhaia Mello, Rafael Noschese, Luiz Mascarenhas Neto, A. C. Pacheco Silva, Júlio Arantes, Frans Machado, Paulo Galvão Filho, Geraldo Alonso, André Arantes e J. L. Nogueira Porto. Lideravam o IPES do Rio Harold C. Polland, Glycon de Paiva, o General Heitor Herrera, o General Liberato da Cunha Friedrich, Gilbert Huber Jr., Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Cândido Guinle de Paula Majado, Oswaldo Tavares Ferreira, José Duvivier Goulart, Antônio Gallotti, o General Golbery do Couto e Silva e Rui Gomes de Almeida.

67. Ata do IPES, 27 de março de 1962.

68. N. BLUME. *op. cit.* p. 211.

69. Ata do IPES, Rio, 12 de fevereiro de 1962. Rui Gomes de Almeida não acolhia a liderança de João Baptista Leopoldo Figueiredo, ao passo que Antônio Gallotti era muito cauteloso em relação aos empresários de São Paulo, fruto da sua experiência com as companhias de eletricidade.

70. Ata do IPES Rio, 12 de fevereiro de 1962. J. L. Moreira de Souza e O. Tavares.

71. Reunião do IPES de 12 de fevereiro de 1962. Antônio Carlos do Amaral Osório reconhecia que São Paulo estava crivada de "quistos, grupos, Quartim Barbosa, Vidigal, todos desunidos", de grupos separados "de imigrantes (libaneses, italianos, portugueses etc.), em um momento em que se necessitava de união. Era exatamente nessa época que os "quatrocentões" estavam formando um clube fechado para apenas 300 sócios. Essa atitude segregacionista, em relação a estilo e status, constituía, aos olhos de A. C. A. *Osório*, um desperdício do dinheiro altamente necessário para a campanha política do IPES. E mais ainda, por serem os clubes sociais de São Paulo vitais para a ação de classe da elite orgânica como forum para a mobilização das classes média e alta. Vide também o capítulo VIII sobre a função política dos clubes sociais.

72. IPES CE, Rio, 5 de fev. de 1962. Nesse estágio inicial, I. KLABIN observava que "no IPES faltavam órgãos realmente representativos da indústria e do comércio". Em meados de 1962, eles já faziam parte do IPES.

73. (a) IPES CD, 27 de novembro de 1962. (b) Ata do IPES, São Paulo, 28 de agosto de 1962.

74. IPES CD Rio, 1 de maio de 1962.

75. IPES Ch. G.R. São Paulo, 28 de agosto de 1962. Segundo Paulo Ayres Filho, a composição final dos quadros dirigentes do IPES dependia, nesse estágio, dos "últimos entendimentos com a Federação das Indústrias".

76. (a) Ata do IPES, Rio, 27 de março de 1962. Rui Gomes de Almeida e Antônio Gallotti. (b) IPES CD, 27 de março de 1962.

77. IPES Rio, 05 de fevereiro de 1962. Segundo José Luiz Moreira de Souza, para alcançar tais objetivos bastariam duas ou três teses de choque, que atingiriam o ponto crucial, a saber: "Por que razões as associações de classe estão presas ao governo?"

78. Vide *Membros Proeminentes de Associações de Classe*. IPES Rio e São Paulo. p. 281. No dia 10 de dezembro de 1962, o Comitê Executivo recebeu o Dr. Calafate, presidente do CONCLAP, que pretendia estreitar as ligações com o IPES. Ele também informou ao Comitê Executivo sobre as atividades paralelas do Centro de Estudos Sociais Brasileiros, que operava na sala 1.103 do mesmo prédio em que os IPES mantinham o seu escritório. Vide ainda a Ata do IPES de 27 de fevereiro de 1962 sobre a utilização da Associação Comercial do Rio de Janeiro pelo IPES.

79. O IPES precisava de vastos recursos financeiros. Afinal, argumentava J. L. Moreira de Souza, se o SESI contava com aproximadamente 6 bilhões de cruzeiros à sua disposição e outros dirigentes de classe, como R. de Almeida, Hugo de Farias e Cícero Veloso também mobilizavam recursos vultosos através das associações nacionais de empresários, naturalmente poderiam reunir seus esforços. Isso com certeza facilitaria o financiamento das operações do IPES. Gilbert Huber Jr. se encarregou de elaborar os entendimentos com R. de Almeida. IPES-Rio, 5 de fevereiro de 1962. Fernando Cícero Veloso era diretor da Parke Davis Ltda., da Elevadores Otis S.A. e da companhia de produtos cosméticos Helena Rubinstein, juntamente com William Monteiro de Barros.

80. Reunião Geral do IPES. São Paulo, 25 de setembro de 1962. Inicialmente o IPES não tinha "em seu meio nenhum representante das classes rurais", já que ele não tencionava se imiscuir ou participar das hostilidades mesquinhas das associações rurais de classe.

81. Reunião Geral do IPES, 9 de outubro de 1962.

82. IPES CD, 27 de novembro de 1962.

83. IPES CD, 10 de abril de 1962. O IPES de São Paulo era encarregado de pôr em funcionamento e orientar as atividades. Em meados de 1962, o IPES contava com os líderes das associações de classe do Amazonas, e também com os vários dirigentes das empresas operando na área. Reunião Geral do IPES, 16 de outubro de 1962.

84. IPES CE São Paulo, 21 de março de 1963.

85. IPES Ch. Gr. São Paulo, 28 de agosto de 1962. A equipe dos vários grupos de estudo e ação não era formada por um número fixo de participantes. Sempre que a situação exigia, agregava-se, a cada grupo, unidades orientadas para a tarefa e unidades móveis. O IPES aos poucos se mostrava uma organização de rápida expansão e os novos associados ou patrocinadores envolviam-se constantemente num crescente espectro de atividades.

86. Vide o documento do IPES: *A responsabilidade democrática*... *op. cit.*

87. O IPES se beneficiava de vasto apoio logístico e material, incluindo a disponibilidade de transporte gratuito proporcionada pelas diferentes linhas aéreas nacionais, empresas de ônibus e outros recursos dessa natureza. Uma grande frota de veículos de todos os tipos, salas bem equipadas (com telex, bancos de dados, chave bancária privada, sistema PABX de telefone, máqui-

na de endereçamento postal), orientação técnica e apoio de especialistas de primeira linha para as suas várias atividades, vasto apoio financeiro e a contribuição, por parte de diferentes empresas, para a realização de serviços altamente necessários, porém dispendiosos proporcionavam à elite orgânica do complexo IPES/IBAD uma extraordinária infra-estrutura material e técnica, que faziam outros grupos políticos parecerem amadoristas.

88. O projeto político a que se comprometeu um grupo tão selecionado e poderoso de empresários, de tecnoburocratas e de militares envolvia um ritmo de trabalho extremamente intenso, com reuniões diárias e participação na operacionalização de seus planos, atividade que exigia extraordinária dedicação de pessoal em campos de ação altamente diversificados. Os chefes dos grupos de estudo e ação, por exemplo, realizavam uma reunião semanal conjunta com a unidade de coordenação do CE, tanto no Rio quanto em São Paulo, unidade esta que, de fato, compunha o CD. Se necessário, eles se reuniam extraordinariamente. Então os dirigentes dos grupos participavam das reuniões regulares com suas próprias unidades de ação, e também mantinham, separadamente, sessões com CE. Havia ainda o envolvimento direto com a operação e realização de tarefas. *Reuniões de Infra-estrutura*. Ata do IPES de 25 de maio de 1962. Ch. GR. IPES Ch. Gr. e CC; IPES Ch. Gr. e CD de 25 de maio de 1962.

89. Para os membros militantes deixarem suas bases operacionais, ter-se-ia de conceder a permissão. IPES CE, 27 de agosto de 1962. A possibilidade de alguém se desvincular de uma atividade ou uma comissão específica teria de receber a aprovação de iguais e superiores hierárquicos em uma estrutura que, ao final de 1962, era uma cadeia vertical de comando.

90. Ata do IPES, 18 de setembro de 1962. Gilbert Huber Jr.

91. Ata do IPES São Paulo, 12 de abril de 1962.

92. A remuneração a alguns dos membros mais ativos certamente provocou um certo mal-estar e atrito entre alguns dos mais dedicados militantes. Surgiram rixas em torno desse problema em várias ocasiões. Certa vez, esse fato levou Gilbert Huber Jr. a observar que José Garrido Torres deveria ser convidado para as reuniões sem receber nenhuma remuneração. Gilbert Huber Jr. gostaria que ele "pusesse a sua alma e não a sua bolsa no negócio. Eu estou com a minha alma". IPES CE, 6 de junho de 1962. Na ocasião, Garrido Torres recebia 300.000 cruzeiros por mês e Jettons de presença. IPES CE, 15 de maio de 1962 e *Relatório Geral* do IPES CE, 17 de maio de 1962. Finalmente, exigiu-se de Garrido Torres prestação diária de serviços e não dedicação restrita. "Não compreendo os 300.000 cruzeiros a Garrido Torres, de quem sou amigo. Não presido um organismo nos moldes de uma repartição pública, de 'sinecuras' ". Rui Gomes de Almeida. IPES CD, 10 de abril de 1962. Vide também (a) Reunião Geral do IPES, 30 de novembro de 1962. (b) IPES CE, 21 de março de 1963. J. C. Moreira Barbosa recebia 100.000 cruzeiros mensais e J. L. Anhaia Mello recebeu 120.000 cruzeiros por seu estudo sobre o referendo. Remuneração também era conferida a J. Arthur Rios.

93. Em novembro de 1963, certos "serviços extraordinários" efetuados por Paulo de Assis Ribeiro com respeito a seu *Roteiro da Reforma Agrária* foram remunerados com 400.000 cruzeiros. Memo interno 63/0487 à Tesouraria, 5 de novembro de 1963. Os membros do Grupo de Estudos, por exemplo, contavam com um salário-base de 100.000 cruzeiros mensais e seus vencimentos eram complementados para cobrir impostos e outros encargos exigidos pelo governo. Comunicação 63/0488, 5 de novembro de 1963. Isso representava vultosas despesas, já que o Grupo de Estudos do Rio contava com várias dúzias de membros efetivos. Os participantes das Unidades de Estudo recebiam 10.000 cruzeiros por reunião, como Jetton de presença e os responsáveis pela apresentação de trabalhos durante a reunião recebiam 15.000 cruzeiros.

94. A fim de se criar a necessidade de coordenação dos diferentes órgãos, precisava-se de certa pressão externa. Conforme José Luiz Moreira de Souza, o IPES carecia de um "Plano político capaz de mo-

bilizar os instrumentos existentes e fazê-los funcionar a curto prazo, para o benefício do todo, ou seja, da obra. Fortalecer o IPES deve ser a meta. Assim, é necessário constituir um Grupo que tenha a autoridade para criticar as falhas estruturais, no seu aspecto de Ação Política". Ata do IPES Rio, 5 de fevereiro de 1962. O General Herrera cuidaria desse aspecto da organização.

95.* IPES CD, 27 de março de 1962.

96. IPES CD, 12 de junho de 1962, Glycon de Paiva.

97. (a) IPES CD, 16 de out. de 1962. (b) IPES CD, 17 de out. de 1962. (c) IPES CE, 22 de out. de 1962.

98. IPES CE, Rio, 4 de junho de 1962.

99. IPES CE, Rio, 4 de abril de 1963.

100. IPES CE e CD, São Paulo, 20 de nov. de 1962.

101. N. BLUME. *op. cit.* p. 215.

102. A. STEPAN. *The military in politics: changing patterns in Brazil.* Princeton, Princeton Univ. Press, 1971. p. 186.

103. Elmar BONES. Golbery, poder e silêncio. *Coojornal*, Porto Alegre, setembro, 1978.

104. IPES CE, Rio, 28 de fev. de 1963. Adalberto Bueno Neto operava como coordenador da unidade de planejamento. IPES CE e Ch. Gr. São Paulo, 18 de dezembro de 1962.

105. A. STEPAN. *op. cit.* p. 154.

106. N. BLUME. *op. cit.* p. 215.

107. Vide quadro no Apêndice E.

108. E. BONES. *op. cit.* p. 20.

109. Marlise SIMONS. Whose Coup? *Brazilian Information Bulletin*, Estados Unidos, California, (12):8, Winter 1974.

110. Vide Relatório 1964, Grupo de Pesquisa. O GLC examinava os seguintes jornais: *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *O Jornal*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *O Dia*, *Tribuna da Imprensa*, *Gazeta de Notícias*, *Última Hora* (todos do Rio de Janeiro). *Jornal do Comércio* (Pernambuco), *Jornal da Bahia*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de São Paulo*. O GLC examinava quase todos os dias: *Jornal de Hoje* (Alagoas), *Jornal dos Sports*, *A Notícia*, *Luta Democrática* (Rio), *Diário de São Paulo*, *Diário da Noite*, *A Gazeta Esportiva*, *A Gazeta*, *O Dia*, *Notícias Populares*, *Última Hora*, *Diário Popular* (São Paulo), *A Tribuna* (Santos), *Jornal do Dia*, *Diário de Notícias*, *Correio do Povo*, *Tribuna do Ceará*, *Unitário*, *Correio do Ceará* (Ceará), *Diário de Minas*, *O Estado de Minas*, *Diário da Tarde*, *O Diário* (Minas Gerais), *Diário da Noite* (Pernambuco), *O Estado da Bahia*, *Diário de Notícias*, *A Tarde* (Bahia), *Diário do Paraná*, *O Estado do Paraná*. As revistas internacionais que o grupo de pesquisa examinava incluíam: *Este e Oeste*, *Les Informations Politiques et Sociales*, *Bulletin of the Institute for the Study of the USSR*, *Monthly Bulletin of the United Nations* e várias outras publicações similares.

111. As revistas eram *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Fatos e Fotos*, *Guias Banas*, *Visão*, *Conjuntura Econômica*, *Boletim Cambial*, *Desenvolvimento e Conjuntura*, *APEC*, *Guanabara Industrial*, *Petrobrás*, *Mensário Estatístico* e outras de menor importância.

112. Por volta de maio de 1962, o GLC do Rio gastava aproximadamente 12 milhões de cruzeiros com material básico e pessoal. IPES CE Rio, 17 de maio de 1962.

113. IPES CE São Paulo, 11 de dez. de 1962.

114. IPES CE e Ch. Gr. São Paulo, 31 de março de 1963.

115. (a) Eldino BRANCANTE. Relatório do Estado Maior Civil de São Paulo. In: Olympio MOURÃO Filho. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Rio de Janeiro, L. & PM Ed., 1978. p. 220-22 (Introdução e Pesquisa de Hélio Silva). (b) Hélio SILVA. *1964: o golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. p. 378.

116. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 217.

117. O GEC tinha um orçamento administrativo de quase 25 milhões de cruzeiros por ano para ser gasto com pessoal e materiais básicos. (a) IPES CE e Ch. Gr. São Paulo, 18 de dez. de 1962. (b) Orçamento do IPES, 1963.

118. Carta do IPES a Oswaldo Tavares, 4 de dezembro de 1962, considerando a apresentação de um livreto sobre o IPES sendo produzido pelo seu grupo de Integração.

119. Ata do IPES, 17 de maio de 1962. O escritório do GAP em Brasília foi estabelecido com o objetivo explícito de "ligar-se principalmente à seção da ADP".

120. IPES CE. Rio, 5 de fevereiro de 1962.

121. Essas atividades envolviam uma operação de coleta de informações, com o intuito de antever as manobras do Executivo e suas forças alinhadas e simpatizantes no Congresso. Para essa finalidade, o grupo do General Golbery era fundamental.

122. Carta de J. O. de Mello Flores a Glycon de Paiva, 7 de dezembro de 1963. Arquivos do IPES.

123. IPES CD. Rio, 11 de dezembro de 1962.

124. IPES Rio, 20 de fevereiro de 1962. De acordo com Jorge Behring de Mattos, a necessidade de uma coordenação mais próxima entre os Grupos de Estudo e a ação no Congresso foi sentida pelas indústrias. Era também "mais barato reunir esforços". Ata do IPES Rio, 5 de fevereiro de 1962. A comunicação segura era garantida pelo difundido uso de telegramas através de agências telegráficas discretas e amigas, malotes de grandes empresas, cujos diretores estivessem envolvidos nas atividades do complexo IPES/IBAD, sobretudo no eixo Rio-São Paulo (como as Refinarias Capuava, o Banco Lar Brasileiro e a Confederação Nacional de Indústrias). IPES CE, 19 de junho de 1962.

125. IPES CE Rio, 15 de outubro de 1962. Augusto Trajano de Azevedo Antunes, tal soma não incluía os volumes bem maiores gastos em ações políticas específicas, nem os recursos maciços gastos com as eleições de 1962 para o Congresso.

126. A atuação a nível de campanha tinha que ser coordenada com outras atividades, tais como a manipulação da opinião setorial (Forças Armadas, classes médias, intelectuais, sindicatos e estudantes). Com a colaboração dos Grupos de Estudo e após ser "processada" pelo Grupo de Opinião Pública, a análise feita pelo GLC dos itens envolvidos era então oferecida ao Grupo de Ação Parlamentar e outras seções do IPES na forma de trabalhos de diretrizes, *position papers*, recomendações e linhas de orientação para a ação pública e encoberta, bem como transformada em artigos para a *rede de mídia* e o Grupo de Publicações. IPES CE Rio, 15 de maio de 1962.

127. Alguns assuntos mereciam multiplicado número de estudos com diferenças insignificantes, que seriam então "confrontados" no Congresso por diferentes parlamentares da ADP, como, por exemplo, os estudos de base comum sobre os Princípios Básicos da Reforma Agrária e as Diretrizes para a Implementação da Reforma Agrária. Muitas dessas unidades de estudo e suas teses se transformaram, de fato, na infra-estrutura para as Reformas de Base propostas pelo IPES. IPES CE Rio, 8 de janeiro de 1963, Glycon de Paiva, José Rubem Fonseca e o General Golbery.

128. Ata do IPES Rio, 17 de maio de 1962.

129. IPES CE, 12 de fevereiro de 1962. Para Glycon de Paiva, "opinião pública significava dinheiro".

130. IPES CE e Ch. Gr. São Paulo, 25 de maio de 1962.

131. IPES CE, 30 de maio de 1962.

132. Ata do IPES, 27 de maio de 1962. Nei Peixoto do Valle. A. Visconti trabalhava para as American Chambers of Commerce juntamente com Marcello Porto e Nei Peixoto do Valle.

133. (a) IPES CE Rio, 3 de julho de 1962, Glycon de Paiva. (b) IPES CE Rio, 25 de maio de 1962, General Golbery.

134. IPES CD, 27 de novembro de 1962.

135. Relatório do IPES, L.C., 1962, p. 5.

136. O General Herrera recomendava que o IPES deveria continuar a usar a imprensa seguindo o ponto de união produzido pelo documento lançado por ele *O Brasil quer tranqüilidade*, que recebeu extraordinária cobertura da mídia. IPES CE, 8 de junho de 1962.

137. A. STEPAN. *op. cit.* p. 97-8, 189. Parecia claro para a elite orgânica que, sem o visível apoio popular, a sua ação encoberta dentro das Forças Armadas e outros setores da sociedade tornar-se-ia difícil. Ademais, os militares não seriam levados a favorecer uma posição golpista sem o palpável apoio público.

138. IPES CD. 27 de novembro de 1962.

139. Hélio GOMIDE. *Roteiro básico para um programa de ação a longo prazo.* ESG. Documento, 6 de junho de 1963.

140. IPES CE, 8 de junho de 1962.

141. Publicavam-se e distribuíam-se também artigos de revistas americanas. Nei Peixoto do Valle sugeriu a Garrido Torres, que era "leitor de revistas americanas", que "vendesse os artigos interessantes". Este respondeu que já estava procedendo dessa forma e acrescentou que "Se a embaixada já tem franquia para reproduzir, melhor". (a) IPES CE, 26 de julho de 1962. (b) IPES CE Rio, 14 de junho de 1962.

142. Relatório ao IPES CD Rio, maio de 1962.

143. Dessa matéria, muitas seriam traduções de artigos de autores conhecidos que apreciam em revistas estrangeiras, como *Harpers, Atlantic Monthly, Foreign Affairs* e *New York Times Magazine.* J. Garrido Torres enfatizava também que "Recentemente a edição espanhola da revista *Life* publicou três colaborações excelentes do professor Jessup, que poderiam vir a ser um eficiente panfleto de propaganda anticomunista. Há necessidade de evitar morosidade na obtenção do direito de divulgação desses trabalhos, preferencialmente sem despesas para os jornais e revistas. Isso poderia ser alcançado usando os bons serviços das embaixadas, que assegurariam a boa vontade das editoras previamente selecionadas e que seriam aquelas em que geralmente aparecem as colaborações que nos interessam". Relatório de J. Garrido Torres ao CD, Rio, maio de 1962.

144. Para o preparo de material de doutrinação específica e geral, a elite orgânica se valia de uma série de *inputs* estrangeiros, como o CED, a ALPRO, a AEF, a AFL-CIO. Por exemplo, da Organização dos Estados Americanos, o IPES recebeu o trabalho da Special Consultative Commission of Security against the Subversive Action of International Communism — relatório geral inicial, 1962. Myosotis de Albuquerque Costa executava a função de contato com esse centro de *inputs.* A pedido de Glycon de Paiva, ele forneceu também World Communist Movement, *Selective Chronology,* 18 de agosto de 1957, preparado pelo Legislative Reference Service of the Library of Congress e impresso pelo Committee on Anti-American Activities (AAA). IPES CE, 8 de out. de 1962. Segundo Paulo Ayres Filho, "a maior parte das matérias sobre a Rússia etc. advinham dos Estados Unidos, enviadas pelas agências norte-americanas de notícias". Reunião Plenária do IPES, CE, 8 de abril de 1963.

145. Para as necessidades pessoais e administrativas básicas, o grupo mantinha um orçamento de 6.000.000 de cruzeiros anuais. IPES CE, 31 de agosto de 1962. Outros 6 milhões seriam gastos com material impresso básico. IPES CE, 17 de maio de 1962. Existiam, também, fundos para projetos específicos, fornecidos por diferentes empresas e outras fontes. Relatório de José Garrido Torres ao CD, Rio, maio de 1962.

146. N. BLUME. *op. cit.* p. 215. Em 1963, 182.144 livros foram distribuídos.

147. IPES CE Rio, 7 de março de 1963, Glycon de Paiva.

148. IPES CE São Paulo, 11 de dezembro de 1963, Paulo Edmur de Souza Queiroz.

149. IPES CE São Paulo, 16 de abril de 1963.

150. A G.R.D. Editora era chefiada por Gumercindo Rocha Dórea, o presidente da Confederação de Centros Culturais da Juventude, que era o núcleo central dos diversos órgãos de doutrinação integralista de jovens e da qual João Paulo dos Reis Velloso já foi vice-presidente.

151. N. BLUME. *op. cit.* p. 216.

152. Ata do IPES Rio, 5 de fev. de 1962, Gilbert Huber Jr.

153. IPES CD Rio, 5 de março de 1963, Glycon de Paiva. O GED preparava os

vários anteprojetos de lei sobre "Remessa de Royalties", "Reforma Agrária", "Reforma Tributária" e "Habitação Popular", que eram apresentados pelos parlamentares da ADF. Ata do *IPES Rio, 17 de maio de 1962.*

154. Os vinte membros da comissão seriam selecionados da seguinte forma:

1) Os Secretários Estaduais de Justiça, de Fazenda, Agricultura, Educação e Saúde;

2) Dez membros escolhidos respectivamente pelas seguintes organizações:

a) Associação Estadual dos Banqueiros de São Paulo; b) *Instituto de Engenharia* de São Paulo; c) Federação das Indústrias de São Paulo; d) Centro de Indústrias de São Paulo; e) Associação Comercial de São Paulo; f) Federação das Associações Rurais de São Paulo; g) Sociedade Rural Brasileira; h) Federação dos Trabalhadores de São Paulo; i) Fundação Getúlio Vargas;

3) Cinco pessoas escolhidas pelo governador entre aquelas das áreas de ciências, economia, administração e imprensa. George W. BEMIS. From crisis to revolution: monthly case studies. In: *International Public Administration Series.* Los Angeles, Univ. of Southern California, 1964, n. 1. p. 70-71.

155. Vide J. L. Moreira de Souza. (a) Filosofia da revolução e sete fundamentos básicos nos campos econômico, social e político. In: Glauco CARNEIRO. *História das revoluções brasileiras.* Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965. V. 2. p. 595-96.

156. N. BLUME. *op. cit.* p. 213.

157. N. BLUME. *op. cit.* p. 221.

158. N. BLUME. *op. cit.* p. 214.

159. É interessante observar que das 78 corporações *blue chips* relacionadas pelo BANAS em 1964, pelo menos 61 eram contribuintes financeiras da elite orgânica e seus diretores eram membros dos órgãos de tomada de decisão do IPES. Vide (a) *BANAS.* Bancos, investimentos e bolsas, 1964. São Paulo, BANAS Ed., 1964. p. 112-142. (b) Aliomar BALEEIRO. Democratização do Capital. *Ação Democrática.* Rio de Janeiro, outubro de 1962.

160. (a) IPES CD Rio, 10 de abril de 1963, Rui Gomes de Almeida. (b) IPES São Paulo. *Esquema do Planejamento.* São Paulo, 1965. No campo político, o IPES compartilhava os *pontos de vista* de que a relativa democracia do populismo teria *de dar* lugar ao relativo autoritarismo de um regime tecnocrático.

161. (a) N. BLUME. *op. cit.* p. 214. (b) G. BEMIS, *op. cit.* p. 59-60.

162. (a) IPES CD, 5 de março de 1963. (b) IPES CD, 24 de agosto de 1964. (c) IPES CD, 3 de outubro de 1964. *(d) IPES* CD, 26 de outubro de 1964. (e) IPES CE, 4 de novembro de 1964.

163. N. BLUME. *op. cit.* p. 217-19.

164. IPES CE, 28 de agosto de 1962.

165. (a) IPES CE, 7 de março de 1963. (b) CE, 21 de novembro de 1963. (c) IPES, 22 de abril de 1963. O IPES confiou à equipe de Aníbal Villela da BRASTEC, por 2.496.000 cruzeiros de honorários, um aprofundado estudo a respeito do papel das empresas estatais na economia a níveis federal, estadual e municipal. A pesquisa tentaria entender e avaliar a participação das empresas estatais na formação do produto nacional, o comportamento econômico do governo e sua participação setorial, uma revisão econômica dos últimos quinze anos e uma avaliação da tendência do papel do Estado na economia, um cálculo das despesas de investimento das empresas do governo, pessoal empregado, níveis de salário e produtividade, uma comparação com empresas similares do setor privado, uma comparação dos períodos de Getúlio Vargas, Eurico Dutra e J. Kubitscheck, uma comparação do Brasil com a Índia, Paquistão, Indonésia e Argentina. Vide (a) Carta do IPES, 11 de junho de 1963 de J. B. Leopoldo Figueiredo a José Rubem Fonseca. (b) Proposta de pesquisa de 15 de abril de 1963. (c) Carta ao General Liberato de Aníbal Villela, de 3 de janeiro de 1964. (d) Memorando sobre *Estatização* de Glycon de Paiva ao Dr. Torres. Glycon de Paiva proporcionou a A. Villela o apoio da rede nacional do IPES no levantamento de dados, engajando os próprios especialistas do IPES na análise de medidas, leis, projetos "estatizantes" e esquerdistas e a ação do Estado em cada região do país que se julgava coibissem a indústria

privada. A Associação Comercial do Paraná — ACOPA, o IPES de Belo Horizonte, o IPESUL e o IPES de Pernambuco supriam o IPES do Rio de dados sobre o grau de estatização em seus respectivos Estados. Vide cartas endereçadas a Glycon de Paiva por Antônio Galvão (Associação Comercial de Pernambuco), José Alves (do Departamento Econômico da Associação Comercial do Paraná) e Fábio Araújo Santos (do IPESUL), de 15, 22 e 27 de fevereiro de 1963. Quando os dados chegassem, além de serem usados para a pesquisa principal, seriam "matizados, escolhidos e publicados" conforme os critérios dispostos pelo General Liberato. IPES CE, 12 de fevereiro de 1963.

166. IPES CD, 11 de maio de 1962.

167. IPES CE, 29 de maio de 1962.

168. Todo documento preparado pelo Grupo de Estudo e Doutrina continha: 1) exposição doutrinária (diagnóstico), 2) medidas práticas para reforma (terapia) e 3) posicionamento. IPES Rio, 16 de agosto de 1962, General Golbery.

169. Percebeu-se de antemão as diferenças entre os grupos do Rio e de São Paulo nas áreas de Estudo e Doutrina. Essas diferenças permaneceram por todo o período. No princípio de 1964, Garrido Torres lamentava que "O Grupo de Doutrina havia se transformado em um órgão de assessoria para Pescado (um dos líderes do IPES de São Paulo. Delfim Netto estaria (provavelmente) elaborando um trabalho que discordava das idéias de um livro patrocinado pelo Grupo de Estudo e Doutrina do IPES do Rio. IPES CE, 10 de março de 1964.

170. Carta de Antônio Galvão a Glycon de Paiva sobre Reformas Bancárias. IPES (Pernambuco), 10 de abril de 1963.

171. Vide *Movimento*. São Paulo (189), 12-18/02/79. Antônio Delfim Netto trabalhara com Carvalho Pinto, o Governador de São Paulo.

172. IPES CE, 2 de abril de 1963. H. Weissflogg era diretor da Cia. Melhoramentos de São Paulo Indústria de Papel (Incopar Participações Comerciais e Industriais S.A.). Seus sócios na empresa eram H. Villaboim, o líder ipesiano M. Toledo de Moraes e Walter Weissflogg.

173. O Grupo também provia a infra-estrutura para a realização pelo Grupo de Opinião Pública de cursos superintensivos sobre temas básicos de economia para jornalistas comporem sua unidade. Ata do IPES Rio, 29 de maio de 1962.

174. (a) IPES Ch. Gr. São Paulo, 5 de junho de 1962. (b) IPES Ch. Gr. São Paulo, 21 de agosto de 1962.

175. Reunião Geral do IPES, 16 de outubro de 1962.

176. A unidade operava com um orçamento básico de 25.000.000 por ano e recebia ajuda adicional de fontes privadas para projetos específicos. Embora os orçamentos não refletissem o fluxo financeiro real nem os recursos verdadeiros do IPES nesse setor de atividades, e em todos os setores, é interessante considerar algumas de suas despesas declaradas. As despesas administrativas básicas mensais do Grupo de Estudo e Doutrina atingiam 6.800.000 cruzeiros. Contava com 2.000.000 mensais à sua disposição para ajuda administrativa e de secretaria. Havia, em acréscimo, um orçamento mensal à parte de 2.000.000 de cruzeiros por unidade de estudo. (a) IPES CE, 5 de fevereiro de 1962. (b) IPES CD Rio, 22 de maio de 1962. (c) IPES CE, 6 de junho de 1962. Glycon de Paiva.

177. Vide cap. III.

178. IPES CD, 11 de maio de 1962. Algumas vezes era uma questão de conveniência. Em abril de 1962, o IPES contactou a Associação de Advogados Democráticos com o intuito de solicitar um estudo sobre os aspectos jurídicos da questão *Parlamentarismo e Presidencialismo*, tendo em vista o *referendum* sobre o assunto que a qualquer momento devolveria o pleno poder presidencial a João Goulart. É interessante observar que um dos principais defensores da volta ao sistema presidencialista era o líder José de Magalhães Lins. Vide (a) João Camilo de Oliveira TORRES. *O presidencialismo no Brasil*. Rio, O Cruzeiro, 1962. (b) J. C. Oliveira TORRES. *Cartilha do parlamentarismo*. Belo Horizonte, Itatiaia Ed., 1962.

179. O exemplo clássico é o da questão da Reforma Agrária. O IPES levou em consideração os estudos preliminares feitos pelo Centro Dom Vital, o CONCLAP, a ESG e o Conselho Nacional de Economia. Ata do IPES, Rio, 5 de fevereiro de 1962. Em seguida, os projetos, emendas, anteprojetos e material impresso de propaganda eram preparados após uma minuciosa elaboração por uma equipe de estudo do complexo IPES/IBAD. Vide Cap. VI. Essas instituições contribuíam também com projetos preliminares em outras áreas e sobre outros assuntos.

180. IPES. *Boletim Mensal*. 1964, n. 23.

181. Em reunião do dia 12 de dezembro de 1961, uma das primeiras a serem registradas, a seção de São Paulo convocou um encontro com Paulo Ayres Filho, Otton Barcellos, José Ulpiano de Almeida Prado, Paulo Reis Magalhães e o Professor França, da Escola de Sociologia e Política. Faziam parte da lista dos convidados que portavam envelopes contendo material do IPES para a reunião e discussão: Fernando Alencar Pinto, Eudoro Villela, representando Luis Reid, Harold Levy, Rogério Giorgi, Paulo C. Suplicy, Salim Chamma, Júlio Cruz Lima, Luiz Eduardo Campello e Fernando E. Lee. Grande parte deles viriam a ser membros de destaque da organização.

182. IPES. *Boletim Mensal*. Setembro de 1962. n. 41. Informava que 20 empresários compunham o Grupo de Integração. Vide ainda IPES CE Rio, 17 de maio de 1962. O IPES mantinha contas no Banco do Estado da Guanabara, Bamerindus e no Banco Prado Vasconcellos, entre outros. O dinheiro da ADEP, do IBAD e da Promotion S.A. era movimentado nas agências brasileiras do First National City Bank of New York, do Royal Bank of Canada e do Bank of Boston.

183. IPES CE e CD, São Paulo-Rio, 8 de abril de 1963.

184. Nessa operação, demonstravam grande valor as produções do Grupo de Estudo e Doutrina, do Grupo de Doutrina e Estudo e do de Opinião Pública. Os membros corporativos participaram também de uma série de debates e conferências, nas quais um administrador-chave do governo conduziu a discussão. Como parte desse programa, muitos futuros ministros e alguns ministros em exercício, tais como Roberto Campos, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, Mauro Thibau, Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, Hélio Beltrão e Octávio Gouveia de Bulhões fizeram palestras para os associados do IPES. N. BLUME. *op. cit.* p. 216. Para levar a sua mensagem, o Grupo de Integração usava sofisticados recursos audiovisuais (quadros, filmes, relatórios) que eram distribuídos antes das reuniões, para consumo restrito. Ao final de 1962, o IPES já mantinha uma seção de filmes, duas vezes ao dia, para os contribuintes. IPES Ch. Gr. 25 de setembro de 1962.

185. IPES. *Boletim Mensal*. Rio, setembro de 1965. n. 4.

186. Ata do IPES. Rio, 5 de fevereiro de 1962.

187. Não constituía problema para Glycon de Paiva levantar mensalmente o equivalente a 20.000 dólares. A. J. LANGGUTH. *op. cit.* p. 86.

188. Notas manuscritas do IPES, maio de 1962. O custo foi de 100.000 cruzeiros mensais, além dos honorários de Juan Missirlian. IPES CE Rio, 21 de maio de 1962.

189. O General Reynaldo Nelson de Carvalho apresentou o relatório de suas atividades a Joviano Jardim, o tesoureiro, fazendo a entrega de nove notas de inscrição para cobrança mediante recibos por bancos. Os contribuintes eram: Dr. Rubem Moll (Usina Novo Horizonte), Ageu Macabu e Cia., Jones Walter Alvim, Vazadas Cobogó S.A., Julião Nogueira e Cia. (Usina de Queimado), Dr. Luís Sense (Usina Victor Sense S.A.), Distribuidora Mercantil S.A., Dr. Nelson Veloso Borges (Cia. Usina do Outeiro), Fernando Ribeiro Gomes (Cia. Usina Cambaíba S.A.), Indústria de Bebidas Joaquim Tomaz de Aquino Filho, Cia. Usina de Açúcar São João (Cristóvão Lisandro). IPES CE, 24 de agosto de 1962.

190. IPES CE, 23 de maio de 1963.

191. N. BLUME. *op. cit.* p. 214.

192. IPES CD e CE, São Paulo, 15 de janeiro de 1963.

193. IPES Ch. Gr. 25 de setembro de 1962.

194. Um desses projetos de angariação de fundos era o Projeto Gammon. (a) Ata do IPES CE, 31 de julho de 1962. General Golbery. (b) IPES CE, 12 de fevereiro de 1963. (c) Carta de Glycon de Paiva a A. Byngton explicando o Caso Gammon, de fevereiro de 1962.

195. IPES CD Rio. 22 de maio de 1962.

196. (a) Ata do IPES São Paulo, 13 de junho de 1962. (b) IPES Ch. Gr. 15 de janeiro de 1963.

197. IPES CD 20 de dezembro de 1962. Incluíam-se entre os grandes empresários Augusto Trajano de Azevedo Antunes da ICOMI (Bethlehem Steel) e Antônio Gallotti da Light S.A./BRASCAN.

198. IPES CE, 19 de setembro de 1962.

199. IPES CD e CE São Paulo, 20 de novembro de 1962. João Baptista Leopoldo Figueiredo fez a apresentação e comentário de um demonstrativo financeiro cobrindo o período de dezembro de 1961 a setembro de 1962. Era da responsabilidade do General Heitor Herrera apresentar um plano de ação para o período de 24 meses, aprovado pela liderança conjunta do Rio e de São Paulo, que incluía novos métodos de levantamento de fundos e de aumento das contribuições. IPES CD, 27 de novembro de 1962.

200. IPES CD e CE, 4 de dezembro de 1962.

201. IPES CE São Paulo, 11 de dezembro de 1962.

202. Vide IPES: *Conferencistas da Integração*. Lista do IPES s/d. Rio.

203. IPES CE, 15 de maio de 1962. Um método muito importante de se conseguir novos contribuintes e manter os patrocinadores relutantes consistia na criação de "campanhas de pânico" para os próprios empresários. Após a tomada do poder em 1964, o IPES continuou a preparar circulares sobre a "futura subversão comunista" e relatórios sobre as suas atividades do passado, circulares estas enviadas a destinatários específicos e escolhidos. Esse esforço contava com a participação ativa do General Heitor Herrera e do Coronel Maurício.

204. (a) IPES CE São Paulo-Rio, 22 de janeiro de 1963. (b) IPES CE Rio, 12 de fevereiro de 1962. (c) *O Estado de S. Paulo*, 26 de julho de 1963, onde há a declaração de J. B. Leopoldo Figueiredo de que a receita do IPES para 1962 foi de 200 milhões de cruzeiros. (d) IPES CD, 12 de janeiro de 1962, Nei Peixoto do Valle.

205. E. BONES. Golbery, poder e silêncio. *Coojornal*, Porto Alegre, setembro de 1978. As contribuições eram de somas fixas ou variadas. IPES CE, 12 de abril de 1963. Elas se destinavam ou ao Instituto ou às suas ações específicas. Algumas companhias participavam mensalmente; já outras faziam doação anual de um volume maior. Umas empresas contribuíam através de suas varias subsidiárias, como era o caso da Light S.A./BRASCAN ou Listas Telefônicas Brasileiras. Em alguns casos, uma empresa fazia-se de canal de contribuição para um grupo inteiro e geralmente as companhias menores desses grupos eram as escolhidas como canal. Em outros casos, certas empresas de um grupo faziam contribuições ao Instituto, ao passo que outras do mesmo grupo faziam suas doações a atividades específicas.

206. Ata do IPES Rio, 5 de fevereiro de 1962.

207. "Os homens de fora não vibram como esta mesa". IPES CD, 27 de novembro de 1962. Vários recursos foram considerados, como sessões para a projeção de filmes, debates, conferências e seminários. J. Carneiro considerou até mesmo o Instituto de Educação Democrática (um projeto patrocinado pelo IPES), como uma forma de manter os contribuintes ligados às atividades do IPES.

208. IPES Rio, 27 de março de 1962.

209. (a) Ata do IPES Rio, 5 de fevereiro de 1962, A. Gallotti. (b) Ata do IPES Rio, 27 de março de 1962. (c) Reunião Geral do IPES CE, 23 de outubro de 1962.

210. IPES CD, 27 de novembro de 1962. J. Carneiro observava que o ideal seria "um IPES em cada empresa. Todos os outros aspectos do IPES são fundamentais.

Mas em cada companhia deveria haver um IPESINHO". Maurício Villela enfatizava que "quando (o IPES) não integrasse financeiramente, teria de integrar a pessoa". J. Geyer achava magnífica a idéia de um IPES em cada empresa. Ressaltava também a necessidade a curto prazo de uma "boa educação" e enfatizava ser necessário estimular as "ações paralelas", citando como exemplo a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas — ADCE.

211. IPES CD, 27 de novembro de 1962.

212. IPES CE Rio, 14 de janeiro de 1963. A idéia era, por exemplo, "trocar os futuros recibos do Padre Velloso pelos recibos de Glycon de Paiva e o Dr. Rubem trocar com Marinho". IPES CE, 4 de março de 1963. Vide ainda a oferta de São Paulo de 3 milhões de cruzeiros mensais com "faturas legais" para cobrir o apoio financeiro. Vide comunicação do General Liberato da Cunha Friedrich a J. Baptista Leopoldo Figueiredo, em IPES *Memorando*, 12 de março de 1963.

213. IPES Rio, 27 de março de 1962.

214. A partir das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1963, que averiguou o ilegal envolvimento corporativo-transnacional nas eleições de outubro de 1962 para o Congresso, tornou-se claro que, das 300 agências de publicidade funcionando no Brasil, 8 companhias estrangeiras ou representantes de interesses transnacionais faturavam aproximadamente 35 bilhões de cruzeiros por ano, de um total de 120 bilhões de cruzeiros. Isso significava que menos de 3% das agências de publicidade controlavam quase 45% do total (outro exemplo de concentração e centralização econômica). A partir dessas somas mencionadas, tornava-se muito fácil canalizar recursos — as famosas "receitas invisíveis" — para relações públicas, *lobbying* ou campanhas políticas. Representava uma forma sigilosa de contribuição por parte das corporações, com a ajuda desvelada das agências de publicidade que em muitos casos eram as próprias associadas do IPES. Genival RABELO. *O capital estrangeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 115.

215. C. S. HALL. *op. cit.* p. 143.

216. Tal era o caso da Willys Overland, que tinha como um de seus diretores Euclides Aranha, líder do IPES. A conta da Willys era manipulada pela Multi Propaganda, de propriedade de David Monteiro (subsidiária da Morgan Francis McDonough, Merrick, N.Y.), e pela Norton Propaganda, do líder Ipesiano Geraldo Alonso. Outro caso era o da Nestlé (que tinha como um de seus executivos o associado do IPES Gualter Mano), cujas contas eram manipuladas pela Norton Propaganda e a McCann-Erickson Propaganda.

217. IPES CD Rio, 19 de março de 1963.

218. O IPES também contava com a vantagem de se valer do apoio dos dirigentes de associações de classe. David Monteiro e Geraldo Alonso se alternavam no cargo de presidente da Associação Paulista de Propaganda. Conjuntamente eles fundaram a Federação Brasileira de Propaganda — FEBRASP, em 1961, da qual eles também eram presidentes. D. Monteiro se encarregava de organizar, para o IPES, o apoio das companhias de publicidade, procurando, para essa operação, a ajuda de Emil Farhat, da McCann-Erickson Publicidade. (a) Ata do IPES, 23 de outubro de 1962. (b) IPES CE Rio, 22 de maio de 1962. (c) Genival RABELO. Agências de publicidade e IBAD. *Política e Negócios*. São Paulo, 2 de setembro de 1963.

219. IPES CE e CD São Paulo, 20 de novembro de 1962.

220. IPES CE, 7 de agosto de 1962, Glycon de Paiva.

221. O apoio das agências telegráficas mostrava-se importantíssimo, já que, no princípio de 1962, a conta de telegramas já alcançava a marca de 1.200.000 cruzeiros por ano e aumentava progressivamente.

222. IPES CE Rio-São Paulo, 14 de março de 1963.

223. Antônio Gomes da Costa, um economista que trabalhava para as empresas T. Janer e que produziu um trabalho que causou interesse ao IPES, deveria ser "emprestado" à elite orgânica. IPES CE Rio, 14 de março de 1963. Para suavizar a pressão sobre os recursos financeiros do IPES, alguns economistas e outros profissionais eram colocados nas folhas de pagamentos

das grandes companhias enquanto estivessem trabalhando para o IPES. Além de diminuir as dificuldades relativas aos recursos para pagamentos, esse procedimento proporcionaria uma eficaz cobertura para as atividades desses indivíduos.

224. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 83.

225. N. BAILEY. *op. cit.* p. 228. Entrevistas com T. Moscoso, E. Ferrer e outros.

226. IPES CE Rio, 27 de março de 1962.

227. "O regulamento da agência exigia manter um embaixador com volumes adequados de informação, de acordo com a sua disposição para recebê-las. Algumas operações não poderiam ser disfarçadas; durante esse período, os Estados Unidos aumentaram o número de seus consulados em todo o Brasil para proporcionar cobertura para as operações ampliadas da Cia." (a) A. J. LANGGUTH. *op. cit.* p. 90. (b) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 76.

228. (a) Circular do FAS, São Paulo, outubro de 1965. (b) Fernand Edward Lee, em entrevista com J. Foster Dulles, São Paulo, novembro de 1965, citada em John Foster DULLES. *Unrest in Brazil: political military crisis 1955/1964*. Austin, Univ. of Texas Press, 1970. p. 189.

229. *Intercâmbio*, New York. *1*(4):1, CLA, July 1965. Acrescenta a explicação de que: "Nessa área, a última a receber apoio de grupo é a Associação Universitária Interamericana, cujo vasto programa de orientação estudantil leva anualmente 100 ex-alunos e estudantes aos Estados Unidos para uma visita de um mês de duração. O objetivo: *concentrada exposição pessoal de líderes estudantis brasileiros a todas as facetas da vida americana*".

230. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 83.
231. R. ROJAS. *op. cit.* p. 71.

232. IPES CD Rio, 22 de maio de 1962.

233. IPES CD e CE São Paulo, 20 de novembro de 1962. Paulo Ayres Filho sugeria a criação de um grupo especial de trabalho destinado especificamente ao levantamento de fundos. A liderança do IPES considerava a arregimentação de contribuintes individuais.

234. M. BANDEIRA. *op. cit.* p. 67

235. Ata do IPES Rio, 5 de fevereiro de 1962.

236. (a) IPES CD, 28 de agosto de 1962. (b) IPES CE, 17 de maio de 1962. G. Huber Jr. apresentou relatório ao CE a respeito da contribuição de companhias estrangeiras.

237. IPES CE Rio, 14 de maio de 1962.

238. Relatório do IPES, 17 de maio de 1962.

239. (a) IPES CE Rio, 14 de janeiro de 1963, o General Golbery, Glycon de Paiva e J. Garrido Torres. (b) Comunicação entre Glycon de Paiva e Harold C. Polland através de chamada telefônica feita do IPES de São Paulo, 16 de janeiro de 1963.

240. (a) M. BANDEIRA. *op. cit.* p. 72. (b) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 72. (c) R. ROJAS. *op. cit.* p. 73.

241. (a) N. BLUME. *op. cit.* p. 216, 222. (b) IPES Ch. Gr. São Paulo, 12 de fevereiro de 1963. Segundo os documentos da tesouraria do IPES do Rio, de 17 de janeiro de 1963, 7.924.415 cruzeiros de receita mensal advinham de um total de apenas 33 indivíduos e 134 corporações que contribuíam para as finanças da organização. IPES. *Documento da Comissão de Planejamento — Substitutivo Orçamentário para 1963*. Iniciais: FG/mlog. O orçamento ordinário de 1962 do IPES parece ter sido de aproximadamente 10 milhões de cruzeiros por mês para a seção do Rio (aproximadamente 300.000 dólares). Uma das propostas orçamentárias para São Paulo era de cerca de 20 milhões de cruzeiros mensais para o ano de 1963, para despesas formais e ordinárias. Não se contabilizavam os gastos com organizações ou atividades sigilosas ou encobertas.

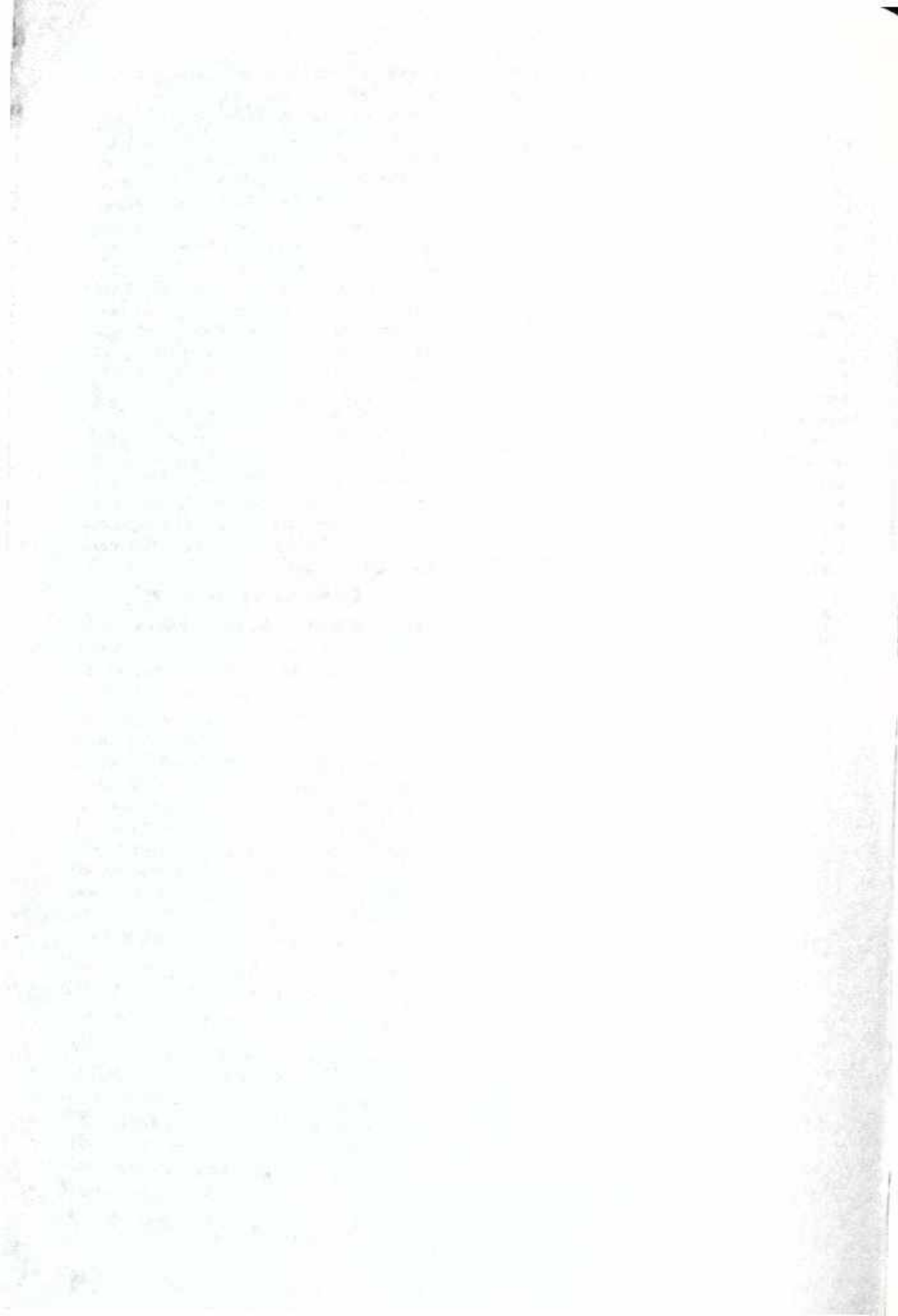
242. IPES Ch. Gr. São Paulo, 11 de setembro de 1962. Não obstante serem incompletas essas contas, é interessante observar um exemplo de despesas secretas e sigilosas feitas pelo IPES. Vide Apêndice J.

243. (a) IPES CD e CE São Paulo, 27 de novembro de 1962. (b) IPES São Paulo, 11 de setembro de 1962.

244. IPES CD, 7 de maio de 1965. A expressão usada era "funcionários realmente de lei".

245. (a) IPES CE, reunião extraordinária, Rio, 27 de agosto de 1963. (b) IPES CE São Paulo, 16 de setembro de 1963. (c) IPES CD São Paulo, 8 de outubro de 1963. (d) IPES CD Rio, 6 de outubro de 1963. O IBAD foi acusado por ter se engajado em "um amplo espectro de 'questionáveis' atividades políticas, sem regulamento e controle do governo. Citando algumas seções pertinentes da Constituição Federal, as organizações foram definidas como tendo agido 'contrariamente ao regime democrático, baseado em uma pluralidade de partidos políticos e nos direitos fundamentais do indivíduo'. As organizações envolvidas ficaram caracterizadas como: 1) associações engajadas em atividades político-eleitorais que interferem com a livre escolha de representantes políticos e que tentam chegar ao poder por meio de corrupção eleitoral, e 2) associações que, por usar vastas somas de dinheiro cuja origem até agora se desconhece, estão agindo contra a segurança das instituições públicas e possivelmente contra a própria soberania nacional. A medida tomada pelo Presidente baseou-se nas recomendações de seus assessores imediatos, incluindo as descobertas de um inquérito policial-militar especial, bem como na informação obtida por um comitê de inquérito do Congresso que estivera investigando a questão". George W. BEMIS. *op. cit.* p. 133. A CPI conseguiu descobrir que recursos do IBAD eram de origem transnacional, que nas eleições de outubro de 1962 haviam sido gastos não menos de 5 e mesmo até 20 bilhões de cruzeiros e que o IBAD, a ADEP, a ADP e a Promotion S.A., sem a menor sombra de dúvida, eram interligadas. *Política e Negócios*. São Paulo, 02 de setembro de 1963, p. 11. Mas a CPI não foi capaz de evidenciar a ligação entre o IPES e o IBAD. Como conseqüência das investigações, o governo determinou a dissolução do IBAD. Ivan Hasslocher foi para Genebra, deixando o Brasil.

246. A. GRAMSCI. *op. cit.* p. 181.

247. N. BAILEY. *op. cit.* p. 218.

CAPÍTULO VI

A AÇÃO DE CLASSE DA ELITE ORGÂNICA: A CAMPANHA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA

Introdução

O capítulo V descreveu a estrutura decisória da elite orgânica e sua organização para a ação. Mostrou, de fato, a existência de um aparelho de classe que era capaz de desenvolver operações de natureza pública, bem como atividades vedadas ao alcance público.

Os capítulos VI, VII e VIII tratam das atividades específicas, públicas e encobertas, tanto táticas quanto estratégicas, que eram desenvolvidas pela elite orgânica. Essas atividades objetivavam conter as forças populares, desagregar o bloco histórico-populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político através de um golpe de Estado civil-militar.

A conquista do poder político pela elite orgânica não foi simplesmente um resultado da crise político-econômica do período e o imediato colapso do regime, levando a uma subseqüente queda do governo.[1] Nessas críticas condições, já resumidas no capítulo IV, a elite orgânica tentou levar adiante uma campanha para dominar o sistema tanto em termos políticos, quanto ideológicos.[2] A quebra da convergência de classe vigente e a ruptura da forma populista de dominação foram alcançadas pelo bloco de poder multinacional e associado através do exercício de sua influência em todos os níveis políticos.[3]

O período de ação de classe organizada, que será visto neste capítulo, estendeu-se de 1962 a 1964. Politicamente, significou uma mobilização conjuntural para o golpe, quando estratégia se converteu em política e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em ação militar. Esse foi o estágio do "esforço positivo" em que vários escritórios de consultoria e anéis burocrático-empresariais, associações de classe e grupos de ação formaram um centro político estratégico, o complexo IPES/IBAD. Uma vez unificadas as várias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando "um plano geral", a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas. Mas antes de se iniciarem hostilidades a nível político-militar, desenvolveu uma campanha *ideológica multifacetada* contra o bloco histórico-populista. Tal ação compreendia a desagregação dos quadros populistas, assim como aqueles de imaturos grupos reformistas, adiando as ações do Executivo e tentando conter o desenvolvimento da organização nacional de classes trabalhadoras. O seu fracasso

em reprimir a conscientização política das classes trabalhadoras e a surpreendente capacidade do Executivo de não apenas sobreviver, mas, na verdade, de consolidar e obter novas posições[4] fortaleceu sua determinação de tomar de *assalto a sociedade política* estabelecida.

A elite orgânica empresarial se fez defensora e porta-voz dos pontos de vista moderados do centro, ampliando as perspectivas elitistas e consumistas das classes médias e fomentando o temor às massas. Revigorava a percepção solipsista das classes médias quanto à realidade social brasileira e as influenciava contra o sistema político populista.

Preparava-se para operar em toda área da vida social visando a competir com os predominantes interesses políticos, o trabalhismo e a esquerda pelo controle do Estado. Uma vez em ação, fazia uso de todo recurso disponível, legal ou ilegal.[5] Segundo o líder ipesiano Glycon de Paiva, essas atividades que beiravam a ilegalidade podiam ser resumidas como a preparação de civis para assegurar um clima político apropriado para a intervenção militar. Em sua opinião, a ação política tinha de ser sigilosa.[6] Suas recomendações envolviam a "criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação e profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços da esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massa e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário".[7] As áreas alvo para a doutrinação específica e pressão política direta eram os sindicatos, o movimento estudantil e a classe camponesa mobilizada, as camadas sociais intermediárias e a hierarquia da Igreja, o *Legislativo* e as Forças Armadas.

A ação da elite orgânica empresarial deve ser considerada como a praxe de um bloco burguês de poder, premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos. Trazendo à tona a dimensão orgânica e a dinâmica envolvidas (situação, posição e ação de classe), pode-se perceber e revelar a evidência histórica do emergente bloco de poder multinacional e associado forjando a sua própria forma de Estado. O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo,[8] mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa.[9]

O IPES, por sua própria natureza e diretrizes e por ser um catalisador estratégico bem mais do que uma visível força motriz, não colheu os louros pela maioria das conquistas políticas da elite orgânica que foram atribuídas a outras organizações e agentes, presumindo-se serem independentes dele. Mesmo embora muitas organizações fossem na verdade sincronizadas pelo complexo IPES/IBAD não se deve desprezar as atividades de órgãos paralelos, cujos objetivos e meios, de modo generalizado, coincidiam com os do complexo IPES/IBAD. Sempre que possível, o IPES procurava ser discreto em suas atividades e se manter fora da notoriedade política. Por exemplo, quando os seus líderes voltaram de uma das reuniões de Nassau em 1962, eles procuraram manter essa atitude, com a clara intenção de minimizar a significância da Instituição. A proposta de Glycon de Paiva, em abril de 1962, de publicar um trabalho elaborado pelo General Golbery do Couto e Silva, que propunha diretrizes contra o bloco nacional-reformista, foi vetada pelo líder ipesiano José Luiz Moreira de Souza. A sua oposição se baseava na hipótese de que o trabalho revelaria o que até então

fora evitado, mais especificamente, um movimento político organizado; ao mesmo tempo, o General Heitor Herrera ressaltava o perigo de se expor a ação ilegal.[10] Essa necessidade de manter a imagem inconspícua da elite orgânica foi enfatizada por Harold C. Polland no início de 1962. Ressaltava também à liderança do IPES que outros países tinham instituições similares à sua e que a experiência política provara que uma única organização não bastava. Dava o exemplo da Colômbia, onde o IPES local consistia de um organismo com vários órgãos disseminados por todo o interior do país. Essas instituições eram constantemente atacadas, porém sempre servindo de escudo para o verdadeiro centro de ação. H. Polland reafirmava a necessidade de o IPES nunca aparecer direta e abertamente e de adotar uma posição de completa inatacabilidade[11] durante a sua campanha política e agir "por trás dos bastidores". Afinal, ponderava ele, dentro do IPES havia empresários.[12] Os órgãos que apareciam publicamente ou se responsabilizariam pelo desenvolvimento da campanha da elite orgânica seriam, naturalmente, a ADEP, o IBAD, a ADP, a Promotion S.A. e o SEI, entre as mais significativas agências civis e civil-militares,[13] bem como os conhecidos órgãos políticos que operavam lado a lado com o IPES, como a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa — ADCE.[14] Além disso, a ação do IPES não se restringiria a organizações de classe e grupos políticos de ação, mas, ao contrário, alcançaria todo segmento organizado da sociedade. Suas táticas serviriam de modelo para os acontecimentos de quase dez anos depois no Chile.

Duas modalidades de ação

As táticas da elite orgânica compreendiam desde atividades que objetivavam efeitos a longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e político-militares, até táticas defensivas planejadas objetivando ganhar tempo suficiente para a ação estratégica política e militar lograr efeito.[15] Duas modalidades de ação devem ser consideradas: 1) ação ideológica e social; e 2) ação político-militar.

Ação ideológica e social

As atividades ideológicas e sociais combinadas da elite orgânica consistiam em doutrinação geral e doutrinação específica, ambas coordenadas com atividades político-ideológicas mais amplas no Congresso, sindicatos, movimento estudantil e clero.

A doutrinação geral visava a apresentar as abordagens da elite orgânica aos responsáveis por tomadas de decisão políticas e ao público em geral, assim como causar um impacto ideológico em públicos selecionados e no aparelho do Estado. A doutrinação geral através da mídia era realizada pela ação encoberta e ostensiva, de forma defensiva e defensivo-ofensiva. Constituía-se basicamente numa medida neutralizadora. Visava infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista.[16]

A elite orgânica atacava o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo. No aspecto positivo, argumentava que a prosperidade

do país e a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam à iniciativa privada e não se deviam, certamente, a métodos socialistas ou à intervenção do Estado na economia.[17] Por outro lado, a sua abordagem negativa podia ser vista na sua utilização de uma mesclagem de técnicas sofisticadas e uma grosseira propaganda anticomunista, constituindo uma pressão ideológica, que explorava o "encurralamento pelo pânico organizado".[18]

Através da doutrinação específica, a elite orgânica tencionava moldar a consciência e a organização dos setores dominantes e envolvê-los na ação como uma "classe para si", enquanto consolidava a liderança política das frações multinacionais e associadas dentro da classe dominante. Tomava tal atitude, objetivando unir o emergente bloco de poder em torno de um programa específico de modernização econômica e conservadorismo sócio-político. Um exemplo extremo de tais ações foi o Congresso pelas Reformas de Base, realizado em janeiro de 1963, e a campanha mantida através da mídia, que também tentava desarticular o tradicional bloco histórico oligárquico-industrial.[19] A doutrinação específica (juntamente com a doutrinação geral) também lidava com a formação política e ideológica, cooptação e mobilização de ativistas sindicais, líderes camponeses e militantes rurais, estudantes e líderes militares. Além disso, o objetivo geral da doutrinação específica era modelar as várias frações das classes dominantes e diferentes grupos sociais das classes médias em um movimento de opinião com objetivos a curto prazo amplamente compartilhados, qual seja, a destituição de João Goulart da presidência e a contenção da mobilização popular.

Doutrinação geral

Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos.[20] Saturava o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas. Os jornais publicavam seus artigos e informações. Para alcançar essa extensão de atividades variadas, o IPES alistava um grande número de escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e de teatro, relações públicas, peritos da mídia e de publicidade. O complexo IPES/IBAD também era capaz de articular e canalizar o apoio de algumas das maiores companhias internacionais de publicidade e propaganda, criando, assim, uma extraordinária equipe para a manipulação da opinião pública. Jornalistas profissionais se integravam no esforço geral como "manipuladores de notícias" e propagandistas, trabalhando sobretudo através das unidades operacionais dos grupos de Opinião Pública, Estudo e Doutrina e Publicações. Certas empresas financeiras e industriais ligadas ao complexo IPES/IBAD se incumbiam dos arranjos financeiros, incluindo-os em suas folhas de pagamento, propiciando, assim, outra forma de financiamento indireto da ação da elite orgânica. Escritores, ensaístas, personalidades literárias e outros intelectuais emprestavam o seu prestígio, escrevendo

e assinando, eles próprios, artigos produzidos nas "estufas políticas e ideológicas" do complexo IPES/IBAD.[21]

O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como: os Diários Associados (poderosa rede de jornais, rádio e televisão de Assis Chateaubriand, por intermédio de Edmundo Monteiro, seu diretor-geral e líder do IPES), a *Folha de São Paulo* (do grupo de Octavio Frias, associado do IPES), o *Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* (do Grupo Mesquita, ligado ao IPES, que também possuía a prestigiosa Rádio Eldorado de São Paulo). Diversos jornalistas influentes e editores de *O Estado de S. Paulo* estavam diretamente envolvidos no Grupo de Opinião Pública do IPES. Entre os demais participantes da campanha incluíam-se: J. Dantas, do *Diário de Notícias*, a TV Record e a TV Paulista, ligadas ao IPES através de seu líder Paulo Barbosa Lessa, o ativista ipesiano Wilson Figueiredo do *Jornal do Brasil*, o *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul e *O Globo*, das Organizações Globo do grupo Roberto Marinho, que também detinha o controle da influente Rádio Globo, de alcance nacional. Eram também "feitas" em *O Globo* notícias sem atribuição de fonte ou indicação de pagamento e reproduzidas como informação fatual. Dessas notícias, uma que provocou um grande impacto na opinião pública foi que a União Soviética imporia a instalação de um Gabinete Comunista no Brasil, exercendo todas as formas de pressões internas e externas para aquele fim.[22]

Outros jornais do país se puseram a serviço do IPES. Rafael de Almeida Magalhães, filho do líder ipesiano Dario de Almeida Magalhães, colocou à sua disposição, para que qualquer artigo saísse não assinado ou em forma de editorial, a *Tribuna da Imprensa*, o militante jornal anti-João Goulart e antipopulista do Rio, que também era de propriedade de Carlos Lacerda e do qual participava o jornalista Hélio Fernandes.[23] E em São Paulo, o deputado federal Herbert Levy, empresário e líder udenista ligado ao IPES e cujos filhos eram também ativistas ipesianos em operações encobertas, lançou as *Notícias Populares*, jornal militante que visava competir com a imprensa popular na tentativa de atingir intelectual e emocionalmente as classes trabalhadoras industriais e a classe média baixa daquele Estado. O complexo IPES/IBAD também mantinha o controle de alguns jornais de menor importância em todo o país. A prestigiada coluna política "Seção Livre", assinada por Pedro Dantas (pseudônimo usado por Prudente de Morais Neto), proporcionava uma análise da conjuntura política e procurava moldar a opinião pública. Essa coluna saía publicada na seção de anúncios de *O Estado de S. Paulo* e operava dentro da corrente ideológica do IPES. Outro companheiro de jornada era João de Scantimburgo, do *Correio Paulistano* (que fora apontado por Alfred Neal, do Committee for Economic Development, em sua carta a Gilbert Huber Jr., como um dos elementos possíveis para uma operação CED de apoio).[24] Em prol da mesma causa, no Nordeste, Paulo Malta, através de sua coluna "Periscópio", no influente *Diário de Pernambuco*, promovia uma série de "denúncias anticomunistas" e acusações do filocomunismo de Miguel Arraes.[25] Arlindo Pasqualini, diretor das Empresas Caldas Júnior (o importante complexo empresarial do setor de mídia do sul do país), foi procurado por José Luiz Moreira de Souza para produzir uma série de artigos atacando Leonel Brizola e sua crescente influência popular e comando da estrutura do PTB. O próprio Arlindo (irmão do

falecido Alberto Pasqualini, ideólogo do PTB), assim como os políticos do Rio Grande do Sul, Paulo Brossard e Kos Chermont de Britto, eram considerados pelo IPES como candidatos desejáveis para se promover contra Brizola.[26] No Paraná, o complexo IPES/IBAD era ativo nessa área por intermédio de Roberto Novaes, dos Diários Associados e *Diário do Paraná*, Ubaldo Siqueira, da *Imprensa Nova* e Bacilla Neto, o correspondente paranaense de *O Estado de S. Paulo*.[27] O diplomata de carreira José Sette Câmara emprestava seu nome para colunas políticas em *O Globo*[28] e o líder do IPES, Augusto Frederico Schmidt, empresário, poeta e embaixador, mantinha ativa participação no Grupo de Opinião Pública do IPES.[29] Trabalhos produzidos para consumo empresarial e político eram reescritos em "linguagem de dona-de-casa" por pessoas tão variadas, como Wilson Figueiredo, editor do *Jornal do Brasil* e a romancista Raquel de Queiroz.[30] A escritora Nélida Piñon, que se prestava como secretária do IPES do Rio, ajudava também nos esforços de propaganda.

Todos esses jornais também mantinham sua própria e acirrada campanha editorial, que beneficiava a elite orgânica.[31] Tudo isso era ajudado pelo controle que o complexo IPES/IBAD tinha sobre as agências de notícia e canais de informações em todo o país e o seu relacionamento especial com companhias de publicidade e anunciantes. O IPES se certificava de que os editores dos mais importantes jornais do país dirigissem seus próprios jornais de fato e em nome, conforme a linha da elite orgânica.[32]

Através da Promotion S.A., a elite orgânica alugava as páginas editoriais de *A Noite*, um dos jornais vespertinos do Rio, uma manobra inicialmente proposta pelo seu próprio diretor Nelson Nobre.[33] O IBAD estava também por trás da revista *Repórter Sindical*, dedicada à disseminação de informação ideológica, bem como à obtenção de dados. O líder do IPES José Rubem Fonseca, romancista engajado em atividades de opinião pública, colocou sucintamente o fato: "O Instituto publica em jornais artigos, editoriais e opiniões".[34] O objetivo era ocupar "o centro de discussão ideológica e política".[35] O IBAD também publicava, mensalmente, a sua *Ação Democrática*, com uma circulação de 250.000 exemplares, para isso contando com a colaboração de Gabriel Chaves Mello, Eugênio Gudin, José Garrido Torres, Dênio Nogueira, o deputado e líder udenista Aliomar Baleeiro e outros influentes empresários e políticos; era distribuída gratuitamente e não continha anúncios.

O Grupo de Opinião Pública da elite orgânica, através do líder ipesiano Nei Peixoto do Valle, ajudou também a preparar o "Levantamento da Infiltração Comunista na Imprensa",[36] que circulou amplamente entre empresários, militares e outros "formuladores" de opinião, como parte de uma campanha que expunha vários intelectuais e jornalistas como culpados por adotarem pontos de vista esquerdistas. Esses jornalistas eram acusados de manipular a opinião pública, exatamente as atividades nas quais o complexo IPES/IBAD estava, em verdade, envolvido.

Para mostrar aos empresários, profissionais e aos membros das Forças Armadas a imediata ameaça a que estavam sujeitos, a elite orgânica fez intenso uso de um quadro que denunciava a "infiltração comunista", quadro este que obteve vasta divulgação e pareceu ter causado forte impacto. Preparado pelo Coronel A. da Fontoura, enquanto o chefe do Estado-maior da 6.ª Divisão no Rio Grande do Sul, tinha o quadro o sentido de dar uma visão panorâmica da ameaça às

classes dominantes. Em 1962, a equipe do General Golbery destacou 200 militares das três Forças, enquanto Glycon de Paiva ofereceu uma lista de 200 políticos (do Congresso e governadores de Estado), 200 estudantes, 150 profissionais, 50 jornalistas, 50 empresários, 50 professores universitários e 100 associados do IPES de São Paulo, todos influentes "formuladores" de opinião, para receber e participar vitalmente da disseminação de material ideológico fornecido pela elite orgânica. Tomou-se a decisão de que o nome do IPES não deveria aparecer em muitas das publicações que fossem distribuídas.[37]

Uma forma diferente de ação era o apoio e o patrocínio de manifestos, produzidos por associações e categorias funcionais e profissionais, manifestos estes que inundavam a imprensa entre 1962 e 1964. Entre eles, deve-se mencionar o "Manifesto das Classes Produtoras", por seu impacto emocional, que marcava a posição política dos empresários brasileiros e a publicação no Rio e em São Paulo, no início de 1963, de um "Manifesto à Nação". Assinado por mais de 500 profissionais de prestígio em todo o país, esse Manifesto foi publicado no *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e em *O Estado de S. Paulo*, pelo Centro Democrático de Engenheiros, sediado em São Paulo e coordenado pelo IPES.

Deve-se também mencionar o "Manifesto das Enfermeiras às Forças Armadas", de meados de 1963, no qual pediam aos militares que interviessem diretamente no processo político contra o governo de João Goulart.[38] Distinguiram-se ainda o "Manifesto e Carta de Princípios Democráticos do Paraná", de abril de 1963, e o "Manifesto dos Estudantes de Direito da Universidade Mackenzie" em maio de 1963,[39] bem como o manifesto "Para o Brasil, para o seu Progresso e para a Felicidade de seu Povo, contra a desordem, a irresponsabilidade e a demagogia", um apelo de página inteira em *O Estado de S. Paulo*, apresentado pelas associações empresariais, federações, sindicatos de empregadores e o Lyons Clube.[40]

Esses artigos, anúncios e transcrições eram então reproduzidos em outros jornais de todo o país, por meio da rede de transmissão à disposição do complexo IPES/IBAD.[41] Uma outra forma de moldar a opinião pública constituía da reprodução de discursos, exposições e pronunciamentos públicos por indivíduos de destaque, tais como aquele, em Belo Horizonte, do General Punaro Bley do IBAD, um ex-integralista, discurso este que induziu Glycon de Paiva a procurar a cooperação de Nei Peixoto do Valle para reproduzi-lo em outras cidades e através dos diversos recursos da mídia.[42] Os canais para a disseminação de material ideológico e político produzido ou reproduzido pelo IPES eram as agências de notícias, como a Planalto, administrada pelo próprio IPES, que fornecia material a 800 jornais e emissoras de rádio por todo o Brasil com várias remessas semanais de material noticioso constituído de informação e análise, serviço este inteiramente gratuito. Prestava-se à mesma função a Asa-Press, pertencente a Fernando Marrey, cujo diretor, Arlindo Olympio dos Santos, era ligado ao IPES.[43]

A face política e ideológica encoberta do IPES inundava o país com a propaganda anticomunista da elite orgânica, em forma de livros, folhetos ou panfletos. Como já foi observado anteriormente, em termos de doutrina, ele se viu expressando os objetivos e ideais da Aliança para o Progresso.[44] Foram inseridos nos jornais de domingo em todo o Brasil,[45] mais de um milhão de cópias da *Cartilha para o Progresso*, feita pelo IPES, e que apresentava os pretensos bene-

fícios que a Aliança para o Progresso proporcionaria. O folheto da ALPRO foi também inserido como um suplemento na *Fatos e Fotos*, a revista líder do Grupo Bloch do Rio, amplamente consumida pelas classes médias.[46] *Nossos males e seus remédios*, um ardiloso livreto produzido por "André Gama" (pseudônimo de um americano, ligado à área financeira que residia em Petrópolis), teve também uma publicação de um milhão de cópias.[47] Uma outra edição que atingiu também o montante de um milhão de distribuição foi "O que é o IPES", um encarte que circulou conjuntamente com a promoção da ALPRO. Um material sobre a *Mater et Magistra* também foi preparado pelo IPES de uma forma acessível ao grande público.[48] As publicações que promoviam a Aliança para o Progresso e a *Mater et Magistra* (profundamente apoiadas na imagem projetada por J. F. Kennedy e o Papa João XXIII) serviam a dois objetivos: proporcionar à opinião pública uma mensagem suficientemente ampla para favorecer a "modernização" do regime e restrita o bastante para indispor o público contra o socialismo, o comunismo e o nacional-reformismo. Permitiam também ao complexo IPES/IBAD engajar uma série de intelectuais católicos (leigos e clérigos) na discussão e até nas atividades catalisadas pela elite orgânica e subtraí-los ao campo popular-reformista.

O IPES publicava e financiava, editava, traduzia e distribuía livros, livretos, revistas e folhetos de produção própria, como também aquelas de fontes afins. Atingia, ainda, as massas com a edição de panfletos, cujo papel e tipo de inferior qualidade disfarçavam a origem.[49] "Comprava" grande parte de determinadas publicações, tornando-as, assim, comercialmente viáveis. Além disso, por meio de sua poderosa rede de publicação, distribuição e de venda, o IPES subsidiava outras publicações tanto financeiramente, quanto através de facilidades de impressão e outros serviços, e agia como um canal para centros de formação de opinião pública.[50] Opiniões de radicais do PTB, de socialistas, comunistas ou nacionalistas eram confrontadas com material de propaganda de variados graus de sofisticação, que se estendiam desde as publicações sensacionalistas e vulgares até a prosa acadêmica "séria".

Algumas das publicações produzidas pelo complexo IPES/IBAD tinham um caráter de propaganda "deturpadora", ou seja, eram basicamente fatuais e continham informação cuidadosamente selecionada à qual adicionava-se uma certa "torção". Já outros trabalhos eram mentiras declaradas ou ficção. Entre as revistas subsidiadas e distribuídas para satisfazer a um público relativamente mais intelectualizado, como parte da campanha que o IPES chamava de "fertilização cruzada" ideológica e a criação de barreiras intelectuais no marxismo, destacavam-se os *Cadernos Brasileiros*,[51] *Convivium* e *Síntese*, sendo as duas últimas dirigidas à hierarquia da Igreja e à *Intelligentsia* católica leiga.[52] Produzia e distribuía também uma série de livretos que atacavam assuntos da atualidade numa forma acessível ao grande público, embora com um estilo e uma aparência que acentuavam seu pseudo-academicismo. *Temas da Hora Presente* e *Cadernos Nacionalistas* eram alguns desses livretos.

Um clássico exemplo de um modo mais vil de guerra psicológica era a publicação regular de *O Gorila*, distribuído dentro das Forças Armadas. Em uma das edições, depois de apresentarem o que consideravam os dogmas básicos do marxismo, os autores comentavam que o programa parecia ser bom. No entanto, tudo não passaria de uma isca, pois, "Atrás da aparente beleza, estão

os assassinatos em massa, a abolição da dignidade, os campos de trabalho forçado, a rejeição de toda a noção de liberdade e fraternidade". Caracterizavam, então, o comunista: "Ele é aparentemente inofensivo ... nunca se trai, sempre trairá outros. Ele fala de paz e amor fraternal". "Ele será o seu mais querido amigo, o mais sincero, o mais leal ... até o dia em que ele o assassinará pelas costas, friamente ... Eles matam frades, violam freiras, destroem igrejas".[53] O General Moacyr Gaya se encarregava dos planos para a distribuição de panfletos e outros materiais similares produzidos ou divulgados pelo IPES.[54] Em 1963, os Grupos de Opinião Pública/Publicações já haviam editado mais de 280.000 livros e imprimido 36.000 boletins mensais. Por essa época, o IPES havia distribuído ao todo 2.500.000 unidades impressas[55] e diversos milhões de cópias dos panfletos mencionados acima. Excetuando aquelas consideradas como publicações legítimas, condizentes com um "Instituto de Pesquisas", não se podia identificar nenhuma das reedições como sendo patrocinadas pelo IPES.[56] Os escritores que, a título individual, lançavam a imagem daquilo que o complexo IPES/IBAD considerava a "correta" opinião e o "correto" posicionamento ideológico e político recebiam o seu apoio, estímulo e projeção. Os seus livros, quando julgados de maior importância para a formação de opinião pública, de classe ou institucional, eram "comprados" pelo IPES para assegurar ao editor uma venda inicial. Esse foi o caso do seu líder, jurista e empresário, Miguel Reale, cujo livro, *Pluralismo e liberdade*, teve sua publicação patrocinada pelo IPES em 1963, através da Editora Saraiva.[57]

Outros líderes, como Rafael Noschese, da Federação das Indústrias de São Paulo e Paulo Almeida Barbosa, da Associação Comercial de São Paulo e das American Chambers of Commerce, apoiavam de forma indireta, por intermédio de suas respectivas instituições, comprando parte da circulação de livros[58] e subsidiando as atividades do IPES.

Os princípios ipesianos eram aplicados a casos específicos na forma de subsídios ao Grupo de Ação Parlamentar e ao de Opinião Pública, bem como através da elaboração de vinte e três propostas conhecidas como as Reformas de Base.[59] Esses pormenorizados projetos de reforma ultrapassaram aqueles sugeridos na Escola Superior de Guerra, que tem sido tradicionalmente reconhecida como a fonte intelectual de mudança nacional[60] em favor do bloco modernizante-conservador. O complexo IPES/IBAD fora firmemente arrastado para a batalha ideológica travada no princípio da década de sessenta. Como foi mencionado anteriormente, os Grupos de Estudo e Doutrina preparavam crítica sistemática das propostas de reforma do governo enquanto o Grupo de Ação Parlamentar se encarregava do bloqueio do Executivo, suprindo a rede ADEP/IBAD/ADP de apoio logístico material e político. A pedido do líder Mello Flores, as unidades de estudo do Rio examinavam as questões em pauta no Congresso. Ele estabelecia as prioridades e permanecia em Brasília durante a discussão dos referidos projetos, coordenando as operações. Assim, os grupos de estudo preparavam emendas aos projetos e leis do governo nas áreas econômicas, sociais e políticas, que se estendiam desde as propostas de controle de greve até uma das mais importantes preocupações do IPES, a Lei de Remessa de Lucros, bem como da lei do Código Eleitoral até a Legislação das Telecomunicações.[61] Além disso, os grupos de estudo se responsabilizavam pela triagem de projetos vindos de fontes diversas sintetizando os vários subsídios e indivíduos e instituições em um único projeto

do IPES.[62] Os grupos de estudo encarregavam-se também das partes legislativas e processuais dos projetos no Congresso.

Exemplificando tais atividades do grupo, pode-se citar o anteprojeto de lei sobre o conjecturado Código de Telecomunicações, um dos estudos de alta prioridade para o IPES, sob a responsabilidade do General Luiz A. Medeiros, da Rede Globo. Cabia-lhe preparar o anteprojeto sobre o assunto, sendo também requisitado para elaborar uma declaração preliminar e um esboço da necessária "Ação dos Bastidores".[63] Uma vez pronto, o estudo do General Luiz A. Medeiros seria burilado pelos grupos de estudo do IPES e o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o de Ação Parlamentar sincronizariam a ação de apoio.[64]

Alguns dos mais significativos grupos de estudo eram aqueles referentes à Remessa de Lucros, Reforma Tributária, Habitação Popular, Reforma Eleitoral, Inflação, Reforma Constitucional, Reforma Agrária e Planejamento, todos eles questões políticas polêmicas naquela época. O grupo da Remessa de Lucros compreendia José Garrido Torres, Mário Henrique Simonsen (coordenador e relator), Dênio Nogueira, o General Heitor Herrera, Jorge Oscar de Mello Flores, José Luiz Moreira de Souza, Gilbert Hubert Jr., Harold C. Polland, Glycon de Paiva e a participação *ad hoc* e anônima de burocratas do governo.[65] O projeto e justificativa das emendas relativas à lei de Remessa de Lucros em discussão no Congresso naquela época foram preparados, para o IPES, pelo Conselho Econômico da Confederação Nacional das Indústrias, onde Simonsen era membro executivo. Tal operação não onerou o IPES em um centavo, que pagou apenas jettons de presença a Mário Henrique Simonsen, Hélio Schlittler da Silva e a Dênio Nogueira, que preparou um substitutivo para tal projeto, apresentado pelo senador Daniel Krieger.[66]

Quanto à Reforma Tributária e Política Fiscal, o IPES produziu um aprofundado estudo, contratado a Mário Henrique Simonsen. Ele elaboraria os seguintes anteprojetos de lei, com suas respectivas justificativas:

a) imposto de renda,
b) imposto de consumo,
c) imposto de selo,
d) taxa única de gasolina e óleos,
e) taxa única de energia elétrica,
f) contribuições de melhoria.

Uma unidade de estudo elaborou todo esse trabalho e a integravam, entre outros, Dênio Nogueira e um burocrata do governo, o contador Balduíno, cuja presença foi mantida anônima.[67]

Sobre a Habitação Popular, a unidade de estudo também preparou um anteprojeto e sua correspondente justificativa parlamentar. Tal anteprojeto foi financiado e planejado por uma equipe do IBAD, que envolvia a participação de Ivan Hasslocher.[68] Logo após concluído, o anteprojeto foi passado ao IPES para o seu veredicto, seguindo o mesmo processo de outros casos similares, tal como o estudo sobre a Reforma Agrária.[69] A correligionária do governador Carlos Lacerda, Sandra Cavalcanti, da Hosken Construtora (grande firma de engenharia e construção, sediada no Rio), serviu de consultora para essa unidade. No IPES, ela era também conferencista. Havia outros estudos produzidos a respeito da Habitação Popular, como "Política Habitacional", de José Arthur Rios, que eram divul-

gados por intermédio do Grupo de Opinião Pública, contribuindo para o debate geral.[70]

O estudo da Reforma Eleitoral contou com a participação de Themístocles Cavalcanti, jurista e cientista político da Fundação Getúlio Vargas, Dario de Almeida Magalhães e Paulo de Assis Ribeiro. Outras pessoas escolhidas como os juristas Afrânio Carvalho, Alfredo Lamy Filho e Homero Pinho,[71] foram convocadas para dar sua orientação competente nos diversos assuntos. Sobre o Código Eleitoral, convocou-se Oswaldo Trigueiro.[72]

O IPES pesquisou também o problema da "Democratização do Capital". Os *position papers* sobre essa questão eram elaborados conjuntamente com o Grupo de Integração. Além das razões econômicas para a "democratização do capital", isto é, colocar ações de companhias locais no mercado e a capitalização através de investidores menores, tal diretriz tinha um claro efeito de propaganda. Ela realçava os positivos "efeitos sociais" do sistema econômico que permitiam aos pequenos acionistas ter um interesse na manutenção desse sistema; os trabalhadores e empregados poderiam ser co-proprietários das suas empresas.[73] A equipe, formada com a finalidade de supervisionar a pesquisa a ser conduzida em empresas privadas e cujas descobertas serviriam de diretrizes para a preparação de normas voltadas à democratização do capital em interesses privados, compreendia Paulo de Assis Ribeiro, Alberto Venâncio Filho e Juan Missirlian.

Com respeito à Inflação e suas causas, Dênio Nogueira trabalhava com a cooperação do congressista da ADEP, Raymundo Padilha, entre outros.

Quanto ao Planejamento, o IPES se mostrava particularmente empenhado, já que era um item de preocupação maior da elite orgânica, exatamente como fora com a Remessa de Lucros. Quando Celso Furtado lançou o seu *Plano Trienal*, um "grupo técnico" do IPES preparou um número de estudos críticos, tanto para informação quanto para a ação política. Algumas das análises, como as de Dênio Nogueira, eram transformadas em *position papers* para serem publicadas no boletim mensal do IPES; outras, como os estudos de Julian Chacel, Mário Henrique Simonsen e Paulo de Assis Ribeiro, eram usadas como diretrizes para a ação política e ideológica do IPES, especialmente no Congresso.

Dênio Nogueira e William Embry se encarregavam da produção de uma tese sobre a Lei Anti-Trust. Antes de sua apresentação, Mello Flores utilizou a sua mensagem básica para a sua ação no Senado em 1963. Foi preparada como um anteprojeto de lei, com correspondente justificativa parlamentar.[74]

Sobre a Participação de Empregados nos lucros de Empresas, conjecturou-se um projeto de lei e confiou-se o trabalho básico a Paulo Novais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio.[75]

A elaboração da Reforma Judiciária envolveu Celestino Basílio, Carlos de Assis Ribeiro, Homero Pinho, Miguel Seabra Fagundes e outros. Paulo de Assis Ribeiro preparou o trabalho.[76] Um estudo sobre a Reforma do Legislativo e da Administração Pública também foi efetuado e, para a sua produção, o IPES recebeu intenso apoio.[77]

A respeito da Reforma Constitucional, através de Paulo de Assis Ribeiro e seu grupo de estudo, o IPES tinha o seguinte a declarar no início de 1962: "O IPES julga seu dever contribuir para o estudo e debate que devem preceder à apresentação de modificações na Magna Carta" [*sic*]. Dentre os vários aspectos que chamariam a atenção dos legisladores estaria o de "segurança nacional", con-

ceito que, na visão do IPES, não poderia ser restrito às esferas de defesa militar do país. Em sua opinião, "o fenômeno generalizado da totalização de guerra e o reconhecimento da indispensabilidade de uma estratégia integrada para a guerra e para a paz exigiam uma verdadeira política de segurança nacional". Essa política acarretava "a concepção e realização de ações apropriadamente coordenadas nos campos políticos, econômicos, psicossociais e, sem dúvida alguma, nos militares. Assim, o conceito de 'segurança nacional' não é da exclusiva responsabilidade dos militares. Todos os órgãos da administração pública são, portanto, conclamados a colaborar no respectivo planejamento" (da segurança nacional).[78] José Carlos de Assis Ribeiro desenvolveu um estudo sobre a Reforma Constitucional, que compreendia a reformulação de pontos "obsoletos" e "desajustados". Esse trabalho acentuaria mudanças indispensáveis em áreas delicadas, como planejamento, o direito de greve aos trabalhadores, a mobilização política e o aumento de poderes para o Executivo e o governo federal. É interessante ressaltar que a noção de segurança nacional exposta pela ESG é incorporada aqui, pelo IPES, como sua proposta para a reforma da Constituição. Tal noção passou a ter peso, não apenas com respeito a assuntos militares, mas também aos civis, tanto na paz quanto na guerra.

Quanto à Reforma Bancária, o IPES encontrava algumas dificuldades dentro de suas próprias fileiras. Até meados de 1962, os estudos do IPES eram produzidos, segundo Cândido Guinle de Paula Machado, "independentemente de interesses pessoais ou de grupos". Entretanto, em relação à Reforma Bancária, Gilbert Huber Jr. teve de relatar ao Comitê Executivo do Rio que ela estava em andamento, não pelo IPES de São Paulo, mas pelos próprios banqueiros que, conforme Glycon de Paiva, consideravam a questão de tal importância, "que eles queriam estar presentes e defender seus interesses". Apesar da força dos banqueiros, Glycon de Paiva julgava que o IPES não deveria interromper o trabalho a ser feito e Gilbert Huber Jr. opinava que, ao surgir uma divergência de opiniões, o posicionamento do IPES seria aquele de "não temer os banqueiros".[79] De qualquer forma, a maioria dos grandes banqueiros fazia parte do IPES. O que a liderança ipesiana queria evitar era que interesses restritos de setores e facções prevalecessem sobre as diretrizes classistas do Instituto, como parecia a intenção dos banqueiros de São Paulo. Prevaleceram as opiniões do Instituto. Por volta de março de 1963, o IPES havia submetido vinte e quatro projetos de lei através de seu Grupo de Ação Parlamentar e dos deputados da ADP que ele patrocinava e controlava.[80]

Um objetivo importante, dentro dos limites de luta ideológica do começo da década de sessenta, era esvaziar o "valor reformista" das propostas de Governo, do trabalhismo e da esquerda e dissociar os empresários modernizante-conservadores do sistema político oligárquico. Discernia-se claramente tal estratégia na manobra da elite orgânica de minar a base de poder da direita tradicional, centrada nos interesses oligárquicos agrários[81] e achar uma forma de lidar com o campesinato mobilizado, que começara a insurgir-se contra a estrutura populista e mais importante talvez, cuja luta passava a exercer uma forte atração emocional nas classes médias. Nesse esforço, o IBAD constituía a primeira linha de combate da elite orgânica empresarial. Ele se lançava no cerne da confrontação, adequando e encampando símbolos, temas e linguagem que, na época, eram bandeiras de luta das forças popular-reformistas, disputando o "centro ideológico", na tentativa de representar um grande projeto social de classe média.

Através do seu jornal *Ação Democrática*, o IBAD frisava que a sua Reforma Agrária não tinha, de modo algum, a intenção de servir aos objetivos dos comunistas, nem de manter o injusto e imoral estado de coisas sustentado pelos grandes "latifundiários".[82] Para o intelectual do complexo IPES/IBAD José Arthur Rios, era o "dever do democrata combater a frente única formada pelos reacionários e os comunistas" contra o que ele chamava de "verdadeira Reforma Agrária".[83] O IBAD organizava as classes dominantes em torno do problema, estudava o assunto e publicava material impresso propondo uma modernização agrária orientada por padrões de eficiência capitalista, onde a indústria e a agroindústria seriam integradas e que tentaria anular as demandas populistas e socialistas. Em abril de 1961, ele realizou o seu Simpósio sobre a Reforma Agrária, que deu origem a um livro amplamente divulgado e bem impresso: *Recomendações sobre a reforma agrária*.

Participaram do Simpósio trinta e quatro indivíduos: Álvaro Ribeiro, Bertha Koffman Becker, Celestino Sá Freire Basílio, Charles Hogenboom, D'Almeida Guerra Filho, Dênio Nogueira, Dirceu Lino de Matos, Edgard Teixeira Leite, Edson Cesar de Carvalho, Estanislau Fischlowitz, Everaldo Macedo de Oliveira, Padre Fernando Bastos D'Ávila, o General Frederico Augusto Rondon, Gladstone Chaves de Mello, Gustavo Corção, Hilgard O'Reilly Sternberg, Ivan Hasslocher, Jairo de Moura, Jan Litjens, João Camilo de Oliveira Torres, José Arthur Rios, José Augusto Bezerra de Medeiros, José Bonifácio Coutinho Nogueira, José Carlos Barbosa Moreira, José Gomes da Silva, José Irineu Cabral, José Vicente Freitas Marcondes, o General Juarez Távora, Marcelo Lavener Machado, Milcíades Sá Freire, Moysés Rosenthal, Odegar Franco Vieira, Thomas Lynn Smith e Wanderbilt Duarte de Barros. A coordenação geral dos debates estava nas mãos de Dênio Nogueira, Ivan Hasslocher, Gustavo Corção, Hilgard O'Reilly Sternberg e Gladstone Chaves de Mello. O General Juarez Távora presidiu o simpósio.[84] Os participantes eram, na maior parte, uma coleção de ibadianos, advogados e tecno-empresários especializados em questões agrárias e relações trabalhistas e intelectuais de centro direita. Eles concordavam com a transformação da economia rural, mantendo um curso médio de modernização que incluía a quebra do controle oligárquico da terra, o aumento da produtividade, a racionalização da produção, a mecanização e a transformação de relações de trabalho.

Como os acontecimentos políticos se desenvolviam no meio rural onde o campesinato se organizava em números crescentes e como a luta ideológica nas cidades atingia novos níveis de veemência, o IPES foi forçado a encarar o problema da reforma agrária de uma forma bastante diferente da que fizera anteriormente. Tal problema teria de sair do "terreno demagógico" de debate. O IPES seria compelido a colocá-lo em termos por ele considerados "rigorosamente científicos".[85] A questão da reforma agrária quase provocou uma grande crise entre as seções do IPES do Rio e do IPES de São Paulo, já que o projeto almejado pela liderança política do Rio satisfaria os agroindustriais e, no entanto, parecia drástico demais para os interesses dos paulistas proprietários de terras que faziam parte do IPES. O protótipo do programa do IPES sobre a Reforma Agrária baseou-se nas conclusões do simpósio organizado pelo IBAD, do qual um projeto e justificativas para o Congresso foram preparados por José Arthur Rios e Edgard Teixeira Leite. O IBAD financiou o trabalho dos tecno-empresários e empresários envolvidos na elaboração do programa. Devido a medidas operacionais acertadas

entre o IPES e o IBAD, o programa teria de ser discutido pelas unidades de estudo do IPES, que se compunham de tecno-empresários e empresários.[86] O IBAD foi oficialmente representado no comitê conjunto encarregado de ajustar as propostas por Ivan Hasslocher, José Arthur Rios e Dênio Nogueira e contou com a participação de outros membros, quando as circunstâncias o ditaram.

Seguindo a sugestão de Wanderbilt Duarte de Barros, concordou-se que nem o IPES, nem o IBAD se manifestaria publicamente como patrocinador ou defensor do projeto no Parlamento ou através da imprensa. O projeto teria de tramitar sigilosamente.[87] O plano geral do complexo IPES/IBAD era produzir primeiro um projeto que seria parte substancial do trabalho, contendo princípios e normas que serviriam para definir a posição do IPES em relação à Reforma Agrária. Em segundo lugar, ele elaboraria um trabalho paralelo visando a "preparar" a opinião pública para receber as idéias contidas no projeto, sem nenhuma referência às suas origens no complexo IPES/IBAD. Para Julian Chacel, tudo envolveria uma visão dinâmica do setor agrário, cuja idéia essencial seria a de que os beneficiários do acesso à propriedade rural a ser criada pela Reforma deveriam ser indivíduos dotados de capacidade empresarial e que deveria haver uma necessária interdependência entre os setores rurais e o setor industrial, em decorrência da qual as indústrias passariam a investir e operar no campo.[88]

O grupo inicial de estudos sobre a Reforma Agrária compreendia Harold Cecil Polland, Cândido Guinle de Paula Machado, Antônio Carlos do Amaral Osório, Julian Chacel, Paulo de Assis Ribeiro, José Garrido Torres, José Rubem Fonseca, Luís Carlos Mancini, Ivan Hasslocher, José Arthur Rios, Dênio Nogueira, Wanderbilt Duarte de Barros, Fernando Mbielli de Carvalho, J. Irineu Cabral e Edgard Teixeira Leite, uma equipe mista de empresários e tecno-empresários.[89] Bronislau Ostoja Roguski, como membro da Confederação Rural Brasileira e do Conselho de Reforma Agrária do Paraná, era uma presença *ad hoc* às reuniões (Vide Apêndice M). O projeto foi laboriosamente desenvolvido a um custo de pelo menos 50.000 dólares.[90] A unidade de estudo teve trinta e duas reuniões em um período de seis meses, de maio a novembro de 1962,[91] com Julian Chacel, J. Irineu Cabral, Dênio Nogueira, Paulo de Assis Ribeiro, Luís Carlos Mancini, José Garrido Torres e Wanderbilt Duarte de Barros, compondo a unidade central de trabalho. Significativamente, a última reunião foi no próprio escritório do IBAD no Rio, com José Arthur Rios, Ivan Hasslocher e Edgard Teixeira Leite. Com eles Paulo de Assis Ribeiro discutiu o reexame do anteprojeto de lei sobre a Reforma Agrária, preparado pelo Grupo de Estudo do IPES e os quatro elaboraram os últimos detalhes, em vista de sua futura apresentação no Congresso, o que envolvia a sincronização de apoio necessário da Ação Democrática Parlamentar, patrocinada pelo complexo IPES/IBAD.[92]

O segundo trabalho produzido pela unidade de estudo foi entregue ao Grupo de Opinião Pública para ser transformado em material apropriado para propaganda e ação pública, sem envolver o nome do IPES ou do IBAD.[93]

A publicação das recomendações dos vários *position papers* como "trabalhos sérios" fazia-se também necessária para legitimar argumentos de um ponto de vista "tecno-científico". Foi feita em forma de livro e como apostilas pseudo-acadêmicas e livretos. Do estudo básico produzido pelo Grupo de Estudo, fizeram-se vários *position papers* e artigos para disseminação através da mídia, canais acadêmicos e por parlamentares.[94]

Apesar de todos os seus esforços e a dedicação com a qual se lançou ao caloroso debate, o IPES não logrou êxito em impedir João Goulart de passar o seu Decreto da Reforma Agrária e de estabelecer a Superintendência para a Reforma Agrária — SUPRA, o órgão encarregado de desenvolver a diretriz política do Executivo. Com tal manobra, o governo de João Goulart reforçaria o apoio que ele tinha da classe camponesa e dos setores nacional-reformistas da opinião pública. Ademais, as atividades da SUPRA levariam os mais recalcitrantes elementos da oligarquia rural a apoiarem a sempre ampliada frente de forças sociais antipopulistas e antipopulares.

O Primeiro Congresso Brasileiro para a definição de Reformas de Base[95] foi o forum individual mais elaborado para a apresentação de demandas empresariais, visando uma modernização conservadora, assim como para a expressão pública da sua oposição às reformas de cunho trabalhista, ambas afirmadas como um projeto nacional para o Brasil. O Congresso para as Reformas de Base realizou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em janeiro de 1963, em uma atmosfera carregada em termos emocionais, com um público estimado em vinte e duas mil pessoas, durante sete dias de sessões. Presidido pelo General Edmundo Macedo Soares da ADEP, o Congresso constituiu o forum no qual um abrangente conjunto de recomendações de diretrizes, estudos aprofundados e *position papers* foram apresentados, publicamente definindo a orientação da elite orgânica em relação às reformas institucionais e estruturais. Com a aura de formulação tecnocrática de diretrizes políticas, o Congresso propiciou a base lógica para a intervenção empresarial direta e pública na política brasileira, um verdadeiro programa de governo em potencial. Embora *ostensivamente* promovido por dois jornais do país, o *Correio da Manhã* (do Rio de Janeiro) e a *Folha de São Paulo*, o Congresso das Reformas de Base representou um esforço conjunto dos Grupos de Estudo e Doutrina do IPES de São Paulo e IPES do Rio, sincronizados com o apoio de organizações subsidiárias, grupos e indivíduos aliados. Garrido Torres, Dênio Nogueira e Paulo de Assis Ribeiro destacaram-se como figuras vitais na elaboração dos projetos, a qual envolveu trezentos participantes e a discussão de mais de cinqüenta tópicos, bem como a apresentação de oitenta propostas de diretrizes políticas.[96] O Grupo de Estudo e Doutrina preparou uma linha de ação básica que serviria para orientar os ipesianos presentes ao Congresso. A linha geral seria aquela incluída nos documentos já publicados.[97] As recomendações de diretrizes políticas eram liberadas regularmente através de publicações periódicas, entre outras, no *Jornal do Brasil*, na forma de Declarações Síntese.[98] Responsáveis por essa operação, Paulo de Assis Ribeiro e Dênio Nogueira revisavam os *position papers* e os colocavam em dia.[99] O influente senador Mem de Sá dava orientação quanto à forma de publicação dos vinte e três Documentos Síntese que surgiam como conclusões do Congresso para a Reforma de Base.[100]

As propostas de diretrizes políticas do Congresso cobriam três das principais áreas de interesse, a saber:

1) *ordem política*, que compreendia as Reformas Eleitoral, Legislativa, Administrativa, da Estrutura Política, do Judiciário e da Política Exterior;

2) *ordem social*, compreendendo a Reforma Agrária, a da Legislação Trabalhista, da Participação dos Lucros das Empresas, da Distribuição de Renda, da Política do Bem-Estar e Previdência Social, da Educação, a Habitacional, a Sanitária e de Saúde Pública;

3) *ordem econômica*, que incluía as Reformas Monetária e Bancária, Tributária, Orçamentária, da Legislação Anti-Trust, da Política de Comércio Exterior, de Serviços de Utilidade Pública, da Política do Uso de Recursos Naturais, como também a Reforma da Empresa Privada.[101]

Entre as equipes de discussão, coordenadores e aqueles responsáveis pela exposição de teses apresentadas nas seções de plenário, distinguiam-se Wanderbilt Duarte de Barros, Luiz Toledo Pizza Sobrinho, Manuel dos Reis Araújo e o General Frederico Rondon (Planejamento Regional e Nacional — Medidas Agrárias), Themistocles Cavalcanti (Legislação Trabalhista), Valentim Bouças[102] (Plano Qüinqüenal contra a Inflação), Fuad Buchain, Olympio Guilherme, Alírio de Salles, Luiz Cabral de Menezes, Manoel Linhares de Lacerda,[103] Décio Toledo Leite, A. F. Cesarino Júnior e Maurício de Carvalho (Treinamento Profissional), Jorge Oscar de Mello Flores (Estatização dos Seguros no Brasil), Rafael Noschese (Participação dos Empregados nos Lucros das Empresas), Joaquim Ferreira Mangia (Defesa Permanente dos Preços de Produtos de Exportação), J. H. Meirelles Teixeira (Reformas Constitucional, Partidária e Eleitoral), Pedro Brando (Marinha Mercante e Construção Naval), Antônio Pereira Magaldi (Reformas Sindical e Salarial), Rubens Gomes de Souza (Reforma Tributária), José Costa Boucinhas (Regulamento de Investimentos e Sociedades Financeiras), Rubens Rodrigues dos Santos (Organização do Tráfego Costeiro e Frota Mercante de Alto-Mar), Marcelo Damy de Souza Santos (Programa para a Produção de Energia Atômica), J. V. Freitas Marcondes (Reforma Agrária), Dorival Teixeira Vieira (Inflação Brasileira e seu Controle), Padre Felipe Nery Moschini (Reforma Agrária), Joaquim Peixoto Rocha (Reforma Bancária), Rui de Azevedo Sodré (Participação dos Empregados nos Lucros das Empresas), A. F. Cesarino Júnior (A Participação nos Lucros dentro de um Programa de Reformas Básicas), Otto Gil (Reformas Básicas em Assuntos Tributários), Renato Costa Lima e Walter J. Santos (Auto-Suficiência de Alimentos). Pela abrangência e qualidade das teses apresentadas, mostrava-se claramente que a elite orgânica empresarial desenvolvia não só uma campanha estruturada para alcançar o poder, mas também um programa de Governo. Ela visava a reforma do Estado e havia preparado um coerente conjunto de diretrizes alternativas para as propostas do Executivo Nacional-reformista. Na encruzilhada histórica de 1963, a elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD constituía a única força social entre as classes dominantes que possuía um projeto e um modelo coerentes e coesos para o país. Em abril de 1964, tinha também o meio político, técnico e militar de realizá-lo. Depois de 1964, o cerne das propostas do Congresso para as Reformas de Base preparadas nos grupos de estudo do complexo IPES/IBAD, foi adotado como as diretrizes para inúmeras reformas administrativas, constitucionais e sócio-econômicas, implementadas pelo novo governo militar.

Guerra psicológica através do rádio e televisão: A elite orgânica, por meio de seu Grupo de Opinião Pública e o Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo, mostrava-se bem dinâmica no Rádio e Televisão, onde a máxima cobertura era dada a seus militantes, bem como apoio às suas atividades e idéias. Através da mídia audiovisual organizava um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o Executivo. Procurava também moldar opiniões dentro das Forças Armadas, infundindo o senso de iminente destruição da "hierarquia, instituições e da na-

ção"[104] e estimulando uma reação quase histérica das classes médias que, por sua vez, fortaleciam a racionalização militar para a intervenção. Finalmente, visava a contrabalançar a sua própria mensagem social, econômica e política com o impacto da ideologia nacional-reformista do governo dentro das classes trabalhadoras. Nessas atividades o IPES procurava manter-se afastado da notoriedade, deixando para o IBAD e a ADEP/Promotion S.A. um papel relativamente público.

A elite orgânica montou, de fato, uma eficiente e poderosa rede de relações públicas e perícia profissional nos campos da comunicação e propaganda.[105] O IPES fez amplo uso da televisão em sua campanha contra o governo, a esquerda e o trabalhismo, apresentando programas semanais na maioria dos canais a nível regional e nacional.

À medida que se aproximavam as eleições de outubro de 1962 para o legislativo, tornavam-se elas uma preocupação central para a elite orgânica do complexo IPES/IBAD, que desenvolvia planos para influenciar a opinião pública. Esforços foram concentrados através da mídia audiovisual de forma jamais vista no Brasil até então.

Visando a modelar a opinião pública a seu favor até as eleições, o IPES produziu quinze programas de televisão para três canais diferentes, o que lhe custou 10 milhões de cruzeiros. Gilbert Huber Jr. se incumbiu de levantar os fundos, embora insistisse que sem transmissões de "assuntos políticos" ficaria impossibilitado de motivar os possíveis patrocinadores. O General Golbery retrucava que nas atuais circunstâncias não havia assunto relevante que não fosse político. A "premência" da situação política teria de ser levada aos futuros contribuintes por meio de uma bem organizada campanha dos Grupos de Opinião Pública e Integração.

José Luiz Moreira de Souza propôs entrevistas a serem realizadas por jornalistas selecionados de Recife, Paraná, Rio, São Paulo e outros centros-chave e cobrir os quatro cantos do país com as mensagens políticas de orientação ipesiana. Os entrevistados teriam de ser pessoas escolhidas de renome nacional. Os jornalistas então submeteriam um questionário fornecido pelo IPES sobre problemas, como o "Custo de Vida", a "Aliança para o Progresso", "Educação" e "O que você pensa sobre uma posição de centro?", cujas respostas, em linhas gerais, eram preparadas com antecedência. O senador Mem de Sá e outras quatorze figuras públicas foram escolhidas para participar. Os jornalistas vinculados ao IPES também procurariam engajar os jornais a que eram ligados, a fim de propiciarem a cobertura dos eventos e a necessária ressonância.[106] Compunham a reserva de oradores com a qual o IPES esperava contar para essa operação: Carlos Lacerda, Carvalho Pinto (o então governador de São Paulo), o General Juracy Magalhães (governador da Bahia), Mem de Sá, Egydio Michaelsen (candidato ao governo do Rio Grande do Sul), Daniel Faraco (Deputado pelo Rio Grande do Sul), Loureiro da Silva (prefeito de Porto Alegre), Lopo Coelho (presidente da Assembléia Legislativa da Guanabara), Raul Pilla (Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul), Milton Campos (Senador por Minas Gerais), Gilberto Freyre (historiador e diretor do Instituto Joaquim Nabuco, de Pernambuco), Raquel de Queiroz (escritora), Guilherme Borghoff (presidente da COPEG), Lélio Toledo Pizza (empresário de São Paulo), Miguel Vita (empresário-Fratelli Vita, da Bahia), Octavio Marcondes Ferraz (empresário de São Paulo), Clemente Mariani (banqueiro da Bahia e Minis-

tro do governo de Jânio Quadros), o Deputado João Mendes (líder da ADP), Ernesto Leme (Reitor da Universidade de São Paulo), Dom Helder Câmara (Bispo do Rio de Janeiro), Dom Vicente Scherer (Arcebispo de Porto Alegre), Dom Fernando Gomes dos Santos (Arcebispo de Goiás), Dom José Távora (Bispo de Aracaju), o Padre D'Ávila (vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica), João Camilo de Oliveira Torres (escritor e historiador), Fernando Sabino (escritor), Hélio Beltrão (tecno-empresário do Rio de Janeiro), Álvaro Americano (empresário do Rio de Janeiro), Octávio Gouveia de Bulhões (tecno-empresário do Rio de Janeiro), Edgard Teixeira Leite (vice-presidente do Conselho Nacional para a Reforma Agrária), Júlio de Mesquita Filho (proprietário de *O Estado de São Paulo*), Frederico Heller (da Consultec), Rubem Berta (presidente da Varig), Raymundo Padilha (Deputado Federal — ADP), Flexa Ribeiro (UDN), Sérgio Marinho (Senador), Miguel Reale (Jurista e Empresário), Aluísio Alves (governador do Rio Grande do Norte), Euclides Aranha (empresário), Conceição Neves (Deputada Estadual de São Paulo), Fernando Ferrari (líder do Movimento Trabalhista Renovador, uma facção direitista do PTB) e Edgard Santos (Reitor da Universidade da Bahia). Depois de uma avaliação tática do conjunto dos nomes, uma lista reduzida foi entregue a Glycon de Paiva, em uma reunião do Comitê Executivo do Rio. Incluíam-se nela Lacerda, Carvalho Pinto, Aluísio Alves, Juracy Magalhães, Mem de Sá, Milton Campos, Daniel Faraco, Lopo Coelho, Raquel de Queiroz, Lélio Toledo Pizza, Euclides Aranha, Luís Carlos Mancini, João Mendes, Dom Vicente Scherer, Hélio Beltrão, Álvaro Americano, Octávio Gouveia de Bulhões, Rubem Berta, Raymundo Padilha, Miguel Reale e J. Marinho. Os programas, conforme o General Golbery, teriam que seguir uma linha mista "tendo um denominador comum — a democracia",[107] que era entendida como uma ampla plataforma capitalista oposta a João Goulart, ao posicionamento populista e ao da esquerda.

Em julho de 1962, já havia um esquema montado para o que se denominou o Encontro de Democratas com a Nação. Ele relatava seus objetivos fundamentais como sendo aqueles de fortalecer o que o IPES chamava de "Convicções Democráticas do Povo", principalmente em relação às já próximas eleições para o legislativo em outubro de 1962, para dar força à voz dos "moderados" em meio ao confronto entre extremas direita e esquerda, orientando a escolha eleitoral "no sentido de conter o contínuo processo de crescente radicalização da vida política brasileira". Alguns dos temas a serem tratados eram:

a) que se poderiam resolver todos os atuais problemas do país dentro de um marco democrático;

b) que a radicalização do processo político interessava apenas a elementos aventureiros, irresponsáveis ou antidemocráticos a "serviço de ideologias alheias ao sentimento cristão do nosso povo", bem como

c) a permanência de um regime de iniciativa privada e livre empresa como a condição *sine que non* para a solução dos problemas que afetavam o país.

Decidiu-se por quatorze sessões semanais, de trinta minutos cada, através da rede nacional de televisão. Os programas receberiam ampla cobertura do rádio e da imprensa. Entrevistas seriam feitas com elementos dos mais diversos segmentos da sociedade, "todos com aceitação prévia dos fundamentais objetivos do programa e total acordo com as idéias gerais mencionadas acima". Escolher-se-

iam jornalistas das várias regiões do país. Em cada sessão haveria um debate em linguagem acessível ao grande público e sem detalhes técnicos que pudessem obscurecer a mensagem política; o debate versaria sobre dois ou mais dos principais problemas já em discussão através da campanha orientada pelo Grupo de Opinião Pública. Incluíam-se entre esses temas: a Reforma Agrária, Desenvolvimento e Inflação, Reforma Tributária, Participação dos Empregados nas Empresas, a Aliança para o Progresso, Capital Estrangeiro, Papel da Universidade na Vida Nacional, Planejamento do Estado versus Livre Iniciativa, Democracia e Comunismo, Parlamentarismo versus Presidencialismo, Reforma Eleitoral e Sindicalização Rural e Urbana.[108]

A elite orgânica mantinha uma série de programas políticos em São Paulo, que contava com a participação de figuras proeminentes nacionais e regionais para expressar suas opiniões sobre os acontecimentos da época. Esses programas foram especialmente intensificados nos críticos meses das eleições e pós-eleições, isto é, outubro e novembro de 1962. Alguns de seus participantes eram: Jamil Munhoz Bailão (sobre Democratização do Capital e Reformas Básicas), Padre Godinho, deputado da UDN, Carmen Prudente, diversos líderes da Ordem dos Advogados, José Rotta, pelego de sindicato, Francisco Campos, jurista e mentor do Estado Novo (sobre um Panorama da Situação Brasileira), Pedro Aleixo, deputado da UDN (sobre as *Eleições de outubro* e A Crise de Autoridade), o Senador Mem de Sá (sobre Remessa de Lucros, Inflação e Custo de Vida), João Mendes (sobre Resistência às Pressões Demagógicas), Padre D'Ávila (sobre "Solidarismo Cristão" — doutrina de solidariedade social cristã, da qual era ideólogo — e também sobre Ordem Social), o General Juracy Magalhães (sobre os Problemas Políticos do Nordeste), Milton Campos (Parlamentarismo), W. Menezes (sobre Problemas do Trabalhador), Alberto Betanye (sobre Soluções para os Problemas dos Trabalhadores dentro do sistema capitalista), Raquel de Queiroz (sobre "Falso Nacionalismo"), Sandra Cavalcanti (sobre o Eleitorado da Guanabara e Demagogia) e Leda Collor de Mello (Cooperação da Empresa Privada na Previdência Social). Os Grupos de Estudo e Doutrina do IPES preparavam a linha de argumentação.[109] Outra série de programas, na TV Cultura, despertava interesse especial, onde personalidades dos mais diversos setores da sociedade, cujas opiniões "harmonizavam-se aos objetivos do IPES", eram entrevistadas sobre assuntos de interesses populares e das classes médias, assim como assuntos da atualidade. Segundo Flávio Galvão, a liderança do IPES de São Paulo pretendia trazer periodicamente a esses programas figuras públicas do Rio e de São Paulo. Visando a elaborar a argumentação, o Grupo de Doutrina e Estudo esquematizava uma lista de temas. Entre as personalidades do Rio destacavam-se: o General Golbery do Couto e Silva ("Nacionalismo Democrático"), Luiz Carlos Mancini (Progresso Econômico e Justiça Social), o General Jurandir Bizarria Mamede (sobre as Forças Armadas e Democracia), José Garrido Torres (sobre a Livre Iniciativa) e Raymundo Padilha (sobre investigação Parlamentar na União Nacional dos Estudantes).[110] Foi também levado em consideração o General Lyra.[111]

Juntamente com o IBAD, o IPES patrocinava também várias outras séries de transmissões na televisão, tais como "Frente a Frente" e apresentações individuais de questões polêmicas, entre elas "Que Pensa Você sobre a Reforma Agrária?", na TV Cultura, a avaliação de Carvalho Pinto pelo rádio e televisão da situação política,[112] a Reforma da Constituição e a Defesa da Democracia, por

Herbert Levy, na TV Tupi,[113] a discussão dos Problemas Nacionais, por João Calmon, na TV Cultura, o importantíssimo apelo e discurso público do Almirante Sílvio Heck, através da TV 4 de São Paulo, lançando a Frente Patriótica Civil Militar[114] e o discurso de Mem de Sá depois da realização do Congresso de Reformas de Base.[115]

O IBAD mostrava-se muito ativo no sul do País, especialmente por meio da TV Paraná, onde ele mantinha dois programas políticos-chave.[116] A elite orgânica, principalmente por intermédio do IPES, conferia ajuda, patrocinava e coordenava uma maciça campanha na televisão em prol da Aliança para o Progresso, coordenada com suplementos de jornal e distribuição de panfletos. Patrocinava, também, o programa de Gilson Amado, "TV Escola",[117] e a série "Capitães do Progresso", trinta semanas de programas em Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Salvador e Brasília.[118]

A rede de propaganda geral e doutrinação do IPES se incumbia de fazer circular e retransmitir por todo o país material para televisão que se produzia no Rio e em São Paulo, fazendo um bom uso das linhas aéreas, estações de televisão e outras agências amigas.[119] Objetivando coordenar atividades de análise da conjuntura e manter uma presença constante junto à opinião pública sobre os assuntos da atualidade, o IPES montou um "bureau de oradores". No Rio, essa ação era liderada por Harold Polland, Nei Peixoto do Valle, Oswaldo Tavares e Rui Gomes de Almeida, enquanto que, em São Paulo, Flávio Galvão dirigia tais operações.[120]

De julho a setembro de 1962, antes das eleições de outubro para o Congresso, a Promotion S.A. patrocinou programas em nome da ADEP, em treze estações de televisão em todo o país, muitos dos quais eram retransmitidos por várias emissoras de rádio, num total de 312 estações. Nesses programas, conhecidas figuras públicas da direita discutiam os assuntos de atualidade. As estações colaboradoras cobravam 450 mil cruzeiros por programa de trinta minutos de duração, com duas apresentações semanais, perfazendo um total de 140 milhões de cruzeiros. Os programas apresentados eram: "Esta é a Notícia", "Assim é a Democracia", "Democracia em Marcha", "Julgue Você Mesmo", "Estado do Rio em Foco" e "Conheça seu Candidato".[121]

Em "Assim é a Democracia", a ADEP patrocinava e promovia a apresentação de políticos da ADP e empresários como o Padre Godinho, Antônio Feliciano, Alípio Correa Netto, Araripe Serpa, Paulo Lauro, Hamilton Prado, Aniz Badra, Arnaldo Cerdeira, Agenor Lino de Mattos, Menotti del Picchia, Jamil Gadia, Yukishique Tanura, José Henrique Turner, Scalamandré Sobrinho, Abreu Sodré, Mário Covas, Cunha Bueno, José Menck, Tufic Nassif, Herbert Levy, Homero Silva, Antônio Magaldi, Valério Giuli, Chaves do Amarante, Dante Perri e Mário Beni.[122]

A elite orgânica se aproximou de inúmeros produtores, atores e diretores famosos de programas de televisão, tais como Gilson Arruda e Batista do Amaral. Favorecia o uso de programas cômicos, quando possível. Rui Gomes de Almeida observava que uma piada contra um político provocaria um "dano enorme". Negava, ao contrário, o apoio aos atores que não cooperassem ou agissem contra os programas, as linhas de raciocínio e as pessoas que o IPES patrocinava. Tal foi o caso do humorista Chico Anísio, sagaz observador da realidade social. Outra vítima desse tipo de pressão foi Arapuã, o colunista amplamente lido da *Última*

Hora que mantinha uma seção na qual havia freqüentes críticas humorísticas à diretriz política dos Estados Unidos. Ele foi forçado a deixar o jornal em 1962.[123]

Finalmente, a elite orgânica era capaz de bloquear indivíduos e programas indesejáveis e desfavoráveis. Era compreensível que ela não encontrasse muitas dificuldades em fazer isso. Em outubro de 1959, a poderosa Associação Brasileira de Anunciantes — ABA havia sido fundada com o objetivo de reunir os principais anunciantes, estabelecer entre eles condições para a defesa mútua de seus interesses, bem como a discussão de assuntos relacionados à publicidade e promoção de vendas.[124] Os treze membros fundadores da ABA, assim como as companhias que se reuniram a ela mais tarde, eram relacionados ao IPES como contribuintes financeiros diretos e através da participação de seus diretores em níveis executivos do IPES.[125] Foi precisamente com o intuito específico de coordenar suas atividades e produzir uma diretriz comum que se realizou no IPES, em meados de 1962, uma reunião dos grandes anunciantes da televisão.[126]

O rádio era um poderoso meio de doutrinação geral e um valioso foco para se montar ações ofensivas contra o Executivo, principalmente em um país com massas de pessoas pobres, sem condições de terem televisões. Além disso, sendo analfabeta uma grande proporção da população e, conseqüentemente, não atingida pelas atividades doutrinantes da imprensa escrita, o rádio transístor, relativamente barato e acessível nos mais recônditos cantos do país, representava uma ajuda considerável para a elite orgânica. Como acontecia com a televisão, o IPES não patrocinava abertamente os programas de rádio. No entanto, suas ligações com o rádio não eram apenas em forma de apoio financeiro aos programas semanais anticomunistas, dirigidos a um público de classes trabalhadoras, como os da Rádio Tupi de São Paulo,[127] mas também de patrocínio de uma variedade de programas e figuras públicas, conferências e discussões.

Fazia-se grande parte da propaganda da elite orgânica pelo rádio, com o ostensivo ou encoberto patrocínio da ADEP e da Promotion S.A. Em 1961, o IBAD apresentava programas de rádio em trinta e quatro das principais cidades. Em julho de 1962, ele tinha cinqüenta e um programas em horários nobres durante a semana e transmissões especiais nos fins de semana. No auge de suas atividades, dispunha de mais de oitenta apresentações semanais no rádio, para todo o país, nos horários especiais. No apogeu da campanha anterior às eleições, financiava mais de trezentos programas diários praticamente controlando o horário nobre das estações de rádio do país.[128] Através de 82 estações, transmitia programas como "Congresso em Revista" e "A Semana em Revista".[129] Produzidas em linguagem popular, tais apresentações levavam aos ouvintes os pontos de vista da elite orgânica que, por sua vez, também formava sua própria "Cadeia de Democracia", compreendendo mais de cem estações de rádio em todo o Brasil. De outubro de 1963 até o golpe de abril de 1964, as estações de rádio dessa rede organizada por João Calmon (dos Diários Associados), entre outros, entravam no ar exatamente no mesmo horário em que as do líder trabalhista Leonel Brizola, interferindo assim efetivamente na sua transmissão e desfechando fortes ataques à esquerda e ao trabalhismo.[130]

O IPES também procurava a ajuda de Raul Brunini da Rádio Mundial do Rio de Janeiro, emissora de grande audiência, e a de Alziro Zarur, político populista cristão de direita, que causava grande impacto nas favelas urbanas e com penetração nos setores de Umbanda.[131] Políticos profissionais serviam de fontes

de avaliação e de assessores na eficiência e relevância da campanha de propaganda do IPES, relatando ao Comitê Executivo suas próprias impressões e as que haviam coletado entre o público em geral. Nesse respeito, o Senador Mem de Sá sobressaiu-se, em decorrência de sua capacidade e influência.[132] Ele representava uma das mais importantes ligações encobertas que o IPES mantinha no Congresso. Como parte de sua função de assessoria, Mem de Sá conclamou a liderança do IPES a enfatizar que o "desenvolvimento" só poderia ser alcançado através de mais segurança e da liberdade de ação da empresa privada.

As personalidades de teatro e de televisão conferiram uma ajuda representativa, como Carlos Lage, ligado ao líder ipesiano Gilbert Huber Jr.[133] Isso proporcionava uma forma *sui generis* de intervenção "cultural". O IPES apoiava o Teatro SAJE de São Paulo, incumbindo-se da folha de pagamento do seu pessoal.[134] O líder Luís Cássio dos Santos Werneck era responsável pelos contactos nessa área. O Grupo de Opinião Pública também tomou parte ativa no preparo e distribuição de filmes de propaganda.

Guerra psicológica através de cartuns e filmes: O IPES procurava atingir um vasto público alfabetizado pelo uso de cartuns e charges. O "Diálogo Democraticus" era publicado em quatro jornais bastante vendidos nos setores populares e da pequena burguesia (*O Dia*, a *Luta Democrática*, a *Última Hora* e *O Globo*), enfatizando valores como a iniciativa privada, a produtividade e a pluralidade política, assim como a rejeição de diretrizes políticas "estatizantes" ou socialistas.[135] A importância dos cartuns mostrava-se bem grande em um país onde um grande segmento da população tinha limitada capacidade de leitura. Esse fato, devidamente percebido pela elite orgânica, incentivou a vasta divulgação de livretos, revistas, cartuns na imprensa e folhetos que popularizavam a mesma linha de argumentação desenvolvida pelo complexo IPES/IBAD em outros setores da mídia, embora dirigidos a outras seções do público.[136]

Para atingir um público grande, o IPES dependia de uma série de filmes extremamente eficazes, produzidos por ele próprio e de outras fitas às quais obteve acesso. Eles eram apresentados em todos os cinemas pelos quatro cantos do país, tanto em seções regulares quanto especiais. Eram passados em um "sistema de cadeia", por arranjo feito com empresas de distribuição e donos de cinemas ligados ao IPES. Organizações subsidiárias e relacionadas, como o Serviço Social da Indústria — SESI, circulavam filmes feitos pelo IPES. A televisão também os exibia, como era o caso do programa de atualidades populares de Silveira Sampaio.[137]

Objetivando atingir aqueles que não tinham condições financeiras para adquirir uma entrada de cinema, o IPES montava projetores em caminhões abertos e ônibus com chassis especiais, mostrando os filmes não só nas favelas e bairros urbanos mais pobres das maiores cidades do Brasil, mas também por todo o interior dos Estados.[138] Esse projeto seguia a idéia lançada por Oswaldo Tavares, de um "cinema ambulante" para as seções mais pobres do Rio. Algumas das grandes companhias supriam o IPES da infra-estrutura técnica necessária, como a Mesbla S.A., que contribuía com equipamento de projeção e outras exigências. A Mercedes Benz e a CAIO, uma das maiores montadoras de carrocerias de ônibus e caminhões do Brasil, ajudavam com transporte.[139] Com o apoio de gerentes e proprietários, passavam-se filmes também para consumo dos trabalhadores nas

fábricas localizadas nos centros industriais das cidades grandes. A fita principal era, geralmente, um faroeste americano, enxertada com uma curta metragem do IPES, que variava de um apelo para a harmonia social entre as classes a um comentário sobre a exploração de estudantes com fins políticos.[140]

Jean Manzon, o maior produtor de documentários comerciais do Brasil, fez alguns dos filmes para o IPES, bem como ajudou a divulgá-los.[141] Entre esses filmes incluíam-se: "O IPES é o seguinte", "O Que é o IPES?", "História de um Maquinista", "Nordeste Problema n.º 1", "Criando Homens Livres". Outros apresentados por intermédio dessa cadeia de propaganda eram: "Que é a Democracia?", "Vida Marítima", "Portos Paralíticos", "Asas da Democracia", "Conceito de Empresa", "A Boa Empresa", "Deixem o Estudante Estudar", "Uma Economia Estrangulada", "Papel da Livre Empresa".[142] Responsabilizaram-se por essas operações José Rubem Fonseca e Luís Cássio dos Santos Werneck.[143]

O IPES de São Paulo, por iniciativa própria, produziu alguns filmes, assim como uma série sobre problemas brasileiros, tais como "Reforma Eleitoral", "Reforma Agrária", "Estatismo" e "Livre Empresa". Patrocinou "Filhos da Demagogia", feito pelo senador Auro de Moura Andrade, um dos maiores proprietários de terras de São Paulo.[144] O CONCLAP também produziu alguns filmes e a organização Rearmamento Moral, sediada nos Estados Unidos, com a qual o complexo IPES/IBAD mantinha um estreito relacionamento, forneceu vários outros. As cópias desses filmes ficavam sob a custódia de Luiz Severiano Ribeiro, o maior proprietário de cinemas e distribuidor de filmes do Brasil,[145] cujo apoio foi de fato muito útil.[146]

Companhias de publicidade contribuíam financeiramente para a produção de filmes que transmitiriam mensagens específicas do IPES e a ideologia empresarial. Essa operação foi discutida por J. B. Leopoldo Figueiredo e o publicitário David Monteiro que, para essa tarefa, colaboraria com Emil Farah, da McCann Erickson Publicidade e a revista *Visão*.[147]

Os filmes não visavam apenas o consumo do operariado industrial, trabalhadores rurais ou o lumpen-proletariado. Aqueles produzidos em São Paulo eram apresentados em lugares tão exclusivos como o Monte Líbano e outros clubes sociais paulistas, o Lyons Clube e a Escola de Polícia de São Paulo.[148] Ricardo Cavalcanti de Albuquerque[149] se encarregou da exibição de fitas para a indústria e o comércio e algumas outras entidades. Filmes eram também mostrados em universidades, através da penetração do IPES nos Grêmios Estudantis, como no caso da Faculdade de Medicina de São Paulo e a Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. A. C. Pacheco da Silva[150] tomou a si a responsabilidade dessas operações.

Finalmente, o IPES também produziu uma série de filmes com um duplo apelo às Forças Armadas e ao público em geral, difundindo e legitimando o papel de "construção nacional" dos militares. Elaboravam-se filmes sobre a Marinha Mercante, a Força Aérea, a Marinha de Guerra e o Exército. Conforme Luís Cássio dos Santos Werneck, algumas das fitas deveriam ser feitas pelo Canal 100, de Carlos Niemeyer, produtor de curtas-metragens e de filmes de atualidades.[151] José Rubem Fonseca foi incumbido de estudar os roteiros com o próprio Carlos Niemeyer.

O IPES recebia, ainda, o apoio de fontes estrangeiras principalmente da embaixada americana. Nei Peixoto do Valle mantinha contactos com Harry Stone,

o representante da Motion Pictures, o qual também fazia o fornecimento de material básico.[152]

Doutrinação específica

Esta seção descreve as atividades que pretendiam moldar o setor empresarial em uma classe "para si" e impeli-la para a ação, apoiando e participando diretamente do esforço geral liderado pela elite orgânica.

Como Glycon de Paiva expressou, o lema do IPES para os empresários deveria ser: "se você não abandona os seus negócios por uma hora hoje, amanhã não terá negócio algum para se preocupar".[153] A doutrinação específica desenvolvida pelo IPES visava também uma mobilização do sempre crescente número de intelectuais, jornalistas, estudantes universitários e de militares das Forças Armadas em direção a uma "vontade comum", definida pelo emergente bloco de poder. O resultado das atividades ipesianas foi dissimular as demandas específicas do bloco multinacional e associado no conjunto das várias pressões de um espectro mais amplo de interesses e ação de classe. Concomitantemente, isolava-se o Executivo de João Goulart e neutralizavam-se as posições de caráter reformista-distributivo, no interior das classes dominantes. Os Grupos de Doutrina, Estudo, Integração, Opinião Pública do Rio e os grupos encobertos do IPES de São Paulo desenvolviam a maior parte dessas atividades.

Os Grupos de Doutrina proviam instrução ideológica para ser disseminada entre os associados do complexo IPES/IBAD. Julgou-se necessária essa doutrinação para que houvesse um denominador comum entre os associados do IPES, quando participassem de reuniões privadas, simpósios, conferências, entrevistas, ou qualquer outra forma de manifestação pública, quer política, quer ideológica. A formação dessa consciência de classe e posicionamento político comum era considerada de suma importância, tanto para a ação do IPES sobre o sistema político quanto para o desenvolvimento da organização como um todo.[154]

O complexo IPES/IBAD não apenas desenvolvia uma campanha ideológica visando suas próprias fileiras de empresários, militares e categorias funcionais, mas também doutrinava o bloco burguês em geral, em uma operação que dentro do IPES se conhecia por "projeção de doutrina". A elite orgânica patrocinava e organizava conferências, discussões e simpósios em escolas, faculdades, residências, clubes sociais e esportivos, associações estudantis e profissionais e nos próprios escritórios do IPES. Muitos dos participantes eram então recrutados pelas unidades políticas do Grupo de Integração. O General Heitor Herrera manipulava os detalhes. A mensagem que a elite orgânica disseminava de marcante tom anticomunista e objetivos sócio-econômicos modernizantes, envoltos em uma aura profissional-tecnocrata, exercia uma grande atração sobre novos recrutas entre os empresários, militares e as classes médias. Ela servia ao propósito de sustentar e fomentar a legitimidade do envolvimento antigovernista das Forças Armadas na política.

Uma medida de êxito da máquina de propaganda da elite orgânica foi mostrada em meados de 1963, quando atitudes políticas populistas e nacional-reformistas foram reveladas pelo IPES e reconhecidas pelas classes médias, as Forças Armadas e empresários como fenômenos interligados, fortalecendo, assim, tanto a sua rejeição ao regime quanto aos seus críticos do trabalhismo e da esquerda

Objetivando sublinhar repetidamente a mensagem do complexo IPES/IBAD, fez-se uso de vários métodos, destacando-se como muito populares os cursos político-econômicos. Esses cursos eram administrados por membros civis e militares da elite orgânica, que disseminavam entre a intelectualidade orgânica empresarial os conceitos e as preocupações com segurança e desenvolvimento calcados em premissas empresariais. Freqüentavam as sessões os industriais, banqueiros, técnicos e militares.[155]

Sem vinculá-los ao IPES, este indicava um grupo de seus diretores para cada lugar onde houvesse um seminário, em um número tal que os permitisse estabelecer o tom e os objetivos da discussão posterior à conferência, assegurando assim sua influência.[156] Esses diretores se reuniam antes dos seminários, a fim de fixar as normas gerais de orientação dos referidos seminários e conferências, que de modo geral se realizavam com a cobertura de uma associação de interesses classistas, como as Associações Comerciais e Federações Industriais, assim como as Sociedades Rurais, entidades culturais, profissionais e esportivas. Os temas tratados naqueles seminários patrocinados e organizados pelo IPES refletiam o sofisticado nível da elite orgânica.[157] Além disso, valendo-se da coincidência de alguns de seus líderes e associados com os da ESG e da ADESG, o IPES organizava e participava de cursos para empresários e igualmente para militares. Ao final de 1962, o líder José Ely Coutinho informava à liderança do IPES sobre a organização de um Curso de Defesa Nacional na Sociedade Harmonia de Tênis, o clube social e esportivo paulista, curso este modelado a partir de um anteriormente dado no Jóquei Clube, sob o patrocínio da ADESG.[158] Dos ipesianos, participaram Pacheco e Silva e Luís Cássio dos Santos Werneck.[159]

No Clube de Engenharia de São Paulo, centro para discussão profissional e articulação política, foi estabelecido um ciclo de conferências sobre as "Causas da Inquietação Social no Brasil".[160] Um outro centro de disseminação ideológica era a Fundação Lowndes, formalmente instituída em dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. Sua patrona era Vivian Lowndes, uma contribuinte do IPES e esposa do líder Donald Lowndes, que era o presidente. A Fundação oferecia cursos ideológicos e proporcionava os pontos de referência aos empresários e seus executivos. Contava como seus professores os associados do IPES ou pessoal a ele ligado.[161]

O complexo IPES/IBAD não confiava apenas nos intelectuais orgânicos locais para disseminar suas opiniões. Alguns europeus e americanos também participavam. O IPES trouxe da França a militante escritora de direita Suzanne Labin, cujos livros ele distribuiu. A escritora francesa proferiu conferências sobre as *Táticas de infiltração comunista* e a *Guerra política* para as mais variadas platéias, em tão diversificados lugares do Rio e de São Paulo como a ADESG, a ESG, o Centro de Indústrias do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Armadores, o Colégio Santo Inácio, o Teatro Municipal, o Instituto de Educação do próprio IPES, o Automóvel Clube e o Colégio Mackenzie. Houve conferências e reuniões em outras cidades, como Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba.[162]

A elite orgânica promovia conferências e seus membros faziam palestras na Federação das Indústrias de São Paulo, no CONCLAP, no Forum Roberto Simonsen, na Associação Comercial do Rio de Janeiro e em outras associações de classe por todo o país. Nesse processo, o IPES não se limitava a condicionar apenas civis a aceitarem e defenderem uma determinada orientação de desenvolvimento.

Ele convidava oficiais militares para essas conferências e cursos, expondo-os às demandas e interesses empresariais, generalizados como "necessidades industriais nacionais". Nessa operação, os militares intensificavam a absorção de valores civil-empresariais. A congruência de valores já estabelecida através do relacionamento com a ESG se fortaleceu e as Forças Armadas passaram a ser projetadas como sócias empresariais e políticas "naturais" para essa determinada forma de desenvolvimento.[163]

A Igreja se tornou outro campo de batalha ideológica no governo de João Goulart e talvez um dos mais influentes canais para doutrinação. Ao final da década de 50 e início da de 60, o esforço para a mudança social permeou o clero e conflitos societários eram refratados nas clivagens ideológicas mais recentemente formadas. Novas percepções e posicionamentos pelos níveis mais baixos da hierarquia do clero e por figuras esclarecidas, como o Frei Tomás Cardonell, dominicano francês, e o Padre Henrique de Lima Vaz, professor de filosofia, começavam a desafiar a atitude tradicional da hierarquia e mesmo as posições de direita de figuras de centro como Dom Helder Câmara e Dom Eugênio Salles, Bispo de Natal.

As posições reformistas cristalizavam-se em organizações populares, como a Juventude Operária Católica, a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular, uma frente política multissetorial. A Igreja se mostrava fundamental para a elite orgânica, já que o clero proporcionava a tão necessitada comunicação com as bases sociais populares, constituindo-se na única estrutura nacional verdadeira além das Forças Armadas. Ela representava o órgão ideal para atingir as classes médias, das quais os estudantes, intelectuais, os movimentos femininos organizados e os militares obviamente faziam parte, assim como para agir por seu intermédio no seio das classes camponesas e as trabalhadoras urbanas.

Certa pressão sobre a Igreja foi exercida pelos associados do complexo IPES/IBAD, ligados às suas estruturas eclesiásticas e leigas, e também através da Opus Dei, organização que na América Latina, como na Espanha, apoiava o liberalismo econômico e sistemas políticos tecnocráticos em contraste com outros segmentos da Igreja daquela época.[164] Essas atividades do complexo IPES/IBAD tentavam incorporar o mais amplo espectro possível dos intelectuais católicos e figuras públicas também católicas que não eram aliados do governo ou que faziam oposição a ele. Assim, posições de certa forma discordantes eram reunidas por meio de uma mensagem não estruturada de Solidariedade Social-Cristã, que se mesclava com a visão modernizante-conservadora da elite orgânica. Desta forma, tão discrepantes figuras como Alceu Amoroso Lima e o extrema direita Gustavo Corção entraram para o "rebanho" político do IPES.[165] Adib Casseb, do Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo, estava envolvido em um programa de conferências e debates, que tentava convencer o público da "incompatibilidade do Socialismo e da Doutrina Social da Igreja".[166] Muitos dos intelectuais católicos voltados à reforma foram assim subtraídos do campo popular de João Goulart.

Paulo de Assis Ribeiro e José Garrido Torres, dois associados ipesianos com significativas ligações na hierarquia católica, organizaram um seminário para o princípio de 1963, sobre as "Reformas democráticas para um Brasil em Crise", que seria patrocinado conjuntamente pela Pontifícia Universidade Católica e a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa — ADCE[167]. Os seminários pro-

punham oferecer a "*resposta cristã à crise*" em oposição às soluções socialistas que eram apresentadas. Os participantes das mesas-redondas eram todos nomes conhecidos, compondo uma diversificada, e em certos casos até mesmo discrepante coleção de empresários, *tecno-empresários*, políticos e acadêmicos. Os membros dessas mesas compreendiam: Octavio Marcondes Ferraz, João Carlos Vital, Guilherme Borghoff, Clemente Mariani, Padre Velloso, João Paulo de Almeida Magalhães, Paulo Ayres Filho, Themístocles Cavalcanti, J. B. Leopoldo Figueiredo, Lucas Lopes, Oswaldo Tavares, Eugênio Gudin, Paulo Lacerda, Miguel Reale, Júlio Barata, o General Juarez Távora, Gustavo Corção, R. Cardim, E. Fischlowitz, Gilbert Huber Jr., Augusto F. Schmidt, Gilberto Marinho, Konder Reis, Eudes de Souza Leão, o General Betêmio Guimarães, Demerval Trigueiro, J. Irineu Cabral, Wanderbilt D. de Barros, John Cotrim, H. Penido, Álvaro Alvim, Raimundo Moniz Aragão, o General L. A. Medeiros, Glycon de Paiva, Walter R. Poyares, Suzana Gonçalves, Tarcísio Padilha, o Padre D'Ávila, Cândido Mendes de Almeida, João Camilo de Oliveira Torres, Edgar da Mata Machado, Raimundo Padilha, Joaquim Ferreira Mangia, Mem de Sá, Mário Henrique Simonsen e Mário da Silva Pinto. Faziam parte da comissão coordenadora: Celestino Basílio, José Carlos Barbosa Moreira, Daniel Faraco, José Garrido Torres, Paulo de Assis Ribeiro e os padres Laércio, D'Ávila e Beltrão. A Denisson Propaganda, de propriedade do líder ipesiano José Luiz Moreira de Souza e os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* e *O Jornal* cuidariam da promoção do evento.

O IPES também patrocinava um Centro para Pesquisa e Documentação Social e Política na Pontifícia Universidade Católica, bem como o estabelecimento de um curso sobre ciência política e social na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Ele distribuía aos responsáveis por "tomadas de decisão"[16] um conjunto de estudos e trabalhos sobre uma variedade de assuntos, grande parte deles incluída nas propostas das Reformas Básicas do IPES e do Congresso de Reformas de Base. Organizava ainda, através da PUC e dos Diretórios Acadêmicos, uma série de seminários, conferências e trabalhos de discussão com vistas ao corpo estudantil em geral.

As suas ligações com a Pontifícia Universidade Católica — PUC eram muito significativas. Ela supria o IPES de apoio intelectual — um campo de ação em virtude de sua população estudantil e acadêmica — e agia como um canal para a penetração nas classes médias. Funcionava também como um canal de contribuições financeiras.

O IPES dava assistência a diversas revistas apoiadas pela Igreja ou de orientação eclesiástica como a *Revista Ponte Pioneira* e uma outra mais intelectualizada, *Convivium*, dedicada aos "acontecimentos culturais e políticos" e ao "estudo e defesa dos valores de nossa civilização cristã ocidental".[169] Como nos outros casos o IPES "comprava" um considerável número de revistas para distribuição entre contribuintes e patrocinadores. A *Convivium* era escrita principalmente por professores universitários e intelectuais relacionados com a Igreja e publicada pela Associação de Cultura Brasileira Convívio, dirigida pelo padre Adolpho Crippa, teólogo e professor da PUC. O "Convívio", também assistido financeiramente pelo IPES, foi fundado em 1961 por um grupo de ativistas paulistas para funcionar como núcleo de elaboração ideológica e de doutrinação política. Milhares de militantes passaram pelos cursos de formação política do "Convívio". Como a ESG o faria entre os militares, o próprio IPES entre os empresários,

e intelectuais e ADP no meio partidário, o "Convívio", agindo na área da Igreja, dirigia seus esforços contra os inimigos comuns. Os empresários contribuíam para o "Convívio" por meio da UNAP — União Nacional de Amparo à Pesquisa, uma espécie de fundação, criada em 1963, e que dissimulava a presença do IPES. Essa organização agia por meio do Instituto de Formação de Líderes, uma agência de notícias e um Centro de Pesquisa. O Instituto oferecia cursos básicos aos estudantes, sindicalistas e outros setores do público, preparando-os para a militância ideológica e política em suas áreas específicas de atividade, oferecendo orientação, como também visando a ampla disseminação da mensagem do IPES. Os "melhores" alunos eram escolhidos para participar de cursos especializados para ativistas, tendo em mente, em especial, a organização estudantil e sindical. O Instituto preparava também ciclos de conferências destinados a doutrinar a opinião pública.[170] Apoiava, ainda, outros projetos do Padre Crippa, tais como a Escola Superior de Liderança e a organização de um seminário político, que viria a ser o centro de estudos do desenvolvimento. João Baptista Leopoldo Figueiredo indicou Paulo Edmur de Queiroz como o homem de contato e assessor dos projetos do Padre Crippa.[171] A agência através da qual esse centro operava era a Planalto, porta-voz do IPES, e hoje conhecida como Plana. Com relação ao Centro de Pesquisa, ele fornecia o molde para as atividades dos intelectuais de direita dedicados à análise da situação política. Esse trabalho era subsidiário do Grupo Doutrina e Estudo e ao do Grupo de Levantamento da Conjuntura do IPES de São Paulo. Essa seção publicava a revista *Convivium*.[172]

Procurando legitimar o seu posicionamento público, o IPES também intervinha em grupos aparentemente inofensivos. A Associação Cristã de Moços foi um deles.[173] Apesar de sua aparência e suas declaradas atividades esportivas e culturais, a ACM se envolvia profundamente em assuntos políticos. O aparecimento dos jovens da ACM e suas mães em passeata pelas ruas de São Paulo, expressando o seu temor pela "comunização" do país, representou uma forma eficaz de propaganda. A ACM se envolvia bastante na mobilização popular contra o governo, especialmente nas marchas de rua e comícios públicos, juntamente com organizações de mulheres das classes médias e outros grupos e movimentos patrocinados pelo IPES. Como foi relatado à liderança do IPES, "a ACM julgava conveniente manter a unidade do grupo que organizou o Comício Democrático na Praça Roosevelt em São Paulo".[174] Para conferir continuidade a seus esforços, ela procurou o auxílio do IPES. Era também um importante recurso para a infra-estrutura do IPES, já que ela proporcionava uma ampla rede de centros para reuniões, discussões, conferências e seminários. Seus arquivos, cuidadosamente organizados, supriam a elite orgânica de uma população-alvo identificável, para a disseminação de idéias nos vários bairros. Ela propiciava um valioso perfil das classes médias, reunindo pessoas de tipos de vida diversificados e faixas etárias diferentes. Valendo-se de sua imagem pública, a ACM conferia legitimidade institucional às atividades que não eram muito apropriadas ao lema da associação de jovens; ao mesmo tempo ela poderia também operar como uma unidade para "limpar" contribuições especiais.

Algumas das abordagens e temas dos seminários e conferências organizados pelo IPES que se realizaram nas sedes da ACM eram: "Executivos de Empresas e a Preservação da Livre Iniciativa", "A Responsabilidade da Empresa Privada diante da Sociedade", "Cooperação Econômica entre o Brasil e os Estados Unidos"

e "O Papel do Governo". Como um subproduto de suas tentativas de formar solidariedade de classe e elevar a consciência política entre empresários, executivos e gerentes, o IPES também disseminava nessas conferências a sua mensagem ideológica aos sócios classe média da ACM. Ressaltava, entre os organizadores de tais eventos, o empresário ipesiano Décio Fernandes Vasconcellos.[175]

A União dos Escoteiros do Brasil, liderada pelo Frei Daniel, também recebia assistência do IPES, através do Frei Metódio de Haas, que fora indicado pelo Arcebispo Dom Jaime de Barros Câmara.[176] O contato inicialmente se estabeleceu através de Eugênio E. Pfister com Paulo Ayres Filho. Guilherme Martins, da companhia Philips, foi procurado como um candidato à contribuição, por suas "ligações com as atividades de escotismo".[177] As contribuições aos escoteiros serviam para manter a imagem pública do IPES e o supriam de faturas legítimas por "despesas" feitas, bem como outro meio ambiente de classe média no qual operar.

O IPES também desenvolvia suas atividades de doutrinação através da Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural — FACUR, que fazia uso das sedes da Sociedade Rural Brasileira para os seus seminários e cursos. Nessas atividades estavam envolvidos os ipesianos José Ulpiano de Almeida Prado, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Pedro Galvão de Souza, da Faculdade Paulista de Direito, o Padre Raphael Llano, da Opus Dei, Adib Casseb e o Padre Domingos Crippa.[178] A FACUR também se envolveu intensamente na mobilização das classes médias contra o Executivo e especificamente na mobilização política das mulheres, organizada pelo IPES, o que será discutido detalhadamente no Capítulo VII.

Outro meio sistemático utilizado para levar a ideologia do IPES a recrutas e também para moldar a força social empresarial em um bloco burguês de poder era através de uma unidade especial, o Grupo de Educação Seletiva — GES e através do Instituto de Formação Social. O GES administrava dois cursos básicos, o Curso de Atualidades Brasileiras — CAB e o Curso Superior de Atualidades Brasileiras — CSAB, que continuaram a operar depois de 1964. Sob a responsabilidade de Oswaldo Breyne da Silveira, em São Paulo o IPES também organizava seminários, conferências e cursos especializados.[179] Conferia "bolsas de estudo" a estudantes, líderes sindicais urbanos e rurais e outros ativistas dos Círculos Operários da Universidade Católica de Campinas, do "Convívio", do Movimento Universitário de Desfavelamento e do Instituto Universitário do Livro, a fim de possibilitá-los a participar daqueles cursos.

Os cursos eram oferecidos a platéias diversificadas e em lugares diferentes, levando em consideração as suas diferenças culturais e intelectuais, assim como os seus papéis funcionais. Entretanto estimulava-se o intercâmbio entre os grupos, para assim "atenuar as barreiras de classe".

O programa de "educação seletiva" consistia em uma forma *sui-generis* de cooptar membros do aparelho do Estado e de outras classes. Ele começou com a intenção inicial de aproximar segmentos diferentes da classe empresarial e grupos funcionais de modo a "conviverem" intelectualmente. Um segundo estágio foi, então, apresentar-lhes o IPES e torná-los associados.[180]

O IPES considerava a composição de uma unidade de educação seletiva como ideal se formada por dez empresários, quatro profissionais liberais, dois sindicalistas das classes trabalhadoras, dois estudantes, dois jornalistas, cinco ipesianos

e três convidados "especiais".[181] Ele reservava dois lugares para candidatos eventuais que pudessem usufruir ou contribuir especialmente para qualquer curso específico.

Inicialmente os seminários seriam enxertados nas organizações existentes que tinham à sua disposição facilidades próprias, como a Associação Comercial, a Federação das Indústrias, o Clube dos Diretores Lojistas, o Centro de Engenheiros, a Reitoria da Universidade de São Paulo, a PUC, convidando para a direção de cada seminário um membro da respectiva organização onde o curso se realizava. Os ativistas dos Grupos de Doutrina e Estudo de São Paulo e os membros do Grupo de Integração e do Grupo de Estudo e Doutrina do Rio proveriam o apoio de infra-estrutura, assim como seriam os seus beneficiários.

Os objetivos dos cursos seriam "informar" os empresários, profissionais, tanto civis quanto militares, e os responsáveis pela formação de opinião pública, como jornalistas, líderes estudantis, militantes de sindicatos (as "diferentes classes da elite nacional", conforme o General João Batista Tubino, líder do IPES) sobre os problemas brasileiros dentro das perspectivas ideológicas do IPES.[182] Ele também cultivava esse solo fértil como uma fonte de novos recrutas. Formou-se posteriormente a Associação de Diplomados do IPES — ADIPES, uma organização de seus ex-alunos que visava mantê-los ligados ao IPES e com importantes funções depois de 1964. A ADIPES era estruturada no modelo da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra — ADESG, com funções semelhantes, compartilhadas também com o "Convívio". Conforme o associado ipesiano, o Coronel J. Vidal, a ADIPES era integrada ao Curso de Atualidades *Brasileiras*, servindo de um reservatório de ativistas[183] para a ação política e a pesquisa de diretrizes políticas.

Os cursos tinham a duração de três meses e eram organizados em três ciclos diferentes, destinados, segundo o General Tubino, a revisar "conceitos básicos nos campos de economia, sociologia e política" e a estudar os "aspectos principais da conjuntura nacional",[184] assim como pesquisar e estipular o referencial para a solução dos principais problemas da situação brasileira e a apresentar pesquisas feitas pelos grupos de trabalho de variados participantes.[185] Os conferencistas nas atividades do CAB consistiam, como sempre, em nomes conhecidos[186] e a estrutura desses cursos compartilhava semelhanças com os dos grupos de estudo e cursos da ESG. O CAB servia a outros objetivos também. Os cursos eram unidades de desenvolvimento de idéias, bem como de pesquisa em assuntos de interesse empresarial ou político.[187] O planejamento dos cursos visava constituir um esforço anti-ISEB, uma tentativa de se colocar uma alternativa para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o centro nacional-reformista de pesquisas e de formulação de opções políticas, que atraía acadêmicos, militares, jornalistas e estudantes.[188]

Finalmente, o Instituto de Formação Social — IFS, estabelecido em 1963, dedicava-se ao recrutamento de seguidores "em todos os níveis da sociedade brasileira" e à disseminação da ideologia do IPES. Representava uma conveniente cobertura para cursos de doutrinação entre as classes trabalhadoras e para o desenvolvimento de ativismo sindical. O IFS oferecia cursos para empresários, executivos e gerentes, assim como estudantes e ativistas femininas. Ele encarregava-se também de cursos especiais para ativismo de sindicatos e de camponeses.

Conclusão

É óbvio que a extensão de operações desenvolvidas e alcançadas pelo complexo IPES/IBAD em tantas áreas envolvia extraordinária perícia profissional e política, assim como surpreendentes recursos financeiros que ultrapassavam bastante o que o IPES oficialmente declarava como sendo suas despesas.

O bloco multinacional e associado, através de sua elite orgânica, era capaz de englobar o apoio de amplos círculos das classes dominantes, na sua tentativa de formar um novo bloco histórico. A elite orgânica não confiava unicamente na força material que o seu domínio econômico lhe conferia para exercitar uma efetiva liderança das classes dominantes.

Tornava-se claro que, a partir de suas diretrizes políticas e de sua ação, a elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD sentia a necessidade de uma atividade ideológica que levasse ao estabelecimento de sua hegemonia dentro da classe dominante, como um meio de subir ao poder. A formação de um bloco burguês militante e sua liderança político-militar pela elite orgânica mostrava-se uma condição necessária na luta do emergente bloco de poder para harmonizar sua predominância no campo econômico com a sua autoridade política e a sua influência no aparelho do Estado. A formação de um bloco burguês militante sob a liderança da elite orgânica era também necessária para alcançar a contenção das classes subordinadas e a exclusão dos interesses tradicionais.

Embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo. Ademais, os efeitos das atividades do complexo IPES/IBAD acarretavam conseqüências sobre a capacidade do Executivo e da esquerda trabalhista de compor um alinhamento exeqüível para realizar suas reformas distributivas e medidas nacionalistas. Porém, a contenção ideológica das classes populares e a mobilização ideológica das classes médias por si próprias não eram suficientes para levar a uma troca de regime. A contenção ideológica era suplementada e coordenada com outras atividades nos campos políticos e militares.

A ação político-militar do bloco multinacional e associado seria vital para o desenrolar da crise do bloco histórico populista e fundamental para levar à instituição de um novo bloco de poder no Estado.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Quanto a essa argumentação, Finer faz uma observação ao afirmar que todo interesse econômico tem uma diretriz básica: "imobilizar o restante da economia, permanecendo, ele próprio, tão livre quanto antes." Samuel FINER. Private industry and political power. In: *Ramsay Muir lecture*. Grã-Bretanha. Pall Mall Pamphlet, 1958, p. 7-9.

2. Em termos da regra de maximizar a satisfação de uma classe, fração ou um bloco, essa diretriz "é completamente racional e, além disso, somente será alcançada pela ação política". F. G. CASTLES. Business and government: a typology of pressure group activity. *Political Studies*. Oxford, 17(2):161, Oxford Univ. Press, June, 1969.

3. É interessante ressaltar que se aplica a esse caso a observação feita por Richard Bissel, ex-diretor das Operações Secretas da CIA Americana. Ele mencionava a rede interdependente de meios e órgãos que levam a uma mudança social. Deixou esse fato bem claro em uma reunião do Council on Foreign Relations, quando enfatizou que "A intervenção secreta é... mais eficaz em situações onde se empreende um esforço abrangente com um número de operações isoladas, projetadas para apoiar e complementar umas às outras e obter um efeito cumulativamente significativo". Citado em Fred HIRSCH & Richard FLETCHER. The labour movement: penetration point for US intelligence and transnationals. In: *CIA and the labour movement*. Grã-Bretanha, Spokesman Books, 1977. p. 10.

4. O líder do IPES, Glycon de Paiva, estava cônscio do problema. Em uma reunião da Comissão Diretora do IPES, no dia 03 de abril de 1962, ele observou que: "a volta do Presidente, sem grande demora nos Estados Unidos, vai dar muito o que falar. O Presidente está aprendendo a governar. Mesmo Tancredo Neves, apesar de ser um mau aluno, também aprende. Se João Goulart trouxer consigo alguma fórmula, ele poderá gerar grandes coisas". Havia avaliações similares de mais outras fontes, sobre a capacidade de João Goulart manobrar dentro do sistema. O embaixador Lincoln Gordon também acreditava que "João Goulart provou ser [um] político inteligente, capaz e desejoso [de] vencer uma oposição a longo prazo com base [em] objetivos moderados, de aparência responsável, enquanto ainda reivindicando lealdade à sua base política popular... Por bem ou por mal, João Goulart está provando ser [o] único líder no cenário atual, em torno do qual pode ser formada [uma] eficaz coalizão de forças políticas centristas...". Telegrama de Brasília ao Departamento de Estado, Lincoln Gordon, 27 de março de 1962, NSF, nos Arquivos JFK. Alguns meses depois, Lincoln Gordon reconhecia que: "O Congresso [está] completamente desmoralizado pela demonstração [da] habilidade de João Goulart [de] organizar os trabalhadores em seu apoio [na] forma [de] greve geral." Telegrama do Rio ao Departamento de Estado, Lincoln Gordon, 06 de julho de 1962, NSF, nos Arquivos JFK. (No mesmo telegrama, Lincoln Gordon menciona a volta de Brasília ao Rio de um deputado do PSD que está chegando para organizar os militares contra João Goulart). Em 1963, Lincoln Gordon voltava a afirmar que João Goulart se mostrara "um estrategista político excepcionalmente perspicaz, cujo desempenho em reconquistar o pleno poder atingiria a mais alta avaliação em termos de política pura." Memorando de Lincoln Gordon a McGeorge Bundy, Casa Branca, Departamento de Estado, 07 de março de 1963.

5. Sobre as atitudes políticas das classes empresariais em relação à elite dominante, quando esta é tomada como ilegítima, vide F. G. CASTLES. *op. cit.* p. 162-63.

6. Para Glycon de Paiva "Ação Política é igual a ação discreta". IPES CD, Rio, 22 de maio de 1962.

7. Glycon de PAIVA, citado em Marlise SIMONS. Whose coup? *Brazilian Information Bulletin*, Estados Unidos, Califórnia, (12), Winter 1974. Vide também A. J. LANGGUTH. *Hidden Terrors*. New York, Pantheon Books, 1978. cap. 3.

8. A percepção dos acontecimentos que levaram ao golpe de 1964 como sendo uma conspiração militar pode ser encontrada de uma forma extrema em Albérico Barroso ALVES. *O romance da revolução: como e por que aconteceu a revolução de março*. Rio de Janeiro, Artenova, 1974. Tem-se dado considerável atenção ao complexo mecanismo militar do golpe e à interpretação dos acontecimentos que levaram a ele em abril de 1964, como tendo sido o resultado da ação de um aparelho militar autônomo, ou um subsistema militar. Tal aparelho militar autônomo, embora aliciado por civis e com eles interagindo, revelou-se como instado a intervir devido a sua "predisposição institucional para moderar o sistema, bem como a sua ideologia de construção de nação aprendida na Escola Superior de Guerra". Sobre esse assunto, vide (a) Fernando PEDREIRA. *Março 31: civis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964. (b) Alfred STEPAN. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1971 (Alfred Stepan ado-

tou vastamente a análise de F. Pedreira). Dois trabalhos retificam a ênfase dada por esses referidos autores: (a) Eliezer Rizzo de OLIVEIRA. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969*. Petrópolis, Vozes, 1976. (b) Edmundo Coelho CAMPOS. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio, Forense Universitária, 1976. Se se acompanhar uma análise que destaca a ação burguesa de classe, pode-se ultrapassar a busca de causas imediatas isoladas, tais como os motins militares, as passeatas de classe média, discursos provocadores ou ações arbitrárias do Executivo instigando a ação da direita. Finalmente, pode-se pôr em perspectiva a contingente expansão de tropas estrangeiras na área, o apoio logístico por elas conferido e o envolvimento sigiloso direto de agentes especializados e governos estrangeiros. Vide (a) Moniz BANDEIRA. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. (b) J. Knippers BLACK. *U.S. penetration of Brazil*. Manchester, Manchester Univ. Press, 1971. (c) E. MOREL. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. (d) Phyllis PARKER. *1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

9. Foi realizada a ação militar pelas classes dominantes, precisamente devido à consciência por parte do Estado Maior da burguesia da necessidade de impedir a organização política do bloco popular e elaborar uma manobra preventiva ou, como foi descrita, um "golpe defensivo", para conter e abafar a atividade das massas subordinadas e sua incipiente liderança orgânica política.

10. IPES CD Rio, 03 de abril de 1962. Insistia-se muito na questão de agir encobertamente, bem como colocava-se bastante ênfase na necessidade de ampla participação de classe. Em um telegrama enviado por Glycon de Paiva a João Baptista Leopoldo Figueiredo, este último foi relembrado de que "Confirmando telefonema hoje *verbi gratia* somos contrários ação ostensiva nome IPES caso Congresso Cuba pt Relembro camarada necessidade fazer todas as associações de classe se manifestarem categoricamente ostensivamente positivamente contra." Telegrama do IPES, 25 de março de 1963, Glycon de Paiva, Av. Rio Branco, 156, 27.º andar, Via Italcable, Ref. 400, Agência n. 4, Rio, João Baptista Leopoldo Figueiredo, Rua Álvares Penteado, 65, São Paulo.

11. O IPES teria de se resguardar de qualquer prejuízo à sua capacidade para a ação eficaz. A identificação ou a suspeita de ligações entre grupos ilegais paramilitares ou políticos deveriam forçosamente ser evitadas ou negadas a qualquer preço. Por exemplo, em fevereiro de 1962, dois membros do IPES, Gilbert Huber Jr. e o General Golbery do Couto e Silva estavam sendo apontados como comprometidos com o Movimento Anti-Comunista — MAC, uma organização paramilitar de direita muito ativa pela promoção de tumulto organizado e mensageira na conspiração contra o governo e tropas de choque contra a mobilização de estudantes e sindicatos. Seria altamente prejudicial ao IPES que essa ligação viesse ao conhecimento público. Para Glycon de Paiva, "a equação IPES-MAC era letal" e Antônio Gallotti ressaltava que "Todo membro do IPES acusado de pertencer ao MAC teria de se defender. Contudo, em sua defesa, nem de forma positiva nem negativa, ele deveria fazer a mínima referência ao IPES." Gilbert Huber Jr. acrescentava que Alfredo Nasser, por ser o Ministro da Justiça de João Goulart e ser responsável por contornar o problema, sentia-se "apavorado e embromado" pelas acusações. IPES CE Rio, 05 de fevereiro de 1962.

12. "O IPES tem de adotar uma posição de completa inatacabilidade. Dou um exemplo: um levante nos portos. O IPES jamais deve aparecer nesses assuntos ou similares. Temos que agir por trás dos bastidores. Há empresários dentro do IPES." O motivo para não aparecer diretamente seria que nas futuras tentativas por parte do IPES de reeleger deputados amigos para o Congresso, ele deveria se manter "fora da cena, com os outros organismos agindo com funções definidas." Ata do IPES, 12 de fevereiro de 1962.

13. IPES Ch. Gr., 21 de agosto de 1962.

14. A ADCE era "uma entidade recém-fundada, modelada em um órgão francês similar. Demonstrava impressionante ideologia social cristã que enfatizava o característico tema brasileiro de paz social com uma nova roupagem e oferecia um programa abrangente de cursos de treinamento gerencial. P. SCHMITTER. *Interest, conflict and political change in Brazil*. California, Stanford Univ. Press, 1971.

15. Sobre as táticas de pressão e a ação direta pela elite orgânica e a necessidade de atividades a curto prazo para assegurar os objetivos a longo prazo, vide N. BAILEY. Organization and operation of neoliberalism in Latin America. In: *Latin America: politics, economics and hemispheric security*. New York, Praeger, 1965.

16. Como ficou destacado em uma discussão entre a liderança do IPES de São Paulo e o General Moziul Moreira Lima: "O perigo no Brasil não é o comunismo, no momento, mas o movimento popular de subversão da ordem que será dirigido e encampado pelos extremistas. Os culpados do processo espoliativo aos olhos do povo são as classes produtoras, *muito* mais do que o governo." IPES CD e CE, São Paulo, 27 de novembro de 1962.

17. N. BAILEY. *op. cit.* p. 215. A resistência ao populismo fora também o carro-chefe da ESG. John KOHL & J. LITT. *Urban guerrilla warfare in Latin America*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1974. p. 39.

18. Vide (a) *O Estado de São Paulo*, 19 de julho de 1963. (b) *O Estado de São Paulo*, 20 de julho de 1963, sobre a ação do IPES e do IBAD.

19. IPES CE Rio, 12 de junho de 1962. O líder do IPES Gilbert Huber Jr. enfatizava que as reformas proporcionaram "a munição para o Grupo de Opinião Pública".

20. IPES — *Relatório Anual*, 1963. p. 7.

21. IPES CE Rio, 8 de junho de 1962, Glycon de Paiva. O IPES organizava equipes de "manipuladores de notícias" que preparavam e compilavam material sob a coordenação geral do General Golbery do Couto e Silva, especialista em guerra psicológica. Esses "manipuladores" se responsabilizavam pelas "campanhas de pânico". A campanha da "ameaça vermelha" empreendida pelo IPES mostrou-se muito útil na melhoria de sua situação financeira, já que atraiu contribuições de empresários tomados de pânico e profissionais que temiam o futuro. Desde os primórdios de 1962, havia sido confiada a Dario de Almeida Magalhães a tarefa de recrutar 30 pessoas bem conhecidas para formar uma equipe inicial que escreveria artigos para amplos setores da opinião pública sobre assuntos determinados pelo IPES. Dependendo da circunstância, poder-se-ia ou não atribuir ao IPES os artigos publicados. A remuneração seria em base de 5.000 cruzeiros por artigo. Uma série de artigos foi produzida sob a coordenação geral de Dario de Almeida Magalhães e Nei Peixoto do Valle. O pagamento era efetuado pela gigantesca companhia de refrigerantes e cervejaria Antártica. Designou-se o líder Miguel Lins para fazer essas combinações. IPES CD Rio, 19 de fevereiro de 1962.

22. Carta de J. B. Leopoldo Figueiredo, mostrada perante a Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, instaurada para investigar as denunciadas atividades irregulares do complexo IPES/IBAD. Nessa carta estava mencionada a compra de espaço editorial em *O Globo* e o apoio a ser conferido a um jornal de direita a ser lançado em breve. (a) *Política e Negócios*. 2 de setembro de 1963. p. 11. (b) Plínio de Abreu RAMOS. *Como agem os grupos de pressão*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. p. 63.

23. IPES CE Rio, 27 de julho de 1962, Glycon de Paiva. IPES CD Rio e CD São Paulo, 20 de novembro de 1962.

24. Conforme foi mencionado no cap. V.

25. Telegrama ao Departamento de Estado de Delgado/Arias, em Recife, N. 427, 29 de junho de 1962. Nos National Security Files, John F. Kennedy Library.

26. IPES CD Rio, 4 de setembro de 1962, J. L. Moreira de Souza.

27. *Política e Negócios*. 19 de agosto de 1963. p. 30.

28. (a) As Sombras do IBAD. *Veja*, 16 de março de 1977. p. 4 (Ata da CPI). (b) Flávio Galvão a Glycon de Paiva, Relató-

rio da CPI, Câmara dos Deputados, Brasília, 1963. p. 374. (c) Plínio de Abreu RAMOS. *op. cit.* p. 78.

29. Entre outras, A. F. Schmidt produzia a sua influente série Coluna por Um em *O Globo*. Ele se fazia extremamente útil por sua influência e prestígio entre o público católico de classe média. As suas denúncias em relação a posicionamentos de centro e centro-esquerda dentro da hierarquia da Igreja, portando o cunho moralista de severo poeta e escritor profissional, causavam um impacto altamente nocivo. Até mesmo o bispo do Rio, Dom Helder Câmara, da centro-direita, era um alvo especial para os ataques de A. F. Schmidt. As suas ásperas observações sobre o vigor populista de Dom Helder Câmara e as preocupações com a situação dos favelados do Rio ("essa conversão súbita voltada ao pobre está longe do merecimento da consideração dos católicos mais lúcidos") ou seus ataques mordazes sobre os líderes centro-esquerdistas do PDC ("agentes do comunismo disfarçados em católicos") legaram-lhe um lugar especial no esforço de propaganda do complexo IPES/IBAD. Vide A. F. SCHMIDT. *Prelúdio a uma revolução*. Rio de Janeiro, Ed. do Val, 1964. Uma seleção de suas obras políticas foi publicada em *O Globo*.

30. IPES CE Rio, 29 de novembro de 1962, Glycon de Paiva.

31. Clarence HALL. The country that saved itself. *Reader's Digest*, Estados Unidos, November, 1964. p. 143 (reportagem especial).

32. Um fluxo constante de denúncias diárias era instrumentado pelo Grupo de Opinião Pública. Através de associações de idéia, fazia-se uma miscelânea de condenações a João Goulart, ao Partido Comunista, Tito, Mao, Khrushow, Cuba, uniões estudantis, sindicatos, à reforma agrária, à estatização, ao Partido Trabalhista Brasileiro, à corrupção, ineficiência e socialismo. Vide (a) Júlio de MESQUITA Filho. A democracia e o fenômeno brasileiro. *O Estado de São Paulo*. 14 de agosto de 1963. (b) James W. ROWE. Revolution or counter-revolution in Brazil: an interim assessment. In: *East Coast South America Series*. EUA, American Univ. Field Staff, June 1964. v. 11, n. 4. p. 11-12.

33. (a) *O Estado de São Paulo*, 11 de julho de 1963. (b) Eloy DUTRA. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. p. 17-8. O complexo IPES/IBAD pagava ao Jornal *A Noite* 2.000.000 de cruzeiros mensais. (c) Plínio de Abreu RAMOS. *op. cit.* p. 65.

34. IPES. *Relatório Especial*, 6 de junho de 1963.

35. IPES CE, 11 de setembro de 1962.

36. Ata do IPES, 25 de maio de 1962, General Golbery.

37. (a) IPES CE, 21 de agosto de 1962. (b) IPES CE, 29 de novembro de 1962. (c) IPES CE Rio, 5 de março de 1963. A idéia seria "colocar a bola em jogo, mas sem a etiqueta *made in IPES*."

38. (a) IPES Rio, 17 de maio de 1962. (b) *O Estado de São Paulo*, 20 de junho de 1963.

39. Eldino BRANCANTE. Relatório do Estado Maior Civil de São Paulo. In: Olympio MOURÃO Filho — *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Rio de Janeiro, L & PM, 1978. p. 212 (introdução e pesquisa de Hélio Silva).

40. Pelo Brasil, pelo seu progresso e pela felicidade do seu povo, contra a desordem, a irresponsabilidade e a demagogia. *O Estado de São Paulo*, 21 de janeiro de 1962.

41. O IPES praticamente controlava ou recebia o apoio direto da imprensa mais categorizada dos principais centros urbanos do país, como foi visto no cap. V e por todo o cap. VI, bem como o apoio internacional da imprensa amiga.

42. IPES CE, 11 de junho de 1962. Vide também sobre o espaço comprado pelo IPES no *Correio da Manhã*, para que o jornal publicasse uma entrevista feita com Mário Brant, mencionado no IPES CE, 11 de setembro de 1962. Ao final de 1961, João Punaro Bley, comandante da 4.ª Divisão do I Exército, em Minas Gerais, fez um discurso em Belo Horizonte no auditório da Associação Comercial do Estado. O encontro fora patrocinado pela rede dos *Diários Associados*, cujo editor "estava

sendo financiado pela CIA para promover o anticomunismo. Como não poderia ser de outra forma, Punaro Bley proferiu um discurso anticomunista... Punaro Bley clamava que os comunistas haviam penetrado em todos os níveis da sociedade brasileira e punham uma séria ameaça à democracia". A. J. LANGGUTH. *Hidden terrors*. New York, Pantheon Books, 1978. p. 77. Sobre os incidentes que sucederam ao discurso e a sua repercussão, vide A. J. LANGGUTH. *op. cit.* 1978. p. 78-80.

43. Reunião Geral do IPES, São Paulo, 23 de outubro de 1962.

44. O Comitê da Aliança para o Progresso, estabelecido no Rio a 13 de novembro de 1962, compunha-se de Luiz Simões Lopes (da Cia. Fiação Tecidos São Bento, Banque de l'Indochine, Société Cotonière Francocéanique); João Calmon (*Diários Associados*), Themístocles Cavalcanti, Danton Jobim e o pelego Ary Campista. Gilbert Huber Jr. e Paulo Ayres Filho freqüentemente estavam em contato com funcionários da ALPRO americana, empresários e executivos dos Estados Unidos ligados aos objetivos gerais da Aliança, bem como figuras de governo. Dessa forma, de volta ao Brasil em maio de 1962, Gilbert Huber Jr. pôde relatar à liderança do IPES assuntos da Aliança, seus contatos com Teodoro Moscoso, o porto-riquenho executivo da ALPRO e uma reunião especial sobre problemas de mineração, realizada nos Estados Unidos. (a) Relatório IPES CE, maio de 1962. (b) Vide seu relatório sobre a viagem aos Estados Unidos em julho. IPES CE Rio, 3 de julho de 1962. (c) Vide as declarações de Paulo Ayres Filho sobre a sua participação no encontro de empresários com o Presidente John F. Kennedy. *O Estado de São Paulo*, 6 de março de 1963. Esse estreito contato entre o IPES e as elites político-empresariais dos Estados Unidos por intermédio da ALPRO, bem como através de canais privados, favoreciam grandes oportunidades de desenvoltura e apoio em sua campanha de encurralar e isolar o Executivo brasileiro. Nesse aspecto o IPES era ajudado pela American Chamber of Commerce for Brazil, através de Pedro Freire Cury e pelo Committee for American-Brazilian Relations. Foi por meio desses órgãos, por exemplo, que o IPES organizaria as grandes empresas multinacionais e associadas para apoiar a edição especial de *O Globo* de 28 de fevereiro de 1962 sobre o Programa da Aliança para o Progresso. Distinguiam-se entre as corporações contribuintes: Braniff Int., Leon Israel Agrícola e Exportação, IBM, Vick Farmacêutica, Esso Brasileira de Petróleo, Burroughs do Brasil, The Home Insurance Co., American Insurance Co., St. Paul Fire and Marine Insurance Co., Remington Rand, ITT, Atlantic, Liquid Carbonic, General Electric, Gilette Safety Razor. Vide também Plínio de Abreu RAMOS, *op. cit.* p. 67-8.

45. IPES CD Rio, 19 de fevereiro de 1962. Essa operação foi feita a um custo de 8.000.000 de cruzeiros. Vide também N. BLUME. *Pressure groups and decision-making in Brazil; studies in comparative international development*. Saint Louis, Missouri, Washington Univ. 1967-68, V. 3, N. 11. p. 217. Série de monografias (Social Science Institute). É interessante citar extratos de uma das reuniões em que a Aliança para o Progresso foi debatida, já que ela esclarece o procedimento geral e as atitudes. Para José Luiz Moreira de Souza, "A idéia é a ação política. Falta colocar o problema em sua grande perspectiva. Aos poucos, tudo gira em torno do grande eixo Oriente/Ocidente. Podemos dizer até que, hoje em dia, a Pasta das Relações Exteriores é a principal. Jânio Quadros sentiu essa perspectiva e concebeu uma fórmula de Ação Política..." "antes das eleições, seria necessário, por exemplo, editar e difundir a Ata da Aliança para o *Progresso*, transformando em documento acessível a todo mundo, ao alcance de qualquer brasileiro. Ainda *antes das eleições:* Uma visita devidamente preparada de Kennedy ao Brasil (vide Venezuela e Colômbia). 'Remember' visita de Roosevelt. Ora, os políticos têm antenas, sentem onde está o lado do interesse, das vantagens, da vitória. Sentem o que é *popular*, em suma". J. L. Moreira de Souza acrescentava que "assim conduzida a questão, não seria negócio para os políticos profissionais passarem a ser ou continuarem a ser anti-ocidentais. Também seria necessário penetrar *na* área dos estudantes, conquistá-los. Tudo junto, somado,

daria uma espécie de Plano de Salvação do Brasil e da América Latina. *Confidencialmente:* já estão dados os primeiros passos para a visita de J. K. ao Brasil, com Jackie e tudo". I. Klabin: "tudo está bem, mas nada impede de pensarmos em termos imediatos". G. Huber Jr.: "os primeiros passos já foram dados. É sério, alguém deve publicar a Ata da Aliança para o Progresso, na exata! Porque o Itamaraty não parece muito disposto a fazê-lo". A. Gallotti: "Em *texto fácil, sob a forma* de cartilha ou em quadrinhos". Alguém que não foi indicado na ata, observou, então, que "O Instituto Brasil-Estados Unidos vai publicá-lo junto com: Carta de Juscelino e Ata de Bogotá. Tudo será publicado em texto exato". IPES CE Rio, 5 de fevereiro de 1962.

46. Em uma reunião posterior, presidida por J. O. Mello Flores, com as presenças de Harold C. Polland, G. Huber Jr., do General Herrera, J. Rubem Fonseca, A. C. Amaral Osório, O. Tavares e J. L. Moreira de Souza, foi relatado que o panfleto havia sido preparado, juntamente com uma campanha sobre o assunto na televisão. Decidiu-se por colocar os panfletos como um encarte nos jornais. J. Luiz Moreira de Souza sugeriu que os encartes devessem aparecer "domingo próximo, antes da ida do Pres. Jango Goulart aos States. Facilita-lhe a tarefa e *preocupa-o*. Diversos jornais querem o encarte. Saindo primeiro na Guanabara, depois nos demais Estados". A. Gallotti informava que o encarte já estava "na mesa da Embaixada Americana". "Os *Diários Associados* publicarão no exterior. Fim: Fazer a propaganda da democracia. Vinda de J. Kennedy ao Brasil, antes das eleições. Onda de democracia crescendo antes da eleição. Política faz-se por ondas. Projeto J. Dantas: Empresários preparados para discutir com todos". IPES CE Rio, 27 de março de 1962.

47. O livreto de André Gama foi distribuído pelos empresários e gerentes entre os seus empregados. É significativo mencionar que a execução da edição imediata desse livreto ficou sob a responsabilidade do General Golbery e Wilson Figueiredo se encarregou do orçamento. IPES CE, 19 de novembro de 1962.

48. IPES CD Rio, 19 de fevereiro de 1962.

49. John Foster DULLES. *Unrest in Brazil: political-military crises, 1955-1964*. Austin, Univ. of Texas Press, 1970. p. 188.

50. IPES, Relatório aos patrocinadores financeiros, 6 de junho de 1963, José Rubem Fonseca.

51. A revista *Cadernos Brasileiros* de Eduardo Portela se envolveu em um escândalo político em 1967, sendo acusada por ligações com a revista *Encounter* patrocinada pela CIA. *Folha de São Paulo*, 20 de janeiro de 1979. A *Cadernos Brasileiros* tinha como diretores José Garrido Torres, Vicente Barreto, Afrânio Coutinho e Nuno Velloso.

52. Foram adquiridas mil e duzentas unidades por edição. IPES CE, 31 de janeiro de 1963, José Garrido Torres.

53. *O Gorila*, julho de 1963. Além disso, foram impressos 50.000 pôsteres com cartuns mostrando Fidel Castro chicoteando o povo cubano e a legenda "Você quer viver sob o chicote do comunismo?" C. S. HALL. *op. cit.* p. 142.

54. IPES CE São Paulo, 14 de maio de 1963.

55. Vide Apêndice L, onde consta uma lista de algumas dessas publicações.

56. Depois de abril de 1964, o IPES continuou a publicar e patrocinar livros e panfletos. Em 1967, ele publicou *História do Desenvolvimento Econômico* de Mircea Buescu e Vicente Tapajós. O Council for Latin America colaborou no financiamento da edição de 5.000 cópias. O IPES publicou também *O Imposto de serviços — dúvidas e esclarecimentos sobre sua incidência* de Arthur E. V. Aymoré. N. BLUME. *op. cit.* p. 215.

57. *O Estado de São Paulo*, 17 de março de 1979.

58. IPES CE São Paulo, 11 de dezembro de 1962.

59. Os antecedentes dessas propostas constituíam de uma lista preliminar de temas para estudos, esboçada pela liderança do complexo IPES/IBAD em janeiro de 1962 e classificada de acordo com exigên-

cias a "curto" e a "médio prazo". Para cada tema, designava-se um indivíduo, grupo ou instituição, responsável pela sua concretização. O grau de prioridade para a realização desses estudos era determinado pelas necessidades do Grupo de Ação Parlamentar e a ação política coordenada pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura. A lista de grupos de estudos compreendia:

1) Remessa de lucros (ou a definição de uma diretriz de investimento, de suma premência em vista das medidas restritivas ao capital estrangeiro objetivadas por João Goulart). Seu coordenador era Mário Henrique Simonsen;

2) Reforma Agrária, José Arthur Rios;

3) Reforma Fiscal e Orçamentária, Mário Henrique Simonsen;

4) Reforma Monetária (incluindo reforma bancária e a criação de um Banco Central), Casimiro Ribeiro;

5) Repressão ao abuso do poder econômico, Dênio Nogueira;

6) Reforma do Código Eleitoral, Themístocles Cavalcanti (é interessante observar que inicialmente Oswaldo Trigueiro havia sido designado para esse tema);

7) Participação dos empregados nos lucros das empresas, Nélio Reis;

8) Funcionalidade do planejamento sócio-econômico. Objetivos e métodos aplicáveis ao Brasil, Genival Santos;

9) Problemas da habitação popular pelo IBAD, Luiz Carlos Mancini;

10) Sindicalização rural;

11) Telecomunicações, General Luiz A. Medeiros, de *O Globo*.

— Os temas "a médio prazo" compreendiam:

1) Função econômica e social da empresa moderna;

2) Expansão do mercado de capitais (medidas complementares propostas nas reformas tributária e bancária, assim como aquelas referentes ao mercado de ações e às sociedades anônimas);

3) Discriminação de receitas para o fortalecimento do sistema federativo;

4) Dinâmica do desenvolvimento econômico. Papel da iniciativa privada e da iniciativa estatal;

5) Revisão da Constituição Federal e do Sistema Parlamentarista;

6) Reforma da Legislação Trabalhista;

7) Reforma da Legislação de Previdência Social;

8) Reforma Educacional;

9) Reforma do Código de Minas;

10) Política Comercial Externa (ALALC, ECC, Cortina de Ferro);

11) Política de Transportes;

12) Política Energética;

13) Política de Saúde Pública;

14) Reforma estrutural e metodológica da administração pública;

15) Lei das Sociedades Anônimas.

— O documento rezava ainda que todos esses temas (e outros que viessem a ser acrescentados) seriam desenvolvidos sob a orientação da doutrina apresentada na Encíclica *Mater et Magistra* e modelada no programa de ação correspondente, representado pela Aliança para o Progresso. O IPES os popularizaria, mesmo em forma de comentários para a sua tese, tendo José Garrido Torres como coordenador dos estudos (Plano de estudo de temas. Ata do IPES, 19 de janeiro de 1962. Vide ainda Ata do IPES, 29 de maio de 1962. Comunicação de José Garrido Torres a Gilbert Huber Jr.).

60. A. STEPAN. *The military in... op. cit.* p. 186-87.

61. Em uma carta do CE a José Garrido Torres, chefe do Grupo de Estudo do dia 5 de junho de 1962, enfatizou-se que:

— "Após detida análise do relatório apresentado pelo Chefe do Grupo de Estudos e

— considerando a necessidade de afirmar, junto à Opinião Pública, a orientação do IPES, relativamente aos problemas nacionais mais em foco;

— considerando o ritmo provável em que tais assuntos serão discutidos no Congresso;

— considerando os compromissos assumidos pelo Chefe do Grupo, em decorrência de decisão anterior;

— considerando, finalmente, a justa observação do mesmo Chefe, de que 'uma das maiores dificuldades encontradas até agora no funcionamento do órgão tem sido a falta de comando e a de entrosamento nos setores do IPES';

o Comitê Executivo resolve solicitar ao Chefe do Grupo de Estudos as seguintes providências:

1) Coordenar as atividades de seu Grupo, de modo que cada um dos trabalhos encomendados seja objeto de dois estudos: a) O primeiro, mais urgente, fixando a orientação do IPES quanto às linhas gerais que convém sejam observadas na elaboração ao anteprojeto; as conclusões do Grupo de Estudos, discutidas e aprovadas pelo Comitê Executivo, serão encaminhadas ao Grupo de Opinião Pública, não apenas com vistas a uma campanha de esclarecimento e conquista de apoio, mas também para afirmar a presença do IPES; b) O segundo — necessariamente mais demorado — visando a elaboração do anteprojeto de lei e respectiva justificação, com todas as suas injunções de ordem técnica.

2) Programar estas duas categorias de estudos, de modo que em cada reunião semanal do Grupo com o Comitê Executivo sejam apreciadas as conclusões a que se refere a letra (a) acima, cobrindo inicialmente os seguintes *títulos*: Reforma Agrária, Legislação Antitrust, Reforma Tributária, Reforma Eleitoral, Participação nos Lucros, Telecomunicações, Reforma Orçamentária, Reforma Bancária.

3) Apresentar o orçamento mensal de despesas do Grupo para atender aos encargos solicitados acima".

62. Ata do IPES, 5 de fevereiro de 1962, José Garrido Torres, Glycon de Paiva, J. Behring de Mattos e I. Klabin. No CE do IPES, de 2 de maio de 1963, decidiu-se "publicar todos os trabalhos de estudos técnicos sob a responsabilidade do IPES" e "entregar aos deputados e senadores todos os anteprojetos de lei para a apresentação".

63. IPES CE, 28 de junho de 1962.

64. IPES Rio (a) Comunicação de J. Garrido Torres ao CD, 29 de maio de 1962. (b) Comunicação de J. Garrido Torres ao General L. A. Medeiros, CE, 28 de junho de 1962.

65. Ata da sessão de trabalho do Grupo, 16 de março de 1962.

66. Ata do IPES, 20 de março de 1962, José Garrido Torres ao General Herrera.

67. (a) Carta de Mário Henrique Simonsen a J. Garrido Torres, Rio, 23 de fevereiro de 1962. (b) José Garrido Torres ao CD IPES, 29 de maio de 1962. O estudo foi orçado em 800.000 cruzeiros a serem pagos a Simonsen.

68. Comunicação de José Garrido Torres ao IPES CD Rio, 11 de maio de 1962. O escritório de consultoria de Paulo de Assis Ribeiro; José Arthur Rios e o seu escritório estavam também envolvidos no estudo da Reforma Urbana, uma pesquisa e trabalho de diretrizes para os quais Glycon de Paiva contactou Sandra Cavalcanti e G. Borghoff (ambos correligionários políticos de Carlos Lacerda). Foi José Garrido Torres que procurou o apoio de Carlos Lacerda. A conclusão desse trabalho levaria seis meses e seu custo foi estimado em 3.600.000 cruzeiros. Foi orçado como "despesa ordinária do Grupo de Estudo" e tornou-se o material básico para as propostas do IPES para a Reforma Habitacional. IPES CE Rio, 20 de fevereiro de 1964, J. Arthur Rios.

69. Comunicação de J. Garrido Torres ao IPES CD, 29 de maio de 1962, "conforme o que foi combinado com Harold C. Polland".

70. IPES CE, 25 de maio de 1963.

71. (a) IPES CE Rio, 28 de agosto de 1962, Glycon de Paiva. (b) IPES CE, 27 de dezembro de 1962. A PUC desenvolveu para o IPES uma análise das eleições de 1962 para o Congresso e outros estudos importantes para os quais ela contava com infra-estrutura acadêmica apropriada. (c) IPES CD Rio, 20 de dezembro de 1962, Glycon de Paiva. O Grupo de Estudo contratou também o escritório de consultoria de Paulo de Assis Ribeiro para fazer um trabalho sobre o processo eleitoral, o padrão de conduta dos eleitores e comportamento político, um estudo que ficou conhecido por sua forma popular *Quem elege quem*. (d) IPES CE Rio, 5 de novembro de 1963. Assis Ribeiro recebeu também 400.000 cruzeiros como pagamento por "serviços extraordinários" pelo *Levantamento do Roteiro da Reforma Agrária*.

72. IPES CE Rio, 5 de fevereiro de 1962.

73. (a) J. Garrido TORRES. A democratização da Empresa no Brasil. *Cadernos Brasileiros*, s.l. (4):14-18, jul./ag. (b) Jorge Oscar de Mello FLORES e Gilbert HUBER Jr., Democratização do capital. *O Estado de São Paulo*, 10 de outubro de 1963 (trabalho para a 4.ª Conferência de Relações Públicas).

74. Dênio Nogueira e William Embry foram contratados por 200 000 cruzeiros. O anteprojeto de lei e sua justificativa custaram 200 000 cruzeiros (Comunicação de J. Garrido Torres ao CD do IPES, 29 de maio de 1962). Foram preparados mais dois estudos. O primeiro constituía de uma análise e crítica do substitutivo apresentado pelo senador Sérgio Marinho para o projeto 355 da Câmara dos Deputados. O segundo foi divulgado no *Boletim Mensal* do IPES, definindo o posicionamento do Instituto quanto ao assunto. O coordenador e relator desse grupo era Dênio Nogueira.

75. (a) IPES CE, 5 de junho de 1962. (b) Comunicação de José Garrido Torres ao General Herrera, em 29 de maio de 1962. Gilbert Huber Jr. conseguiu apoio financeiro para o projeto e o Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo também conferiu o seu apoio.

76. IPES CE, 27 de dezembro de 1962.

77. IPES CE, 25 de setembro de 1962, Harold C. Polland. O IPES recebeu intensa colaboração para o estudo sobre a *Reforma do Legislativo e a Administração Pública*. Dom Helder Câmara proporcionou a *H. Polland* uma análise sobre os mecanismos do Congresso, preparada por Nelson Mota, filho do ex-integralista e posteriormente liberal Cândido Mota.

78. IPES Documento de 10 de janeiro de 1962.

79. (a) IPES CD, 3 de abril de 1962. (b) Relatório do CE Rio, abril de 1962, Gilbert Huber Jr.

80. M. CEHELSKY. *The policy process in Brazil: land reform 1961-1969*. Dissertação de doutorado. New York, Columbia Univ. 1974. p. 130.

81. N. BAILEY, *op. cit.* p. 220.

82. *Ação Democrática*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1962. p. 12.

83. José Arthur RIOS et alii. *Recomendações sobre a Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Ed. do IBAD, 1961. p. XXXV.

84. Dênio Nogueira, Dirceu Lino de Matos, Padre Fernando Bastos D'Avila, Gustavo Corção, José Irineu Cabral e Moysés Rosenthal apresentaram trabalhos. *O Estado de São Paulo*, 13 de junho de 1963. T. Lynn Smith era um analista agrícola senior do Departamento de Estado americano. Ele pertencia também ao Instituto de Estudos Brasileiros, à Universidade de Vanderbilt e à Universidade da Flórida. José Bonifácio Coutinho Nogueira era o proprietário da Usina Açucareira Ester, Cia. Agrícola São Quirino, Comercial Açucareira e Cafeeira e Cia. de Administração e Representação Ester.

85. IPES CE, 25 de julho de 1963.

86. Ata do IPES, 20 de março de 1962.

87. Ata do IPES, 18 de maio de 1962. O CONCLAP estava entre os que se manifestaram publicamente a favor de uma reforma agrária como aquela patrocinada pelo IPES. *O Estado de São Paulo*, 14 de junho de 1963. Vide também Paulo de Almeida Barbosa. *A Gazeta*, 8 de maio de 1963; relatório da Federação das Indústrias de São Paulo na *Folha de São Paulo*, 16 de maio de 1963. Outro projeto foi passado no início de 1963, aparecendo também sem o nome do IPES. IPES CE, 5 de março de 1963, J. Garrido Torres.

88. Julian Chacel. CNI/Conselho Econômico, *position paper* preparado para o Grupo de Estudo sobre o "substitutivo Afrânio Lage" para a Lei da Reforma Agrária.

89. Esses senhores eram, respectivamente, diretores do Banco Português do Brasil, do grupo financeiro e industrial Boa Vista, Bethlehem Steel e Companhia Brasileira de Explosivos, Fundação Getúlio Vargas, Consórcio Brasileiro de Produtividade — CBP e finalmente da CONSULTEC, Light S.A., IBAD, SPLAN, CBP, ESSO, ABCAR, U.S. Steel Corporation. Esses tecnoempresários *ligados a grandes grupos* petroquímicos, industriais, construtores e de mineração, eram inteiramente a favor da interdependência entre os setores rural e industrial.

90. J. W. ROWE. *op. cit.* p. 82.

91. Vide Atas do IPES de (a) 18 de maio de 1962. (b) 25 de maio de 1962. (c) 1 de junho de 1962. (d) 4 de junho de 1962. (e) 8 de junho de 1962. (f) 15 de junho de 1962. (g) 22 de junho de 1962. (h) 27 de junho de 1962. (i) 29 de junho de 1962. (j) 4 de julho de 1962. (l) 11 de julho de 1962. (m) 18 de julho de 1962. (n) 23 de julho de 1962. (o) 25 de julho de 1962. (p) 27 de julho de 1962. (q) 31 de julho de 1962. (r) 3 de agosto de 1962. (s) 8 de agosto de 1962. (t) 13 de agosto de 1962. (u) 15 de agosto de 1962. (v) 27 de agosto de 1962. (x) 3 de outubro de 1962. (z) 11 de outubro de 1962. (w) 18 de outubro de 1962. (y) 9 de novembro de 1962.

92. IPES CE, 25 de julho de 1963. Através do Grupo de Ação Parlamentar, o IPES procurava seus amigos no Congresso e aqueles indivíduos que desempenhavam papel importante na articulação, como o Deputado Padre Godinho, eram colocados de sobreaviso, já que a elite se lançava em uma ofensiva contra a reforma agrária pa*trocinada pelo trabalhismo*. O IPES preparou o material para o anteprojeto do deputado Aniz Badra que portava 212 assinaturas e era de natureza abrangente, incluindo 79 artigos que tratavam de um amplo espectro de assuntos relacionados à assistência agrícola, reforma da terra e vida rural. Sobre o texto da lei, da forma que foi apresentada, vide *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1963.

93. (a) IPES. Grupo de Estudo ao CD, 29 de maio de 1962. (b) Súmula de Atividades Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos no período compreendido entre março de 1962 a fevereiro de 1963. (c) Ata do IPES, 18 de maio de 1962. Os militantes ipesianos viajaram por toda a zona rural, participando de uma variada série de acontecimentos e organizando as classes dominantes rurais ideologicamente, politicamente e de outras formas. Um exemplo de tais atividades foi a reunião de Patos, no dia 23 de agosto de 1962, da qual participaram Paulo de Assis Ribeiro e uma equipe de militantes do IPES. Esses militantes mostravam-se muito ativos também na moldagem de posições partidárias de direita em função da questão agrária e no aliciamento de apoio entre as classes de proprietários de terra através dessas organizações políticas, uma vez tendo as suas propostas sido aceitas. Assim, para a convenção da UDN de 1963 no Paraná, convocada para debater assuntos agrários, compareceu uma delegação de políticos e empresários de São Paulo, que trazia consigo uma proposta político-econômica completa. Incluíam-se entre os pontos mais importantes a rejeição ao proposto CGT — Comando Geral dos Trabalhadores, a regulamentação do direito de greve, uma reforma agrária modernizante-conservadora, uma reforma eleitoral, a criação de um banco central, acarretando uma reforma bancária e, finalmente, o estabelecimento de uma política econômica de estímulo pelo governo para atividades de exportação, controle da inflação e patrocínio de austeridade. A delegação, presidida pelo político-empresário udenista Roberto de Abreu Sodré, compreendia também os ativistas ipesianos Herman de Morais Barros, Oswaldo Breyne da Silveira e Ariovaldo de Carvalho. *O Estado de São Paulo*, 28 de abril de 1963. As teses foram adotadas.

94. Carlos José de Assis Ribeiro preparou um projeto de emenda constitucional para a Justiça Agrária e José Arthur Rios produziu um trabalho de análise do Projeto n. 93 de 1963 do Senado, discorrendo sobre *Estatuto da Terra*. IPES CE, 23 de maio de 1962. Outros estudos preparados pelo IPES incluíam: *A Estrutura Agrária do Brasil*, preparado por uma equipe composta de Paulo de Assis Ribeiro, C. J. de Assis Ribeiro, J. A. Rios, José Garrido Torres, Julian Chacel e Wanderbilt D. Barros. Glycon de Paiva o apresentaria por ocasião do Congresso de Reformas de Base, em janeiro de 1963. Glycon de PAIVA. Introdução. In: *Estrutura Agrária do Brasil*. IPES, 5 de novembro de 1963. Um outro trabalho muito importante por seu impacto sobre o governo pós-64, preparado pela equipe do complexo IPES/IBAD, consistia em um estudo que veio a se tornar o livro *A reforma agrária: problemas — bases — soluções*. Compunham essa equipe os seguintes indivíduos: Glycon de Paiva, Harold C. Polland, Paulo de Assis Ribeiro, J. Garrido Torres, José Arthur Rios,

Dênio C. Nogueira, Carlos José de Assis Ribeiro, Edgard Teixeira Leite, Julian Chacel, Luís Carlos Mancini, J. Irineu Cabral, Wanderbilt D. de Barros, Nilo Bernardes. Participaram também os Generais Golbery e Herrera. Carta de P. A. Ribeiro a Luís Viana Filho em *Notas sobre a implantação da reforma agrária*, s.d., no arquivo de Paulo de Assis Ribeiro. Vide também (a) José J. de Sá Freire ALVIM. Os números revelam a necessidade de reforma agrária. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro (587):31-6, jul. 1963. (b) *Estudo sobre a reforma agrária*, lançado em janeiro de 1964 em cinco línguas, conforme a carta de H.C. Polland a João Goulart em *O Estado de São Paulo*, 10 de janeiro de 1964. (c) J. A. RIOS. O que é e o que não é reforma agrária. *Cadernos Brasileiros*. Rio, (4):45-50, jul./ag. 1963. (d) M. DIEGUES Jr.. Antecedentes da reforma agrária no Brasil. *Cadernos Brasileiros*. Rio, (4): 51-4, jul./ag. 1963. (e) J. V. Freitas MARCONDES. O Estatuto do trabalhador rural e o problema da terra. *Cadernos Brasileiros*. Rio, (4), jul./ag. 1963. (f) C. Guinle de Paula MACHADO. Reforma agrária. *Cadernos Brasileiros*. Rio, (1):72-7, jan./fev. 1963.

95. "O IPES, seção do Rio de Janeiro, vem mesmo realizando um movimento de esclarecimento em torno das chamadas reformas de base, lançando manifestos com princípios expurgados do "vírus totalitário e comunista". João Baptista Leopoldo Figueiredo, citado em *O Estado de São Paulo*, 7 de março de 1963. Vide também George N. BEMIS. *op. cit.* p. 58-9.

96. Edmundo Macedo SOARES. *Interpretação dos interesses e das aspirações do povo brasileiro: análise econômica*. ESG. Documento n. C-25-63, p. 29-36.

97. IPES CE, 8 de janeiro de 1963.

98. Elas foram programadas para começar no dia 9 de dezembro de 1962. Elas foram publicadas todos os domingos a partir de janeiro. IPES memorando, 21 de novembro de 1962.

99. Carta de P. Assis Ribeiro a J. Garrido Torres, 5 de fevereiro de 1963, Rio de Janeiro, no arquivo de Paulo de Assis Ribeiro, Rio de Janeiro.

100. IPES CE, 29 de novembro de 1962. Telegrama de Glycon de Paiva ao senador Mem de Sá.

101. A reforma da política do uso de recursos naturais foi preparada por Paulo de Assis Ribeiro e Glycon de Paiva. Vide também as atas do: (a) CE, 14 de agosto de 1962. (b) CE, 16 de agosto de 1962. (c) CE, 17 de agosto de 1962. (d) CE, 20 de agosto de 1962. (e) CE, 27 de agosto de 1962. (f) CE, 28 de agosto de 1962. (g) CE, 5 de setembro de 1962. (h) CE, 6 de setembro de 1962. (i) CE, 10 de setembro de 1962. (j) CE, 11 de setembro de 1962. (l) CE, 12 de setembro de 1962. (m) CE, 13 de setembro de 1962. (n) CE, 17 de setembro de 1962. (o) CE, 18 de setembro de 1962. (p) CE, 19 de setembro de 1962. (q) CE, 20 de setembro de 1962. (r) CE, 24 de setembro de 1962. (s) CE, 25 de setembro de 1962. (t) CE, 27 de setembro de 1962. (u) CE, 28 de setembro de 1962. (v) CE, 11 de dezembro de 1962. (x) CE, 19 de dezembro de 1962. (z) CE, 20 de dezembro de 1962. (aa) CE, 27 de dezembro de 1962.

102. Valentim Bouças era diretor das seguintes corporações multinacionais e associadas: Swift do Brasil, ITT, Cia. Brasileira de Material Ferroviário — COBRASMA, Serviços Hollerith, National Cash Register, Panair, Listas Telefônicas Brasileiras, Addressograph-Multigraph do Brasil, U. S. Bethlehem, American Bank Note Co., Coca-Cola, Cia. Nacional de Máquinas Comerciais, Goodyear, Ferroenamel e Cia. Imobiliária Santa Cruz. O seu filho, Jorge Bouças, era também diretor da Addressograph-Multigraph, Serviços Hollerith e Cia. Imobiliária Santa Cruz S.A.

103. Carta de Manuel Linhares de Lacerda, Brasília, 30 de abril de 1964. "Motivo: Audiência com o Presidente. Assunto: Solicitar solução para o conteúdo do dossier encaminhado à Presidência da República por intermédio do General Ernesto Geisel". Vide os documentos de Humberto Alencar Castello Branco, Arquivos CPDOC, Rio de Janeiro.

104. Adyr Fiúza de CASTRO. O fim de um exército. *A Defesa Nacional*. Rio, (586):3-16, jul. 1963. O mesmo artigo foi basicamente reproduzido mais tarde em *O*

Estado de São Paulo, 17 de setembro de 1963.

105. Jean Marc van der Weid, líder estudantil da oposição em meados de 1960, lembrava-se de que se realizara em sua casa em 1963 uma reunião com vários representantes da rede de comunicações e da indústria publicitária, incluindo o presidente da segunda maior companhia de publicidade do Rio de Janeiro (McCann-Erikson) e um gerente da American Light and Power. O objetivo da reunião consistia em discutir os meios de participação na campanha do complexo IPES/IBAD contra João Goulart e a esquerda trabalhista. O tio de Van der Weid, o deputado Fábio Sodré, que era o assessor legal da American Light and Power e grande amigo de Niles Bond, o adido cultural da Embaixada Americana, envolveu-se também na campanha. Jan Knippers BLACK. *op. cit.* p. 81.

106. IPES CD Rio, 29 de maio de 1962. O IBAD preparou 50 perguntas e respostas estereotipadas que seriam reproduzidas em todos os Estados e em todas as emissoras de rádio e de televisão. Por exemplo, respondendo a pergunta do entrevistador sobre a crescente ameaça comunista no Brasil, o entrevistado teria de dizer que "A ameaça comunista está crescendo, principalmente devido à omissão das autoridades. Ele deveria então citar os casos da UNE, das Ligas Camponesas e dos pronunciamentos públicos do governador Brizola. Deveria também falar da ação dos sindicatos, controlados pelos comunistas e da infiltração vermelha em todos os principais setores de atividade do país". João S. DÓRIA. IBAD: conspiração internacional contra as reformas. *Política e Negócios*. São Paulo, Genival Rabelo Ed., 4 de novembro, 1963. p. 10.

107. IPES CE Rio, 30 de maio de 1962. Uma linha mista de "Dogmatismo com Problemas Políticos".

108. IPES CE Rio, 4 de junho de 1962. Diretrizes para o programa de televisão: "Encontro de Democratas com a Nação".

109. (a) IPES CE Rio, 3 de julho de 1962. (b) CE Memorando com lista de "Nomes lembrados para TV". (c) IPES Ch. Gr. São Paulo, 28 de agosto de 1962. (d) IPES. Reunião Geral. São Paulo, 23 de outubro de 1962.

110. Carta oficial do IPES-São Paulo (Flávio Galvão) ao IPES-Rio, 16 de novembro de 1962. Protocolo N. 667. 1962.

111. É interessante observar alguns comentários feitos em função de cada nome. A participação do General Golbery era considerada como não "conveniente". O General Mamede "não tinha condições para participar". Herbert Levy, Mem de Sá, Carlos Lacerda, Armando Falcão e Carvalho Pinto estavam profundamente envolvidos na campanha de televisão do IPES. IPES CD, 19 de junho de 1962.

112. Houve esse programa no dia 25 de outubro de 1963.

113. Foi apresentada no dia 2 de julho de 1963.

114. A mensagem foi proferida no dia 4 de agosto de 1963. O Almirante Heck foi acompanhado e esperado no aeroporto de Congonhas, onde ele desceu, por diversos associados do complexo IPES/IBAD.

115. Apresentado no dia 10 de fevereiro de 1963.

116. *Política e Negócios*, 19 de agosto de 1963. p. 30.

117. IPES CD, 27 de novembro de 1962. Contratado por M. Villela.

118. IPES CE, 20 de março de 1962. Patrocinado financeiramente pela Fábrica de Geladeiras Cônsul e por Coco Serigy, entre outros.

119. IPES. Comunicação interna do General Liberato da Cunha Friedrich a Flávio Galvão, de São Paulo, 29 de abril de 1963. Segundo o General Liberato, por intermédio da colaboração da VASP, foi enviado para São Paulo o *videotape* do discurso de Armando Falcão na TV Rio-Canal 13, no dia 19 de abril de 1963. A Denisson Propaganda, que se encarregou da gravação, pediu ao secretário do IPES de São Paulo que entrasse em contato, urgentemente, com a Rádio Rio Ltda. (das Emissoras Unidas) para que se fizesse uma cópia da gravação, a fim de revezá-la

para Brasília para o programa "Frente a Frente", no dia 1 de maio de 1963.

120. N. BLUME. *op. cit.* p. 216.

121. *Veja*, 16 de março de 1977, (445):6.

122. (a) *O Estado de São Paulo*, 7 de novembro de 1963. (b) João DORIA. *op. cit.* p. 10.

123. IPES CD, 22 de maio de 1962. Ao argumentar a favor da retirada do patrocínio de seu programa, Rui Gomes de Almeida observou que "O revólver é nosso. Nós permitiremos que outro o anuncie e atirem em nós?" Vide ainda Nelson Werneck SODRÉ. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, *1966*. p. *480*.

124. Genival RABELO. *O capital estrangeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 219.

125. Os treze fundadores da ABA foram ARNO S.A., Atlantic Refining Co. of Brazil, Burroughs do Brasil, Cia. Gessy Industrial, Eletro Indústria Walita S.A., Ford Motor do Brasil S.A., General Electric S.A., Philips do Brasil S.A., Shell do Brasil Ltda., Texaco *Inc.* (Brazil), The Coca-Cola Export Corporation e a Willys Overland do Brasil, a maior parte delas relacionadas com o IPES, como contribuintes ou por meio de seus diretores. Entre outras companhias que se ligaram à ABA destacavam-se: Alumínio do Brasil, Mobil Oil do Brasil, Frigorífico Wilson do Brasil, Mercedes Benz do Brasil, Pirelli S.A., Cia. Swift do Brasil, Anderson Clayton & Cia., Armações de Aço Probel S.A., Pneus Firestone, Cia. Goodyear do Brasil, São Paulo Alpargatas S.A., Bendix do Brasil Ltda., Vemag S.A., Volkswagen do Brasil, Philco Rádio e Televisão, Avon Cosméticos, Irmãos Lever S.A., Brastemp Aparelhos Domésticos Ltda. e Farloc do Brasil S.A., novamente uma longa lista de membros e contribuintes do IPES. Vide RABELO. *op. cit.* p. 218-19.

126. IPES CE, 8 de junho de 1962.

127. (a) IPES. *Relatório das atividades do IPES*, São Paulo, 1963. (b) N. BLUME. *op. cit.* p. 217.

128. Robinson ROJAS. *Estados Unidos en Brasil*. Santiago, Chile, Prensa Latinoamericana, 1965. p. 153.

129. *O Estado de São Paulo*, 18 de outubro de 1963.

130. (a) C. S. HALL. *op. cit.* p. 142. (b) Vide Cap. III sobre as atividades do complexo IPES/IBAD dentro das Forças Armadas.

131. IPES CD, 24 de julho de 1962. Dario de Almeida Magalhães e H. C. Polland. Foram pagos 500.000 cruzeiros aos dois para "despesas".

132. Nesse relatório do CD do IPES, do dia 13 de novembro de 1962, assessorado por Hélio Gomide, ele comentou os assuntos que eram o foco para a campanha do bloco nacional reformista (inflação, capital estrangeiro, processo de exploração, vantagens para os portuários, etc.). Recomendou que se produzisse matéria contra esses assuntos para as "estações locais" e fez uma avaliação das vantagens do rádio em relação à imprensa escrita.

133. Ata do IPES, 25 de maio de 1962, General Golbery.

134. IPES. Reunião Geral, São Paulo, 9 de outubro de 1962.

135. N. BLUME. *op. cit.* p. 217.

136. *Intercâmbio*, a publicação do Council for Latin America, chamava a atenção de suas leitoras — as companhias que integravam o Fundo de Ação Social, em São Paulo — que "Companhias perspicazes estão usando cartuns para atingir os trabalhadores e as populações rurais de limitada capacidade de leitura. Caso em questão: *El camino hacia el futuro*, a comédia de 16 páginas da Caterpillar Tractor, que contava a estória dos esforços conjuntos de uma construção de estrada pelo governo e camponeses em um vilarejo da América Latina. Aproveitando a oportunidade, ela inseria os objetivos da Aliança para o Progresso e fazia a propaganda da Caterpillar (apenas através do logotipo desenhado no equipamento de construção). Um milhão de cópias em português e espanhol foram distribuídas, até esta data, pela USIA (U.S. Information Agency), em 14 países — geralmente com a cooperação dos representantes locais da

Caterpillar". "A reação? Extremamente favorável, segundo uma pesquisa subseqüentemente conduzida através dos postos da USIA". *Intercâmbio.* Estados Unidos, *1*(4):1, July 1965.

137. IPES Ch. Gr., São Paulo, 8 de janeiro de 1963.

138. IPES. Reunião Geral, 9 de outubro de 1962.

139. IPES CE e CD São Paulo, 20 de novembro de 1962, João Baptista Leopoldo Figueiredo.

140. N. BLUME. *op. cit.* p. 217.

141. IPES CE e Ch. Gr. São Paulo, 8 de janeiro de 1963.

142. Gilbert Huber Jr. se encarregaria das despesas de um filme sobre "as modificações no conceito de homem de empresa", orçado em 2 milhões de cruzeiros. IPES CE São Paulo, 2 de abril de 1963.

143. De vez em quando, os filmes sofriam readaptações e atualizações para serem coadunados com as novas circunstâncias. A regravação de "*Portos Paralíticos*" e de "Economia Estrangulada" custou ao IPES 750.000 cruzeiros. IPES. Reunião geral, São Paulo, 16 de outubro de 1962.

144. IPES CD, 7 de agosto de 1962.

145. IPES CD, 28 de agosto de 1962.

146. Após o golpe de 1964, o Council for Latin America fez o acompanhamento da cooperação de fontes externas. Em seu relatório de outubro de 1965, foi declarado que "Assistência diária aos grupos locais se estende desde fornecer a novos grupos idéias sobre projetos iniciais, relativamente simples e baratos, até propiciar a grupos já estabelecidos informações e recursos para atividades mais importantes". O Council for Latin America posteriormente patrocinou alguns filmes, entre eles o conhecido "Sermão de Campinas" (que foi assistido por cerca de 13.000.000 de brasileiros), "O Preço da Vida" (que documentava as contribuições da indústria farmacêutica internacional em prol da saúde e do bem-estar), "Terra Proibida" (que mostrava como o capital privado transformava a seca e árida região Nordeste do Brasil em um abundante pomar) e "Esta é a Minha Vida" (a estória do progresso alcançado por um trabalhador sob a égide da empresa privada). O CLA proporcionou modelos para discursos públicos e material para a imprensa e o rádio, como o seguinte:

CLA — CRC — Circular 52/65

Ref.: *ENTREGA DE COMENTÁRIOS PARA O RÁDIO E A IMPRENSA*

Junto a esta circular temos o prazer de remeter-lhes os seguintes artigos:

1) O PAPA E A PAZ INTERIOR.

2) A CENOURA E A VARA.

3) SUKARNO NO OCASO.

4) SERÁ ISTO AINDA COMUNISMO?

5) SERÁ O TERRORISMO UMA FORÇA PARA O PROGRESSO SOCIAL?

Lembramos que este material pode ser usado, editando-o ou sem editar, com a assinatura do autor e preferivelmente adaptado ao estilo local.

Recordamos novamente a necessidade de receber seus recortes, impressões e conselhos. Muito obrigado.

NOTA: É favor usar esta mesma folha para os seus comentários que serão bem recebidos.

COMENTÁRIOS:

8 de outubro de 1965.

Toda semana o CLA mandava cinco ou seis artigos novos para cerca de 100 porta-vozes do rádio e da imprensa na América Latina. O objetivo básico desses artigos era fortalecer atitudes que fomentavam o que era concebido como "desenvolvimento democrático". Um intercâmbio foi estabelecido entre os serviços de imprensa SIB e o CLA, através do qual o SIB usaria material de rádio e imprensa do CLA e este distribuiria material do SIB para os países de língua espanhola. Foram também oferecidas novelas de rádio (uma série de 50 ou 60 capítulos de meia hora de duração). Essas novelas de rádio continham uma mensagem pró-capitalista em meio ao entretenimento, fomentando a "mobilidade e escolha social". Vide *Council of La-*

tin America Report. New York, Out. 1965. p. 2-4.

147. Ata do IPES, 23 de outubro de 1962.

148. Reunião geral do IPES São Paulo, 25 de setembro de 1962. Relatório de Ricardo Cavalcanti de Albuquerque sobre a utilização de seis documentários.

149. Reunião geral do IPES São Paulo, 9 de outubro de 1962.

150. Ch. Gr. São Paulo, 25 de setembro de 1962.

151. Os filmes foram orçados em .... 1.700.000 cruzeiros cada. IPES. Memorando, 21 de novembro de 1962.

152. (a) IPES CE Rio, 14 de junho de 1962. (b) Moniz BANDEIRA. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 74. De acordo com essa fonte, Stone teria sido agente da CIA.

153. IPES CE Rio, 8 de junho de 1962.

154. Todos os meios possíveis de comunicação e pressão (jornais, conferências, artigos, simpósios, reuniões privadas, pressão económica e profissional) foram utilizados para moldar os empresários racional e emocionalmente. Esperava-se que os empresários, por sua vez, levassem "às suas companhias a mensagem democrática do IPES". IPES CE Rio, 29 de novembro de 1962, General Liberato. Vide também Ata do IPES, 27 de novembro de 1962, sobre as tentativas de organizá-lo como o teto das associações comerciais. A idéia da criação de um IPES "em cada empresa" começou a tomar vulto e também o estímulo às ações paralelas, tais como as da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa — ADCE, que, segundo Jorge Frank Geyer, já era "um tipo de IPES". IPES CD Rio, 27 de novembro de 1962.

155. *Seminários do IPES*. Rio, s.d. p. 1.

156. *Id*. p. 4. Os seguintes diretores do IPES orientariam os seminários: Antônio Carlos do Amaral Osório, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Cândido Guinle de Paula Machado, Glycon de Paiva, Harold C. Polland, Israel Klabin, João Baptista Leopoldo Figueiredo, José Luiz Moreira de Souza, José Rubem Fonseca, José Ulpiano de Almeida Prado, Maurício Villela, Miguel Lins, Oswaldo Tavares, Othon Barcellos Correa, Paulo Ayres Filho, Paulo Reis Magalhães, Rui Gomes de Almeida e Zulfo de Freitas Mallman, tendo sido designado coordenador geral Antônio C.A. Osório.

157. O Apêndice N apresenta uma seleção de temas para os seminários organizados e patrocinados pelo IPES, temas estes que refletem o nível sofisticado da elite orgânica em sua campanha para conquistar o bloco burguês e desarticular seus adversários.

158. Por tradição, os clubes sociais e esportivos eram os centros de comunicação informal entre empresários, burocratas e políticos. Nesses locais, já se esquematizaram articulações de diretrizes, uniões de interesses e conspirações político-militares. A composição social, regional e étnica de seus membros sempre refletiu e determinou divisões de classe e status, bem como fortaleceu essas identidades. Sobre a verdadeira participação desses clubes sociais e esportivos no movimento civil-militar, vide Cap. VIII. Os militares tinham também os seus clubes "políticos". O Clube Militar e o Clube Naval constituíram significativos centros de discussão de diretrizes e bases conspirativas até 1964. A sua importância como centros de discussão livre sofreu visível declínio depois do golpe.

159. Ata do IPES, 20 de novembro de 1962. Uma idéia do tipo de formação ideológica que se desenvolvia é sugerida ao considerar os subtítulos de um dos trabalhos distribuídos nessas conferências em um dos clubes da sociedade paulista, que, diga-se de passagem, não é de se esperar que fosse o lugar para tal conferência. O trabalho chamava-se *Fortalecimento do Potencial Nacional — Planejamento* e tratava de: 1) O significado/sentido da problemática da Segurança Nacional — as "Gerações Conscientes", 2) Poder e Potencial Nacional — duas perspectivas diferentes da mesma realidade, 3) Esferas de planejamento no campo da Segurança Nacional, 4) A dinâmica natural do fortalecimento do potencial, 5) A intervenção consciente no processo, 6) O dirigismo to-

talitário e planejamento democrático e 7) Fortalecimento do potencial econômico e desenvolvimento. Documento N. 1, *Fortalecimento do Potencial Nacional — Planejamento*, s. d. Preparado pelo General Golbery.

160. O ciclo de conferências realizou-se entre 13 de agosto e 29 de setembro de 1963. Os oradores foram Alceu Vicente Wightman de Carvalho (sobre *Implicações Econômicas e Sociais da Explosão Demográfica*); Sandra Cavalcanti *(Problemas Habitacionais)*, Achilles Scorzelli Júnior *(Problemas de Saúde)*; José Arthur Rios *(Diferenças Sociais)*; Paulo de Assis Ribeiro *(Acesso à Educação)*; Odylo Costa Filho *(Assistência Social à Infância e Juventude)*; Moacyr Velloso Cardoso *(A Verdade sobre a Assistência Social)*; Fábio Macedo Soares *(Desequilíbrios Regionais)*; Mário Henrique Simonsen *(As Implicações Sociais, Políticas e Econômicas da Inflação)*; Nério Battendiery *(A Questão Salarial)*; Jorge Duprat de Brito Pereira *(Desemprego e Subemprego)*; Jayme Magrassi de Sá *(Subconsumo)*; Wanderbilt Duarte de Barros *(Tensões Decorrentes do Uso da Terra)* e Benedito Silva *(Inadequação da Estrutura Governamental)*.

161. Os cursos tratavam de "Democracia Política e Democracia Econômica", "Empresários e a Dinâmica das Estruturas do Estado", "O Significado Político e Econômico da Democratização do Capital", "Ações como Expressão e Instrumento do Capital", "Estratégia de Grupos de Pressão contra o Capitalismo Democrático" e "Planejamento e Capital". Entre os conferencistas, destacaram-se Carlos José de Assis Ribeiro, Dênio Nogueira, Luiz Cabral de Menezes, Octávio Gouveia de Bulhões e Themístocles Brandão Cavalcanti (para o seminário sobre a *Democratização do Capital*); João Baptista Vianna, C. J. de Assis Ribeiro, Eudes de Souza Leão, Paulo Mário Freire, F. Mbielli de Carvalho, Ary Campista, o General Anápio Gomes, o Brigadeiro João Mendes da Silva, Milton Monteiro, Almino Affonso (para o seminário sobre *A Empresa Privada e a Segurança Nacional*); C. J. de Assis Ribeiro, Almiro Affonso, o General Poppe de Figueiredo, Glycon de Paiva, o Padre Francisco Leme Lopes (SJ), Paulo de Assis Ribeiro, Vicente Barreto, Gilbert Huber Jr., Gilberto de Ulhoa Couto, João Carlos Moreira Bessa, J. Garrido Torres (sobre a *Análise e Diagnóstico da Realidade Brasileira)*.

162. (a) IPES CE, 6 de junho de 1963. (b) *O Estado de São Paulo*, 2 de agosto de 1963.

163. A elite orgânica conseguiu acompanhar essas discussões com publicações que causaram um forte impacto na comunidade empresarial e entre os militares. Uma dessas publicações de tamanha influência foi o livro *Segurança Nacional*, publicado pelo Forum Roberto Simmonsen, da FIESP, em 1963. Ele continha artigos escritos por Otávio Marcondes Ferraz, A. C. Pacheco e Silva e pelos Generais Edmundo Macedo Soares, Lyra Tavares e Humberto de Alencar Castello Branco.

164. N. BAILEY. *op. cit.* p. 220.

165. IPES CE Rio, 19 de junho de 1962. Para Dario de Almeida Magalhães, "A Tática é fazer a ação extremista, mas com uma porção de biombos [M. Salles, D. H. C., Alceu Lima etc.]. O Cardeal está firme".

166. *O Estado de São Paulo*, 18 de outubro de 1963.

167. Foi feito com a intenção de ficar conhecido como a "Resposta Cristã para um Brasil em Crise". (a) IPES CE Rio, 19 de dezembro de 1962. (b) Carta de Glycon de Paiva à Pontifícia Universidade Católica. IPES 62/1716 de 20 de dezembro de 1962. Uma lista de participantes e temas mostra aquelas pessoas e aqueles assuntos que, a essa altura, devem ser familiares ao leitor: Alceu Amoroso Lima *(Análise da Crise Nacional)*; Oswaldo Trigueiro *(Opções e Objetivos das Reformas de Base)*; Sucupira *(Evolução Histórica de Temas Sociais)*; Oswaldo Trigueiro *(Reforma da Estrutura Política)*; José Murta Ribeiro *(Reforma Judiciária)*; Lucas Lopes *(Reforma dos Serviços de Utilidade Pública)*; Paulo de Assis Ribeiro *(Reforma Administrativa)*; José Garrido Torres *(O Homem*

e a Ordem Internacional); Dias Carneiro *(Política Externa)*; João Camilo de Oliveira Torres *(Política de Comércio Exterior)*; Alexandre Kafka e João Baptista Pinheiro *(Capital Estrangeiro)*; Daniel Faraco *(O Homem e a Economia)*; Mário Henrique Simonsen *(Reforma Tributária)*; Carlos José de Assis Ribeiro *(Reforma Orçamentária)*; Aníbal Villela *(Reforma Antitrust)*; Oscar Barreto Filho *(Reforma do Mercado de Capitais)*; Octávio Gouveia de Bulhões e José Luiz Moreira de Souza *(Empresa Privada)*; J. Queiroz Filho *(Participação nos Lucros)*; Frederico Rangel *(Legislação Trabalhista)*; Carlos José de Assis Ribeiro *(Previdência Social)*; José Arthur Rios *(Estruturas Sociais)*; Paulo de Assis Ribeiro *(A Dignificação do Homem)*; Julian Chacel *(Estrutura Agrária)*; Luiz Carlos Mancini *(Questão Habitacional)*; Dom Helder e Luiz Alberto Bahia *(O Direito de Expressão e sua Função Social)*; Sílvio Fróes de Abreu *(Conservação dos Recursos Naturais)*. Outros temas eram: Reforma Eleitoral, Reforma Legislativa, Educação como um Fator na Formação do Homem e também Saúde e Sanitarismo. O seminário realizou-se com o patrocínio conjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que participou dos custos. Vide IPES CE, 29 de novembro de 1962. O IPES também planejou um seminário com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social Econômico, de José Arthur Rios e do Padre Lebret. IPES CE Rio, 28 de março de 1963. Paulo de Assis Ribeiro procurou também a colaboração de Raquel de Queiroz, para que ela elaborasse uma cartilha sobre as reformas fundamentais necessárias ao país. Carta de P. A. Ribeiro a J. Garrido Torres, 5 de fevereiro de 1963, no Arquivo de Paulo de Assis Ribeiro.

168. N. BLUME. *op. cit.* p. 216.

169. Embora o Padre Crippa tenha sido removido de São Paulo, pelo Cardeal Mota, e mandado para Campinas, ele voltava com regularidade para continuar o seu trabalho no Convivium.

170. Vide Capítulo VII.

171. IPES CE e CD, 4 de dezembro de 1962. Em dezembro de 1962, o Padre Crippa apresentou um plano de ação para 1963, que foi estudado por Paulo Edmur de Queiroz. Esse plano incluía o estabelecimento de uma Escola Superior de Liderança, a expansão do Instituto de Formação de Líderes e a Agência de Notícias Planalto, assim como a criação de um seminário político e ideológico. J. B. Leopoldo Figueiredo pediu a Paulo Edmur de Queiroz para ser o contato com o Padre Crippa, de forma que o Padre apresentasse seu orçamento e fixasse as prioridades. IPES CE e Ch. Gr., 18 de dezembro de 1962, para o projeto que acabou sendo estruturado.

172. IPES São Paulo. *Relatório das Atividades 1963*. p. 2.

173. IPES CE e Ch. Gr. São Paulo, 31 de janeiro de 1963.

174. José Ely Coutinho, que sucedeu Adalberto Bueno Neto nos contatos que o IPES estabeleceu com a ACM, ligado a João Nogueira Lotufo, como membro da ACM, que também era membro ativo da American Chamber of Commerce. IPES São Paulo, Reunião Geral, a 16 de outubro de 1962.

175. *O Estado de São Paulo*, 20 de outubro de 1963.

176. Carta do IPES 64/0128 a Frei Metódio, de 18 de fevereiro de 1964, pelo General Liberato.

177. (a) IPES CE e Ch. Gr. São Paulo, 18 de dezembro de 1962. (b) IPES CE, 21 de maio de 1963.

178. Ciclo de Conferências. *O Estado de São Paulo*, 12 de dezembro de 1963.

179. Conforme foi enfatizado pelo General João Baptista Tubino: "O IPES, entre seus mais altos objetivos declarados deveria visar ao aperfeiçoamento da consciência cívica e democrática das diferentes classes da sociedade brasileira". IPES. Documento. *Curso de Atualidades Brasileiras*, p. 2.

180. Ata do IPES, 28 de novembro de 1962.

181. IPES. Documento n. 3. *Vagas Disponíveis*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1963.

182. IPES CE Rio, 29 de novembro de 1962. "Não concebo êxito para qualquer ação que salvaguarde o regime democrático se não for apoiada em idéias. Uma idéia só se combate efetivamente com outra idéia melhor". "Por que não se cria uma instituição para pregação dos ideais democráticos". J. Garrido Torres no CD, 29 de maio de 1962.

183. IPES Grupo de Integração, relatório de 10 de novembro de 1964. A idéia de formalização da *existência* da ADIPES surgiu em virtude da necessidade de preencher novamente os quadros do IPES, que se encontravam desfalcados pela integração de seus membros no governo, depois do golpe de abril de 1964. Em agosto de 1964, a diretoria da ADIPES compreendia Harold C. Polland, Leopoldo Figueiredo Jr., Jorge Frank Geyer, Alberto Venâncio Filho e Narzy Maia. *Relatório da ADIPES*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1965, por Ormy Rosolem.

184. IPES. Documento n. 4. *Temas a Considerar*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1963. Esse documento fornece uma lista de temas disponíveis para esses cursos: Realidade Brasileira, Democracia e os Regimes Totalitários, Democracia e a Igreja, O Desenvolvimento do País e a Política Externa, Progresso Econômico e Progresso Social, Democratização do Capital, A Legislação Trabalhista Brasileira e a Empresa, Planos para o Desenvolvimento, O Processo de Reformas de Base no Brasil, Reforma Tributária, Reforma Bancária, Reforma Empresarial e Reforma Agrária.

185. (a) IPES. *Relatório 1963*, p. 3. (b) IPES. *Documento N. 1*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1963.

186. Objetivos do Curso. Entre outros, destacavam-se como professores dos cursos (alguns deles ministrados mesmo após 1964): Harold C. Polland (Significância do CAB), Alceu Amoroso Lima (Realidade Brasileira), Themístocles Cavalcanti (Democracia e os Regimes Totalitários), Gustavo Corção (Democracia e a Igreja), Delfim Netto (Progresso Econômico e *Progresso Social*), Carlos de Assis Ribeiro (Planos para o Desenvolvimento), Mário Henrique Simonsen (Reforma Tributária, *Implicações Políticas*, Sociais e Econômicas da Inflação), Dênio Nogueira (Reforma Bancária, Objetivos e Implicações resultantes da Reforma Monetária), J. L. Moreira de Souza (Reforma Empresarial, Democratização do Capital), José Arthur Rios (Reforma Agrária, Reforma da Política Habitacional), Paulo Sá (Leis Trabalhistas e Empresas), Paulo de Assis Ribeiro (Processo de Reformas), João Camilo de Oliveira Torres (Democracia e os Regimes Totalitários), Octávio Gouveia de Bulhões (O Desenvolvimento do País e Política Externa), Roberto Campos (Política Externa e o Desenvolvimento do País), Hélio Drago, Fábio Macedo Soares Guimarães (Aspectos Fisiográficos do Brasil), José Garrido Torres, Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira e Wanderbilt Duarte de Barros. Lista composta a partir dos N. 19 a 39 do *Boletim Mensal*, IPES.

Encontravam-se entre os conferencistas e temas dos cursos ministrados depois de abril de 1964: Antônio Saturnino Braga (Aspirações do Povo Brasileiro); Luiz Alberto Bahia (Contexto Político e Modelos Econômicos); Hélio Beltrão (Política da Reforma Administrativa do Governo); o Coronel Hélio Gomes do Amaral (Política Nacional de Telecomunicações); o Coronel Wilson Moreira Bandeira de Mello (Ciência, Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento); Glycon de Paiva (População e Desenvolvimento, Produção Mineral); Eudes de Souza Leão (Produção Vegetal e Políticas Agrárias); Durval Garcia Menezes (Gado de Corte); o Coronel Antonino Dória Machado (Produção Industrial, Indústrias Siderúrgicas); John Cotrim (Fontes Energéticas), A. Trajano Antunes (Poupança Interna, Investimentos); Walter Lorch (Política de Transportes); Sérgio Paulo Rouanett (Política de Comércio Exterior); Achilles Scorzelli Jr. (Políticas de Saúde) e Geraldo Danemmann.

187. É válido observar como são concomitantes posição na hierarquia militar e ocupação de cargo em empresas. A ilustração a seguir mostra a composição de um desses grupos:

TRABALHO DE GRUPO

GRUPO: C APRESENTAÇÃO: 9-XII-1964

TEMA: INFLAÇÃO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS NO BRASIL

COMPOSIÇÃO:

Dirigente - Maurílio Augusto Silva
Vice-Almirante R. Rm (ESSO)

Relator - Octávio Alves Velho
General Divisão R1 (MESBLA)

Componentes (Tarefas)

PARTE INFLAÇÃO	(Lineu Maria Vieira (Economista - Professor Catedrático Univ. Fed. Est. Rio (Antonio Carlos Ferreira de Queiroz Economista - Min. Minas e Energia
PARTE INVESTIMENTOS E POUPANÇA	(Newton Arguello (Economista - Dir. Revista Aviação Astronáutica (Fernando Mibielli de Carvalho Advogado - Professor Fac. Nac. Ciências Econômicas
PARTE OPINIÃO PÚBLICA	(Jeronimo Baptista Bastos (Major-Brigadeiro FR - ([illegible]) (Sérgio Pinheiro Subgerente Vendas - (ESSO)

Relatório que, reflete a opinião unânime do grupo, após sofrer análise e crítica de todos seus componentes.

188. IPES CE, 29 de novembro de 1962, José Rubem Fonseca. No princípio de 1963, o General Tubino recebeu do General Golbery uma cópia de um plano geral para o primeiro *Curso Superior de Estudos de Atualidades Brasileiras*. O seu modelo foi um curso ministrado duas vezes por semana, de julho a novembro de 1962, em um total de 34 aulas. Vide também o Plano do General Golbery para o General Tubino no IPES 6/5/63.

O curso seria realizado no Sindicato da Indústria Farmacêutica, nos termos de um acordo feito por Villela. A equipe compreendia Nei Peixoto do Valle, J. Garrido Torres e José Rubem Fonseca, que recebeu o apoio do Grupo de Estudo e Doutrina. As despesas fixas de secretaria foram calculadas em torno de 600.000 cruzeiros mensais, não incluindo o material que se necessitava para o curso. Quarenta e cinco estudantes participaram da primeira turma. Entre eles, havia 10 do IPES, 3 do Estado Maior das Forças Armadas — EMFA, 3 de sindicatos, 3 da liderança do IPES, um do Conselho de Segurança Nacional — CSN, um do Ministério da Indústria e Comércio, 7 do Ministério da Educação, 4 de associações empresariais, 3 profissionais e 4 estudantes.

O IPES compôs a lista do corpo de professores do curso com as seguintes pessoas: Alceu Amoroso Lima e Dantom Jobim (Socialismo e Democracia); Érico Veríssimo, J. Garrido Torres, João Baptista Leopoldo Figueiredo e João Pinheiro Baptista (Capitalismo e Democracia); o General Golbery e Hélio Jaguaribe (Nacionalismo Democrático); o General Jurandir Mamede (As Forças Armadas e Democracia); o General Macedo Soares (Democracia, Segurança Nacional e Indústria); Dom Helder Câmara (Igreja e Democracia); José Luiz Moreira de Souza e Gilbert Huber Jr. (Democratização do Capital); Luiz Carlos Mancini e José Arthur Rios (Progresso Econômico e Justiça Social); Hélio Jaguaribe e Gilberto Freyre (Nordeste e Desenvolvimento), o Padre D'Ávila (Igreja e Progresso Econômico); Cândido Guinle de Paula Machado, Eliezer Burlá e Odylo Costa Filho (Os Empresários e Opinião Pública); Cândido Mendes, Mário Henrique Simonsen e Hélio Beltrão (Pesquisa e Planejamento Econômico); Edgard Teixeira Leite (Capital Estrangeiro); Nehemias Gueiros e Daniel Faraco (Sociedades Anônimas): José Garrido Torres (Lucros Extraordinários, Mercado Comum Latino-Americano); Harold C. Polland e Paulo Ferraz (Transporte); o Major Maurício Cibulares (Medidas para Suprimento, Energia); Glycon de Paiva (Minerais e Subsolo); J. Carlos Vital e Lúcio Costa (Transporte e Urbanização); Daniel Faraco (Legislação Inadequada); Paulo de Assis Ribeiro (Reforma Agrária, Reforma Tributária, Reforma Bancária, Leis Anti-Trust); Mário Gibson Barbosa e Carlos Chagas Filho (Intercâmbio Cultural); Orlando de Carvalho, Flexa Ribeiro e Herbert Chamoun (Problemas Universitários) e o Embaixador Araújo Castro (Política Externa). A partir dessa lista de nomes, torna-se óbvio que era extraordinária a capacidade do IPES de articular, nessa fase, uma posição político-intelectual de "centro".

CAPÍTULO VII

A AÇÃO DE CLASSE DA ELITE ORGÂNICA: A CAMPANHA POLÍTICA DA BURGUESIA

Introdução

Algumas das ações vitais da elite orgânica em diferentes áreas de atividade política e alguns eventos considerados aparentemente desconexos ou como "reações espontâneas" de segmentos da população tinham, de fato, coordenação da elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD.[1]

As atividades políticas da elite orgânica eram extraordinariamente variadas em natureza e amplas em escopo, cobrindo um número de operações distintas, projetadas para um apoio mútuo e para uma intercomplementação, produzindo um importante efeito cumulativo. O alvo estratégico da elite orgânica consistia em se estabelecer no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e *políticas* que os interesses representados no IPES exigiam. Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe "para si". Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a "massa de manobra" da própria elite orgânica. Ainda, as manobras táticas faziam-se necessárias por uma outra razão fundamental: conduzir a estrutura social a um ponto de crise onde as Forças Armadas, cujo apoio fora simultaneamente e intensivamente aliciado, seriam levadas a intervir sob uma liderança coordenada. Durante a presidência de João Goulart, "conspiradores históricos" se esforçavam para organizar seus comandos e, em muitos casos, entrosá-los a fim de, com êxito, desfecharem um golpe. Destacavam-se entre eles os Generais Cordeiro de Farias, Golbery do Couto e Silva, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Herrera, Liberato da Cunha Friedrich, Nelson de Mello, os Almirantes Sílvio Heck e Augusto Rademaker Grunewald e os Brigadeiros Eduardo Gomes e Fleiuss, bem como um crescente número de novos aliados, dentre os quais estavam os Generais Olympio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes e Amauri Kruel. Contudo, enquanto os vários grupos conspiradores agiam como unidades isoladas, absorvidas em pequenas rixas, a ação direta não poderia ser contemplada, ou falharia novamente, como aconteceu em 1961 — evento que, nas palavras do General Golbery, constituíra um desastre para o Exército.[2] A ação direta não poderia se efetivar enquanto a situa-

ção envolvesse vários líderes em potencial disputando a chefia e respondendo a pressões regionais, setoriais e outras. Ainda, enquanto os militares não aceitassem em massa o movimento de golpe contra João Goulart e enquanto sentissem que a sua intervenção não estivesse legitimada por civis, dever-se-iam empregar táticas de adiamento contra o Executivo, as organizações populares das classes trabalhadoras, as tradicionais forças populistas e, finalmente, contra os oficiais impulsivos antigovernistas e a ação de pequenas facções conspiradoras.[3]

As táticas de adiamento, visando criar tensão política e a condenação pelas classes médias de diretrizes políticas do Executivo e dos projetos dos militares da esquerda e do trabalhismo, recaíam em duas categorias: aquelas com características ideológicas e as com fortes repercussões políticas ou militares. Todas eram de natureza encoberta e até mesmo secreta. Para essas atividades desenvolvidas na população de estudantes, de trabalhadores rurais e urbanos e das classes médias, o IPES contava com uma estrutura de ação composta por 4.000 ativistas estudantis e sindicais, profissionais, donas-de-casa das classes médias e funcionários públicos.[4] Para as suas atividades no Legislativo e junto à classe militar o complexo IPES/IBAD confiava em suas redes dentro das Forças Armadas e nos políticos reunidos sob o "teto" político da ADP, na liderança dos partidos de centro-direita e no envolvimento direto de empresários de destaque.

A ação no meio estudantil e cultural

Ao final da década de cinqüenta, estudantes, intelectuais, políticos e militantes de partidos, clérigos e militares desenvolveram um movimento geral para infundir entre as massas algumas noções de interesses de grupo ou de classe, alguns ideais sobre o papel do Estado e o caráter positivo e necessário de certos objetivos nacionais. Esse racional e planejado esforço de conscientização das massas visava a despertar em seu meio um senso de consciência de seu verdadeiro e potencial valor a fim de prepará-las como participantes e beneficiárias da mudança social.[5] Várias organizações se envolveram no processo: A Ação Popular — AP, que era uma ramificação da Juventude Universitária Católica — JUC, e setores radicais da Igreja, através do Movimento de Educação de Base — MEB, a União Nacional de Estudantes — UNE, por meio de seu Centro Popular de Cultura, que levava a arte e a música militantes às favelas e subúrbios de classes trabalhadoras e também mantinha uma editora para publicar material de conteúdo crítico, social e político, bem como o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados, por intermédio de sua Comissão de Cultura Popular e ainda uma variedade de programas de alfabetização que basicamente usavam o método de Paulo Freire juntamente com a conscientização política.[6]

No princípio da década de sessenta, a UNE apresentou um abrangente conjunto de demandas que cobria itens como a reforma universitária e educacional, inflação, capital estrangeiro, imperialismo, política exterior independente, apoio a Cuba, solidariedade a grevistas, campanhas de alfabetização, reforma agrária e assistência técnica ao movimento de sindicalização rural. Em 1961, a UNE tornou-se uma parte integrante do bloco nacional-reformista e eventualmente um importante componente da Frente de Mobilização Popular, que reunia todas as organizações e instituições políticas e culturais da esquerda trabalhista.[7] Esses

desenvolvimentos coincidiam com o crescimento da Ação Popular dentro do movimento estudantil, a partir da eleição para a *presidência* da UNE em 1961 de Aldo Arantes, um estudante goiano e líder da AP. Aldo Arantes foi sucedido por um outro líder da AP, o mineiro Vinicius Caldeira Brant, em 1962, e, em 1963, José Serra, também líder da AP, foi eleito presidente da UNE.[8]

A Declaração da Bahia, uma conclusão político-ideológica do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado em 1960 em Salvador, representou um importante marco no desenvolvimento político do movimento estudantil. Pelas conclusões da Declaração, o Brasil era visto como "uma nação capitalista em fase de desenvolvimento", com "uma infra-estrutura agrária sob controle de poderosos grupos estrangeiros" e um "Estado oligárquico" crivado por contradições que "indicavam a falência da estrutura liberal burguesa". A solução que o documento propunha para tal estado de coisas era a "socialização dos setores fundamentais da economia", um fim à alienação do proletariado, a "efetiva participação dos trabalhadores nos órgãos do governo" e a "criação pelo governo de condições para o completo desenvolvimento das organizações do proletariado".[9] Esses constituíam os alvos estratégicos do movimento estudantil. Contudo, eles reconheciam a falta de uma perspectiva tática que os ajudasse a realizar os seus objetivos. Em virtude disso, em 1962 foi convocado em Curitiba o II Seminário Nacional de Reforma Universitária. A Carta do Paraná reuniu todas as conclusões políticas e ideológicas do encontro. Ela tornou-se um dos mais importantes documentos do movimento estudantil. Significativamente, a reforma universitária foi incluída na parte da Carta que tratava do "esquema tático de luta", como parte das Reformas Básicas, que começavam a dar ampla margem de discussão ao bloco nacional-reformista, ao governo e mais tarde até mesmo ao bloco modernizante-conservador. Essa proposta representava um ponto de partida para uma eventual aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses, vinculando o movimento para a reforma universitária a outras reivindicações populares.[10] As organizações estudantis tencionavam criar uma "aliança de trabalhadores, camponeses, intelectuais progressistas, os militares democratas e outros setores da vida nacional" de modo a unir suas reivindicações e fortalecê-las. Elas fizeram da reforma agrária a bandeira de luta dos estudantes. Por outro lado, esperavam que as transformações no sistema de ensino se tornassem as "aspirações objetivas e subjetivas dos trabalhadores e dos camponeses". Essa idéia foi tão disseminada que a UNE procurou sintetizar aquelas reivindicações em seu programa de luta universitária como a necessidade de "expandir a aliança Estudante-Operário-Camponês".[11] Visando a contrariar os esforços da AP e da UNE, a elite orgânica desenvolveu uma difícil e dura campanha de contenção e desagregação dirigida especialmente contra a UNE e também contra a sua congênere mais nova, a União Brasileira de Estudantes Secundários — UBES, bem como contra outras organizações estudantis de cunho popular, como Juventude Estudantil Católica — JEC, a Juventude Universitária Católica — JUC e a União Metropolitana de Estudantes — UME.[12]

O IPES apoiava essas ações por meio de assistências financeiras, técnicas e administrativas, que se estendiam desde o envolvimento nas eleições estudantis, fundos para publicações e atividades até subsídios para atividades específicas, projetos e indivíduos e o patrocínio de viagem aos Estados Unidos para estudantes.[13] Contudo, o líder ipesiano Antônio Gallotti havia imaginado desde o

início que a ação do IPES no movimento estudantil não seria somente em termos de apoio financeiro. Percebera também a necessidade de infiltrar "elementos democráticos" dentro da população estudantil militante, uma atividade que se entendia como vital.[14] Além do mais, o líder Duvivier Goulart destacava a necessidade de também se desenvolver a ação política através de professores, já que eles constituíam os elementos permanentes da estrutura educacional. Nesse ponto ele era contestado pelo líder Cândido Guinle de Paula Machado, um dos maiores ativistas em assuntos estudantis, que enfatizava que a ação só seria eficaz se ela emanasse dos próprios estudantes. O máximo que o IPES poderia fazer seria orientá-los. Ele teria de proporcionar apoio logístico aos militantes estudantis e evitar reações espontâneas de líderes e grupos. O problema foi posto nas mãos de Cândido Guinle de Paula Machado. Em termos práticos, o complexo IPES/IBAD agia, de acordo com as circunstâncias, através de estudantes e de docentes, como sustentadores da ação organizada e como realizador direto em áreas limitadas.[15] O IPES fazia sentir a sua influência mesmo nos mais altos escalões acadêmicos e administrativos da Universidade do Brasil, principalmente através das importantes conexões do seu líder Oscar de Oliveira,[16] em seus esforços para desorganizar o movimento estudantil.

Como chefe do Grupo de Levantamento da Conjuntura, o General Golbery encarregava-se pessoalmente da supervisão da campanha da elite orgânica na população estudantil, alvo para assuntos que exigiam um abrangente planejamento estratégico. Ilustravam esse fato as eleições universitárias em São Paulo,[17] onde o IPES trabalhava com uma associação de ex-líderes estudantis, na qual Paulo Egydio Martins desempenhava papel proeminente e emprestava sua grande experiência de antigo líder estudantil de direita, de São Paulo e a nível nacional, na tentativa de influenciar o público universitário.[18] No Rio de Janeiro, o IPES estava envolvido na ação universitária através do Centro Acadêmico Machado, da Pontifícia Universidade Católica, e por intermédio do líder estudantil Manoel da Rocha, do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira — CACO, da Faculdade de Direito. Manoel da Rocha se aproximou do IPES visando angariar apoio financeiro para vencer as eleições (as quais ele finalmente perdeu). O empresário Maurício Vilela instou o IPES a providenciar colaboração, argumentando que o CACO representaria um dos mais importantes centros de ação para a elite orgânica.[19] O líder Joviano Rodrigues de Morais Jardim, o encarregado da "caixinha", aprovou as contribuições.[20] O IPES também tentou influenciar as eleições da União Metropolitana de Estudantes, assim como as eleições universitárias em Pernambuco (Estado no qual houve necessidade de se neutralizar o apoio ao futuro candidato a governador, Miguel Arraes, e às Ligas Camponesas),[21] quando se elegeu o anticomunista Marco Antônio Maciel. Operando com a cobertura do IBAD, a elite orgânica também penetrava no movimento estudantil. Com muito êxito, ela entrou em ação contra a UNE, através do Movimento Estudantil Democrático — MED, fundado e patrocinado pelo complexo IPES/IBAD.[22] O IBAD também se embrenhou no movimento estudantil por meio da Frente da Juventude Democrática — FJD, patrocinada pelo IPES e dirigida pelos ativistas estudantis de direita, Duval Vianna e Alain Araújo.[23] O IPES patrocinava, ainda, o Grupo de Ação Patriótica — GAP, liderado por Aristóteles Drummond e composto por estudantes da classe média e alta que, juntamente com a FJD, o Movimento Anti-Comunista — MAC e o MED, operava como intimidador

contra simpatizantes da UNE e UBES, assim como contra os propagadores das posições nacional-reformistas dentro do movimento estudantil.[24] O complexo IPES/IBAD não apenas conferia apoio financeiro às atividades eleitorais, mas também provia experiência política[25] e cobertura através da mídia, produzia e distribuía material de propaganda adverso aos da liderança da UNE e do bloco nacional-reformista, bem como treinava ativistas estudantis. O IPES também encorajava a contribuição empresarial direta, através de anúncios em jornais estudantis amigos, como *Juventude Universitária*, e apoiando o *Jornal Universitário*, da FJD, ou o direitista *Correio Acadêmico* (contrapartida do *Correio Sindical* do IBAD), assim como publicando "material profissional" pela Editora Agir, de propriedade de Cândido Guinle de Paula Machado.[26] A idéia de se patrocinar e fundar jornais estudantis surgiu em abril de 1962, decorrente de uma análise da situação dos estudantes no país, feita pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura, que forneceu as diretrizes para a ação.[27] O líder do IPES Álvaro Americano tornou-se o encarregado de fazer o orçamento para a ação de jornais estudantis no Rio.[28] Em Recife, o pedido de ajuda financeira de um desses jornais foi passado pela direção do IPES do Rio para os cuidados dos empresários A. C. Menezes e Bezerra de Menezes.[29] No entanto, apesar dos vastos recursos e meios à disposição do IPES, as suas atividades alcançaram relativo êxito, até as cruciais eleições para a liderança nacional da UNE em 1963.[30]

Em meados de 1963, o movimento universitário entusiasticamente se voltava para a esquerda e o trabalhismo e passava a gozar uma ascensão política. A UNE se engajava em um amplo espectro de atividades políticas, tomando posição em toda questão que aparecesse, desde as diretrizes políticas segregacionistas (*apartheid*) da África do Sul até a necessidade de reforma agrária. Além disso, os estudantes se comprometiam ativamente em campanhas nacionais de alfabetização de adultos e participavam em massa das campanhas sanitárias no campo, promovidas pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais do Ministério da Saúde. Tais campanhas tornavam verdadeiros os princípios teóricos e alvos ideológicos da UNE, qual seja, a grande aliança Operário-Estudante-Camponês. E ainda, através da UNE-Volante, o Centro Popular de Cultura desenvolvia uma forte campanha política dentro das classes trabalhadoras pelos quatro cantos do país. Foi no contexto desta mobilização estudantil que o próprio General Golbery se ofereceu para tomar a direção da contracampanha para as eleições nacionais à liderança da UNE.[31]

O XXIII Congresso anual da UNE transcorreu entre 22 e 28 de julho de 1963 em Santo André, no Estado de São Paulo. O seu resultado determinaria a linha de ação política da UNE em um período crítico. Não se mediram esforços para aproveitar-se da propalada cisão Pequim/Moscou e desviar os estudantes de sua própria discussão política sobre a Universidade e as Reformas Básicas, porém eles fracassaram.[32] A reação da imprensa foi extremamente desfavorável à liderança da UNE em particular e ao congresso em geral. *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de São Paulo* especialmente deram ao congresso intensa cobertura e muito comentário editorial negativo. O mais importante elemento de oposição aos representantes do trabalhismo e da esquerda nas eleições dos novos dirigentes da UNE era a Frente de Juventude Democrática, patrocinada pelo IPES, que o Cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, Daniel M. Braddock, descreveu como "um grupo direitista ao extremo. Os líderes inclinados para a violência

da FJD haviam feito todos os tipos de planos de arrepiar os cabelos". De acordo com Daniel Braddock, "Eles foram impedidos de bombardear e metralhar o congresso, mais por revista feita pela polícia do que por bom senso. Ainda bem que foram refreados, pois uma ação violenta só teria atraído a simpatia do público pelos ocupantes de cargos oficiais (da UNE), principalmente se houvesse mártires. Os líderes mais responsáveis da oposição evitaram deliberadamente o contato com a FJD. O jornal *O Estado de S. Paulo*, posto que não defendesse a organização, deu destacada cobertura noticiária a seus vários manifestos que denunciavam o controle comunista dos estudantes".[33]

Encabeçava a chapa da oposição Luiz Fernando Ferreira, o candidato da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, chapa esta publicamente rotulada de ibadiana. Um importante organizador dessa chapa era não outro senão Luiz Fernando Levy, filho do líder udenista Herbert Levy, e ativista juntamente com seus irmãos nos grupos de ação, organizados pelo IPES, para os setores estudantis, sindicais e militares de São Paulo.[34] Luiz Fernando Ferreira, com muita sorte, receberia os votos de até duzentos delegados. Para tanto, tornar-se-ia necessário receber o apoio dos delegados de Pernambuco, cujo presidente da União dos Estudantes do Estado, Marco Antônio Maciel, transformara-se na maior incógnita do congresso aos olhos dos observadores americanos. Embora se mostrasse publicamente como um anticomunista, ele não parecia se comprometer a um grau esperado. Ademais, a obtenção de 200 votos implicaria também a mobilização de diversas delegações que nem mesmo apareceram na convenção. Havia muitos delegados qualificados de São Paulo, por exemplo, que, na última hora, optaram pelas praias de Guarujá, depois de haverem prometido cumprir com a sua parte. E ainda, uma delegação de uns quarenta membros, do Rio Grande do Sul, ficou impedida de comparecer, em decorrência de um desentendimento, também de última hora, com o IPESUL que pagaria as suas passagens aéreas.[35] Depois de todos esses contratempos, quando apuraram-se os votos, Luiz Fernando Ferreira obteve apenas cinqüenta e cinco, que pareciam insignificantes se comparados com os seiscentos e setenta e nove a favor do representante da chapa nacional-reformista, "Unidade". Os estudantes haviam deixado claro com qual lado simpatizavam. José Serra, o candidato paulista da AP, elegeu-se presidente e o complexo IPES/IBAD perdera uma batalha crucial.

A ação estudantil do IPES não se limitava à manipulação de ativistas universitários ou à interferência em suas eleições. O IPES também interveio nas eleições da altamente combativa Associação Metropolitana de Estudantes Secundários — AMES. Ele autorizou o seu líder Hélio Gomide, pagador geral das atividades estudantis nesse campo vital, a conferir somas de até 100 mil cruzeiros de cada vez, tanto para os militantes de direita da AMES, quanto da UME.[36] Em São Paulo, através da União Cívica Feminina, a organização das ativistas de classe média, o IPES auxiliou o Congresso da União Paulista de Estudantes Secundários — UPES e a Convenção Cristã e Democrática de Estudantes Secundários.[37]

Como já foi visto anteriormente, outras formas de ação pelo IPES envolviam o patrocínio e o endosso de atividades culturais e grupos universitários e o apoio às instituições culturais estabelecidas que tivessem relevância ideológica ou política. Paulo Edmur de Souza Queiroz, líder do IPES, encarregava-se de tais operações.[38] Dentre esses grupos e instituições distinguiam-se a já mencionada Associação de Cultura Brasileira — Convívio (que reunia professores de diversos

níveis, universitários e profissionais liberais e publicava a revista *Convivium*), o Instituto Universitário do Livro — IUL, o Movimento Universitário de Desfavelamento — MUD, a revista intelectual moderada *Cadernos Brasileiros*, o Instituto de Estudos Políticos e Sociais — IEPS, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que publicava a *Síntese: Política Econômica Social*, e a Campanha de Educação Cívica — CEC.[39]

O IPES mantinha relacionamento com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo por intermédio e apoio de Marota Rangel e Manoel Ferreira, embora o Padre Corazza[40] fizesse rigorosa objeção às suas atividades e presença nessa universidade. A comissão que estabelecia o convênio com a Universidade Católica compreendia o General Golbery, José Luiz Nogueira Porto e Paulo Galvão. A elite orgânica também contava com José Ely Viana Coutinho e o General Agostinho Cortes para a coordenação entre ela e as entidades que recebiam o seu apoio.[41] Com a PUC de São Paulo, o IPES estabeleceu o Centro de Documentação e Pesquisa Política e Social.[42] O IPES lutava para expandir esse projeto, criando, assim, o Instituto Universitário de Ciências Sociais, que consistia em dois departamentos principais: a Escola Superior de Ciências Políticas e Sociais e a Escola de Formação de Líderes — EFL. A EFL era um projeto a ser desenvolvido pelo Monsenhor Enzo Gusso, sob os auspícios do IPES.[43] O Centro de Documentação supria o IPES de um banco de dados e, em particular, desempenhava um papel subsidiário para as atividades políticas e ideológicas do Grupo de Doutrina e Estudo, através da manutenção de uma biblioteca especializada, e um arquivo de filmes, fotografias, fitas, vídeo-tapes e microfilmes.

O IPES mantinha também ligações com a Universidade Católica de Campinas, onde estabeleceram em 1963 o Curso de Ciências Políticas e Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O curso se empenhava em auxiliar o preparo e a organização de professores de ciências sociais e políticas, que tomariam parte nas atividades políticas e "cívicas". O IPES organizou também seminários sobre assuntos da atualidade, onde houve a discussão de vários tópicos, como: "O Nordeste de Hoje e Amanhã", "A Mulher na Conjuntura Brasileira", "Analfabetismo no Brasil e no Mundo", "Crescimento e Progresso Econômico" e "A Influência do Dinamismo Humano na Economia". Em Campinas, ele organizou, ainda, cursos noturnos de alfabetização de adultos, com fortes conotações políticas, nos quais disseminavam-se os valores da elite orgânica.

O IPES mantinha ligações especiais com outro centro cultural e político, o CESB — Centro de Estudos Sociais Brasileiros. Uma privilegiada localização geográfica favorecia tal ligação, já que o CESB operava no mesmo edifício onde o IPES do Rio mantinha o seu escritório. Servia de contato o Dr. Calafate, um dos diretores do CONCLAP, que também ocupava salas no mesmo prédio.[44]

A Associação Brasileira do Congresso de Liberdade da Cultura recebia também o apoio do IPES. Através dessa organização, que tinha ramificações internacionais, ele disseminava suas próprias idéias sobre o Movimento Estudantil e a natureza da Universidade. Responsabilizavam-se pelo desenvolvimento dessa operação os líderes ipesianos A. Venâncio Filho, José Duvivier Goulart e Oscar de Oliveira, que trabalhavam como uma equipe do Grupo de Estudo e Doutrina, na unidade de "Problemas Universitários".[45]

Como já foi mencionado, o IPES criou em 1962 o Instituto Universitário do Livro — IUL. O IUL servia de canal para a distribuição de livros políticos

a preços baixos, para a promoção e publicação de livros "didáticos", o que o IPES julgava ser de "real interesse universitário", e para a impressão de folhetos e apostilas. Desempenhava também o papel de instituição que "distribuía" bolsas de estudo para "cursos especiais" e servia de foro para a promoção de estudos da conjuntura política em forma de seminários, séries de conferências e palestras de interesse da "classe universitária". Na área de impressão e distribuição de folhetos, panfletos e apostilas, o IUL coordenava esforços, entre outros, com a Faculdade Paulista de Direito, a Faculdade de Direito Mackenzie, a Escola Técnica de Química Industrial de Ribeirão Preto, a Faculdade de Economia São Luiz, a Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiæ e a Faculdade de Engenharia Mauá.[46] A diretoria do IUL compreendia José Ely Viana Coutinho, Paulo Egydio Martins, Carlos Eduardo Corbett, Eduardo Figueiredo e Maria Lúcia Coutinho Galvão.[47]

O IPES propiciava a interação direta de empresários e universitários, através da instituição do Departamento de Estágios, que apresentava e expunha estudantes universitários às práticas do mundo de negócios de São Paulo e ao seu universo de valores comerciais e ideológicos. O IPES patrocinava feiras de livros que serviam de canais de distribuição para as publicações que queria ver divulgadas.[48] Incluía-se também entre aqueles sob o auspício do IPES o Centro para Documentação Econômica e Social — CEDES.[49] Para essas atividades, o IPES contava com o envolvimento de José Ely Coutinho e Eduardo Figueiredo.[50]

A doutrinação dos mais jovens também preocupava ao IPES e ele se empenhava em marcar sua presença ideológica na escola de 2.º grau, bem como na de educação primária. Através das crianças da classe média, ele poderia atingir seus pais, mobilizando também, nesse processo, o "estabelecimento escolar", na tentativa de neutralizar ou, se possível, integrar a equipe de professores na sua campanha política mais abrangente de manipulação da opinião pública. O IPES de São Paulo patrocinava a distribuição, por todo o sistema escolar, de material impresso como, por exemplo, *Uma Escola Social*, produzido por Dom Emílio Jordan, que se ligou ao IPES por intermédio de Paulo Ferraz. Dom Emílio Jordan responsabilizou-se também pela elaboração de um plano para a criação de uma escola de formação de "líderes", plano este devidamente encaminhado e adotado pelo Grupo de Doutrina e Estudo do IPES de São Paulo.[51] O plano envolvia também a implantação de instrução cívica e religiosa em escolas leigas.[52]

Havia a intervenção do IPES na área de educação de trabalhadores e ele influenciou a idéia da criação da Universidade do Trabalho em Campinas.[53] Visando a desenvolver esse projeto, o Monsenhor Salim, reitor da Universidade Católica de Campinas, já ligado ao IPES por José Ely Coutinho, e o Padre Narciso pediram à elite orgânica subsídios que os permitissem funcionar durante o primeiro ano.[54]

O IPES influenciou até mesmo a constituição do Instituto de Formação Social — IFS em 1963. O IFS tinha como objetivos oferecer cursos de doutrinação básica para todos os setores do público. Ele organizava cursos a nível executivo para gerentes empresariais, a nível médio para funcionários, pessoal de vendas, estudantes e mulheres da classe média, bem como cursos noturnos para operários de indústria. Organizava, ainda, cursos especiais de doutrinação chamados Liderança e Administração Sindical, assim como Sindicalização Rural.

O IPES era também interligado à Fundação Coimbra Bueno,[55] que se dedicava a ações sociais, cívico-culturais e a atividades filantrópicas. Essa Fundação constituía um conveniente canal para atingir as classes médias mais baixas e as classes trabalhadoras, um público no qual o IPES tinha um óbvio interesse.

Finalmente, representou um marco importante na luta ideológica contra o movimento estudantil nacional-reformista, que teve sérias repercussões nos meios intelectuais, políticos e militares, o lançamento do famoso livro *UNE — instrumento de subversão*, uma sombria exposição de atividades esquerdistas nas universidades em geral e, em particular, na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, e cujo sensacionalismo explicava grande parte do impacto causado pelo livro.[56] No período de 1960 a 1964, a Faculdade Nacional de Filosofia assumia papel de liderança no movimento estudantil, ponta de lança de politização e conscientização e o forum para intelectuais como Jean Paul Sartre e para políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes levarem ao movimento estudantil suas idéias e atividades. O que se passava na FNF causava óbvias repercussões no país, dado o seu papel de diapasão das atividades estudantis e dado também o fato de que o diretório dos estudantes era controlado por um dos mais ativos blocos esquerdistas-trabalhistas, liderado por Enylton de Sá Rego. O livro tornava-se, assim, bastante útil para desabonar os ativistas envolvidos e sua atuação. E isso ele se propôs fazer plenamente.

Sônia Seganfredo escreveu o livro, sendo ela estudante em 1962 no Rio de Janeiro. Ela freqüentara o Curso Pré-Vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia em 1958, onde desde o início posicionou-se como implacável anticomunista. Em 1962, numa série de entrevistas publicadas em *O Globo*, ela denunciava as atividades da UNE e do ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros. O IPES procurou-a nessa época, mais precisamente em novembro de 1962, quando o assistente do General Golbery, Tenente Heitor de Aquino Ferreira, estabeleceu os primeiros contatos enviando a ela livros e outras publicações que analisavam a situação política e o movimento estudantil.[57] Depois disso, o Tenente Aquino decidiu se apresentar por carta e explicar a ela a razão pela qual fora contactá-la. O Tenente Aquino assegurava a Sônia Seganfredo que ambos se engajaram na mesma luta e posicionavam-se do mesmo lado. Ele continuava em sua explicação que "Nosso grupo no exército — que a esquerda insiste sempre em chamar de golpista — continua a existir, embora sensivelmente enfraquecido, entre outros motivos, pela falta de liderança, depois que nossos chefes de maior valor e projeção passaram para a reserva; alguns até pela excelente razão de que, fora do exército, poderiam trabalhar com maior rendimento. Digo isso porque o fato tem ligação com o problema que desejo tratar com [você]. Temos imprimido nós mesmos e encaminhado para editores amigos várias obras de grande valor como propaganda democrática anticomunista".[58] Mencionava então algumas dessas publicações, cuja maioria seria lançada em breve, como por exemplo *Conversations with Stalin*, de M. Djilas, "que será publicado na minha terra pela Editora Globo,[59] a cujo diretor ligam-me laços de amizade". *The protracted conflict*, de Strausz-Hupé; *Il est moins cinq*, de Suzanne Labin; *Crônicas engajadas*, de Raquel de Queiroz; *Animal farm*, de George Orwell, e várias outras.[60]

O Tenente Aquino convidou, então, Sônia Seganfredo para cooperar com o IPES através da publicação de um livro baseado nos artigos que ela escrevera

para os jornais nacionais, denunciando a "esquerda", o nacionalista ISEB e a UNE. O IPES financiou o livro e a G. R. D. Editora, de São Paulo, publicou-o. Essa editora, que publicara tantos outros livros distribuídos pelo IPES, venderia o *UNE — instrumento de subversão* a preço módico, graças aos subsídios conferidos pelo IPES, que também "conseguiu receber ajuda americana para a sua publicação".[61] O IPES pediu a Sônia Seganfredo que mantivesse segredo sobre o seu desempenho na publicação, já que ele não poderia se envolver publicamente nessas atividades.[62] Distribuído gratuitamente aos milhares, vendido nas livrarias por preço módico e com ampla cobertura da imprensa coordenada pelo IPES, o livro de Sônia Seganfredo foi parte importante na tentativa do IPES de conter o movimento estudantil, denegrir a reputação da UNE e criar um clima de suspeita e rejeição à União Nacional dos Estudantes, principalmente entre aqueles "moderados",* suas famílias e, sobretudo, os militares.[63]

Todavia, apesar desse esforço e numerosas ações como as já mencionadas, o movimento estudantil continuava inclinado para a esquerda trabalhista. A avaliação de tal tendência foi feita pela elite orgânica, quando a UNE, a UME, a UBES, a AMES e os Diretórios Acadêmicos de várias Faculdades apareceram entre os patrocinadores e organizadores do Comício pelas Reformas de Base, de 13 de março de 1964, a mobilização de massa que o bloco nacional-reformista arquitetara para pressionar a favor de suas demandas. Na qualidade de um dos oradores do comício José Serra, o presidente da UNE, apareceu ao lado do próprio Presidente João Goulart, que se dirigiu à massa de participantes acusando o latifúndio e o imperialismo como dois dos mais importantes fatores para os males do Brasil. Delegados estudantis de todos os Estados brasileiros, juntamente com representações das classes trabalhadoras e sindicatos, puderam, então, ouvir o Presidente anunciar a assinatura de dois decretos presidenciais da mais alta importância: um desapropriaria, num limite de dez quilômetros, terras fronteiriças a rodovias, ferrovias, represas, açudes federais e áreas beneficiadas por serviços feitos pelo governo federal — áreas estas consideradas de interesse social. O outro decreto levaria à nacionalização das refinarias privadas de petróleo, intensificando o monopólio estatal nesse setor. A UNE viu esses decretos como a realização de algumas de suas demandas e o comício público como tendo efetivamente fortalecido a aliança Camponês-Estudante-Operário. No dia 28 de março, estimulados por esses acontecimentos, o Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e mesmo o Diretório Acadêmico da Faculdade de Sociologia da PUC, assim como a AMES, lançaram um manifesto simultâneo em apoio aos "militares que lutam para a realização das transformações estruturais necessárias à sociedade brasileira".

A elite orgânica teve de procurar outro meio para lidar com o movimento estudantil. Três dias depois, a intervenção militar, a destituição do Presidente João Goulart, a prisão dos líderes estudantis, a invasão às universidades e a interdição da UNE destruíram as ilusões dos estudantes com respeito ao poder de sua aliança.

---

* NT: No original *middle of the road*, que descreve um meio-termo.

Mobilização das classes médias e apoio feminino

A mais significativa conquista do IPES no campo da mobilização política e ideológica consistia na utilização das classes médias como a nova clientela política e o desenvolvimento de meios para mobilizá-las, com êxito, como uma massa de manobra, efeito que os partidos e frentes tradicionais não se dispuseram ou se capacitaram a alcançar. A mobilização das classes médias conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e a mídia coordenada pelo IPES proporcionava grande cobertura às atividades dessas classes médias mobilizadas. Na atmosfera elitista do Brasil, as demandas das classes médias eram vistas como o ponto de referência para a identificação da legítima expressão popular. Em contraste, o apoio popular das classes trabalhadoras ao governo ou aos grupos e indivíduos políticos da esquerda e do trabalhismo era representado como o resultado do incitamento subversivo das massas pelo Executivo e o bloco nacional-reformista. Mas a mobilização das classes médias era sobretudo uma campanha ofensiva, projetada para acentuar o clima de inquietação e insegurança e dar a aparência de um apelo popular às Forças Armadas para uma intervenção militar.

Arlindo Lopes Corrêa preparou para o Comitê Executivo do IPES um *position paper* que relatava claramente as preocupações e objetivos da elite orgânica, trabalho este muito apropriadamente chamado de Conquista das Classes Médias para a Ação Política em Grupo.[64] Descreveu, nesse documento, a existência de uma gradual tendência estatizante do país, que se supunha fosse o "objetivo final da corrente mais forte do comunismo do Brasil". Diversos fatores contribuíam para a tendência estatizante, entre eles a militância mostrada pelos ativistas comunistas. Para Arlindo Corrêa, o "prestígio dos comunistas em meio às classes trabalhadoras derivava sobretudo da capacidade de liderança comprovada nas demandas desses militantes por melhorias salariais". Tais demandas, argumentava ele, mostravam-se "exacerbadas sob o pretexto real ou artificial da alta do custo de vida". Tanto a militância dos comunistas quanto as manifestações causais de seu êxito teriam de ser contidas. Dentre as razões para esse êxito destacava-se a inflação, que lhes serviu de justificativa para a luta. Arlindo Corrêa detectava nas classes médias o dique político contra as demandas comunistas. Ele argumentava que "os componentes da classe média, outrora bem remunerados, testemunhavam a deterioração generalizada do valor real de sua renda e um constante declínio de seu *status* social". Esse fato seria "fácil de comprovar" e o argumento lógico para a questão, segundo Arlindo Corrêa, seria "comparar as rendas dos funcionários públicos, civis e militares, administradores e empregados do comércio com as rendas dos trabalhadores da Marinha Mercante, Portos e Rede Ferroviária, considerados segmentos privilegiados das classes trabalhadoras, assim como agitadores". Argumentava ainda que "uma camada da sociedade, sofrendo um processo de empobrecimento como a classe média, pode facilmente se reunir em torno de ideais democráticos". As classes médias "nunca haviam pressionado decisivamente e coletivamente" no sentido de obter as vantagens salariais alcançadas pelos "segmentos privilegiados das classes trabalhadores brasileiras: ferroviários, operários marítimos e portuários, porque elas nunca haviam se organizado como uma classe". Contudo, "a insatisfação", enfatizava ele, "gera os grandes movimentos sociais". Continuando, observava que era "fácil também provar que a transformação do Brasil em uma "República Sindicalista"[65] correlacionava-se com o empobreci-

mento das classes médias e sua compressão pelos níveis de salários mais baixos. Ainda, "demonstrar a identidade entre a sindicalização da república e o progresso do comunismo não é difícil". Então ele enfatizava que o "ponto de encontro para a agregação das classes médias deve ser, conseqüentemente, a questão salarial. O objetivo tático seria o combate à inflação e o objetivo final, o combate à esquerdização do país. Ele observava que a "liderança das classes médias podia parecer difícil ou mesmo impossível, como conseqüência da consciência individualizada de cada um de seus membros. Pensamos, todavia, que não é difícil. Consideramos, simplesmente, que esse segmento da sociedade nunca sentiu a necessidade de se unir. Agora o momento é difícil para seus membros e os motivos surgiram..." Argumentava, além disso, que, sendo a classe média a menor de todas, em termos eleitorais, "os políticos brasileiros nunca poderiam se chamar de campeões da sua defesa, porque, agindo dessa forma, eles estariam cometendo suicídio eleitoral. Contudo, a classe média realmente identificou, dentre os vários candidatos a postos eletivos, aqueles que melhor responderiam às suas reivindicações". Salientava também que numa avaliação errônea, "o político brasileiro considera a classe média como impenetrável às argumentações emocionais e apenas aceita teses racionais", ao passo que em relação às massas, os políticos brasileiros achavam que seria condição *sine qua non* apresentar teses ilógicas para se alcançar êxito político, sob uma aparência de lógica ou baseadas em termos emocionais. "Felizmente", continuava, "a classe média não fica totalmente infensa às emoções sócio-políticas, se elas contiverem um elemento de aparente racionalismo." Em resumo, deduzia Arlindo Corrêa, "a conquista da classe média tem de ser feita através de uma atividade de propaganda que mescle argumentos racionais com argumentos emocionais. Dessa forma, a liderança dessa classe será alcançada".

Segundo Arlindo Corrêa, o "próximo passo será convencer a classe média de que se deverá alcançar a qualquer preço a contenção dos salários dos setores das classes trabalhadoras, infiltrados por comunistas, e igualmente ter-se-á de identificar a inflação como sua grande inimiga. Finalmetne, a classe média deve ser usada como um instrumento de pressão política do mesmo modo e pelo mesmo meio que as classes trabalhadoras: operários, marítimos, portuários, ferroviários etc." Para ele, o melhor modo de "ganhar partidários para a causa é a conquista individual dos membros da classe média, através de panfletos, propaganda pela mídia e depois, num estágio cronológico mais avançado, por meio de comícios públicos". Finalmente, ele recomendava que as "classes" a ser inicialmente "trabalhadas" deveriam compreender "a dos militares e a dos profissionais liberais em postos públicos".[66]

A argumentação de Arlindo Corrêa não ficou perdida para a liderança do IPES. A imprensa manipulou intensamente o tema da República Sindicalista. O que era visto como o comportamento rebelde dos ferroviários, operários marítimos e portuários e suas "exorbitantes" reivindicações salariais incitaram a opinião das classes médias. A queda do *status* sócio-econômico constituía um poderoso argumento entre os militares, ao passo que as classes médias, "assistidas" em sua identificação dos candidatos "certos", finalmente foram unidas, formando uma massa de manobra de importância.

A organização de tais atividades não seria difícil para a elite orgânica. Os ativistas e associados do complexo IPES/IBAD também pertenciam a muitas organizações de classe e instituições sociais que faziam campanha através da

mídia, em conferência e por panfletagem, como parte da campanha anticomunista do período da "guerra fria". A sua mensagem apelava precisamente para as classes médias alfabetizadas. O IPES também obtivera êxito na coordenação dos conhecidos movimentos paralelos, qual seja, organizações sociais, instituições culturais e associações de classe que compartilhavam alguns dos seus valores e táticas.[67] O líder ipesiano Hélio Gomide responsabilizou-se pela coordenação dos movimentos paralelos, que no seu auge chegaram a 3.000, e através deles canalizou-se e retransmitiu-se a grande investida da opinião pública "democrática".

Merece menção o fato de que entre as organizações de "guerra fria", cuja campanha de propaganda coincidia com a do IPES, destacavam-se a Associação dos Amigos das Nações Cativas e o Rearmamento Moral. A Associação era uma organização "guarda-chuva", fortemente anticomunista, com órgãos similares nos Estados Unidos, cuja liderança no Brasil compreendia Gustavo Corção (presidente), Glycon de Paiva (vice-presidente) e G. B. Weinschenk, diretor da Cia. Docas de Santos (tesoureiro). Um número de associados e ativistas do complexo IPES/IBAD fazia parte do seu conselho diretor. Dario de Almeida Magalhães, Eugênio Gudin, Monsenhor F. Bessa (SJ), o Padre F. Leme Lopes (SJ), João Camilo de Oliveira Torres, Raul Fernandes, Prudente de Morais Neto, Carlos Povina Cavalcanti, Carlos Guinle, Alberto Barreto de Mello, Manuel de Azevedo Leão e Gladstone Chaves de Mello eram alguns desses diretores. A associação representava um canal para a propaganda anticomunista produzida em outros países e no Brasil.

A outra instituição, o Rearmamento Moral, organização internacional de "guerra fria", sediada nos Estados Unidos, muito poderosa no início da década de sessenta, juntou o seu esforço à campanha de pânico anticomunista. O Rearmamento Moral, que atingia um amplo espectro da opinião pública das classes médias, engajou em suas atividades alguns oficiais militares assaz proeminentes daquela época. O General Juarez Távora fazia campanha em prol da causa do Rearmamento Moral, tornando-a sua. Em 1962, antes das eleições, o General Juarez Távora compareceu a diversos compromissos públicos em vários centros urbanos, em nome do Rearmamento Moral. Em Petrópolis, onde estava se realizando uma conferência altamente propagada do Rearmamento Moral, esse mesmo general assinou uma declaração de apoio e adesão, juntamente com o Marechal Henrique Teixeira Lott, o ex-Ministro da Guerra e candidato do PSD à presidência da República nas eleições de 1960. Em Ibirapuera, o General J. Távora apresentou o Rearmamento Moral a São Paulo,[68] ao lado do General Hugo Bethlem, primo do Coronel Belfort Bethlem (que pertencia ao grupo de oficiais do General Ernesto Geisel) e do General da Reserva Agrícola Bethlem (associado do IPES). O Rearmamento Moral mantinha também um programa de treinamento ideológico que enviava aos Estados Unidos oficiais militares e outros responsáveis pela formulação de opinião para um período de orientação ideológica e preparação política. O então Coronel da Força Aérea Moreira Burnier, antigo líder das revoltas militares de Jacareacanga e Aragarças, incluía-se entre os enviados ao exterior nesse programa.[69] O Rearmamento Moral também fornecia ao IPES material de propaganda, desde filmes até panfletos voltados aos diferentes setores da opinião pública; sua eficácia em modelar a consciência de classe se fez sentir mesmo nas classes dominantes. A equipe do Rearmamento Moral que operava no Brasil (cujo representante, um certo Zimmerman, ligado ao IPES por José Rubem

Fonseca) tinha como objetivo infundir, entre os empresários ainda relutantes em cooperar com a elite orgânica, as necessidades e a urgência do momento.[70] O IPES de São Paulo canalizava fundos para o Rearmamento Moral, como uma operação independente do IPES do Rio.[71]

Os "movimentos paralelos", tão ativos nas campanhas antipopulistas e antipopulares, compreendiam a União Nacional de Associações Femininas,[72] a já mencionada ACM — Associação Cristã de Moços — e a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas — ADCE, que, conforme o líder ipesiano Jorge Frank Geyer, "já era uma espécie de IPES".[73] Distinguiam-se como figuras influentes da ADCE os empresários Paulo Egydio Martins, Severo Gomes e Murilo Macedo. A ADCE contava como seu assistente eclesiástico o Padre Fernando Bastos D'Ávila, professor da PUC e da ESG, ideólogo da "Doutrina de Solidariedade Cristã" (Solidarismo) e também ligado aos IPES. A ADCE fazia-se importante na mobilização dos empresários menores e das classes médias através da organização de conferências e palestras e no apoio à campanha do IPES.

Mas o que o IPES viu como uma de suas conquistas de maior êxito foi a "descoberta" dos grupos femininos de pressão, tão ampla e eficazmente usados dez anos mais tarde contra o governo constitucional de Salvador Allende, no Chile, e para os quais a experiência brasileira forneceu o modelo.

A escolha da dona-de-casa da classe média como potencial ponta de lança para o contra-ataque a João Goulart foi de especial importância. Ao fazer tal escolha, o IPES visava diretamente às esposas, irmãs e mães dos militares, profissionais, comerciários e tecnoburocratas. Era voz corrente que o IPES teria importado antropólogos e sociólogos, que o orientavam sobre a grande influência exercida pelas mães e avós na sociedade brasileira. Parece que os empresários levaram um ano para aprender como usar as técnicas de mobilização das classes médias, mas uma vez aprendidas, elas se tornaram "um rolo compressor que não parava". Glycon de Paiva a considerava como exemplo perfeito de uma "Idéia-Força", que dispunha de organização, dinheiro e *slogans*.[74]

A mobilização das mulheres asseguraria parte significativa da Caixa de Ressonância, uma máquina poderosa e de grande alcance. As organizações femininas (geralmente com um corpo masculino de assessores políticos e organizacionais)[75] mostravam-se instrumentais na campanha conduzida pela elite orgânica para infundir o temor à "ameaça vermelha", ao mesmo tempo que elas eram o seu próprio alvo.[76] No decorrer dos primeiros meses de 1964, as organizações femininas e grupos católicos proporcionavam a mais visível ação cívica contra João Goulart e contra as forças nacional-reformistas, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Guanabara.

O IPES custeava, organizava e orientava politicamente as três organizações femininas mais importantes: a Campanha da Mulher pela Democracia — CAMDE, do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina — UCF, de São Paulo, e a Campanha para Educação Cívica — CEC. Ele também assistia financeiramente, provia experiência organizacional e orientação política a esses grupos conservadores católicos e de cunho familiar, como a Campanha da Mulher Brasileira, o Movimento de Arregimentação Feminina — MAF (liderado por Antonieta Pellegrini), a Liga Independente para a Liberdade (dirigida por Maria Pacheco Chaves),[77] o Movimento Familiar Cristão — MFC, a Confederação das Famílias Cristãs — CFC, a Liga Cristã Contra o Comunismo,[78] a Cruzada do Rosário em Família — CRF,

a Legião de Defesa Social, a Cruzada Democrática Feminina do Recife — CDFR, a Associação Democrática Feminina — ADF (de Porto Alegre) e a Liga de Mulheres Democráticas — LIMDE (de Minas Gerais).[79]

Embora o Movimento de Arregimentação Feminina tenha iniciado, em 1954, como uma organização que protestava contra a alta do custo de vida e a falta de instrução cívica nas escolas públicas, seu manifesto papel político se desenvolveu no princípio da década de sessenta. Em um clima político cada vez mais radical, o MAF devotava crescentes esforços para "combater o comunismo e a corrupção" através de panfletagem, comícios públicos, petições e propaganda de porta em porta. A diretoria do MAF compreendia membros exclusivamente de *status* bem alto, das tradicionais famílias paulistas, e sua ação se restringia a São Paulo. Sua presidente, Antonieta Pellegrini, era irmã de Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de S. Paulo,* e muitos dos ativistas ipesianos, ligados ao jornal, trabalhavam como orientadores do MAF. O MAF contava com 6.000 membros e seus fundos vinham do IPES de São Paulo.[80]

A União Cívica Feminina foi organizada em São Paulo, em 1962, visando o "esclarecimento" da opinião pública, a "defesa do Regime Democrático" e a "despertar a consciência cívica das mulheres". A UCF dissemina suas idéias principalmente através de palestras, conferências e cursos de doutrinação básica, oferecidos às donas-de-casa e trabalhadores, sobre assuntos tão variados como a Política, Doutrina Social da Igreja, assim como Problemas da Economia Brasileira.

A UCF destacava-se também em extraordinárias atividades para promover tumulto e sua ação tinha pouco a ver com as decantadas atitudes da dona-de-casa brasileira. Ela representava a face de propaganda da máquina liderada pelo IPES, a outra face sendo constituída de atividades paramilitares organizadas. O governador Adhemar de Barros apoiava a UCF nessas atividades, auxiliado pela rigorosa polícia estadual, disfarçada em estudantes.[81] Paulo de Tarso, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Almino Afonso, João Pinheiro Neto e Eloy Dutra representavam alvos especiais das violentas atividades desses grupos organizados.[82] A UCF mostrou-se útil ao proporcionar a parte vocal agressiva das demonstrações de massa contra a visita do Presidente Tito, da Iugoslávia, bem como contra inúmeras medidas governamentais. Ela irrompia nas estações de televisão com o intuito de levar a sua mensagem e mandava ônibus lotados de "estudantes" e intimidadores anticomunistas para participarem das eleições de diretórios estudantis.[83] Prestava-se também como um canal de recursos financeiros e uma fonte de apoio político para outros grupos e organizações, como a União de Estudantes Secundários de São Paulo. Através da UCF organizaram-se conferências de promoção e relações públicas a favor do governo do Rio Grande do Norte. Estas atividades relacionavam-se com a criação do plano de desenvolvimento (orientado pelo IPES) daquele Estado. Por coincidência o Rio Grande do Norte era um dos Estados-chave escolhidos como "vitrine" para a promoção das "ilhas de sanidade", denominação dada pelo embaixador Lincoln Gordon aos Estados cujos governadores eram confiáveis sob o ponto de vista americano. Através de um maciço influxo de recursos financeiros para projetos de impacto e outros meios, essas "Ilhas de Sanidade em um mar conturbado" visavam a frustrar a crescente mobilização trabalhista e de esquerda e escorar as imagens dos vários governadores do problemático Nordeste. Por coincidência, também Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte, era associado e parente do líder do IPES José Luiz Moreira

de Souza. O plano projetado pelo IPES consistia em tornar o Estado do Rio Grande do Norte em um exemplo do que a empresa privada poderia fazer pelo Nordeste, tentando solucionar os problemas da região através do estabelecimento da Companhia de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — CODERN. Estabelecida com 500 sócios, a companhia destinava-se a avaliar as possibilidades econômicas do Estado para investidores industriais e financeiros do centro-sul. As atividades promocionais da UCF tinham também um efeito fortalecedor recíproco.[84]

A UCF contava com menor número de membros do que o MAF, mas uma rede mais ampla de núcleos de ação, que se estendia até o Estado do Paraná. É interessante observar que, depois de 1964, a UCF se ocupou com serviço social em favelas e proteção ao consumidor. Ela também manteve um Arquivo de Políticos, com dados bibliográficos pessoais, assim como seus antecedentes eleitorais.[85]

Em 1963, o IPES organizou a Campanha de Educação Cívica — CEC, de âmbito nacional, cujo programa envolvia o "despertar da consciência cívica da nação" e o "estímulo patriótico à grande massa, principalmente a classe média, os trabalhadores e a juventude". A UCF e outras organizações orientadas pelo IPES eram patrocinadoras conjuntas da CEC. Um comitê central coordenava as atividades da CEC, comitê este formado por professores universitários, jornalistas, profissionais, como também incorporava membros dos grupos femininos de ação, trabalhadores e estudantes selecionados das unidades e movimentos patrocinados pelos IPES. A CEC se envolvia na mobilização e propaganda das classes médias, assim como na organização e doutrinação dos ativistas estudantis e operários. Suas atividades coincidiam, na maior parte, com as da Campanha da Mulher pela Democracia, o mais proeminente de todos os grupos femininos.

A Campanha da Mulher pela Democracia, presidida por Amélia Molina Bastos, irmã do General Antônio de Mendonça Molina, devia a sua significância a seus muito ativos programas promocionais, realizados desde a sua criação em 1962 ao golpe de 1964, a sua harmonia com importantes elites políticas e militares e com a imprensa nacional, principalmente *O Globo*, e a seu papel especial na agitação pública nos dias que precederam o golpe.

A idéia de se criar a CAMDE pouco antes das eleições de 1962 partiu declaradamente de três indivíduos: Leovigildo Balestieri, vigário franciscano do bairro de Ipanema, Glycon de Paiva e do General Golbery do Couto e Silva. "Eles convincentemente argumentavam que o Exército fora minado pelo 'vício de legalismo', que só mudaria se 'legitimado' por alguma força civil, e que as mulheres da classe média e alta representavam o mais facilmente mobilizado e interessado grupo de civis."[86] A razão imediata para a criação da CAMDE consistia na necessidade de se formar um efetivo "coro popular" para impedir a posse de Santiago Dantas como Primeiro-Ministro, através do estímulo a repercussões desfavoráveis à sua nomeação e organizou-se contra ele a "Caravana a Brasília".[87] Sintomaticamente, a primeira reunião da CAMDE realizou-se no auditório de *O Globo*, no Rio, cuja rede de jornal e rádio assegurava a manutenção da CAMDE em evidência daí para adiante.

A CAMDE desenvolvia uma sólida campanha de "esclarecimento". A organização, eficazmente usada durante a campanha para as eleições de 1962, patrocinava conferências para os seus membros sobre o perigo da "subversão comunista", realizava reuniões públicas, distribuía panfletos e colecionava assinaturas

em petições de protesto. Ela erguia faixas agressivamente anticomunistas e pôsteres bastante sugestivos. Um deles mostrava uma criança conclamando os cidadãos a votarem "em um Democrata para que amanhã eu possa ainda ser livre". As ativistas da CAMDE apareciam também na televisão endossando um grande número de personalidades políticas, religiosas e sociais que o IPES promovia através do seu "bureau de oradores".

A CAMDE organizava reuniões de protesto, escrevia milhares de cartas aos deputados e, da mesma forma que o IBAD, pressionava firmas comerciais para retirarem seus anúncios dos jornais pró-João Goulart ou orientados pela esquerda e o trabalhismo. Distribuía milhões de circulares e livretos preparados principalmente pelo complexo IPES/IBAD e produzia sua literatura própria visando às preocupações da dona-de-casa. Esses panfletos circulavam aos milhares por edição. Concentravam-se os esforços nas esposas de militares, dos membros dos sindicatos controlados pelo trabalhismo e de servidores públicos.[89] Usou-se também a CAMDE no fomento gradativo da pressão pública sobre o Ministério das Relações Exteriores, por ocasião da crise dos mísseis em Cuba, na tentativa de descaracterizar as feições neutralistas da política externa do Brasil.

A CAMDE trabalhava com a cooperação de associações congêneres, de São Paulo e de outras partes, como a CEC, a UCF, o MAF, a LIMDE, a CDFR e a ADF, entre outras, e com diversas linhas auxiliares do complexo IPES/IBAD, como o Movimento Estudantil Democrático, o Movimento Sindical Democrático e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos. Ela recebia a colaboração direta do IPES do Rio, através de um de seus líderes, Oscar de Oliveira, da Associação Comercial do Rio e da Associação Brasileira de Municípios — ABM, que também funcionava como linha auxiliar do IPES. A CAMDE mostrava-se útil também na apreensão de material de alfabetização supostamente "subversivo", usado pelo Movimento de Educação de Base — MEB e no fomento de reações histéricas em torno disso. Ela se responsabilizou, ainda, pela demonstração que concentrou um milhão de pessoas no Rio, a favor da intervenção militar contra o governo e a favor da supressão da esquerda. Quando o Presidente João Goulart esteve no Rio no dia 13 de março de 1964 para proferir o seu famoso discurso no comício para as reformas básicas, a CAMDE se engajou numa campanha por telefone, pedindo às pessoas para não participarem do referido comício, incitando as mulheres a permanecerem em casa e acenderem velas em suas janelas, como sinal de protesto e fé cristã, campanha esta que teve excelentes resultados.

O auge dos esforços das associações femininas orientadas pelo IPES se deu seis dias depois, no dia de São José, o padroeiro da família, com a coordenação da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", em São Paulo. Aproximadamente 500.000 pessoas compareceram para protestar contra o comício de João Goulart do dia 13 de março. A idéia da organização da marcha fora defendida pelo Deputado Federal Antônio Sílvio Cunha Bueno (rico proprietário de terras e diretor da Willys do Brasil), pela Deputada Conceição da Costa Neves, José Carlos Pereira de Souza (alto funcionário da Confederação Nacional do Comércio), Irmã Ana de Lourdes e Oscar Thompson Filho (Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, político do PSD e homem de confiança do Governador Adhemar de Barros). De fato, a organização da marcha se realizou no prédio da Sociedade Rural Brasileira — SRB, sob a supervisão de ipesianos, que eram membros da Associação Comercial, da Federação das Indústrias, da Fe-

deração das Associações Rurais, do Clube dos Diretores Lojistas e do estado-maior civil-militar do IPES.[89] Outra instituição importante que auxiliou na promoção da marcha, o Conselho de Entidades Democráticas, funcionava como a organização máxima para uma variedade de associações paralelas "democráticas" com base profissional especializada.[90] O Secretário Geral do CED era o líder do IPES Oswaldo Breyne da Silveira. A marcha contou com o apoio adicional e a participação da CEC, da ACM local, da FACUR, da Federação dos Círculos Operários, da Federação das Associações de Pais e Mestres e da perícia em propaganda da Mac Cann Ericsson, companhia multinacional de publicidade.[91]

Nos escritórios da SRB, que também alojava a Liga Independente pela Liberdade, fizeram-se pôsteres, cartazes e bandeiras.[92] Alguns continham os apelos: "Abaixo o Imperialismo Vermelho", "Renúncia ou *Impeachment*", "Reformas sim, com Russos, não"; outros lembravam o público que "Getúlio prendia os comunistas, Jango premia os traidores comunistas". O governador de São Paulo Adhemar de Barros aliou-se a esse esforço e proporcionou recursos. A elite orgânica assegurou a participação das companhias aéreas e de ônibus que ofereceram transporte gratuito para os representantes de todos os municípios de São Paulo e de outros Estados, proposição não muito difícil, já que muitos dos próprios executivos das companhias de transporte eram membros e financiadores do IPES. Entre os principais participantes da marcha distinguiam-se Auro de Moura Andrade, o então presidente do Congresso, o governador Carlos Lacerda, da Guanabara, e o General Nelson de Mello, Ex-Ministro da Guerra de João Goulart e participante da Articulação Civil-Militar. Ele se dirigiu à multidão: "Nós estamos presentes nesta demonstração a favor da consciência cristã do Brasil. Este é um dia decisivo para a existência do Brasil. Nós temos fé nas Forças Armadas; nós temos fé na Democracia".[93] A marcha foi ostensivamente uma manifestação da classe alta e classe média alta e, em decorrência disso, muito restrita, pois, de uma cidade de cerca de 6.000.000 de pessoas, apenas 500.000 dela participaram. O Embaixador Lincoln Gordon observou em sua carta de 2 de abril de 1964 para Dean Rusk, o Secretário de Estado americano: "A única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha."[94] As marchas do Rio e São Paulo foram seguidas de outras menores em Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Santos.[95] Conforme o líder do IPES e da SRB, Sálvio de Almeida Prado, um dos organizadores, a marcha foi aclamada como "um milagre de fé",[96] embora, como já visto, houvesse, de antemão, uma causa mais terrena.[97]

De tudo isso, o mais importante foi que "O Exército, como é do consenso geral, teria hesitado em agir se não houvesse fortes indicações de que a opinião pública era favorável, e é bem possível que demonstrações espetaculares, tais como a de 19 de março, a 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade', em São Paulo, fossem decisivas para convencer o setor estritamente militar do Movimento Revolucionário' de que havia chegado o momento propício".[98] O Coronel Vernon Walters, do Serviço Americano de Informações, corroborou tal avaliação observando: "Até as marchas se realizarem, havia um receio de que o movimento para depor João Goulart não obtivesse êxito."[99] Ainda é discutível se os setores golpistas das Forças Armadas intervieram sentindo-se justificados pelo apelo das marchas ou se os militares tiveram de intervir por antecipação, em face do que se poderia facilmente argumentar ter sido o fraco apoio popular

recebido por eles, depois de tanto trabalho árduo. Menos de duas semanas depois, em resposta aos "anseios do povo", João Goulart foi deposto.[100]

A contenção dos camponeses

O Brasil tem uma longa história de inquietação rural, mas o aumento das tensões no campo foi rápido durante a década de cinqüenta. Ao contrário do setor industrial urbano, o setor agrário não fizera parte do esforço de sindicalização corporativa durante o Estado Novo e mesmo durante a segunda presidência de Getúlio Vargas. A sindicalização rural permaneceu ilegal durante a década de cinqüenta e todos os tipos de trabalhadores rurais continuaram sob o indiscutível controle dos grandes proprietários de terra até os meados da década de cinqüenta.[101] As raízes do movimento para se organizar os camponeses podem ser encontradas durante a década de quarenta, no trabalho do Partido Comunista Brasileiro, que inicialmente estabeleceu a rede de Ligas Camponesas, as quais não se deve confundir com as Ligas Camponesas mais tarde associadas a Francisco Julião. A atividade organizacional entre os camponeses ressurgiu nos meados da década de cinqüenta em Galiléia, primeiro, com o estabelecimento da Sociedade Agricultural de Plantadores e Criadores de Gado de Pernambuco, assistida por um ex-membro do Partido Comunista, José dos Prazeres, e, depois, com a formação de sociedades de direito civis e legais que rapidamente se desenvolveram por todo o Nordeste, sob a liderança de Julião, passando a uma rede de Ligas Camponesas — como os proprietários de terra as chamavam, numa tentativa de confundi-las com as extintas ligas de inspiração comunista.[102]

No final da década de cinqüenta e princípios da de sessenta, à medida que se ampliavam os círculos de discussão sobre a reforma agrária e, como o clima político para a mobilização rural se tornava mais favorável, outras organizações agrárias passaram a funcionar ou foram reativadas. Entre as mais importantes, distinguiam-se a ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, originalmente criada pelo Partido Comunista em 1957, e o MASTER, Movimento dos Agricultores sem Terra, criado por Rui Ramos e endossado por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Com o intuito de combater a influência dos dois movimentos, a Igreja Católica passou a patrocinar e organizar sindicatos rurais em oposição às ligas "atéias" em várias partes do Nordeste e do Sul.[103] O movimento dos trabalhadores rurais demonstrava impressionante vitalidade, crescendo em regiões onde nenhuma organização havia praticamente existido poucos anos antes. As demandas dos camponeses se estendiam desde a abolição do cambão — a obrigação de se trabalhar para o dono de propriedade por um número de dias por semana ou por mês a um salário mais baixo que o normal —[104] até melhorias salariais e exigências de serviços sociais e utilidades públicas — escolas, água, esgoto, habitação e estradas. A demanda para a reforma da terra mostrava-se incipiente. No entanto, em novembro de 1961, o Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores e Agricultores realizou-se em Belo Horizonte, ocasião em que se reuniram 1.400 delegados e mais de 2.000 outros participantes que endossavam o apelo de Julião para uma radical reforma da terra. As propostas do congresso incluíam: "a total transformação da estrutura agrária existente, com a eliminação da posse latifundiária de terra, principalmente através

da desapropriação, pelo governo federal, de extensas terras, substituindo a posse monopolística por posse do camponês, em forma individual ou societária, e como propriedade estatal",[105] e a distribuição gratuita da terra desocupada e taxas moderadas de arrendamento daquela desapropriada dos latifundiários. Exigia-se ainda o direito de organização independente dos camponeses em suas associações de classe, a efetiva aplicação da legislação trabalhista já existente, até então aplicada apenas aos trabalhadores urbanos, assim como o desenvolvimento de uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores do campo, o reconhecimento imediato dos sindicatos rurais e efetiva e também imediata assistência a todos os tipos de economia camponesa. Contra esse *background*, no princípio de 1963, a administração de João Goulart passou a pressionar a favor de uma reforma da terra e apoiou ativa e oficialmente o movimento trabalhista rural, legalizando, finalmente, a sua sindicalização, através do estatuto do trabalhador rural.

Todavia, em 1961, iniciou-se o período de atividade mais intensa na área de organização camponesa, quando a elite orgânica decidiu desafiar as ligas, por meio da promoção de sindicatos rurais organizados por um segmento do clero católico, esforço que coincidiu com aquele de setores conservadores da Igreja. Em princípios da década de sessenta, o complexo IPES/IBAD viu o contexto camponês como um barril de pólvora político e ideológico e, da mesma forma, a atenção do resto do país, naquela época, voltou-se para o progresso do movimento dos trabalhadores rurais, especialmente aquele que se desenvolvia há muitos anos em Pernambuco, sob a liderança de Julião, bem como para os esforços de sindicalização realizados pelo Partido Comunista. O objetivo específico da elite orgânica era se opor ao que ela considerava como atividades subversivas das Ligas Camponesas, principalmente as de Pernambuco, o Estado-chave do Nordeste.[106] Obviamente, a visão de uma massa de quarenta milhões de camponeses mobilizados, libertando-se do jugo rural e tomando de assalto as cidades, representava uma perspectiva atemorizante para os proprietários de terra e a burguesia também.[107] Como conseqüência, a elite orgânica lutou para conter a politização rural e desorganizar a incipiente mobilização camponesa, não apenas no Nordeste, onde ele se fazia mais premente, mas também no Sul e Centro do país.

Para o IBAD, a revolução que se assomava no Nordeste seria impedida somente pelas "reformas cristãs e democráticas do estatuto da terra", contidas no modelo proposto no seu Simpósio sobre Reforma Agrária, de abril de 1961. Contudo, enquanto a reforma exigida não fosse implementada, o complexo IPES/IBAD tentaria conter o despertar do povo e ganhar tempo para que outros acontecimentos tomassem o seu curso.

O complexo IPES/IBAD não poderia ignorar o anseio do povo pela reforma agrária e outras mudanças sociais exigidas pelos camponeses, pelo movimento estudantil, intelectuais e políticos do bloco nacional-reformista. A questão da reforma agrária teria de se tornar uma bandeira, pelo menos pró-forma, para o complexo IPES/IBAD conquistar emocional e racionalmente os camponeses. No entanto, mesmo uma reforma agrária limitada criaria sérios problemas para a elite orgânica no seu difícil relacionamento com os proprietários de terra e suas associações de classe. Os mais recalcitrantes segmentos da oligarquia agrária condenariam até os moderados esforços do complexo IPES/IBAD como sendo

de inspiração "comunista". Ademais, o complexo IPES/IBAD dificilmente poderia dar-se ao luxo de antagonizar os proprietários de terra, pois a força política destes no Congresso continuava maciça. Não parecia fácil trilhar a senda correta entre o bloco dos proprietários de terra e os camponeses mobilizados. Apesar de tudo, a elite orgânica tentou resolver o seu dilema e decidiu "lançar-se na arena da guerra política". Uma das formas de luta consistia na indicação, pelo IBAD, à população rural, de sua escolha de políticos para as eleições regionais e nacionais.[108] Nessas atividades, o complexo IPES/IBAD contava com o auxílio de membros simpatizantes das associações de classe rurais representadas no IPES e com o estímulo dado pelo forte controle que os proprietários de terra exerciam sobre os seus trabalhadores e empregados,[109] o que favorecia o voto de cabresto. Outra forma de interferência era a intromissão direta nos problemas dos camponeses, através da competição com as organizações de esquerda para atingir a mente do camponês. Tal ação, que envolvia certo grau de sindicalização — anátema para os proprietários de terra, de um modo geral — desenvolvia-se por vias indiretas, na maioria das vezes, através das organizações camponesas estabelecidas pelo clero católico de direita, que proporcionavam um conveniente canal e assim ocultavam a ação do complexo IPES/IBAD do público, em geral, e, em particular, dos reacionários proprietários de terra.

A violenta contenção das ligas camponesas foi deixada por conta de outras organizações e da ação individual por parte de proprietários de terra que não mantinham ligações ostensivas com o complexo IPES/IBAD.

Para organizar o seu trabalho, dois ativistas do IBAD, os advogados Frutuoso Osório Filho e Herculano Carneiro, foram a Recife (seu principal escritório da região nordeste), e, conjuntamente com o pessoal civil e militar local, pertencentes às unidades da ADEP e ao IPES,[110] prepararam a desorganizadora ação de classe da elite orgânica, fomentando a formação de clivagens ideológicas e enclaves políticos de direita dentro do movimento camponês. Paralelamente a sua fachada de agência de serviço social que oferecia assistência médica e alimentos, bem como distribuía sementes e ferramentas de trabalho, o IBAD operava como um centro de propaganda e unidade de ação política no campo, coletando informação sobre a organização camponesa e sobre as pessoas envolvidas como ativistas, participando de campanhas intimidadoras contra os militantes de esquerda e estimulando o temor ao "comunismo". Com o seu próprio sistema de Cursos de Formação Democrática para camponeses e líderes rurais,[111] o IBAD procurava contrapor-se ao método Paulo Freire de alfabetização e àquele do Movimento de Educação de Base, patrocinado pelo Ministério da Educação.

O IBAD desenvolvia também a sua atividade moldado naquela do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco — SORPE, que servia de canal para a estratégia de contenção e detração da mobilização camponesa pela elite orgânica. O SORPE havia sido fundado numa reunião de aproximadamente vinte e seis padres da zona rural promovida por Dom Eugênio Sales, Bispo de Natal, e alguns outros bispos de Pernambuco, incluindo Dom Carlos Coelho e Dom Manuel Pereira. Estabeleceu-se o SORPE sob a direção do Padre Paulo Crespo, o principal estrategista do movimento, e do Padre Antônio Melo, ele próprio filho de senhor de engenho. A tarefa principal do SORPE consistia em se ocupar com o treinamento de líderes camponeses em potencial, capazes de combater organizações políticas revolucionárias e ideólogos, enquanto mantinha as massas rurais

"dentro da Igreja".[112] Encorajava também a formação de cooperativas e oferecia cursos de alfabetição que se opunham ao MEB e a outros grupos que usavam o método Paulo Freire.[113]

O SORPE entrou na arena da política reivindicatória em competição direta com as Ligas Camponesas de Julião e contra o embrionário movimento sindical dos trabalhadores rurais e urbanos, considerado, a médio prazo, mais importante que as ligas. Entre 1961 e 1964, ele criou dez sindicatos rurais e mais doze em Pernambuco, através do Padre Melo.

Advogados e profissionais locais e do sul, bem como empresários rurais, auxiliavam e apoiavam o SORPE. Ele era também um dos maiores beneficiários da CLUSA, a Liga Cooperativa dos Estados Unidos. Por sua vez a CLUSA era parcialmente financiada por contribuintes das instituições que serviam de receptoras dos fundos da CIA americana. Entre 1963 e 1965, a CLUSA recebeu mais de meio milhão de dólares dessas instituições.[114] Muitos dos seus peritos, que atuavam diretamente no campo, auxiliavam o SORPE como conselheiros, ao passo que agentes da CIA trabalhavam sob a sua cobertura. Fazia parte da folha de pagamento da CIA[115] o jovem perito da CLUSA que advertiu o SORPE de que "ao convencer o camponês de que a miséria de sua condição é desnecessária, deve-se tomar o cuidado para não empolgá-lo ao extremo e levá-lo à revolta contra as autoridades e interesses criados que causaram o seu estado presente".

Embora as ligações entre o complexo IPES/IBAD e o SORPE tivessem permanecido encobertas ao máximo, ao final de 1963, o Padre Melo já aceitava abertamente financiamentos e demais tipos de assistência do IBAD, denunciando Miguel Arraes, o governador nacional-reformista de Pernambuco, e publicamente apoiando candidatos da ultradireita a postos públicos, o mesmo que o SORPE fizera nas eleições de 1962 para o Legislativo. O IPES também participava ativamente através da sua poderosa rede de comunicação, com a qual ele dava a necessária cobertura para as operações do SORPE e outros, assim como para a exposição negativa de Julião, Arraes e as Ligas Camponesas.[116] O líder ipesiano Nei Peixoto do Valle, do Grupo de Opinião Pública, encarregava-se da cobertura jornalística ao Padre Melo.[117]

A influência exercida pelo Padre Crespo e o Padre Melo mostrava-se, pelo menos a curto prazo, efetiva e claramente contra-revolucionária, fato devidamente percebido pelos funcionários da informação em Washington.[118] Não foi por acaso que o contingente da CIA triplicou-se, ao passo que o número de vice-cônsules chegou a quatorze. Inúmeros conselheiros especiais se estabeleceram em Recife, que se tornou a maior operação sub-regional da USAID — American Agency for International Development, enquanto o Nordeste se tornava alvo de suma importância para o AIFLD — American Institute for Free Labour Development. A CIA de fato obteve algum êxito na contenção e guerra da mobilização camponesa por intermédio da ação de organizações de direita que operavam no Nordeste e, em particular, através do SORPE.[119] Serafino Romualdi, o representante interamericano da American Federation of Labor, que também esteve envolvido nos problemas sindicais rurais e urbanos brasileiros,[120] pagou o seu tributo às atividades desses organizadores de direita. Para Romualdi, o principal agente da CIA para a Organização Sindical na América Latina,[121] o movimento sindical brasileiro de direita teria de se sentir "profundamente grato a Frei Celso, capuchinho

de São Paulo, ao Padre Velloso, do Rio de Janeiro, e ao Reverendo [*sic*] Padre Crespo, do Nordeste", assim como a outros que também se responsabilizaram pelo avanço decisivo nas áreas rurais onde sindicatos de orientação católica obtiveram êxito, apesar das dificuldades na organização dos trabalhadores agrícolas.[122] O IPES patrocinava e auxiliava as operações de Frei Celso, do Padre J. Velloso e do Padre Crespo, que funcionavam como os seus organizadores.[123]

Como já foi visto anteriormente, os setores conservadores da Igreja também se envolviam em suas próprias tentativas de conter a mobilização no campo e de fazer oposição às atividades das Ligas Camponesas. Muitas vezes, esses esforços coincidiam ou eram mesmo coordenados com os do complexo IPES/IBAD e os sindicatos por ele patrocinados. Historicamente, a Igreja havia confiado plenamente na sua influência sobre as massas rurais, mas, com a formação das ligas e sua subseqüente expansão rápida, a influência da Igreja não se mostrava mais tão segura. Parcialmente como uma reação e principalmente como a continuação de seus próprios esforços, o envolvimento da Igreja na sindicalização rural principiou em 1959, quando Dom Eugênio Sales lhe deu o seu total apoio através de seu Serviço de Assistência Rural — SAR, organização de assistência essencialmente paternalista e que desde 1949 fora ativa na promoção de limitada mudança social a nível local no Estado do Rio Grande do Norte. Iniciado em Natal, o movimento se firmou e em 1961 já havia se estabelecido em Pernambuco, onde houvera a reunião de párocos rurais, a qual deu origem ao SORPE. Em torno de 1964, havia movimentos sindicais da Igreja em cerca da metade dos Estados do Brasil, inclusive todos os do Nordeste. Esses sindicatos incluíam o SAR no Rio Grande do Norte, o SORPE em Pernambuco, a FARG no Rio Grande do Sul (em direta oposição ao MASTER, sindicato patrocinado por Brizola), a FAP em São Paulo e a FAG em Goiás. Setores radicais também estabeleceram seus próprios sindicatos rurais, como o MEB no Maranhão e Minas Gerais e variações do MEB e da Ação Popular nos diversos outros Estados.[124]

Na maior parte, os sindicatos da Igreja não eram "revolucionários"; quase sempre tentavam fazer cumprir as leis existentes, mais do que lançar mão de estratégias mais polarizadas e radicais.[125] Uma questão importante na sindicalização rural era o reconhecimento legal dos direitos dos trabalhadores, assim como dos sindicatos que lutavam para fazer cumprir as leis existentes. Todavia, um determinado sindicato teria de ser reconhecido pelo governo para se tornar legal. A legalidade asseguraria privilégios no que diz respeito a contribuições, em última instância possibilitaria o controle sobre organizações maiores, na medida em que os sindicatos evoluíssem do âmbito local para se tornarem entidades de nível estadual, passando a federações, que, por sua vez, motivariam as tentativas de criação de confederações de caráter nacional. De acordo com a lei, uma confederação só poderia ser constituída quando três federações tivessem sido estabelecidas e reconhecidas pelo Ministério do Trabalho.

Em torno de 1962, a Igreja havia organizado cerca de cinqüenta sindicatos, mas nenhum deles havia sido reconhecido pelo governo. Em maio daquele ano, esses sindicatos se reuniram no I Congresso de Trabalhadores Rurais e Lavradores do Norte e Nordeste que se realizou em Itabuna, na Bahia. Os representantes daqueles controlados pela Igreja dominaram o encontro que foi patrocinado e financiado por grandes empresários rurais e alguns dos proprietários de terra mais "modernos". Depois de considerável negociação e pressão, o Ministro do

Trabalho Franco Montoro, figura importante do Partido Democrata Cristão, convidado também a participar do Congresso, concordou em reconhecer cerca de vinte e dois sindicatos da Igreja.

Por volta de 1963, a Igreja já competia abertamente na fundação dessas entidades com vários outros grupos políticos, mesmo com o Presidente João Goulart, o governador Arraes e o Partido Comunista, enquanto em junho daquele ano um grupo de sindicatos de Pernambuco se coligou para formar uma Federação de Sindicatos Rurais de âmbito estadual. O Padre Crespo, juntamente com os seus associados do SORPE, detinha firmemente o controle da Federação, que era assistida pelo mesmo grupo de advogados que orientava o SORPE.[128] Por essa época, João Goulart, que inicialmente se mostrara cauteloso para não antagonizar o bloco de proprietários de terra, perdeu completamente o seu apoio e viu-se em confronto aberto com os seus representantes no Congresso, que faziam parte da engrenagem da ADP, engrenagem esta movida pelo complexo IPES/IBAD. O apoio que João Goulart dava à sindicalização favorecia diversos objetivos: equilibrava a crescente influência do Partido Comunista entre os camponeses e supria o Presidente de sua própria massa de manobra rural, com a qual ele poderia pressionar e controlar os proprietários de terra e seus representantes políticos. Tal apoio também determinou o ponto crítico para a ascendência dos sindicatos nacional-reformistas.

Em meados de 1963, em consonância com os objetivos de João Goulart de mobilizar os camponeses e apresentar reformas sociais nas áreas rurais, o Ministério do Trabalho estabeleceu a Comissão Nacional para a Sindicalização Rural — CONSIR, composta de três representantes do Ministério, três da Superintendência da Reforma Agrária, e um camponês indicado por cada um dos órgãos. Em julho de 1963, já havia cinco federações: três católicas conservadoras no Nordeste (inclusive o SORPE), a Federação dos Círculos Operários de São Paulo, patrocinada pelo IPES e de orientação católica (cuja concepção do papel de um movimento sindical era, em grande escala, calcada no modelo da AFL-CIO, a confederação dos sindicatos dos Estados Unidos e no de sua ramificação da América Latina, a Organización Regional Interamericana de Trabajadores — ORIT) e, finalmente, uma federação dirigida pela ULTAB, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, influenciada pelo Partido Comunista, no Paraná. A ULTAB, no entanto, tinha outras oito federações em estágio de preparação. A área rural se tornava um verdadeiro campo de batalha para essas federações e, em todo sentido, o problema-chave consistia no reconhecimento legal pelo governo, reconhecimento este recusado ou conferido de acordo com os seus próprios cálculos políticos.

Em meados de 1963, as quatro federações cristãs — prontas para ganhar o grande prêmio, qual seja, o estabelecimento de uma confederação nacional — reuniram-se em Recife e fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, num encontro para o qual a confederação do Paraná não fora convidada a tempo de participar. A legalidade da reunião fundadora e as eleições que se seguiram foram impugnadas pela ULTAB, cujas demandas recebiam o apoio da CONSIR. Houve recusa do governo em aceitar os resultados, o qual declarou que o Paraná não fora convidado a tempo e que muitas federações estavam, nessa época, em processo de reconhecimento, fato que levantou suspeitas de que o encontro se realizaria precisamente para esvaziar

a provável dominação do movimento de trabalhadores rurais pelas forças nacional-reformistas. Em dezembro de 1963, houve um segundo encontro, para o qual foram convidadas todas as federações existentes. Até o dia 31 de dezembro, o Ministério do Trabalho reconheceu 256 sindicatos e dez federações, enquanto 557 outros sindicatos e 33 outras federações aguardavam o seu reconhecimento. Esses números contrastavam acentuadamente com a situação anterior à década de sessenta, quando havia apenas seis candidatos rurais em todo o Brasil; esses números também proporcionavam uma medida clara da ampla mobilização camponesa e o intenso processo de politização que ocorria no campo. A CONSIR convidou, finalmente, vinte e quatro federações para o encontro de dezembro. A ULTAB controlava o maior grupo de delegados (dez federações). Seis tinham uma orientação católica, entre moderada e conservadora, ao passo que oito se inclinavam para a Ação Popular — AP e o MEB. A AP e grande parte do MEB acabaram por formar uma frente com a ULTAB. Com isso, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura achava-se sob o controle do bloco nacional-reformista. Os grupos da Igreja incluindo o SORPE, a FAG, o SAR, os Círculos dos Trabalhadores e alguns mais moderados do MEB não alcançaram nenhum controle sobre a CONTAG.[127]

Não se pode dizer que o movimento camponês e sobretudo o processo de sindicalização rural tenham sido contidos por volta de 1963, apesar de todo o tempo e energia gastos pela liderança nacional-reformista em rechaçar as táticas diversionistas do complexo IPES/IBAD e o êxito inicial da elite orgânica em perturbar as atividades das Ligas Camponesas. Em 1964, os camponeses pareciam trilhar firmemente o caminho da unificação sob o comando de uma liderança orientada para a reforma, que recebeu até apoio legal e financeiro do governo de João Goulart.[128] Com a ULTAB controlando a presidência da CONTAG e a AP o secretariado geral, o complexo IPES/IBAD teria de achar outras soluções em um marco político mais abrangente para conter a mobilização camponesa, já que as organizações rurais de direita se mostravam incapazes de ganhar muito mais tempo para a elite orgânica.

A ação entre as classes trabalhadoras industriais

As estruturas corporativas estabelecidas na década de trinta para proporcionar às elites vigentes um controle institucionalizado sobre as classes trabalhadoras começaram a enfraquecer no princípio da década de sessenta e a perder sua eficácia no governo de João Goulart. A significativa expansão industrial pós-guerra e o conseqüente desenvolvimento econômico no Brasil levaram à extensa modernização na década de sessenta, o que favoreceu a mobilização política. A amorfa e individualizada clientela, até então unida por contato pessoal e patronato, evoluiu para grupos com contornos políticos definidos, organizados em torno de setores sociais e classes claramente definíveis. Embora o número de trabalhadores sindicalizados fosse pequeno, eles alcançaram uma medida de capacidade de ação política bem maior do que o modelo populista até então permitira. Isso dificultou muito mais aos detentores do poder manipularem esses grupos simplesmente pela distribuição de modestos favores clientelísticos a seus líderes. O operariado organizado começou a procurar a implementação de diretrizes polí-

ticas redistributivas, isto é, mudanças na alocação de recursos entre os grupos e classes sociais.

Para os líderes trabalhistas, por volta de 1960 a força política advinha de suas principais fontes: as posições alocadas a eles nas instituições corporativas oficiais, onde eles se beneficiavam da proteção do Estado, e cargos nos sindicatos, onde eles conduziam greves de importância, cujo impacto político e econômico aumentava o seu poder de negociação com o presidente e outros atores políticos.[129] No princípio da década de sessenta, a freqüência das greves se multiplicou, indicando a força crescente e a combatividade das classes trabalhadoras e da sua liderança.[130] Razões econômicas predominavam — especialmente a defesa do poder aquisitivo de seu salário — entre os motivos alegados para o afloramento dos movimentos de greve. Raramente as greves iniciavam por razões políticas; porém outros atores políticos procuravam dar a elas uma conotação mais abrangente. Durante a administração de João Goulart, as greves passaram a portar um deliberado cunho político, como a greve geral de julho de 1962, considerada um marco significativo mesmo embora não estivesse livre de imediatos e explícitos objetivos econômicos. As demandas que uniam um vasto número de diferentes grupos e organizações das classes trabalhadoras compreendiam: a luta contra a inflação e a falta de produtos básicos, a implementação de uma radical e imediata reforma agrária, com o reconhecimento dos sindicatos rurais, a introdução da reforma urbana como a única solução possível para o problema de habitação, a reforma bancária e a nacionalização de depósitos, a reforma eleitoral, conferindo o direito de voto aos analfabetos e aos soldados das Forças Armadas, a reforma universitária e a participação dos estudantes em assembléias e em conselhos universitários e de departamentos, a continuação e expansão da política exterior neutralista e orientada para o Terceiro Mundo, o repúdio à política financeira do Fundo Monetário *Internacional*, a aprovação da lei que garantia o direito de greve, a desapropriação de todas as empresas estrangeiras que exploravam utilidades públicas, o controle da entrada de capital estrangeiro no país e a restrição à remessa de lucros, a participação do empregado nos lucros, a revogação de todos e quaisquer acordos nocivos aos interesses nacionais, o fortalecimento da Petrobrás como um monopólio estatal responsável pela importação de óleo cru, a distribuição dos derivados da indústria petroquímica e a desapropriação de refinarias privadas, medidas efetivas para a implementação da Eletrobrás e a criação da Aerobrás, instituindo daí por diante um monopólio estatal de energia elétrica e aviação comercial, o transporte marítimo de pelo menos 50% de todas as importações e exportações por navios da marinha mercante nacional e a aprovação da lei que instituiria o décimo terceiro salário.[131] Unidas em uma única plataforma encontravam-se as demandas do bloco nacional-reformista, englobando as reivindicações dos sindicatos, do movimento camponês, do movimento estudantil, dos políticos e mesmo de alguns militares nacionalistas. O que tornava a greve geral inteiramente política era que ela foi lançada para pressionar a formação de um ministério que apoiasse tais medidas. A greve habilitava os líderes sindicais do bloco nacional-reformista a expandir o seu já crescente poder político, fortalecido pela greve geral de setembro de 1962.[132] O movimento trabalhista organizado, embora ainda respondesse a líderes populistas, cada vez mais desvencilhava-se da repressão política e ideológica das estruturas corporativas.

Perante a tão crítica situação, o complexo IPES/IBAD se lançou numa campanha objetivada à contenção da mobilização popular e à desorganização da incipiente consciência e militância de classe que as massas trabalhadoras aos poucos adquiriam. A ação entre as classes trabalhadoras industriais se desenvolveu através de meios ideológicos e políticos. As atividades ideológicas englobavam propaganda geral, esquemas de assistência e mesmo manipulação clientelista. As políticas envolviam a criação de organizações de direita ou apoio às já existentes dentro do movimento trabalhista. Nessas atividades o complexo IPES/IBAD atuava autonomamente ou como um canal para outras organizações, mesmo as de fora do Brasil.

As atividades sócio-ideológicas do complexo IPES/IBAD enfatizavam a "função social do capital".[133] Esse representava um esforço calculado de propaganda para dar às massas trabalhadoras um proveito claramente visível no sistema econômico, a idéia de participação nos lucros, propriedade social indireta e co-responsabilidade administrativa. Tal ação tinha dois objetivos: melhorar a imagem pública da empresa privada, equipará-la com a democracia, e retardar um violento levante até que se pudesse desenvolver uma ação política apropriada.[134] Nesse sentido as atividades ideológicas empregadas pela elite orgânica mostravam-se fortemente contra a mobilização. O complexo de medidas ideológicas era julgado necessário para conter os elementos das classes trabalhadoras e os trabalhadores rurais mais diretamente conscientes da realidade social, a fim de evitar o que a elite orgânica via como o caos social iminente.[135] Numa reunião da liderança do IPES de São Paulo, o General Moziul Moreira Lima, um dos ativistas do complexo IPES/IBAD, declarou ser o problema: "aos olhos do povo os culpados do processo de exploração são as classes empresariais, muito mais do que o governo".[136]

A ação ideológica desenvolvia-se através de campanhas de alfabetização, de treinamento de líderes sindicais, do estabelecimento de escolas de doutrinação política para setores empresariais e populares e da projeção de um modelo imitativo de desenvolvimento, basicamente moldado no dos Estados Unidos, cuja imagem era refletida nas ações da Aliança para o Progresso. A campanha do complexo IPES/IBAD incluía também a distribuição de material de propaganda em forma de livros, panfletos, filmes, livretos e o estabelecimento de centros de treinamento de equipe administrativa intermediária, assim como a disseminação de material de leitura através de bibliotecas móveis e o emprego da mídia audiovisual para divulgar a sua mensagem. O Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo e os Grupos de Opinião Pública do Rio e de São Paulo responsabilizavam-se por essas operações. A idéia de que demandas econômicas restritas eram permitidas, mas um questionamento do sistema social não o era, foi instilada através de uma meticulosa campanha de doutrinação.

As áreas de propaganda preferidas pela elite orgânica constituíam aquelas, nas quais as forças nacional-reformistas haviam incursionado com a sua luta política para mudar as condições básicas de vida das massas trabalhadoras, tais como habitação, saúde e outros serviços comunitários. As atividades que a elite orgânica desenvolvia para contrabalançar o impacto do bloco nacional-reformista eram englobadas sob a denominação geral de ação comunitária, que incluía o Setor de Trabalho Social e o Grupo de Atividades Sociais do IPES, e se desenvolvia basicamente como esquemas de assistência e filantropia social. Enno

Hobbing, diretor da organização congênere, o Committee for Economic Development, sediada nos Estados Unidos, ofereceu ao IPES assistência direta para essas atividades, através dos serviços especiais de Gabriel Kaplan do CED e sua unidade de Ação Comunitária.[137] Os serviços comunitários eram operados principalmente em Pernambuco, onde o IBAD havia desenvolvido ao máximo o seu programa de assistência social e nas grandes concentrações urbanas das classes trabalhadoras do Centro-Sul.[138]

A elite orgânica desenvolvia vários e diferentes esquemas de assistência social, todos visando a criação das "ilhas de contentamento" entre as classes trabalhadoras. Essas ilhas serviam para retardar a solidariedade ideológica de classe e a organização política das classes trabalhadoras. O IPES criou o Corpo de Assistentes Sociais — CAS, que paternalisticamente fornecia recursos materiais e humanos em favor das limitadas reivindicações populares de serviços comunitários.[139] As atividades do CAS cresciam juntamente com o trabalho desenvolvido por outras unidades de ação patrocinadas pelo IPES, tais como o Movimento Universitário de Desfavelamento — MUD. O MUD tentava competir com um projeto que havia sido desenvolvido em São Paulo por estudantes universitários visando prover os serviços básicos às favelas e estimular a consciência social do favelado, de modo a organizá-los em grupos de pressão e ensiná-los a reivindicar seus direitos. O MUD tentava contrabalançar essa ação através da arregimentação de vários grupos universitários de direita sob a sua égide, desenvolvendo a sua própria forma de ação cívica, os amplamente propagados serviços comunitários. Eles promoviam uma imagem de possibilidade de ascensão econômica individual como uma alternativa para a luta social enquanto abafavam as tentativas de politizar a condição do favelado. As favelas do Vergueiro, da Mooca e do Tatuapé — em uma amostragem que compreendia 600 famílias ao todo — foram selecionadas como "vitrine de exposição".[140]

Através de esquemas de assistência social, o IPES também dava ajuda material e de propaganda a líderes sindicais amigos e potenciais elementos de apoio, de modo a assegurar o seu prestígio e a fortalecer suas posições políticas.[141]

Para contrabalançar a crescente motivação política pela mobilização das classes trabalhadoras, o IPES se concentrava em problemas sócio-econômicos limitados, claramente destinados ao consumo da massa. Tal política tornou-se óbvia depois da volta de uma delegação do IPES de um desses encontros de Nassau, realizados periodicamente para coordenar as diretrizes e trocar informações entre as organizações congêneres. Em sua volta, o líder do IPES Harold C. Polland enfatizou a necessidade de o IPES passar para a ofensiva e não permanecer na esfera de princípios abstratos, apresentados através de jornais, declarações e panfletos. O IPES teria de se concentrar em objetivos materiais, mais ao alcance da massa, que o próprio povo sentisse como verdadeiros. Para essa operação, Harold Polland contava certo com o apoio americano. Além disso, o IPES teria de tirar proveito do fato de que as pessoas no próprio governo estariam objetivamente interessadas em projetos tão delicados como a habitação popular, assunto sempre presente como um problema político, dado o grande contingente da população urbana sem casa e daqueles vivendo em condições miseráveis. Harold Polland recomendava que o IPES estabelecesse contatos com a rede bancária, com um certo Frias de Porto Rico e com o Embaixador Teodoro Moscoso, representante da ALPRO nascido em Porto Rico, para que a diretriz

e técnicas implementadas e testadas na ilha do Caribe pudessem ser estendidas ao Brasil. Além disso, H. Polland observava que se deveria atribuir ao IPES o papel de criador da idéia. O IPES teria, então, de ser apresentado pela engrenagem da mídia de sua própria organização e confiantemente ser visto como um porta-bandeira de metas reais e objetivas.[142] O IPES percebia também que a elite orgânica precisava lidar com problemas concretos e ganhar a simpatia de setores da opinião pública antes que ele pudesse se lançar em debate público referente a problemas delicados, tais como a defesa do direito à livre remessa de lucros pelas corporações multinacionais às suas matrizes, que era certamente considerado um assunto explosivo. Era claro para a liderança da elite orgânica que, no princípio de 1962, o IPES não tinha ainda "cancha"* para lidar com esses problemas em vista dos argumentos nacional-reformistas e o estado de espírito da opinião pública.[143] O IPES não levaria muito tempo para dominar a arte da manipulação da opinião pública e atacar não apenas os problemas maiores, mas abalar o posicionamento ideológico das classes médias e provocar significativo impacto político entre determinada parte das classes trabalhadoras.

A ação política da elite orgânica entre as classes trabalhadoras e os sindicatos desenvolvia-se grandemente através de organizações "fantoches" e movimentos orientados pelo clero, que competiam com sindicatos de esquerda pelo apoio das classes trabalhadoras. As atividades das organizações criadas ou apoiadas financeira e tecnicamente pelo complexo IPES/IBAD eram extremamente variadas. Essas atividades compreendiam a doutrinação das fileiras do movimento operário e o treinamento de liderança para militantes, a organização de seminários, conferências e congressos para sindicatos de direita, a dissolução de greves e a organização de contrademonstrações e outras contra-atividades em relação à liderança esquerdista e ao Executivo. Através desses meios, o complexo IPES/IBAD tentaria solapar as raízes do movimento sindical nacional-reformista. Os sindicatos de direita sob a égide do complexo IPES/IBAD eram também mobilizados em conjunção com outras organizações estudantis e de classe média controladas pela elite orgânica. Em sua ação entre as classes trabalhadoras, o complexo IPES/IBAD não constituía apenas a força motriz, mas também servia como canais para a ação de outras organizações políticas, mesmo as estrangeiras e as internacionais.

Uma realização importante para o IPES foi apoiar e inspirar a ação política da Federação de Círculos Trabalhadores Cristãos, federação esta de direita, fundada pelo Padre Leopoldo Brentano. As Federações de Círculos de Trabalhadores foram estabelecidas em dezessete dos vinte e dois Estados do Brasil e no princípio da década de sessenta elas chegavam a quatrocentas por toda a extensão do país. De acordo com seus próprios cálculos, elas contavam com 435.000 membros.[144] O Centro-Sul, onde se localizava o cinturão industrial, era de suma importância para a elite orgânica. Da mesma forma, o IPES patrocinava e orientava politicamente a Federação dos Círculos Operários de São Paulo — FCO, uma organização guarda-chuva para cerca de oitenta círculos e que reunia aproximadamente 250.000 associados. Liderava a FCO José Rotta, dirigente do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras, envolvido em ação política desestabilizadora bem como

* NT: termo usado em português no original.

na cooptação ideológica de trabalhadores. José Rotta era também ativista na CONTAG. Outra Federação de Círculos Operários que recebia a atenção especial do IPES era a Federação dos Círculos Operários Fluminenses — FCOF. Ela executava uma série de tarefas significativas no campo de doutrinação ideológica e treinamento político, ambos apoiados financeiramente pelo IPES. A liderança da FCOF, em uma carta ao IPES de Niterói, explicava que havia comprado uma pequena propriedade em Cachoeiras de Macacu, com a ajuda da Cooperativa Agrícola de Cotia.[145] A propriedade foi designada para servir de centro de reuniões, cursos e outras atividades para os líderes sindicais de direita do Estado. O Padre Antônio da Costa Carvalho, um de seus mentores, arranjou para que Dom Altivo Pacheco, o Bispo de Barra do Piraí, dirigisse os cursos e aliciasse apoio dentre a população urbana e rural das classes trabalhadoras para a defesa da democracia, que era identificada com o sistema de empresa privada. Os líderes da FCOF consideravam Dom Altivo como um "padre de grande tarimba" sindical, que não se deixava ser "embrulhado pelas manobras comunistas". Ele tornava-se importante para a elite orgânica, porque a sua diocese incluía Volta Redonda, o maior complexo siderúrgico do Brasil e o centro regional de uma série de comunidades de classes trabalhadoras.[146]

Com a ajuda do Padre Leopoldo Brentano, a elite orgânica, sob a cobertura do IBAD, organizou a Confederação Nacional dos Círculos Operários — CNCO. Nessa atividade, o IBAD recebeu o apoio de Frei Celso (já mencionado por suas atividades entre os camponeses), que se encarregava de um projeto sobre a penetração em sindicatos, bem como do Padre Velloso, antigo reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e do Padre Pancrácio Dutra. O IPES também apoiava a CNCO financeira e tecnicamente.[147] Através dela, a elite orgânica participava da formação de líderes e ativistas sindicais de direita.[148]

Além disso, em ações cívicas, cuja intenção era realçar o seu prestígio, os Círculos Operários ofereciam assistência jurídica, médica, dentária e hospitalar, bem como cooperativas de consumo, de crédito e habitacionais. Eles ofereciam, ainda, cursos variados como datilografia, desenhos industrial, artístico, publicitário e arquitetônico, assim como prática comercial, química industrial, corte e costura, economia doméstica e um curso de agronomia para iniciantes.

O IPES patrocinava congressos nacionais para os Círculos Operários. Um dos resultados do VII Congresso Nacional dos Círculos Operários foi o lançamento da Escola de Líderes Operários — ELO em doze diferentes capitais de Estado. O Padre Velloso, do IBAD, colocou-a em funcionamento e Gilberto Machado a dirigiu. A ELO oferecia dois tipos de cursos: os Cursos Populares para a Preparação Sindical nos distritos de classes trabalhadoras e os Cursos Intensivos de Formação de Líderes. Os dois preparavam o indivíduo para as contra-atividades de direita no combate à esquerda e ao trabalhismo e visavam a modelar as atitudes políticas de membros selecionados das classes trabalhadoras. Os Cursos Populares tinham como objetivo neutralizar o potencial de participação das classes trabalhadoras quanto ao seu apoio às propostas e teses nacional-reformistas. Os Cursos Intensivos visavam a formação de militantes capazes de desviar da mobilização nacional-reformista, se não todo o movimento das classes trabalhadoras, pelo menos grupos e setores dentro delas.[149] Segundo o porta-voz do IBAD, a *Ação Democrática*, a ELO se encarregaria de fazer um teste de extraordinária importância, qual seja, verificar a receptividade entre as classes trabalhadoras da

Doutrina Social Cristã.[150] Cândido Guinle de Paula Machado, ativo também em assuntos estudantis, coordenava o projeto do Padre Velloso para a formação de "líderes populares", projeto este que visava a interferir no setor sindical e ao qual o IPES se referia como um "plano para modelar atitudes".[151] C. Guinle P. Machado, justificando a necessidade de apoio continuado a tais grupos como os Círculos Operários, explicava que o plano consistia em um movimento ativo que preparava líderes em um curso de seis meses, para a sua carreira política sindical. Não há dúvidas de que pelegos sindicais foram preparados. C. Guinle de P. Machado os caracterizou de forma simples: "homens que respondem a nosso favor".[152] Uma outra organização foi produto da ELO, financiada também pelos empresários: o Movimento de Orientação Sindicalista — MOS, que foi estabelecido para agir diretamente dentro do movimento sindical, na forma de "quinta-colunistas" e "orientadores" de ação e opinião sindical. O seu papel era semelhante ao Movimento Renovador Sindical — MRS, apoiado pelo complexo IPES/IBAD, que tinha também orientação religiosa. A filial em São Paulo da Promotion S.A., do IBAD, dirigida por Cláudio Hasslocher, irmão de Ivan, presidente do IBAD, contava como uma de suas "clientes" sindicais a seção local do MRS, administrada por Geraldo Meyer, um ex-jornalista de *O Estado de S. Paulo*.[153] Geraldo Meyer também administrava uma revista chamada *Correio Sindical*, sustentada financeiramente por anúncios de *O Estado de S. Paulo* e pelo Açúcar Esther, o complexo industrial açucareiro pertencente a José Bonifácio Coutinho Nogueira, candidato do IBAD a governador de São Paulo.[154]

O IPES também apoiava a Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos — CBTC, do Padre Velloso, que era o seu assistente eclesiástico. A participação política da CBTC cresceu a tal ponto que ela se tornou indistinguível da Confederação dos Círculos Operários e finalmente elas se aglutinaram em uma só organização.

Seguindo o mesmo padrão adotado pelo complexo IPES/IBAD de estímulo às atividades dos membros do clero no movimento sindical, o General Golbery e o General Liberato endossavam a assistência ao Padre Carvalho para o seu programa de "formação de líderes" em Campos e Petrópolis.[155] O IPES também financiava a Escola de Líderes da Pontifícia Universidade Católica.[156]

O IPES de São Paulo apoiava regularmente as atividades sindicais rurais e urbanas e a formação de militantes sindicais,[157] canalizando fundos à SEI, sua congênere, para a manutenção de um Centro de Formação de Líderes, que produzia trezentos e cinqüenta militantes por ano.[158] Fundos eram também canalizados e orientações transmitidas pelo ativista ipesiano Wladimir Lodygenski, que se encontrava em contato com sindicatos alemães e de quem o Comitê Executivo do IPES recebia regularmente relatórios sobre a ação velada nas atividades sindicais.

Outra organização com a qual o IPES se ligava era o Movimento Democrático Brasileiro — MDB, de São Paulo, também relacionado com a SEI. O MDB mantinha um sítio-escola em São Paulo, onde se administravam cursos de quatro meses para militantes sindicais e das classes trabalhadoras. A sua linha ideológica era basicamente "anticomunista". Conforme um relatório do IPES, o movimento se originou da necessidade por parte de Macedo Soares, do Itamaraty, de ter uma informação acurada sobre os movimentos sindicais. Os ativistas do IPES que mantinham contatos com o MDB ficavam perplexos com

a eficiência e o volume de recursos à sua disposição. Rui Gomes de Almeida, líder do IPES, conhecia pelo menos doze firmas sediadas em São Paulo que contribuíam intensa e anonimamente. O MDB tornou-se um canal para atividades ideológicas e políticas do IPES (distribuição de material de propaganda, pressão sobre ativistas sindicais, intimidação), que por sua vez também escrevia artigos para os jornais e boletins patrocinados pelo MDB para circulação entre as classes trabalhadoras. O MDB também recebia apoio através do IBAD.[159]

Uma outra operação patrocinada pelo IPES era o Centro de Orientação Social — COS, formalmente constituído em 1963, com o objetivo de: a) analisar problemas sindicais e sócio-políticos em geral; b) penetrar ideologicamente nos sindicatos através de publicações, cursos, conferências e outros meios; c) estimular a melhoria das relações empregado-patrão, o aumento da produtividade, o progresso da consciência cívica e social, "tendo em mente os interesses superiores de desenvolvimento nacional". O COS operava nos meios urbanos e rurais. Ele coletava informação sobre ativistas sindicais e o movimento das classes trabalhadoras e publicava uma circular semanal sobre a atividade sindical para consumo de massa, que era distribuída tanto a indivíduos como a centenas de organizações.[160]

A elite orgânica também controlava várias organizações trabalhistas fora da esfera direta de influência da Igreja. O complexo IPES/IBAD controlava o Movimento Sindical Democrático — MSD, movimento este anticomunista e extremamente radical, que operava como um "mascote político" de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, de Herbert Levy, líder da UDN, e dos empresários de São Paulo. O MSD também proporcionava a base de apoio de Carlos Lacerda entre as classes trabalhadoras; o Governador ajudara a estabelecer a agência do sindicato no Rio de Janeiro.[161]

O MSD, liderado por Antônio Pereira Magaldi, mostrava-se particularmente forte entre os comerciários. Antônio Magaldi, também dirigente do Sindicato dos Farmacêuticos, e ainda presidente em exercício da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio — CNTC, usava a Confederação para favorecer as metas do seu Movimento Sindical Democrático anticomunista.

O MSD gozava de facilidades extraordinárias junto a mídia audiovisual para transmitir seus objetivos ao público em geral, graças à cobertura do IPES. O MSD disseminava a sua posição política por todo o movimento sindical através de intensa distribuição de panfletos e publicações próprias, como também de outras fontes. Servia como um foco de propaganda anti-João Goulart e anti-socialista, visando especialmente aos militares e habilmente jogando com os receios da classe média. Recebia intenso apoio da UDN; Antônio Pereira Magaldi, juntamente com Herbert Levy e outros líderes sindicais patrocinados pelo IPES, como José Rotta, aparecia em programas políticos sob os auspícios do "bureau de oradores" do IPES. O MSD se responsabilizava por divulgar entre as classes médias em geral e os militares em particular o temor às pretensas tentativas de João Goulart de estabelecer uma República Sindicalista, um regime de estrutura neocorporativa e de feições calcadas no Peronismo, que manipulasse as classes trabalhadoras e abafasse as classes médias.[162] Tal idéia desmoralizava muitos dos apoiadores das classes trabalhadoras aliados a João Goulart, ao passo que fortalecia o antagonismo militar.

O MSD organizava, ainda, conferências para sindicatos e Cursos de Orientação Sindical, que preparavam ideologicamente e treinavam politicamente ativistas sindicais. Esses cursos orientados pelo complexo IPES/IBAD constituíam o marco prático no qual se desenvolvia a doutrinação "neocapitalista" dos trabalhadores.

O complexo IPES/IBAD também controlava a REDETRAL, Residência Democrática dos Trabalhadores Livres, lançada por Deocleciano de Hollanda e dirigida por Floriano da Silveira Maciel. Pertenciam à REDETRAL da Guanabara, entre outros, Ary Campista, protótipo de um pelego, e José Campello. A agência no Rio da Promotion S.A. do IBAD produzia a cobertura publicitária da REDETRAL.[163]

O tipo de mensagem ideológica que o complexo IPES/IBAD, com êxito, instilava ou fomentava na luta política travada através das classes trabalhadoras era bem caracterizado na declaração final do prolífico VII Congresso Nacional dos Círculos Operários em uma das questões fundamentais: propriedade privada dos meios de produção. A declaração rezava: "A propriedade é baseada no direito natural do homem e é necessária ao seu desenvolvimento integral. A propriedade tem uma função social, assim como os bens que ela produz. A facilidade de acesso de todos os homens à propriedade é um imperativo da democracia. Não todos proletários, mas todos proprietários. O desenvolvimento da personalidade, a ampliação da capacidade individual e a segurança das liberdades fundamentais requerem a defesa da propriedade privada, inclusive aquela dos meios de produção."[164] Quanto ao papel do Estado na economia, devia-se reduzir a um "papel supletivo" em função do capital privado.

O apoio internacional para o MSD, controlado pelo complexo IPES/IBAD, vinha da ORIT, Organización Regional Interamericana de Trabajadores. A ORIT era a associada regional da ICFTU, International Confederation of Free Trade Unions. Tanto na ideologia, quanto na prática, a ORIT era o reflexo da American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations, popularmente conhecida por sua sigla AFL-CIO.[165] O objetivo principal da ORIT foi sempre "lutar contra o comunismo e promover o sindicalismo democrático". Ela pregava "a reforma no sistema capitalista existente, negando a existência de antagonismos de classe", ao mesmo tempo destacando os Estados Unidos como um exemplo das recompensas que o sistema poderia conferir às classes trabalhadoras e ao trabalho organizado.

A ORIT, organizada em 1951 por Serafino Romualdi, contava como suas principais fontes financeiras a AFL-CIO, o International Solidarity Fund da ICFTU e outras agências americanas.[166] Além disso, a ORIT operava como um dos principais mecanismos para as operações trabalhistas da CIA,[167] que mantinha considerável controle sobre ela.[168]

Além do MSD, a ORIT fora uma organização guarda-chuva para outros sindicatos, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria — CNTI, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio — CNTC (auxiliada em sua criação em 1953 pela Confederação Nacional do Comércio uma associação empresarial), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre — CNTT, dirigida por Mário Lopes de Oliveira.[169] Este, juntamente com Jorge Coelho Monteiro, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Companhias Telefônicas, John Snyder, representante da Postal, Telegraph

and Telephone International, Samuel Powell, chefe da missão CIOSL-ORIT no Brasil e Joaquim Otero, da International Federation of Transport Workers (Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte) formavam o Movimento Sindical Democrático Livre — MSDL. O Movimento Sindical era importante na coordenação das atividades contra o governo e na penetração, com sua ideologia direitista, em classes trabalhadoras urbanas.

Entre outras figuras sindicais que reuniam seus esforços e apoio para a luta desestabilizadora da elite orgânica encontravam-se Raymundo Nonato Costa Rocha, líder sindical no ramo de hotelaria e turismo, Ary Campista, da Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas da Guanabara e do Rio de Janeiro e V. Orlando, da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Guanabara.

O IBAD mostrava-se particularmente ativo no movimento sindical do Paraná, Estado-chave em termos políticos, onde levantava apoio para o governador Nei Braga e onde patrocinava diversos sindicatos e seus líderes. O Paraná era importante por sua proximidade geográfica de São Paulo, e, embora não se achasse entre os centros industriais mais importantes do país, ele tinha uma grande população das classes trabalhadoras nas áreas rurais e das indústrias de porte médio e do sistema de prestação de serviços do Estado.

O IBAD também organizou o I Encontro de Trabalhadores Democráticos do Paraná, com a presença de mais de duzentos representantes de sindicatos. Presidiram a mesa os líderes sindicais ibadianos Marconi Pedroso, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Paraná, Jorge de Matos, presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia do Paraná, Salomão Pamplona, da Frente Sindical do Paraná, Alderico Reis Petra, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Couro do Paraná, Miguel Krug, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico, João Wagner, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, e Astrogildo Souza. Muito apropriadamente, o *slogan* do encontro era "anticomunistas sempre, reacionários nunca", que apelava para os trabalhadores do setor comercial e serviços, as camadas mais altas das classes trabalhadoras industriais, as classes médias e as fileiras das Forças Armadas. O programa do encontro enfatizava a sua oposição aos "totalitarismos de direita e de esquerda" e incluía reivindicações relativas à segurança e à rentabilidade do capital estrangeiro, à completa integração do Brasil na Associação Latino-americana de Comércio Livre, na Organização dos Estados Americanos e na Aliança para o Progresso e à necessidade de lutar pela "disseminação da propriedade privada juntamente com assistência educacional e financeira".

O IBAD também organizou os tão propagados "Encontros Interestaduais de Sindicalismo Democrático". Para o seu tão importante encontro na Guanabara (a "caixa de ressonância" da nação) em 1962, anterior às eleições para o Legislativo, contou com a presença e apoio do governador Carlos Lacerda, do líder sindical de direita Antonio Pereira Magaldi, de Rego Monteiro, do deputado João Mendes, ibadiano da ADP, do governador e General Juracy Magalhães, do deputado Eurípides Cardoso de Menezes, udenista da ADEP, do Padre Velloso e do ativista sindical do IPES, Floriano da Silveira Maciel, tendo todos presidido o acontecimento.[170]

De extrema importância, esses congressos, simpósios e conferências regionais e nacionais, organizados pelo IBAD para líderes trabalhistas, contavam com a presença de políticos profissionais e representantes das associações sindicais empresariais e das Forças Armadas. O seu objetivo consistia em projetar a sua militante atividade sindical do cotidiano com acontecimentos que causassem um forte impacto junto à opinião pública e que fossem de peso entre as classes médias e os militares que se mostrassem receptivos às bem propagadas denúncias ao governo e ao bloco nacional-reformista. Os congressos e conferências também serviam de pontos de união para uma renovada ação organizada com o movimento sindical e fortalecia a disposição dos grupos trabalhistas apoiadas pelo complexo IPES/IBAD para disputar o terreno político com organizações da esquerda.

O Rearmamento Moral também apoiava o IPES, que lhe servia de canal de propaganda.[171] Embora secundária, não se deve menosprezar a forma de ação de propaganda desenvolvida diretamente pelos próprios empresários do IPES. Dirigentes de empresas e indústrias convocavam regularmente reuniões de seus empregados, onde se discutia o significado do que ocorria no Brasil e onde os patrões "empurravam" nas mãos de seus empregados panfletos "informativos", que equiparavam a situação do Brasil daquela época à da Hungria de 1956 e, ainda, onde se explicavam os aspectos negativos da situação política em termos de um iminente golpe comunista de influência estrangeira, de uma ilegítima expansão do Estado em áreas em que a empresa privada deveria comandar a economia e as barreiras irracionais ao capital estrangeiro.[172]

Finalmente, a ação dentro dos sindicatos advinha de uma variedade de outras organizações políticas às quais o complexo IPES/IBAD era ligado e que portava uma dimensão internacional e estrangeira.

O complexo IPES/IBAD ligou-se em particular a um centro-chave de apoio, o American Institute for Free Labor Development — AIFLD, uma organização estreitamente ligada ao sindicalismo, aos empresários americanos e às agências governamentais como a AID e a CIA. O AIFLD passou oficialmente a funcionar nos Estados Unidos em outubro de 1961, pouco antes da criação do IPES no Brasil, como uma ramificação do AFL-CIO a quem, desde então, deveu orientação política. Conforme Serafino Romualdi, primeiro diretor executivo em tempo integral do AIFLD até 1966, ele era uma "auspiciosa instituição com um orçamento de muitos milhões de dólares e ramificações em praticamente todos os países da América Latina e da região do Caribe".[173]

O AIFLD, desde o seu aparecimento, contava com o patrocínio de empresas e tinha essencialmente "consciência ocupacional, muito mais que consciência de classe".[174] Cerca de sessenta gigantescas corporações americanas, inclusive a Anaconda Co., a Pan American Airways, a I.T.T., a EBASCO e a Merck & Co., contribuíam para o orçamento do AIFLD. O seu diretor-presidente era J. Peter Grace, presidente da W. R. Grace Corporation,[175] membro de destaque do Committee for Economic Development e chefe do influente Committee on the Aliance for Progress — COMAP, do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, com quem os líderes do IPES eram relacionados e o visitavam em suas viagens a Washington. Peter Grace, idealizador e fundador do AIFLD e homem de cobertura para as operações trabalhistas da CIA, fora apadrinhado para o posto no COMAP pelo seu amigo John F. Kennedy.[176] Uma das tarefas do

COMAP consistia em avaliar a Aliança para o Progresso e estabelecer recomendações para o seu futuro papel.[177] Ele também concentrava-se em formas de aumentar o fluxo de investimento privado a curto prazo na América Latina. Compunha-se de presidentes e vice-presidentes de vinte e cinco *interesses* americanos da maior importância, proporcionava membros executivos para o AIFLD,[178] e quando foi substituído pelo Business Group for Latin America — BGLA, foi este que forneceu os representantes para o Conselho de Curadores do AIFLD.[179] É relevante se observar que muitos dos empresários proeminentes do IPES eram diretores de subsidiárias das corporações multinacionais americanas que compunham primeiramente o COMAP e depois o BGLA, ou de companhias locais associadas a eles. A maioria das corporações do COMAP e do BGLA no Brasil integravam as contribuintes financeiras do complexo IPES/IBAD.

Além de Serafino Romualdi e J. P. Grace, outros membros do Conselho Diretor do AIFLD incluíam o chefe do AFL-CIO, George Meany (presidente), Berent Friele, uma "raposa velha" em assuntos relacionados com o Brasil, associado a Nelson Rockefeller e vice-presidente da American International Association for Economic and Social Development, Joseph Beirne, presidente da Comunication Workers of America e colaborador nas operações trabalhistas da CIA através da Post, Telegraph and Telephone Workers International (secretário-tesoureiro) e William C. Doherty Jr., da Post, Telegraph and Telephone Workers International (administrador). Incluíam-se entre outros empresários americanos que ocupavam posições executivas no AIFLD Charles Brinckerhoof, diretor-presidente da Anaconda Co., William M. Hickey, presidente da United Corporation, R. C. Hill, diretor da Merck and Co., Juan C. Trippe, diretor-presidente da Pan American World Airways e Henry S. Woodbridge, diretor-presidente da Tru-Temper Copper Corporation.[180]

A associação do AIFLD com o Departamento de Estado, a Agency for International Development — AID e a CIA completava o tripé de sindicatos, empresa privada e governo.[181] Através de contratos da AID, o AIFLD tornou-se o instrumento principal do governo americano para o fornecimento de assistência técnica aos sindicatos latino-americanos (educação política e treinamento de ativistas sindicais, bem como o desenvolvimento de projetos sociais), que na linguagem da época encobria-se com o rótulo de "ação cívica".[182] Além disso, o AIFLD era um centro trabalhista controlado pela CIA e financiado pelo AID. O grau de envolvimento do AIFLD com a CIA culminava com o fato de que Serafino Romualdi, enquanto no AIFLD, acumulava ainda o cargo de agente da Divisão das Organizações Internacionais da CIA. Através dessa divisão, Serafino Romualdi e William Doherty Jr. exerciam controle diário do AIFLD para a CIA.[183]

Era conferido de fato ao pessoal do AIFLD um *status* quase oficial na formação e implementação da política trabalhista dos Estados Unidos para a América Latina.[184] O AIFLD envolvia-se em uma variedade de atividades no campo de propaganda geral, os chamados "projetos sociais", que se estendiam de educação até projetos habitacionais de baixo custo, cooperativas de crédito, e serviços comunitários.[185] Todavia a tarefa principal do AIFLD, semelhante à da ORIT, havia sido organizar sindicatos anticomunistas na América Latina. Para esse fim, o AIFLD estabeleceu institutos de treinamento que continuavam o ensino de cursos dados pelos seus membros e, embora o controle administrativo dos institutos de treinamento em Washington se mantivesse nas suas mãos, era de se

esperar que os próprios institutos fossem dirigidos por agentes pagos pela CIA sob o controle operacional da estação local da referida agência.[186] Ainda o AIFLD financiava encontros educacionais periódicos a nível hemisférico e publicava livros e panfletos e envolvia-se no campo de atividades sociais e comunitárias, os chamados projetos de impacto. Porém ele dedicava-se especialmente ao que foi denominado "educação trabalhista".[187]

O AIFLD operava com base em três princípios. Primeiramente, "dividir as classes trabalhadoras na tentativa de se criar uma aristocracia trabalhista privilegiada e sindicalizada, que defenderia ganhos materiais contra pessoas desempregadas e trabalhadores não-sindicalizados. Em segundo lugar, fazer oposição à militância operária, por meio da luta contra trabalhadores militantes", evitar a infiltração comunista e, onde ela já existisse, livrar-se dela". E finalmente, negar a luta de classe, obtendo um "consenso" entre empresário e trabalhador baseado na implementação de maior produtividade. O AIFLD era também eminentemente apropriado para servir como uma sutil rede de coleta de informação devido à sua posição dentro dos movimentos trabalhistas da América Latina".[188]

George Meany expôs com precisão os horizontes ideológicos do AIFLD em sua palestra de 1965 ao Council of America que sucedeu o Business Group for Latin America. Meany disse: "Nós cremos no sistema capitalista e somos membros da sociedade capitalista. Somos dedicados à preservação deste sistema, que traz recompensas aos trabalhadores. . . . Não estamos dispostos a permutar o nosso sistema por nenhum outro."[189]

Para minar o apoio a João Goulart através do movimento sindical organizado, o ICFTU, a ORIT, o AIFLD e a Embaixada dos Estados Unidos trabalharam arduamente para apoiar os sindicatos de direita e opor ao Comando Geral dos Trabalhadores — CGT, dominado pela esquerda, e que havia se tornado a maior e principal confederação de sindicatos do Brasil. O Movimento Sindical Democrático — MSD, controlado pelo complexo IPES/IBAD, com seu lema "Deus, propriedade privada e livre empresa", era um dos receptores da ajuda e da orientação do AIFLD para o patrocínio de reuniões e o estabelecimento de seus cursos sindicais.[190] Além disso, os esforços do AIFLD se concretizaram no III Congresso Nacional do Trabalho, de 1962, quando especialistas sindicais americanos, que vieram ao Brasil especialmente para o acontecimento, conseguiram minar as tentativas do CGT de unificar o Movimento Trabalhista.[191]

Os programas do AIFLD no Brasil foram conduzidos principalmente através de seu associado local, o Instituto Cultural do Trabalho — ICT, sediado em São Paulo e patrocinado pelo IPES. O AIFLD financiava o ICT em 80% de seus fundos.[192] O ICT treinava ativistas sindicais e disseminava propaganda anticomunista por todo o movimento trabalhista, imprensa e o público em geral. Mantinha também uma agência em Recife para o treinamento de líderes rurais. Em resposta aos crescentes movimentos populares na área rural do Nordeste, o AIFLD iniciou uma série de programas de treinamento e assessoria para os ativistas camponeses de direita e líderes dos trabalhadores rurais.[193] De acordo com o membro executivo do AIFLD, William C. Doherty, quando em 1964 o ICT operava por pouco mais de dois anos, ele já havia treinado, com êxito, mais de 12.000 líderes sindicais e ativistas brasileiros de proveniências as mais variadas e em todos os sindicatos.[194]

O Instituto oferecia cursos regionais, variando de uma semana a um mês de estudo para líderes sindicais e camponeses,[195] conforme o primeiro diretor do ICT, J. V. Freitas Marcondes, do Conselho Técnico da Federação do Comércio de São Paulo. Dos cursos regionais, selecionavam-se novamente os melhores alunos (que prometiam por suas qualidades de liderança sindical), aos quais eram, então, oferecida a oportunidade de freqüentar um curso intensivo de três meses, de oito horas diárias, sobre liderança sindical, em São Paulo.[196] Os que se sobressaíam mais seguiam para os Estados Unidos para freqüentar um curso avançado de três meses, onde o AIFLD operava uma escola de treinamento de tempo integral, o renomado Front Royal Institute, na Virgínia.[197] Ao final de seus cursos, os formados pelo AIFLD voltavam ao Brasil e eram pagos para participarem de um programa de nove meses como organizadores em tempo integral, o que permitia aos ativistas sindicais se envolverem como profissionais em atividades políticas.[198] (Uma lista dos formados nesses cursos está apresentada no Apêndice P). Os ex-alunos e treinados pelo AIFLD desempenharam um papel significativo no golpe que derrubou o governo de João Goulart.[199] No princípio de 1963, o AIFLD fez o treinamento de uma classe especial de trinta e três participantes, todos brasileiros, no seu instituto sediado na Virgínia. Quando eles voltaram para o Brasil, alguns foram enviados para a zona rural a fim de organizar a ação política e a conduzir atividades de doutrinação, ao passo que outros serviam em seus sindicatos no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e outros centros industriais.[200] Um desses instrutores, o pelego ligado ao PDC, Rômulo Marinho, secretário da Federação Sindical,[201] organizou seminários "anticomunistas" para telegrafistas, prevenindo os trabalhadores-chave do problema iminente e os preparando para uma situação de crise. Quando o golpe de Estado foi finalmente desferido, os sindicatos nacional-reformistas e a esquerda trabalhista convocaram uma greve geral. Para o seu desalento, a coordenação dos sindicatos se tornou impossível, já que o telégrafo tinha sido bloqueado enquanto o Exército conseguiu coordenar facilmente o desempenho das tropas através de sua própria rede de comunicação:[202] além do mais, muitos líderes sindicais haviam sido presos antecipadamente, na famosa "operação gaiola". William C. Doherty Jr., da Post, Telegraph and Telephone International — PTTI, do AIFLD e do Front Royal Institute, fazia alarde do papel de seu instituto pouco depois do golpe: "alguns dos [treinados brasileiros] foram tão ativos que se tornaram intimamente envolvidos em algumas das operações clandestinas da revolução antes de seu acontecimento em 1.º de abril. O que houve em 1.º de abril não ocorreu por acaso — foi planejado — e planejado com meses de antecedência. Muitos dos líderes sindicais, alguns deles em verdade treinados em nosso instituto, estavam envolvidos na revolução e na derrubada do regime de João Goulart".[203]

As atividades do complexo IPES/IBAD lograram relativo êxito. Elas conseguiram criar e patrocinar grande número de variadas agências e organizações políticas que se engajavam em táticas de adiamento para evitar a consolidação da consciência e solidariedade das classes trabalhadoras. Através de sua pluralidade de organizações que aliciavam o apoio das classes trabalhadoras, elas conseguiram um forte impacto político dentro das classes trabalhadoras como também obrigar os sindicatos nacional-reformistas a se engajarem numa estrênua luta pela supremacia, que desviava energia e recursos de outros objetivos. Todavia, apesar de seus esforços, outros sindicatos mudaram para a esquerda em apoio

a um programa nacional-reformista. Nas eleições nacionais da CNTI, em janeiro de 1964, a chapa conservadora composta por João Wagner, Ari Campista, Diocleciano de Hollanda, Mário Dopazo e Adauto Bezerra foi estrondosamente derrotada. Os sindicatos, gradual e firmemente, consolidavam o seu apoio à criação da Central Única dos Trabalhadores, a organização guarda-chuva, orientada para a esquerda trabalhista, que na realidade advinha do Comando Geral de Greve, constituído inicialmente com o intuito de mobilizar a opinião pública para assegurar a subida de João Goulart ao poder depois da renúncia de Jânio Quadros e que se encontrava em vias de transformar-se no Comando Geral dos Trabalhadores.[204] No entanto, quando essa tendência para a esquerda foi efetivamente percebida, o movimento militar contra João Goulart já havia tido tempo de se organizar, estando prestes a intervir. As organizações patrocinadas pelo complexo IPES/IBAD haviam conseguido ganhar tempo para desfechar, com êxito, o golpe de Estado.

A ação política nos partidos políticos e no Congresso

O sistema político populista passava por um processo de desagregação, que refletiu nas dissensões internas entre os partidos políticos de centro-direita e na polarização de posições dentro do Congresso, levando à formação de blocos de centro-esquerda e à tendência esquerdista do eleitorado. O Congresso, embora fosse um foco de representação oligárquica, transformava-se no *forum* onde reivindicações populares ganhavam expressão. O controle do Congresso se fazia essencial para o bloco nacional-reformista e, em particular, para o Executivo, a fim de implementar o seu ambicioso programa de reformas. Porém as forças políticas conservadoras e reacionárias tentavam manter o controle do Senado e da Câmara de Deputados para bloquear a aprovação de legislação conducente a substanciais reformas nacionais. O congresso se transformou em um crucial campo de batalha. Como o *forum* político nacional de maior importância, o parlamento foi transformado em um foco de propaganda pela Frente Parlamentar Nacionalista e pela Ação Democrática Parlamentar, que apresentavam seus casos não apenas pelo mérito da questão, mas também visavam a ganhar a simpatia e o apoio ativo dos vários setores da opinião pública. De certa forma partidos, grupos e indivíduos, como nunca, aliciavam suas respectivas bases sociais de apoio através de sua atuação no Congresso, que era divulgada ao público através da mídia audiovisual. Tornavam-se críticos a cobertura e o tratamento pela mídia dos acontecimentos e personagens políticos.

Contra esse *background*, o objetivo estratégico do complexo IPES/IBAD era levar a estrutura política a um ponto de crise, no qual os civis apoiariam soluções extraconstitucionais e os militares se sentiriam compelidos a intervir como moderadores no que em 1962 era um sistema político altamente polarizado. As táticas da elite orgânica objetivavam influenciar decisões políticas através do bloqueio das diretrizes reformistas do governo e daquelas do bloco trabalhista de esquerda no Congresso, fomentando o isolamento do Executivo do apoio da classe média e estimulando a retirada do suporte institucional às diretrizes políticas da administração. Ao impedir o Executivo de legislar através do Congresso, a elite orgânica obrigaria o governo a apelar para a mobilização popular com

o intuito de apoiar as suas propostas, que para serem transformadas em diretrizes teriam de ser implementadas por decreto. Contudo, a mobilização popular a partir do Executivo alienaria o apoio de um amplo espectro de opinião dentro das Forças Armadas e estimularia o descontentamento da opinião "pública" de classe média, convenientemente transmitida pela rede de mídia do complexo IPES/IBAD. As classes médias, ao mesmo tempo que mobilizadas pelo complexo IPES/IBAD, viam ameaçado o seu *status* sócio-econômico. Além do mais, elas se confrontavam com um grau de agitação política a que se haviam desacostumado devido a muitos anos de política elitista.

O complexo IPES/IBAD aos poucos patenteava um amplo leque de meios de pressionar o sistema político.[205] Sua ação principal no Congresso e nos partidos políticos era desenvolvida através da Ação Democrática Parlamentar — ADP, que operava como a frente política e o canal ideológico da elite orgânica no Parlamento e diante da opinião pública.[206] Como já foi visto no Capítulo III, a ADP era um bloco multipartidário, de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, e organizados através de uma rede, em todo o país, de grupos de Ação Democrática Popular — ADEP e que tinha até mesmo congêneres em muitos legislativos estaduais e câmaras municipais.[207] O IPES e o IBAD chegaram à decisão de se estabelecer no Congresso,[208] e a estratégia combinada para a sua ação seria coordenar os esforços do IBAD com aqueles do Grupo de Ação Parlamentar do IPES, ou seja, "estabelecer o eixo Ivan Hasslocher-Mello Flores na Câmara dos Deputados e no Senado". O mais importante canal para tal "eixo" era a Ação Democrática Parlamentar, através da qual o IPES e o IBAD se tornaram uma única organização em ação encoberta.[209] A ADP, liderada pelo deputado udenista João Mendes, estabeleceu a presença política do complexo IPES/IBAD no Congresso e assim permitia à elite do bloco multinacional e associado a imiscuir-se na política nacional e a moldar a opinião pública através de mais um importante canal. Por meio da ADP, o bloco econômico dominante expressava suas reivindicações, traduzindo seu poder sócio-econômico em autoridade ideológica e política.[210] Em Brasília, o líder do IPES, Jorge Oscar de Mello Flores, encarregava-se do que era considerado "ação discreta" na Câmara dos Deputados e no Senado, dessa forma "isentando o IPES de responsabilidades públicas".[211]

A ADP tinha um duplo desempenho. Tanto ela funcionava como um foco no Congresso para a ação do Grupo de Ação Parlamentar e o Grupo de Levantamento da Conjuntura contra o Executivo, quanto servia de um canal importante para as atividades do Grupo de Estudo e Doutrina que, com a cobertura do Grupo de Opinião Pública, faziam da ADP uma eficaz "caixa de ressonância", estimulando o apoio do público para as táticas e propostas de diretrizes políticas com orientação do complexo IPES/IBAD. Os membros da ADP apresentavam ao Congresso requerimentos, anteprojetos de lei e emendas preparados pelo Grupo de Estudos e Doutrina do IPES. A ADP fazia, ainda, críticas aos projetos do governo e aos do bloco nacional-reformista, cujas linhas básicas eram preparadas no complexo IPES/IBAD. Adotando a técnica de voto em bloco, a ADP também se habilitava a derrotar propostas de diretrizes governamentais.[212] Contava com aproximadamente duzentos representantes em dezembro de 1962[213] (quase a metade da Câmara dos Deputados) o maciço bloco de parlamentares amigos da ADP, patrocinados pelo complexo IPES/IBAD e habilmente coordenados pelo Grupo

de Ação Parlamentar. A ADP mostrava-se vital no esforço de bloquear as tentativas de João Goulart quanto à implementação de reformas através do Legislativo, forçando o Executivo a usar decretos presidenciais, o que retardava seus planos, esgotando-o nas longas batalhas processuais e criando uma atmosfera de impasse no Congresso; além disso, criava-se um clima de ingovernabilidade geral o que estimulava a busca e legitimação de soluções extraconstitucionais, para a pendente crise do regime.

As influentes figuras políticas a seguir constituíam o bloco da ADP no Congresso e nas Assembléias Estaduais:[214]

Alagoas — José Maria (PTN)
Amapá — Amílcar Ferreira (PSD)
Amazonas — Jaime Araújo (UDN), Djalma Passos (PL)
Bahia — Aloísio de Castro (PSD), Antônio Carlos Magalhães (UDN), João Mendes (UDN), Luiz Viana Filho (PL), Miguel Calmon (PSD), Rubem Nogueira (PSD)
Ceará — Adolfo Gentil (PSD),[215] Costa Lima (UDN), Dias Macedo (PSD)
Espírito Santo — Álvaro Castelo (PSD), Dirceu Cardoso (PSD), Oswaldo Zanelo (PRP)
Goiás — Anísio Rocha (PSD), Benedito Vaz (PSD), Emival Caiado (UDN)
Guanabara — Gladstone Chaves de Mello (PDC), Coronel Danilo Nunes (UDN), Aguinaldo Costa (UDN), Hamilton Nogueira (UDN), Nelson Carneiro (PSD), Marechal Mendes de Morais (PSD), Maurício Joppert (UDN), General Menezes Cortes (UDN), Amaral Neto (UDN), Adauto Lúcio Cardoso (UDN), Lopo Coelho (PSD), Raul Brunini (UDN), General Juracy Magalhães (UDN), Gabriel Chaves de Mello (PDC), Raimundo de Brito (UDN), Eurípides Cardoso de Menezes (UDN).
Maranhão — Cid Sampaio (PSD)
Mato Grosso — Rachid Mamed (PSD)
Minas Gerais — Elias de Souza Carmo (UDN), Feliciano Pena (PR), Geraldo Freire (UDN), José Humberto (UDN), Leopoldo Maciel (UDN), Monteiro de Castro (UDN), Nogueira Rezende (PR), Padre Vidigal (PSD), Pedro Aleixo (UDN), Pinheiro Chagas (PSD), Último de Carvalho (PSD), Rondon Pacheco (UDN), Bias Fortes (PSD), Gustavo Capanema (PSD), José Bonifácio (UDN)
Pará — Deodoro de Mendonça (PSP), João Menezes (PSD)
Paraíba — Janduhy Carneiro (PSD), Plínio Lemos (PL), Ernâni Sátiro (UDN), João Agripino (UDN), Abelardo Jurema (PSD)
Paraná — Mário Gomes (PSD), Othon Mader (UDN), Munhoz da Rocha (PR), Plínio Salgado (PRP)
Pernambuco — Dias Lima (UDN), Gileno de Carli (PSD), Padre Arruda Câmara (PDC), Alde Sampaio (UDN), Aderbal Jurema (PSD)
Rio de Janeiro — Pereira Pinto (UDN), Raymundo Padilha (UDN), Saturnino Braga (PSD), Moacyr Azevedo (PSD)
Rio Grande do Norte — Jessé Pinto Freire (PSD), Djalma Marinho (UDN)
Rio Grande do Sul — Alberto Hoffmann (PRP), Daniel Faraco (PSD), Joaquim Duval (PSD), Raul Pilla (PL), Tarso Dutra (PSD)
Santa Catarina — Antônio Carlos Konder Reis (UDN), Carneiro Loyola (UDN), Celso Franco (UDN), Laerte Vieira (UDN)

São Paulo — Carvalho Sobrinho (PSP), Cunha Bueno (PSD), Ferreira Martins (PSP), Afrânio de Oliveira (PSB), Hamilton Prado (PTN), Horácio Lafer (PSD), Mário Beni (PSP), Olavo Fontoura (PSD), Herbert Levy (UDN), Arnaldo Cerdeira (PSP)
Sergipe — Lourival Batista (UDN)

A mencionada lista de parlamentares que formavam o bloco multipartidário evidencia o fato de que a ADP reunia membros tradicionais conservadores e modernizante-conservadores a maior parte do PSD e da UDN. Para compor a ADP, algumas das mais influentes figuras políticas de cada Estado tiveram de solucionar antigos conflitos regionais e pessoais e até mesmo rixas familiares. Esse fato ilustra a medida do que se punha em jogo.

A interconexão do IPES, IBAD e ADP no Congresso se fez explícita numa carta altamente significativa de Jorge Oscar de Mello Flores, chefe do Grupo de Ação Parlamentar e pagador geral do IPES, ao líder Glycon de Paiva. Nessa carta, Mello Flores estabelecia as diretrizes para medidas a serem tomadas pelos apropriados grupos de ação e estudo do IPES do Rio em relação aos itens previamente discutidos pela liderança do IPES. Ele enfatizava que se a organização em Brasília tivesse de ser fortalecida, ele poderia, então, ativar a apresentação dos anteprojetos de lei no Congresso. Mello Flores instava Glycon de Paiva a apressar a preparação das propostas de reformas básicas sobre assuntos que "os esquerdistas, petebistas e demagogos considerassem vitais para o nosso país" [*sic*]. Esboçados nas reformas que o IPES havia preparado como o cerne do Congresso de Reformas de Base, realizado em janeiro de 1963, esses projetos *foram* oportunamente apresentados por deputados da ADP.[216] Mello Flores via como urgente a apresentação na Câmara dos Deputados e através da ADP de vinte e três anteprojetos desestatizantes e "antidemagógicos" [*sic*], alguns deles já preparados pelo IPES. Segundo ele, os mais importantes anteprojetos dentre aqueles preparados pelo IPES seriam também apresentados no Senado pela ADP, abrindo, assim, novas frentes de ação.[217]

Tendo-se discutido os textos finais no IPES, os anteprojetos seriam então destinados à ADP para a sua introdução no Congresso. A sua apresentação deveria aparecer como criação da ADP, de modo a acentuar o seu prestígio. De acordo com Mello Flores, diversas vantagens adviriam dessa "tática": os "projetos técnicos" do complexo IPES/IBAD seriam contrapostos aos projetos "demagógicos" dos "agitadores" [*sic*]. Além disso, o grande número de reformas básicas produzidas pelo complexo IPES/IBAD, maior do que o oferecido pelo bloco nacional-reformista, ajudaria a colocar os empresários e a ADP em uma posição mais favorável diante da opinião pública. Seria, ainda, demonstrado abertamente que não havia objeções à realização de reformas básicas por parte dos empresários. O parlamentar assinalava também que tais táticas do complexo IPES/IBAD auxiliariam a "contrabalançar os efeitos da apresentação de leis antidemagógicas e desestatizantes" pelo bloco da ADP no Congresso, que fossem "suscetíveis à alcunha de ação reacionária". Juntamente com a apresentação das "reformas básicas", essas táticas "definiriam a posição das classes produtoras e da ADP, como defensoras dos *princípios democráticos em um* sentido desenvolvido e progressista". Finalmente, enfatizava ele, as táticas recomendadas "colocariam os esquerdistas, petebistas e demagogos na defensiva, reduzindo suas possibilidades de formular e introduzir seus próprios projetos com êxito" e "mediriam a

força dos esquerdistas, petebistas e *demagogos*, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado". Concluía a sua carta incitando a liderança do IPES a ajudar a estabelecer "comitês investigadores" no Congresso e a formular, para os parlamentares da ADP, petições de informação a serem levantadas na Câmara dos Deputados. Tais petições visavam obter "respostas já preparadas a perguntas previamente feitas "para corroborar os pontos de vista contidos nas propostas do IPES quando expressadas pela ADP sobre as necessárias reformas a serem aplicadas no país. Além de acentuar o prestígio da ADP, tais propostas objetivavam colocar o bloco nacional-reformista na defensiva.

A ação dentro do Congresso também significava a "necessidade de antecipar as intenções dos legisladores nacional-reformistas, retirando todos os elementos de surpresa de seus anteprojetos de lei". Para esvaziar qualquer efeito que viesse a surpreender tal ação seria montada uma estrutura de "coleção de dados" e de ação preventiva de penetração. A equipe do General Golbery asseguraria o acesso de Mello Flores às propostas de emendas e projetos a serem introduzidos no Congresso pelo bloco nacional-reformista bem antes de sua definitiva apresentação.[218]

Houve dois eventos do mais alto significado político no qual a ADP mostrou-se útil, coordenando a oposição ao governo e ao bloco nacional-reformista. Um deles foi levar a Câmara dos Deputados a rejeitar a nomeação de Santiago Dantas, empresário e político do PTB, para o posto de Primeiro-Ministro. O outro importante evento para o qual a ADP serviu de canal do complexo IPES/IBAD foram as cruciais eleições de 1962 para o Legislativo. Nessas eleições, a *elite* orgânica lançou toda a sua legítima e ilegal força política e econômica por trás da investida para assegurar a eleição de um bloco de governadores, senadores e deputados conservadores e, se possível, modernizantes. Esperava-se que esse bloco operasse como a espinha dorsal política para a ação futura da ADP no restante do governo de João Goulart.

A rejeição a Santiago Dantas, figura política capacitada, representante no PTB dos empresários industriais e presença respeitada na centro-esquerda do espectro político brasileiro, forçou João Goulart a um constante remanejamento de seu ministério. Por outro lado, esse remanejamento foi intensificado pelas contínuas composições feitas pelo Executivo para sobreviver às pressões de um bloco conservador comandado pela ADP e que arrastou o governo a um período cheio de crises, responsáveis por seu declínio político, declínio este que culminou em um golpe de Estado. Santiago Dantas representava a última possibilidade de formação de um governo consensual liderado pela burguesia.[219] A rejeição a Santiago Dantas foi, de fato, a rejeição pelas classes dominantes de uma composição com o trabalhismo. Sendo contrária à nomeação de Santiago Dantas, a ADP se mostrou capaz de alinhar um amplo espectro de parlamentares para derrotar a sua candidatura, o que o IBAD aclamou como "a grande vitória conduzida pela ADP".[220]

Até então, a forma mais eficaz de influenciar o Congresso e de exercer pressão sobre o governo consistia, para o complexo IPES/IBAD, em assegurar ao bloco da ADP a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado e a elite orgânica passou a se movimentar em função disso. O que se poderia considerar como a mais abrangente operação jamais empreendida pela elite orgânica no campo de ação eleitoral, operação esta que envolvia todos os recursos do complexo IPES/IBAD

e organizações paralelas, foi a intervenção simultaneamente encoberta e pública nas eleições de outubro de 1962.[221] Nessas eleições, a elite orgânica alcançou algumas de suas mais significativas vitórias, bem como algumas fragorosas derrotas.[222]

Nessas eleições, via-se contestada a totalidade das cadeiras da Câmara dos Deputados (409), parte do Senado (45) e onze governos de Estado. E ainda nessas eleições, estava em jogo a composição essencial da engrenagem do Congresso que legislaria por todo o governo de João Goulart até 1965 e que levaria à falência ou ao sucesso qualquer tentativa de reformas básicas pelo bloco nacional-reformista. As eleições decidiriam também se João Goulart teria ou não apoio político-institucional em seu governo. Decidiriam, ainda, se o bloco modernizante-conservador se valeria de uma maioria operacional, suficiente para conter o Executivo durante o tempo necessário para possibilitar-lhe desenvolver sua campanha até que as Forças Armadas e a atmosfera política conduzissem a medidas mais drásticas.

A elite orgânica já havia interferido em eleições anteriores.[223] O IBAD, como já se pôde observar, havia se dedicado à organização de um movimento nacional para apoiar candidatos de centro-direita, e a sua presença no processo eleitoral já fora sentida nas eleições nacionais de 1960. Depois da renúncia de Jânio Quadros, o IBAD tentou "comprar os direitos do Movimento Popular Jânio Quadros, de Castilho Cabral", para capitalizar em torno de seu nome e prestígio, podendo assim agir sob sua cobertura. Conforme Castilho Cabral, o líder ibadiano Ivan Hasslocher, que conduziu as negociações, contou com John W. Foster Dulles como o seu intermediário nos contatos. Foster Dulles, como já foi visto anteriormente, era um executivo da Hanna Mining naquela época. Castilho Cabral perguntou a Hasslocher de que recursos financeiros eles disporiam, e o diretor do IBAD lhe confiou que ele poderia contar com "sessenta a setenta financiadores das 'classes produtoras' de São Paulo e do Rio, prontos para angariar um bilhão de cruzeiros".[224] Essa soma seria, então, oferecida a Castilho Cabral com a condição de que, em troca, Ivan Hasslocher pudesse "escolher a dedo" os candidatos ao Senado e à Câmara dos Deputados.[225]

Nas eleições de outubro de 1962, o complexo IPES/IBAD patrocinou candidatos, formulando os seus programas eleitorais em troca de assistência financeira. De acordo com José Arthur Rios, ativista do complexo IPES/IBAD, a Ação Democrática Popular — ADEP — preparou a sua lista de candidatos e assumiu a responsabilidade de financiar a propaganda eleitoral desses candidatos. A lista, que nunca foi publicada, oferecia a relação dos "democratas convictos e anticomunistas de primeira ordem", como eram vistos pela elite orgânica. Os critérios para a seleção de beneficiários da rede IPES/IBAD/ADEP não levam em conta as afiliações partidárias, mas sim a orientação ideológica, que transpunha as linhas de partidos. Os candidatos eram declaradamente compelidos a assinar um compromisso ideológico, através do qual eles prometiam sua lealdade ao IBAD acima da lealdade a seu partido e que os comprometia a lutar contra o comunismo e defender o investimento estrangeiro.[226] Além disso, os candidatos apoiados pela rede IPES/IBAD/ADEP assinavam um compromisso prometendo ligar-se à Ação Democrática Parlamentar — ADP, liderada pelo deputado udenista João Mendes.[227] O complexo IPES/IBAD mobilizava a opinião pública na seleção de candidatos e usava modernas e dispendiosas técnicas de pesquisa de opinião para,

assim, conduzir a estratégia de campanha,[228] estimulando maior participação política das classes médias, em geral, e o voto e envolvimento das mulheres, em particular, valendo-se das organizações sob seu controle. Ele estimulava também a atividade eleitoral mais direta do clero, através de suas organizações políticas leigas e de influentes personalidades de direita.

A elite orgânica também patrocinava e formava organizações "especificamente criadas para intervirem e terem peso nas eleições", estendendo-se da Aliança Eleitoral da Família (conhecida anteriormente como Liga Eleitoral, onde se destacava a atuação de Plínio Correia de Oliveira), até o Movimento Adulto da Ação Católica e vários outros institutos e movimentos paralelos.[229] A ALEF, liderada pelo Comandante Moura, da Marinha, compreendia os seguintes membros dentre as suas figuras proeminentes: Rui Santos (UDN — Bahia), João Mendes da Costa Filho (UDN — Bahia), Regis Pacheco (PSD — Bahia), Heitor Dias (UDN), Theodulo Albuquerque e Oscar Cardoso. A ALEF, endossada pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil,[230] estudava os candidatos quanto a seu posicionamento e possibilidades eleitorais e indicava um número selecionado como merecedores do apoio católico, bem como provava ser um eficiente meio legitimador para a "aprovação" de candidatos de direita patrocinados pela rede IPES/IBAD/ADEP.[231]

Além disso, o complexo IPES/IBAD mobilizava os setores do movimento das classes trabalhadoras (que ele controlava) e as organizações orientadas pelo clero, assim como outros grupos menores de ação paralela numa tentativa de criar uma atmosfera favorável a uma reação de direita, o que poderia influenciar o resultado das eleições.[232]

Porém os empresários que agiam através do complexo IPES/IBAD não eram os únicos que interferiam no processo eleitoral utilizando meios ilegítimos e ilegais. Para começar, as eleições brasileiras de outubro de 1962 foram consideradas o auge de uma das maiores operações políticas, jamais empreendidas pela Divisão Ocidental da CIA americana. Durante grande parte do ano de 1962, a estação do Rio de Janeiro e suas muitas bases nos consulados distribuídos pelo país, que muito oportunamente haviam sido aumentados em número, encontravam-se comprometidas numa campanha de milhões de dólares para financiar a eleição de candidatos anticomunistas aos disputados postos federais, estaduais e municipais.[233] A CIA não se achava só nos esforços do governo americano de intervir no processo eleitoral brasileiro. Outras formas de intervenção eram as "ações contextuais", que recebiam significativo apoio direto do governo americano e através delas desenvolviam-se projetos sociais de propaganda de grande impacto para impressionar a população. A organização das "ações contextuais" visava criar condições favoráveis para os candidatos de centro-direita ou pessoas em cargos políticos operarem em suas bases eleitorais de apoio e de criarem uma imagem positiva de si próprios e de seus programas, bem independentes do governo central ou de sua liderança partidária. Segundo Philip R. Schwab, informante da Agency for International Development — AID, a Embaixada Americana "começava a procurar os lugares no cenário político brasileiro onde convicções de habilidade, estabilidade e democracia apresentavam dimensões suficientes para permitir a realização de empreendimentos conjuntos. Tais lugares (ou pessoas) representavam nos *mares* escuros e tempestuosos do Brasil democráticas "ilhas de sanidade".[234] Essa política seguia as amplas diretrizes que o

Presidente Kennedy expusera em fevereiro de 1962, em uma mensagem a Fowler Hamilton, administrador da AID.[235] A política das "ilhas de sanidade" (expressão cunhada pelo Embaixador Gordon) favorecia a assistência direta, através da AID, aos Estados brasileiros dirigidos por governadores amigos, ao invés do governo central. Dentre os apoiados por tal política achavam-se Carlos Lacerda (da Guanabara), Adhemar de Barros (de São Paulo), Cid Sampaio (de Pernambuco), Aluísio Alves (do Rio Grande do Norte) e José de Magalhães Pinto (de Minas Gerais).[236] Dessa forma, a AID se tornou um canal para o governo americano colocar grandes somas à disposição desses escolhidos atores políticos, somas estas que poderiam ser usadas para financiar "projetos de impacto" que influenciassem a opinião pública.

O significado das eleições de outubro foi obviamente percebido pelo Embaixador Lincoln Gordon. Em um telegrama ao Departamento de Estado, ele enfatizava: "Como as autoridades de Washington devem certamente estar conscientes, está ocorrendo neste país uma guerra política de grande importância, que determinará sua orientação doméstica e externa e, com ela, a maior parte do continente. Temos grande interesse no resultado e estamos tentando usar nossa influência destramente para levar a um resultado favorável. Todos os elementos dessa nossa Equipe Nacional têm sido vigorosamente instruídos pelo Presidente e todos os órgãos centrais para contribuírem a favor desse processo. Em qualquer forma de guerra, a escolha estratégica e tática do momento político para a ação pode facilmente ser decisiva. Esta semana de pré-eleição é um momento estratégico único".[237] Os elementos da "Equipe Nacional" a que se referia o Embaixador Lincoln Gordon seguiam as linhas de ação que haviam sido esboçadas nos Estados Unidos. Para a sua reunião de 12 de julho de 1962, um "Memorando para o Comitê Latino-americano de Diretrizes Políticas" fornecia um "Plano de Ação para o período até 07 de outubro de 1962". Seus objetivos eram fortalecer elementos de centro e moderados do Brasil. O Plano de Ação recomendava, entre outros itens na área econômica, a concentração de assistência financeira americana em "sólidos projetos econômicos e sociais de alta visibilidade, muito mais que em assistência a balanças de pagamentos ou apoio financeiro de medidas de estabilização". O Plano de Ação recomendava também o apoio a elementos "que trabalhavam para vetar ou modificar a lei passada pela Câmara brasileira limitando a remessa de lucros e, com isso, restringindo os investimentos estrangeiros". Visava ainda, na área de Assuntos Públicos, "aumentar substancialmente o programa de tradução de livros para o português e sua distribuição no Brasil". Na área militar de ação, ele recomendava "manter um nível adequado de assistência militar para proporcionar equipamento e material de segurança interna, apoio a batalhões sapadores e equipamento para atividades de ação cívica, bem como apoio para combate anti-submarino". Era ainda recomendada a utilização "nesse esforço da moeda local disponível sob a cláusula do "fundo do trigo", ou seja, o PL 480 seção 104C".[238] Além disso, o Plano aconselhava "manter e aumentar na medida do possível os contactos entre os militares americanos e brasileiros, com ênfase na Escola Superior de Guerra do Brasil, entre os elementos do Exército brasileiro conhecidos como pró-Estados Unidos e anticomunistas e entre aqueles pró-reforma, suscetíveis de serem ganhos para posições pró-Estados Unidos e anticomunistas". Finalmente, o Plano sugeria que, através da Missão Militar Americana, se deveria continuar as tentativas de "persuadir os militares brasilei-

ros a se concentrarem mais de perto em contra-insurreição e segurança interna.[239] Depois das eleições de outubro de 1962, no Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos decidiu-se por uma diretriz política a curto prazo que incluía "continuar a encorajar elementos democráticos moderados brasileiros no Congresso, nas Forças Armadas e em outros lugares, que defendam políticas democráticas e externas [que] nós possamos apoiar". Além disso, a decisão realçava o papel dos militares, observando que "Em decorrência de sua organização e posse [de] força física, [as] Forças Armadas [são] obviamente [o] elemento-chave que, n[o] caso brasileiro tem marcante tradição [de] comportamento moderado como censores políticos superiores e guardiães d[o] sistema constitucional".[240]

É interessante observar a conduta interna do IPES em sua preparação para as eleições de outubro e como ele desenvolveu o potencial de seu grupo de Ação Parlamentar. Suas reuniões de liderança revelaram a intensa manobra política e negociações financeiras nas quais se envolveu e que, até hoje, haviam sido atribuídas exclusivamente à ação isolada do IBAD. Em meados de maio de 1962, houve um encontro do Comitê Executivo a fim de se discutir os problemas do suprimento das necessidades materiais e financeiras e o preparo de recursos humanos da ação orientada pelo complexo IPES/IBAD para as próximas eleições ao Congresso.[241] A reunião contou com as presenças de Glycon de Paiva, José Rubem Fonseca, Joviano Jardim Moraes, Gilbert Huber Jr., do chefe do Grupo de Ação Parlamentar, Jorge Oscar de Mello Flores e dos Generais Golbery, Herrera e Liberato. Como parte dos preparativos para a campanha eleitoral, Mello Flores informou aos presentes que se fazia necessário contactar João Mendes, o ativista da UDN na Câmara dos Deputados, e elaborar uma estratégia e estrutura definitivas para a Ação Democrática Parlamentar — ADP. Ele pedia ainda aos presentes para outorgar autoridade de convocar reuniões a Paulo Watzel, funcionário da Câmara dos Deputados, que agia como um intermediário para a ADP e IPES. Outro problema levantado por Mello Flores constituía a escolha e indicação, para posições-chave, de candidatos favorecidos pelo complexo IPES/IBAD que, por um motivo ou outro, não estivessem disponíveis. Ele deu o exemplo de Mendes Gonçalves, do Paraná, que como segundo da lista não fora reeleito, criando assim a situação inesperada de ter de escolher um substituto à altura, entre Raymundo Padilha, Mader Gonçalves e Dirceu Cardoso. Para todas essas operações, Mello Flores precisaria de dinheiro e se queixava de não contar com o suficiente para realizá-las. Precisaria também de recursos materiais e humanos para estabelecer o Grupo de Análise que trabalharia com ele em Brasília. Essa unidade estudaria a conjuntura política e casos específicos de potenciais receptores de ajuda que exigissem promoção de imagem pública. Mello Flores pretendia, ainda, usar os serviços de Rui Santos, representante baiano no Congresso, que, conforme esse relatório, recebeu apoio financeiro de duas fontes: da Usiminas, *joint-venture* nipobrasileira e da American Chamber of Commerce. Mello Flores acrescentava que, para a sua ida para Brasília, tornava-se necessária uma grande quantia e sugeria que Gilbert Huber Jr. pudesse completar os pagamentos por meio de suas próprias fontes paralelas. Ele exigia também um passe livre da Panair, que deveria ser obtido através dos serviços do seu diretor Celso Rocha Miranda. Mello Flores queria uma pessoa em caráter permanente em Brasília para fazer o que ele chamava de "trabalho preventivo". Toda vez que saísse uma

emenda, essa pessoa colaboraria com a Nova Press, agência de notícias controlada pelo IPES para a distribuição de material relevante aos jornais mais expressivos. Para a parte inicial de seu projeto de ação política, ele exigia uma soma básica de três milhões de cruzeiros, outra mensal para os salários da equipe permanente e fundos para equipar salas que serviriam de centros de operação, bem como recursos para transporte.[242]

Quanto ao financiamento e fornecimento de experiência política, considerava como uma questão de lidar diretamente com as cúpulas do PSD e da UDN sobre Jeeps e outras formas de ajuda material e técnica. Havia, segundo ele, dezessete senadores favoráveis, com os quais ele pretendia formar "uma resistência democrática". Para tal, novamente seriam necessários recursos para as cúpulas dos partidos. Ele dava o exemplo de Amaral Peixoto, presidente do PSD, que precisava de seis Jeeps, em termos financeiros favoráveis, ou simplesmente por doação. Para completar a operação, precisava-se de dinheiro em espécie para o período de cada mês e fundos extraordinários deveriam estar à disposição, se necessário. Quanto aos subsídios para deputados federais, Glycon de Paiva recomendava a reeleição de "indivíduos de caráter, bons anticomunistas". Mello Flores explicava o processo para subsidiar candidatos. "Em geral, fazem-se acordos com deputados federais conforme o coeficiente eleitoral" ou a capacidade de angariar votos. Faziam-se também cálculos tendo em mente resíduos eleitorais e margens de segurança. Quanto ao dinheiro de que se precisava, salientava que havia pensado em se aproximar inicialmente de cinqüenta deputados, com um total de 300 milhões de cruzeiros, "custando cada deputado" 6 milhões. Glycon de Paiva gostaria de ter uma idéia clara sobre o dinheiro de que se precisava e perguntou se Mello Flores "se ajeitaria com seis milhões por pessoa", ao que Mello Flores respondeu ser esse o preço dos candidatos da Paraíba e dos outros Estados menores. Já no Ceará o preço era mais alto e na Bahia mais alto ainda. Destacava que os candidatos de São Paulo e do Rio eram muito mais caros,[243] portanto, a média mais sensata seria de 15 milhões *per capita*. Tornava-se necessária uma ajuda financeira da escala de 1.000.000 de dólares.[244] Gilbert Huber Jr. observava que ele teria de "interessar mais pessoas de fora".

Mello Flores explicava ainda o processo de pagamento desta operação, cujos gastos eram calculados em cem milhões de cruzeiros por mês. De um modo geral, o assunto envolvia três estágios. Gastavam-se, inicialmente, 40 a 45% das somas para cobrir as necessidades imediatas. Subseqüentemente, quotas menores eram consumidas até o dia das eleições. Nesse dia, uma soma teria de estar disponível para transportes e alimentação dos ativistas e eleitores nos "currais eleitorais" (lugares de concentração da população votante, praticamente cativa, o que era a prática no interior e periferias dos grandes centros urbanos). Mello Flores começaria o projeto com Rui Santos e apareceria em Brasília nos períodos de prontidão. O General Golbery recomendava que dever-se-ia procurar Jorge Behring de Mattos, a quem deveria ser explicado o caso de Pernambuco, onde a elite orgânica se reforçava para a eleição crucial.[245] O próprio General Golbery deveria visitar o Centro Industrial do Rio de Janeiro para articular com Jorge Behring de Mattos, o seu presidente, uma campanha objetivando criar e impingir um sentimento de urgência nos contribuintes em potencial com o intuito de aumentar a cooperação financeira dos industriais.[246] Outra decisão tomada em tal encontro consistia na projeção de Hélio Gomide como o elemento ostensivo envolvido nessas

operações, de modo a resguardar outras figuras de posições mais delicadas. Glycon de Paiva e o General Herrera asseguravam aos presentes que tomariam todas as providências em sua próxima viagem a São Paulo, que seria dentro de poucos dias, onde teriam uma reunião importante na sede do IPES daquele Estado, o principal receptor de ajuda financeira das grandes corporações multinacionais e associadas.

As fontes de finanças

A campanha política para as eleições de outubro de 1962 foi mais afetada do que as anteriores pela influência de financiamento e patrocínio em alta escala. Os grandes interesses, através do complexo IPES/IBAD, conferiam assistência maciça aos candidatos da direita e centro-direita. Um relatório do Departamento de Estado americano observava que os "Grupos empresariais e organizações de produtores, não alinhados com um determinado partido, foram sempre influentes "por trás dos bastidores" e este ano estão abertamente mobilizando seus recursos para apoiar os seus candidatos e combater os esquerdistas de extrema. A maior parte dessa ação política direta ocorre por meio de "frentes" recém-formadas, como o Instituto de Estudos Políticos e Sociais — IPES [*sic*], mais do que através das próprias organizações há tempo já estabelecidas".[247] As formas diretas de contribuição se estenderiam desde ajuda financeira imediata ao candidato ou partido até o fornecimento de outras necessidades materiais dispendiosas, como transporte, tempo de rádio e televisão, espaço de jornal e material de propaganda (cartazes, panfletos). Indiretamente a elite orgânica contribuía para a campanha de seus candidatos, criando um clima político favorável da mídia, proporcionando a eles e suas idéias extraordinária projeção, bem como suprimindo-os de ajuda intelectual, isto é, modelos de discursos bem preparados para pronunciamentos públicos e outras formas de intervenção no Congresso. Esse conjunto de atividades era resultado de um esforço coordenado das equipes dos Grupos de Opinião Pública, de Ação Parlamentar, de Estudo e Doutrina, de Levantamento da Conjuntura e do Grupo de Integração.

O IPES e o IBAD foram denunciados por se valerem de três importantes fontes de renda para financiar a intervenção dos grupos de ação da elite orgânica no processo eleitoral e em outras atividades. Essas fontes eram a "caixinha" mantida por empresas estrangeiras e nacionais,[248] agências governamentais estrangeiras e o "fundo do trigo".

Anos mais tarde, referindo-se à denúncia da existência de uma "caixinha" para subvencionar a corrupção político-partidária, o ex-embaixador americano Lincoln Gordon assinalou que ele não poderia refutar a existência de financiamento de fontes americanas nas eleições de 1962. Não poderia também negar a existência de "um ou dois dólares americanos" em 1964, quando finalmente aconteceu o golpe.[249] O embaixador enfatizava que nessas cruciais eleições "muitas pessoas tentavam conseguir dinheiro. Elas pediam a todos a que tivessem acesso. Elas certamente procuravam todos os empresários e funcionários americanos dos quais elas pudessem se aproximar. Portanto, a idéia de lançar mão dessa "caixinha" para despesas políticas surgiu e se desenvolveu, como ficou claro em outros casos, como por exemplo o do Chile. Era usual que a CIA tivesse fundos políticos. Tal fato se originou na Itália, em 1948, quando fundos

americanos ajudaram a revigorar a Democracia Cristã.[250] O Embaixador Lincoln Gordon afirmava então que, nas eleições de 1962, empresas e altos funcionários americanos contribuíram com uma soma que variava de um a 5 milhões de dólares para campanhas de candidatos adversários ao governo de João Goulart e seu Programa de Reformas Básicas.[251] Niles Bond, ex-encarregado de negócios americanos, ao ser indagado se o IBAD fora financiado pela CIA, respondeu que "não sabia quem mais o estaria financiando".[252] Além do mais, a Embaixada Americana foi denunciada por usar na campanha eleitoral somas destinadas ao "fundo do trigo". Esse fundo, depositado em contas do BNDE operadas pela Embaixada Americana, do qual 40% não era contabilizado, consistia do superavit em cruzeiros acumulado pela venda do trigo americano ao Brasil, feita através da cláusula PL 480,[253] do qual a Embaixada lançava mão de altas somas da moeda local para seu uso particular. (Como já foi observado anteriormente, o uso de fundos de fonte do PL 480 já havia sido recomendado pelo Plano de Ação do governo americano para o período até 07 de outubro de 1962, com o intuito de escorar os militares brasileiros em atividades de ação cívica).

Ivan Hasslocher, o IBAD, a ADEP e a Promotion S.A. mantinham contas e sacavam dinheiro das agências brasileiras de três bancos estrangeiros: o Bank of Boston, o First National City Bank of New York e o Royal Bank of Canada, bem como daqueles brasileiros, como o Banco Mineiro da Produção, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco Nacional de Minas Gerais e o Banco Andrade Arnaud. Acreditava-se também que os Bancos Novo Mundo, Irmãos Guimarães e Nacional do Norte serviam de canais para a rede IBAD/ADEP. O IPES mantinha contas em muitos desses bancos. Diversos deles eram, por sua vez, contribuintes do complexo IPES/IBAD e diretores ou proprietários destes bancos eram seus associados e ativistas.[254] Tanto o ex-secretário geral, quanto o ex-tesoureiro da ADEP afirmaram que nos cento e cinqüenta dias precedentes às eleições de 1962, só a ADEP fez uso de mais de um bilhão de cruzeiros.[255] (Segundo os índices de inflação da Fundação Getúlio Vargas, calculados em 1977, tal soma era, nessa época, o equivalente a cerca de 62 milhões de cruzeiros, ou aproximadamente 5 milhões de dólares).

Para o financiamento de duzentos e cinqüenta deputados e candidatos a esse cargo, o IBAD despendeu mais de cinco bilhões de cruzeiros. O líder ipesiano Dario de Almeida Magalhães e Arthur Junqueira, tesoureiro da ADEP, administravam os orçamentos.[256] Ivan Hasslocher afirmava que suas operações no IBAD eram financiadas por noventa e oito firmas industriais e comerciais, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo. Ele se recusava a enumerar os contribuintes que depositavam essas somas no Royal Bank of Canada (ao qual João Baylongue, líder do IPES, era ligado) ou em quaisquer outros bancos citados anteriormente. Embora nenhuma firma ou associação empresarial nacional reconhecesse contribuições feitas aos fundos da rede IBAD/ADEP/Promotion S.A./IPES, Ivan Hasslocher afirmava que cento e vinte e seis corporações e indivíduos abastados do Rio de Janeiro, São Paulo, Guanabara, Santa Catarina e Rio Grande do Sul contribuíam com uma soma básica de 950 milhões de cruzeiros à ADEP. Dentre essas cento e vinte e seis firmas, havia oitenta e seis ou oitenta e oito [*sic*] patrocinadoras do IBAD.[257]

Não obstante a cortina de fumaça lançada sobre as fontes financeiras da campanha eleitoral, algumas das empresas identificadas como contribuintes que

depositavam nas contas do IBAD, da ADEP e da Promotion S.A. eram: a Standard Oil of New Jersey, U.S. Steel, Texas Oil, Gulf Oil, Hanna Corporation, Bethlehem Steel, General Motors e Willys Overland. O IBAD também teria contato com a IBEC como um de seus principais benfeitores, "ponta de lança" comercial do grupo Rockefeller no Brasil.[258]

Quando finalmente houve as eleições de outubro de 1962, a elite orgânica, por intermédio da rede IPES/IBAD/ADEP/ADP/Promotion S.A. havia financiado 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores. Mais de um terço da Câmara dos deputados veio a ser beneficiado com tal apoio. De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia de financiamento da rede IPES/IBAD/ADEP que, em troca, comprava a posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR, um ao PL, um ao PRT e um ao MTR.[259] Em alguns Estados sem candidato único da direita, a elite orgânica foi obrigada a apoiar mais de um candidato contra as forças nacional-reformistas. Dos muitos candidatos apoiados aos governos estaduais, vários foram derrotados pelas forças nacional-reformistas, apesar de todo o esforço da elite orgânica. Os derrotados foram Paulo Neri (Amazonas), Leandro Maciel (Sergipe), o General Edmundo Macedo Soares (Rio de Janeiro), José Bonifácio Coutinho Nogueira (São Paulo), Fernando Ferrari (Rio Grande do Sul, que perdeu para Ildo Meneghetti, candidato também apoiado pelo IPESUL) e João Cleofas (Pernambuco). Os beneficiários eleitos foram Virgílio Távora, do Ceará, ex-Ministro dos Transportes na gestão de João Goulart, apoiado pela coalizão PSD-UDN, Antônio Lomanto Júnior, da Bahia, e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul.[260]

Dentre todas as campanhas, a de maior repercussão, pela publicidade que recebeu e pelos altos interesses em jogo, foi a de Pernambuco, na qual João Cleofas, candidato conservador ligado ao consórcio de urânio, Orquima S/A. concorria contra a candidatura de Miguel Arraes, líder regional nacional-reformista de considerável projeção nacional e candidato em potencial, em 1965, à presidência da República. Nos círculos conservadores, considerava-se a derrota de Arraes como de suma importância. Os elementos de direita do centro sul do Brasil perceberam claramente os perigos apresentados por Arraes e seu movimento e tentaram afabá-lo desde o início. A sua arma era o IBAD, que desde o princípio da campanha estabeleceu comitê eleitoral em Recife. O Coronel Astrogildo Correa, do IBAD e líder da Frente Patriótica Civil-Militar, coordenava a Promotion S.A. de Pernambuco e se encarregava da campanha do candidato da direita.[261] Cid Sampaio, o governador em exercício, que orientava a campanha de João Cleofas, designou um de seus cunhados para atuar como intermediário entre o IBAD e as forças anti-Arraes, pró-Cleofas. O apoio a Cleofas[262] foi subvencionado pelos fundos provenientes das companhias de petróleo Texaco e Shell, dos grupos farmacêuticos Pfizer, Ciba, Gross, Shering, Enila e Bayer, dos bancos Nacional do Norte, Irmãos Guimarães e Novo Mundo, das instituições e companhias comerciais Herman Stolz e Lojas Americanas, do grupo têxtil Tecidos Lundgren, das companhias alimentícias Coca-Cola e Standar Brands e ainda da General Electric Co., da IBM, dos Perfumes Coty, da Remington Rand, da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (de suma importância nas operações do golpe no Estado de

Minas Gerais), da Companhia AEG de Eletricidade e da Federação Comercial do Recife.[263]

A investida decisiva na estratégia para neutralizar Arraes seria jogar com o temor ao "comunismo ateu", alimentado por muitos católicos das classes médias e baixas, que, como já foi visto, era a marca da ação de propaganda do complexo IPES/IBAD. Um grupo conhecido como Movimento Adulto de Ação Católica colocava anúncios diários na primeira página de um dos jornais de Recife, bradando contra a "ameaça vermelha" à tradição, família e propriedade. João Cleofas recebeu também apoio para a sua campanha de mídia, feita através das emissoras locais de rádio (Rádio Tamandaré e Rádio Clube), da TV Canal 6 e do *Diário de Pernambuco*,[264] e ainda o apoio de intelectuais de direita, como Gilberto Freire, que denunciou Arraes por ter aceitado apoio comunista. Outras técnicas menos sutis eram usadas, jogando com o arraigado temor ao comunismo. Os apoiadores de Cleofas fizeram a montagem de uma réplica do Muro de Berlim no Edifício Sulacap (no centro comercial de Recife), com a finalidade de sugerir o que o futuro aguardava à população se Arraes fosse eleito. Distribuíram-se gravuras que mostravam Arraes ajoelhado, rezando com um terço na mão, de que, em lugar da cruz, caíam dependurados um martelo e uma foice. O *Diário de Pernambuco* divulgou um artigo revelando que Arraes fora convidado para almoçar na casa do prefeito de També. Quando entrava na casa do prefeito, "misteriosamente" caiu um quadro do Sagrado Coração de Jesus e quebrou-se em pedaços. O colunista, então, publicou um poema que se referia a Arraes como o "anti-Cristo" e o artigo dizia ao leitor sobre os esforços dos residentes de També para exorcizar o espírito do mal. A campanha atingiu o seu auge no dia das eleições, quando o *Diário de Pernambuco* reproduziu em página inteira uma *charge* que mostrava Arraes construindo o seu próprio "muro de Berlim", com Fidel Castro segurando o projeto do muro, Krushchev empurrando o carrinho de mão cheio de aviões e canhões e que continha a inscrição "acordos comerciais", e o secretário-geral do Partido Comunista, Luís Carlos Prestes, empilhando os tijolos. Eles estavam todos sendo inspecionados pelo empresário José Ermírio de Morais que empurrava um barril com a inscrição "$ cimento". O industrial Ermírio de Morais, pai do líder do IPES, destacava-se, paradoxalmente, como um dos maiores contribuintes em favor da campanha de Arraes, em troca do apoio deste à sua candidatura para o Senado. Suas propriedades no Nordeste compreendiam usinas de açúcar, terras, a única fábrica de cimento de Pernambuco, cerâmicas e pedreira de calcário. A legenda abaixo da *charge* dizia: "O preço da liberdade é a eterna vigilância."[265] Para completar o aspecto religioso da campanha, o Padre Patrick Peyton, da internacional "Cruzada do Rosário em Família", partiu para uma operação junto às famílias, em forma de preces diárias, tendo feito um comício público pouco antes da votação.[266] Segundo um relatório do Consulado Americano em Recife, as atividades desse padre se mostraram "extremamente eficazes para eliminar a confusão e para desviar muitos católicos de qualquer tendência favorável a Arraes, agora mais claramente identificado com o Comunismo".[267] Além do ativismo do Padre Peyton, a campanha contra Arraes incluía uma carta pastoral redigida pelo Arcebispo local sobre o dever cristão de todos os cidadãos que, sem mencionar nomes, pregavam a proteção da família e a defesa dos perigos que a ameaçavam.[268] João Cleofas pediu também a ajuda do Consulado Americano quanto a material anti-

comunista e muito especificamente alguns filmes que mostrassem condições na Cuba de Fidel Castro, material este que ele "muito eficazmente poderia usar". Os funcionários do Consulado Americano prometeram a João Cleofas "fazer o possível para encontrar qualquer desse material disponível" e eles fizeram enfáticas recomendações ao Departamento de Estado americano de que tais filmes, possivelmente montados a partir de noticiários e sem atribuições de fontes, bem como os desenhos animados [deveriam] ser enviados de imediato [para] Recife para uso na campanha". Enquanto isso, os funcionários do Consulado estavam fazendo chegar à organização de Cleofas "substanciais quantidades [de] desenhos animados anticomunistas, livros sobre Cuba e panfletos a respeito de Berlim". "Contudo", eles chamavam a atenção do Departamento de Estado para o fato de que "nada tem o apelo popular imediato dos filmes."[269]

A campanha anti-Arraes teria talvez chegado ao fim vitoriosa, não fosse o candidato adversário, o desprestigiado Cleofas, que se permitiu ser fotografado durante a sua campanha, assentado na varanda da sede da sua fazenda de plantação de cana, usando botas e mostrando-se ao mundo como um antigo dono de escravos.[270] Ele não tinha nada de construtivo para dizer além de sua linha anti-Arraes e anticomunista e, pior ainda, sob o ponto de vista político, era popularmente identificado como o candidato apoiado pelos Estados Unidos e o representante do reacionário e corrupto sistema de "coronéis". Não obstante parecessem intermináveis os fundos disponíveis a Cleofas e o apoio da mídia por ele recebido, Arraes conseguiu assegurar a sua importante vitória, por pouca margem de votos, Ermírio de Morais obteve a sua cadeira no Senado e Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas, foi eleito deputado federal. O bloco nacional-reformista de Pernambuco alcançara significativo triunfo. O IBAD fechou o seu escritório em Recife, porém o cunhado de Cid Sampaio e os empresários ligados ao IPES por intermédio da Associação Comercial de Pernambuco mantiveram as forças anti-Arraes intactas em termos organizacionais.[271]

Deve-se ainda mencionar entre os influentes beneficiários do apoio financeiro da elite orgânica e os receptores de assistência técnica e administrativa, com os quais foi estabelecida ação política coordenada antes e depois da eleição:[272] no Estado da Guanabara, os deputados Hamilton Nogueira (UDN), Eurípides Cardoso de Menezes (UDN), Aliomar Baleeiro (UDN), F. Santos do Amaral Netto (UDN), o General Menezes Cortes (líder da UDN na Câmara dos Deputados durante a gestão de Jânio Quadros até o final de 1962, quando faleceu), Arnaldo Nogueira (UDN), Maurício Joppert (UDN), o General Juracy Magalhães (candidato udenista ao Senado), Lopo Coelho (PSD), o Coronel Danilo Nunes (UDN), o General Juarez Távora (PDC), Raul Brunini (UDN), o governador Carlos Lacerda (UDN) e Theófilo de Andrade.[273] Em Minas Gerais, dos quarenta e oito deputados eleitos, 14 foram apoiados e suas atividades políticas articuladas através da rede ADEP/ADP. Receberam assistência os seguintes políticos: Teófilo Pires (PR), Abel Rafael (PRP), Celso Murta (PR), Aécio Cunha (PR), Elias de Souza Carmo (UDN), Guilhermino de Oliveira (PSD),[274] José Bonifácio (UDN), Manoel Taveira (UDN), Geraldo Freire (UDN), Nogueira de Rezende (PR), Ormeo Botelho (UDN), Oscar Dias Correa (UDN), José Humberto (UDN), o Padre Nobre (PTB), o Padre Vidigal (PSD).[275] Foi voz corrente que Francelino Pereira (UDN) e Ozanan Coelho (PSD) tenham sido receptores de fundos do complexo IPES/IBAD.[276] Além disso, a ADEP entregou a Arthur Bernardes Filho

(ele próprio importante contribuinte do IPES e presidente do Partido Republicano) a soma de 3 milhões de cruzeiros para a campanha eleitoral do seu partido.[277] Ademais, Ivan Hasslocher assinalou que mantivera "entendimentos" sobre a campanha eleitoral com o governador de Minas Gerais José de Magalhães Pinto, um dos líderes da UDN.[278] Em Pernambuco, a elite orgânica ajudou sete candidatos a deputado federal e trinta e um a deputado estadual. O IBAD assistiu os deputados federais Costa Cavalcanti, Augusto Novais, Alde Sampaio (irmão de Cid Sampaio), Monsenhor Arruda Câmara e Aurino Valois, elegendo-se todos. Apoiados, ainda, foram José Lopes de Siqueira Santos (da Usina Ribeirão Estreliana, que não conseguiu se eleger), Nilo Coelho, Dias Lins e os deputados estaduais eleitos Antônio Corrêa Oliveira, Felipe Coelho, Suetone Alencar, Olímpio Ferraz, Francisco Sampaio Filho, Antônio Luiz Filho, Dreiton Nejaim, Olímpio Mendonça, Antônio Barreto Sampaio, Elias Libânio, Adauto José de Mello, Antônio Farias e Audomar Ferraz.[279] No Rio Grande do Sul, segundo o senador Daniel Krieger, nas eleições de 1962, a centro-direita constituía uma coalizão que recebia a abreviatura de ADP (Ação Democrática Popular). Ela compreendia o PSD, a UDN, o PL, o PDC e o PRP.[280] Ildo Meneghetti, que se tornou o governador do Estado, enfatizava que a indústria e o comércio locais, sob a égide do IPESUL, contribuíram para a vitoriosa campanha.[281] Encontravam-se entre outras figuras políticas apoiadas nesse Estado: Clóvis Pestana (ex-Ministro do Transporte de Jânio Quadros), Raul Pilla, líder do Partido Libertador, o deputado federal Daniel Faraco (PSD), o Coronel Peracchi Barcellos (PSD), Euclides Triches (PDC), Cid Furtado, Luciano Machado e Rubem Bento Alves.

Entre os demais políticos de outros Estados, que também receberam o apoio da elite orgânica, achavam-se:

Piauí — Souza Santos

Paraíba — Ernâni Sátiro, Flaviano Ribeiro, Janduí Carneiro, Luiz Bronzeado, Plínio Lemos, Raul Goes

Alagoas — Medeiros Neto, Ozeas Cardoso, Segismundo Andrade

Bahia — Aluísio de Castro, João Mendes, Oscar Cardoso, Régis Pacheco, Vasco Filho, Rubem Nogueira

Espírito Santo — Dirceu Cardoso, Floriano Rubim, Oswaldo Zanelo

Pará — Gabriel Hermes

Amazonas — Abrahão Saba, Leopoldo Peres

Rio Grande do Norte — Djalma Marinho, Xavier Fernandes, Aristófanes Fernandes

Ceará — Armando Falcão, Paulo Sarazate, Furtado Leite, Leão Sampaio, Martins Rodrigues, Osslan Araripe, Wilson Roriz

Maranhão — Luiz Coelho, Pedro Braga, Lister Caldas, Eurico Ribeiro, Alberto Aboud

Mato Grosso — Correia da Costa, Saldanha Derzi, Rachid Mamed

Goiás — Anísio Rocha, Benedito Vaz, Castro Costa, Emival Caiado, Alfredo Nasser[282]

Santa Catarina — Laerte Vieira (UDN), Albino Zeni, Antônio Almeida, Orlando Bertolli, Pedro Zimmerman, Domício Freitas, o General Gentil Barbato, Gil Veloso, Afonso Anschad (UDN)

Paraná — Munhoz da Rocha (PR), Ivan Luz (PRP), Othon Mader (UDN), Plínio Salgado e Nei Braga (PDC e governador do Estado)

No Rio de Janeiro, as seguintes figuras políticas beneficiaram-se desse apoio: o ex-integralista Raymundo Padilha, Daso Coimbra, Edilberto Castro, Napoleão Fontenele e Amaral Peixoto, presidente do PSD. Foram ainda denunciados pelo mesmo motivo Chagas Freitas, político clientelista do PSD da Guanabara e proprietário do complexo *O Dia-A Notícia*, e Nelson Carneiro (PSD).[283] Em São Paulo, encontravam-se entre os beneficiários: Aniz Badra, Arnaldo Cerdeira, Herbert Levy (presidente da UDN), Mário Covas, o Padre A. Godinho, José Menck, Antônio Feliciano, Carvalho Sobrinho, Celso Amaral, Cunha Bueno, Dias Menezes, Derville Alegretti, Hamilton Prado (diretor da Cia. Antártica de Bebidas), Hélcio Maghenzani, José Henrique Turner (diretor da MAFERSA), Lauro Cruz, Nicolau Tuma, Tufic Nassif, Yukishigue Tamura e Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados.

Em termos concretos, a elite orgânica se mostrou capaz de reunir a centro-direita do país. Muito embora a centro-direita houvesse recebido apoio maciço do bloco de poder empresarial e a intensa campanha ideológica exercida junto à opinião pública, quando a poeira eleitoral se assentou, evidenciou-se que o equilíbrio político oscilava a favor das forças populares nacional-reformistas.

Em São Paulo, a elite orgânica sofreu uma derrota estrondosa de seu programa modernizante-conservador, quando o candidato populista Adhemar de Barros se elegeu governador do Estado contra as candidaturas de Jânio Quadros e José Bonifácio Coutinho Nogueira. O Estado do Rio de Janeiro elegeu para seu governo um candidato do PTB, Badger da Silveira. Leonel Brizola, apesar de vir de outro Estado e tecnicamente ainda governador do Rio Grande do Sul, ao disputar uma cadeira de deputado federal pela Guanabara tornou-se o centro das atenções do cenário político, recebendo votação jamais vista, seis vezes maior que o quociente eleitoral necessário e quase dois terços da votação total recebida por toda a chapa do PTB/PSB. Eloy Dutra, candidato apoiado pelo PTB e PSB e figura especialmente desagradável à elite do complexo IPES/IBAD, por ele constantemente denunciado, venceu a vice-governança da Guanabara, podendo, assim, controlar o governador, ainda em exercício, Carlos Lacerda. Em Sergipe, João Seixas Dória se elegeu numa plataforma nacional-reformista, dando força às vitórias nordestinas de Arraes e Julião em Pernambuco.

No Senado, que possuía ao todo 66 cadeiras, os senadores udenistas foram reduzidos a 15, o PSD ficou com 21 cadeiras e o PTB subiu para 18. A proporção de votos populares para cada candidato dos partidos principais ao Congresso sofreu variação em relação aos resultados anteriores. O PSD decaiu de 33,6% em 1954 para 28,8% em 1962. A UDN se elevou de 20,9% em 1954 para 23,2% em 1962 e o PTB subiu de 18,9% para 24%. O PSP decaiu de 11,3% para 4,7% e o PDC subiu de 2,1% para 5,7%. É interessante verificar que ambos, a UDN e o PDC, tinham em suas fileiras uma significativa tendência que se alinhava com as forças populares nacional-reformistas.[284] A percentagem dos votos totais válidos, obtidos pelos partidos mais importantes, ilustrava a queda das posições de centro-direita. O PSD reduziu-se de 22% em 1954 para 15,6% em 1962, a UDN decaiu de 13,6% para 11,2% e até mesmo o PTB sofreu redução de 14,9% para 12,1%. Alianças partidárias cresceram de 25,7% para 41% e os votos em branco se elevaram de 4,8% para 15,1%.[285] Em termos da distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados, o PTB tornou-se o segundo maior partido, com 104 cadeiras, das quais 41 foram conquistadas através de

alianças. O PSD recebeu 119, das quais 40 foram ganhas por meio de alianças e a UDN recebeu 97, das quais 42 também obtidas através de alianças.[286]

O IPES conferiu às eleições seu devido valor. Em novembro de 1962, o General Golbery procurou todos os meios de fazer uma análise acurada dos resultados.[287] Da conclusão, o mais importante foi o fato de que, não obstante os esforços maciços da elite orgânica, havia uma constante tendência esquerdista-trabalhista do eleitorado, ao passo que o Executivo, a fim de levar à frente suas reformas, tentava um direto apelo às massas para contornar o efetivo bloqueio do Congresso pelas forças modernizante-conservadoras. Se mudanças no Estado que satisfariam o bloco empresarial tivessem de ser feitas, elas teriam de ser impostas. Uma solução militar tornava-se inevitável para os interesses multinacionais e associados.

As enormes somas, jamais vistas, gastas pela rede IPES/IBAD/ADEP/Promotion S.A., pelo menos o equivalente a uns 12,5 milhões de dólares, possivelmente até vinte milhões, levantaram suspeita geral concernente à nacionalidade e aos objetivos políticos dessas contribuições e licitaram demandas de inquérito em suas atividades.[288] Além disso, as tentativas do IBAD, publicamente denunciadas, de alterar o curso das eleições de 1962, em forma de apoio financeiro ilegítimo ao General Magessi, de direita, contra outros candidatos para a presidência do Clube Militar forçou o Ministro da Guerra General Jair Dantas Ribeiro a se reunir aos parlamentares do Congresso que exigiam uma investigação das atividades do complexo IPES/IBAD.[289] Uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada em 1963 para averiguar as atividades e fontes de fundos da rede IPES/IBAD/ADEP e investigar as alegadas irregularidades nas eleições de 1962. O presidente do IPES, João Batista Leopoldo Figueiredo, quando chamado para depor diante da Comissão Parlamentar de Inquérito, declarou: "Eleições são uma manifestação do povo que assume o seu mais sagrado direito de escolher os seus representantes. Já dissemos e voltamos a afirmar que o IPES é firmemente contra a pressão do poder econômico privado ou do governo. A compra de votos, a pressão econômica sobre os eleitores ou candidatos, o monopólio de meios de informação etc. são práticas antidemocráticas."[290]

De certa forma, desde o seu princípio, a CPI demonstrava irregularidades, pois pelo menos cinco de seus nove membros haviam sido beneficiários desses fundos secretos.[291] Apesar de tais irregularidades, as investigações puderam revelar que o IBAD e suas linhas auxiliares haviam sido responsáveis por um processo de corrupção eleitoral. Entretanto, a CPI fracassou em estabelecer ligações entre o IBAD e o IPES por três motivos: por fontes financeiras comuns, pela participação de um mesmo membro nas duas organizações ou mesmo por ação conjunta.[292] Em setembro de 1963, o Presidente João Goulart assinou um decreto suspendendo as atividades do IBAD e da ADEP por comportamento inconstitucional. Dois dias depois, o deputado udenista ligado ao IBAD, Amaral Netto, estabeleceu o Comitê Nacional de Defesa da Democracia. Os membros da ADP acorreram a ele. Incluíam-se entre os primeiros membros: Raul Pilla, os deputados Flores Soares (UDN-RS), Eurípides Cardoso de Menezes (UDN-GB), Abel Rafael (PRP-MG), Oswaldo Zanelo (PRP-ES), Costa Cavalcanti (UDN-PE), Plínio Lemos (PL-PB), Olavo Costa (PSD-MG), Laerte Vieira (UDN-SC), Leão Sampaio (UDN-CE), Elias de Souza Carmo (UDN-MG), Régis Pacheco (PSD-BA), Floriano Rubim (PTB-ES), Ezequias Costa (PR-AL), Moura Santos e Afonso Anschad (UDN-SC). O comitê adotou as bandeiras políticas e ideológicas que o complexo

IBAD/ADEP havia conduzido até o período da investigação. Um decreto de outubro de 1963 finalmente fechou os seus escritórios. De qualquer forma, por essa ocasião, grande parte de seus ativistas estavam integrados à rede do IPES.

O Executivo conseguira atingir o complexo IBAD/ADEP em geral e, em particular, Ivan Hasslocher, mas mostrou-se impotente para averiguar assuntos mais profundos. O IPES foi isentado de acusação formal.[293] Alguns anos depois, insurgindo-se contra a inclusão de apenas Hasslocher no delito eleitoral investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, o deputado João Mendes, líder da ADP, declarou que se se cometera algum crime, dever-se-ia processar quatro ministros da gestão de Castello Branco, entre eles o General Juarez Távora e Daniel Faraco, Herbert Levy, presidente da UDN, e Amaral Peixoto, presidente do PSD, bem como 87 deputados e 9 senadores, pois todos eles foram beneficiários dos recursos proporcionados pelo IBAD.[294]

Conclusão

Apesar de sua rica ação política nos vários setores de opinião pública e de suas tentativas de reunir as classes dominantes sob seu comando, o complexo IPES/IBAD mostrou-se incapaz de, por consenso, impor-se na sociedade brasileira. Logrou êxito, entretanto, através de sua campanha ideológica e política, em esvaziar o apoio homogêneo ao Executivo e foi capaz de estimular uma reação generalizada contra o bloco nacional-reformista.

As atividades realizadas por grande número de membros e ativistas ligados ao complexo IPES/IBAD pelos quatro cantos do país foram estrategicamente coordenadas no Rio de Janeiro. Os vários Grupos de Estudo e Ação do IPES desempenharam papel fundamental na preparação, coordenação e implementação das diferentes atividades ideológicas e políticas (Vide Apêndice 5). O complexo IPES/IBAD agiu isoladamente e em associação e com a colaboração de um grande número de organizações e grupos paralelos locais. Ele também colaborou e recebeu o apoio de organizações, agências e indivíduos estrangeiros.

Como foi visto, os esforços da elite orgânica alcançaram resultados mistos nas diversas áreas de ação e, com a exceção de sua influência entre as classes médias, o complexo IPES/IBAD sofreu forte resistência e até mesmo derrota em outros setores. Essas derrotas ou êxitos parciais ficaram evidentes no movimento estudantil, onde ele estimulou a formação de organizações e grupos paramilitares de direita, mas mostrou-se incapaz de deter as tendências esquerdistas na União Nacional de Estudantes.

No setor camponês e entre as classes trabalhadoras industriais, o complexo IPES/IBAD conseguiu estimular as organizações e sindicatos de direita existentes e mesmo criar novos grupos úteis à campanha para adiar a solidariedade e consciência de classe. Contudo, em última análise, ele foi incapaz de bloquear a constituição de organizações de porte nacional, de orientação esquerdista entre os camponeses e as classes trabalhadoras industriais e a consolidação de uma liderança nacional da esquerda trabalhista.

Alcançou sucesso parcial no campo eleitoral, com a eleição de um grande número de políticos conservadores pertencentes aos partidos de centro-direita para as disputadas cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado, como também

para o governo de alguns Estados. Contudo, não foi capaz de conter a ascensão de políticos pertencentes à Frente Nacional Parlamentar, bem como não conseguiu impedir a eleição de algumas figuras muito influentes do bloco nacional-reformista. Ademais, o complexo IPES/IBAD não logrou êxito em impedir que a integração das várias forças da esquerda trabalhista dentro do movimento estudantil, da classe camponesa, das classes trabalhadoras industriais e de políticos nacional-reformistas chegassem a uma Frente de Mobilização Popular, cujas incipientes atividades foram abruptamente interrompidas pelo golpe de 31 de março de 1964.

No entanto, as atividades políticas do complexo IPES/IBAD foram de suma importância na realização da crise do bloco histórico-populista. Elas estimularam uma atmosfera de inquietação política e obtiveram êxito em levar à intervenção das Forças Armadas contra o "caos, a corrupção populista e a ameaça comunista". Como será visto, o IPES conseguiu coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Este capítulo não é uma revisão histórica do período. Uma descrição de todo o processo político e social está além do escopo deste livro. Relatos desse período podem ser encontrados em uma variedade de fontes, algumas das quais encontram-se listadas na bibliografia, apesar de nenhuma delas adotar um enfoque semelhante ao encontrado aqui.

2. A. STEPAN. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1971, p. 189. Harold Polland e Glycon de Paiva concordavam que "na hora da crise, o que geralmente falta é o apoio aos homens e às boas idéias — a caixa de ressonância —, para evitar os erros da crise de agosto de 1961". IPES CE, 8 de junho de 1962.

3. Telegrama do Embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado, 22 de maio de 1963, n. 2275. "Conspiração atual é tipicamente brasileira, não sendo unificada e tendo a presença de um excesso de possíveis líderes. Entretanto, todos os grupos de que sabemos reconhecem a necessidade de qualquer movimento abranger todo o país". Era óbvio que o Embaixador Lincoln Gordon estava ciente dos esforços para depor J. Goulart à força. Vide também A. J. LANGGUTH. *Hidden terrors*. New York, Pantheon Books, 1978. p. 84-5, 101.

4. Robinson ROJAS. *Estados Unidos en Brasil*. Santiago, Chile, Prensa Latinoamericana, 1965. p. 71.

5. Leonard D. THERRY. Dominant power components in the Brazilian university student movement prior to april 1964. *Journal of Inter-American Studies*, Coral Gables, Florida, 7(1):35, Univ. of Miami, 1965.

6. (a) P. SCHMITTER. *Interest, conflict and political change in Brazil*. Stanford, California Univ. Press, 1971. p. 65-6. (b) Paulo FREIRE. *Pedagogy of the oppressed*. Grã-Bretanha, Penguin Books, 173. (c) Paulo FREIRE. *Cultural action for freedom*. Grã-Bretanha, Penguin Books, 1972. (d) Paulo FREIRE. *Extensión o comunicación? la concientización en el medio rural*. México, Siglo XXI, 1979.

7. Sobre a participação política dos estudantes e uma história do movimento estudantil, vide: (a) Arthur José POERNER. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. (b)

Marialice M. FORACHI. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965. (c) Bryan WEDGE. *Problems in dialogue: Brazilian university students and the United States.* Princeton, New Jersey, Institute for the Study of National Behaviour, 1964. (d) Leonard D. THERRY. *op. cit.*

8. Apesar de os estudantes da UNE e da AP promoverem reformas universitárias porque era lá que estavam seus interesses, eles compreendiam os limites da "situação universitária" e das possibilidades abertas por ela. Compreendiam que as relações sociais e políticas específicas no ambiente universitário eram também manifestações de relações políticas e sociais mais amplas na sociedade nacional, estabelecendo assim ligações reais entre a reforma universitária e a transformação geral da sociedade. Octavio IANNI. *Crisis in Brazil.* New York, Columbia Univ. Press, 1970. p. 108.

9. A. J. POERNER. *op. cit.* p. 200-3.

10. *Movimento,* Rio de Janeiro, (12):24, 1963 (revista da UNE).

11. União Nacional dos Estudantes. *Constituição.* Rio de Janeiro, 1963. p. 3.

12. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 206.

13. R. ROJAS. *op. cit.* p. 71.

14. IPES CD, 27 de março de 1962. O líder do IPES José Luiz Moreira de Souza era a favor de contatos diretos com estudantes ativistas mas, como o ipesiano Cândido Guinle de Paula Machado observou, os estudantes não iriam à sede do IPES. Portanto, esses contatos tinham de ser feitos em "território neutro". Cândido Machado argumentou fortemente que o complexo IPES/IBAD não deveria ser visto se imiscuindo em assuntos estudantis, o que foi aceito pela liderança do IPES. O líder Coimbra Bueno enfatizou a necessidade de o IPES assumir a função de coordenador, mas não fazer excesso de coisas de forma direta. IPES CD, 21 de agosto de 1962.

15. No final de agosto de 1962, focalizou-se a discussão em torno da proposta de Harold Polland: a organização de um comando de professores e estudantes para a "reorientação" política dos universitários, que o IPES supunha confusos, em face da desestruturação de grupos estudantis de direita no Rio de Janeiro. Levantou-se também a questão de que o movimento contra a UNE, que tivera resultados mistos nas eleições regionais e nacionais, bem como a campanha de denúncia através da mídia, não poderia morrer após as eleições. IPES CD, 21 de agosto de 1962.

16. IPES CD, 27 de novembro de 1962.

17. IPES CD, 3 de abril de 1962, Gilbert Huber Jr.

18. Sobre o papel anterior de Paulo Egydio Martins no movimento estudantil, vide A. J. POERNER. *op. cit.* p. 190.

19. IPES CD, 27 de novembro de 1962, Maurício Villela.

20. IPES CE, 31 de julho de 1962.

21. IPES CE, 12 de junho de 1962, Harold C. Polland.

22. (a) R. ROJAS. *op. cit.* p. 74. (b) P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 218. (c) Jan Knippers BLACK. *U.S. penetration of Brazil.* Manchester, Manchester Univ. Press, 1977. p. 75. O MED participou da organização da imensa "Concentração Democrática" contra João Goulart, realizada pelas várias organizações do complexo IPES/IBAD, a 18 de junho de 1963.

23. (a) N. BLUME. *Pressure groups and decision-making in Brazil: studies in comparative international development.* Saint Louis, Missouri, Washington. Univ., 1967/68. p. 217, 233. (b) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 75.

24. Maiores informações sobre o GAP no Cap. VIII.

25. Para a ação política especializada, o IPES se envolveu na importação de "estudantes do Equador", porque Quito, como foi visto anteriormente, era a base de uma organização congênere do IPES. (a) Ata do IPES, 21 de novembro de 1962. (b) IPES CD, 27 de março de 1962.

26. (a) IPES CD, 13 de março de 1962. (b) Robert O. MYHR. Brazil. In: EMERSON, Donald K. ed. *Students and politics in developing nations.* London, Pall Mall Press, 1968. p. 276.

27. IPES CD, 3 de abril de 1962.

28. IPES CE, 26 de julho de 1962.

29. IPES CE, 31 de julho de 1962, José Rubem Fonseca. Alberto Carlos Menezes era o proprietário do Cotonifício Moreno.

30. Apesar de o General Golbery expressar otimismo em sua visão da situação em São Paulo, uma vez que resultados positivos haviam sido obtidos no setor estudantil, no final de 1962, Cândido Guinle de Paula Machado foi obrigado a concluir que a situação geral era grave, principalmente no Rio de Janeiro, considerando-se as tendências desfavoráveis e resultados das eleições na PUC-Rio e em outros locais. IPES CD, 27 de novembro de 1962.

31. IPES CE, 8 de outubro de 1962.

32. Telegrama ao Departamento de Estado, enviado do Rio de Janeiro e de Brasília, por Daniel M. Braddock, Cônsul dos Estados Unidos em São Paulo. Rascunhado pelo funcionário da Embaixada Datus C. Proper 16 de agosto de 1963. p. 7. Arquivos JFK, NSF. O telegrama significativamente tinha o cabeçalho: "estudantes de tendências comunistas vencem eleições nacionais".

33. Daniel M. BRADDOCK. *id.* p. 6.

34. O Cônsul dos Estados Unidos informou que "apesar das tentativas por parte dos líderes ainda em exercício, de caracterizar a chapa Ferreira como reacionária e ibadiana, os líderes da chapa apresentaram um retrato convincente deles próprios como sendo de tendência centrista, reformista e genuinamente democrática. Tiveram muita dificuldade em conseguir um voto sequer, apesar de um grande número dos delegados presentes (não a maioria) possivelmente ser simpatizante deles. Muitos não ousaram votar para a chapa ou assinar um requerimento para a sua apresentação. Legalmente, eram necessárias cinqüenta assinaturas para que ela pudesse ser oficialmente apresentada. Os organizadores conseguiram apenas cerca de quarenta. Forjaram o resto, conseguindo que a chapa fosse aceita através de artifícios". (a) Daniel M. BRADDOCK. *ibid.*, p. 8. (b) J. W. Foster DULLES. *Unrest in Brazil: political-military crisis 1955-1964*. Austin, Univ. of Texas Press, 1970. p. 218.

35. Daniel M. BRADDOCK. *ibid.* p. 7-8.

36. IPES CD, 22 de outubro de 1962. São Paulo, por sua vez, gastou um mínimo de 500.000 cruzeiros por mês no setor universitário; para a formação de líderes estudantis, pelo menos mais 1.100.000 cruzeiros por mês. O IPES gastaria no "setor universitário", até agosto do mesmo ano, pelo menos mais 11.000.000 de cruzeiros. Esses valores não incluem as quantias destinadas para atividades estudantis em orçamentos paralelos, nem contribuições para metas específicas. IPES CD, 22 de maio de 1963, João Baptista Leopoldo Figueiredo.

37. *Relatório das atividades do IPES-São Paulo*, 1963.

38. IPES CE, São Paulo, 03 de janeiro de 1963, J. Ely Coutinho.

39. (a) Ata do IPES, 13 de novembro de 1962. (b) IPES CD, 19 de novembro de 1963. (c) IPES CE, 31 de janeiro de 1963. (d) N. BLUME. *op. cit.* p. 217, 233. O IPES apoiava a revista *Síntese* do Dr. Rubem Porto, subsidiando cada número, e fornecia uma lista de pessoas para quem a revista deveria ser enviada. Essas atividades também proporcionavam canais fáceis para a "limpeza de dinheiro", atribuindo "contribuições" e "pagamentos" a organizações que poderiam, então, dar ao IPES e a seus contribuintes particulares justificativas para despesas. A tarefa foi tornada mais suave pelo fato de muitas dessas organizações serem operações dirigidas pelo IPES. Um recibo de 350.000 cruzeiros por 3.500 revistas é mencionado no IPES CE, 19 de novembro de 1962.

40. IPES Ch. Gr. São Paulo, 04 de outubro de 1962. Discutiram-se na reunião "irregularidades" no acordo com a Universidade Católica. Os presentes foram também informados pelo Dr. Santanché de que o Instituto ao qual o Centro de Documentação pertencia já havia sido criado. Com relação aos três membros da Comissão propostos pela Universidade, Manoel Ferreira e Marota Rangel já haviam trabalhado com o IPES.

41 (a) IPES Ch. Gr. São Paulo, 04 de setembro de 1962. (b) IPES Ch. Gr. São Paulo, 12 de fevereiro de 1963.

42. IPES CE, São Paulo, 11 de dezembro de 1962, Paulo Ayres Filho.

43. IPES CE e Ch. Gr. São Paulo, 08 de janeiro de 1963, Paulo Edmur de Souza Queiroz.

44. IPES CE, Rio, 10 de dezembro de 1962. O IPES também estava ligado a outro centro profissional, o IRESI, que fazia pesquisas para ele.

45. (a) Carta ao IPES de A. Venâncio Filho. 13 de dezembro de 1962. (b) IPES CE, Rio, 06 de dezembro de 1962.

46. *Relatório do IPES 1963*. p. 2.

47. IPES CE, São Paulo e Ch. Gr. 31 de janeiro de 1963. Até a mobília pertencia ao IPES.

48. IPES CE, São Paulo e Ch. Gr. 31 de janeiro de 1963. O IPES gastava mais de 600.000 cruzeiros por mês nessa atividade.

49. IPES CE, 21 de maio de 1963.

50. Reunião Geral do IPES. São Paulo, 04 de outubro de 1962.

51. IPES Ch. Gr. São Paulo, 05 de junho de 1962.

52. IPES CE e CD, São Paulo, 20 de novembro de 1962. Para este plano, a subvenção exigida era de 1.200.000 cruzeiros.

53. Ata do IPES. São Paulo, 20 de novembro de 1962, J. Ely Coutinho.

54. IPES CD e CE. São Paulo, 20 de novembro de 1962.

55. IPES CE, 19 de novembro de 1962. Para manter as aparências, pediu-se ao líder do IPES, Coimbra Bueno, que se inscrevesse formalmente no IPES para participar do trabalho da Fundação.

56. Para uma visão geral do papel da FNFi, vide A. J. POERNER. *op. cit.* cap. 9.

57. "Como especialista que é", escreveu o Tenente Aquino, "notará certa debilidade na parte referente ao campo estudantil. De fato. É até bom que você note. Talvez possa mesmo auxiliar na nova montagem futura. Mostre-o a quem achar interessante, à vontade, deixe copiar, inclusive. Só não convém publicar e peço que não mencione a origem do recebimento." Carta de Heitor de Aquino Ferreira a Sônia Seganfredo. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1962. Vide Apêndice O.

58. Carta de Heitor de Aquino Ferreira. *Id.*

59. A Editora Globo era a maior em seu gênero no Rio Grande do Sul, sediada em Porto Alegre.

60. Carta de Heitor de Aquino Ferreira. *Ibid.*

61. N. BLUME. *op. cit.* p. 215.

62. Sônia Seganfredo reclamaria, mais tarde, de ter recebido apenas 420.000 cruzeiros como pagamento. Carta de Sônia Seganfredo ao SNI. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1965. p. 1-2. Arquivo do IPES, Rio de Janeiro.

63. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 99.

64. Arlindo Lopes CORREIA. *A conquista das classes médias para a ação política em grupo. Position paper* para discussão em reuniões do CE e do CD. Rio de Janeiro, 1962. Arquivos do IPES, Rio de Janeiro.

65. Uma noção bastante obscura do que se pensava ter sido o regime e o Partido Justicialista de Perón e do qual João Goulart fora retratado, inicialmente, por Carlos Lacerda, como a sua versão brasileira. João Goulart foi acusado pelos ativistas do complexo IPES/IBAD de conduzir o país para uma "República Sindicalista".

66. Arlindo L. CORREIA. *op. cit.* p. 3-4.

67. A questão dos movimentos paralelos era importante para o IPES. Em abril de 1963, Hélio Gomide, Harold C. Polland e J. Rubem Fonseca discutiram o assunto, abordando o significado abrangente da "integração" dentro do IPES e enfatizando as vantagens de se organizar certas categorias sociais, como as associações de pais e mestres, tão necessárias na formação de uma "cadeia de reverberação" de opinião pública, que ampliava a influência do IPES em áreas onde o interesse não era especificamente de natureza financeira. A meta do IPES era criar o que se denominava "a grande opinião democrática permanente", em um trabalho quotidiano, o que possibilitaria ao IPES coordenar cerca de 3.000 associações e grupos já registrados, para a ação da elite orgânica. IPES CD, Rio, 27

de novembro de 1962. Hélio Gomide. Hélio Gomide deu o exemplo do Sindicato de Hotéis do Rio de Janeiro [*sic*]. Os hotéis do Rio possuíam um movimento diário de 78.000 pessoas que poderiam ser o alvo de campanhas do IPES, uma vez que a operação fosse adequadamente coordenada. Outro exemplo foi o Clube das Professoras Primárias da Guanabara. IPES CD Rio, 23 de abril de 1963.

68. *O Estado de S. Paulo*. 6 de janeiro de 1962. O General Hugo Bethlem, ex-Embaixador na Bolívia (1952-1954), acabou se envolvendo na conspiração que depôs Juan Carlos Torres, presidente da Bolívia, em 1971, juntamente com outro líder do IPES, H. Boilessen. Naquele ano, Bethlem fora preso em Santa Cruz de la Sierra e expulso da Bolívia, sob a acusação de tentar induzir militares bolivianos (com pagamento em dólares) a se rebelarem contra J. C. Torres. *Veja*, (575):40, 12 de setembro de 1979.

69. *Isto É*. 08 de março de 1978. p. 9. O Coronel Burnier transformar-se-ia em uma das figuras mais importantes do grupo de linha-dura depois de 1964.

70. IPES CE, Rio, 08 de junho de 1962. Este era um plano geral delineado pela equipe do General Golbery, mas que não se encontra pormenorizado na Ata.

71. IPES CE, Rio, 11 de junho de 1962. O Rearmamento Moral não era uma prioridade do IPES do Rio para subsídios e despesas. O General Golbery era a favor da publicação e distribuição do livro do IBAD *Assalto ao Parlamento*, ao invés de prover fundos para certas atividades a serem desempenhadas pelo Rearmamento Moral.

72. (a) IPES CE, 13 de agosto de 1963. (b) IPES CE 20 de agosto de 1963.

73. IPES CD, 27 de novembro de 1962.

74. James ROWE. Revolution or counterrevolution in Brazil: an interim assessment. In: *East Coast South America Series*. EUA., American Universities Field Staff, June 1964. v. 11, n. 4. p. 4.

75. Para a mobilização das camadas intermediárias e, em particular, das donas-de-casa, o IPES montou uma unidade especial de opinião pública. Essa unidade reunia, entre outros, Oscar de Oliveira, Eurico Castanheira, Nelson Parente Ribeiro e Coimbra Bueno. Oscar de Oliveira tomou parte na disseminação de material anticomunista, como as *Cartilhas Brasileiras*, *Nossos Males e Seus Remédios*, as publicações de Suzanne Labim e *Um Engenheiro Brasileiro na Rússia*, de John Cotrim, nas organizações femininas, entre os militares e a administração do Estado, em particular, e entre as classes médias, em geral. Em São Paulo, Sálvio de Almeida Prado e os ativistas responsáveis pela "mobilização setorial" (Igreja, estudantes, classes médias) desempenharam operações semelhantes. Oscar de Oliveira forneceu a Frederico César Maragliano, do IPES de São Paulo, os nomes de 100 pessoas da Aliança para a Família e da Campanha da Mulher Brasileira para que se tornassem alvos e disseminadores das *Cartilhas Brasileiras*. IPES CE, Rio, 12 de outubro de 1962.

76. José Luiz Moreira de Souza enfatizara uma vez o aspecto dramático de que as causas da elite orgânica não recebiam acompanhamento adequado, nem cobertura pública eficiente e repercussão para suas ações. O que faltava, de acordo com J. L. Moreira de Souza, era a formação de um "coro popular" com institutos, sindicatos, e a certeza de que, uma vez que uma questão fosse levantada através da mídia, seriam recebidas milhares de cartas de censura ou de apoio. J. L. Moreira de Souza era de opinião de que o IPES precisava de 2.000 a 3.000 pessoas que escrevessem ao Ministro da Guerra e a outras figuras públicas, formando o que ele chamava de "Cadeia da Democracia". Dotado de coordenação e controle, o coro tinha de ser fabricado como autêntico, em um sistema semelhante ao posto em prática por Dom Helder Câmara para encher o Estádio do Maracanã. J. L. Moreira de Souza assumiu a organização dessas atividades, afirmando ter até o dinheiro para isso. IPES CD, Rio, 5 de junho de 1962.

77. Sob a supervisão do estado-maior civil-militar do IPES de São Paulo, a Liga Independente para a Liberdade foi instalada na Sociedade Rural Brasileira, onde as organizações femininas patrocinadas pelo IPES estavam sediadas sob a respon-

sabilidade do ativista Sálvio de Almeida Prado. Um setor semelhante operava em São Paulo através de Blandina Meirelles. Olympio MOURÃO FILHO. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Rio de Janeiro, L. & PM, 1978. p. 183, 201 (introdução e pesquisa de Hélio Silva).

78. A Liga Cristã contra o Comunismo estava sob a direção de José Lemos. Em Ribeirão Preto, um certo Major Fleury liderava uma organização paralela, enquanto outro grupo, o FAC, estava sob a direção de Sylvio Marques. MOURÃO FILHO. *op. cit.* p. 219.

79. A 17 de julho de 1962 a questão de se providenciar a liderança para a Campanha da Mulher Brasileira foi discutida na CE do IPES-Rio. Uma semana depois, Glycon de Paiva levou dois cheques de 100.000 e 45.000 cruzeiros para a CAMDE. (a) IPES CE 26 de julho de 1962. (b) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 72. (c) Miguel Arraes. Depoimento na CPI sobre o complexo IBAD/IPES. *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 1963.

80. Apesar de ser uma organização feminina, havia um grupo de assessores masculinos. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 219-20.

81. J. W. F. DULLES. *op. cit.* p. 258.

82. J. W. F. DULLES. *op. cit.* p. 257-60.

83. J. W. F. DULLES. *op. cit.* p. 189.

84. (a) IPES Ch. Gr. São Paulo, 21 de agosto de 1962. (b) João Baptista Leopoldo Figueiredo. *O Estado de S. Paulo*, 31 de dezembro de 1963.

85. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 220.

86. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 447.

87. (a) IPES CE, 12 de junho de 1962. (b) Relatório do General Golbery sobre a UNE, a Petrobrás e a Caravana a Brasília, de 26 de junho de 1962. Arquivos do IPES, Rio de Janeiro.

88. C. S. HALL. The country that saved itself. *Reader's Digest*. EUA, Nov. 1964. p. 144-45. Reportagem Especial.

89. (a) P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 220-21. (b) J. W. F. DULLES. *op. cit.* p. 189.

90. (a) Depoimento de Eldino Brancante. In: Olympio MOURÃO FILHO. *op. cit.* p. 219. (b) P. SCHMITTER. *op. cit.* p 447. (c) Hélio SILVA. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. p. 339.

91. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 81.

92. Olympio MOURÃO FILHO. *op. cit.* p. 183.

93. J. W. F. DULLES. *op. cit.* p. 276.

94. Phyllis PARKER. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 109.

95. Santos, uma fortaleza do Comando Geral dos Trabalhadores — CGT, o principal porto de exportação de café e também uma base significativa do IPES, foi outro local escolhido para a encenação de uma marcha. De acordo com Wladimir Lodygenski, a ativista do IPES em assuntos sindicais, Maria Paula Caetano e Silva, uma líder de eficiência extraordinária, foi a Santos para organizar a mobilização popular. J. W. F. DULLES. *op. cit.* p. 277. Entrevista com W. Lodygenski, membro da American Chamber of Commerce, associado do SEI e também diretor da Allset-Sociedade Técnico Comercial Ltda., que trabalhava com propaganda técnica.

96. J. W. F. DULLES. *op. cit.* p. 275. Entrevista de J. W. F. Dulles com Sálvio de Almeida Prado.

97. Conforme foi relatado, "empresários americanos residentes no Brasil, que mantinham contatos estreitos com representantes da CIA de seu país, ajudaram a organizar e financiar essas demonstrações". Jerome LEVINSON & Juan de ONIS. *The alliance that lost its way: a critical report on the ALPRO*. Chicago, Quadrangle Books, 1970. p. 89.

98. J. W. ROWE. *op. cit.* p. 82.

99. Vide Philip SIEKMAN. When executives turned revolutionaries — a story hitherto untold: how São Paulo businessmen conspired to overthrow Brasil's communist-infested government. *Fortune*, EUA (3):147-49, 210-21, 1964.

É possível discutir se o golpe civil-militar iminente provocou a marcha ao in-

vés do oposto. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 221.

100. De qualquer forma, como um dos líderes dessas associações comentou, "ele fora colocado totalmente a par da conspiração militar três meses antes do fato." P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 447.

101 Marta CEHELSKY. *Land reform in Brazil: the management of social change.* Boulder, Colorado, Westview Press, 1979. p. 23-42.

102. Mary E. WILKIE. *A report on rural syndicates in Pernambuco.* Rio de Janeiro. Centro de Pesquisas em Ciências Sociais. 1964. p. 3-6. Mimeografado. Para várias interpretações da organização rural, vide (a) Clodomir MORAES. Peasant leagues in Brazil. In: STAVENHAGEN, Rodolfo ed. *Agrarian problems and peasant movements in Latin America.* New York, Doubleday, 1970. p. 462-72. (b) Cynthia HEWITT. Brazil: the peasant movement of Pernambuco. In: LANDSBERGER, Henry A. ed. *Latin American peasant movements.* Ithaca, New York, Cornell Univ. Press, 1969. p. 374-98.

103. As Federações patrocinadas pela Igreja tinham 200.000 membros, as Ligas Camponesas tinham 30.000 e os sindicatos com inclinações para o Partido Comunista 50.000. Cynthia N. HEWITT. *op. cit.* p. 374. Os números variam. Em 1962, de acordo com as ligas e com a ULTAB calculava-se o total de membros em aproximadamente 550.000, a ULTAB afirmando serem 500.000. Outras fontes acusavam apenas 200.000 membros de sindicatos e a Igreja afirmava ter 45.000 trabalhadores sindicalizados no Nordeste e no Rio Grande do Sul. M. CEHELSKY. *op. cit.* p. 247-48.

104. Francisco JULIÃO. *Cambão-the yoke: the hidden face of Brazil.* London, Penguin Books, 1972.

105. Declaração de Belo Horizonte. In: Francisco JULIÃO. *Que são as ligas camponesas.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962. p. 84-5.

106. C. HEWITT. *id.* p. 393.

107. O IBAD considerava que "o Nordeste é até agora a grande fonte onde a propaganda comunista procura suas melhores armas para a guerra política deflagrada contra a democracia no Brasil. Lá, existe a miséria, a corrupção, a exploração do homem pelo homem, a sórdida e escravizante distribuição da terra, o analfabetismo e uma série de outros fatores que favorecem o uso da tragédia do Nordeste pela propaganda comunista. As forças comunistas estão em um jogo decisivo pela sua sobrevivência no Nordeste". *Ação Democrática*, fevereiro de 1962. p. 12.

Para o escritor Antônio Callado, Pernambuco, no início da década de sessenta, era "o melhor laboratório para experiências sociais e o melhor produtor de idéias no Brasil". Antônio CALLADO. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência.* Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964. p. 20.

108. *Ação Democrática*, fevereiro de 1962. p. 13.

109. M. CEHELSKY. *op. cit.* p. 44.

110. Vide M. BANDEIRA. *O governo... op. cit.* p. 70-73. Vide também a lista de ativistas militares do complexo IPES/IBAD para o Nordeste, no cap. VIII.

111. É interessante notar que havia, nos argumentos contraditórios do IBAD, um reconhecimento prematuro das falhas básicas da elite orgânica em obter resultados "positivos" na frente ideológica, isto é, conquistar o movimento camponês. *A Ação Democrática* escreveu que "quando foi fundado o núcleo do IBAD, os camponeses não aceitaram suas ofertas, o que prova que "nem só de pão vive o homem". Entretanto, "o trabalho abnegado, corajoso e leal do nosso companheiro F. Osório Filho pouco a pouco superou a barreira ideológica intransponível criada por Francisco Julião entre os democratas e os camponeses que, finalmente, forçados pela necessidade, aceitaram a ajuda democrática e humana que lhes foi oferecida. Eles a aceitaram mas, como homens livres que são, não abjuraram suas convicções ideológicas. Nesse aspecto, eram respeitados pelo IBAD". *Ação Democrática*, fevereiro de 1962. p. 13.

Vide também P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 218.

112. Para um relato pormenorizado de suas atividades e do cenário em que atuavam, vide (a) Joseph A. PAGE. *The revolution that never was: northeast Brazil 1955-1964*. New York, Grossman Publishers, 1972. cap. 11. p. 146-69. (b) Emanuel de KADT. *Catholic radicals in Brazil*. London, Oxford Univ. Press, 1970. p. 109. (c) Thomas C. BRUNEAU. *The Brazilian Catholic church*. Grã-Bretanha, Cambridge Univ. Press, 1974. p. 70-71, 89.

113. H. SILVA. *op. cit.* p. 281.

114. (a) J. A. PAGE. *op. cit.* p. 129. (b) Co-op group got CIA conduit aid. *The New York Times*, May 16, 1967. p. 37.

115. J. A. PAGE. *op. cit.* p. 169.

116. (a) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 134. (b) Glauco CARNEIRO. A outra face de Julião. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1962. p. 20.

117. IPES CD, 11 de maio de 1962. De acordo com Nei Peixoto do Vale, o Padre Melo "saiu satisfeito com a cobertura".

118. J. A. PAGE. *op. cit.* p. 153.

119. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 133. Para um relato sobre a rede CLUSA-CIA-IBAD-SORPE-AID-AIFLD em ação no Nordeste, vide (a) J. A. PAGE. *op. cit.* cap. 8-12. (b) Paulo CAVALCANTI. *Da coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978. p. 299. Em 1963, a AID assinou um contrato com a CLUSA estabelecendo escritórios com fundos regionais. Em: *Survey of the Alliance for Progress* — Labor policies and programs. 91 st. Congress. US Senate, April 29, 1969. p. 520 (estudo preparado pelo Committee on Foreign Relations, senado americano e relatório do Comptroller General).

120. Romualdi era um emigrante italiano que havia trabalhado para o Office of Inter-American Affairs de Nelson Rockefeller durante a Segunda Guerra Mundial. Destacou-se em sua tarefa de solucionar problemas e era agente na Itália, no início da década de quarenta, na Argentina, durante o governo de Juan Domingo Perón e no Uruguai no início da década de cinqüenta. "O Departamento de Estado interessou-se diretamente pelo planejamento do itinerário de Romualdi". Em: Labour policies and programs. Estudo preparado pela equipe do Committee on Foreign Relations, U.S. Senate e Report of the Comptroller General. July 15, 1968. In: *Survey of the Alliance for Progress. op. cit.* p. 580.

121. Philip AGEE. *Inside the company: CIA diary*. London, Penguin Books, 1975. p. 620.

122. Serafino ROMUALDI. *Presidents and peons*. EUA, Funk & Wagnalls, 1967. p. 408.

123. Outras áreas em que a elite orgânica do complexo IPES/IBAD penetrou intensamente no território camponês, patrocinando ativistas sindicais e obtendo a colaboração de grupos políticos foram o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, o interior de São Paulo e os Estados do Rio Grande do Norte, Paraná, Minas Gerais e Bahia. Na região centro-sul, o IPES atuou entre os trabalhadores rurais através da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos — CBTC. A CBTC também fora importante em ação política entre trabalhadores de indústrias. Enquanto tentava organizar os sindicatos dos trabalhadores rurais, a CBTC uniu suas forças ao ativista de direita de São Paulo José Rotta, da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, uma aliança financiada pelo IPES. (a) IPES CE, Rio, 15 de janeiro de 1963. (b) J. F. DULLES. *op. cit.* p. 221.

124. T. BRUNEAU. *op. cit.* p. 88-91.

125. "Simples aplicação das leis existentes modificaria completamente a situação de miséria na zona rural". SORPE. Pequeno resumo do movimento sindical rural em Pernambuco. p. 11. Citado In: T. BRUNEAU. *op. cit.* p. 92.

126. J. A. PAGE. *op. cit.* p. 156.

127. Para um relato do período, do cenário e dos atores, vide (a) T. BRUNEAU. *op. cit.* p. 85-94. (b) E. de KADT. *op. cit.* p. 107-121. (c) M. BANDEIRA. *O governo... op. cit.* cap. 4, 5. (d) C. HEWITT. *op. cit.* p. 374-398.

128. C. HEWITT. *op. cit.* p. 395.

129. A respeito da força e das fraquezas do trabalhismo organizado nesse período, vide (a) Jover TELLES. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962. (b) Jorge MIGLIOLI. *Como são feitas as greves no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. (c) Kenneth Paul ERICKSON. *The Brazilian corporative state and working class politics*. Berkeley, Univ. of California Press, 1977. Cap. 6. (d) Leôncio Martins RODRIGUES. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1966. (e) Leôncio Martins RODRIGUES. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1974.

130. Em 1961, somente em São Paulo, o número de greves praticamente igualou o número total de greves em todo o Brasil dez anos antes. O. IANNI. *Crises*... *op. cit.* p. 94-6.

131. O. IANNI. *op. cit.* p. 97-9.

132. Para um relato das greves gerais e uma avaliação de seu impacto, vide K. P. ERICKSON. *op. cit.* p. 107-31.

133. Os limites iniciais do consenso empresarial em torno do IPES, para a ação em meio à classe trabalhadora, bem como em outros setores, foram expressados por José Luiz Moreira de Souza quando este afirmou que a ação política deveria conquistar a opinião pública, e não substituir o Estado. IPES CD, Rio, 12 de fevereiro de 1962.

134. N. BAILEY. Organization and operation of neoliberalism in Latin América. In: *Latin America: politics, economics and hemispheric security*. New York, Praeger, 1965. p. 202.

135. N. BAILEY. *id.* p. 203-207.

136. Flávio Galvão concordou, achando essencial modificar a "imagem" das classes empresariais. Segundo o líder do IPES, J. B. Leopoldo Figueiredo, nessa última atividade, de formação de imagem e legitimação das classes empresariais frente à sociedade no processo de construção nacional, a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas — ADCE haveria de ser útil. O General Moziul acrescentou que considerava "o *status quo* insustentável". Tendo viajado por todo o Brasil, o General Moziul achava que a pior situação era a do Estado de São Paulo, por ser um Estado desenvolvido em um país subdesenvolvido. "Isso dá a São Paulo uma euforia extremamente perigosa". IPES CD e CE, São Paulo, 27 de novembro de 1962.

137. Cartas (a) de Flávio Galvão a Enno Hobbing. São Paulo, 4 de fevereiro de 1963. (b) De F. Galvão para Gabriel Kaplan. São Paulo, 4 de fevereiro de 1963. (c) Telegrama de João Baptista Leopoldo Figueiredo a Enno Hobbing, 5 de fevereiro de 1963. A correspondência do IPES para Gabriel Kaplan era enviada aos cuidados do Sr. John Diefenderfer, no Consulado dos Estados Unidos em Recife. John Diefenderfer havia sido Diretor de Planejamento e Programas na missão da USAID no Rio de Janeiro e era, em 1963, chefe da missão da USAID em Recife. A respeito das atividades de Diefenderfer, vide J. A. PAGE. *op. cit.* p. 124-44.

138. A respeito da ação do IBAD no Nordeste, vide (a) J. A. PAGE. *op. cit.* p. 115-18, 153. (b) Eloy DUTRA. *IBAD, sigla da corrupção*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. (c) Adirson de BARROS. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro, Editora Equador, 1965. (d) IPES CD e CE, São Paulo, 15 de janeiro de 1963. (e) Carta de Enno Hobbing a João Baptista Leopoldo Figueiredo.

139. IPES CD, 27 de novembro de 1962.

140. Depois do golpe de 1964, esse tipo de operação foi assumido pela Ação Comunitária, uma organização apoiada por empresários e chefiada pelo General Juracy Magalhães. Seu Conselho Diretor e Comitê Executivo eram formados, na maior parte, por homens de negócios que haviam sido associados ao IPES. Entre eles, vale a pena mencionar Fernando Mbielli de Carvalho, Gilbert Huber Jr., Jorge de Mello Flores, José Thomas Nabuco, Lars Janer, Roberto de Oliveira Campos, Victor Bouças, Edmundo P. Barbosa da Silva, Aldo B. Franco e João da Silva Monteiro. A maioria dos primeiros contribuintes do complexo IPES/IBAD encontrava-se na extensa lista de empresas que apoiavam essa operação. Vide *Jornal do Brasil*, 28 de janeiro de 1976. "Ex-ministro se vê na Ação Comunitária como esmoler".

141. Quando *uma comissão* de representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar de Oriente veio ao IPES a fim de conseguir a entrega imediata de um furgão que eles queriam transformar em ambulância para ser usada na zona rural, Leopoldo Figueiredo autorizou-os a procurar o chefe de relações públicas da *Volkswagen*, em seu nome. IPES CD e CE, 4 de dezembro de 1962, Flávio Galvão.

142. O sistema que Polland recomendava para a construção de casas populares foi aquele desenvolvido pela organização Rockefeller e o contacto no governo para esse projeto era, adequadamente, o político do PDC Franco Montoro, então Ministro do Trabalho. No início de 1962 Montoro havia anunciado, em um almoço oferecido pela Companhia Antártica Paulista, um dos importantes contribuintes do IPES, o Programa da Casa Própria. Isso ocorreu na 1.ª Convenção Nacional dos Delegados Regionais do Trabalho. Além disso, ao retornar de uma viagem aos Estados Unidos, pouco tempo depois, F. Montoro anunciaria a construção de 1.000.000 de casas através da Aliança para o Progresso. O IPES havia aberto o campo para a discussão de diretrizes e estava colhendo os resultados positivos do impacto público desse sonho popular. Na campanha das casas populares, a unidade de Opinião Pública, chefiada por Nei Peixoto do Valle, preparou material escrito, organizou entrevistas para Polland e seus colaboradores, na televisão e na imprensa escrita, mostrando que o IPES estava cuidando de forma concreta e imediata de assuntos prementes, ao contrário das promessas vazias para a ação a longo prazo vindas de outras fontes. IPES CD, 12 de fevereiro de 1962.

143. IPES CE, Rio, 27 de março de 1962.

144. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 190-93.

145. A Cooperativa Agrícola de Cotia, no sul de *São Paulo*, região de grande concentração de imigrantes japoneses, era a base política e econômica de Fábio Yassuda, seu diretor, no início da década de sessenta, tendo-se tornado Ministro da Indústria e do Comércio em 1967.

146. Carta da Federação dos Círculos Operários Fluminenses ao IPES de Niterói, 26 de fevereiro de 1964.

147. Até 1963, o apoio dado pelo IPES atingia 2.000.000 de cruzeiros mensais. Depois a CNCO recebia quantias ainda maiores. (a) IPES CE/001, 2 de abril de 1962. (b) Carta de José Rubem Fonseca ao Padre Velloso. (c) *O Estado de S. Paulo*, 18 de julho de 1962.

148. (a) IPES CE, Rio, 8 de janeiro de 1963, José Rubem Fonseca. (b) IPES CE Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1963. Em janeiro de 1963, Cândido Guinle de Paula Machado, encarregado de um grupo de ação para assuntos sindicais, autorizou o pagamento mensal de 2.000.000 de cruzeiros. Essa contribuição foi aumentada para 2.500.000 cruzeiros no mesmo mês.

149. *Ação Democrática*, Rio de Janeiro, set. 1962, p. 10.

150. *Ação Democrática. id.*

151. Ata do IPES, 27 de fevereiro de 1962.

152. Ata do IPES, 27 de março de 1962, Cândido Guinle de Paula Machado. O projeto do Padre Velloso *tinha* um orçamento mensal de 3.000.000 de cruzeiros, aos quais tinham de ser adicionadas as atividades no Rio de Janeiro, em São Paulo, Pernambuco e outras duas chefias regionais sustentadas por seus próprios fundos "regionais". O IPES de São Paulo contribuía através da Confederação Paulista. O Padre Velloso recebeu do IPES um total de 47.395.000 cruzeiros, a maior parte no período de 1962-1963, para a Confederação de Trabalhadores Cristãos. Carta do IPES ao Padre Velloso. Sec. 65/0280, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1965.

153. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 192. Sobre o Movimento Renovador Sindical, vide Carlos Renato Costa Neto. *Revista Brasiliense*, São Paulo, (3):59-87, nov./dez. 1960.

154. José Bonifácio Coutinho Nogueira, membro do simpósio sobre a Reforma Agrária, organizado pelo IBAD em 1961, foi Secretário da Agricultura e candidato ao governo de São Paulo em 1961, perdendo para Adhemar de Barros. Era ligado

comercialmente ao Banco Comercial de São Paulo S.A., entre outros.

155. IPES CE, 2 de outubro de 1962.

156. Uma vez tendo o IPES se estabelecido como uma fonte de apoio material, administrativo e técnico, passou a ser procurado por diversos ativistas do clero e grupos religiosos. O Padre Bello veio pedir assistência e foi encaminhado a Antônio Carlos Menezes. As atividades do Padre Bello receberam intenso apoio financeiro do IPES, uma tarefa deixada sob a responsabilidade da divisão de São Paulo. IPES CE. 17 de maio de 1962. A 31 de julho de 1962, Glycon de Paiva informou ao CE a respeito de 500.000 cruzeiros aprovados para o Padre Bello. Outro membro do clero, apoiado e patrocinado pelo IPES, era o Cônego Vanderhallen, do Colégio São Norberto de Jaú, também ligado à rede do IPES. O Cônego Vanderhallen fez um resumo comentado da *Mater et Magistra*, revisado por Paulo Edmur de Souza Queiroz e mimeografado no IPES. O resumo, que parecia muito eficiente como propaganda, foi disseminado entre as camadas mais simples da população. O IPES também deu ajuda financeira ao Padre Aquino (SJ), diretor do projeto do Padre Sabóia. IPES CE e Ch. Gr., São Paulo, 8 de janeiro de 1963. Flávio Galvão e José Ely Coutinho. O IPES também financiava o Padre José Coelho de Souza Netto (SJ), presidente do Aloisianum, sob a forma de "bolsas de estudo", de 300.000 cruzeiros por ano. IPES CE, 30 de maio de 1963.

157. Em maio de 1962, o IPES estava contribuindo com 2.000.000 de cruzeiros mensais para "atividades trabalhistas" gerais.

158. O IPES canalizou 1.500.000 cruzeiros para o SEI. IPES CD São Paulo, 22 de maio de 1962, João Baptista Leopoldo Figueiredo.

159. No mínimo 500.000 cruzeiros mensais para cada atividade. A informação foi fornecida por Wladimir Lodygensky e Wladimir Pereira. (a) IPES CE, 2 de julho de 1962. (b) IPES CD, 27 de março de 1962. (c) IPES CD, 28 de agosto de 1962. (d) IPES CD, 16 de outubro de 1962.

160. IPES. *Relatório de Atividades*, 1963.

161. (a) P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 437. (b) J. W. F. DULLES. *op. cit.* p. 206.

162. M.S.D. *A República sindicalista do Brasil*. São Paulo, 1963. Arquivos do IPES. N.P.

163. (a) Eloy DUTRA. *op. cit.* p. 13. (b) R. ROJAS. *op. cit.* p. 74. (c) Plínio de Abreu RAMOS. *Como agem os grupos de pressão*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. p. 63.

164. Declaração final do 7.° Congresso Nacional de Operários, sob os auspícios da CNCO. *O Estado de S. Paulo*, 22 de julho de 1962.

165. Lenny SIEGEL. "AFL-CIO". In: WEISSMAN, Steve ed. *The Trojan horse*. California, Ramparts Press Reader, 1975. p. 119.

"Além disso, a ORIT, na realidade, forma apenas um elo em uma vasta cadeia de agências e organizações que compõem a rede imperialista que tenta controlar e manipular o trabalhismo latino-americano. Seus métodos variam e, às vezes, parecem trabalhar para finalidades contrárias, mas o objetivo central continua sendo o abafamento de movimentos da classe trabalhadora militante de esquerda, e a promoção do sindicalismo no estilo norte-americano ou, no mínimo, de formas cristãs amenas ou social-democráticas dele. A rede é vasta e engloba órgãos nacionais e internacionais. Uma lista parcial deles inclui a Aliança para o Progresso e a USAID, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), International Trade Secretariats (ITS), a AFL-CIO, as seções trabalhistas de todas as embaixadas americanas no hemisfério, fundações particulares como a International Development Foundation (IDF), o Council on Latin America, Inc. e finalmente a CIA". Hobart A. SPALDING Jr. U.S. and Latin American labor: the dynamics of imperialist control. In: NASH J. ed., *Ideology and social change in Latin America*. New York, Gordon and Breach, 1977.

166. A AFL-CIO gasta 23% de seu orçamento anual com assuntos internacionais e é o maior contribuinte da ORIT, onde injeta até 2 milhões de dólares anualmente

em um fundo para projetos especiais, para complementar o milhão que entra em suas contas de atividades internacionais. SPALDING. *op. cit.* p. 65.

167. P. AGEE. *op. cit.* p. 611.

168. P. AGEE. *op. cit.* p. 237.

169. P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 189, 437.

170. *Ação Democrática,* Rio de Janeiro, out. 1962. p. 9.

171. O líder do IPES G. Borghoff apresentou, em uma reunião especial da Comissão Diretora, uma unidade de ação do Rearmamento Moral composta de sete membros. Eles forneceram ao IPES livros, revistas e outros materiais impressos. Um ex-oficial inglês deu explicações em sua língua e apresentou Dario Morais, um ferroviário da Mogiana e ex-ativista comunista na área de Campinas, Estado de São Paulo, que, na ocasião, atuava no Rearmamento Moral como vice-presidente de seu sindicato. A experiência pessoal de Dario Morais e os fatos e experiências do ativismo político de direita na área de Campinas foram discutidos. Um membro norte-americano da equipe do Rearmamento Moral explicou as questões referentes à propaganda, inclusive material impresso e filmes, que foram entregues ao distribuidor Luiz Severiano Ribeiro. Um certo General H. G. também participou da discussão. Seguiu um período de perguntas e respostas sobre assuntos políticos. IPES CD, 28 de agosto de 1962.

172. C. S. HALL. *op. cit.* p. 141.

173. (a) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 256. (b) Marcelo BERABA & Ricardo LESSA. Infiltração imperialista no sindicalismo. *Em Tempo,* Belo Horizonte, 18 a 24 de setembro de 1978. p. 6-7. (c) S. ROMUALDI. *op. cit.* p. 415.

174. Robert F. HOXIE. *Trade unionism in the United States.* New York, Russell and Russell, 1966. p. 45.

175. Para a percepção econômica e política do surpreendente império Grace, vide NACLA (North American Congress on Latin America). W. R. Corporation — *Latin American and Empire Report.* March 1976. V. 10, n. 3.

176. P. AGEE. *op. cit.* p. 610.

177. As metas essenciais da ALPRO eram fortalecer o setor capitalista na América Latina. Procurava controlar o grau de conflito de classe com reformas sociais limitadas, enquanto as forças militar e policial eram preparadas para a possibilidade de insurreição popular. Vide Gregório SELSER. *Alianza para el Progreso: la mal nacida.* Buenos Aires, Ediciones Iguazú, 1964. Cap. 2, 3.

178. O COMAP era também a arena para disputas entre as redes de interesse Grace e Rockefeller, que pareciam girar em torno da questão de quem tinha a hegemonia para estabelecer diretrizes econômicas para a América Latina. A posição proeminente dos Rockefeller logo se manifestou, enquanto o COMAP caiu em obscuridade com a morte de Kennedy. David Rockefeller intensificou sua ofensiva e em 1961 foi formado o Business Group for Latin America — BGLA, sob a sua presidência. Assim, o BGLA substituiu o COMAP e Rockefeller substituiu Grace. Como foi visto no Capítulo II, logo em seguida o BGLA ampliou-se como o Council of America — COA, e, posteriormente, o Council for Latin America — CLA, que também incorporava membros do CED e do LAIC. Tanto o COA quanto o CLA eram liderados por David Rockefeller. Em meados da década de sessenta, o Council representava mais de 225 corporações, aproximadamente 85% de todas as corporações com negócios na América Latina, e mais de 85% de todos os investimentos americanos na região. (a) NACLA Report, 1976. *op. cit.* p. 11-12. (b) *Yanqui Dollar: The contribution of U. S. private investment to underdevelopment in Latin America.* Berkeley, NACLA, 1971. p. 39.

179. Quando o BGLA foi finalmente sucedido pelo COA e, posteriormente, pelo CLA, J. P. Grace manteve uma posição importante dentro do Council, que continuou a fornecer os representantes comerciais para o Conselho Curador do AIFLD. *Survey of the Alliance for Progress. op. cit.* p. 582.

180. Executivos da Gulf Oil International, Johnson & Johnson International, Owens-Illinois, bem como membros do Institute of International Education e do

Fund for International Social and Economic Education (os dois favorecidos pela CIA) têm ou tiveram altos cargos no AIFLD. Vide (a) Ronald RODOSH. *American labor and United States foreign policy*. New York, Random House, 1969. p. 480. (b) Peter GIBBON. Brazil and CIA. *Counterspy*, s.l., 3(4):13, april/may 1979. (c) SPALDING. *op. cit.* p. 67.

181. *Survey of the Alliance for Progress. op. cit.* p. 581. De fato, a AID foi criada quase paralelamente ao AIFLD, a 3 de novembro de 1961. A USAID havia sido criada pelo Foreign Assistance Act (Ato de Assistência Externa) de 1961 e aprovada pelo Congresso Americano em setembro de 1961.

182. P. AGEE. *op. cit.* p. 600. Entre 1961 e 1963, uma fonte afirma que o AIFLD recebeu aproximadamente um milhão de dólares de canais da CIA. SPALDING. *op. cit.* p. 67, citando cifras de Jim NELLEN. Leaders for labor-made in America. In: *North American Congress on Latin America — New Chile*. Berkeley, NACLA, 1972. p. 55.

183. (a) P. AGEE. *op. cit.* p. 244. (b) P. GIBBON. *op. cit.* p. 13.

184. (a) *Survey of the Alliance for Progress. op. cit.* p. 588. (b) Lenny SIEGEL. *op. cit.* p. 122-25 sobre a inter-relação entre o AIFLDA, a AID e da ALPRO.

185. Um relato parcial da AIFLD é encontrado In: ROMUALDI. *op. cit.* Cap. 24.

186. (a) P. AGEE. *op. cit.* p. 245. (b) P. GIBBON. *op. cit.* p. 14.

187. Eugene H. METHVIN. Labor's new Weapon for democracy. *Reader's Digest*, EUA, October, 1966, U.S.A. p. 21-8.

188. NACLA, 1976. *op. cit.* p. 12. "Em termos diretos, as funções principais do AIFLD consistem em combater influências não-capitalistas nas fileiras do trabalhismo latino-americano... e fortalecer a influência do trabalhismo norte-americano e a imagem empresarial, a fim de desenvolver sindicatos pró-capitalistas reformistas, ao mesmo tempo mantendo a America Latina como campo de investimento". SPALDING. *op. cit.* p. 66.

189. S. ROMUALDI. *op. cit.* p. 148. J. Peter Grace, no papel de presidente da diretoria do AIFLD, teria pouco a dizer contra esses princípios. "O AIFLD", acentuou, "estimulava a cooperação entre trabalhadores e direção e o fim da luta de classe". NACLA, *op. cit.* 1976 p. 13. J. Peter Grace enfatizou que o AIFLD deveria "trabalhar em direção a uma meta comum na América Latina, isto é, apoiar a forma democrática de governo, o sistema capitalista e o bem-estar geral do indivíduo". Continuou dizendo que o AIFLD "é um exemplo proeminente do consenso nacional trabalhando de forma efetiva para o interesse dos Estados Unidos e para os melhores interesses do povo da América Latina". H. SPALDING. *op. cit.* p. 67, citando a *Survey of the Alliance for Progress*. Labor politics and programs. 90 th Congress, 2 nd Session, US Senate, july 15, 1968 (Committee on Foreign Relations, Sub-Committee on American Republics).

190. H. SPALDING. *op. cit.* p. 70-71.

191. P. GIBBON. *op. cit.* p. 66-8.

192. V. J. Freitas MARCONDES. *Radiografia da liderança sindical paulista*. São Paulo, Instituto Cultural do Trabalho, 1964.

193. H. SPALDING. *op. cit.* p. 70-1.

194. *Survey of the Alliance for Progress... op. cit.* p. 586. Ao todo, aproximadamente 24.000 membros de sindicatos receberam treinamento relacionado com o AIFLD. In: H. SPALDING. *op. cit.* p. 71, citando *AIFLD Report*. March 1972, V. 10, n. 5. p. 5.

195. Até 1966, o AIFLD havia treinado mais de 49.000 pessoas diretamente envolvidas na vida cultural e política das classes trabalhadoras, através de seus programas de campo e, até 1973, 30.000 ativistas sindicais foram treinados no Brasil. ERICKSON. *op. cit.* p. 169. Os membros brasileiros do Quadro da Diretoria do AIFLD eram José Barbosa de Almeida, do ICT (patrocinado pelo IPES), tendo sido seu presidente desde 1963, bem como presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo — e Hélcio Maghezani, também diretor do ICT. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 122.

196. V. J. Freitas MARCONDES. The revolution of labour legislation in Brazil. In: SAUNDERS, John, ed. *Modern Brazil: new patterns and development*. E.U.A., Univ. of Florida Press, 1971. p. 152.

197. Operava também 11 centros sindicais em capitais latino-americanas, "servindo" 19 países.

198. R. RODOSH. *op. cit.* p. 421.

199. Lenny SIEGEL. *op. cit.* p. 131. Figuras do AIFLD estavam bem a par da conspiração contra João Goulart, pelo menos por volta do final de 1963. Naquela época, Serafino Romualdi, acompanhado por Berent Friele, uma "raposa velha" em questões referentes ao Brasil, o qual visitou o governador Adhemar de Barros. O próprio Romualdi, além de suas outras funções, fora ligado a Nelson Rockefeller, trabalhando no Inter-American Affairs Office (Escritório de Assuntos Inter-Americanos) durante a guerra. Adhemar de Barros falou-lhes de planos que estavam "em andamento para mobilizar contingentes militares e policiais contra qualquer tentativa de João Goulart de estabelecer um controle ditatorial através da força". Friele e Romualdi resolveram informar o embaixador americano Lincoln Gordon a respeito do que disse Adhemar de Barros. Romualdi também escreveu algumas notas para o Adido para Assuntos Trabalhistas, John Fishburn. Outros contactos regulares mantidos por Romualdi nesse período foram com o governador Carlos Lacerda e com os pelegos Ary Campista e Deocleciano de Hollanda Cavalcanti, há muito tempo na chefia da Confederação dos Trabalhadores na Indústria e membro do Executive Board of the International Confederation of Free Trade Unions — ICFTU (Confederação Internacional de Sindicatos Livres). S. ROMUALDI. *op. cit.* p. 226, 270-288.

200. S. ROMUALDI. *op. cit.* p. 289.

201. Outro pelego apoiado pelos Estados Unidos era Hélio Araújo, líder sindical em Recife. A respeito das atividades de Rômulo Teixeira Marinho e de outros, vide Wilson Juvenato REIS. *Notas de um dirigente sindical: conquistas dos trabalhadores telegráficos*. Rio de Janeiro, Ed. São Francisco Ltda., 1965. p. 10-13, 47, 57, 76-7 e 121.

202. E. METHVIN. *op. cit.* p. 28.

203. W. C. DOHERTY. Citado In: L. SIEGEL. *op. cit.* p. 131-32. A respeito de outras atividades do AIFLD depois de 1964, vide Ernest GARVEY Meddling in Brazil: the CIA bungles on. In: *Commonweal*. s.l. February 9, 1968. p. 553-54.

204. Para um relato da tendência esquerdista das classes trabalhadoras e da militância crescente dos sindicatos, bem como das rivalidades e conflitos dentro do bloco nacional-reformista, vide K. ERICKSON. *op. cit.* Cap. 7.

205. A respeito de técnicas de pressão, vide N. BAILEY. *op. cit.* p. 220. Entre as formas de se estabelecer a influência da elite orgânica no processo político, encontravam-se as pressões exercidas sobre os partidos políticos através dos membros de sua liderança regional e nacional que, em muitos casos, eram filiados a ativistas do complexo IPES/IBAD. O IPES também organizou um encontro de parlamentares, em março de 1962 no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, que serviu para coordenar os esforços do bloco modernizante-conservador. Estavam encarregados de organizar a reunião os ativistas do IPES Ângelo Morais Cerne e Mader Gonçalves.

206. O complexo IPES/IBAD também utilizou-se de influência pessoal em relações com agências do governo e com anéis burocrático-empresariais que eram, em muitos casos, fortalezas políticas de ativistas da elite orgânica, conforme foi mencionado no Capítulo III. O IPES tentou conseguir cargos importantes em órgãos governamentais, ministérios e comissões parlamentares, lutando por cargos dentro da estrutura governamental. Jorge Oscar de Mello Flores relatou seu contato com o Itamaraty a respeito de política externa, tendo sido convidado por Renato Archer. De acordo com Mello Flores, o IPES seria trazido para o cenário de elaboração de diretrizes como observador e representante do Grupo de Planejamento. Ata do IPES, 27 de março de 1962.

207. *Brazil: election...* *op. cit.* p. 37.

208. (a) M. CEHELSKY. *op. cit.* p. 130. (b) IPES CE, 12 de março de 1963.

209. (a) IPES CE, 12 de março de 1963. (b) IPES CE, Rio, 2 de fevereiro de 1962. (c) Ata do IPES Rio, 20 de fevereiro de 1962. (d) Ata do IPES, 17 de maio de 1962. (e) IPES CD, Rio, 11 de dezembro de 1962.

210. É interessante considerar um exemplo de como funcionava a organização da rede IPES/IBAD/ADEP. Em meados de março de 1963, Glycon de Paiva, J. Rubem Fonseca, o General Golbery e J. Garrido Torres reuniram-se com I. Hasslocher para discutir a estratégia de apresentação do projeto da Reforma Agrária que o complexo IPES/IBAD havia preparado. Decidiu-se que o projeto seria apresentado com o nome de um deputado da ADP, levando em consideração Armando Falcão do PSD, J. Mendes da UDN e Raimundo Padilha da UDN. O General Golbery apoiou a idéia da apresentação simultânea do projeto na Câmara e no Senado por um Grupo de senadores e deputados, de preferência de diversos partidos, para camuflar a fonte do projeto e generalizar sua mensagem, uma tática que foi finalmente seguida. Enquanto prosseguiam essas operações, o pessoal dos Grupos de Estudo preparou uma crítica às propostas do governo e foi lançado, através da mídia audiovisual, um ataque contra o Executivo e o bloco nacional-reformista em suas propostas de reforma agrária. IPES CE, 12 de março de 1963.

211. IPES CD, Rio, 22 de maio de 1962, Glycon de Paiva. Vide também cap. V sobre o GAP.

212. A questão de se encaminhar projetos de lei, emendas e discussões gerais ao Congresso era delicada e variava em forma, de acordo com as circunstâncias e temas, sendo apresentados ao público de várias maneiras. Em uma reunião do Comitê Executivo do IPES do Rio, a 16 de agosto de 1962, Garrido Torres, chefe do Grupo de Estudo e Doutrina, discutiu a opção aberta ao IPES para a "apresentação" do anteprojeto de lei da Reforma Agrária. Garrido Torres falou da idéia de introduzir o anteprojeto do complexo IPES/IBAD por meio do Conselho Nacional da Reforma Agrária — CNRA, com a ajuda dos conselheiros Edgard Teixeira Leite e Wanderbilt de Barros, ambos associados incógnitos do complexo IPES/IBAD, tendo participado na preparação do anteprojeto. A outra sugestão foi encaminhar o anteprojeto à Câmara dos Deputados através da Assessoria Parlamentar do complexo IPES/IBAD. Uma semana mais tarde, a 23 de agosto, em uma reunião do Comitê Executivo, Paulo de Assis Ribeiro levantou novamente a questão, referindo-se a um anteprojeto que seria encaminhado ao Conselho Monetário Nacional para ser transformado em Decreto-lei, apresentado por Wanderbilt de Barros, do CNRA. Vide também IPES CE, 9 de maio de 1963, a respeito da discussão sobre os anteprojetos das Reformas Agrária e Bancária e sobre a recomendação de Glycon de Paiva para se estudar o anteprojeto de Milton Campos a fim de se introduzir emendas através de parlamentares amigos. Entre os envolvidos nessas manobras, encontravam-se: o Senador Mem de Sá, líder do PL e figura muito influente, o Deputado Armando Falcão, o Deputado Herbert Levy, presidente da UDN, o Deputado Daniel Faraco e o Deputado Aniz Badra (que apresentou um anteprojeto sobre a Reforma Agrária, a 11 de agosto de 1963).

Através do Deputado Jessé Pinto Freire, líder da Confederação Nacional do Comércio, a elite orgânica apresentou um anteprojeto para a venda aos interesses privados das ações do governo em empresas estatais, até mesmo da Petrobrás. A Confederação Nacional do Comércio foi mobilizada para apoiar essas propostas, pedindo também que as mesmas medidas fossem aplicadas à Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, ao Banco do Brasil e à Companhia Siderúrgica Nacional — CSN. Vide R. ROJAS. *op. cit.* p. 76-7.

213. IPES CE, Rio, 10 de dezembro de 1962.

214. (a) Osny Duarte PEREIRA. *Quem faz as leis no Brasil?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. p. 102, 138. (b) *Ação Democrática*, números de julho a dezembro de 1962. (c) Nelson Werneck SODRÉ. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 494-95. (d) Plínio de Abreu RAMOS. *op. cit.* p. 76.

215. Adolfo Gentil era irmão do genro de Ellsworth Bunker. Telegrama para o De-

partamento de Estado, do Embaixador Lincoln Gordon. Control n. 9447, 2 de agosto de 1962. Arquivos JFK.

216. Carta de Jorge Oscar de Mello Flores para Glycon de Paiva. Rio, 15 de abril de 1963. Escrita em papel de correspondência com o logotipo da SULACAP. Uma cópia dessa carta, que retrata a atmosfera e o estilo político da época, encontra-se no Apêndice Q.

217. Esses anteprojetos de lei eram sobre a Reforma Agrária (que já estava preparada e nas mãos da ADAP), sobre a Reforma Bancária (que Mello Flores considerava fácil de preparar baseando-se nos projetos da comissão indicada pelo Ministro Miguel Calmon e no Congresso para Reformas de Base em São Paulo), sobre a Reforma Urbana (fundamentalmente restrito ao problema da casa própria, já em estágio avançado de estudos pelo IBAD com a colaboração do Deputado Álvaro Catão, da ADP). A. Catão, o parlamentar udenista ligado à ADEP, era também ligado a Irineu Bornhausen, um dos chefes políticos do Estado de Santa Catarina, governador e sócio comercial do líder do IPES Antônio Gallotti. Bornhausen era também diretor da Eletro Aço Altona S.A. (Administradora Rex S.A., Warnow S.A.- Agricultura, Comércio e Indústria, Administradora Blumenau). A. Catão e Bornhausen eram sócios na Cia. Brasileira Carbonífera Arananguá. A. Catão foi também responsável pela apresentação do anteprojeto sobre a Reforma Urbana.

Outros anteprojetos eram para a Reforma Administrativa e a Reforma Tributária, que já estavam sendo estudadas na Fundação Getúlio Vargas (que havia se transformado, como foi visto no Capítulo III, na fortaleza ideológica e política de um grande número de associados do complexo IPES/IBAD), sobre a Reforma Eleitoral, que Mello Flores pensava poder ser preparada com base nas diretrizes estabelecidas pelo IPES e reafirmadas no Congresso para Reformas de Base de São Paulo, sendo que alguns pontos teriam de ser revistos, como o voto dos analfabetos, que Mello Flores recomendara ser restringido a eleições municipais. Mello Flores também apressou a conclusão de todos os outros anteprojetos que estavam sendo preparados pelo IPES, para que pudessem ser apresentados à Câmara dos Deputados enquanto as questões estivessem sendo discutidas.

218. A 21 de maio de 1962, Mello Flores conseguiu enviar ao Rio de Janeiro um anteprojeto e proposta de diretriz política que Sérgio Magalhães, um dos membros mais importantes do bloco nacional-reformista, apresentaria em breve, sobre a reforma urbana (especificamente sobre Desapropriação de Imóveis). Esse projeto havia sido entregue à equipe do General Golbery para que o GLC e o Grupo de Estudo pudessem preparar uma contra-estratégia eficiente. (a) Ata do IPES, 22 de maio de 1962. (b) IPES CE, 15 de maio de 1962. A ação política do IPES também era forte na "preparação de eventos". Em uma reunião do CD, a 31 de julho de 1962, discutiu-se a "linha de ação em relação à crise de 8 de agosto", definida por Glycon de Paiva como o problema n.º 1. A 8 de agosto, o General Nelson de Mello, Ministro da Guerra, fez um discurso enérgico na Câmara dos Deputados, fazendo pressões militares. Considerou-se que o discurso teve origem devido a "pressões e equívocos, senão a pressões equívocas". In: Carlos Castello BRANCO. *Introdução à revolução de 1964*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975. v. 1. p. 33-4. Para dar mais ênfase à sua campanha para orientação da opinião pública, a liderança do IPES decidiu publicar em *O Dia*, *A Notícia* e *Luta Democrática* um manifesto para insuflar a opinião pública, pelo qual um certo LFM pagaria 200.000 cruzeiros. *O Globo* publicou um manifesto semelhante. IPES CD, 31 de julho de 1962, José Rubem Fonseca.

219. O lançamento da candidatura de Santiago Dantas para o cargo de Primeiro-Ministro foi recebido pelo IBAD com fortes ataques, como símbolo de demagogia e como a essência tanto das relações de amizade do Brasil com Cuba e com a União Soviética, consideradas como um anátema pelo IBAD, quanto de uma oligarquia corrupta que havia governado o país. *Ação Democrática*, julho 1962. p. 6.

220. A lista dos 174 deputados que votaram contra a indicação de Santiago Dantas encontra-se na *Ação Democrática*, ju-

lho 1962. p. 6-7. A candidatura de Sérgio Magalhães, o líder nacional-reformista, à vice-persidência da Câmara dos Deputados, também foi rejeitada.

221. Para as classes dominantes, a política eleitoral havia se tornado uma questão de autopreservação da classe. Métodos antigos de apoio não coordenado a indivíduos foram considerados obsoletos e autodestrutivos. Schmitter salientou que, pela primeira vez, todas as associações máximas [de empregadores], civis e sindicais, publicaram um manifesto conjunto, anunciando o patrocínio de uma "campanha de esclarecimento", em apoio aos candidatos que preservariam "nossa herança cristã e manteriam intactas as instituições que significam a continuidade de nossa vida nacional e a defesa de nossa soberania". P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 278.

222. De qualquer forma, esta foi a ação do complexo IPES/IBAD que recebeu mais publicidade. Como o IPES lutou para esconder cuidadosamente o seu envolvimento, essa ação é considerada como uma realização isolada do IBAD, uma espécie de *"bête noire"* das eleições de 1962, ao invés de uma ação de classe ampla e abrangente, cujo centro estava localizado dentro do IPES. As numerosas unidades, frentes e organizações para a ação envolvidas na campanha eleitoral da direita, bem como os elementos comprometidos com sua plataforma, agiam em público como se fossem agentes políticos autônomos apesar de terem posicionamentos políticos coincidentes. Uma vez que o envolvimento e a interferência empresariais no processo eleitoral se tornaram do conhecimento público, os esforços se dirigiram para encobrir o centro de ação da elite orgânica, o IPES, bem como para amenizar a impressão de que havia uma ação organizada das classes empresariais. As instituições periféricas foram sacrificadas e, finalmente, o IBAD tornou-se o bode expiatório. Não se comprovaram ligações entre as organizações estratégicas e táticas da elite orgânica empresarial. Vide P. de Abreu RAMOS. *op. cit.* p. 72.

223. O líder do IPES Rui Gomes de Almeida se referiu a três casos específicos de ação do IPES em eleições brasileiras, a nível estadual, no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Acrescentou que o tipo de ação desenvolvida naquelas eleições estaduais teve de ser modificado e adaptado para as eleições seguintes, a nível nacional. IPES CE, 27 de março de 1962.

224. Castilho Cabral, O. Junqueira. Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito. Sessão de 29 de agosto de 1963. *O Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 1963.

225. No início de 1962, I. Hasslocher procurou Castilho Cabral para dirigir um movimento, para o qual I. Hasslocher asseguraria um orçamento de 1 bilhão de cruzeiros. Posteriormente, Foster Dulles e Ivan Hasslocher foram vê-lo. *Política e Negócios*, São Paulo, 26 de agosto de 1963. p. 21 Foster Dulles também queria que Castilho levasse para Jânio Quadros, que na época estava em Londres, um relatório sobre a Hanna, já que ele temia medidas contra a corporação. Vide também (a) Edmar MOREL. *O Golpe começou em Washington.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 52. (b) Castilho Cabral. Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito de 29 de agosto de 1963. *O Estado de S. Paulo*, 30 de agosto de 1963.

226. José Arthur RIOS. Os grupos de pressão na Guanabara. In: CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. ed. *Comportamento eleitoral no Brasil.* Rio de Janeiro, FGV, 1964. p. 149.

227. (a) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 73. (b) João DÓRIA. IBAD, conspiração internacional contra as reformas. *Política e Negócios*, São Paulo. (4) Genival Rabelo Ed., 4 de novembro de 1963. Foi denunciado que o IBAD gastava, diariamente, pelo menos 600.000.000 de cruzeiros no Rio de Janeiro para a propaganda do candidato através de jornais, rádio e televisão. A rede IBAD/ADEP tinha mais de 80 programas de rádio semanais, patrocinados pelo IBAD, via Promotion S.A. Os recursos vinham de "contas abertas" no Royal Bank of Canada, The Bank of Boston e no National City Bank. Vide *Política e Negócios*, São Paulo, 26 de agosto de 1963. p. 20.

228. O ibadiano A. Leopoldino em seu depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. *O Estado de S. Paulo*, 11 de novembro de 1963. Vide também N. BAILEY. *op. cit.* p. 223.

229. Em uma reunião da liderança do IPES, Hélio Gomide apresentou o documento *Da conveniência de um comando unificado para a luta de ação democrática*, que visava coordenar esforços paralelos e congruentes de outros agentes políticos. Gomide sugeriu que J. A. Leite Barbosa, diretor do *Boletim Cambial*, ficasse encarregado da parte material de seu plano. Ele escreveria pequenos artigos e conferências sobre democracia, liberdade, educação e vida doméstica, assuntos que poderiam contribuir para o voto correto dos cidadãos. IPES CD Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1962.

230. *Brazil: short term action paper* (plano de ação para o período desta data até 7 de outubro — eleições brasileiras). Para o veredicto do Latin America Policy Committee. 12 de julho de 1962. Nos arquivos JFK, NSF.

231. (a) José Arthur RIOS. *Os Grupos... op. cit.* p. 144. (b) P. AGEE. *op. cit.* p. 365. (c) Political synthesis 1962. In: *Anuário APEC*. Rio de Janeiro, APEC. 1963. (d) P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 279. Sobre detalhes do papel da ALEF, vide Nelson de Souza SAMPAIO. Analysis of Bahia elections. In: CAVALCANTI & DUBNIC. *op. cit.* p. 26-27, 39-40. (b) José Arthur RIOS Os Grupos de pressão. In: CAVALCANTI & DUBNIC. *op. cit.* p. 145-149.

232. Os principais componentes dos grupos de extrema-direita no clero "encontravam-se na mais alta hierarquia da Igreja. Alguns de seus membros mais proeminentes são os Arcebispos do Rio de Janeiro, Diamantina, Bahia e Curitiba. Esses líderes demonstram uma predisposição natural para apoiar o tradicionalismo porque são provenientes de famílias antigas e conservadoras e lhes devem seu apoio financeiro". "A posição ideológica defendida por esse grupo é violentamente anticomunista". "Dentro do país, acusam serem de origem comunista qualquer manifestação contra investimentos estrangeiros e qualquer reforma agrária". "Membros desse grupo encontraram patrocinadores em vários segmentos da sociedade brasileira. Atraíram jornalistas e são de fato a inspiração principal para *O Globo*, o jornal vespertino do Rio de Janeiro. Entre os políticos, contam com a adesão de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e da liderança da União Democrática Nacional — UDN, no Rio de Janeiro". Vide Political systems study-Brazil. In: *Memorandum to the White House* (Mr. Schlesinger). Departamento de Estado INR/RAR. John N. Plank, 28 de março, 1963. p. 64-5. Versão censurada.

233. P. AGEE. *op. cit.* p. 254.

234. Thomas Mann, Secretário Assistente dos Estados Unidos para Assuntos Interamericanos, declarou que "não demos dinheiro algum para apoiar a balança de pagamentos ou como apoio orçamentário, coisas desse gênero, que beneficiam diretamente o governo central do Brasil". Ao invés disso, a AID ajudava "Estados dirigidos por bons governadores que julgamos fortalecer a democracia". Citado In: Carlos Dias ALEJANDRO. Some aspects of the Brazilian experience with foreign aid. Dez 1969. p. 11. Manuscrito não publicado. Citado por Peter Bell em Riordan ROETT. *Brazil in the sixties*. Nashville, Vanderbilt Univ. Press, 1972. p. 89. Alfred Stepan enfatizou que "a diretriz oficial dos Estados Unidos — econômica, política e militar — era enfraquecer o governo de J. Goulart, principalmente nos últimos nove meses . . ." "Em meados de 1963, o governo americano, temeroso da radicalização crescente do governo de J. Goulart, mudou de uma posição de apoio moderado para oposição", o que envolveu apoio a setores políticos agindo contra o Executivo brasileiro. "Essa política de auxílio às forças de oposição era conhecida pelos funcionários do Departamento de Estado como fortalecimento de 'ilhas de sanidade' no Brasil". A. STEPAN. *op. cit.* p. 124-125.

235. A mensagem do presidente Kennedy era: "Acho que deveríamos fazer alguma coisa de natureza favorável para o Brasil antes da eleição neste outono, que será vital. Talvez um projeto para alimentos, água, ou qualquer outra coisa pudesse ser

proposto. Converse com Ted Moscoso sobre isto, e depois discuta o assunto comigo". P. PARKER. *op. cit.* p. 46.

236. Thomas Mann foi citado por *O Estado de S. Paulo*, a 19 de junho de 1964, afirmando que mesmo antes de se estabelecer no cargo que então ocupava, já havia uma política de fortalecimento da posição de certos governadores contra o governo central, através de ajuda econômica seletiva. Vide Octavio Ianni. Processo político e desenvolvimento econômico. In: WEFFORT, SINGER, IANNI & COHN. *Política e revolução... op. cit.* p. 61.

237. Telegrama do Embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado, n. 751, 3 de outubro de 1962. Nos arquivos JFK, NSF.

238. Sobre o PL 480, vide (a) As fontes de finanças, neste capítulo. (b) M. BANDEIRA. *Presença... op. cit.* p. 429.

239. Memorando para a reunião do Latin American Policy Committee, de 12 de julho de 1962. Plano de Ação para o período até 7 de outubro de 1962. Arquivos JFK. Versão parcialmente censurada.

240. (a) Memorando para a reunião do National Security Council Executive Committee, de 11 de dezembro de 1962. U.S. short term policy towards Brazil. Arquivos JFK. (b) Telegrama da Embaixada Americana no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, n. 1315, 14 de janeiro de 1963. Versão parcialmente censurada.

241. IPES CE, 15 de maio de 1962. Já fora realizada uma reunião no dia 11 de maio, na qual Mello Flores se dirigiu à Comissão Diretora e reclamou dos fracos recursos à sua disposição para financiar deputados. Enfatizou que Pernambuco onde, de acordo com o General Golbery, Arraes assumiria o poder, era o problema mais sério. Acrescentou que viera à reunião a pedido de Cid Sampaio. Este era o governador, ainda em exercício, de Pernambuco, tendo endossado a candidatura de João Cleofas. Mello Flores também comentou que "todos os políticos me procuraram e tudo o que pude fazer foi oferecer almoços", ao invés de poder oferecer apoio material. Todos os deputados que estavam trabalhando com a Emenda da Reforma Bancária, preparada pelo IPES, exigiam dinheiro. Um deles chegara a enviar uma carta pedindo um empréstimo através da Sul América, a companhia de seguros da qual Mello Flores era diretor. Mello Flores explicou ao CD que pediam 6 milhões de cruzeiros os deputados de Estados menos importantes e que um deputado de São Paulo pedia muito mais. Disse que precisava de até 300 milhões de cruzeiros para 30 deputados. Mello Flores também levantou um problema tático. Achava que teria de se desligar do IPES, uma vez que sua posição estava se tornando muito ostensiva. Acrescentou que precisava de uma sala fora do Congresso, que seria alugada pelo Centro de Seguros, dando-lhe um local discreto para suas operações.

242. Mello Flores já havia explicado ao CE do IPES do Rio, na primeira parte da reunião, as "medidas a serem tomadas em Brasília com a instalação da sede e a contratação de pessoal, bem como a contratação de serviços da agência de publicidade Nova Press". Previu despesas mensais de aproximadamente 3 milhões de cruzeiros. Glycon de Paiva, endossado pelo General Herrera, afirmou que 3 milhões "não seriam problema".

243. À medida que as eleições se aproximavam, o orçamento de um candidato considerado "apagado", isto é, pouco conhecido e de limitada "agressividade" eleitoral era de 10.000.000 de cruzeiros. Isso incluía: equipamento de som, 40.000 cartazes, 600 faixas, fotografias, promoção pessoal, espaço em jornais, discos com música e propaganda, mensagens no rádio e na televisão, gasolina, correspondências, ajudantes etc. ... 10.000.000 de cruzeiros era o equivalente ao salário diário de 20.000 trabalhadores.

244. A 15 de maio de 1962, na reunião do CE do IPES, Mello Flores explicou o "problema de apoiar a eleição ou reeleição de 15 deputados "aprovados", prevendo um gasto total de 300 milhões de cruzeiros para aquele fim, dividindo o pagamento em três prestações".

245. IPES CE, 15 de maio de 1962. Ata manuscrita. Mello Flores explicou à liderança do IPES-Rio suas atividades em

Brasília através da ADP que, de acordo com ele, controlava 158 deputados. Relatou que, por estarem em disputa as cadeiras da Câmara dos Deputados, constituía um grande problema, dinheiro para a campanha dos membros da ADP. Segundo Mello Flores, a situação no Senado não era tão premente, uma vez que 21 de seus membros, com uma maioria ostensivamente conservadora, teriam mais quatro anos de mandato. Explicou também que a ADP precisava de assistência administrativa, mais do que assistência técnica. Ata do IPES CD, 22 de maio de 1962. Em junho de 1962, 150 milhões de cruzeiros para as atividades de Mello Flores na ADP em Brasília encontravam-se no IPES à sua disposição. IPES CE, 8 de junho de 1962.

246. IPES CE, 15 de maio de 1962. Sumário datilografado da ata.

247. De Roger Hislman, Diretor do Intelligence and Research do Departamento de Estado para Martin Chammons, do Latin American Policy Committee, 11 de julho de 1962. Arquivos JFK.

248. Citado em Moniz BANDEIRA. *O governo... op. cit.* p. 75.

249. Roberto GARCIA. Castello perdeu a batalha. *Veja*, (444):6, 9 de março, 1977. Clarence W. Hall, que recebia informações, em primeira mão, de militantes do IPES, afirmou em sua amplamente divulgada reportagem especial do *Reader's Digest*, The country that saved itself, que "os futuros historiadores podem registrar a revolução brasileira como a maior e mais decisiva vitória pela liberdade, em meados do século XX. Foi uma revolução interna, feita em casa, tanto na concepção quanto na execução. Nem um dólar americano ou célula cerebral foram envolvidos..." In: Clarence HALL. *op. cit.* p. 137.

250. Roberto GARCIA. *op. cit.* p. 6.

251. O Embaixador L. Gordon lembrou que, "sem dúvida, foi muito mais do que um milhão de dólares, e eu não me surpreenderia se fossem cinco milhões de dólares. Mas não foi uma soma exorbitante, não foram dezenas de milhões de dólares". L. Gordon ainda enfatizou que "havia um teto por candidato... o dinheiro era para comprar tempo no rádio, imprimir cartazes... e você pode estar certo de que eram recebidos muito mais pedidos do que podíamos atender..." Roberto GARCIA. *op. cit.* p. 6.

252. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 76.

253. (a) Moniz BANDEIRA. *Presença... op. cit.* p. 429. (b) P. SCHMITTER. *op. cit.* p. 446. (c) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 41. Na nota enviada por L. Gordon listando as despesas feitas pela Embaixada com o orçamento do Fundo do Trigo (PL 480), ele se referiu apenas aos 20% para o custo de representação diplomática de seus país, esquecendo-se dos outros 20% que lhe foram entregues para distribuir como doações a serem feitas de acordo com seus próprios critérios. L. Gordon também não especificou despesas que fizera. Classificou-as como itens genéricos: despesas com médico, viagens, suprimentos e equipamentos diversos etc. Mesmo assim, deixou claro que entre maio e agosto de 1962, isto é, no auge da campanha eleitoral e no período mais intenso de atividades do IBAD, gastou dois bilhões de cruzeiros com impressões, assinaturas de jornais e periódicos, material de escritório etc. No item "suprimentos diversos" foi gasta a quantia de 725.600.000 cruzeiros. As viagens custaram 119 milhões de cruzeiros e transporte mais de 75 milhões. Comunicações (correspondência, remessas, telefonemas e telegramas) consumiram 293 milhões de cruzeiros. Mas, com intercâmbio educacional suas despesas foram mais austeras: apenas 10 milhões de cruzeiros. *O Seminário*, Rio (349), 11 de setembro de 1963.

254. CPI da rede IBAD/ADEP/IPES. (a) *O Estado de S. Paulo*, 17 de outubro de 1963. (b) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 74.

255. O ativista ibadiano Frutuoso Osório Filho forneceu para a campanha de João Cleofas, entre 30 de maio e 1.º de outubro, a quantia de 308.057.100 cruzeiros. O Coronel Astrogildo Correia, coordenador geral da Promotion S.A. e membro da Frente Patriótica Civil Militar, que estava entre os ativistas do IBAD ligados aos oficiais de direito do IV Exército retirou do Banco Mineiro da Produção, em Recife, durante o período da disputa eleitoral, a quantia de 63.359.247,60 de cruzeiros. Outro repre-

sentante de Ivan Hasslocher em Pernambuco, Adeildo Coutinho Beltrão, fez transações no Banco Mineiro que atingiram 26.720.000 cruzeiros para ativistas relacionados com a campanha eleitoral. Vide Plínio de Abreu RAMOS. *op. cit.* p. 79. Muitas das grandes quantias, divididas em centavos, poderiam possivelmente indicar conversões de moeda estrangeira, uma vez que em uma economia inflacionária como a do Brasil em 1962-1963, era comum arredondar os números.

— Em uma carta oficial de 15 de agosto de 1962, endereçada a A. O. Junqueira, tesoureiro do IBAD, Ivan Hasslocher incluiu 40 milhões de cruzeiros para operações da ADEP. Em 21 de agosto de 1962, foi anexado um cheque de 16 milhões de cruzeiros para operações da ADEP e um outro de 38.050.000 cruzeiros. Ao todo, Junqueira manipulou 1 bilhão e 40 milhões de cruzeiros. Vide Plínio de Abreu RAMOS. *op. cit.* p. 77.

— A 4 de setembro de 1962, o Coronel Cascais recebeu de Ivan Hasslocher a quantia de 10 milhões de cruzeiros para operações da ADEP no Amazonas, seu Estado natal. Salvador da Grasia, da ADEP do Paraná, recebeu 15 milhões de cruzeiros. Osório Filho recebeu a 10 de setembro de 1962, para as operações do IBAD no Nordeste, a soma de 25 milhões de cruzeiros. Documentos. In: E. DUTRA. *op. cit.* p. 81-91.

256. Nelson Werneck SODRÉ. *op. cit.* p. 494-95.

257. (a) *O Estado de S. Paulo,* 12 de dezembro de 1963. Cláudio Hasslocher depondo perante a CPI afirmou que "o dinheiro do IBAD vem de fontes nebulosas". (b) *Veja.* 16 de março de 1977. p. 4. (c) Eloy DUTRA. *op. cit.* p. 62. (d) N. Werneck SODRÉ. *op. cit.* p. 496.

258. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 76.

259. (a) Hélcio França depondo perante a CPI do complexo IPES/IBAD. *Veja,* (445), 16 de março de 1977. (b) Ivan Hasslocher. Depoimento à CPI do complexo IPES/IBAD. *O Estado de S. Paulo,* 27 de dezembro de 1963. (c) *Política e Negócios.* São Paulo, 26 de agosto de 1963. p. 20. Cada um ganhou 1.000.000 de cédulas. Vide (a) Plínio de Abreu RAMOS. *op. cit.* p. 77. (b) MAIA Neto. *Brasil: guerra quente na América Latina.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 107-108. (c) P. AGEE. *op. cit.* p. 32.

260. *Veja,* 16 de março de 1977. p. 3-6.

261. "Uma das pressões mais fortes a favor de J. Cleofas vem do IBAD, que aparentemente condicionou uma oferta de assistência ao governador [Cid Sampaio], insistindo que Cleofas fosse o candidato". Telegrama ao Departamento de Estado do Consulado Americano em Recife. Delgado Arias. n. 427, 29 de junho de 1962. Nos arquivos JFK, NSF.

— O "comitê técnico" do Coronel Astrogildo Correia era formado por Vicente Silva, Fernando Luiz da Câmara Cascudo e Caio de Souza Leão. *O Estado de S. Paulo,* 01 de setembro de 1963.

262. Plínio de Abreu Ramos. *op. cit.* p. 79-80. De acordo com o governador Miguel Arraes, em seu depoimento na CPI, em 1963, o superintendente do IBAD em Pernambuco era Frutuoso Osório Filho. Tendo amplos poderes delegados por Ivan Hasslocher, Osório Filho, juntamente com Carlos Lavínio Reis e Bertelemy Beer, diretores da Promotion S.A., operou em Pernambuco entre 30 de maio e outubro de 1962 com aproximadamente 500 milhões de cruzeiros. Lael Sampaio, irmão do governador Cid Sampaio, recebeu 5 milhões de cruzeiros através de um cheque do Banco Mineiro da Produção. Vide Adirson de BARROS. *op. cit.* p. 173.

— No mesmo período, I. Hasslocher canalizou 350 milhões de cruzeiros para Osório Filho, a serem distribuídos para as sedes regionais do IBAD. *Veja.* 16 de março de 1977. p. 6. De acordo com Frutuoso Osório Filho, em seu depoimento na CPI, o fluxo bancário do IBAD no nordeste era feito através do Banco Nacional de Minas Gerais, enquanto o da ADEP era feito através do Banco Mineiro da Produção. Vide *O Estado de S. Paulo,* 13 de agosto de 1963 e 2 de novembro de 1963.

263. Outro suposto canal de contribuição foi denunciado na época em que o governo americano concedeu altos subsídios para o funcionamento da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética-COPERBO, uma empresa destinada a usar açúcar na

produção de borracha sintética. Cid Sampaio possuía participação substancial na COPERBO. O Embaixador Lincoln Gordon posteriormente admitiu que o processo de planejamento e aprovação da COPERBO não fora cuidadosamente estudado devido aos aspectos políticos envolvidos. A COPERBO recebeu 6,7 milhões de dólares. Vide P. PARKER. *op. cit.* p. 47.

264. *O Estado de S. Paulo.* 3 de setembro de 1963.

265. (a) Adirson de BARROS. *op. cit.* p. 83. (b) J. PAGE. *op. cit.* p. 115, 117

266. J. PAGE. *op. cit.* p. 116.

267. Telegrama de Delgado/Arias ao Departamento de Estado. Recife, 23 de agosto de 1962. n. 105. Nos arquivos JFK, NSF.

268. "Comício Arraes anunciado para 20h. Ontem bairro Casa Forte Recife estava praticamente deserto quando padre local programou filme, exibindo-o mesmo horário no outro lado da praça". Telegrama Delgado/Arias, n. 105. *id.*

269. Telegrama Delgado/Arias, n. 105. *ibid.*

270. J. PAGE. *op. cit.* p. 117.

271. J. PAGE. *op. cit.* p. 118.

272. A lista de nomes foi reconstituída a partir das seguintes publicações: (a) Plínio de Abreu RAMOS. *op. cit.* p. 18-9. (b) Moniz BANDEIRA. *Presença... op. cit.* (c) Moniz BANDEIRA. *O governo... op. cit.* (d) Adirson de BARROS. *op. cit.* (e) Edmar MOREL. *op. cit.* (f) Osny D. FERREIRA. *Quem faz... op. cit.* (g) J. Knippers BLACK. *op. cit.* (h) Eloy Dutra. *op. cit.* (i) Diversos números de *O Estado de S. Paulo* de 1963, especialmente os de 13 de junho, 01 de agosto, 08 de agosto, 09 de agosto, 10 de agosto, 31 de agosto e 07 de novembro. (j) Arquivos do IPES no Rio de Janeiro.

273. (a) IPES CD, 10 de abril de 1963. (b) A. Leopoldino. Depoimento na CPI. *O Estado de S. Paulo,* 10 de outubro de 1963. (c) José Arthur RIOS. *op. cit.* p. 149. Em uma referência à eleição de senadores no Rio de Janeiro, Rui Gomes de Almeida afirmou que "é do nosso interesse eleger os dois senadores [Gilberto Marinho e Lopo Coelho]", enquanto Miguel Lins acrescentou que "vamos precisar de muito dinheiro para as eleições". IPES CD, 10 de abril de 1963.

274. Cunhado do General Golbery e diretor da Cimento Portland de Minas Gerais S.A. Depois de 1964, tornar-se-ia executivo junto ao Banco do Estado de Santa Catarina.

275. A. Leopoldino. Depoimento na CPI. *O Estado de S. Paulo,* 10 de outubro de 1963.

276. Em seu depoimento na CPI, A. Leopoldino, o militante da ADEP de Minas Gerais, declarou que não tinha certeza se Francelino Pereira (UDN) e Ozanan Coelho (PSD) foram "auxiliados". A. Leopoldino. Depoimento na CPI. *O Estado de S. Paulo.* 10 de outubro de 1963.

277. A. Leopoldino. Depoimento na CPI. *O Estado de S. Paulo,* 10 de outubro de 1963.

278. *O Estado de S. Paulo,* 21 de dezembro de 1963.

279. Apesar do apoio que receberam do IBAD, os seguintes candidatos não foram eleitos: Aderval Torres, Agripino Almeida, Luís Oliveira, Álvaro da Costa Lima, Clodomir Moreira, Arnaldo P. Oliveira, José Emídio Lima, Justino Alves Bezerra, Clóvis Correia, Antônio Pinto Ramalho, Francisco de Assis Barros, Jurandir Barros, Dídimo Guerra, Constâncio Maranhão e Francisco Falcão.

280. Daniel KRIEGER. *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1976. p. 158-59.

281. A análise das eleições do Rio Grande do Sul é apresentada em Comportamento eleitoral no Brasil. In: CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. *op. cit.* p. 268.

282. A. Nasser, como Ministro da Justiça de João Goulart, foi quem acalmou o furor público devido às supostas ligações do Movimento Anti-Comunista-MAC com o IBAD. Vide *O Estado de S. Paulo,* 1 de julho de 1963 e de 06 a 16 de julho de 1963.

283. Oscar Junqueira, ex-secretário da ADEP, depondo perante a CPI, declarou

que não se lembrava de eles terem recebido apoio ou ajuda financeira. *O Estado de S. Paulo,* 14 de outubro de 1963.

284. Vide *Brazil: election ... op. cit.* p. 58.

285. *Id.* p. 60.

286. *Ibid.* p. 64-6.

287. No mesmo mês, em uma reunião do CE do Rio, os líderes do IPES estudaram um orçamento para uma pesquisa sobre as eleições a serem feitas pelo Departamento de Sociologia da PUC, através do Padre Ávila. A pesquisa destinava-se a discernir a "vontade do povo", bem como a estabelecer tendências de opinião em meio a setores geográficos. Foi também procurado um especialista europeu. O estudo foi orçado em 900.000 cruzeiros. IPES CE, 29 de outubro de 1962. O Grupo de Estudo e Doutrina do Rio também preparou diversos estudos sobre a conjuntura e "estudos aprofundados" da situação pós-eleições. Um estudo importante foi o de Paulo de Assis Ribeiro, que foi mencionado no Cap. IV.

288. (a) P. AGEE. *op. cit.* p. 321. (b) *O Estado de S. Paulo,* 13, 20, 30 de junho; 21, 28 de agosto; 28 de setembro de 1963. (c) *Correio da Manhã.* 01, 08, 09, 22, 23, 30 de agosto de 1963 a respeito do desenrolar dos fatos na CPI.

289. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 75. Na verdade, foi o IPES que contribuiu para a campanha do General Magessi.

290. (a) J. B. Leopoldo Figueiredo. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 23 de março de 1962. (b) Osny Duarte PEREIRA. *Quem faz ... op. cit.* p. 119. J. B. Leopoldo Figueiredo afirmou perante a CPI que o IPES nunca se envolvera em política partidária ou contribuíra, direta ou indiretamente, para campanhas eleitorais partidárias de nenhum candidato. (a) IPES. *Boletim Mensal.* Julho de 1963. p. 3-7. (b) N. BLUME. *op. cit.* p. 223.

291. Até mesmo José Aparecido de Oliveira, membro da ala Bossa-Nova da UDN, braço direito de Jânio Quadros e muito ligado a José de Magalhães Pinto, foi denunciado pelo Deputado Athos Vieira de receber apoio do IBAD. Pedro Aleixo, presidente da Comissão, que viria a ser o vice-presidente do General Costa e Silva, era supostamente articulado com a rede IBAD/ADEP.

292. No que se refere ao IPES, o porta-voz enfatizou que era "uma sociedade civil perfeitamente legal, cujos estatutos se enquadram na lei e proíbem atividades político-partidárias". O relatório continuou frisando que "não foram encontrados vestígios da participação do IPES no pleito, seja custeando deputados, seja em quaisquer atividades não previstas em seus estatutos". Pedro Aleixo. Relatório Final da CPI. Citado em *O Estado de S. Paulo,* 14 de novembro de 1963. O conteúdo total do Relatório Final foi resguardado do alcance público.

293. J. B. Leopoldo Figueiredo, em seu depoimento perante a CPI, declarou que "não há ligação entre o IPES e o IBAD", atribuindo à "má fé" a confusão feita com as duas instituições. (a) *O Estado de S. Paulo,* 26 de julho de 1963. (b) IPES *Boletim Mensal.* julho de 1963. p. 3,5. Editorial.

294. (a) *Diário de Notícias,* 08 de junho de 1965, conforme é citado pela *Revista Civilização Brasileira,* (4):23. (b) *Jornal do Brasil,* 06 de setembro de 1965. O General Juarez Távora também recebeu do IBAD equipamento de transporte. Além disso, falou em diversas ocasiões, em programas de televisão financiados para o PDC pela Sra. Pérola Byngton, mãe de Alberto Byngton, outro candidato do PDC pela Guanabara. Byngton também era líder do IPES, presidente do CONCLAP e prestava-se como "correio financeiro" entre fontes dos Estados Unidos e o IPES. Juarez Távora também recebeu tempo de rádio na Rádio Eldorado, de propriedade de Júlio de Mesquita Filho, de *O Estado de S. Paulo.* Vide Juarez TÁVORA. Voltando à planície. In: *Uma vida e muitas lutas: memórias.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1973. v. 3.

CAPÍTULO VIII

A AÇÃO DE CLASSE DA ELITE ORGÂNICA: O COMPLEXO IPES/IBAD E OS MILITARES

Introdução

Este capítulo refere-se à ação do complexo IPES/IBAD entre os militares. Apesar das dificuldades óbvias em se obter informações pormenorizadas sobre suas atividades, devido à sua natureza secreta, surgem algumas evidências em documentos do IPES. Essas informações, juntamente com o rico material que pode ser obtido em memórias recém-publicadas de oficiais de alta graduação[1] e com as informações colhidas por historiadores que estudam este período[2], tornam possível a reconstituição de muitos dos principais acontecimentos militares em que os ativistas do complexo IPES/IBAD estiveram envolvidos. Uma reconstituição histórica plena das diversas conspirações faccionárias da campanha civil-militar que derrubou João Goulart extrapola o escopo deste capítulo, embora constitua um fértil campo de pesquisa. Apesar dos numerosos relatos parciais desses fatos, ainda há a necessidade de uma ampla descrição e análise das atividades políticas das Forças Armadas e da interação de ambições pessoais, do envolvimento ideológico, de alinhamentos políticos e limitações institucionais que moldaram o curso de ação de determinados oficiais assim como o de grandes segmentos da corporação militar.

Este capítulo também descreve o envolvimento de civis e de oficiais das Forças Armadas pertencentes ao complexo IPES/IBAD ou ligados aos vários grupos da elite orgânica na estratégia militar contra o Executivo e as forças populares. Houve referência anterior ao fato de que ativistas do complexo IPES/IBAD estavam no centro dos acontecimentos em outras áreas da opinião pública. O que se tornou claro nesta pesquisa é que os ativistas do complexo IPES/IBAD também estavam liderando e organizando um movimento civil-militar próprio, baseado numa infra-estrutura de oficiais da ESG, que se colocava no centro da campanha político-militar contra J. Goulart. Além disso, os oficiais do complexo IPES/IBAD também eram responsáveis pela articulação[3] que integrou os vários grupos conspiradores dentro da campanha geral político-militar da elite orgânica.[4] Este capítulo tenta chamar a atenção, particularmente, para o fato de que a queda do governo ocorreu como a culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart. A rede militar do complexo IPES/IBAD, assim como oficiais pertencentes a outros grupos que foram ativamente aliciados, operava em sistema de intensa cooperação com civis, apoiando e reforçando algumas das atividades políticas mencionadas em capítulos anteriores. A ação do complexo IPES/IBAD entre os militares visava, prin-

cipalmente, envolver o maior número de oficiais na mobilização popular contra o governo. O golpe propriamente dito consistiu na organização e disposição estratégica ;de forças militares comandadas por oficiais envolvidos ativamente na conspiração, de acordo com um plano que, em termos militares, não passou de um jogo de guerra simulado em escala nacional. As operações militares, como tais, destinaram-se principalmente a prender ativistas camponeses e de sindicatos e a deter políticos, intelectuais e líderes estudantis.

Os líderes do IPES também mantinham contatos estreitos com figuras públicas americanas[5] durante sua campanha e com o governo americano, objetivando assegurar apoio logístico para o golpe.[6]

A elite orgânica também estava envolvida em ação paramilitar,[7] apesar de estar muito preocupada em que não fosse feita públiça sua ligação a quaisquer grupos encobertos de ação.[8]

Além disso, o complexo IPES/IBAD procurou o apoio de figuras nacionais de partidos políticos e dos governadores dos Estados-chave de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Guanabara. Os governadores foram úteis ao colocarem a força policial de seus Estados à disposição do movimento civil-militar contra João Goulart, medida da maior importância, tendo em vista a localização estratégica das milícias estaduais nas áreas urbanas, treinadas especialmente para lidar com civis e com um tal potencial bélico que as transformava em exércitos de fato.[9] Em muitos aspectos, as milícias estaduais estavam muito melhor equipadas para intervenção direta do que os próprios militares. Os governadores também foram importantes pelo acobertamento que puderam dar ao movimento subversivo militar. Em muitos casos, os governadores eram líderes nacionais de seus respectivos partidos, ao mesmo tempo representando a política partidária e reforçando atitudes dos membros do partido a favor do movimento civil-militar. Eram ainda figuras centrais na agregação de interesses sócio-econômicos regionais aos interesses setoriais e de classe já representados no IPES. Finalmente, suas máquinas partidárias foram elementos-chave na campanha de mobilização política que o IPES havia lançado através de seu grupo de Opinião Pública.

A Presença do Complexo IPES/IBAD nas Forças Armadas

A ação do complexo IPES/IBAD dentro das Forças Armadas visava a neutralização do dispositivo popular de João Goulart e a minimização do apoio militar a diretrizes políticas socialistas ou populistas.

A elite orgânica foi também responsável por estimular, entre os militares, grupos favoráveis ao golpe. Sua ação foi sincronizada dentro de um plano geral, cujo alcance nem sempre era de total conhecimento de seus vários membros e participantes. Isto demonstrava, obviamente, a existência de elementos de maior e menor acesso ao sigilo da organização e, conseqüentemente, de níveis diferentes de confiança e envolvimento.

A elite orgânica tentou agir como unidade coordenadora da campanha anti-João Goulart e antipopular, fazendo com que as conspirações faccionárias e os movimentos isolados soubessem da existência um do outro.[10] Esforçou-se para colocar seus homens dentro das diversas conspirações faccionárias, grupos sub-

versivos e movimentos civil-militares, algumas vezes simplesmente para se manter informada sobre os acontecimentos, para conter e controlar esses grupos específicos e, outras vezes, até para coordenar seus esforços, assegurando a articulação de atores políticos separados, embora com idéias congruentes.[11]

Os escritórios do IPES-São Paulo, assim como os do IPES-Rio, proporcionavam locais sigilosos para articulações civil-militares.[12] Muitos oficiais, tanto da reserva quanto da ativa, compareciam regularmente às reuniões executivas do IPES, fornecendo uma fonte importante de avaliação política e de informações sobre a situação, assim como um fluxo permanente de comunicação com os militares pelos quatro cantos do país.[13] Esses contatos se intensificaram pelo final de 1963. A presença de pessoal militar nessas reuniões recebia, geralmente, a menor publicidade possível[14] e, de qualquer forma, muitos dos oficiais mais ativos usavam codinomes para seus contatos. O acobertamento dessas ligações era de necessidade vital para o movimento antipopular liderado por empresários.[15] Entretanto, havia uma interação civil-militar mais sistemática do que a resultante do mero estabelecimento de contatos esporádicos ou de laços familiares, muito significativos em uma estrutura de parentesco tão fechada como a das Forças Armadas brasileiras, em que tantos oficiais vêm de famílias com forte presença militar. O IPES também formou um grupo de ação que operou no setor das Forças Armadas e de Informação. Esse grupo de ação, operando no Rio e em São Paulo sob o nome de Grupo de Levantamento da Conjuntura e a Unidade de Planejamento, com seções em outras capitais, foi responsável pela preparação estratégica e ações táticas da elite orgânica. Como foi visto anteriormente, o General Golbery estava encarregado da coordenação geral das Operações Militares e de Informação do IPES, e seu grupo civil-militar era consultado em todas as questões militares e políticas.[16] O General Golbery não era simplesmente o chefe nacional do setor encarregado da preparação estratégica do IPES, para o qual havia sido contratado pelos empresários em fins de 1961.[17] Ele desempenhava também um papel central na campanha militar para a deposição de João Goulart como coordenador da articulação encoberta entre os vários líderes do movimento.[18] De acordo com Glycon de Paiva, o General Golbery foi quem realizou a parte cerebral do golpe. Glycon de Paiva chegou a enfatizar que "sem seu trabalho, a Revolução de Março não teria sido possível".[19]

Houve referência anterior ao fato de que o Grupo de Levantamento da Conjuntura era formado por um grande número de ativistas civis, na maioria empresários, no Rio e em São Paulo, cujas atividades tinham a finalidade de cooptar oficiais influentes para o movimento contra João Goulart[20] e a proporcionar-lhes a infra-estrutura material e econômica para este fim. Os líderes ipesianos Herman de Moraes Barros, Teodoro Quartim Barbosa, Gastão Bueno Vidigal, Octávio Marcondes Ferraz e Adalberto Bueno Neto, como membros do Grupo de Levantamento da Conjuntura de São Paulo, liderado pelo General Agostinho Teixeira Cortes, e Gilbert Huber Jr., Antônio Gallotti, Harold C. Polland, Glycon de Paiva e Cândido Guinle de Paula Machado no Rio de Janeiro, agiram ativamente na articulação dos civis com os elementos militares.[21] Teve importância especial nessas atividades Marcondes Ferraz, cuja residência era um centro de coordenação e que sincronizava suas atividades com as do General José Pinheiro de Ulhoa Cintra (genro do ex-Presidente General Dutra), General Cordeiro de Farias, General Menezes Cortes, General José Canavarro, Marechal

Denys, Almirante Penna Boto, Brigadeiro Grun Moss e outros oficiais de alto escalão da ativa e da reserva. Marcondes Ferraz também foi uma figura-chave na coordenação política de oficiais mais jovens, como o Tenente-coronel Fernando Cerqueira Lima, o Tenente-coronel Rubens Resteel e o Major Bozon. Outros civis que trabalharam com Marcondes Ferraz a fim de obter apoio entre os militares foram Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Herbert Levy, líder da UDN, Armando Falcão, líder do PSD, o influente advogado e jornalista Prudente de Moraes Neto, mais conhecido por seu pseudônimo Pedro Dantas, e Eldino Brancante da American Chamber of Commerce de São Paulo[22] tendo, todos eles, participação significativa na campanha para derrubar João Goulart.[23]

O comando civil-militar também teve um papel importante na criação de elos com o meio militar para essa finalidade. Um dos grupos mais ativos era liderado por E. Brancante, Adalberto Bueno Neto, Herbert Levy e João de Almeida Prado (do Banco de São Paulo S/A) que foram incansáveis em seus contatos com os militares. O líder do IPES Herman de Moraes Barros lembra que foi através de seu "trabalho competente e persistente que se estabeleceu um clima de amizade e confiança" entre civis e dezenas de oficiais de médio e baixo escalão, entre os quais o Coronel José Thomas, o Tenente-coronel Buitron, o Coronel Erasmo Dias, o Major Adalberto, o Major Geraldo Franco, o Major Lauro Faria, o Capitão Herbis Franco, o Major Ismael Armond, o Tenente Rui Machado, o Tenente Forjaz, o Tenente Queiroz, todos do II Exército. Na Aeronáutica, ligaram-se ao comandante da IV Zona Aérea, Brigadeiro Márcio de Souza e Melo e com os Brigadeiros Roberto Brandini e Paulo Vítor (um dos participantes da revolta de Jacareacanga, juntamente com o então Coronel Burnier e o Coronel Velloso, e também com o Coronel-Aviador Luiz Maciel Filho, o Coronel Valente e o Major Melo. Na Marinha, ligaram-se ao Comandante Sá Bierrenbach.[24]

Além dos ativistas civis do IPES, o General Golbery rodeou-se de um grupo de jovens e talentosos oficiais, entre os quais o Capitão Heitor de Aquino Ferreira, os Tenentes-coronéis Gustavo Moraes Rego, Rubens Resteel, João Baptista Figueiredo (primo do líder do IPES João Baptista Leopoldo Figueiredo e irmão do Tenente-coronel Diogo e do Tenente-coronel Euclides), os Majores Leônidas Pires Gonçalves, Danilo Venturini, Octávio Medeiros, Coronel Ivã Perdigão e outros oficiais que trabalhavam na administração estadual, ou da reserva, como o Tenente-Coronel Octávio Alves Velho e o General Agostinho Cortes.[25] Esses jovens oficiais que, depois de 1964, ocuparam postos importantes na estrutura militar e na administração pública, foram de grande importância na campanha coordenada pelo General Golbery contra o governo. Dos grupos que rodeavam o General Golbery, o Tenente-coronel João Baptista Figueiredo foi instrumental na liderança de um amplo círculo de oficiais de médio escalão. Esses oficiais faziam parte do comando operacional da campanha para o golpe e permitiram que o General Jurandir Bizarria Mamede, da ESG, um conspirador histórico e chefe da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — ECEME, agisse como um verdadeiro chefe das operações fornecendo-lhe as bases hierárquicas e operacionais necessárias.[26] Esses oficiais de médio escalão também foram úteis no desmantelamento do dispositivo militar do governo. Eles pressionaram oficiais da mesma faixa etária e mais velhos para agirem contra o Executivo e infiltraram os grupos políticos de escalões mais baixos envolvidos em "conspirações" anti-

governistas faccionárias e limitadas.[27] Deram ainda o apoio necessário para o conspirador itinerante General Cordeiro de Farias em sua tenaz articulação político-militar das várias conspirações faccionárias no Exército, sendo encarregado de resolver situações difíceis.

O núcleo desses oficiais de médio escalão era formado, entre outros, pelos Coronéis Edson de Figueiredo e Ariel Pacca da Fonseca, Tenentes-coronéis Arnizaut de Mattos, Antônio Ferreira Marques, Hélio Galdino, Boaventura Cavalcanti (irmão do Coronel Costa Cavalcanti) e Heitor Caracas Linhares, e o Major Hélio Mendes.[28] Esses homens estavam ligados ao Coronel Mário David Andreazza, da ESG, amigo do Tenente-coronel João Baptista Figueiredo, e ao jovem General Affonso de Albuquerque Lima, cunhado do líder do IPES José Luiz Moreira de Souza que servia no III Exército.[29] Esta ação também era coordenada com as dos Generais Ernesto Geisel e Antônio Carlos Muricy, que serviam em comandos-chave de tropas no Paraná e em Minas Gerais.

Como foi visto anteriormente, muitos oficiais já trabalhavam dentro da estrutura do complexo IPES/IBAD, alguns em horário integral. Além disso, o complexo IPES/IBAD foi capaz de formar uma rede de apoio poderosa e ampla dentro das Forças Armadas, os chamados Ipesianos e Ibadianos. Entre os oficiais influentes ligados ao IPES como ativistas antigoverno, e alguns deles até contribuindo financeiramente, encontravam-se os seguintes: Generais Pedro Geraldo de Almeida (ex-Chefe da Casa Militar de Jânio Quadros), Agrícola Bethlem[30], José de Campos Barros Goes, Moacyr Gaya, Arthur Levy, Ademar de Queiroz, Moziul Moreira Lima, Luís A. Medeiros, Fernando Meirelles Montagna, João Batista Peixoto, Jaul de Castro Pires, Carlos de Castro Torres, João Batista Tubino, João Punaro Bley, Aristóbulo Codevilha Rocha, Arthur Napoleão Montagna de Souza,[31] Sílvio Walter Xavier, Ernesto Geisel, Henrique Geisel,[32] Octávio Gomes de Abreu, Adauto Esmeraldo;[33] General Nelson Reynaldo de Carvalho; Brigadeiros Josino Maia de Assis, Henrique Fleiuss,[34] João Eduardo Magalhães Motta, Paulo Emílio de Câmara Ortegal, Major-brigadeiro Jerônimo Batista Bastos; Almirantes Maurílio Augusto Silva,[35] Milton Pereira Monteiro, José Cláudio Beltrão Frederico, Amaury Costa Azevedo Osório, Leôncio Martins, Comandante Aniceto Cruz Santos; Coronéis Jorge Augusto Vidal,[36] Luiz Victor D'Arinos Silva, Walfrido J. A. de Azevedo, Haroldo Pereira Soares; Tenente-coronel Antonino Machado Dória;[37] e Major Maurício Cibulares (Superintendente da SUNAB no governo João Goulart e ex-assistente do General Juarez Távora).[38]

É possível depreender, da lista de oficiais acima, que militares das três Armas trabalhavam com o IPES. Muitos deles haviam deixado a ativa. Entretanto, eram figuras de prestígio entre os militares e sua opinião era de peso. Muitos desses oficiais, como se poderia esperar, eram formados pela Escola Superior de Guerra, mas outros militares influentes que não receberam treinamento na ESG também faziam parte da rede IPES/IBAD, que incluía oficiais de todos os escalões, desde generais de quatro estrelas até jovens tenentes. Muitos desses oficiais eram conhecidos oponentes do regime de João Goulart, fazendo parte do grupo de coronéis e majores que publicou o manifesto anti-Getúlio Vargas em 1954 e sendo também membros da Cruzada Democrática, o agrupamento político de oficiais de centro-direita que disputou eleições no Clube Militar. Outros oficiais, entretanto, ocupavam postos-chave durante a administração de João Goulart e não se suspei-

tava que muitos deles pertencessem ao complexo IPES/IBAD ou que estivessem envolvidos em conspiração ativa contra o governo.

Não foi somente através da cobertura do IPES que a elite orgânica tentou influenciar as Forças Armadas. Oficiais da reserva foram contratados e militares da ativa foram utilizados para influenciar membros das Forças Armadas e formar uma rede de militares do complexo IBAD/ADEP. Os Ibadianos foram úteis ao estabelecimento de células importantes nas Forças Armadas, especialmente no quartel-general da 4.ª Região Militar e na Escola Superior de Guerra.[39] Juntamente com os militares do IPES, formavam uma impressionante rede de influência e um poderoso grupo para ação. Os seguintes oficiais eram "pessoal de vanguarda" da rede IPES/IBAD/ADEP:[40]

General Nelson de Melo — ex-Chefe da Casa Civil do Presidente Juscelino Kubitschek e Ministro da Guerra de João Goulart;[41]
General João Segadas Viana — ex-Chefe do DPC e Ministro da Guerra de João Goulart;
General Décio Palmeiro Escobar — cunhado do General Pery Bevilacqua, que se tornou comandante da 2.ª Região Militar no Governo de João Goulart;
General João Gentil Barbato — Chefe do Departamento de Ação Política da ADEP-Guanabara e Secretário-Geral do IBAD para os Estados do Espírito Santo e Guanabara;
General João Punaro Bley — Secretário do IBAD-Minas Gerais, ex-interventor no Espírito Santo e Comandante da AD/1 — Guarnição da Vila Militar em 1962, e comandante da 4.ª Divisão de Infantaria em Belo Horizonte em 1963;
General Victor Moreira Maia — Representante do IBAD na Região Central, colaborador da *Ação Democrática*, publicação mensal do IBAD;
General Moziul Moreira Lima — Secretário do IBAD-São Paulo, Secretário do Diretório Regional do Partido Libertador em São Paulo e secretário do IPES-São Paulo;
General Estêvão Taurino de Rezende — diretor do IBAD-Amazonas e comandante do quartel-general da 8.ª Região Militar em Belém, Pará;
General Moniz de Aragão — secretário-geral da ADEP-Guanabara e, posteriormente, Chefe de Gabinete do General Castello Branco no Ministério do Exército;
General Mendes de Morais — secretário da ADEP-Guanabara e também deputado federal pelo PSD;
General José M. Ferreira Coelho — ADEP-Pará;
General Artur Teixeira Carvalho — IBAD-Maranhão;
General Francisco de Assis Almeida e Souza — secretário da ADEP-Piauí;
General Humberto Ferreira Ellery — tesoureiro do IBAD-Ceará e secretário da ADEP-Ceará;
General Epaminondas Moncorvo — IBAD-Bahia;
General Ermelindo Ramos Filho — ADEP-Paraná;
General Pedro Paulo Vieira da Rosa — secretário do IBAD e da ADEP em Santa Catarina;
General Plínio Lohman de Figueiredo — IBAD-Rio Grande do Sul;
General Walter M. Pereira de Andrade — Serviço de Inspeção do complexo IBAD/ADEP;
General Afonso Emílio — Serviço de Inspeção do complexo IBAD/ADEP;

General Antônio Faustino da Costa — Serviço de Inspeção do complexo IBAD/ADEP;
General Nemo Canavarro Lucas — IBAD/ADEP;
General Ignácio de Freitas Rolim — um dos co-fundadores da IBAD, encarregado das finanças, ex-comandante da 1.ª Região Militar, professor da ESG;
General Emílio Maurell Filho — subchefe do Estado-Maior do Exército e comandante da 1.ª Região Militar, foi ligado ao Ministério da Guerra em 1962;
General Orlando Geisel — irmão do General Henrique e do General Ernesto;
General Moacyr Araújo Lopes — IBAD/ADEP;
Brigadeiro Antônio Guedes Muniz — líder do Movimento Anti-Comunista — MAC (paramilitar) e membro da ADESG;
Brigadeiro Adil de Oliveira — MAC, envolvido na investigação do famoso incidente do Aeroporto do Galeão e comandante da 2.ª Região da Aeronáutica do Recife;
Brigadeiro Ismar Brasil — ex-presidente do Clube da Aeronáutica;
Brigadeiro Grun Moss — ex-Ministro da Aeronáutica no governo de Jânio Quadros;
Coronel Jurandir Barbado — IBAD/ADEP;
Coronel Temístocles Trigueiro — diretor da ADEP-Amazonas;
Coronel Adalberto Albuquerque Cavalcanti — diretor do IBAD-Amazonas;
Coronel Cascais — encarregado do IBAD-Amazonas;
Coronel Artur Frederico G. Kemp — IBAD-Pará;
Coronel Sabino Guimarães — ADEP-Ceará;
Coronel Murilo Borges Moreira — IBAD-Ceará;
Coronel Carlos Almeida Nascimento — IBAD-Paraná;
Coronel Jurandir Palma Cabral — administrador do IBAD-Guanabara e chefe do setor sul da ADEP;
Coronel Osnelli Martinelli — IBAD-Guanabara, membro do Colégio Militar da Guanabara e chefe da facção conspiratória militar de direita LÍDER;
Tenente-coronel Ardovino Barbosa — IBAD-Guanabara e chefe do policiamento ostensivo da Guanabara, acusado de ser sublocatário das salas 1120 e 1908 do Edifício Avenida Central, usadas como depósito de material explosivo e onde teria sido preparada a bomba que explodiu na exposição soviética de 1962;
Comandante da Marinha Júlio de Sá Bierrenbach — IBAD-Guanabara;
Major Raimundo Cavalcanti da Silva — IBAD-Pará;
Capitão T. Ramos Viana — IBAD-Guanabara;
Tenente Heitor de Aquino Ferreira.[42]

Como se torna evidente nesta extensa lista, algumas das figuras mais influentes das Forças Armadas, em particular, pertenciam à rede IBAD/ADEP/IPES. Muitos deles ocupavam posições-chave de comando de tropas no governo de João Goulart, mas mantiveram-se ativamente envolvidos no movimento para derrubar o presidente. Novamente, como no caso dos Ipesianos, muitos desses oficiais eram ex-alunos da ESG.

Como parte da tentativa de coordenação dos vários agrupamentos, formou-se um Comando Geral Democrático dentro do Exército, composto de oficiais de médio escalão, de majores a coronéis. Estavam encarregados de controlar as atividades de seus próprios pares que não estivessem envolvidos no movimento anti-Goulart, e dos tenentes e capitães. O Comando Geral era centralizado no Rio de Janeiro, coordenando o movimento e colhendo informações para a preparação

estratégica para a ação. Uma operação importante do Grupo do General Golbery no IPES foi convencer vários jovens oficiais do Exército, coronéis e tenentes-coronéis, na maioria, a deixarem a ativa para que pudessem ser colocados em posições-chave na indústria e nas comunicações e, portanto, penetrarem na administração do Estado, obtendo assim "o máximo de infiltração nas instituições atuais da República". Conseqüentemente, o Comando Geral transmitiu uma ordem para que todos os envolvidos se "abstivessem de debates ou pronunciamentos públicos. . . que tornariam seus nomes conhecidos e os transformariam em alvos, prejudicando os objetivos do movimento".[43] Os oficiais envolvidos na campanha dirigida pelo IPES eram constantemente apoiados e protegidos de forma a torná-los capazes de atingirem posições-chave também dentro das Forças Armadas. Todos os esforços foram feitos para alertar esses jovens oficiais contra possíveis atos de indisciplina que poderiam justificar sua transferência para periferias geográficas ou administrativas.

Uma vez organizada, a rede de Ipesianos e Ibadianos serviu para coletar um volume coerente e amplo de informações políticas, especialmente no que dizia respeito a lealdades e posições dentro do *establishment* militar, nas empresas do governo e na administração pública. Além disso, serviu para disseminar dentro das Forças Armadas relatórios anônimos sobre desenvolvimento político publicado pelo IPES.[44] O material político e a disseminação de mensagens ideológicas visavam os oficiais de médio escalão, desacreditando o governo e focalizando uma suposta "tomada comunista" do Brasil.[45] O complexo IPES/IBAD também interveio na vida interna política e cultural dos oficiais, interferindo nas eleições de suas instituições influentes de debate, particularmente o Clube Militar, custeando a campanha do Ibadiano General Magessi, que se colocava como candidato para a chapa de direita "Cruzada Democrática",[46] que reunia oficiais anti-comunistas e da ESG. O complexo IPES/IBAD também exerceu pressão sobre o corpo de oficiais estimulando, como já foi visto, um harmonioso relacionamento ideológico e político entre os militares e os empresários e, através da mídia, preparando o clima para a intervenção militar. Entretanto, o papel fundamental que o complexo IPES/IBAD teria no setor militar era o de fazer das Forças Armadas um instrumento e liderar um movimento civil-militar que finalmente causou a destituição do presidente João Goulart.[47]

Os Movimentos Político-Militares

O que foi considerado por alguns historiadores e cientistas políticos como atividades político-militares separadas e faccionárias, ou como ações paralelas[48] que finalmente acabaram se unindo contra um inimigo comum tem de ser revisto. Muitas das ações eram, na realidade, movimentos interligados em que as figuras centrais eram ativistas civis e militares do complexo IPES/IBAD. Isso não quer dizer que todas as facções civil-militares foram criadas ou totalmente dirigidas pela liderança do complexo IPES/IBAD. Em muitos casos, seus objetivos a médio e curto prazo e suas táticas eram congruentes com as da elite orgânica. Em outros casos, os ativistas do complexo IPES/IBAD penetravam em grupos formados ou estimulavam outros já existentes a continuarem sua ação. O que se pode dizer, entretanto, é que os ativistas do complexo IPES/IBAD participaram diretamente na maior parte dos planejamentos secretos para derrubar o governo

e tiveram presença ativa nas questões de muitas facções militares. Os vários movimentos civil-militares identificáveis e ativos contra o governo de João Goulart no início da década de sessenta poderiam ser agrupados, a *grosso modo*, em três tendências convergentes que possuíam ramificações nacionais. Esses movimentos, coordenados no Rio e em São Paulo, estavam centrados no complexo IPES/ESG, ao qual estavam ligados os militares de linha dura e os conspiradores históricos, os extremistas de direita e os tradicionalistas.[49]

O Grupo IPES/ESG

Houve menção anterior ao fato de que o núcleo do grupo da ESG estava integrado ao complexo IPES/IBAD e seus membros principais eram ao mesmo tempo líderes e ativistas do IPES.[50] Relatos sobre as atividades, a organização e a ideologia do grupo IPES/ESG já foram feitos por estudiosos de política brasileira. No capítulo III também fez-se uma breve referência a esses aspectos, portanto não será dada continuidade ao assunto além dos pontos abordados sobre a ligação IPES/ESG.[51] Entretanto, serão enumerados alguns de seus membros principais.

O grupo da ESG dentro do IPES, conduzido pelo General Golbery, General Herrera e General Liberato, estava ligado ao movimento maior que reunia os Generais Jurandir Bizarria Mamede, Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Ademar de Queiroz, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Augusto César de Castro Moniz de Aragão, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Idálio Sardenberg, João Bina Machado e Antônio Carlos da Silva Muricy; os coronéis Ariel Pacca da Fonseca, Lepiane, Ernâni Ayrosa da Silva, Mário David Andreazza e Edson de Figueiredo; os Tenentes-coronéis Heitor Caracas Linhares, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque — do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra — João Baptista Figueiredo, Antônio Carlos de Andrade Serpa, Rubens Resteel e Carlos de Meira Mattos.[52] De acordo com os moldes do comportamento organizacional militar, muitos desses oficiais, especialmente os da ativa, traziam a lealdade dos oficiais mais jovens que serviam sob seu comando ou que haviam servido no passado, ampliando efetivamente o movimento militar. Os generais Cordeiro de Farias, Herrera e Nelson de Mello foram figuras-chave na coordenação do grupo ESG com outros grupos, principalmente com o dos conspiradores históricos que incluía o Almirante Heck, Marechal Denys, Almirante Pena Boto, Almirante Augusto Rademaker, Brigadeiro Grun Moss, Almirante Melo Batista, Almirante Vampré e Almirante Levi Aarão Reis. Os generais do grupo IPES/ESG constituíam também as ligações-chave com outros grupos. O general Cordeiro de Farias, que se destacava como articulador político dos militares, tinha outras funções importantes dentro da estratégia geral deste grupo de oficiais. Foi amplamente responsável pela desarticulação do dispositivo de João Goulart no I Exército e pela neutralização de seus oficiais profissionais que não estavam inclinados a apoiar um golpe.[53] O General Cordeiro de Farias também executou manobras diversionistas. Aparentando estar intensamente envolvido na conspiração, atraiu a atenção do sistema de segurança de João Goulart, que tentou seguir seus passos. Surgindo inesperadamente nas cidades mais diversas, graças ao grande apoio logístico que seu grupo recebia, e entrando em contato com as mais variadas

facções conspiratórias, foi capaz de desviar a atenção do governo do movimento civil e militar do grupo IPES/ESG.

Um passo crucial foi dado pelo núcleo do grupo IPES/ESG quando organizou-se o que se chamou de "estado-maior informal" do movimento. O estado-maior informal era chefiado pelo General Humberto de Alencar Castello Branco, que se havia ligado aos militantes do IPES.[54] O estado-maior era formado pelos generais Ernesto Geisel, Ademar de Queiroz e Golbery do Couto e Silva. O General Ademar de Queiroz executou a tarefa de reunir o General Castello Branco e o grupo IPES/ESG dos General Golbery, General Jurandir B. Mamede, General Heitor Herrera e General Ernesto Geisel.[55] A finalidade desse estado-maior informal era a consolidação de uma rede de militares em todo o Brasil e, numa etapa posterior, coordenar a ação militar para depor João Goulart. O estado-maior informal também deveria atuar como órgão coordenador que asseguraria uma ação rápida e simultânea e evitaria ações parciais e isoladas de facções, grupos ou indivíduos, que poderiam correr o risco de serem facilmente reprimidas pelo governo.[56] O General Golbery, auxiliado por seu amigo de longa data General Herrera, exerceu as funções de coordenação geral. O estado-maior da operação militar chefiada pelo General Castello Branco foi finalmente ampliado com a integração dos Generais Ernesto Geisel, Ulhoa Cintra e Mamede.[57]

A presença do complexo IPES/IBAD não se tornou óbvia nos movimentos paralelos de extremistas e tradicionalistas. Entretanto, o complexo IPES/IBAD estava decisivamente envolvido em suas conspirações e movimentos.

Os Extremistas de Direita

Os extremistas de direita eram, basicamente, um grupo marginal, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas, a favor da modernização industrial conservadora, um ponto que tinham em comum com a corrente central do movimento civil e militar anti-Goulart. A pessoa que pode ser considerada como representante dessa tendência é o Brigadeiro (Coronel, na época) João Paulo Moreira Burnier, que participou dos cursos do Rearmamento Moral e que chefiara a malfadada rebelião de Aragarças. Seu grupo consistia principalmente de oficiais da Aeronáutica, esparsos contatos no Exército como o Coronel Jayme Portella e, em grau menor, até na Marinha.[58] Esse grupo foi descrito como agentes isolados tendo contatos incidentais com outros grupos, mas os indícios sugerem outra coisa. Esses oficiais, na realidade, estavam ligados a alguns dos mais agressivos membros do IPES-São Paulo e a Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*.[59] O grupo paulista de "linha dura", que pregava uma forte mensagem anticorrupção e anticomunismo, era formado, de acordo com Roberto de Abreu Sodré, líder da UDN em São Paulo e presidente da Assembléia Legislativa Estadual, pelo Tenente-coronel Resteel, Júlio de Mesquita Filho, Ruy Mesquita, Brigadeiro Brandini, Flávio Galvão, Paulo Quartim Barbosa, Paulo Egydio Martins, Luiz Carlos Mesquita, Sérgio Barbosa, Ferrez e Herman de Moraes Barros, entre outros.[60] Entre os civis que trabalhavam com os extremistas de direita estavam Charles Herba, Luís Mendes Morais Neto, Roberto Sayão, Edmundo Wanderley e Fernando Wanderley.[61] Juntamente com o Coronel Haroldo Velloso, o Brigadeiro Burnier desempenhou um papel importante na articulação da

conspiração na Aeronáutica, e como organizador da "resistência civil" de grupos civil-militares na Guanabara. Organizou grupos civil-militares de defesa que protegeram o Palácio Guanabara (sede do governo de Carlos Lacerda), onde se refugiaram, no dia do golpe, muitas figuras conhecidas envolvidas na conspiração e em atividades contra o governo. Entre eles estavam o Brigadeiro Eduardo Gomes, da ESG, a família Nabuco, os empresários Demósthenes Madureira de Pinho (Mesbla S/A, Companhia Franco-Brasileira de Anilinas, Cia. de Superfosfatos e Produtos Químicos, Olivetti S/A) e Maurício Bebianno, o jornalista e homem de TV Flávio Cavalcanti e o jornalista Hélio Fernandes, diretor do jornal lacerdista *Tribuna da Imprensa*.[62]

Os Tradicionalistas

Sob este título estão incluídos os oficiais que não receberam treinamento na ESG e que não compartilhavam de uma proposta de mudança social, política e econômica para o Brasil tão elaborada e ampla quanto a da elite orgânica do grupo IPES/ESG. Eram contra o comunismo em sentido amplo e queriam sustar a política de mobilização, ao invés de se oporem às atitudes populistas propriamente ditas, de cujo tecido ideológico e político eles eram parte integrante. Os oficiais desse segmento não eram modernizantes, mas possuíam o mesmo conservadorismo do complexo IPES/IBAD e ESG, daí seu "tradicionalismo".[63]

Dois desses oficiais 'tradicionalistas" estavam em comando direto de exércitos. Portanto, havia uma necessidade básica de ganhar seu apoio para qualquer ação militar contra o governo. Também era necessário observar de perto suas manobras políticas, para mantê-los de acordo com a orientação do complexo IPES/IBAD. Um desses oficiais era o General Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, sediado em Recife, responsável pelas regiões Nordeste e Norte do país. O Nordeste, conforme foi visto anteriormente, era uma região-chave do ponto de vista político. O firme apoio militar na região era necessário ao grupo IPES/ESG para neutralizar as Ligas Camponesas, os sindicatos rurais e o Governador Miguel Arraes, bem como para contê-los uma vez que o golpe fosse desencadeado. Portanto, o General Bastos foi logo atraído para o feixe conspiratório e coordenou seus esforços com a liderança do complexo IPES/IBAD após suceder o General Castello Branco no comando do IV Exército. O General Bastos, que tinha orgulho de se dizer o "mais duro" dos oficiais de linha dura,[64] tomou como assessores para seu dispositivo político-militar alguns "ativistas encobertos" influentes do IBAD. Estes eram o General Antônio Carlos da Silva Muricy, da ESG (comandante das unidades do Estado do Rio Grande do Norte), o Coronel Hélio Ibiapina e Coronel Antônio Bandeira, que também era o chefe de informações do General Bastos[65] e que estava fortemente ligado às forças reacionárias em Pernambuco. Aluísio Alves, Governador do Rio Grande do Norte e sócio comercial do líder do IPES José Luiz Moreira de Souza, e Paulo Guerra, vice-governador de Pernambuco, também estavam ligados ao IPES e deram seu apoio à campanha militar contra João Goulart. A adesão de Paulo Guerra, vice-governador de Miguel Arraes, tinha importância especial para o IPES, uma vez que deu à elite orgânica um ponto de apoio no próprio palácio do governo.[66] Outros elementos militares importantes do IBAD em Pernambuco eram: o General Antônio Sarmento (secretário geral da ADEP para o Nordeste), o Coronel Astrogildo Cor-

reia (chefe da Promotion S/A e um dos líderes da pseudonacionalista Frente Patriótica Civil-Militar), o Capitão Emanuel Pereira Lima (secretário executivo do IBAD para Pernambuco) e o Capitão Atanásio, Gerente administrativo do IBAD.

Os oficiais do complexo IPES/IBAD formaram uma rede de informações que enviava dados sobre a organização e ação das ligas camponesas e dos sindicatos. Foram também importantes ao apoiar as atividades que o complexo IPES/IBAD desenvolveu no Nordeste entre os camponeses, os sindicatos urbanos e a classe média. Mas a sua tarefa principal foi imobilizar a resistência ao golpe de março de 1964, especialmente dentro das próprias Forças Armadas, enquanto o papel básico do exército do General Bastos durante a campanha era manter-se alerta quanto a acontecimentos políticos regionais e desempenhar a função de polícia durante a eclosão do golpe, neutralizando as ligas camponesas, o Partido Comunista e Miguel Arraes.[67]

O outro oficial tradicionalista no comando de um exército regional era o ex-Ministro da Guerra General Amaury Kruel, que estava à frente do poderoso II Exército, responsável pelo estado-chave de São Paulo e áreas adjacentes. O General Amaury Kruel era irmão do General Riograndino, que também estava ligado ao General Cordeiro de Farias e ao General Golbery em suas atividades no sul do país, desde os primeiros estágios do movimento contra João Goulart. O General Riograndino e seu sobrinho, Major Vinícius Kruel, eram elementos de ligação entre o I e o II Exércitos e a sede do Comando Geral no Rio.[68] O General Amaury Kruel foi descrito como "uma adesão de última hora, relutante mas decisiva para a revolução de 1964",[69] devido à sua proclamada amizade com João Goulart. Entretanto, de acordo com um relatório da CIA enviado do Rio de Janeiro em março de 1963, a posição do General Kruel era diferente. Na verdade, o relatório dizia que a 13 de março de 1963 um grupo de líderes militares que já estava conspirando, dirigido pelo General Nelson de Mello, General Kruel (que era então Ministro da Guerra do Presidente João Goulart), Marechal Denys, Marechal Dutra e Almirante Heck, planejava reunir-se em Petrópolis[70] para discutir planos para um golpe contra o governo do Presidente Goulart.[71] Estava ligado a este grupo de conspiradores o General Olympio Mourão Filho,[72] cuja "conspiração" será examinada mais pormenorizadamente neste capítulo. Essas "conversas" em Petrópolis serviram para eliminar as diferenças entre os vários grupos e foram úteis ao promoverem um entendimento entre os ativistas da ESG e os de linha dura, extremistas de direita e tradicionalistas, sob a discreta supervisão do General Golbery, que foi uma figura-chave em sua articulação.[73]

Um terceiro oficial tradicionalista "sem meias-medidas" no comando de tropas era o General Olympio Mourão Filho, que conduzia o que parecia ser uma campanha personalizada entre o governo de João Goulart e foi quem terminou desencadeando o golpe de março de 1964. O General Mourão Filho, um *troupier* que demonstrava desprezo pela ESG, era a personificação do militar menos passível de ter sido arregimentado pelo complexo IPES/IBAD. Entretanto, estava no centro dos acontecimentos e, em grande parte, a despeito de si próprio. Foi contactado e articulado aos ativistas e líderes do complexo IPES/IBAD desde os primeiros estágios de suas atividades contra o governo. No entanto, como atestam suas recentes memórias e as do General Carlos Luiz Guedes, companheiro de conspiração e co-desencadeador do golpe de março de 1964, surpreendentemente

o General Mourão Filho parecia desconhecer o alcance dessa ligação com o complexo IPES/IBAD que, na realidade, passou pela trama de sua "conspiração" que ele chamava de "a maior das Américas". O General Mourão Filho, que veio a simbolizar o *troupier* em ação, fora mantido sob cuidadosa observação pelos ativistas do complexo IPES/IBAD. Na verdade, poderíamos até dizer que seu "movimento" foi fomentado e controlado, em todo o seu desenrolar, pela liderança do complexo IPES/IBAD. Entretanto, somente em duas ocasiões o General Mourão Filho reconheceu contactos formais com elementos do complexo IPES/IBAD e foi desencorajado por eles. Pouco demonstrava saber, ou pelo menos admitir, que a rede de civis e militares com quem entrou em contato no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais — Estados em que ocupou postos durante o período de 1961 a 1964 — era composta de associados e ativistas do complexo IPES/IBAD.[74] Além disso, parece que ele não percebeu que os contactos que fez nesses Estados e também nas freqüentes viagens ao Rio de Janeiro, assim como a rede organizada que encontrou em São Paulo e Minas Gerais e da qual se tornou comandante ostensivo, eram, na realidade, as estruturas montadas e coordenadas pelos grupos de ação do complexo IPES/IBAD e, em particular, pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura sob a coordenação geral do Estado-Maior Informal. Apesar de o General Mourão Filho não perceber a presença dos líderes e ativistas do complexo IPES/IBAD dentro da organização e da campanha conspiratória que tentou dirigir, vale a pena registrar que em todas as suas atividades principais e nas do General Guedes, atividades estas que serão analisadas nas próximas páginas, a elite orgânica era parte central do processo.[75]

"A Maior Conspiração das Américas" do General Olympio Mourão Filho

Há duas fases distintas nas atividades conspiratórias do General Mourão Filho. Uma compreende sua experiência no Rio Grande do Sul, onde serviu em 1961-1962. Outra começa com sua transferência para São Paulo em março de 1963 e termina com o desencadeamento do golpe em março de 1964, em Minas Gerais, para onde havia sido transferido em agosto de 1963. Enquanto esteve no Rio Grande do Sul, o General Mourão Filho fora utilizado limitadamente pelos conspiradores anti-João Goulart. A impressão que se tem, a partir de suas memórias, é que ele, enquanto serviu no Rio Grande do Sul, não participou das manobras-chave da campanha anti-João Goulart, do complexo IPES/IBAD. Foi sondado inicialmente a respeito de sua posição e os companheiros de conspiração dele suspeitaram devido ao seu estilo exuberante e atitudes pattonescas. Foi finalmente tolerado como conspirador ativo em decorrência de seu posto no III Exército, onde foi útil aos conspiradores e, posteriormente, até estimulado em suas atividades como elemento desorganizador do dispositivo militar do Executivo no Rio Grande do Sul. Suas atividades também foram encorajadas na medida em que chamavam a atenção da rede de informações do governo sobre sua pessoa permitindo assim uma certa facilidade de operação a outros elementos no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte. O General Mourão Filho estabeleceu contactos com outros oficiais de alto escalão nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesses contactos, era muito mais um informante de suas próprias atividades do que um receptor de informações sobre qualquer movimento estruturado

contra João Goulart. Os altos oficiais com quem se encontrava não faziam públicas suas posições e guardavam consigo as informações sobre suas atividades. Além disso, os esforços principais dos conspiradores do complexo IPES/IBAD estavam concentrados no Rio de Janeiro, São Paulo, Guanabara e Minas Gerais, que eram áreas de operação do I e do II Exércitos. Apesar de o III Exército ser o maior em número e em potencial bélico devido a sua localização na fronteira com a Argentina, Uruguai e Paraguai, ele tinha menos peso político do que o I e o II Exércitos, para os quais estava principalmente dirigida a campanha do complexo IPES/IBAD. Além disso, o III Exército estava sediado no Rio Grande do Sul, a base de poder político da família Vargas, de João Goulart e de Brizola, o que restringia as atividades subversivas contra o governo petebista.

No final de 1961, o General Mourão Filho era comandante do 3.º Regimento de Infantaria em Santa Maria. O comandante do III Exército era então o General Nestor Penha Brasil, ligado ao IBAD e cunhado do General Justino Alves Bastos.[76] Em dezembro de 1961, o General Mourão Filho recebeu um telegrama do General Penha Brasil pedindo que hospedasse e auxiliasse cerca de 400 membros da FARSUL, a poderosa Federação de Associações Rurais do Rio Grande do Sul, que iam a Santa Maria para uma reunião política de sua organização. Nesta ocasião o IPESUL, o IPES do Rio Grande do Sul, já estava agindo como guarda-chuva político de várias associações empresariais do Estado. Após a convenção, realizada no início de janeiro de 1962, o General Mourão Filho, que havia sido aliciado pelos membros da FARSUL, teve suas primeiras conversas conspiratórias com o Coronel Romão Mena Barreto, seu Chefe de Gabinete. O Coronel Mena Barreto aconselhou o General Mourão Filho a entrar em contacto com o Ministro da Guerra General João Segadas Viana,[77] ligado ao IBAD. Alguns dias depois o General Mourão Filho foi a Porto Alegre, sede do III Exército, e pediu que o General Penha Brasil marcasse uma reunião com Saint Pastoux, presidente da FARSUL, para meados de janeiro. De acordo com o General Mourão Filho, o General Penha Brasil estava, então, "mais a par" do que ele dos problemas do país, daí o apoio que o General Penha Brasil vinha dando à FARSUL.[78]

O General Mourão Filho discutiu com Pastoux e com o General Penha Brasil as linhas de ação para uma luta contra o governo. Concordaram que precisavam agir por fases. A primeira fase duraria até as eleições do Legislativo, de 1962, que precisavam ser ganhas, assegurando a eleição do maior número possível de deputados, mobilizando também outras forças contra o governo. O comércio e a indústria tinham de angariar os recursos financeiros para apoiar as eleições, por um lado, e o movimento contra-revolucionário, por outro, e um comitê financeiro precisava ser formado. O pessoal militar ficaria encarregado das articulações no campo das operações militares propriamente ditas. As táticas combinadas entre o General Penha Brasil, do IBAD, o General Mourão Filho e Pastoux sem surpresa alguma se adequavam às linhas de acão do complexo IPES/IBAD.[79] De acordo com o General Mourão Filho, esta foi "a primeira reunião civil-militar, o início da conspiração contra o governo de João Goulart".[80]

Mal sabia ele que outras forças estavam operando. Em novembro de 1961 havia sido realizada uma reunião no Edifício Avenida Central, sede do IPES-Rio, onde a rede de Exército e Informações do General Golbery funcionava em 4 dos 13 escritórios alugados pela elite orgânica.[81] Herman de Moraes Barros, o General Reinaldo Saldanha da Gama e Américo Oswaldo Campiglia vieram de São Paulo

para essa reunião.[82] Ela foi presidida pelo Almirante Sílvio Heck e o secretário foi Carlos Eduardo D'Alamo Lousada (que posteriormente atuou como contacto com o General Emílio Garrastazu Médici que, em 1964, era comandante da Academia Militar das Agulhas Negras-AMAN). Nessa reunião discutiu-se a necessidade de derrubar o governo. Entretanto, para se evitar um fiasco semelhante ao de 1961, havia uma opinião unânime de que, sem manifestações inequívocas da opinião pública, as Forças Armadas não se sentiriam autorizadas a intervir.[83] Este era um ponto central no argumento do General Golbery para a mobilização militar contra o governo e o regime desde o fracasso do golpe anterior contra a posse de J. Goulart, que o levaria a deixar tempos depois a carreira militar.[84] A mobilização da opinião pública em todos os setores da população foi uma tarefa entregue à coordenação do IPES, o que ele fez, e muito eficientemente em alguns casos, conforme descrições nos capítulos anteriores.

Imediatamente após esse encontro no Rio, os representantes dos paulistas reuniram-se com Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de São Paulo*, e com Antônio Carlos Pacheco e Silva, Octávio Marcondes Ferraz, Teodoro Quartim Barbosa, Luiz Antônio da Gama e Silva, Paulo de Almeida Barbosa, Rafael Noschese e Waldemar Ferreira, que formavam a liderança militante do IPES-São Paulo. Além disso, também asseguraram o apoio de Francisco Mesquita, Herbert Levy, Senador João Arruda e muitos outros.[85] Os líderes do IPES, Teodoro Quartim Barbosa e Gastão Bueno Vidigal, seriam identificados mais tarde pelo empresário Paulo Egydio Martins[86] (sócio do líder do IPES Alberto Byngton) como a liderança civil do movimento subversivo empresarial-militar ao qual ele próprio estava ligado.[87] Além do mais, oficiais das Forças Armadas representando os conspiradores históricos Almirante Heck, Marechal Denys e Brigadeiro Grun Moss foram a São Paulo, encontraram-se com Júlio de Mesquita Filho e lhe entregaram um documento no qual expunham suas opiniões a respeito das normas que posteriormente deveriam orientar o governo a ser instalado pelas Forças Armadas após a deposição de J. Goulart.[88] Esse grupo de oficiais de direita que também incluía os Generais Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Punaro Bley e Orlando Geisel, entre outros, era de opinião que um regime discricionário teria de ser instalado por pelo menos cinco anos.[89] Neste período, e durante essas reuniões, os ativistas do complexo IPES/IBAD juntamente com os conspiradores históricos e os oficiais da ESG iniciaram a preparação ativa para o movimento civil-militar para depor J. Goulart.

O militante do IPES Herman de Moraes Barros e seus companheiros formaram um "comitê revolucionário" que foi depois articulado com o movimento que estava sendo coordenado entre os militares pelo General Cordeiro de Farias, no Rio de Janeiro e em São Paulo, sob a supervisão geral do General Golbery. Como resultado de uma reunião na casa do líder do IPES Paulo Quartim Barbosa, Herman de Moraes Barros, juntamente com o Coronel Cid Osório e o Tenente-Coronel Rubens Resteel, formou um Estado-Maior Civil-Militar que cuidaria do planejamento da mobilização de São Paulo. A tomada de decisões foi deixada nas mãos de uma equipe formada por Júlio de Mesquita Filho, Octávio Marcondes Ferraz, Teodoro Quartim Barbosa e Antônio Carlos Pacheco e Silva. Esse estado-maior tinha várias tarefas: formular uma linha de ação para realizar operações sucessivas, levantar recursos financeiros necessários para a campanha

conspiratória e coordenar a mobilização industrial necessária para sua realização. O estado-maior era estruturado e composto conforme a descrição abaixo:

Logística (Comissão de Mobilização Industrial responsável por transporte, comunicações e alimentos): João Soares do Amaral Neto — IPES-São Paulo; Coronel Paulo Lobo Peçanha — II Exército, chefe do grupo; Vitório Mariano Ferraz — IPES-São Paulo, coordenação; Paulo Egydio Martins — líder da ADCE ligado ao IPES e Róscio Castro Prado.

Ação: General Ivanhoé Gonçalves Martins — conhecido por seu codinome "Dr. Ivan Teixeira", supostamente um médico da UNESCO e representante pessoal do General Cordeiro de Farias, cujo codinome para tais operações era "Jardim";[90] General Sousa Carvalho — IPES — e Sílvio Toledo Piza — IPES-São Paulo.

Promoção e Propaganda: André de Faria Pereira Filho — ligado ao IPES-São Paulo e Flávio Galvão — IPES-São Paulo.

Informações: General Agostinho Cortes — IPES-São Paulo, que também coordenou a ação das organizações civis.

Executivo: Herman de Moraes Barros, Daniel Machado de Campos e Gustavo Borghoff, todos do IPES-São Paulo.[91]

Em questões financeiras, os líderes do IPES e banqueiros Herman de Moraes Barros — do Banco Itaú — Gastão Eduardo Bueno Vidigal — do Banco Mercantil de São Paulo — e Aloysio Ramalho Foz — do Banco do Estado de São Paulo — asseguraram a ajuda financeira dos outros bancos do Estado. Contribuições importantes vieram também de outras fontes graças ao trabalho, entre outros, de Antônio Cândido Gomes, Marcelo Amaral e José de Souza Queiroz Filho.[92]

Herman de Moraes Barros também atraiu Adhemar de Barros, Governador de São Paulo e líder do PSP, ao movimento articulado pelo IPES. Moraes Barros chegou a impor a condição, para participar na formação de um "comitê revolucionário", de que este organismo fosse aceito por Adhemar de Barros.[93] A cooperação do governador de São Paulo era considerada essencial, principalmente no setor de Segurança Pública, pelo qual o General Aldévio Barbosa de Lemos era responsável como Secretário de Segurança do Estado. Não se deve esquecer que o governador Adhemar de Barros tinha à sua disposição, somente em São Paulo, uma Força Pública de 15.000 homens e uma Guarda Civil de 10.000 homens, o que igualava o número de soldados em todo o II Exército. É interessante observar que foi o General Aldévio quem organizou o sistema de escuta das chamadas telefônicas de J. Goulart para São Paulo.[94] Além disso, a Rede da Democracia, o centro da cadeia de estações de rádio patrocinada pelo IPES e coordenada por seu Grupo de Opinião Pública, veio a ser instalada no Gabinete do Secretário de Segurança, sob a supervisão do próprio General Aldévio Barbosa de Lemos, que tinha então seus trabalhos coordenados com os do estado-maior civil-militar organizado pelo IPES em São Paulo.[95]

Na época em que o General Mourão Filho iniciou "sua conspiração", a rede IPES/IBAD estava em pleno funcionamento. Entretanto, ele parecia saber muito pouco a respeito dela, apesar de ser essa a estrutura que viria a encontrar em São Paulo e até a "liderar". Depois dessa breve e necessária digressão, a história da conspiração do General Mourão Filho pode ser retomada.

No início de 1962, o General Mourão Filho foi contactado pelo jornalista Tadeu Onar que tinha ligações com os empresários de Porto Alegre. T. Onar tornou-se um importante homem de contacto para o General Mourão Filho. Foi

através dele que este se comunicou com Coelho de Souza, do Partido Libertador do Rio Grande do Sul. T. Onar foi também seu contacto com o líder do IPES Edmundo Monteiro, uma figura-chave no fornecimento de recursos e meios para suas freqüentes viagens. Era E. Monteiro quem providenciava transporte aéreo para o General Mourão Filho viajar à vontade dando prosseguimento a sua conspiração.

No final de janeiro de 1962 o General Mourão Filho foi a São Paulo. Lá, deveria ter uma reunião com "um grupo de industriais importantes", que fora organizada pelos líderes do IPES Edmundo Monteiro e Othon Barcelos Correia. A reunião foi realizada em uma casa que ele ingenuamente admitiu "não saber onde era". Estava presente um grande número de empresários, entre os quais ele reconheceu o líder do IPES João Baptista Leopoldo Figueiredo.[96] De São Paulo, o General Mourão Filho foi ao Rio de Janeiro, onde conversou com o Ministro da Guerra General João Segadas Viana, do IBAD. Entrou também em contacto com o Almirante Heck, Marechal Denys e o General Cordeiro de Farias a respeito de seus esforços conspiratórios. Tanto a reunião de São Paulo quanto a do Rio deixaram no General Mourão Filho a impressão de que não havia grande movimentação em torno de uma conspiração ativa contra o presidente. O General Mourão Filho, nessa época, estava obviamente desacreditado em termos políticos e puramente operacionais a ponto de ser até considerado por alguns como *agent provocateur* de J. Goulart. De qualquer forma, não recebeu informações a respeito de qualquer atividade de maior envergadura organizada pela liderança do complexo IPES/IBAD. Seu diário ainda registra outra passagem por São Paulo em março de 1962. Lá, conheceu o General Nelson de Mello que, na época, era uma figura de proa na articulação do grupo IPES/IBAD/ESG. O General Mourão Filho informou-o sobre suas ligações no sul. A observação não comprometida do General Nelson de Mello foi, como era de se esperar, que ambos "estavam no mesmo barco".[97]

Depois de conversar com os empresários em São Paulo e dos contactos com os líderes militares no Rio, o General Mourão Filho retornou a Porto Alegre onde se manteve ocupado tentando fortalecer sua rede de oficiais a favor do golpe. O estado-maior revolucionário do General Mourão Filho, enquanto esteve no Rio Grande do Sul, era formado por jovens oficiais, o então Coronel Romão Mena Barreto (chefe de gabinete), Tenente-coronel Athos Teixeira, Tenente-coronel Paulo Braga (irmão do Governador do Paraná e conspirador Coronel Nei Braga), Tenente-coronel Xavier, Tenente-coronel Ivan (sobrinho do General Mourão Filho) e Tenente-coronel Freitas.[98] Obviamente, as figuras militares do III Exército que possuíam peso político e prestígio pessoal dentro das Forças Armadas e que estavam no comando de tropas em posições-chave, como os Generais Poppe de Figueiredo, Hugo Garrastazu, Ernesto Geisel (que estava agindo junto ao governador Nei Braga), Álvaro Tavares do Carmo, Adalberto dos Santos, Cunha Garcia, Mendes Pereira, Jair Acioly Borges, Franklin Rodrigues de Morais e muitos outros oficiais de alto escalão, não faziam parte de seu estado-maior, apesar de o General Mourão Filho manter contactos com eles.[99] Esses oficiais estavam ligados a colegas no Rio e em São Paulo fazendo parte, na época, da rede de células conspiradoras que operavam em conjunto com os estados-maiores civis e militares de São Paulo e do Rio, descritos anteriormente.

Contactos com líderes do IPES foram freqüentes no decorrer de 1962, especialmente com Edmundo Monteiro e Othon Barcellos Correia. Em junho de 1962, o General Mourão Filho teve uma reunião com o líder do IPES Edmundo Monteiro e com Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*, a quem pediu apoio para as forças políticas de centro-direita nas eleições de outubro que se aproximavam. Ele também manteve conversas com o líder do IPES Othon Barcellos Correia, que prometeu apoio financeiro para a ação no Nordeste, uma área cuja situação política preocupava profundamente o General Mourão Filho.[100]

Auxiliado por Onar, que desenvolveu um trabalho importante de articulação entre militares e civis durante dois anos, o General Mourão Filho ligou-se ao presidente da Federação das Associações Comerciais. Articulou-se também ao político do PSD e empresário Ildo Meneghetti,[101] o candidato apoiado pelo complexo IPES/IBAD ao Governo do Rio Grande do Sul, e ao Deputado Federal Coronel Peracchi Barcellos, também ligado ao IBAD.[102] De volta a Santa Maria, sede de uma importante base da Aeronáutica e o centro de uma rede de unidades do Exército, o General Mourão Filho ligou-se ao prefeito da cidade, Miguel Sevi Vieira, e ao Bispo Dom Vítor José Sartori, por quem foi convidado para uma reunião em sua casa. Esse encontro, que ocorreu em setembro de 1962, foi de grande importância porque estiveram presentes o influente Senador Mem de Sá — PL, ligado ao IPES, o Senador Daniel Krieger — UDN, assim como o Deputado Federal P. Barcellos — PSD, e o empresário e Deputado Federal do PSD Tarso Dutra.[103] Compareceram também Sevi Vieira e o advogado João Dentice, secretário da campanha eleitoral de Meneghetti, que na época estava envolvido com o IPESUL e FARSUL. Essa reunião, ocorrendo um mês antes das eleições de outubro de 1962 para o Congresso, serviu para reunir e coordenar a ação de importantes figuras políticas da coalizão antipopulista e anti-PTB do Rio Grande do Sul, que vinham operando como uma "frente democrática" há quase 10 anos.[104] Seguindo a norma de que a liderança do complexo IPES/IBAD não deveria colocar dinheiro diretamente nas mãos dos candidatos, o General Mourão Filho recebeu do líder do IPES Othon Barcellos 30 milhões de cruzeiros para serem usados na campanha para as eleições ao Congresso e Governos Estaduais de outubro de 1962.[105]

Em novembro de 1962 o General Mourão Filho foi ao Rio, restabelecendo seus contactos com o General Nelson de Mello, Marechal Denys, General Cordeiro de Farias e com o Almirante Heck. Quando esteve no Rio, foi a Petrópolis, um dos centros da coordenação do movimento de militares de "linha dura" com o grupo ESG/IPES. Lá, o General Mourão Filho conheceu o General da ESG Affonso de Albuquerque Lima, de linha dura, que se encontrava na casa do líder do IPES José Luiz Moreira de Souza, seu cunhado. O General Mourão Filho também compareceu a uma reunião em casa do General Segadas Viana, onde encontrou-se com o General Nelson de Mello e com o General Penha Brasil.[106] Nada de extraordinário resultou desses encontros. O General Mourão Filho informou-os de suas atividades, mas não foi posto a par do movimento militar desses oficiais contra Goulart. Suas viagens continuaram regularmente, de forma discreta, até fevereiro do ano seguinte.[107]

Então, subitamente, em março de 1963, o General Mourão Filho foi transferido para São Paulo, para o comando de um importante posto do Exército, a 2.ª Região Militar do II Exército, substituindo o General Lyra Tavares, da ESG, e, conseqüentemente, sendo lançado no centro do movimento empresarial-militar.

Para o grupo IPES/ESG, era necessário tirar o maior proveito de uma situação inesperada. Apesar das críticas, o General Mourão Filho possuía qualidades reconhecidas. Ele era descrito como um dínamo, cuja energia tinha de ser captada e bem utilizada, da mesma forma que seu novo posto deveria ser aproveitado para o acobertamento das articulações centralizadas pelo IPES entre os militares em São Paulo. Por outro lado, seu temperamento impulsivo e suas opiniões divergentes daquelas do complexo IPES/ESG precisavam ser neutralizadas. Além disso, daí em diante, as atenções do governo estariam voltadas para as atividades do General Mourão Filho em São Paulo, permitindo que os outros agissem com tranqüilidade. Parece que o General Mourão Filho se transformou, de maneira involuntária, em parte de uma manobra diversionista.[108] Neste ponto ele conseguiu, a despeito de si mesmo, o que outros, como o General Cordeiro de Farias, estavam tentando, isto é, chamar atenção para si deixando livres os colegas de articulação.[109]

Ao General Mourão Filho seria permitido um papel conspiratório ativo e eficaz, na medida em que contribuísse para o esforço geral de insuflar sentimentos antigovernistas entre os militares, sem prejudicar o impulso principal do movimento empresarial-militar. Suas atividades, portanto, teriam de ser rigorosamente controladas pelo IPES.

Sugestões para a formação do seu Estado-maior começaram a ser enviadas assim que ele se pôs a caminho de São Paulo. O General Lyra Tavares, da ESG, membro do Estado-maior do General Pery Bevilacqua, que era então o comandante do II Exército, sugeriu que Mourão Filho indicasse o Coronel de Cavalaria Ramiro Tavares, que iria passar à chefia de seu estado-maior conspiratório.[110] Também foi sugerido ao General Mourão Filho o Major Figueiredo, irmão mais novo do Tenente-coronel João Baptista Figueiredo, que pertencia à equipe do General Golbery e era sobrinho de João Baptista Leopoldo Figueiredo, presidente do IPES-São Paulo. No final de março de 1963, o General Mourão Filho solicitou que o Major Figueiredo passasse a ser seu "secretário assistente". O círculo em torno do General Mourão Filho fora fechado.[111]

Este controle estendeu-se ainda mais. Logo após sua chegada a São Paulo, o General Mourão Filho foi convidado para ir à casa de Antenor Edmundo Horta, um homem público mineiro da pequena cidade de Diamantina (terra natal do General Mourão Filho), onde novamente foi posto em contacto com empresários e militares paulistas de destaque. Entre os presentes estavam Eldino da Fonseca Brancante da American Chamber of Commerce que, de acordo com o General Mourão Filho, "prestou imensos serviços à conspiração de São Paulo", Brigadeiro Neto dos Reis, Sálvio de Almeida Prado, Jorge Alves Lima, Eugênio dos Santos Neves e Ernâni Bessa.[112] O General Mourão Filho estava se entrosando com o centro do movimento IPES/ESG. Foi também colocado em contacto com o General da Reserva Sebastião Dalísio Menna Barreto, que estava ligado ao estado-maior dos empresários e militares do IPES em São Paulo, chefiando uma seção do movimento civil-militar. O General Menna Barreto, uma "raposa velha" em assuntos conspiratórios e políticos desde os tempos da revolta paulista de 1932, e tendo sido chefe do Departamento de Segurança Pública de São Paulo, logo tornou-se o chefe do que o General Mourão Filho pensava ser seu recém-formado grupo conspirador civil-militar, mas que já havia sido estruturado pelo General Menna Barreto como componente do estado-maior formado em novembro de 1961

e descrito anteriormente.[113] Apesar de o General Mourão Filho ter se transformado no chefe ostensivo da conspiração civil-militar, o General Menna Barreto era seu substituto de fato em assuntos relacionados com o seu setor do movimento civil-militar. O fato de o movimento ser basicamente civil-militar foi realçado pela estrutura para ação do estado-maior do General Menna Barreto, pelos campos de ação delimitados e pelas próprias operações.

A estrutura para a ação sob o comando direto do General Menna Barreto, que se apoiou nos recursos materiais e humanos dos Grupos de Ação e de Estudo do IPES em São Paulo, compreendia quatro setores. Esses setores, que englobavam o modelo de ação do IPES, eram os Departamentos de Preparação Psicológica das Massas, Informações, Mobilização e Finanças. O Departamento de Preparação Psicológica das Massas compreendia as seguintes sub-seções: (a) Imprensa (b) Rádio; (c) Televisão; (d) Propaganda (cartazes, produção e distribuição de manifestos, folhetos e panfletos) e (e) Organizações Femininas. O Departamento de Informações tinha as seguintes sub-seções: (a) coleta de informações; (b) contra-informação; (c) sabotagem. O Departamento de Mobilização estava dividido em quatro sub-seções: (a) mobilização propriamente dita, (b) organização, (c) comando e (d) transporte. As operações do Departamento de Mobilização eram executadas pelo Grupo de Agentes Especiais, responsável por intercomunicações e transporte especial.[114] Durante o golpe propriamente dito, clubes sociais e associações de classe serviram de sede para comunicações e mobilização. O centro para transporte especial foi estabelecido na Escola de Liderança Democrática, mantida pelo IPES, organizada por Paulo Quartim e sob a direção de Frederico Abranches Viotti que, como será visto oportunamente, também tinha outras funções.[115] Apoio material e financeiro foi dado pelos líderes do IPES Fernando Lee e Juan C. Llerena. Além disso, executivos da Federação das Indústrias de São Paulo e da Federação das Indústrias de Minas Gerais, que eram integradas ao IPES-São Paulo e IPES-Belo Horizonte, arrecadaram um bilhão e meio de cruzeiros (mais de 1 milhão de dólares na época) para a causa, tendo fornecido também grandes quantidades de alimentos, roupas e transporte para as forças militares.[116]

O General Menna Barreto coordenou suas atividades com as do General Reynaldo Saldanha da Gama, que estava dirigindo outra seção do movimento civil-militar e liderando um grupo armado de 80 homens selecionados. O General Reynaldo Saldanha da Gama foi um dos três representantes paulistas na reunião de novembro de 1961 no Rio com o Almirante Heck, descrita anteriormente. O estado-maior civil-militar do General Menna Barreto era diretamente ligado ao Almirante Heck através de Carlos D'Alamo Lousada. Entre os ativistas envolvidos na seção liderada pelo General Saldanha da Gama encontravam-se o Coronel Armando de Figueiredo, Dr. Paulo Murgel, Benedito Lobo Rosa — vice-presidente da American Chamber of Commerce de São Paulo — que chefiava uma unidade especificamente envolvida em operações de finalidade mobilizacional e em guerra psicológica; Nemésio Bailão — médico da família do governador Adhemar de Barros; André Telles de Mattos — que representava o Instituto de Engenharia sediado em São Paulo, Herman Fickel — ex-oficial da Polícia Naval, Werner Golts, João Ravache e numerosos líderes estudantis e de trabalhadores católicos pertencentes aos grupos e organizações descritas no capítulo anterior.[117] O estado-maior civil-militar do General Menna Barreto era coordenado pelo General Souza Carvalho que, além de liderar um grupo de civis e um contingente de

oficiais da reserva da FEB, era um dos co-líderes do Setor de Ações do estado-maior geral civil-militar comandado pelo IPES e formado logo após a reunião de novembro de 1961 no Rio.[118]

Além disso, o estado-maior civil-militar do General Dalísio Menna Barreto era apoiado por outras unidades de ação, lideradas pelo Deputado Federal Juvenal Sayão, Paulo Cardoso de Mello, Eldino Brancante, B.M. Lobo Rosa, Paulo Yazbek e Antônio Vicente de Azevedo (cuja residência havia se transformado no que Brancante chamava de antecâmara conspiratória). O Deputado Juvenal Sayão envolvera-se através de Alberto Badra, diretor do clube social Monte Líbano e parente do Deputado Federal Aniz Badra, patrocinado pelo IPES. Participavam da unidade de ação de J. Sayão, os líderes do IPES Ernesto Leme e Luiz Antônio da Gama e Silva. Desse grupo veio a "sugestão" feita ao General Mourão Filho de que o General Reynaldo Saldanha da Gama (que participava secretamente do grupo de Brancante) deveria ser o comandante da Guarda Civil que coordenaria os civis e forneceria proteção policial aos conspiradores. Através do líder do IPES Luiz Antônio da Gama e Silva, outro pedido foi enviado ao Governador Adhemar de Barros, para que Juvenal Sayão passasse a fazer parte do Departamento de Ordem Política e Social — DOPS, a fim de controlar o movimento dos adversários e salvaguardar os conspiradores.[119]

Paulo Cardoso de Mello fazia publicidade do movimento e era encarregado de escrever panfletos e folhetos. Era também, juntamente com Antenor Horta, uma fonte de finanças para a compra de armas. O estado-maior civil-militar também assegurou a cooperação do Desembargador Persival de Oliveira, que não era membro do estado-maior civil, e de seu genro Ricardo Capote Valente, que trabalhava em contacto direto com o General Dalísio Menna Barreto.[120]

A liderança e apoio operacional para as atividades no setor de Forças Armadas e Informações vieram do General do IPES Agostinho Cortes, que era ligado a oficiais da ativa. Ele coordenou o aspecto militar da ação através de seu grupo Especial da Conjuntura. Um ativista de grande importância neste setor foi o Tenente-coronel Resteel que, em colaboração com o General Nelson de Mello e o General Agostinho Cortes, estava organizando o movimento subversivo dentro do II Exército. O General Agostinho Cortes também estava envolvido no campo de "opinião pública", isto é, organização, coordenação e estímulo à ação paralela de tropas de choque voltadas para táticas de intimidação contra estudantes de centro-esquerda, líderes sindicais e ativistas, bem como para executar operações para tulmutuar o bom andamento de encontros públicos, conferências e comícios. Essas unidades de ação estavam sob a liderança de José Ely Vianna Coutinho, Eduardo Levy e Sérgio Barbosa Ferraz do IPES, entre outros, e recebia colaboração de Luiz Carlos Prado, Arnaldo Vieira de Carvalho, Sérgio Broteiro Junqueira, Vicente Mammana Neto, Luís Pinni Neto, Rodolfo de Freitas Filho, Humberto Golfi e Sílvio Luciano Campos. A organização dessas tropas de choque, formadas principalmente por jovens das classes médias, estava sob a supervisão de Paulo Quartim, que também coordenava suas atividades com as de outras formações de ação. Entre essas estava a Escola de Liderança Democrática — ELD, dirigida por Frederico Abranches Viotti. A ELD estava envolvida na preparação e doutrinação de tumultuadores e *agents provocateurs* para que participassem de debates públicos, conferências, reuniões e comícios, bem como na preparação de ativistas sindicais, camponeses e estudantis. As tropas de choque também tinham

a finalidade de proteger esses ativistas e de perturbar violentamente as atividades nacional-reformistas.[121] Uma série de ações planejadas sob a direção de Frederico Viotti destinavam-se a neutralizar a presença do governo federal em São Paulo. De acordo com o líder do IPES Herman de Moraes Barros, em alguns casos, figuras políticas conhecidas e "até ministros de estado foram inesperadamente amedrontados". João Pinheiro Neto, diretor da Superintendência da Reforma Agrária, e Mário Donato, seu representante em São Paulo, foram alguns dos políticos atacados.[122] Para essas atividades desestabilizadoras, o General Agostinho Cortes recebia o apoio do setor de Opinião Pública do IPES-São Paulo e, de maneira especial, de Fernando e Roberto Levy, filhos do líder da UDN e empresário Herbert Levy, assim como do Instituto de Engenharia[123] sediado em São Paulo e da política de Adhemar de Barros. Policiais, às vezes disfarçados de estudantes, participavam de "recepções tempestuosas" oferecidas a figuras do governo. Uma dessas ocasiões que recebeu muita publicidade foi o impedimento, por oitocentos desses "estudantes",[124] da realização do discurso que Paulo de Tarso, Ministro da Educação, pretendia fazer na Universidade Mackenzie de São Paulo.

Um dos grupos mais ativos formados em 1962, em conseqüência da pregação do IPES, foi o Grupo de Atuação Patriótica — GAP — que atuava no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo. Suas fileiras eram formadas por jovens estudantes entre 17 e 26 anos, em sua maioria das classes média-alta e alta.[125] Seu programa de ação visava a combater as reformas propostas por Brizola e J. Goulart, a legalização do Partido Comunista, o sistema de representação estudantil e a UNE e UBES, o encampamento das refinarias particulares, o preenchimento de postos-chave da administração com elementos considerados comunistas, a influência de líderes sindicais nos assuntos do país, a suposta censura aos discursos de líderes políticos da oposição (Amaral Netto, Carlos Lacerda e Raymundo Padilha) no rádio e na televisão, e "vista grossa" do governo para greves e agitações de caráter político e subversivo. O GAP era beneficiado com ampla cobertura da imprensa, principalmente de *O Globo* e dos *Diários Associados.*

Certo dia, Aristóteles Drummond, líder do GAP, foi entrevistado em um programa de rádio onde expôs a determinação do GAP em defender a liberdade e a propriedade, bem como a convicção de que isto só poderia ser garantido pelos militares. A "Voz da América" retransmitiu a entrevista. Em seguida A. Drummond recebeu uma chamada telefônica da Embaixada Americana solicitando uma reunião. Dois homens foram ao seu apartamento, onde foi meticulosamente sondado a respeito de suas idéias políticas. Voltaram alguns dias mais tarde e ofereceram sua ajuda a A. Drummond, o que o líder do GAP aceitou. Algumas semanas depois, um caminhão descarregou cinqüenta mil livros e panfletos de propaganda anticomunista no apartamento de A. Drummond. A CIA havia feito o contacto e A. Drummond faria o resto.[126]

De acordo com A. Drummond, o GAP destinava-se a transmitir à população estudantil a mensagem dos jovens não ligados à UNE, e a colaborar na formação de uma corrente de opinião pública que estaria ciente dos "rumos comunistas e anarquistas" pelos quais o governo estava conduzindo o país. Através dos "Comícios para a Democracia", realizados pelo Deputado Amaral Netto com a presença de parlamentares da ADP de todas as partes do país, o líder do GAP pregava, em nome dos estudantes, a necessidade de reagir contra o governo; A.

Drummond também tomou parte na "Rede da Democracia", a atividade de propaganda patrocinada pelo complexo IPES/IBAD que fazia oposição à "Cadeia da Legalidade" organizada por Brizola contra o golpe iminente. Através da "Rede da Democracia", A. Drummond pregava a mobilização armada contra os camponeses de Francisco Julião e os Grupos dos Onze de Leonel Brizola.

A ação do GAP estava ligada de perto à da unidade de ação do Almirante Heck. A. Drummond e outros membros do GAP transportavam armas e serviam de mensageiros entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A sede do GAP foi "estourada" uma vez pela Polícia Militar, mas A. Drummond e dois amigos conseguiram escapar, apesar de ter sido encontrado material incriminatório. Em conseqüência desse incidente, foi ordenada pelo governo uma repressão geral contra grupos paramilitares. A rede da organização paralela "Ação de Vigilantes do Brasil" no Rio de Janeiro foi invadida pela polícia de João Goulart e armas foram apreendidas. A Ação de Vigilantes era liderada por Paulo Galvão, um dos homens mais importantes do Almirante Heck, que também estava encarregado do aspecto operacional de grupos paramilitares ligados à Ação de Vigilantes e a Carlos Lacerda. Paulo Galvão também estava ligado ao grupo militar de informações de São Paulo liderado pelo General Agostinho Cortes e ligado ao próprio Carlos Lacerda.[127] Outra de suas bases, que foi tomada de assalto, era localizada em Jacarepaguá, na periferia do Rio, onde armas também foram encontradas. Em uma fazenda em Sítio Alegre, onde um certo Major Lopes de Souza trabalhava como encarregado de suprimentos para o Almirante Heck, também encontraram-se armas. Quando a polícia chegou, Paulo Galvão conseguiu fugir com três caminhões.[128] Depósitos de armas, uniformes e outros materiais necessários, assim como locais para treinamento militar foram espalhados por todo o país, escondidos em propriedades rurais ou igrejas, bem como em locais adquiridos especialmente para este fim, como o Educandário Nossa Senhora de Fátima em Niterói, ou a Fazenda Arizona, que pertencia ao Grupo Ação de Vigilantes do Brasil.[129] Depois desses ataques às suas bases, A. Drummond observou que felizmente o Inquérito Policial Militar determinado pelo Ministro da Guerra foi confiado ao General Idálio Sardenberg (membro do grupo de núcleo militar que havia fundado a ESG). A. Drummond foi falar com o General Sardenberg, diante do fato de a imprensa ter revelado a ligação do GAP com o caso e com as atividades do Almirante Heck. Depois de ouvir as explicações de Drummond, o General Sardenberg lhe disse que sabia que "as coisas não foram exatamente como você diz, mas eu louvo suas atitudes cívicas e peço-lhe que leve ao Almirante Heck minha reação tranqüila. Vocês não serão importunados."[130] Antes que o incidente de Jacarepaguá fosse abafado, outros cinco elementos foram envolvidos: Cecil Borer — ex-chefe do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara, seu irmão, oficial de polícia Charles Borer, o Coronel Gustavo Borges — Secretário de Segurança do Estado da Guanabara, e o Inspetor José Pereira de Vasconcellos. Cecil Borer participou de atividades do movimento e era colaborador do empresário Alberto Pereira da Silva, ligado a Lacerda, e ao líder do IPES Alberto Byngton que, juntamente com o Coronel Vernon Walters, estava envolvido no fornecimento de armas.[131] A deputada lacerdista Sandra Cavalcanti e Nina Ribeiro também foram implicados pela investigação feita pelo Serviço Federal de informações e Contra-Informações — SFICI.[132] Além disso, alegou-se na época que a companhia de transportes marítimos do líder do IPES João

Baptista Leopoldo Figueiredo — Leopoldo Figueiredo Navegação — sediada em Nova York, transportava equipamentos para os conspiradores. Alguns dos equipamentos encontrados no *caché* de armas do Rio traziam o símbolo da Aliança para o Progresso. O *caché* continha submetralhadoras, munição, gás lacrimogêneo, equipamento de comunicações e recipientes. As armas eram de fabricação americana. Os *walkie-talkies* foram identificados como oriundos de um estoque destinado à Polícia do Rio a ser entregue no final de 1963.[133]

As armas e equipamentos não eram apenas para uso dos militares; eram também para uso dos empresários. Após a exortação pública do líder do IPES Jorge Behring de Mattos de que os empresários em geral "deveriam armar-se uns aos outros, porque nós já estamos armados", os ativistas ligados ao Almirante Heck distribuíram armas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, enquanto unidades dirigidas pelo Marechal Denys armaram os proprietários de terras no sul do país.[134] Algumas dessas armas foram obtidas através da mediação do governador de São Paulo Adhemar de Barros, de Júlio de Mesquita Filho e do líder do IPES Alberto Byngton.[135]

A seção civil-militar chefiada pelo General Menna Barreto desempenhou duas outras tarefas muito importantes no campo de preparação psicológica das massas. Sua seção era responsável pelo engajamento dos diretórios de partidos políticos do Estado de São Paulo e das diretorias de clubes sociais, culturais e esportivos.

Durante o primeiro semestre de 1963, no final das reuniões de rotina do Comitê de Relações Brasil—Estados Unidos da American Chamber of Commerce, seu vice-presidente, B. M. Lobo Rosa, analisava a conjuntura política. Um relatório da estação da CIA no Rio anotou suas declarações a respeito das atividades de uma unidade de ação de empresários e oficiais em que ele estava envolvido. De acordo com Lobo Rosa, a unidade de ação havia sido formada para programar e executar um plano que envolvia armas, forças militares e finanças para apoiar atividades que visavam um golpe. B. M. Lobo Rosa comentou que o grupo que havia sido inicialmente formado no Rio de Janeiro tinha agora um forte núcleo funcionando também em São Paulo, gozando do apoio dos governadores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Quando lhe perguntaram se o General Pery Bevilacqua havia dado seu apoio ao grupo de ação, Lobo Rosa recusou-se a responder.[136] Explicou que o grupo era dividido em muitos departamentos, sendo cada um responsável por determinados campos de ação. Ele próprio estava envolvido com uma unidade responsável pelo que era chamado de comando civil. Entre outras coisas, essa unidade tinha como objetivo a formação de "unidades de controle de bairros", subdivididas em unidades de controle de quarteirão nos moldes das já existentes no Rio. Cada subunidade de controle fazia contactos com aproximadamente cinco pessoas em cada quarteirão de seu bairro com cujo apoio poderiam contar para uma ação geral contra o governo. No Rio, esses grupos já haviam sido treinados para o uso de pequenas armas de fogo e o manuseio de bombas de plástico, e estavam bem à frente dos grupos de São Paulo. Eles eram importantes como "unidades de retransmissão" para campanhas de propaganda antigovernista e fizeram a maior parte das chamadas demonstrações "populares" contra o Executivo de João Goulart. A unidade de ação de Lobo Rosa estava interessada em assegurar que os líderes da comunidade empresarial americana e figuras do governo dos Estados Unidos estivessem informados a respeito de qual

ação estava planejada e por quê. Ele achava fundamental que os Estados Unidos reconhecessem um governo provisório que assumiria o poder no caso da ação contra o governo federal lograr êxito, apesar de ainda estar indefinida, naquele estágio, a questão da época adequada para essa ação. O chefe do movimento civil do qual a unidade de B.M. Lobo Rosa fazia parte era o General Dalísio Menna Barreto.[137]

A sede conspiratória de Menna Barreto havia sido estabelecida nas instalações de uma companhia imobiliária-SELA, localizada no Largo de São Bento, em São Paulo. No início de 1963 foi realizada uma reunião nesse escritório entre Antenor Edmundo Horta, Eldino Brancante, Coronel José Canavó Filho — ex-comandante da Força Pública de São Paulo, José Freire da Silva e vários outros empresários que estiveram presentes à já mencionada reunião onde o General Mourão Filho veio a conhecer paulistas civis e militares importantes.[138] Nessa reunião, os empresários fizeram a proposta, que foi aceita, de que para conseguirem uma mobilização ampla e eficiente e uma boa preparação psicológica das massas, o estado-maior civil-militar teria de entrar em contacto não só com diretórios de partidos,[139] mas também com qualquer instituição já existente, clubes sociais e esportivos, associações de classe e empresas privadas, onde o IPES já vinha desenvolvendo atividades intensas desde o início de 1962. A vantagem da integração dessas organizações ao movimento civil-militar, argumentou-se, era que elas possuíam arquivos organizados de seus membros e numerosos associados e filiados. Elas contavam com recursos materiais, financeiros e humanos para a ação da elite orgânica, e poderiam se transformar em centros muito úteis para a mobilização das forças de direita. Como eram espalhados por toda a cidade de São Paulo, os clubes e associações também poderiam se transformar em pontos para reuniões, concentração e depósito de material, bem como quartéis-generais improvisados de suas vizinhanças de classe média e alta. Os diretórios dos partidos, agindo através de seus comitês de bairro, poderiam se transformar em eficazes meios de mobilização e criar rapidamente o clima propício, principalmente porque possuíam bons oradores, experientes em campanhas políticas, que poderiam convencer os companheiros de partido e seguidores de que, para fazer frente à "ameaça" iminente colocada pelo Executivo e pelas forças nacional-reformistas, era necessário um movimento civil-militar contra o governo. Da mesma forma, os diretores de clubes sociais, associações culturais e esportivas tinham capacidade e autoridade para expor os problemas e arregimentar pessoal para as diversas tarefas exigidas pelo estado-maior civil-militar. Além disso, esses clubes e associações de elite uniam, muito convenientemente, a classe dominante e a classe média-alta paulistas, que foram então facilmente coordenadas e mobilizadas.[140] O estado-maior civil-militar esperava que, agindo através das cúpulas dos partidos políticos, clubes sociais e associações, as bases das classes médias seriam atingidas com facilidade e segurança e de tal forma que seu envolvimento na campanha contra o Executivo seria assegurado de maneira rápida e estável. Entre os elementos mais ativos na mobilização das classes médias encontravam-se Eldino Brancante, o Coronel Canavó, Benedito M. Lobo Rosa, Antônio Vicente de Azevedo, Antenor Edmundo Horta e José Freire da Silva, que coordenou o envolvimento dos Maçons de São Paulo.[141]

O envolvimento dos clubes sociais na rede de ação político-militar do IPES foi relativamente fácil, uma vez que muitos de seus líderes eram também diretores

ou membros importantes dessas instituições sociais, culturais e esportivas de elite. Entretanto, a rede do IPES também envolveu os clubes esportivos cujos sócios eram, na maioria, das classes médias, e com uma grande massa de seguidores das classes populares, apesar de sua liderança ainda ser elitista. Entre elas estavam os clubes de futebol profissional Portuguesa de Desportos, Palmeiras, São Paulo e o mais popular de todos, o Esporte Clube Corinthians cujo presidente, Wadi Helou, fora contactado por João Batista Silva Azevedo, vereador pelo Partido Libertador e articulador do movimento dentro do Clube de Regatas Tietê e levado por Carlos Brancante ao General Menna Barreto.[142] Vicente Azevedo assegurou a participação, na campanha liderada pelo IPES, de Paulo Yazbek, diretor do Sanatório Avicena e presidente da Associação Atlética de São Paulo e do Clube de Regatas Ponte Grande. Paulo Yazbek tornou-se uma figura-chave no setor de Comunicações de Rádio do movimento civil-militar. Sendo o fundador e conselheiro permanente da Liga Amadora Brasileira de Rádio Emissão — LABRE, pôde fornecer ao estado-maior do General Dalísio Menna Barreto e a outros participantes do movimento civil-militar uma poderosa rede de comunicações que prescindiu tanto dos meios comerciais de comunicação quanto dos meios normais das Forças Armadas. O Coronel Cid Camargo Osório, agindo na área militar, tomou a iniciativa de desenvolver um sistema codificado de comunicações por rádio com os grupos em operação em outros Estados. Paulo Yazbek também viria a ser uma figura central na campanha de mobilização das classes médias, por ser o presidente da Associação de Clubes Esportivos do Estado de São Paulo-*ACLEESP*, que reunia 36 clubes de esporte amador.[143] Foi Paulo Yazbek quem apresentou aos conspiradores tanto Michel Nahas quanto Alberto Brada, presidentes do Clube Atlético *Monte* Líbano e Clube Sírio, respectivamente.

Outro contacto foi no Banco *Sul*-Americano S.A., onde procuraram seu vice-presidente, o líder do IPES Manoel de Carvalho, que era também vice-presidente do São Paulo Futebol Clube. Compareceu à reunião o líder do IPES Herman de Moraes Barros, ele próprio diretor do Clube Atlético Paulistano. Mais tarde, entraram em contacto com João do Amaral, presidente do Clube Paulistano, e com outro diretor, Pedro Padilha, sendo ambos apresentados pessoalmente ao General Dalísio Menna Barreto.

Levando a extremos a campanha da "ameaça vermelha" fizeram sentir aos diretores de clube que havia uma necessidade real de criarem galerias subterrâneas de tiro em seus clubes sociais para o treinamento de sócios. Formaram-se grupos de ação de diretores de clubes e sócios selecionados para serem submetidos a treinamentos mais especializados. A unidade de E. Brancante forneceria o instrutor, que treinaria secretamente os chefes dos vários grupos, em fazendas próximas a São Paulo, no uso de armas de fogo e em técnicas de guerrilha.[144] Outros diretores influentes de clubes que estiveram ligados à rede que se iniciava e que foram levados ao estado-maior civil-militar para receberem instruções foram: Luiz Nardi — Clube de Golfe São Fernando; Ferreira da Rosa — Clube de Campo; Angelo Dedites e Delfino Facchina — Sociedade Esportiva Palmeiras; Jayme Loureiro Filho e Milton Nascimento — Sociedade Hípica Paulistana. Também foi mantido contacto com Adhemar de Campos, presidente da Sociedade Harmonia de Tênis, à qual Milton Nascimento também pertencia e onde o IPES ministrava cursos para empresários, profissionais liberais e militantes. Muitos membros de várias organizações que haviam passado pelo Curso

de Preparação da Escola Superior de Guerra também estiveram ligados à unidade chefiada por E. Brancante e B.M. Lobo Rosa, entre os quais o empresário Lito Coutinho (que era líder de uma unidade de ação) e Francisco de Barros Campos, diretor da Sociedade Harmonia de Tênis. Além disso, os seguintes diretores de clubes estiveram integrados ao movimento civil-militar: Honorino Gasparine — presidente do Esporte Clube Pinheiros, que se transformou em um centro importante para coordenação de manobras durante o golpe; Antônio Colussi — presidente do Floresta Clube; Douglas Michalany — diretor do Ypês Clube de Vila Mariana. O São Paulo Country Clube foi integrado através de seu presidente, o líder do IPES Júlio Cruz Lima e de Plínio Monteiro Garcia.[145]

Na segunda quinzena de abril de 1963, o estado-maior civil-militar em São Paulo enviou um convite a figuras importantes envolvidas no movimento civil-militar contra o Executivo para um encontro no Estádio do Pacaembu. Foi uma chamada "pública". Cerca de 400 pessoas estavam envolvidas nesta demonstração de participação e dedicação. Os organizadores e coordenadores dessa ação foram o General Dalísio Menna Barreto e o General Agostinho Cortes. Estavam presentes vários presidentes de bancos pertencentes ao IPES e parentes de Herbert Levy, bem como empresários conhecidos, oficiais da reserva e profissionais liberais ligados ao IPES.[146]

Depois da demonstração no Pacaembu foi realizada outra reunião com menor número de pessoas, desta vez no apartamento de Júlio de Mesquita Filho. Estavam presentes os Generais Mourão Filho, Ramiro Gorreta e Ivanhoé Martins,[147] com um representante do General Cordeiro de Farias, para coordenar as atividades do grupo civil-militar de São Paulo com o centro militar do Rio. Foi decidido, naquela reunião, que Júlio de Mesquita Filho ficaria encarregado do grupo que tomaria conta de assuntos políticos e orientações ideológicas. Como chefe de um importante complexo de imprensa e com o apoio logístico do Grupo de Opinião Pública do IPES, Júlio de Mesquita Filho deveria manter apoio para os ativistas do golpe através da mídia.[148]

Após a reunião do Pacaembu em abril de 1963, o estado-maior civil-militar realizou outra em junho.[149] Como as atividades do IPES fossem amplamente encobertas e seus participantes mantivessem sigilo quanto às atividades, a reunião serviu para que os presentes se conhecessem e para reforçar sua disposição de agir. Muitos empresários do IPES, diretores de clubes sociais, profissionais liberais e outros membros do estado-maior civil-militar compareceram à reunião. Entre algumas das figuras influentes que foram ao Pacaembu em junho para um encontro face a face de simpatizantes e participantes do movimento civil-militar estavam: os líderes do IPES Herman de Moraes Barros, Manoel de Carvalho, Paulo Reis Magalhães, Sérgio Barbosa Ferraz, Roberto Levy e Sálvio de Almeida Prado; os ativistas do IPES Eduardo Levy e seus irmãos (que trabalhavam na unidade do General Agostinho Cortes), Carlos D'Alamo Lousada e Luiz Alberto Attilio (que eram os elos com a unidade do Almirante Heck); diretores de clubes esportivos e sociais pertencentes à seção de "mobilização e preparação psicológica das massas" do estado-maior do General Menna Barreto, como Guilherme de Almeida — Clube Piratininga, Celso Correa Dias — Sociedade Hípica e Instituto Histórico de Guarujá e Bertioga, Milton Nascimento, Paulo Yazbek, Antônio Colussi, Adhemar de Campos e Pedro Padilha. Além desses, os seguintes empresários de influência também estiveram na reunião:

Christian Heins e Lito Coutinho, da Willys, Mário Savelli, da Light and Power S.A. e membro do Instituto de Engenharia, Péricles Senna, da Material Ferroviário S.A. — MAFERSA, o financista José Roberto de Oliveira, parente de Roberto Campos, Herculano de Almeida Pires, do Banco da América, Caio de Paula Machado e Fábio Fasano, diretor do famoso Restaurante Fasano. Os seguintes membros do Movimento Civil de Defesa Nacional, uma linha auxiliar do IPES e trabalhando no campo de opinião pública e mobilização das massas, também compareceram à reunião do Pacaembu: José de Oliveira Pinho, Darcy d'Alvear, procurador do Tribunal de Alçada, José Pedro Galvão de Souza, Evaristo Veiga dos Santos, o advogado Ruy de Arruda Camargo, Celso Guimarães e Plínio Costa César, bem como Luiz Felipe de Souza Queiroz e Eduardo Sousa Queiroz, líderes estaduais da UDN. Finalmente, os seguintes ativistas e simpatizantes do movimento civil-militar também estiveram na reunião no Pacaembu: Aureliano Leite, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Deputado Federal Juvenal Sayão, Nemésio Bailão, Benedito Lobo Bizarro, Herman Fickel, Carlos Brancante, Paulo Cardoso de Mello, Maria Aparecida Cardoso de Mello, Paulo Cardoso de Mello Filho, Nelson Abdo, Lygia Aguiar Fasano, Sérgio Lemos Torres, Rubens e Esther Guagliemetti, Aziz Calfat, Demétrio Calfat, Ruy Buller Souto, Cosmo Guarnieri e diversos estudantes ativistas e representantes de associações religiosas.[150] As várias "reuniões públicas" desses membros influentes da elite de São Paulo serviram para estimular os ativistas militares do II Exército a continuarem com seus preparativos para um golpe contra João Goulart; eles se sentiram confiantes e fortalecidos pelo comprometimento dos civis.

Quase no final de junho o estado-maior civil-militar organizou um comício conhecido como Convenção do Pacaembu, realizado no dia 22. A convenção foi ostensivamente liderada pelo Movimento Sindical Democrático e pelo Movimento Democrático Estudantil, ambos patrocinados pelo IPES. Foi uma tentativa da elite orgânica de contrapor seu próprio bloco estudantil-trabalhador de direita ao crescente bom relacionamento entre as organizações estudantis nacional-reformistas e os sindicatos das classes trabalhadoras. Representantes dos Estados da Guanabara, Paraíba, Ceará, Bahia, Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Pará, Santa Catarina e São Paulo foram trazidos ao estádio do Pacaembu, 4.000 pessoas ao todo. Os governadores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, os Deputados Federais Armando Falcão e Herbert Levy, Júlio de Mesquita Filho, o líder do IPES Miguel Reale, Ivette de Carvalho, Alexandre Husne, Luiz Carlos Batista, o líder do MSD Antônio Pereira Magaldi, o líder dos trabalhadores cristãos, Frei Celso e Francisco Ramalho presidiram o encontro.[151] A convenção foi um marco significativo na campanha do complexo IPES/IBAD contra João Goulart, as propostas nacionalistas e reformistas e a esquerda operária. Ela se beneficiou da vasta rede de retransmissão organizada pelo IPES e teve um profundo efeito sobre os militares que, além de receberem o apoio das elites, viram-se também abertamente apoiadas pelo que aparentava ser um amplo bloco de trabalhadores, estudantes e classe média. Em meados de 1963, o mesmo modelo desenvolvido no Estado de São Paulo, de civis e militares interagindo contra o Executivo e sendo organizados para derrubar o governo nacional, era comum aos Estados da Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.[152] Em cada um desses Estados o movimento civil-

militar se baseava na rede regional do complexo IPES/IBAD, apesar de o General Mourão Filho acreditar que isso se devia, em grande parte, aos seus esforços, uma vez que ele havia tentado insuflar oposição ao regime nos Estados vizinhos. Os contatos do General Mourão Filho com os Estados do sul foram feitos parcialmente através do líder estadual da UDN Luiz Felipe de Souza Queiroz e de Aurélio Stievani.[153] Em São Paulo, o General Mourão Filho era o organizador ostensivo do setor militar do movimento,[154] enquanto o General Menna Barreto era o principal coordenador dos civis.[155] O movimento teve o pleno apoio do governador Adhemar de Barros. No Paraná, o principal organizador militar foi o General Ernesto Geisel que comandava a 5.ª Divisão do III Exército. O aspecto civil do movimento era liderado por José Manoel Linhares de Lacerda, que coordenava unidades consistindo basicamente de grandes proprietários de terras, juntamente com os líderes do IPES da Associação Comercial do Paraná e Paulo da Rocha Chueri que formava um importante elo com a força policial do Estado. O Coronel Nei Braga, governador do Paraná, era discretamente a favor do plano, preferindo não dar apoio abertamente.[156] No Rio Grande do Sul, podia-se contar com dois terços dos oficiais do III Exército, com a Polícia Civil e com a Força Pública. O Coronel Barcellos agiu ativamente na subversão das forças policiais do Rio Grande do Sul. O General da reserva Armand Cattani estava encarregado da organização dos proprietários de terras nas zonas rurais em unidades paramilitares, que agiriam como um grupo coordenado na época do golpe. O plano teve o apoio total de Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul, que era ligado à FARSUL e ao IPESUL. Em Santa Catarina os proprietários de terras estavam sendo organizados para ajudar os militares a favor do plano para o golpe. O General Pedro Paulo Vieira da Rosa foi um elemento extremamente ativo na mobilização de pessoal militar. Na Guanabara, a Marinha apoiou o plano completamente, como também alguns elementos-chave do I Exército.[157] A organização civil, que tinha todo o peso da estrutura do IPES apoiando-a, estava, conforme foi avaliado pela CIA, bem mais adiantada do que a de São Paulo. O movimento tinha o apoio total de Carlos Lacerda[158] que, por sua vez, era apoiado pelo IPES. Em Minas Gerais o General Carlos Luís Guedes chefiava o setor militar e o General Bragança chefiava o civil, apoiados pela Mobilização Democrática Mineira,[159] patrocinada pelo IPES. Os empresários, profissionais liberais e militares que formavam o que o General Guedes descrevia como o "atuante grupo revolucionário" que, a seu ver, se colocava na vanguarda da opinião pública em Minas Gerais, eram líderes e ativistas do IPES-Belo Horizonte. Através de seus contatos e ligações com os militares de Minas e outros Estados, os líderes e ativistas do IPES "propiciaram as condições psicológicas e materiais indispensáveis para a eclosão do movimento de 31 de março, julgado necessário para justificar a ação militar". Entre os líderes do IPES mencionados pelo General Guedes podem ser citados: o empresário Aluísio Aragão Villar, Josafá Macedo, grande proprietário de terras, banqueiro, presidente da Federação de Associações Rurais do Estado de Minas Gerais — FAREMG e médico, membro da influente Associação Médica de Minas Gerais (que não ocultava sua oposição ao governo de João Goulart), o banqueiro e industrial Ruy de Castro Magalhães, Angelo Scavazza, diretor da Sul América Cia. de Seguros, General Elcino Lopes Bragança, General Lopes Bragança, comandante da ID-4 e Gabriel Bernardes Filho, proprietário de terras e diretor da Cia. Força e Luz de Minas

subverter os oficiais mais jovens, muitos deles no comando de tropas do II Exército. Nesse esforço, apoiava-se no trabalho do Major Ner A. Pereira e do Major A. Nakashima. O primeiro era o homem de confiança do General Mourão Filho e sua ligação com o Coronel José Canavó Filho que, sendo vizinho do Major Ner Pereira, mantinha sua casa como um dos quartéis-generais secretos do estado-maior civil onde se reuniam oficiais da Polícia, Marinha e Aeronáutica. O Major Pereira e o Major Nakashima formaram uma ampla rede de apoio entre os oficiais de escalão mais baixo. As reuniões eram feitas na casa de Juvenal Sayão. O núcleo do grupo chegava a aproximadamente setenta oficiais.[164] Paralelamente a essa ação, o Ipesiano Agostinho Cortes, como chefe do estado-maior militar do General Dalísio Menna Barreto e coordenador da ação militar do IPES em São Paulo, também estava praticando subversão entre os oficiais mais jovens do II Exército. Um elemento-chave era o Tenente-coronel Resteel,[165] que chefiava uma unidade de ação formada pelo Coronel Cid Osório, os Tenentes-coronéis Buitrom e Ayrton Cartaxo, os Majores Ismael Armond, Geraldo Franco e Ruy Machado, os Capitães Rubens Franco e Herbes Franco e os Tenentes Ruy Arruda e Queiroz. A unidade do Tenente-coronel Resteel recebeu o apoio de uma unidade de civis liderada pelo ativista do IPES Eduardo Levy e pelo empresário do IPES José Carlos da Costa Marques (diretor da Wyllis e membro da unidade de ação de Paulo Quartim).[166]

O Major Pereira foi contactado pelo Major Geraldo Franco, da unidade do Tenente-coronel Resteel. O major Franco sugeriu ao Major Pereira que o Tenente-coronel Resteel e seu grupo se unissem à ação conspiratória dos homens do General Mourão Filho. Os líderes do IPES Antônio Carlos Pacheco e Silva e Octávio Marcondes Ferraz já haviam sugerido o Tenente-coronel Resteel como homem de contato entre os membros do estado-maior civil devido ao seu desempenho como tal junto à unidade do líder do IPES Roberto Levy e também junto a Júlio de Mesquita Filho e Herbert Levy. Com o Tenente-coronel Resteel fazendo parte do grupo, as reuniões semanais nas noites de sexta-feira, que eram realizadas na casa de Juvenal Sayão, logo passaram a ser feitas na casa de Eldino Brancante, onde os conspiradores se encontravam juntamente com membros da Força Pública de São Paulo. O Tenente-coronel Resteel trouxe para o grupo novas idéias sobre liderança e formas de ação, bem como seus próprios homens. Ele se opôs à formação de um Conselho, Comissão ou Junta, idéias ventiladas pelo Major Ner Pereira e apoiadas pelo General Mourão Filho, sendo a favor do estabelecimento de um Comando Central. Ao invés de apoiar atitudes impulsivas, apoiava o planejamento metódico e a inserção de suas atividades, coordenadas em São Paulo, no plano estratégico geral coordenado no Rio, do qual o Tenente-coronel Resteel tornou-se o elo. Após paciente trabalho do Tenente-coronel Resteel e sua unidade, seu ponto de vista conquistou os oficiais e o Major Ner Pereira foi retirado da liderança, deixando o grupo para conspirar isoladamente.[167]

Em agosto de 1963, o General Mourão Filho foi deixado sem qualquer comando efetivo nos escalões médio e baixo do corpo de oficiais. Os militares do II Exército, comandado pelo General Kruel,[168] estavam envolvidos no movimento articulado pelo Tenente-coronel Resteel, General Cordeiro de Farias e General Nelson de Mello. Esse movimento era coordenado pelo General Agostinho Cortes, líder do grupo de ação do IPES, sediado em São Paulo, que operava no setor de Forças Armadas e Informação e chefe da seção de informação e

contra-informação do estado-maior civil-militar paulista, formado após a já mencionada reunião de novembro de 1961 no Rio. A casa do General Agostinho Cortes era um centro de informação e contra-informação apoiado pela rede de civis e militares do complexo IPES/IBAD. Através dele eram coordenados os esforços e atividades do Marechal Ignácio Rolim, do IBAD, Coronel Antônio Carlos de Andrade Serpa e Coronel Cid Augusto Osório (ambos homens de ligação com o Coronel Jayme Portella), General Aldévio Barbosa de Lemos, General Reynaldo Saldanha da Gama, Tenente-coronel Resteel, General Ivanhoé Gonçalves Martins (que na época estava atuando como representante permanente do General Cordeiro de Farias) e do Coronel Lauro Rocca Diegues, chefe da Seção de Informação do II Exército.[169] Apesar de todos os seus esforços, era óbvio que o General Mourão Filho permanecia isolado em sua conspiração militar, enquanto o estado-maior civil-militar comandado pelo General Menna Barreto progredia.

No final de agosto de 1963, o General Mourão Filho foi inesperadamente transferido para o comando da 4.ª Região Militar e da 4.ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediados em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.[170] Essa transferência foi um golpe para os conspiradores em São Paulo e em outras partes do país, inclusive Minas Gerais, por dois motivos. Em primeiro lugar, o General Mourão Filho era considerado há muito tempo pelo Executivo um conspirador em potencial bastante conspícuo, apesar de ineficiente. Assim, a atenção que sua personalidade e suas atividades atraíam permitia que outras figuras, como o General Agostinho Cortes e o Tenente-coronel Resteel, desenvolvessem e prosseguissem com uma ação discreta e eficiente em São Paulo sem serem molestados e distante do serviço de contra-informações de J. Goulart. Por outro lado, sua transferência para um exército aquartelado em um local cuja distância do Rio era a metade da distância de sua antiga base em São Paulo e com mais tropas sob seu comando, preocupava muito aos membros do complexo IPES/IBAD. Uma marcha intempestiva do General Mourão Filho sobre a antiga capital poderia criar sérios problemas para as tentativas do grupo IPES/ESG de controlar os acontecimentos e executar um golpe vitorioso.[171] As conseqüências de uma ação tão impulsiva poderiam ser desastrosas, destruindo a estratégia cuidadosamente desenvolvida pelo grupo IPES/ESG. Além disso, em Juiz de Fora o General Mourão Filho estava dentro da esfera de influência não só do Governador de Minas Gerais José de Magalhães Pinto, que, como candidato em potencial à presidência da República em 1965, ganhou assim um aliado fortuito e um trunfo para descartar no jogo regional de poder, mas também próximo aos oficiais favoráveis ao General Costa e Silva, um *troupier*[172] importante, que não compartilhava de identidade de posições com o grupo IPES/ESG. A mudança do General Mourão Filho para Minas Gerais também poderia danificar as ligações cuidadosamente elaboradas que os ativistas do IPES-Belo Horizonte haviam estabelecido com outros militares no Estado, principalmente com o General Bragança e com o General Carlos Luís Guedes[173] que, além de suas ligações diretas com os líderes do IPES-Belo Horizonte, também estava ligado ao estado-maior do IPES-São Paulo por intermédio de André Telles de Mattos, membro do grupo do General Agostinho Cortes, e também através de Nemésio Bailão e Carlos Eduardo D'Álamo Lousada.[174]

Chegando a Minas Gerais, e imediatamente após assumir seu novo comando, o General Mourão Filho entrou em contato com o General Guedes, a quem confidenciou suas operações em São Paulo. Em setembro de 1963, o General Guedes e o General Mourão Filho tiveram uma reunião com o Governador Magalhães Pinto, onde foi discutida a formação de um "Estado-maior Revolucionário". Em seguida, o General Mourão Filho e o General Guedes estabeleceram contatos para as operações com o Coronel José Geraldo de Oliveira, comandante da Polícia Militar de Minas Gerais e com o Coronel Afonso Barsante dos Santos, chefe do Estado-maior da Polícia Militar. Logo após sua chegada, o General Mourão Filho teve uma reunião com o Coronel Antônio Carlos de Andrade Serpa, recomendado a Mourão Filho pelo Coronel Portella, que pertencia ao grupo do General Costa e Silva e estava ligado aos extremistas de direita no Rio e São Paulo. Quando o General Mourão Filho pediu seu conselho a respeito de quem integrar em seu novo Estado-maior, o Coronel Serpa indicou o Tenente-coronel Everaldo José da Silva, também ligado ao Coronel Portella. Alguns dias depois, o Tenente-coronel Everaldo indicou ao General Mourão Filho os nomes de oito oficiais, que passaram a formar seu Estado-maior.[175] Subitamente o General Mourão Filho estava sendo sustentado pelo Grupo do General Costa e Silva, que tentou cooptá-lo. Entretanto, havia um Major, José Ramos de Alencar, no Estado-maior do General Mourão Filho. O Major Alencar estava ligado ao líder do IPES Augusto Frederico Schmidt, que assumiu a tarefa de solapar o prestígio do General Mourão Filho junto aos jovens oficiais.[176] Estabeleceu-se uma situação semelhante à de São Paulo, com os elementos do grupo IPES/ESG tentando enfraquecer a autoridade do General Mourão Filho — o que, no final, foi inútil — e tentando também incorporá-lo à conspiração do movimento civil-militar de Minas Gerais. Como foi visto anteriormente, esse movimento havia sido organizado pelo IPES-Belo Horizonte e ligado ao General Carlos Luís Guedes. Ingenuamente, o General Mourão Filho acreditava que havia sido responsável pela formação do movimento civil-militar em Minas Gerais.

Em janeiro de 1964 o General Mourão Filho entrou em férias, enquanto o General Guedes assumiu a supervisão do desenvolvimento da conspiração. No final de janeiro, o General Guedes compareceu a uma reunião, que se tornou vital entre os representantes das "classes conservadoras" [*sic*] realizada no Edifício Acaiaca, o complexo de escritórios mais importante de Belo Horizonte, onde o IPES estava sediado.[177] Entre os representantes dos empresários e profissionais liberais presentes a essa reunião estava toda a liderança executiva do IPES e vários ativistas, parte do "atuante grupo revolucionário" mencionado anteriormente, isto é: Jonas Barcellos Corrêa, Josafá Macedo, Ruy de Castro Magalhães, Aluísio Aragão Villar, Laércio Garcia Nogueira e toda a diretoria da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e suas subsidiárias, ou seja: Joseph Hein, Francisco Pinto de Souza, Elmo Alves Nogueira, Henrique Guatimozin, Geraldo Parreira, Antônio Chagas Diniz (também diretor da Cia. Fiação Tecidos Santa Rosa, Comercial Santa Rita S/A, Fundição Santa Fé e Máquinas Agrícolas Altivo S/A) e Antônio Mourão Guimarães (que também era diretor do Banco de Minas Gerais S/A e do Banco Mercantil da Guanabara).[178] Além desses, os seguintes empresários influentes estavam presentes: José Neto de Oliveira — Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A; Edwin May — Cia. Siderúrgica Mannesmann, Cia. Siderúrgica São Caetano, Mannex do Brasil S/A, Mannesmann Mineração

S/A; Caetano Nascimento Mascarenhas — Cedro e Cachoeira Têxteis, Cia. Industrial de Estamparia; Antônio Mascarenhas Barbosa, Alexandre Diniz Mascarenhas — Cia. Industrial de Estamparia; Décio Magalhães Mascarenhas — Cia. Industrial Belo Horizonte; João Renó Moreira — Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda., Metalgráfica Mineira S/A; Avelino Menezes — Frigorífico SIPA S/A; Francisco Menezes Filho — Frigorífico SIPA S/A; Américo R. Giannetti e Murillo Giannetti — Fábrica de Papel Cruzeiro S/A; Imobiliária Mineira S/A, Celulose e Papel Minas Gerais S/A; Oswaldo Pierucetti — Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A e íntimo colaborador político do governador Magalhães Pinto; Dario Gonçalves de Souza — Cia. Industrial Itaunense; Romualdo Cançado Neto — Casa Comercial Romualdo Cançado S/A, Associação Comercial de Minas Gerais; Nansen de Araújo — Cia. Brasileira de Instrumentos Científicos, Associação Comercial de Minas Gerais; Paulo Souza Lima, do ramo de construções; Rui Lage — Sociedade Corretora de Títulos; os advogados Bento Romeiro e João Romeiro; Padre José Cândido de Castro; General Elcino Bragança; Gabriel Bernardes Filho — Cia. Força e Luz de Minas Gerais; advogado Rúbio Ferreira de Souza e José Luiz Andrade — Fundo Crescinco.[179] A reunião foi presidida pelo líder do IPES Aluísio Aragão Villar que, de acordo com o General Guedes, estimulou ação à margem da lei e pediu intervenção militar.

Na reunião do Acaiaca, como ficou conhecida, os empresários e profissionais liberais do IPES tentaram insistentemente aliciar o General Guedes para que o oficial em comando e os militares de Minas Gerais se comprometessem firme e ativamente com uma operação ofensiva contra o Governo. Provaram também ao General Guedes o forte apoio dos empresários pela sua presença à reunião e por suas atitudes manifestas. A resposta do General Guedes foi que os empresários deveriam "tomar as ruas de Jango". O General Guedes frisou que uma vez que a opinião pública estivesse mobilizada pelos empresários contra o governo, "nós, os militares, como parte do povo, apesar de armados, simplesmente usaríamos nossas armas para o que fomos criados, a defesa da segurança interna" ameaçada pela esquerda.[180] Este esquema era semelhante ao elaborado em novembro de 1961 no Rio, e igual ao posto em prática em São Paulo. Através de seu comando civil e juntamente com a mídia de Minas Gerais, em particular os Diários Associados,[181] e várias organizações de ativistas femininas das classes médias, especialmente a Liga de Mulheres Democráticas e o Movimento Familiar Cristão, com as associações empresariais, a FAREMG e a Federação das Indústrias, a Liga Anti-Comunista, organizações estudantis e grupos paramilitares como a UDN Estudantil e o GAP, a liderança do IPES realizou operações semelhantes às desenvolvidas no Rio e em São Paulo e descritas anteriormente. A campanha de propaganda que custeava a publicação de manifestos de associações de profissionais liberais — especialmente advogados e médicos — na imprensa, televisão e programas de rádio, comícios e marchas organizadas pelo IPES-Belo Horizonte e suas associações paralelas culminou, em fevereiro de 1964, com a Marcha do Terço organizada pelo Padre Peyton, pelo Padre João Botelho e por várias organizações femininas patrocinadas pelo IPES.[182] A marcha, que condenou Leonel Brizola publicamente como anti-Cristo, também condenou o governo de João Goulart e pediu uma intervenção militar. O apelo da Marcha do Terço foi reforçado pelo lançamento, em março de 1964, da Marcha da Família com Deus

pela Liberdade, numa operação semelhante às executadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Significativamente, entre os militares que lideraram a marcha encontravam-se o General José Lopes Bragança,[183] o próprio General Guedes, o Coronel José Geraldo de Oliveira, o Coronel Dióscoro Valle e o Tenente-coronel Joaquim Clemente.[184] O clima político em Minas Gerais estava pronto para que fosse desencadeado um movimento militar contra o governo central.

Foi de Juiz de Fora que o General Mourão Filho lançou e precipitou o golpe de 31 de março de 1964, deixando seu quartel de uma forma que parecia ser uma repentina mudança de idéia apoiada pelo General Guedes, apesar da cuidadosa supervisão a que havia sido submetido.[185] Os maiores receios do estado-maior do Rio de Janeiro haviam sido confirmados e, assim, uma campanha conduzida com ordem e cuidado pelo complexo IPES/ESG com o fim de tomar o poder de maneira organizada e completa foi prejudicada à medida em que atores políticos inesperados foram colocados em papéis centrais na disputa pelo poder que seguiu à partida apressada do General Mourão Filho de Juiz de Fora.[186] O estado-maior informal no Rio foi imediatamente informado da partida do General Mourão Filho e resolveu com rapidez apoiar a iniciativa para impedir a intervenção militar do governo central, esmagando a insurreição que se iniciava e talvez usando o fato como um pretexto para agir também contra o grupo IPES/ESG.[187] Além disso, o estado-maior informal tinha de agir rapidamente para evitar conseqüências indesejáveis da atitude do General Mourão Filho, especificamente a projeção de políticos e militares que, ao mesmo tempo que se opunham a João Goulart, não compartilhavam dos valores e metas do grupo IPES/ESG. Entretanto, o dano havia sido causado. O domínio completo da ESG dentro da hierarquia do Exército havia sido derrotado, e o *trounier* General Costa e Silva, apoiado por um grande número de oficiais de médio escalão e extremistas de direita, tornou-se Ministro da Guerra, um posto para o qual o General Jurandir B. Mamede havia sido preparado.[188] A tomada do Ministério da Guerra pelo General Costa e Silva tornou-se um fato político da maior importância contra o IPES e a ESG.[189] Mas apesar desse revés, a elite orgânica do complexo IPES/IBAD conseguiu colocar-se na direção do Estado e ocupar os postos-chave da burocracia civil e da administração tecnocrática, enquanto a ESG lentamente, mas com segurança, conseguiu suplantar um grande número de seus oponentes e, a longo prazo, controlar uma boa parte dos postos militares-chave bem como obter uma posição de supremacia no ensino e na doutrinação das Forças Armadas, onde sua ideologia de segurança e desenvolvimento passou a dominar. De qualquer forma, de acordo com o propagandista do IPES Wilson Figueiredo, editor do *Jornal do Brasil*, "o bom bocado não é para quem o faz, e sim para quem o come".[190] e apesar de o General Mourão Filho haver desencadeado o golpe, sem dúvida foi a elite orgânica do complexo IPES/IBAD quem colheu os frutos da vitória, como o capítulo seguinte tenta mostrar.

Conclusão

Tentou-se descrever a ampla rede de apoio que o complexo IPES/IBAD conseguiu dentro das Forças Armadas e também de militares da reserva. Alguns dos oficiais mais influentes eram Ipesianos e Ibadianos, e desempenharam um

papel significativo na preparação e na consumação do movimento civil-militar que depôs João Goulart.

Além disso, tentou-se descrever a participação de civis e oficiais do complexo IPES/IBAD no movimento civil-militar que retirou o Presidente João Goulart do poder e marcou o fim do regime populista. A articulação de tantos e tão diversos atores e facções como o grupo de "linha dura" da ESG, os extremistas de direita e os tradicionalistas conscientizados de seus interesses comuns pelos ativistas do IPES foi conseguida, ao que parece, sem que os diferentes grupos participantes soubessem ou compreendessem plenamente as implicações nacionais mais amplas e o total significado político e econômico que o papel do complexo IPES/IBAD impôs sobre os fatos. O complexo IPES/IBAD estava no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar. E este é o último ponto que se tentou enfatizar, isto é, que o ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi, conforme mencionado anteriormente, um movimento civil-militar. Discutiu-se e tentou-se mostrar nos capítulos anteriores, bem como neste capítulo, o que o próprio General Cordeiro de Farias reconheceu, que o movimento vitorioso de 1964 foi "altamente político e civil em sua formação e execução".[191] A elite orgânica, durante a presidência de João Goulart, havia ajudado a conduzir o Estado brasileiro para uma situação em que uma intervenção protobonapartista pelas Forças Armadas poderia ser encarada por um grande número de militares como uma solução adequada para as contradições da sociedade e do governo brasileiros. O complexo IPES/IBAD e os oficiais da ESG organizaram a tomada do aparelho do Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. As manobras preparatórias para o golpe propriamente dito, a conspiração entre os diferentes numerosos oficiais envolvidos e, acima de tudo, suas ligações com o complexo IPES/IBAD, tinham um caráter especialmente secreto. Essas ligações foram periodicamente denunciadas por adversários políticos nos primeiros anos da década de sessenta e têm sido reveladas em trabalhos recentes. Em documentos do IPES, os oficiais eram, na maioria dos casos, identificados por suas iniciais.

Dentre as memórias recentes de oficiais, aquelas que fornecem informações extremamente úteis e que serão exaustivamente utilizadas neste capítulo são: (a) Olympio MOURÃO Filho. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Rio de Janeiro, L. & PM, 1978 (Introdução e pesquisa de Hélio Silva). (b) Carlos Luís GUEDES. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1979. (c) Jayme PORTELLA. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro, Guavira, 1979.

2. Informações fragmentadas sobre os conspiradores e alguns relatos a respeito dos movimentos empresarial-militares podem ser encontrados em: (a) MONIZ BANDEIRA. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. (b) MONIZ BANDEIRA. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1973. (c) Hélio SILVA. *1964: golpe ou contra-golpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. (d) José STACCHINI. *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1965. (e) Hernani D'AGUIAR. *A revolução por dentro*. Rio

de Janeiro, Artenova, 1976. (f) Alfred STEPAN. *The military in politics: changing patterns in Brazil* Princeton, Princeton Univ. Press. 1971. (g) Phyllis PARKER. 1964: *O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. (h) John W. F. DULLES. *Unrest in Brazil: political-military crisis 1955-1964.* Austin, Univ. of Texas Press, 1970. (i) John W. F. DULLES. *Castello Branco: the making of a Brazilian president.* Austin, Univ. of Texas Press, 1978. (j) Justino Alves BASTOS. *Encontro com o tempo.* Porto Alegre, Editora Globo, 1965. (l) George W. BEMIS. From crisis to revolution: monthly case studies. In: *International Public Administration Series.* Los Angeles, Univ. Southern California, 1964. n. 1. (m) Mauro BORGES. *O golpe em Goiás: história de uma grande traição.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. (n) Glauco CARNEIRO. *História das revoluções brasileiras.* Rio, Cruzeiro, 1965. V. 2. (o) Alberto DINES et alii. *Os idos de março e a queda em abril.* Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964. (p) Carlos Castello BRANCO. *Introdução à revolução de 1964.* Rio de Janeiro, Artenova, 1975. V. 1 e 2. (q) Olympio MOURÃO Filho. *Memórias . . . op. cit.* (r) Araken TÁVORA. *Brasil 1.° de abril.* Rio de Janeiro, Vida Doméstica, 1964. (s) Araken TÁVORA. *How Brazil stopped communism.* Rio de Janeiro, Vida Doméstica, 1964. (t) Odílio DENYS. Denys conta tudo. *Fatos e Fotos.* 02 de maio de 1964. (u) Edmundo MONIZ. *O golpe de abril.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. (v) James W. ROWE. *The revolution and the "System".* Estados Unidos, American Univ. Field Staff, julho/agosto 1966. Relatório XII, N. 3. 4. 5. (x) Philip SIEKMAN. When executives turned revolutionaries. A story hitherto untold: how São Paulo businessmen conspired to overthrow Brasil's communist-infested government. *Fortune,* EUA, (3):147,49, 210-21, sept 1964. (z) C. S. HALL. The country that saved itself. *Reader's Digest,* EUA, November-1964, p. 133-58. Reportagem Especial.

As informações advêm da tentativa de reconstituir ligações que até o momento não foram devidamente esclarecidas e que adquirem maior importância, à medida que a filiação dos participantes do complexo IPES/IBAD se torna conhecida. Essa tentativa foi feita a partir de relatos parciais e de informações adicionais, provenientes dos arquivos do IPES. Ainda que esses relatos sejam conflitantes na descrição dos eventos e na compreensão de alguns fatores do processo que culminou com o golpe, eles possuem um importante ponto comum. Todos eles indicam os oficiais, empresários e políticos do complexo IPES/IBAD como o centro da campanha que ocasionou o golpe. Em muitos casos, o papel central do IPES em particular é explicitamente indicado, em outros casos o Instituto não é mencionado como tal, embora os atores políticos, tanto militares como empresários, envolvidos em operações-chave ou destacados como personagens centrais, sejam líderes e ativistas do complexo IPES/IBAD.

3. Articulação é uma expressão amplamente usada para indicar ligações e contactos efetuados por indivíduos e grupos a fim de estabelecer diretrizes comuns para seu movimento contra um determinado adversário comum.

4. A Embaixada Americana também desempenhou o papel "de tornar grupos civis e militares díspares, porém simpatizantes, conhecedores uns dos outros e da deslealdade do governo". Riordan ROETT. *Brazil in the sixties.* Nashville, Vanderbilt Univ. Press, 1972, p. 90-2. Nessas operações destacou-se o Coronel Vernon Walters, adido militar da Embaixada Americana, que coordenou operações de informação no Brasil. Um relatório do SFICI, o serviço de contra-informação do Exército, enfatizou o envolvimento do Coronel Walters. In: M. BANDEIRA. *O governo . . . op. cit.* p. 128-29. Nota bibliográfica 6-14. J. PORTELLA. *op. cit.* p. 175.

5. Os contactos externos foram enfatizados pela visita ao Brasil, em outubro de 1962, de uma equipe de pesquisa, o Inter Agency Survey Team, formada por membros de vários órgãos americanos e chefiada pelo Embaixador William H. Draper. A equipe de pesquisa incluía o Major-General Douglas V. Johnson (Departamento de Defesa), Ludwell L. Montague (CIA), Thomas E. Naughton (AID), C. Edward Wells (USIA), Henry J. Constanzo (Departamen-

to do Tesouro) e William B. Connett Jr. (Departamento de Estado). Eles visitaram o Rio, São Paulo e o Nordeste e receberam cobertura para suas atividades pelos agentes diplomáticos americanos no Brasil.

Essa equipe reuniu-se em São Paulo, utilizando-se de uma série de jantares e almoços com a participação exclusiva de homens, para fazer contactos pessoais, tratar das questões do momento e trocar idéias sobre a conjuntura política. Os seguintes líderes do IPES estavam presentes: Teodoro Quartim Barbosa, Gastão E. Bueno Vidigal, Paulo R. Magalhães, Fernando E. Lee, Vicente de Paulo Ribeiro, Paulo Ayres Filho e Humberto Monteiro.

Eles também se reuniram com Quirino Ferreira Neto (diretor-vice-presidente da *Folha de São Paulo* e diretor da Água Fontalis S/A), Bruce S. Galbraith (diretor da Alba S.A.), Walter H. Gussehoven (diretor da General Motors do Brasil), Francis L. Herbert (Cia. Swift do Brasil), Joseph H. Jones (diretor da Union Carbide do Brasil), John S. Richards (presidente da RCA Eletrônica Brasileira e presidente da American Chamber of Commerce no Brasil, São Paulo), Francisco de Paula Vicente Azevedo (vice-presidente do Banco Comercial do Estado de São Paulo S.A.). Encontraram-se, ainda, com Adhemar de Barros, governador eleito de São Paulo, o General Pery Bevilacqua, comandante do II Exército; o General Aurélio de Lyra Tavares, comandante da 2.ª Região Militar do Brasil; Maria da Conceição da Costa Neves, deputada por São Paulo e que mais tarde viria a se tornar uma líder ostensiva da "Marcha da Família"; Antônio de Barros Ulhoa Cintra, reitor da Universidade de São Paulo, e Ruy Mesquita, filho de Júlio de Mesquita Filho, editor e proprietário do *O Estado de São Paulo* e ele próprio diretor do jornal. O "Embaixador" Draper era, na realidade, o General William H. Draper (da reserva) do Exército dos Estados Unidos, viajando sob cobertura diplomática. O General Draper se manteve em contacto com o IPES, visitando sua liderança após o golpe. Aerograma enviado ao Departamento de Estado por Daniel M. Braddock, Cônsul Geral Americano em São Paulo, 19 de outubro de 1962, N. A-109, Arquivos JFK, NSF. Vide também J. PORTELLA. *op. cit.* p. 174-181.

6. Em uma das reuniões realizadas pela equipe do General Draper durante sua missão de investigação de ocorrências no Brasil, John Richards, presidente da American Chamber of Commerce em São Paulo, expressou sua grande preocupação a respeito do futuro político e econômico do Brasil. Richards declarou "que ele considerava João Goulart pessoa extremamente perigosa e sugeriu que o Governo dos Estados Unidos deveria forçar o colapso econômico do Brasil, cortando toda a ajuda à Administração de João Goulart e, dessa forma, causando a queda do próprio João Goulart. Quando isso ocorresse, esperava-se que os militares interviessem e "corrigissem as condições existentes". Enfatizando sua argumentação Richards acrescentou que "via muito poucas possibilidades de colocação, pelos Estados Unidos, de assessores em instituições financeiras chave no Brasil". Aerograma enviado ao Departamento de Estado por Daniel M. Braddock, Cônsul Geral Americano em São Paulo, 19 de outubro de 1962, N. A-109, Arquivos JFK, NSF.

Os líderes dos IPES mantiveram contacto com o governo americano em outros níveis. O Embaixador Lincoln Gordon observou que o líder do IPES Alberto Byngton (um americano-brasileiro da cidade paulista de Americana) foi enviado a Washington como emissário das forças anti-João Goulart, em março de 1964. Antes de retornar ao Brasil, no dia 21 daquele mês, ele havia requisitado às autoridades americanas um plano de emergência e contingência para garantir apoio logístico ao movimento contra João Goulart. O plano de contingência preparado pelo governo americano tornou-se conhecido como "Operation Brother Sam" (Operação Irmão Sam). Para maiores informações sobre a "Operação Irmão Sam", vide (a) Marcos Sá CORRÊA. *1964: visto e comentado pela Casa Branca.* Porto Alegre, L & PM, 1977, que reproduz uma série de documentos importantes disponíveis na Biblioteca Lyndon Johnson em Austin, Texas. (b) P. PARKER. *op. cit.* (c) Vernon WALTERS. *Silent missions.* EUA, Doubleday, 1978; (d) A. J. LANGGUTH. *Hidden terrors.* New York, Pantheon Books, 1978; (e) *Jornal do Brasil*, 18 a 20 de de-

zembro, 1976. (f) Lincoln Gordon. Entrevista a Roberto Garcia. *Veja*, 9 de março de 1977. (g) Gayle Hudgens WATSON. *Brother Sam and the Goulart golpe*. Texas, Univ. of Texas, 1977. Mimeografado.

7. A 5 de fevereiro de 1962, durante uma reunião da Comissão Diretora do IPES, Glycon de Paiva e José Rubem Fonseca apresentaram o problema da "equação letal IPES-MAC" e teceram comentários a respeito das pressões impostas a seu amigo A. Nasser, Ministro da Justiça, desde que a questão se tornara pública. Todos os esforços deveriam ser envidados para evitar o conhecimento, pelo público, da associação IPES-MAC. Antônio Gallotti relembrou aos presentes que "Cada membro do IPES acusado de pertencer ao MAC deve se defender. Porém, em sua defesa, não deverá positiva ou negativamente fazer a mínima referência ao IPES." A questão foi novamente levantada uma semana mais tarde, a 12 de fevereiro de 1962 por Ney Peixoto do Vale, que cuidava da imagem pública do IPES como executivo da Promoção e Propaganda. Ele estava preocupado com o fato de ser o General Golbery publicamente considerado um homem de direita, ligado àqueles elementos. Vide Plínio de Abreu RAMOS. *Como agem os grupos de pressão*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. p. 43-4.

8. Vários outros grupos e organizações similares surgiram nos primeiros anos da década de sessenta, tais como o Movimento Anti-Comunista — MAC, o Movimento Democrático Brasileiro — MDB, a Ação Vigilantes do Brasil — AVB, a Patrulha da Democracia, a Organização Paranaense Anti-Comunista — OPAC, a Mobilização Democrática de Minas Gerais — MDM, a Cruzada Nacional de Liderança Democrática — CNLD, o Grupo de Ação Patriótica — GAP e a LIDER. A CNLD tinha como objetivo a doutrinação das "classes dirigentes capitalistas", enquanto que, ao mesmo tempo, pretendia penetrar nas classes trabalhadoras. Vide documento assinado da CNLD. Arquivos do IPES — Rio de Janeiro.

— Os grupos da rede OPAC/IBAD/IPES/MAC se reuniam em Curitiba, no Edifício ASA (onde Bronislaw Roguski da CBR mantinha seu escritório) na sede do SESC/SENAC, no Círculo de Estudos Bandeirantes, no SESI, na sede do PRP e na Associação Comercial do Paraná. Vide (a) MONIZ BANDEIRA. *Presença*... *op. cit.*, p. 458. (b) *O Semanário*, (375), 12 a 18 de março p. 5. (c) Ata do IPES, 27 de março de 1962. (d) IPES CD, 23 de agosto de 1962. (e) IPES CD, 16 de outubro de 1962. (f) *Política e Negócios*, 19 de agosto de 1963.

9. A respeito do treinamento especial recebido pelos militares e pela polícia para lidar com os civis, vide (a) A. LANGGUTH. *op. cit.* principalmente os capítulos 2-5. (b) Jan Knippers BLACK. *United States penetration of Brazil*. Manchester, Manchester Univ. Press, 1977. Cap. 9. (c) NACLA Handbook. *The U.S. military apparatus*. Berkeley, Aug. 1972.

10. Contatos permanentes de empresários, jornalistas simpatizantes e políticos com as Forças Armadas foram estimulados pela elite orgânica. Rui Gomes de Almeida, agindo como personagem de liderança empresarial, sem manter publicamente qualquer ligação com o IPES ou suas atividades subversivas, foi um elemento-chave nesses contactos. Rui Gomes de Almeida pôde relatar à liderança do IPES que havia conversado, em um encontro casual, com o General Osvino Ferreira Alves, comandante do I Exército e renomado nacionalista. R. G. Almeida confidenciou ao General Osvino que ele era um homem do centro esquerdizante "dinâmico e não estático". Entretanto, R. G. Almeida enfatizou que "amanhã [os militares] teriam provavelmente que escolher, mas para o Executivo eles deverão admitir apenas homens de centro". R. G. Almeida acrescentou que "se eu tiver de escolher entre o comunismo e a ditadura, eu ficarei com a direita". (a) IPES CD Rio, 22 de maio de 1962. (b) IPES CD, 4 de setembro de 1962.

Segundo Antônio Carlos do Amaral Osório, foram também mantidos contactos com outros oficiais influentes tais como o General Crisanto e o General Jair Dantas Ribeiro. Vide também Octávio COSTA. A revolução que não tem dono. In: *O processo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro, AERP, 1969, p. 60-1.

11. Houve um certo número de conspirações faccionárias. Um relatório da Embai-

xada Americana no Rio observou que "a conspiração contra o regime entre os militares brasileiros inclui o II Exército, ou a Segunda Região Militar, mas não se limita a essas unidades. A conspiração generalizada é tipicamente brasileira por não ser unificada e por se ressentir da presença de demasiados possíveis líderes. Todos os grupos que conhecemos, entretanto, reconheceram a necessidade de qualquer movimento de tal ordem ser de âmbito nacional". Telegrama enviado pelo Embaixador Lincoln Gordon ao Secretário do Departamento de Estado. Controle 18462, N. 2275, 22 de maio de 1963. Arquivos JFK. NSF.

12. P. SCHMITTER. *Interest, conflict and political change in Brazil*. Stanford, Univ. of California Press, 1971. p. 360.

13. IPES CD, Rio, 26 de junho de 1962. Reunião realizada com a presença do General Golbery do Couto e Silva, General Heitor Herrera, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Harold Cecil Polland, Jorge Oscar de Mello Flores, Glycon de Paiva, Miguel Lins, José Rubem Fonseca, Oswaldo Tavares Ferreira, Cândido Guinle de Paula Machado, Antônio Carlos do Amaral Osório e Dario de Almeida Magalhães.

14. A maioria dos registros de reuniões do IPES procurou evitar mencionar a participação de militares e a natureza de suas atividades. Além disso, quando se fazia menção a atividades nas quais militares estavam envolvidos, a sua presença era indicada por suas iniciais. Assim, em 28 de agosto de 1962, um certo general H. G. é mencionado como estando presente a uma das reuniões executivas do IPES para fornecer informes sobre a situação. Vide IPES CD. Rio, 07 de agosto de 1962.

15. Isto foi patenteado a partir de evidência apresentada à Comissão Parlamentar de Inquérito de 1963 que investigou o complexo IPES/IBAD. Carta do coronel Astrogildo Correia à CPI, apresentada em 23 de agosto de 1963. *O Estado de São Paulo*, 24 de agosto de 1963.

16. IPES CE, 20 de novembro de 1962, J. B. Leopoldo Figueiredo.

17. Segundo Glycon de Paiva, o General Golbery havia sido incumbido da direção de uma "variedade de operações de natureza menos acadêmica do que aquelas normalmente creditadas ao IPES". Vide (a) Elmar BONES. Golbery, poder e silêncio. *Coojornal*. Porto Alegre, setembro de 1978. p. 20. (b) James ROWE et alii. *Brazilian election fact book*. s. 1. September 1965. n. 2. p. 32.

18. Marechal Odílio Denys, citado em: João Camilo de Oliveira TORRES. *Razão e destino da revolução*. Petrópolis, Editora Vozes, 1964. p. 225-30.

19. E. BONES. *op. cit*. p. 20.

20. O IPES incentivava o bom entendimento entre militares e empresários através de cursos políticos ministrados em clubes sociais e culturais de prestígio e em outros locais, conforme foi visto nos Capítulos V e VI.

Os empresários do complexo IPES/IBAD forneciam os meios para os militares viajarem, bem como dotavam os oficiais envolvidos no movimento anti-João Goulart de apoio material e cobertura financeira, conforme é visto neste capítulo.

21. A interação entre os empresários e os militares era tão intensa que até mesmo o influente documento *LEEX — Lealdade ao Exército*, um texto que pretendia harmonizar as diversas facções, foi mimeografado nos escritórios da *Cruzeiro* do Sul, uma das companhias aéreas do país, sob a iniciativa de seu diretor, o líder ipesiano Bento Ribeiro Dantas. Para uma análise do conteúdo e do impacto do LEEX, vide J. STACCHINI. *op. cit*. p. 80-6. É interessante observar que o autor desse documento foi o General Ulhoa Cintra, e que o General Cordeiro de Farias conferiu seu rascunho. Olympio MOURÃO Filho. *op. cit*. p. 411-12. O General Castello Branco também conferiu o esboço básico e introduziu algumas modificações. Entrevista do Marechal Cordeiro de Farias a R. A. Dreifuss, Rio de Janeiro, 1976. Vide também M. BANDEIRA. *O Governo*... *op. cit*. p. 161.

22. Octávio Marcondes Ferraz. Depoimento prestado em São Paulo a 20 de outubro de 1971. HACB 862/1. Arquivos do Marechal Castello Branco: Coleção CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Marcondes Ferraz foi recompensado por seus esforços. Ele se tornou um dos poucos membros da elite orgânica de São Pau-

lo a efetivamente ocupar cargo de cúpula durante a administração de 1964 a 1967.

23. O Coronel Hernani D'Aguiar, participante ativo da conspiração contra João Goulart, como membro da ECEME e do Corpo Permanente da ESG desde 1970, apontou os seguintes civis "que participaram em diferentes estágios da conspiração": Oswaldo Pierucetti, Monteiro de Castro, José Luís de Magalhães Lins, Antônio Neder, Antônio Balbino, Camilo Aschar, José Maria Alkmim, Irmã Ana de Lourdes, Laudo Natel, Lucas Nogueira Garcez, Júlio de Mesquita Filho, Armando Falcão, Roberto de Abreu Sodré, Aliomar Baleeiro, Luiz Carlos de Oliveira, Amaral Netto, Paulo Quartim Barbosa, Teodoro Quartim Barbosa, Hugo Levy, Robert Isnard, João de Almeida Prado, Sérgio Barbosa Ferraz, Luiz Pinni Neto, Cláudio Soares, Flávio Galvão, André de Faria Pereira Filho, Eugênio Gudin, José Prudente de Morais Neto, José Zoberan Filho, Sandra Cavalcanti, o Padre Calazans, Arnaldo Cerdeira, Adauto Cardoso, Dayl de Almeida, Afonso Arinos, José Eduardo Prado Kelly, Milton Campos, Edmundo Falcão, Augusto de Lima Neto, Pedro Aleixo, Assis Chateaubriand, Américo de Souza, Herman de Moraes Barros, Herbert Levy, Rondon Pacheco, Ribeiro de Andrade, Luiz Antônio Gama e Silva, Paulo Ayres Filho, Paulo Egydio Martins, Alfredo Nasser, Emival Caiado, Coelho de Souza, Octávio Marcondes Ferraz, Luiz Carlos Prado, Carlos Eduardo D'Álamo Lousada, Rodolfo de Freitas Filho, Luiz Werneck, Aristóteles Drummond, Frederico Viotti, Daniel Krieger, Eldino Brancante, João Adelino Prado Neto, Humberto Golfi, Sílvio Luciano de Campos Arruda Câmara, Murilo de Melo Filho, Roberto Marinho, Ricardo Marinho, Rogério Marinho, Hélio Fernandes, Sérgio Lacerda, Sebastião Lacerda, Arnaldo Vieira de Carvalho, Sérgio Broteiro Junqueira, Gustavo Borghoff, Adalberto Bueno Neto, João Baptista Leopoldo Figueiredo, Antônio Carlos Pacheco e Silva, Daniel Machado de Campos, Paulo Reis Magalhães, Eduardo Levi Filho, José Ely Coutinho, Vicente Mammana Neto, Marcelo Garcia, Rafael de Almeida Magalhães, David Nasser e João Calmon. In: H. D'AGUIAR. *op. cit.* p. 107.

A presença da liderança do IPES é óbvia, bem como a de muitos ativistas dos setores de Opinião Pública e assuntos Sindicais e Estudantis. Muitos desses nomes já foram mencionados nos capítulos anteriores. A maioria deles será novamente mencionada neste capítulo.

24. H. SILVA. *op. cit.* p. 250.

25. O Coronel Octávio Velho foi indicado para o Serviço Noticioso da Agência Nacional. Ele havia pertencido ao Ministério da Justiça durante o governo Jânio Quadros, era membro da Comissão Técnica do Rádio e diretor da Mesbla S.A., a gigantesca loja de varejo do Rio de Janeiro que financiava o IPES. O Coronel Octávio Velho era também membro de grupos de estudo do IPES.

O general Agostinho Cortes foi um dos oficiais que se reformaram prematuramente, e passou a liderar as operações civil-militares do IPES São Paulo.

26. Deve-se chamar a atenção do leitor para o papel desempenhado pelo General Mamede e para a importância da ECEME nos eventos que conduziram a 1.° de abril de 1964. Sob o comando do General Mamede e do General João Bina Machado na ECEME, encontravam-se em torno de 400 oficiais, os quais, com raras exceções, apoiavam os ativistas contra João Goulart. Entre os ativistas da ECEME estavam os Tenentes-coronéis João Baptista Figueiredo, Octávio Medeiros, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, os Majores Hélio Mendes, Hernani D'Aguiar, e Venturini, o Tenente Mário Silva O'Reilly Souza, que eram personagens de prestígio entre os oficiais do Exército. Vide J. PORTELLA. *op. cit.* p. 68-84, sobre o significado da ECEME e os capítulos 4 e 5 sobre o papel da ECEME durante os acontecimentos que conduziram a 1.° de abril de 1964.

27. J. W. ROWE. *op. cit.* p. 15.

28. (a) Carlos Castello BRANCO. Da Conspiração à revolução. In: DINES, A. et alii. *Os idos... op. cit.* p. 287-306. (b) J. W. ROWE. *op. cit.* p. 14.

29. (a) Entrevista com o General Albuquerque Lima. Rio de Janeiro, maio de 1976. (b) J. PORTELLA. *op. cit.* p. 84.

30. O General da ESG Agrícola Bethlem era um dos diretores da Codinco — Cia. de Desenvolvimento Industrial e Comercial e da Cia. Atlântica de Investimentos, Cifra S.A., Cota S.A., e Consórcio Atlântico de Investimentos. Ele era também um membro proeminente da ADECIF, associação de classe das empresas de crédito, financiamento e investimento.

31. O general Montagna era um executivo da Willys Overland.

32. Orlando Geisel, morreu o condestável do regime. *ISTO É*, (128). 6 de junho de 1979. As contas de telefone do IPES do Rio eram faturadas em nome do General Henrique Geisel, que se dedicava, na época, a negócios privados.

33. O General Esmeraldo era tio de Vicente Barreto Esmeraldo, que se tornou amigo íntimo do General Ernesto Geisel, ascendendo rapidamente através da administração pública e se tornando um burocrata de cúpula depois de 1974.

34. O brigadeiro H. Fleiuss tornou-se diretor do grupo financeiro SAFRA S.A. e da Safron Teijin Ind. Brasileira de Fibras (Teijin Ltd/Marubeni Corp./SAFRA S.A.).

35. Tanto o Brigadeiro Batista Bastos como o Almirante Augusto Silva eram executivos da ESSO Brasileira de Petróleo.

36. O Coronel Vidal era um dos diretores da COMAQ.

37. O Tenente-coronel Machado Dória tinha ligações com a Acesita e a Companhia Siderúrgica Nacional.

38. Outros oficiais eram o Coronel Souza, da Cia. Leste Mineira e o Coronel Valente, dos pára-quedistas.

39. J. Knippers BLACK, *op. cit.* p. 75-76.

40. No dia 9 de setembro de 1963, o Coronel Humberto Freire de Andrade, Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, denunciou 70 oficiais, em carta ao então Ministro da Guerra General Jair Dantas Ribeiro. Vide *O Estado de São Paulo*, 8 de novembro de 1963. Para maiores informações sobre o complexo IPES/IBAD entre os militares, vide (a) *O Estado de São Paulo*, 19, 20 e 26 de julho de 1963; 25 de outubro e 7 de novembro de 1963. (b) Pedro Aleixo, na CPI sobre o IBAD. *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1963. (c) Plínio de Abreu RAMOS. *op. cit.* p. 76.

41. Após 1964, o General Nelson de Mello tornou-se membro do grupo financeiro SAFRA S.A. e diretor da Ericsson do Brasil.

42. Outros membros desta rede eram os Tenentes-coronéis Soares de Souza, Hudson, Varela e Cunha; os Capitães Lamartine (secretário-assistente da ADEP-Guanabara), Joaquim Afonso, Jaime Antunes Lamir, Heitor Lopes Caminha, Sardenberg (sobrinho do General da ESG Idálio Sardenberg, outro conspirador ativo), os Tenentes José Carlos Amazonas, Clodoaldo e Borda. Alguns desses jovens tenentes passaram a pertencer à linha dura após 1964.

Outros oficiais ligados à rede IBAD/ADEP eram o Marechal José Ignácio Veríssimo, o Coronel Olympio Ferraz (da Polícia Militar de Pernambuco) e o Tenente-coronel Reinaldo Saldanha da Gama, que se achava profundamente envolvido no tráfego de armas para a conspiração contra João Goulart. Vide M. BANDEIRA. *O governo... op. cit.* p. 128 e Justino Alves BASTOS. *op. cit.* p. 338-41.

43. *O Estado de São Paulo*, 9 de novembro de 1963.

44. (a) J. W. ROWE. *op. cit.* V. 11. p. 11-12. (b) J. W. F. DULLES. *Castello... op. cit.* p. 309.

45. A destruição das Forças Armadas. *Ação Democrática*, março de 1962. Editorial, que estabeleceu um padrão para muitos apelos semelhantes.

46. Alguns dos oficiais de destaque da Cruzada Democrática eram os Generais Mamede, Golbery, Távora, José Sinval Monteiro Lundenberg, Sardenberg, Sizeno Sarmento, Ademar de Queiroz, Castello Branco, Ernesto Geisel e Orlando Geisel. Para verificar os nomes de outros membros da Cruzada Democrática, vide (a) Nelson Werneck SODRÉ. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. p. 336. (b) J. W. F. DULLES. *Unrest... op. cit.* p. 34, 31.

47. Desde março de 1962, Ruy Gomes de Almeida avaliava os resultados do traba-

lho do IPES no setor militar, estabelecendo uma comparação entre a rede IPES/Militares e a Igreja. R. G. Almeida afirmou que a contra-reforma ao comunismo só poderia ser realizada pelo IPES com a participação do Exército, o qual desempenharia um papel análogo ao da "Companhia de Jesus" que possuía duas fachadas, uma procurando prosélitos e a outra efetivamente conduzindo a "inquisição". O IPES devido à sua natureza, poderia apenas fazer proselitismo, enquanto que a demonstração de força ("a fogueira") só poderia advir dos militares. Ele observou que os militares que trabalhavam com o IPES eram "aproximadamente os mesmos desde o começo", uma situação que mudaria rapidamente à medida que o trabalho do complexo IPES/IBAD entre os militares começasse a produzir resultados. IPES CD, Rio, 27 de março de 1962. A necessidade de garantir o apoio crescente entre os militares tornou-se mais premente ao se perceber que J. Goulart estava "dia a dia consolidando sua posição dentro das Forças Armadas e dos sindicatos", enquanto o apoio do público a Leonel Brizola aumentava. IPES CD, 4 de setembro de 1962, Augusto Trajano de Azevedo Antunes.

Em agosto de 1962, o aspecto militar da campanha do IPES foi analisado. Cândido Guinle de Paula Machado se referiu a "um novo fato, tal como o dispositivo militar". IPES CD, 7 de agosto de 1962. É interessante notar que o General Golbery, que não estava presente a essa reunião, justificou sua ausência por estar "ocupado com os preparativos para a crise de 8 de agosto de 1962", quando a candidatura de Santiago Dantas ao cargo de Primeiro Ministro seria rejeitada pelo bloco da ADP no Congresso. Pouco tempo depois, Augusto Trajano de Azevedo Antunes se referiu à "Atitude das Forças Armadas", e às "jogadas políticas preparadas". Ata do IPES, 2 de outubro de 1962. Nessa sessão, o General Golbery expandiu suas observações sobre os preparativos do IPES para as eleições de 3 de outubro de 1962, bem como sobre o próximo plebiscito em janeiro de 1963.

48. T. SKIDMORE. *op. cit.* p. 223-26, 264-65, desenvolve a idéia de uma "rede de conspirações militares". Vide também (a) R. SCHNEIDER. *op. cit.* p. 39-107. (b) J. STACCHINI. *op. cit.* Cap. 3-4 e principalmente 13. (c) H. SILVA. *op. cit.* parte 3.

49. Hernani D'Aguiar fornece uma lista de mais de 330 oficiais do Exército, de majores a generais de quatro estrelas, ativos na conspiração contra J. Goulart e pertencentes a essas três tendências principais. Ele fornece também listas de oficiais da Marinha e da Aeronáutica que participaram ativamente do golpe. Hernani D'AGUIAR. *op. cit.* p. 103-106.

A lista referente ao Exército se assemelha, particularmente, a um "quem é quem" dos militares que ocuparam postos-chave na estrutura do Exército após 1964 e permanecem até os dias de hoje.

50. Ex-presidentes da ADESG eram líderes do IPES, tais como G. J. Borghoff, J. Behring de Mattos, Eudes de Souza Leão, João Nicolau Mader Gonçalves e Glycon de Paiva.

51. Relatos parciais sobre o papel desempenhado pela ESG e seus ativistas na conspiração contra João Goulart podem ser encontrados In: (a) J. STACCHINI. *op. cit.* cap. 13. (b) H. SILVA. *op. cit.* partes 3, 4, 5. (c) A. STEPAN. *op. cit.* principalmente o capítulo 3, que é grandemente responsável pela atenção extraordinária dedicada pelos cientistas políticos à ESG. (d) Eliezer Rizzo de OLIVEIRA. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969.* Petrópolis, Editora Vozes, 1976. Cap. 1. (e) J. W. F. DULLES. *Unrest... op. cit.* p. 303-30. (f) J. W. F. DULLES. *Castello... op. cit.* p. 263-384. No caso de J. W. F. Dulles, seus relatos são fortemente solidários aos indivíduos e grupos que faziam parte da rede IPES/ESG, os quais formaram a maioria dos seus entrevistados. Entretanto, seus trabalhos fornecem grande parte do material necessário a uma apreciação menos passional das questões e problemas envolvidos, uma vez que ele se baseou fortemente em uma série de entrevistas com importantes atores políticos no Brasil, em sua maioria envolvidos no complexo IPES/IBAD. Todavia, falta ainda um relato por-

menorizado sobre o verdadeiro papel desempenhado pela ESG no golpe de 1964.

52. A maioria desses jovens oficiais fazia parte também da ECEME, conforme foi mostrado anteriormente. Os Coronéis Leplane, Ayrosa, M. D. Andreazza e os Tenentes-coronéis Walter Pires e Caracas Linhares, particularmente, eram ligados ao General A. C. Muricy. O General A. C. Muricy estava também ligado aos Generais Cordeiro, Nelson de Mello e Ulhoa Cintra.

Segundo o General Muricy, o núcleo da conspiração incluía os Generais Castello Branco, chefe do Estado-maior do Exército, Costa e Silva, pertencente ao Departamento de Produção e Obras, Cordeiro de Farias e Ademar de Queiroz, ambos "de pijama", Orlando Geisel, da diretoria do Departamento de Material de Engenharia e, mais ainda, os Generais Ernesto Geisel, Augusto César de Castro Moniz de Aragão, Mamede e Alfredo Souto Malan. Esse grupo estava ligado, segundo o General Muricy, ao "General Golbery e seu grupo, o qual realizava no IPES, associado a nós, um trabalho intenso entre os empresários do Rio e de São Paulo".

Excetuando-se o General Costa e Silva, esses oficiais estavam ligados ao estado-maior informal liderado pelo General Castello Branco. Vide Antônio Carlos da Silva MURICY. O destacamento Tiradentes e o 31 de março de 1964. *O Globo*, 25 de março de 1979. p. 6-7.

53. "Tudo o que fiz foi pedir-lhes que deixassem de apoiar o governo. Eles não foram obrigados a se juntar a nós". Marechal Cordeiro de Farias. Entrevista a R. A. Dreifuss. Rio de Janeiro, 1976.

54. Um relato de como o General Castello Branco foi atraído para a conspiração e a respeito das atividades do estado-maior informal pode ser encontrado In: J. W. F. DULLES. *Castello* ... *op. cit.* p. 297-361. A afirmação de que o General Castello Branco era associado do IPES foi feita pelo líder ipesiano Hélio Gomide em carta ao General Fontoura, chefe do SNI, em 28 de outubro de 1969. Arquivos do IPES, Rio. Vide Apêndice S.

55. J. W. F. DULLES. *Castello* ... *op. cit.* p. 329. A rede IPES/ESG/IBAD necessitava de um líder superior a rivalidades faccionárias e partidárias, respeitado dentro da hierarquia do Exército, suficientemente moderado e legalista para acalmar a ansiedade dos civis perante a continuidade do Exército no poder, e que pudesse resistir, devido a seu prestígio, à direita e aos tradicionalistas entre os *militares*.

56. J. W. F. DULLES. *Castello* ... *op. cit.* p. 330. Deve ser observado que o pólo de concentração e o primeiro Quartel-General desse grupo em 1.° de abril de 1964 localizava-se, segundo informações, no apartamento do ativista do IPES Edmundo Falcão, no Rio de Janeiro. H. SILVA. *op. cit.* p. 377.

57. Outros oficiais que aderiram ao estado-maior foram o General Moniz de Aragão, o General Lundenberg, o Coronel Murilo Ferreira e o Tenente-coronel Ivan Mendes.

58. Entre os membros desse grupo estavam os Coronéis da Aeronáutica Haroldo Velloso, Teixeira Pinto, Lebré, Lenzinger, os Majores José Chaves Lameirão e Paulo Victor e os Majores do Exército Luiz Mendes e Tarcísio Ferreira. H. D'AGUIAR. *op. cit.* p. 103. Para obter um relato pormenorizado das atividades dos extremistas de direita a partir de 1954, vide J. PORTELLA. *op. cit.* p. 9-174.

59. (a) J. W. F. DULLES. *Unrest* ... *op. cit.* p. 223. (b) E. BRANCANTE In: *General Mourão* ... *op. cit.* p. 200.

60. Roberto de Abreu Sodré. Depoimento a Luiz Viana Filho. São Paulo, 28 de agosto de 1971. HACB 671/1. p. 19. Arquivos do Marechal Castello Branco: Coleção CPDOC Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

61. H. D'AGUIAR. *op. cit.* p. 103.

62. H. SILVA. *op. cit.* p. 414-15. O próprio jornal havia sido fundado, segundo os registros da Polícia do Estado da Guanabara, com o apoio do American and Foreign Power (Bond and Share Group), do qual o intelectual do IBAD Eugênio Gudin era diretor e das Listas Telefônicas Brasileiras, do líder do IPES Gilbert Huber Jr. Vide R. ROJAS. *Estados Uni-*

dos en Brasil. Santiago, Chile, Prensa Latinoamericana, 1965. p. 120.

63. Para obter um relato das atividades dos *troupiers*, vide J. PORTELLA. *op. cit.* p. 58-173. O general Portella associa os *troupiers* aos extremistas de direita e relata seu "entendimento" com a ESG. Vide também (a) J. STACCHINI. *op. cit.* (b) H. D'AGUIAR. *op. cit.* (c) J. A. BASTOS. *op. cit.* (d) C. L. GUEDES. *op. cit.* (e) O. MOURÃO Filho. *op. cit.*

64. (a) A. STEPAN. *op. cit.* p. 227. (b) Entrevista de Paulo Guerra a R. A. Dreifuss. Brasília, julho de 1976. Para obter um relato do papel desempenhado pelo General J. A. Bastos, vide Justino Alves BASTOS. *op. cit.* Vide também J. PAGE. *The revolution that never was: northeast Brazil 1955-1964.* N. York, Grossman Publishers, 1972. p. 190-97.

65. H. SILVA. *op. cit.* p. 293-409.

66. Entrevista de Paulo Guerra a R. A. Dreifuss. Brasília, julho de 1976.

67. Vide J. A. BASTOS. *op. cit.* p. 335-41.

68. (a) Eurico DUARTE. 32 mais 32, igual a 64. In: A. DINES. *Os idos* ... *op. cit.* p. 148. (b) H. D'AGUIAR. *op. cit.* p. 147.

69. (a) A. STEPAN. *op. cit.* p. 227. (b) J. PORTELLA. *op. cit.* p. 129.

70. É interessante observar que Petrópolis foi um dos pontos-chave para a articulação do aspecto militar da campanha. Grande número de oficiais de alta patente possuía casas de veraneio naquela estância de montanha, a uma hora de viagem do Rio, o que a tornava um local perfeito para reuniões. Um ponto central dessas reuniões era a casa do Juiz Antônio Neder, onde os Generais Nelson de Mello, Cordeiro de Farias, o Marechal Denys, os Almirantes S. Heck, Rademaker, Vampré, Mello Baptista, Levy Aarão Reis, o Brigadeiro Márcio de Souza e Mello, o General Mourão Filho e muitos outros coordenavam seus esforços.

No edifício onde o Juiz Neder tinha seu apartamento, o Edifício Centenário, moravam o Marechal Denys, o Brigadeiro Eduardo Gomes e o jurista Francisco Campos, que era um conspirador ativo. Na mesma vizinhança moravam o Almirante S. Heck e o Brigadeiro Grun Moss. Vide H. STACCHINI. *op. cit.* p. 191.

71. (a) Telegrama da CIA — Ref. N. 86 659. Cópia parcialmente censurada. Relatório N. TDCS 3/542.606: *Planos de grupos militares dirigidos pelo General Amauri Kruel, Ministro da Guerra, o Marechal Odílio Denys, o General Nelson de Mello e outros, para discutir planos visando a um golpe contra o governo.* 15 de março de 1963. Arquivos JFK, NSF. Nesse grupo estavam também um almirante e dois generais da Força Aérea Brasileira não mencionados no relatório.

72. Telegrama da CIA - TDCS 3/545.753, 30 de abril de 1963. Ref. 28863. Arquivos JFK, NSF. O General Mourão Filho convidou o Almirante Heck para coligar as forças, com que o último concordou. Os Almirantes S. Heck e Mário Cavalcanti procuraram um grupo de capitães para se unirem ao General Mourão Filho.

Outro telegrama observa que "esta é uma das várias conspirações anti-Goulart que parecem estar se desenvolvendo". Telegrama ao Departamento do Estado enviado pelo Embaixador L. Gordon. Controle 18462, 23 de maio de 1963. n.º 2275. Arquivos JFK, NSF.

73. Marechal O. Denys, citado em: J. C. de Oliveira TORRES. *op. cit.* p. 225-30.

74. A campanha do General Mourão Filho pode ser reconstruída e a importância de suas atividades avaliada, reunindo-se as informações fornecidas In: (a) MOURÃO Filho. *op. cit.* (b) J. PORTELLA. *op. cit.* (c) J. STACCHINI. *op. cit.* (d) H. SILVA. *op. cit.* (e) C. L. GUEDES. *op. cit.* (f) J. W. F. DULLES. *Unrest*... *op. cit.* p. 301-37.

75. O enfoque central das atividades do General Mourão Filho obedece a uma série de razões. Sua campanha tem sido amplamente discutida e documentada, um fator muito importante em uma área de pesquisa muito difícil. A campanha do General Mourão Filho, reconstituída a partir de uma série de relatos individuais, fornece uma visão valiosa da forma oblíqua através da qual o complexo IPES/IBAD atuou entre os militares. Além dis-

so, a campanha do General Mourão Filho apresenta um perfil das interações entre civis e militares e, mais que isso, do papel proeminente desempenhado pelos líderes e ativistas do complexo IPES/IBAD.

76. (a) H. SILVA. *op. cit.* p. 205-206. (b) O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 30-31. O General Penha Brasil havia sido membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

77. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 116.

78. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 30-31.

79. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 111-335.

80. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 47.

81. E. BONES. *op. cit.* p. 20.

82. Américo Oswaldo Campiglia era diretor da Cia. Sul-Americana de Investimentos, Créditos e Financiamentos (Marcos Gasparian), Cia. Nacional de Equipamentos Elétricos — EQUIEL, Perfumaria San-Dar S.A., Fiação Brasileira de Rayon S.A. (Francisco Matarazzo/Snia-Viscosa — Itália/Len & Co's Bank — Suíça), Indústria de Bebidas Cinzano S.A., Cimento Santa Rita S.A. (Príncipe Álvaro Orleans Bourbon e Coburgo/Dolphin Shipping Co. — Panamá) e do Banco Francês e Brasileiro S.A.. Ele era também uma figura pública da UDN.

83. H. SILVA. *op. cit.* p. 248.

84. (a) A. STEPAN. *op. cit.* p. 97. (b) IPES CE, 8 de junho de 1962: "no momento da crise, o que falta geralmente é o apoio aos homens e às boas idéias". Harold Polland e Glycon de Paiva.

85. H. SILVA. *op. cit.* p. 249.

86. Paulo Egydio Martins era diretor da Cia. Geral de Minas (Família Byngton-Alberto Torres Fo.), Union Carbide, Cia. de Desenvolvimento de Indústrias Minerais — CODIM (Union Carbide), Fios e Cabos Plásticos do Brasil (Anaconda Miming/ALCOA), Produtos Elétricos Brasileiros S.A. (Família Byngton/Naguib Miziara-João McDowell Leite de Castro), Alcominas — Cia. Mineira de Alumínio (Aluminium Co.), Tietê S.A. de Crédito Imobiliário, Cia. Federal do Comércio, Indústria e Engenharia, Cia. Comercial Administradora Ponta da Praia, Cia. Comércio e Participações COPAR, Cia. Comercial e Administradora Macuco, INDUSEG (L. D. Villares).

87. *Jornal do Brasil*, 22 de dezembro de 1976. p. 4.

88. Foi no final de 1961, ou no início de 1962, que o Almirante Heck também travou conhecimento com o Embaixador Gordon, encontro esse planejado a pedido do Almirante. O Almirante Heck informou ao Embaixador L. Gordon que "um grande número de civis e militares estava organizando um golpe contra João Goulart". O Almirante Heck disse ao Embaixador L. Gordon que não estava solicitando ajuda aos Estados Unidos, mas desejava mantê-lo informado. Ele acrescentou que "um dia desses nós agiremos, e espero que quando isso acontecer, os Estados Unidos não fiquem indiferentes", citação em P. PARKER. *op. cit.* p. 26-7. Vide também J. W. F. DULLES. *Unrest... op. cit.* p. 324.

89. J. STACCHINI. *op. cit.* p. 15. A resposta de J. Mesquita Filho pode ser encontrada em J. STACCHINI. *op. cit.* p. 16-8. *É interessante observar que, entre as* afirmações de J. Mesquita Filho, ele sugeriu que os nomes de Lucas Lopes, do Senador Mem de Sá, de Milton Campos, Dario de Almeida Magalhães, O. Marcondes Ferraz, General Macedo Soares, Roberto Campos e Prado Kelly deveriam ser considerados para o governo futuro. Excetuando-se Lucas Lopes, diretor da Hanna Mining e Prado Kelly, todos esses empresários e tecnoempresários ligados ao complexo IPES/IBAD tornaram-se membros da administração pós-1964. J. Mesquita Filho preparou também com Vicente Rao, advogado ligado à Hanna Mining Co., o rascunho de um Ato Institucional.

Os oficiais que davam cobertura àqueles que foram para São Paulo haviam preparado um documento denominado *Reflexão ou contribuição para orientar a concepção estratégica de uma repressão eficiente do movimento subversivo que estava sendo preparado pela esquerda no Brasil.* Nesse documento, o General Ulhoa Cintra, o General Cordeiro de Farias, o Marechal Denys e outros delinearam por-

menorizadamente as características de um possível movimento subversivo em 1962 e recomendaram uma estratégia geral para fazer oposição a ele. Entre essas medidas estava a seguinte: a indicação de um "chefe enérgico" para comandar a 5.ª Região Militar, região-chave com bases no Paraná. Muito convenientemente, o General Ernesto Geisel foi indicado para o posto. Vide também (a) J. STACCHINI. *op. cit.* p. 43-50. (b) T. SKIDMORE. *op. cit.* p. 224-25.

90. A. TÁVORA. *1.º de abril... op. cit.* p. 95.

91. (a) H. SILVA. *op. cit.* p. 251. (b) *Aspectos da industrialização brasileira.* São Paulo, Instituto Roberto Simonsen, 1969, p. 97-8.

92. H. SILVA. *op. cit.* p. 252.

93. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 188.

94. (a) H. SILVA. *op. cit.* p. 250, 267. (b) E. DUARTE. *op. cit.* p. 140.

95. E. DUARTE. *op. cit.* p. 149.

96. (a) H. SILVA. *op. cit.* p. 217-18. (b) J. STACCHINI. *op. cit.* p. 29.

97. (a) H. SILVA. *op. cit.* p. 220-21. (b) J. PORTELLA. *op. cit.* p. 47. (c) C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 110.

98. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 126.

99. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 130, 164.

100. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 125.

101. Ildo Meneghetti era o proprietário da Fábrica de Celulose e Papel S.A.

102. J. W. F. DULLES. *Castello... op. cit.* p. 333.

O Coronel Barcelos viria a coordenar, mais tarde, o movimento subversivo dentro da Brigada de Polícia, de Ildo Meneghetti, que se tornou governador do Rio Grande do Sul em 1962. Vide O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 164.

103. Dutra dirigia a Expansul — Cia. de Financiamento e Crédito à Produção, poderosa companhia de crédito e investimento no Rio Grande do Sul.

104. (a) D. KRIEGER. *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976. p. 164. (b) O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 207.

105. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 111, 335.

106. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 151-52.

107. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 140.

108. A projeção da Frente Patriótica Civil-Militar, liderada pelo próprio Almirante Heck, resultou em outra manobra diversionista. A frente tentou se envolver no movimento subversivo ou pelo menos neutralizar os elementos nacionalistas das Forças Armadas. Esses nacionalistas eram principalmente oficiais mais jovens cujos pontos de vista não coincidiam com a doutrina sócio-econômica da ESG e que não aprovavam a "politização" de certos oficiais. Os oficiais mais jovens não confiavam nos militares mais velhos que haviam adquirido características "demasiadamente civis", aqueles denominados "híbridos" ou "anfíbios", com sua dualidade de papéis como militares e políticos ou empresários. É fato altamente significativo o líder do IPES Octávio Marcondes Ferraz haver se aliado ao Almirante HECK e ao seu tenente, Coronel Astrogildo Correia, do IBAD, dirigente da Promotion S.A., no Aeroporto de Congonhas em São Paulo, a 7 de agosto de 1963, para o lançamento da Frente. Vieram também com o Almirante Heck o Almirante Edir Dias de Carvalho Rocha, o Coronel José Anchietta Paz, ex-integralista, o Capitão Carvalho Costa e o Tenente Pedro Leamar. (a) *O Estado de São Paulo,* 8 de agosto de 1963. (b) Oliveiros S. FERREIRA. *As forças armadas e o desafio da revolução.* Rio de Janeiro, GRD, 1964. O. S. Ferreira, professor de política da Universidade de São Paulo e um dos mais proeminentes colunistas de *O Estado de São Paulo,* era membro ativo da Frente Patriótica. Vide também J. STACCHINI. *op. cit.* p. 20-2, para conhecer o que a Frente Patriótica chamava de "Os Dez Mandamentos", o fundamento de seu programa.

109. C. CARNEIRO. *op. cit.* p. 562.

110. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 177-78.

111. (a) Luiz Cláudio CUNHA. O diário de Mourão Filho. *Coojornal*. Porto Alegre, abril de 1978. (b) O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 181-82.

112. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 199.

113. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 172.

114. H. SILVA. *op. cit.* p. 228.

115. H. SILVA *op. cit.* p. 252, 378.

116. P. SCHMITTER. *Interest, conflict and political change in Brazil*. Stanford, California Univ. Press, 1971. p. 360.

117. E. BRANCANTE. Relatório do estado-maior civil de São Paulo. Citado em: O. MOURÃO Filho *op. cit.* p. 200. Para obter uma descrição da ação dos líderes estudantis e dos líderes dos Trabalhadores Católicos vide capítulos VI e VII. O Coronel Armando de Oliveira foi indicado para a posição de chefia da segurança de São Paulo, pelo comando encarregado dos preparativos do golpe. Vide *Quem é quem no Brasil*. São Paulo, Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1967. V. 9. p. 20.

118. Na área de São Paulo, o General Barreto tinha o apoio dos Coronéis Sebastião Amaral, José Silva Prado, Octávio, Arlindo e de vários outros oficiais da Força Pública que já haviam sido comandados por ele. O General Menna Barreto também assegurou o apoio do Comandante da Força Pública de São Paulo General João Franco Pontes. (a) E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 200-201. (b) Relatório da CIA: *Planos do General Olympio Mourão Filho para derrubar a administração do Presidente Goulart*, 29 de abril de 1963. TDCS 3/546.074. Documento parcialmente censurado. Arquivos JFK, NSF.

119. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 205-6.

120. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 202. É interessante observar que Persival de Oliveira e Ricardo Valente se envolveram em razão de "seu conhecimento especializado de técnicas comunistas".

121. H. SILVA. *op. cit.* p. 252. Vicente Mammana Neto era diretor da CIMA — Cia. Industrial de Material Automobilístico. Sérgio Barbosa Ferraz era diretor da INDUSVAL S.A. Corretora de Títulos e Valores. Eduardo Levy era um dos diretores da Editora Gazeta Mercantil S.A. e de Praias Paulistas S.A.. José Ely Viana Coutinho era um dos diretores da Orbitagem de Pneus Monicap S.A.

122. E. DUARTE. *op. cit.* p. 129.

123. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 215. O Instituto de Engenharia, sediado em São Paulo e representado por André Telles de Mattos, tinha outra função dentro da estratégia do General Agostinho Cortes. Os engenheiros receberam a incumbência de colocar pessoal nos serviços públicos de São Paulo (abastecimento de água, eletricidade e gás), assumindo o comando da administração João Goulart, assim que o golpe fosse desfechado.

124. J. W. F. DULLES. *Unrest...* p. 258.

125. O *know-how* de 64 usado no Chile em 73. *Isto É* (123), 2 de maio de 1979.

126. Entre as brochuras enviadas a Drummond pela CIA, estavam: *China: communists in perspective*, de A. Doak BARNETT, *The political war: the arm of international communism*, de Suzanne LABIN, *UNE: instrumento de subversão*, sendo todos esses livros distribuídos pelo IPES conforme o Apêndice L. A. J. LANGGUTH. *op. cit.* p. 89-90.

127. H. SILVA. *op. cit.* p. 229.

128. Antes que as tropas atingissem o Sítio Alegre, três caminhões carregados de armas escaparam, sob o comando de Paulo Galvão. *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1977 (Caderno especial).

A caçada aos depósitos de armas, ao contrabando de armas e a campos de treinamento de civis no manejo de armas de fogo serviu também para desviar a atenção dos serviços de informação e do dispositivo militar de J. Goulart, enquanto a ameaça real provinha de dentro das próprias Forças Armadas.

129. M. BANDEIRA. *Presença... op. cit.* p. 126-28.

130. H. SILVA. *op. cit.* p. 257-58.

131. Jean Marc Von der Weid, que mais tarde se tornou presidente da União Nacional dos Estudantes, relembrou que em 1964, ainda adolescente, havia sido recrutado para servir em um dos vários grupos armados, organizados pela administração da Light S.A., da qual seu tio era um dos

diretores, para apoiar Lacerda. Jean Marc foi destacado para o palácio do governador C. Lacerda na noite do desfecho do golpe. Seu grupo possuía submetralhadoras, mas não possuía munições até a chegada de uma limusine negra. O assento traseiro havia sido removido e em seu lugar estavam embalagens que pareciam caixões, cheias de munições. O homem que desembarcou e começou a distribuir a munição falava inglês. Entrevista de J. M. Von der Weid a R. A. Dreifuss em Paris, setembro de 1978. J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 68-9.

132. (a) M. BANDEIRA. *O governo... op. cit.* p. 128-29. (b) *O Estado de São Paulo*, 7 de novembro de 1963. Alberto Pereira da Silva era vice-presidente da Cia. de Cimento Portland Barroso, da Cia. de Cimento Portland Mossoró, da Cia. de Cimento Portland Paraíso e era ligado à Cia. Nacional de Estamparia e à Empresa Granja Paraíso. O líder do IPES, Paulo Mário Freire, era diretor dessas empresas.

133. (a) Telegrama enviado ao Departamento de Estado pelo Embaixador Lincoln Gordon. N. AID 588-NDS, 12 de outubro de 1963. (b) Telegrama enviado ao Departamento de Estado por Gordon Mein, 19 de setembro de 1963, Arquivos JFK, NSF. Versão parcialmente censurada. Gordon Mein foi morto, anos mais tarde, nas guerrilhas na Guatemala.

134. M. BANDEIRA. *Presença... op. cit.* p. 161.

135. (a) M. BANDEIRA. *Presença... op. cit.* p. 124-25. (b) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 85. (c) J. PAGE. *op. cit.* p. 190-97. Em outras regiões do país, particularmente no Nordeste, empresários e latifundiários mobilizaram exércitos particulares. Em Alagoas, sob a supervisão do Secretário de Segurança Coronel João Mendonça, foi formada uma tropa de 10.000 homens, treinados para sabotagem e guerrilha. Organizações semelhantes apareceram nas demais áreas do Nordeste e no Centro-sul do Estado de Goiás. Em Pernambuco, os conspiradores foram liderados pela Federação das Indústrias, onde o IPES estabelecera suas bases e onde Cid Sampaio era especialmente ativo. Entrevista com Paulo Guerra, Brasília, julho de 1976.

136. Segundo Paulo Schilling, o General Pery Bevilacqua foi "conquistado para a causa democrática" pelo IBAD e o IPES. Paulo SCHILLING. *Como se coloca a direita no poder.* São Paulo, Global Ed., 1979. p. 238.

137. (a) Relatório da CIA. *Planos do setor civil de São Paulo no movimento para derrubar a administração João Goulart.* TDCS 3/548, 654. 24 de maio de 1963, Arquivos JFK, NSF. Cópia parcialmente censurada. (b) *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1977 (Caderno especial).

138. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 199. O Coronel José Canavó Filho, ex-comandante da Força Pública, a milícia estadual de São Paulo, afirmou que através de financiamento clandestino pela indústria privada, a milícia estadual recebeu verbas e assistência técnica para fabricar suas próprias armas anti-tanque, granadas de mão, explosivos e alguns pequenos foguetes. A. STEPAN. *The military... op. cit.* p. 200.

139. O governador de São Paulo Adhemar de Barros, também líder do PSP, estava, conforme menção anterior, profundamente envolvido na conspiração. O apoio do líder da UDN Roberto de Abreu Sodré fora também garantido. Ele possuía fortes laços políticos com os líderes da UDN Carlos Lacerda e Júlio de Mesquita Filho e era presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Através do apoio de Abreu Sodré, do líder do IPES Rafael Noschese, de Herbert Levy e outros líderes da UDN, os diretórios distrital e metropolitano da UDN foram coordenados com o movimento civil-militar. No caso específico de Abreu Sodré, ele se encontrava envolvido na conspiração contra J. Goulart desde dezembro de 1962.

Ao final daquele ano, Abreu Sodré manteve um encontro secreto com Carlos Lacerda, no qual foi iniciado o planejamento de um movimento que culminaria em um golpe militar contra o governo. Segundo Abreu Sodré, o Marechal Dutra foi projetado como figura-chave na realização do golpe, contando com o apoio do Marechal Teixeira Lott, o ex-candidato do PSD à presidência da república. Telegrama da CIA: "Provável tentativa dos conservadores de promover golpe militar con-

tra Presidente João Goulart". TDCS 3/531, 654, 8 de dezembro de 1962, Arquivos JFK. *Cópia* parcialmente censurada.

140. O fenômeno de indivíduos possuírem ligações com clubes sociais de elite e com grupos de consenso e interesse da classe alta, como parte da trama da hegemonia de classe, foi estudado por John SONQUIST & Tom KOENIG — Examining corporate interconnections through interlocking directorates. In: BURNS, Tom R. ed. *Power and control: social structures and their transformation*. Sage Studies in International Sociology, 1976. n. 6. p. 53-83.

141. (a) E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 202. (b) J. W. F. DULLES. *Unrest... op. cit.* p. 243. (c) Entrevista com os líderes do IPES Luiz Werneck e Flávio Galvão, ambos colunistas de *O Estado de São Paulo*.

142. Wadi Helou, como muitos dos dirigentes de clubes do Rio, São Paulo e Belo Horizonte, era ele próprio um empresário. Ele era diretor de Chocolates Dizioli S.A.

143. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 206.

144. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 203.

145. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 204-5. Luiz Nardi era um dos diretores da Meyer Chemical Co. do Brasil Ind. Farmacêutica. Jayme Loureiro F.° era diretor da Casa Martins Costa S.A. Tecidos, do Banco Comercial do Estado de São Paulo e da Cia. Agrícola e Mercantil Jayme Loureiro F.°.

146. (a) J. W. F. DULLES. *Unrest... op. cit.* p. 224. (b) H. SILVA. *op. cit.* p. 249.

147. O General Ivanhoé Martins foi o responsável pelo recrutamento de outros oficiais na região de São Paulo juntamente com o General Ramiro Gorreta Jr., comandante da 2.ª Divisão de Artilharia de São Paulo. Vide M. BANDEIRA. *O Governo... op. cit.* p. 128.

148. H. SILVA. *op. cit.* p. 250. Com Júlio de Mesquita Filho, agia um grupo de colunistas de *O Estado de São Paulo*, entre eles Flávio Galvão Luiz Werneck, João Adelino Prado Neto, Gastão Mesquita e Oliveiros S. Ferreira da Frente Patriótica. Vide também P. SIEKMAN. *op. cit.* e J. STACCHINI. *op. cit.* p. 12.

149. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 86. H. SILVA. *op. cit.* p. 235-36.

150. Nelson Abdo era um dos diretores da Darca Artigos para Cabeleireiros S.A. Aziz Calfat era diretor da Têxtil Gabriel Calfat S.A.. Demétrio Calfat era diretor do CODECA — Cotonifício Demétrio Calfat S.A.

151. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 207-8.

152. (a) *Planos de elementos conservadores civis e militares para derrubar a administração João Goulart se o Congresso for obrigado a fechar*. Relatório da CIA. TDCS 3/548, 655. 24 de maio de 1963. Arquivos JFK. (b) Relatório da CIA. TDCS 3/546, 074, de 29 de abril de 1963. Arquivos JFK (cópia parcialmente censurada). Nesse relatório, atribuiu-se ao General Mourão Filho a afirmação de que o golpe era inevitável por não haver nenhum indício de que a situação política melhoraria, e mesmo que não houvesse nenhuma providência de João Goulart para fechar o Congresso, o planejamento do golpe continuaria sem data prevista.

153. (a) E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 200 (b) O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 190. O General Mourão Filho estava também estabelecendo ligações com os conspiradores da Bahia através do Coronel Anchietta Paz, da Frente Patriótica, e através de João Ravache. Desde abril de 1963, as ligações do General Mourão Filho no Paraná colocaram-no em contacto com o General Ernesto Geisel e através de freqüentes viagens ao Rio, com os Generais Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, o Almirante Heck e o Marechal Denys. Suas ligações com os ativistas do Rio foram também mantidas através de Carlos Eduardo D'Álamo Lousada, que trabalhava como secretário do grupo do Almirante Heck.

154. Unidades militares das cidades do Estado de São Paulo citadas a seguir apoiaram o golpe na medida indicada: apoio total de unidades de artilharia em Jundiaí, dos oficiais exceto o comandante de unidades de tanques leves em Campinas, de unidades antiaéreas e de artilharia em Quintaúna, de unidades de cavalaria mecanizada em Pirassununga, apoio do batalhão único em Lins, de oficiais da Aeronáutica na Base Aérea de Cumbica, e

apoio de baterias costeiras em Santos. Ao comandante do II Exército, Pery Bevilacqua, não havia sido solicitado apoiar o plano. Relatório da CIA. TDCS 3/548, 655, de 27 de maio de 1963. Arquivos JFK.

155. No setor civil, os seguintes grupos, instituições e organizações eram ativos: clubes desportivos, estudantes de Direito e Engenharia, contactos nos jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *Diário de São Paulo*, grupos democráticos trabalhistas, tais como os Círculos Operários Católicos, a Federação das Indústrias de São Paulo, a Associação Comercial de São Paulo, a associação Rural FARESP e a Federação das Associações do Estado de São Paulo. Além disso, uma rede de rádio-amadores estava sendo organizada, assim como unidades civis paramilitares em zonas rurais. Mais ainda, estavam sendo adotadas medidas de contra-sabotagem para ocupar e proteger utilidades públicas e privadas no caso de o movimento golpista ser deflagrado. Ao mesmo tempo, dentro da cidade de São Paulo, eram realizados *recrutamentos* de vizinhança, em uma tentativa de organizar forças em bairros da cidade. A infra-estrutura do IPES de São Paulo se achava totalmente envolvida.

156. Carta de Manoel Linhares de Lacerda, Brasília, 30 de abril de 1964, solicitando audiência com o Presidente Castello Branco. Caixa 42P-1, Lista N. 6, Item 2165, Arquivo de Luiz Viana Filho, Rio de Janeiro.

157. Relatório da CIA TDCS 3/548, 655, de 24 de maio de 1963, Arquivos JFK. Esse relatório observava que faltavam detalhes completos sobre a situação no I Exército, uma vez que os organizadores na Guanabara não se encontravam sob a jurisdição de São Paulo, como estavam os demais Estados acima mencionados.

158. C. Lacerda estivera envolvido pela estratégia do IPES desde os primeiros dias da campanha eleitoral de 1962 e, além disso, através de seus aliados políticos, os líderes e ativistas do complexo IPES/IBAD, Guilherme Borghoff, Dario de Almeida Magalhães, Sandra Cavalcanti, Armando Falcão e Júlio de Mesquita Filho. C. Lacerda era também aliado político de José Cândido Moreira de Souza, seu ex-Secretário da Agricultura e antigo companheiro de conspiração do Clube da Lanterna. José Cândido Moreira de Souza era, além disso, irmão do líder do IPES, José Luiz Moreira de Souza, cujo cunhado, o General Affonso de Albuquerque Lima, era também ligado a C. Lacerda desde os tempos de conspiração do Clube da Lanterna. O líder do PSD, Armando Falcão, também ativista do IPES, trabalhou como elo entre a ala direita de seu partido e C. Lacerda, que era personagem de proeminência nacional da UDN. C. Lacerda ligou-se também a Juscelino Kubitschek e à centro-esquerda do PSD, através de Mário Carneiro. O próprio Kubitschek tinha como seus homens de ligação no IPES o empresário e poeta Augusto Frederico Schmidt e Oswaldo Maia Penido, seu ex-chefe da Casa Civil, bem como o General Nelson de Mello, seu ex-chefe da Casa Militar e o General Cordeiro de Farias, o qual era ligado ao próprio PSD. Vide Cláudio Mello e SOUZA, O vizinho do presidente, In: A. DINES. *Os idos*... *op. cit.* p. 169.

159. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 217, 283.

160. (a) C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 152-53. (b) IPES CE, Rio, 12 de junho de 1962. (c) IPES CE, Rio, 2 de outubro de 1962.

161. C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 147-52.

162. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 186.

163. O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 190-91.

164. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 222-23.

165. O Tenente-coronel Resteel ligou-se também a Abreu Sodré e Herbert Levy. (a) Cláudio Mello e SOUZA. *op. cit.* p. 169. (b) Herbert LEVY. *O Globo*, 17 de janeiro de 1977. Após o afastamento do General Pery Bevilacqua do comando do II Exército e sua substituição pelo General Amaury Kruel, o Tenente-Coronel Resteel foi transferido para o Rio de Janeiro, para o gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas. Ele tornou-se então o elemento de ligação entre as articulações militares no Rio e São Paulo organizadas pela rede IPES/ESG.

166. E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 223-26.

167. As unidades do Tenente-coronel Resteel deviam, entre outras tarefas, fornecer informações pormenorizadas ao estado-maior militar sobre a região e preparo do terreno para ação ofensiva e defensiva. Eles estavam à procura de esconderijos e de locais propícios para a montagem de depósitos secretos de munição, uniformes e alimentos. Um desses locais era a Fazenda Noschese, pertencente ao líder do IPES de São Paulo, Rafael Noschese. Vide J. PORTELLA. *op. cit.* p. 72.

168. Quando a erupção do golpe foi finalmente anunciada e publicamente apoiada pelo governador de São Paulo Adhemar de Barros, ele tinha a seu lado os Generais Cordeiro de Farias e Nelson de Mello, que acompanhavam de perto os acontecimentos. Sobre o envolvimento do General Kruel, vide J. PORTELLA. *op. cit.* p. 127-29.

169. H. SILVA. *op. cit.* p. 378-81.

170. Telegrama da CIA: *Acontecimentos posteriores no planejamento do golpe do General Mourão Filho* — TDCS 3/555.784 — Ref. 95836 — 8 de agosto de 1963. Arquivos JFK, NSF.

171. J. PORTELLA. *op. cit.* p. 129.

172. O líder da UDN José de Magalhães Pinto estivera ligado à conspiração desde os primeiros estágios, e apesar de ser o proprietário do Banco Nacional de Minas Gerais, não pertencia ao núcleo industrial-financeiro que liderava o IPES. Magalhães Pinto tinha ambições políticas pessoais, o que o tornava desagradável a muitos líderes do IPES. Entretanto, por ser personagem política de tamanha influência, como governador de um Estado estratégico dotado de uma milícia estadual de 18.000 homens, devia ser atraído para o reduto da elite orgânica. O líder do IPES Jonas Barcelos Correia, ele próprio um banqueiro, havia sido, em 1962, o intermediário de Magalhães Pinto em seus contatos com o General Pery Bevilacqua, enquanto José Monteiro de Castro, ex-chefe da Casa Civil do Presidente Café Filho, foi o intermediário de Magalhães Pinto junto aos Generais Cordeiro de Farias e Nelson de Mello. José Monteiro de Castro era bem relacionado. Na gestão do Presidente Café Filho, ele era a contrapartida civil do General J. Távora, chefe da Casa Militar, cujo subordinado imediato era o Coronel Ernesto Geisel. Magalhães Pinto mantinha, além desses contatos através de intermediários, ligações diretas com o Marechal Denys e o Brigadeiro Clóvis Travassos, um dos ideólogos geopolíticos da ESG. Pedro GOMES. Do diálogo ao front. In: A. DINES. *Os Idos*... *op. cit.* p. 67-99, 106-117.

Entretanto, o representante direto de Magalhães Pinto no Centro de assuntos políticos era o executivo do IPES José Luiz de Magalhães Lins, seu sobrinho e braço direito, que era também genro do industrial José Thomas Nabuco, diretor de alguns contribuintes corporativos do IPES. Theófilo Azeredo Santos, outro sobrinho de Magalhães Pinto e membro da ADESG, era também influente no movimento civil-militar. José Luiz de Magalhães Lins desempenhou um papel significativo como intermediário entre figuras proeminentes da campanha, como o General Castello Branco, o Marechal Dutra e o General José Pinheiro de Ulhoa Cintra, o Marechal Denys, o General Cordeiro de Farias e o Juiz Antônio Neder.

173. Sobre as tentativas de posicionar o General Costa e Silva como o líder de uma "conspiração", vide J. PORTELLA. *op. cit.* Cap. 2, 4, 5.

174. O mediador e coordenador indicado pelo General Guedes para esses encontros, bem como a pessoa encarregada de fornecer apoio material para as operações, era o ativista do IPES de Belo Horizonte Luís Aragão Villar. A informação sobre o papel de L. Aragão Villar foi confirmada em conversa com Octávio Dulci, a 25 de novembro de 1977. Vide a crítica sobre as memórias do General Guedes em *O Estado de São Paulo*, 29 de julho de 1979.

175. (a) E. BRANCANTE. *op. cit.* p. 217. (b) C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 185.

176. (a) C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 113-14. (b) J. PORTELLA. *op. cit.* p. 69. (c) O. MOURÃO Filho. *op. cit.* p. 232, 287.

177. C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 126-31.

178. A Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira ainda pertence ao consórcio europeu AR-

BED, cujo diretor no Rio de Janeiro havia sido Octávio Gouveia de Bulhões. Antônio Chagas Diniz era diretor de Refratários Isolantes S.A., Magnesita S.A. e Indústria de Calcinação — ICAL. Joseph Hein era diretor da Cia. Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro CIMAF, da Artefatos de Aço S.A. — AASA, da Cia. Ferro Brasileiro S.A., da S.A. Mineração Trindade (Brazil Warrant), da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, da Central de Administração e Participações, da Cia. Agro-Pastoril Rio Doce S.A. e da Serraria Santa Helena S.A.

Francisco Pinto de Souza era um dos diretores da Magnesita S.A. e da S.A. Mineração Trindade. Elmo Alves Nogueira era diretor da S.A. Mineração Trindade. Henrique Guatimozin era diretor da S.A. Mineração Trindade. Antônio Mourão Guimarães era diretor da Magnesita S.A. e da Ind. de Calcinação — ICAL. Geraldo Parreiras era diretor da Cia. Imobiliária Santo Elói, da Siderúrgica Itatiaia e da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira.

179. Além disso, estavam presentes à reunião as seguintes pessoas: Waldir Soeiro Emerich (Cia. Siderúrgica Mannesmann, Cia. Siderúrgica São Caetano); Paulo Góis, Antônio Pádua Clementino (Mascarenhas Barbosa — Roscoe S.A. Engenharia e Comércio); Caetano Nascimento, Luiz Antônio Gonzaga (Paraopeba Industrial S.A.); César Rodrigues (Metalúrgica Triângulo S.A.); Raimundo Fontenelle de Araújo, Lucas Gonzaga (Ind. e Com. São Lucas); Exaltino Marques de Andrade (Tecidos Euclides Andrade S.A.); Aristides M. R. Ferreira (Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais); Christiano F. T. Guimarães (Cia. Têxtil Cachoeiras de Macacu); Américo de Souza, A. G. de Souza (Cia. Mercantil de Administração); Célio Karez, Fábio Coutinho Brandão, Anselmo Vasconcellos Filho, Carlos Patrício de A. Cardoso, Ildeu de Castro, Jacy Vieira do Prado (EBC — Empreendimentos Brasileiros de Cimento S.A.); Licínio Martins, Fernando Pessoa Júnior, Ângelo Scavazza, Paulo Rotzen de Mello, José Augusto de F. Branco, José Mendo, Misael de Souza, Joaquim Silveira, Clóvis Gonçalves de Souza, Célio Andrade (Cia. Telefônica de Passos, Sociedade de Veículos, Máquinas e Representações Somevar); Roberto de Conti, Luís Pinto Coelho e Nise Palma Tenuta. C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 126-27.

180. C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 127-31.

181. Isto foi relativamente simples, considerando que o complexo de mídia mais poderoso de Minas Gerais pertencia a Assis Chateaubriand, de rádio, TV e jornais, que em São Paulo era dirigido pelo líder do IPES, Edmundo Monteiro. José Luiz de Magalhães Lins estava envolvido na ação de Opinião Pública liderada pelo IPES, estimulando os diretores de jornais de Minas Gerais e sugerindo o tratamento de temas sintonizados às diretrizes da campanha civil-militar. P. GOMES. *op. cit.* p. 93-9.

182. C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 132-51.

183. O General Bragança, em seu depoimento ao *Estado de Minas*, reproduzido no *Jornal do Brasil* de 9 de janeiro de 1977, enfatizou que, se João Goulart não tivesse sido deposto, teria sido vítima de uma tentativa de assassinato no mês de abril, durante sua visita planejada a Minas Gerais. (O general Bragança havia sido colocado no Centro de Informação do Exército — CIEX.). Raul RYFF. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio, Avenir, 1979. p. 29.

184. C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 177-214.

185. A data do golpe havia sido determinada para o dia 2 de abril pelo estado-maior informal e não para o dia 1.º de abril, considerado inconveniente por ser o Dia da Mentira, no Brasil. O General Guedes, indivíduo supersticioso, apoiou a decisão impulsiva do General Mourão Filho por julgar que "as estrelas estavam fovoráveis em 31 de março". (a) C. L. GUEDES. *op. cit.* p. 202, 213, 288. (b) J. PORTELLA. *op. cit.* p. 107.

O oficial designado para comandar a operação em Minas Gerais, segundo o comando geral informal, era o General Muricy, da ESG.

186. É difícil saber, no estágio atual, se o General Mourão Filho foi finalmente forçado a agir pelo Governador Magalhães Pinto, como parte de uma estratégia pouco ortodoxa para atingir a presidência, se ele foi coagido por outros grupos ou se

foi devido à sua própria decisão. Este é um assunto para pesquisas mais aprofundadas.

187. Uma vez precipitados os acontecimentos pelo General Mourão Filho, não restava nenhuma opção ao estado-maior informal dos Generais Golbery, Castello Branco, Ernesto Geisel e Adhemar de Queiroz, senão apoiá-lo ou então enfrentar a reação do governo. Vide J. W. F. DULLES. *Castello*... *op. cit.* Cap. 1.

188. Houve uma tentativa infrutífera, por parte do General Ernesto Geisel, de fazer do General Humberto Castello Branco o Ministro da Guerra. Vide J. PORTELLA. *op. cit.* p. 143-44.

189. A respeito da tentativa vitoriosa do General Costa e Silva de assumir o comando do Ministério da Guerra, vide J. PORTELLA. *op. cit.* principalmente p. 143-44.

190. "O bom bocado não é para quem o faz e sim para quem o come". Wilson FIGUEIREDO. A margem esquerda. In: A. DINES. *Os idos* .. *op. cit.* p. 193.

191. A. STEPAN. *op. cit.* p. 98.

CAPÍTULO IX

O COMPLEXO IPES/IBAD NO ESTADO — A OCUPAÇÃO DOS POSTOS ESTRATÉGICOS PELA ELITE ORGÂNICA

Introdução

Este capítulo tenta esclarecer suposições aceitas e não questionadas a respeito da forma do regime pós-1964, suposições estas que superestimam seu aspecto militar e subestimam o papel político dos industriais e banqueiros. Apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de "militar" por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável.[1] Entretanto, um aspecto a ser imediatamente considerado é que atribuir o rótulo de tecnocratas aos novos ocupantes das posições de poder é errôneo, como este capítulo tenta mostrar. Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários.[2] Além disso, este capítulo objetiva fornecer evidência de que os empresários e tecno-empresários que ocuparam os setores-chave da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para derrubar J. Goulart. Em muitos casos, sócios e empregados de líderes do IPES foram indicados para órgãos administrativos e ministérios.

Este capítulo visa também a evidenciar a congruência das reformas administrativas, econômicas e políticas pós-1964 com as propostas de reformas aventadas pelos grupos de Estudo e Doutrina do IPES, que forneceu as diretrizes e a orientação para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração pós-1964, e muitas dessas diretrizes políticas haviam sido desenvolvidas pela elite orgânica empresarial durante sua vitoriosa campanha de 1961 a 1964.[3] Os tecno-empresários e empresários puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados.

Finalmente, este capítulo também tenta descrever alguns dos novos papéis assumidos pelo IPES após a deposição de João Goulart, em vista das posições-chave ocupadas por tantos de seus membros no ministério e na administração.

As análises e interpretações tradicionais do golpe de 1964 enfatizam a presença das Forças Armadas na administração do Estado e no governo e a influência da Escola Superior de Guerra nas diretrizes econômicas implementadas pelo governo militar pós-1964. Alguns autores falam até de um padrão cambiante

do comportamento militar, político e ideológico que favoreceu a intervenção militar em 1964 e que equipou os militares para o governo.[4] Outros que examinaram a administração militar desde 1964, observando o tipo de pessoal recrutado para a administração, assinalam que os grupos principais que vêm contribuindo para a elite política brasileira desde 1964 são: (1) o corpo de oficiais das três Armas, (2) os tecnocratas e (3) os políticos civis.[5] Essas análises concluem até que "há pouca dúvida de que os oficiais de alto nível do Exército, Marinha e Aeronáutica (em termos de poder relativo, provavelmente nessa ordem) asseguraram o controle da parte mais importante no sistema político brasileiro desde 1964".[6]

Apesar dessa crença generalizada, os fatos parecem sugerir o contrário no período em questão. A concepção das Forças Armadas agindo como um Poder Moderador tem sido superestimada, ao passo que o papel desempenhado pelos empresários e tecno-empresários tem sido fortemente subestimado. Um cuidadoso exame dos ocupantes das posições do poder revela que os empresários e tecno-empresários do IPES controlavam os mecanismos e processos de formulação de diretrizes e tomada de decisão no aparelho do Estado.

Não se pretende negar a influência dos membros da ESG, mesmo porque muitos deles foram incorporados ao complexo IPES/IBAD. Além do mais, após 1964, a ESG conseguiu doutrinar um número cada vez maior de oficiais de médio e alto escalão do Exército, e a ideologia da Segurança Nacional permeou tanto as Forças Armadas quanto o governo,[7] moldando as suas atitudes em relação a um modelo sócio-econômico e político alternativo e às classes operárias. No entanto, seria útil situar a presença no governo dos oficiais da ESG, em particular, e dos *militares*, em geral. Levando em consideração o pessoal civil e militar recrutado para os postos-chave civis do governo, torna-se claro que, enquanto a formulação de diretrizes políticas e a tomada de decisões estavam nas mãos de civis do complexo IPES/IBAD — na maioria grandes empresários — a condução das diretrizes políticas nacionais estava parcialmente nas mãos dos militares politizados formados pela ESG. Esses oficiais, juntamente com políticos pertencentes à ADP, eram apoiados por um segundo escalão administrativo, cada vez mais influenciado pelas Associações de Ex-Alunos do IPES e da ESG, respectivamente ADIPES e ADESG.[8] Os tecno-empresários e empresários do IPES viam nos militares a fonte de apoio político e de autoridade que aqueles não poderiam obter através de apelo político à população como um todo, tendo em vista seu programa de governo modernizante-conservador nitidamente impopular. Além disso, a tentativa de aumentar o prestígio da ESG fortalecendo sua imagem como o berço do movimento que derrubou João Goulart e como a fonte das diretrizes políticas implementadas pelo governo também serviu para outras finalidades. Por um lado, serviu para fazer oposição a facções militares rivais da ESG que, em 1964, haviam assegurado posições importantes dentro da hierarquia das Forças Armadas, principalmente recrutando *troupiers* e extremistas de direita. Serviu também para neutralizar grupos de empresários rivais que foram reduzidos a uma posição subalterna frente aos representados no complexo IPES/IBAD, uma vez que este era o único grupo empresarial a ter ligações orgânicas com um dispositivo militar[9] influente e de proporções consideráveis. A projeção de elementos da rede ESG/ADESG serviu para legitimar a "neutralidade" do regime, enfatizando seu caráter "tecnocrático" pela interação "natural" dos chamados técnicos com os militares, reforçando o sentimento de que a abordagem dos

problemas do Brasil e a natureza das diretrizes políticas implementadas pelo governo eram "científicas" e "nacionais" ao invés de "políticas". Um efeito colateral desse esquema foi conter demandas nacionalistas que partiam de oficiais de médio escalão dominados pela hierarquia do Exército e condicionados pela ideologia que emanava da ESG. De fato, a ESG veio a funcionar como um filtro político e ideológico para a promoção dentro da hieraquia do Exército e em postos administrativos do Estado, bem como um instrumento de cooptação e doutrinação de novos recrutas civis e militares que já estavam ocupando cargos no aparelho do Estado.

Depois de abril de 1964 as posições de poder foram ocupadas por um grande número de Ipesianos e Ibadianos e por pessoas que as apoiavam, e que haviam participado da campanha para depor João Goulart e para conter a esquerda e o trabalhismo. A elite orgânica dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados foi capaz de assegurar poder econômico e administrativo, objetivamente transformando o aparelho do Estado em parte integrante dos interesses monopolistas que controlavam a economia.[10] Os interesses multinacionais e associados foram capazes de controlar a vida política do Estado e de forjar sua máquina de acordo com as necessidades do capital monopolista, ocupando os cargos centrais de poder e determinando suas metas, procedimentos e meios. O poder de classe dos interesses multinacionais e associados foi expressado, depois de abril de 1964, através da hegemonia por eles estabelecida dentro do aparelho do Estado, do controle direto das agências de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão e da presença pessoal dos representantes desses interesses econômicos na administração em geral.[11]

O controle direto do aparelho do Estado, através dele, dos outros setores das classes dominantes e das classes dominadas da sociedade foi, se não a forma mais completa de levar à frente os interesses do grande capital, pelo menos a forma mais eficiente e segura à disposição dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados.[12] Resumindo, após 1964 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada. Como afirmou o líder do IPES Antônio Carlos do Amaral Osório, "uma das grandes realizações da revolução de 1964 foi, sem dúvida, a de reforçar uma nova concepção das relações entre o Estado e as classes empresariais".[13]

A Tomada do Poder do Estado:

O domínio político dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados

A 2 de abril de 1964, a burguesia comemorou a deposição do Presidente João Goulart com uma gigantesca marcha de famílias pelas ruas do Rio de Janeiro, um acontecimento cujos organizadores aguardavam com ansiedade há mais de uma semana. Na hora marcada para o início da marcha, a Avenida Rio Branco continha um mar de faixas contra o comunismo, carregadas por uma multidão calculada em oitocentas mil pessoas. Enquanto as multidões percorriam a Avenida Rio Branco, a sucessão presidencial era extensivamente discutida. Os empresários que assistiam à Marcha do escritório do IPES no Rio, "contentes com as aclamações e entusiasmo nas ruas e muito satisfeitos com o resultado

de seu trabalho anticomunista", conversavam com o General Heitor Herrera, um dos seus elos-chave com os oficiais da ESG, "sobre as qualidades que desejavam ver no próximo presidente do Brasil".[14] Os empresários do IPES decidiram que ele não deveria estar associado a nenhum dos três governadores civis mais importantes — Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros — e faziam objeções às ligações do Marechal Dutra. Eram a favor do General Castello Branco, chefe do estado-maior informal, e apoiaram ativamente sua candidatura.[15] A intensa campanha através da mídia e a mobilização das classes médias que, em seguida a essa reunião, foi desencadeada pelos quatro cantos do país para estimular a candidatura do General Castello Branco tinha a marca inconfundível da ação de opinião pública do IPES.[16]

No dia seguinte foi realizada uma reunião da liderança do IPES do Rio e de São Paulo com a participação de Harold C. Polland, João Baptista Leopoldo Figueiredo, José Rubem Fonseca, Paulo Ayres Filho, Paulo Reis Magalhães, José Roberto Witaker Penteado, Gilbert Huber Jr., General Heitor Herrera, José Duvivier Goulart, General Golbery do Couto e Silva, Glycon de Paiva, General João José Batista Tubino, Joviano Jardim, General Liberato da Cunha Friedrich, Hélio Gomide, Oswaldo Tavares, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Dênio Nogueira e José Garrido Torres. Polland, presidente da sessão, cumprimentou "os militares do IPES pela vitória" e alertou-os sobre os problemas futuros, fazendo um paralelo com o período instável na Argentina que seguiu à queda de Perón. Polland pediu que a liderança do IPES reavaliasse seu papel e se adaptasse à nova situação, mantendo-o em condições de funcionamento. Frisou que "nosso trabalho tem de ser sempre o de um estado-maior".[17] J. B. Leopoldo Figueiredo, que fora à reunião com os três líderes do IPES de São Paulo que haviam participado do movimento desde o início, em coordenação com o IPES do Rio, cumprimentou os presentes pelo resultado vitorioso da campanha. Porém, Leopoldo Figueiredo e Paulo Ayres Filho chamaram sua atenção para o fato de que o IPES "ainda estava longe da vitória" e que a "estrada a seguir poderia lhes trazer dificuldades". Isto estava se tornando perceptível tendo em vista o posicionamento de certos grupos econômicos, basicamente em São Paulo, que, apesar de contrários a João Goulart e seu governo e de haverem apoiado sua destituição do poder, não compartilhavam totalmente com as metas do IPES. Além disso, militares que não tinham os mesmos objetivos da ESG haviam conseguido cargos de influência na disputa pelo poder que ocorreu após a saída precipitada de Minas do General Mourão Filho. J. B. Leopoldo Figueiredo acrescentou que tudo exigia a dedicação e contribuição contínuas do IPES, porque agora talvez viesse "a parte mais importante e mais difícil", isto é, assumir a administração e conter os grupos econômicos e militares e facções políticas dissidentes e recalcitrantes. Paulo Ayres Filho também observou que "sem medidas de segurança e cobertura imediata, as Forças Armadas perderiam rapidamente o controle da situação", lançando mais que uma sombra de dúvida sobre a habilidade e a prontidão dos militares para controlar o sistema político e dirigir a administração. Esta situação mostrava-se bem crítica uma vez que os militares mais próximos aos empresários do IPES, os oficiais da ESG, ainda estavam longe de ter um domínio efetivo sobre as Forças Armadas, ao passo que os *troupiers* e extremistas de direita encontraram um canal de expressão apropriado através do Ministro da Guerra — General Costa e Silva, e através do Ministro da Marinha — Almirante Rademaker, membros importantes da Junta Militar que assumiu o comando da situação após o golpe.

Harold Polland afirmou que, após a reunião central de 2 de abril de 1964 na sede do Rio, alguns ativistas do IPES já começaram seus trabalhos em relação à situação econômico-financeira e política. Formou-se uma comissão que reunia Glycon de Paiva, João Baptista Leopoldo Figueiredo, o General Golbery, José Garrido Torres e Whitaker Penteado a fim de preparar um "plano de ação para os próximos 30 dias" que seria decisivo para dar forma ao regime e formar o *staff* do novo governo. A decisão final foi a permanência do IPES em seu papel tradicional como estado-maior.[18]

Os líderes do IPES percebiam sua organização como "o forum adequado para os empresários. . . tomando decisões de caráter político bem orientadas e oportunas". Viam-se também como o "governo privado" [*sic*][19] que deveria apoiar o "governo público" que eles próprios inspirariam e equipariam com seu pessoal.[20] O tipo de atividades políticas que se exigia dos empresários requeria discrição e o IPES continuava sendo uma cobertura e um canal convenientes para expressarem suas demandas e exercerem sua ação de forma velada. Os líderes do IPES assumiram a formulação das diretrizes básicas do novo governo, bem como a deliberação sobre as pessoas que deveriam ocupar os postos-chave na nova administração. Os Generais Golbery, Adhemar de Queiroz e Ernesto Geisel iam diariamente à casa do General Castello Branco, preservando de fato o funcionamento da liderança do estado-maior informal[21] e mantendo o futuro presidente sob intensa supervisão. O General Golbery e o General Geisel, que também era amigo pessoal de outro líder militar do IPES, o General Herrera, atuaram como filtros para a seleção de líderes, associados e colaboradores do IPES para postos-chave no governo.[22] O General Castello Branco que fora indicado para a presidência pelo Congresso no dia 11 de abril estava procurando uma equipe competente para formar seu governo e sua administração. Na qualidade de militar, não conhecia o mundo empresarial e tecno-empresarial e tinha grande necessidade de ser aconselhado a respeito de quem escolher e indicar. Muito convenientemente, foi apresentado e travou conhecimento com candidatos potenciais aprovados pelos ativistas do Grupo IPES/ESG que o rodeavam.[23]

A Elite Orgânica no Estado

O que se poderia considerar uma inovação fundamental introduzida pela administração pós-1964 é a criação do Serviço Nacional de Informações. O SNI combinou as funções de uma agência central de informações com as de um conselho de assessoria para formulação de diretrizes políticas nacionais.[24] O fundador e primeiro chefe nacional do SNI não foi outro senão o General Golbery do Couto e Silva que, por algum tempo, continuou servindo às duas organizações, mantendo também negócios particulares em seu estado natal, o Rio Grande do Sul.[25] O General Golbery deixou formalmente seu posto no IPES em julho de 1964, sem romper seus laços com a organização, onde continuou como membro do Conselho Orientador e na qual voltou a ser atuante quando da nomeação do General Costa e Silva para a presidência, para preparar desde já a ascensão do General Ernesto Geisel ao poder. É muito significativo que, quando Glycon de Paiva agradeceu ao General Golbery, em nome do IPES, por seu trabalho e cumprimentou-o pelo novo cargo como chefe do SNI, este afirmou que, em sua nova função, continuaria a desempenhar o mesmo tipo de atividades que havia

desenvolvido no IPES até aquela data, apesar de serem agora grandemente "ampliadas em recursos e meios".[26] Os arquivos completos de informações do IPES, reunidos pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura chefiado pelo General Golbery e onde haviam sido compilados dados sobre 400.000 brasileiros, foram levados por ele para Brasília como a base para a rede do SNI.[27] Levou consigo não só os arquivos do IPES, mas também seus companheiros e colaboradores mais próximos na rede militar e de informações (que o IPES estabelecera de 1961 a 1964 sob as denominações de Grupo de Levantamento da Conjuntura e Grupo Especial da Conjuntura) e que passaram a integrar a nova estrutura de informações. Encontravam-se no núcleo de oficiais que estavam envolvidos, juntamente com o General Golbery, na criação do SNI o General Ernesto Geisel, General Agostinho Cortes, Tenente-coronel Danilo Venturini, Coronel João Baptista Figueiredo, Tenente-coronel Octávio de Aguiar Medeiros, Coronel Ivã Vieira Perdigão e o Capitão Heitor de Aquino Ferreira.[28] Outros oficiais recrutados para o emergente SNI foram o General Emílio Garrastazu Médici e o General Carlos Alberto da Fontoura. O Coronel João Baptista Figueiredo tornou-se o chefe do centro do SNI do Rio de Janeiro, o mais importante depois de Brasília, cuja sede era localizada no Ministério da Fazenda. Posteriormente veio a ser secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, posto que o próprio General Golbery havia ocupado no governo de Jânio Quadros.[29] O General Agostinho Cortes, chefe do Grupo Especial da Conjuntura, foi indicado para a chefia do SNI de São Paulo. O Capitão Heitor de Aquino Ferreira tornou-se secretário pessoal do General Golbery.[30] O General Riograndino Kruel, irmão do General Amaury, tornou-se chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, colaborando de perto com o novo serviço de informações.[31]

O SNI se propôs a tornar-se — e de fato tornou-se — um centro influente na formulação de diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar brasileira. Estabeleceu uma rede de informações dentro dos ministérios, autarquias e órgãos administrativos do governo, bem como no movimento militar, no movimento da classe operária, no movimento estudantil e em outros segmentos escolhidos da população, transformando-se em um "superministério" intocado e intocável pelo Legislativo e pelo Judiciário e não subordinado às Forças Armadas. Em termos imediatos a criação do SNI serviu para esvaziar algumas das funções do Serviço Federal de Informações que havia funcionado, até ali, como substituto de uma agência central de informações. A necessidade de uma instituição capaz de flanquear o Serviço Federal tornou-se premente não só pelo fato de este ser um produto do regime anterior, mas principalmente porque o *troupier* General Costa e Silva, como o novo Ministro da Guerra, havia indicado seu homem de confiança, o Coronel Portella, para secretário do Conselho Nacional de Segurança, que supervisionava o Serviço Federal, numa tentativa de transformá-lo em sua base de manobra e poder. A médio e longo prazo, uma agência central de informações foi exigida pelos militares, uma vez que ela teria de desempenhar um papel-chave na implantação da doutrina de Segurança Nacional disseminada pela ESG. Além disso, a comunidade de informações poderia dar ao regime alguns atributos políticos que as Forças Armadas, com sua rigidez natural, não possuíam. O comportamento institucional, a hierarquia e normas corporativas não dotavam as Forças Armadas do nível de flexibilidade necessário para se envolverem em política. O envolvimento direto das Forças Armadas na vida política da nação, quando concretizado, reforçava as posições de extremistas de direita

de linha dura, porque uma ação eficiente das Forças Armadas em assuntos não militares exigia a manutenção ou um maior aprofundamento dos aspectos militares de organização política. O sistema de informações poderia superar a rigidez das Forças Armadas sem recorrer a atitudes severas, sem reforçar o extremismo de direita e, talvez, mais importante com o decorrer do tempo, sem permitir que facções nacionalistas dissidentes, com projetos sociais reformistas dentro delas, estabelecessem uma posição de autoridade no comando do sistema político e da economia.

Finalmente, o SNI poderia funcionar mesmo depois que as Forças Armadas voltassem aos quartéis, paralelamente, ainda, à vida normal dos partidos políticos, e até mesmo manter a política em funcionamento na ausência de reais e efetivos partidos. Poderia, na verdade, agir como um partido político, sendo talvez o único órgão militar capaz de fazê-lo, funcionando como um foco de apoio e de informações do regime, e como um agente da manipulação da organização política da sociedade.

Os elos do IPES com o SNI permaneceram tão fechados e fortes que o Coronel Ivã Perdigão, sucessor do General Golbery como chefe do Grupo de Levantamento da Conjuntura, sentiu a necessidade de reconsiderar o funcionamento de certos grupos de ação do IPES uma vez que o SNI havia sido formado. No campo das informações, o IPES permaneceu como uma fonte independente para o SNI, e como sua ligação imediata com a comunidade empresarial. Em troca, o IPES recebia informações para a ação do SNI.[32]

Os ativistas do IPES se envolveram em várias operações, funcionando como um centro de distribuição de informações e propaganda anticomunista. O IPES de São Paulo, juntamente com o SNI, foi responsável pela iniciativa de se criar o Instituto de Estudos Científicos sobre Comunismo,[33] que seria chefiado por Estanislau Fischlowitz, do Grupo de Estudo e Doutrina do IPES-Rio. Finalmente, tendo em vista a fragilidade política dos partidos criados por decreto presidencial depois de 1964, para substituir aqueles formados durante o regime populista,[34] o IPES foi responsável pelas tentativas de se criar um Poder Político baseado nos próprios empresários e não nos políticos dos partidos.[35] Esperava-se que esse "Poder Político" se transformasse na "estrutura básica da Nação", ligado a um "Poder Militar", baseado na estrutura de informações. Para atingir tal objetivo, Hélio Gomide recomendou ao General Fontoura a "aproximação do Poder Militar, representando a Liderança Política e a Administração Pública do país, com certos grupos empresariais", dentre os quais o IPES era considerado o mais adequado devido a sua experiência, à qualidade de sua organização e aos indivíduos que reunia.

Tendo funcionado como uma agência de coleta e distribuição de informações anticomunistas para outros grupos, as Forças Armadas e os empresários, o IPES estava em condições de canalizar informações para os Inquéritos Policiais Militares — IPM, instaurados após o golpe a fim de investigar atividades supostamente subversivas, dentro do novo quadro político-militar de "segurança nacional". Harold Polland enviou material ao Tenente-coronel L. G. Andrade Serpa, encarregado do IPM na Confederação Nacional de Trabalhadores na Indústria, na esperança de que servisse como uma "contribuição para o trabalho em que o Exército está envolvido a fim de investigar, com justiça, os verdadeiros responsáveis pelo estado de calamidade das coisas no regime anterior".[36] Outro ativista do IPES, o Coronel Rubens Resteel, foi indicado chefe dos Inquéritos Policial-Mili-

tares na área do II Exército, que incluía o cinturão industrial de São Paulo, assumindo também a responsabilidade de investigar as atividades de indivíduos e grupos de esquerda.[37] Enquanto isso, o General Dalísio Menna Barreto estava encarregado do IPM sobre corrupção em São Paulo, que atingiu fortemente os políticos e a burocracia.

O IPES continuou atuando, entre outras coisas, como uma unidade de coleta de informações (o que havia sido uma de suas funções anteriores), preparando relatórios regulares sobre a "pressão comunista" para círculos empresariais, militares e administrativos. Esses relatórios justificavam a atitude de "linha dura" cuja adoção os líderes do IPES afirmavam ser necessária, por parte dos empresários e militares, contra a "subversão" do país. Conseqüentemente, esses relatórios também justificavam o contínuo levantamento de fundos para o IPES.[38]

Posteriormente, alguns líderes do IPES também se envolveram no lado mais sórdido das operações de informação. O seu líder e empresário Henning Boilessen incluía-se entre os responsáveis pela consolidação de um esquema de apoio financeiro para o aparelho repressivo da polícia e das Forças Armadas. H. Boilessen reuniu um grupo de empresários que contribuía financeiramente e fornecia equipamentos para as organizações de segurança.[39] Esse apoio mostrava uma outra dimensão da coordenação entre empresários e militares.

Líderes do IPES finalmente exportavam para países vizinhos a perícia adquirida na campanha para depor João Goulart, envolvendo-se em operações internacionais de desestabilização de seus regimes. O golpe que colocou a liderança do IPES no poder no Brasil parece ter sido usado como modelo para o golpe militar chileno. Em 1970, o Senador Salvador Allende foi eleito para a presidência do Chile, liderando uma frente de união popular de tendência socialista. Membros do IPES trabalharam de perto com associações empresariais e profissionais chilenas, dando-lhes apoio financeiro e assessoria para a mobilização das classes médias e atuação em diversos setores da opinião pública. Entre os líderes do IPES envolvidos nessas atividades e no assessoramento aos empresários chilenos sobre a preparação das condições para a intervenção militar e a derrubada de Allende encontravam-se Gilbert Huber Jr. e Glycon de Paiva. Como este afirmou após o golpe vitorioso, "a receita existe, e o bolo pode ser assado a qualquer hora. Vimos como ela funcionou no Brasil, e agora novamente no Chile."[40] O grupo paramilitar de direita, Movimento Anti-Comunista — MAC, forneceu armas e dinheiro a grupos semelhantes no Chile. Faustino Porto — militante do MAC, e Aristóteles Drummond — chefe do Grupo de Ação Patriótica — GAP (uma das linhas auxiliares do IPES) e ativista do MAC, serviram de elementos de ligação entre Brasil e o Chile, levando até mesmo dinheiro para atividades políticas. Armas foram entregues à organização extremista de direita Patria y Libertad e ao PROTECO, os comitês de bairro de direita. Os chilenos que receberam apoio do IPES e do MAC foram decisivos para o êxito das táticas de desestabilização que derrubaram o governo socialista de Allende.[41]

Líderes do IPES também atuaram na preparação da campanha que depôs o Presidente Juan Torres, da Bolívia, em 1971. Quando o General Juan Torres tornou-se presidente em 1970, um grupo de empresários e militares brasileiros e bolivianos criaram em São Paulo um "Centro de Estudos Latino-Americanos", seguindo o modelo estabelecido pelo IPES. Entre os participantes do Centro, localizado nas imediações do Pacaembu, encontravam-se Oscar Barrientos — advogado e primo do ex-presidente boliviano General René Barrientos Ortuño, o

líder do IPES Henning Boilessen, Mário Busch — ex-oficial da Wehrmacht e ex-agente do Serviço de Controle Político boliviano, o General Hugo Bethlem — ex-adido militar na Bolívia, e uma série de oficiais e grandes empresários bolivianos. Boilessen e o empresário boliviano Ugarte eram os financistas do Centro, enquanto Barrientos estava encarregado de manter contactos com oficiais do II Exército do Brasil (que, sediado em São Paulo, comandava os territórios na fronteira com a Bolívia) e com o SNI. Em agosto de 1971 o General Hugo Banzer tomou o poder, e muitos dos bolivianos envolvidos no centro tornaram-se membros do novo governo.[42]

O SNI teve uma ligação muito próxima com outro "superministério" criado pelo novo governo, o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. O sonho de planejamento governamental, alimentado há tanto tempo pela elite orgânica, finalmente se concretizara.

A 31 de março de 1964, no dia do desencadeamento do golpe, um grupo de diretores de grandes bancos e indústrias criou, em São Paulo, a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social — ANPES, como parte de um esquema para tornar o associado do IPES e tecno-empresário Roberto de Oliveira Campos o Ministro do Planejamento do novo governo. Roberto Campos, uma figura central da CONSULTEC, professor da Escola Superior de Guerra e ex-embaixador nos Estados Unidos foi eleito secretário geral da ANPES.[43] O banqueiro Teodoro Quartim Barbosa era o presidente, e um de seus membros mais ativos era o líder do IPES Lélio Toledo Piza, também banqueiro. Outras figuras centrais do ANPES eram Antônio Delfim Netto, do grupo de Doutrina e Estudo do IPES-São Paulo, que passou a secretário geral depois que Roberto Campos se tornou Ministro do Planejamento,[44] e Mário Henrique Simonsen.

O Ministério do Planejamento transformou-se no ministério civil mais importante da primeira administração depois do golpe de 1964, opinando nas questões de todos os outros ministérios, exceto no SNI, com o qual coordenava seus trabalhos. Roberto Campos era o civil mais importante do grupo ministerial e, como ministro, o mais favorecido pelo presidente, uma figura central na formação do pensamento "econômico" da administração de Castello Branco.[45]

Roberto Campos rodeou-se de uma equipe de assessores, quase todos do IPES, o que mostrava a hegemonia conquistada pela elite orgânica. Sua equipe expressara o grande peso que tinham os membros do grupo CONSULTEC/APEC no Grupo de Estudo e Doutrina do IPES-Rio de Janeiro, uma vez que a maior parte de seus colaboradores pertencia às duas organizações. Foi a equipe IPES/CONSULTEC de Roberto Campos que elaborou o Plano de Ação Econômica do governo — PAEG, um programa que coordenava a atividade do governo na esfera econômica e que se transformou no plano geral para as reformas econômicas e sociais implantadas de 1964 a 1967. Deve-se notar que, apesar do nome, o PAEG tinha mais a ver com o diagnóstico e formulações de diretrizes políticas gerais do que com a verdadeira realização pormenorizada de um plano de ação. Entretanto, a implantação do PAEG teve um efeito particularmente importante. Permitiu que as companhias multinacionais, utilizando suas subsidiárias no Brasil, comprassem a preços baixíssimos as empresas brasileiras estranguladas pelas restrições de crédito impostas, provocando o fenômeno conhecido como desnacionalização.[46] A equipe de Roberto Campos compreendia o seguinte núcleo de membros do grupo IPES/CONSULTEC/APEC: os tecno-empresários e empresários Eudes de Souza Leão, Paulo de Assis Ribeiro, Carlos J. de Assis Ribeiro, Frede-

rico Maragliano Cardoso, Edgard Teixeira Leite, Dênio Nogueira, José Garrido Torres, Wanderbilt Duarte de Barros, Eduardo da Silveira Gomes, José Piquet Carneiro, Alexandre Kafka, Og Leme, Estanislau Fischlowitz, Mário Henrique Simonsen, Luiz Bulhões Pedreira, Oswaldo Trigueiro, Antônio Casimiro Ribeiro, Walter Lorch, Harold Cecil Polland, Cláudio Cecil Polland, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Glycon de Paiva, Luiz Gonzaga Nascimento Silva (que se tornou o Assessor Jurídico do Ministério) e Gilberto Ulhoa Canto. Sebastião Sant'Anna e Silva, um dos diretores da USIMINAS que gozava da confiança pessoal de Roberto Campos, foi indicado secretário geral do Ministério. Edmar de Souza, do grupo de Estudo e Doutrina do IPES e companheiro de equipe de Roberto Campos na CONSULTEC, tornou-se Diretor Administrativo do Ministério.

Foi estabelecido em 1965 um Conselho Consultivo de Planejamento — CONSPLAN, tendo Roberto Campos como secretário executivo e que se transformou em importante centro de formulação de diretrizes políticas e um forum destinado a "coletar sugestões, ouvir críticas e obter contribuições dos participantes da vida econômica nacional".[47] Novamente, este órgão central destinado a assegurar a participação privada no processo de planejamento era composto, em sua maioria, de associados e colaboradores do IPES. *Stricto sensu*, o CONSPLAN não constituía um órgão de representação. Todos os seus membros eram indicados pelo presidente por iniciativa própria ou a partir de listas apresentadas por setores relacionados. Dos setores empresarial e tecno-empresarial, os seguintes elementos estavam envolvidos no CONSPLAN: o industrial e banqueiro General Edmundo Macedo Soares, Saturnino de Brito Filho, João de Pietro — Banco do Estado de São Paulo, Padre Fernando Bastos D'Ávila — ADCE, Lindolfo Martins Ferreira — ADESG, Antônio Delfim Netto, Antônio Dias Leite — católico militante que acabou discordando do CONSPLAN, sendo a favor de políticas empresariais diferentes, Mauro Ramos, Frederico Heller — CONSULTEC, encarregado do Setor de Promoção como representante da imprensa, Glycon de Paiva e seu suplente Harold Cecil Polland. Dos Escritórios Regionais foram indicados Vítor Gradin — SUDENE, Paulo Camillo de Oliveira Penna — Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, e Karlos Rieschbieter — da CODEPAR, Companhia de Desenvolvimento do Paraná, indicado por Nei Braga e pelo banqueiro Leônidas Bório. Entre os pelegos dos sindicatos foram escolhidos: Ary Campista, José Rotta, Paulo Cabral e Odilo Nascimento Gama. O ativista do IPES Mário Leão Ludolf representava as associações da classe empresarial. Foi criada uma Comissão Especial do CONSPLAN, que funcionava como uma agência para avaliação de projetos governamentais. Seus membros eram: Lindolfo Martins Ferreira — presidente; José Rotta, Nylton Velloso — empresário e executivo da Associação Comercial de Minas Gerais; Padre Fernando Bastos D'Ávilla, Armando de Oliveira Assis, João Paulo dos Reis Velloso, Oswaldo Iório, Paulo de Assis Ribeiro e Eudes de Souza Leão.[48]

Hélio Beltrão, outro importante tecno-empresário e associado do IPES, com o apoio de Roberto Campos e em conjunto com uma equipe do grupo IPES/CONSULTEC, foi responsável pelo esboço da Lei n.º 200 que englobava a Reforma Administrativa Federal, de longo alcance, executada durante a presidência do General Castello Branco.[49] José Nazaré Teixeira Dias, secretário executivo da Comissão Especial de Estudo da Reforma Administrativa, estava diretamente ligado ao Ministro do Planejamento.[50] O planejamento foi transformado em regra absoluta da administração e, daí em diante, todas as atividades tinham de se enqua-

drar a um programa que cobria vários anos, abrangendo os planos nacionais, regionais e setoriais. Foi estabelecida uma Inspetoria Geral de Finanças para controlar os gastos e o Brigadeiro Roberto Brandini, militante ativo do estado-maior civil-militar de São Paulo, foi nomeado diretor.

Para coordenadores dos Grupos Setoriais do Ministério do Planejamento, Roberto Campos indicou companheiros e colaboradores do grupo IPES/CONSULTEC, os tecno-empresários e empresários Henrique Capper Alves de Souza, Jesus Bello Galvão, João Baptista de Carvalho Athayde, Milcíades Mário Sá Freire de Souza, Walter Lorch e Harry James Cole. Foi indicado por Roberto Campos para chefe do influente Comitê de Coordenação da Aliança para o Progresso — COCAP, ligado ao Ministério do Planejamento, Francisco de Assis Grieco.[61]

EPEA, o Escritório de Planejamento Econômico e Social do Estado, para o qual Victor da Silva Alves Filho foi indicado secretário geral e onde trabalhavam os ativistas do grupo IPES/CONSULTEC Mircea Buescu e o Coronel Luiz Victor D'Avinos Silva, foi transformado no Instituto de Planejamento Econômico e Social Aplicado — IPEA, sob a supervisão de Mário Henrique Simonsen, e o colaborador do IPES Maurício Vilella foi designado para fazer parte do mesmo. O IPEA foi estabelecido para realizar estudos, pesquisas e análises nas esferas econômica e social solicitados pelo Ministério do Planejamento. Foi criada a DATAMEC, uma agência federal de processamento de dados, para a qual foi designado o General Adauto Esmeraldo, ligado ao IPES.

Associados e ativistas do IPES tornaram-se, com efeito, o núcleo do Ministério do Planejamento. Além de fazerem parte do IPES, os componentes da equipe de Roberto Campos eram também membros de escritórios de consultoria, em geral, e da CONSULTEC/APEC, em particular, refletindo assim a antiga composição dos Grupos de Estudo e Doutrina do IPES-Rio e do IPES-São Paulo. Mas, sobretudo, o que deve ser enfatizado é que, contrariando a crença já estabelecida, os membros significativos do Ministério do Planejamento não eram técnicos, mas tecno-empresários, se não simplesmente industriais e banqueiros.

O Ministério do Planejamento recebia apoio efetivo de dois organismos que operavam diretamente ligados à presidência e que desempenhavam para o Marechal Castello Branco as funções de filtrar informações políticas tanto da área civil quanto da militar, bem como a de servir de centros de comunicação. Esses organismos eram a Casa Civil e a Casa Militar.

As Casas Civil e Militar eram órgãos eminentemente políticos, ao invés de administrativos. Encarregavam-se dos aspectos processuais das decisões executivas, examinando e opinando sobre a pertinência e adequação das decisões tomadas ou a serem tomadas pelo presidente e pelos vários ministérios. Examinavam também o alcance das implicações que as decisões tomadas, ou a serem tomadas, pelos ministros teriam sobre cada ministério e órgãos administrativos e sobre o conjunto ministerial como um todo. Nesse aspecto, controlavam diretrizes políticas e forneciam informações valiosas ao Ministério do Planejamento e ao presidente, com referência à política nacional. Suas funções têm variado através das diferentes administrações, cada presidente tentando moldá-las às suas necessidades e às de seu governo.[62]

Foi designado chefe da Casa Civil o associado do IPES Luiz Viana Filho, escritor e político do Partido Libertador da Bahia e membro da ADP, e como chefe da poderosa Casa Militar foi designado o General Ernesto Geisel.

No governo do Marechal Castello Branco, a Casa Civil funcionou amplamente como uma antecâmara política do presidente, absorvendo pressões dos partidos, bem como de outras fontes. A maioria das tentativas do Executivo de manipular a política partidária foi executada através da Casa Civil, que foi de importância vital nas prolongadas negociações e manobras do governo com a finalidade de levar a cabo a reforma radical da vida político-partidária arquitetada pelo Executivo. Através da reforma político-partidária, o governo tentou uma recomposição da vida política, destinada a neutralizar pressões regionais e clientelistas que obstruíam o planejamento eficiente, criando um partido oficial do governo, a ARENA, baseado no alinhamento da força que vinha operando sob a égide da Ação Democrática Parlamentar — ADP. Tomando parte ativa na reforma, a Casa Civil protegia a imagem pública do presidente, permitindo que este reservasse suas intervenções para momentos escolhidos e críticos, apoiado pela autoridade de seu cargo e pelo poder dos militares.

A Casa Civil também servia como um canal de comunicação do presidente com a opinião pública em geral, e com os meios acadêmicos e culturais em particular, uma vez que estava encarregada da preservação da imagem pública do governo, tendo participação na preparação da agenda diária do presidente. Além disso, encarregava-se de um grande número de demandas individuais, atuando como um centro informal de *lobbying* para grupos econômicos e absorvendo pressões contra o governo de interesses empresariais, que não tinham canais de comunicação adequados com os órgãos administrativos mais importantes ou representação eficaz junto aos ministérios, sendo assim excluídos da articulação de interesses a nível de cúpula.[53]

Durante o governo de Castello Branco, a Casa Militar era fortemente apoiada pelo grupo IPES/ESG e destinava-se a servir de contrapartida do Ministério da Guerra, onde Costa e Silva mantinha o controle. Através da Casa Militar o grupo IPES/ESG se comunicava com a área militar, tentando absorver as pressões que surgiam dos vários setores de opinião dentro das Forças Armadas e desativando crises político-militares dirigidas contra o governo. Havia também a tentativa de construir a imagem da Casa Militar como o "Ministério dos Militares", uma espécie de agência de *lobbying* para a qual os militares poderiam apelar para resolver seus problemas institucionais no contexto mais amplo da política nacional, uma prática destinada à criação de um apoio muito necessário ao governo entre as Forças Armadas. Deste modo, e sob a égide dos ativistas do grupo IPES/ESG, esperava-se que a Casa Militar esvaziasse, ou pelo menos diminuísse, as possibilidades de o Ministério da Guerra atuar como um agente intermediário de poder. Mas a Casa Militar não logrou êxito em uma de suas tarefas, que demonstrou ser crítica, isto é, esvaziar a crescente projeção da candidatura do General Costa e Silva, apoiada por um alinhamento de forças que reunia os *troupiers*, os extremistas de direita e um grupo de dissidentes de dentro do próprio grupo de esguianos. Esse alinhamento finalmente levou-o à presidência, para desespero dos ativistas do grupo IPES/ESG.

Apesar de serem guiadas pelo pensamento estratégico do Executivo, a Casa Civil e a Militar eram dirigidas pela conveniência e pelas restrições impostas pelas exigências imediatas e pressões contingentes. De certa forma, os chefes das Casas Civil e Militar atuavam como solucionadores de problemas do presidente. Entretanto, em administrações posteriores, o seu papel variou grandemente. Eles adquiriram cada vez mais uma qualidade estratégica e desenvolveram a função de me-

canismos de controle das diretrizes políticas do Executivo sob as presidências do General Médici e do General Ernesto Geisel e, particularmente, no governo atual do General João Baptista Figueiredo, sendo chefes das Casas Civil e Militar o próprio General Golbery e o General Danilo Venturini,[54] respectivamente. O grupo IPES/ESG e, principalmente, o SNI descreveram um círculo completo.

Sem dúvida, o desenvolvimento mais importante em assuntos econômicos foi o estabelecido, pelos associados e colaboradores do IPES, de sua hegemonia dentro da rede financeira do Estado, controlando assim a alocação dos vastos recursos ao seu dispor. Além disso, os ativistas do IPES controlaram os principais escritórios de elaboração de política financeira e todos os mecanismos decisórios, moldando assim a economia. A Lei 4.595 de 1964 reestruturou o sistema financeiro que, por volta de 1966, compreendia os órgãos apresentados no Quadro 5.

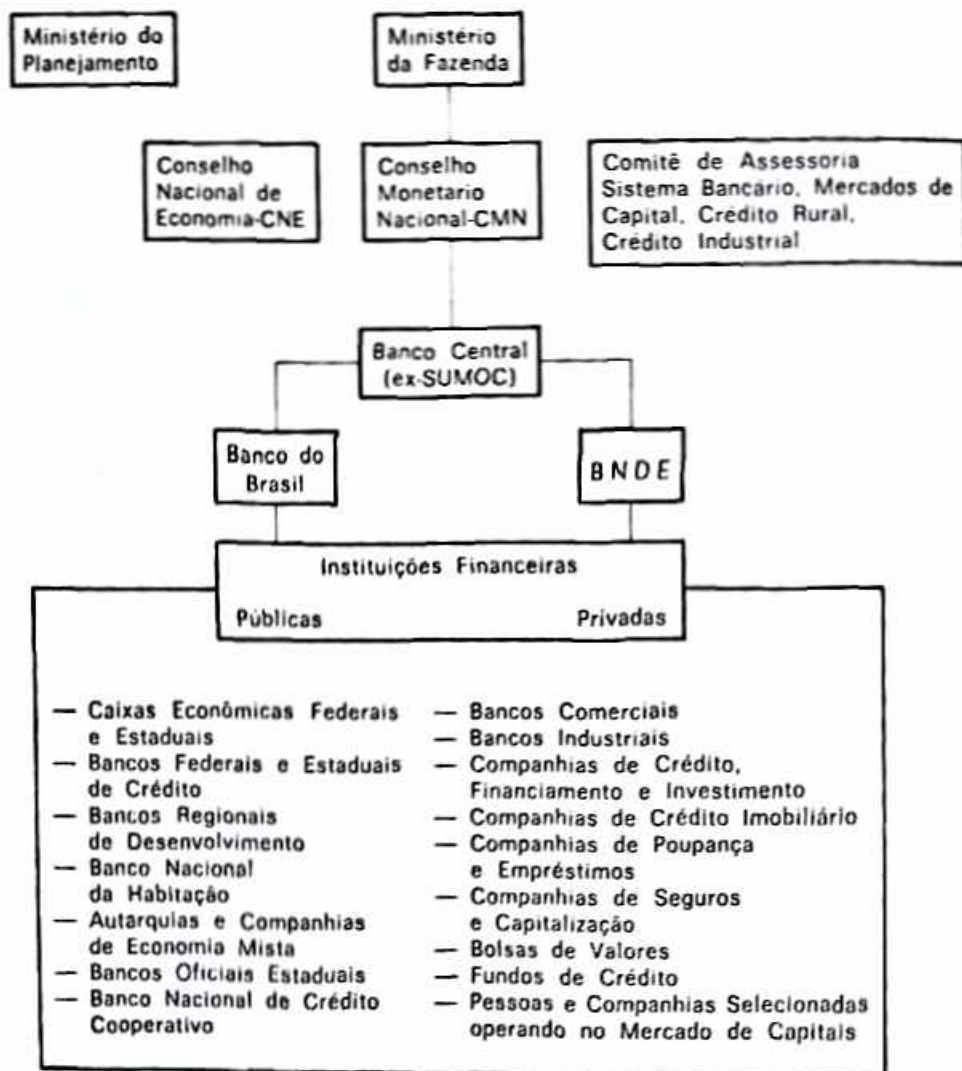
Os cargos-chave nessa estrutura foram ocupados por ex-membros e ativistas dos grupos de Estudo e Doutrina do IPES. Eram, na maioria, empresários e tecno-empresários e muitos deles haviam lidado, no IPES, com *position papers*, propostas de reformas e programas para o governo relacionados com suas funções e cargos posteriores na administração de Castello Branco.

Como Ministro da Fazenda manteve-se o associado do IPES Octávio Gouveia de Bulhões que fora designado, imediatamente depois de 1.° de abril de 1964, pela Junta Militar de Ministros autodesignados das Forças Armadas. Gouveia de Bulhões e Roberto Campos tornaram-se os modeladores da nova economia brasileira.[55] Álvaro Carvalho Cesário Alvim foi nomeado Procurador do Ministério, e Mader Gonçalves foi indicado assessor da administração. Ernane Galvêas, colaborador do IPES e amigo de Delfim Netto, foi indicado assistente de Gouveia de Bulhões.

A Superintendência da Moeda e do Crédito — SUMOC — reunia, em 1965, os seguintes empresários e tecno-empresários, todos associados e colaboradores do IPES: Octávio Gouveia de Bulhões — presidente, Luiz de Moraes Barros — vice-presidente, e um conselho formado por Dênio Nogueira, Luiz Biolchini — Carteira de Câmbio, Aldo Franco — CACEX, Casimiro Antônio Ribeiro — Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, Daniel Faraco — Ministério da Indústria e do Comércio, Roberto de Oliveira Campos — Ministério do Planejamento, João Gonçalves de Souza — SUDENE, e José Garrido Torres — BNDE. O diretor de Assuntos Exteriores da SUMOC era também seu diretor geral, o líder do IPES Dênio Nogueira. Fábio Antônio da Silva Reis foi designado chefe da Divisão de Assuntos Internacionais. O secretário geral da SUMOC e chefe da Inspetoria Geral de Bancos era o empresário Hélio Marques Vianna, membro do *think-tank* da Federação das Indústrias da Guanabara e colaborador do IPES sendo também parente do Marechal Castello Branco. O Departamento Econômico da SUMOC era chefiado por Eduardo da Silveira Gomes e a Divisão de Estudos Financeiros e Monetários era chefiada por Basílio Martins. Como assessores de Eduardo Silveira Gomes foram nomeados José Luiz Silveira Miranda e Ernane Galvêas.

A SUMOC foi finalmente substituída pelo estabelecimento do Banco Central, recomendado pelo IPES, — um banco para o governo, um banco para os bancos e um banco de emissão — e por um recém-criado Conselho Monetário Nacional, encarregado da elaboração da política econômico-financeira. A antiga proposta do IPES, a criação de um Banco Central como um órgão responsável pela administração das políticas bancárias e de crédito e encarregado do controle do capital estrangeiro, fora finalmente implementada. Seu primeiro presidente e fundador

Quadro 5

Sistema Financeiro Nacional

foi Dênio Nogueira, que havia sido responsável pelo projeto de estudo para a criação de um Banco Central custeado pelo IPES no Grupo de Estudo e Doutrina no Rio. Para diretores do Banco Central foram designados os tecno-empresários Casimiro Antônio Ribeiro, Luiz Biolchini e Aldo Franco.[56] José Luiz Bulhões Pedreira foi nomeado assessor do Banco, enquanto Eduardo da Silveira Gomes foi indicado chefe do Departamento Econômico. Dênio Nogueira foi sucedido, como presidente do Banco Central, pelo tecno-empresário Ruy Aguiar da Silva Leme, o líder do Grupo de Doutrina e Estudo do IPES-São Paulo.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, com seus enormes recursos, tendo alocado, em 1966, 200 bilhões de cruzeiros para a indústria e com sua função de financiamento a longo prazo de capital fixo para setores básicos, tornou-se outra reserva do IPES. O tecno-empresário José Garrido Torres foi nomeado presidente.[57] O tecno-empresário e colaborador do IPES Jayme Magrassi de Sá foi nomeado diretor.[58] Outras figuras influentes na estrutura do BNDE eram os economistas, associados e colaboradores do IPES Jorge Duprat de Brito Pereira, Jessé Montello, Raul Fontes Cotia, João Batista Pinheiro, Álvaro Americano e Alberto Lélio Moreira, que ocupavam postos administrativos. Para diretor do Conselho Administrativo do BNDE foi designado o associado do IPES Edmundo Falcão da Silva, que também se tornou o representante do Banco no Conselho Administrativo de um fundo de financiamento para a aquisição de maquinário e equipamento industrial — o FINAME, um novo órgão-chave do Estado no processo de industrialização. O FINAME usava recursos da Aliança para o Progresso, do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, e do Fundo Alemão de Desenvolvimento. A reduplicação e o intercâmbio de pessoal eram tão intensos que José Garrido Torres, em vista da grande carga imposta sobre o IPES, chegou a sugerir que os economistas do BNDE ajudassem o Grupo de Estudo e Doutrina,[59] que continuava a preparar recomendações para a modernização econômica depois de abril de 1964 e permaneceu como um órgão que avaliava a atuação do governo na política financeira e industrial.

O Banco do Brasil perdeu muitas de suas atribuições para o recém-criado Banco Central, mas ainda continuou sendo o agente financeiro do tesouro, encarregado de receber as rendas federais. Acumulava as operações de um banco comercial com as de um banco agrícola, entrando até em algumas linhas de investimento bancário. O seu controle deu aos empresários do IPES uma posição invejável na alocação de recursos para a agricultura. O líder do IPES e banqueiro Luiz de Moraes Barros foi indicado presidente do Banco do Brasil,[60] substituindo o empresário Arnaldo Blank, que havia sido indicado pela Junta Militar. Luiz Biolchini foi nomeado chefe da Carteira de Câmbio do banco. A Carteira de Comércio Exterior — CACEX (ex-CEXIM) era chefiada pelo tecno-empresário Aldo Franco, e Ernane Galvêas foi nomeado diretor em 1966. A Carteira de Redescontos era chefiada pelo tecno-empresário Casimiro Antônio Ribeiro. O diretor da Carteira Agrícola era o executivo da ADCE Severo Gomes, industrial e proprietário de terras. Herculano Borges da Fonseca era advogado do Banco do Brasil e da CACEX.

Associados e colaboradores do IPES logo controlaram o Conselho Nacional de Economia que, durante algum tempo, permaneceu como uma composição variada de interesses empresariais. Em 1965, o CNE tinha como assessores os empresários e tecno-empresários Harold Polland, Paulo de Assis Ribeiro, Glycon de Paiva e Humberto Bastos. Do CNE também faziam parte o empresário naciona-

lista Fernando Gasparian, José Augusto Bezerra de Medeiros, Pereira Diniz e Paulo Fender, ex-senador por Santa Catarina, todos eles membros do CNE no governo anterior. O presidente do CNE era Antônio Horácio Pereira e o vice-presidente, Fernando Gasparian.[61]

Por volta de março de 1966 a liderança do IPES havia conseguido remover o espinho representado pelas aspirações nacionalistas de F. Gasparian e reconstituiu o CNE. O presidente era Harold Cecil Polland e os assessores Glycon de Paiva, Antônio Delfim Netto, Obregon de Carvalho, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Humberto Bastos, Paulo Fender, Antônio Horácio Pereira, Antônio Carlos Carneiro Leão (secretário). O associado do IPES Rúy Aguiar da Silva Leme, do Grupo de Doutrina e Estudos de São Paulo, ligou-se ao Conselho, como também Hélio Beltrão que foi para a Comissão de Planejamento. Para a chefia da Seção de Câmbio e Divulgação do CNE foi designado o associado do IPES Maragliano Cardoso.

No final de 1965 criou-se um Conselho Monetário Nacional — CMN, encarregado de formular a política financeira, coroando assim o recém-remodelado Sistema Financeiro com uma equipe de empresários e tecno-empresários do IPES. O CMN reunia o Ministro da Fazenda Gouveia de Bulhões — presidente; Roberto Campos — Planejamento; Dênio Nogueira — Banco Central; Luiz de Moraes Barros — Banco do Brasil; Garrido Torres — BNDE; Casimiro Antônio Ribeiro, Luiz Biolchini e Aldo Faraco — diretores do Banco Central, e Daniel Faraco — Ministro da Indústria e do Comércio. Os líderes do IPES e banqueiros Gastão Eduardo de Bueno Vidigal e Rui de Castro Magalhães foram incluídos como representantes das instituições bancárias privadas, dando-lhes assim acesso direto à elaboração de diretrizes. O associado do IPES e empresário José Maria de Araújo Costa tornou-se diretor da influente Comissão Consultiva para Crédito Industrial do CMN, que controlava a alocação de recursos para a indústria.[62] O membro do IPES José Luiz Bulhões Pedreira, ele próprio um empresário importante, durante sua passagem pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento foi responsável, juntamente com uma equipe do grupo IPES/CONSULTEC, pela maior parte da legislação financeira do período e, em particular, pela Lei dos Mercados de Capital. Essa lei, promulgada sob o n.º 4.728 em 1965, regulava o mercado financeiro lançando as bases para proteger os compradores de ações e acionistas minoritários, tentando também dar uma divulgação adequada da estrutura financeira corporativa e outras informações necessárias ao investidor em potencial. A lei também estabeleceu princípios para a reformulação das operações de câmbio e do mercado financeiro, que eram dirigidas por financistas relacionados com o IPES, e novas bases para fundos mutuários e bancos de investimento. Vários artigos da Lei tinham como objetivo a "Democratização do Capital", isto é, o estímulo às companhias de capital aberto e a crescente participação no controle acionário de sociedades anônimas, um grande "cavalo de batalha" do IPES antes de 1964. Finalmente, a lei deu ao Conselho Monetário e ao Banco Central funções comparáveis às da *Securities Exchange Commission* nos Estados Unidos.[63]

Já foi mostrado que os associados e colaboradores do IPES, na maioria banqueiros e industriais (e não técnicos), ocupavam os postos-chave do CNE, do CMN, do Banco do Brasil, do Banco Central, dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda e do BNDE. Entretanto, a lei que reformulou o sistema financeiro também envolveu uma decisão da máxima importância, ou seja, a inclusão de bancos e instituições financeiras privadas como componentes formais do Sistema

Financeiro Nacional. O Apêndice W mostra que os associados e colaboradores do IPES tinham grande representação nos bancos privados e públicos e em instituições financeiras[64] que faziam parte do Sistema Financeiro Nacional.

Os associados e colaboradores do IPES, eles próprios industriais e banqueiros, também foram importantes na administração dos maiores bancos públicos estaduais, que controlavam recursos imensos, disponíveis para projetos regionais de empresas privadas. Entre eles, vale a pena mencionar: Banco do Estado do Paraná — André Arantes; Banco do Estado da Guanabara — João Augusto Maia Penido, Dario de Almeida Magalhães; Banco do Estado de Santa Catarina — Irineu Bornhausen; Banco do Estado de São Paulo — Lélio Toledo Piza Almeida Filho, Paulo Almeida Barbosa, Henrique Bastos Thompson, G. E. Bueno Vidigal, Ruy Aguiar da Silva Leme (diretor da Carteira de Expansão Econômica), Teodoro Quartim Barbosa, Paulo Reis Magalhães; Banco do Estado do Rio — Milcíades Mário Sá Freire de Souza, César Guinle, Francisco de Assis Monerat, Carlos Alberto Melloni; Banco do Amazonas — Nelson Ribeiro; Banco do Estado de Minas Gerais — José Alcino Bicalho, Geraldo Ildefonso Mascarenhas, Celso Lage, José Pereira de Faria; Banco do Estado da Bahia — Edmar de Souza.

Além disso, os associados e colaboradores do IPES foram colocados em posições-chave nas associações de classe e nas agências privadas relacionadas com o setor financeiro. José Luiz Moreira de Souza tornou-se presidente da ADECIF — Associação das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento. A. Oswaldo Campiglia tornou-se presidente da ACREFI — Associação de Crédito, Financiamento e Investimentos. Luiz Cabral de Menezes tornou-se presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Ernesto Barbosa Tomanik foi designado presidente da Bolsa de Valores de São Paulo. E. Tomanik foi também responsável pela modernização da Bolsa de Valores, por cujo projeto ele havia sido responsável na época do Congresso de Reformas de Base patrocinado pelo IPES. A "democratização do capital", um dos princípios ideológicos do IPES, referentes ao desenvolvimento da Bolsa de Valores Nacional, enquanto assegurava o investimento das economias da classe média e dos trabalhadores mais qualificados e a expansão do número de empresas *Blue Chip*, estava sendo de fato implementada sob a supervisão dos ativistas do IPES.[65]

Finalmente, os ativistas do IPES se apoderaram das posições-chave nos bancos de empréstimo do Estado. O ex-tesoureiro do IPES e banqueiro Joviano Rodrigues Moraes Jardim foi nomeado presidente da Caixa Econômica Federal — CEF, sediada no Rio de Janeiro. Além do mais, Antônio Viana de Souza foi indicado para a CEF-Rio, e Arnaldo Blank tornou-se presidente da CEF-Guanabara. Para a diretoria da Carteira de Consignações da CEF foi nomeado Humberto Esmeraldo Barreto, sobrinho do General Adauto Esmeraldo.[66] Para o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais foi o banqueiro de Minas Gerais Oswaldo Pierucetti, como presidente, e o Marechal A. Magessi Pereira, do IBAD, como diretor. Carlos José de Assis Ribeiro tornou-se assessor jurídico da CEF do Rio de Janeiro. Paulo Salim Maluf, ligado ao grupo econômico do líder do IPES Fuad Lutfalla e diretor da Eucatex S/A, tornou-se o diretor da CEF em São Paulo em 1967.

A acumulação de postos-chave dentro do sistema financeiro pelos associados e colaboradores do IPES foi verdadeiramente notável, destacando, ao contrário do que se acredita, o grau extraordinariamente alto de participação direta de proprietários e diretores de bancos particulares na política. Outra importante obser-

vação a ser feita é o número relativamente baixo de ativistas do IPES ocupando tantas posições-chave, devido a sua extraordinária acumulação de funções. Além disso, o que é particularmente importante enfatizar é que esses associados do IPES não eram apenas proprietários e diretores de instituições financeiras, mas acionistas e diretores de uma grande concentração de corporações industriais, tanto brasileiras quanto multinacionais. Muitos dos bancos eram, eles próprios, ligados por controle acionário ou por *joint venture* a grandes corporações industriais, expressando o estágio avançado de integração e concentração de interesses bancários e industriais. Toda essa interligação econômica e acúmulo de funções são pormenorizadamente mostrados nos Apêndices B, E e I.

Além da reforma do sistema financeiro e da ocupação de suas posições-chave, que o IPES considerava necessárias e que foram implementadas, sob a supervisão de seus líderes e associados,[67] havia outra questão importante política e ideologicamente que teve um sério efeito sobre a economia e o sistema político brasileiro. Essa questão, emocionalmente carregada, era a Lei da Reforma Agrária, que, como foi visto anteriormente, fora estudada em minúcias no complexo IPES/IBAD. As diretrizes para a Lei básica da Reforma Agrária, que se tornou conhecida como o Estatuto da Terra, foram baseadas nas recomendações feitas pelo IPES. Essas propostas de reforma, apoiadas em uma complexa tributação progressiva para forçar grandes proprietários a adotarem técnicas de modernização ou venderem suas terras, foram tornadas públicas em um livro lançado pelo IPES em 1964 intitulado "A Reforma Agrária: Problemas, Bases, Soluções". O estudo havia sido coordenado por Paulo de Assis Ribeiro, sob a supervisão de Glycon de Paiva, do General Golbery, do General Heitor Herrera e de Harold Polland. A equipe do complexo IPES/IBAD que trabalhou no estudo incluía José Garrido Torres, José Arthur Rios, Dênio Nogueira, Carlos José de Assis Ribeiro, Edgard Teixeira Leite, Julian Chacel, Luís Carlos Mancini, J. Irineu Cabral, Wanderbilt D. de Barros e Nilo Bernardes. Outros que participaram do estudo inicial foram enumerados no Capítulo VI. Basicamente os mesmos empresários e tecno-empresários participaram da formulação e implantação final do Estatuto da Terra.[68] A equipe de Paulo de Assis Ribeiro recebeu ajuda do Ministério do Planejamento através de um grupo formado basicamente por associados e colaboradores do IPES.[69] A hegemonia do IPES também era visível na composição das várias equipes-tarefa que participaram da preparação técnica do Estatuto da Terra. Os chefes dessas várias equipes de profissionais liberais e burocratas da SUPRA e do DATE-São Paulo (um órgão técnico e de consultoria) eram:[70] Dênio Nogueira — SUMOC, Mário Henrique Simonsen — Ministério do Planejamento, e Julian M. Chacel — FGV, todos eles lidando com problemas econômicos; Wanderbilt Duarte de Barros — Ministério do Planejamento — Problemas Agronômicos; André Martins Andrade — Problemas Fiscais; José Arthur Rios e Luís Carlos Mancini — Problemas Sociológicos; Nilo Bernardes — Problemas Geográficos; José Tocantins e José Pires de Almeida — Banco Nacional de Crédito Cooperativo — Problemas Cooperativistas; e o General Golbery — SNI, Cândido Guinle de Paula Machado, Harold Cecil Polland — CNE, José Rotta — Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo; e Glycon de Paiva — CNE, sem designações especiais, lidando com a área denominada Problemas Diversos.

Da Confederação Brasileira Rural — CBR, os seguintes empresários rurais tiveram acesso ao Projeto de Lei sobre a reforma agrária e puderam propor emendas ao núcleo do grupo que trabalhava com o Estatuto da Terra: Iris Meinberg,

Edgard Teixeira Leite, José Rezende Peres, Durval Garcia Menezes, Lingard Miller Paiva, Al Neto, Batista Luzardo e Josafá Macedo. Do Banco do Brasil foram consultados os empresários Severo Gomes e Cláudio Pacheco. A ausência de representantes dos interesses agrários tradicionais foi notória, apesar de figuras dos partidos políticos haverem sido consultadas sobre suas opiniões a respeito do projeto de lei (somente depois de esboçado). Estava claro que a responsabilidade por trás da formulação do projeto recaía sobre as pessoas mencionadas anteriormente, todas associadas e colaboradoras do complexo IPES/IBAD.

O tecno-empresário José Gomes da Silva foi designado superintendente da SUPRA, a Superintendência da Reforma Agrária. Era também membro do IBRA, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que, posteriormente, substituiu a SUPRA.

Para a implantação do Estatuto da Terra e da reforma da propriedade de terras, foi criado o IBRA, que recebera *status* de Superministério, gozando de prioridade entre os departamentos ministeriais, servindo para flanquear, em termos de criação de diretrizes políticas, o Ministério da Agricultura onde os interesses agrários tradicionais ainda tinham um ponto de apoio. O IBRA foi útil ao esvaziar o controle que a oligarquia e a burguesia cafeeira tinham sobre as políticas agrárias mudando o local de elaboração da política nesta área vital para outro órgão, composto de tecno-empresários e empresários. Estes estimularam políticos que tentavam integrar o setor agrário dentro dos planos mais amplos de desenvolvimento da grande modernização industrial.[71] O cerne da análise do Estatuto da terra era a ineficiência constatada na relação homem/terra, tanto nos latifúndios tradicionais quanto no grande número de minifúndios. Pontos de estrangulamento na agricultura tinham de ser eliminados por uma melhor distribuição dos fatores de produção, modificando formas arcaicas de posse de terra. Foram enfatizados o aumento dos recursos agrícolas, a mecanização e o desenvolvimento de redes de distribuição adequadas para os produtos, o que, conseqüentemente, envolvia o Ministério dos Transportes em uma política de construção de estradas e os grandes interesses industriais em mecanizar a lavoura e fornecer transporte para os mercados rurais.

Novamente, o *staff* do IBRA era composto, na maioria, de ativistas do complexo IPES/IBAD. O presidente do IBRA era Paulo de Assis Ribeiro e os diretores Wanderbilt D. de Barros, César Cantanhede (companheiro de equipe de Paulo de Assis Ribeiro no CBP), Hélio de Almeida Brum (ADESG) e o General Jaul Pires de Castro do IPES.[72] O Conselho Técnico reunia Cláudio Cecil Polland, Julian Magalhães Chacel, Edgard Teixeira Leite, José Agostinho Trigo Drummond Gonçalves, João Quintiliano de Avelar Marques (diretor da CAMIG e representante da Indústria de Maquinaria Agrícola de Minas Gerais), Glauco Olinger (representante da ABCAR — Santa Catarina, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), o empresário Flávio da Costa Brito (representando o movimento cooperativista) e Edvaldo de Oliveira Flores.[73]

O chefe da equipe de trabalho sobre o Programa Específico de Cooperativas Açucareiras do Ministério do Planejamento, coordenada pelo IBRA, era o Ipesiano José Garrido Torres.

Juntamente com o IBRA foi criado outro órgão, o INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, que deveria lidar com a "colonização" e o desenvolvimento agrícola do país. Para presidente do INDA foi designado o ativista do IPES e empresário rural Eudes de Souza Leão. Ele era também assessor para assuntos agrários do Ministério do Planejamento. Nesse cargo, Eudes de Souza

Leão tornou-se coordenador do Planejamento da Agricultura Nacional pelo qual, muito convenientemente, o INDA era responsável.

Paulo de Assis Ribeiro também viria a se tornar, posteriormente, o coordenador do projeto de lei do Plano Geral de Estatísticas do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que substituiu o IBRA e o INDA. Para assessores do INCRA foram indicados Wanderbilt Duarte de Barros, Julian Chacel e José Arthur Rios, todos associados e ativistas do IPES.

Conforme foi mencionado anteriormente, o Ministério da Agricultura permaneceu em nível secundário de importância durante a administração, obscurecido pelo IBRA. Isso se refletia não só nas nomeações feitas para o Ministério, mas também em suas funções diminuídas.[74] Inicialmente, o Ministro da Agricultura era um representante dos interesses agrários tradicionais e o Ministério servia para absorver pressões vindas dessa área. O novo Ministro, Oscar Thompson Filho, havia sido secretário da Agricultura do Estado de São Paulo no governo de Adhemar de Barros e participado da mobilização política de mulheres da classe média organizada pelo IPES. Logo Oscar Thompson Filho se demitiu, devido a sua incompatibilidade com as novas diretrizes políticas que estavam sendo implantadas pela administração de Castello Branco através do IBRA e à ineficácia de seus esforços. Seu lugar foi ocupado por Hugo Leme, também de São Paulo. Além de ser agrônomo e professor da Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, Hugo Leme era também sócio comercial do líder do IPES e empresário Nivaldo Coimbra de Ulhoa Cintra, que se tornou assessor de destaque do Ministério da Agricultura, juntamente com Edgar Teixeira Leite. Hugo Leme foi sucedido por Nei Braga, ex-governador do Paraná, muito ligado ao General Geisel e ao Presidente Castello Branco. Nei Braga era também conhecido como *place man* (homem-chave) da Klabin, uma vez que esse grupo tinha enormes interesses no Paraná.[75] Nei Braga conseguiu assegurar a indicação do ex-diretor da CODEPAR (a quem estava ligado politicamente), o banqueiro Leônidas Bório, para a presidência do Instituto Brasileiro do Café — IBC. Bório levou consigo Karlos Rischbieter, da CODEPAR. Quando Nei Braga se demitiu do posto, seu lugar foi ocupado pelo empresário Severo Gomes, ativista da ADCE como Ministro-tampão.

O Ministério da Agricultura desempenhou um papel subalterno depois de 1964, nada fazendo de grande destaque. Até os créditos para a agricultura estavam fora de sua esfera de influência, porque eram manejados e alocados pelo Banco do Brasil sob a supervisão de seu presidente, o líder do IPES Luiz de Moraes Barros, e através dos serviços do empresário rural Severo Gomes, como chefe da Carteira Agrícola e Industrial.

Além dos ministérios-chave diretamente envolvidos na elaboração da política econômica mencionados acima, os associados do IPES ocuparam os postos centrais de uma série de outros ministérios e órgãos administrativos do governo pós-1964. Em muitos casos, esses ministérios e órgãos administrativos permaneceram com suas funções pré-1964, tendo sido apenas ocupados pelos ativistas do complexo IPES/IBAD que asseguraram, assim, a homogeneidade na elaboração de diretrizes políticas. Esses ministérios e órgãos estavam implementando diretrizes que, em grande parte, já haviam sido desenvolvidas como um programa de governo pelos Grupos de Estudo e Doutrina do IPES, e coordenadas pelo Ministério do Planejamento. A maioria das reformas implementadas pelos ministros e administradores ipesianos já haviam sido apresentadas ao Congresso pelos parlamentares da ADP, em muitos casos sem êxito, como projetos de lei, ainda no

governo de João Goulart. Outras propostas de diretrizes políticas haviam sido apresentadas ao público em geral por esses mesmos ministros e administradores e por alguns dos elementos que integravam o novo governo, como propostas de reforma no Congresso de Reformas de Base, patrocinado pelo IPES, em 1963.[76]

O Ministério da Indústria e Comércio manteve suas funções pré-1964, e foi ocupado por diversos associados e colaboradores do IPES. Daniel Faraco, o deputado da ADP que havia desempenhado um papel importante na estratégia do Grupo de Ação Parlamentar do IPES na Câmara dos Deputados, foi nomeado Ministro da Indústria e Comércio. Foi posteriormente substituído pelo industrial e banqueiro Paulo Egydio Martins, que havia participado do estado-maior civil-militar sediado em São Paulo, liderado pelo IPES. O industrial banqueiro Hélio Beltrão foi nomeado diretor do influente Comitê de Assessoria de Política Industrial e Comercial do Ministério. Outros colaboradores e empresários do IPES foram designados para órgãos que funcionavam sob a égide do Ministério da Indústria e Comércio. Entre eles encontravam-se Sylvio Fróes Abreu — Instituto Nacional de Tecnologia; Paulo Accioly de Sá — Instituto Nacional de Pesos e Medidas; e Joaquim Xavier da Silveira, que foi para a recém-criada EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo.[77] Para a Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB, criada pelo regime anterior para controlar os preços e o abastecimento de produtos básicos, foram indicados o líder do IPES Guilherme Borghoff e o Coronel Maurício Cibulares, que havia trabalhado anteriormente na COFAP, a antecessora da SUNAB. A Superintendência Nacional de Abastecimento foi posteriormente substituída por um novo órgão, a Companhia Brasileira de Alimentação — COBAL, para a qual foi nomeado o General Carlos de Castro Torres, do IPES. A COBAL preocupou-se mais com o fornecimento ordenado de produtos para o mercado do que com a fiscalização de preços e o fornecimento de artigos e serviços básicos não-lucrativos.

Outro ministério que não sofreu mudanças drásticas em sua estrutura, mas que expandiu seu papel, foi o da Justiça. Esse ministério era, dentro do sistema político brasileiro, um ministério político chave e não apenas a estrutura administrativa do Poder Judiciário. Seu titular está geralmente presente nas decisões políticas mais importantes tomadas pelo governo, absorvendo, juntamente com a Casa Civil, as pressões oriundas dos partidos políticos, da mídia e de fontes acadêmicas, lidando também com a oposição política e intelectual ao governo. O Ministério da Justiça atuava também como um canal para a expressão de pressões de "linha dura" partindo dos militares em sua oposição à corrupção civil e à esquerda.

Inicialmente o líder do IPES Luiz Antônio Gama e Silva foi designado Ministro da Justiça, logo após 1.º de abril de 1964, pela Junta Militar. Com a ascensão do Marechal Castello Branco ao poder, houve a queda de Gama e Silva e outro jurista, o político Milton Campos, da UDN, o mal-sucedido companheiro de chapa de Jânio Quadros nas eleições de 1960, substituiu-o. Milton Campos, que pertencia à corrente "mais legalista" da UDN e que, neste aspecto, estava próximo do Marechal Castello Branco foi logo substituído provisoriamente pelo General Juracy Magalhães da ADP e da ADESG. Este, por sua vez, foi substituído pelo senador Mem de Sá, do Partido Libertador, que havia desempenhado um papel tão importante na estratégia do complexo IPES/IBAD no Congresso.[78]

Apesar de manter suas funções anteriores, o Ministério da Justiça desempenhou um papel muito ativo, devido à natureza autoritária do regime, imposto depois de 1964, servindo de apoio ao Executivo em seu intempestivo aumento

da legislação por decreto, que esvaziou o papel do Congresso. O Ministério da Justiça não só revestia de "autoridade jurídica" as decisões políticas contra membros da oposição, mas também exercia a intervenção judicial com um caráter político bastante claro, da qual foram testemunhas, muitos dos mais de 6.000 Decretos, 700 Leis, 312 Decretos-Lei, 2 Atos Institucionais e 17 Atos Complementares promulgados ou baixados pela administração de Castello Branco. O espírito deste número extraordinariamente grande de leis elaboradas pelo Executivo posteriormente permeou a nova Constituição. A comissão de proeminentes juristas encarregada do projeto para a Reforma da Constituição, que eles esboçaram e que passou a vigorar em 1967, compunha-se de quatro associados e colaboradores do IPES: Themístocles Cavalcanti, Seabra Fagundes, Orozinbo Nonato e Levi Carneiro. Além da direção do Ministério da Justiça e da responsabilidade pela reforma da Constituição (para a qual Carlos de Assis Ribeiro havia preparado um esboço e uma filosofia básica antes de 1964), os ativistas do IPES também asseguraram uma série de posições-chave dentro da estrutura judiciária.[9]

Um ministério que mudou claramente o seu papel foi o do Trabalho e da Previdência Social. Através dele as administrações anteriores haviam assegurado a mobilização limitada das classes trabalhadoras urbanas e tentado manipular os sindicatos. Sob o novo governo, a mobilização popular através do Ministério foi interrompida apesar de ele manter sua função de controle dos trabalhadores.

Os atores políticos do IPES exerceram influência também no Ministério do Trabalho e Previdência Social. Imediatamente após o golpe a junta nomeou Arnaldo Lopes Sussekind, que manteve sua função no governo Castello Branco. Sussekind havia ajudado na elaboração dos controles corporativistas diretos e indiretos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, que foram a pedra angular da política trabalhista do Estado Novo. Sussekind foi substituído por Walter Peracchi Barcellos, o deputado da ADP do Rio Grande do Sul. Walter Barcellos foi, por sua vez, substituído em meados de 1966 pelo advogado e empresário Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, conferencista no IPES, quando aquele decidiu candidatar-se a governador do Rio Grande do Sul, tendo sido eleito.[10] Para advogado do Ministério do Trabalho foi indicado Juarez do Nascimento Fernandes Távora, filho do co-fundador da ESG Marechal Juarez Távora e Ministro dos Transportes do novo governo. As novas direções sindicais provinham dos sindicatos que, de 1961 a 1964, foram instrumentalizadas pelo complexo IPES/IBAD, em particular do MSR, dos círculos operários e do MSD. Muitos destes militantes de sindicatos direitistas foram nomeados como interventores pelo Ministério do Trabalho. João Wagner, Ary Campista e Mário Dopazo foram conduzidos à direção da CNTI. Como membros do Tribunal Superior do Trabalho foi nomeado o arquipelego Ary Campista, ligado ao AIFLD e à ORIT, enquanto o pelego Rômulo Marinho, formado pelo ICT e pela AIFLD, tornou-se diretor do Departamento Nacional do Trabalho durante o mandato do Presidente Médici.

Os Grupos de Estudo e Doutrina do IPES, em colaboração com outros membros que haviam trabalhado no Setor Sindical de Ação do IPES, prepararam uma série de reformas destinadas a conter o movimento da classe trabalhadora, bem como a quebrar a manipulação populista que fora tradicionalmente estabelecida através do Ministério do Trabalho. Essas reformas foram incorporadas ao Ministério, moldando, assim, os acontecimentos dos anos seguintes, refinando e complementando as técnicas do Estado Novo. A nova legislação trabalhista do governo serviu a três finalidades principais. Primeiramente, aumentou o controle

direto dos sindicatos, impedindo-os de fornecer uma base organizacional para ataques da classe trabalhadora a políticas governamentais específicas, ao novo sistema político e contra as condições sociais que o sistema veio a preservar. A nova legislação trabalhista também procurou fortalecer os aspectos corporativos da estrutura sindicalista pelo seu papel na construção nacional e na manutenção da coesão social. Finalmente, sob o pretexto do controle da inflação, tentou transferir recursos para a indústria submetendo a classe trabalhadora a diversos tipos de programas de poupança forçada."[1]

O governo interveio em 67% das confederações de sindicatos e em 42% das federações, procurando expurgá-las, ideológica e politicamente. Organizações de bancários e trabalhadores de transportes figuravam de maneira proeminente nas greves políticas entre 1960 e 1964 e foram as mais fortemente atingidas em proporção a outros setores. O General Liberato foi nomeado Delegado junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários — IAPB — da Guanabara, dando assim ao sistema um poderoso instrumento de pressão sobre os bancários. O General Moacyr Gaya tornou-se Delegado Regional do Trabalho na problemática área de São Paulo, sendo também indicado para a comissão encarregada da reforma do Ministério do Trabalho na mesma área. Os grandes sindicatos foram mais atingidos que os pequenos. Houve intervenção em 70% dos sindicatos com 5.000 ou mais membros; em 38% dos que possuíam de 1.000 a 5.000 membros e em apenas 19% dos sindicatos com menos de 1.000 sindicalizados. Ela simplesmente destruiu o movimento sindicalista radical.

A legislação governamental proibiu, expressamente, as greves políticas e de solidariedade e tornou até as greves econômicas extremamente difíceis. O governo também reestruturou fundamentalmente o sistema de segurança social para impedir os ativistas dos sindicatos de usarem seus imensos recursos contra o *establishment*. Em 1966 uma nova lei reuniu quase todos os Institutos de Aposentadoria e Pensões em um só, o Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, que foi posteriormente colocado sob a responsabilidade de um desdobramento do Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência Social, assegurando assim um controle "apolítico" sobre as atividades de previdência social. Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva foi nomeado Ministro e o ativista do IPES Estanislau Fishlowitz foi indicado assessor do Ministério.

Os associados do IPES também foram úteis no estabelecimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS. Um dos maiores benefícios para os trabalhadores brasileiros, anterior à deposição de João Goulart, havia sido a estabilidade por tempo de serviço, isto é, garantia contra a demissão uma vez que um trabalhador atingisse dez anos de serviço com um empregador, exceto em casos devidamente comprovados de falta grave. Os investidores estrangeiros faziam forte objeção à lei da estabilidade,[2] e a nova administração aquiesceu a essas objeções. Em 1966 foi submetido ao presidente um anteprojeto de lei abolindo a forma anterior de estabilidade, substituindo-a por um fundo para pagamento de rescisão de contrato, o FGTS. A lei que criou o FGTS exigia que os empregadores abrissem uma conta bancária em nome de cada empregado e que nela depositassem todo mês o equivalente a 8% do salário do empregado — o Crédito por Tempo de Serviço. Os empregados poderiam retirar o seu saldo apenas em caso de demissão, aposentadoria ou sob outras condições especificadas. O anteprojeto de lei que instituía o Crédito por Tempo de Serviço foi preparado por uma equipe de membros do IPES que compreendia os empresários João Baylongue, José Duvivier Goulart e José Marques, o General Heitor Herrera e

Frederico César Cardoso Maragliano.[53] A legislação que estabeleceu o FGTS extinguiu diversos programas de assistência aos trabalhadores, pagos por empregadores, e eliminou a contribuição estatutária destes para outros programas, reduzindo assim os serviços anteriormente disponíveis para a classe trabalhadora e baixando ainda mais o seu padrão de vida. O FGTS teve um grande impacto na vida dos trabalhadores aumentando sua insegurança econômica e estimulando um alto índice de rotatividade da força de trabalho nas áreas industriais do Brasil (em 1970, 35,5% da força de trabalho em São Paulo estava há menos de um ano no trabalho, 55,6% ainda não havia atingido dois anos, e 74,2% não havia atingido três anos). A instabilidade também fazia com que os trabalhadores hesitassem em reclamar contra seus empregadores na Justiça do Trabalho, enquanto a grande rotatividade de trabalhadores, empregados por qualquer empresa, favorecia salários mais baixos, comparados aos empregados que ficavam na mesma companhia por muito tempo, uma vez que os trabalhadores eram sempre admitidos, por outra empresa, na escala mais baixa de sua categoria.

O FGTS foi criado por uma equipe de tecno-empresários liderada por Roberto Campos, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva e Mário Trindade, um amigo do Ministro do Planejamento. A equipe envolvida no projeto compreendia Mário Henrique Simonsen, José Américo León de Sá (estatístico do Banco Bozzano Simonsen, pertencente a Mário H. Simonsen), o associado do IPES e empresário Moacyr Gomes de Almeida, Jayme da Silva Menezes (burocrata do Instituto de Resseguros do Brasil), o advogado Sérgio Coelho e João José de Souza Mendes, o secretário.

Finalmente, a administração brasileira recorreria a um importante mecanismo para financiar o crescimento econômico depois de 1964: a redução absoluta de salários. Como reconheceria o Ministro do Planejamento, Roberto Campos, "a disciplina salarial do Brasil parecia socialmente cruel, mas era o preço a ser pago a fim de restaurar o potencial de investimentos, tanto no setor público quanto no setor empresarial".[54]

Conforme foi visto anteriormente, os ativistas do IPES haviam desempenhado um papel significativo na desestabilização da organização política dos trabalhadores rurais. Intervinham agora na legislação que visava a determinar o *status* político dos trabalhadores rurais e esvaziar sua mobilização. O comitê estabelecido pelo Ministério do Planejamento e indicado para estudar o projeto de um Estatuto do Trabalhador Rural, uma modalidade de código de comportamento político e sindical, era formado por Paulo de Assis Ribeiro (presidente), Eudes de Souza Leão, Armando de Oliveira Assis, General Adyr Maia e Carlos Ferreira de Souza. A escolha desses nomes não foi difícil, uma vez que a comissão especial do CONSPLAN, que os selecionou, era formada por vários ativistas e colaboradores do IPES, ou seja: Lindolfo Martins Ferreira, José Rotta, Nylton Velloso, Padre Fernando Bastos D'Ávila, Armando de Oliveira Assis, João Paulo dos Reis Velloso, Oswaldo Iório, Paulo de Assis Ribeiro, Eudes de Souza Leão, General Adyr Maia e Carlos Alberto Ferreira de Souza.[55]

Entre os camponeses, Padre Melo, o ativista do complexo IPES/IBAD do Nordeste, tornou-se, depois do golpe, um "ditador extra-oficial, guiando o Exército e a Polícia na intervenção de praticamente todos os sindicatos rurais e indicando novos diretores para substituir os líderes por ele afastados".[56] Quatro elementos formados pelo AIFLD foram indicados para intervir nos sindicatos a fim de livrá-los da influência trabalhista de esquerda,[57] enquanto José Rotta, cola-

borador do IPES, foi eleito presidente da Confederação de Trabalhadores Agrícolas.

O Itamarati também sofreu mudanças. Os ativistas do IPES, General Liberato e Themístocles Cavalcanti, juntamente com o Embaixador Camilo de Oliveira, formavam a Comissão de Investigações de Alto Nível, responsável pela observância do Ato Institucional n.º 1 dentro do Itamarati. Estavam assim efetivamente no controle ideológico da "limpeza" do Ministério. Foi mantido como Ministro do Exterior Vasco Leitão da Cunha, formado pela ESG e ligado ao IPES, que havia sido indicado pela Junta Militar e cuja esposa estivera envolvida na campanha de mobilização da classe média liderada pelo IPES. Ele logo se aposentou, indo trabalhar em negócios particulares, e foi substituído por Juracy Magalhães, que deixou o cargo de Embaixador nos Estados Unidos, onde foi sucedido por João Batista Pinheiro, da equipe da CONSULTEC.[88]

O Ministério do Exterior sofreu mudanças drásticas em sua orientação, deixando suas políticas neutralistas e favoráveis ao Terceiro Mundo por um alinhamento quase automático com os Estados Unidos. A mudança na política externa traduziu-se na declaração do Ministro Vasco Leitão da Cunha sobre o "reenquadramento do Brasil no esquema de relações prioritárias com o Mundo Ocidental", sobre a disposição do Brasil em defender "a segurança do Continente contra a subversão e a opressão externas e internas" e sobre a "consolidação de laços de todos os tipos com os Estados Unidos da América".[89] A mudança também foi enfatizada pela afirmação do Ministro do Exterior Juracy Magalhães de que "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil", parafraseando o conhecido dito sobre a General Motors e os Estados Unidos.

O princípio da soberania nacional teve o mesmo destino dos interesses industriais e comerciais não envolvidos na internacionalização do mercado. Como afirmara o Presidente Castello Branco em um discurso no Itamarati em agosto de 1964, "... a expressão política da independência foi desfigurada e perdeu sua utilidade descritiva... O conceito de independência é operacional somente sob certas condições práticas... Na esfera econômica, o reconhecimento da interdependência é inevitável, não só no comércio, mas especialmente em assuntos de investimento... A política externa brasileira tem, freqüentemente, mostrado indecisão como resultado da natureza duvidosa de certos dilemas: nacionalismo *versus* interdependência, negociações unilaterais *versus* multilaterais, socialismo *versus* livre empresa... Mais recentemente, o nacionalismo foi distorcido ao ponto de parecer favorável aos sistemas socialistas, cujas possibilidades de comércio conosco e capacidade de investimento na América Latina foram superestimadas... O Brasil procura seguir uma política de livre empresa e de recebimento regular de capital estrangeiro."[90] Um ano depois, o Ministro do Exterior resumiria essas mesmas idéias da seguinte maneira: "do ponto de vista operacional da política externa, a independência e o nacionalismo devem dar lugar à independência internacional, seja na esfera militar, política, econômica ou cultural."[91] O epítome das mudanças nas diretrizes políticas foi um acordo fortemente criticado, assinado em princípios de 1965, concedendo garantias especiais ao investimento norte-americano no Brasil, enquanto quaisquer restrições impostas por governos anteriores sobre a remessa de capital e de lucros normais ou extraordinários foram suspensas. A partir do momento em que as premissas de desenvolvimento dependente na esfera econômica e de hegemonia norte-americana não questionada no campo político foram aceitas pelo Itamarati e pelo governo, tornou-se possível im-

plementar uma política externa que alguns autores caracterizaram como subimperialismo.[92] Essa política externa, que visava a segurança coletiva das Américas externa e internamente, envolveu uma divisão de funções (econômica, política, ideológica e militar) entre os Estados Unidos e o Brasil, como aliado privilegiado no contexto do sistema interamericano. Mas, a fim de se implementar a nova divisão internacional de funções, que a ideologia oficial apresentava como se fosse um plano baseado em alguma visão supranacional, era necessário, senão o sacrifício total dos clássicos princípios de autodeterminação e de não-intervenção, pelo menos que fossem taticamente postos de lado em determinadas circunstâncias. Foi "em nome da segurança coletiva" que o Brasil interveio militarmente na República Dominicana em 1965, ao lado dos Estados Unidos, sob a aparência da Força Interamericana de Paz.[93]

Uma área pela qual o IPES se interessou particularmente e onde seus filiados e colaboradores também ocuparam postos-chave foi a de Educação e Cultura.[94] A nova administração reformulou o sistema educacional e estabeleceu novas metas.[95] O planejamento educacional tornou-se parte integrante do planejamento "global" (econômico) e, convenientemente, a reforma foi coordenada pelo Ministério do Planejamento, dentro do marco do PAEG. A equipe que estudou essas reformas era chefiada por Luiz Victor D'Arinos Silva e Paulo de Assis Ribeiro, membros do Grupo de Estudo e Doutrina do IPES-Rio.[96]

A nova política educacional tornou-se a expressão da "reordenação das formas de controle social e político", funcional para as exigências dos interesses econômicos que tornaram necessária a reformulação do sistema político e da economia, em primeiro lugar. A educação superior era relativamente favorecida em oposição à educação popular, revelando a preocupação com a mão-de-obra mais qualificada para os escalões mais altos da administração e da indústria. A Constituição de 1967 incentivou as escolas particulares em detrimento das universidades públicas e gratuitas.

O associado do IPES Victor D'Arinos chefiou a Comissão do Plano para Melhoramento e Expansão do Ensino Superior. O General Heitor Herrera, um dos líderes do IPES, foi indicado para o Ministério da Educação e *tornou-se* diretor do programa responsável pela Coordenação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior — CAPES, presidida por Suzana Gonçalves. O órgão se ocupava de dar ajuda financeira a estudantes que desejassem continuar os estudos de especialização a nível superior.

A tendência do planejamento educacional de ser relativamente favorável à especialização, em oposição aos outros níveis, deve ser vista no contexto da especificidade da economia brasileira. Esta é dotada de um pequeno núcleo, altamente produtivo, cujo funcionamento calcado numa tecnologia sofisticada, importada e que produz bens de consumo duráveis para uma minoria da população. Esse setor da economia requer recursos humanos especializados e qualificados, mas em pequenos números. As universidades se transformaram em fábricas desse produto refinado, enquanto o planejamento educacional foi o mecanismo, através do qual o *output* do sistema educacional era ajustado ao *input* das necessidades do mercado de trabalho, regulado pela lei da oferta e da procura.[97] O ensino superior era visto como um insumo econômico para o crescimento industrial, e foi definido dessa forma no Plano Decenal preparado pelo Ministério do Planejamento em 1967. O ensino, no Brasil, deveria "consolidar capital humano de forma a acelerar o processo de desenvolvimento econômico". Até o jargão, no diagnóstico preliminar no próprio Plano Decenal, era de natureza "econômica".

Tanto o dignóstico quanto o plano falam de técnicas de produção, fatores de produção, custos de produção, estudos comparativos de produção regionais e internacionais e todos eles se referem à "produção" de professores e alunos e à estrutura de produção do sistema de ensino. Planos posteriores falam até de "produtividade de ensino, expansão ou contração de oferta e demanda de ensino superior, e de transformar a população em um "fator de produção através dos efeitos do ensino sobre a produção de recursos".

O conceito de educação muda substancialmente. Transforma-se em capital humano que, devidamente investido, pode produzir lucro social e individual. Entretanto, a educação é vista como investimento apenas quando prepara indivíduos para o trabalho. Não é mais um processo de transmissão da cultura geral da humanidade, do conhecimento universal. É instrumentalizada para o trabalho, de maneira que o indivíduo se torne mais produtivo na empresa que o contrata.[89]

O Plano Decenal determinou para o sistema educacional o número de profissionais que deveria ser produzido a cada ano, considerando a produção atual e a projetada. Além disso, a prognose dos recursos humanos necessários até 1976 levou à formulação de quatro planos setoriais específicos, ou seja, para a formação de mão-de-obra industrial, de mão-de-obra rural, de profissionais em ciências médicas e formação e treinamento de professoras primárias. Esses planos setoriais foram importantes pelo fato de mostrarem a preocupação com a educação básica e primária e com a saúde, a fim de preparar mão-de-obra alfabetizada e semi-especializada, bem como especializada. Para as empresas privadas expandirem-se ou diminuírem sua produção, com base na lei da oferta e da procura e na maximização do lucro, elas precisavam ter uma reserva de onde pudessem tirar e para onde pudessem devolver a mão-de-obra ociosa. O Estado, já sendo o mediador da empresa privada no processo de internacionalização da economia, assumiu o ônus da formacão dessa mão-de-obra disponível, contribuindo, assim, diretamente, para a formação de um exército industrial de reserva, tanto de pessoal executivo e de profissionais qualificados, quanto de mão-de-obra industrial especializada, através das instituições de ensino superior e através do MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização.

A criativa experiência de Paulo Freire e o Movimento de Educacão Básica foram concluídos. Ao invés destes, por algum tempo, a Cruzada ABC, dirigida por um pastor protestante norte-americano e cuidadosamente planejada para refrear expectativas e para restringir a formação de uma perspectiva crítica, foi implantada, principalmente, no Nordeste.[90] Concomitantemente, uma modalidade diferente de campanha de alfabetização foi traçada, vindo a público como um projeto do governo no final da administracão de Castello Branco e implementada posteriormente sob o nome de MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização. O MOBRAL foi instituído sob a égide de Mário Henrique Simonsen, tornando-se seu dirigente Arlindo Lopes Correa, que havia delineado um dos planos de mobilização da classe média, empregados pelo IPES, a fim de criar a atmosfera política e emocional propícia para o golpe de abril de 1964. O MOBRAL destinava-se a cooptar e conter o trabalhador urbano, visando a faixa etária de 15 a 35 anos. Através dele, atitudes cívicas e morais foram inculcadas, a nível político, como educação e bom senso. O governo impôs uma campanha de alfabetização de caráter explicitamente ideológico, destinada a instilar nas classes trabalhadoras urbanas os valores do capitalismo autoritário. É interessante notar que o MOBRAL utilizou muitas das técnicas de alfabetização de Paulo Freire,

apesar de retirar delas seu conteúdo filosófico e político.[100] A doutrinação cívica, através do sistema escolar, foi um trabalho que teve, no planejamento do novo programa,[101] a colaboração da Liga de Defesa Nacional — patrocinada pelo IPES — da Campanha de Educação Cívica e da Escola Superior de Guerra.

Finalmente, a União Nacional dos Estudantes, cuja sede fora tomada pela polícia e pelos militares, teve suas atividades severamente restringidas daí em diante pela Lei 4.464, conhecida como "Lei Suplicy de Lacerda", o nome do Ministro da Educação. A UNE foi, posteriormente, extinta sob a presidência de Costa e Silva.[102]

Passando para um ministério de menor destaque, o da Saúde, repetiu-se nele o modelo de colaboradores do IPES ocupando as posições-chave e implementando as diretrizes.[103] Foram interrompidos os planos para a nacionalização das corporações farmacêuticas (muitas delas contribuintes do IPES), a socialização da medicina, as investigações sobre suas práticas tecnocientíficas, econômicas e sobre a qualidade de seus produtos. Recursos mínimos foram alocados para a saúde pública nos orçamentos do governo.[104] O grupo de trabalho que preparou o programa na área de Saúde Pública na estrutura do PAEG era chefiado por Paulo de Assis Ribeiro.

Mudanças também foram executadas no Ministério dos Transportes e Obras Públicas, que foi colocado sob a responsabilidade do Marechal Juarez Távora, da ESG, o ex-político do PDC, apoiado pelo IBAD e candidato à Presidência da República.

Durante os oito anos, de 1955 a 1963, havia ocorrido um aumento sensível no uso de veículos motorizados. Dos 93 bilhões de toneladas/quilômetro transportados em 1963, o transporte rodoviário aumentou sua parcela para 66% do total (de 55% em 1955) enquanto o transporte marítimo baixou para 17% (de 26% em 1955). Uma projeção do crescimento da demanda de cada meio de transporte, executada pelo Ministério, a fim de decidir sobre uma política de investimento para o sistema nacional de transportes, calculou que, por volta de 1970, o transporte de mercadorias (e passageiros) em veículos automotores representaria 78,1% do total, ao passo que o transporte marítimo cairia para 12,7% e o transporte ferroviário representaria meramente 8,7% do total.[105] A política de desenvolvimento do modelo brasileiro, depois de 1964, com a extraordinária expansão das indústrias multinacionais de automóveis e caminhões, reforçou a tendência para o transporte rodoviário. Não se fez nada para modificar o prognóstico do declínio no transporte ferroviário e marítimo, enquanto quase 3% do Produto Nacional Bruto foi aplicado, em 1965, em um ambicioso programa de expansão da rede rodoviária. Além disso, tendo uma grande população sem condições de adquirir um veículo para uso individual, a pequena atenção dedicada ao desenvolvimento do sistema ferroviário, que era o meio menos dispendioso de transporte público, era bem esclarecedora das prioridades sociais do novo regime.

Medidas austeras foram impostas ao sistema ferroviário. Enfatizou-se o funcionamento mais eficiente possível dos serviços existentes, muitos dos quais eram vitais para o transporte nas minerações particulares e de *joint ventures*, mantendo o fornecimento de peças de reposição e selecionando, para eliminar, linhas disfuncionais e não o desenvolvimento do sistema ferroviário, que exigia medidas em profundidade, comparáveis às que vinham favorecendo a indústria automobilística, ao longo dos anos. Mesmo assim, os associados e colaboradores do IPES ocuparam posições-chave no sistema ferroviário.[106]

Sob a égide do Ministério dos Transportes, foi executado um programa de longo alcance de desestatização e desnacionalização da frota marítima mercante. Uma série de associados do IPES e diretores de corporações multinacionais de transporte marítimo foi indicada para a Comissão da Marinha Mercante, muito influente na tomada de decisão que definiu o processo de desnacionalização.[107] Os associados e colaboradores do IPES também ocuparam os cargos-chave na administração das vias e serviços de navegação.[108] Quando a EMBRAER (a empresa do governo encarregada do desenvolvimento de uma tecnologia nacional para a construção de aviões para uso civil e militar) foi, finalmente, criada em 1969, vários empresários e tecno-empresários do IPES assumiram o seu controle. Os associados e colaboradores do IPES também mantiveram posições influentes em outras companhias de transporte aéreo.[109]

Criou-se o Ministério Extraordinário para Coordenação dos Órgãos Regionais — MECOR, e para o qual foi indicado o General Cordeiro de Farias, da ESG. O MECOR dispensava atenção especial à SUDENE — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, e à SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. O MECOR dava ao governo central um instrumento eficiente para flanquear os governadores e implementar suas diretrizes políticas, bem como para desviar pressões locais. Tornou-se também um canal eficiente para interesses empresariais de São Paulo e do Rio de Janeiro investirem no norte e nordeste do Brasil e se beneficiarem dos recursos destinados ao desenvolvimento que eram alocados para os bancos estaduais regionais ou para os órgãos regionais de desenvolvimento.

A SUDENE era chefiada por João Gonçalves de Souza, agrônomo e sociólogo rural. Gonçalves de Souza era também um dos organizadores da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR, estabelecida pelos interesses Rockefeller em agricultura e chefiada pelo associado do IPES J. Irineu Cabral, uma força importante na elaboração do projeto de reforma agrária do complexo IPES/IBAD. O empresário Arthur Amorim recebeu a tarefa de reorganizar a SUDAM e o Banco da Amazônia, chefiado pelo empresário Nelson Ribeiro. Amorim tornou-se chefe do Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Amazônia, que incluía os empresários Harry James Cole e Nelson Ribeiro, o Comandante Geraldo Maia e Luís Carlos Andrade. O Grupo executivo planejou uma política que objetivava atrair investimentos multinacionais em agricultura, mineração e indústrias. Amorim foi também uma figura-chave no estabelecimento da Zona Franca de Manaus, muito útil para a importação de peças para linhas de montagem de indústrias multinacionais e para a importação barata de maquinário e equipamentos. Em suas operações, a equipe de Amorim tinha o endosso do Executivo através do Coronel Gustavo Moraes Rego — da Casa Militar da Presidência da República — e através do General Mamede, Comandante da Região Militar da Amazônia, ambos ex-membros do estado-maior informal.

O General Cordeiro de Farias demitiu-se do posto quando a candidatura do General Costa e Silva, a que ele se opunha frontalmente, foi consolidada entre importantes segmentos das Forças Armadas. Após sua demissão o Ministério Extraordinário para Coordenação de Órgãos Regionais foi assumido, como medida de emergência, por João Gonçalves de Souza, que dividia essa nova função com a diretoria da SUDENE. Esse Ministério foi substituído, durante o mandato do Marechal Costa e Silva como presidente, pelo Ministério do Interior, que seria ocupado pelo General Albuquerque Lima, da ESG, cunhado do líder do IPES José Luiz Moreira de Souza.

A administração pós-1964 não modificou, substancialmente, a estrutura ou a função do Ministério das Minas e Energia, mas inverteu a orientação nacionalista de suas diretrizes políticas, que datavam da época de Getúlio Vargas. Ao final de 1964, o governo lançou um apelo para o setor privado, basicamente multinacional, convidando-o a participar da exploração intensiva da riqueza subterrânea do Brasil. O Ministério deu também aos estrangeiros o direito de adquirir ações em companhias brasileiras que operavam nesse setor.

Inicialmente, o então General Costa e Silva, como membro da Junta Militar que assumiu o poder em 1.º de abril de 1964, fez sua própria indicação para o Ministério das Minas e Energia. Foi substituído por Mauro Thibau, que era ligado à equipe da CONSULTEC.[110] Foi Mauro Thibau que, com a colaboração de Roberto Campos e de Octávio Gouveia de Bulhões, veio a liderar o ataque ao monopólio público para a exploração de petroquímicos, abrindo assim as portas para a participação privada, especialmente multinacional, nesse setor vital da economia. Foi estabelecida uma comissão do Conselho Nacional de Petróleo para estudar o caso particular da indústria petroquímica, que decidiu a favor da participação da empresa privada paralelamente à das empresas públicas, no desenvolvimento dessa indústria. A comissão era formada pelos empresários Paulo Figueiredo, Kurt Politzer, Ivo de Souza Ribeiro, José Batista Pereira e Paulo Ribeiro.[111] O Marechal Juarez Távora, Ministro dos Transportes, liderou o voto do Conselho de Segurança contra a nacionalização das refinarias de petróleo, invertendo o processo iniciado, mas não concluído, por J. Goulart. Uma comissão interministerial, formada por Mauro Thibau, Gouveia de Bulhões (Fazenda), Roberto Campos (Planejamento), Daniel Faraco (Indústria e Comércio), Marechal Juarez Távora (Transportes), e Ernesto Geisel (Casa Militar), pressionava por uma legislação que rezava, como princípio, que as reservas minerais só seriam valiosas se exploradas. Conseguiu levar o "Código de Minas" a uma revisão efetiva, limitando o Estado a um papel supletivo, abrindo as portas à exploração dos recursos naturais pela iniciativa privada (multinacionais e associadas). Na segunda administração militar, a do Marechal Costa e Silva, o controvertido decreto de Gabriel Passos, que havia suspendido as concessões à Hanna Mining Co., foi anulado.[112]

Conforme descrição anterior, os associados e colaboradores do IPES, na maioria empresários, foram colocados em posições-chave nos ministérios. Entretanto, os Ipesianos e Ibadianos não se limitaram a ocupar posições-chave nos gabinetes. Para assegurar a continuidade da elite orgânica, foi elaborado um plano no IPES visando a colocar seus membros e colaboradores permanentemente em certas empresas públicas.[113] Eles também assumiram cargos de comando dentro das autarquias e órgãos administrativos, alguns dos quais até criados com base em propostas inspiradas ou preparadas pelo IPES.

Um desses órgãos foi o Banco Nacional de Habitação — BNH, que viria a desempenhar um papel crucial na indústria de construção. O BNH estava encarregado de implementar políticas governamentais de habitação e de regular e refinanciar o crédito habitacional. Foi importante em decorrência dos imensos recursos financeiros ao seu dispor, grande parte deles vindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Sendo uma fonte de poupanças e um fator determinante de investimentos, o Banco, em seus estágios iniciais, foi fundamental por sua contribuição para cobrir o déficit orçamentário federal, através da compra de títulos do governo. A importância do BNH também estava nas implicações sociais de suas diretrizes porque, apesar de ter sido criado com a pretensa finalidade de

proporcionar habitação e crédito para a grande população sem casa própria e mal abrigada, acabou sendo um instrumento para financiar a construção de casas para a classe média, que reagiu favoravelmente aos recursos oferecidos. O BNH também desempenhou um papel significativo no fomento da indústria de construção, onde tantos associados e contribuintes do IPES tinham interesses. Finalmente, o BNH também se transformou em uma fonte influente de patronato político. Juntamente com ele foram instituídos o Serviço Federal de Habitação e Urbanização — SERFHAU, e o Plano Nacional de Habitação, todos baseados em projetos do IPES elaborados anteriormente.[114]

Muito oportunamente, a conferencista do IPES, Sandra Cavalcanti, que estivera ligada à unidade de Reforma Habitacional (Estudo Econômico e Legal sobre Casas Populares) e tendo conhecimento, de primeira mão, do assunto, uma vez que ela própria estava ligada a importante empresa construtora, tornou-se a primeira presidente do BNH. O empresário Harry J. Cole foi para o SERFHAU, e o associado do IPES Carlos Moacyr Gomes de Almeida, proprietário de uma gigantesca construtora, foi colocada à frente do Programa de Cooperativa Habitacional do Estado da Guanabara — um projeto-piloto desenvolvido pelo BNH, para tentar resolver a falta de casas, atribuindo um papel ativo à empresa privada na construção de habitações — em detrimento do governo.[115] Após um breve período, Sandra Cavalcanti deixou o BNH, numa época em que seu protetor político, Carlos Lacerda, desentendeu-se, de vez, com o governo. Apesar de Harold Polland e Glycon de Paiva terem sido considerados candidatos para o posto, este finalmente foi entregue ao colaborador do IPES Mário Trindade, que foi sucedido por Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva. Este, que estava trabalhando no Ministério do Planejamento, havia desempenhado, juntamente com o líder do IPES Mário Leão Ludolf, um papel importante na discussão do problema habitacional. Também participou das medidas subseqüentes que o governo tomou em relação aos decretos de regulamentação de aluguéis, bem como da legislação que regulamentou os direitos dos inquilinos e proprietários e os aluguéis, enquanto estabelecia critérios diferenciais de correção, a fim de tornar possível a recuperação gradual da defasagem nos preços de antigos contratos de aluguéis.[116] Para membros do Conselho Administrativo do BNH foram indicados os empresários Mário Henrique Simonsen, Fernando Machado Portela e Hélio Beltrão. Para Superintendente foi indicado o empresário Arnaldo Walter Blank, enquanto o General Liberato da Cunha Friedrich, na época um executivo na área empresarial de construções, tornou-se o diretor.

Ativistas e colaboradores do IPES, na maioria industriais, mas também banqueiros — e não técnicos — assumiram o comando de toda a estrutura industrial de aço-mineração[117] e petroquímica[118] do Estado. Eles também asseguraram postos nas companhias públicas que forneciam energia elétrica para as grandes corporações privadas de serviços de eletricidade — pertencentes ou dirigidos por líderes do IPES — e que proviam o consumo doméstico e industrial.[119] Os industriais e empresários do IPES estavam, doravante, nas posições mais favoráveis para implementar diretrizes políticas estabelecidas pelos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, das Minas e Energia e da Indústria e Comércio, aos quais os grandes empresários e banqueiros tinham acesso privilegiado. A coincidência de seus interesses particulares com o papel específico desempenhado pelos empresários na administração pública era notável.

Foi neste contexto que o comunicado de que o governo iria readquirir a maior companhia de serviços públicos pertencente a uma multinacional, a

AMFORP (American and Foreign Power Utility Company), criou uma acalorada controvérsia política. A administração foi atacada, até mesmo pela direita, sob a bandeira de Carlos Lacerda, pela compra da AMFORP pelo que era considerado um preço exorbitante para equipamento obsoleto. Tal oposição havia provocado exasperação declarada nos Estados Unidos onde a AMFORP havia sido um dos principais objetos de disputa entre os Etados Unidos e o Brasil. O governo brasileiro, preocupado em não ferir as suscetibilidades de investidores em potencial, deu continuidade à compra pelo preço estipulado, e a AMFORP tornou-se o núcleo de uma nova companhia nacionalizada, a ELETROBRÁS, uma companhia estatal que, apesar de fundada em 1962, só agora passou a funcionar.[120]

Entretanto, nem tudo parecia funcionar segundo as expectativas do IPES. Nos primeiros dias de abril de 1964, o problema dos telefones na área de operação da CTB — Companhia Telefônica Brasileira, isto é, Minas Gerais, Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, foi debatido por um grupo de empresários e autoridades federais. Os empresários argumentaram que a iniciativa privada tinha de assumir o controle da CTB, que pertencia à Brazilian Traction (do líder do IPES Antônio Gallotti), o grupo canadense interessado na negociação da companhia. Os empresários queriam o apoio do Estado para levantar fundos para a transação, calculada basicamente em 100 milhões de dólares. O grupo de empresários era formado pelos líderes do IPES Augusto Azevedo Trajano Antunes, Gilbert Huber Jr., Harold C. Polland, Eurico Castanheira, Ernesto Pereira Carneiro e Maurício Libânio Villela. Este grupo havia conseguido o apoio da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional das Indústrias e da Confederação Rural Brasileira. Em junho de 1965 foi feita uma reunião para discutir o assunto com os ministros Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos. Nessa época o grupo de empresários também reunia O. Marcondes Ferraz, J. B. Leopoldo Figueiredo, Mello Flores e Paulo Ayres Filho.[121] Apesar da pressão dos líderes do IPES, a CTB foi encampada pelo Estado, passando a fazer parte da EMBRATEL, da qual, posteriormente, o ativista ipesiano Joviano Jardim seria diretor. Os empresários sofreram oposição às suas demandas de pressões surgidas dentro das Forças Armadas, um conflito de opiniões que não seria o último entre a elite orgânica liderada pelo IPES e aqueles militares desinteressados.[122]

Apesar de os líderes do IPES não terem conseguido dominar a transação da CTB, um deles, Octávio Marcondes Ferraz, tornou-se o presidente da ELETROBRÁS, que foi estabelecida como *holding*, funcionando como órgão executivo encarregado de conduzir e implementar a política de energia do governo. A ELETROBRÁS era tanto o órgão coordenador efetivo das Empresas Elétricas de propriedade do governo federal, em cujo *staff* se destacavam diretores do IPES, quanto a fonte financeira para as empresas pertencentes aos Estados e às autoridades municipais. Os líderes do IPES Antônio Gallotti e Lucas Nogueira Garcez, ambos diretores de empresas de fornecimento de energia, foram indicados diretores da ELETROBRÁS. Finalmente, o ativista do IPES, Almirante José Cláudio Beltrão Frederico, tornou-se presidente da CONTEL, o órgão estatal de comunicações telefônicas, e foi sucedido pelo Comandante Euclides Quandt de Oliveira.[123]

Conforme foi visto nas páginas anteriores, os associados e colaboradores do IPES assumiram posições-chave não só nos ministérios, mas também na administração pública em geral. Enquanto isso, os que assumiram o controle da organização em lugar dos que foram para cargos públicos desenvolveram, depois de 1964, uma série de novas funções para o IPES. Essas funções envolviam a cria-

ção de uma série de canais e meios de assegurar a fácil comunicação entre os empresários como um todo, representados pelo IPES, os empresários do IPES e a administração pública. É nítido que os empresários do IPES tiravam proveito do relacionamento informal e bastante próximo que tinham com os ocupantes de cargos públicos. Mas o IPES também desenvolveu uma outra rede elaborada de interpenetração entre o Estado e os setores dominantes da sociedade civil. No entanto o *locus* para o exercício desta influência estava *fora* do Estado e *dentro* do IPES, o que levou ao desenvolvimento de uma estrutura *exclusivamente neo-corporativista* de articulação de interesses. Esse foi outro nível em que ocorreu a interpenetração objetiva do Estado com a estrutura oligopolista do capitalismo moderno industrial e financeiro, garantindo a previsibilidade de sua atitude recíproca futura.[124] A consolidação dessas ligações *fora* do Estado, não institucionalizadas e, portanto, menos visíveis, não forneceram os únicos mecanismos de controle empresarial *sobre* o Governo. Os mecanismos mais significativos foram, como ficou óbvio, profundamente enraizados *dentro* do Estado devido à presença do IPES no aparelho estatal.

Depois de abril de 1964, o IPES foi transformado em um eficaz "órgão intermediário" para a elaboração de diretrizes políticas. Operava como um mediador entre o Estado, onde tinha seus homens-chave em cargos vitais, e os grandes interesses privados, dos quais seus ativistas eram figuras de destaque. Atuava como um forum para as discussões de empresários, ministros e altos burocratas, com a função explícita de "promover contacto íntimo" entre eles.[125] Além disso, o IPES agia como forum para o *lobbying* de associações e representantes de classe de diversos setores industriais. Empresários, vinculados ou não ao IPES, eram estimulados a enumerar seus problemas e demandas que eram então trazidos para comitês que, agindo como um centro de coleta e distribuição de informações, transformavam-nos em estudos de viabilidade e recomendações operacionais que deveriam ser comunicadas àqueles ativistas que tomavam as decisões na administração do Estado.[126] Ministros e diretores de órgãos governamentais e de autarquias também eram convidados para reuniões planejadas de empresários selecionados. As reuniões eram geralmente realizadas na sede do IPES e, em alguns casos, nas sedes de associações de classe empresariais. Os empresários cujas atividades eram relacionadas com a área de interesse do Ministro eram convidados para essas reuniões. O grupo selecionado de empresários sempre incluía uma maioria de associados e colaboradores do IPES, acentuando e moldando, desta forma, o caráter exclusivista da articulação de interesses. O Ministro explicava seu ponto de vista sobre um determinado assunto ou diretriz política. Os empresários então levantavam suas dúvidas, questões e demandas, que haviam sido preparadas antecipadamente e estudadas pelos assessores dos Ministros em questão, bem como pelo Grupo de Estudo e Doutrina do IPES. Após a discussão dessas questões, seguia-se um período de debate livre.

Entre os participantes desses debates, que forneciam informações em primeira mão para empresários selecionados, encontravam-se ministros como Octávio Gouveia de Bulhões, Paulo Egydio Martins, Roberto Campos, Daniel Faraco, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, Marechal Juarez Távora, Mauro Thibau, muitos outros administradores de alto escalão e dirigentes de autarquias ou de comissões governamentais, tais como José Garrido Torres, Dênio Nogueira, Comandante Saldanha da Gama, John Cotrim, Sérgio Paulo Rouanet (do Itamaraty), Arthur Cezar Ferreira Reis (encarregado das diretrizes de desenvolvimento para a Ama-

zônia), General Edmundo Macedo Soares e Silva, Hélio Beltrão e Mário Henrique Simonsen. A estrutura desses debates era planejada pelo General Golbery. Por volta de 1967, todos os ministros e burocratas de alto escalão em órgãos-chave de formulação de diretrizes e de tomada de decisão da administração pós-1964 haviam participado desses encontros.[127]

O IPES também organizava seminários e cursos para a preparação ideológica não só de empresários e burocratas importantes, como também de militares influentes na formação de opinião e na tomada de decisões. Esses cursos eram organizados através de seu Instituto de Educação Democrática — IED, que funcionava como fundação "desvinculada" do IPES.[128] Eram também ministrados Cursos de Atualidades Brasileiras — CAB, e outros cursos superiores lançados antes de 1964, organizados pelo Grupo de Estudo e Doutrina.[129] Entretanto, o IPES adicionou a esses cursos uma nova versão dos Grupos de Trabalho e Estudos que, na verdade, se aprofundavam em pesquisa de diretrizes econômicas, sociais e políticas. O líder do IPES, Duvivier Goulart, foi ainda mais longe e sugeriu que fosse lançado um serviço de pesquisa junto aos empresários sobre suas necessidades e problemas específicos, que seriam então trazidos para o Instituto "para discussão e análise", transformando as preocupações e demandas empresariais em estudos de diretrizes. O plano, que foi adotado, serviria para transmitir aos associados e colaboradores do IPES em postos governamentais os problemas e necessidades não só daqueles ligados ao IPES, como os de setores empresariais mais amplos, permitindo assim uma ação mais abrangente.[130]

O IPES manteve seu papel como centro de debate de reformas, bem como o de fornecer diretrizes básicas para a administração pós-1964, não só em decorrência da óbvia concomitância de ocupação de cargos por parte de seu pessoal, descrita anteriormente, da adoção pelos administradores do programa de reformas vislumbrado por ele no Congresso de Reformas de Base, mas também devido aos esforços explícitos para elaborar diretrizes e anteprojetos de lei.[131]

Agia também como um reservatório de idéias e como uma estrutura de consultoria nos quais os associados e colaboradores do IPES no governo poderiam se apoiar a fim de receberem ajuda com relação a questões específicas. Nesse papel, o IPES atuava como um *think-tank informal* e de múltiplas finalidades, capaz de aconselhar, tomar iniciativas na elaboração de diretrizes e de predispor favoravelmente o Ministro em questão, bem como de mobilizar a opinião pública.[132] Não há dúvida de que o IPES era uma organização central da classe dominante. Harold Polland, em carta a Jessé Pinto Freire, presidente da Confederação Nacional do Comércio, acentuava que o IPES considerava "de importância fundamental e de interesse imediato fornecer, sempre que possível, contactos para a classe que congregamos com representantes do governo. Esses contactos não só permitiriam uma melhor compreensão dos problemas que sobrecarregam o meio empresarial, mas também ajudariam o governo a sondar os pontos de vista e os anseios dessa classe laboriosa".[133] Esse sentimento não se restringia ao pessoal do IPES: os líderes de associações da classe empresarial, eles próprios associados do IPES em tantos casos, reconheciam-no como o órgão de fato intermediário entre eles e o governo.

Após 1964 o IPES ainda continuou a moldar a visão dos setores empresariais sobre assuntos econômicos e questões políticas. Além de sua campanha para asseverar seus pontos de vista entre os empresários, o IPES lutou para moldar as atitudes e os sentimentos do público em geral. Isso foi feito por intermédio da

atividade dos profissionais liberais a eles ligados e envolvidos em questões econômicas, através da mídia. Esses ativistas e colaboradores estavam encarregados das páginas econômicas de *O Globo*, do *Jornal do Brasil* e do *Estado de S. Paulo*, bem como das publicações da Fundação Getúlio Vargas, do EPEA e do IBRE, todos eles influentes moldadores de opinião.[134]

Para formar o ponto de vista dos empresários a respeito de assuntos econômicos e também suas atitudes políticas, o IPES organizava seminários com a intenção explícita de "preencher a falta de informação econômica" que se supunha existir entre os empresários. O tema de um desses seminários foi "Governo e Empresa Privada no Processo de Desenvolvimento".[135] As teses apresentadas e os debates que se seguiram destinaram-se a "esclarecer o verdadeiro papel do Estado frente às necessidades de desenvolvimento do país e o papel do Estado na criação de condições e estímulos para a livre iniciativa, a fim de que as empresas privadas pudessem se transformar na força criativa e vivificadora da economia brasileira".[136] Um dos pontos importantes que o IPES esperava transmitir era o que o Estado deveria ter um papel supletivo e regulador diante da empresa privada ao invés do papel "paternalista" que assumiu durante o período populista. O IPES também estimulou firmas locais a se associarem a companhias multinacionais, argumentando que eram óbvias a falta de capital e as necessidades de aperfeiçoamento tecnológico das empresas locais. Com o papel do Estado bastante reduzido, restaram poucas opções para essas firmas a não ser se associarem a companhias multinacionais a fim de sobreviverem à forte concorrência.[137]

Outra forma de superar o que o IPES chamava de "analfabetismo econômico" entre os empresários e profissionais liberais foi ministrar cursos técnicos e gerenciais que visavam fundamentalmente a racionalizar procedimentos, simplificar operações, reduzir custos e eliminar a ineficiência nas empresas privadas a fim de "acelerar o processo de capitalização" do país, e de introduzir métodos e objetivos de racionalização e modernização na empresa. Neste contexto, o IPES e as Listas Telefônicas Brasileiras, de Gilbert Huber Jr., criaram em 1967 o Curso Superior de Estudos Financeiros — CURSEF. O CURSEF tinha como objetivo a formação e o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e executivo através de cursos de pós-graduação, capacitando-os para o exercício de funções especializadas nos setores administrativo e financeiro das grandes empresas. O IPES logrou significativo êxito quando o CURSEF foi finalmente reconhecido como um curso regular na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.[138]

Além disso, em seus esforços para introduzir noções de racionalidade econômica em setores cada vez mais amplos das classes empresariais, o IPES lançou o Curso de Planejamento Global das Empresas, que objetivava dar relevo às vantagens do planejamento para as empresas privadas. O curso, sob a responsabilidade dos ativistas do IPES Brigadeiro Ortegal, General Montagna, Almirante Leôncio Martins, deveria ser implementado sob os auspícios conjuntos do IPES e da Pontifícia Universidade Católica. A responsabilidade financeira pelo investimento foi entregue à PUC, com apoio do BNDE e do Ministério da Educação e Cultura.[139]

Finalmente, o IPES também tentou continuar a doutrinação política dos empresários e administradores. Para isso, além de manter em funcionamento seus cursos tradicionais, lançou, em conjunto com o Centro de Estudos, do Boletim Cambial, dirigido por José Alberto Leite Barbosa, o Curso de Formação Política e Atualização, coordenado pelo associado do IPES Themístocles Cavalcanti, professor de política da Fundação Getúlio Vargas.[140]

Outro papel desenvolvido pelo IPES foi o de tornar-se a "voz da revolução" a nível tanto nacional quanto internacional. No âmbito nacional, admitia ser sua tarefa a de orientar a opinião pública através da mídia audio-visual e de publicações, moldando assim a reação do público a medidas governamentais.[141] Para tal, deveria assumir o papel de um órgão independente, ocultando do público suas ligações com a administração.[142] Decidiu-se por agir como "cão de guarda" do perfil democrático do governo, o que também envolvia tentativas de refrear dissidências militares e a expansão do papel do Estado na economia. Ocupou-se da imagem que a administração projetava e da promoção de indivíduos dentro dela,[143] tentando também desativar críticas ao governo oriundas dos setores social, econômico e político que foram alienados da nova estrutura de poder. Em outro nível, o IPES apoiou a produção de filmes de propaganda em curta-metragem para serem apresentados na televisão, nos circuitos comerciais de cinema, em fábricas e escolas, atuando assim como um órgão privado informal de relações públicas do governo.[144]

No cenário internacional, o IPES desempenhava um papel apologético do regime, tanto a nível privado quanto a nível público. Um passo fundamental dado pelos líderes do IPES para a consolidação dos elos internacionais entre as várias corporações multinacionais e organizações semelhantes ao IPES ocorreu em 1964. Logo após o golpe, uma delegação de líderes ipesianos viajou para os Estados Unidos "a fim de negociar com os empresários do país e de explicar a eles, bem como à opinião pública americana, o que era na realidade a Revolução Brasileira".[145] Eles estabeleceram contactos com os diretores de corporações pertencentes ao *Committee for Economic Development* — CED (Comitê de Desenvolvimento Econômico) que, em muitos casos, eram executivos das matrizes das companhias que operavam no Brasil, tendo contribuído financeiramente para o IPES e cujos diretores eram seus associados e colaboradores.[146] Entretanto, eles extrapolaram as meras atividades de relações públicas. Participaram ativamente no desenvolvimento de elos econômicos e políticos entre corporações multinacionais que operavam na América Latina, as associações da classe empresarial dos países latino-americanos e dos Estados Unidos — sendo muitas delas suas congêneres oficiais — e os governos dos países latino-americanos. O IPES, juntamente com seu congênere norte-americano, o CED, e com outras organizações, dedicou-se a pesquisas econômico-políticas no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral.[147] Esforçou-se seriamente para promover a integração do comércio entre os países latino-americanos e empenhou-se para estimular a consolidação da Associação Latino-Americana do Livre Comércio — ALALC.[148] Além disso, líderes do IPES participaram de negociações, a nível governamental, entre o Brasil e os Estados Unidos.[149] Personalidades ligadas ao IPES foram também escolhidas para tratar com credores estrangeiros. O embaixador Sette Câmara, que havia participado das atividades do grupo de Opinião Pública do IPES, chefiou a delegação que foi negociar com o "Clube de Hague", levando consigo, entre outros, Antônio Azeredo Coutinho. Para negociar com os credores americanos, Gouveia de Bulhões escolheu o associado do IPES e empresário Trajano Puppo Neto, que havia sido assessor do Ministério da Indústria e Comércio. A estratégia para lidar com os credores foi estabelecida em uma reunião no Ministério da Fazenda, da qual participaram, entre outros, Dênio Nogueira, Roberto Campos, Gouveia de Bulhões, Sette Câmara, Puppo Neto, Casimiro Antônio Ribeiro e Antônio Azeredo Coutinho.[150]

Uma medida do reconhecimento internacional do IPES foi o convite para participar das reuniões anuais do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, e do Fundo Monetário Internacional em 1966, juntamente com os congêneres do IPES. Estimulando a participação do IPES nessas reuniões achava-se o CED.[151]

O IPES também atuou como uma ponte entre civis e os militares da ESG, continuando assim a cooperação bem-sucedida que se desenvolvera com esses oficiais para conseguir a mudança de regime em 1.° de abril de 1964. Manteve sua função como elo entre civis e as Forças Armadas, a fim de engajar círculos mais amplos de oficiais fora da esfera de influência direta da ESG e com os quais o IPES não tinha ligações firmes ou estáveis. Convidava oficiais selecionados, no comando de tropas e em postos administrativos, para seus cursos, seminários e conferências; manteve também sua política de cooptação de militares.

Foram também organizadas conferências e debates sobre assuntos de interesse específico para os militares, principalmente questões de política de desenvolvimento que poderiam ser justificadas em termos de segurança nacional ou que poderiam estar a elas ligadas tais como transporte, mineração, petroquímicos e a industrialização do país, a fim de desenvolver seu potencial e transformar o Brasil em uma superpotência. Nessas conferências e debates, os militares eram colocados em contacto com uma audiência de empresários e tecno-empresários.[152] Dessa forma, industriais e banqueiros reforçavam sua posição privilegiada transmitindo seus pontos de vista sobre desenvolvimento e apresentando suas soluções para problemas sócio-econômicos e políticos.

O intercâmbio mais profícuo talvez tenha sido o que os líderes do IPES conseguiram desenvolver com as Forças Armadas através do estabelecimento do complexo militar-industrial brasileiro, que posteriormente se transformou em um elemento-chave na economia do país e em um fator político de influência.[153] Um agente significativo na constituição do complexo militar-industrial foi o Grupo Permanente de Mobilização Industrial. O GPMI, cuja estrutura e objetivos haviam sido desenvolvidos pelos empresários do IPES com militares da Escola Superior de Guerra, foi importante aspecto na evolução de ligações entre o poder político e econômico, por um lado, e o poder militar, por outro. O líder do IPES Rafael Noschese, em pronunciamento quando da inauguração do GPMI, enfatizou que a criação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial representava "a continuidade da colaboração, vista através dos anos, entre as classes produtoras e as Forças Armadas, seja em períodos de ação militar ou na vida normal de nosso país". O líder do IPES Vitório Ferraz, presidente do GPMI, acrescentou que "a vívida experiência dos primeiros dias" (quando as tropas intervieram para depor João Goulart) "mostrou a necessidade imperativa de as indústrias reconhecerem as exigências mínimas dos militares e de estes saberem em quem podem confiar na indústria". Era essencial para Ferraz criar um grupo civil e militar, de caráter permanente, que atendesse aos anseios dos empresários, para agir em épocas de perigo. De acordo com Ferraz, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial "tentará alcançar a adequação dos padrões industriais às necessidades das Forças Armadas. Dará incentivo à pesquisa industrial no campo militar. Ajustará a indústria à fabricação de equipamentos, máquinas e acessórios para as Forças Armadas. Indicará as firmas que estiverem melhor adaptadas à execução do serviço ou fabricação de equipamentos militares. Aconselhará e recomendará a adoção de padrões para itens que possam ser usados em uma emer-

gência para beneficiar a segurança nacional, dando às Forças Armadas a resposta à equação principal da vida militar moderna: onde obter material? Quando obter material? Como receber o material necessário?"[154]

O estilo autoritário da política, apoiado pelo IPES, restringiu o papel dos políticos tradicionais.[155] A articulação de interesses era realizada através dos tecno-empresários e empresários nas posições-chave de poder, aos quais os grandes interesses industriais e financeiros tinham fácil acesso. O Congresso viu minado seu valor como local de elaboração de diretrizes e diminuída sua importância como forum político para a agregação de pressões e demandas populares. Nesse quadro político residiam os aspectos "tecnocráticos" do regime.[156] Entretanto, o IPES tentou estabelecer sua permanência no sistema político-partidário, talvez com o intuito de controlá-lo para neutralizar sua possível interferência no processo "tecnocrático" de elaboração de diretrizes. O Congresso foi expurgado. Os Ibadianos tiveram sua posição mais reforçada do que quando bloquearam os esforços legislativos de João Goulart. A maioria dos membros da ADP associou-se ao recém-criado Bloco Parlamentar Revolucionário — BPR, formado em março de 1965 por 206 membros da Câmara dos Deputados e consolidado após entendimentos entre o General Golbery, General Cordeiro de Farias e Nilo Coelho, do PSD O BPR era liderado por Adauto Lúcio Cardoso e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Bilac Pinto. O núcleo do BPR era formado por deputados do PSD (48), do PTB (23) e por aproximadamente 90 membros da UDN.[157]

Esses deputados tornaram-se o baluarte da ARENA — Aliança Renovadora Nacional, que foi transformada no partido oficial do governo após a dissolução de todos os partidos tradicionais existentes.[158] Encontravam-se no Diretório Nacional da ARENA, além dos políticos tradicionais de direita que haviam colaborado com o complexo IPES/IBAD, o General Edmundo Macedo Soares, Brasílio Machado Neto, General Punaro Bley, Brigadeiro Antônio Barbosa, A. C. Pacheco e Silva, Raquel de Queiroz, Paulo Almeida Barbosa, Hélio Beltrão, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, General Golbery do Couto e Silva e muitos outros. Raymundo Padilha tornou-se o líder da ARENA na Câmara dos Deputados.[159]

A exclusão total das classes trabalhadoras e a posição periférica em que os interesses sócio-econômicos sem representação no IPES foram colocados tornou difícil para a elite orgânica governar por consenso e consentimento. Em decorrência dessas dificuldades objetivas, a preocupação com a institucionalização e legitimação do novo regime era vital. Em uma série de debates organizados pelo IPES para examinar as possibilidades e os meios de institucionalizar o regime, o jornalista Luiz Alberto Bahia estimulou a liderança a "examinar as formas à nossa disposição e as que podemos criar, no sentido de assegurar a continuidade do ciclo de autoridade democrática, autoridade controlada, sem riscos de enganarmo-nos e sem arriscar a degradação ou degeneração em um regime de caráter autoritário e incontrolado. Isto somente será possível por meio da elaboração de novos contratos políticos, que irão assegurar o funcionamento democrático do sistema de autoridade, controlado por órgãos intermediários como o IPES, onde a política é feita com o sentido de participação e intervenção autônoma".[160]

Apesar dessas advertências bem intencionadas, o sistema brasileiro enveredou por uma ditadura declarada, consolidada pelo Ato Institucional n.º 5, de 1968. Apesar de o Ato ter sido esboçado e implementado pelo líder do IPES e Ministro da Justiça Luiz Antônio Gama e Silva, o que ocorreu durante a presidência do Marechal Costa e Silva, o IPES, apesar de ainda integrar a administração, parecia

ter perdido sua hegemonia. Entretanto, os ativistas do complexo IPES/IBAD conseguiram restabelecer sua predominância no governo do Presidente Geisel.[161]

"Irônico" é o mínimo que se pode dizer do fato de que o IPES, que em 1963 havia passado por uma Investigação Parlamentar por atividades supostamente criminosas, foi, a 7 de novembro de 1966, declarado um órgão de "utilidade pública" por decreto presidencial.[162]

Conclusão

O IPES foi capaz de terminar sua campanha complexa e cuidadosamente elaborada para depor João Goulart com a ocupação vitoriosa de posições-chave da política e da administração, realizando uma profunda mudança do regime. Entretanto, ao contrário do que se pensava, essas posições-chave não foram ocupadas por técnicos, mas, em muitos casos, por industriais e banqueiros. Ao invés de serem elaboradores de diretrizes sócio-econômicas e políticas imparciais e apartidários, a característica mais marcante da nova administração foi o acúmulo de vários postos ocupados por homens-chave dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e de interesses multinacionais. Outro aspecto digno de ênfase é que a maioria dos empresários que ocupava cargos-chave estava envolvida em atividades comerciais privadas, relacionadas de perto com suas funções *públicas*. O extraordinário acúmulo de uma série de cargos administrativos por um número relativamente pequeno de indivíduos e o fato de que cada um desses empresários e tecno-empresários também acumulava vários postos na direção de grandes companhias demonstrava o grau crescente de concentração de poder econômico e político.

Os ativistas do IPES controlaram o processo de formulação de diretrizes e constituíram as figuras centrais nas tomadas de decisão. O fato de que o IPES mantinha uma estrutura de consulta de diretrizes e fornecia canais adequados para um *lobbying* exaustivo só enfatiza a predominância de grandes interesses empresariais na orientação da nova administração. A aliança de dependência mútua entre o Estado e as empresas privadas não tinha raízes apenas no aprofundamento do processo capitalista mas, em termos bem concretos, na presença desses interesses no Estado, assegurando assim as garantias políticas indispensáveis à reorganização e ao controle da sociedade e da economia.[163]

Os associados e colaboradores do IPES moldaram o sistema financeiro e controlaram os ministérios e os principais órgãos da administração pública, permanecendo em cargos privilegiados durante o governo de Castello Branco, exercendo sua mediação de poder. Com um programa de governo que emergira da direita do espectro político e social, os ativistas do IPES impuseram uma modernização da estrutura sócio-econômica e uma reformulação do aparelho do Estado que beneficiou, de maneira ampla, as classes empresariais e os setores médios da sociedade, em detrimento da massa. O golpe de abril de 1964 desdobrou-se numa transformação do Estado; o programa do IPES trazia em seu bojo uma regeneração capitalista.[164]

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Entre os autores que enfatizam o papel dos militares depois de 1964 em lugar dos empresários, devem ser mencionados (a) Alfred STEPAN. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1971. (b) Ronald SCHNEIDER. *The political system of Brazil*. New York, Columbia Univ. Press, 1971. (c) ROETT, Riordan. *Brazil in the sixties*. Nashville, Vanderbilt Univ. Press, 1972.

2. Vide Apêndices B e E, sobre a ligação econômica dos elementos que ocupavam cargos administrativos. Algumas dessas ligações já foram indicadas em capítulos anteriores como notas bibliográficas a respeito deles ou mesmo no texto.

3. Muitas idéias eram semelhantes às da UDN e muitas propostas de reforma foram produzidas na CONSULTEC e na FGV, expressadas como um todo no Congresso das Reformas de Base, em 1963.

4. Particularmente, essa foi a linha de A. STEPAN. *op. cit.* Alexandre de Barros pormenorizou e fez acréscimos a essa afirmação, bem como às informações recebidas a respeito do papel de liderança da união ESG/Forças Armadas depois de 1964, em *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building*. Tese de doutorado. Chicago, Univ. of Chicago, 1978.

5. C. N. RONNING & H. H. KEITH. Military government since 1964. In: HAYES, Robert A. ed., *Perspectives on armed politics in Brazil*. Arizona, Arizona State Univ., 1976. p. 235.

6. RONNING & KEITH. *id.* p. 238.

7. Vide (a) Eliezer Rizzo de OLIVEIRA. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1976. (b) Joseph COMBLIN. The national security doctrine. In: *The repressive state: the Brazilian national security doctrine and Latin America*. Toronto, LARU, 1976. (c) Mike BURGESS & Daniel WOLFF. El concepto de poder en la Escuela Superior de Guerra. *Cuadernos Políticos*. México, (1), Ed. ERA, abr./jun. 1979.

8. A influência da ADESG no segundo escalão da administração pública foi explicada pelo professor Francisco de Souza Brasil, figura eminente da ESG e da ADESG. Conversa com o professor Francisco de Souza Brasil. Abril de 1976, Rio de Janeiro.

A influência da ADIPES é evidente através do número de burocratas que participavam de seus cursos e do número de burocratas que se associaram ao IPES. Vide também Adesguianos no governo. *Boletim da ADESG*, n. 103, p. 11-15.

9. Vide (a) Cap. III, V e VIII. (b) A. STEPAN. *op. cit.* p. 186.

A autoridade dos oficiais da ESG frente à sociedade em geral resultava do poder das Forças Armadas e os oficiais da ESG inferiam sua legitimidade dentro das Forças Armadas da importância dada à ESG pelos militares e da sua crença em seu preparo para guiar o desenvolvimento do Brasil. Essas convicções acarretavam a necessidade de os oficiais da ESG projetarem sua imagem como a fonte independente de mudança.

10. Algumas das suposições básicas para essas conclusões são encontradas em: (a) BURNS, Tom R. & BUCKLEY, Walter ed. *Power and control: social structures and their transformation*. London, Sage Publications Ltd, 1976. (Sage Studies in International Sociology 6). (b) G. William DOMHOFF. *Who rules America?* New Jersey, Prentice-Hall, 1967. (c) DOMHOFF, William ed. New directions in power structure research. *The Insurgent Sociologist*. Oregon, 5(3), Spring 1975.

11. A questão da influência dos militares em decisões de governos anteriores, bem como da distribuição precisa de poder entre civis e militares e entre as diversas frações dos empresários nas administrações depois de Castello Branco exigem muito mais pesquisa e, obviamente, estão além do escopo deste livro. Já se fez alguma pesquisa sobre essas questões, bem como a respeito de quem se beneficiou diretamente das diretrizes implementadas, mas as informações carecem de mais estudo. Vide

(a) Sérgio H. H. de ABRANCHES. *The divided Leviatnan: state and economic policy formation in authoritarian Brazil.* Tese de doutorado. Cornell Univ. Press, 1978. (b) Peter Evans. *Dependent development: the alliance of multinational State and local capital in Brazil.* Princeton, Princeton Univ. Press, 1979. (c) Eli DINIZ & Renato Raul BOSCHI. *Empresariado nacional e Estado no Brasil.* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978. (d) Luciano MARTINS. *A expansão recente do Estado no Brasil: seus problemas e seus atores.* 1979. Mimeografado.

12. Teotônio dos SANTOS. El nuevo carácter de la dependencia. In: MAR, José Matos ed. *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia.* Argentina, Amorrortu, 1969. p. 72 (Instituto de Estudios Peruanos).

13. Antônio Carlos do Amaral OSÓRIO. O estado revolucionário e o desenvolvimento econômico. In: *O processo revolucionário brasileiro.* Rio de Janeiro, AERP, 1969. p. 117.

14. John W. F. DULLES. *Castello Branco: the making of a Brazilian president.* Austin, Univ. of Texas Press, 1978. p. 391.

15. (a) Jayme PORTELLA. *A revolução e o governo Costa e Silva.* Rio de Janeiro, Guavira, 1979. p. 136-37. (b) Octávio S. DULCI. *Political change in Brazil — 1964-68.* Tese de doutorado em preparo. ILAS, Univ. of Glasgow. Cap. 3. Octávio Dulci conseguiu reunir um grande número de pronunciamentos e declarações públicas de líderes de associações da classe empresarial — todos eles do IPES — a favor da candidatura do General Castello Branco. Entre eles encontravam-se Sálvio de Almeida Prado (SRB), Rui Gomes de Almeida (ACRJ), Antônio Galvão (A. C. Pernambuco) e Jorge Behring de Mattos (Centro Industrial do Rio de Janeiro).

16. Georges André FIECHTER. *Brazil since 1964: modernization under a military regime.* London, The Macmillan Press, 1975. p. 222, nota bibliográfica 23. A campanha também cuidou de desabonar outros concorrentes civis e militares.

Relatos divergentes e complementares sobre a luta pela presidência encontram-se em (a) Carlos LACERDA. *Depoimento.* Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1977. (b) Jayme PORTELLA. *op. cit.* cap. 6. (c) J. W. F. DULLES. *op. cit.* cap. 12. (d) J. W. F. DULLES. *Unrest in Brazil: political-military crisis 1955-1964.* Austin, Univ. of Texas Press, 1970. p. 350-54. (e) Carlos Castello BRANCO. *Os militares no poder.* Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1976. v. 1. p. 5-17.

17. IPES CE, Reunião especial dos IPES Rio e São Paulo, 3 de abril de 1964.

18. IPES CE, *id.*

19. A necessidade de preservar o papel do IPES como um estado-maior é reiterada em um memorando manuscrito para a reunião executiva do IPES, dando uma visão excelente do espírito e dos pontos de vista prevalentes em sua liderança. Após discutir as formas como as atividades da ADIPES deveriam ser executadas na reunião-almoço no Jockey Club do Rio, mencionando experiências do "Dr. Duvivier no Centro Industrial", o memorando traça um programa de ação para influenciar a formulação de diretrizes: "Este é o programa que apresentamos para ser julgado. O Dr. Polland seria a pessoa que transmitiria informações do Conselho Nacional [Conselho Nacional de Economia]... um centro de decisões, com instruções para decidir imediatamente... O IPES é o órgão adequado para os empresários... reunindo empresários, tomando decisões de caráter político bem orientadas e oportunas... somos o governo privado". Enquanto o governo "público" atuava, era o IPES "que contribuía para manter o governo público". Mas, continuava o memorando, porque "executamos uma série de ações que permanecem metade entre quatro paredes, o IPES é o canal para retirá-las dessas quatro paredes", de certa forma proporcionando "em primeiro lugar, as diretrizes para o governo público e, em segundo, as diretrizes para o governo privado de cada um" [dos membros do IPES]. Memorando s.d. — anexo à Ata do Comitê Executivo do IPES, abril de 1964.

20. Paulo de Assis Ribeiro enfatizou que a maioria das Reformas de Base realizadas pelo governo Castello Branco coincidiam com as planejadas pelo IPES. Vide

rascunho da carta a Luiz Viana Filho, enviada por Paulo de Assis Ribeiro, s.d. Esse rascunho destinava-se à preparação de uma resposta ao pedido de informações feito por Luiz Viana Filho para o seu livro sobre o governo de Castello Branco, o qual fornecia uma descrição valiosa do peso extraordinário que tiveram os ativistas do IPES de 1964 a 1967. Arquivo de Paulo de Assis Ribeiro, Rio de Janeiro.

21. J. W. F. DULLES. *Castello... op. cit.* p. 428.

22. N. BLUME. Pressure groups and decision-making in Brazil. *Studies in Comparative International Development.* Saint Louis, Missouri, 3(11):217, Washington Univ., 1967/68. (Série de monografias).

23. De acordo com J. W. F. Dulles, Castello Branco "aprendeu a respeito dos homens que não conhecia, com os homens em quem confiava". J. W. F. DULLES. *Castello... op. cit.* p. 429. Vide também L. VIANA FILHO. *op. cit.* Cap. 4, para um relato sobre a escolha do gabinete.

24. (a) João Baptista FIGUEIREDO. *O serviço nacional de informações.* ESG. Documento n. CI-69-65. (b) Mário D. ANDREAZZA. *O serviço nacional de informações.* ESG. Documento n. CI-60-64.

25. DAUGHERTY, Charles et alii. ed. *Brazil election factbook n. 2.* Washington D.C., Institute for the Comparative Study of Political Systems, 1965. p. 32.

Em 1967, em vista do final do governo do Marechal Castello Branco e da próxima tomada de posse do General Costa e Silva e da coalizão civil-militar que o apoiava, o General Golbery voltou à ativa no IPES onde permaneceria até o início da década de 70, trabalhando para a consolidação da candidatura do General Geisel para a presidência. Na verdade, a maior parte dos primeiros ativistas do IPES apoiou a manobra para tornar o General Geisel presidente em 1974. Vide também a carta de João Gonçalves de Souza para Luiz Viana Filho, a 29 de setembro de 1972, enviada da sede da Organização dos Estados Americanos em Washington, D.C. Arquivo HACB, no CPDOC, Rio de Janeiro.

26. IPES CE, 23 de junho de 1964.

27. *Isto É*, 2 de maio de 1979.

28. O misterioso Heitor, *Veja*, 8 de agosto de 1979.

29. O Coronel João Baptista Figueiredo tornou-se diretor do Serviço Nacional de Informações durante a presidência do General Emílio Garrastazu Médici, de 1969 a 1974 (este chefe do SNI sob a presidência de Costa e Silva, de 1967 a 1969), enquanto o General Carlos Alberto da Fontoura (autor de *Infiltração Comunista*, documento que contribuíra para a campanha da "ameaça vermelha") foi feito Ministro-Chefe do SNI. O Coronel João Baptista Figueiredo tornou-se chefe do SNI na presidência do General Ernesto Geisel, de 1974 a 1978, quando foi promovido a General, enquanto o General Fontoura foi indicado para o cargo de embaixador em Portugal. Em 1979, o General João Baptista Figueiredo tornou-se o quinto presidente militar do Brasil (desde abril de 1964). O General Golbery, que fora o chefe da Casa Civil no governo do General Geisel, continuou no posto depois da posse do novo presidente. Como chefe do SNI foi indicado o General Octávio de Medeiros e para chefe da Casa Militar, o General Danilo Venturini. Deve-se destacar que os três últimos presidentes militares do Brasil vieram da "Comunidade de Informações" e que, dos nove oficiais militares em postos formais no Gabinete na administração atual, pelo menos sete também vieram da "Comunidade de Informações", que se tornou o esteio político das Forças Armadas.

30. No período entre as presidências do Marechal Castello Branco (1967) e do General Geisel (1974), o Capitão Heitor de Aquino Ferreira e o General João Batista Tubino, do IPES, foram empregados como parte do *staff* geral do multimilionário Emil Ludwig, em seu gigantesco império agro-industrial e de mineração no norte do Brasil, juntamente com o Coronel Jorge Aragão e o Almirante José Luís da Silva. Para um estudo de caso das atividades da NBC, a corporação multinacional de propriedade de Emil Ludwig, vide Marcos ARRUDA. Case study n. 2. Daniel Keith Ludwig. In: ARRUDA, Marcos; SOUZA, Herbet et alii. *Multinational and Brazil:*

the impact of multinational corporations in contemporary Brazil. Toronto, LARU, 1975. p. 130-207.

O Capitão Heitor Aquino tornou-se assistente pessoal do presidente Geisel e permaneceu na função com o presidente João Baptista Figueiredo.

31. *Brazil — election*.. *op. cit.* p. 33.

32. IPES CD, 7 de julho de 1964. Gilbert Huber Jr. também concluiu em uma reunião da liderança do IPES que, em vista da situação, era necessário "rever o papel do IPES". IPES CD Rio, 14 de abril de 1964.

33. Vide Apêndice T.

34. O líder do IPES, José Luiz Moreira de Souza, chefiou uma força-tarefa do IPES para a preparação de um estudo sobre a reforma eleitoral, que foi submetido ao Grupo de Estudo e Doutrina. Entre suas propostas, estava o estabelecimento da cédula única. O Grupo de Estudo e Doutrina elaborou uma proposta própria, que tentava integrar as recomendações das várias forças-tarefa que haviam trabalhado com a reforma eleitoral, a fim de submetê-la ao governo. IPES CD, 4 de agosto de 1964.

35. Vide Apêndice S. As tentativas de criação de um Poder Político baseado em empresários e não em políticos de partidos coincidiram com a disseminação, na ESG e em outros centros de debate ideológico, inclusive no próprio Congresso, das noções da "exaustão da democracia liberal" e da "ineficiência do parlamento".

36. Carta de Harold C. Polland ao Tenente-Coronel L. G. Andrade Serpa — SEC 65/0736. Documento secreto do IPES, 28 de outubro de 1965, Rio de Janeiro. Vide também correspondência secreta de 8 de outubro de 1965. *Ofício Secreto* n.º 377, 18 de outubro de 1965 e *Ofício Secreto* de 22 de outubro de 1965, n. 420. Arquivos do IPES, Rio de Janeiro.

37. *Isto É*. 9 de maio de 1979. p. 13.

38. Dois exemplos desses relatórios, que se encontram no Apêndice U, são a *Carta Mensal do IPES-São Paulo*, preparada em setembro de 1968, denunciando a "escalada subversiva no Brasil" e o trabalho sobre *Ação comunista na imprensa como base para a contra-revolução a ser desencadeada em 1974*.

39. Para maiores informações sobre as atividades executadas pelos empresários em geral e o envolvimento direto de H. Boilessen, em particular, vide (a) Descendo aos porões. *Veja*, 21 de fevereiro de 1979. p. 60-4. (b) Um poder na sombra. *Veja*, 21 de fevereiro de 1979. p. 65-8.

A suspeita de que o líder do IPES, H. Boilessen, era também "agente da CIA cresceu quando ele começou a solicitar fundos para uma nova organização a ser chamada Operação Bandeirantes — OBAN... H. Boilessen e seus companheiros pressionavam fortemente os colegas empresários para contribuírem e para apoiarem OBAN". Vide A. J. LANGGUTH. *Hidden terrors*. New York, Pantheon Books, 1978. p. 123-60. O General J. Canavarro Pereira foi o fundador ostensivo da OBAN. Vide *Isto É*, (92):32, 27 de setembro de 1978. O General Menna Barreto foi, supostamente, o criador do DOI-CODI, Departamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna que, em 1970, substituiu a OBAN.

40. Citado por Marlise SIMONS. Whose coup? In: *Brazilian Information Bulletin*. EUA, California. Winter 1974. n. 12. p. 7-9. É importante observar que algumas das táticas da "ameaça vermelha", empregadas para preparar uma atmosfera favorável à intervenção militar contra Salvador Allende, já haviam sido utilizadas em 1964, na época da eleição presidencial chilena, quando foi derrotado por Eduardo Frei. De acordo com Edward Korry, embaixador americano no Chile, havia, "escondida do escrutínio público, uma rede de transações por trás dos bastidores", relativas às atividades do governo americano e de corporações multinacionais, primeiro para derrotar S. Allende em 1964, e depois para desestabilizar o regime de S. Allende em 1970 e provocar sua queda em 1973, o que "faria Watergate parecer estória da carochinha". De acordo com Korry, "foi varrida para debaixo do tapete" a cumplicidade da ITT, de seu presidente Geneen, dos Rockefellers e de chilenos, como o editor Edwards do *El Mercurio*, com os presidentes Kennedy, Johnson e Nixon,

com muitos senadores americanos e a CIA. Não foi permitido mencionar o fato de que Edwards e outro chileno haviam comparecido a uma reunião de estratégia anti-Allende, de altos executivos de multinacionais, no escritório de David Rockefeller, Park Avenue 410, em Nova Iorque. A reunião foi convocada por Thomas Mann, Subsecretário de Estado, o homem de Johnson para assuntos da América Latina. Ele falou aos presentes da importância da derrota de S. Allende para a Casa Branca. Os homens da CIA que estavam presentes assumiram o comando a partir dali. Em pequenas reuniões de acompanhamento, deram sugestões de como as multinacionais poderiam fazer "sua parte" para os interesses nacionais, contribuindo com dinheiro em espécie, material e influência para eleger Eduardo Frei e não um direitista, como eles preferiam.

Segundo E. Korry, Thomas Mann foi à reunião logo após seu mais importante "êxito". A 31 de março, os Generais brasileiros haviam derrubado o governo de João Goulart. Edward Korry salientou que "a derrubada do esquerdista J. Goulart — ele se parecia muito com Allende, e sua deposição pode ser interpretada como um ensaio minucioso para a retirada do chileno seis anos mais tarde — envolveu a CIA, membros-chave multinacionais do grupo Rockefeller e o Pentágono. O Secretário da Defesa era Robert McNamara (atualmente Presidente do B. Mundial) e seu representante era Cyrus Vance, quando o Pentágono ordenou que uma força-tarefa naval com pára-quedistas fosse para o Rio de Janeiro, a fim de eliminar qualquer resistência à deposição de João Goulart. John McCone chefiava a CIA na época, tendo Helms como representante. Quando McCone se demitiu em 1965, passou para a diretoria da ITT. Permaneceu também como assessor remunerado de Helms". Edward KORRY. The sell-out of Chile and the American taxpayer. *Penthouse*, EUA, Mar. 1978. p. 90-114.

41. Logo após a eleição de Salvador Allende em 1970, um empresário chileno, Luiz Fuenzalida, veio ao Brasil e associou-se ao líder do IPES Gilbert Huber Jr. em seus negócios. Ao mesmo tempo, Fuenzalida foi treinado em técnicas do IPES. Seguindo os passos do IPES, os empresários, profissionais liberais, proprietários de terras e militares chilenos estabeleceram seu Centro de Estudos de Opinião Pública, com um Grupo de Ação de Informações de acordo com o modelo do IPES, tornando-se um dos principais laboratórios de campanhas, como a mobilização das classes médias (das mulheres, em particular), promovendo greves contra o governo, principalmente dos motoristas de caminhão, as campanhas malévolas e tendenciosas da imprensa, boatos e até o uso de tropas de choque durante demonstrações de rua. O Centro e o Grupo de Ação de Informações também estavam ativamente envolvidos no aliciamento do apoio dos oficiais militares contra S. Allende. Foram usadas enormes quantias para a deposição de S. Allende e empresários e executivos de grandes corporações do Brasil deram apoio financeiro. O Centro trabalhava lado a lado com a Companhia de Estudos Sociais, Econômicos e Culturais — CODESEC, que também se envolveu na mobilização das classes médias e em outras campanhas anti-Allende. A CODESEC era mantida com contribuições locais e também fazia uso de fundos do Partido Democrata Cristão alemão e do italiano. Quem obtinha maior êxito em conseguir fundos entre os conservadores chilenos era Orlando Sáenz, o então presidente da poderosa associação chilena de industriais — SOFOFA. Depois do golpe, Sáenz tornou-se o assessor financeiro do novo governo militar. Importante também na atividade de angariar recursos era o Senador Pedro Ibáñez, do Partido Nacional. O governo americano e a CIA também estavam fortemente envolvidos. McCone, ex-chefe da CIA e executivo da ITT, procurou Richard Helms, diretor da CIA no Chile, na época, em nome do presidente da ITT, Harold Geneen, por volta de abril de 1970. Isso ocorreu poucas semanas depois de E. Korry, embaixador americano no Chile, vetar a proposta secreta do Council of the Americas para um programa conjunto de desestabilização CIA-grandes empresas. Em poucos dias, a ITT lançou uma campanha intensiva na Casa Branca para anular a decisão de E. Korry. Esse *lobbying* foi coordenado com as atividades

dos próprios empresários chilenos, Edwards, entre outros, ligados ao Council e à CIA. Dois "relações públicas" da ITT, Robert Berellez e Harold Hendrix, trabalhavam em Santiago ao lado de agentes de Edwards que, por sua vez, mantinha contatos diários com a CIA, como mantivera de 1963 a 1964.

Vide (a) Marlise SIMONS. *op. cit.* p. 9. (b) Edward KORRY. *op. cit.* p. 114. (c) Samuel BAILEY. *The United States and the development of South America, 1945-1975.* New York, New Viewpoints, 1976. p. 157-58. (d) O know-how de 64 usado no Chile em 73. *Isto É*, 2 de maio de 1979. p. 36-7. (e) Anthony SAMPSON. *The sovereign state: the secret history of ITT.* London, Coronet Books. 1974. Cap. 11. Sampson afirma que Enno Hobbing, ex-diretor do CED e atual diretor do Council for Latin America, que havia trabalhado de perto com o IPES e estava envolvido na campanha contra S. Allende, havia sido também agente da CIA. p. 247.

42. Para maiores informações sobre o Centro e as atividades de seu grupo, bem como sobre a deposição do presidente Torres, vide (a) Alberto DINES. Brasil, Banzer e Bush. *Folha de São Paulo*, 11 de novembro de 1979. (b) *Veja*, 12 de setembro de 1979.

43. Retrato de um super-homem sem princípios. *Movimento*, 12 a 18 de fevereiro de 1979. p. 17.

44. O sucessor de Roberto Campos foi outro tecnoempresário, o conferencista do IPES Hélio Beltrão. Este foi sucedido, em 1968, por João Paulo dos Reis Velloso, que permaneceu no cargo por um período de 10 anos. Em 1974, o Ministério transformou-se em uma Secretaria diretamente ligada à Presidência da República. Em 1979, Mário H. Simonsen tornou-se Ministro do Planejamento, com o ministério retornando completamente à sua posição anterior. Foi sucedido por Antônio Delfim Neto após um curto período de trabalho.

45. Edgard Teixeira LEITE. Carta a Íris Meinberg. Rio de Janeiro, agosto de 1964. Arquivo do IPES. Vide Apêndice V.

46. A respeito da importância e do significado do PAEG para a administração Castello Branco, vide (a) Georges-André FIECHTER. *op. cit.* Cap. 10, 11 e 15. (b) ELLIS, H. S. ed. *The economy of Brazil.* Berkeley, Univ. of California Press, 1969. Este livro é particularmente interessante, uma vez que a maioria dos indivíduos contribuintes era associada ao IPES. Celso Z. MARTONE. Análise do plano de ação econômica do governo — PAEG 1964-1966. In: LAFER, Betty Mindlin ed. *Planejamento no Brasil.* São Paulo, Editora Perspectiva, 1970. p. 69-90. Deve-se mencionar que Mário H. Simonsen, membro do Grupo de Estudo e Doutrina do IPES do Rio, fez o rascunho do capítulo sobre a Redistribuição da Renda do PAEG.

47. Luiz VIANA Filho. *O governo Castello Branco.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. p. 218. O livro de L. Viana Filho proporciona o relato de uma pessoa de dentro da administração de Castello Branco. É importante observar que a maioria dos atores políticos citados por Luiz Viana Filho era de associados e colaboradores do IPES. Vide também Roberto CAMPOS. A retrospect over Brazilian development plans. In: ELLIS, Howard S. ed. *The economy of Brazil. op. cit.* Cap. 11, especialmente p. 336-37.

48. Nylton Velloso era diretor da Demisa-Deutz Minas Gerais S.A. Fábrica de Tratores (DEMIG — Desenvolvimento de Minas Gerais/Kloeckner Humboldt Deutz AG), Economia S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos.

49. Vide L. VIANA FILHO. *op. cit.* p. 480-81. O texto da Lei n.º 200, que tem 17 Capítulos e 215 Artigos, constituiu uma remodelação fundamental dos procedimentos da administração pública no Brasil. Vide (a) Georges-André FIECHTER. *op. cit.* p. 117-18. (b) Discussão sobre a reforma da administração federal. Ata do IPES, 20 de outubro de 1964.

50. L. VIANA FILHO. *op. cit.* p. 131.

51. J. B. de Carvalho era diretor da Investcred S.A. — Crédito, Financiamento e Investimento e Banco de Investimento e Desenvolvimento Industrial S.A. — Investbanco. Harry Cole era diretor de Luxor Motéis Turismo S.A.

52. Para maiores informações sobre o papel das Casas Civil e Militar e observações especialmente acuradas sobre o funcionamento das administrações, vide Walder de GOES. *O Brasil do General Geisel*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1978. p. 17-32.

53. O arquivo de Luiz Viana Filho no Rio de Janeiro é extremamente útil para o estudo desse fenômeno, porque contém milhares de cartas e bilhetes enviados ao presidente ou ao Chefe da Casa Civil solicitando favores pessoais, comerciais e profissionais e fazendo todo tipo de reivindicações. O arquivo contém ainda muitas das respostas dadas pelo governo a essas reivindicações.

54. Na administração do General Costa e Silva, o Chefe da Casa Militar era o Coronel Jayme Portela e o da Casa Civil Rondon Pacheco. No governo do Presidente Médici, a Casa Militar era chefiada pelo Coronel João Baptista Figueiredo, e Leitão de Abreu, cunhado do General Lyra Tavares, chefiava a Casa Civil. O Coronel Figueiredo, juntamente com o General Orlando Geisel, Ministro da Guerra, foi figura-chave do governo Médici na consolidação da "candidatura" do General Ernesto Geisel para a presidência. O General Geisel nomeou o General Golbery Chefe da Casa Civil e o General Hugo de Abreu, Chefe da Casa Militar. O General Hugo de Abreu foi sucedido pelo General Belfort Bethlem, um "homem de Geisel", após seu pedido de demissão em virtude da crise que se desenvolveu durante as tentativas vitoriosas pelos grupos do IPES e da ESG de arquitetarem a "candidatura" à presidência do então Coronel João Baptista Figueiredo.

55. O. Gouveia de Bulhões foi sucedido pelo associado do IPES Antônio Delfim Netto, que se tornou a figura-chave em assuntos econômicos nos governos do General Costa e Silva e do General Garrastazu Médici, cobrindo oito anos de política econômica e reformulação do aparelho do Estado. Delfim Netto também se tornou presidente de poderosa Comissão de Investimento do Ministério da Fazenda. Com Delfim Netto no Ministério da Fazenda, vieram sua equipe pessoal de colaboradores e Joaquim Ferreira Mangia, que foi indicado para a diretoria do Conselho de Política Aduaneira. O CPA tornou-se um órgão importante na época de Delfim Netto, no início de seu fortemente estimulado esforço de exportação. O representante da indústria "nacional" no CPA, indicado pelo Ministro da Fazenda, era Júlio Saurbron de Toledo, diretor do Grupo Rhodia, ao qual pertenciam Octávio Marcondes Ferraz e Paulo Reis de Magalhães. O sucessor de Delfim Netto, como Ministro da Fazenda de 1974 a 1979, não foi outro senão o líder do IPES Mário Henrique Simonsen. A equipe do IPES havia completado o círculo.

56. Ernane Galvêas foi nomeado Presidente do Banco Central em 1968, posto ao qual retornou em 1979, tornando-se em seguida Ministro da Fazenda. Na época, era diretor da Aracruz Celulose. Hélio Marques Vianna e H. Burger foram indicados diretores do Banco Central. Eduardo da Silveira Gomes foi mantido como Chefe do Departamento Econômico. Dos outros diretores do Banco Central, Antônio Ribeiro era diretor do Banco Brasileiro de Desenvolvimento S.A., FINASA e Arno S.A. Indústria e Comércio, pertencente ao líder do IPES Felipe Arno; Aldo Franco era diretor e acionista da Metal Leve S.A. Indústria e Comércio, pertencente ao Grupo Lafer/Klabin/Mindlin; Luiz Biolchini era diretor da Cia. Indústrias de Papel Pirahy e Cia. Docas de Santos, pertencente ao líder do IPES, Cândido Guinle de Paula Machado.

57. Garrido Torres foi sucedido em 1967, como Presidente do BNDE, pelo tecno-empresário Jayme Magrassi de Sá, conferencista e participante dos debates organizados pelo IPES. Para diretor do BNDE foi indicado o associado do IPES Hélio Schlittler Silva. Nessa época o Conselho de Administração do banco incluía os líderes e associados do IPES Álvaro Americano, Raul Fontes Cotta e Antônio Bastos. Para o Departamento de Estudos Econômicos foi o associado do IPES Luiz de Magalhães Botelho. Magrassi de Sá foi substituído em 1974 pelo tecno-empresário Marcos Pereira Viana, ex-diretor da Aços Anhangüera S.A. (ICOMI, CAEMI, Bethlehem Steel Corp. e AKT Swenska Kullager Fabriken). A ICOMI e a CAEMI eram de propriedade conjunta do líder do IPES Augusto Traja-

no de Azevedo Antunes e da Bethlehem Steel Corp.

58. Jayme Magrassi de Sá, formado pela ESG em 1955, havia sido membro do CNE, do BNDE, da SUMOC, da COFAP, do Ministério das Relações Exteriores e da Comissão Mista Brasil-EUA. É ligado ao complexo de eletrônica Ericsson, à Cia. Nacional de Álcalis, à Argo Distribuidora, aos Tecidos Bangu e é diretor do Banco da Bahia, um importante contribuinte financeiro do IPES. Depois de 1964, ocupou postos-chave no Conselho Monetário Nacional, no Ministério da Fazenda, na FINAME, FUNDECE e ALALC.

59. IPES CD, 7 de julho de 1964, J. G. Torres.

60. Moraes Barros foi sucedido por Nestor Jost, participante das mesas-redondas do IPES e conferencista, sendo também diretor da Corretora Cocentro e do Grupo Denasa.

61. Fernando Gasparian e José Augusto Bezerra de Medeiros eram diretores da Cia. América Fabril. Pereira Diniz era diretor da Pereira Diniz Comércio e Indústria S.A.. Para a percepção dos pontos de vista econômicos de Gasparian, vide (a) Fernando GASPARIAN. *Em defesa da economia nacional*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1966. (b) Fernando GASPARIAN. *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

62. O CMN tornou-se o ponto-chave de elaboração de diretrizes econômicas na administração seguinte. Durante a presidência do General Costa e Silva, o Conselho Monetário Nacional era formado por Delfim Netto, o General Edmundo de Macedo Soares, Hélio Beltrão, Ernane Galvêas, Nestor Jost, Jayme Magrassi de Sá, H. Burger, Hélio Marques Viana, Germano de Brito Lyra, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal e Rui de Castro Magalhães. O IPES ainda tinha influência na política financeira, apesar de os membros do IPES pertencentes à ESG terem perdido o controle dos militares e da situação política. A respeito da Lei do Mercado de Capitais, vide H. S. ELLIS. Corrective inflation in Brazil, 1964-1966. In: H. S. ELLIS. *op. cit.* p. 209-211.

63. O endosso do conceito de "democratização do capital" pelo governo foi concretizado através da criação do Fundo de Democratização do Capital das Empresas — FUNDECE. Jayme Magrassi de Sá foi indicado para o FUNDECE.

64. Os Apêndices B e W tornam claro que os associados do complexo IPES/IBAD estavam completamente representados dentro da comunidade empresarial dos interesses privados, financeiros, de crédito e investimentos. Os referidos apêndices também ajudam a mostrar o altíssimo grau de concentração financeira e o entremeado de diretorias do qual os ativistas do complexo IPES/IBAD eram membros. Informam ainda sobre o alto nível de integração das empresas industriais e financeiras através das diretorias interligadas, *joint ventures* e participação acionária.

65. Por volta de 1964, havia 78 corporações *blue chip*, a maioria delas contribuintes do IPES e cujos diretores eram associados do IPES. Vide (a) BANAS. Bancos, investimentos e bolsas. São Paulo, 1964. p. 112-44. (b) BANAS. Bancos, Bolsas e investimentos. São Paulo, 1966. Cap. 4.

66. Durante esse período, Humberto Barreto travou um relacionamento pessoal bastante próximo com o Chefe da Casa Militar do presidente, o General Ernesto Geisel, amigo íntimo de seu tio. Humberto Barreto tornou-se vice-presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas e, como protegido do General Geisel, presidente da CEF em 1974.

67. As mudanças na estrutura do Ministério e do sistema financeiro foram analisadas. Houve diversas mudanças em diretrizes preparadas no IPES e implementadas depois de 1964. Uma dessas mudanças foi o Acordo sobre Garantias para Investimento Estrangeiro e o projeto de lei sobre Remessa de Lucros, IPES CD, 4 de agosto de 1964, José Luiz Moreira de Souza, Harold Cecil Polland, Glycon de Paiva e Augusto Trajano Azevedo Antunes. O IPES continuou a preparar trabalhos de diretrizes. Gilbert Huber Jr., com uma equipe de assessores, entre os quais Humberto Gogliati, preparou um trabalho sobre Créditos e Prazos Comerciais. Os trabalhos sugeriam um novo sistema de prazos curtos pa-

ra empréstimos, com a criação das Obrigações Reajustáveis e Conversíveis, fixando um máximo de 60 dias para as duplicatas. O estudo foi levado ao governo como sugestão para uma nova diretriz financeira e ao Banco Central para ser estudado em seus aspectos operacionais. IPES CO. 25 de outubro de 1966 e IPES CO. 8 de novembro de 1966. Para uma explicação sobre a situação dos bancos comerciais, o mercado de crédito a curto prazo e o significado das mudanças executadas, vide Mário Henrique SIMONSEN. Inflation and the money and capital markets of Brazil. In: Howard S. ELLIS. *op. cit.* p. 140-145. A respeito das obrigações reajustáveis, vide M. H. SIMONSEN. *ibid.* p. 207.

A equipe de Gilbert Huber Jr. também preparou o anteprojeto de lei sobre Títulos de Crédito, que foi aceito pelo Governo. IPES CO. 19 de dezembro de 1964. Além disso, G. Huber Jr. preparou com seus assessores Paulo Roberto de Morais, Eduardo Schoueri e Per Laurentzius um trabalho de diretrizes sobre a estabilização de preços para o Conselho Nacional de Estabilização de Preços — CONEP, que era dirigido por José Lobo Fernandes Braga, diretor da Gávea S.A. Máquinas e Veículos e de Luiz F. Braga Comércio e Indústria. O trabalho focalizava a Portaria 71. IPES CO. 20 de setembro de 1966. Vide também H. S. ELLIS. *op. cit.* p. 200-04. O anteprojeto de lei sobre a Reavaliação de Ativos também foi orientado pelo IPES. IPES CD. 4 de agosto de 1964, Jorge Oscar de Mello Flores, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Glycon de Paiva e Harold Cecil Polland. O IPES colaborou com o governo no lançamento das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. IPES CD. 15 de dezembro de 1964.

Na administração do Presidente Geisel foi implementada a lei regulamentando as Sociedades Anônimas. Entre seus formuladores encontrava-se José Luiz Bulhões Pedreira e A. Lamy Filho.

68. Paulo de Assis RIBEIRO. Rascunho de carta a Luiz Viana Filho, para a preparação do livro deste sobre a administração de Castello Branco. Arquivos PAR s/d.

Paulo de Assis Ribeiro, em sua carta ao General Golbery, em outubro de 1964, deu informações adicionais a respeito dos que colaboraram na preparação geral do Estatuto da Terra, que se tornou a base da política agrária de Castello Branco. Eram eles: José Garrido Torres, Dênio Nogueira, Carlos José de Assis Ribeiro, Mário H. Simonsen, José Arthur Rios, o General Golbery, Harold Cecil Polland, José Rotta, Glycon de Paiva, Íris Meinberg (presidente da Confederação Rural Brasileira — CRB), Edgard Teixeira Leite (vice-presidente da CRB), Cândido Guinle de Paula Machado, o Padre Mello (da SORPE — Pernambuco), Al Neto (representante dos interesses agrícolas modernos de Santa Catarina), Mário Lacerda de Mello (Secretário da Agricultura de Pernambuco), Assis Brasil Corrêa (presidente da Associação de Criadores de Gado do sul do Mato Grosso), Salvador Diniz, Paulo Ignácio de Almeida (representante do Ministério da Agricultura) e João Calmon (do grupo Assis Chateaubriand). Novamente, a equipe do complexo IPES/IBAD tinha a hegemonia. Os nomes desses empresários e tecno-empresários obviamente se sobrepunham com os dos ativistas que participaram do projeto de reforma agrária patrocinado pelo IPES. Carta de Paulo de Assis Ribeiro ao General Golbery. Outubro de 1964. Arquivos PAR.

69. A equipe do Ministério do Planejamento incluía os empresários Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, José Garrido Torres, Mário Henrique Simonsen, Eudes de Souza Leão, José Gomes da Silva, José Trigo Drummond, Carlos José de Assis Ribeiro, Frederico Maragliano Cardoso e Júlio César Belisário Viana. A hegemonia do IPES era evidente.

Em um memorando ao gabinete, o Grupo de Trabalho que participou da elaboração do Estatuto da Terra foi oficialmente reconhecido pelo Ministério do Planejamento como sendo formado por: Roberto Campos (Ministério do Planejamento), Hugo de Almeida Leme (Ministério da Agricultura), Paulo de Assis Ribeiro (Ministério do Planejamento), José Gomes da Silva (SUPRA), José A. Trigo Drummond Gonçalves (Ministério do Planejamento), José Garrido Torres (BNDE), Carlos José de Assis Ribeiro (Ministério do Planejamento), Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva (Ministério do Planejamento), Júlio

César Belisário Viana (Ministério do Planejamento), Frederico Maragliano (Ministério do Planejamento), Copérnico de Arruda Cordeiro (Ministério da Agricultura), Eudes de Souza Leão (Ministério do Planejamento), Messias Junqueira, Fernando Pereira Sodero e Carlos Lorena (SUPRA). Ministério do Planejamento. *Memorando para a reunião do gabinete*. 10 de setembro de 1964. Arquivo PAR. Apesar dos diversos relatos sobre quem foi "responsável" pelo plano da reforma agrária, era evidente a predominância de associados do IPES em cada grupo.

70. Ministério do Planejamento. *Memorando ao gabinete*, 10 de setembro de 1969. Rio de Janeiro. Arquivo PAR. As forças-tarefas eram auxiliadas por profissionais da SUPRA e da DATE — São Paulo, uma agência técnica e de consultoria. Entre eles encontravam-se Paulo F. Cidade (DATE), Pedro Morais (DATE), Mário Borgonovi (Instituto Agronômico de Campinas), Jorge Souza e Mello de Oliveira (SUPRA), Mário Nogueira da Silva (SUPRA), Dryden de Castro Arezzo (SUPRA), José Carlos Costa Martins (SUPRA), Fernando Antônio Genshow (SUPRA), Manoel de Souza Barros (SUPRA), Lytton Leite Guimarães (SUPRA), Ângelo Moraes Neves (SUPRA), Paulo Aguiar Godoy (SUPRA), Mário Lacerda de Mello (Secretário da Agricultura de Pernambuco), Nelson Coutinho (FGV).

71. (a) M. CEHELSKI. *op. cit.* p. 205-35. (b) Julian CHACEL. The principal characteristics of the agrarian structure and agricultural production in Brazil. In: Howard S. ELLIS. *op. cit.* p. 103-29.

72. Relatório ao Ministério do Planejamento, 15 de maio de 1965. Arquivo PAR.

73. Flávio de Almeida Brito era diretor da Cia. de Seguros Concórdia. Mais tarde, Sylvio Wanick Ribeiro, assistente de Julian Chacel, foi indicado diretor. O Conselho Técnico era formado por Edgard Teixeira Leite, Manuel Diegues Júnior, José Agostinho Trigo Drummond Gonçalves (São Paulo), José Nazaré Teixeira Dias (MINIPLAN), Pedro Luiz Pecoe (vice-reitor da PUC), Milcíades de Sá Freire (MG), José de Souza Soares (RGS), Renato Gonçalves Martins (Bahia) ou João Gonçalves (SUDENE — Ceará), João da Costa Porto (Pernambuco) e Fábio Yassuda. Outros elementos considerados na curta lista eram o Padre Gregory, representante da Igreja, João Napoleão, de Minas Gerais, e Cândido Guinle de Paula Machado.

A ABCAR era uma organização de assistência rural e consultoria nos moldes da Farmers' Home Associations dos Estados Unidos. Começando por Minas Gerais em 1948, havia sido estabelecida pela American International Association (Associação Americana Internacional), uma organização do grupo Rockefeller, juntamente com diversos governos estaduais. Em 1966 a ABCAR tornou-se o principal instrumento de assistência rural e consultoria em 16 dos 23 Estados do Brasil, mostrando efeitos significativos no índice de adoção de novas técnicas e em produtividade. Em 1965 quase 127.000 pessoas participavam das reuniões da ABCAR e havia mais de 53.000 membros em suas várias organizações. Vide Gordon S. SMITH. Brazilian agricultural policy, 1950-1967. In: Howard S. ELLIS. *op. cit.* Cap. 8, em especial p. 217-218.

74. Luiz Viana Filho, ex-Chefe da Casa Civil, ingenuamente admitiu que os canais de formulação de diretrizes para a agricultura eram mantidos abertos para Sálvio de Almeida Prado, da SRB, Luiz Emanuel Bianchi, da FARESP, Paulo Ayres Filho e Amador Aguiar, presidente do BRADESCO, que se tornou o maior banco comercial privado do Brasil. Era também comum o fato de Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Hugo Leme, Severo Gomes, G. Borghoff, Dênio Nogueira e Luiz de Morais Barros, todos ligados ao IPES, viajarem periodicamente a São Paulo para discutirem assuntos agrários e solucionarem divergências com representantes de interesses tradicionais. Vide L. VIANA FILHO. *op. cit.* p. 263-64.

75. Vide depoimento do Senador Siegfrido Pacheco. *Jornal do Brasil*, 16 de janeiro de 1977. Na mesma ocasião, indicou Octávio Gouveia de Bulhões como sendo o homem-chave na Siderúrgica Belgo Mineira.

76. Vide Cap. VI e VII deste livro.

77. O engenheiro Mário da Silva Cunha, que havia trabalhado na General Electric, Acesita e Ferro e Aço de Vitória até 1964, foi indicado para o Ministério como "tec-

secreta" e, em 1965, foi também indicado para o Ministério do Planejamento, onde Carlos de Assis Ribeiro, diretor da General Electric, estava também colocado.

Para suceder Paulo Egydio na administração de Costa e Silva, foi indicado o General Edmundo Macedo Soares, diretor da Mercedes Benz, Volkswagen, Banco Mercantil de São Paulo, Light Rio S.A., Mesbla S.A. e Aços Anhanguera S.A. O General Macedo Soares era também presidente do CNI e executivo da CIESP, FIESP e do Forum Roberto Simonsen e havia sido diretor da Siderúrgica Volta Redonda e governador do Estado do Rio de Janeiro.

78. O sucessor do Senador Mem de Sá na presidência de Costa e Silva foi o líder do IPES, Luiz Antônio Gama e Silva. Ele levou consigo para o Ministério da Justiça, como assessores, uma série de elementos pertencentes ao Comando de Caça aos Comunistas — CCC, um Grupo paramilitar que incorporava elementos do MAC e do GAP. Vide Um poder na sombra. *Veja*, 21 de fevereiro de 1979.

Gama e Silva foi substituído durante o governo Médici por Alfredo Buzaid, consultor jurídico do líder do IPES Fuad Lutfalla. O Ministro da Justiça do Presidente Geisel era Armando Falcão que, como seu antecessor Mem de Sá, havia desempenhado um papel importante na estratégia do complexo IPES/IBAD no Congresso e através da mídia contra João Goulart.

79. Os quatro juristas haviam sido recomendados por Mem de Sá. Foram posteriormente substituídos em suas funções por Carlos Medeiros Silva.

Para Procurador da República foi indicado o empresário Oswaldo Trigueiro. Antônio Neder, em cuja casa, em Petrópolis, os oficiais das várias facções das Forças Armadas coordenavam seus trabalhos para conspirar contra J. Goulart, foi indicado Juiz do Supremo Tribunal Federal. O deputado João Mendes, líder da ADP, ocupou posto no Superior Tribunal Militar, juntamente com Eraldo Queiroz, parente do ativista do IPES J. Queiroz, e ex-Procurador da Justiça Militar, com o General Pery Bevilacqua, ex-Comandante do II Exército em São Paulo, e o General Olympio Mourão Filho. O General Golbery, após sua passagem como chefe do SNI, foi indicado para o Tribunal de Contas da União. Álvaro Americano já havia sido indicado para o Tribunal de Contas, tendo também se tornado Secretário da Administração do Estado da Guanabara. Para diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, que funcionava sob a égide do Ministério da Justiça, foi nomeado Rubens D'Almada Horta Porto, membro da equipe CBP dirigida pelo ativista do IPES Paulo de Assis Ribeiro. Outro líder do IPES, o ex-integralista Miguel Reale, tornou-se Secretário da Justiça no Estado-chave de São Paulo.

80. Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva foi diretor da Cia. Fiação e Tecidos Minas Gerais (Aluísio Aragão Villar — Adm. e Empreendimentos Lugona S.A. da Administração e Empreendimentos Lugona S.A.), da Standard Electric (Fernando Machado Portella, International Standard Electric Corp), da I.T.T., da Cia. Ferro Brasileiro (Joseph Hein, Luiz Lodi — Siderúrgica Belgo-Mineira), da Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas — CBUM (Cecil Hime, Mervyn Hime, Francis Hime, Francisco de Paula Pinto), da FIAT-Alfa Romeo, da Hime Comércio e Indústria (Cecil Hime, Mervyn Hime, Francis Hime), da Cia. de Administração e Comércio Rio Grande S.A., da Acompar — Administração, Comércio e Participações S.A./Cia. Brasileira de Participações e Comércio/Carangola Adm. e Com. S.A./Patrol Adm. e Com. S.A./Ribeiro Pinto Adm. e Com. S.A.. Foi também executivo do BNDE antes de 1964.

81. O IPES se lançou em um esforço supremo para estabelecer os princípios de uma nova legislação trabalhista. A fim de dar ao governo a informação básica necessária, ele assumiu a tarefa de reunir informações sobre as leis trabalhistas dos diversos países da América Latina, com a colaboração dos embaixadores brasileiros naqueles países. Carta de Harold Cecil Polland ao embaixador no Uruguai, Manoel Pio Correia. Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1965. Arquivos do IPES. Para uma análise das reformas trabalhistas e uma visão das relações entre o Estado e o Movimento Operário e Sindical depois de 1964, vide Kenneth P. ERICKSON. *The Brazilian corporative state and working-class politics.*

Berkeley, Univ. of California Press, 1977. Cap. 8 e 9.

82. Vide K. ERICKSON, *op. cit.* p. 165-67.

83. IPES CE Rio, 16 de fevereiro de 1966. Vide também Rascunho 192, do Conselho Nacional de Economia — CNE. Rio de Janeiro, 1966. Arquivos do IPES.

Para maiores informações sobre o FGTS, vide o utilíssimo estudo de Alexandre de Souza BARROS e Argelina Maria Cheiub FIGUEIREDO. *The creation of two social programs: the FGTS and the PIS — a Brazilian case study on the dissemination and use of social sciences research for government policy making.* Rio de Janeiro, Development Center of the Organization for Economic Cooperation and Development, 1975. (Trabalho).

84. R. CAMPOS. A geografia louca. *O Estado de São Paulo,* 1 de dezembro de 1971.

85. Vide (a) Carta enviada a Paulo de Assis Ribeiro por Lindolfo Martins Ferreira, membro do conselho e presidente da Comissão Especial do CONSPLAN, 23 de agosto de 1966. Arquivos PAR. (b) Memorando CONSPLAN, agosto de 1966, anexo à carta. Arquivos PAR.

86. O Padre Mello, único líder em quem o IV Exército confiava, recebeu controle de fato do movimento trabalhista rural. Com a ajuda do Exército e da Polícia, ele substituiu a liderança de virtualmente todos os sindicatos rurais. Vide Jan Knippers BLACK. *United States penetration of Brazil.* Manchester, Manchester Univ. Press, 1977. p. 136.

87. Eugene METHVIN. Labor's new weapon for democracy. *Reader's Digest,* s. 1., Oct. 1966. p. 28.

88. Vasco Leitão da Cunha dedicou-se à iniciativa privada como diretor da Standard Electric — ITT, onde ligou-se aos líderes do IPES, Fernando Machado Portela e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva. Vasco Leitão da Cunha também tornou-se diretor do Banco Mercantil de São Paulo, de propriedade do líder ipesiano Gastão Bueno Vidigal. Vários ativistas e colaboradores do IPES e da CONSULTEC ocuparam postos diplomáticos depois de 1964. Entre eles encontravam-se Raymundo Meirelles Padilha, um intelectual católico de direita e filho do parlamentar da rede ADP/ADEP, Raymundo Padilha, enviado para Roma; Luiz de Almeida Nogueira Porto foi para Sofia; Carlos D'Álamo Lousada e Bilac Pinto, parlamentar udenista da ADP, foram enviados para a França, o último como embaixador. Entre os sucessores de Bilac Pinto encontram-se o General Lyra Tavares, Antônio Delfim Netto e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva. Roberto Campos tornou-se embaixador na Grã-Bretanha.

89. (a) *O Estado de São Paulo,* 4 de julho de 1964. (b) *O Estado de São Paulo,* 15 de agosto de 1964. (Editorial). (c) Juracy MAGALHÃES. *Minha experiência diplomática.* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1971; em especial, o seu discurso para a Conferência de Administradores de Empresas na John Hopkins University, EUA, 22 de janeiro de 1965. p. 130-36.

90. *O Estado de São Paulo,* 1 de agosto de 1964, citado em Carlos Estevam MARTINS. Brazil and the United States from the 1960's to the 1970's. In: COTLER, Júlio & FAGEN, Richard ed. *Latin America and the United States: changing political realities.* California, Stanford Univ. Press, 1974. p. 277-78.

91. *Visão,* outubro de 1965, conforme foi citado por Carlos Estevam MARTINS. *id.*

92. Ruy Mauro MARINI. Brazilian subimperialism. *Monthley Review,* Feb. 1972.

93. Vide Juracy MAGALHÃES. *op. cit.* Discurso na Organização dos Estados Americanos, 15 de setembro de 1966. p. 64-8.

94. Inicialmente, Luiz Antônio da Gama e Silva havia sido indicado pela Junta Militar para Ministro da Educação e Cultura, acumulando essa função com a de Ministro da Justiça. Com Castello Branco na presidência, Gama e Silva foi substituído por Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da Universidade do Paraná e parente de Manoel de Linhares de Lacerda, o ativista do IPES do estado-maior civil-militar do Paraná. F. Suplicy de Lacerda logo foi substituído pelo político udenista da ADP e empresário Pedro Aleixo, após um período provisório em que o colaborador do IPES, Raymundo Moniz de Aragão, ocupou o posto como

ministro interino. Pedro Aleixo, líder da UDN em Minas Gerais e ligado ao complexo de mídia de Assis Chateaubriand, finalmente deixou o posto de Ministro da Educação para se tornar o vice-presidente do General Costa e Silva. Raymundo Moniz de Aragão assumiu o posto pelo resto da administração. O empresário e político da ADP Tarso Dutra foi indicado Ministro da Educação no governo de Costa e Silva, sendo sucedido por Jarbas Passarinho que, por sua vez, foi substituído por Nei Braga. Na administração de João Baptista Figueiredo, Eduardo Portela, editor dos *Cadernos Brasileiros*, tornou-se Ministro da Educação.

95. Diretrizes para a mudança da política educacional também foram fixadas pelo presidente Castello Branco em meados de 1964, quando comunicou aos Secretários de Educação de todos os Estados da federação que a meta do governo seria "reestabelecer a ordem e a tranqüilidade entre os estudantes, trabalhadores e militares". (a) *O Estado de São Paulo*, 10 de junho de 1964. (b) Bárbara FREITAG. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo, EDART São Paulo Livraria e Editora, 1977. p. 67-71. Para B. Freitag, a nova legislação educacional tencionava, de fato, criar instrumentos de controle sobre os estudantes e trabalhadores.

Em 1965, uma comissão de cinco especialistas americanos e dois brasileiros, constituída dentro dos moldes do Acordo MEC-USAID, elaborou um relatório aprofundado sobre política educacional. Esse relatório inspirou a Lei da Reforma Universitária de 1968, de longo alcance, produzida por uma força-tarefa de dez membros, que consolidou os aspectos tecnocráticos da educação superior. A. J. POERNER. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1968.

96. A equipe também incluía Raymundo Moniz de Aragão, Carlos Pascoali, Cândido Paim, Joaquim Faria, Goes Filho e Pery Porto.

Em novembro de 1964, a seguinte equipe de ativistas e colaboradores do IPES havia sido reunida para discutir os problemas da reforma educacional: Augusto Frederico Schmidt, o General Edmundo Macedo Soares e Silva, Jayme Abreu, José Arthur Rios, Lucas Lopes, o Padre Laércio Dias Moura, Mário Henrique Simonsen, Paulo de Assis Ribeiro, Raymundo Moniz de Aragão, Wanderbilt Duarte de Barros, Antônio Couceiro, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Belarmino Austregésilo de Athayde, Carlos Chagas Filho, Jorge Kafuri, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Carlos Otávio Flexa Ribeiro (diretor da Promotora de Educação S.A.), Luis Cintra do Prado (diretor da Luferreira S.A. Comercial, Agrícola e Administradora) e Suzana Gonçalves. IPES *Boletim Mensal* n. 26/27, set./out. 1964, Rio de Janeiro.

O IPES finalmente apresentaria seus pontos de vista em uma publicação chamada *A Educação que nos convém*. As idéias contidas no estudo foram apresentadas como representantes da "tomada de posição em um certo momento histórico por setores empresariais estratégicos e pela intelectualidade orgânica brasileira" (sic). *A educação que nos convém*. IPES, Rio de Janeiro, APEC Editora, 1969.

Mauro Ribeiro Viegas, outro associado do IPES, tornou-se membro da Diretoria Superior do MEC e membro da Comissão de Planejamento de Formação de Arquitetos.

97. A respeito da funcionalidade da reforma educacional para as grandes corporações, em geral, e para as empresas multinacionais, em particular, vide (a) Luiz Antônio Rodrigues da CUNHA. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975. (b) B. FREITAG. *op. cit.* p. 95-7.

98. B. FREITAG. *op. cit.* p. 67-82, 92-3, 98-9, 120-21.

99. (a)Thomas G. SAUNDERS. *The Paulo Freire method: literacy training and conscientização*. EUA, American Univ. Field Staff. junho, 1968. (West Coast South America Series. v. 15.) p. 14. (b) Philippe C. SCHMITTER. The "portugalization" of Brazil? In: STEPAN, Alfred ed. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven, Yale Univ. Press, 1973. p 215-19.

100. (a) Gilberta Martino JANNUZZI. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979. Cap. 4, especialmente p. 78-9. (b) B. FREI-

TAG. *op. cit.* p. 83-9. (c) *Soletre MOBRAL e leia Brasil: sete anos de luta pela alfabetização.* Rio de Janeiro, Guavira Editores. Relatório do MOBRAL 1977, Ministério da Educação e Cultura.

101. P. SCHMITTER. *Interests conflict and political change in Brazil.* Stanford, Stanford Univ. Press, 1971. p. 418.

Depois do golpe foi estabelecida em São Paulo uma unidade da OPUS DEI e em 1966 havia três centros universitários funcionando. *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1966. Conforme afirmou Glycon de Paiva, "fazer uma revolução é uma coisa, mas sustentá-la é outra. O perigo agora é que, nós, que iniciamos essa revolta, poderíamos relaxar". Para evitar esse perigo, o IPES continuou a patrocinar cursos e treinar ativistas, especialmente das classes médias e dos sindicatos, continuando também a doutrinação dos próprios empresários. Vide Clarence S. HALL. The country that saved itself. *Reader's Digest*, EUA. nov. 1964. p. 158. (Reportagem especial).

Com a aprovação das autoridades federais brasileiras, Jean Mckee e Arthur Renander, pesquisadores de opinião pública e cientistas políticos de Nova York, fizeram conferências sobre pesquisa de opinião pública e a participação dos cidadãos na política no Centro Industrial do Rio de Janeiro, na Secretaria de Opinião Pública da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no Centro de Engenheiros Democráticos em São Paulo e na Liga da Mulher Democrática, em Belo Horizonte. O Council for Latin America organizou, supervisionou e pagou a viagem dos conferencistas. A finalidade dessa viagem era "ajudar os brasileiros a ampliar a base de sua democracia". Apoiou-se um programa de bolsas de estudo para o segundo grau para os filhos de membros da Federação de Trabalhadores Cristãos no Rio. O comitê de seleção era formado por trabalhadores, empregadores e membros da CAMDE. O objetivo dessa atividade era "prestigiar os membros de sindicatos democratas e melhorar a compreensão entre os trabalhadores, a direção das empresas e as mulheres de mentalidade cívica".

Também foram tomadas providências junto à American Society no Rio, para uma doação em prol da construção de um centro comunitário para educação vocacional e cívica na Favela da Rocinha, a maior do Rio. A finalidade desse gesto era "demonstrar o apoio da empresa americana à classe média do futuro". Vide Relatório do Council for Latin America, Reunião de Chicago, 8 de outubro de 1965.

102. Flexa Ribeiro, correligionário político de Carlos Lacerda, que havia colaborado com o IPES, tornou-se Secretário da Educação do politicamente problemático Estado da Guanabara, onde a UNE tivera sua sede. Flexa Ribeiro viria a se tornar presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

103. Eram membros do grupo de trabalho: Manoel José Ferreira, Ernâni Braga, Walter Ribeiro Sánchez, Eduardo Secades e Carlos Leopoldo Philipowski.

Imediatamente após o golpe de 1964, Arnaldo Sussekind, Ministro do Trabalho, foi nomeado Ministro da Saúde. Durante a presidência de Castello Branco, foi substituído pelo político da ADP, Raymundo de Brito. Seu sucessor Leonel Tavares Miranda era um dos principais acionistas do Banco Mercantil de São Paulo, de propriedade do líder do IPES, Gastão Bueno Vidigal, e do Banco Econômico do Rio de Janeiro, cujo presidente era Marcos Rabello, da Construtora Rabello, contribuinte do IPES. L. Miranda era também proprietário de uma das maiores clínicas do país, o Hospital e Casa de Saúde Dr. Eiras que, por volta de 1969, era a 211.ª sociedade anônima, segundo a FGV. Vide *Conjuntura Econômica*, v. 24, n. 9, 1970.

104. (a) Unírio MACHADO. *A indústria farmacêutica no Brasil: desnacionalização, preço, similares, fraudes.* Rio de Janeiro, s. ed. 1963. (b) *CPI sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica no Brasil — 1961.* Arquivos do IPES. Mimeografado. (c) L. VIANA FILHO. *op. cit.* p. 426-427. (d) Moniz BANDEIRA. *Cartéis e desnacionalização.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Cap. 3.

105. BANAS. Investimento para o Brasil. São Paulo, 1966. p. 137-43.

106. Ernâni Mazza Wetternick tornou-se Diretor de Planejamento do Departamento Nacional de Estradas de Ferro — DNEF. O

General Ramiro Gorreta Jr., do estado-maior civil-militar de São Paulo, foi indicado diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; João Soares do Amaral Netto tornou-se diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para a qual o Coronel Walfrido de Carvalho foi indicado posteriormente.

107. Para a Comissão da Marinha Mercante foram o Comandante Francisco Frota, o Comandante José Cruz Santos e o Almirante Aniceto Cruz Santos, tornando-se o seu presidente o Almirante Saldanha da Gama. O Comandante Frota era sócio da Frota Oceânica Brasileira (Delta Line, New Orleans) como também era Leônidas Castelo, que se tornou presidente do Lloyd Brasileiro, a companhia estatal de navegação. O Almirante Aniceto Cruz Santos, membro da CONSULTEC, era diretor da Ishikawajima, o consórcio japonês de navegação, e diretor da Ishibras. José Cruz Santos era membro da CONSULTEC. O Almirante Saldanha da Gama era diretor da Verolme Estaleiros, contribuinte do IPES. João Eduardo Magalhães Motta, associado do IPES, foi indicado para o Lloyd em 1972. Vide Maurício BACELAR. Transportes marítimos, p. 227-32. José Cruz Santos. A cabotagem, p. 233-42. Walter LORCH. Transportes em 1965, p. 243-52. José Gonçalves PONTES. Situação dos portos brasileiros, p. 253-60, compilados em Estudos Econômicos Brasileiros. *Seleções APEC*. Rio de Janeiro, 1965, n. 1.

108. Para a DOCENAVE, a companhia de navegação da Cia. Vale do Rio Doce, de propriedade do Estado, foi Oscar de Oliveira. A direção geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis foi confiada a Fernando Viriato Miranda Carvalho, enquanto o Almirante Leôncio Martins tornou-se diretor da Companhia Brasileira de Dragagem.

109. O tecno-empresário Aldo Franco foi nomeado presidente. Para superintendente da EMBRAER foi designado Luiz Cássio Santos Werneck, e como diretores, os empresários e tecno-empresários Vitório Ferraz, José Luiz de Almeida Bello, da COTEC — Consultoria Técnica S.A. (que se tornou secretário e executivo do Conselho de Desenvolvimento Industrial, um órgão-chave do governo para a formulação de diretrizes, no final da década de sessenta) e Antônio Augusto Reis Velloso (APEC). O empresário Luiz R. Rossi, mais tarde, recebeu a indicação para ser o diretor da Viação Aérea São Paulo — VASP. A VARIG permaneceu sob a direção do colaborador do IPES, Rubem Berta, até a sua morte. Luiz Rossi também tornou-se posteriormente diretor do metrô de S. Paulo.

110. Além de ser membro da CONSULTEC, M. Thibau foi diretor da SELTEC (Sanders & Porter), USIMINAS, Vidraria Indústrias Figueiras Oliveira S.A. — VIFOSA (Cie. Saint Gobain) e mais tarde da Petroquímica União. Como assessor do Ministério, foi nomeado Antônio Carlos Ferreira de Queiroz, economista que fazia parte do Grupo de Estudo e Doutrina do IPES-Rio.

111. (a) L. VIANA FILHO, *op. cit.* p. 160. (b) Resolução N.° 5/65 do Conselho Nacional do Petróleo. Brasil, 1965. Arquivos do IPES. (c) M. BANDEIRA. *Cartéis...* *op. cit.* Cap. 11. Para o GEIQUIM — Grupo Executivo da Indústria Química foram: Paulo Ribeiro, Juvenal Osório Gomes, Paulo Bellotti e Francisco Mello Franco.

Paulo Figueiredo foi diretor da Union Carbide do Brasil e Kurt Politzer, da Guanabara Química Industrial S.A. e das Indústrias Químicas Taubaté S.A.. Ivo de Souza Ribeiro e José Batista Pereira foram diretores da Petrobrás.

112. A Hanna Mining Co. achou interessante associar-se à CAEMI, empresa pertencente à ICOMI, de propriedade do líder do IPES, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, associado à Bethlehem Steel. Dessa união nasceu a gigantesca Minerações Brasileiras Reunidas — MBR. Deixaram de existir as campanhas nacionalistas contra a Hanna e a MBR passou a controlar uma *parcela substancial do mercado* de mineração. Vide L. VIANA FILHO, *op. cit.* p. 170. Para uma visão pormenorizada das ligações da MBR, vide Jean BARNET. *Guia Interinvest 1973: o Brasil e o capital estrangeiro*. Rio de Janeiro, Interinvest, 1973. p. 154, 160, 477. (Pesquisa).

113. IPES CD, 7 de julho de 1964, J. R. Moraes Jardim.

114. Em julho de 1964, depois que Mário Henrique Simonsen e José Luiz Bulhões Pedreira, cujo auxílio fora solicitado por Roberto Campos, haviam terminado a minuta sobre o Banco Nacional de Habitação e o plano habitacional, foi apresentado ao Congresso o projeto que criou o BNH, a SERFHAU e o Plano Nacional de Habitação. Acentuando a importância inerente ao programa habitacional, o próprio Paulo de Assis Ribeiro se tornou responsável pela defesa da Reforma Habitacional no Congresso. Vide G. André FIECHTER. *op. cit.* p. 60.

115. Sandra Cavalcanti havia sido Secretária do Serviço Social na administração de Carlos Lacerda (posto depois ocupado por José Arthur Rios) e estivera envolvida na experiência da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara — COHAB. Durante sua gestão como Presidente do BNH, sua equipe de jovens assessores se parecia muito com uma rede de favoritismo, porque seus auxiliares eram o advogado Carlos Eduardo Paladini Cardoso, filho do membro da ADP e líder da UDN Adauto Cardoso, Dr. Sussekind, primo do Ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind, Dr. Bulhões, sobrinho de Octávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda, Dr. Jorge Tedesco, genro do Ministro da Saúde, Raymundo de Brito, o advogado João Cláudio Dantas Campos, filho do Ministro da Justiça Milton Campos, e Henrique Capper Alves de Souza, sócio da CONSULTEC.

A tendência de nomear empresários ligados ao IPES para postos-chave continuou com o presidente Geisel. O líder do IPES Gilberto Waack Bueno foi designado diretor da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo — CONESP, enquanto Mauro Ribeiro Viegas foi feito diretor da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara — COHAB.

116. Vide (a) Harry J. COLE. Uma política de desenvolvimento urbano. Estudos econômicos brasileiros. *Seleções APEC*. Rio de Janeiro, APEC, 1966. p. 38-43. (b) BANAS. Investimento para o Brasil... *op. cit.* p. 120-23. (c) G. A. FIECHTER. *op. cit.* p. 60.

117. O líder do IPES, Oscar de Oliveira, acumulou diversos cargos de comando das siderúrgicas estatais e mistas. Era presidente da Cia. Vale do Rio Doce, uma *joint venture* responsável pela extração e transporte de minério de ferro de Minas Gerais. Oscar de Oliveira foi seguido pelo General da ESG José Sinval Monteiro Lundenberg e por José Hugo de Carvalho, também diretor da Florestas Rio Doce. Oscar de Oliveira tornou-se ainda presidente da Cia. Siderúrgica Vatu e diretor da Cia. de Ferro e Aço de Vitória, juntamente com o empresário Barão Vollrat von Watzdorf. Este também era diretor da Intergráfica S.A. Máquinas Impressoras e da Ferrostaal do Brasil. Amaro Lanari, contribuinte do IPES e sócio de Lucas Lopes, diretor geral da Hanna Mining, foi nomeado presidente da USIMINAS. Tinham participação na USIMINAS a Nippon Kabushiki Kaisha, a Yamata Iron and Steel Co., a Fuji Iron and Steel Co. e a Ishikawajima. Iberê Gilson foi indicado presidente da Cia. Siderúrgica Paulista — COSIPA, enquanto os industriais e banqueiros, Luiz Dumont Villares, Francisco de Paula Vicente Azevedo, Plínio Reis Cantanhede e Hélio Cásrio Muniz de Souza foram nomeados diretores. (Cantanhede foi também designado diretor da Cia. Siderúrgica Nacional). Mais tarde, o empresário Oscar Augusto de Camargo também tornou-se diretor da COSIPA. O Tenente-coronel Antônio Machado Dória, diretor comercial da CONSUL e ex-diretor da Siderúrgica Volta Redonda, da ACESITA e da Companhia Siderúrgica Nacional, foi indicado para a diretoria da Usina Siderúrgica da Bahia — USIBA. Foi também nomeado chefe do Departamento de Promoção e Vendas da National Steel Corporation. Os empresários Fernando Machado Portela, Hélio Beltrão, Edmundo Falcão da Silva e Fábio Garcia Bastos foram nomeados diretores da COSIGUA, da qual o Brigadeiro Antônio Guedes Muniz tornou-se presidente. O Brigadeiro Guedes Muniz também tornou-se presidente da Cia. Siderúrgica Nacional. José Ermírio de Moraes foi designado membro do seu Conselho Consultivo, enquanto João de Castro Moreira foi indicado para diretor financeiro. O General Cordeiro de Farias, depois de sua gestão como Ministro da Coordenação Regional, tornou-se diretor da Aços Especiais Itabira — ACESITA.

118. O Marechal Ademar de Queiroz permaneceu como Presidente da Petrobrás, para a qual havia sido indicado pela Junta Militar, e Sílvio de Froes Abreu e o empresário Manoel da Costa Santos (da A.S.E.A. e ARNO S.A.) foram mais tarde nomeados conselheiros. Após sua gestão na Petrobrás, o Marechal Queiroz assumiu atividades na iniciativa privada, dirigindo a Bakol S.A. (Cevekol S.A.), juntamente com Ralph Rosenberg, o maior acionista individual da Petrobrás. Para o Conselho Nacional do Petróleo foi indicado Plínio Reis Cantanhede. O diretor do Instituto Brasileiro do Petróleo era o empresário José Marques. Jorge Pereira de Brito Duprat foi designado para a Companhia Nacional de Álcalis.

O General Geisel tornou-se Presidente da Petrobrás no governo do General Médici e levou consigo vários colaboradores, quais sejam, o Capitão Heitor de Aquino Ferreira, o Coronel Gustavo Moraes Rego, Humberto Barreto e Shigeaki Ueki, diretor da Indústria de Lâmpadas Sadokin S.A. e ligado a Ralph Rosenberg. Os três primeiros participaram posteriormente da equipe do General Geisel no Largo da Misericórdia, o local de reunião no Rio de Janeiro e sede da equipe do grupo IPES/ESG encarregada de planejar e implementar a estratégia em 1974. Shigeaki Ueki tornou-se Ministro das Minas e Energia no governo Geisel e Presidente da Petrobrás no governo do General João Baptista Figueiredo.

119. Ruy de Castro Magalhães foi designado Presidente da CEMIG. John Cotrim era diretor da Centrais Elétricas de Furnas. Ele também participou dos entendimentos a nível governamental com as autoridades do Paraguai, preparando o terreno para a criação de uma *joint venture*, objetivando o uso de energia hidroelétrica a ser obtida das quedas do Rio Paraná, através da construção de uma represa gigantesca. A eletricidade gerada pela Represa de Itaipu abasteceria a área de São Paulo e o sul do Brasil. A Represa de Itaipu seria construída por uma companhia binacional dirigida pelo Coronel da reserva Costa Cavalcanti, que se tornou Ministro das Minas e Energia e do Interior nos governos do General Costa e Silva e do General Médici. Lucas Nogueira Garcez foi nomeado diretor da Centrais Elétricas de São Paulo. Apolônio Salles, presidente do Banco América do Sul S.A. e diretor da Cia. Eletricidade Cariri — CELCA, tornou-se Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco — CHESF.

120. Sobre o *background* do "caso AMFORP", vide (a) Moniz BANDEIRA. *Presença*... *op. cit.* p. 423-34. (b) Moniz BANDEIRA. *O governo*... *op. cit.* p. 49-53. (c) Aerograma n. 710 da Embaixada Americana no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado. (d) Ata das conversas entre o presidente João Goulart e o Procurador Geral Robert Kennedy a 17 de dezembro de 1962, datado 19 de dezembro de 1962. Departamento de Estado NLK 76-93. Perdeu o sigilo. (e) Telegrama de Ralph Dungan, assistente especial do Presidente Kennedy, para Harold S. Geneen, presidente da ITT, 3 de março de 1962. (f) Memorando para o Sr. McGeorge Bundy, de L. D. Battle, secretário executivo do Departamento de Estado, em resposta ao telegrama ao presidente, relativo à desapropriação de bens da ITT no Brasil, 28 de fevereiro de 1962, anexando o telegrama de Geneen, de 17 de fevereiro de 1962, ao Presidente Kennedy, a resposta do secretário Rusk, de 22 de fevereiro de 1962, ao telegrama de Geneen, de 17 de fevereiro de 1962, ao secretário Rusk e os telegramas da Embaixada no Rio de Janeiro, de 23 a 25 de fevereiro de 1962. (g) Telegrama do Departamento de Estado ao Embaixador L. Gordon, Rio de Janeiro, 7 de março de 1962, n. 2454. Todos esses documentos encontram-se nos Arquivos JFK, National Security Files, Boston, Mass.

121. João CALMON. *O livro negro da invasão branca.* Rio de Janeiro, o Cruzeiro, 1966, especialmente p. 37-8.

Sobre os negócios possuídos pela Light S.A./BRASCAN de A. Gallotti, vide Marcos ARRUDA et alii. *Multinationals and Brazil: the impact of multinational corporations in contemporary Brazil.* Toronto, LARU, 1975. p. 91-129.

122. Vide carta de Paulo Ayres Filho, de 5 de agosto de 1965, para "Prezado Niso" e telegramas anexos de Paulo Ayres Filho e Antônio Gallotti (em nome do presidente da GLASSCO) para Roberto Campos, fazendo *lobbying* em favor da nacionalização

e privatização e contra a encampação da CTB pelo Estado. Arquivo Luiz Viana Filho, Rio de Janeiro.

123. Uma das reformas introduzidas pela administração de Castello Branco, mas implementada somente no governo do General Costa e Silva, foi a criação de um novo ministério, para supervisionar as diversas atividades e órgãos na área de comunicações. O primeiro Ministro das Comunicações foi Carlos Furtado Simas, ex-diretor da Companhia Telefônica da Bahia e associado a Juracy Magalhães, diretor da Ericsson do Brasil. O General Juracy Magalhães também foi diretor das seguintes corporações:

General Luiz Cabral de Menezes — Ericsson do Brasil (Enskilda Bank), DELTEC S/A Inv. Cred. Fin. (Chase Manhattan Bank), SANBRA (Bunge & Born), W. R. Grace; Antônio Gallotti — São Paulo Light S.A., Rio Light S.A., Cia. Com. de Desenvolvimento (DELTEC), Monteiro Aranha Engenharia, Comércio e Indústria Cia. Industrial São Paulo e Rio CISPER (Casper-Owen Illinois), Etileno de Aratu S.A., Metalúrgica Matarazzo S.A., Miranda Estância S.A. Agropecuária.

Antes de 1954, o General Juracy Magalhães havia sido ligado à (CVRD) e à Petrobrás. Foi também Adido Militar nos Estados Unidos de 1953 a 1954. Tornou-se Governador do Estado da Bahia no final da década de cinqüenta. Depois de 1964, participou do Fundo Crescinco como diretor. C. Simas também fora ligado ao IPES. O Comandante Euclides Quandt de Oliveira sucedeu C. Simas como Ministro das Comunicações, mantendo seu posto até o final da gestão do presidente Geisel. Nessa ocasião, ele já havia sido, durante anos, diretor da Siemens do Brasil, que era presidida pelo Embaixador Manoel Pio Correia, ex-secretário geral do Itamaraty na época de Juracy Magalhães.

124. As noções sobre a estrutura neocorporativista de articulação de interesses baseia-se em: (a) Guillermo O'DONNEL. Corporatism and the question of the state. In: MALLOY, James M. *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh, Univ. of Pittsburgh Press, 1977. (b) Guillermo O'DONNEL. *Apuntes para una teoria del estado*. Buenos Aires, nov. 1977. (Documento CEDES/CLASSO n. 9). Mimeografado. (c) Philippe C. SCHMITTER. The "portugalization" of Brazil? In: STEPAN, Alfred ed. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven, Yale Univ. Press, 1973. p. 179-232. (d) Fernando Henrique CARDOSO. *La cuestión del estado en Brasil*. 1974. Mimeografado.

125. IPES CO Rio, 19 de dezembro de 1966, Hélio Gomide.

126. IPES CD Rio, 28 de abril de 1964.

127. A lista completa e extensa dos conferencistas e participantes da administração e do setor empresarial, bem como dos temas que discutiam, das questões levantadas e das respostas dadas encontram-se nos Arquivos do IPES, Rio de Janeiro. Esse grande volume de informações constitui material excelente para o pesquisador sobre a elaboração de diretrizes econômicas e sociais e tomada de decisão durante esse período.

128. (a) IPES CD, 16 de junho de 1964. (b) IPES CD, 23 de junho de 1964.

129. Uma idéia do conjunto de personalidades, funções políticas e papéis sociais reunidos pelo CAB é fornecida pela lista de participantes do 4.° curso do IPES-Rio em 1965. De um total de 36 participantes, 18 eram empresários: Benjamin Robert Fye (diretor da Comércio e Ind. Stik S.A.), Carlos da Silva (presidente da ENGEFUSA), Celso de Almeida Campos (diretor da Cia. de Laticínios Alberto Boeke S.A.), Éder Accorsi (executivo da S.A. Marvin), Elie Laurencel (diretor da Esso), Francisco Correia Bordale Garcia (executivo da Mesbla S.A.), Geraldo Gayoso Neves (executivo da ENGENFUSA), Gualter Mano (executivo da Nestlé), Homero Luiz Santos (executivo da ICOMI), Israel Hirsh Coslovsky (executivo da ICOMI), Leonardo Musafir (diretor de L. Musafir Arquitetura e Construções), Luiz de Miranda Figueiredo (executivo da Esso), Luís Melane Júnior (executivo da Brafor S.A.), Osmar Gomes da Silva (executivo da Norbrasa), Osvaldo Cezani (executivo do Lloyd Brasileiro), Otto Frensel (presidente da Associação Brasileira de Lacticinistas), Vicente Alves de Carvalho (presidente do Banco Nacional do Espírito Santo), Viní-

cius Costa (executivo da Cia. Casimiras Aurora). Outros participantes eram o empresário Alberto Lélio Moreira, Diógenes Vieira Silva (oficial da ESG), Eduardo de Almeida Martins (sociólogo e Chefe de Divisão do INDA), Epitácio Elliot Martins Medeiros (chefe de Administração de Propriedades da Caixa Econômica), Francisco de Assis Gonçalves (oficial do Exército), Gilberto Conforto (assessor de planejamento da Secretaria de Economia da Guanabara), Hans Alfred Rappel (engenheiro agrônomo do INDA), Jorge de Oliveira Castro (oficial da Marinha Mercante), Nair Sodré Gomes (enfermeira), Jairo Araújo Régis (editor de economia do *Diário Carioca*), Paulo César Xavier Aguiar (inspetor de segurança da Petrobrás), Paulo Emílio da Câmara Ortegal (Brigadeiro da Aeronáutica), Paulo Leite Ribeiro (diretor da Divisão de Planejamento da Comissão de Marinha Mercante), Paulo Roberto Tavares Azevedo (funcionário da emigração), Pedro Jacinto de Mallet Joubim (oficial do Exército), Sônia Lúcia Abud (estudante), Waldir Gonçalves de Carvalho (assistente da Corregedoria de Justiça) e Zenildo Costa de Araújo (advogado).

130. IPES CD, 28 de abril de 1964.

131. Reunião do IPES, 9 de junho de 1964, com Glycon de Paiva, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, o General Heitor Herrera, Jorge Oscar de Mello Flores, JPC, José Duvivier Goulart, o General Liberato e o General Golbery. Nessa reunião foram discutidas diretrizes estratégicas sobre o que eles consideravam ser o conceito adequado de governo para o Brasil, focalizando o aspecto se deveria ser uma república unitária ou federativa. Discutiram também qual seria a conceituação mínima de democracia ("qual é a nossa democracia") e concluíram que um democrata não é aquele que "não admite propriedade privada". Depois, focalizaram a questão da liberdade, problemas de socialização do lucro e a livre iniciativa tanto nacional quanto estrangeira.

132. Guilherme Borghoff, que se tornou Superintendente da SUNAB, pediu ajuda ao executivo do IPES na preparação de um estudo sobre preços, propagandas e diretrizes para levar ao governo, em vista das dificuldades que estava encontrando no novo trabalho. IPES CD, 1 de dezembro de 1964. Antes de Borghoff, foi a vez de Mauro Thibau, Ministro dos Minas e Energia, discutir seus problemas com a liderança do IPES. Reunião do IPES, 9 de setembro de 1964.

133. Carta de Harold C. Polland a Jessé Pinto Freire. Rio de Janeiro, 14 de março de 1966. Tais contatos obviamente não eram difíceis considerando-se a força com que os associados e militantes do complexo IPES/IBAD seguravam as rédeas do governo. Vide (a) carta do Coronel Yeddo Blant ao IPES-Rio. IPESUL, 8 de maio de 1969. (b) Carta de J. F. Caldeira Versiani ao IPES-Rio, 5 de janeiro de 1966. (c) Carta de Hélio Gomide a Glycon de Paiva, 17 de novembro de 1966. Vide Apêndice X.

134. O IPES também exerceu sua influência através da APEC, a agência especializada criada pela CONSULTEC. As publicações da APEC eram distribuídas pelo IPES aos seus associados, a setores selecionados do público e a responsáveis pela formação de opinião. Até 1970 a equipe da APEC viria a organizar e escrever a edição anual da *Revista Econômica do Jornal do Brasil*, bem como a escrever *Panorama Econômico* e os *Cadernos Econômicos* de *O Globo* de 1970 em diante. Frederico Heller continuou encarregado da Seção Econômica de *O Estado de São Paulo*. Os associados do IPES controlavam tanto os postos-chave na Fundação Getúlio Vargas, que era dirigida pelo líder Julian Chacel, quanto as suas publicações-chave, como a *Conjuntura Econômica*. Os centros de dados do governo também ficaram sob a influência dos associados e colaboradores do IPES. Em 1979 Jessé Montello tornou-se presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

135. O significado do seminário estava nos patrocinadores, bem como nos participantes e nas teses discutidas. Essa reunião internacional foi organizada pelo IPES em São Paulo entre 23 e 27 de novembro de 1964, sendo realizada no Forum Roberto Simonsen. Foi patrocinada pela Universidade de São Paulo e co-patrocinada pela Associação Comercial de São Paulo —

ACSP, Associação Nacional de Programação Econômica e Social, Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Bolsa Oficial de Valores, Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo — FARESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo — FCESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, Ordem dos Economistas de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo e Sociedade Rural Brasileira — SRB. As discussões principais giraram em torno de estudos sobre o papel do governo e da empresa privada em países desenvolvidos, o papel do governo e da empresa privada em países em desenvolvimento, a necessidade de uma teoria da forma e dos limites de intervenção do Estado em países em desenvolvimento, os problemas das empresas estatais e de sociedades de economia mista e os obstáculos à empresa privada. A relação da empresa privada com a concorrência externa, bem como a cooperação privada externa também foram discutidas. A participação no Congresso foi limitada a economistas, professores universitários, profissionais liberais, empresários e diretores e representantes de entidades públicas e privadas. Os conferencistas do Congresso foram Antônio Delfim Netto, Eugênio Gudin, Glycon de Paiva, Geraldo Dannemann, José Pinto Antunes, Laerte Almeida de Moraes, Mem de Sá e Roberto Campos, do Brasil. Ettore Lolli (Itália), Ingvar Svennilson (Suécia), Mário R. Micele (Argentina) e Pierre-Bernard Couste (França) foram os convidados internacionais.

Os organizadores foram: Antônio Carlos Pacheco e Silva, Brasílio Machado Netto, David Beatty III, Ernesto Barbosa Tomanik, Fernand Edward Lee, Gastão Eduardo do Bueno Vidigal, Harold Cecil Polland, Humberto Martins, Humberto Reis Costa, João Baptista Leopoldo Figueiredo, José Adolfo da Silva Gordo, José Ulpiano de Almeida Prado, Luiz Antônio da Gama e Silva, Luís Cássio dos Santos Werneck, Luiz Emmanuel Bianchi, Modesto Scagliusi, Paul Albright, Paulo Ayres Filho, Paulo de Almeida Barbosa, Paulo Reis Magalhães, Rafael de Souza Noschese, Sálvio Pacheco de Almeida Prado, Roberto Pinto de Souza e José Roberto Whitaker Penteado. Com exceção de Harold Polland, líder do IPES-Rio, os membros das várias associações setoriais e de classe mencionadas acima faziam parte da liderança do IPES-São Paulo. Relatório do IPES. *O governo e a empresa privada no processo de desenvolvimento.* São Paulo, 23/27 de nov. 1964.

136. (a) Relatório do IPES. *Id.* p. 3. (b) Discurso de Roberto Campos na Federação do Comércio do Estado de São Paulo, 29 de janeiro de 1965.

137. Sobre a desnacionalização, vide (a) Rubem MEDINA. *Desnacionalização: crime contra o Brasil?* Rio de Janeiro. Ed. Saga. 1970. (b) Osny Duarte PEREIRA. *Multinacionais no Brasil: aspectos sociais e políticos.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. (c) Fernando Henrique CARDOSO. As tradições do desenvolvimento associado. *Estudos CEBRAP.* São Paulo, (8):41-76, CEBRAP. Abr./Jun. 1974. (d) Fernando GASPARIAN. *op. cit.* (e) Peter EVANS. *op. cit.* (f) *Guia Interinvest. op. cit.* (g) Sílvio HECK. *op. cit.*

138. O diretor do CURSEF era o Coronel Luiz Victor D'Arinos Silva, e Pierre Louis Laporte, da França, foi designado diretor de ensino. O corpo docente era formado por: Américo Cury, Antônio Veiga de Freitas, Agrícola de Souza Bethlem, Aurélio Chaves, Bellini Cunha, Carlos Henrique Froes, Clertan Arantes, Condorcet Pereira de Rezende, Fernando Strachmann, Henrique Flanzer, Herculano Borges da Fonseca, Gary S. Schieneman, Gustavo Watsted, Ian Benedict, Isaac Sirostky, Isaac Kerstenetsky, J. Brito Alves, James de Souza, João Batista de Athayde, João Eduardo Magalhães Motta, Joseph A. Caltagirone, Luiz Zottmann, Lywall Salles, Natalino Agostinho Pereira de Souza, Og Francisco Leme, Oliveira Penna, Orlandy Rubem Corrêa, Ricardo César Pereira Lira, Ruy Flaks Schneider, Victor da Silva Alves Filho, Victor H. Russomano, Waldyr Santos e William Barcellos. Vide Relatório de Atividades. IPES GB, 1968, Introdução. Arquivos do IPES, Rio de Janeiro.

139. IPES CO Rio, 12 de dezembro de 1966, General Montagna e Almirante Martins.

O IPES mantinha seu próprio Grupo de Educação, que recebia apoio do Ministério de Educação e Cultura, através de seu programa do Departamento Industrial. Em 1967, o IPES realizou 28 cursos, com um total de 841 participantes. Desses participantes, 65% eram estudantes universitários. O IPES também ministrava o PERT — Curso de Análise de Custo de Projetos, para empresas privadas. Em 1967 houve 200 participantes, na maioria profissionais liberais e estudantes universitários. *Relatório de Atividades do IPES — 1967*. p. 15-7. Arquivos do IPES. Rio de Janeiro.

140. *Jornal do Brasil*, 19 de maio de 1966.

141. IPES CD, 3 de novembro de 1964, Hélio Gomide.

142. IPES CD, 26 de maio de 1964.

Quando Philip Siekman publicou seu artigo sobre o papel dos empresários na derrubada do governo de Goulart, a liderança do IPES-Rio considerou-o "uma questão muito séria" e "prejudicial ao IPES e a alguns de seus membros" e enviou um telegrama ao IPES-São Paulo onde enfatizava que "fomos desagradavelmente surpreendidos [pelo] artigo [da] *Fortune* sobre [a] Revolução, comprometedoramente comentado pela *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*". Telegrama para João Baptista Leopoldo Figueiredo, de Harold C. Polland (IPES CD, 21 de setembro de 1964). Vide também Philip SIEKMAN. When executives turned revolutionaries — A story hitherto untold: how São Paulo businessmen conspired to overthrow Brazil's communist-infested government. *Fortune*, EUA, (3):147-49, 210-21, 1964.

143. (a) IPES CD, 21 de julho de 1964. (b) IPES CD, 1 de dezembro de 1964.

144. IPES CD, 3 de novembro de 1964.

145. A delegação era composta de Harold Polland, José Luiz Bulhões Pedreira, Luiz Dumont Villares, João Reginaldo Cotrim, Paulo Ayres Filho e Israel Klabin. Brasil-EUA: encontro de empresários. *Boletim do IPES*, abril/maio, 1964. p. 24-5.

Imediatamente após o golpe, a comunidade empresarial demonstrou sua solidariedade, oferecendo ao novo governo um empréstimo de um bilhão de dólares. *New York Herald Tribune*, April 11, 1964.

146. Entre as pessoas contactadas pelos líderes do IPES encontravam-se: Hubert Aldrich (vice-presidente do Chemical Bank New York Trust Co.), Richard Aldrich (vice-presidente da International Basic Economy Corp.), William Barlow (presidente da Vision Inc.), Henry Borden (presidente da Light and Power Co.), John W. Buford (vice-presidente da Hanna Mining Company), Norman Carignan (vice-presidente do Latin American Group, W. R. Grace Co.), Sam Carpenter (diretor do Departamento Internacional de E. I. du Pont de Nemours Co.), Robert Christopher (editor chefe da Newsweek Magazine International), John T. Connor (presidente de Merck & Co.), Harry Canover (assistente executivo do presidente do CICYP), Alphonse de Rosso (coordenador latino-americano da Standard Oil Co.), Richard Fenton (presidente da Pfizer International), Leo Fernandes (vice-presidente da Merck & Co.), James R. Greene (vice-presidente da Manufacturers Hanover Trust Co.), Francis Grimes (vice-presidente do Chase Manhattan Bank), Clarence Hall (editor chefe da Reader's Digest Association), Philip Holmann (presidente da Johnson & Johnson International), Edgar Kaiser (presidente da Kaiser Industries), Donald Kendall (presidente da Pepsi-Cola Co.), Francis Mason (vice-presidente do Chase Manhattan Bank), S. Maurice McAshan Jr. (presidente da Anderson Clayton — ACCO), McCullough (presidente da General Electric do Brasil), Georges Moore (presidente do First National City Bank) e David Rockefeller.

147. Em setembro de 1964, em uma reunião da liderança do IPES da qual Mário H. Simonsen participou, foram considerados os recursos materiais e humanos à sua disposição para os estudos a serem desenvolvidos em acordo com o CED. Paulo de Assis Ribeiro e Mário Henrique Simonsen foram designados diretores do programa. IPES CD, 8 de setembro de 1964. Um dos resultados dessas reuniões foi a decisão de se fazer um estudo sobre a Inflação no Brasil, entregue a Simonsen. Foi ainda decidido que Paulo de Assis Ribeiro e M. H. Simonsen deveriam estudar os fatores positivos e negativos nos vários ciclos histó-

ricos da economia brasileira. IPES CD, 16 de setembro de 1964.

148. Leocádio Almeida Antunes foi indicado para a ALALC, como também Jayme Magrassi de Sá após sua gestão como presidente do BNDE.

Em agosto de 1964, Gilbert Huber Jr. fez um relato sobre os seus entendimentos nos Estados Unidos com Alfred C. Neal, do CED. Naquela ocasião, a agenda de uma futura discussão entre o IPES, a Fundação Ford e os membros do CED estava preparada. Os objetivos prioritários visavam a eliminar os obstáculos impostos ao comércio interno entre países latino-americanos. Para tornar essa proposta operacional, duas metas foram discutidas: a pesquisa do comércio potencial dentro da América do Sul, até mesmo a ponto de complementar as economias dos diversos países, e o desenvolvimento de ligações rodoviárias entre os vários sistemas nacionais de transporte dos países sul-americanos, vistas como um incentivo-chave ao comércio e ao turismo. O IPES também estava por trás da projeção do CICYP, Conselho Interamericano de Comércio e Produção, que operava como congênere do Instituto e ao qual as empresas que formavam o CED, e mais tarde o CLA, pertenciam, inclusive os interesses mencionados acima.

É interessante observar que, depois de sua gestão como Ministro do Planejamento, Roberto Campos foi designado para o CICYP. O General Pedro de Almeida tornou-se secretário do CICYP em 1968. Além disso, seria com os diretores do CED A. A. Neal e Frank Brandenburg que os executivos do IPES Harold Polland e Gilbert Huber Jr. viriam a discutir sobre como "eliminar os obstáculos colocados frente ao comércio interno entre os países sul-americanos". (a) IPES CE, 21 de agosto de 1964. (b) IPES CD, 21 de agosto de 1964. (c) IPES CD, 18 de agosto de 1964. (d) Ata do IPES, 24 de agosto de 1964. Vide também Apêndice Y.

149. Em outubro de 1964, Gilbert Huber Jr. fez um relatório de outra viagem e seus contatos nos Estados Unidos. Propôs uma solução ao problema de relações a nível governamental entre Brasil e Estados Unidos. Em termos geoeconômicos, G. Huber Jr. sugeriu um grupo de homens para tratar do assunto nos Estados Unidos com os 15 assessores do Presidente Johnson. G. Huber Jr. enfatizou ser de bom alvitre a escolha de "um homem que seja o emissário pessoal" do Presidente Castello Branco junto ao Presidente Johnson. Um indivíduo cuja presença nessa missão era considerada essencial era Albert Byngton. Como resultado da reunião, decidiu-se que o IPES concentraria seus esforços na preparação da equipe de assessores a fim de "abordar o problema com o governo". IPES CD, 6 de outubro de 1964. Vide também Apêndice Y.

150. Luiz VIANA Filho, *op. cit.* p. 132-33.

151. Carta de Alfred C. Neal, do CED, ao General Gomes de Abreu, Secretário do IPES, 22 de agosto de 1966.

152. Entre essas conferências, destacou-se uma sobre "Planejamento e Projetos de Interesse Nacional", preparada pela Fundação Delmiro Gouveia, uma instituição que, apesar de ter o nome do famoso empresário nacionalista que foi assassinado, colaborou com o IPES. O General Olympio Sá Tavares, o Coronel Newton Cipriano Leitão, que se tornou chefe de gabinete do General Golbery (do Ministério da Fazenda, onde funcionava a agência Rio do SNI), e o General João Bina Machado, Comandante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército — ECEME, foram convidados. Vide (a) Carta do General Octávio Gomes de Abreu ao General Olympio Sá Tavares, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1966. IPES 66/0228. (b) Cartas ao Coronel Cipriano Leitão e ao General Bina Machado, com a mesma data. Arquivos do IPES, Rio de Janeiro.

O IPES também colaborou com a Fundação Coimbra Bueno, dirigida pelo General Humberto Peregrino, nos trabalhos preliminares visando a criação de um Sistema Interamericano de Segurança Civil como cão de guarda do desenvolvimento político e sócio-econômico no resto da América Latina. O General Heitor Herrera foi designado pelo IPES para participar da equipe de trabalho correspondente. Carta de Harold C. Polland ao General

Humberto Peregrino. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1966. IPES 66/0104. Arquivos do IPES. Rio de Janeiro.

153. O complexo militar-industrial tem um significado duplo. Envolve tanto a associação de empresários, oficiais e instituições das Forças Armadas para a produção de equipamento militar e outros empreendimentos, como também o grande e crescente número de oficiais em cargos executivos de empresas privadas. Para maior clareza, o primeiro caso deve ser referido como complexo militar-industrial e o segundo caso como complexo empresarial-militar.

Em maio de 1968, um período crítico no Brasil, de inquietação social e política, Rui Gomes de Almeida organizou uma reunião de empresários na qual J. A. Leite Barbosa leu o "Manifesto do Complexo Militar-Industrial" atacando estudantes, a Igreja e outros elementos "subversivos" e apelando para a ação conjunta de militares e empresários para salvar o país. Pelo final do ano, o Congresso havia sido fechado, alguns dos políticos mais influentes tiveram seus mandatos e direitos políticos suspensos, estudantes, trabalhadores e intelectuais se inseriram em marginais e militantes organizações de guerrilha e uma junta das Forças Armadas governava o país apoiada pelo Ato Institucional n.° 5. O Manifesto foi elaborado sob encomenda da Câmara de Comércio. Vide *Movimento,* 12 a 18 de fevereiro de 1979. p. 17.

154. O. IANNI. *Crisis in Brazil.* New York, Columbia Univ. Press, 1970. p. 187-88.

155. O IPES estimulou uma superconsciência dos "perigos" existentes na mobilização política. Na época em que foi baixado o Ato Institucional n.° 5, o IPES se ocupava em incitar o temor à mobilização política levando ao "conhecimento pessoal" de diretores de companhias solicitando-lhes que mantivessem em seus arquivos um "sumário da atual conjuntura política de pressão comunista entre nós" elaborado pelo IPES. As cartas, assinadas por Glycon de Paiva, eram enviadas, entre outras, para Lojas Americanas, Centro Indústria de Fósforos de Madeira de Segurança, Antônio Gallotti — Light S.A., Gilbert Huber Jr. — Listas Telefônicas Brasileiras, Jorge Geyer-Masson, Coca-Cola, Antônio Sánchez Galdeano — Cia. Estanífera do Brasil, Augusto Trajano de Azevedo Antunes — ICOMI, Artes Gráficas Gomes de Souza, Paulo Geyer — Refinaria Exploração Petróleo União, Cândido Guinle de Paula Machado — Cia. Docas de Santos, Metalon S.A. Arquivos do IPES, Rio de Janeiro.

156. Como afirmou K. Erickson, o *Ato Institucional* "não deixou dúvidas a respeito da baixa estima que os oficiais vitoriosos tinham pelos representantes eleitos da Nação ou sobre o relacionamento que pretendiam manter com o Congresso". K. ERICKSON. *op. cit.* p. 153.

157. (a) J. Knippers BLACK. *op. cit.* p. 76-7. (b) *Brazil: election factbook. op. cit.* p. 37.

158. Os governos estaduais continuaram sendo um foco de poder tradicional. Entretanto, os associados do IPES fizeram incursões também nessa área, enquanto o governo central, através do estabelecimento de uma república federativa centralizada que substituiu o sistema federal anterior, retirou a força dos governadores, pelo menos durante algum tempo. Vide Wanderley Guilherme dos SANTOS. Governadores-políticos, governadores-técnicos, governadores-militares. *Dados,* Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, (8):123-28, 1971.

159. Os membros do IPES também arquitetaram o esquema de transformar os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em um "superestado" através da fusão de suas administrações. Um Grupo de Trabalho "Rio de Janeiro-Guanabara" foi criado pelo IPES. O IPES teve o "prazer de ver seus estudos e trabalho preliminar utilizados como uma contribuição para o planejamento básico das metas de governo da Administração Raymundo Padilha", do Estado do Rio de Janeiro. O Grupo de Trabalho e seu chefe, João Duvivier Goulart, foram colocados à disposição das autoridades municipais, regionais e estaduais para seus respectivos projetos. Esse Grupo de Trabalho permaneceria como uma "as-

sistência técnica auxiliar" para o Governador do Rio de Janeiro. Carta de J. Duvivier Goulart e Paulo de Assis Ribeiro, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1971. Arquivo PAR, Rio de Janeiro.

Para coordenar o Plano de Desenvolvimento do Governador Padilha, foi indicado Paulo de Assis Ribeiro, que também estava encarregado do planejamento da administração, apoiado por uma força-tarefa do IPES. Vide "I Encontro Governo Padilha-Empresas". Arquivos do IPES Rio de Janeiro.

160. Luiz Alberto BAHIA. *Contexto político e modelos econômicos*. Conferência. Arquivos do IPES.

161. E. BONES. Golbery, poder e silêncio. *Coojornal*, Porto Alegre, setembro de 1978. Por volta de 1979, dos 400 postos-chave da administração federal umbilicalmente ligados ao Executivo, pelo menos 300 *eram* ocupados por pessoas de confiança do General Golbery.

162. IPES CO, 8 de novembro de 1966, General Herrera.

163. O'DONNELL. *Corporatism*... *op. cit.* p. 61-2.

164. O'DONNELL. *Corporatism*... *op. cit.* p. 57-60.

CAPÍTULO X

CONCLUSÃO

Há várias observações a serem feitas sobre a evidência empírica aqui apresentada, bem como algumas implicações metodológicas, teóricas e políticas dignas de breve menção. Tais observações não se relacionam com os chamados "Estados burocrático-autoritários"[1] em geral, mas principalmente com a mudança do regime brasileiro em 1964 e com a conseqüente imposição de um novo Estado. Generalizações sobre esses estados exigem pesquisa comparativa.[2]

Entre as observações a serem feitas há duas que acarretam conseqüências para a historiografia recente do Brasil. A primeira refere-se ao envolvimento político dos empresários e à qualidade de sua organização e ação, que foram ambos, incontestavelmente, muito notáveis. A segunda concentra-se na tomada, pelos empresários e tecno-empresários do IPES, da administração do Estado e do aparelho de formulação de diretrizes.

Uma suposição errônea que permeia a literatura político-histórica brasileira, pelo menos nos últimos 20 anos, é a da tradicional falta de interesse político dos empresários[3] e sua submissão aos desígnios dos políticos profissionais e burocratas. Pensava-se ser isso uma das características do Estado populista "relativamente autônomo". Afirmava-se que os empresários não ocupavam os postos no governo, apesar de esperarem que seus interesses fossem atendidos. Imaginava-se que o poder de classe dos industriais e banqueiros fosse mediado principalmente pela ação de políticos e burocratas e viesse a ser traduzido em autoridade civil por vias indiretas. Conseqüentemente as atenções políticas e acadêmicas focalizavam-se nos políticos, em detrimento do estudo do envolvimento direto dos empresários. Essa desatenção às práticas políticas dos empresários, por sua vez, reforçou o mito prevalente de que industriais e banqueiros tinham um horror "natural" ao envolvimento nesses assuntos.

Tal suposição errônea requer revisão. Os políticos eram, com toda certeza, os mediadores de poder entre a sociedade e o Estado no sistema político anterior a 1964. Entretanto, apesar do seu papel óbvio no sistema político populista e quase-pluralista, há vários aspectos que foram regularmente negligenciados. Um deles é que muitos dos políticos mais influentes, líderes de partidos e governadores de Estado eram eles próprios empresários, sendo a influência empresarial um dos principais trampolins para se tornarem políticos. Outra revisão a ser feita é que, apesar de tantos políticos profissionais terem ocupado postos de importância no período populista, os círculos internos das várias administrações a partir da de Getúlio Vargas eram predominantemente formados de industriais e banqueiros[4] ou políticos com fortes ligações empresariais. Pode-se até argumentar, a partir da evidência empírica, que os empresários vêm ocupando regularmente os centros

e setores-chave de formulação e tomada de decisões econômico-políticas, do Estado, e que essa tendência foi bastante intensificada com a criação da "administração paralela" durante o governo de Juscelino Kubitschek e pela existência de anéis burocrático-empresariais. Paralelamente, a produção industrial privada e os assuntos gerenciais dos empresários vêm sendo dirigidos por peritos administrativos e técnicos, que são os executivos do capitalismo no Brasil. Para os empresários brasileiros, a política continua sendo parte intrínseca de seus negócios.[5]

As análises tradicionais do período em questão enfatizam a "exaustão" dos estágios "fáceis", de "substituição de importação", a "decadência política" do sistema e a desintegração do consenso público a fim de explicar a crise do início da década de sessenta.[6] São considerados fatores que contribuíram para essa instabilidade o surgimento na ESG de um grupo modernizante de oficiais e a "violação" por parte de João Goulart do seu papel moderador, sendo ele identificado com a vanguarda de um segmento da população, enquanto o restante do corpo social "sentia-se ameaçado".[7] Tais análises interpretaram a intervenção militar de abril de 1964 como uma resposta ao impasse criado pela crise estrutural e pela decadência política, uma intervenção que foi estimulada pela adoção da doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento da ESG, pelas Forças Armadas e pelo seu desgosto com a política populista. Nesta modalidade de análise foi negligenciado o papel dos empresários e tecno-empresários na liderança política dos acontecimentos, na definição de diretrizes políticas e táticas, empregadas para enfrentar a crise de insubordinação das classes dominadas contra o regime imposto e o desejo de controlar o Estado por parte dos industriais e banqueiros do bloco de poder multinacional e associado.

Tentou-se, portanto, delinear o estabelecimento no Brasil de um novo bloco de poder[8] multinacional e associado, salientando as transformações que ocorreram na esfera da produção econômica. Constatou-se que sua influência sobre a sociedade brasileira e o Estado não foi um mero reflexo da supremacia econômica de que gozava quando do início da década de sessenta, mas o resultado de uma luta política empreendida pela vanguarda desses novos interesses. Com efeito, o novo bloco de poder deu origem a uma elite orgânica, cujos diversos estágios de organização para a ação e seus esforços para moldar tanto a economia quanto o sistema político, a fim de favorecer seus interesses e consolidar sua expansão, foram descritos.

Deu-se ênfase às primeiras tentativas desses novos interesses de se libertarem do controle até ali exercido pelo sistema político populista, de fazer reivindicações de caráter limitado, através da formação de agências tecno-empresariais de consultoria e de uma administração paralela. Focalizaram-se também as novas organizações como o CONCLAP e o IBAD que consolidaram a autonomia do recém-formado bloco multinacional e associado, apesar de ainda operarem dentro do contexto populista. Elas foram substituídas em seu papel político pela formação do IPES, uma organização de classe que reunia a elite orgânica do novo bloco de poder e que expressava, integralmente, a ideologia subjacente aos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados.[9] Finalmente, foi descrita a ação através da qual a elite orgânica do novo bloco de poder desestruturou o regime estabelecido para assumir o controle do Estado. Em outras palavras, tentou-se mostrar a organização para a ação e as práticas políticas do que, na realidade, era o bloco de poder dirigente das classes dominantes. A capacidade de liderança dos interesses multinacionais e associados foi demonstrada através de sua habilidade para incitar uma grande variedade de setores contra o regime e as classes

subordinadas, tanto encoberta quanto abertamente. Através do IPES, o novo bloco de poder mobilizou as classes dominantes para a ação e servir como elo para as várias conspirações civil-militares contra João Goulart. A ação da elite orgânica diferencia o movimento de classe que levou à intervenção de 1.° de abril, de um mero golpe militar.

O envolvimento político dos empresários multinacionais e associados foi exemplificado por seu êxito em obter o apoio de frações economicamente subalternas que eram parte do bloco populista oligárquico-industrial. A necessidade de os interesses multinacionais e associados abarcarem o bloco oligárquico-industrial era premente sob dois aspectos básicos. Em primeiro lugar, o bloco oligárquico-industrial ainda era politicamente predominante, através de sua influência sobre os partidos nacionais e regionais, a mídia e os governos de Estado. Políticos e governadores mostraram-se extremamente úteis não somente na contenção das classes trabalhadoras mobilizadas pelo trabalhismo, a esquerda e o Executivo, mas também na contramobilização das classes médias e de segmentos das classes trabalhadoras. Os partidos políticos e governadores foram eficazes ao bloquear diretrizes do Executivo através do Congresso e dos legislativos estaduais. Finalmente, políticos e governadores também foram influentes pelo seu contacto com membros da oposição militar a João Goulart que estavam fora da influência da ESG.

Um outro motivo para atrair a participação de interesses econômicos subalternos era diluir o que teria sido uma presença mais que óbvia de interesses multinacionais na campanha contra João Goulart e seu governo nacional-reformista. Tal situação os teria deixado extremamente vulneráveis a ataques da esquerda. Tentariam, portanto, diluir a presença multinacional e associada inserindo suas demandas em um programa modernizante-conservador mais amplo, apoiado pela maior parte possível das classes dominantes. Isto seria reforçado com algum apoio "popular" fornecido pelas classes médias mobilizadas, principalmente através de organizações femininas e grupos operários maleáveis como o MSD e o MSR. Assim a esquerda trabalhista perdeu seu objeto de oposição claramente definido. Concomitantemente, isto significava que a intervenção militar poderia ser então legitimada em nome do "povo".

Entretanto, a forma de ação política mais importante exercida pelos empresários e tecno-empresários e que sempre foi pouco enfatizada em estudos anteriores da conjuntura política do início da década de sessenta foi a campanha dirigida pelo IPES contra o Executivo, a esquerda e o trabalhismo. A elite orgânica, sob a cobertura do IPES, enfrentava o Executivo em constantes batalhas políticas, hostilizando-o e conseguindo reduzir o espaço político do governo para manobras, enquanto preparava um golpe estratégico militar dirigido ao centro de equilíbrio do regime. Tanto o Estado quanto a sociedade foram transformados em campo de batalha. As táticas e as técnicas políticas utilizadas na campanha para inviabilizar o regime de João Goulart e intervir militarmente assemelhavam-se muito às que se tornaram conhecidas após a experiência do Chile em 1973 pelo célebre eufemismo — "desestabilização".[10]

As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista. Algumas dessas instituições e organizações eram controladas e ocupadas exclusivamente pelas classes dominantes, tais como as associações da classe empresarial. Outras, no entanto, eram órgãos e instituições através dos quais as classes dominantes procuravam assegurar

sua hegemonia, apesar de não terem controle total sobre elas. Entre essas instituições e órgãos da "'sociedade civil", onde era exercido e também contestado o poder das classes dominantes, encontravam-se o sistema educacional, clubes culturais, sociais e esportivos, a Igreja Católica, as associações de profissionais e os sindicatos. O IPES penetrou com eficácia em diversos níveis e setores do aparelho estatal, tais como oficiais de médio e alto escalão das Forças Armadas, a Polícia Militar e os anéis burocrático-empresariais, obtendo o apoio de pessoas influentes da administração do Estado que João Goulart herdara de governos anteriores. Conseguiu também exercer sua influência sobre membros das burocracias políticas do Estado, como os pelegos. O IPES, na realidade, acirrou a luta política das classes dominantes e elevou a luta de classe ao estágio de confronto militar, para o qual as classes trabalhadoras e seus aliados não estavam preparados. O IPES "pagou para ver o blefe" do dispositivo militar do governo, dos "Grupos dos Onze" de Brizola e a suposta força política da Frente de Mobilização Popular por meio da instrumentalização inteligente das Forças Armadas. O dano causado pela campanha de "alarme e desânimo" instigada pelo IPES, juntamente com a ajuda recebida dos profissionais autônomos, agindo no setor privado e no aparelho estatal, criou sérios problemas ao regime e resultou em um vasto empreendimento coletivo de desestruturação e desorganização, o que foi vital para permitir que os militares agissem como restauradores da ordem. Finalmente, o IPES serviu como um canal para a intervenção das corporações privadas multinacionais, tanto como companhias isoladas, quanto através de suas associações de classe, fora e dentro do Brasil. O IPES serviu também como "grupo de ligação" para governos estrangeiros, particularmente o dos Estados Unidos.[11] As pressões de corporações multinacionais e as do governo norte-americano, juntamente com os efeitos acumulados da intervenção externa conservadora (como as várias equipes brasileiro-americanas para programar o desenvolvimento), tiveram um efeito devastador sobre o governo brasileiro.

A autonomia política e a iniciativa demonstradas pelos empresários provam que eles não eram meros suportes (*Traeger*) do processo de dominação, mas, sim, forças politizadas que fizeram da conquista do poder estatal a finalidade de seu planejamento político e de sua ação.[12] Deve-se observar que as ações de uma intensidade sem precedentes, por parte dos empresários, foram realizadas principalmente através do exercício de seu poder de classe,[13] apesar de a ação de classe ter sido finalmente realizada e sancionada por força do aparelho estatal coercivo.[14] A idéia da existência de uma classe dominante "amorfa", sem consciência de seus próprios interesses que, conseqüentemente, deveria ser "orientada" pelo Estado, na conjuntura crítica do início da década de sessenta, não resiste à evidência de um estudo cuidadoso da ação política empresarial. Também fica abalada a visão de uma classe empresarial "subdesenvolvida" que, na ausência de uma classe governante esclarecida, tinha de ser dirigida por uma força militar tecnicamente preparada ou por uma eficiente "elite" tecnoburocrática, acopladas à classe dominante.

As classes dominantes eram lideradas por uma vanguarda composta, basicamente, de seus próprios membros, a elite orgânica, que operava através do IPES. Eles constituíam a liderança organizada da classe, aqueles que faziam do "aperfeiçoamento das ilusões da classe sobre si mesma" uma atividade central, ao mesmo tempo, fornecendo ao bloco de poder dominante uma estratégia e táticas para a ação. Eram parte integrante e orgânica do bloco de poder emergente, até mesmo pelo fato de "eles próprios pertencerem economicamente às classes domi-

nantes: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, diretores de empresas, grandes proprietários de terras ou administradores de grandes propriedades, empresários comerciais e industriais".[15]

Essa verdadeira elite das classes dominantes se encarregou dos *affaires d'état* mais gerais. Preservou a natureza capitalista do Estado, uma tarefa que envolvia sérias restrições à organização autônoma das classes trabalhadoras e a consolidação de um modelo de crescimento denominado *profundización*,[16] isto é, o desenvolvimento de um tipo de capitalismo tardio, dependente, desigual, mas também extensamente industrializado, com uma economia principalmente dirigida para um alto grau de concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário.[17] O duplo objetivo do IPES, de assegurar a *profundización* e de restringir a força operária, era concomitante com outro objetivo que se constituía em um requisito para o desenvolvimento de interesses multinacionais e associados e para a exclusão do bloco oligárquico-industrial populista. Tal objetivo era a readequação da estrutura burocrática do Estado e a imposição de restrições específicas sobre a vida política em geral.

Uma vez no poder, o bloco financeiro-industrial multinacional e associado, ao procurar uma redefinição dos critérios de inclusão/exclusão no sistema político,[18] não limitou sua atenção somente às classes trabalhadoras.[19] O bloco de poder multinacional e associado impôs uma nova relação entre o Estado, as classes dominantes e ele próprio, que implicava a rejeição do bloco oligárquico-industrial populista e de seus mecanismos de representação e controle de classe. O novo bloco de poder rejeitou a ordem política anterior e procurou estabelecer um regime tecno-empresarial, protegido e apoiado pelas Forças Armadas, um regime tal que os políticos se tornariam ancilares e, no processo, perderiam seu papel central.

A nova relação entre o Estado, as classes dominantes e o bloco de poder multinacional e associado permitiu ao IPES moldar o processo de modernização econômica.[20] Os anéis burocrático-empresariais foram consolidados. Os grupos econômicos que não pertenciam ao bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado foram excluídos dos processos principais de formulação de diretrizes.[21]

O fato de industriais e banqueiros, como membros do IPES ou fortemente relacionados a ele, ocuparem os postos-chave de formulação de uma política econômica e de exercerem cargos públicos como ministros e burocratas de alto escalão, permitiu que o IPES agisse como um verdadeiro mediador de poder, pois era um agente político e ideológico que fazia parte tanto das classes dominantes quanto do Estado.[22] A ocupação dos órgãos de formulação de política econômica por empresários e tecno-empresários do IPES resultava, de fato, na "privatização das instituições do Estado".[23] Tal ocupação abriu as áreas institucionais do Estado à exclusiva representação de certos interesses privados organizados. Tanto a "privatização" quanto a exclusividade de interesses representados tinham de ser legitimadas de uma forma ou de outra. Nem mesmo uma elite orgânica preparada e poderosa como a do IPES, com o apoio dos oficiais da ESG, poderia operar um sistema econômico tão declaradamente a favor das frações multinacionais e associadas, sem apresentar uma posição política e ideológica vulnerável, que poderia ser prontamente explorada pelas vozes em desacordo, entre as classes dominantes e os militares. A fórmula que legitimou o controle da elaboração da política econômica pelo IPES foi a do regime "tecnocrático", baseado em tomadas de decisões aparentemente racionais.

A "racionalidade tecnocrática" na elaboração de diretrizes excluía, por definição, considerações políticas, que eram igualadas aos interesses menores e pressões destituídas de altruísmo. Os aspectos "tecnocráticos" do regime, que abrangiam a ausência de discussão aberta e responsabilidade pública dos que tomavam as decisões, funcionavam, efetivamente, contra as frações das classes dominantes não ligadas ao IPES. De maneira semelhante, a natureza "tecnocrática" da tomada de decisões do Estado era coerente com a exclusão total dos setores populares. O caráter tecnocrático correspondia à imagem dos dois elementos "racionais" na formulação de diretrizes entre os civis e os militares. Esses elementos eram os chamados técnicos (burocratas supostamente com preparo técnico) que traçavam o desenvolvimento econômico com seus equivalentes nas Forças Armadas, isto é, os oficiais da ESG conduzindo o leme político do Estado e proporcionando segurança. "Segurança Nacional e Desenvolvimento", o lema da ESG, tornou-se também o lema do novo Estado. Os técnicos e os oficiais da ESG estavam, pretensamente, unidos no governo devido aos seus supostos talentos e à sua ideologia não-emocional, apolítica e apartidária.[24] A imagem "tecnocrática" teve o mesmo papel de legitimação e generalização de demandas e interesses particulares que a idéia de "desenvolvimento" tivera durante o período de Juscelino Kubitschek.[25] Tanto o "desenvolvimento" quanto o "tecnocratismo" respondiam às expectativas sociais, embora os dois rótulos servissem para ofuscar a identificação dos principais beneficiários do processo, tendo sido nos dois casos os interesses multinacionais e associados. A diferença, entretanto, era que a idéia de "desenvolvimento" no governo de Juscelino Kubitschek serviu para nutrir aspirações hegemônicas das classes dominantes em relação às classes dominadas, isto é, envolvia vida política ativa no empenho de se chegar a uma meta nacional de desenvolvimento. O "tecnocratismo", por outro lado, não se referia a uma meta, mas aos meios pelos quais eram tomadas as decisões sobre objetivos sócio-econômicos que não se encontravam abertos a discussões.[26] O "tecnocratismo", que foi assumido como um véu ideológico pelo novo Estado estabelecido em 1964, ratificou um aspecto importante da realidade, isto é, as restrições impostas sobre a vida política pelo novo bloco de poder dominante.[27]

Apesar de ser a formulação de diretrizes controlada pelos empresários e tecno-empresários, alguns autores tendem a retratar os ocupantes dos cargos de poder no Estado como técnicos, enfatizando sua ausência de interesses econômicos e sua pretensa neutralidade no processo de formulação de diretrizes e de tomada de decisões. A dicotomia analítica entre empresários (ou tecno-empresários) e técnicos parece ter surgido de uma simples insuficiência de pesquisa empírica sobre as fortes ligações dos técnicos com interesses privados, bem como de suposições que, afoitamente, atribuíram o título bastante arbitrário de "tecnocrata" aos empresários, em decorrência de suas atividades econômicas específicas.[28] O estudo das classes dominantes "para si", em ação, exercendo seu poder de classe, mostrando sua vontade política e sua consciência de classe foi seriamente negligenciado, com exceções dignas de nota.[29] Por outro lado, as Forças Armadas e, em particular, a ESG, como suposto centro ideológico, foram focalizados como agentes de mudança, enquanto a burocracia, através de um núcleo de técnicos, foi apontada como o agente de construção nacional.[30] Ademais, a projeção do Estado e a minimização do papel dos industriais e banqueiros poderiam ser consideradas um dos resultados da ênfase à natureza autônoma ou subsistêmica das Forças Armadas e da tecnoburocracia.[31] Além do mais, como modelo básico para a interpretação dos golpes na América Latina e, particularmente, o do Brasil, foi tomado

o da intervenção bonapartista dos militares.[32] O Estado de exceção pós-1964 foi visto como um aparelho militar-burocrático que tomou o poder diante da inquietação popular e que foi apoiado pelo temor das classes médias, ao invés de agir "representando" os camponeses, como ocorreu no Estado bonapartista original.[33] O que se supôs haver de comum entre o caso do Brasil e o Estado bonapartista original foi o fato de o aparelho militar-burocrático tomar o poder, a despeito das classes dominantes, a fim de comandar o Estado, para que os interesses dessas classes pudessem prevalecer. A visão do Estado pós-1964 como bonapartista foi reforçada pela crença na autonomia "relativa" do Estado de exceção que, de acordo com Nicos Poulantzas, requer autonomia relativa para "reorganizar a hegemonia e o bloco de poder".[34] Na realidade, foi o bloco de poder liderado pelo IPES que reorganizou o Estado e, sob o controle da elite orgânica, tentou consolidar sua posição. Com as classes dominantes "tornadas Estado" e por este encobertas e dissimuladas *(aufgehoben)*, o aparelho estatal passou a ser o objeto de pesquisa, em detrimento de industriais e banqueiros supostamente "ausentes do Estado". O Estado e as classes dominantes eram vistos como entidades emparelhadas e externas umas às outras.[35] Os vários grupos sociais, aparentemente, tinham de competir para obter os favores do aparelho estatal burocrático-autoritário, ostensivamente dirigido por técnicos e conduzido por militares.[36] Como assinalou Fernando Henrique Cardoso, os cientistas sociais lançaram-se *"a la recherche de l'état perdu"*, um tipo de Estado "tecnoburocastrense", exercendo um papel de supervisão sobre as classes dominantes, agindo também em seu próprio benefício.[37] Com a supervalorização em geral do papel dirigente das Forças Armadas e da função estratégica da "tecnoburocracia", em detrimento da presença e das atividades dos empresários na política nacional, diversos problemas e questões, como a noção de uma classe ou de um bloco de poder governante, foram postos de lado. Enquanto isso, outras dificuldades foram levantadas em tentativas de compreender problemas de articulação de interesses e de representação de classe no Estado. O próprio Estado foi envolto na aura de uma "autonomia relativa" metafísica, na qual o autoritarismo eximia o Estado das responsabilidades sociais e da prestação de contas aos cidadãos. Concomitantemente, os aspectos tecnocráticos do regime legitimaram o controle exercido pelo IPES sobre o aparelho estatal econômico-administrativo e asseguraram a exclusão do bloco oligárquico-industrial.

O Estado expressava então a supremacia e unidade política do bloco de poder dominante liderado pelo IPES.[38] Do ponto de vista estrutural, o Estado brasileiro era o verdadeiro "condensado de relações de poder", entre classes em conflito e entre frações rivais, de que fala N. Poulantzas. O nível de luta de classe no Brasil, na conjuntura política específica do início da década de sessenta, explicava a natureza "tecnocrática" e autoritária do "condensado" de relações de poder. O Estado representava tanto a relação de força entre os excluídos da participação política *tout-court* e as classes dominantes — daí seu autoritarismo — quanto a relação de força entre os interesses oligárquico-industriais excluídos da representação junto à cúpula e ao bloco de poder, liderado pelo IPES — daí seu tecnocratismo. A presença generalizada que o IPES impôs ao aparelho estatal, sua posição privilegiada na sociedade civil, seu controle sobre uma parte predominante dos meios de produção material e sua atitude repressiva levam à reflexão diante da noção e da realidade política de uma classe governante. Também levam a modificar as visões céticas a respeito das possibilidades de realmente se verificar a sua existência[39] (ou, neste caso, de um bloco de poder ou de uma fração governante).

A *bias* de classe do Estado brasileiro depois de 1964 foi estudada em virtude de haver preenchido os requisitos políticos e econômicos para o desenvolvimento do modo de produção capitalista e em decorrência da força e da influência que os interesses econômicos dominantes são capazes de exercer, por possuírem e controlarem uma ampla gama de recursos.[10] Entretanto, esses interesses financeiro-industriais multinacionais e associados não foram obrigados a exercer pressão, como se estivessem "de fora", sobre as ações e diretrizes políticas do Estado. Os processos de formulação de política econômica e de tomada de decisão eram executados, dentro e fora do Estado, pelo bloco de poder dominante liderado pelo IPES que não necessitava de intermediários porque era o próprio mediador de poder. Em outras palavras, a *bias* de classe do Estado foi determinada não só pelas limitações estruturais, que, por si sós, eram equivalentes a uma dimensão objetiva e impessoal de instrumentalização de classe.[11] Também foi determinada pelo recrutamento do pessoal locado na cúpula de comando do Estado, que era, em grande parte, da mesma classe dos empresários e tecno-empresários que comandavam o setor privado da vida econômica do Brasil.[12] O Estado prendia-se aos desígnios dos ativistas do IPES, que cuidavam dos problemas de coesão das diretrizes. Apesar de haver divergências táticas, elas ocorreram dentro de um espectro específico e bastante restrito, permitindo, assim, ao IPES exercer sua influência através da década de setenta. Mas ainda há campo para pesquisa sobre o papel do IPES depois de 1964, sobre a distribuição de poder entre as diferentes frações e subgrupos que compreendem o bloco de poder por ele liderado.

O novo Estado estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo IPES. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder. Justamente por sua sujeição ao controle pessoal de um bloco liderado pelo IPES, o Estado se encontrava fora da esfera de influência das classes dominantes em geral, ao mesmo tempo que gozava de autonomia total em relação às classes dominadas, enfatizando, assim, a necessidade de qualificar as afirmações a respeito da autonomia relativa do Estado no Brasil. Em suma, o IPES representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco. É importante salientar que as capacidades organizacionais desempenham um papel fundamental na compreensão da luta de classe e da mudança social, porque é uma luta pelo próprio "vir-a-ser" de classes organizadas, e não entre classes organizadas.[13] Na medida em que as classes dominantes conseguiram atingir a transformação do que Olin Wright chama de suas "capacidades estruturais" em capacidades organizacionais, o bloco de poder multinacional e associado foi capaz de conter as contradições que permeavam o Estado brasileiro e de conquistá-lo. O que ocorreu no Brasil em 1.º de abril de 1964 revelou que o fato mais óbvio e, no entanto, talvez o mais negligenciado, diz respeito à noção de luta de classes. De acordo com Ralph Miliband, "supondo-se que seja ignorada a concepção de que luta de classe é o resultado de propaganda e agitação 'extremistas', permanece o fato de que a esquerda tende para uma perspectiva pela qual a luta de classes é travada pelos trabalhadores e pelas classes subordinadas contra as dominantes. Claro que é isso*. Mas a luta de classe também significa e, sempre significou,

* NT: Construção elíptica também na citação do original.

antes de mais nada, a luta travada pela classe dominante, e pelo Estado agindo em seu nome, contra os trabalhadores e as classes subordinadas. Por definição, a luta não é um processo unilateral mas convém enfatizar que ela é ativamente travada pela classe ou classes dominantes e, sob muitos aspectos, com mais eficiência do que a travada pelas classes dominadas".[44] Pelo que foi visto no decorrer dos capítulos, as observações de R. Miliband procedem. Entretanto, uma observação vital a ser feita, contrária à outra generalização de Miliband, é que a luta de classes foi promovida pelo bloco multinacional e associado liderado pelo IPES na "sociedade civil", *de acordo com* uma estratégia determinada, *com* focos de ação específicos e deliberados e *com* liderança e organização elaboradas. O fato de se ter, finalmente, recorrido à intervenção militar para desferir o golpe final contra o governo de João Goulart apenas enfatizou que "a classe dominante, sob a proteção do Estado, possuía vastos recursos, incomensuravelmente maiores que os das classes dominadas, para impor seu peso sobre a sociedade civil".[45]

Concluindo, pode-se dizer que a "pré-história" política e ideológica dos grandes interesses financeiro-industriais multinacionais e associados estava entrelaçada com a do bloco histórico populista e com a convergência de classes dominantes deste bloco. A história do bloco de poder multinacional e associado começou a 1.º de abril de 1964, quando os novos interesses realmente "tornaram-se Estado", readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos. Agindo dessa forma, levaram o Brasil e, poder-se-ia conjecturar, todo o cone sul da América Latina ao estágio mundial de desenvolvimento capitalista monopolista.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Para generalizações sobre o estado burocrático-autoritário vide Guillermo O' DONNELL. Corporatism and the question of the state. In: MALLOY, James M. *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh, Pittsburgh Univ. Press, 1977.

2. Até que ponto a experiência brasileira é relevante para outros países latino-americanos? São encontrados em outras partes modelos semelhantes de ação de classe empresarial? Primeiro, o IPES tinha organizações idênticas e congêneres por toda a América Latina e até nos Estados Unidos. Como visto anteriormente, há também indicações de que o "modelo brasileiro" foi empregado em outros países. O caso da queda de Allende e o clima de desastre econômico e de convulsão social estimulado durante sua presidência certamente são bem semelhantes à experiência brasileira. O Embaixador Korry, que serviu no Chile, chegou a afirmar que as técnicas empregadas no Brasil foram utilizadas no Chile dez anos mais tarde, com efeito devastador. Empresários locais e estrangeiros pertencentes ao Council for Latin America foram engajados, por volta de 1970, no Uruguai, em atividades semelhantes às executadas no Brasil, ou seja, uma "campanha publicitária apoiada por empresas contra os extremistas". Empresários faziam parte de "um comitê uruguaio-americano de homens de negócios que atuava como assessor voluntário do presidente Pacheco Areco". Um ano depois líderes do IPES foram envolvidos na queda do presidente Torres, da Bolívia, enquanto "acionistas" do Council for Latin America foram envolvidos em campanhas de "publicidade" na Argentina. Vide COUNCIL for Latin America, Report to stockholders, New York, jan. 1970. v. 6, n. 2. p. 8.

3. Supunha-se que a maioria dos industriais e banqueiros estivesse preocupada ou absorta em seus problemas comerciais imediatos, mostrando assim pouca inclinação intelectual ou prática para se dedicar a tarefas que pareciam alheias ou possivelmente maléficas às suas metas empresariais. A crença na passividade política dos empresários brasileiros foi desenvolvida em particular por Riordan ROETT. *Brazil: politics in a patrimonial society*. Boston, Allyn & Bacon, 1972. p. 126-30.

4. As classes empresariais têm segurado, através de seus sucessivos intelectuais orgânicos, as rédeas do poder, com grande força política e ideológica. Sempre que uma nova configuração de relações de poder indicava o possível estabelecimento de um Estado relativamente autônomo, como em 1945, 1954 ou 1964, a ordem empresarial interveio, de uma forma ou de outra, para restaurar seu firme controle sobre a máquina política de autoridade e força. Mesmo João Goulart não dispensou, inicialmente, figuras empresariais importantes, como o banqueiro Moreira Salles (supostamente imposto a João Goulart, como parte do compromisso de 1961, quando este assumiu a presidência); Nei Galvão, banqueiro e industrial, Carvalho Pinto, banqueiro; Santiago Dantas, industrial da Copebrás (A. F. Torres, E. Caio da Silva Prado, Angus C. Littlejohn — da Columbian Carbon Co. — USA/Celatino S.A., Panamá/Celanese Corp. of America/Traders Inc., Panamá); Jorge Serpa, diretor da Mannesmann; e Renato Costa Lima, representante dos interesses do setor cafeeiro, para mencionar alguns. Há, certamente, necessidade de se pesquisar mais sobre as opções políticas abertas aos interesses multinacionais e associados, através da pessoa de Santiago Dantas e dos motivos para sua "rejeição". Além disso, em pesquisa realizada por Carlos Hasenbalg e Clóvis Brigagão a respeito da participação política da burguesia entre 1955 e 1968, descobriu-se que de um total de 132 cargos públicos importantes ocupados por empresários, os banqueiros tinham 56 postos contra 46 dos industriais e 27 dos comerciantes. De um total de 9 Ministros da Fazenda, 6 eram banqueiros. De 36 diretores do Banco do Brasil, 16 eram banqueiros, bem como 22 dos 34 executivos da SUMOC e funcionários do Banco Central. Vide C. HASENBALG & C. BRIGAGÃO. Formação do empresário financeiro no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, (8):79-105, IUPERJ, 1971.

5. Há necessidade de mais estudos sobre a interação entre empresários e empresários-políticos e entre eles e os políticos profissionais na elaboração de diretrizes políticas antes de 1964. Sobre o papel político dos empresários, vide Quintin HOARE & Geoffrey NOWELL-SMITH. *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci*. London, Lawrence & Wishart, 1973. p. 260.

6. Vide (a) A. STEPAN. *The military in politics*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1971. Cap. 6-7. (b) T. SKIDMORE. *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. Oxford Univ. Press, 1967. Cap. 7-8. (c) R. SCHNEIDER. *The political system of Brazil*. New York, Columbia Univ. Press, 1971. Cap. 1.

7. Georges-André FIECHTER. *Brazil since 1964: modernization under a military regime*. London, The Macmillan Press, 1975. p. 9, 28, 29.

8. Sobre o conceito de bloco de poder, vide N. POULANTZAS. *Political power and social classes*. London, NLB and S & W, 1973. p. 241-42.

9. O argumento é baseado nos critérios metodológicos de A. Gramsci, conforme foi apresentado em (a) Quintin HOARE & Geoffrey NOWELL-SMITH. *op. cit.* p. 175-85. (b) Antônio GRAMSCI. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p. 61.

10. Vide Godfrey HODGSON & William SHAWCROSS. Destabilization. *The Sunday Times*. October 24, 1975. p. 15-16.

11. A noção de "grupos de ligação" como é empregada por Karl Deutsch refere-se a grupos dentro do sistema político nacional que têm ligações particulares com o meio internacional. Vide Jan Knippers BLACK. *United States penetration of Brazil*. Manchester, Manchester Univ. Press, 1977. p. 59-63.

12. "... um movimento político... [é] um movimento da classe, com o objetivo

de realizar seus interesses de modo geral, de uma forma que possua forças gerais, socialmente coercivas". Vide Karl MARX. Carta a Bolte, em 23 de nov., 1871, referente ao Gotha Programme, conforme citado por N. POULANTZAS. *op. cit.* p. 107.

13. Para R. Miliband, poder de classe é o poder geral e penetrante que uma classe dominante (assumindo-se, para fins de explicação, que há somente uma) exerce a fim de manter e de defender a sua predominância na "sociedade civil". Esse poder de classe é exercido através de muitas instituições e agências. Algumas delas são destinadas principalmente a esta finalidade, por exemplo, partidos políticos da classe dominante, grupos de interesse e pressão etc. Outras podem não ser especificamente destinadas a essa finalidade, mas podem servir a ela, como igrejas, escolas e a família. Mas destinadas ou não a essa finalidade, são as instituições e agências através das quais a classe dominante procura assegurar sua "hegemonia". R. MILIBAND. *Marxism and politics*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1977. p. 54-55.

Para N. POULANTZAS. *Political*... *op. cit.* p. 104-7, poder é "a capacidade" de uma classe social de realizar seus interesses objetivos específicos. A noção de poder está relacionada com o campo de práticas de "classe", tendo uma referência específica à análise de organizações de classe. Seu quadro de referência é o campo da luta de classe de uma sociedade dividida em classes. Para a noção de "interesses", "interesses objetivos" e "interesses de classe" vide (a) N. POULANTZAS. *Id.* p. 109-13. (b) Erik Olin WRIGHT. *Class crisis and the state*. London, NLB, 1978. p. 87-8.

14. Com essa ação, o aparelho do Estado agiu como um poder de classe estratégico e historicamente preparado. Para a noção de Estado como poder de classe predisposto (previamente preparado e consolidado), vide Q. HOARE & G. NOWELL-SMITH. *op. cit.* p. 217.

Deve-se lembrar, entretanto, que o poder do Estado "é o meio principal e básico, mas não o único, através do qual o poder de classe é assegurado e mantido". Vide (a) R. MILIBAND. Poulantzas and the capitalist state. *New Left Review*, London (82), 1973. p. 86. (b) N. POULANTZAS. The capitalist state: a reply to Miliband and Laclau. *New Left Review*, London (95), 1979. p. 72-6.

15. (a) A. GRAMSCI. *Antologia*. México, Siglo XXI, 1970. p. 71. (b) A. GRAMSCI. *Notas sobre Maquiavelo, sobre politica y sobre el estado moderno*. Buenos Aires, Ed. Lautaro, 1962. p. 325.

16. G. O'DONNELL. *op. cit.* p. 48, 64.

17. Um dos indicadores do processo de integração foi que de 1962 a 1967 o número de diretores de indústrias em todo o Brasil caiu de 48.000 para 40.000, enquanto o número de empresas individuais, de fato, cresceu em vários milhares. Vide BANAS. 40.000 no comando da economia brasileira. V. 1, 1968-1969. (Introdução).

18. Sobre "política de exclusão" vide F. PARKIN. *Marxism and class theory*. London, Tavistock, 1979.

19. A ameaça apresentada às classes dominantes pela mobilização das classes trabalhadoras urbanas e rurais resultou no restabelecimento, depois de 1.° de abril de 1964, de fortes elos de controle com os setores populares, reforçando o caráter "autoritário do novo Estado e uma "penetração" maior do Estado na sociedade civil. Sobre a noção de "penetração" e a noção de Estados burocrático-autoritários, vide: O'DONNELL. *op. cit.* p. 48.

Entretanto, a relação quase-corporativista das classes dominantes com os setores populares através do novo Estado burocrático-autoritário não resultou na incorporação controlada das classes trabalhadoras urbanas, como fizeram Getúlio Vargas e seus sucessores, mas na exclusão política e econômica *tout-court* dos setores populares. O abafamento da expressão corporativa e política das classes trabalhadoras industriais e rurais foi o alicerce da "nova ordem" e da "paz social", e um pré-requisito para a "segurança e o desenvolvimento nacionais". O novo bloco de poder implementou uma estratégia de dominação das classes subordinadas de acordo com a doutrina da Segurança Nacional e o Desenvolvimento da Escola Superior de Guerra, que tinha como um de seus princípios básicos a inevitável renovação da

equação "elite-massas". As demandas e necessidades das massas, nesta doutrina, seriam interpretadas pela "elite", atribuindo às referidas massas um intermediário permanente na forma do Estado. Sobre o controle das classes trabalhadoras depois de 1964, vide Kenneth S. MERICLE. Corporatist control of the working class: authoritarian Brazil since 1964. In: MALLOY, James M. ed. *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh, Univ. of Pittsburgh Press, 1977. p. 303-38.

20. Como foi visto no capítulo IX, no centro da exclusão institucionalizada dos interesses econômicos subalternos estava o Ministério do Planejamento, uma verdadeira reserva do IPES. Esse ministério estava encarregado de coordenar e supervisionar as diferentes funções do aparelho do Estado, estabelecendo diretrizes sócio-econômicas para o governo pós-1964. Foi sob a orientação do Ministério do Planejamento que se executou a reformulação da estrutura produtiva e administrativa do Estado. Pela natureza do planejamento indicativo que executava, o Ministério do Planejamento transformou o Estado em um fator gigante de acumulação de capital, o que beneficiou o bloco multinacional e associado. Sob esse aspecto, o Ministério do Planejamento teve papel fundamental no processo de "organização de agenda" e "mobilização de *bias*" para as políticas de modernização, na medida em que as conseqüências de sua ação têm de ser avaliadas não só em termos do que realizou e favoreceu positivamente, mas também em termos do que evitou que acontecesse.

21. Além dos mecanismos estatais de exclusão, isto é, dos meios institucionais de articulação de interesses representados pelos ministérios e órgãos do governo, havia outros elos informais entre os empresários do IPES e a administração do Estado. O próprio IPES, que havia sido criado, financiado e dirigido por membros dos interesses multinacionais e associados, a fim de assumir o controle do Estado, tornou-se, depois de 1964, um dos meios mais importantes, através dos quais os membros do bloco de poder vigente puderam pesquisar a respeito de diretrizes específicas e discutir diretrizes gerais, chegando a um acordo sobre as questões sócio-econômicas e políticas mais importantes e suas soluções. Nesse aspecto, o IPES desenvolveu funções que G. William Domhoff chamou de "busca do consenso na formulação de diretrizes" para o bloco de poder dominante, muito semelhante a organizações americanas como o Council on Foreign Relations, o Business Council e o Committee for Economic Development que, como foi visto anteriormente, era na verdade uma das congêneres americanas do IPES. Vide (a) G. William DOMHOFF. Social clubs, policy-planning groups, and corporations: a network of ruling class cohesiveness. In: Domhoff, G. William. ed. New directions in power structure research. *The Insurgent Sociologist.*, Oregon, 5 (3):175, Spring 1975. (b) Laurence H. SHOUP. Shaping the post-war world: the Council on Foreign Relations and the United States war aims during World War Two. In: DOMHOFF, G. William. ed. *id.* p. 9-52.

22. Como foi visto no capítulo IX, o IPES foi moldado em um eficiente "órgão intermediário" para elaboração de diretrizes políticas, desenvolvendo uma série de canais e meios de assegurar comunicação fácil entre os empresários como um todo, representados pelo IPES, os empresários que faziam parte do IPES e da administração pública. É óbvio que os empresários do IPES tiraram partido do relacionamento informal e bastante próximo que tinham com os ocupantes de cargos públicos. Em virtude da reduplicação de papéis públicos e de seus cargos particulares em indústrias e bancos, bem como do *background* comum no IPES, ocorreu uma comunicação direta e informal entre o governo e a fração dirigente multinacional e associada. O IPES também desenvolveu uma rede complexa de interação entre o Estado e os setores dominantes da sociedade civil, constituindo, assim, uma estrutura neocorporativista exclusiva de articulação de interesses, cujo *locus* não se encontrava dentro da "sociedade política", como ocorrera nas estruturas corporativistas do Estado Novo e nas estruturas populistas de associação de interesses, mas na "sociedade civil". Este era outro nível em que ocorria a interpenetração objetiva do Estado e da estrutura oligopolista do capitalismo moderno indus-

trial e financeiro, garantindo mutuamente a previsibilidade de seu comportamento futuro. No cumprimento das funções de estabilização e previsibilidade, o SNI desempenhou um papel importante, afastando-se da repressão ostensiva e coerção e aproximando-se da manipulação preventiva e de controles sociais menos visíveis. Sobre o papel do SNI, vide Walter de GOES. *O Brasil do General Geisel*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1978. O papel do SNI na formulação de diretrizes políticas constitui uma área ainda carente de pesquisas. Vide também (a) O'DONNELL. *op. cit.* p. 49, 61-64 e sua noção de "corporativismo bifrontal". (b) Philippe C. SCHMITTER. Still the century of corporatism? *Review of Politics*. s.l., 36(1):85-131, jan. 1974.

23. Sobre a noção de "privatização" do Estado, vide O'DONNELL. *op. cit.* p. 48.

24. Flynn, em um livro recente que repete o argumento de tantos brasilianistas, reflete este argumento ideológico sobre a união "ESG-técnico" como o foco de elaboração de diretrizes políticas e a falta de força política dos homens de negócios frente a esses técnicos e burocratas. Vide P. FLYNN. *Brazil: a political analysis*. London, Ernest Benn, 1978. p. 331, 355, 372.

25. Sobre a idéia de desenvolvimento como fonte de hegemonia, vide Miriam Limoeiro CARDOSO. *La ideología dominante*. México, Siglo XXI, 1975. p. 277-98.

26. O exercício da hegemonia por uma classe, bloco de poder ou fração depende de sua capacidade de manter as normas de exclusão política e, assim, de uma certa forma, exercer uma medida de repressão. O caráter hegemônico e coercivo do governo de uma classe é determinado pelo fato dessa exclusão ser imposta e renovada pela força pura e simples ou de ser estabelecida — ou pelo menos renovada — pelo agrupamento do aparelho ideológico do Estado e da sociedade. Vide F. H. CARDOSO. Estado e sociedade no Brasil. CARDOSO, F. H. ed. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 193-96.

27. A imposição direta dos interesses empresariais através da ocupação dos cargos-chave do governo e da administração do Estado e da implementação de diretrizes políticas restritas e exclusivas limitou o espaço da política. Além disso, as restrições políticas impostas sobre as classes subordinadas e grupos sócio-econômicos subalternos destruíram a aparência de "autoridade pública" defendendo interesses gerais, sem falar nas necessidades comuns. Ao contrário, o Estado autoritário com sua *bias* empresarial tornou-se o instrumento verdadeiro das classes dominantes, excluindo totalmente interesses subordinados e moldando o caráter das novas relações de classe, afastando as esperanças de G. A. Fiechter para que fosse o contrário. Vide G. A. FIECHTER. *op. cit.* p. xii-xiii, 34, 212.

A vitória esmagadora que o IPES, em particular, e as classes dominantes, como um todo, obtiveram contra as classes subordinadas tanto no Estado quanto na sociedade também significou que o Estado não era mais a "arena" de luta de classe que havia sido durante o período populista. Ao invés disso, o Estado tornou-se o palco onde frações divergentes das classes dominantes, excluídas do bloco governante, ajustavam suas próprias divergências e seu relacionamento com ele.

28. Vide (a) G. A. FIECHTER. *op. cit.* p. 225, 250. (b) N. LEFF. *Economic policy-making and development in Brazil. 1947-1964*. EUA, John Wiley & Sons, Inc., 1968. Cap. 11.

29. Entre essas exceções, encontravam-se (a) Eli DINIZ. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (b) Fernando Henrique CARDOSO. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1972. (c) Fernando Henrique CARDOSO. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1973. (d) Fernando Henrique CARDOSO. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

30. Há vários exemplos de tais linhas de argumentação. Alfred STEPAN em seu *The military in politics — changing patterns in Brazil* procurou a explicação da mudança social na intervenção militar, estando os motivos resumidos em diferencia-

ções ideológicas e organizacionais. Nathaniel LEFF propôs um motivo tecnocrático para edificação da nação em sua obra *Economic policy — making and development in Brazil. 1947-1964*. Hélio JAGUARIBE viu no Estado uma importante força motriz do desenvolvimento nacional em sua obra *Political development — a general theory and a Latin American case study*. Juan J. LINZ chega a construir seu argumento sobre a autonomia dos militares. Juan J. LINZ. The future of an authoritarian regime: the case of Brazil. In: STEPAN, A. ed. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven, Yale Univ. Press, 1973. p. 234.

A visão ideológica do Estado brasileiro ocupado por técnicos durante o período de 1964 a 1967, apoiado por militares técnicos e não apenas por burocratas armados ajudou a construir uma imagem de peculiaridade para as Forças Armadas brasileiras, em particular, e para o Estado brasileiro, em geral, o que também ajudou a legitimar o novo regime. Essa imagem de singularidade quase projetou o regime brasileiro para além do domínio das ciências sociais e políticas tradicionais e reificou o Estado de um modo geral, apesar de, com o tempo, a realidade política (tradicionais conflitos de classe e lutas sociais) ter se encarregado de destruir o mito da peculiaridade brasileira.

31. Exemplos dessa ênfase sobre a tecnoburocracia e os militares são, respectivamente: (a) Luiz Carlos Bresser PEREIRA. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973. (b) Edmundo Campos COELHO *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

32. Vide P. FLYNN. *op. cit.* p. 520.

33. O golpe bonapartista em nome das classes médias foi estudado por (a) José NUN. The middle class military coup. In: VELIZ, C. ed. *The politics of conformity in Latin America*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1967. p. 89-92, 112. (b) Irving Louis HOROWITZ. The military elites. In: *Elites in Latin America*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1967. p. 146-89. (c) T. dos SANTOS. *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*. Santiago, Chile, Prensa Latinoamericana, 1969. cap. 8-9. (d) Alain ROUQUIÉ. L'hypothèse bonapartiste et l'emergence des systèmes politiques semi-compétitifs. *Revue Française de Science Politique*. França, 25(6):1077-111, dec. 1975. (e) C. FURTADO. De la república oligárquica al estado militar. In: BERNADET, J. C. et alii. ed. *Brasil hoy*. México, Siglo XXI, 1968. p. 21-4. (f) H. JAGUARIBE. Brasil — estabilidad social por el colonial fascismo. In: BERNADET, J. C. et alii. *op. cit.* p. 44-53. (g) Guy HERMET. Dictature bourgeoisie et modernisation conservatrice: problèmes methodológiques de l'analyse des situations autoritaires. *Revue Française de Science Politique*, França, 25(6):1029-61, dec. 1975.

34. Nicos POULANTZAS. *Fascism or dictatorship?* London, NLB, 1973. p. 313.

35. N. POULANTZAS. *The capitalist state... op. cit.* p. 74.

36. (a) G. O'DONNELL. *Corporatism ... op. cit.* p. 54. (b) T. SKIDMORE. Politics and economic policy making in authoritarian Brazil, 1937-1971. In: STEPAN, A. ed. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven, Yale Univ. Press, 1978.

37. Vide (a) Carlos Estevam MARTINS. *Tecnocracia e capitalismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974. (b) L. C. Bresser PEREIRA. *Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma economia política periférica*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.

38. A respeito de dificuldades em torno da noção de "classe vigente" ou "bloco de poder vigente", vide (a) R. MILIBAND. *Marxism... op. cit.* p. 67-74. (b) Nicos POULANTZAS. *Political... op. cit.* p. 100-14, 117-19, 300-301. (c) N. POULANTZAS. *The capitalist... op. cit.* p. 75.

A natureza do Estado tem sido o pomo da discórdia da análise política por muitos anos, e foi o assunto do famoso e fecundo "debate Miliband-Poulantzas". O debate está contido principalmente em uma série de artigos, a saber, (a) N. POULANTZAS. The problem of the capitalist state. *New Left Review*, London, (58), 1969. (b) R. MILIBAND. Reply to Nicos Poulantzas. *NLR*, London, (59), 1970. (c)

R. MILIBAND. Poulantzas and the capitalist state. *NLR*, London, (82), 1973. (d) N. POULANTZAS. The capitalist state: a reply to Miliband and Laclau. *NLR*, London, (95), 1976.

O debate estimulou outros e, apesar de ter acalmado nos últimos anos, a questão e a "problemática" ainda persistem, estando longe de se esgotarem. (a) Ernesto LACLAU. The specificity of the political: the Poulantzas-Miliband debate. *Economy and Society*, s.l., 5(1), 1975. E. Laclau foi um dos acréscimos mais influentes. (b) Amy Beth BRIDGES. Nicos Poulantzas and the marxist theory of the state. *Politics and Society*, s.l., 4(2), 1974. (c) J. MOLLENKOPF. Theories of the state and power structure research. *The Insurgent Sociologist*. s.l., 5(3), 1975. Número especial. (d) A. WOLFE. New directions in the marxist theory of politics. *Politics and Society*, s.l., 4(2), 1974.

39. Lewis Coser, um dos oponentes mais importantes da noção de classe governante ou bloco de poder governante, afirma que "proponentes da tese da elite de poder não foram completamente convincentes, não sendo capazes de mostrar que aqueles que dizem estar em posições estruturais de poder têm, de fato, a capacidade organizacional e ideológica para agir em comum na procura de interesses superindividuais". Lewis COSER. The notion of power: theoretical developments. American Sociological Associations Meetings, 1973. Citado em G. William DOMHOFF. *Social clubs... op. cit.* p. 173.

40. Vide (a) P. EVANS. *Dependent development: the alliance of multinational, state and local capital in Brazil*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1979. (b) Sérgio Hudson ABRANCHES. *The divided Leviathan: state and economic policy formation in authoritarian Brazil*. Tese de doutorado. Cornell Univ. Press, 1978. (c) Renato Raul BOSCHI. *National industrial elites and the state in post-1964 Brazil: institutional mediations and political change*. Tese de doutorado. Michigan, Univ. of Michigan, 1978.

41. Vide N. POULANTZAS. *The problem... op. cit.* p. 70-4.

42. Seria um resultado interessante o estudo das raízes históricas do que parece ser o extraordinário *background* e origem, educação e afinidades, amizade e ligações, atitudes e suposições ideológicas e políticas compartilhadas comuns, dos empresários e tecnoempresários que compunham o IPES.

43. Sobre estruturas de classe, luta de classe, interesses de classe e capacidades de classe, vide (a) Olin WRIGHT. *op. cit.* p. 98-108. (b) Nicos POULANTZAS. *Political power and social classes*. London, NLB, 1975, e suas noções de "presença específica" e "efeitos pertinentes" nas p. 78-84 e sua visão de classes sociais concebidas como práticas de classe existentes em oposições, nas p. 85-93. (c) Fernando Henrique CARDOSO. La cuestión del estado en Brasil. In: *Autoritarismo... op. cit.*

44. R. MILIBAND. The coup in Chile. In: BLACKBURN, Robin ed. *Revolution and class struggle*. London, Fontana, 1977. p. 412-13.

45. R. MILIBAND. *Marxism... op. cit* p. 54-5.

APÊNDICES

APÊNDICE A

A composição dos acionistas da ADELA em 1972

E.U.A.

Aluminium Company of America
The Battelle Development Corporation
Brookdale Inc.
Burroughs Corporation
Caterpillar Tractor Co.
Chemical International Finance Ltd. (Chemical Bank)
Chrysler Corporation
The Coca-Cola Company
Continental Grain Co.
Continental Illinois National Bank & Trust Co. of Chicago
Crocker-Citizens International Corporation
Deere & Company
The Dow Chemical Company
E. I. du Pont de Nemours & Company Inc.
Exxon Corporation
The Fidelity International Corporation (The Fidelity Bank)
The Firestone Tyre & Rubber Company
First Chicago International Finance Corporation (First National Bank of Chicago)
First National City Overseas Investment Corporation (First National City Bank)
First Pennsylvania Overseas Finance Corporation (The First Pennsylvania Banking and Trust Company)
Ford Motor Company
General Motors Corporation
Gulf Oil Corporation
H. J. Heinz Company
IBM World Trade Corporation
INA Corporation
International Bank of Detroit (National Bank of Detroit)
International Harvester Company
International Systems and Controls Corporation
International Telephone and Telegraph Corporation (Irving Trust Company)
Kaiser Aluminium & Chemical Corporation
Kaiser Industries Corporation
Koppers Company Inc.
Kuhn Loeb & Co.
Loeb, Rhoades & Co.
Manufacturers-Detroit International Corporation (Manufacturers National Bank of Detroit)
Carl Marks & Co. Inc.
Mellon Bank International (Mellon National Bank and Trust Co.)
Northwest International Bank (Northwest Bancorporation)
Phelps Dodge Corporation
Pullman Incorporated
Shawmut International Corporation (National Shawmut Bank)
Joseph E. Seagram & Sons. Inc.
Standard Fruit and Steamship Company
Tenneco International Inc.
Train, Cabot and Associates
United Fruit Company
United States Steel Corporation
Wells Fargo Bank International Corporation (Wells Fargo Bank)
White, Weld & Co.

Alemanha

Commerzbank A. G.
Deutsche Bank A. G.

Deutsche Gesellschaft für wirtschaftliche Zusammenarbeit
Deutsche Überseeische Bank A. G.
Dresdner Bank A. G.
Farbwerke Hoechst A. G.
Ferrostaal A. G.
Klöckner-Humboldt-Deutz A.G.
Fried. Krupp GmbH
Metallgesellschaft A. G.
Schroeder, Münchmeyer, Hengst & Co.
Dr. August Oetker
Westdeutsche Landesbank Girozentrale
Württemburgische Landeskommnunalbank-Girozentrale

Suécia

AGA Aktiebolag
Alfa-Laval AB
Allmänna Svenska Elektriska Aktiebolaget
Atlas-Copco AB
AB Bonnierföretagen
AB Electrolux
Göteborgs Bank
A. Johnson & Co., HAB
Kockmss Mekaniska Verkstads AB
Rederiaktiebolaget Nordstjernan (Johnson Line)
Sandvikens Jernverks A. B.
Saab-Scania A. B.
Skandinaviska-Enskilda Bank
Svenska Handelsbanken
Aktiebolaget Svenska Kullagerfabriken
The Swedish Match Company
Telefonaktiebolaget L. M. Ericsson
Gränges AB
Aktiebolaget Volvo

Suíça

André & Cie. S.A.
Volkart Brothers
Ciba-Geigy A. G.
Cosmos Bank
Diethelm Holding Ltd.
Electro-Watt Engineering Services Ltd.
F. Hoffmann-La Roche & Co. A. G.
"Holderbank" Financière Glarus A. G.
Industrial and Commercial Bank Zürich Ltd.
Litton International S. A.
Motor-Columbus Electrical Management Company Ltd.
Nestlé Alimentana S. A.
Oerlikon-Buehrle Holding A. G.
Société Générale pour l'Industrie
Sulzer Brothers Ltd.
Buhler Brothers
Swiss Bank Corporation
Swiss Credit Bank
Swiss Reinsurance Company
Union Bank of Switzerland
Robert Bosch Internationale Beteiligungen A. G.

Japão

The Bank of Tokyo Ltd.
The Dai-Ichi Kangyo Bank Ltd.
The Fuji Bank Ltd.
Nippon Steel
Hitachi Ltd.
The Industrial Bank of Japan Ltd.
Ishikawajima-Harima Heavy Industries Co. Ltd.
The Mitsubishi Bank Ltd.
Nippon Kokan Kabunshiki Kaisha
The Long-Term Credit Bank of Japan Ltd.
Nissan Motor Co. Ltd.
The Sanwa Bank Ltd.
The Sumitomo Bank Ltd.

Luxemburgo

Femsa Société Financière et des Brevets S. A.
Kredietbank S. A. Luxembourgeoise
Petrofina Holding Luxembourg S. A.
Banca Commerciale Italiana Holding S. A.

Grã-Bretanha

Lloyds & Bolsa International Bank Ltd.
Barclays Bank D. C. O.
Baring Brothers & Co. Ltd.
British-American Tobacco Company Ltd.
British Match Corporation Ltd.
Dunlop Ltd.
Hill, Samuel & Co. Ltd.
Imperial Chemical Industries Ltd.
Lazard Brothers & Col. Ltd.
Midland Bank Ltd.
The Rio Tinto Zinc Corporation Ltd.
N. M. Rothschild & Sons
Schroder Investment Company Ltd.
Sandwell Ltd. (Bermuda)
The Shell Petroleum Co. Ltd.

França

Banque de l'Union Européenne
Paribas International
Union Auxiliaire de Financement, "UNI-MAR"

Itália

Banca d'America e d'Italia
Banca Nazionale del Lavoro
Fiat S. p. A.
Istituto Mobiliare Italiano (I.M.I.)
Monte dei Paschi de Siena
Pirelli S. p. A.
Riunione Adriatica de Sicurtà "R.A.S."

Holanda

Algemene Bank Nederland N. V.
Amsterdam-Rotterdam Bank N. V.
N. V. Philips Gloeilampenfabrieken
Shell Petroleum N. V.
Unilever N. V.
Steenkolen-Handelsvereeniging N. V.

Panamá

Equity Investments Inc.

Canadá

Alcan Aluminium Ltd.
Bank of Montreal
The Bank of Nova Scotia
The Bata Shoe Organisation
Brascan Ltd.
Canadian Imperial Bank of Commerce
Cominco Ltd.
The Royal Bank of Canada
The Toronto-Dominion Bank

Áustria

Oesterreichische Länderbank A. G.
Vereinigte Osterreichische Eisen-und Stahlwerke A. G.
Waagner-Biro A. G.

Bélgica

Compagnie Financière et Industrielle (COFININDUS)
Solvay & Cie. S. A.
Syndicat Belge d'Entreprises à l'Etranger S. A. "SYBETRA"
Société de Traction et d'Électricité

Dinamarca

Carlsberg Bryggerierna (De Forenede Bryggerier A/S)
Den Danske Landmandsbank Aktieselskat
The East Asiatic Company Ltd.
Aktieselskabet Kjobenhavns Handelsbank
A. P. Moller
Privatbanken i Kjobenhavn Aktieselskab
F. L. Smidth & Co. A/S

Espanha

Banco de Bilbao
Banco Central S. A.
Banco Español de Crédito
Banco Exterior de España
Banco Hispano Americano
Banco Ibérico S. A.
Banco Popular Español
Banco Urquijo S. A.
Banco de Vizcaya
Sociedad de Inversiones Mobiliarias en el Exterior S. A.
Instituto de Crédito a Medio y Largo Plazo

Finlândia

A. Ahlström Osakeyhtio
Ab. Nordiska Föreningsbanken
Kansallis-Osake-Pankki
Rauma-Repola Oy
Oy Strömberg Ab
Oy Tampella Ab
Valmet Oy
Oy Wärtsila Ab

Noruega

Christiania Bank og Kreditkasse
Elkem-Spigerwerk A/S
Den Norske Creditbank

Argentina

Astra Campania Argentina de Petróleo S.A.
Loma Negra Compania Industrial Argentina S. A.
Banco del Interior y Buenos Aires S.A.
Compania Naviera Pérez Compano S. A.
Bunge y Born Ltda. S. A.
Celulosa Argentina S. A.

Techint S. A. I. C.
Ernesto Tornquist y Cia. Ltda.

Colômbia

Corporación Financiera Colombiana
Corporación Financiera de Caldas
Corporación Financiera del Norte
Corporación Financiera del Valle
Corporación Financiera Nacional

México

Arrendadora Internacional S. A.
Casasus, Trigueros y Cia. S. A.
Compania Fundidora de Fierro y Acero de Monterrey S. A.
Ingenieros Civiles Associados S. A.
Mexicana de Fomento S. A.
Odin S. A.

Brasil

Banco de Investimento Industrial S. A. — INVESTBANCO
Banco Real de Investimento S.A.
Cia. Antártica Paulista
Cobrapar Cia. Brasileira de Participação
Klabin Irmãos & Cia.
Monteiro Aranha Engenharia, Comércio e Indústria S. A.
Banco Safra de Desenvolvimento S. A.
Cia. Nacional de Tecidos

Venezuela

Banco Nacional de Descuento C. A.
Industrias Lácteas de Perija C. A.
Inversiones Dosco, S. A.
C. A. "La Seguridad"

FONTES: Guia Interinvest 1973-Rio.

APÊNDICE B

Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES.

Décio Guimarães de Abreu — IPES Rio

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Distribuidora Record S/A	Alfredo Machado
— Publicidade Erwin Wasey de São Paulo	Eduardo Caio da Silva Prado

Almiro Affonso — IPES Rio

Pré-1964: Caixa de Amortizações do Ministério da Fazenda
Serviço Estatística Econômica e Financeira
Diretor Geral Fazenda Nacional
ESG
ADESG

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Nordestina S/A	Vivian Lowndes
— Banco Lowndes	Donald Lowndes
— Finco S/A	Marcos Gasparian
— Finco Investimento S/A	

Paul Norton Albright — IPES São Paulo

Pré-1964: CIESP
American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— E. R. Squibb & Sons	João Batista Pereira de Almeida Filho
Produtos Químicos Farmacêuticos e Biológicos	
E. R. Squibb & Sons	Edward Munn
Squibb Mathiesson Int. Corp.	M W Percopos
— Olin Mathiesson Chemical Corp.	
— Olinkraft S/A	
Morgan Group	

Cláudio Rossi de Almeida — IPES São Paulo — Conselho Orientador
Pré-1964: Sindicato Cias. de Seguro

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Terral S/A — Máquinas Agrícolas	C. V. Orberg
— Sonnervig S/A Com. e Ind.	Roberto Teixeira Boavista
— Aural S/A Part. Com. e Ind.	
— S.A. Sonnervig	
— Lion S/A Adm. e Empr.	
— Cia. Boavista de Seguros Mercantil	
— Cia. Nacional de Seguros	

Ernesto Teixeira de Almeida — IPES São Paulo/Con. Fiscal

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— L. Figueiredo S.A. Administração Despachos e Representações	

José Souza Almeida — IPES São Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS

Rui Gomes de Almeida — IPES Rio
Pré-1964: Confed. Associações Comerciais do Rio de Janeiro
Associação Comercial do Rio de Janeiro
American Chamber of Commerce
Federação das Associações Comércio e Indústria do Estado da Guanabara
Missão Abbink
ESG

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Maciel Gomes e Cia. S/A	
Anabeitia Cia. SRL — Buenos Aires	
Cia. Luar de Armazéns Gerais	
— Refinaria União de Petróleo	P. F. Geyer
— Cia. Estanífera do Brasil	A. Sánchez Galdeano
— Rio Light S/A	A. Gallotti
— Banco do Comércio S/A	
— Banco Delta S/A	
— América Fabril S/A	

Lélio Toledo Pizza e Almeida Fo. — IPES São Paulo/Con. Or./Setor Obras Econômicas
Pré-1964: CIESP
FIESP
Sindicato de Bancos do Estado de São Paulo
ANFAVEA
ANPES
IDORT

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— VEMAG S/A	Augusto de Camargo
Auto Union GBL	D. F. Alonso

Fritz Müller Pressenfabrik	
Grupo Novo Mundo	
— Agropecuária Primavera	
— Massey Ferguson do Brasil S/A Ind. e Com.	José M. Pinheiro Neto
— Mercedes Benz	
— Banco Novo Mundo	George da Silva Fernández
— Fibenco	André Arantes
— Novo Mundo Cia. de Seguros	
— Itamaraty Cia. de Seguros	
B. F. Novo Mundo	
— Cia. Mercantil e Industrial Arapuá	
— FINASA S/A	Clemente Mariani
	I. Klabin
— Cia. Construtora Novo Mundo	Irineu Bornhausen
B. Financial Novo Mundo	J. W. Simonsen
	L. de Moraes Barros
— Volkswagen do Brasil	João Neves
— Miramar Cia. de Seguros	Herculano de Almeida Pires
Banco Fin. Novo Mundo	Amador Aguiar
— E.L.I.T. Indústria e Transporte Ltda.	

Geraldo Alonso — IPES São Paulo/Con. Or./Chefe Grupo de Opinião Pública
Pré-1964: American Chamber of Commerce
Associação Brasileira de Propaganda

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Standard Publicidade	
— Norton Publicidade	
— Perfumes Dana	
— Ester Research Investments	

Ésio Ferreira Alves — IPES/Con. Or./CAB/Grupo Integração

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS

João Soares do Amaral Neto — IPES São Paulo/Con. Or./Con. Dir.
Pré-1964: CIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— PROA — Projetos e Assessoria S.A.	
— Divertan A. G. — Zurich	
— Aços Villares S.A.	
— Centrais de Concreto do Brasil S.A.	Manoel Gudie de Monteverde
CONCRETEX	
Panamericana de Concreto — Panamá	Renato Marques Silveira
— CONCRETEX — Santista Usina de Concreto	
— Tecnoconcreto Paulista S.A.	
— Panamericana de Concreto — Panamá	

Abelardo Freire Americano — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— S.A. Laboratório Americano	Alberto Freire Americano
— Empresa Supercarbon Petroquímica	

Alvaro Americano — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— O Globo	Roberto Marinho

Augusto Trajano de Azevedo Antunes — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir./CE

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— CAEMI — Cia. Auxiliar de Empresas de Mineração	Joaquim R. C. Freire J. C. Schneider Dario Aguiar de Moraes
— Aços Anhangüera	Orlando Caldeira Fernando J. Larragure
— Banco Investimento	
— Bras-Madeiras	
— Administradora Mauá	
— Cruzeiro do Sul	
— SKF-Sweden	A. A. César Antunes
— Cia. Metalúrgica Barbará	
— ETA — Estudos Técnicos e Administração S/A	Otávio Bastos de Oliveira
— Flia. Barbará	J. Olivier Baldomero Barbará Fo.
— COFICO-CIE. Financière et Industrielle Intercontinentale	
— Cie. Financière de Bayard	
— ICOMINAS S/A Empresa de Mineração	
— ICOMI	Arnaldo Blank
— Bethlehem Steel Corp.	Paulo C. A. Antunes A. A. de Azevedo Sodré
— CAEMI	
— Cia. Minas da Jangada ICOMI	Daniel G. Sydenstricken

Euclides Aranha — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: Assoc. Brasileira de Criadores de Gado Guernsey

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. de Seguros Guanabara	
— Assicurazione Generali de Trieste e Venezia	
— Somel — Import. & Export. de Materiais S/A	
— Gastal S/A	

— Willys S/A	Antônio Cunha da Silva Bueno
— Dana Corp.	
— E. W. Bliss Co.	P. L. Quartim Barbosa
	D. Beatty III
— Vulcan Mat. Plástico S/A	Norbert Lederer
— Banco das Indústrias S/A	

Felipe Arno — IPES São Paulo/Con. Or.
Pré-1964: Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo
American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Arno S.A. Indústria e Comércio	Manoel da Costa Santos Antônio Casimiro Ribeiro
— Mecana Indústria Paulista e Administração	
— IBEC Cia. Empreendimentos, Adm. e Investimentos (Richard Aldrich, Diretor)	
— ASEA Elétrica	Manoel da Costa Santos Paulo Reis Magalhães
— ASEA Allmana Swenska Eletriska Aktienbolaget	Eduardo Caio da Silva Prado

---

Paulo Ayres Fo. — IPES São Paulo/Con. Or./Com. Dir./C.E./G.O.P./Setor Social/Setor Educação
Pré-1964: Banco do Brasil
CIESP
American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Instituto Farmacêutico Pinheiros — Produtos Terapêuticos (Chemie Grünenthal)	Oswaldo Mariz Maia Humberto Monteiro
— IMPA S/A — Ind. Metalúrgica	Denis J. Lacabanne
— Caio Paranaguá Muniz	
— Anver S/A — Administração de Bens	
— Pradinia S/A (Denis Lacabanne)	
— Banco Mercantil de São Paulo	G. E. Bueno Vidigal
— Fundição Progresso S/A	Milton Ayres
— Unipol S/A — Com. e Represent. (Alfredo Cortopassi, Ignez Marinho Ayres, José Luiz Silveira)	
— Laboratório Paulista de Biologia S/A	O. Mariz Maia
— Inst. Pinheiros	
— Progresso Metalfrit S/A Ind. e Com.	

Tony Bahia — IPES Rio/Con. Or./Grupo Integração

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Progresso de Valença	Júlio Pentagna Guimarães

José Geraldo Quartim Barbosa — IPES Rio
Pré-1964: ANVAP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Cerâmica Vale do Paraíba	
— Ind. e Com. de Adubos e Forragens	
— Ind. de Produtos Químicos Alca Ltda.	
— Thela Comercial	

Paulo Almeida Barbosa — IPES São Paulo/Com. Dir./Con. Or.
Pré-1964: Associação Comercial de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Esso do Brasil	
Rockfeller Group	
— Moplast S/A Indústria e Comércio	A. Toledo Lara Fo.
	J. A. C. Amaral Gurgel
— Banco do Estado de São Paulo S/A	

Paulo Lacerda Quartim Barbosa — IPES São Paulo/Con. Or.
Pré-1964: Conselho Nacional da Economia
CIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Chenile do Brasil — Tecelagens	
— Deltec	
— Sears. Roebuck & Co.	
— Quartim Group	
— Willys S/A	Antônio S. da Cunha Bueno
— Dana Corp.	
— IRFA — Ind. Reunidas de Ferro e Aço S/A	Euclides Aranha No.
— Willys Overland do Brasil	Jayme Guimarães
— FINASA S/A	
— Liquigás do Brasil S/A	Francisco Matarazzo Sobrinho
— Liquigás S/A	
— Italy Lloyd Mediterranean	

Teodoro Quartim Barbosa — IPES São Paulo/Con. Or.
Pré-1964: Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
Banco do Comércio e Indústria de SP S/A	Heitor Portugal
	Caio de Paranaguá Moniz
	José Adolpho da Silva Gordo
	Justo Pinheiro da Fonesca
— Frigorífico Cruzeiro	

— Sofisa — Soc. Financiadora S/A — Banco do Estado de São Paulo S/A — Banco Francês e Brasileiro S/A — Credibrás Financeira do Brasil S/A	J. de Souza Queiroz Fo. Manoel Ferreira Guimarães Hélio Pires de Oliveira Dias Walter Moreira Salles A. F. Schmidt Hélio Beltrão Hélio Cássio Muniz de Souza Henrique de Botton Sérgio Pinho Mellão D. Madureira Pinho J. Brás Ventura
— Brascan Expansão e Investimento — Willys Overland — Indústria Produtos Químicos Alca Ltda.	Antônio Gallotti R. Neves Figueiredo J. Quartim Barbosa
— Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA — Cia. Fiducial de Comer. e Ind. de Financiamento, Créd. e Invest.	Paulo Quartim Barbosa Sebastião Paes de Almeida Gal. Edmundo Macedo Soares José de Souza Queirós Fo. Antônio C. Fagundes Gomes Luiz Carlos Villares Barbosa
— Maximus Comercial e Administradora S/A Cia. Brasileira de Construções Fichet Schwartz Hautmont — Comind — Comp. Comercial Comissaria e Administradora Banca Comercial Italiana	Luiz Dumont Villares J. Souza Queirós Fo. Família Prado Grupo Votorantim Paulo Egydio Martins José de Souza Queirós
— Cia. Hoteleira Paulista Panair do Brasil Panam	Valentim Bouças

Herman Moraes Barros — IPES São Paulo
Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Itaú — Finansears — Financiamento, Crédito e Investimento — Banco Sul Americano do Brasil S/A	E. Villela Eduardo Caio da Silva Prado Eduardo Campos Salles Genésio Pires João Batista L. Figueiredo L. Moraes Barros
— Cia. Melhoramentos Norte do Paraná	J. Leão Ludolf

J. Luís Moraes Barros — IPES São Paulo/Con. Or./Com. Dir.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
	A. Aguiar F. Whitaker J. A. de A. Prado

— Banco do Estado de São Paulo S/A	J. W. Simonsen Herculano de Almeida Pires W. Paes de Almeida
— Banco Sul-Americano do Brasil S/A	Jorge Leão Ludolf
— Panair do Brasil	Paulo Sampaio
— Duratex S/A	E. Villela Laerte Setúbal Filho
— Finasa S/A	I Klabin W. Paes de Almeida J. A. Almeida Prado A. Aguiar Clemente Mariani Irineu Bornhausen Herculano de Almeida Pires João Neves Lélio Toledo Piza J. W. Simonsen
— Banco Itaú	

Fábio Garcia Bastos — IPES Rio

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Fábio Bastos Ind. e Com.	
— Liquid Carbonic Indústrias S.A. General Dynamics-USA	
— Cia. Nacional de Reflorestamento	

João Baylongue — IPES Rio
Pré-1964: Fed. das Indústrias do Estado da Guanabara
Sindicato Indústrias Mecânicas e Material Pesado

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco do Rio S.A.	Antônio Bastos
— Ypiranga S.A. Investimentos Banco Real do Canada/Royal Bank of Canada Bank of America General Electric	
— Philips do Brasil S.A.	L. C. de Souza e Silva Noé Ribeiro Manoel Ferreira Guimarães Herbert Moses
— PANAIR do Brasil	
— Banco da Capital S.A.	Leonardo Lins Heinz Hoffnesster
— NORBRASA METALÚRGICA S.A. Sociedade Participações Industriais e Lorentzen J. E. Hay J. R. B. Adm. e Org.	Ismael Coelho de Souza Erling Lorentzen Christian Thurn Paulsen
— J. R. B. Organização e Administração	

David Beatty III — IPES São Paulo

Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— DELTEC S. A. Inv. Cred. e Financ.	Antonio Gallotti Irineu Bornhausen Ruy de C. Magalhães Paulo Neves de Souza Quartim
— Valeria 1.ª Investimentos — Valeria 2.ª Investimentos — Valeria 3.ª Investimentos — Valeria 4.ª Investimentos	Clarence Dauphinot Jr. Egydio de Souza Aranha J. M. Pinheiro Neto
— DELTEC S. A./Soc. Anon. Française de Reassurance — Hyster do Brasil — Hyster Co. Portland	
— Ferodo S.A. Lonas Freios DELTEC/Turner & Newall Ltd.	F. Harold Weiss
— Johnson & Higgins Corretagens e Seguros — DELTEC S.A.	Clarence Dauphinot
— COBRA Comp. Brasileira Valorizadora de Empreendimentos — DELTEC S.A.	
— Comp. Melhoramentos de Osasco DELTEC S.A.	Carlos Moraes Barros
— City of São Paulo Improvements & Freehold Land Co.	
— Banco Investimento	
— Maq. Piratininga — DELTEC S.A./Ist National City Bank/IBEC/Valeria 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª (Richard Aldrich)	Jorge de Souza Rezende Einmar Kok
— Chenile do Brasil Tecelagem — DELTEC S.A./COBRA/	Gilbert Huber Jr.
— Willys Overland do Brasil	Euclydes Aranha
— Descomp S.A. Com. e Participações	Paulo Lacerda Quartim Barbosa
— Empresa Técnica de Avaliações e Pesquisa — The American Appraisal Co.	
— Amafoco S.A. Máq. Automáticas	
— Manufatura de Brinquedos Estrela S/A	L. Adler
— Mara S. A. Consultoria e Administração/Sulaica S. A. Admin. e Com./Valeria 1.ª, Valeria 2.ª, Valeria 3.ª, Valeria 4.ª	A. Saraiva H. Moll
— AMF do Brasil S.A. Máquinas Automáticas	Eduardo Caio da Silva Prado
— American Machine and Foundry Corp.	Lyman B. Tucker
AMB Investment Corp. Switzerland	
IBEC Crescinco/Deltec S.A./Valorega S.A.	Nelson P. Torres
— Casa Valle S.A.	

— Campos Salles S.A. Indústria e Comércio	Eduardo de Campos Salles
— São Joaquim S.A. Valores Com. e Representações/E. de Campos Salles/O. R. de Moraes e Silva/ H. Machado Romano	Luiz Gonzaga de Souza Figueiredo Hyppólito Machado Romano
— Itabira S.A. Financiamento, Crédito e Investimento	Paulo Neves de Souza Quartim
— Valorega S.A. Investimentos — Finasa S.A. Financ. Cred. e Invest.	Paulo Neves de Souza Quartim Lucas Nogueira Garcez Clemente Mariani Gastão Eduardo de Bueno Vidigal J. A. de Almeida Prado J. Wallace Simonsen

---

Asdrúbal Bellegard — IPES Curitiba
Pré-1964: Assoc. Comercial do Paraná

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Distribuidores Cummins Diesel do Paraná	

Hélio Beltrão — IPES Rio/Grupo de Estudos
Pré-1964: BNDE
IPASE
PETROBRÁS
Conselho Nacional do Petróleo
Secretário Planejamento da Guanabara

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Mesbla S/A Établissements Mestre et Blatge Banco do Rio	João Baylongue Demósthenes Madureira Pinho H. de Botton
— Phillips Petroleum — I. T. T. — Morgan Group	
— Cobrapar — Ultra Group/IGEL	Heinning Boilessen Rubem da Fraga Rogério Pery Igel
Credibrás Financeira do Brasil S/A	W. Moreira Salles A. F. Schmidt
— Cobrapar — Cia. Brasileira de Participações S/A — Phillips Petroleum — Ultra Group	
— Ultragás — Cobrapar — Ultralar — Cobrapar	Heinning Boilessen Rubem da Fraga Rogério Pery Igel
— Escritório de Consultoria João Carlos Vital	
— Ultrafértil — Cobrapar — Ultraval — Cobrapar	Heinning Boilessen Pery Igel Rubem da Fraga Rogério

Aguinaldo Bezerra — IPES Curitiba
Pré-1964: Consultor Jurídico da Associação Comercial do Paraná

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS

Luis Emanoel Bianchi — IPES São Paulo/Con. Or.
Pré-1964: FARESP
IBC
Associação Paulista de Avicultores
ESG
ADESG

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo — CAGESP	
— Fazenda Paraíso	
— Cia. Nacional de Forjagem de Aço Brasileiro — CONFAB	
Chicago Bridge & Iron Co.	Luiz Benedito Nascimento
Columbia Steel	Antônio Carlos de Bueno Vidigal
Krupp Group	
Brown Boveri	Antônio Benedito Machado Florense
Foster Wheeler	
Retro Chenn	
Koch Engineering	
Tank Co.	

Don Charles Bird — IPESUL

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Joaquim Oliveira S.A. Com. e Ind. Química	Lauro Oliveira Urbano Oliveira

Heinning Boilessen — IPES São Paulo/Con. Or.
Pré-1964: CIEE (Centro das Indústrias Elétrica e Eletrônica)

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Ultragás — Rio	Pery Igel Rubem da Fraga Rogério Hélio Beltrão
— Ultragás — São Paulo	
— Ultralar	
— COLSAN — Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue	

Alvaro Coelho Borges — IPESUL

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Fundição Minuano S.A. — FUMISA	
— José Berta S.A. Export. e Import.	
— Comercial Técnica Export. e Import. — COTEXI S.A.	
— Moinhos Rio-grandenses S.A. — Bunge & Born	

Gustavo Willy Borghoff — IPES São Paulo/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças
Associação Comercial de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— REMMA S/A	
— Lucas do Brasil Joseph Lucas GB	
— Borghoff S/A	Guilherme J. Borghoff Paulo Neves de Souza Quartim
— Sharples do Brasil Ind. e Com. Sharples Corp. Philadelphia Centrífugas Ltd. — Nassau	Cyro E. O. Hermano

Guilherme Júlio Borghoff — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: Associação Comercial do Rio de Janeiro
ESG
ADESG
Secretário de Economia do Estado da Guanabara

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— BORGHOFF S/A Com. e Técnica de Máquinas, Motores e Equipamentos	Paulo Neves de Souza Quartim
— REMMA S/A Representações	Gustavo Willy Borghoff
— Joseph Lucas do Brasil Joseph Lucas Industries — GB	

Henrique de Botton — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Mesbla S.A. Établissement Mestre et Blatge	Hélio Beltrão Luiz Biolchini
— COGED — Cia. Geral de Administração e Organização	
— Banco Francês e Italiano para a América do Sul S.A. Banque Française et Italienne	Rodrigo Otávio Fo. Vicente Rao Rogério Giorgi
— APA Administração e Participação S.A.	
— Brazfabril S.A. Ind. e Com.	
— Administradora Santa Amélia	
— Administradora São João de Icaraí	
— PADORGA — Cia. Paulista de Administração e Organização	
— Credibrás Financeira do Brasil S/A Banque de Paris et de Pays Bas	Augusto F. Schmidt Hélio Beltrão Manoel F. Guimarães J. Braz Ventura Teodoro Quartim Barbosa Sérgio Pinho Mellão Walter Moreira Salles Hélio Pires de Oliveira Hélio Cássio S. Muniz

Victor Bouças — IPES São Paulo
Pré-1964: Centros Industriais do Rio de Janeiro

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Continac S/A	
— Cia. Imobiliária Santa Cruz	
— Cia. IATRA Imobiliária e Agrícola Extra S/A	

Abelardo Coimbra Bueno — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Coimbra Bueno e Cia. Ltda.	Jorge Alberto de Souza Brasil
— Agrobrasil S.A.	
British-American Tobacco	
— Fundação Coimbra Bueno	General Humberto Peregrino

Gilberto Wack Bueno — IPES São Paulo/Con. Or.
Pré-1964: FIESP
CIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— SOTEMA — Sociedade Técnica de Materiais S.A.	

Adalberto Bueno No. — IPES São Paulo/Con. Or./Com. Dir.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Indústria Metalúrgica Tergal S/A	Othon Alves Barcellos Correa

---

Octávio Gouveia de Bulhões — IPES Rio
Pré-1964: SUMOC
CNE
GEMF
FMI
FGV
IBRE

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Mercedes Benz	Gal. Edmundo Macedo Soares
— Daimler Benz — Alemanha	
— União de Bancos Brasileiros — UBB	Walter Moreira Salles
— Hanna Mining Co.	Lucas Lopes
— Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira	Pedro Gallotti
— Arbed	
— CONSULTEC	
— APEC	

Harry Burger — IPESUL
Pré-1964: Instituto Rio-grandense do Arroz

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Rio-grandense de Adubos	
— Cia. Nord Africaine de l'hyperphosphate Reno-France	
— Grupo Gerdau	

Alberto Jackson Byngton Júnior — IPES São Paulo
Pré-1964: CONCLAP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— *Produtos* Elétricos Brasileiros S/A	José Augusto MacDowell Leite de Castro
— Byngton e Cia.	
— Naguib Muzara	Paulo Egydio Martins
— Inelcom Eletrônica S.A.	
— Motorola Inc.	
— Johnson Group	
— U.S. Aluminium Co.	
— Cia. Geral de Minas	Alberto Torres Fo.
— Família Byngton	Paulo Egydio Martins
	Joaquim Servera

Oscar Augusto de Camargo — IPES São Paulo/Con. Or.
Pré-1964: CIESP
FIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Vemag S/A Veículos e Máquinas Agrí-	L. Toledo Piza
colas	
— Duratex S/A	Joaquim Carneiro
— Banco Mercantil do Brasil — BH	Obregon de Carvalho
— Fiação e Tecelagem São Paulo S/A	Edmundo Maluf
Agropecuária e Industrial	
— Duratex S/A	Roberto Kaled Maluf
	E. Villela
— Indústrias de Sedas Maluf S/A	O. E. Setúbal
Tecidos e Máquinas	N. C. Ulhoa Cintra

Luiz Eduardo Campello — IPES São Paulo/Con. Or.
Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Participações Jicam Com. e Ind. S/A	
Pittsburgh Plate Glass	
Hughes McFie	
Lloyd & Hughes Bros.	
— CBI — Companhia Brasileira de Inves-	Eduardo Guinle Fo.
timentos	
— Banco Itaú	
— Jarodo Com. e Representações	
— Bongotti S/A de Radiadores	
Ford Motor Co.	
— Bendix Home	N. Moraes Barros Fo.
Appliances do Brasil S/A	
Bundy Corp	
Philco Corp	
Fack McFie	
Spad S/A — Soc. Paulista de Apa-	
relhos Domésticos	
Donimar S/A Adm. de Bens	
Jucam S/A	
Jarodo S/A	
Heluma S/A	

— Bundy Tubing S/A Ind. e Comércio Bundy Tubing Co. — USA — Banco Mercantil de São Paulo — Ideal Standard S/A Ind. e Com. American Standard Inc. do Brasil — Westinghouse — Aços do Brasil S/A Wheeling-Pittsburgh Steel Corp.	N. Moraes Barros Fo. Sérgio de Magalhães V. Leitão da Cunha João B. P. Almeida Fo. Trajano Puppo No.
— Indústria Sul-Americana de Metais S/A — Ligada à Revere do Brasil Comércio e Indústria (Revere Copper & Brass — USA)	Nicolau Moraes Barros Fo. Décio Gaeta J. Thomaz Nabuco

---

Daniel Machado de Campos — IPES São Paulo/Con. Or.

Pré-1964: Associação Comercial de São Paulo
CIESP
FIESP
Federação Associações Comerciais de São Paulo
IDORT

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Compan. Federal de Comércio e Indústria e Engenharia	
— Metalbrás Indústria e Comércio S/A	
— Cia. Elétrica Caiuá	
— Banco do Com. e Ind. de São Paulo	
— Banco Federal de Investimento	
— Osasco Têxtil S/A	Fernando Sabino de Oliveira
— Lojista S/A Crédito, Financ. e Investimento	
— Brasval S/A	
— Banco Itaú Sul-Americano	
— Eletrindústria Ltda.	

Joaquim Carneiro — IPES Rio/Conselho Fiscal

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Swing — Ind. e Comércio Ltda.	

José Piquet Carneiro — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— S/A Estamparia Colombo	Raul Lisboa
— Armazéns Reunidos Goitacazes S/A	Severino Mariz Fo.

Ernesto Pereira Carneiro So. — IPES Rio

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Nacional de Papel	Gilbert Huber Jr. Marcelo Carlos Rangel Porto

Aurélio de Carvalho — IPES Rio/Con. Or./Grupo de Integração

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Amendoeira Importadora e Comércio S.A.	
— Imobiliária Casanova	
— Melhoramentos Rurais e Imobiliária	

Manoel José de Carvalho — IPES São Paulo/Con. Fiscal

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Sul-Americano do Brasil	

Fernando Mibielli de Carvalho — IPES Rio

Pré-1964: Departamento Nacional de Iluminação e Gás
MVOP
ACRJ
Sociedade Brasileira Economia e Política

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. GAS ESSO	João Daudt D'Oliveira
— ESSO Brasileira de Petróleo Standard Oil	
— Banco Auxiliar da Produção	
— Refrigerantes IMATACA Paulistana	
— Refrigerantes Carioca	

José Vasconcellos de Carvalho — IPES Rio/Con. Or.

Pré-1964: Sindicato dos Lojistas
Resistência Democrática
Centro Dom Vital

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Lojas A Exposição Modas S/A	Clarence Dauphinot
— Cia. Bras. de Roupas	J. Luiz Moreira Souza

Eurico Moraes Castanheira — IPES Rio/Con. Or./Assessor Jurídico

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— American International Underwriters	Manoel de O. Freire
— American Inter. Group New York	G. Huber Jr.
— A. I. Reinsurance Co. Ind.	Odilon Beauclair
— Exped — Expansão Editorial S/A	
— TASEC — Technical Advertising & Sales Engineering Corp	
— Cia. de Desenvolvimento Industrial e Comercial	
— Cia. Ceará de Seguros Gerais	
— EEE — Empreendimentos Estudos Econômicos	
— Engenharia de Sistemas e Automação S/A	

— Editora Licca S/A
— Editora Expressão e Cultura — TASEC S/A
— Metalon Ind. e Com. S/A
— Páginas Amarelas S/A
— Listas Telefônicas Brasileiras
— Interamericana — Cia. de Seguros Gerais
— Empresa Geibe Imp. e Exp. S/A
— IPV Indústria de Peças para Veículos S/A
— Birma do Brasil Ind. Reunidas Máquinas e Administração S/A

Themístocles B. Cavalcanti — IPES Rio
Pré-1964: ESG
FGV

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Fundação Getúlio Vargas	

Mário Ângelo Morais Cerne — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Internacional de Seguros	Celso de Rocha Miranda
	Jorge Eduardo Guinle

Paulo Mário Cerne — IPES Rio
Pré-1964: FIEGA
SESI
ESG

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Têxtil Aliança Industrial	
— Cia. Aliança Comercial Industrial e Serviços Técnicos	

Julian Chacel — IPES Rio
Pré-1964: ESG
CNI
FGV
IBRE

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais — COPELMI	Ivo de Magalhães
	Elias do Amaral Souza

Salim Abdalla Chamma — IPES São Paulo/Con. Dir./Setor de Ação Empresarial
Pré-1964: CIESP

COMPANHIAS E GRUPOS

— Org. Têxteis Irmãos Chamma
— Ideal Promotora de Vendas Ltda.
— Ideal S/A Crédito, Financiamento e Investimentos

DIRETORES E/OU ACIONISTAS

Nivaldo Coimbra Ulhoa Cintra — IPES São Paulo/Com. Dir./C.E.
Pré-1964: Associação Comercial de São Paulo
Câmara Comércio Sueco-Brasileira
American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS

— Baldwin-Lima-Hamilton do Brasil S/A
Greyhound Corporation Chicago
Baldwin-Lima-Hamilton Inc.

— Duratex S/A

— Comissaria de Despachos Central Paulista S/A
— Velmet do Brasil S/A Ind. e Com. de Tratores
— Velmet-Oy-Finland
— C.B.M. Companhia Brasileira de Máquinas e Materiais
Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança

DIRETORES E/OU ACIONISTAS

E. Villela
O. Egydio Setúbal
J. Cupertino
O. A. de Camargo
Paulo Lahud
L. Setúbal Fo.
Paulo Augusto de Lima

Hugo Leme

Waldemar Clemente — IPES São Paulo/Con. Fiscal
Pré-1964: Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS

— Eletro Indústria Walita S.A.

WAPSA Autopeças S.A.

DIRETORES E/OU ACIONISTAS

Antônio Clemente
Lúcio Nicolosi
H. W. Woserow

Jonas Barcellos Corrêa — IPES Belo Horizonte
Pré-1964: Centro de Indústrias de Minas Gerais

COMPANHIAS E GRUPOS

— Banco de Crédito Real de Minas Gerais

— Mineração Morro Velho S/A
— Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira

DIRETORES E/OU ACIONISTAS

Oswaldo Pieruccetti
Joel de Paiva Cortes
Daniel de Carvalho
Emílio Coimbra da Luz

Othon Alves Barcellos Corrêa — IPES São Paulo/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: CIESP
American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Ren-O-Max Ind. Eletromecânica Ltda. — O. A. B. Corrêa — M. S. Kassern — Francesco Mittidieri Ligada a — Zug Switzerland — Federal Pacific Electric Overseas — Neward USA	M. S. Kassern
— Indústria Metalúrgica Tergal S/A	Gilberto Molita No. Adalberto Bueno No. Ernâni Andrade Fonseca
— F. N. V. — Fábrica Nacional de Vagões S/A	Francisco de Paula Assis Figueiredo
— Semani S/A	José Burlamaqui
— Burlamaqui Participações	
— Sotema S/A	
— Sofunge S/A Ligada a — Construções e Comércio Camargo Correia — Cochrane S/A — Barber Greene do Brasil Ind. e Com. S/A — Participações e Administ. Ltda. — Barcellos e Cia.	
— Banco Auxiliar de São Paulo S/A	
— Banco Auxiliar de São Paulo S/A	
— Mercedes Benz do Brasil S/A	Antônio Almeida Leite
— Cia. de Ferro Ligas da Bahia S/A — Ferbasa — José de Carvalho Fo. — João Marambyra — Roberto J. Gonçalves — V. Viana de Andrade	José de Carvalho Fo. Décio Antunes de Souza
— Sotema S/A — Sociedade Técnica de Materiais — Cochrane & Cia. Ltda. — Barcellos e Cia. Ltda.	Roberto Simonsen Fo. Tácito Barcellos Corrêa
— Ermeto Equipamento Industrial Ltda.	T. B. Corrêa O. B. Corrêa So.

Orlandy Rubem Correia — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Português do Brasil	T. Marcondez Ferreira
— Banco Auxiliar de Crédito S.A.	Eduardo Xavier da Silveira
— Borgward do Brasil S.A.	Olavo Canavarro Pereira
	T. Marcondez Ferreira
— Banco Atlântico	

Humberto Reis Costa — IPES São Paulo
Pré-1964: CIESP
FIESP
Forum Roberto Simonsen
SESI

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Fixam S/A Adesivos	Domingos Frugol
— Cia. Fiação Pedreira	

Odylo Costa Fo. — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Light S/A	Antônio Gallotti
— Brascan	
— *A Noite* — *Diário de Notícias*	
— *O Cruzeiro*	Assis Chateaubriand
— Diários Associados	L. Gondim de Oliveira

José Ely Viana Coutinho — IPES São Paulo/Com. Dir.
Pré-1964: UDN

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Orbitagem de Pneus Monicap S.A.	

Murilo Gouvea Coutinho — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco de Crédito Nacional S.A.	
— Financilar Cia. de Crédito Imobiliário	
— Rique S/A Crédito Imobiliário	

Haroldo Graça Couto — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: Câmara Brasileira da Indústria da Construção
Centro Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Indust. Brasileiras A.A.	
— Construções e Montagens Habitacionais — MONTHAB S/A	
— Graça Couto S/A Ind. e Com.	

José Bento Ribeiro Dantas — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: FIERJ
Sindicato Nacional das Empresas Aéreas

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cruzeiro do Sul	

Domingos Pires de Oliveira Dias — IPES São Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Laborterápica Bristol S.A.	Edmundo Pires de Oliveira Dias
Bristol Laboratories	
Bristol Meyers Co. USA	F. H. Weiss
— Bristol Meyers do Brasil S.A.	
— Com. Agrícola Ind. Heliomar	
— Bristol Lab. In./Bristol Co.	
— Joram S.A. Com. Agrícola e Industrial	
— Bristol Meyers Co.	

Hélio José Pires de Oliveira Dias — IPES São Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Credibrás Financeira do Brasil S/A	
Banco Moreira Salles S/A	Walter Moreira Salles
Banco Com. e Ind. de São Paulo	Erwin Feder
Casa Anglo-Brasileira S/A	Demósthenes Madureira de Pinho
	José Braz Ventura
	Hélio Cassio Muniz
	Hélio Beltrão
	T. Quartim Barbosa
	Sérgio Pinho Mellão
	Henrique de Botton
	A. F. Schmidt
	Homero Souza e Silva
— Heliomar	
— Labor. Bristol	
— Bristol Meyers do Brasil S/A Produtos Químicos de Toucador	
— Banco Brasul de SP	Sérgio Mellão
	Argemiro Couto de Barros
	João da Cruz Mellão
— Laborterápica Bristol	

Jorge Pereira Brito Duprat — IPES Rio
Pré-1964: Cia. Nacional de Alcalis
ESG
ESGMAR
BNDE
CNE

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Verolme Estaleiros	
Verolme US-Rotterdam	

Octávio Marcondes Ferraz — IPES São Paulo/Con. Or.
Pré-1964: Central Elétrica Rio Claro
Hidroelétrica São Francisco
Associação Comercial de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Carbono Lorena S/A	Jean Marc Rousseau
Société de Carbon Lorraine	J. M. Pinheiro Neto
Ugine Kuhlman	P. Reis Magalhães
— Rhodia Ind. Química e Têxteis S/A	J. P. Gouvea Vieira
— Com. Rhodosa de Raion S/A	Roberto Moreira
Foreign Indl. & Coml. Co. — G.B.	Henri Barthier
Textile & Financial Co. — G.B.	Louis Dubois
Société de la Viscose Suisse S/A	
Cia. Bras. Rhodiaceta	
— Valisère S/A — Fabrica de Artefactos de Tecidos Indesmalháveis	
Cia. Bras. Rhodiaceta	
Canabras Invest. Co. — USA	
	Rob. Moreira
— Química Rhodia Bras.	Emil Blanc
Soc. des Usines Chemiques	P. Avril
Rhone Poulenc	J. M. Romano
— Light & Power	Antonio Gallotti
— São Paulo Light	Claude Mathelin
— Oxigênio do Brasil S/A	Claude Jean Mathelin
Société de L'air Liquide	Arnaldo Olinto Bastos Fo.
American Air Liquide	
Castela Ind. e Com. S/A	
— Vidraria Industrial Figueras Oliveiras	
S/A — VIFOSA	R. Moreira
Cia. Vid. Santa Marina	Max Huet
Solver S/A	O. de Sá Moreira
Brasilver S/A	
Cia. Saint Gobain	
— Cia. de Petróleo da Amazônia	Arthur Soares Amorim
	Haroldo Levy
	Roberto Levy
	Antônio P. Guimarães
	Isaac Banayon Sabba

Paulo Ferraz — IPES São Paulo/Setor Sindical — Formação de Líderes Sindicais
Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— SOMA Equipment	
General American Transport — USA	
— Navegação Petrolífera Ltda.	
Shell Brasil	
— Cia. Imobiliária Nossa Sra. da Penha	
— Administração e Participação Comercial	
— Cia. Fuller Equipamentos Industr.	
Fuller Co. — Melhor Vifer	Vitório Ferraz
Cia. Sorocabana de Mat. Ferroviário	J. A. Paula Souza

— Bromswerk do Brasil — Vereinigte Maschinen Fabrik — Stork — Wilton N. V.	
— M.A.N — Fábrica de Máq. e Motores Diesel	
— M.A.N. Maschinen Fabrik Augsburg — Nüremberg Ag.	
— Cia. Comércio e Navegação Brasileira	A. A. Rodrigues Quintana A. Seabra da Silva Veiga João da Silva
— Esquadrias Padrão S/A	
— Estaleiro Mauá	

Oswaldo Tavares Ferreira — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir./C.E.
Pré-1964: CONCLAP
Clube dos Lojistas do Rio de Janeiro

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Casa Tavares Roupas	

Temístocles Marcondes Ferreira — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Português do Brasil S/A	John Gardner Williams O. Canavarro Pereira
— Pneus General S/A General Tyre & Rubber Co. — USA General Distributing Co. — USA	E. N. Jafre Ernani Teixeira Fo.
— Borgward do Brasil Ind. Com. Motor-cars Carl FH Borgward Gmbh Adolf Marcos	Orlandy Rubem Correia
— Cia. Cimento Vale do Paraíba Cementia Holding AG-Suisse	José Machado Coelho de Castro Emery Kann
— Banco Auxiliar de Comércio S/A	P. Fontainha Geyer Durval S. Torres Monteiro Henrique dos Santos Mathias

---

João Batista Leopoldo Figueiredo — IPES São Paulo/Con. Or./Com. Dir./C.E.
Pré-1964: CONCLAP
Banco do Brasil
American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— L. Figueiredo Transportes Ferroviários (L. Figueiredo S/A — New York)	Hélio Cássio Muniz
— L. Figueiredo Navegação (Ligada à Booth Steamship Co. Liverpool)	Luiz F. B. Ribeiro
— Light S/A — S.P. BRASCAN	
— Cia Nacional de Fósforos de Segurança	
— Profesa Produtos Pescado S/A	

— Eletroteno Indústrias Plásticas S/A — Solvay et Cie. — Ind. Química Eletrocloro Copamo Ltda. (Bayer)	Ernani Pilla
— Imobiliária e Territorial Santo Amaro	
— Cia. Santista de Refrescos	
— Indústria Química Eletro-Cloro (Ligada à Cia. Brasileira de Carbureto de Cálcio)	Edmundo P. B. da Silva
— Cibrex	
— Desenvolvimento Indust. e Comer. Edilco S/A	
— Allgemeine Ellektrizitäts Gesellshaft Mauá S/A — BH (Ligada à Osram do Brasil Telefunken do Brasil)	
— SAIS — Soc. Com. Imobiliária e Agrícola Ltda.	
— Tratores FENDT S/A	
— Scania — Saab do Brasil Enskilda Bank — Suécia Nederlandischen Antillen Industrielle Holding	Eduardo C. da S. Prado
— Martini e Rossi	
— Ciba-Geigy Química S/A Ciba-Geigy Basel	
— Booth Steamship Co. — Liverpool	
— Banco Itaú	
— Atlas Copco Industrial Paulista S/A Atlas Copco Aktiebolag (Enskilda Bank — Suécia)	César Kieffer Antônio Dias Leite Jr.
— Banco Sul-Americano do Brasil S/A	Luiz de Moraes Barros Manoel José Carvalho Hermann Moraes Barros Jorge Leão Ludolf Manoel C. Aranha
AISA — Alumínio Indústria S/A Schweizerische Aluminium A. G. — Suíça	Lucien Marc Moser Max Vernier A. Wagner Theodor Seiler
— Pirelli S/A — Comp. Industrial Brasileira (Ligada à Sociedade Anônima de Materiais Elétricos SAME Haroldo Levy Fábio Monteiro de Barros G. Matarazzo)	Jorge de Souza Resende Egídio Gavazzi *Edmundo Barbosa da Silva*
— Edico — Empresa de Desenvolvimento Industrial e Comercial AEG — Cia. Sul-América de Eletricidade	

L. Figueiredo Jr. — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— L. Figueiredo Armazéns Gerais S/A	João Batista L. Figueiredo
— L. Figueiredo Navegação	João Batista L. Figueiredo
— Booth Steamship	
	Luiz França Ribeiro

Nicolau Filizola — IPES São Paulo
Pré-1964: FIESP
Sindicato das Indústrias de Balança, Pesos e Medidas
CIESP
IDORT

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Indústrias Filizola S/A	Pedro Filizola
	Fábio Decourt H. Mello
	Carlos Wanzo

Jorge Oscar Mello Flores — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir./G.A.P.
Pré-1964: FGV
CONSULTEC
APEC

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Chase Manhattan	
— Sulamérica Seguros	
— Termoelétrica de Charqueadas	
— Sulacap	
— Banco Hipotecário Lar Brasileiro S/A	Ruy Carneiro
Rockefeller Group	Paulo Afonso Pook Corrêa
— Rockefeller Group	
Mery Comércio e Exportação S/A	H. M. A. Pereira
— Mecânica Pesada S/A	João Pedro Gouvea Vieira
— S/A de la Challeassière	
Schneider et Cie. de Matériel Electrique	João Gustavo Haenel
SW	J. Ricommard
— Westinghouse	
— Sulamérica Capitalização	
— Cia. Did. Belgo-Mineira S/A	
— Sulamérica Terrestre Marítimos e Acidentes	Amador Aguiar

Herculano Borges da Fonseca — IPES Rio
Pré-1964: Centro Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
FMI
BIRD
PUC
SUMOC

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— General Electric S/A	Carlos José de Assis Ribeiro

José Rubem Fonseca — IPES Rio/Con. Or./Com. Divulgação/Secretário C.E.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Light S/A (BRASCAN)	Antônio Gallotti

Zulfo de Freitas Mallman — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: FIEGA
ACRJ
American Chamber of Commerce
SESI

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Laboratório Silva-Araújo Roussel	Philippe J. E. Beraut
Société de L'Institut de Sérothérapie Homéopatique	Frederic R. Kemper
(Ligada a	
Les Laboratoires Français de Chimiothérapie	
Les Lab. Gobey	
Lab. Beytout	
Lab. Fournier Frères	
Lab. Roussel	
Usines Chimiques des Lab. Français	
— Cia. Continental de Seguros	
Union de Assurances de Paris	
— Quimio Produtos Químicos Com. Ind. S/A	J. Nicolau Mader Gonçalves
Lab. Silva-Araújo Roussel S/A	
Les Lab. Chimiothérapie Français	F. R. Kemper
— Bozel Mineração	
— Perfumes Rochas	
— Cie. Financière Chimio (Hoechst)	
— Société Eletrometalurgique d'Angle Fort	
— Cia. Imobiliária Independência	

Paulo Mário Freire — IPES Rio
Pré-1964: CBP
Sindicato Nacional da Indústria de Cimento
Associação Brasileira de Cimento Portland
Sindicato Indústria Hidro-Elétrica do Rio
Centro de Indústrias do Estado da Guanabara

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Portland Mossoró	Ricardo Xavier da Silveira
— Cia. Sulmineira de Eletricidade	
— Cia. Cimento Portland Paraíso	
— Cia. Cimento Portland Alvorada	S. P. da Silva
— Cia. Cimento Portland Goiás	
Cia. Cimento Paraíso	
Cia. Cimento Barroso	
— Grupo Paraíso	
Cimento Granja	

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Cimento Portland Barroso	Severino Pereira da Silva
Cia. Nac. de Estamparia	
Cia. Cimento Paraíso	C. A. Moura Pereira da Silva
Emp. Granja Paraíso	
Grupo Holderbank Financiere Glaris	

Octávio Frias — IPES São Paulo
Pré-1964: CIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— *Folha de São Paulo*	

General Liberato da Cunha Friedrich — IPES Rio/C.E./Grupo Editorial/Grupo Doutrina/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Metalúrgica e Industrial INGA	Domício Gondin Barreto

Antônio Sánchez Galdeano — IPES Rio

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
Cia. Estanífera do Brasil	Rui Gomes de Almeida
— Patiño Group	J. Bastos Thompson
— CADIF — Comp. Administradora (Ligado a W. R. Grace)	Hugo Gouthier
— COFREMI — Cie. Française d'Enterprises Minerières Metallurgiques et d'Investissements — Paris	C. Lacerda McArthur
— COBANISA — Comp. de Bonos, Acciones & Negocios Industriales — Panamá	J. M. Alkmin Sobrinho
— Banco Novo Rio	Carlos Lacerda Alberto Braga Lee Mário Lorenzo Fernandes Alberto Ferreira da Costa Carlos Eduardo Correa
— Moinho Atlântico	

Antônio Gallotti — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: ESG

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Light S/A	Henry Borden
BRASCAN/COBAST	J. Peter Grace
(Ligada a ATT ITT)	J. Grant Glassco
— Banco Investimentos	
— Philadelphia Nat. Bank	
Máquinas Raimann S/A de São Paulo	

— Fábrica de Máquinas Raimann S/A Francisco Clementino Santiago Dantas Hélio Vianna Oskar H. Gerstner Jaime Pinto M. Junqueira Hans Martins Schmitz (Ligada a Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A Eletro-Aço Altona S/A)	Irineu Bornhausen Paulo Konder Bornhausen
— Cia. Paulista de Serviços de Gás Brazilian Traction Light & Power	José Marques William Roberto Marenho Lutz I. A. Carlos Marinho Nunes John Grant Glassco João de Silva Monteiro Fo. Alano L. da Silveira
— Brascan Expansão e Investimentos S/A — Cia. de Materiais e Obras Fazenda da Paz — Rio de Janeiro — Cia. Telefônica Brasileira — São Paulo	
— Cia. Telefônica de Minas Gerais — Banco da Lavoura de Minas Gerais — Banco de Crédito Real de Minas Gerais Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais — Banco Financial da Produção — Banco Crédito e Comércio de Minas Gerais — Banco de Minas Gerais S/A	J. J. Alvario Alvim
— Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração — Empresa Técnica de Organização e Participações S/A — TOP	Dario de Almeida Magalhães

Antônio Galvão — IPES Recife
Pré-1964: Associação Comercial de Pernambuco

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Fiação e Tecelagem Assumpção — Cotonifício Othon Bezerra de Mello — Henry Rogers & Sons Ltd. — GB	Décio Ferraz Novaes

José Duvivier Goulart — IPES Rio/Com. Dir./Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Société Sucrerie Bresilienne (Ligada a	Carlos Paes de Barros

— AVIP — Avícola Ind. Piracicaba	Cássio Franco Bueno
— Motocana S.A. Maquinaria Implementos Agrícolas	
— Supermercados Peg-Pag)	
— Lude-Dox Inde	
— Indústrias Odontofarmacêuticas Reunidas S. A. IORSA	José Afonso Garay
— Garay Family — USA	
— Representações Pan Brasil	
— Cia. Indústria Paulista de Álcool	Lino Morganti
— Société Sucrerie Bresilienne	
— Instituto de Fisiologia Aplicada S.A. — IFA	J. B. Osório Almeida Canuto Procópio de Souza Jr.
— Odonato	

Flávio Galvão — IPES S. Paulo/Grupo de Opinião Pública

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— *O Estado de São Paulo* Júlio de Mesquita Filho Ruy Mesquita	

Paulo Sérgio Coutinho Galvão — IPES S. Paulo/Con. Fiscal

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Valeria 1.ª Valeria 2.ª Valeria 3.ª Valeria 4.ª	David Beatty III Sílvia C. de Telles Adelino Costa Machado
— Administração Arbesa	
— Sociedade Agrícola Itupena	
— Cia. Comércio Administ. e Indústria Sta. Carolina	
— Banco Mercantil de São Paulo	

Paulo Galvão Fo. — IPES São Paulo
Pré-1964: ACRJ

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Credibrás	
— União de Bancos Brasileiros — UBB	
— Grupo Moreira Salles	

Lucas Nogueira Garcez — IPES S. Paulo/Con. Or.
Pré-1964: Governador de São Paulo
Presidente Federação de Bancos de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Eternit do Brasil Amianto Cimento S/A	Wilson de Souza Batalha Max Graf

— Eternit A.G. — Switzerland (ligada a Holderbank Financiere Glarus A.G. — Switzerland — Amet Corp. Inc. Panamá — S/A Eternit — Belgium — Johns Manville Corp. — USA — SPA Eternit Piatra Art-Itália — Financière Belge de l'Abastecìment S/A Belgium)	Anton von Salis Lucas Lopes
— Comércio Representações e Engenharia Tietê S/A	
— Light São Paulo	Antônio Gallotti Leitão da Cunha
— Brasval S/A Valores Mobiliários e Investimentos	
— Morgan Guaranty Trust	
— Banco Mercantil de São Paulo	Francisco Prestes Maia Carlos de Moraes Barros Fábio da Silva Prado Gastão Mesquita Fo. P. Ayres Fo. Gastão E. B. Vidigal I. Klabin
— Cie. Financière Eternit	
— Saint Gobain Pont-a-Mousson	Lucas Lopes
— S/A Mineração de Amianto	
— Cia. Cimento Nacional de Minas	Lucas Lopes
— Holderbank Financiere Glarus Switzerland	
— I. T. T.	
— Cia. City Paulista de Terrenos e Melhoramentos — Deltec S/A — City of São Paulo Improvements and Freehold Co. Ltd. — London	
— Olivetti do Brasil	Roberto Campos S. P. Mellão
— FINASA — Financiadora Nacional (Morgan Guaranty Trust)	
— FINASA Paraná — Sta. Catarina	Gastão E. B. Vidigal Raphael Papa
— CAPIN Cia. Agrícola Pecuária Industrial S/A	
— CAIG — Industrial Guaiana	
— Banco Brasileiro de Desenvolvimento S/A — FINASA	

Paulo Fontainha Geyer — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Fosfanil S/A Superfosfatos Anilinas e Produtos Químicos (Ligada a Oxisintese do Brasil)	

Ugine-Kuhlmann

- Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A
- Petroquímica União S/A
- Banco Investimento
- Banco Ultramarino Brasileiro S/A
- General Dynamics — St. Louis
  Liquid Carbonic
- Setal-Koppers Engenh. e Montagens Industriais S/A
  Koppers Com. e Serviços Técnicos Ltda.
  Alberto Soares Sampaio
- Cia. Cimento Vale do Paraíba
  Cementia Holding Ag. Suisse
- Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga
- Banco de Investimento do Brasil S/A

J. P. Gouveia Vieira
Ernâni Pilla
Miguel Monteiro de Barros Lins
Carlos Eduardo Paes Barreto
Lucas Lopes
Luís Simões Lopes
Fábio G. Bastos
A. Marcondes Fo.
Basileu da Costa Gomez

Hernani Azevedo Silva
S. Whitehouse
Carlos Eduardo
Paes Barreto

Temístocles Marcondes Ferreira
Manoel Azevedo Leão
J. P. Gouvea Vieira
J. A. Silva Gordo
P. Reis Magalhães

Jorge Frank Geyer — IPES Rio/Con. Or./Grupo de Integração
Pré-1964: Sindicato de Jóias e Relógios
Clube de Lojistas

COMPANHIAS E GRUPOS

- Casa Masson Jóias e Relógios
- Cia. Usinas de Sergipe

DIRETORES E/OU ACIONISTAS

Rogério Giorgi — IPES S. Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS

- Banco Francês e Italiano para a América do Sul — Sudameris
  Cie. Financière de Paris et des Pays Bas
- Cotonifício Guilherme Giorgi S/A
- Banco Auxiliar de São Paulo S/A
- Metalgráfica Giorgi S/A
  Grupo Guilherme Giorgi
- Pibigas do Brasil
  Raffinazioni e Olii
  Minerali S/A — Sarom
- União Industrial e Mercantil Brasileira S/A
- Materiais para Construções Porto Ribeiro
- Brazil Viscose S/A
- Embalagens Americana S/A
- Usina Açucareira Paredão S/A
- Metalúrgica Aricanduva S/A
- Cia. Labor de Serviços Gerais
- Refinaria Nacional de Sal S/A
- Lanifício Minerva S/A

DIRETORES E/OU ACIONISTAS

Rodrigo Otávio Fo.
Henrique de Botton
Vicente Rao
Renato Morganti

Mauro Lindberg Monteiro

Hélio de Araújo Gomide — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— COMAQ — Com. Imp. de Máquinas Stardrill S/A	Emanuel Cresta de Moraes
— Sondas e Forjagem	
— Le Continental Philadelphia	
— Le Continental Monte Carlo	
— Cia. Paulista de Comércio e Indústria de Máquinas COMAQ	William Edward Embry
Cia. Importadora de Máq. — COMAQ — Rômulo Figueiredo D'Alessandro	

João Nicolau Mader Gonçalves — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: ADESG
ANVAP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Nuodex S/A — Ind. e Com. de Secantes	G. Levy E. Levy
— Quimio Produtos Químicos Comércio e Indústria S/A	Fr. Kemper E. M. P. Rault
— Lab. S.A. Roussel	
— Les Laboratoires Français Chimiothérapie	

José Adolpho da Silva Gordo — IPES São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Português	
— Banco de Investimento do Brasil S/A	Paulo Reis Magalhães P. Fontainha Geyer
— Cia. Nacional de Seguros Ipiranga	
— Banco do Comércio e Indústria de S. Paulo	Justo Pinheiro da Fonseca T. Quartim Barbosa
— FINASA S/A (Clemente Mariani)	L. M. Barros G. E. B. Vidigal J. Wallace Simonsen L. N. Garcia D. Beatty III
— Cia. Seguradora Brasileira	Olavo E. Setúbal J. E. de Moraes
— Maximus Comercial e Administradora S/A	
— Laboratório Paulista de Biologia S/A	Antônio Rodrigues Alves No.
— S/A Brasileira Indl. e Agrícola Brasilagra	Roberto Pasqualini
— IBEC — Cia. Empreendimentos e Administração	J. Marcellini
— Crescino — Fundo Brasileiro de Participações	

João Batista Isnard de Gouveia — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— S/A Tubos Brasilit ETA S/A Société d'Etudes Participations et d'Enterprises Industrielles (SEPE) Ligada à Point-a-Mousson Cie. Financière et Industrielle Intercontinental (COFICO)	J. Olivier H. Fillios
— ETA — Estudos Técnicos e Administração S/A COFICO SEPEI N. V. HANDEL INDUSTRIE Transport Maatshaftig-HITMA	
— SEPEI	

Frederico Heller — IPES Rio
Pré-1964: CONSULTEC
APEC

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— *O Estado de São Paulo* (Júlio de Mesquita Fo.)	

General Heitor Almeida Herrera — IPES Rio/C.E.
Pré-1964: ESG

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Carborundum S/A Union Carbide Mellon Group	
— Cia. Cimento Portland Corumbá Cia. Cimento Portland ITAÚ/Banco ITAÚ IBEC — Fundo Crescinco Cia. ITAÚ de Fertilizantes	Jorge Dias de Oliva Dirceu Souza Coelho Olavo de Queiroz Guimarães Fo.
— Swenska — ASEA	
— J. Bergen Engenharia	
— Fazenda Pecuária/Alegria Corumbá	

Gilbert Huber Jr. — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir./C.E.
Pré-1964: CONCLAP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Listas Telefônicas Brasileiras Ligada a — American Light & Power — RESIPLAN Residencias Modernas (Stanley Works-USA/KOPPERS Co-USA)	— Eurico Castanheira — Clarence Dauphinot
— Crane Co. Chicago	
— Editora de Guias LTB First National City Bank	

— Cerâmica São José Guaru S/A
CODINCO — Com. Desenv. Ind. e Com.
EEE Empreendimentos e Estudos Econômicos
Ass. Benef. Dez de Outubro
— Chenile do Brasil Tecelagem e Confecções
COBRA
SEARS
DELTEC
Clarence Dauphinot Jr.
— Cia. Nacional de Papel
Bank of London S.A. Ltd.
Cia. Ind. e Desenvolvimento
Cia. Guanabara de Crédito

— COBRA — Comp. Valorizadora de Empresas
DELTEC S/A
— Johns Manville Inc. Pitts
Best Manufacturing Co. — Pittsburgh
— R.H. Donneley Corp. of Philadelphia
— Triflex Safety Glass Co.
— Exped. Expansão Editorial S/A
Ligada à
— Editora Expressão e Cultura Ltd.
— TASEC — Technical & Advertising & Sales Engineering Co. (Bahamas)
— Metalon Ind. e Com. S/A
Empreendimentos e Estudos Econômicos
LTB
AGGSA
Empresa Geibe Importadora e Exportadora S/A
Nylok S/A Ferragens e Ferramentas
Silemoto S/A Equipamentos para Automóveis
Itapicuru S/A Empreendimentos Comerciais e Industriais
IPU Indústria de Peças para Veículos S/A
Cia. de Desenvolvimento Industrial e Comercial
— EEE Empreendimentos Estudos Econômicos
— Artes Gráficas Gomes de Souza S/A
Páginas Amarelas
Guanabara de Crédito Financiamento e Investimentos
Cia. Piratininga de Seguros Gerais

— J. B. Stocco No.
— Newton Marques Lagoa
— Haroldo Anhaia Leite
— Marcello C.
Rangel Porto
— Ernesto Pereira
Carneiro Sobrinho
— Marcello Carlos
Rangel Porto
— Clóvis Malheiro
— Francisco Paula
— R. A. C. Carvalho

Lars Janer — IPES Rio
Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. T. Janer Comércio e Indústria	— Erik Svedelius — Octávio G. de Faria
— IBEC/Crescinco — Fundo Bras. de Participações Ind. e Comer.	— Michael Sieyes
— APEC — Cia. Adm. e Part.	
— Cia. Mercantil Polaris	
— Emp. Janer S/A	

Haroldo Junqueira — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Açúcar União (Ligada a Grupo Soares Sampaio)	— Eduardo Gomes
— Banco Ribeiro Junqueira	— Moreira Salles Correa e Castro
— Cavalcanti Junqueira S/A	

Alexandre Kafka — IPES Rio/Con. Or./Grupo Estudos e Doutrina
Pré-1964: FMI
FGV
IBRE
CNE

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— CONSULTEC	
— APEC	

Emílio O. Kaminski — IPESUL

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Agrícola Mercantil S.A.	— Egydio Michaelsen — Kurt Weissheimer

---

Israel Klabin — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: American Chamber of Commerce
UDN

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— FINASA S/A	L. de Moraes Barros João Neves Herculano de Almeida Pires A. Aguiar C. Mariani Irineu Bornhausen J. W. Simonsen

— Cia. Catarinense de Celulose	
— Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A	Samuel Klabin Olavo Egydio de Souza Aranha A. Jacob Lafer D. M. Klabin
— Cia. Nitro-Química Brasileira	Horácio Lafer
— S/A Indústrias Votorantim	J. Ermírio de Morais
— Banco Comércio Ind. de S. Paulo	Jacob Klabin
— Klabin Irmãos e Cia.	
— Rilsan Brasileira S/A	Ermírio P. de Morais
— Votorantim	
— Sid. Barra Mansa	
— Klabin	
— Nitro-Química Brasileira	
— Metal Leve S/A	
— Klabin Irmãos Ltda.	S Klabin
— Grupo Klabin-Lafer	Horácio Lafer
— Banco Mercantil de São Paulo S/A	G. E. B. Vidigal D. R. Fonseca G. Mesquita Fo. L. Nogueira Garcez Paulo Ayres Fo.
— Companhia Universal de Fósforos	
— Universal Match Co. USA	
— Indústrias Klabin do Paraná	
— Cia. Fabricadora de Papel	
— Papel & Celulose Catarinense S/A	
— Adela Investimentos	
— Monteiro Aranha	
— International Financo Co.	

Américo Jacobina Lacombe — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Casa Rui Barbosa	

Fernando Edward Lee — IPES S. Paulo

Pré-1964: American Chamber of Commerce — Fundo de Ação Social
Câmara de Comércio Teuto-Brasileira

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Fios e Cabos Plásticos do Brasil S/A	Alberto B. Lee
A. Soares Sampaio	Alberto Soares Sampaio
Alberto B. Lee S/A Imp. e Exp. (Ligada à Anaconda Co-USA)	
— Indústria Brasileira de Aço S/A	E. Braga Lee
Molas Sweden	
— Administ. Particular de Bens — IBASA Ltd.	
— Christiani Nielsen Engenheiros	
Christian & Nielsen	

— Cia. Química Duas Ancoras	Conrado Behmer
— Equipamentos Clark Clark Equipment	
— Cia. Construtora Pegado Souza	
— Wierton Steel Co. (Va)	
— Soc. Ano. Marvin ANACONDA	Ernâni Pilla
— Geoprosco do Brasil S/A	
— Cementation Brasil Eng. Civil em Geral The Cementation Co. Ltd. GB.	
— Assist. Sondagens Ind. e Com.	
— Prominas Brasil S/A	
— B. F. Goodrich do Brasil S/A	Eduardo Caio da Silva Prado
— Filtros Fram do Brasil S/A	

Ernesto Leme — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Moinho Santista Bunge & Born	

Paulo Barbosa Lessa — IPESUL

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— *Diário de Notícias*	
— Televisão Record	
— Televisão Paulista	
— Barbosa Lessa Produções Artísticas	
— J. W. Thompson Publicidade	
— Cia. Cine Vera Cruz	

Guilherme Levy — IPES/Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Nuodex S/A Indústria e Comércio de Secantes	R. Levy R. Koester J. Nicolau Mader Gonçalves
— Nuodex Products S/A	
— Etablissement für Industrielle Verkehren	
— Heiden Chemical Corp.	
— J. N. Mader Gonçalves	
— Reicholds Chemicals Inc.	
— Resana S/A Ind. Química	Kristian Orberg Gunner Orberg
— Reichold Chemicals Inc.	
— Kristian Orberg	
— Guaporé S/A Com. Industrial e Agrícola	
— Indúst. Nac. de Plásticos Galite S/A	

Herbert Victor Levy — IPES S. Paulo
Pré-1964: UDN

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco da América S/A	Jorge da Silva Fagundes J. Meira Vasconcellos Herculano de Almeida Pires
— EPSA — Empreendimentos de Produção S/A	
— Escritório Levy Ltda.	Roberto Levy Eduardo Levy Harold Levy
— Construtora Camargo Pacheco	
— Ibratex S/A	
— SANBRA — Soc. Algodoeira do N.E. Brasileiro — Cia. Lubeca — Dakota — Viega	J. Kugelmas E. G. Gottschalk E. Humberg
— Sunbeam do Brasil anti-Corrosivos S/A	J. J. Lorant Ruy Martins
— Panameuro S/A	
— Editora Gazeta Mercantil	Harold Levy
— Ind. Brasileira Químico Têxtil Ltda.	Joseph John Lorant S. F. Faria
— Cia. Itaú de Fertilizantes	A. Georg Foldes Ary Bastos Siqueira
— Indústria *Brasileira* de Meias S/A	-

Roberto Levy — IPES S. Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Roberto Levy e Cia. Ltda.	
— Banco da América	Herbert Levy
— Ind. Bras. de Meias	Herbert Levy
— Empreendimentos de Produção S/A EPSA	Herbert Levy
— Panameuro S/A	Herbert Levy
— Escritório Levy Ltda.	Herbert Levy
— Construtora Camargo Pacheco	Herbert Levy
— Seratex S/A	
— Cia. Petróleo da Amazônia	Arthur Soares Amorim Octávio Marcondes Ferraz Haroldo Levy Antônio P. Guimarães

Júlio Cruz Lima — IPES S. Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Companhia Paulista de Energia Nuclear (COPEN)	Paulo Uchoa de Oliveira
Cia. Internacional de Seguros	

AMC Lean Engineering Corp.	Paulo de Oliveira Sampaio
Wallace-Simonsen	
SAB S.A. Brasileira de Com. e Representações	
Celso da Rocha Miranda	
— Linhas Corrente S/A	
Coates — UK	

General Moziul Moreira Lima — IPES S. Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Máquinas Moreira S.A.	

José Luiz de Magalhães Lins — IPES Rio

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Nacional de Minas Gerais S/A	José de Magalhães Pinto Antônio Pádua Rocha Diniz
— Banco do Triângulo Mineiro S.A.	
— Banco Comercial de Minas Gerais S.A.	
— Banco de Brasília S.A.	
— Banco Sotto Maior S.A.	
— Sinal S.A. Soc. Corretora de Valores	
— Empreendimentos e Participações J. L. S. A.	
— Sinal S.A. Empreendimentos e Participações	
— Sinal S.A. Soc. Nacional de Crédito, Financiamento e Investimentos	
— Decred S.A.	José Luiz Moreira de Souza Mário Henrique Simonsen

Miguel Lins — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Refinaria e Exploração de Petróleo União	A. Soares Sampaio P. F. Geyer — J. P. Gouveia Vieira
— Cia. Brasileira de Petróleo Ypiranga	— P. F. Geyer — Francisco Martins Bastos — Francisco de P. R. Alves da Costa Carvalho
— Credibrás Financeira do Brasil S.A.	

Mauro Monteiro Lindenberg — IPES S. Paulo/Con. Or.

Pré-1964: FIESP
CIESP
Associação Brasileira de Fabricantes de Latas

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Mercantil de São Paulo	— Gastão Bueno Vidigal — Wilton Paes de Almeida — Vasco Leitão da Cunha

— Metalúrgica Giorgi S/A	— Rogério Giorgi
— Grupo Guilherme Giorgi	
— Refinaria Nacional de Sal S/A	
— Materiais para Construção Porto Ribeiro	

Juan Clinton Llerena — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Moore McCormack Lines (Ligada à City Investing Co. New York)	— Carlos Miranda
— Moore McCormack Administradora	

Octávio Pereira Lopes — IPES S. Paulo/Con. Or./Com. Dir./C.E.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Gráfica Corrêo de São Carlos S/A	
— Plásticos São Carlos S/A	
— Indústrias Pereira Lopes Refrigeradores — SCHWABACH & Co. — USA	— Mário Pereira Lopes — Oswaldo de Brito
— Máquinas Case-Tratores	— Ernesto Pereira Lopes
— Cia. Brasileira de Tratores Ind. P. Lopes S/A Mesbla S/A Ipele S/A — Ind. Com. e Administração	
— Independência S/A — Financiamentos Créditos e Investimentos	— Antônio Carlos de Paula Machado
— Octávio Pereira Lopes — Ernesto Pereira Lopes	— José Roberto Castro Oliveira
— Ernesto Pereira Lopes Fo. — Caio de Paula Machado	— Alberto Emmanuel Whitaker
— ACPM Comércio e Representações	— Adalberto Guimarães Queiroz
— Grande Hotel Municipal S/A	
— Peloplas S/A Ind. Com. e Serviços	
— Idort	

Donald Azambuja Lowndes — IPES Rio
Pré-1964: ESG
ADESG

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Lowndes S.A.	— Marcos Gasparian — Almiro Affonso — Vivian Lowndes
— Cia. de Seguros Cruzeiro do Sul	
— Cia. de Seguros Imperial	

— Cia. de Seguros Sagres
  — London & Lancashire Insurance
  — London Assurance
— Cruzeiro do Sul e Capitalização S/A.
— Cia. de Seguros Porto Alegrense
— Finco S.A. Consórcio Financeiro Finan. Crédito e Investimentos
— Nordestina Financiamento e Investimentos
— Lowndes Turismo S.A.
— Fundação Lowndes
— Lowndes & Co. Ltd.
— Securitas S.A.
— Administradora Angrense S.A.
— Agro-Comercial Ricamar S.A.
— Cia. Geral de Importações e Administração

— Nestor Ribas Carneiro

— Lucas Lopes
— Walter Sutton
— Almiro Affonso
— Oswaldo Benjamin de Azevedo
— Carlos Augusto Niemeyer

Mario Leão Ludolf — IPES Rio
Pré-1964: Centro de Indústrias do Estado da Guanabara

COMPANHIAS E GRUPOS

— Cia. Cerâmica Brasileira
  — Emeric Kann
  — Maceió Particip. Com. e Repres.
  — Mário de Souza Leão Ludolf
  — Jorge Leão Ludolf
  — Mário Leão Ludolf
— ESSO do Brasil
— Indústria Paulista de Porcelana — Argilex S/A
  — Jorge Leão Ludolf
  — Américo de Carvalho Ramos

DIRETORES E/OU ACIONISTAS

— Jorge Leão Ludolf

Fuad Lutfalla — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS

— S/A Fiação e Tecelagem Lutfalla (Ligados a Alfredo Buzaid e Paulo Salim Maluf)
— Fazenda Boa Vista S/A Agrícola e Pecuária
— Lumaver S/A Empreendimentos

DIRETORES E/OU ACIONISTAS

Josafá Macedo — IPES B. Horizonte
Pré-1964: FAREMG

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco de Minas Gerais S.A.	
— Mourão Guimarães Group	— Antônio Mourão Guimarães
	— Manoel Ferreira Guimarães
	— José Oswaldo de Araújo
	— Francisco de Assis Castro
	— Flávio Pentagna Guimarães
— Bahia Industrial S.A. Herman Wolfang Pollax-Suisse (Ligado a Antônio Balbino)	

Cândido Guinle de Paula Machado — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir./Grupo Sindical

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Docas de Santos	— Guilherme B. Weinschenk
	— Raul Fernandes
	— José Eduardo do Prado Kelly
— Banco Boavista	— I. Coelho de Souza
	— Fernando Machado Portela
	— Luiz Biolchini
— Editora Agir	— Alceu Amoroso Lima
— Grupo Guinle-Galdeano	
	— N. Brandão
— Mesbla S/A	— Francisco Eduardo Paula Machado
	— J. Willemsen Jr.
— Indústria Brasileira de Refinação de Óleos S/A	— César Guinle
— Cia. Industrial e Agrícola Santa Cecília	— Guilherme B. Weinschenk

Dario de Almeida Magalhães — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir./Chefe de Grupo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— DEMA Distribuidora e Export. de Minérios e Adubos S.A.	
— International Mining Co.	
— Mineração Wah Chang Co.	
— Teledyne Inc.	
— Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração	
Ligada à	
— Mineração Pato do Brasil	
— COBRASA Com. e Part. S.A.	
— SOTREQ S.A. Molybidenum Corpor. of America	
— Pato Consolidated Gold Dredging Ltd — Canadá Patiño Group	
— Empreendimentos Urbanos S.A.	
— Etablissement Lizan	

— Banco Hipotecário Agrícola de Minas Gerais
  — Comptoir D'Escompte Bank Hottinger
— Commerce Bank
— Brascan
  — Philadelphia National Bank
— Hanna Mining
  — Banco Investimento
— Banco do Estado da Guanabara — BEG

Paulo Reis Magalhães — IPES S. Paulo/Con. Or./Com. Dir./Com. Ex./Finanças
Pré-1964: FIESP
CIESP
Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Rhodia Ind. Químicas e Têxteis S/A	O. Marcondes Ferraz
— Cia. Rhodosa de Rayon	
— Valisère S/A — Fábricas de Artefatos de Tecidos	— João P. G. Vieira
— Rhodifa — Prod. Veterinários	
Rhone Poulenc S/A	
— Tinturaria Brasileira de Tecidos S/A	
— Vicratex Ind. e Com. S/A	
— J. B. Martin S/A Manufatura de Veludos Rhone-Dollfuss	
— Imobiliária Santo Amaro S/A	
— Dunlop do Brasil S/A	
— Fazenda Itaqueré	
Cia. Itaqueré Ind. e Agrícola	
— Tecelagem Textilia S/A	
— Metalgráfica Canco.	— Humberto Monteiro
American Can Co.	— Frank Harold Weis
Morgan Group	— George Wilbur Wieseman
— Dixie S/A	
— Champion Papel e Celulose	
— BANESPA — Banco Estado de São Paulo	
— Champion Int.	
— ASEA Elétrica S/A	— Eduardo Caio da Silva Prado
ASEA do Brasil	
Canadian Asea Electric	— Jan Johnson
Allmana Swenska Elektriska	
Aktienbolaget — ASEA	
— Arno S/A Ind.	— Felipe Arno
	— Manoel da Costa Santos
— Indust. Brasileiras Reunidas Philips S/A	
— IBRAPE — Ind. Bras. de Produtos Elétricos e Eletrônicos S/A	
Philips N. V. — Holland	

— Fomisa — Fomento Industrial S/A Great Bay Inc Phillips Stuyvessant — Estalum S/A — Mineração Billiton MaatSchap N.V.	
— Unibanco	— Walter Moreira Salles
— Fazenda Bodoquema S/A David Rockefeller	— Luis Simões Lopes
— COPERSUCAR — Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool (Grupo Ometto)	— José A. de Camargo — Marcio Gotlieb
— Rolibec S/A Corretagem de Seguros e Particip. IBEC Rollins Burdick Hunter Co.	
— São Paulo Alpargatas S/A Fab. Argentina de Alpargatas ADELA S/A	— Sérgio P. Mellão — Hugo Etchenique
— SABIM — S/A Brasileira de Ind. Madeireira	
— Banco de Investimento do Brasil S.A.	— J. A. Silva Gordo — P. Fontainha Geyer
— Parema Administrações Empreendimentos S/A	
— Benfitex Beneficiadora Fibras Têxteis S/A	
— Fiação e Cardoaria *Ipiranga*	

Ruy de Castro Magalhães — IPES B. Horizonte
Pré-1964: Sindicato dos Bancos de Minas Gerais

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A.	— José de Almeida Barbosa Mello — Bernardo Cândido Mascarenhas — Custódio de Souza Oliveira — José de Oliveira Neto
— DELTEC S.A. Investimentos, Crédito e Financiamentos	— Carlos de Moraes Barros — Paulo Neves de Souza Quartim — David Beatty III — Irineu Bornhausen — Antônio Gallotti — Egydio de Souza Aranha
— Cia. de Seguros Minas Brasil — DEMISA S.A. — Tela Diversões S.A. — Minas Tratores S.A. — FINASA S.A.	— Clemente Mariani — Gastão Eduardo de Bueno Vidigal — Lucas Nogueira Garcez

Thomaz Pompeu Borges Magalhães — IPES S. Paulo/Com. Dir./C.E.
Pré-1964: Centro Integração Empresa-Escola-CIEE SP
Refinaria Manguinhos
Petrobrás
Cia. Ferro e Aço de Vitória
ADCE

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
	— Derek Herbert
— Montreal Empreendimentos S/A	— Lowell Parker
	— A. Azeredo Silveira
	— DH. Lowell Parker
	— Francisco de Assis
— Montreal — Montagem e Representações Indust. S/A	— Coimbra de Magalhães Castro
Montreal Group	— Geraldo José Lins
	— George Reid
	— Coronel Haroldo Correa de Mattos
— Promon Engenharia S/A	
Procon Engenharia Ind. e Com. Ltda.	
Montreal Montagem S/A	
— MM Comercial S/A	
— Indústria Química Mantiqueira S/A	— Eduardo Caio da Silva Prado

João Augusto Penido Maia — IPES Rio

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Standard Electric S/A	— F. Machado Portela
Morgan Group	— Forrest H. Farmer
	— J. Sarmento Barata
	— Reginald Gardner

Mariz Oswaldo Maia — IPES S. Paulo/Con. Fiscal

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Instituto Pinheiros	— Niso Viana
	— Paulo Ayres Fo.
	— Romildo Newton Miranda
— Laboratório Paulista de Biologia	

Luiz Carlos Mancini — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: IBAD
Cia. Hidroelétrica do Vale do São Francisco

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Light S/A	— Antônio Gallotti
— Força e Luz de Vera Cruz	
Brascan — Braz. Traction Glassco	
Alumínio Comércio e Indústria S/A	
Prata S/A Administração e Participações	

Frederico César Cardoso Maragliano — IPES S. Paulo/Grupo de Estudos
Pré-1964: FIESP

José Marques — IPES Rio

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cobast	— João da Silva Monteiro
— Brascan	— Antônio Gallotti
— Red Indian S.A. Ind. e Com.	— Coronel Malvino Reis Netto
	— Odylon Egydio do Amaral Souza
	— David Monteiro
	— Alberto Monteiro

Waldemar Martinsen — IPES/Grupo de Integração

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— LUDE DOX	
— Cia. Manufatura de Graxetas AMA	

Jorge Behring de Mattos — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: ESG
ADESG
CONCLAP
CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Behring S.A. Sociedade Alimentícia	

José Luiz de Anhaia Mello — IPES S. Paulo/Con. Or./Grupo Doutrina

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Antártica Paulista	— Theóphilo Nogueira Fo.
	— Hamilton Prado
	— Mirabeau Prado
	— José Pereira da Silva
	— João Pessoa de Queiroz So.
	— Walter Belian

Gastão Mesquita Fo. — IPES S. Paulo/Con. Or.
Pré-1964: Associação Comercial de São Paulo
Associação Comercial de Londrina

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
	— L. Nogueira Garcez
	— Gastão Bueno Vidigal
	— Paulo Ayres Fo.
— Banco Mercantil de São Paulo	— Fábio da Silva Prado
	— I. Klabin

— Cobrasma S/A — Indústria e Comércio	— Caio de Alcântara Machado
— IBEC — Crescino	
— American Steel Foundries — Produtos de Aço (Ligada à Braseixos — North American, Rockwell Co.)	— L. Eulálio Bueno Vidigal
— Monteiro Aranha — Eng.	— Alberto Pereira de Castro
— Banco Mercantil de São Paulo	
— Klabin Irmãos	— Paulo Meirelles Reis
— Votorantim S/A	— P.A. Fleury de Silveira
— A Marítima Cia. de Seguros Gerais	
— Cia. Marítima de Seguros S/A	— Klabin Irmãos
— Cia. Melhoramentos Norte do Paraná	— Gastão Vidigal
— Cia. de Terras São Paulo — Paraná	
— Cia. Luz e Força Santa Cruz	— Nelson de Godoy Pereira
— Cia. Agrícola Usina Jacarezinho	
— Empresa Elétrica de Londrina	— F. Moraes Barros
— Cia. Cimento Portland Maringá	— Cássio da Costa Vidigal
— Cia. Melhoramentos Norte do Paraná	
— Cia. Agrícola Caiuá	— Gastão Eduardo Bueno Vidigal
— Cobrasma-Rockwell Eixos (Ligada à Forjas Nacionais S/A — Fornasa)	— Luiz Eulálio Bueno Vidigal
— Cobrasma	
— Rockwell USA	

Edgard Rocha Miranda — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Imobiliária Guanabara	
— Cia. Predial	

Juan Missirlian — IPES Rio/Grupo de Integração

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— T.O.C. Técnica de Organização e Consultoria	

Edmundo Monteiro — IPES S. Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— *A Nação*	
— *Jornal de Joinville*	
— *Diário da Noite*	
— Revista *O Cruzeiro*	
— Rádio Difusora	
— TUPI TV São Paulo/TUPI TV Rio	
— Rádio TUPAN/Rádio TUPI Rio/Rád. TUPI SP	
— *Diário de São Paulo*	
— *Diário Nacional*	

Diários Associados Grupo Francisco de Assis Chateaubriand	
— Laboratórios Schering Ind. Quím. e Farm. Schering Corporation Grupo Chateaubriand	— Gal. Euclides de Oliveira Figueiredo
— Sir James Murray do Brasil S.A. Grupo Chateaubriand	— Hélio Beltrão
— Laboratório Licor de Cacau Xavier S/A Assis Chateaubriand Edmundo Monteiro João Napoleão de Carvalho	
— Albarus S.A. Dana Corp.	

Humberto Monteiro — IPES S. Paulo/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo
American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Produtos Químicos CIBA	— Lucien Marc Moser — Walter Benz — Juary Leal — Eric Haegler
— Refrigerantes CRUSH	
— Cia. de Máquinas Hobart Dayton do Brasil — Hobart Manufacturing Co.	— Jorge de Souza Rezende
— Metalúrgica Canco S.A. American Can Internat. Corp.	— Paulo Reis Magalhães
— R.C.A. S/A Eletrônica R.C.A. Corporation	— John Samuel Richards — Ruy Dias Penna
— R.C.A. Telesistemas R.C.A. Corporation	— Alberto Mortara
— Cia. Empreendimentos Administração e Investimentos — IBEC IBEC/ASCAL Brazil Warrant	
— Arbame Mallory S.A. Comp. Eletrônicos — Ind. e Com. Arbame Mallory Corp. Apollo Adm. Part. e Representações S/A	— Álvaro Borges Coelho — José Martins Costa
— Equipamentos Joseph Lucas do Brasil Ltd. Joseph Lucas — G. Bretanha	— Charles Sharpston
— Ford Motor do Brasil	

João da Silva Monteiro — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: CIERJ

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cobast — Brascan	— Antônio Gallotti

— Light S.A.	— Antônio Gallotti
— Brascan	
— Central Elétrica de Furnas S.A.	— John Reginald Cotrim
— CEMIG/BNDE/São Paulo Light/ Cia. Paulista de Gás e Luz	

Mário Toledo de Moraes — IPES S. Paulo/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: CIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Melhoramentos de São Paulo Industrial de Papel	— H. Villabuim
	— Hasso Weissflog
— Grupo Roberto Simonsen	
— Cia. Universal de Fósforos	
— British Match Corp.	
— INCOPAR Participações Comerciais e Industriais S.A.	

José Ermírio de Morais Fo. — IPES S. Paulo/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: CIESP
FIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— S.A. Indústrias Votorantim	— J. E. de Morais
	— Bernardo Geisel
— Cia. Agríc. Ind. Igarassu	— Aroldo Bório
— Banco Mercantil de São Paulo S/A	
— Banco Auxiliar de São Paulo S/A	
— Cia. Brasileira de Alumínio CBA	— Alberto Levy
	— A. Ermírio de Morais
— Manufatura Nacional de Plásticos S/A	— Augusto F. Schmidt
— Orgânico S/A Cia. Ind. e Com. Couraçado	
— Orgânico S/A (França)	— Augusto F. Schmidt
— Siderurgia Barra Mansa S/A	
— Comp. Comercial Indust. Couraçado S/A	
— Comp. Nitro-Química Brasileira	— Horácio Lafer
	— J. E. de Morais
	— Jacob Klabin
— Ind. e Com. Atlas Metalúrgica	
— Cia. Mineração São Mateus	— Antônio E. de Morais
— Votorantim	
— Alfredo Moreira de Souza	
— BEI S/A Com. e Repr.	
— Cia. Catarinense de Cimento Portland	— C. Rodrigues
— Cia. Cimento Brasileiro	— Idro Prado
— Cia. Cimento Portland Sergipe	— Pompollo C. Fernandes Rosa
— Cia. Cimento Portland Poty	— J. B. de Souza Menezes Falcão
	— Camilo Antunes Steiner

— Cia. Portland Rio Branco	— P.F. de Queiroz
— Ind. Com. Metalúrgica Atlas S/A	
— Cia. Sider. Barra Mansa	
— Companhia Mineira de Metais	
— Companhia de Cimento Portland Gaúcho	
— Companhia Níquel Tocantins	
— Inds. Brasileiras de Artigos Refratários S/A IBAR	
— Companhia de Papel e Papelão Pedras Brancas	
— Companhia Usina Tiuma	
— Usina São José S/A	
— S/A de Tecidos Votex	
— Hejoassu Administração Ltda.	
— Cerâmica Bicopeba S/A	
— Cerâmica de Guarulhos S/A	
— Companhia Agrícola Santa Helena	
— Companhia Bandeirantes de Terrenos e Construções	
— Mantiqueira-Agro-Florestal S/A	
— Maraial Imóveis e Comércio Ltda.	
— Mical Minérios Catarinenses S/A	
— Mineração Sulbrasileira S/A	
— Siderúrgica Santo Amaro S.A	
— Nylon Brasileiro Votorantim	
— Orgânico S/A — França	
— *Grupo Votorantim*	— Bento Eduardo Pires Ribeiro — Mário Amato

Joviano Jardim Rodriguez Morais — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Hipotecário Agrícola de Minas Gerais	
— COMAF Comércio e Distribuição de Petróleo S/A	

Alberto Lélio Moreira — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: BNDE

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Halles	
Grupo Halles	
— Cia. Brasileira de Ligantes Hidráulicos	

Aldo Mortari — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Leme Ferreira S/A	— Tarquínio Marques Ferreira — Hélio Ramos Ferreira — Horácio Ferreira da Silva Jr.
— Mercadora S/A Ind. e Com.	
— Cia. Pumex de Concreto Celular	

Brigadeiro João Eduardo Magalhães Motta — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Navegação Lloyde Brasileiro	
— Lanifício Ideal S/A	— Carlos Alberto Mauro
— Cia. Tecidos Aurora-D'Olne	— José Hermano de Vasconcellos
	— Carlos Ernesto Fontoura Nascimento Silva

Basílio Machado Neto — IPES S. Paulo/Con. Or.
Pré-1964: Centro e Federação Comercial de São Paulo
Associação Comercial de São Paulo
Confederação Nacional do Comércio
SENAC
SESC
FGV

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Estamparia Sabará de Tecidos	
— Indústria e Comércio Assumpção S/A	— Luiz Antônio Correa Galvão
— Banco Auxiliar de S. Paulo S/A	
— Banco Mercantil de São Paulo	— Severo Gomes
	— E. Caio da Silva Prado
— Cia. Fiação e Tecelagem — Assumpção	

Oscar Nicolai — IPES Belo Horizonte

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Livraria e Editora Oscar Nicolai	

Laércio Garcia Nogueira — IPES Belo Horizonte

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Fábio Bastos Comércio e Indústria	
— Ceres Indústria e Comércio de Máquinas	

Rafael Noschese — IPES S. Paulo
Pré-1964: CONCLAP
CIESP
FIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Empresa de Mineração Esperança Ltda.	— Carlos Roberto Newlands
— Com. e Ind. Souza Noschese S/A	— José Noschese
	— Armando Noschese
— Metalúrgica Ferrotil S/A	

Dênio Nogueira — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: ESG
IBAD
ADESG
SUMOC
BNDE
CONSULTEC
FGV
APEC

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Geral de Investimentos S/A	
— Banco Geral do Brasil S/A	
— Banco Moreira Gomes S/A	
— Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários	

Carlos Alberto de Oliveira — IPES Curitiba
Pré-1964: Associação Comercial do Paraná

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— CIPAR Cia. Paranaense de Representações	

Oscar de Oliveira — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: ESG
CVRD
FGV
Sindicato da Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Light S.A. — Rio	Antônio Gallotti
— Brascan	
— Cia. Ferro e Aço de Vitória	
— Cia. Auxiliar de Empresas de Mineração — CAEMI	Augusto Trajano de Azevedo Antunes
— ICOMI/Bethlehem Steel	
— Société Anonyme du Gaz	
ESSO	
— Ferro e Carvão	
— Consórcio Brasiliana	
— Wm. H. Meller	

Antônio Carlos do Amaral Osório — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir./C.E.
Pré-1964: ACRJ

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Rupturita S.A.	
— Soc. Financeira Portuguesa	
— Banco Português do Brasil	Harold C. Polland
— Soc. Financeira Portuguesa	
— Banco Português de Investimentos	
— Soc. Financeira Portuguesa	

— ICOMI — Grupo Boa Vista — Cia. Seguros Sagres Imperial — Sun Alliance and London Insurance Co. — Cobrex — Comp. Brasileira de Explosivos — Explosivos da Trafaria S.A. — EBAM — Empreendimentos Brasileiros de Além-Mar — Cia. Nacional de Seguros Gerais — Tecidos Casa Salathe S.A.	A. T. Azevedo Antunes

Glycon de Paiva — IPES Rio/Con. Or./C.E.
Pré-1964: Comissão Mista Brasil-USA
CONSULTEC
APEC
BIRD

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Mercedes Benz — Kaiser Alumínio	— Gal. Edmundo Macedo Soares — Roberto Campos — Mário Henrique Simonsen
— Capuava Refinaria de Petróleo	— Octávio Gouveia de Bulhões
— Emp. Minérios	
— União de Bancos Brasileiros Grupo Moreira Salles	
— ICOMI	— A. T. Azevedo Antunes
— Union Carbide	
— Cleveland Cliffs	
— Radio S/A Perfurações Consolidações Holding Radio S/A — Suíça	— Antonio von Salis — Braz S. Olivier Camargo

José Luiz Bulhões Pedreira — IPES Rio
Pré-1964: BNDE
CSN
APEC
CONSIDER
Rede Ferroviária Federal
CONSULTEC
CNE
MVOP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Hanna Mining	— Lucas Lopes
— Cia. Mineração Novalimense St. John D'el Rey Mining Co.	
— União de Bancos Brasileiros Grupo Moreira Salles	

J. Castro Peixoto — IPES Rio/Com. Dir.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Bras. de Produtos de Aço	

José Roberto Whitaker Penteado — IPES S. Paulo/Con. Or.

Ernesto Carneiro Pereira — IPES Rio/Grupo de Integração/Con. Or.
Pré-1964 Confederação Nacional da Indústria

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Com. Desenvolvimento Comercial e Industrial	

Olavo Canavarro Pereira — IPES S. Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Português do Brasil	— T. Marcondes Ferreira
	— H. G. Tamm.
	— J. Gardner
— WERCO Com. e Ind. de Fornos Ltda.	— Nelson Velasco
	— Mariano Marcondez Ferraz Fo.
— Laboratórios Quim. Farm. Voros	

José Martins Pinheiro Neto — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Indústria Petroquímica Brasileira S/A	
— Standard Oil — Indiana	— Joaquim R. C. Freire
Amoco Chemicals Corp.	
— Linhanyl-Robinson S/A — Linhas pa-	— João C. G. Penteado
ra coser	— Jayme Gabriel
The Robinson Thread Co.	
Grupo Taupik Gabriel	
— Cia. Sorocabana de Material Ferro-	— Paulo Ferraz
viário	— Vitório Ferraz
SOMA Equipamentos Ind.	
General American Transportation	
Corp. Chicago	
— Rigesa Celulose, Papel e Embalagens	— Harrison Gordon Hull Jr.
Ltda.	— F. de Abreu Ribeiro
— West Virginia Pulp & Paper Co.	
Ligada à	
— Emp. Gráfica Times do Brasil SA	— José E. M. de Barros
— Metalúrgica Republic	
Udylite Corporation	
Hooker Chemical Corp.	
Occidental Petroleum Corp.	
	— Euclydes Aranha No.
	— Norberto Lederer
— Carbono-Lorena S/A	— Carlos R. G. Levy
Ugine Kuhlman	— O. Marcondes Ferraz
— Stang do Brasil S/A	— João C. G. Penteado
Serviços de Drenagem	
Stang Hydronics Inc. California	
— Ronson do Brasil	
Ronson Corp.	
— Lucas do Brasil	— G. W. Borghoff
Joseph Lucas	— G. J. Borghoff
— Cia. Brasileira de Construções de Aço	— Cássio P. Gomes Fo.

— SAE Anderson Construction Corporation — USA	— Joaquim R. C. Freire
— Primeira Indust. Brasil de Feltro Llobera S/A Huyck Corporation — USA	— Joaquim R. C. Freire — Cassio P. Gomes Fo.
— CAVU S/A Distribuidora de Aviões Imex Aircraft	
— 7 UP do Brasil Estratos de Bebidas S/A — 7 Up Export Corp.	
— Dunlop do Brasil Dunlop Rubber	— P. Reis Magalhães
— CIN — Cia. de Incrementos de Negócios — Leo Burnet Co. — Chicago — Seagers do Brasil S/A — Brink's S/A Pittston Co/Brascan	
— CIPAC — Com. e Ind. de Produtos Agrícolas Catarinenses Geismar & Co.	
— Morganite do Brasil Indal S/A The Morgan Crucible Co. — Hyster do Brasil	
— International Harvester Machines S/A — I. H. Co. — Motores Rolls Royce	Arnaldo Olinto Bastos Fo. E. G. Hautzenroeder J. Fairgrieve
Rolls Royce S/A — Facit S/A Facit A. B. Atvidaberg — Quaker Oats Co. — ADELA S/A — Laboratório Brandva S/A Ind. Química e Farmacêutica	
— Baker Perkins Molinos do Brasil S/A Ind. e Com. Molins Machine Co. Ltd. — Inglaterra — Motores Perkins S/A F. Perkins Ltd. — Inglaterra Massey Ferguson Ltd.	— Samuel de Souza Leão Gracia — J. E. Monteiro de Barros — Paulo Ulhoa de Oliveira — Bernard Colin Bell — Manoel Garcia Fo. — John W. Simonsen — Joseph Mauss
— Emp. Gráfica Times do Brasil S/A — ATE Telefones Automáticos do Brasil S/A Automatic Telephone & Electric Co. Ltd.	— K. Finney — F. Mortimer Smith — B. Hartemberg
— Massey Ferguson do Brasil S/A Ind. e Com.	— Lélio Almeida Toledo Pizza
— Âncora Indústria e Comércio Ltda. Eastern Ard Charters Trust Imbank Nominees Ltd. Overseas Manufacturing Co.	
— Udylite do Brasil S/A Ind. e Com. Udylite Corp. USA	

Eudes de Souza Leão Pinto — IPES Rio
Pré-1964: ESG
ADESG
CBR
IBAD

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Nordestina S.A. Créd. Finan. e Invest. — SANBRA — Norpel S.A. Ind. de Papéis do Nordeste — Geral Brasileira de Óleos S.A. — Guararapes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	

Fernando Alencar Pinto — IPES S. Paulo/Con. Or.
Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Westingbrás S.A. Indústria de Aparelhos — Westinghouse Electric Int. Co. — SIAM Torquato de Tella — Cia. Importadora de Máquinas Irmãos Pinto — Dismaco S.A. — F. A. Pinto Importação e Exportação — Fernando Alencar Pinto Importação e Exportação S.A. — Dismaco S.A. Construtora e Distribuidora de Máquinas — Bomclima S.A. Indústria de Aparelhos Domésticos — Cimapinto Cia. Importadora de Máquinas	

Harold Cecil Polland — IPES Rio/Con. Or./C.E

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— UNITOR S/A — Comércio e Indústria de Soldas Elétricas Cia. Metropolitana de Construções Noreno S/A H. C. Polland — Cia. Metropolitana de Construções — Banco Português do Brasil — Cia. Estradas de Ferro de São Jerônimo Ligada à — Aços Finos Piratini S/A (Bernardo Geisel) — Cia. Carbonífera Minas de Butia	

— Grupo Copelmi — Cia. de Pesquisa e Lavras Minerais	— Ivo de Magalhães — Roberto Gabizo — Julian Chacel

Fernando Machado Portela — IPES Rio/Con. Or./C.E.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Standard Eléctrica ITT Inter. Stand. Electric Corp.	— Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva — Jorge Lemgruber — João Augusto Maia Penido
— Cia. Força e Luz Minas Gerais	— Victório Pareto
— Banco Boavista S/A	— Luiz Biolchini — Cândido Guinle — Alberto Torres Fo.
— Rádio Internacional do Brasil — ITT — ITT — Comunicações Mundiais — Cia. Palmares Hotéis e Turismo (ITT)	
— Banco de Crédito Municipal S/A	— José dos Santos Lyra
— Aliança Comercial de Anilinas Bayer Foreign Invest. Ltd. Farben Fabriken Bayer A/G — Banco Boavista de São Paulo S/A	

Flávio Galvão de Almeida Prado — IPES S. Paulo/Grupo de Trabalho

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Armazéns Gerais UCCA S/A — Armazéns Gerais Santa Cruz — Metalúrgica Orlândia S/A	

Trajano Puppo Neto — IPES S. Paulo

Pré-1964: Missão Bras. de Reestruturação do Débito Exterior
(Setor Privado dos USA)
Consultor Assuntos Com. MIC.
CIESP
União Cult. Brasil-USA
Ass. Com. RJ
American Chamber of Commerce
Associação Com. SP
Sindic. Bancários GB
Mov. Bras. Escotismo
FGV SP
A.P.P.I. — Assoc. Internat. pour la Promotion et la Protection des Investissements Privés en Territoires Etrangières, Genève

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Anderson Clayton & Co. S/A — ACCO USA — Vidros Corning Brasil — 1st National City Bank of N. York (Grupo Morgan)	— César Augusto de Camargo Pinto José de Moraes Aranha

— Cia. Vidraria Santa Marina	— Angus Littlejohn — G. Eduardo Bueno Vidigal — E. Caio da Silva Prado
— Corning Glass — Banco Desenvolvimento e Investimento do Comércio e Indústria Fiducial — Argos Fluminense Insurance Co. — Ideal Standard S/A Ind. e Com. — American Standard do Brasil — Sanitários Products, Canada — American Radiator & Standard Sanitary Co. USA	— J. B. Almeida Fo. — L. E. Campello

---

Jorge de Morais Queiroz — IPES S. Paulo/Con. Or./Setor de Serviços Sociais

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Empresa Elétrica Bragantina S/A	

Miguel Reale — IPES S. Paulo
Pré-1964: ESG
FCESP
USP — Faculdade de Direito
Escola de Sociologia e Política

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Finasa de Investimento (Grupo Morgan/*Dresdner*)	
— Indusa S/A Indústria Metalúrgica — Kardap AG Suisse — Radaelli Group	— Ugo Radaelli

---

Luis L. Reid — IPES S. Paulo (Faleceu em 1963)

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco da América	— Herbert Levy — Herculano de Almeida Pires — Jorge da Silva Fagundes
— CIPRA S/A — SESPA S/A — REID Construções — RIACHUELO S/A — Créd. Finan. Invest.	

Carlos José de Assis Ribeiro — IPES Rio/Grupo de Estudos
Pré-1964: C.B.P.
Instituto Mackenzie
American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— General Electric S/A Grupo Morgan	— João Baptista Proença Rosa — Charles Bolschini — H. F. McCullough

— Cia. Sulamericana de Investimentos	— Américo Oswaldo Campiglia
— Banco Anchieta S/A	— Adolfo de Campelo Gentil
— Banco Financiador S/A	— Charles Bolschini

Nelson Parente Ribeiro — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: ESG
ADCE

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Irmãos Guimarães S/A	— David Antunes de Oliveira Guimarães
	— João Alves de Moura
— Fides S/A Crédito, Financiamento e Investimentos	— C. Cardoso
	— E. Leite Pereira
	— Leopoldo Pereira de Sá

Paulo de Assis Ribeiro — IPES Rio/Grupo de Estudos
Pré-1964: Comissão Mista Brasil — USA
P.U.C.
ARN Soc. Construtores Ltda.
Serviços Técnicos de Engenharia, Administração e Contabilidade

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Consórcio Brasileiro da Produtividade	

Vicente de Paulo Ribeiro — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— D.L.R. Plásticos do Brasil S.A.	
— Sociedade Técnica e Comercial Serva Ribeiro — Engenharia e Comércio	
— Dominium S.A. Ind. e Com.	
— Delbestos S.A. Ind. e Com.	

Rubem da Fraga Rogério — IPES S. Paulo/Rio/Grupo de Integração

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Ultragás S/A	— Pery Igel
	— Henning A. Boilessen
— Pronews	
— Granel Gás S/A	— E. S. Lorentzen
— Cia. Ultragás	— J. Thomas Nabuco Araújo
— Brahoco S/A Paraná	
— Cia. Heliogás S/A	
— Cia. Brasileira de Gás	

Eduardo Garcia Rossi — IPES S. Paulo/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: Sindicato Indústrias de Artefatos de Ferro e Metais em Geral
CIESP
IDORT

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Sociedade Técnica de Fundições Gerais SOFUNGE (Ligada a Banco Noroeste do Estado de S. Paulo)	— Octávio Gouveia de Bulhões — Wilton Paes de Almeida
— Group Daimler Benz	
— Semavi S/A Com. e Agrícola	
— Cochrane S/A	— Eduardo Simonsen
— Barcellos e Cia.	— Frederico Luiz Gaspari
— Fiat Lux de Fósforos de Segurança	
— British Match Co. (Ligada a Swenska Tandsticks A.B.)	
— Lyrio Ltd. Ind. de Ferro	
— Relógios Brasil S/A	— João B. P. Almeida
— Talley Industries Arizona	
— Cia. Universal de Fósforos e Embalagens	
— Bryant & May Ltd. (Ligada a Swenska Tandsticks A.B.)	
— British Match Corp.	
— Quimasa S/A — Química Industrial Santo Amaro	— Gilberto Pires de Oliveira Diaz
— Lab. Bristol S/A	— Ney Galvão
— Bristol Meyers	
— Laborterápica Bristol S/A Indústria Química e Farmacêutica	

Luiz Rodovil Rossi — IPES S. Paulo
Pré-1964: FIESP
CIESP
Sindicato Indústrias Auto-Peças
ADESG

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Bambozzi S/A Máq. Hidráulicas e Elétricas	
— Família Bambozzi	
— Massas Alimentícias Semoleite Ltda.	
— Auto Comércio e Indústria ACIL S/A	

José Júlio Azevedo Sá — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— A Sensação Modas S.A.	— Lauro de Souza Carvalho
— Família Souza Carvalho	
— A Exposição Modas S.A.	— Alberto Gama — Cyro Gama

Comandante Aniceto Cruz Santos — IPES Rio
Pré-1964: CONSULTEC
APEC
Lloyd N. York

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Ishikawajima do Brasil — Estaleiros	— Ayres Pinto da Fonseca Costa
— Ishikawajima Heavy Ind.	— Orlando Barbosa
— Ishikawajima do Brasil S/A Eng. Com. e Ind.	— Rubens de Noronha
— Cia. Metalúrgica Barbará	— Augusto César A. Antunes
— COFICO — Cie. Financière et Industrielle Intercontinentale	
— Cia. Financière de Bayard	
— Flia. Barbará	
— A. T. Azevedo Antunes	

Fábio Araújo Santos — IPESUL
Pré-1964: Associação Comercial de Porto Alegre

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— H. Santos Indústria e Comércio S/A	

Joaquim Rocha Santos — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— São Carlos Minérios S/A	
— Instal — Comércio e Serviços Gerais	

Augusto Frederico Schmidt — IPES Rio
Pré-1964: ACRJ
Itamaraty

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— SANBRA	— Eudes de Souza Leão Pinto
— Rilsan Brasileira S.A.	— S. Klabin
— Nitroquímica/Klabin Irmãos/Siderúrgica Barra Mansa/Banco Comércio e Indústria de São Paulo/Votorantim S.A.	— José Ermírio de Moraes — A. M. Motta
— ICOMI	— Augusto Trajano de Azevedo Antunes
— Bethlehem Steel/CAEMI	
— Orquima S.A. Indústrias Reunidas	— Negrão de Lima — João Cleofas
— Klein & Saks	— Horácio Lafer — João Neves da Fontoura — Erwin Feder
— Manufatura Nacional de Plásticos S/A	— J. Ermírio de Moraes
— Orgânico S.A./Cia. Ind. e Com. Couraçado	

— Credibrás Financeira do Brasil S/A	— Walter Moreira Salles — D. Madureira Pinho — Hélio Pires de Oliveira — Hélio Beltrão — Hélio Cássio Muniz — Henrique de Botton — T. Quartim Barbosa — Sérgio Pinho Mellão — Homero Souza e Silva
— Orgânico S.A.	
DISCO Distribuidora de Comestíveis	
— Cia. de Potassa e Adubos Químicos	
— Farloc do Brasil S.A. Ind. e Com. — Wagner Electric Co/Org. de Empreendimentos Gerais S.A.	— Gabriel R. Weber
— Banco do Comércio S.A.	— Walter Moreira Salles
— Linho de São Borja	
— COMACO S.A.	
— Soc. Expansão Com. Ltda. SEPA	
— Meridional Cia. de Seguros	
— Siderúrgica Mannesmann — Mannesmann A.G. — Alemanha	— Edmundo Macedo Soares — Manoel Ferreira Guimarães — Sigmund Weiss — Jorge Serpa Fo.
— Mannesmann de Irrigação — Mannesmann A.G. — Alemanha /Stahl Industrie und Maschinenbau A.G./Com. Ind. Mannex do Brasil/Brasil-Canada Com. e Ind. S.A.	
— Berço Ind. Química	
— ARLA Ltda. Arquitectura Latinoamericana	
— Ind. Têxteis Barbero S.A. — James Mackie & Sons — R. Unido	
— SCIPA Soc. de Comércio e Importação Produtos Americanos	
— Sidapar de São Paulo — Usina Siderúrgica de Nossa Senhora de Aparecida	
— Estudos Técnicos Europa-Brasil S/A	

Carlos Henrique Schneider — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Auxiliadora Predial S/A — Cia. Avelagus Comércio e Indústria — Cia. Sol de Seguros	— Pedro Bruno Dischinger — Charles Volcher

Oscar Schrappe Sobrinho — IPES Curitiba
Pré-1964: IBAD
ADEP
ACOPA

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Mercantil e Industrial do Paraná (Rede Nacional Bamerindus S.A.)	— Othon Mader
— Impressora Paranaense S.A.	— Avelino A. Vieira
— Panorama Magazine	
— Sociedade Comercial e Representações Gráficas Ltda.	

A. Carlos Pacheco e Silva — IPES S. Paulo/Con. Or./Com. Dir./Grupo Doutrina
Pré-1964: CIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— MOLAS NO SAG do Brasil S/A	
SAG-No Comércio de Molas Ltda.	
No Sag Spring Co — USA	
SISBEL Adm. e Serviços S/A	

Edmundo Falcão da Silva — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: BNDE

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Indústrias Reunidas Cacique	
— Aerovias Brasil	
— Comp. Ferro e Aço de Vitória	
— Ferrostaal AG	

Eduardo Pacheco e Silva — IPES S. Paulo
Pré-1964: Associação Têxtil de S. Paulo
Sindicato Industrial Fiação e Tecelagem
Instituto de Engenharia de São Paulo
Sociedade Harmonia de Tênis

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— S/A Fábrica de Tecidos São Luiz	
— Cerâmica Rosário Com. e Ind. S/A	
— Construtora Rosário S/A	
— Vasoflex S/A Produtos Plásticos	— Luiz da Silva Prado
Co. Vidraria Sta. Marina	— Roberto L. da Silva Prado
Co. Prado Chaves Export	

General Golbery do Couto e Silva — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: ESG
Conselho de Segurança Nacional

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS

Luiz Antônio da Gama e Silva — IPES S. Paulo/Grupo Doutrina
Pré-1964: CIESP

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Prada Indústria e Comércio	

Oswaldo Breyne da Silveira — IPES S. Paulo/Com. Dir./C.E./Setor Educação Seletiva

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— L. Figueiredo Corp. — USA	
— L. Figueiredo Sul Rio Grande	— João Batista Leopoldo Figueiredo
— Cia. Brasileira Mercantil Industrial	
— Cia. Panamericana de Administração	
— L. Figueiredo Navegação S/A	— L. Figueiredo Júnior
— L. Figueiredo Armazéns Gerais	
— L. Figueiredo Adm. de Seguros	
— Comercial e Comissaria S. Paulo Ltda.	
— Sociedade Exportadora Ltda.	

Guilherme da Silveira Fo. — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: Sindicato Indústrias de Fiação e Tecelagem
CIERJ
CEN

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Progresso Industrial do Brasil — Tecidos Bangu	— José Vieira Machado
— Mac Brass Confecções	— M. Guilherme da Silveira Filho
Grupo Bangu	
Mackintosh Confectie N.V.	

Mário Henrique Simonsen — IPES Rio
Pré-1964: CONSULTEC
APEC
FGV
ANPES
CNI

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Bozano-Simonsen (Ligado a Lloyds Int.)	
— Decred S.A.	— José Luiz Moreira de Souza
	— José Garrido Torres
— Credisan — Crédito Financiamento e Investimento S.A.	— Vicente Rao
	— Marcelini M. dos Santos
— Souza Cruz	
— British-American Tobacco	
— Mercedes Benz	

Edmar de Souza — IPES S. Paulo
Pré-1964: CONSULTEC
APEC
BNDE
Banco do Brasil

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco de Investimento e Desenvolvimento Industrial	
— Banco do Estado da Bahia S.A.	

Hélio Cássio Muniz de Souza — IPES S. Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Credibrás Financeira do Brasil S/A	— Walter Moreira Salles
	— Hélio Pires de Oliveira Dias
	— Augusto F. Schmidt
	— Hélio Beltrão
	— Henrique de Botton
	— Teodoro Quartim Barbosa
	— Sérgio Pinho Mellão
	— D. Madureira de Pinho
	— José Braz Ventura
— Cassio Muniz S.A. Imp. e Com. (Ligada a Cessna Aircraft Co.)	
— Cassio Muniz Veículos	
— Cassio Muniz Administradora	
— American Marietta S.A. Tintas e Lacas	— Carlos Cueva
— Martin Marietta Corp.	
— Marietta do Brasil	
— Cassio Muniz S.A.	
— Cia. Suburbana de Administração	

José Luiz Moreira de Souza — IPES Rio/Con. Or./Com. Dir.
Pré-1964: ACRJ
Confed. Nacional da Indústria

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— U.E.B. Group	
— Confecções Sparta	
— Casa Bancário Delta S/A	— Gal. A. Albuquerque Lima
— Cia. Bras. de Roupas	
	— J.L. Magalhães Lins
	— José de Carvalho
	— J. Cândido Moreira de Souza
— Financeira Decred S/A	— Aluizio Alves
	— J. Garrido Torres
	— M.H. Simonsen
	— Vicente Rao
— Dix S/A	
— Decasa Utilidades S/A	
— Cia. Paulista de Roupas	
— Cia. Mineira de Roupas	
— Dennisson Propaganda S/A	
— Decler S/A	

— Ducal — Daviga S/A — Dexter Cia. de Comércio Exterior José Cândido Moreira de Souza José Cândido Vasconcellos Carvalho Sérgio Hoffbanner Antunes Kastrup	J. Cândido Moreira de Souza Paulo Neves de Souza Quartim

---

Roberto Pinto de Souza — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
ORCICA S.A. Créditos Financiamentos e Investimentos	Antônio Augusto Monteiro de Barros Nelson Agostinho de Cápua Pereira Gilberto Leite de Barros Carlos Augusto de Resende Junqueira
— Novo Mundo Investimentos S.A.	A. A. Monteiro de Barros Nelson A. de Capua Pereira Gilberto L. de Barros C. A. de P. Junqueira

---

Paulo C. Suplicy — IPES S. Paulo
Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Escritório Suplicy	Luiz Suplicy No.

José Bastos Thompson — IPES S. Paulo/Con. Or.
Pré-1964: Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Indústrias Doelher do Brasil S.A. — National Lead Industries Inc. — USA	Luiz F. Ribeiro
— Cia. Industrial e Comercial Brasmotor — Crédit Suisse/Cadif-Panamá/Patiño Mining Corp./Banco Econômico da Bahia	
— Cia. Patiz de Inversões — Panamá — Patiño Group holding	Antônio Sánchez Galdeano
— Idamisa S.A. — Panamá — Sociedade Geral Imobiliária	
— Banco Econômico da Bahia S.A.	Francisco de Sá Miguel Calmon de Pin e Almeida
— Cia. Petrolífera Brasileira	Ângelo Calmon de Sá Clemente Mariani
— Indústrias Gemmer do Brasil	
— Ross Gear & Toll Co. Inc.	H. M. Etchenique
— Multibrás Ind. de Aparelhos Domésticos	P. A. Newman
— Anglo-América	

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Fiação Utinga S.A.	
— Trin Inc.	
— Leandro Dupré Construtores Ltda.	
— Anglo-América Ind. Imp. e Exp. S.A.	
— Patiño Group/Braskel S.A./Ross Gemmer Gear do Brasil/Brasmotor S.A. Ind. e Com.	
— Cia. Agrícola Contenda	
— Braskel S.A.	
— Cia. Sorocabana de Material Ferroviário SOMA	Paulo Ferraz Vitório Ferraz
— General American Transport Co.	
— Espólio de M. J. Marcondes Ferreira	
— Mineração Brumadinho	
— National Lead Industries Co.	
— Pigmentos Minerais	
— National Lead Industries Co.	
— Multibrás Ind. de Aparelhos Domésticos	Eduardo Caio da Silva Prado
— Brastemp S.A.	
— Barsmotor S.A.	
— Whirlpool Int. — Bahamas	
— Banco de Crédito Int. — Bahamas	
— Patiño Group	

Ernesto Barbosa Tomanik — IPES S. Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Corretor da Bolsa de Valores de São Paulo	

Ary Frederico Torres — IPES S. Paulo/Con. Or.
Pré-1964: MVOP
Cia. Siderúrgica Nacional
Comissão Mista Brasil-USA
American Chamber of Commerce
FGV

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Brassinter S/A Ind. e Com.	Vicente Chiaverini José Roberto Torres
— Cia. Brasileira de Material Elétrico — COBREL	
— Comp. Fabricadora de Peças — COFAP Perfect Circle Monroe Auto Equip.	
— Cia. Clementina de Administração	Santiago Dantas
— Francisco Matarazzo	
— Cia. Brasileira de Material Ferroviário	
— American Steel Foundries	
— COFAP — Cia. Fabricadora de Peças	Abraham Kasinski H. Paes de Almeida

— COBRASMA	Haroldo de Siqueira George Hanna Khalil
— Cia. Mogiana de Estradas de Ferro	
— Cia. Petroquímica Brasileira COPEBRAS	Ed Caio da Silva Prado
— Columbian Carbon Int. Panamá	
— Columbian Carbon USA	Angus Littlejohn
— Celanese Corp. of America - USA	Santiago Dantas
— Celatino S/A — Panamá	
— Ferro e Aço de Vitória	

Jayme Torres — IPES S. Paulo/Con. Or.

Pré-1964: FIESP
Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos
Associação Comercial de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Laboratório Torres S.A.	Tarquino J. B. de Oliveira
— A.C.T. Administração Participações Propaganda e Comércio S.A. /Laboratório Silva Araújo Roussel	
— Instituto Organoterápico Brasileiro S.A.	

José Garrido Torres — IPES Rio/C.E.

Pré-1964: BNDE, BID, SUMOC, CEPAL, CONSULTEC, APEC, FGV, CED, PUC, ESG, IBRE, Escritório Comercial — New York

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Lowndes	
— Banco Interamericano	
— Decred S/A	J. L. Moreira de Souza J. L. Magalhães Lins Mário H. Simonsen Vicente Rao
— Conjuntura Econômica	
— Cia. de Seguros Cruzeiro do Sul	

General João Batista Tubino — IPES Rio

Nei Peixoto do Vale — IPES Rio/Grupo de Opinião Pública

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— American Chamber of Commerce Comissão de Publicação	
— Listas Telefônicas Brasileiras S/A	Gilbert Huber Jr.
— Páginas Amarelas	Gilbert Huber Jr.

Décio Fernandes Vasconcellos — IPES S. Paulo/Con. Or./Setor de Ação Empresarial
Pré-1964: FIESP
American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— D.F. Vasconcellos S.A. Óptica e Mecânica de Alta Precisão — Administradora Vasconcellos	

Domício Veloso — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Ouro S.A. Indústria e Comércio — Ind. Têxtil Campina Grande S.A.	

Alberto Venâncio Fo. — IPES Rio

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Comércio e Navegação — Estaleiro Mauá — Cia. Aymoré de Indústrias Gerais Deltec International Packers Ltd.	

José Ignácio Caldeira Versiani — IPES Rio
Pré-1964: FIEGA
SESI-GB
CIESP
Sindicato Nacional das Indústrias de Fósforos

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Centro Industrial de Fósforos — Cia. Brasileira de Fósforos Fiat-Lux J. John Masters & Co. Ltd. — GB Bryant & May — GB — Florestas e Madeiras Brasileiras S/A — Bryant & May — GB	

Euldílio Pontes Vidigal — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Sodril S/A Corretora de Títulos e Valores — Construtora de Imóveis São Paulo S/A — Deltec S/A — Cobra — Comp. Val. de Emp. — Vidigal Pontes S/A Administração de Bens — Telefunken do Brasil S/A — Banco Paulistano	

Gastão Eduardo de Bueno Vidigal — IPES S. Paulo/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Cia. Vidraria Santa Marina — Sociedade Comercial e Administradora Prado Ltda./Vidros Corning Brasil S.A. Pittsburgh Plate Glass Co./Pittsburgo de Vidros e Cristais/Cia. Com. de Representações São Luiz/Com. e Administradora Samasa S.A.	Octávio de Sá Moreira Alvaro A. de Bueno Vidigal Jaques Renaud Angus Littlejohn Max Huet Lawrence King
— Finasa Paraná/Finasa Santa Catarina S.A. Finasa Crédito e Investimentos — Banco Comercial do Paraná S.A. — Banco Ind. e Com. de S. Catarina — Finasa S.A. Financiamento Crédito e Investimentos	Lucas Nogueira Garcez Raphael Papa Genésio de Miranda Lins
— Stora Kopparberg do Brasil S.A. Ind. Metalúrgica — Stora Kopparberg Bergslag — Suécia	Eduardo Caio da Silva Prado
— Banco Mercantil de São Paulo — Bueno Vidigal Group/Leonel Tavares Miranda	Caio Alcântara Machado Paulo Ayres Fo. Israel Klabin Lucas Nogueira Garcez Gastão de Mesquita Fo. Eduardo Caio da Silva Prado
— Cia. Cimento Portland Maringá	Gastão de Mesquita Fo. Cássio da Costa Vidigal
— CONFAB — Cia. Nacional de Forjagem de Aço	A. C. Bueno Vidigal
— Canadian Imperial	
— Banco Finasa de Investimentos (Ligado ao Dresdner Bank (Alemanha) Grupo Morgan (EUA) Enskilda Bank (Suécia))	Leitão da Cunha
— Brasval S.A.	Luiz Eulálio de Bueno Vidigal
— Baring Brothers	
— Cia. Luz e Força Santa Cruz	
— Banco do Estado de São Paulo	
— Cia. Paulista de Seguros	
— São Paulo Light S.A.	Antônio Gallotti
— Cia. Melhoramentos Norte do Paraná — Família Vidigal — Família Mesquita	Sílvio de Bueno Vidigal Cássio da Costa Vidigal
— Cia. Paulista de Medição	Herman Moraes Barros
— Cia. Agric. Guarita Exp. e Imp. — Cia. Agrícola Caiuá	Gastão de Mesquita Fo.

Mauro Ribeiro Viegas — IPES Rio/Con. Or.
Pré-1964: Conselho Regional de Engenharia, Mecânica e Arquitetura

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— CONCREMAT — Sociedade Civil de Controle de Concreto e Ensaios de Materiais	

Aluísio Aragão Vilar — IPES B. Horizonte

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Metalúrgica Mauá S.A. — MEMASA	
— ACESITA — Aços Especiais Itabira	
— Cia. Fiação e Tecidos de Minas Gerais	Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva
— Adm. e Empreendimentos Lugona	

Luiz Dumont Villares — IPES S. Paulo/Con. Or.
Pré-1964: CIESP
FIESP
American Chamber of Commerce
Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Aços Villares S.A.	Theodore Niemeyer
— Villares S.A. Participações Indústrias/IBEC/José de Souza Queirós Fo./Valeria 1.ª/Sul-América Capitalização/Sul-América Cia. Nacional de Seguros de Vida/Corimbata S.A. Empreendimentos Comerciais/Angra S/A Com. e Adm./Banco Comércio e Indústria de São Paulo/DELTEC/Crescinco	A. José Soares Amora Paschoal Ardito André Mussetti
— Matrix S.A. Ind. e Com.	J. L. Whitaker Ribeiro
— The Devilliss Co.	Emanuel Whitaker
— Magal S.A. Ind. e Com.	
— Theodore Seiler/Lagam Administração Ltd. Friedrich Flick KG/Mercedes Benz/Ernest Mahle	Max Wernier
— Cotton Adelina S.A.	
— Zahnrad Fabrik Friedriechshafen do Brasil	
— Argos Industrial	
— Elevadores Atlas	
— Fundo Zeppelin	
— Friedrich Flick/Magal S.A.	
— Vibar Ind. e Com.	
— DELTEC/Gotzwerke Friedrich GT A.G./Codival/Crescinco	
— Ind. Bras. de Óleos	
— Woolen Mill	
— Argos Ltda.	

— Equipamentos Ind. Villares	B. Kristian Orberg
— Harnisch Feger International Corp.	J. Batista Pereira Almeida Fo.
— Maximus Com. e Ind. S/A	Theodoro Quartim Barbosa
— Induseg. Cia. Nacional de Seguros do Comércio e Indústria	Paulo Egydio Martins
— Laboratório Andrômaco	
— Indústrias Villares S/A	Borge K. Orberg
— Villares S/A — Particip. Ind.	Roberto Ratto
— IBEC	J. J. Moraes Guerra
— Banco Com. e Ind. de São Paulo	Manoel Serra Negra
— Angra S/A	Frederick D. F. Pirie
— Fundo Crescinco	

Eudoro Villela — IPES S. Paulo/Con. Or.
Pré-1964: American Chamber of Commerce

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Banco Federal de Crédito S.A.	Olavo Egydio Setúbal J. C. Moraes Abreu Aloysio Ramalho Foz
— Sociedade Anônima Brasilit — Saint Gobain/Point-A-Mousson	
— Banco Itaú	
— Cia. Seguradora Brasileira	Ermírio de Moraes Olavo E. Setúbal
— Willys S.A.	Luiz Moraes de Barros
— Duratex S.A. Ind. e Com. — Banco Federal de Crédito S.A./ Olavo E. Setúbal Engenharia/ Adm. e Com. S.A./Cia. Bancredit de Adm. de Bens	Olavo E. Setúbal Nivaldo Ulhoa Cintra O. A. de Camargo Laerte Setúbal Filho
— CBM Cia. Brasileira de Máquinas e Materiais	Nivaldo C. de Ulhoa Cintra Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança

---

Maurício Libânio Villela — IPES Rio/Con. Or.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Dieta S/A Produtos Alimentícios	
— Química e Farmacêutica Maurício Villela S/A	Eurico Libânio Villela José Sheinkman
— VILCO S/A Produtos Químicos	Eurico Villela
— Empreendimentos Villela S/A Adm. e Participações	

Luiz Cássio dos Santos Werneck — IPES S. Paulo/Com. Dir.

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— Poliplast Indústria e Comércio S.A.	R. Cunha Bueno G. Ferrari

COMPANHIAS E GRUPOS	DIRETORES E/OU ACIONISTAS
— J. Zamprogna S.A. Administração e Comércio	
— J. Zamprogna S.A. Importação, Comércio e Indústria	

OUTROS LIDERES DO IPESUL:

Coronel Yeddo J. Blauth
Cândido José Bezerra Godoy
João Antônio O. Martins
Carlos Gastand Gonçalves
José de Abreu Fraga
Coronel Paulo Couto e Silva
Carlos Lopes Osório
Amadeu da Rocha Freitas
Itacyr Pinto Schilling
Oudinot Villardino

FONTES DO APÊNDICE B

ALMEIDA, Rui Gomes de. *Idéias e atitudes*. Rio, J. Olympio, 1965.

ARQUIVOS DE PAULO DE ASSIS RIBEIRO. Rio de Janeiro.

ARQUIVOS DO IPES. Rio de Janeiro.

BANAS. Indústria brasileira de máquinas. São Paulo, 1960.

——. ——. 2. ed. São Paulo, 1960.

——. A siderurgia no Brasil 1960-1965. São Paulo, 1960.

——. O capital estrangeiro no Brasil: quem controla o quê. São Paulo. 2 v.

——. A indústria farmacêutica no Brasil. São Paulo, 1961.

——. Anuário da indústria do papel e celulose. São Paulo, 1961.

——. A indústria de máquinas e ferramentas. São Paulo, 1962.

——. A marcha dos negócios em 1961. São Paulo, 1962.

——. A indústria de material elétrico e eletrônico. São Paulo, 1962.

——. Siderurgia. São Paulo, 1962.

——. Construção. São Paulo, 1962.

——. A indústria química no Brasil: 1956-1963. São Paulo, s.d. 2 v.

——. Química 1963. São Paulo.

——. Química 1964. São Paulo.

——. Química 1966. São Paulo.

——. Farmacêutica 1963. 4. ed. São Paulo.

——. Brasil 1963. A marcha dos negócios em 1962. São Paulo, 1963.

——. Alimentos e bebidas. São Paulo, 1963.

——. Elétrica e eletrônica. São Paulo, 1963.

——. ——. São Paulo, 1964.

——. ——. São Paulo, 1966.

——. Siderurgia. São Paulo, 1963.

——. ——. São Paulo, 1966.

——. Construção. São Paulo, 1963.

——. Papel e plásticos. São Paulo, 1963.

——. Embalagens. São Paulo, 1963.

——. Brasil 1964. A marcha dos negócios em 1963. São Paulo.

——. Embalagens. São Paulo, 1964.

——. Construção. São Paulo, 1964.

——. Bancos, investimentos e bolsas. São Paulo, 1964.

——. Mineração, siderurgia, metalurgia. São Paulo, 1965.

——. Construção. São Paulo, 1965.

——. Brasil 1965. São Paulo.

——. Investindo para o Brasil. São Paulo, 1966.

——. Máquinas e ferramentas, 1964. São Paulo, 1966.

——. Bancos, bolsas e investimentos. São Paulo, 1966.

——. Brasil 1967. São Paulo.

——. Brasil industrial 1967/1968. São Paulo.

——. 40.000 no comando da economia brasileira. São Paulo, 1968/69. v. 1-2.

——. Brasil industrial 68/69. São Paulo.

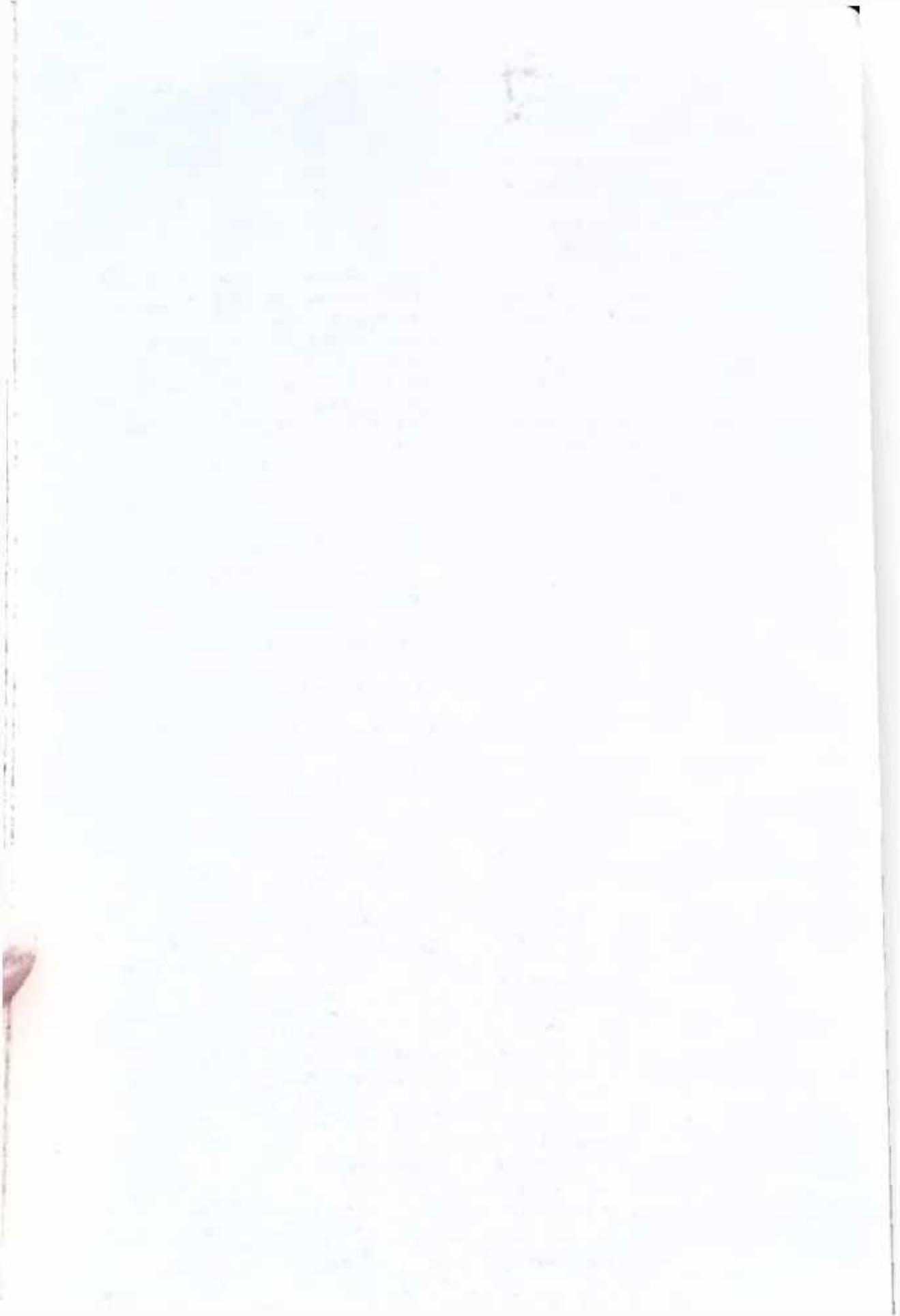
BARNET, Jean. *Guia Interinvest 1973. O Brasil e o capital internacional*. Rio de Janeiro, Interinvest, 1973. (Pesquisa).

BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Manchester Univ. Press, 1977.

BRAZILIAN INFORMATION BULLETIN. Berkeley, n. 5, Aug./Sept. 1971.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 9 fev. 1965. p. 2.

COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Ed. Sul-Americana, 1961. v. 1-2.

FONSECA, Herculano Borges da. *As instituições financeiras do Brasil.* Rio de Janeiro, Crown Editora Interamericana, 1970.
HAAS, Werner. *A contribuição do "know-how" estrangeiro à indústria brasileira.* São Paulo, Ed. Banas, 1961.
——. BARNET, Jean & BOSSART, Roland. *Os investimentos estrangeiros no Brasil.* São Paulo, 1960.
MOURA, Aristóteles. *Capital estrangeiro no Brasil.* 2 ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1960.
PEREIRA, Osny Duarte. *Quem faz as leis no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
——. *Ferro e independência.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
QUEM é quem no Brasil. São Paulo, Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1951. v. 1.
——. 1952. v. 2.
——. 1953. v. 3.
——. 1955. v. 5.
——. 1963. v. 9.
——. 1964.
——. 1967.
ROJAS, Robinson. *Estados Unidos en Brasil.* Santiago de Chile, Prensa Latinoamericana, 1965.
TOLMAN, John M. *A. F. Schmidt.* s. l., Edições Quiron, MEC, 1976. p. 13.
WHO'S who in the Brazilian economic life? São Paulo, Sociedade Brasileira de Publicações Culturais e Econômicas, 1968.

APÊNDICE C

Correspondência do CBP com Eneas Fonseca

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 19[illegible].

Ilmo. Snr.
Enéas Fonseca
Rua São Paulo, 2590
Belo Horizonte (MG)

Prezado Snr.

Agradecer-lhe-íamos sinceramente se V. S. fizesse chegar às mãos do Dr. Paulo de [illegible] Ribeiro — que aí deverá chegar a 30 ou 31 do mês findante — os inclusos documentos.

Tomamos a liberdade de utilizar os seus préstimos para esse fim considerando que não dispúnhamos de outro meio de cumprir aquela finalidade em face da urgência que temos para que os referidos documentos estejam em poder do Dr. Paulo até o dia 31, quando, a respeito dos mesmos deverá entender-se com o Dr. [illegible], da Secretaria das Finanças.

Antecipadamente gratos, colocamo-nos aqui ao seu inteiro dispor, aproveitando a oportunidade para cumprimentá-lo

Cordialmente,

RIO DE JANEIRO, 10 DE NOVEMBRO DE 1956

ILMO. SNR.
ENÉAS FONSECA
RUA SÃO PAULO, 2590
BELO HORIZONTE (MG)

PREZADO SENHOR,

CONFIRMANDO OS ENTENDIMENTOS MANTIDOS VERBALMENTE COM V.S. PELO SEGUNDO SIGNATÁRIO DA PRESENTE, COMUNICAMOS-LHE QUE O NOSSO CONSELHO DIRETOR, EM SUA REUNIÃO DE 4 DO CORRENTE, RESOLVEU DESIGNÁ-LO PARA NOSSO REPRESENTANTE EXCLUSIVO NESSA CAPITAL.

DELIBEROU, AINDA, O CONSELHO ESTABELECER AS SEGUINTES CONDIÇÕES FINANCEIRAS COMO REMUNERAÇÃO AOS SERVIÇOS QUE NOS SERÃO PRESTADOS:

5 % (CINCO POR CENTO) SÔBRE O VALOR DOS NEGÓCIOS QUE V.S. ENCAMINHAR AO CONSÓRCIO E QUE VENHAM A SE CONCRETIZAR, COBRINDO ESSA PERCENTAGEM A COMISSÃO PELO ENCAMINHAMENTO E A REMUNERAÇÃO PELA ASSISTÊNCIA QUE V.S. DEVERÁ PRESTAR AO MESMO EM SUA FASE PREPARATÓRIA E DEPOIS DE REALIZADO;

DE 1 % A 3 % (UM A TRÊS POR CENTO) SÔBRE O VALOR DOS CONTRATOS QUE FIZERMOS DIRETAMENTE COM FIRMAS OU ENTIDADES SEDIADAS NESSA CIDADE, PERCENTAGEM A SER FIXADA EM CADA CASO, EM FUNÇÃO DO PRAZO, DO VALOR E DO TIPO DO NEGÓCIO, COBRINDO A ASSISTÊNCIA DEVIDA NAS DUAS FASES JÁ CITADAS.

CABERÁ, POIS, A V.S., COMO NOSSO REPRESENTANTE EM BELO HORIZONTE: -

1. INTERESSAR-SE JUNTO AOS NOSSOS CLIENTES PELO ANDAMENTO DOS NEGÓCIOS ENTABOLADOS OU REALIZADOS, ESPECIALMENTE NA FASE QUE ANTECEDER O CONTRATO, PROCURANDO AFASTAR OS ÓBICES QUE SURGAM, DIRETAMENTE OU FAZENDO-NOS CIENTES DESSAS DIFICULDADES PARA AS PROVIDÊNCIAS INDICADAS;

2. ACOMPANHAR, DEPOIS DE CONTRATADAS AS OPERAÇÕES, OS PROCESSOS RELATIVOS A PAGAMENTOS A NOSSO FAVOR, INTERESSANDO-SE, QUANDO FÔR O CASO, PELO SEU APRESSAMENTO E INFORMANDO-NOS, COM OPORTUNIDADE, DAS DATAS QUE VENHAM A SER FIXADAS PELAS PARTES;

3. EFETUAR, POR NOSSA CONTA E COM RECURSOS QUE LHE SERÃO ENVIADOS COM OPORTUNIDADE E ANTECEDÊNCIA, PAGAMENTOS NA CONFORMIDADE DAS INSTRUÇÕES ESPECIAIS OU GERAIS QUE LHE SERÃO TRANSMITIDAS;

4. TRANSMITIR-NOS, <u>POR VIA POSTAL E PELO MENOS DE 10 EM 10 DIAS</u>, RELATÓRIO SUCINTO DO ANDAMENTO DOS NEGÓCIOS QUE LHE CONFIARMOS, TELEGRAFANDO-NOS OU TELEFONANDO-NOS NOS CASOS DE URGÊNCIA;

5. PARA MAIOR FACILIDADE DO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, SERÁ V.S. CREDENCIADO POR NÓS JUNTO A NOSSOS CLIENTES COMO REPRESENTANTE AUTORIZADO.

- CONTINUA -

SATISFEITOS DE PODER CONTAR COM A SUA VALIOSA COLABORAÇÃO, AGRADECERÍAMOS SE, PELA VOLTA DO CORREIO, V.S. NOS CONFIRMASSE A SUA CONCORDÂNCIA COM O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E COM AS CONDIÇÕES ACIMA ESTIPULADAS.

APROVEITAMO-NOS DO EVENTO, PARA ENVIAR AS NOSSAS MAIS CORDIAIS

SAUDAÇÕES.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 19[illegible].

Ilmo. Snr.
E N É A S F O N S E C A
Rua São Paulo, [illegible]
BELO HORIZONTE (MG)

Prezado Senhor,

SECRETARIA DAS FINANÇAS DE MINAS GERAIS

Conforme é do seu conhecimento, nos recentes entendimentos verbais havidos entre o Secretário das Finanças e o signatário da presente, e, posteriormente, o Dr. Paulo de Assis Ribeiro, ficou estabelecido que a Secretaria, no momento só nos confiaria, para execução, o "Levantamento [illegible] Econômico do Estado de Minas Gerais", deixando para o ano próximo, os trabalhos referentes à reforma da Secretaria e do aparelho arrecadador estadual.

2. Ficou, ainda, combinado que a Secretaria se manifestaria a êsse respeito em correspondência ao CONSÓRCIO, da qual ficaria encarregado o Snr. Rui Veloso, Diretor da Receita.

3. Como, até esta data, decorrido prazo superior a 10 dias daqueles entendimentos, não recebemos qualquer comunicação oficial da Secretaria, solicitando-lhe entender-se, pessoalmente e com as credenciais de nosso representante nessa cidade, com o Sr. Rui Veloso ou com o Chefe de Gabinete do Secretário das Finanças, no sentido de que nos seja comunicado alguma cousa a respeito, visando, assim, melhor andamento e solução para o assunto em fôco.

4. Nêsses contactos, pedimos sondar, com essas autoridades se não haveria inconveniente em voltarmos oficialmente ao assunto, apresentando nova proposta concreta em que faríamos alusão aos entendimentos oficiais, embora verbais, a que aludimos de início, havidos com o Dr. Tancredo Neves e mesmo com o Snr. Rui Veloso.

5. Ficamos na expectativa de suas prontas notícias a respeito, aproveitando a oportunidade para reafirmar as nossas muito cordiais

Saudações.

Belo Horizonte, 14 de Novembro de 1958

Chegada ao Rio 21/XI/58

Ao

Consórcio Brasileiro da Produtividade
Rua México, 119 - 16º andar - Grupo 1602
RIO DE JANEIRO - DF

Prezados Senhores

É com real satisfação que venho agradecer-vos a distinção com que me honrastes, atribuindo-me a representação do C.B.P., com exclusividade, nesta Capital, nos termos da vossa estimada carta de 10 do corrente, hoje recebida.

Estou plenamente em acôrdo com as condições estipuladas pelo vosso Conselho Diretor, nas bases de 5% (cinco por cento) e 1 a 3% (um a tres por cento), para os casos especificados na supracitada carta.

Desejo, nesta oportunidade, esclarecer-vos que estou considerando os negócios em andamento na Secretaria das Finanças como enquadrados na condição de 5%, por ser negócio com o Estado e onde, modéstia à parte, conto com certo prestígio, mas mesmo assim, os contatos e trabalhos para recebimentos são dificílimos.

Aproveito êste ensejo e informo:

a) Consegui, ontem, que Dr. Ruy Veloso minutasse o ofício a ser dirigido pelo Senhor Secretário ao Consórcio, autorizando a apresentação de propostas para, isoladamente ou no momento, ser executado o levantamento Géo-Econômico; até o próximo dia 18, tal ofício será encaminhado a êsse C.B.P.;

b) Tentei telefonar ao Dr. Paulo Sá, quando fui chamado, mas não consegui ligação; o mesmo aconteceu hoje por volta das 12,00 horas e até agora, 17,00 horas nada obtive de ligação.

Reitero meus agradecimentos à honrosa designação com que me distinguistes e apresento

Atenciosas Saudações

ass) Enéas Nóbrega de Assis Fonseca

Belo Horizonte, 20 de Novembro de 1958

Ao
Consórcio Brasileiro da Produtividade
Rua México, 119 - 16º andar - Grupo 1602
RIO DE JANEIRO - DF

Prezados Senhores

Venho informá-los de que o ofício a ser enviado pelo Senhor Secretário das Finanças a êsse Consórcio, a respeito do Levantamento Géo-Econômico, já foi submetido ao referido Secretário pelo Diretor da Receita.

Estou, diariamente, em contato com o Gabinete, mas, até êste momento, Dr. Tancredo não autorizou a expedição, o que está prometido para breve.

Atenciosamente,

Enéas Nobrega de Assis Fonseca

Belo Horizonte, 28 de Novembro de 1958

Ao
Consórcio Brasileiro da Produtividade
Rua México, 119 - 16º andar - Grupo 1602
RIO DE JANEIRO - DF

Prezados Senhores

Por incrível que pareça, ainda hoje, não me é permitido encaminhar-vos o ofício do Senhor Secretário das Finanças, autorizando-vos a apresentar a minuta do contrato de execução do Levantamento Géo-econômico do Estado.

Cêrca de 13 horas, de hoje, estive no Gabinete do Secretário, instalado no edifício-sede do Banco Mineiro da Produção , onde presenciei a entrega do referido ofício redigido pelo Diretor da Receita - Dr. Ruy Veloso - ao Contador Geral do Estado - Sr. José Madureira Horta. Pediu o Dr. Tancredo Neves que o Sr. Madureira (que se achava ausente desta cidade há uma semana) examinasse os termos do dito ofício e informasse sôbre a disponibilidade de recursos para o pagamento do estudo a ser executado pelo C.B.P.

Dêsse modo, sòmente na próxima semana espero receber o ofício e encaminhá-lo a êsse Consórcio.

Mais uma vez - já que o Sr. Roberto Porto ouvira anteriormente - ouvi a recomendação do Dr. Tancredo ao Sr. Madureira de que, logo no início do próximo ano, sejam rearticulados entendimentos com o C.B.P. com o fim de serem postos em efetiva execução os planos restantes de reorganização da Secretaria e reforma tributária, completando, assim, a aceitação da proposta de Setembro p.pdo.

Em atenção ao pedido telefônico do Dr. Paulo Sá, junto vos remeto algumas páginas de Minas Gerais, que publicou os projetos do Dr. Tancredo submetidos à Assembléia Legislativa.

Atenciosamente

Eneas Nobrega de Vasconcelos Fonseca

APÊNDICE D

Lista dos Colaboradores da APEC — 1970

Ary Burger
Affonso Celso Pastore
Antônio Delfim Netto
Alexandre Kafka
Arlindo Lopes Corrêa
Antônio Augusto dos Reis Veloso
Arthur Chagas Diniz
Affonso Armando de Lima Vitule
Amaro Lanari Júnior
Antônio Abreu Coutinho
Aécio Pereira de Souza
Álvaro Milanez
Aryê Carneiro
Antônio Chagas Meirelles
Arnoldo Wald
Almir Guimarães de Oliveira
Alfredo Ellis Netto
Aldo Baptista Franco
Arnaldo de Oliveira Werneck
Augusto Jefferson Lemos
Arthur César Ferreira Reis
Alvanir Bezerra de Carvalho
Ângelo Sarubbi Netto
Arildo Ararê de Brito
Alberto Tamer
Adelino da Silva Rocha
Alberto Tangari
Antônio Evaldo Inojosa de Andrade
Ailton Coentro
Alberto Machado de Oliveira
Alberto S. Furuguen
André Zabludowski
Aníbal Villanova Villela
Antônio Osório
Antônio Carlos Pimentel Lobo
Ari Cordeiro
Alberto de Mello e Souza
André Tosello
Álvaro Barcellos Fagundos

Benedicto Fonseca Moreira
Bruno Stainier

Casimiro Ribeiro
Celso Luiz Rocha Serra
Carlos Alberto Wanderley
Carlos Moacyr Gomes de Almeida
Carlos Geraldo Langoni
Charles Hansen
Carlos von Dollinger
Carlos Augusto Rodrigues Costa
Carlos Antonio Rocca
Caio Aurélio Domingues
Cid Neves
Carlos Alberto de Camargo e Almeida
Carlos Viaccava
Cláudio de Moura Castro

Dênio Nogueira
David Carneiro Jr.
Daniel Faraco
Dirceu Mathias Rosa

Ernane Galvêas
Eugenio Gudin
Eliseu Rezende
Edson César de Carvalho
Enaldo Cravo Peixoto
Éden Gonçalves de Oliveira
Edmar de Souza
Eros Roberto Grau
Edgar Rihl
Estanilau Fischlowitz
Ernesto Cláudio Camillo
Eimar Avilez
Edmar Bacha

Edgar Morato de Mello Filho
Eduardo Silveira Gomes

Floriano Peçanha dos Santos
Francisco Assis Grieco
Fabiano Pegurier
Floriano Cavalcante da Silva Martins
Fernando Penteado Cardoso
Fernando Antônio Rezende da Silva
Fernando Machado Portella
Fátima Gago Coutinho
Frederico Heller
Francisco de Paula de Castro Lima
Floriano Vasconcelos Júnior
Francisco de Araújo Santos
Francisco de Paula da Rocha Lagoa
Fausto Guimarães Cupertino
Fabin A. da Silva Reis
Felício Benatti
Francisco Almeida Biatto
Fortune Maurice Perpigueo
Francisco José de Souza

Graciano Sá
Gilbert Huber Jr.
Glycon de Paiva
Gilberto Freitas Borges
Gilberto Paim
Golbery Couto e Silva
Gregório Lowe Stukart
Gustavo Sá
Gastão Nunes dos Santos Bruno
Gilberto Machado de Oliveira
Glauco Carvalho
Geraldo Francisco Maldonado

Hamilton Pequeno
Herculano Borges da Fonseca
Hélio Schlittler Silva
Harry Cole
Herbert Lowe Stukart
Hindemburgo Pereira Diniz
Henrique Flanzer
Hugo Antônio Alvarenga de Oliveira
Humberto Cogliati
Hamilton Toloza
Harold Cecil Polland
Hélio Delgado Júnior

Ivã Santana e Silva
Isaac Kerstenetsky
Ivo Sarmento Carrara
Israel Klabin
Ítalo Ramos
Israel Vainboim
Isaac Akcelrad
Ivo Carvalho

João Mader Gonçalves
José Maria Pinheiro
Jorge Vianna Monteiro
José Luiz Bulhões Pedreira
Jayme Magrassi de Sá
Jorge Paulo Lemann
José Ribamar Santos Lima
José Gonçalves Fontes
José Cruz Santos
João Baptista de Carvalho Athayde
João Gustavo Haenel
Júlio César Belisário Vianna
João de Oliveira Santos
João Paulo dos Reis Velloso
João L. Almeida Bello
João Ferreira Bentes
José Guilherme Pinheiro Cortes
José E. Mindlin
João Fernando Sebastião Charnaux Serta
José Brito Alves
João Gonçalves Borges
Joel Bergsman
José Gomes de Almeida
João Drumond Gonçalves
José Maria Villar de Queiroz
José Paulo dos Santos
Julian Magalhães Chacel
Jessé Montello
João Francisco de Azevedo Milanez Netto
Jayme Ramaciotti
José Carlos Succar Farah
João Paulo de Almeida Netto
John Reginaldo Cotrin
José Garrido Torres
Junot Alencar de Moura Alencastro
Jayme da Silva
João Paulo de Almeida Magalhães
José Costa Cavalcanti
José Flávio Pécora
Josef Barat
José Eduardo de Oliveira Penna
José Lafayette Prado
João Guy de Oliveira
J. Taricco
Jorge Gabizo de Faria
Jorge Hilário Gouvêa Vieira
José Artur Rios
Javier Fuenzalida Asmussen

Knack de Souza

Luiz Zotmann

Luiz Gonzaga Nascimento Silva
Lucas Lopes
Luiz Victor d'Arinos Silva
Lauro Sodré Netto
Luiz Arrobas Martins
Lineu Klüppel
Lucian Zajdsnajder
Lycio Faria
Luiz Fernando Carneiro
Luiz Fernando Cirne Lima
Leonardo César Rocha Neves
Leo da Rocha Ferreira
Lamartine Pereira da Costa
Luiz Sérgio Coelho Sampaio
Luiz Macedo
Liselotte H. Ornellas

Mário Henrique Simonsen
Mário Trindade
Milcíades Mário Sá Freire de Souza
Manoel Fernando Thompson Motta
Maurício Rangel Reis
Manoel Augusto Costa
Marcelo Pimentel
Marco Antônio Campos Martins
M. Coutinho dos Santos
Maria Ciema Alves Garcia
Maurício Ferreira Bacellar
Mauro Thibau
Mircea Buescu
Michael Wyles
Marcos Vianna
Milton de Carvalho Cabral
Marcos Vinicius Pratini de Moraes
Mário Antônio Wyllis Fonseca
Miguel Fontes Leal Ferreira
Marcos de Carvalho Candau
Maria Helena de Castro Silva
Maurício Fonseca
Maria Aparecida Pouchet Campos
Mário Penteado
Mário José de Bittencourt Sampaio

Ney Peixoto do Vale
Nahum Sirotski
Nestor Jost
Newton Sacramento
Natanael Ferreira Lima
Noênio Spínola

Octávio Gouvea de Bulhões
Omer Mont'Alegre
Otto Wadsted
Olavo Cabral Ramos
Orlandy Rubem Correa

Oswaldo Iório
Ofeliano de Almeida
Oswaldo Miguel Frederico Ballarin
Og Francisco Leme
Oswaldo Benjamin de Azevedo
Orlando Rangel

Paulo de Assis Ribeiro
Paulo Goes
Paulo de Castro Moreira da Silva
Paulo Magalhães
Paulo de Assis
Pedro S. Malan
Pedro Augusto Cybrão
Paulo Yokota
Paulo Antonioli
Paulo Monteiro de Araújo
Paulo Cícero Lima Batista
Paulo Roberto Vianna

Roberto de Oliveira Campos
Rodrigo Pádua Lopes
Roberto Teixeira da Costa
Renato Brito Bezerra de Mello
Rubens de Mattos Pereira
Rubens Vaz da Costa
Raul Fontes Cotia
Roberto de Oliveira Campos Júnior
Raphael Valentino Sobrinho
Raul de Sanson Portella
Ricardo Marques
Reginaldo Ferreira Pereira
Ruy Miller Paiva
Raul Romero de Oliveira
Rui Maurício de Lima e Silva Netto

Sebastião Marcos Vital
Stahis Panagides
Stezio Guitton

Teodoro Oniga
Teóphilo de Azevedo Santos
Theóphilo de Andrade

Ubirajara Paulo Machado

Vicente Unzer de Almeida
Vande Lage Magalhães
Vladimir Jedenov
Victor da Silva
Valdiki Moura
Virgílio Horácio Samuel Gibbon
Vânia Porto Tavares
Vicente Giovinazzo

Wilson Figueiredo
Walter Lorch
Walter Ferri
Windson Natal
Walter Mors
Walter Joaquim Santos

Zuleide Pessoa

OBSERVAÇÃO: A lista foi transcrita na íntegra. Nem todos os nomes mencionados são de relevância para a época em estudo.

APÊNDICE E

AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE

Lista dos membros em janeiro de 1964

MEMBROS HONORÁRIOS

ANDREWS, F. L.
BENNETT, ARTHUR — American Chamber of Commerce
BRADDOCK, CONSUL DANIEL M. — Departamento de Estado Americano
BROOKS, CLARENCE C.
BUTRICK, RICHARD P.
COCHRAN JR., WILLIAM P. — American Institute for Foreign Trade
CROSS, CECIL M. P.
D'ALMEIDA, F. J. — Moore, Cross & Co.
DITHMER, SVEN E. — G. M. Overseas Operations
DRIVER, ROBERT B. — Geo. H. McFadden & Bro.
DUN & BRADSTREET LTDA. — José Fleury Silveira
GREENUP, JULIAN C.
HUGHES, R. K.
JACOBSEN, E. R. — U. S. Steel Corp.
KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, Dr. Juscelino
LINDSAY, W. S. — Corn Products Company
LONG, E. E.
MUSSER, C. R.
OWEN, ROBERT O.
POXSON, E. G.
QUADROS, Dr. JANIO DA SILVA
RICHARDS, JOHN S.
ROMANACH, THOMAS — General Electric S.A.
RUST, DONALD H.
ZERBST, J. R. — Union Carbide Int. Co.

MEMBROS VITALÍCIOS

MACIEL, EUGENE F.
SWEET, RALPH LEWIS
WADDELL, C. EMMETT

MEMBROS ATIVOS
PESSOAS JURÍDICAS E PESSOAS FÍSICAS

A.E.G. — CIA. SUL-AMERICANA DE ELECTRICIDADE — Dr. Gibrail N. Tannus, Karl Friedrich Goellner
AMF DO BRASIL S.A. MÁQUINAS AUTOMÁTICAS — L. B. Tucker
A. P. GREEN DO BRASIL S/A., COMERCIAL INDUSTRIAL E TÉCNICA — Herbert E. Hering
ABRAMONTE, ARMANDO — Timken do Brasil S.A. Com. e Ind.

ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA. — Alberto Ramos
ABRAHAMS, MAURICE MARTIN
ABRASIVOS NORTON-MEYER S.A. INDÚSTRIA E COMERCIO
ACKERMAN, CARL B. — Veeder Root do Brasil S.A. Com. e Ind.
AÇOS VILLARES S/A. — Luiz Dumont Villares
ADAMS & PORTER SOCIEDADE CIVIL DE CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA. — Royal H. Weller, Robert O. Martin, Pierre Almendary
ADVOCACIA ALDO RAIA S.C. Ltda.
ADVOCACIA MESQUITA BARROS
AELION, MARC I. — J.T. Baker Produtos Químicos Ltda.
AGÊNCIA MARÍTIMA JOHNSON S/A — B. de Haan
AGROBRAS COML. E INDUSTRIAL S/A — Stig-Ivan Dale
AGROMOTOR DISTRIBUIDORA DE MOTORES P/TRANSPORTE E AGRICULTURA S/A. — Rócio de Castro Prado, J.B. Versteeg, João Zardetto de Toledo, Carlos Eduardo Quartim Barbosa, Antônio Carlos Quartim Barbosa
AJAX, CORRETORES DE SEGUROS S.A.
ALAMEDA, CLARENCE JOSEPH — Cia. Goodyear do Brasil
ALBA S/A. — INDÚSTRIAS QUÍMICAS — B.S. Galbraith
ALBRIGHT, PAUL NORTON — E.R. Squibb & Sons S.A.
ALDRICH, FRANK N. — The First National Bank of Boston.
ALGODOEIRA PAULISTA S/A. — Ernesto Wolf, Frederico Reis
ALKEMA, RICHARD J. — Ingersoll-Rand S.A. Indústria e Comércio
ALL AMERICA CABLES & RADIO INC.
ALL SET SOCIEDADE TÉCNICO COMERCIAL LTDA. — Wladimir Lodygensky
"ALMAR" IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A.
ALMEIDA, J.B. PEREIRA DE — Escritório de Advocacia Demarest & Almeida
ALMEIDA, JOSÉ DE — Johnson & Higgins Corretores Assoc. de Seguros
ALMEIDA, RENATO DARCY DE — Escritório de advocacia Nardy, Almeida & Camargo
ALMENDARY, PIERRE — Adams & Porter Sociedade Civil de Corretagens de Seguros Ltda.
ALTMANN, MARTIN R. — Auditores e Contadores, Sócio, Price Waterhouse Peat & Co.
ALUMÍNIO DO BRASIL S.A. — F.A. Sievert
ALUMINIUM LIMITED SALES, INC. — Peter Jordi
AMADO JR., ANTÔNIO F. — Moore McCormack (Navegação) S.A.
AMERICAN INTERNATIONAL UNDERWRITERS REPRESENTAÇÕES S/A. — Graham F. Parkinson
AMERICAN MARIETTA S/A. TINTAS E LACAS — Carlos A. Cueva
AMINECO — AMERICANA INTERNACIONAL DE ENGENHARIA S.A.
AMSLER, URS HUBERTUS — Refinações de Milho, Brasil
AMSTERDAN S/A. Mineração e Jóias
ANDERS, LINDOLFO KOLLER — Emp. Bras. de Engenharia S.A.
ANDERSEN, POVE — Cônsul Dinamarquês
ANDERSON, DOLE A. — Escola de Administração de Empresas
ANDERSON, CLAYTON & CO. S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Trajano Puppo Neto
ANSPACH, HANS — Corretagem de Câmbio
ANTONGINI, ARMANDO — Standard Brands of Brazil, Inc.
"AO" PRODUTOS OFTÁLMICOS Ltda.
ARANHA, CARLOS EDUARDO DE CAMARGO — Advogado
ARBAME MALLORY S.A. — José Martins Costa
ARMAÇÕES DE AÇO PROBEL S/A. — Paulo R. Robell
ARMBRUSTER, JOHN A. — J.I. Case do Brasil Com. e Ind. Ltda.
ARMCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A — P.G. Schmidt
ARMSTRONG DO BRASIL — Fredrick G. Jarrett
ARNO S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Felippe A. Arno
ARTHUR ANDERSEN & CO. — Auditores e Contadores
ARTHUR G. MCKEE & CO. DO BRASIL — John A. Davidson

ARTHUR YOUNG, CLARKSON, GORDON & CO. — Auditores e Contadores. Robert W. Carlson, Geraldo F. Pontes

ASFALTOS CALIFÓRNIA S/A. — Charles S. Stephens, Edgar Gebara

ASSIS RIBEIRO, JOSÉ DE — General Electric

AUTO ESTRADAS S/A. — Louis R. Sanson

AVON COSMÉTICOS, LTDA. — Dr. Duarte Vaz Pacheco do Canto e Castro, Herbert H. Moss

AYLETT, KENNETH C. — Avon Cosméticos Ltda.

AYRES FILHO, PAULO — Banco Mercantil de São Paulo S.A., Fundição Progresso S.A.

AZEVEDO, Jr., HEITOR DA ROCHA — Walita S.A. Eletro-Indústria

AZEVEDO, MÁRIO ANTUNES — AMF do Brasil S.A.

B. F. GOODRICH

B.O.R.A. BUREAU DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL APLICADA LTDA. — J. R. Mouette, Paulo Ayres Filho

B.T. BABBITT INDÚSTRIA QUÍMICA S/A.

BACHMAN, ROBERT R. — Kibon S.A.

BALCERZAK, STANLEY FRANK — Dupont do Brasil S/A., Ind. Quím.

BALDWIN, WESLEY E. — Sherwin Williams do Brasil S/A.

BALESTRERY FRANK H. — Multibrás — Indústria de Aparelhos Domésticos Ltda.

BANCO AMÉRICA DO SUL S/A. Apolonio Jorge de Faria Salles, Anze Molizi, Kunito Miyasaka, Takeshi Yoshio, Fugio Tachibana, Shinichi Aiba, Juntaro Takahashi

BANCO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. — José Maria Whitaker, Francisco de Paula Vicente de Azevedo, Emmanuel Whitaker, Jayme Loureiro Filho, José B. Coutinho Nogueira, Marcello Pereira Ferraz

BANCO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO S/A.

BANCO LAR BRASILEIRO S.A. — Paul J. Lakers, Ricardo de Luca, Roberto H. Blacker, Euler de Araújo Abreu

BANCO NACIONAL DE MINAS GERAIS S.A.

BANCO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A. — Mario W. Simonsen, Percy Charles Murray, Jorge W. Simonsen, Leo W. Cochrane, Antônio Rocha Mattos Filho

BANCO NOVO MUNDO S/A. — João Rocha Filho

BANCO SUL-AMERICANO DO BRASIL S/A. — Dr. Hermann de Moraes Barros

BANFOLDY, ANTHONY O. — Engenheiro Químico

BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LTD. — J. B. N. Wilson

BARBER-GREENE DO BRASIL, INDÚSTRIA E COMERCIO S/A. — Tibor Kessler

BARDELLA, MARIO — Ford Motor do Brasil S.A.

BARHAM, JOHN E. — Refinações de Milho, Brasil

BARIAGE, RICHARD EDWARD — General Motors do Brasil S.A.

BARROS, A. SOUZA — Advogado especialista em patentes internacionais e marcas registradas

BASCH, STEFAN E. — Singer Sewing Machine Co.

BAST, WALTER — Willys Overland do Brasil S.A.

BASTOS FILHO, DR. A.O. — Advogado

BATES DO BRASIL S.A. — James Everett Bain, Clóvis Lima Franco

BATORFFY, WILLIAN R., VDI-CREA — Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo

BAUSCH & LOMB S/A. INDUSTRIA ÓTICA — Humberto P. Gomes

BAYERLEIN, DR. F. A. — Economista

BAYMA, DR. HENRIQUE — Advogado

BEATTIE, EDMOND P. — Cia. Calçados Clark

BEATY III, DAVID — Deltec S/A.

BELL JR., JAMES MCKIM — São Paulo Light, S.A.

BELOIT DO BRASIL COM. E IND. DE MÁQUINAS LTDA. — Walter Ciampa

BELTRÃO, PRINCE — AMF do Brasil, S.A.

BENDIX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. — Frank Parkinson

BENDIX HOME APPLIANCES DO BRASIL S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — L.E. Campello
BENNETT, HAROLD C. — Valit-Empresa Técnica de Avaliações e Pesquisas
BENSUSSAN, T.B. — Deltec S.A.
BERGNER, STEPHEN H. — General Electric S/A.
BERRY, BAILEY H. Corretagem de Câmbio e Seguros
BERT KELLER S/A., MÁQUINAS MODERNAS — Bert Keller
BERTI, NELSON — General Motors do Brasil S.A.
BETHLEHEM BRAZILIAN CORPORATION — Jesse S. Rinehart
BIASETTON, LUIZ — Omnia Engenharia e Construções S.A.
BICICLETAS MONARK S/A.
BIDELEU, JOHN HENRY — Cia. Calçados Clark
BILESKI & CIA. LTDA., K.
BILREIRO, MANUEL G. — Velas Champion do Brasil Ltda.
BISHOP, GEOFFREY L. — Sheaffer Pen do Brasil, Ind. e Comércio
BIANCHET, MARCEL GABRIEL — Arthur Young, Clarkson, Gordon & Co.
BLOCKER, ROBERT H. — Banco Lar Brasileiro S.A.
BOEHRINGER, GEORGE LE ROY — Cia. Acumuladores Prest-O-Lite
BOIHAGIAN, JORGE — RCA Eletrônica Brasileira S.A.
BONFIM, Dr. RENATO DA COSTA — Cirurgião ortopedista
BONI, JASON, MILLER LTDA. — Harry T. Miller
BORBA, DR. LUIS CARLOS DE
BORG WARNER DO BRASIL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. — Leon Gattegno
BORGES, JOSÉ M.
BOUCINHAS & CAMPOS CONTADORES PÚBLICOS CERTIFICADOS
BOZZANO S/A. — COMERCIAL, INDUSTRIAL E IMPORTADORA — F. Mário Bozzano
BRAND, DANIEL J. — Tintas Ypiranga S/A.
BRANDT, RICHARD J. — Labs. Burroughs Wellcome do Brasil S.A.
BRANIFF AIRWAYS, INC. — José Grossman, Januário Moraes
BRANTLEY, ABNER — Kellogg Company do Brasil
BRASEIXOS ROCKWELL S.A. — Luís Eulálio de Bueno Vidigal
BRAZIL HERALD — Editora Mory Ltda.
BRASÍLIA S.A. — Consultoria de Negócios
"BRASIMET" — COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. — Rolf Weinberg
BRASINCA S/A — INDÚSTRIA NACIONAL DE CARROCERIAS DE AÇO — Sady Schueler Moura, Gastão Schueler Moura, Angelo M. Gonçalves, Dorival Arruda, Rogério N. da Silva Rego
BRAZAÇO S.A. — Clyde M. Hoffman
BREWSTER, RICHARD L. — Alba S/A.
BRINQUEDOS BANDEIRANTES S.A. — C.W. Mckinney
BROMBERG, PAULO A. Corretores
BROWN & ROOT, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. — Leon Ravinowich
BROWNE, GEORGE
BROWNE, THOMAS PAUL — Permtek S.A. Processamento de Fluidos
BUCCIARELLI, AMADEU — Refinações de Milho, Brasil
BUCHANAN, SR., ROBERT THOMAS — Eli Lilly do Brasil Ltda.
BUENO, VINÍCIO R. — Avon Cosméticos Ltda.
BULOW, ADAM VON — Cônsul Dinamarquês, Von Bulow — Representações, Administração e Participações S.A., Promeca S.A., Metropolitana de Seguros, Nordeste Colonização e Alimentos S/A. NORCASA
BUNDY TUBING S.A. — L.E. Campello
BURNETT, ARTHUR GEORGE — São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade
BURROUGHS DO BRASIL S.A. — Carlos J. Mulhall, Henrique de Oliveira
BURTON, CLARENCE D. — Hyster do Brasil S.A.
BYRON, PERCY G. — AO Produtos Oftálmicos Ltda.
CBM — COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MATERIAIS — Dr. Eudoro L. Villela, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Dr. Nivaldo C. de Ulhoa Cintra, Dr. Paulo Augusto de Lima

C.I.N. COMPANHIA DE INCREMENTO DE NEGÓCIOS — Samuel Q. Vilmar, Rankin Roberts IV, Antônio A. Nogueira, Luís Carlos Vilmar
CAHILL, JACK — Anderson Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.
CAIXAS REGISTRADORAS NATIONAL S/A. — Walter B. Hoffmann
CALDEIRA DE MENEZES, FERNANDO ANTÔNIO — Cia. United Shoe Machinery do Brasil
CALI-FLOR CONSTRUÇÃO LIMITADA
CALLENDER, ALFRED REGINALD — Dunlop do Brasil S.A.
CAMARENA, EDWARD R. — Representações
CAMARGO, MÁRIO PIMENTA — Nardy, Almeida & Camargo
CAMARGO, NELSON DE BARROS — Engenharia
CAMASSA, JOÃO PAULO — Sears, Roebuck S.A.
CAMPBELL, C. HOWARD — Refinações de Milho, Brasil
CAMPELLO, LUÍS EDUARDO — Indústria Sul-Americana de Metais S/A.
CAMPOS, ALDO — Mobil Oil do Brasil (Ind. e Com.) Ltda.
CAMPOS, JOSÉ LUIZ CABELLO — Pinheiro Neto & Gomes de Souza
CAMPOS SALLES S.A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Hippólito Romano Machado, Luiz Gonzaga de Souza Figueiredo, Ruy Inácio de Paula Souza, Paulo Leite de Campos Salles
CANTORE JR., EUGENE — First National City Bank
CAPEZZUTI, FRANCISCO VICTORIO — Brazaço S.A.
CARBOCLORO S/A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS
CARBORUNDUM S/A. — INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ABRASIVOS — A.M. Close
CARDOSO, HÉLIO FERREIRA — McCann Erickson Publicidade S.A.
CARIOBA, FRANCISCO A. MÜLLER — CODIVAL, Cia. Distribuidora de Valores, Financiamento e Investimentos
CARIOBA, H. JORGE MÜLLER — H. Jorge Müller Carioba, R. Woehrle
CARIOBA, JOAQUIM MÜLLER
CARLOS OPPENHEIMER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S/A.
CARLSON, ROBERT F. — Ford Motor do Brasil S.A.
CARLSON, ROBERT W. — Arthur Young, Clarkson, Gordon Co.
CARNEIRO DA CUNHA, LUIZ B. — Ford Motor do Brasil S.A.
CARO, JR., ORLANDO — AMF do Brasil S.A.
CARPENTIERI, JR., ERCOLE A. — Timken do Brasil S.A. Com. e Ind.
CARTER, FRANCIS GEARY — Coca-Cola São Paulo
CARVALHO, CARLOS DE SOUZA — Price Waterhouse Peat & Co.
CARVALHO, F.T. — "Rainbow" — Promoção de Vendas e Publicidade
CARVALHO, NELSON MONTEIRO DE — I.R.F. Matarazzo, S/A.
CASA ANGLO-BRASILEIRA S/A. — Alberto José Alves, Alberto Alves Filho, Sílvio C. Carlini, Dr. Roberto Shalders de Oliveira Roxo, Henrique Behrens Jr.
CASA ODEON LTDA. — Leontina Figner, Dra. Rachel Esther Prochnik, Dr. Renato de Azevedo Duarte Soeiro, Lélio Figner
CASA TOZAN, LIMITADA — Dr. K. Yamamoto
CASCADURA INDUSTRIAL E MERCANTIL LTDA. — Gerhard Ett
CASPARI, JÚLIO ROMEU — Cia. Atlantic de Petróleo
CASTELO BRANCO, RENATO P. — J. Walter Thompson Co. do Brasil
CASTELO, JALMAR — Médico
CASTRO, DUARTE VAZ PACHECO DO CANTO E — Advogado
CATERPILLAR BRASIL S/A. MÁQUINAS E PEÇAS — G.J. Wellner
CAUDIE JR., H.I. — Sears Roebuck S.A.
CAVALCANTI, CARLOS GILBERTO DE LIMA — J. Walter Thompson Co. do Brasil
CAVENDER, WILLIE DEE — Anderson, Clayton & Co. S/A. Ind. e Com.
CERTAC S/A., CIA. DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, TRATORES E ACESSÓRIOS — Dr. Onízio Prata
CERVERO, PAUL M. — Ex Cell O Corp.
CHAGAS, ROBERTO — Cia. Brasileira de Cartuchos
CHAMPION CELULOSE S/A. — João Gonçalves

CHASE JR., STEPHEN — Champion Celulose S.A.
CHATWIN, CARL GORDON — Price Waterhouse Peat & Co.
CHAVES, ARTHUR OSWALDO — McFadden & Cia. Ltda.
CHESEBROUGH-POND'S — PRODUTOS DE BELEZA LTDA. — Laszlo Deixler
CHICLE ADAMS LTDA. — E. Menezes, R. C. Sylvia, A. Vandenbroek, J. Bruha
CHRISTENSEN, S. H. — Sun Electric do Brasil, Comércio e Indústria Ltda.
CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHEIROS E CONSTRUTORES S/A. — Eric Christiani
CHRISTIANI, ERIC — Christiani-Nielsen Engenheiros e Const. S/A.
CHRISTNER, R. EDWARD — B. R. Goodrich do Brasil S.A.
CINTRÃO JOÃO DE DEUS — Ideal-Standard S.A. Indústria e Comércio
CLEEVES, JOHN B. — General Electric S/A.
CLENDENEN, WOODROW BENSON — Alba S.A. — Ind. Químicas
CLOSAS, MARIO J. — Westingbraz S.A. Ind. de Aparelhos Domésticos
CLOSE, ALBERT MAURICE — Carborundum S.A. e Eletro Metalúrgica Abrasivos Salto S.A.
COCHRANE, IEO W. — Banco Noroeste do Estado de São Paulo
COFAP — CIA. FABRICADORA DE PEÇAS — Georges H. Khalil
COLGATE-PALMOLIVE S/A. — Antônio Bertran
COMERCIO E INDÚSTRIAS BRASILEIRAS "COIMBRA" S/A. — M. M. Conjaud
COMERCIO E REPRESENTAÇÕES ROCKE INTERNACIONAL DO BRASIL LTDA. — Mário Lantery
COMISSARIA DE DESPACHOS CENTRAL PAULISTA S.A. — Dr. Paulo Augusto de Lima, Dr. Nivaldo C. de Ulhoa Cintra
COMISSARIA DICKINSON S.A. — A. E. Dickinson
CIA. DE ACUMULADORES PREST-O-LITE — George Boehringer
COMPANHIA ANTÁRTICA PAULISTA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS E CONEXOS — Dr. Walter Belian, José Pereira da Silva, Erna Wernsdorf, Emílio Bacchi, Dr. Teóphilo Pupo Nogueira Filho, Jorge Billar, Dr. Hamilton Prado, Dr. Mirabeau Prado, Giulio Stanco Coscina, Guilherme Heller Bauer, Dr. João Pessoa de Queiroz Sobrinho
CIA. ATLANTIC DE PETROLEO — Júlio Romeu Caspari
CIA. BRASILEIRA DE CARTUCHOS — Roberto O. Chagas
COMPANHIA BRASILEIRA DE INVESTIMENTOS, C.B.I. — Eduardo Guinle Filho, Arthur Kos, Eduardo Guinle Netto, Mário Jacobina Lacombe
CIA. BRASILEIRA DE MATERIAL ELETRICO — Ary F. Torres
CIA. BRASILEIRA DE MATERIAL FERROVIÁRIO "COBRASMA" — Gastão de Mesquita Filho, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, Alberto Pereira de Castro, Victor Resse de Gouvêa, Pedro Augusto Fleury da Silveira, Paulo Meirelles Reis
CIA. BRASILEIRA DE PLASTICOS "KOPPERS" — Georges Aimé Cousineau, Robert W. Bauer
CIA. BRASILIA DE MATERIAS-PRIMAS
CIA. CALÇADO CLARK — E. B. Beattie
CIA. COMERCIAL BRASILEIRA — Mário W. Simonsen, Dr. Hernani Azevedo Silva, Luiz W. Simonsen, Alceu B. Toledo, Sidney R. Murray, Armando R. Miranda, Paulo U. de Oliveira
CIA. DISTRIBUIDORA DE VALORES "CODIVAL" — A. H. Forat, Marek Lubomirski
CIA. EMPREENDIMENTOS, ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS IBEC — Marek Lubomirski
CIA. EXPRESSO FEDERAL — Equipamento industrial, Serviços Marítimos, Seguros
CIA. EXPRESSO MERCANTIL — Serviços Marítimos, Seguros. F. W. Denson
CIA. FULLER EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS — Victório W. R. Ferraz, José Álvaro de Paula Souza, Paulo M. R. Ferraz
COMPANHIA GERAL DE MINAS — Alberto Byngton
CIA. GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA — J. F. Corcoran

CIA. IMPORTADORA GRÁFICA ARTHUR SIEVERS — Arthur Sievers
CIA. INDUSTRIAL E COMERCIAL BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES — Nestlé. Osvaldo M. F. Ballarin
COMPANHIA INDUSTRIAL E MERCANTIL DE ARTEFATOS DE FERRO "CIMAF" — Reuter
CIA. ITAQUERÊ-INDUSTRIAL E AGRÍCOLA — Paulo Reis de Magalhães
CIA. DE MÁQUINAS HOBART-DAYTON DO BRASIL — J.C. Anderson, S.R. Neale
COMPANHIA METALÚRGICA PRADA — Agostinho Prada
COMPANHIA PAULISTA DE EXPANSÃO ECONÔMICA — Dr. João Paulo Arruda, Dr. Ricardo Arruda, Dr. José Luís de Freitas Valle, Dr. Jorge Arruda
CIA. PAULISTA DE FORÇA E LUZ — I. Corcione
CIA. PAULISTA DE PAPÉIS E ARTES GRÁFICAS — João Gonçalves
COMPANHIA PETROQUÍMICA BRASILEIRA — James J. MacFarland
CIA. QUÍMICA "DUAS ÂNCORAS" — Gustavo Jorge Meissner
COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA — Dr. Roberto Moreira, Dr. Pierre A. Avril
CIA. RADIO INTERNACIONAL DO BRASIL — VIA RADIONAL — J. Freitas
CIA. REFRIGERANTES DE SÃO PAULO — Torben Rasch
CIA. SWIFT DO BRASIL, S.A. — F.L. Herbert
CIA. T. JANER COMÉRCIO E INDÚSTRIA — Lars W. Janer, Erik Svedelius, Michael H. Sieyes, Octávio G. Faria, Anders Janer
CIA. UNIÃO DOS REFINADORES — AÇÚCAR E CAFÉ — José Ferraz de Camargo
CIA. UNITED SHOE MACHINERY — F.A. Caldeira, J.N. Jones, A. Gozzi
CIA. VIDRARIA SANTA MARINA — Gastão E. de Bueno Vidigal, Jacques Renaud, Octávio de Sá Moreira, Lawrence King, Emílio Orio, André Claude Dorlhac, Pierre Jean Chancel, Claude Alexander Caron, Angus C. Little john, Alvaro Augusto de Bueno Vidigal
CONNALLY, WILLIAM READ — Fidelidade S.A. Emp. de Armazéns Gerais
CONRAD, ERNESTO
CONSELHO IMOBILIÁRIO DE SÃO PAULO
CONSTRUMAG CONSTRUTORA E COMERCIAL LTDA
CONSTRUTORA ALBERTO NAGIB RIZKALLAH LTDA.
CONSTRUTORA COMERCIAL E IMPORTADORA METROPOLE LTDA — Max Ouang, Marino Fernandes Barros
CONTROLES AUTOMÁTICOS SERMAR LTDA. — Eduardo Serena, William G. Winslow, Walter L. J. Serena, Angelo L. Zapparoli, Ivan A. Tagliero
COOK & CIA. S/A. — COMÉRCIO DE ALGODÃO — Eduardo Florsheim
COOK, FRANK E. — Minnesota Manufatureira e Mercantil Ltda.
COOK, MILTON B. — Anderson Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.
COOPER, HOWARD B. — Pfizer Corporation do Brasil
COOPERS & LYBRAND — Auditores e Contadores
COPELAND, GEORGE FREDERICK — Timken do Brasil S.A. Com. & Ind.
COPPESS, FRED HAYWOOD — General Motors do Brasil S.A.
CORCIONE, LUIZ — Cia. Paulista de Força e Luz
CORCORAN, J. FRANCIS — Cia. Goodyear do Brasil Produtos de Borracha
CORREA, ALEXANDRE AUGUSTO DE CASTRO
CORTES, ROBERTO DE MIRANDA — RCA Eletrônica Brasileira S.A., RCA Válvulas S.A.
COSI, JÚLIO — Publicidade
COSMOFONE IND. ELETRÔNICA LTDA.
COSTA, JOSÉ MARTINS — Arbame Mallory S.A.
COSTA SANTOS, MANOEL DA (Dr.) — Arno S.A.
COSTELLO, PETER F. — Assessor de Segurança Pública, USAID
COTRIM, SERGIO PEREIRA DE QUEIROZ — Consulado Americano
COTTON, B W. — First National City Bank

COUTO, ÁLVARO AYRES — Price Waterhouse Peat & Co.
COVELLE, LLOYD KEITH — Willys-Overland do Brasil S.A.
COZZI, ALFREDO — Moore McCormack Navegação S.A.
CRAIG, LOCKE — Champion Celulose S.A.
CRAWFORD, KENT RITTER — Eli Lilly do Brasil Ltda.
CREDO CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES LTDA.
CRESPI, HUGO — Refinações de Milho, Brasil
CRENE, WALTER K. — Champion Celulose S.A.
CRISPIN, CHARLES HONNOLD — Investors Overseas Services
CRISPIN INTERNACIONAL S.A. — Charles Honnold Crispin
CRONEP, GERALDO
CRUTTENDEN, WILLS B. — Lojas Americanas
CRUZ, JOSÉ PEREIRA — AMF do Brasil S.A.
CUNNINGHAM, ALEXANDER ALAN — General Motors do Brasil S.A.
CUNNINGHAM, WILLIAM S. — ROLIBEC S.A. Corretagem de Seguros e Participações
CURCIO, JR. VINCENT M. — Ideal-Standard S.A. Ind. e Comércio
D.F. VASCONCELLOS S/A. — Décio Fernandes de Vasconcellos
D.L.R. PLÁSTICOS DO BRASIL S.A. — Dr. Vicente de Paula Ribeiro
D'ALMEIDA, FRANCISCO V. — Union Carbide do Brasil Ind. & Com.
DA POIAN, JOSÉ — Texaco Brasil S.A. Prod. de Petróleo
DA PONTE, LUCIANO J.F. — Esso Brasileira de Petróleo S.A.
DALLAS, SAMUEL H. — Joy International S.A.
DANEBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
DAVIDS, WILLIE DE MELLO PEIXOTO BRABAZON — Advogado
DAVIS, GORDON D. — Kodak Brasileira Com. e Ind. Ltda.
DEARING, DONN — U.S. Travel Service, Consulado Americano
DE GENRING, WILLIAM J. — Cia. Swift do Brasil S/A.
DEGREMONT-REIN S.A. ENGENHARIA, SANEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA
DELOITTE, PLENDER, HASKINS, SELLS & CO. — H.W. Forbes, C.E. G.T. Kirk, J.E. Talling, Prof. Américo M. Florestino, Vernon Smith, V. Pester
DELTA LINE, INC. — F.P. Zezza, R.S. Higgins
DELTEC S.A. — David Beaty III
DEMAREST & ALMEIDA — Kenneth E. Demarest, J.B. Pereira Almeida
DENONI, JOSÉ — Fidelidade S.A. Empresa de Armazéns Gerais
DENT, JOSEPH RADLEIGH — Ford Motor do Brasil S.A.
DE SCHRYVER, ALAN D. — Ind. Sul Americana de Metais S/A.
DESMOND, RICHARD C. — Consulado Americano. Assuntos econômicos
DEVIIBISS S.A. Ind. e Com. — Alfred Anthony Higgins
DEWAN, WILLIAM A. — Sheaffer Pen do Brasil Ind. e Comércio Ltda.
DIAFÉRIA, JOSÉ — John H. Graham & Co. Inc.
DIAFÉRIA, SALVADOR — Nicholson File Co.
DICHY, ALBERT L. — Refinações de Milho, Brasil
DIDIER FILHO, JOÃO — Corretagem de câmbio
DIENER, WILLIAM H. — Válvulas Schrader do Brasil S.A.
DILLON SEGUROS LTDA. — Alfonso Dillon, Brasil Geraldo
DINIZ, ANTÔNIO DE PÁDUA ROCHA — Banco Nacional de Minas Gerais S.A.
DISTRIBUIDORA NACIONAL DE PRODUTOS INDUSTRIAIS DINAPI LTDA. — Distribuição de Produtos Químicos e Maquinário
DISTRIBUIDORA PAULISTA DE ABRASIVOS DIPAL LTDA. — Klaus Georg Susemihl
DIVERSEY WILMINGTON S/A., Produtos Químicos
DIXON, REXFORD LEE — Timken do Brasil S.A. Com. e Ind.
DODD, H. SAVILLE — Willys-Overland do Brasil
DOIBAN & CIA. LTDA. — N. Doiban, C. Travaglia

DOIBAN, NATAN — Doiban & Cia. Ltda.

DOLAN, RICHARD JOHN — Cia. Swift do Brasil S/A.

DOMINA, S. JOSEPH — First National City Bank

DOMINIUM S.A. — Vicente de Paula Ribeiro, Guilherme Luiz Ribeiro, Jayme Ribeiro Serva, Eduardo Guinle Fo., Álvaro Cajado de Oliveira, Otto Luiz Ribeiro, Roberto Ferreira da Rosa, Laércio Brandão Teixeira

DONADIO, AMÉRICO — Refinações de Milho, Brasil

DORIA ASSOCIADOS PROPAGANDA LTDA. — João Agripino da Costa Doria

DOUGHERTY, HENRY O. — Sherwin-Williams do Brasil S/A.

DOW QUIMICA DO BRASIL LTDA. — Andrew Landau

DRAYTON, MICHAEL H. — Pfizer Corporation do Brasil

DREW, E.F. & CIA. LTDA. — Fred L. Hirst

DUAS AMÉRICAS TELEVISÃO FILMES S.A. — Importação e locação de filmes

DUCK, BILLY C. — McFadden & Cia. Ltda.

DUNLOP DO BRASIL S/A., INDÚSTRIA DE BORRACHA — A.R. Callender

DUPONT DO BRASIL S.A. — INDÚSTRIAS QUÍMICAS — Frank L. McClure

DURESMALT Metalúrgica e Esmaltação Ltda. — R.F. Schlegel

DUTEMPLE, HOWARD P. — Ultralar Aparelhos e Serviços Ltda.

E.R. SQUIBB & SONS S.A. PRODUTOS QUIMICOS, FARMACÊUTICOS E BIOLÓGICOS — M.W. Percopo, Paul N. Albright, E.F. Morrissy, João Baptista Pereira de Almeida

EATON S.A. — IND. DE PEÇAS E ACESSÓRIOS — Jack C. Sprague

EATON-FULLER EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS LTDA. — Jack C. Sprague, César Lopez

EDELMANN, HERMANN ARNOLD — Alumínio do Brasil S.A.

EDUARD SEELIG & CIA. LTDA. Equipamento e Maquinário Têxtil

EICHSTAEDT, H.H. — Ford Motor do Brasil S.A.

ELI LILLY DO BRASIL LTDA. — Kent R. Crawford

EMPRESA BRASILEIRA DE RELÓGIOS HORA S.A. — E. Kocher

EMPRESA CONSTRUTORA BEST LTDA. — C.W.M. van Heeswijk

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S.A. — Lindolfo Koller Anders

ENGENHARIA ALPINA LTDA. — Godofredo Giger

ENGENHARIA BADRA LTDA.

ENIR — ENGENHARIA LTDA. — Leon Ravinowich, Alfredo Rubens Gennari

ENSER, HERIBERT — Refinações de Milho, Brasil

EQUIPAMENTOS CLARK S.A. — R.C. Andrews, A. Hinkle, Jorge de la Torre, José Guarnieri

EQUIPAMENTOS CLARK PIRATININGA S.A. — Ricardo Fonseca

EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO SANTA ROSA LTDA. — Dr. Sven D. Detthow

EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS "EISA" LTDA. — B. Bolder, Dr. Miguel Siegel

EQUIPAMENTOS WAYNE DO BRASIL S.A. — J. Jiménez Lorente

ERICKSON, ROBERT E. — Sherwin Williams do Brasil S.A.

ERIEZ, PRODUTOS MAGNÉTICOS E METALÚRGICOS LTDA. — Leslie A. Ide, A.H. Norris

ERNESTO DE CASTRO S.A. — COMERCIAL E IMPORTADORA — Material de Construção

ERNST & ERNST-BRAZIL — Frederick H. Twidale

ERVIN, RICHARD WANLEY — Hyster do Brasil S.A.

ESCRITÓRIO ALGODOEIRO DE CORRETAGENS "PROGRESSO" — Wilhelm Isler, Nicolino Turco, Weber Alves Domingues

ESCRITÓRIO IPPÓLITO & GRAHAM, BROKERS — José Salvador Ippólito, Mário Ippólito, John R. Graham

ESCRITÓRIO LEVY LIMITADA — Roberto H. Levy, Eduardo A. Levy, Herbert V. Levy, Harold R. Levy

ESCRITORIO SOUZA BARROS CORRETAGENS DE CÂMBIO — Luiz A. S. Barros, Fernando C.S. Barros, Fernando Monteiro

ESCRITORIO SUPLICY — Paulo C. Suplicy, Luiz Suplicy Neto, George Suplicy, Paulo Feliciano Suplicy, João Roberto Suplicy Hafers, Anésio Lara, José Pereira de Andrade

ESCRITÓRIO TELLES CORREA — CORRETAGENS DE CÂMBIO E TÍTULOS LTDA.

ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A. — Luciano da Ponte

ESTE ASIATICO — COMERCIO E NAVEGAÇÃO LTDA. — Lage Hansen

ESTEVE IRMÃOS S.A. — COMERCIO E INDÚSTRIA — Joachim J. Esteve

"ESTRELA" — MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.

ETERNIT DO BRASIL CIMENTO AMIANTO S.A. — Construções

EUTECTIC SOLDAS E SOLDAGENS — Erwin A. Steinemann

EVANS, CYRIL BERNARD — First National City Bank of Boston

EVANS, DONALD R. — Fellowship Community Church

EXPAN S.A. COM. E IND. — Dee W. Jackson

EXTON, JR., FRED — Consulado Americano

FNC LTDA. — MÁQUINAS AGRICOLAS E ALIMENTÍCIAS — Charles Morgan

FNV — FÁBRICA NACIONAL DE VAGÕES S.A. — Othon Alves Barcellos Correa, José Burlamaqui de Andrade, Francisco de P. A. Figueiredo, Aureliano J.P. e Albuquerque

FACIT S.A. (MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO) — V. Henriksson

FAHNESTOCK REPRESENTAÇÕES E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS Ltda. — Finley H. Goslin

FAIRGRIEVE, JACKSON — International Harvester Máquinas S.A.

FALCÃO, U.S. — Mobil Oil do Brasil (Ind. e Com.) Ltda.

FALK DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS — William G. Winslow

FALLON, RICHARD CLEMENT — General Electric S.A.

FARHAT, SAID — Revista Visão

FARRAND, PETER M. — Johnson & Higgins

FEIGENSON S.A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — L. Z. Feigenson

FERNANDES, CLÁUDIO PEREIRA — Banco Financial Novo Mundo S.A., Vemag S.A. Veículos e Máquinas Agrícolas, Cofibrás-Cia. Financiadora Brasileira

FERNANDES, JOSÉ PEREIRA — Banco Financial Novo Mundo S.A., Vemag S.A. Veículos e Máquinas Agrícolas

FERNANDO ALENCAR PINTO S.A. — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — Genésio Falcão Câmara

FERODO S.A. — LONAS PARA FREIOS — R.C. Wallace, F.J. Alvarez, F.H. Weis

FERRAGENS E LAMINAÇÃO BRASIL S.A. — Grigore Vladimirschi

FERRAMENTAS COLLINS S.A. — Jair Mastrandrea, Paschoal Mastrandrea

FERREIRA, AGENOR — S.A. White Martins

FERREIRA, AMILCAR FERNANDO FARINHA — Kellogg Company do Brasil

FERRO ENAMEL DO BRASIL IND. E COM. LTDA. — A. Posnick

FICHTER, JOHN L. — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

FIDELIDADE S.A. — EMPRESA DE ARMAZÉNS GERAIS — G.T. Lynch, W.R. Connally

FIGUEIREDO, ALBERTO — L. Figueiredo S.A.

FIGUEIREDO, HORACIO VICENTE DE — Alba S.A. Ind. Químicas

FIGUEIREDO, JOÃO BAPTISTA LEOPOLDO — L. Figueiredo S.A.

FILIBRA PRODUTOS QUÍMICOS LIMITADA — H.G. Kring

FILTRONA COMPONENTES PARA CIGARROS LTDA. — G. Rossi

FIORE, LUIZ — Mobil Oil do Brasil (Ind. e Com.) Ltda.

FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON, THE — E.F. Munn

FIRST NATIONAL CITY BANK — F. H. Huntington, A. Tieppo, E.M. Hinsberger

FLANK, ZYGFRYD — Microlite S.A. Ind. e Com.

FONSECA JR., CORBINIANO D'AQUINO — Corretagem de Câmbio
"FONTOURA-WYETH" — Indústrias farmacêuticas
FORBES, HENRY W. — Deloitte, Plender, Haskins, Sells & Co.
FORD, FRANK ALEXANDER — Arthur Andersen & Co.
FORD MOTOR DO BRASIL S.A. — John C. Goulden
FORMA S.A. — MÓVEIS E OBJETOS DE ARTE — Ernesto Júlio Wolf
FORMICA PLÁSTICOS S/A. — Kenneth Pitt
FORSSELL, ERIK — Ex-Cônsul Geral da Suécia
FORSTER, ERNEST HAIG — Ref. de Milho, Brasil Ltda.
FOUTS, DOVER R., Jr. — B. F. Goodrich do Brasil S.A.
FRAGOSO, HÉLIO MATTOS — Produtos Químicos Darex Ltda.
FRAME, REGINALD DORSEY — I.P.L.
FRANÇA, ADRIAN CERES
FRANCESCHI, DAVID A. — Timken do Brasil S.A. Com. Ind.
FRANCO, CLÓVIS LIMA — Bates do Brasil S.A.
FRANCO, RUY CLÓVIS — Ind. Metalúrgica "Forjaço" S.A.
FREELAND, ROBERT D. — The First National Bank of Boston
FREITAS, JORGE — Cia. Rádio Internacional do Brasil
FREY, LEON B.
FRIGORÍFICO WILSON DO BRASIL S.A. — Dean Harbin
FRUEHAUF DO BRASIL S.A. INDÚSTRIA DE VIATURAS — Harry F. Simons
FUERSTENTHAL, ACHIM H. — Psicologia Industrial
FULTON, ROBERT — South American Operations, Touche, Ross, Bailey & Smart
G.D. SEARLE DO BRASIL — LABORATÓRIOS MEDICINAIS LTDA. — William Vollmuth
GAILEY, ALEXANDER G.W. — Avon Cosméticos Ltda.
GALBRAITH, BRUCE SPENCER — Alba S.A. Ind. Quím.
GALT, JOHN E. — Williamson Prod. & Cia. Ltda.
GAMBINI, MILLO — Refinações de Milho, Brasil
GARCIA FILHO, MANUEL — Cia. Goodyear do Brasil, Motores Perkins S.A., Cia. Siderúrgica Paulista, Brasília S.A.
GARDNER, J. A. — Tecnitrol, Instrumentos de Controle Ltda.
GARLAND, PAUL GRIFFITH
GASTON, WILLIAM MATTHEW — B. F. Goodrich do Brasil S.A. Produtos de Borracha
GAU, ENNO BERT HENRY SABATINI — Overseas Comissária de Despachos S.A.
GAVIÃO MONTEIRO S.A. — Engenharia, Construções — Carlos Gavião Monteiro
GAY, JR., WILLIAM CLARK — Price Waterhouse Peat & Co.
GAYNER, ROBERT HAROLD — Cônsul Canadense. Assuntos Comerciais
GEBARA, EDGAR — Asfaltos Califórnia S.A.
GEISMAR & CIA. LTDA. — G. W. Gillespie
GEMMEL, FRANKLIN L. — Lojas Americanas
GENERAL ELECTRIC S.A. — J. Assis Ribeiro, H. F. McCullough, A. H. O. Reimer
GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A. — A. A. Cunningham
"GEON DO BRASIL" S/A. Indústria e Comércio
GHERINI, LUIZ D. M. — Dow Química do Brasil
GILLESPIE, G. W. — Geismar & Cia. Ltda.
GILLESPIE, JOHN D. — Kodak Brasileira Com. e Ind. Ltda.
GIRAUDEAU, P. G. De K — Price Waterhouse Peat & Co.
GOEPPINGER, HARRY J. — Caterpillar Brasil S.A.
GOLDMANN, TED B.
GONÇALVES, JOÃO — Champion Celulose S.A., Cia. Paulista de Papéis e Artes Gráficas
GONÇALVES, OSMAR — Carborundum S.A. Ind. Bras. de Abrasivos
GONZAGA, PAULO GAVIÃO — Ajax Corretores de Seguros S.A.
GOODRICH DO BRASIL S/A., B.F.-W. M. Gaston

GOODYEAR DO BRASIL, PRODUTOS DE BORRACHA
GOODYEAR, HARRY J. — Sherwin-Williams do Brasil S.A.
GORDON, BARTLEY P.
GORDON WILD, ALEX — Consultor de Publicidade
GOSLIN, FINEEY H. — Fahnestock Representações e Informações Financeiras Ltda
GOULDEN, JOHN CHRISTOPHER — Ford Motor do Brasil S.A.
GOUVEIA, JÚLIO DE — R. Belinky S.A. Com. e Ind.
GRACIOSO, FRANCISCO — McCann-Erickson Publicidade S.A.
GRANT ADVERTISING PUBLICIDADE S.A. — Jacques P. Lebois
GRANT, DONALD IAN — Lutcher S.A. Celulose e Papel
GRECCO, OSMAR — First National City Bank
GREIG, AVENIR MITCHEL — Management Center do Brasil
GROSS, GEORGE O. — Manufacturers Hanover Trust
GUADERRAMA, ERNEST S. — Consulado Americano. Serviço diplomático
GUIDI, RAYMOND A. — Carbocloro S.A. Indústrias Químicas
GURMAN, JAYME — Alba S.A.
GUZ, SAUL — Auditor
H. STERN COMERCIO & INDÚSTRIA S.A. — E. Gabriel Bacher
HAASZ, STEFAN — E.R. Squibb & Sons S.A.
HAGENIESCHE, HUGO ERWIN — Mobil Oil do Brasil (Ind. e Com.) Ltda.
HAIM, DARIO — Fórmica Plásticos Ltda.
HALLAWELL & CIA. LTDA. — Phyllis R. Hallawell
HAMBURG-SUD — AGÊNCIAS MARÍTIMAS S.A. — Horst Schomburg, Paulo Moraes Mello
HAMMARSKJOLD, ULF G. — Panambra S/A.
HARBIN, DEAN — Frigorífico Wilson do Brasil S.A.
HAROLD R. WADDELL E ASSOCIADOS — Auditores e Contadores
HARRINGTON, JEROME F. — IRI Research Institute Inc.
HARRIS, WILLIAM A. — Ideal-Standard Ind. Com. S/A.
HASKINS & SELLS — Deloitte, Plender Haskins, Sells & Co.
HASSON, ALFREDO — Sanbra S/A.
HEDIER, ARNO — National Carbon do Brasil S.A.
HEGEDUS & HEGEDUS — Eduardo Hegedus
HENRY, ALEK W. — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.
HENRY, FREDERICK D. — Kodak Brasileira Com. e Indústria Ltda.
HERBERT, FRANCIS LANSDALE — Cia. Swift do Brasil S.A.
HERMANN, GUNTER
HERNDON, THOMAS CLAY — The First National Bank of Boston
HERO HIDROELETRICA IND. E COM. S.A. — C.W. Heymann
HIGGINS, ALFRED ANTHONY — Devilbiss S.A. — Ind. e Com.
HIGHAM, HUGH DEREK — South-America, Roberts Company
HINSBERGER, E. — First National City Bank
HIRSCH, ROBERT — Agente para Exportação, Importação e Indústria
HIRTENSTEIN, ANDRÉ — Landman, Filhos & Cia. Ltda.
"HOBART DAYTON" DO BRASIL CIA. DE MÁQUINAS — Hobart Dayton
HODGSON, DONALD WILLIAM — Avon Cosméticos Ltda.
HOFFMAN, CLYD MATTHEW — Brazaço S.A.
HOFFMAN BOSWORTH DO BRASIL S.A. — Charles S. Bosworth, J. Brunken, H. Bruhn
HOLLAND, PIRES & CIA. LTDA. — Harold B. Holland, E.A. Pires, Eduardo Augusto de Campos Pires
HOLMES, ROBERT G. — Procon Ltda.
HOME INSURANCE COMPANY, THE — Dalvares B. Mattos, Vainer Belliantani
HONEYWELL CONTROLES LTDA. — José C. Lenz
HOOVER BRASILEIRA S.A. IND. E COM.
HOTÉIS REUNIDOS S.A. "HORSA" — José Tjurs
HOUGH, GERALD R. — Willys Overland do Brasil S.A. Ind. e Com.
HUBER-WARCO DO BRASIL S.A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — J. Ro-

berto S. Coimbra, Dr. S. Muniz de Souza
HUETZ, LEOPOLD WALTER VON — Singer Sewing Machine Company
HUMBERG, ERICH — SANBRA
HUNNICUTT, HORACE A. — International Nickel Co. Inc.
HUNNICUTT, JAMES PAGE — American Marietta S.A.
HUNTINGTON, FREEMAN H. — First National City Bank
HURTADO, DANTES — First National City Bank
HUSSEY, JOHN C. — Produtos Alimentícios Quaker S.A.
HUTCHINSON, E.R. Pfizer Corporation do Brasil
HYSTER DO BRASIL S.A. — Richard M. Ervin
IBM DO BRASIL — Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. — José Bonifácio de Abreu Amorim
I.F.F. ESSÊNCIAS FRAGRÂNCIAS S/A.
IBESA — INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS S.A. — Dr. Antônio C. de Bueno Vidigal, Izydor Kleinberger
IDEAL STANDARD S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — V. A. Harris
IMPORTEX, SOC. TÉCNICA IMPORTADORA LTDA. — A. Haluf
INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PIGMENTOS S/A. — Manoel da Silva Gonçalves, Edmo Padilha Gonçalves, Victor W. Simon
INDÚSTRIA E COMÉRCIO L.S. STARRETT S.A.
INDÚSTRIA COMÉRCIO DE MATÉRIAS-PRIMAS IKA LTDA. — Dr. Arnold Kleinberger, Izydor Kleinberger
INDÚSTRIA E COMÉRCIO SARCO SUL AMERICANA LTDA.
INDÚSTRIA ELÉTRICA BROWN BOVERI S/A. — Paul Hubacher
INDÚSTRIA MECÂNICA BRASILEIRA DE ESTAMPOS "I.M.B.E." LTDA. — Daniel Lantz, Germano Begliomini
INDÚSTRIA MECÂNICA OMAS LTDA. — Tadashi Matsuura
INDÚSTRIA DE PAPÉIS DE ARTE JOSÉ TSCHERKASSKY S/A. — Impressores e Editores
INDÚSTRIA DE PARAFUSOS MAPRI S.A. — Kurt Dreyfus, Lucien Hall Case, Alfredo Gunther Fuchs.
INDÚSTRIA DE PNEUMÁTICOS FIRESTONE S/A. — H. J. Jackelen
INDÚSTRIA SUL-AMERICANA DE METAIS S/A. — Dr. Luiz E. Campello
INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE LÁPIS FRITZ JOHANSEN S/A. — F. Johansen, T. G. Hertz, Dr. F. F. Johansen
INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS FONTOURA-WYETH — J. A. Machado
INDÚSTRIAS GEMMER DO BRASIL S/A. — P. A. Newman
INDÚSTRIAS GESSY-LEVER S/A. — C. J. Van den Bergh
INDÚSTRIAS MADEIRIT S/A. — Ruben De Mello
INDÚSTRIAS QUÍMICAS ANHEMBI S.A. — Dr. José Ignácio de Mesquita Sampaio
INDÚSTRIAS REUNIDAS VIDROBRÁS LTDA.
INDÚSTRIAS ROMI S/A. — Giordano Romi, Alvares Romi, Dr. Romeu Romi.
INDÚSTRIAS SANTOS AZEVEDO LTDA. — Carlos dos Santos Azevedo
INDÚSTRIAS VILLARES S/A. — Borge K. Orberg
INEMA S.A. — INDÚSTRIA ELETROMETALÚRGICA
INGERSOLL-RAND S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Richard J. Alkema, Richard N. Lees
INSTITUTO DE PESQUISAS IRI (IRI RESEARCH INSTITUTE INC.) — Pesquisa de nutrição vegetal e animal
INSTRUMENTOS ELÉTRICOS "ENGRO" S/A.
INSURANCE COMPANY OF NORTH AMERICA — Fred R. Schendel
INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S.A. — Richard O. Burgess
INTERNATIONAL MANAGEMENT ASSOCIATES (IMA) — Mário Rasica
IRMÃOS SINGER S/A. — Indústria e Comércio — Leo & Otto Singer, Jurgen Engel, Max Friedlaender, Carlos Vyborny
IRWIN, MONTROSE W. — King Ranch do Brasil S.A.
J. H. MOREIRA S/A. — COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES — Produtos químicos
J. I. CASE DO BRASIL COM. E IND. LTDA. — J. A. Armbruster

J. KUPPERT & CIA. LTDA. — J. Kuppert

J.P. URNER S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES — Rhoda H.G. Urner, Alfredo Santo Pietro, Alberto de Campos, Frederick Robert Smith

J. PROGIN & CIA. LTDA. — Consultores

J.T. BAKER PRODUTOS QUIMICOS LTDA. — Marc L. Aelion

J. WALTER THOMPSON CO. DO BRASIL — Renato P. Castelo Branco

JACKELEN, H.J. — Indústria de Pneumáticos Firestone S.A.

JACKSON, DEE W. — Expan S.A. Comércio e Indústria

JAKSIC, RICHARD A. — Eaton S.A. Ind. e Peças e Acessórios

"JAMARTIN" — COMÉRCIO, INDÚSTRIA E IMPORTAÇÃO LTDA. — Jack O. Roscoe

JANNINI, ORLANDO — Equipamentos Industriais "EISA" Ltda.

JARRETT, FREDERICK G.Y. — Armstrong do Brasil S.A.

JELINEK, HERMAN J. — Consulado Americano, Assuntos Comerciais

JOHNSON & HIGGINS CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS — Craig S. Myers, José de Almeida

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL — Wm. J. Williamson

JOHNSON, LESTER MELVIN — Minnesota Manufatureira e Mercantil Ltda.

JOHNSON, PHILLIP S. — Kellogg Company do Brasil

JOHNSON, GEORGE H. — J.W. Thompson Co. do Brasil

JONES, GEOFFREY WINGATE — The Western Telegraph Co. Ltd.

JONES, JOSEPH H. — Union Carbide do Brasil S/A. Ind. e Com.

JONES, WILLIAM BEBB — Ind. Gemmer do Brasil S.A.

JUNQUEIRA, CARLOS AUGUSTO BOTELHO — Procon Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.

JUNQUEIRA, SÉRGIO — Willys Overland do Brasil S.A.

KAHLER, OTTO J. — Distribuidora Nacional de Produtos Industriais Dinapi Ltda.

KAISER ALUMÍNIO DO BRASIL LTDA. — G.A. Longtin

KAISER ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA.

KAPOS, LASZLO — Microlite S.A. Indústria e Comércio

KARL VEIT S.A. EXPORTAÇÃO, COM. E IND. DE MADEIRAS — Karl Veit

KAROLYI, ANTHONY — Johnson & Higgins

KAUFMANN, CLAUDE LUDOVIC — Pinheiro Netto & Gomes de Souza

KAUFMANN, MAX H. — Eternit do Brasil Cimento Amianto S.A.

KEEFER, HAROLD JACKSON — General Motors do Brasil S.A.

KEENER, ULYSSES GRANT — Fahnestock, Repres. e Informações Financeiras Ltda.

KELLEHER, WILLIAM O. — Sears, Roebuck S/A.

KELLER, BERT — Bert Keller S.A. Máq. Modernas

KELLOGG COMPANY DO BRASIL — Gêneros Alimentícios

KELMAQ S/A. — Máquinas Comerciais e Gráficas — Frederico Keller

KELSO, JOHN GLOVER — Norton do Brasil S.A.

KEMPER INSURANCE

KENDALL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. — Andrew J. Laska

KENNEDY, EMBREE MOORE — General Motors do Brasil S.A.

KIBON S/A. (Indústrias Alimentícias) — Robert R. Bachman, Armando Nascimento Cepeda

KINCAID, CARL P. — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

KINCEY, R.T. — Anderson Clayton & Co. S.A., Ind. e Com.

KING, DELL ROY — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

KING, JAMES FRANCIS — Price Waterhouse Peat & Co.

KING, LAWRENCE — Vidros Corning do Brasil S/A.

KING, N. KNOWLTON — Shellmar Embalagem Moderna S.A.

KING RANCH DO BRASIL S.A. — AGRO-PASTORIL — M.W. Irwin

KLABIN, IRMÃOS & CIA.

KLAUSGAARD, ALFRED MARINUS

KLEIN, JOCHANAN

KODAK BRASILEIRA COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA. — John D. Gillesrie

KOEHL, FRANK J. — Ford Motor do Brasil S.A.

KOHL, VERNER T.

KOO, FRANCIS — U.S. Stocks

KORANYI, JEAN — Armações de Aço Probel S.A., Molas No-Sag do Brasil Cia. de Cimento Vale do Paraíba

KORSGARD, ROBERT A. — Caterpillar Brasil S.A.

KRELL, W.C.

KREUGER, CAPITÃO ERIK — Marinha Mercante

KRING, H.G. — Rohm & Haas Co., Filibra Prod. Quím. Ltda.

KROON, PETER M. — Minnesota Manufatureira e Mercantil Ltda.

KROUSE, JR. STANLEY W. — Associação Escola Graduada de São Paulo

L. FIGUEIREDO S/A. — João Baptista Leopoldo Figueiredo

LABORATÓRIO SANITAS S/A.

LABORATÓRIOS ANAKOL LTDA. — J.P. O'Brien

LABORATÓRIOS AYERST LIMITADA — V. Weiler

LABORATÓRIOS BURROUGHS WELLCOME DO BRASIL S.A. — Richard J. Brandt, William P. Thompson

LABORATÓRIOS MILES DO BRASIL LTDA. — Dr. Bernhard A. Frischke

LABORTERÁPICA-BRISTOL S/A. — INDÚSTRIA QUIMICA E FARMACÊUTICA — Domingos Pires Oliveira Dias

LACOMBE, CARLOS O.C. — Timken do Brasil S.A.

LAHR, BRIAN EUGENE — Refinações de Milho, Brasil

LAMPHEAR, DON A. — Cia. Goodyear do Brasil, Produtos de Borracha

LANDAU, ANDREW-DOW Química do Brasil S.A.

LANDMANN, FILHOS & CIA. LTDA. — O.P. Landmann, G. Landmann

LANE JR., LAURISTON JOP — Médicos

LANGSTON, JOHN MILLIS — Harnischfeger International Corporation S.A.

LANIFICIO ARCOS S/A. — Ernesto George Diederichsen, Romeu Marchi

LASKA, ANDREW J. — Kendall do Brasil, Ind. e Com. Ltda.

LATIMER, LOUIS ANGLIS — Pfizer Corporation do Brasil

LAURENTZIUS, PER. — Upjohn Produtos Farmacêuticos Ltda.

LEBOIS, JACQUES PIERRE — Grant Advertising Publicidade S.A.

LEDERER, FRANK — Werner Associates Inc.

LEE, FERNANDO EDWARD — Mário de Mariz Maia

LEIGH, JAMES M. — U.S. Rubber Internacional do Brasil S.A.

LEISER, WALTER O. — Johnson & Johnson do Brasil

LEISTNER, GILBERT C. — International Harvester Máquinas S/A.

LEME, EDGARD — Advogado

LEMOUCHE, MARCEL — Amertool Services Inc. Cincinnati, Ohio

LENGYEL, MARCEL — Refinações de Milho, Brasil

LENTON, TOMAS G. — Colgate-Palmolive S.A.

LENZ, JOSÉ C. — Honeywell Controles Ltda.

LEVAR, WALTER JOHN — Indústria de Pneumáticos Firestone S/A.

LEVY, JACQUES CLEMENT — Refrescos do Brasil S.A. (Coca-Cola)

LEWIN, DAVID S. — Kibon S.A.

LIBERATORE, GALILEU — Refinações de Milho, Brasil

LIEPOF, JACK — Consulado Americano. Assuntos trabalhistas

LIMA, MANOEL ÁLVARO FERNANDES — AMF do Brasil S.A. — Máquinas Automáticas

LIMA, MANOEL SOUZA

LIMA, R.N. DE

LINGFIELD, GERRY M.

LINHAS CORRENTE S.A. — J.S. Wisbet

LINKBELT-PIRATININGA TRANSPORTADORES INDUSTRIAIS LTDA.

LION S/A. ENGENHARIA E IMPORTAÇÃO — Plínio Salles Souto, R.L. Wagner, Antônio Sobral Jr.

LIQUID CARBONIC INDÚSTRIAS S.A. — W.B. Sweet

LITHCOTE DO BRASIL S.A. (REVESTIMENTOS) — J.H. Bergmann, J. Borges

LITTLEJOHN, ANGUS C.

LITTLEJOHN & CIA. LTDA. — Investimentos

LLERENA, JUAN CLINTON — Moore McCormack (Navegação) S/A.
LOBO, ROSA, B.M. — Carlos Oppenheimer Com. e Repres. S.A., Phillipp Brothers, Philipp Chemicals & Minerals Corp.
LOCCHI, PERICLES NESTOR, S.A. Moinho Santista
LOCKING, MICHAEL ADRIAN — Price, Waterhouse Peat & Co.
LOE, JOHN EDWARD — Cia. Petroquímica Brasileira — Copebrás
LOEBINGER, HENRIQUE G. — United Shoe Machinery do Brasil
LOPEZ, C. — Eaton S/A., Eaton-Fuller Ltda.
LOPEZ, JR., JOSEPH R. — AMF do Brasil S.A.
LOTUFO, JOÃO NOGUEIRA — Y.M. C.A.
LOWENSTEIN, JOÃO A. — Fábrica Aliança de Artefatos de Metais
LOWENSTEIN, MAY — Max Lowenstein-S.A.
LUBONIRSKI, MAREK — Cia. Empreendimentos Administração e Investimentos IBEC
LUCA, RICARDO DE — Banco Lar Brasileiro S.A.
LUMAQ S.A. — Edgar A. de Amaral
LUNDGREN, BORGE — Bates do Brasil S.A.
LUTCHER S/A. CELULOSE E PAPEL — Henry Lutcher Brown, Donald J. Grant
LUX, F. DAVID — Gemmer do Brasil S.A.
LYNCH, GILBERT THURSTON — Fidelidade S.A. Emp. de Armazéns Gerais
LYON, SCOTT CALVIN — Consulado Americano
MACDONALD, CHARLES E. — Frigorífico Armour do Brasil S.A.
MACFARLAND, JAMES JOSEPH — Cia. Petroquímica Brasileira — Copebrás
MACKENZIE, MALCOLM H. — COBAST
MAGALHÃES, JR., FRANCISCO EDUARDO — Cia. Expresso Federal
MAGALHÃES, PAULO REIS DE — Cia. Itaquerê-Industrial e Agrícola
MAKI, CLIFFORD R. — Clinkraft S.A.
MAKRAY, TAMAS — Procon Engenharia, Ind. e Com. Ltda.
MALPAS, DONALD — Price Waterhouse Peat e Co.
MANAGEMENT CENTER DO BRASIL — A.M. Greig
MANDEEN, ELDRIDGE E. — Caterpillar Brasil S.A.
HANNING, GERALD E. — ROLIBEC, S.A. Corretagem de Seguros e Participações
MANNING, ROBERT L. — Pfizer Corporation do Brasil
MANPOWER SÃO PAULO LTDA. Promoção e Serviços
MAQUINAS AGRICOLAS ROMI S.A.
MARFEX COMERCIO E INDÚSTRIA S.A.
MARKS, PERTRAM R. — Sears, Roebuck S.A.
MARSH, WALTER W. — Pfizer Corporation do Brasil
MARSHALL, SR., DONALD HENRY — S.A. Geon do Brasil Indústria e Comércio
MARTENSEN, WERNER EMIN — McCann-Erickson Publicidade S.A.
MARTIN, JOHN R. — Carrier International Ltd.
MARTIN, ROBERT O. — Adams & Porter Soc. Civ. de Corr. de Seguros Ltda.
MARTINS, B. ORLANDO — Soc. Técnica em Ar Condicionado "Starco" S/A.
MASON, HOWARD I. — Anderson Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.
MASON, JOHN A., JWR. — Consulado Americano. Serviço de informação
MASSEY-FERGUSON DO BRASIL S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — John E. Williams
MATTOS, DALVARES B. — The Home Insurance Company, New York
MAWSON, WILFRED JOSEPH
MAX FACTOR DO BRASIL S/A. Glenn B. Weible
MAX LOMENSTEIN S/A. FÁBRICA ALIANÇA DE ARTEFATOS DE METAIS — Max Lowenstein
MAZZARELLA, LUIZ ALBERTO — Refinações de Milho, Brasil
MAZZETTI, MAURICE JEAN — National Carbon do Brasil S.A.
McCANN-ERICKSON PUBLICIDADE S.A. — Emil Farhat
McCLURE, FRANK LEE — Dupont do Brasil S.A. Indústrias Químicas

MC CORQUODALE IMPRESSORA Ltda.
McCULIOUGH, HOWARD F. — General Electric S.A.
McDONALD, STANLEY T.
McDONNELL, FRANCIS XAVIER — General Motors do Brasil S.A.
McFADDEN & CIA. LTDA. — Billy C. Duck
McKAY, ROBERT TURNBULI — Sylvania Produtos Elétricos Ltda.
McKEE, JR., JAMES WILSON — Refinações de Milho, Brasil
McKINNEY, CHARLES WILLIAM — Brinquedos Bandeirantes S.A.
MEAD JOHNSON/ENDOCHIMICA INDUSTRIA FARMACÊUTICA S/A. — C.R. Laver
MECÂNICA JARAGUÁ S.A. — Gunther Paul Kunze, Juergen Leisler Kiep
MEDAETS, JEAN GEORGES — Indústrias Villares S.A.
MEDITRONICA S/A. — Equipamento Médico
MEHRTENS, J. PAUL — Ultragás S.A.
MELEGA, DR. LUIZ — Advogado
MEIETTI, ROBERTO — Mobil Oil do Brasil (Ind. e Com.) Ltda.
MENDONÇA, A. S. — Pan American Airways, Inc.
MENGE, CHARLES A. — Equipamento Industrial
MERCEDES BENZ DO BRASIL S/A.
MERCK SHARP & DOHME LTDA. — D.H. Stallard, M.B. Sainz, R.R. Pinto, W.T. White, J.A. Kiernan
MERIWETHER, J.P. — Refinações de Milho, Brasil
MESBLA S/A. — Leon Risso
MESCAL, ROBERT E. — Dupont do Brasil S.A.
METALGRÁFICA CANCO S.A. — George W. Wieseman
METALÚRGICA BRASILEIRA "ULTRA" S.A. — Paulo Bartoli
METALÚRGICA MATARAZZO S/A.
METALÚRGICA PAULISTA S.A.
METALÚRGICA TECNOL LTDA.
MEYER, PAUL — Norton do Brasil S.A. Indústria e Comércio
MEYER, WILLY BANDEIRA — Standard Elétrica S.A.
MICROLIT S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Zygfryd Flank
MIGUEL, TUFFY JORG — Despachante junto à polícia
MILLER, BURTON STEWART
MILLER, HAROLD RAY — Wilson do Brasil S.A.
MILLER, PAUL DAVIS — Representações Milmay Ltda.
MILLER S/A. — Viagens Turismo e Repr. — C.R. Miller, Samuel J. de Mello, Elias J. de Mello
MINNESOTA MANUFATUREIRA E MERCANTIL LTDA. — Lester M. Johnson, A.W. Winslow
MINOLFO, FRANCESCO — Companhia Brasileira de Material Ferroviário "COBRASMA"
MIRANDA FILHO, LUIZ RODOLPHO — Ajax Corretores de Seguros S/A.
MIRANDA, PAULO EMÍLIO ALVES — Refinações de Milho, Brasil
MOBIL OIL DO BRASIL (INDÚSTRIA E COMÉRCIO) LTDA. — Sylvio Sguizzardi, H. Hagewiesche, V. de Palma, V.P. Martino, E. Diestel, O. Boesel
MOLAS NO-SAG S.A. — Paulo R. Robell
MONITORA S.A., INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Otto Felts de la Roca
MONOFIL, SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MONOFILAMENTOS LTDA. — Fabricante de produtos plásticos
MONSANTO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. — Produtos químicos
MONTEIRO, DAVID AUGUSTO — Multi Propaganda Soc. Ltda.
MONTEIRO, HUMBERTO
MOORE CROSS & CO. — Peritos Contadores Juramentados
MOORE-McCORMACK NAVEGAÇÃO S.A. — J.C. Llerena, A.F. Amado
MORELLATO NETTO, VICENTE — Fruehauf do Brasil S.A.
MORRISSY, EDGAR FRANCIS — E.R. Squibb & Sons S.A. Prod. Químicos, Farmacêuticos e Biológicos
MORROW, NEIL JOSEPH — Singer Sewing Machine Company
MORTARA, ALBERTO — Simca do Brasil
MOSER, LUCIEN M. — Swiss Bank Corporation
MOSS, HERBERT H. — Avon Cosméticos Ltda.
MOTORES CUMMINS DIESEL DO BRASIL LTDA. W.A. Kellog

MOTORES PERKINS S.A. — James Winstanley

MOTTA, JORGE — Velas Champion do Brasil Ltda.

MOURA, CARLOS PACHECO ANTUNES — Indústria Sul Americana de Metais S.A.

MOURA, TEIXEIRA, GOUVÊA E SILVA — Advocacia

MULTI PROPAGANDA SOC. LTDA. — David Augusto Monteiro

MULTIBRÁS — INDÚSTRIA DE APARELHOS DOMÉSTICOS LTDA.

MULTIPLEX SERVIÇOS DE MÚSICA FUNCIONAL LTDA.

MUNCK DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS — Engenharia

MUNN, EDMUND FRANCIS — The First National Bank of Boston

MURDOCH, JOHN — Dupont do Brasil S.A.

MURRAY, ALEXANDER P. — Price Waterhouse Peat & Co.

MYERS, CRAIG S. — Johnson & Higgins Corretores Associados de Seguros

MYNN, GERALD ERNEST — Refinações de Milho, Brasil

NAGEL, ROBERT O. — Phillips-International Químicos Ltda.

NAILOTEX S.A. TECELAGEM E CONFECÇÕES — Jack Philip Moskovits

NAMMACK, JOHN AUSTIN

NARDY, ALMEIDA & CAMARGO — CONSULTORES LEGAIS

NARDY, LUIZ ADOLPHO — Nardy, Almeida & Camargo

NASH DO BRASIL BOMBAS LTDA.

NAUFAL S.A. — IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO — Raymond Naufal, Felipe Fiasco, Márcio Ribeiro Rocha

NAUMANN GEPP S.A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Equipamento agrícola

NEAL, PAUL WHITAKER — Colgate Palmolive S.A.

NEELEMAN, GARY JOHN — United Press International

NETTO DOS REYS, LUIZ — FORÇA AÉREA — "ASTAR" Assessoria Técnica da Administração e Relações Públicas, Catema S.A. Com. de Terraplenagem e Madeiras

NEVES, RUBENS GARCIA — Delta Line, Inc.

NEWMAN, PERCK A — Gemmer do Brasil S.A.

NIELSEN, CHARLES W. — Singer Sewing Machine Company

NIRO ATOMIZER INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. — J. B. Kulimann

NOGUEIRA, RUY DE CAMARGO — Pinheiro Neto & Gomes de Souza

NORRIS MICHAEL S. — Johnson & Johnson, Brazil

NORTON DO BRASIL S.A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — D. M. Thornton, E. Zenha, F. Ramilli, P. Meyer, J. G. Kelso

NORTON PUBLICIDADES S.A. — Gerald Alonso

NOVATRAÇÃO — PNEUS DE TRATORES S.A. — B. Schneider

NULK VINCENT A. — Westinghouse Electric Co. S.A.

NYE, F.C.A. ERNEST ALBERT WILLIAM — Eaton S.A., Eaton-Fuller Ltda.

O'BRIEN, JEREMIAH JAMES — Price Waterhouse Peat & Co.

O'KEEFEE, T. F. — Singer Sewing Machine Co.

O'NEILL, JOSEPH W. — Ford do Brasil S.A.

OAKLEY, JOHN S.

OATEN, CHARLES WILLIAM — AMF do Brasil S.A.

OKAMOTO, TETSUO — Refinações de Milho, Brasil

OLINKRAFT S/A. CELULOSE E PAPEL

OLIVEIRA, LAVIL VEIGA DE — Comissária Dickinson S.A., Ag. Marítima Dickinson S.A.

OLIVEIRA, OLÁVIO GOUVÊA DE — Exportadores e Importadores

OLIVER JR., BERTRAM LEROY — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

OMNIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A. — Mário Adamo

ORBERG, BORGE K. — Indústrias Villares S.A.

ORGANIZAÇÃO IRMÃOS CAMPOS DE SÃO PAULO S/A. — Advogados

ORQUIMA — INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S.A.

ORTECA — ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO S.A. — Luiz Carlos de Sant'Anna

OSMO, DAVID SAMUEL — Ford Motor do Brasil S.A.

OVERSEAS COMISSARIA DE DESPACHOS S.A. — Enno B. H. S. Gau

OVERTON, THOMAS LEEWEILYN — Investors Overseas Services

PAGANI, NELSON D. — RCA Eletrônica Brasileira, RCA Válvulas S.A.

PAIVA & COMPANHIA COMANDITA POR AÇÕES — Corretagem alfandegária

PAIVA, NELSON DE SOUZA — Filtrona Componentes para Cigarros Ltda.

"PALLAS" GRADMANN & HOLLER DO BRASIL SERVIÇO DE SEGUROS LTDA. — Alfred Engling, Guy H. Pullen

PALMA, OSWALDO — Fonseca Almeida Com. e Ind. S.A.

PANAMBRA INDUSTRIA E TECNICA S.A.

PAN AMERICAN AIRWAYS, INC. — W. Henry Smallwood

PAN-AMERICAN MERCANTIL LTDA. — J. J. van Dijk

PARENTIEFF, ANATOLE VLADIMIR — Cia. Brasileira de Plásticos "Koppers"

PARIS, RICHARD H. BLAKE — Swift do Brasil S.A.

PARKINSON, FRANK — Bendix do Brasil Ind. & Com. Ltda.

PEARCE, WILLIAM MAX — Willys Overland do Brasil S.A.

PEARCY, NOAH C. — São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade

PECHO FILHO, DENIS — Refinações de Milho, Brasil

PEERY, ROBERT LEE — Dupont do Brasil S.A.

PENFIELD, GEORGE JEFFERSON — Pneumáticos Firestone S/A.

PENNA, RUY DIAS — RCA Eletrônica Brasileira S.A., RCA Válvulas S.A.

PENROSE, JULIAN — IBEC

PENTEADO, ALFREDO LUIZ — Esso Brasileira de Petróleo S.A.

PEPPER, WILLIAM J. — Johnson & Johnson do Brasil

PEREIRA, GERALDO EMYGDIO

PEREIRA, HORMANN E AZEVEDO — Walter C. A. Hormann, Ruy A. Pereira Leite

PEREZ ESCOBAR, ERNESTO — B. F. Goodrich do Brasil S.A.

PERNTEK S.A. PROCESSAMENTO DE FLUIDOS — George Browne

PEROTTI, JOÃO PEDRO — Omnia Engenharia e Construções S.A.

PERROY, HENRY JEAN JACQUES — Banqueiro, consultor de investimento e corretor

PERRY C. VANCE — Westinghouse Electric Company S.A.

PFIZER CORPORATION DO BRASIL — W. W. Marsh, A. C. Scott-Fleming, H. B. Cooper, M. H. Drayton, E. R. Hutchinson, L. A. Latimer

PHILCO RADIO E TELEVISÃO LTDA. — F. L. Sherman

PRILIPPON, ARTHUR — General Electric S.A.

PHILLIPS, JR., JAMES MAURICE — Frigorífico Wilson do Brasil S.A.

PHILLIPS, PETER HAROLD — Price Waterhouse Peat & Co.

PICKENS, HUNTER T. — Ford Motor do Brasil S.A.

PIMENTEL, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA — Advogado

PINHEIRO NETO & GOMES DE SOUZA — Advogados

PINHO, MANOEL ORLANDO DE MORAIS — Price Waterhouse Peat & Co.

PINSENT, NEVILLE J. — Sylvania Produtos Elétricos Ltda.

PINTAUDI, SALVADOR COSI — Economista

PINTO, CÉSAR AUGUSTO DE CAMARGO — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

PINTURAS YPIRANGA LTDA. — Nelson G. Adoglio

PIRELLI S.A. CIA. INDUSTRIAL BRASILEIRA — Dr. Egídio Gavazzi

PIRES FONTOURA S/A — IMPORTADORA E INDUSTRIAL — Orlando Ferreira Pires, A. B. Fontoura Garrido

PISCETTA, FORTUNATO — Motores Cummins Diesel do Brasil Ltda.

POENARU, LUDVIC — Work S.A. (Importação e Exportação)

POLENA, M. V. — Cia. Petroquímica Bras. "Copebrás"

POLIDURA DO BRASIL S/A. INDUSTRIA DE TINTAS E VERNIZES

POLLARD, R. L. — São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade

PONTE, GERALDO FERREIRA DA — Arthur Young, Clarkson, Gordon & Co.

POSNICK, ADOLPH — Ferro Enamel do Brasil Ind. e Com. Ltda.

POTTER, MURRAY MARTIN — E. R. Squibb & Sons, S.A.

POWELL, DONALD C. — Champion Celulose S.A.

POWELL, GERARD C. — Cia. Goodyear do Brasil Produtos de Borracha

POYO, JORGE — Financiadora GMB S.A.

PRADO, EDUARDO CAIO DA SILVA — Advogado

PRADO, PETER — Microlite S.A. Indústria e Comércio

PRATA, ONIZIO — CERTAC S.A.

PRENDERGAST, WILLIAM AUGUSTINE — First National City Bank

PRICE WATERHOUSE PEAT & CO. — M. R. Altmann, A. A. Couto, W. C. Gay Jr., D. Malpas, A. D. Murray, J. J. O'Brien, L. A. Renberg, C. R. Taylor

PRIME, FRANK J. — Sylvania Produtos Elétricos Ltda.

PRIME, R. H. & CIA. LTDA. — Exportação, Importação e Agentes de Viagens

PROCON ENGENHARIA IND. E COM. LTDA. — Robert G. Holmes

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS QUAKER S.A.

PRODUTOS QUÍMICOS "*D A R E X*" LTDA. — Hélio M. Fragoso

PROMECA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Demósthenes Madureira de Pinho

PROMOFILMES CINE TV LTDA.

PROVASNIK, ALBERT J. — Consulado Americano e Representante do Tesouro Americano

PULFORD, SCHUYLER C. — Sears, Roebuck S.A.

PULIEN, GUY H. — "Pallas" Grandmann & Holler do Brasil

PUPO NETO, TRAJANO — Anderson, Clayton & Cia. S.A. Indústria e Comércio

QUARESMA, E. — Despachos & Alfândega

QUARTIM BARBOSA, PAULO LACERDA — Willys Overland do Brasil S.A.

QUEIROZ, JÚLIO C.B. DE — Procon Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

QUENTIN, ALBERT PETER — National Carbon do Brasil S.A.

QUIGLEY, JOSEPH E. — The First National Bank of Boston

R. BELINKY S.A. COM. E IND. — Abram Belinky, A. M. Almeida Prado, Benjamin Belinky, Júlio de Gouvêia

RCA ELETRÔNICA BRASILEIRA S.A. — Nelson D. Pagani, Ruy Dias Penna, Dr. William Monteiro de Barros, Dr. Roberto de Miranda Cortes, Humberto Monteiro, Eric F. Lamb, Jorge Boihagian

R. SIMON S.A. — Joalheiros

RADCLIFFE, JOSEPH — The Coca-Cola Export Corp.

RAISS, WERNER HERBERT — "Ao" Prod. Oftálmicos Ltda.

RAMILLI FULVIO — Norton do Brasil S.A. Indústria e Comércio

RAMOS, JOSÉ AMARO PINTO — S.A. Moinho Santista

RAPHAEL, ZADOK DE PAULA — Refinações de Milho, Brasil

RAPP, ROBERTO — Matéria-prima industrial e têxtil

RASCH, TORBEN — Cia. Refrigerantes de São Paulo

RATTO, ORLANDO — Ford Motor do Brasil S.A.

REBOLOS BRASIL S.A. — H. Felsberg

REED, CHARLES D. — Singer Sewing Machine Company

REESER, LYLE G. — Caterpillar Brasil S.A.

REEVES, CORONEL LOUIS P.

REFINAÇÕES DE MILHO, BRASIL — James Wilson McKee Jr.

REFRESCOS DO BRASIL S.A. — Albert H. Staton

REGO, LUÍS CARLOS MORAES — Equipamentos Clark S.A.

REID, DOUGLAS J. M. — RCA Eletrônica Brasileira S.A.

REIMER, A. H. O. — General Electric S.A.

RELLING, THOROLF H. — Bendix do Brasil, Equipamentos para Autoveículos S.A.

RELÓGIOS BRASIL S.A. — E. Kocher

REMINGTON RAND DO BRASIL S.A. — W. McP. Jones, C. E. Araújo

RENBERG, LEIF ARNOLD — Price Waterhouse Peat & Co.

REPRESENTAÇÕES PRYOR S.A. — Seguros

RESANA S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS — Gunner Orberg

RESMAT LTDA. — K. H. Davies

REUTER, JEAN — Cia. Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro "CIMAF"
REVISORA NACIONAL S.C. LTDA. — Íris Miguel Rotundo, Hilário Franco, Emilio Bacchi, Luís Fernando Mussolini
REVISTA VISÃO LTDA. — Victor M. de Figueiredo
REYJRINK, JOHANNES HUBERTUS — AMF do Brasil S.A.
RIBALTA JR., RICHARD — Sherwin-Williams do Brasil S.A., Tintas-Vernizes
RIBEIRO, DOLY — Vemag S.A.
RIBEIRO, LUIZ DE FRANÇA — Advogado
RIBEIRO, NORBERTO GUILHERME BACHMANN — Procon Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.
RIBEIRO, VICENTE DE PAULA — Dominium S.A.
RICCI, DIRCEU — Minnesota Manufatureira e Mercantil Ltda.
RIGEST S.A. — Harrison G. Hull Jr.
RIGGS, JOHN E. — Kodak Brasileira Com. e Ind. Ltda.
RINEHART, PETER S. — Tri-Sure S.A. Indústria e Comércio
RINEHART JR., JESSE S. — Bethlehem Brazilian Corp.
RINEY JR., JOHN M. — Sears, Roebuck S.A.
RIVERA, JUAN — International Correspondence Schools World Ltd.
ROBELL, PEDRO R. — Armações de Aço Probel S.A.
ROBERTO DREYFUSS & CIA. — Auditores, Contadores e Serviços de Administração
ROBERTS, RANKIN — C.I.N. Cia. de Incremento de Negócios
ROBERTSON-SINCLAIR & CIA. LTDA. — Engenheiros Consultores
RODRIGUES, MÁRIO DE ALMEIDA — Metalúrgica Canco S.A.
RODRIGUEZ, CALIXTO — Laboratórios Sanitas do Brasil
ROGERS, RONALD HUGH — Arthur Andersen & Co.
ROLIBEC S.A. Corretagem de Seguros e Participações — Gerald E. Manning
ROSSI, GUGLIELMO — Filtrona Componentes para Cigarros Ltda.
ROY, JEAN PIERRE — Roy Schindler
ROYAL BANK OF CANADA, THE — J. I. Melville
RYS, Dr. L. J.
S. J. DE MELLO PUBLICIDADE SOCIEDADE CIVIL — Samuel Jorge de Mello
S. MAGALHÃES S.A. — Maviael P. Souza
SAS — SCANDINAVIAN AIRLINES SYSTEM — Claus L. Nottrup
ST. MARTIN, CHARLES — Williamson Produtos & Cia. Ltda.
SACCONE, R. A. — Mobil Oil do Brasil (Ind. & Comércio) Ltda.
SAFDIÉ, ALBERT — Comerfin Indústria e Comércio S.A.
SAMPAIO, JOÃO DE ALMEIDA — Consulado Americano
SAMPAIO CORREA, JOSÉ MARIA DE — The First National Bank of Boston
SAMPSON S.A. Administração de Bens — Dom Antônio M. de Lancastre, A.C. Conde de Pontevel
SANF. S.A. NACIONAL DE AÇO E FERRO — Equipamento agrícola, aço
SANBRA — SOCIEDADE ALGODOEIRA DO NORDESTE BRASILEIRO S.A. — Erich Huberg
SANCHES, JOSÉ G. — Cia. Johnson & Jonhson do Brasil
SANT'ANNA SERGIO DE ANDRADE — DeVilbiss S.A. Indústria e Comércio
SANTI, PAULO ADOLFO — Arthur Andersen Co.
SANTIAGO, ITAGYBA — Advogados
SÃO PAULO ALPARGATAS S.A.
SÃO PAULO LIGHT S.A. SERVIÇOS DE ELETRICIDADE
SASSOON, EDOUARD — General Motors do Brasil S/A.
SATURNIA S.A., ACUMULADORES ELÉTRICOS — Aldo Rabioglio
SAVA COMERCIAL E IMPORTADORA S.A. — Raymond Norbert Kegel, Dr. F. A. Souza Netto, Dr. Adelmar Victor Brandão, Josephina Murano, Dr. Paulc Alfieri
SCANIA-VABIS DO BRASIL S.A. — VEICULOS E MOTORES — Börje Rehnby
SCHAEDIICH, HELMUTH MAX LUDWIG
SCHAEFFER, FRANCISCO — S.A. White Martins
SCHALLER, JOSEPH W.
SCHENDEL, FRED R. — Insurance Company of North America

SCHIESSER, ALBERTO N.P. — General Motors do Brasil
SCHLEGEL, ROLAND F.
SCHLOSSINGER & CIA. LTDA. — Edwin & Frank Schlossinger
SCHMIDT, PEDRO G. — Armco Industrial e Comercial S.A.
SCHMIEDER, JOHN PAUL
SCHOKAISKY, CYRIEL — Union Carbide do Brasil S.A.
SCHROTH, GERALD D. — First National City Bank
SCHUMANN, LEOPOLD — U.O.P. Essências Fleuroma, Ltda.
SCHULTZ, DR. HANS OTTO — Deutsche Bank A.G., Deutsche Ueberseeische Bank
SCHUNACH R., JOSEF OTTO — CREDO Conselheiros e Administradores Ltda.
SCHWARZ, MAX
SCHWEER, THEODORE R. — Cia. Expresso Federal
SCOTT-FLEMING, ANGUS CRERAR — Pfizer Corporation do Brasil
SLADON, RICHARD HENRY LENNARD — Sylvania Produtos Elétricos Ltda.
SEARS, ROEBUCK S.A. COMERCIO E INDUSTRIA — William O. Kelleher, A.M. Withers, H.L. Caudle, S.C. Pulford, J.M. Riney, M. Panico
"SEMP" RADIO E TELEVISÃO S.A. — Affonso Hennel
SERENA, EDUARDO — Controles Automáticos Sermar Ltda.
SEVERO E VILLARES S.A. — Arnaldo Dumont Villares
SGUIZZARDI, SYLVIO FAUSTO — Mobil Oil do Brasil
SHAFFERMAN, RODULPH — Merck Sharp & Dohme S.A.
SHARPLES DO BRASIL S.A. — INDUSTRIA E COMERCIO — Dr. Roger S. Blackshaw
SHEAFFER PEN DO BRASIL IND. E COM. LTDA. — William A. Dewane, Geoffrey L. Bishop
SHEFFER, BRUCE M. — Burroughs do Brasil S.A.
SHELLARD, CHARLES JAMES — J. Walter Thompson Co. do Brasil
SHELLMAR EMBALAGEM MODERNA S.A. — N. Knowlton King
SHERMAN, FREDERICK L. — Philco Rádio e Televisão Ltda.
SHERMAN, JOSEPH BROMLEY — Johnson & Johnson do Brasil
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL S.A. TINTAS E VERNIZES — Henry O. Dougherty
"SIAM" SOCIEDADE INDUSTRIAL AMERICANA DE MAQUINAS TORCUATO DI TELLA S.A. — Nestor S. Sozio
SIDEC — SOCIEDADE INTERNACIONAL DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA. — J.M. van Swaay
SIEMENS DO BRASIL CIA. DE ELETRICIDADE — Dr. César de Saboya Pontes, Dr. Heckhart Thon, G. Neglein, K. H. Dietz, E. Stuebing
SIEVERT, F.A. — Alumínio do Brasil S.A.
SIFCO DO BRASIL S.A. — IND. METALÚRGICAS — Alexandre R. Smith de Vasconcellos, William Scott Fraula, Stefan J.B. Podgorski
SILVA, JATYR JOSÉ ROSSI CORREA DA — Lutcher S.A. Celulose e Papel
SILVEIRA, S.O.R. — Cia. Paulista de Força e Luz
SIMCA DO BRASIL
SIMÕES, AURIPHEBO BERRANCE — Consulado Americano
SIMONS, HARRY F. — Fruehauf do Brasil S.A. Ind. de Viaturas
SIMONS II, HARRY F. — Fruehauf do Brasil S.A. Indústria de Viaturas
SINGER SEWING MACHINE CO. — Kenneth G. White
SKIBSTED, ROBERT — Reynolds Foreign Sales Inc.
SKINNER, ERIC S. — Avon Cosméticos Ltda.
SKUROPAT, LEON — General Electric S.A.
SLOTER, OAKLEY H. — Caterpillar Brasil S.A.
SLUETZ, EDWARD J. — Caterpillar Brasil S.A.
SMALLWOOD, W. HENRY — Pan American Airways
SMITH, JOHN H. — Caterpillar Brasil S.A.
SMITH, RALPH E. — Ingersoll-Rand S.A.

SMULL, FRED L. — F.M.C. Ltda. Máq. Agrícolas e Alimentícias

SOBRAL JÚNIOR ANTÔNIO — Lion S/A.

S/A. COMERCIO E INDÚSTRIA SOUZA NOSCHESE — Raphael Noschese

S/A. EMPRESA DE VIAÇÃO AEREA RIOGRANDENSE "VARIG" — Edgar A. Kersting

S/A. FÁBRICAS "ORION" — Carlos Eduardo de Azevedo

S/A. FRIGORIFICO ANGLO — D.C. Allan

S/A. GEON DO BRASIL — INDÚSTRIA E COMERCIO — F. Matarazzo Jr.

S/A. INDUSTRIAS REUNIDAS F. MATARAZZO — F. Matarazzo Jr.

S/A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM — Dr. José E. de Moraes

S/A. INSTITUTOS TERAPÊUTICOS REUNIDOS "LABOFARMA"

S.A. MARTINELLI AGÊNCIA MARITIMA — Dr. Ambrogio Bonomi

S/A. MOINHO SANTISTA — INDÚSTRIAS GERAIS — Dr. Manoel Chambers de Souza

S/A. P.A. NASCIMENTO — ACAR PROPAGANDA — Paulo Arthur Nascimento, Guilherme Quandt de Oliveira

S.A. PHILIPS DO BRASIL

SOCIEDADE ANÔNIMA WHITE MARTINS — Guilherme Bebiano Martins, Lincoln V. Meeker, Adelino C. de Oliveira, Homer B. Libbey, João Baptista P. Almeida Filho, José Lifschits, Pedro Luiz C. Coelho

SOCIEDADE TÉCNICA EM AR CONDICIONADO "STARCO" S/A. — B. Orlando Martins, P. Tolnai

SOCIEDADE TÉCNICA INDUSTRIAL E COMERCIAL DORR-OLIVER (Brasil) LTDA.

SOC. TÉCNICA DE MATERIAIS "SOTEMA" S.A. — Dr. Othon Barcelos, Dr. Roberto Simonsen Filho, Dr. Tácito Barcelos, Dr. Firmino Rocha de Freitas

SOLARI, GUILHERM — Finanças e Investimento

SOUZA, DR. ODILON EGYDIO DO AMARAL — São Paulo Alpargatas S.A.

SOUZA, RAPHAEL LUIZ P. DE — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

SOUZA, RUBENS RIBEIRO DE — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

SPARKLER S/A. IND. E COM. DE FILTROS — José Malfitani

SPIG — SOCIEDADE PAULISTA DE INSTALAÇÕES GERAIS LTDA. — Dr. Ignácio Sporn, Dr. Janusz Niklewski

SPRAGUE, J.C. — Eaton S.A., Eaton-Fuller Ltda.

STAEHLIN, JEAN — Refinações de Milho, Brasil

STANDARD BRANDS OF BRAZIL, INC. — Gêneros Alimentícios

STANDARD ELÉTRICA S/A. — Paul W. Dulley

STANDARD PROPAGANDA S/A. — Cícero Leuenroth

STANDISH III, MYLES — Singer Sewing Machine Co.

STAUB S.A. — Eletrônica, Comércio e Indústria

STCHELKUNOFF, BORIS — Equipamentos agrícolas e industriais

STEINER, JOSEF GEORG — S.A. Moinho Santista

STELL JR., MANSON G. — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

STRIEDER FILHO, ANTONIO — International Harvester Máquinas S.A.

STROETTER, CARLOS EMILIO

STRONG, PAUL E. — Sears Roebuck S.A.

STURGIS, PAUL T. — The First National Bank of Boston

SUMMER, THOMAS GILBERT SIDNEY — Arthur Andersen & Co.

SUN, R.S.Y. — Merchant

SUN ELECTRIC DO BRASIL COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA.

SVEDELIUS, ERIK — Cônsul Geral da Suécia — Cia. T. Janer Com. e Ind.

SWISHER, DANIEL N. — First National City Bank

SIDNEY ROSS CO., THE — George P. Wands

SYLVANIA PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA. — Frank J. Prime

SYLVIA, RICHARD CHARLES — Chicle Adams Ltda.

TABER, WALTER W. — The First National Bank of Boston

TAGLIANETTI, RENATO — Advogado

TANNYS, GIBRAIL N. — AEG Cia. Sul-Americana de Eletricidade

TARANTO, SUCOS E FRUTAS LTDA.

TAVARES DA SILVA, MANOEL C. — Advogado
TAYLOR, CHARLES R. — Price Waterhouse, Peat & Co.
TAYLOR, DONALD A. — M.S.U. Group-Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
TAYLOR, GEORGE — Moore-McCormack Navegação S.A.
TECELAGEM PARAHYBA S/A. — Severo Fagundes Gomes
TECIDOS E ARTEFATOS FISCHER S/A. — Marcos Fischer
TECNITROL — INSTRUMENTOS DE CONTROLE LTDA. — J.A. Gardner
TEIXEIRA, EGBERTO LACERDA — Advogado
TENNANT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. — Carlos Barbery
TEXACO BRASIL S.A. PRODUTOS DE PETROLEO — José Da Poian
TEXAS INSTRUMENTOS ELECTRONICOS DO BRASIL LTDA.
THE SIE HONG — Papel e aço
THE WESTERN TELEGRAPH CO. LTD. — M.W. Dawes
THISTED, ERIC — Norton do Brasil S.A. Ind. e Com.
THOLSTRUP, JOHN EDWARD — Kodak Brasileira Comércio e Indústria Ltda.
THOMAS, MARTYN CURTIS — Arthur Andersen & Co.
THOMPSON COFAP — CIA. FABRICADORA DE PEÇAS — Georges H. Khalil
THOMPSON, JOHN REID — Ind. de Pneumáticos Firestone S.A.
THOMPSON, JR., NORMAN H. — Sears Roebuck S.A.
THORBURN, WINSTON GARTH — Consulado Americano. Assuntos agrícolas
THORNTON, DOUGLAS MAGNUS — Norton do Brasil S.A. Ind. e Com.
THURRIDE, PETER H. — Pan American Airways Inc.
TIEPPO, ANTONIO — First National City Bank
TIMKEN DO BRASIL S.A. COMERCIO E INDÚSTRIA — G.F. Sopeland
TINTAS YPIRANGA S/A. — D.J. Brand
TOALHEIRO BRASIL S.A.
TODDY DO BRASIL S.A. — Antônio T. Molini Jr.
TOLEDO, WALDEMAR — Refinações de Milho, Brasil
TOLEDO DO BRASIL, IND. DE BALANÇAS S.A. — W. Angeli, Richardo Haegler
TONI, OSWALDO — Avon Cosméticos Ltda.
TOONE, CARL M.J.
TORRES, ARY F. (Dr.) — Cia. Bras. de Material Elétrico "COBREL"
TORRES, NELSON PURCHIO — AMF do Brasil S.A.
TOUCHE, ROSS BAILEY & SMART — Robert Fulton
TOYOBO DO BRASIL S.A. (Fiação e Tecelagem) — Goro Matsumoto, Ichiji Otani, Shoji Tanaka
TRANSPORTADORA "RA" LTDA. — Aristóteles C. Rocha, Amílcar W. Cornette
TRANSPORTE RISTAR S/A. — Samuel Pedro Risso
TRANSPORTES GLORIA S.A.
TREGEA, GEORGE W. — Investors Overseas Services
TREUMANN, WERNER — Essências e Fragrâncias S.A.
TREUTING, FRANK J. — Delta Line Inc.
TREZISE, ARTHUR — Metalgráfica Canco S.A.
TRIGUEIROS JR., OSWALDO — S/A. Emp. Viação Aérea "VARIG"
TRI-SURE S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
TRIVELLATO S/A. ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMERCIO
TROL S/A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — José Ferreira de Paula, Ralph Rosenberg
TUCKER, LYMAN B. — AMF do Brasil S.A.
TUDOR LTDA. — Corretores de Seguros
TUTHILL, JANET BUENO — Promofilmes Cine TV Ltda.
TUTHILL, SAMUEL TAYLOR — Promofilmes Cine TV Ltda.
TYMESON, DICK C. — Philco Rádio e Televisão Ltda.
U.O.P. ESSÊNCIAS FLEUROMA, LTDA. — Leopold Schulmann

UBBELOHD DO BRASIL, DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. — Jorge Mendiondo

ULTRALAR — APARELHOS E SERVIÇOS LTDA.

UNEX S.A. COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

UNIÃO DOS CONSTRUTORES METÁLICOS S.A. — Pedro de Moraes Barros, R. Gonçalves Ledo

UNILOCK SERVIÇOS DE REPARAÇÕES LTDA. — James A.S. Barton

UNION CARBIDE DO BRASIL S/A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Joseph H. Jones

UNITED STATES RUBBER INTERNACIONAL DO BRASIL S/A. — James M. Leigh

UPJOHN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. — Daniel D. Witcher, John M. Hoffman, Juan José Radillo, Per L. Laurentzius

VACCARI, VINICIO — Mobil Oil do Brasil (Ind. e Com.) Ltda.

VALLE, JOSÉ LUIZ DE FREITAS — Cia. Paulista de Expansão Econômica

VÁLVULAS SCHRADER DO BRASIL S/A. — Dr. Heitor B. Teixeira, William H. Diener, Giancarlo Manetti

VAN DE PUTTE, CHARLES

VAN REIS DO BRASIL LTDA. — H.R. Kopping

VANCE, RICHARD C. — Monsanto Comércio e Indústria Ltda.

VASCONCELLOS, JOSÉ CARLOS ENGLER DE — Sharples do Brasil S.A.

VASSALO, LUIZ RODRIGUES — Price Waterhouse Peat & Co.

VASSEL BRUNO — Cia. Johnson & Johnson do Brasil

VASSEL, DIETER — Avon Cosméticos Ltda.

VEEDER ROOT DO BRASIL S/A. — Carl B. Ackerman

VEGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. — Fernando Vaz Pacheco do Canto e Castro Fo.

VELAS CHAMPION DO BRASIL LTDA. — M.G. Bilreiro

VELLA, LAUDO — Advogado

VEMAG S/A., VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS — Domingos Fernandes Alonso, Dr. Lélio Piza Filho, Dr. Jorge W. Besterman, Dr. Paulo Ivanyi, José Pereira Fernandes, Svend Hartmann Nielsen, Dr. Cláudio Pereira Fernandes, Mauro Pereira Bueno

VENTURA, ANDREN DAVID — Consulado Americano

VERAS, RENATO CARVALHO — Advogado

VERNON, JOHN L. — Touche Ross, Bailey & Smart

VERSTEEG, JAN B. — Agromotor S/A.

VEST, AAGE

VICKERS HIDRÁULICA LTDA.

VICRATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. — Roberto Moreira

VIDROS CORNING BRASIL S/A. — Dr. Jorge Americano, Lawrence King

VILMAR, SAMUEL — CIN — Companhia de Incremento de Negócios

VOBROUCEK, C.A. — Caterpillar Brasil S.A.

VOLKART IRMÃOS LTDA. — G. Mayer, B. Angst, A.S. Naves

VOLLMUTH, WILLIAM — G.D. Searle do Brasil

WAGNER, ROBERT I — Lion S.A. Engenharia e Importação

WALCH, R.G. — Equipamentos Clark S.A.

WALITA S.A. — ELETROINDÚSTRIA — Waldemar Clemente

WALKER, FRANK B.

WALTEK, KIDDE S/A. — César Barros de Abreu, William Beck Sweet

WANDS, GEORGE P. — The Sydney Ross Co.

WARNER, PAUL B. — Avon Cosméticos Ltda.

WARREN, JOHN RUSSELL — Champion Papers, Inc.

WATERS, JR., JAMES F. — General Motors do Brasil S.A.

WEALE, R.H. — Timken do Brasil S.A. Comércio e Indústria

WEBB, JOHN E. — Cia. United Shoe Machinery do Brasil

WEIBLE, GLENN BERLIN — Max Factor do Brasil S.A.

WEIR, WALTER JACKSON — Dupont do Brasil S.A. Ind. Quím.

WELLER, R.H. — Soc. Civ. de Corretagens de Seguros Ltda.

WELLNER, GEORGE J. — Caterpillar Brasil S.A. Máquinas e Peças

WELTI, WALTER ABOIS — Indústrias Farmacêuticas Fontoura-Wyeth S.A.

WESTINBRAZ S/A — INDÚSTRIA DE APARELHOS DOMÉSTICOS — Fernando Alencar Pinto

WESTINGHOUSE ELECTRIC COMPANY S.A. — V. A. Nulk, C. V. Perry

WHEATON DO BRASIL S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Bernard J. Hubener

WHITAKER, ALBERTO EMANUEL — Banco Comercial do Estado de São Paulo

WHITE, KENNETH GORDON — Singer Sewing Machine Co.

WHITTLE, ERIC YVON — Bank of London & South America Limited

WIESEMAN, GEORGE W. — Metalgráfica Canco S.A.

WILEY, ALAN H. — Monsanto Com. e Ind. Ltda.

WILLIAMS, HOWARD — Ferodo S.A. Lonas e Freios

WILLIAMS, JR., HUBERT B. — Sherwin Williams do Brasil S/A

WILLIAMSON PRODUTOS & CIA. LTDA. — Charles St. Martin

WILLIANSON JR., WILLIAM J. — Johnson & Johnson do Brasil

WILLYS-OVERLAND DO BRASIL S/A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — William Max Pearce

WILSON, JAMES A. — General Motors do Brasil S.A.

WILSON, JOHN WILLIAM GARFIT — Bank of London & South America Ltda.

WILSON, SONS S/A. COM., IND. E AGÊNCIA DE NAVEGAÇÃO — J.S. Tate

WILSON, STANFORD P. — Pfizer Corporation do Brazil

WINSLOW, ARTHUR W. — Minnesota Manufatureira e Mercantil Ltda.

WINSLOW, WILLIAM G. — Falk do Brasil S.A. Equip. Industriais

WITCHER, DANIEL D. — Upjohn Inter-American Corporation

WITT, HARRY WILLIAM — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

WOOD, PIMENTEL, MACRAE & CIA. LTDA. — Seguros

WORK S/A. (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO) — Ludvic Poenaru

WRIGHT, THOMAS M. — Sears Roebuck S.A.

ZEZZA, FRANK P. — Delta Line, Inc.

ZIERJACK, ROBERT L. — Refinações de Milho, Brasil

ZINGAGLIO, BRUNO — Hyster do Brasil S.A.

ZIRCHER, ROBERT C. — Enbaladores internacionais para a América do Sul

CAMPINAS

BENDIX DO BRASIL-EQUIPAMENTOS PARA AUTOVEICULOS S.A. — George Wilson Phillips, Andrew James Thomas, James Vickroy Ralston, James Pierce Melhuse

DIETZ, CLAYTON T. — First National City Bank

FERREIRA, HÉLIO SOARES — Carborundum S.A. Indústria Brasileira de Abrasivos

LEES, RICHARD W. — Ingersoll-Rand S.A. Indústria e Comércio

MELHUSE, JAMES PIERCE — Bendix do Brasil, S.A.

MILLER, WILLIAM ALBERT — Cia. Industrial Palmeiras Máquinas e Móveis

PEARSON, KARL HJALMAR — General Electric S.A.

PHILLIPS, GEORGE W. — Bendix do Brasil, S.A.

PYLE, KENNETH NELSON — Cia. Paulista de Força e Luz

RAISTON, JAM S. V. — Bendix do Brasil, S.A.

ROBBINS, JAMES MILTON — B. F. Goodrich Co.

THOMAS, A. J. — Bendix do Brasil, S.A.

TRATORES DO BRASIL S/A — C. Andrew Burali-Forti, Ervin W. M. Stegemoller

AGÊNCIA MARÍTIMA NORLINES LTDA.

AMERICAN COFFEE CORPORATION — Henry Frederick Orton

CATTERSON, FRANCIS J. — First National City Bank

GRANT & CIA. LTDA. — Serviços Marítimos

HIGGINS, ROY SHEEDON — Delta Line Inc.

J.O. BALTHAZAR & CIA. LTDA. — Julius O. Balthazar

LIMA, NOGUEIRA S/A. COMERCIAL E EXPORTADORA — Sílvio Alves de Lima

MESQUITA S.A. COMISSARIA — IMPORTADORA — Cláudio Antônio B. de Souza

ORTON, HENRY FREDERICK — American Coffee Corporation

PENFIELD, HERBERT FRANCIS — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

SCHWANER, CAPTAIN C.W. — Delta Line Inc.

WARD, JOHN F. — Anderson, Clayton & Co. S.A. Ind. e Com.

WRIGHT, HERBERT

APÊNDICE F

Membros Corporativos do CLA (Council for Latin America) em 1971

•

Adressograph-Multigraph Corporation Business International

AFIA
Allegheny Ludlum Industries, Inc.
Aluminium Limited, Inc.
Aluminium Company of America
American Home Products Corp.
American International Underwriters Corp.
American Smelting & Refining Company
AMF Incorporated
The Anaconda Company
Arthur Andersen & Co.
Anderson, Clayton & Company
Anglo-Lautaro Nitrate Company Limited
Armco International Division
Asiatic Petroleum Corporation
Atlantic Richfield Co.
Avon Products, Inc.
Bacardi Corporation
Bank of America
Bankers Trust Company
Battelle Memorial Institute
Bechtel Corporation
Belco Petroleum Corporation
Bethlehem Steel Corporation
Borden Inc.
Braniff Airways Incorporated
Bristol-Myers Company
Brown & Root, Inc.
Burroughs Corporation
Canadian International Power Co., Inc.
Caterpillar Americas Co.
Celanese Corporation
Cerro Corporation
The Chase Manhattan Bank
Chemical Bank
Chrysler Corporation
Cities Service Company
The Citizens and Southern National Bank
Clark Equipment Company
Columbia Broadcasting System, Inc.
Container Corp. of America
Continental Can International Corporation
Continental Grain Co.
Continental Illinois National Bank & Trust Company of Chicago
Continental Oil Company
CPC International Inc.
Corning Glass International
Crown Zellerbach International, Inc.
Cyanamid International
Cyprus Mines Corporation
Deere & Company
Del Monte Corporation
Delta Steamship Lines, Inc.
Deltec Securities, Inc.
Diebold Group International, Inc.
The Dow Chemical Company
Dun & Bradstreet International
E. I. du Ponto de Nemours & Company, Inc.
Eastman Kodak Company
Eaton Yale & Towne, Inc.
Ebasco International Corporation
Ernst & Ernst
Firestone Tyre & Rubber Co.
The First Boston Corp.
The First National Bank of Boston
First National City Bank
Ford Motor Company
The Fresnillo Company
General Electric Company

General Foods Corporation
General Motors Overseas Operations
General Telephone & Electronics International, Inc.
General Tyre International Company
Gerber Products Company
The Gillette Company
The B. F. Goodrich Company
Goodyear International Corporation
W. R. Grace & Co., Inc.
Gulf Oil Corporation
The Hanna Mining Company
Harnischfeger Corporation
Harris Trust & Savings Bank of Chicago
Haskins & Sells
H. J. Heinz Company
IBM World Trade Corporation
Insurance Company of North America
International Basic Economy Corporation
International Harvester Co.
International Mining Corporation
The International Nickel Company, Inc.
International Paper Company
International Telephone & Telegraph Corporation
The Interpublic Group of Companies, Inc.
Johnson & Higgins
Johnson & Johnson International
Kaiser Industries Corporation
Kellogg Company
Kennecott Copper Corporation
Kimberly-Clark Corporation
King Ranch, Inc.
Koppers Company, Inc.
Lehman Brothers
Liquid Carbonic Corp.
Arthur D. Little, Inc.
Loeb, Rhoades & Company
Lone Star Industries, Inc.
Lybrand, Ross Bros. & Montgomery
Maestro International Industries Inc.
3 M Company
Manufacturers Hanover Trust Co.
Marcona Corporation
Marsh & McLennan, Inc.
Merck, Sharp & Dohme International
Mobil Oil Corporation
Model, Roland & Co., Inc.
Monsanto Company
Moore-McCormack Lines, Inc.
Morgan Guaranty Trust Company of New York
The National Cash Register Co.
N L Industries, Inc.
Norlin Industries, Inc.
North American Rockwell Corporation
The Northern Trust Company
The Norton Company
Otis Elevator Company
Owens-Illinois, Inc.
Pacific Car and Foundry Co.
Pan American Life Insurance Company
Pan American World Airways
Peat, Marwick, Mitchell & Co.
PepsiCo. International
Pfizer International Inc.
Phelps Dodge International Corporation
Philip Morris International
PPG Industries, Inc.
Price Paper Corporation
Price Waterhouse & Co.
The Quaker Oats Company
Ralston Purina Company
RCA Corporation
The Reader's Digest
Rheem Manufacturing Co.
Richardson-Merrell Inc.
Roberts and Holland
Rohm and Haas Company
Schering-Plough Corporation
Joseph E. Seagram & Sons, Inc.
Sears, Roebuck and Co.
Smith Kline & French Overseas Co.
Southeast Bancorporation, Inc.
Southern Peru Copper Corporation
E. R. Equibb & Sons, Inc.
St. Joe Minerals Corporation
Standard Fruit and Steamship Company
Standard Oil Company of California
Standard Oil Company (N. J.)
Sterling Products International, Inc.
Techint Incorporated
Texaco, Inc.
Texas Gulf Sulphur Company
J. Walter Thompson Company
Time, Inc.
The Times of The Americas
Union Carbide International Co.
Union Oil Company of California
United Brands Company
USM Corporation
Upjohn International Inc.
U.S. Steel International, Ltd.
Vision, Inc.
Warner-Lambert International
Wells Fargo Bank

Westinghouse Electric International Co.
Whirlpool Corporation
Whitney National Bank of New Orleans
Xerox Corporation
Arthur Young & Company
Young & Rubicam, Inc.

ORGANIZAÇÕES-MEMBROS

Chamber of Commerce of the United States
CICYP
Committee for Economic Development
The Conference Board Inc.
National Association of Manufactures
National Foreign Trade Council
Pan American Society of the United States
Port of New York Authority
United States Council of the International Chamber of Commerce

Board of Trustees (Conselho de Curadores)

Robert O. Anderson, Presidente da Diretoria (Chairman), Atlantic Richfield Co.;

Charles F. Barber, Presidente da Diretoria, American Smelting & Refining Co.;

William E. Barlow, Presidente, Vision, Inc.;

Glenn C. Bassett Jr., Presidente, Wells Fargo Intl. Investment Corp.;

Fletcher L. Byron, Presidente da Diretoria, Koppers Company, Inc.;

Captain John W. Clark, Presidente, Delta Steamship Lines, Inc.;

W. H. Conzen, Presidente, Schering-Plough Corporation;

C. W. Cook, Presidente da Diretoria, General Foods Corporation;

Donald M. Cox, Diretor e Vice-Presidente, Standard Oil Company (N. J.);

José de Cubas, Vice-Presidente, Westinghouse Electric Corp.;

Alfred W. Eames, Presidente da Diretoria e Executivo Chefe, Del Monte Corporation;

John Diebold, Presidente da Diretoria, The Diebold Group, Inc.;

John Duncan, Presidente, St. Joe Minerals Corporation;

Lewis W. Foy, Presidente, Bethlehem Steel Corporation;

Harlow W. Gage, Gerente Geral, General Motors Overseas Operations;

John F. Gallagher, Vice-Presidente-Internacional, Sears, Roebuck and Co.;

G. H. Gallaway, Presidente, Crow Zellerbach International Inc.;

General James M. Gavin, Presidente da Diretoria, Arthur D. Litte, Inc.;

Dr. Carl A. Gerstacker, Presidente da Diretoria, Dow Chemical Company;

Harold S. Geneen, Presidente, International Telephone & Telegraph Corporation;

Rodney C. Gott, Presidente da Diretoria e Executivo-Chefe, AMF Incorporated;

Edwin H. Gott, Presidente da Diretoria, United Steel Corp.;

Donald M. Graham, Presidente da Diretoria, Continental Illinois National Bank and Trust Co. of Chicago;

Maurice F. Granville, Presidente da Diretoria, Texaco, Inc.;

Najeeb E. Halaby, Presidente da Diretoria, Pan American World Airways;

John D. Harper, Presidente da Diretoria e Executivo-Chefe, Aluminum Company of America;

A. S. Hart, Vice-Presidente Executivo, Quaker Oats Company;

Fred L. Hartley, Presidente, Union Oil Company of California;

Gabriel Hauge, Presidente da Diretoria, Manufacturers Hanover Trust Co.;

William Hewitt, Presidente da Diretoria, Deere & Company;

William M. Hickey, Presidente da Diretoria, Canadian Intl. Power Company, Inc.;

Gilbert E. Jones, Presidente da Diretoria, IBM World Trade Corporation;

Edgar F. Kaiser, Presidente da Diretoria, Kaiser Industries Corporation;

Donald M. Kendall, Presidente da Diretoria, Pepsico, Inc.;

John R. Kimberly, Presidente do Comitê de Finanças, Kimberly-Clark Corporation;

Amonie Knoppers, Presidente, Merck & Company, Inc.;

Fritz G. Lindley, Vice-Presidente, Operações para a América Latina, Pan American Life Insurance Co.;

Sol M. Linowitz, Coudert Brothers;

Thomas D. Lumpkin, Presidente, Gulf Oil Company — Latin America;

Augustin R. Marusi, Presidente, Borden, Inc.;

F. Arthur Mayes, Presidente, AFIA;

C.B. McCoy, Presidente, E.I. Dupont de Nemours & Co.;

James W. McKee Jr., Presidente, CPC International, Inc.;

Donald E. Meads, Vice-Presidente Executivo, Insurance Company of North America;

O.N. Miller, Presidente da Diretoria, Standard Oil Company of California;

Franck R. Milliken, Presidente, Kennecott Copper Corporation;

E.R. Molina, Vice-Presidente, Região Pacífica da Ásia e América Latina Ford Motor Company;

Henry R. Mudd, Presidente da Diretoria, Cyprus Mines Corporation;

Raymond H. Mulford, Presidente da Diretoria, Owens-Illinois, Inc.;

Michael W. Percopo, Presidente, Squibb Western Hemisphere, Middle East and Africa;

Rudolph A. Peterson, Presidente do Comitê Executivo, Bank of America;

C.J. Pilliod, Presidente, Goodyear International Corp.;

John J. Powers, Presidente da Diretoria, Inc.;

Jay R. Reist, Presidente, Celanese International Co.;

J.D. Ritchie, Presidente, Asiatic Petroleum Corporation;

C.W. Robinson, Presidente, Marcona Corporation;

David Rockefeller, Presidente da Diretoria, The Chase Manhattan Bank;

Rodman Rockefeller, Presidente, International Basic Economy Corp.;

Willard F. Rockwell Jr., Presidente da Diretoria, North American Rockwell Corp.;

Dan Seymour, Presidente, J. Walter Thompson Company;

A. Thomas Taylor, Presidente da Diretoria, Deltec Securities, Inc.;

Lynn A. Towsend, Presidente da Diretoria, Chrysler Corporation;

Rawleigh Warner Jr., Presidente da Diretoria, Mobil Oil Corporation;

George C. Wells, Vice-Presidente, Union Carbide Corporation;

J.B. Wilson, Presidente, Caterpillar Americas Co.;

Henry S. Wingate, Presidente da Diretoria, International Nickel Co. Inc.;

Walter B. Wriston, Presidente da Diretoria, First National City Bank;

Charles J. Zwick, Presidente, Southeast Bancorporation, Inc.

CURADORES ASSOCIADOS

Gene E. Bradley, Presidente, International Management and Development Institute;

Herbert Brownell, Sócio, Lord Day & Lord;

Emilio G. Collado, Curador, Committee for Economic Development;

W.P. Gullander, Presidente, National Association of Manufacturers;

Robert M. Norris, Presidente, National Foreign Trade Council;

Frank Pace Jr., Presidente, International Executive Service Corps;

David S. Smith, Sócio, Baker & McKenzie;

Alexander B. Trowbridge, Presidente, The Conference Board, Inc.

APÊNDICE G

Correspondência da CONSEMP com o IPES

C O P I A

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1962

Ilmo.Snr.
Dr. João Baptista L.Figueiredo
Av. Rio Branco, 156 - 27º andar
Nesta

Prezado Senhor,

É com prazer que lhe apresento o Sr. Glenz Cézar, meu particular amigo, diretor do Lab. Phymatosan, para quem peço o obséquio de sua atenção.

O Cézar faz parte desta equipe nova de industriais com acentuado espírito público e que muito fará pelo nosso país.

Agradeço a sua atenção e aproveito a oportunidade para subscrever me com estima e consideração.

Atenciosamente

(as) Octavio Frias

CONSULTORES DE EMPRÊSAS

Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1962

Aos
Diretores do
INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS
Av. Rio Branco, 156
N e s t a

Prezados Senhores:

O momento crítico do sistema democrático se assinala, quando as comunicações entre os distintos grupos de opinião se interrompem, ou se tornam frágeis, até a ruptura total.

Ortega e Gasset, com aguda consciência histórica diz que, quando a discórdia é total entre os cidadãos, quando a oposição reside não sòmente nos meios, e sim nos fins do Estado, esta entidade política perde a consistência, poder de ação e, mesmo, condições de sobrevivência.

Esta experiência histórica se repete ciclicamente. Os movimentos dissolventes, visam, inicialmente introduzir a guerra ideológica no seio da sociedade. O comunismo nêstes momentos manobra, para que os grupos sociais se entrechoquem, para que a concórdia, que seria aceitação de fins essenciais, ainda que divergindo dos meios, seja substituída pela discórdia entre os grupos e classes sociais.

Os Diretores e Consultores de CONSEMP, com vasta atividade no seio das emprêsas e da administração pública, não podem deixar de assinalar os resultados de sua experiência e as suas conclusões, no que se refere ao campo social. A perplexidade crescente e o partidarismo irracional podem conduzir a males irremediáveis, por falta de uma plataforma comum em que todos se entendam.

É do campo da administração que surge nosso diagnóstico e nesse campo mesmo deverá ser aplicada a terapêutica. Para o marxismo político de nossos dias, a administração democrática é anacrônica, carece de meios adequados à justiça social. Êste clamor o ouvimos de empregados subalternos, de funcionários públicos que se sentem injustiçados e mesmo de chefes, que desconhecem que a função empresarial, em nossos dias, é, também, uma alta missão social. O grande empresário moderno, o administrador consciente compreende bem seu papel de serviço comunitário e deseja conservar os valores de liberdade, de dignidade e

cont.

CONSULTORES DE EMPRÊSAS

Rio, 12/6/1962 Fl.-2-

de justiça, verdadeiros fins da ação pública.

A CONSEMP se propõe a desenvolver seu trabalho dentro dêste conceito. Necessitamos, inicialmente, restabelecer o diálogo entre todos aquêles que o aceitam democràticamente: que entre patrão e empregado e entre os diversos grupos políticos, seja aberto o debate honesto, para que se busquem e encontrem os meios justos de ação, em concordância com os fins colimados de preservar os valores democráticos - dentro do trabalho criador, de justiça social e de respeito à personalidade humana.

I. - Para estabelecer essa comunicação, êsse debate livre, dos que discordam quanto aos meios, a CONSEMP realizará seminários periódicos em sua Sala de Conferências, para se debaterem junto aos homens de emprêsa e dirigentes da administração pública, nos setôres econômicos, a reestruturação das normas administrativas, a fixação, em têrmos realistas, da peculiar ação do Estado. Serão debatidos, também, os grandes temas sócio-econômicos de nossos dias como a conceituação do lucro, a sua função social, seu sentido nacional, as necessidades de capital próprio e a colaboração alienígena, os deveres e direitos do capital estrangeiro, a agricultura e indústria, a reforma agrária e a reformulação social do sentido de propriedade do ponto de vista de novas exigências sociais. Acreditamos que êste diálogo franco, livre, onde o debate seja sem restrições, permitirá a mútua compreensão de empresários e correntes políticas, aparentemente inconciliáveis nos meios, mas acordes nos altos fins da sociedade democrática.

II. - Sentimos profundamente, no decorrer de nosso trabalho no meio de emprêsas e administração pública, que se está agindo mediante conceituação anacrônica do que é hoje em dia a emprêsa ou o Estado. A política administrativa deverá ser programada não pelo que foi antes, muito pouco pelo que é agora, e, sim, pelo que será a realidade amanhã. A tecnologia, o movimento de massas, a justiça social, a dignidade da pessoa humana exigem a mudança na conceituação da administração para - que seja um instrumento positivo da estabilidade do regime e da paz social.

A CONSEMP organizará, mediante colaboração dos dirigentes patronais, seminários intensivos entre chefes de emprêsas, gerentes, funcionários dirigentes e dirigidos, e também operários tomando todos os grupos separadamente, difundindo conceitos claros de que é atividade meio e atividade fim, das vantagens do acesso democrático aos cargos de direção, em todos os setôres, oferecidos pela sociedade ocidental livre, em contraposição à estratificação burocrática "a nova clas-

cont.

CONSULTORES DE EMPRÊSAS

Rio, 12/6/1962 Fl.-3-

se" - resultante do dogmatismo imperante nas sociedades soviéticas. Cursos de Relações Humanas; exemplos da nova conceituação empresarial nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Canadá, etc..

Estes cursos, prèvia e minuciosamente preparados, serão dirigidos por pessoas competentes, de acreditada reputação democrática, sob a mais estreita cooperação dos órgãos dirigentes da CONSEMP.

Mediante convênio financeiro de duração pelo menos de um ano, a CONSEMP poderia chegar com seu programa a uma grande área de opinião - os homens de emprêsa e seus funcionários - selecionados qualitativamente, para que por sua vêz, possam exercer a liderança democrática nos seus círculos de ação. Paralelamente, a CONSEMP, poderia vincular através do debate livre, setôres contrários com respeito a meios, - mas acordes quanto aos fins essenciais visados pela positiva ação pública.

Ao inteiro dispôr de V.Sas.,

Atenciosamente

Milton César - Dir.

Efrain Tomas Bó - Dir.

As [illegible]
De preferência Dr. Paulo de Assis Ribeiro

CONSULTORES DE EMPRÊSAS

Rio de Janeiro, 11 de Julho de 1962

Ilmo. Sr.
CLARK GEORGE KUEBLER
Av. Pres. Wilson, 164 - 11º and.
N e s t a

Prezado Senhor:

Temos o prazer de passar às mãos de V.Sa. o ofício que a CONSEMP, com data de 12 de Junho do corrente ano, dirigiu aos Diretores do INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS (IPES) com o propósito de estabelecer - um plano de colaboração para difundir com eficiência e em novas e grandes áreas das diferentes classes sociais, a filosofia democrática aplicada à administração pública ou empresarial.

No ofício em aprêço, anexo à esta carta, acreditamos que estão expostos suficientemente os princípios que guiam nossa intenção, assim como os meios e fins visados para o bom êxito de nossa colaboração.

Achamos, porém, necessário acrescentar algumas especificações para o conhecimento especial do prezado amigo, com quem já tivemos oportunidade de analisar cordialmente o mesmo assunto.

I - Por ocasião da Mesa Redonda, reunida a instâncias do prezado amigo, para discutir as formas de favorecer as boas e fecundas relações humanas entre empresários nacionais e estrangeiros e entre os empresários e seus colaboradores no trabalho, foi dito, com bastante fundamento, que o empresário americano, por exemplo, limitava suas relações a seus compatriotas e não procurava contato com tôdas as camadas da população, a começar por seus colaboradores mais humildes. Esse contato era apenas empresarial.

II - A Aliança para o Progresso insiste, com tôda justiça, que serão necessárias uma série de reformas prévias estruturais em nossos países, para a eficácia das aplicações econômicas no desenvolvimento. Dentro dessas reformas reclamadas, dá-se ênfase à reforma administrativa: reforma tanto dos métodos técnicos na emprêsa e da administração pública, visando a maior produtividade, como do espírito da máquina administrativa, de maneira a integrá-la nos mais altos objetivos sociais da democracia.

cont.

CONSULTORES DE EMPRÊSAS

III - A CONSEMP oferece uma experiência, que é o produto dos princípios que nortearam sua fundação e o contato continuado com emprêsas de iniciativa privada ou órgãos de administração pública do país,- através de seminários, treinamento, seleção, formação e orientação profissional, assim como sua intervenção específica na reestruturação técnico-, administrativa de entidades empresariais particulares ou oficiais.

IV - Conhecemos os nobres propósitos do eminente amigo e sua ação decidida nos fins que nos são comuns, na direção de associações de classe e em suas próprias atividades industriais. Por isso, temos a certeza que dará devida atenção à nossa proposta enviada às autoridades do IPES, extensiva, porém, à tôda entidade desejosa de intervir com eficácia na solução dos graves perigos sociais que ameaçam à democracia contemporânea. O amigo fica plenamente autorizado para realizar consultas com Câmaras de Comércio, com os dirigentes do A.I.D. (ex Ponto IV), a respeito da presente comunicação, com a nossa segurança de que sua crítica, seu conselho e sua colaboração, serão altamente apreciados e considerados.

Aproveitamos a oportunidade para nos firmarmos mui,

atenciosamente.

C O P I A

Rio, 30 de julho de 1962

Ilmo.Sr.
Dr. João Baptista L.Figueiredo
Avda. Rio Branco, 156 - 27º andar
N e s t a

Prezado Senhor:

Temos o prazer de juntar à presente a carta que o Sr. Octavio Frias lhe endereça apresentando-nos a V.S.

Era nosso desejo entregá-la pessoalmente. Acontece, porém, que como tem havido dificuldade de encontrá-le nesta cidade, além da missiva em apreço, estamos enviando também a V.S. cópias das cartas que dirigimos ao Instituto de Pesquisas Sociais e da que remetemos ao Sr. Clark George Knebler.

Nosso desejo é que V.S. forme juizo dos objetivos a que a Consemp se propõe com a divulgação dos princípios democráticos da livre iniciativa.

Colocando-nos à disposição de V.S. para quisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, com elevado apreço, firmamo-nos mui

Atenciosamente

(as.) Milton Cesar - Dir.

IPÊS - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — **NOTÍCIA INTERNA N.º**

PROVENIÊNCIA		DESTINO	
De C.C.Cesar	Data 2-10-62	Para IPES - RIO	
Seção Secretaria		Atenção de dr.Olycon de Paiva	

Assunto: Envia trabalho da CONSEMP - Consultores de Emprêsas

De ordem do dr. Paulo Edmur de Souza Queiroz, estamos encaminhando, anexo, diversas cartas sôbre a CONSEMP - Consultores de Emprêsas, que nos foram encaminhadas pelo dr. Octavio Frias, a quem respondemos dizendo que iriamos enviar o trabalho ao Rio por se tratar de grupo de pessoas que trabalha e reside no Rio.

Agradecendo a atenção dispensada, subscrevemo-nos

Secretária

62.1504

APENDICE H

Lista de contribuintes do IPES

Os industriais e banqueiros que eram líderes e ativistas do IPES (vide apêndices B e C) eram também contribuintes, representando uma substancial fonte de apoio econômico.

As corporações e bancos multinacionais associados sediados em São Paulo contribuíam principalmente através de suas associações de classe, em especial as federações da indústria e do comércio, as câmaras e as associações de bancos, bem como através de contribuições pessoais, dissimuladas sob as formas enumeradas acima, e também através do Fundo de Ação Social. A maioria dos seus nomes foi mencionada quando da descrição da composição das diversas associações de classes.

Alguns dos contribuintes sediados no Rio ou os que contribuíam através dos canais do Rio neste período e também após 1964 eram:

1. Bancos e setor financeiro

Aliança da Bahia Capitalização S/A — Banco Econômico da Bahia (Miguel Calmon de Pin e Almeida, Angelo Calmon de Sá).

Auxiliadora Predial (Carlos Henrique Schneider).

Banco Aliança do Rio de Janeiro S/A — Trinitas Vermoegen GmbH Deutsche Bank AG (João Ribeiro Coutinho Fo., Flávio Ribeiro Coutinho Fo., Virgínio Velloso Borges, Cláudio Velloso Borges, Ernst T. Ewes, Richard Bamberger).

Banco Operador S.A. (Adolfo Gentil).

Banco de Crédito Mercantil S/A (Oscar G. Sant'Anna, Alberto de Castro Menezes, Raul Oscar Sant'Anna).

Banco Itaú (de São Paulo) (José Balbino de Siqueira).

Banco Halles Investimento (Francisco Pinto Jr., José Firmino da Silva, Henrique José Luiz Adami, Alberto Lélio Moreira), acionista da Halles Investimentos S/A.

Banco Boavista (Cândido Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella, Luiz Biolchini), acionista da Codival — Comp. Distribuidora de Valores IBEC) Richard Aldrich.

Banco Português do Brasil S/A — Sociedade Financeira Portuguesa (J. A. Silva Gordo, Harold Cecil Polland, Olavo Canavarro Pereira, T. Marcondes Ferreira), shareholder in Fidelidade S/A Cred., Fin., Invest., Banco Português de Investimento, Cia. Sul Brasil de Seguros Terrestres e Marítimos, Cia. Nac. de Seguros Ipiranga, Cia. Cimento Vale do Paraíba, Codival, Banco Boavista, Banco Moreira Salles, Banco Com. & Ind. de Minas Gerais).

Banco de Crédito Territorial S/A (Arthur Ribeiro Jr., Helvécio A. Moreira Penna, Peregrino Memoco, Arthur Ribeiro No.)

Banco Mercantil Ind. Rio de Janeiro S/A — Grupo Bamerindus (Othon Mader Avelino A. Vieira) (Banco Mercantil e Industrial do Paraná, Banco Comercial e Industrial do Brasil, B. M. e Ind. de São Paulo, B. M. e Ind. de Santa Catarina, Aurora S/A — Investimentos, Créditos e Financiamentos).

Banco Irmãos Guimarães S/A (David Antunes da Silveira Guimarães, Geraldo Ourivio (Veplan-Novo Rio), Nelson Parente Ribeiro).

Banco Mineiro S/A (Tasso Assumpção, Caio Assumpção, Roberto Assumpção, José Barreto Mesquita).

Banco Lar Brasileiro — Chase Manhattan Bank (ligado ao Grupo Sul América, IBEC) (J. O. Mello Flores), acionista da Interamericana de Financiamento S/A, Financeira Lar Brasileiro, Banco de Investimentos.

Banco Andrade Arnaud (Raul Pinto de Carvalho, Baltazar do Prado Leite, Décio Ralston da Fonseca, Raul Luiz Andrade de Carvalho, Orlando Tomaso Gello).

Banco Prado Vasconcellos S/A (Nelson Barreto de Vasconcellos).

Banco do Rio S/A (João Baylongue, Antônio Magalhães Bastos).

Banco Lino Pimentel S/A (Lino Pimentel, José Cândido Almeida dos Reis, Luiz Brandão Costa).

Credibrás Financeira do Brasil S/A — Banco Moreira Salles S/A., Banque de Paris et des Pays Bas, Casa Anglo-Brasileira S/A., Edmond de Rotschild, Cia. Adminst. Santa Amélia (Edwin Feder, Hélio José de Oliveira Pires Dias, Demósthenes M. de Pinto, Walter Moreira Salles, Augusto F. Schmidt, Hélio Beltrão, T. Quartim Barbosa, M. Ferreira Guimarães, José Brás Ventura).

Halles Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimentos — São Paulo (Francisco Pinto Jr., José Firmino da Silva, Henrique José Luiz Adami).

Ipiranga S/A Investimentos, Crédito e Financiamento Rio — Banco Brasileiro de Investimentos Ipiranga (ex-Banco Real do Canadá), Royal Bank of Canada, Bank of America Corp., General Electric Co., USA (acionista da S.A. Brasil-Europa de Estudos e Participações) João Baylongue, Orlando Rodrigues de Medeiros, Harold Rudolph Walter Nygaard.

Sul-América Capitalização — Grupo Sul-América, ligado ao Chase Manhattan Bank, Mecânica Pesada S/A (João Pedro Gouvêa Vieira, Jorge Oscar de Mello Flores, Jacques Pilón), Assoc. Bradesco (Jorge Oscar de Mello Flores, Luiz da Rocha Miranda, Amador Aguiar, Laudo Natel).

Renda S/A Nacional Distribuidora de Ações (Luiz Carlos Nunes de Mattos).

Banco Nacional de Crédito S/A (Sady Laborne Valle, José Alves Motta, A. de Freitas Alves).

Advalor — Assessoria em Assuntos Financeiros.

Crefinan S.A. Crédito, Financiamento, Investimento.

Handra S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos.

Centro de Estudos Seguros e Capitalização (CONCLAP).

Segundo Rui Gomes de Almeida, outros bancos contribuíram através do Sindicato dos Bancos da Guanabara.

2. Seguros

American International Underwriters Representações S/A — American Home Assurance Co. (ligada à Firemen's Insurance Co. Newark, Interamericana Cia. de Seguros Gerais) (Odilon de Beauclair, Eurico de A. Raja Gabaglia, Hélio Soares Barbosa, Eurico Morais Castanheiro).

Atlântica Cia. Nacional de Seguros — Borgward do Brasil (T. Marcondes Ferreira, R. Orlandy Corrêa).

American Home Assurance Co. (American International Group N.Y., A.I. Reinsurance Co., Inc., American Life Insurance, Group, American Home Group, National Insurance Co., New Hemisphere

Insurance Co.) (ligada à Commerce and Industry Insurance Co. — Canadá), acionistas da A.I.U., Interamericana Cia. de Seguros Gerais, Ocidental Com. de Se- Seguros Gerais) Eurico Castanheira, Odilon de Beauclair.

Cia. de Seguros Aliança da Bahia (Banco Cidade do Rio de Janeiro, Banco Econômico da Bahia), acionistas da Cigarros Souza Cruz) Pâmphilo Pedreira Freire de Carvalho.

Cia. Seguros Argos Fluminense (Trajano Puppo No.)

Cia. Hemisférica de Seguros (Plínio Silva).

Cia. Seguros Cruzeiro do Sul — Grupo Lowndes.

Firemen's Insurance Co. — Continental Insurance Co., Firemen's Insurance of Newark, ligada à Phoenix Assurance Co. London, Diner's Club.

Interamericana Cia. de Seguros Gerais A.I.U. Overseas Inc. (Odilon Beauclair, Hélio Soares Barbosa).

Cia. Internacional de Seguros, acionista da Copen-Nuclear Energy (J. Cruz Lima).

Itamaraty Cia. Nacional Seguros Gerais (Lélio Toledo Pizza e Almeida Fo.).

Imperial Cia. de Seguros — Sun Alliance & London Insurance (London), ligada à Cia. de Seguros Sagres (Vivian Lowndes).

Miramar Cia. Nac. Seg. Gerais (Lélio Toledo Pizza e Almeida Fo.).

Novo Mundo Cia. Nac. Seg. Gerais (Lélio Toledo Pizza e Almeida Fo.).

Cia. Seguros Cruzeiro do Sul — Grupo Lowndes.

Cia. Seguros Porto Alegrense — Grupo Lowndes.

Sagres, Cia. de Seguros — The London and Lancashire Insurance Co., Lowndes & Sons Ltd. — GB. The London Assurance (acionistas da Royal Assurance Co. Ltd., Securitas S/A, Lowndes Group, Sun Alliance and London Ins.), ligada à Royal Insurance Co., London Lancashire Ins. Co., Liverpool & London & Globe Ins. Co., Comp. de Seguros Rio Branco (Alfredo Vieira, Herbert Couto Jr., Nestor Ribas Carneiro, Vivian Lowndes, Donald Lowndes).

Transatlântica Cia. Nacional de Seguros — Borgward (Themístocles Marcondes Ferreira).

Ultramar Cia. Brasileira de Seguros — Cia. Cimento Vale do Paraíba (T. Marcondes Ferreira).

Sul-América Cia. Nac. de Seguros de Vida — Grupo Sul-América.

Sul-América Terrestre e Marítima de Seguros — Grupo Sul América,

Boavista Cia. Seguros de Vida.

Cia. de Seguros Belavista.

Lince de Seguros Gerais.

Mercantil Cia. Nac. Seguros.

Oceânica Cia. Bras. de Seguros.

Ocidental Cia. de Seguros Gerais.

Sul-América Terrestre, Marítima e Acidentes.

Sica Seguros Portoalegrense.

Cia. Seguros União Nacional Gerais.

Cia. Seguradora Brasileira.

Centro Estudos, Seguros e Capitalização (CONCLAP).

Outras contribuíram através do Sindicato de Companhias de Seguros e J. O. Mello Flores canalizava suas contribuições.

3. Indústrias petroquímicas, farmacêuticas e de minérios

Alumínio Com. e Ind. S/A (Aluminium Industrie AG — Société Economique pour l'Industrie de l'Aluminium, Soc., Técnica e Comercial de Metais S/A SOTECOM), Theodor Seiler, Luiz Carlos Mancini.

Carlos Pereira Indústrias Químicas S/A (Carlos Pereira, Venuzina Lopes Pereira).

CADAL — Cia. Industrial e Comercial de Sabão e Adubos — Companhia Administração e Representações Ltda. CALVAL (Álvaro de Souza Carvalho, Nordau Rothier Duarte, Geraldo Marins Ourívio, Roberto Zuarte Ramos).

Cia. de Petróleo da Amazônia — Octávio Marcondes Ferraz, Haroldo Levy, Roberto Levy, Arthur Soares Amorim, An-

tônio A. P. Guimarães, Isaac Banayon Sabba).

Cia. Química Merck do Brasil — Merck Unternehmungen AG., Merck Co. USA.

ESSO Brasileira de Petróleo — Standard Oil (ligada a Asfaltos Califórnia, Cia. Petróleo Califórnia, acionistas da Comp. de Gás ESSO). George William Potts, Allen Walker Martin, Paulo Carvalho Barbosa, Carlos Nabuco de Araújo, Fernando Mbielli de Carvalho, Morvan de Figueiredo, Olavo Aranha, João D'Audt de Oliveira, Daniel de Carvalho, José Thomaz Nabuco.

Cia. Eletroquímica Fluminense — Pluss Stauffer AG — Alemanha, Pluss Stauffer — Suíça, Pluss Stauffer — EUA, José Alves da Motta, Antônio Marques Ribeiro, Gustav Adolf Baumann (ligada a Hoeschst (Suíça). OMYA (França), Pluss Stauffer (Americana). (Vicente de Paulo Galliez, Jayme No. Vasconcellos, Gustav Adolf Baumann, Arthur Müller, Antônio Marques Ribeiro, José Alves da Motta).

Hoechst do Brasil, Química e Farmacêutica — Trans American Chemicals Ltd. — EUA. Farbwerke Hoechst AG — Alemanha.

Indústria e Comércio de Minérios ICOMI-CAEMI, Bethlehem Steel Corp. EUA, Bethsteel do Brasil S/A, Panamá, Bethlehem Steel Export Corp. (EUA), Bethlehem Steel Export Co. (Canadá), Beth-Braz Corp. (Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Francisco Viriato de Miranda Carvalho, Francisco de Paula e Carvalho).

Laboratório Gross — Manoel Gonçalves de Miranda (Renato Glech Gross, Mercedes Gross Miranda), ligado ao Laboratório Bras. de Chimioterapia Produtos Labrapia S/A.

Laboratório Químico-Fármico VOROS — Severino P. Silva (Renato Palhares, Hemzelmann, Olavo Canavarro Pereira). Contribuíram através do Centro Industrial.

Laboratório Silva Araújo Roussel — Société de L'Institut de Sérothérapie Hemop, Les Laboratoires Français de Chimiotherapie S/A, Les Laboratoires Gobey, Laboratoires Beyrout, Lab. Fournier Frères, Schlube Pharmaceutical Inc., Usines Chimiques des Lab. Français, Lab. Roussel S/A (Lab. Torres) (Phillips Joseph Etienne Beraut, Zulfo Mallman Freitas, Mader Gonçalves). Contribuíram através do Centro Industrial.

Laboran-Franco V. Ind. Químicas e Farmacêuticas S/A (Darrow Lab.) Nelson Torres Duarte, J. Carlos Mayrinck, Agenor Miranda Araújo Fo., Adroaldo V. Barboza dos Santos.

Liquid Carbonic Indústrias S/A (Liquid Carbonic Inc., Liq. Carbonic Corp.) ligadas a Walter Kidde & Co. Inc., Artefatos de Metais, Aço Metais S/A, Gases and Chemicals International. Acionistas de Walter Kidde S/A Ind. e Com. Liquid Carbonic do Brasil). José Wiltemsen, Paulo F. Geyer, Fabio G. Bastos.

Laboratórios Enila S/A (François Jean Marc Rousseau, Gertrud D. Heymann, Philippe Guedon, Carlos Paulo Bellache).

Cia. Merck do Brasil — Holding Aktiengesellschaft für Merck Unternehmungen, Suíça, Merck & Co. Inc. EUA (E. Merck Aktiengesellschaft — Alemanha), acionista da Merck Maranhão, Palmira Administradora, Merck Sharp & Dohme S/A Ind. Químicas e Farm. (Rusvel Tinoco Pinto, Clemente Augusto Martins da Gama, Karl Erik von Davidson, R. Tinoco Pinto, Dewey Stallard). American Chambers of Commerce. Contribuíram através do Centro Industrial.

Cia. Estanífera do Brasil (Phillips Corporation, Cie. Française d'Entreprises Minières, Metallurgiques et d'Investissments COFFREMI, W. R. Grace, Patiño Mining Corp.), Consolidated Tin Shelters, Cadif, Cia. de Bonos Acciones Negocios Industriales Cobanisa (Panamá). Acionista da Petrobal, Cia. Espírito Santo de Mineração, Prodeles S/A Retificadores Somina, Tamarandina Mivale, Somico Brastemp, Brasmotor, Miner. Vale do Roosevelt. Minas D'El Rey Dom Pedro, Hugo Gouthier (Antônio Rodríguez Fo., Antonio Sánchez Galdeano, Octávio Guerrero, Rafael Sánchez Galdeano). Contribuíram através do Centro Industrial.

Petrominas — Petróleo Minas Gerais (Edmir Gomes, Armando de Paiva Abreu).

Quimitra Com. Ind. Químicas S/A — Elmotran A.G. Merck Holding — Suíça. (Merck USA, E. Merck A.G.). Contribuíram através do Centro Industrial.

Refinaria e Exploração de Petróleo União — Grupo Soares Sampaio, Comp. Superfosfatos e Produtos Químicos. Établissement Kuhlmann (Demósthenes M. de Pinho, F.J.M. Rousseau, Paulo Fantainha Geyer, Miguel Monteiro de Barros Lins, Helenauro Soares Sampaio, Carlos Eduardo Paes Barreto).

Reichold Química S/A — Reichold Chemicals Inc. NY (Resana S/A Ind. Químicas) (Guilherme Levy). Contribuíram através do Centro Industrial.

Sika S/A Produtos Químicos para Construção — Fritz Schenker Winkler (Suíça), Sika Holding A.G. — Suisse, Anton von Salis, Montana S/A Engenharia. Ligada a Brastac S/A, Geigy do Brasil, Brasbeton Engenharia, Albula Financ. de Inversiones S/A (Uruguai), Braz Olivier de Camargo, Anton von Salis.

Química Farmacêutica Maurício Villela S/A — M.L. Villela, E.L. Villela (Maurício Libânio Villela, Eurico L. Villela).

Cia. Estrada de Ferro e Minas São Jerônimo (Grupo Copelmi — Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais). Acionistas da Cia. Carbonífera Minas de Butia. Aços Finos Piratini (Bernardo Geisel). (Julian Chacel, Ivo de Magalhães, Luiz H. Reis, Roberto Gabizo de Faria, Harold C. Polland, Tibério Vasconcellos de Aboim, Jorge Gabizo de Faria.

Cia. Ultragás S/A Região Rio — Socony Vacuum Oil Co. (Standard Oil Co.), Bromberg, S/A Magalhães, Cia. Brasileira de Participações Cobrapar (Grupo Igel) (Mate Laranjeira, J. Thomas Nabuco Araújo. Chanceler João Neves da Fontoura).

Cia. Ultragás S/A — Região São Paulo — Phillips Petroleum (Henning Boilessen, Peri Igel, Hélio Beltrão, Rubem da Braga Rogério).

Vitrofarma Ind. Com. de Vidros S/A — Sociedade Mercantil Cainca Ltd., Shotbras Ind. de Vidros (Shoot GmbH Alemanha), Vidraria Santa Marina (Pittsburgh Plate Glass-EUA), Deutsche Gesellschaft für wirtschaftliche Zusammenarbeit (Deutsche Entwicklungsgesellschaft), Lagoa Administradora Comercial, Adm. Ipanema (ligada à Pittsburgo de Vidros e Cristais Ltda., Corning Glass Ubrks — EUA, Jenner Glass Work). Acionista da Siboral Vidros Técnicos e Científicos, Vidros Santa Marina, Mineração Cormibra, Antártica (Eduardo Caio da Silva Prado, Jorge Americano, Laurence King).

Cia. Carioca Indústrias Plásticas.

Cia. Ind. e Mineradora do Camelão.

O Centro Industrial do Rio de Janeiro constituía um dos principais canais para a contribuição dos setores petroquímico, farmacêutico e de minério.

4. Industrialização de alimentos e produtos agrícolas; comércio

Lojas Americanas (Carlos Hue Jr., John Davies, Thomas Othon Leonardo, Raul Freitas de Oliveira, Mase Laudesmann, Franklin Gemmel, Donald C. Best).

Brafor-Brasileira Fornecedora Escolar S.A. (Francisco Mellone, Sílvio Mellone, Luiz Mellone Júnior, Oswaldo Mellone).

Cássio Muniz S.A. — Importação e Exportação (Hélio Cássio Muniz de Souza).

Cia. Fiação e Tecelagem Assumpção (Antônio Galvão, Décio Assumpção Novaes).

Casa José Silva Tecidos (Antônio Ceppas, Franklin Bebbiano Ceppas, F.F. Leal, José Gomes da Silva).

Cia. Agrícola e Industrial Magalhães (John Gregory Sobrinho, Charles Toorsen, Paulo Oliveira Rodrigues, José de Almeida Resende) (S/A Irmãos Magalhães, S/A Magalhães Com. e Ind.).

Cia. Usina do Oiteiro (Hugo Aquino, Herculano Aquino) (Inds. de Bebidas J. Tomás de Aquino S.A.).

Cia. Usina Cambaiba S.A. (Heli Ribeiro Gomes, Leda de Albernaz Gomes, Fernando Ribeiro Gomes).

Cia. Suzano de Papel e Celulose (Leon Pfeffer).

Cia. Nacional de Papel (Gilbert Huber Jr., J. J. Dornelles, Marcello Porto, E. P. C. Sobrinho).

Cia. Desenvolvimento Comercial e Industrial (Ernesto Carneiro Pereira).

Cia. Antártica Paulista — Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos (José Pereira da Silva, Theófilo Pupo Nogueira Filho, Jorge Bittar, Hamilton Prado, Mirabeau Prado, João Pessoa de Queiroz Sobrinho) (Fundação Antônio e Helena Zerrener. Instituto Nacional de Beneficência).

Cia. Brasileira de Roupas (José Luiz Moreira de Souza, José Cândido Moreira de Souza, Lauro de Souza Carvalho, J. C. Vasconcellos Carvalho, Paulo Neves de Souza Quartim, Carlos Haroldo Vasconcellos, V. N. Pessoa Cavalcanti).

Cia. Cervejaria Brahma (Johann Heinrich Kunning, Rudolf Oswald Alirus, Ernest Schneider, Peter Erik Siemsen, Ernest Walter Erwin Stapakoff, Walter Prugger, Edgar Ritter (A Brahma contribuiu através do Centro Industrial).

Amendoeira Importação e Comércio S/A (Aurélio de Carvalho).

Bruynzeel Madeiras S/A Brumasa (Bethlehem Steel Corp., Bruynzeel N. V., ICOMI, Netherlands Invest Bank for Developing Countries). Ligada ao Rio Tinto Zinc-London, Bruynzeel Holland. August Trajano de Azevedo Antunes. Acionista da ICOMI, Cia. Minas de Jangada, ICOMINAS, Emp. Bras. de Mineração, CAEMI, Mineração Cabo Orange, Bethlehem Braz. Corp.

Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda. A Coca-Cola Export Corp. (ligada à Maltaria e Cervejaria Londrina S/A. Acionista da Refrigerantes BAURU S/A). (Carlos Eduardo Lyra).

Confecções Sparta (Vicente Apa).

José Silva Confecções (Antônio Ceppas, Franklin B. Ceppas).

Chenile do Brasil. Tecel. Confec. (Gilbert Huber Jr., Paulo Lacerda, Quartim Barbosa, Família Mahfuz, Ernesto Abdulla) (Deltec, Cobra, Sears, Roebuck & Co.).

Centro da Indústria Brasileira de Fósforos de Madeira de Segurança. (O Centro da Indústria Brasileira de Fósforos de Madeira de Segurança de São Paulo também contribuiu para o IPES São Paulo) (Eduardo Garcia Rossi, João Baptista Leopoldo Figueiredo, José Ignácio Caldeira Versiani).

Coca-Cola Refrescos S.A. (Carlos Lyra).

Companhia de Desenvolvimento Comercial e Industrial (Eurico Castanheira).

Celulose e Papel Fluminense S/A (Lino Morganti, Hélio Morganti, Gonzalo de la Rive). Ligada à Refinadora Paulista (Família Morganti). Bracco Novotherápica Laboratórios.

Dias Garcia Importador S.A. (Joaquim Dias Garcia, Jorge Bandeira Dias Garcia).

Danks Flama S.A. Instituto de Fisiologia Aplicada (José Duvivier Goulart, Luiz Arnaldo Rodríguez).

Indústria de Papel Leon Pfeffer S.A. (Leon Pfeffer).

Kibon S/A — General Foods Corp., Banco Boavista S/A (João B. P. Almeida, Octávio Frias, Oswaldo Cruz Fo., John Keent Lutery). American Chambers of Commerce.

Llobera S.A. Primeira Ind. Bras. Feltros (Moisés Llobera Gutes).

Casa Masson Rio S/A Jóias e Relógios (Jorge F. Geyer).

Moinho Fluminense S/A (Bunge & Born) — Soc. Anón. Inversiones Indústrias Interamericanas, Yapeyú S/A, Enta S/A, Agania S/A, Milla Cura S/A, Arizona S/A, Utira S/A, Vega S/A. Ligadas a Credit Lyonnais, Sanbra, Grandes Moinhos do Brasil, Moinho Santista. Acionista do Banco Francês e Brasileiro, Banco Geral de Finanças e Comércio S/A, Tatuapé Fábrica Tecidos, Jaraguá, Vera Cruz Seguros, Grandes Moinhos, Quimbrasil, Coral Tintas S/A, Sonac, Serrana Mineração, Moinho Panucchi, Sonabril Alanje, Comis, Moinhos Riograndenses, Santo André, Cia. Brasileira de Armazéns Gerais, Titela-Fios e Tecidos S/A, Agência Marítima Intermares, Cia. Lubera Prod. Agrícolas, Dakota S/A (Antonio Chaves Barcelos, Jorge Souza Resende, J. C. Machado de Souza, Alfredo Augusto Ferreira, Alberto

Bandeira de Melo, Eugênio Belotti, Argemiro Hungria Machado, Carlos Pery de Lemos, Octávio Andrade Queiroz, João de Melo Franco, Jorge Americano, Herbert Levy, Luís Simões Lopes, Ernesto Leme, Egon F. Gottschalk, Benedito Manhães Barreto, General Juracy Magalhães, General Paulo Tasso de Rezende, João Pedro Gouvêa Vieira). Contribuíram através do Centro Industrial.

Mesbla S/A — Cia. Import. e Distribuidora Cidix S/A, Promeca S/A Progresso Mecânico do Brasil (A. Bulow, Demósthenes Madureira de Pinho), Brasimpex Imp. e Exp. (D. M. de Pinho), Banco do Rio S/A (Hélio Beltrão, General Octávio Velho, Henrique de Botton, João Baylongue, Homero Souza e Silva, Demósthenes Madureira de Pinho, Silvano Santos Cardoso). American Chamber of Commerce.

Cia. de Cigarros Souza Cruz — Cia. Continental de Cigarros Ltda. (Londres), Myddleton Investment Co. Ltd. (Londres), Fonseca & Pires Ltd. — Londres (British American Tobacco). Imperial Tobacco. Cia. Docas de Santos, Aliança da Bahia Capitalização, Cia. de Seguros Sagres, Phoenix Assurance Co., London & Lancashire Co. Inc. Ligadas ao Bunge & Born, Yardley Co., Wiggins Teape & Co., Morny Ltd., Germane Monteil. Acionista da Cia. Industrial de Papel Pirahy, Cia. Brasileira de Fumo em Folha, Cia. de Cigarros Castelões, Cia. Investimentos e Empreendimentos Pirahy, Cia. Litográfica Ferreira Pinto. (Elpídio Ferraz Andrade, Pedro Assis de Oliveira, Fernando Almeida Machado, A. B. Cavalcanti, Carlos Guimarães Pinto de Almeida, Armando Rocha, Ismael Cavalcanti Albuquerque, Guilherme Guinle, Herbert Moses, Harold James Randall Gibbons, Hugh Maxwell Miel, Montague Jolinson Jay, Maurício Nabuco).

Société Sucreries Brésiliennes — Sociedade de Usinas Brasileiras de Açúcar. Acionistas da Usinas Raffard, Usinas Piracicaba, Cia. Ind. Paulista do Álcool, Motocana S/A, Supermercados Peg-Pag, Usinas Porto Feliz. (George Delataille, Paul Baudon, J. Duvivier Goulart, Gerard George Valentim, Eugene Gaston, François Beraut, Raul Jorge Pinto Borges, Fernando Vaz Pacheco C. e Castro Fo., Jean Gallois).

Tavares Carvalho Roupas S.A. (Oswaldo Tavares).

Tecidos Casa Salathé (Antônio Carlos do Amaral Osório).

Usina S. José S.A. — Raymundo Ottoni de Castro Maia (Cia. Carioca Industrial, Cia. Carioca de Administração e Comércio).

Usina Victor Sence S/A (Renée Victor Sence, Luiz Victor Sence, Renato Moreira Ramos, Rosa Sence).

Cia. Usina Açúcar S. João — Grupo Ometto. Acionistas da Usina Iracema, Usina Boa Vista, Usina da Barra, Usina Santa Helena, Usina Modelo, Usina Sta. Lúcia, Usina Costa Pinto.

5. Eletrônica, maquinário, indústria têxtil

Muitas companhias contribuíram através do Centro Industrial do Rio de Janeiro, que constituía uma das mais importantes fontes financeiras, desta forma mantendo seu anonimato. Estas são algumas das companhias identificadas:

Cia. Progresso de Valença (Tony Bahia, Júlio Mourão Guimarães, Júlio Pentagna Guimarães, Luiz Paulo Dias Duarte).

Cia. Melhoramentos de São Paulo Indústrias de Papel (Henrique Villaboim, Hasso Weisafflog, Mário Toledo de Moraes).

Cia. Melhoramentos Norte do Paraná (Gastão de Mesquita Filho, Herman de Moraes Barros, Cássio da Costa Vidigal, Sílvio de Bueno Vidigal).

Cia. Progresso Industrial do Brasil (Manoel Guilherme da Silveira Filho, Guilherme da Silveira Filho, Joaquim Guilherme da Silveira, José Vieira Machado).

Borghoff S.A. (Joseph Lucas do Brasil, Joseph Lucas Ind. — G.B.) (Guilherme Jú-

lio Borghoff, Gustav Julio Borghoff, Paulo Neves de Souza Quartim).

Codima Máq. e Accessórios S/A — Ind. e Com. de Máq. Sta. Teresa S/A, Hermann Stolz S/A Imp. e Exp., CONSELMA-Soc. de Eletricidade, Vera Alves B. C. de Lacerda (Hans Ulrich Herman Stolz, Hans Otto Moser, Walter Gustav L. Augustin, Rudolf Hilleger, Heinrich Toepke, Kurt Mirow).

Centro Industrial de Fósforos — British Bryant & May, British Match Corporation Ltd. U. Kingdom), ligada a Swenska Tandsticks A. B. (Suécia), Masters & Co. Ltd. (Londres), Phoenix Insurance Ltd. (Londres), Bank of London and South America — Bolsa. Acionista da Cia. Fiat Lux de Fósforos de Segurança, Risca S/A Representações Indústrias de Seguros e Comércio. Companhia Florestas e Madeiras Brasileiras, Deproqui-Produtos Químicos Comércio e Indústria Ltda. (João Batista Leopoldo Figueiredo, Eduardo G. Rossi, Mário C. Silva, Amphilofio V. Carvalho, João P. Gouveia Vieira, João P. Alcântara).

Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel — Plus Stauffer AG Suisse. Acionista da Eletroquímica Fluminense. (Geraldo Guyer, Bruno Sutter).

Eletromar Indústria Elétrica Brasileira S/A — Westinghouse Electric International, Cia. Administradora Caraúna, Long Island Co., Bracopar, Louis E. Walker, The Royal Bank of Canada (W. N. Frank), Cia. Central de Administração e Participações ARBED), Valeria I, Valeria II, Valeria III, Valeria IV, Aciéres Reunies de Burbach-Eich-Dudenge (ARBED), The First National City Bank, Klabin Irmãos, IBEC-Fundo Crescinco, Banco Com. Ind. de Minas Gerais, B O L S A Bank of London and South America, Kuhn Loeb & Co., Bromberg S/A, Cobrasil-Mineração e Metalurgia, Mesbla S/A, Deltec S/A. Ligada a Estudos Técnicos e Administração S/A-ETA. Acionista do Banco Cidade do Rio de Janeiro, Algodoeira União do Brasil, Bracorep-Soc. Bras. de Com. e Rep., Société Cotonière Belge Brasil, Administradora Ubaeté, CIMAF-Cia. Indus. Mercantil de Artefatos de Ferro, Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, Mecânica Pesada S/A, Brasilana Têxteis, Cia. Ferro Brasileiro, Serraria Sta. Helena, S/A Mineração Trindade, Cia. Agropastoril Rio Doce. (W. N. Frank, Arthur Bernardes Alves de Souza, Arthur Bernardes Fo., Fausto Bebbiano Martins, Daniel Miguel Klabin, Antônio Ribeiro de Moraes). A Eletromar contribuiu através do Centro Industrial.

Companhia Mercantil e Industrial INGÁ (Domício Gondim Barreto).

Fábrica Nacional de Vagões S/A — FNV (Othon Alves Barcellos Corrêa).

Cia. Importadora de Máquinas — COMAQ (contribuiu também através da COMAQ São Paulo). (Hélio Gomide, William Embry).

Lanari S/A Ind. e Com. — Cavaia S/A Administração e Participação, Soc. Comercial Agropecuária Part. e Adm., Itaperava Ltda., Soc. Agropecuária de Participações e Administração Apa Ltd., Com. Adm. e Part. Japurá Ltda. (Lucas Lopes, Amaro Lanari, Cássio Umberto Lanari, Joaquim R. Lanari).

Lanifício Leslie — UFITEC S/A-Union Financière et Technique (Suíça), Dominion Textile Co. (Canadá), Schamma Group. (Ezra Leslie Schamma, Luiz Fernandes Machado).

Linotype do Brasil S/A — Eltra Corporation.

Metalon S/A Com. e Ind. (Gilbert Huber Jr., Eurico Castanheira). (Codinco, E.E. E., Standard Triumph).

Mecânica CBV ltda. Indústria Mecânica S/A — Barbosa Vianna. Ligada à Smith Tools Califórnia, Smith Int. Newport, Oil Center Tool Co. Texas. Acionista da Sul Indústria Mecânica S/A. CEM-Cia. Equipamentos Mecânicos). (Adauto Pessoa de Oliveira, Comandante Paulo Virgílio, Antônio Carlos Didier Barboza Viana, Comandante Ary Maurell Lobo Pereira, Comandante J. Benício da Fonseca, Comandante Hermano von Sydow, Antônio D. C. Vaina).

Cia. Theodor Wille Com. Ind. Repr. (Theodor Wille Hamburgo), Usropa S/A (Pedro Orleans e Bragança), Deilman Montan GmbH (Alemanha), Johann Faber S/A, Borsig AG, São Paulo Comissaria, DEG-Deutsche Gesellschaft für wirtschaftliche Zusammenarbeit. Acio-

nista dos Armazéns Gerais T. W. S/A, Tubos Guararapes, Empreendimentos Industriais e Comerciais Hanseática S/A, Soc. Agrícola & Comercial, Mecânica Jaraguá S/A, São Paulo Comissaria S/A, Ind. de Artefatos de Tecidos Pinaquara, Diederichsen T. W. Comércio e Indústria S/A, Argos Industrial, Lanifício Argos, Usropa S/A Expor. e Import., Têxtil Química S/A, Asbrasil-Aspersão do Brasil S/A. (Murilo de Barros Guimarães, Jayme Drummond dos Reis, Pedro de Orleans e Bragança). Contribuíram através do Centro Industrial.

Pfaff do Brasil — Comércio e Ind. de Máq. de Costura Ltda. — Pfaff Inter. Corp.

Cia. PROPAC Com. e Ind. — Valentine AG — Suíça, Satam. Hardoll Com. e Ind. de Equipamentos Sadoll S/A (Allied Developments International Inc.), Cia. Brasileira de Velas Marchal S/A — Hardoll Ltd. (GB), Allied Development Int. Inc. (EUA). (José Lampreia, Oswaldo Benjamin de Azevedo, Luiz Wallace Simonsen, J. E. de Seixas Corrêa, F. J. Barcellos Dias.

Penauto S/A Ind. e Com. — Saspe Trading Establishment (Liechtenstein) (Amira-Administradora de Negócios S/A).

Remington Rand do Brasil S/A — R. Rand Overseas, Remington Rand Inc. NY. (Sperry Rand, Fernando Cícero Velloso, Terêncio Cattley, Ernâni Pilla, C. E. Araújo, Alberto Leitão Coimbra, A. A. Mayer, William P. Jones, Carlos Paes Leux Cangaçu, Fernando Cícero Velloso, Terêncio Cattley).

Indústrias Sinimbu S/A — Petann Corp. Acionista dos Laboratórios Antipiol, Impor. Export. Pinabra, Lab. Farmacêutica Vicente Amato, Ind. Alumínio Reybra (Eugênio Veiga Giraldez), Maquip. Com. de Máq. e Equipamentos (L. W. Strickland), Prod. Farmacêuticos Usafarma, Mineração Caeté-Mirim, Usabra Ind. e Com.

Swing Indústria e Comércio Ltda. (Joaquim Carlos Vianna Carneiro, Hélio Vianna Carneiro, Angelina Vianna Carneiro).

Tinturaria e Estamparia Petropolitana S.A. (Breno de Nardi).

Cia. T. Janer Comércio e Indústria (Octávio Gabizio de Faria, Erik Svedelius). American Chamber of Commerce.

M. Agostini Comércio e Indústria S/A — Aladdin Industries S/A (M. Agostini, Raul D. da Silva).

Probal Comércio e Indústria S/A (Hugo Forman, Antonieta Rangel Forman).

H. Stern Com. e Ind. (L. GABRIEL BACHER).

Cia. Fábio Bastos Com. e Ind. (LAERCIO GARCIA NOGUEIRA).

Abreu Loureiro Tecel. Conf. S.A.

Auto Mark S.A.

Rodrigues d'Almeida Com. e Ind.

Scal Rio S.A.

Usabra Ind. e Com. S.A.

Superball Cia. Bras. Equip. Esp.

Comércio e Indústria Alves Peixoto S.A.

Pring Torres e Cia. Ltda.

Forlab-Matérias-Primas e Embalagens Ltda.

Fábrica Young Ltda.

Julian Nogueira e Cia.

Eton Exportação e Importação.

Sotel Tecidos.

Algodoeira Fernandes S.A.

Distinção S.A. Móveis e Utilidades Domésticas.

Tecidos Salvador Esperança S.A.

Usina Sapucaia S.A.

A Esplanada Roupas S.A.

A. Villela Café S.A.

Agro-Madeireira Peres Ltda.

Barki Tecidos Ltda.

Bel Fil Tecidos Ltda.

Barbosa Freitas Modas S.A.

Big Lar Utilidades S.A.

Casa Garson.

Casa Milton Pianos Ltda.

Cia. Agrícola Baixa Grande.

Cia. Comercial Marítima.

Correa Prata e Jóias S.A.

Dorex Aparelhos Domésticos S.A .

Del Rio Modas Ltda.

Distinção S.A.

Expansão Mercantil Importadora e Exportadora S.A.

Gávea S. A. Veículos e Máquinas.

Mademoiselle Modas Confec. S.A.

Seda Moderna S.A.

Cia. de Calçados Presidente.

Malkes Jóias Ltda.

Cia. Calçados D.N.B.

Usina Santa Cruz.

Cia. Agropec. Ind. Campinas.
Cia. São João Armazéns Gerais.
Distribuidora Mercantil S.A.
Granja Sanhaua
Granja Piranema.
Irmãos Otuka Agropecuária.
Indústrias Klabin Celulose.
Magazin Segadaes.
Usina Novo Horizonte.
Usina Poço Gordo.
Vazados Coboco.
Usabra Ind. e Com. S.A.
Irmãos Canetti S.A. Bebidas Refrigerantes.
Rafael Gaspari Tecidos e Conf.
Ind. Bebidas J. Barros Aquino.
Julop Import. e Export.
Carlos Carneiro e Cia.
Empresa e Participação Lagoa S.A.
Luiz XV Aparelhos Elétricos Ltda.
Cotonifício Gávea Sudamtex do Brasil (United Merchants and Manufacturers, New York).
Clínica São Gabriel S.A.
Abreu Loureiro Confecções S.A.

6. Engenharia, construção, consultoria

Ceibrasil — Cia. de Engenharia e Indústria — Worthington Corp. NJ, Fila Junqueira Botelho (Nanto Junqueira Botelho, Eduardo Baker Andrade Botelho).

Construtora Rabello S.A. (Marco Paulo Rabello, Milton José Mitidieri).

Cimento Portland Barroso — Paulo Mário Freire (Grupo Severino Pereira da Silva, Grupo Holderbank Financière Glaris).

EEE — Empreendimento e Estudos Econômicos (Gilbert Huber Jr., Eurico Castanheira).

Empreendimentos Villela S/A. Administração e Participação (Maurício Libânio Villela).

Engenfusa Engenharia de Fundações S/A. (José Soares Sarmento Barata, Raymundo José D'Araújo Costa, Carlos da Silva, Lauro Rios Rodrigues).

Cia. Metropolitana de Construções (H. C. Polland).

Metminas S/A. Engenheiros Consultores (Amynthas Jaques de Moraes).

Montreal Engenharia S/A. (T. Pompeu Borges Magalhães, Brigadeiro Eduardo Gomes, A. Azevedo Silveira, Coronel Haroldo Corrêa de Mattos).

R. J. Oakim Engenharia S/A. (Roberto Jorge Oakim).

Parquet Paulista S/A. (Manuel Garcia Cruz, Oscar Figueiredo, Luiz Lima da Costa, Luiz Manuel da Cruz, Gilberto Garcia Cruz).

Servience Cia. Serviços de Engenharia (Amynthas Jaques de Moraes).

Sociedade Civil de Controle de Concreto e Ensaios de Materiais — Concremat (Mauro Ribeiro Viegas).

Cia. Cimentos Vale Paraíba — Cementia Holding AGG-Suisse, Associated Portland Cement Manufacturers Ltd-Londres, T. Marcondes Ferreira. Ligada à Union de Banques Suisses, Banco Português, Oceânica Cia. de Seguros, Cia. Incentivadora de Atividades Agrícolas e Industriais. Acionistas da Cia. Cimento Salvador, Cia. Cimento Portland Itaú. (João M. S. Castro, Jean Koranyi, Manoel Azevedo Leão, T. Marcondes Ferreira, Paulo Fontainha Geyer).

Cia. de Cimentos Portland Paraíso — (Cia. Nacional de Estamparia). (Severino Pereira da Silva, Carlos A. M. Pereira da Silva, Paulo Mário Freire).

Escritórios de Engenharia Antônio Alves de Noronha.

Indústria de Cimento Armado Ltda.

Gomes de Almeida Fernandes Engenharia e Construções Ltda.

Urbanizadora de Parques e Jardins.

Campo Cia. Auxiliar de Melhoramentos, Produção e Obras.

Geovia Com. e Engenharia S.A.

Construtora Lemos S.A.

Sisal Imobiliária Sto. Afonso.

Auxiliadora Predial S.A.

Imobiliária Zirtaeb Ltda.

Doradim Administração e Participações.

José Carlos Leone e Associados Consultores Industriais.

Leone Consultoria e Planejamento Ltda.

7. Serviços gerais e de utilidade pública; transporte

Cia. Telefônica Brasileira (Roberto Carlos Sussekind, José Joaquim de Sá Alvim, L. Sales Gonçalves).

Conferência Fretes Brasil-EUA. Canadá-Brasil-US-Canada Freight Conferences NY (Comandante Carlos Bezerra de Miranda, Robert Carlos Andrews, Nils Veng Petersen).

Cia. Docas de Santos (Cândido Guinle de Paula Machado, Guilherme B. Weinschenk, Ismael Coelho de Souza, Raul Fernandes).

L. Figueiredo Transporte Rodoviário (João B. Leopoldo Figueiredo).

L. Figueiredo S/A. (João Baptista Leopoldo Figueiredo, Luís Figueiredo Jr.). American Chamber of Commerce.

Light Serviços de Eletricidade S/A. Região São Paulo (Antônio Gallotti, José Marques, Alberto do Amaral Osório, José da Silva Monteiro, José Rubem Fonseca, Antônio Augusto de Azevedo Sodré, José Sampaio de Freitas).

Light Serviços de Eletricidade S/A. Região Rio — Brazilian Traction Light & Power Co., Brascan. Acionistas da Brascan — Expansão e Investimento S/A., São Paulo Eletric. C. Ltd., Cobast, Cia. Ferrocarril do Jardim Botânico, Cia. Paulista de Serviço de Gás, Companhia Telefônica de Minas Gerais. (José J. Sá Freire Alvim), Société Anonyme du Gaz, Companhia Telefônica Brasileira, Companhia Telefônica do Espírito Santo, Serviços Elétricos e Gás, Cia. Carris Luz e Força do Rio de Janeiro, Cidade de Santos S/A., Cia. Elétrica de São Paulo e Rio, Cia. Fluminense de Energia Hidroelétrica, Rio Light S/A. (E. C. Fox, Henry Borden, J. Grant Glasso, Paul Manheim, A. Gallotti, T. Quartim Barbosa, José Vieira Machado, Marcos de Souza Dantas, J. Peter Grace, João da Silva Monteiro Fo., Odilon Egydio Amaral Souza, Coronel Malvino Reis Netto, José Marques Fo., Beverly Matthews, Walker Cisler, Major McCummons, E. G. Burton, William R. Marinho Lutz, Pereira Lira, José Ermírio de Morais (S. P. Light), Alano L. da Silveira, Walter Moreira Sales (S. P. Light), Lucas Nogueira Garcez (São Paulo Light), Waldemar Pires, Anísio Fernandes Coelho, C. Abel de Almeida, Mário Pires, José Sampaio de Freitas). Serviços Elétricos, Rio Light S/A. (Brascan, Brazilian Traction Light & Power), Lúcio Costa Antônio Taveira (CACEX), General Edmundo Macedo Soares, Clemente Mariani, Antônio Almeida Neves, embaixador Carlos Martins, A. Gallotti.

Listas Telefônicas Bras. S/A. Rio — Cia. Telefônica Brasileira Hamilton Frisco Paraíso, Oswaldo Cruz Fo., Clarence Dauphinot Jr., João B. P. Almeida, Eurico Castanheira, Jayme B. Pinto, Hélio Tibúrcio Dias, Haroldo Anhaia Leite, Marcelo C. Rangel Porto, Gilbert Huber Jr. contribuíram através do Centro Industrial.

São Paulo Listas Telefônicas Brasileiras (Gilbert Huber Jr.).

São Paulo Light S/A. Serviços Elétricos (A. Gallotti).

Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil — Cornelis Verolme — Rotterdam (Verolme Eletra do Brasil, Verolme Engenharia do Brasil, Jacuanga Adm. e Imobiliária) (Paulo D. R. Ferreira, Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama, Jorge Pereira Duprat Brito).

SPEED — Serviço de Processamento Eletrônico Estatística Dados.

8. Publicidade, imprensa, gráficas, jornais; fundações

Artes Gráficas Gomes de Souza S/A. (L.T.B. S/A.) (Gilbert Huber Jr., José Cândido Moreira de Souza).

Editora de Guias LTB S/A. (Clarence Dauphinot, Eurico Castanheira, Hamilton Paraíso, Marcello Rangel Porto, J. J. Dornelles).

Fundação Coimbra Bueno (Abelardo Coimbra Bueno, General Humberto Peregrino).

Papelaria Dom Pedro II S/A. (Manoel da Cruz, Manoel Alberto Pereira Dias).

Agir Livraria e Editora (Artes Gráficas Indústrias Reunidas S/A. Agir). (Alceu

Amoroso Lima, Cândido Guinle de Paula Machado).
Importadora Gráfica Arthur Sievers.
Editora Vecchi Ltda.
Editora Globo.
Seleções Reader's Digest.
Editora Paulo de Azevedo.
Livraria Francisco Alves.
Kosmos Editora.
Almeida Mello Publicidade Ltda.
Instituto Educação e Cultura-Jacarepaguá.
Papelaria Master S/A.
Editora Monterrey Ltda.
Empresa Jornalística Notícias da Indústria Ltda.
José Olympio Editora.

Fontes: Lista dos Contribuintes em 1963 — IPES Rio
Lista dos Contribuintes em 1964 — IPES Rio dos Arquivos do IPES — Rio de Janeiro
Lista dos Contribuintes em 1965 — IPES Rio
IPES SP CD & CE, 27 nov. 1962.

APÊNDICE 1

Lista dos Associados, Contribuintes e Colaboradores do IPES

Olavo dos Anjos — Cia. Carnascialli Ind. e Com.

Tibério Vasconcellos de Aboim — Cia. Estrada de Ferro e Minas São Jerônimo.

Roberto C. Andrews — Conferência de Fretes Brasil — EUA — Canadá.

José Ulpiano Almeida Prado — Campos Salles Ind. e Com. Refrigeração, Lloyd's Almeida Prado Ltda., Irmãos Almeida Prado Cia., VASP, Cotton Farms; Bolsa de Mercadorias de São Paulo; A.C.S.P.; Caixa de Liquidação de Mercadorias de São Paulo S/A.

André Arantes — Banco Novo Mundo (G. da Silva Fernandes, Lélio Toledo).

Oswaldo Benjamim de Azevedo — Cia. Propac Com. e Ind. (José Lamprea, Percy Murray, Luiz W. Simonsen), Cia. Brasileira de Velas Marchal (Banco Noroeste do Estado de São Paulo, Valentine S/A. — Suíça, SCAME — Societé Construction d'Apareils Mécaniques — França & Cia. Propac), Finco S/A. Consórcio Financeiro (Lucas Lopes, I. D. Lowndes, Almino Affonso); APEC.

Paulo C. Antunes — ICOMI (A. T. A. Antunes).

Sálvio Pacheco de Almeida Prado — Fazendas de Café; CRB, FARESP, SRB.

José Pinto Antunes — Faculdade de Direito de São Paulo.

Carlos Moacyr Gomes de Almeida — APEC.

Carlos Botkay — Cia. Agrocomercial Santa Mônica, Atmos Aparelhos de Precisão S/A.

Wanderbilt Duarte de Barros — IBAD, Grupo de Estudos — IPES — CBP.

Domício Barreto — Cia. Industrial e Mercantil INGÁ.

Procópio Gomes de Oliveira — Carme S/A. de Máquinas & Material Elétrico.

Arthur de Valle Bastos — Cia. Fornecedora de Materiais.

Glauco Carneiro — Setor Opinião Pública — *O Cruzeiro*.

Aurélio de Carvalho — Grupo de Integração.

Henrique Alves Capper — CONSULTEC, CACEX.

Arthur Levy — Empresa de Construções e Pavimentação S/A. — ECOPA.

Alves de Castro — Repórter Esso, Setor Divulgação.

Fernando Viriato Miranda Carvalho — Aços Anhangüera S/A. (A. Lamy Fo., Daniel Sydenstricker), ICOMI (A.T.A. (Antunes, Bethlehem Steel).

Otto Frensel — A.B. Lacticínios.

Josué Spina Franca — Fundação Escola de Sociologia & Política de São Paulo.

Estanislau Fischlowitz — Pontifícia Universidade Católica (Rio), Assessor Técnico — Ministério do Trabalho; O.I.T.; SENAI.

Iberé Gilson — APEC, CONSULTEC, COSIPA.

Júlio Isnard — Société d'Études, Participations et d'Entreprises Industrielles — SEPES.

Geraldo Jordão Pereira — *Centro de Bibliotecnia* — IPES

Walter Lorch — Cia. Fabricadora de Papel (Jacob Klabin Lafer, Samuel Klabin, A. Jacob Klabin). Willys — Transloc (Euclydes Aranha No.).

Pedro Jaques Kapeller — Gráficos Bloch S.A. (Adolfo Bloch), *Centro de Bibliotecnia* — IPES

Tito Leite — Reader's Digest, *Centro de Bibliotecnia* — IPES

Décio Guimarães de Abreu — Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A., Livraria Eldorado Editora S.A., Publicidade Erwin Wasey de São Paulo Ltda. (Eduardo Caio da Silva Prado), *Centro de Bibliotecnia* — IPES.

Roger Ross — Controles Gráficos do Brasil S.A., Editora Tradição, *Centro de Bibliotecnia* — IPES

Propício Machado Alves — Franklin Books Program, *Grupo de Bibliotecnia* — IPES

Elie Laurencel — Comércio e Indústria Iretama S/A., Standard Oil New Jersey, Esso, Brasilmar Meridional.

Albino Arruda Marinho — Credibrás Financeira do Brasil S/A.

Sérgio Paulo Mellão — Olivetti Ind. S.A. (Demósthenes Madureira Pinho). São Paulo Alpargatas S/A.

Domício da Gama Carvalho Moreira — *Centro de Bibliotecnia* — IPES.

Juan Manuel Pérez Melcón — Engenheiros Consultores Metminas S/A.

Fernando Egídio de Souza Murgel — Ceibrasil Cia. Engenharia e Indústria.

Celso Maia — Obralar S/A. Alvenaria e Revestimentos. Quartzolit S/A. Indústria e Comércio (Precisa S/A. Participações, Engenharia Comércio e Indústria).

Luiz G. C. Magalhães Filho — CONCLAP.

Emanuel Cresta de Morais — Comaq Comp. de Importação de Máquinas.

Clóvis Moreira — Indústria de Construção.

Gualter Mano — Nestlé S/A.

Albino de Faria Nogueira — Faculdade de Administração e Finanças do Estado da Guanabara. Pontifícia Universidade Católica. Andra S/A. Investimentos, Empresas Bloch.

Marinho Nunes — Cia. Minas Jangada.

Rubens de Oliveira — Grupo de Opinião Pública. Edibrás, Banco do Brasil.

João Adelino Prado Neto — Mecana Indústria Mecânica Paulista, Cooperativa Mista Jockey Clube, ADESG.

Josué Montello — Grupo de Integração, BNDE.

Heitor da Cunha Pessoa — Delta Line, Inc.

Nils Veng Petersen — Conferência de Fretes Brasil — EUA — Canadá.

Sérgio Pinheiro — ESSO Brasileira de Petróleo.

Walter Poyares — Propaganda Poyares Ltda., Castro Poyares Ltda., Revista Publicidade e Negócios; Associação Brasileira de Propaganda, Associação Jornalistas Católicos.

Alfredo Luiz Penteado — ESSO Brasileira de Petróleo, American Chamber of Commerce.

F. Pires — Grupo de Estudos — IPES.

Genésio Pires — Banco Sul-Americano S/A.

Jayme Pinto — American Chamber of Commerce.

James Cobb Strickland — Destilaria Medellín S/A. (A. Pires, Donald Lee Moore), Cia. Têxtil N. S.ª da Graça S/A., Fáb. de Tecidos Maria Cândida, Indústrias Sinimbu S/A. (Petaam Corp. — Canadá).

José Arthur Rios — Grupos de Estudos, S.P.L.A.N., I.N.E.S.

Carlos Reis — Promotion S/A.

Lauro Salazar Regueira — Credibrás Financeira do Brasil S/A., Banco Ultramarino Brasileiro.

Fernando da Silva Sá — Grupo de Integração — IPES, Renda S/A.

Homero Souza e Silva — Brasil Warrant, Credibrás Financeira do Brasil (Grupo Moreira Salles).

Bruno Sutter — Cia. Metropolitana de Crédito e Financiamento, Fábrica de Tecidos Dona Isabel (Geraldo Guyer) — Pluss-Stauffer A.G. Suíça.

Waldemir Paulo Santos Freitas — Clube de Lojistas do Rio de Janeiro.

Ricardo Xavier da Silveira — Banco Auxiliar de Crédito S/A. (Orlandy Rubem Correia), Cia. Sul Mineira de Eletricidade (Paulo Mário Freire), Cia. de Seguros Atlântica.

Getúlio José da Silva — Banco Mercantil do Brasil S/A. (Euclydes Carvalho de Oliveira).

Jorge Sampaio — Repórter ESSO.

Daniel O. Sydenstricker — Cia. Minas da Jangada (Ricardo Nami Jafet), ICOMI, SOPEMI — Pesquisa e Exploração de

Minérios (Saint Gobain-Point A. Mousson).

Fernando Bastos de Souza — L.T.B. (G Huber Jr.).

Ismael Coelho de Souza — Norbrás Metalúrgica S/A (J. Baylongue), Cia. Docas de Santos (C. Guinle de P. Machado, Raul Fernandez), Credibrás Financeira do Brasil (Grupo Moreira Salles).

Vollrat von Watzdorf — Forrestael do Brasil Com. e Ind. (Ferrostael A.G. Essen), Comp. Ferro de Aço de Vitória (Ferrostael do Brasil).

Carlos Alberto Werneck — Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino.

Hasso Weissflogg — Cia. Melhoramentos de São Paulo Indústria de Papel, Incopar — Participações Comerciais e Industriais S/A. (M. Toledo de Morais, Walter Weissflogg); Grupo de Doutrina.

Victor Luiz D'Arinos Silva — ESG/ECEME/APEC.

Galba Bóscoli — Engenharia Civil e Portuária S/A., EMAQ — Engenharia e Máquinas S/A.

José Gomes da Silva — Fábrica de Roupas Epsom S/A. (Casa José Silva).

Márcio Lemos de Azevedo — Laboratórios Maurício Villela S/A.

Edgard Mário Berger — ELC S/A. Ind. e Comércio, SENASA — Segurança de Saúde S.A.

Márcio Braga — Carvalhaes Pinheiro S/A. Ind. e Com.

Amílcar Campos Fo. Laboratório Clínico Silva Araújo S.A.

Jorge de Carvalho — Cia. Agrícola e Industrial Santa Lúcia, Minérios e Fertilizantes do Brasil — MIFERT, Simoniz do Brasil S.A., Carbocloro Indústrias Químicas.

Eleutério de Matos Ferrão Galante — Gráfica Editora Lord S.A. (Américo Genovese Chinaglia).

Antonio Gomes da Costa — Astúrias Empreendimentos e Administração S.A., Caruaru Industrial S.A., Cooperativa de Consumo Janer Rio Ltda., Hibernia Administração e Comércio S.A.

Vicente Apa — Confecções Sparta.

Flávio Monteiro Amaral — Christiani-Nielsen Engenheiros e Construtores Ltda.

Raul Pinto de Carvalho — Banco Andrade Arnaud S.A., Banco Ultramarino Brasileiro S.A., Banco Aymoré de Investimento, Cia. Carioca de Corretagens.

Vicente Alves de Carvalho — Banco Nacional do Espírito Santo S.A.

Décio Capistrano — Cia. Nacional de Seguros Gerais.

Melziades Bellintani — Editorial Sul-Americana S.A.

Antônio Alves Ferreira Fo. — Transportadora Noroeste S.A.

Orlando de Faria — Gado da Amazônia S.A.

Sebastião Loures — Exportadora de Cafés Suaves.

Milton Pereira Monteiro — Salgema Indústrias Químicas S.A.

William Gonçalves Rodrigues — R. J. Oakim Engenharia.

Elias do Amaral Souza — Cia. Pesquisas e Lavras Minerais COPELMI.

Breno de Nardi — Tinturaria e Estamparia Petropolitana.

Osmar Marques da Rocha — Cia. Exportadora de Cafés Suaves.

Homero Luiz dos Santos — Cia. Brasileira de Empreendimentos Publicitários COBEP.

Eduardo Galliez — Morro do Níquel S.A. Mineração, Indústria e Comércio (Lucas Lopes), Brasimet Com. e Ind. S.A., Cia. Fiação do Rio de Janeiro.

Pedro Paulo Ribeiro Gonçalves — Banco de Minas Gerais S.A.

Fernando Graell — CONCLAP.

Audley A. Gammon — Bank of América.

Geraldo Guyer — Fábrica de Tecidos Dona Isabel (Bruno Sutter) — Pluss Staufer A.G. — Suiça.

José Alberto Gueiros — Grupo de Bibliotecnia — IPES.

David Antunes Guimarães — Banco Irmãos Guimarães (Nelson Parente Ribeiro), Crédito Comercial S.A., Soc. de Crédito, Financiamento e Investimentos (José Coelho de Castro, João Alves de Moura), Cia. Comercial São Domingos S.A.

Edmundo Lins Neto (Lins, Tostes & Walter, advogados).

Julio Arantes

Victor Castel Ruiz de Azevedo

Vera Moraes Azambuja

José Octavio Acioly

Nelly Ayres Guimarães de Abreu

Claudemiro Gomes de Azevedo

Josino Maia de Assis

A. de Carvalho Cesario Alvim

Milton Whately de Assumpção
Manoel Gomes de Almeida
Antonio Padua Borges de Castilho
Maria Cristina de Almeida Belleza
Jim Barbosa
Paulo Cícero Lima Batista
Evandro de Oliveira Bastos
Antonio Barbosa
Manoel Barcelos
José de Barros Pinto
Pericles Lucena Costa
Sylvio Daniel Commetti Mora
Oscar Hué de Carvalho
Paulo Magalhães Couto Fo.
Celso de Almeida Campos
Octávio Campos
Luso Soares da Costa
Hilton Carlos Donola (Donaula)
A. G. R. Dorea (editor)
Arcádio Fernandes
Carlos Paiva de Oliveira Freitas
Athos de Freitas
Belmiro Fernandes
Mário Pederneiras de Faria
José Maria de Barros Faria
Álvaro Portilho de Sá Freire (CIERJ)
Orlando Faria
José Miguel Guerra
Siegfrido Rosner Gottschalk (ADIPES)
Flávio Wenewslaw Ferreira Gaspari
Edgard Duarte Gonçalves da Rocha
Ovídio Gioterra
Pedro Jacinto Mallet Jobim
Nestor Jost
Samir Hadad
Paulo Walter Krause
Konrad Alexander Kowaleski
Roberto Nuses Lopes
Aristheu de Medeiros Lopes
Álvaro Ávila Leal
Antônio Borges da Silveira Lobo
Paulo de Tarso Mello
Júlio Diógenes Corrêa Martins
Manoel Soares Maia
Linem Maria Ornellas
Paulo Vítor da Costa Monnerat
Antônio Corrêa Marques
Ubaltino Castel Ruiz de Azevedo
Urbano de Albuquerque
Octávio Ribeiro de Almeida
Luiz Roberto Apa
Angelo Lyrio Alves de Almeida
Ricardo Cavalcanti de Albuquerque
Anna Alonso
Paulo Roberto Tavares de Azevedo
Éder Accorsi
Newton Arguello
Aramis Barbosa de Mello
Fernando D'Olne S. de Barros
Aníbal Ferreira Baptista
Sílvio de Souza Branco
Maurice Juan Baptista Bouyassou
Romário Boscardini
Marcial da Silva Barbosa
Júlio César Belisário Vianna
Renato Ítalo Rodrigues Canteiro
Joaquim da Costa Carvalho Fo.
Oswaldo Cezani
Gilberto Conforto
José Pinheiro Campos
Uriel de Carvalho
Bruno Dílio Dante
Joel Dantas Fo.
Gal. Adauto Esmeraldo
Fernando Ilher
Flávio L. Figueiredo
Sérgio Augusto Fragoso
José Ruis Fontes
Octávio Salgado Ferreira
Luís de Miranda Figueiredo
Domício Moreira da Gama
Sylvestre Gallo
Antônio Gavião Gonzaga
Fernanda Pires Gurjan
Humberto Gogliati
Emílio Gonçalves
Arlette Moreira Garcia
Fernando Otávio Jardim
João G. W. Hahn
Walter Kanitz
J. Knack
Hélio Lomba Lopes
J. Lúcio de Souza Coelho
Sebastião B. Ribeiro da Luz
Manoel Arthur de Souza Leão Neto
José Carlos Leone
Cássio de Souza Mello
Ernâni Mazza Wetternick (DMEF)
Humberto Martins
Antônio Leal de Magalhães
João Pedro Gouveia Vieira
Lino Mascherpa
Wilson Joaquim de Mattos
Edgard James McLaren
João Alfredo Montes
Aloysio Manhães Costa Vaz
Ageu Macabu
Luiz Fernando Machado

Ronaldo Mathiesen Monteiro
Narzi Maia
Frans Machado
Francisco de Castro Neves
Alberto Sinay Neves
Maurício Ribeiro de Nascimento
Walter de Noronha
Sérgio Oldenburg
Lila Rosa de Oliveira
Adolfo Perelman
José Francisco Bauet Perrout
Mário Pacheco Jr.
Ennio Pesce (O Estado de São Paulo)
Antonio Carlos Pereira de Queiroz
Paolo Manoel Protasio
George Rousselet
Paulo Rodrigues
Carlos da Rocha
Ormy Rosolem
Manoel Gonçalves e Silva
Família Soares
Zenildo Costa de Araújo Silva
Fausto Scabello
Carlos Schaeffer
Hélcio dos Santos
Maurício Félix da Silva
Manuel David de Samson
Roberto G. Salgado
Ary Rodrigues Ornellas
Hélio Thompson
Hélio Salema Coimbra Tabosa
José Augusto Moreno Uzeda
Gitahy da Silva Valente
José Anastácio Vieira (CRB)
O. de Carvalho
Danillo Merquior
Ivo Jacques de Melo
Luiz Murgel
Antônio Pereira Magaldi
João de Castro Moreira
Loris Mieli
Carlos Frederico Maciel
Fernando Luiz B. Marques
Antonio Alves de Noronha Fo.
Sidônio Cardoso Nave
Geraldo Cayoso Neves
Pedro H. C. Naethe
Antenor Novaes
Juvenal Osório (BNDE)
Maria Magdalena Vieira Pinto
Aliomar Hermínio Pereira
Abrão Yazigi Neto
Cyro Moura Pimenta
José Edmundo Campos Pereira
Carlos Alberto Protásio
Rogério Rubens
Luiz Arnaldo Rodrigues
Heloísa Maria Cardoso da Silva
Luiz J. Rodrigues
D. Geraldo Ramos
Carlos Alberto Bessa de Souza
Lourenço Aragonez da Silva
Luiz Carvalho de Souza
Filon Macedo de Santana Fo.
João Eduardo de Miranda Santos
Jayme de Oliveira Santos
Osmar Gomes da Silva
Walter Silva
Modesto Scagliusi
José Edmundo Campos da Silva
Charles T. Tooraen
Oswaldo Trigueiro
Deolindo Domingos Vicente
Wilson José Virgínio
Linen Maria Vieira
Almte. Amaury Costa Azevedo Osório
Ernesto Pereira Carneiro
Nestor Ahrends
Raul Moreira
Jayme de Oliveira Santos
Cel. Haroldo Pereira Soares
Octavio Ribeiro d'Almeida
Luiz da Rocha Miranda
Manoel da Cruz
João Alfredo Montes
Geraldo de Avellar Torres
Osmar Marques da Rocha
Ingo Neutig
Luiz Carvalho de Souza
Wilson Augusto de Figueiredo
Issa Abrao
José Maria de Araújo Costa
Helcio dos Santos
Manuel Artur de Souza Leão No
Gen. Aristóbulo Codevilla Rocha
Maria Helena de Carvalho Perdigão
Maurício Ribeiro do Nascimento
Milton Pereira Monteiro
Oscar Werkhauser

APÊNDICE J

Relatórios parciais da despesa do IPES em 1962, seus orçamentos para 1963 e cartas de Ivan Hasslocher a Arthur Oscar Junqueira

IPES
SEÇÃO RIO

Total das contribuições mensais correspondentes aos meses de dezembro/61 a maio/62		35.277.043,00
Contribuição da Seção-São Paulo		3.000.000,00
Total da receita		38.277.043,00

Despesas pagas durante o mesmo período:

Propaganda	11.303.034,00	
Administração	1.484.915,00	
Grupos de Trabalho	7.968.260,00	
Aluguéis	1.156.542,20	
Móveis e Utensílios	2.587.958,70	
Despesas de instalação	266.880,10	
Despesas Gerais	191.148,50	
Material de expediente	99.170,00	
Objetos de escritório	30.436,00	
Impostos	95.050,00	
Atividades sociais	100.000,00	
Cauções	1.441.493,00	26.724.887,80
Saldo nesta data		11.552.155,20

O saldo acima está empenhado para atender ao pagamento, ainda no mês de maio, das seguintes despesas:

Encarte "Aliança para o Progresso"	7.000.000,00
Grupos de Administração (estimativa)	4.000.000,00

Principais despesas

Manifesto das classes produtoras (coleta de assinaturas e publicação)	9.596.719,60
Encarte "Aliança para o Progresso"	7.420.000,00
Confederação dos Círculos Operários Católicos	1.745.000,00 (m)
Federação dos Círculos Operários Fluminense	200.000,00
Liga da Defesa Nacional	463.688,00
Contribuição para o Clube Militar (eleições)	300.000,00
Revista "Síntese" da PUC	350.000,00
Escola de líderes da PUC	120.000,00
Grupo Levantamento	1.000.000,00 (m)
Grupo Opinião Pública	1.500.000,00 (m)
Grupo de Estudos	2.000.000,00 (m)
Grupo Assessoria Parlamentar	150.000,00 (m)
Administração (Secretaria e Tesouraria)	500.000,00 (m)

Observação: (m) indica previsão de despesa *mensal*

Os orçamentos ordinários tentativos para 1963 do Rio de Janeiro e São Paulo (1:1000 cruzeiros) eram os seguintes:

	1962 (mensal)	1963 (mensal)	
Administração	*São Paulo*	*São Paulo*	*Rio*
Secretaria	402	550	
Pessoal			
Material e diversos		300	
Tesouraria			
Pessoal	203	300	
Material e diversos		45	1500
Doutrina e estudos			
Pessoal	640	900	
Material e diversos		60	1000
Publicações		1000	
Levantamento da conjuntura			
Pessoal	340	450	
Material e diversos		100	1300
Divulgação			
Pessoal	220	320	
Programas de televisão		300	
Material e diversos		10	500
Rádio, Imprensa		300	
Setor estudantil e cultural			
Pessoal	150	220	300
Material, Diversos, Passagens		100	
Inst. Universitário do Livro		580	
Mov. Univ. Desfavelamento	450	450	
Soc. Assist. Juv. Estudantil	300	100	
Filmes	1500	2500	

	1962 (mensal)	1963 (mensal)	
Administração	*São Paulo*	*São Paulo*	*Rio*
Convivium	1350	1800	
Univ. Católica Campinas		170	
Eventuais		330	
Outros setores			
Centro de Documentação (PUC)	3500	3500	
Mov. Sindical Democrático	1000	1000	
Federação Círculos Operários	1000	1500	2500
SEI — Escola São Jorge	850	1800	
SEI — Organização RIT		500	
SEI — Outros Cursos — Seminário		500	
SEI — Partic. Desp. Adm. Pública		700	
União Cívica Feminina	150	250	
Eventuais nesses setores		1000	
Padre Carvalho			250
Irmão Cristiano			15
Setores em instalação			
Grupo de Ação Social		1500	200
Grupo de Integração-expansão (Grupo de Educação)		150	
Inst. Estudos Democráticos — Rio		1000	1000
Grupo de Ação Empresarial		150	150
Reservas para ações diversas		1000	1000
G. Assessoria Brasília			1000
Setor Sindical			1000

Um outro orçamento para 1963 mencionava algumas categorias que não foram consideradas no orçamento anterior:

Movimento Universitário — 350 (São Paulo);
SEI — Escola São Jorge — 1800 (São Paulo);
SEI — Organização RIT — 500 (São Paulo);
SEI — Outros Cursos-Seminários — 500 (São Paulo);
SEI — Particip. Desp. Adm. Pública — 700 (São Paulo);

Este segundo orçamento mostrava também algumas cifras *diferentes*:

Obras Econômicas — 200 (Rio);
Obras Sociais — 200 (Rio);
Setor Sindical — 4000 (Rio);
Estudantes — 1000 (Rio);
Educacional — 6000 (Rio);

Fontes: Orçamento de SP para 1963 enviado à Secretaria do Rio com substituições; preparação a cargo da Comissão de Planejamento.
Orçamento para 1963 — São Paulo e Rio
(Todos nos arquivos do IPES, Rio de Janeiro).

INSTITUTO BRASILEIRO DE

Ação Democrática

pensamento e ação
a serviço do Brasil

15 de agosto de 1962.

Ilmo. Sr.
Arthur Oscar Junqueira
Rua México, 98 - Sala 802
Rio de Janeiro.

Prezado Junqueira,

Atendendo à sua extraordinária solicitação (uma vez que essas informações deveriam vir daí para cá e não vice-versa), transmito-lhe os nomes que compõem os nossos colegiados no Nordeste, com exceção da Paraíba, onde o diretório se está constituindo apenas esta semana.

1. Ceará: Ezequiel Menezes, Aécio Borba, Milton Mota Fernandes, General Humberto Ferreira Elery, Geraldo Santos e Coronel Sabino Guimarães.

2. Rio Grande do Norte: Ueber Lopes Pinheiro, Augusto Alves Rocha, Ilo Fernandes Costa, Wodem Madruga e Francisco Dantas Guedes.

3. Pernambuco: Orlando Parais, Antônio Corrêa Oliveira e Olímpio Ferraz.

4. Alagoas: Fb Oetto Falcão, Everaldo Macedo de Oliveira, Hélio Ramalho Ferreira e Japson Macedo de Almeida.

5. Sergipe: Murilo Dantas, José Teixeira Machado, Edson Brasil e Francisco Costa Garcez.

6. Bahia: João Mendes Neto, Germano Machado, Oscar Cardoso e Epaminondas Monserro.

Atenciosamente,

cópia; General Barreto

INSTITUTO BRASILEIRO DE

Ação Democrática

pensamento e ação
a serviço do Brasil

15 de agosto de 1962.

Ilmo. Sr.
Arthur Oscar Junqueira
Rua México, 98 - Sala 802
Rio de Janeiro.

Prezado Junqueira,

1. Comunico-lhe que, nesta data, estou enviando Cr$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) ao sr. Osório para operações da ADEP em Pernambuco.

2. Correm boatos nos escritórios da rua México no sentido de que essas remessas ao sr. Osório são feitas por favoritismo, em prejuízo de outros estados. Não é verdade. As remessas ao sr. Osório obedecem rigorosamente à cronologia acertada por mim e pelo governador Cid Sampaio quanto às necessidades da campanha do sr. João Cleofas.

3. Estou anexando para as operações da ADEP sob a sua supervisão direta um cheque no valor de Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

4. Peço-lhe enviar com urgência, se lhe parecer necessário, uma parte dessa quantia ao sr. Peter Murányi, que me fêz um apêlo desesperado anteontem.

5. O restante, parece-me, deve ser enviado aos estados de acôrdo com as necessidades prioritárias estabelecidas pelo general Barbato.

6. Ainda aguardo desesperadamente a quantia de pouco mais de 14 mil cruzeiros que lhe solicitei há vários dias para o nosso acêrto de contas sôbre os adiantamentos feitos ao general Macedo.

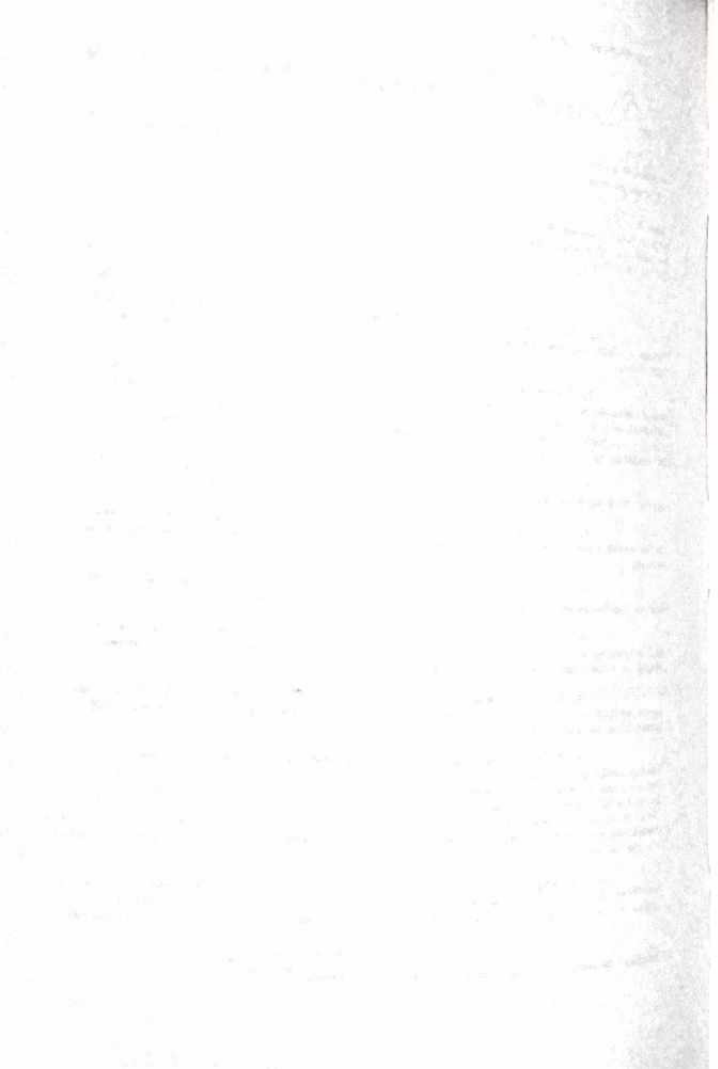
7. Reitero o meu pedido feito ao sr. Emanuel no sentido de que me sejam enviados com urgência os comprovantes referentes aos balancetes da ADEP procedidos em 28/6 e 28/7/1962.

8. Chamo a sua atenção novamente para o fato de que as nossas contas estão aparentemente sendo feitas sem nenhuma referência à realidade dos fatos: isto é, sem se proceder a um balanço entre dinheiros recebidos, dinheiros gastos e dinheiros em caixa ou no banco. Estou certo disso, uma vez que no balancete da ADEP procedido em 28/7/1962 não havia nenhuma menção de juros bancários recebidos e é evidente que o banco deve ter creditado a nossa conta com os mesmos ao fim de junho.

9. Peço-lhe que, no próximo balancete, de 28/8/1962 não sejam apresentadas quantias tão apreciáveis como no último como estando descobertas, a guisa de "adiantamentos", sem a respectiva descriminação de despesas efetuadas.

Atenciosamente,

[illegible]

cópias: General Barbato e sr. França

APÊNDICE K

Infiltração Comunista: Nomes e Entidades

RELAÇÃO DOS NOMES

(1) Luiz Carlos Prestes
(2) Ivan Ribeiro
(3) Roberto Morena
(4) Agostinho de Oliveira
(5) Carlos Marighela
(6) Astrogildo Pereira
(7) Osvaldo Pacheco da Silva
(8) Jacob Gorender
(9) João Amazonas
(10) Lincoln Oest
(11) Maurício Grabois
(12) Pedro Pomar
(13) Benedito Cerqueira
(14) Armando Ziller
(15) Newton E. de Oliveira
(16) Hércules Correia dos Reis
(17) José Lacerda
(18) Francisco Julião
(19) Mário Alves
(20) Fragmon C. Borges
(21) Orlando Bonfim Jr.
(22) Nilson Azevedo
(23) Rui Facó
(24) Antônio Pereira Filho
(25) Maria A. Tibiriçá Miranda
(26) Henrique Miranda
(27) Luiz Bayardo da Silva
(28) Oscar Gonçalves Bastos
(29) Lindolfo Silva
(30) Nestor Vera
(31) Aldo Arantes
(32) Elias Chaves Neto
(33) Huberto Menezes Pinheiro
(34) Paulo Motta Lima
(35) Ana Montenegro
(36) Abel Chermont
(37) Elson Costa
(38) Heros Trench
(39) Raimundo Castelo de Souza
(40) Felicíssimo Cardoso
(41) Leandro Konder
(42) Rafael Martinelli
(43) Felipe Ramos Rodrigues
(44) Nelson Werneck Sodré
(45) Sérgio Milliet
(46) Othon Canedo Lopes
(47) Valério Konder
(48) Eneida
(49) Zuleika D'Alembert
(50) Paulo de Santana Machado
(51) Wilson Reis
(52) Osny Duarte Pereira
(53) Nelson Alves
(54) Geraldo Silvino de Oliveira
(55) Jarbas Santana
(56) João Santana
(57) Elza Soares Ribeiro
(58) Lucia Mulholand
(59) Heloisa Lins
(60) José de Almeida Barreto
(61) Luis Viegas da Mota Lima
(62) Dante Pellacani
(63) Demistóclides Batista

LISTA DE ENTIDADES

(A) UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
(B) CEDPEN
(C) PACTO DE UNIDADE E AÇÃO
(D) COMISSÃO PERMANENTE DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS
(E) O METROPOLITANO
(F) ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DO ISEB
(G) UNIÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
(H) LIGA FEMININA DA GUANABARA
(I) MOVIMENTO BRASILEIRO DOS PARTIDÁRIOS DA PAZ
(J) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SOLIDARIEDADE AO POVO PARAGUAIO
(L) COMISSÃO FEMININA DE INTERCÂMBIO E AMIZADE

APÊNDICE L

Títulos dos livros e revistas de publicação e circulação a cargo do IPES

Uma lista dos títulos de algumas publicações bem como de seus autores dará uma idéia nítida do tremendo impacto que a campanha ideológica do IPES exerceu sobre as diversas populações-alvo escolhidas:

A guerra política — Suzanne Labin (publicado pelo IPES, 28.000 cópias);
Amostra da infiltração comunista no Brasil (2 edições);
Aliança para o progresso — O.E.A. (29.000 cópias);
Democracia e comunismo — "A defesa nacional" (18.000 cópias);
Assalto ao parlamento — IBAD/Jan Kossak (5.000 cópias — para esta publicação específica, *O Globo* recebeu 714.000 cruzeiros — foi subsidiada pelo IPES);
O discurso secreto de Krushow
O nome secreto — Lyn Yutang
Um engenheiro brasileiro na Rússia — E. Cotrim (14.000 cópias, das quais 1.000 foram enviadas para distribuição na Cia. Hidrelétrica de Furnas pelo Dr. Emerson);
O presidencialismo que nos convém — Carlos Lacerda e Carlos Henrique Froes (para o qual C. H. Froes recebeu 200.000 cruzeiros do IPES);
O grande despertar — John Stratchey;
A China Comunista em perspectiva — A. Doak Barnett (publicado pela G.R.D. Editora);
Anatomia do comunismo — Margaret Dorvar, Walter Kolarz et alii (publicada pela G.R.D. Editora);
Cuba: nação independente ou satélite? — Michel Aubry (5.000 cópias, publicado pela G.R.D. Editora);
Il est moins cinq — S. Labin (distribuído entre estudantes universitários);
Mater et Magistra;
Reforma tributária — Mário Henrique Simonsen (publicado pelo IPES);
A inflação: suas causas e conseqüências — Glauco Carneiro (publicado pelo IPES);
Democratização do Capital — Konrad Aleksander Kowaleski (publicado pelo IPES);
Reforma constitucional — Carlos J. de Assis Ribeiro (publicado pelo IPES);
Começa o julgamento — Abram Tertz;
Krushow e a cultura — Walter Lazuer ("Cadernos Brasileiros");
A sétima questão — Robert R. A. Lee;
A rebelião da juventude na URSS — Balashar et alii;
Armas, democracia e algemas — Theófilo de Andrade;
A reforma agrária — Afrânio de Carvalho;
Às vésperas da 5.ª república — Thomas Leonardos;
Você e a democracia — panfleto do IPES;
A crise da previdência social — A. G. Costa (publicado pelo IPES);
Reformas de base — IPES;

A agricultura sob o comunismo — George Benson (publicado pela G.R.D. Editora);
A América vermelha — Danilo Nunes;
As condições de trabalho em Cuba — José R. Alvares Dias;
A reforma agrária: problemas, bases, soluções — IPES;
Os festivais da juventude — VIII Congresso da União Internacional de Estudantes — Juan Manuel Salvat;
O árduo caminho da reforma agrária — José Setzer;
As forças econômicas sociais que influem no clima de administração — Enrique Sánchez;
A burguesia — Roberto Pinto de Souza e José de Barros Pinto;
O problema da demagogia nos países subdesenvolvidos — Olavo Baptista Filho;
Por que os salários compram cada vez menos?
Educação popular, fator primordial do desenvolvimento e da paz social;
Pleno emprego, intervencionismo e inflação — F. A. Hayek;
Política monetária;
A propriedade: fator imprescindível do progresso — Alberto B. Lynch;
Teoria e prática de gerência nas nações em desenvolvimento — M. Mead;
As defesas da democracia — Gustavo Corção;
Como os vermelhos preparam uma arruaça — Eugene H. Methvin;
Reforma universitária — A. C. Pacheco e Silva;
Como lidar com os comunistas — Wilhelm Roepke;
Se você fosse um trabalhador soviético n. 1;
Se você fosse um trabalhador soviético n. 2;
Cartilha do comunismo: teoria e prática — M. Decter;
Duas vidas — André Gama (uma réplica cômica a um panfleto atacando o sistema capitalista);
Estratégia e tática comunistas para a América Latina — Eudócio Ravies;
Continuísmo e comunismo — Glycon de Paiva;
Governo: empreendedores de comunismo;
Monopólio e concorrência;
A mão-de-obra do Estado de São Paulo;
Notas em função do referendum — José Luiz Anhaia Mello;
Do comunismo de Karl Marx ao muro de Berlim — Editora Abril;
Os mais graves focos de inflação — Manoel Azevedo Leão;
A revolução dos bichos — G. Orwell (em setembro de 1964, o General Herrera comunicou-se com Henrique Bertaso em Porto Alegre para obter 1.000 cópias a 200 cruzeiros cada da Livraria O Globo, as quais seriam distribuídas gratuitamente);
A revolução de Fidel Castro — Theodore Draper (G.R.D. Editora);
A prova da coexistência;
Política monetária;
Programa de ação do governo;
O que você deve saber sobre o comunismo;
Relatório sobre o comunismo (5.000 cópias);
O retrato — Oswaldo Peralva;
1984 — G. Orwell;
Anatomia do comunismo (5.000 cópias);
A Rússia de Stalin;
A realidade era outra;
Guia do eleitor (5.000 cópias);
Assistência social e a alegria de viver;
Discurso do ministro Roberto Campos;
O sindicato no mundo moderno — Frank Tannenbaum (G.R.D. Editora);
Em cima da hora — S. Labin (traduzido por Carlos Lacerda);
Ideologia e poder na política soviética — Z. Brzezinsky (G.R.D. Editora);
A prova da coexistência — Willy Brandt (G.R.D. Editora);
Teorias do colonialismo — Vários autores;
Você pode confiar nos comunistas (... eles são comunistas mesmo) — Fred Schwarz
O livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil — Pedro Brasil;
A Iugoslávia de Tito — Drago Ivanovic;
Métodos de Trabalho do IPES;
A experiência inflacionária no Brasil — Mário Henrique Simonsen (patrocinado pelo IPES);
Diplomacia na América Latina — Adolph Berle Jr. (para cuja publicação I. Klabin arrecadou 300.000 cruzeiros);
A conduta soviética nas relações internacionais — (G.R.D. Editora);

Presidencialismo e parlamentarismo — J. Camilo Torres (com um orçamento de 250.000 cruzeiros, lançado como uma "contribuição doutrinária" ao plebiscito de janeiro de 1963. Em 1962, Glycon de Paiva explicou a H.C. Polland numa reunião do C.E. a idéia de dois livros após as eleições: 1) *Parlamentarismo no mundo e no Brasil*. Projeto de uma constituição parlamentar, e 2) *Presidencialismo no mundo e no Brasil* — projeto de uma constituição presidencialista, ambos para após 6.1.63);

A OEA — John C. Dreier (G.R.D. Editora);

Países subdesenvolvidos — (Editora Saraiva);

O IPES também propiciou a publicação de uma série de artigos de E. Gudin através da Agir, a editora de Guinle de Paula Machado, e distribuiu *Realidades Chinas* de Hong-Kong. Seu contato em São Paulo era o Rev. P. Vicente G. Cutro (S.J.).

Fontes: Glycon de Paiva — Lembrete a São Paulo — 17 dez. 1963.
IPES Rio CE 2 out. 1962
IPES Rio CE 19 out. 1963
IPES Rio CD 21 set. 1964
IPES Rio CE 7 mar. 1963
IPES Rio CD 12 mar. 1963
Carta ao IPES do Rev. Fernando Mattos Bacas, editor de *Realidades Chinas* — Hong-Kong, 2 dez. 1966
Carta do General Octávio Gomes de Abreu — SEC/66/0086 — 4 abr. 1966
Carta do General Octávio Gomes de Abreu — SEC/66/0151 — 12 jul. 1966

APÊNDICE M

Correspondência de B. Roguski com o IPES sobre a "Mobilização Agrária do Paraná" e a "Carta de Pato Branco"

RELAÇÃO DOS MEMBROS CONVIDADOS PARA ESTUDOS DA "REFORMA AGRÁRIA"

NOMES	ENDEREÇOS
Dr. Milciades Mario Sá Freire de Souza	Rua Conde de Itaguaí, 23 Tel.: 27-8533 23-7171 R. 237
Dr. Harold C. Polland	Rua dos Andradas, 96 - 14º andar Tel.: 23-8201
Dr. Candido Guinle de Paula Machado ✓	Av. Rio Branco, 135 - 4º andar Tel.: 52-4454
Sr. Antonio C. do Amaral Osório	Rua da Candelária, 9 Tel.: 43-1180
Dr. Ivan Hasslocher ✓	Av. Marechal Câmara, 271 - Gr. 801 Tel.: 42-7552
Dr. José Arthur Rios ✓	Rua México, 31 - Gr. 1701 Tel.: 22-7070 - pela manhã 52-8391 à tarde - 52-1629
Dr. Dênio Nogueira ✓	46-4010 Rua Senador Dantas, 74 - 15º andar Tel.: 42-6188 - 524601 - 120263
Prof. Luis Carlos Mancini ✓	Av. Pres. Vargas, 642 s/1409 Tel.: 43-4948 Ramal 704
Dr. Julian Chacel ✓	Fundação Getulio Vargas - Praia de Botafogo - 186 Tel.: 46-4010
Dr. Vanderbilt D. de Barros ✓	Rua Rainha Guilhermina, 66 apto. 402
Dr. Fernando Mibielli de Carvalho	Av. Pres. Wilson, 118 Tel.: 22-7100 - Ramais 282 e 239
Dr. Paulo Assis Ribeiro ✓	Rua Mena Barreto, 120 Tel.: 26-7209
Dr. José Irineu Cabral ✓	Av. Gen. Justo, 171 - 7º andar Tel.: 42-6050
Dr. Edgar Teixeira Leite ✓	Av. Gen. Justo, 171 Tel.: 42-2951 - 42-7950
Dr. Garrido Torres	Tel. 42-6138
Dr. José Rubem Fonseca ✓	Tel.: 43-4948 - Ramal 500

REFORMA AGRÁRIA

1ª reunião - 18 de maio de 1962

Dr. Garrido Torres - Prof. Luiz Carlos Mancini
Dr. José Rubem Fonseca - Dr. Wanderbilt D. de Barros
Dr. Ivan Hasslocher - Dr. Assis Ribeiro
Dr. Dênio Nogueira - Dr. José Irineu Cabral

2ª reunião - 25 de maio de 1962

Dr. Garrido Torres - Dr. Assis Ribeiro
Dr. Ivan Hasslocher - Dr. Edgar T. Leite
Dr. Dênio Nogueira - Dr. José Arthur Rios
Prof. Luiz Carlos Mancini - Dr. Candido G. Paula Machado
Dr. Wanderbilt D. de Barros - Dr. Julian Chacel
Dr. Ostoja Roguja - Vice Presidente da Conf. Rural Brasileira e membro do Conselho de Reforma Agrária do Paraná.

3ª reunião - 1º de junho de 1962

Dr. Garrido Torres - Dr. Wanderbilt D. de Barros
Dr. Ivan Hasslocher - Dr. Assis Ribeiro
Dr. Dênio Nogueira - Dr. José Irineu Cabral
Prof. Luiz Carlos Mancini - Dr. Edgar T. Leite
Dr. Julian Chacel

4ª reunião - 4 de junho de 1962

Dr. Garrido Torres - Dr. Wanderbilt D. de Barros
Dr. Dênio Nogueira - Dr. Assis Ribeiro
Prof. Luiz Carlos Mancini - Dr. Julian Chacel

5ª reunião - 8 de junho de 1962

Dr. Garrido Torres - Dr. Wanderbilt D. de Barros
Dr. Ivan Hasslocher - Dr. Assis Ribeiro
Dr. Dênio Nogueira - Dr. Julian Chacel
Prof. Luiz Carlos Mancini

REFORMA AGRÁRIA

RESUMO DOS TRABALHOS DA 9ª REUNIÃO DO GRUPO DE ESTUDOS DA REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1962.

Às quinze horas e trinta minutos do dia 29 de junho de 1962 e sob a presidência do Senhor José Garrido Tôrres reuniu-se numa das salas do IPÊS, o Grupo de Estudos da Reforma Agrária. Compareceram os Senhores Julian Chacel, Dênio Chagas Nogueira, Paulo Assis Ribeiro e José Irineu Cabral. Deixaram de comparecer os Senhores Luiz Carlos Mancini, José Arthur Rios, Edgar Teixeira Leite, Wanderbilt de Barros, Cândido de Paula Machado, Ivan Hasslocher, Milcíades Sá Freire de Souza, Haroldo Polland, Antonio do Amaral Ozório, Fernando Mibielli de Carvalho e José Rubem Fonsêca. Prosseguindo no exame do ante-projéto de lei, referente ao assunto em pauta, concluiu a Comissão pelo seguinte:

Artigo 50 - Aprovado sem modificações.

Artigo 51 - Aprovado sem modificações.

Artigo 52 - Foi emendado passando a figurar com a seguinte redação: "A colonização oficial é aquela em que o Poder Público toma a iniciativa de recrutar e selecionar indivíduos ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-os em núcleos agrícolas ou agroindustriais, e encarregando-se ainda do seu transporte, recepção, hospedagem, encaminhamento, colocação, integração nos respectivos núcleos".

Artigo 53 - A colonização oficial deverá ser realizada em terras de propriedade pública ou que venham a ser desapropriadas, preferencialmente:

a) nas áreas ociosas ou mal aproveitadas em que prevalece o sistema de monocultura e em terras desses estabelecimentos, à proporção que sejam liberadas pelo aumento de produtividade, tendo em vista a fixação e o progresso do trabalhador rural;

b) nas proximidades de grandes centros urbanos e de mercados de fácil acesso, tendo em vista os problemas de abastecimento e a implantação de práticas intensivas para obtenção de altos índices de produtividade.

c) nas áreas de êxodo, em locais de fácil acesso e comunicação, de acôrdo com os planos nacionais e regionais de vias de transporte, buscando a correção das causas que o determinam;

d) em áreas despovoadas, ou de fraca densidade demográfica, com o sentido pioneiro de sua ocupação econômica;

e) nas áreas de colonização estrangeira, tendo em mira facilitar o processo de interculturação e integração do elemento alienígena.

Artigo 54 - Foi aprovado com emenda de redação, suprimindo-se no seu ítem "d" a palavra "agrícola".

Artigo 55 - Foi emendado passando a figurar com a seguinte redação: "O orgão competente poderá criar núcleos coloniais visando a fins específicos e igualmente entrar em entendimentos com os Ministérios Militares, para com sua assistência criar colônias, nas faixas de fronteira".

Artigo 56 - Aprovado sem alterações.

Artigo 57 - Foi emendado, aprovando-se a redação que se segue:

"As emprêsas de colonização ficam obrigadas a registro no orgao competente, sujeitas à fiscalização e prévia aprovaçao de seus programas".

Artigo 58 - Teve sua redação aprovada, em princípio, estabelecendo-se, outrossim, que o artigo será deslocado, oportunamente para capítulo onde melhor se enquadre.

Artigo 59 - Aprovado sem modificações.

Artigo 60 - Deverá ter sua redação alterada, e passar a integrar o artigo 57 na forma de seu parágrafo 2º.

Artigo 61 - Aprovado sem modificações.

A reunião foi encerrada às dezoito horas, marcando-se a próxima para o dia 4 de julho.

Dia 1º/8

Mobilização Agrária do Paraná

Fundação em Curitiba - Carta de Principios

Em Assembléia Geral previamente convocada e com a presença de lavradores e pecuaristas de todo o Paraná, assim como de representante do "MOVIMENTO AGRARIO BRASILEIRO", com séde em São Paulo, foi fundada em Curitiba, uma nova entidade do ruralismo paranaense, sob a denominaçao de "MOBILIZAÇAO AGRARIA DO PARANA", cujas finalidades, segundo os estatutos aprovados, é a seguinte:

a) — congregar, num movimento politico-eleitoral, sem qualquer distinção de raça de credo [illegible] religiosa ou de filiação politico partidária, lavradores e pecuaristas, técnicos em agricultura e professores das Escolas de Agronomia e Veterinária, residentes no Estado do Parana, a fim de influir, por todos os meios permitidos por Lei, para a eleição de seus legitimos representantes, nos cargos legislativos da Uniao do Estado e dos Municipios, assim como na escolha e na eleição dos candidatos a Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais;

b) — exercer influência politica junto ao Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa do Estado e as Camaras Municipais para a vitória dos altos interêsses da lavoura e da pecuaria, na elaboraçao de leis e de posturas municipais e na votação dos respectivos orçamentos;

c) — propugnar para que a lavoura e a pecuária tenham representação condigna, por intermedio de seus delegados autorizados, nos órgaos estatais, paraestatais, autarquicos e de economia mista do Estado e da União Federal, cujas finalidades sejam as de assistir e auxiliar ao homem rural ou fomentar a agropecuária paranaense;

d) — aprovar e traçar normas em relacão a "Reforma Agrária";

e) — doutrinariamente, adotar os principios básicos, referentes ao ruralismo, consubstanciados nas últimas Enciclicas Papais;

f) — zelar pelo fortalecimento do regime democrático, pela dignificação da funçao publica e pela moralidade administrativa.

DIRETORIA

Nessa oportunidade foi eleita uma Diretoria Provisória, constituida dos seguintes ruralistas:
Presidente: Francisco Peixoto de Lacerda Werneck; 1.º Vice: Garibaldi Reale; 2.º Vice: Omar Mazzei Guimarães; 3.º Vice: Rivadávia Menarim; Secretário Geral: Bronislau Ostoja Roguski; 1.º Secretário: Rivadávia de Gracia Lara; 2.º Secretário: Rubens Suplicy de Amaral; Tesoureiro Geral: Constantino Santos; 1.º Tesoureiro: Renato Pavan; 2.º Tesoureiro: Decir Siqueira Trevisan; Procurador Geral: Mario Montanha Teixeira; 1.º Procurador Adjunto: Alcides Pavan; 2.º Procurador Adjunto: Oswaldo Giacóia.

CARTA DE PRINCIPIOS

Finalmente, aprovou-se sob aplausos gerais, a CARTA DE PRINCIPIOS DO RURALISMO PARANAENSE, concebida nos têrmos que seguem:

Os LAVRADORES e PECUARISTAS do Paraná reunidos em Curitiba, com o objetivo de fundar a "MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ", reafirmam, ao ensêjo,

1.º — A sua fé inabalável nos altos destinos da Pátria, num clima de amplas liberdades democráticas asseguradas pelas instituições vigentes que, convenientemente exercidas, garantem a ordem, a paz e a prosperidade a tôdas as classes sociais, dentro da mais perfeita harmonia.

2.º — A sua espontanea e convicta adesão aos principios doutrinários, condensados na Encíclica "MATER ET MAGISTRA" do Papa João XXIII, referente aos problemas rurais, que se harmonizam perfeitamente com a formação cristã e pacifica das populações campesinas do Paraná;

3.º — O seu irrestrito apoio à "REFORMA AGRARIA", compreendida esta como instrumento legal que:
a) — facilite a todos os agricultores o acesso à propriedade da terra;

b) — solucione radical e definitivamente os conflitos de fato e de direito entre a União Federal e Estado, os posseiros e os "grileiros", gerados em torno da posse e da propriedade de terras devolutas;

c) — leve a efeito planos de colonização técnica e intensiva [illegible] glebas devolutas, pertencentes ao Estado e à União Federal, para a efetiva fixação do posseiro ao solo;

d) — ampare corajosamente os lavradores que vivem em terra alheia, disciplinando a locação, a parceria e o contrato de trabalhos agricolas;

e) — crie uma JUSTIÇA RURAL especializada, rápida, eficiente e barata;

f) — promova a sindicalização democrática e cristã do homem do campo;

g) — efetue a desapropriação de terras inaproveitadas no interêsse social e dentro dos principios constitucionais vigentes;

h) — leve às familias rurais a indispensável assistência educacional, espiritual, sanitária e técnico-financeira, visando o aumento da produtividade de suas propriedades e a melhoria do bem-estar geral;

i) — garanta remuneração justa e adequada para os produtos agro-pecuários, coibindo, por outro lado, a elevação imoderada e escorchante das utilidades, maquinas, ferramentas, fertilizantes, inseticidas, medicamentos, etc. de que necessita o homem do campo;

j) — propicie o normal escoamento das safras agricolas, através de bôas vias de transporte e preserve os produtos da lavoura contra a deterioração da sua qualidade e de seus preços, mediante silagem e armazenamento;

k) — estimule e ampare o associativismo e o cooperativismo rural, como meios indispensáveis para o progresso das comunidades agricolas;

l) — proteja a dignidade e a liberdade do ruricola, para que possa influir, com a sua clarividência e o seu civismo, no destino politico-administrativo do Estado e da Nação.

4.º — O seu repúdio formal às reiteradas tentativas de desvirtuamento da nossa mais cara tradição de povo cristão e ordeiro; — à instigação dirigida para a luta de classes; — à demagogia; — à irresponsabilidade no trato da coisa pública; — à desonestidade administrativa; — ao abuso do poder econômico; — ao subôrno e à coação politicas; — enfim, a todos os métodos escusos e antidemocraticos que deturpam e [illegible] o regime democrático vigente no Brasil.

5.º — A sua solidariedade a todos os homens publicos do Paraná que, compreendendo a excepcional gravidade da hora em que se debate a NAÇÃO, queiram se filiar à corrente renovadora defendida pelo ruralismo paranaense, propugnando pela vitória de seus ideais e do seu programa de ação, em pról do aperfeiçoamento dos métodos e dos processos politico-administrativos dêste Estado e do BRASIL!

Curitiba, 23 de junho de 1963.

ENDERÊÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Praça Zacarias, 20 - 10. and. - conj. 1001/1002 [illegible] C. P. 171 - CURITIBA - Pr.

Mobilização Agrária do Paraná (reunida em Londrina) unifica a classe e escolhe candidatos

DECISÕES TOMADAS EM BENEFICIO DA CLASSE — ESCOLHA DOS CANDIDATOS PARA AS PROXIMAS ELEIÇÕES — CARTA DE LONDRINA

A Mobilização Agrária do Paraná, por ocasião da sua Assembléia Geral Extraordinária, realiza em Londrina, 28 e 29 de julho de 1962 — à qual compareceu grande número de ruralistas da região Norte do Estado — resolveu, por unanimidade, aprovar a seguinte mensagem dirigida aos lavrados paranaenses, que se denominará "CARTA DE LONDRINA".

1.° — Consignar, na ata dos seus trabalhos, um voto de irrestrita solidariedade aos cafeicultores paranaenses, cujas lavouras foram atingidas, parcial ou totalmente, pelas ultimas geadas, solicitando às autoridades federais competentes para que tomem rápidas, necessárias e indispensáveis providências para o seu amparo, aplicando para tal fim os recursos provenientes do "confisco cambial" (US$ 23,00 por saca de café exportado) e salvando da ruina e da miseria milhares de familias paranaenses;

2.° — Apelar aos lavradores para que, num gesto de solidariedade cristã aos brasileiros das classes média e operária das cidades, que atravessam um dos mais dificeis periodos da história do Brasil em matéria de abastecimento de gêneros alimenticios, sejam promovidas amplas culturas de cereais e leguminosas (feijão, arroz, milho, tuberculos, soja, trigo, centeio, etc.) para que, nos próximos meses e anos não falte alimentação ao sacrificado povo do nosso País.

3.° — Apelar ao govêrno federal para que determine ao Banco do Brasil e aos demais estabelecimentos de crédito — oficiais e particulares — a mais rápida e eficiente distribuição de credito agropecuário, — à Comissão Federal de Financiamento da Produção a fixação de preços minimos dos produtos da lavoura antes do inicio das respectivas safras em niveis que estimulem a produção de cereais, leguminosas, tuberculos, fibras vegetais e oleoginosas, — ao Banco Nac. de Desenvolvimento Econômico para que apresse e ultime os financiamentos programados para a construção de silos, armazéns e frigorificos e para a eletrificação rural e industrial neste Estado;

4.° — Apelar para o Govêrno federal e o Congresso Nacional, para que tomem medidas urgentes e drásticas, visando o equilibrio orçamentario, a contenção das despesas publicas, o aumento da produção nacional e o fomento das exportações, a fim de estancar a sangria inflacionária que está levando o pais ao desespêro e à falência;

5.° — Apelar ao Governo do Estado e a Assembléia Legislativa estadual para que amparem o pequeno e o médio produtor paranaense em tôdas as suas mais veementes necessidades — financeiras, crediticias, educacionais, sanitarias e técnico-agricolas — abolindo todos os gravames que prejudicam e perturbam o seu árduo trabalho em prol do aumento da produtividade de suas terras e a normal comercialização de suas safras;

6.° — Apelar às demais classes produtoras — Comércio e Indústria — para que, nesta grave e dramática crise em que se debate a nacionalidade exerçam eficiente contrôle junto aos seus componentes menos escrupulosos e mais gananciosos, no sentido de evitar por todos os meios, o injustificavel e desenfreado aumento dos preços de bens de consumo de que necessita a lavoura para o incremento da produção agro-pecuária, contribuindo, assim, para o desejado equilibrio social e o bem-estar nos campos e nas cidades e pondo barreira à crescente infiltração do comunismo (marxismo-leninismo) no seio da coletividade paranaense.

7.° — Dar pleno e decidido apoio às reivindicações dos posseiros, meeiros, parceiros e assalariados rurais, que sejam justas e legais, no sentido da melhoria das suas respectivas situações econômicas, bem-estar e tranqüilidade de suas familias, defesa de seus legitimos direitos, adequada remuneração do seu trabalho e a extensão dos beneficios da assistência social, através dos organismos estatais já existentes mas que não funcionam convenientemente — mas que devem funcionar a essa sacrificada e sofredora classe social.

8.° — Manifestar solidariedade e aprêço ao abnegado clero paranaense na sua doutrinação e nos seus trabalhos de ordem espiritual, moral e educacional, congregando os lavradores católicos na Frente Agrária Paranaense e estimulando a sindicalização rural em moldes democráticos e cristãos;

9.° — Aplaudir a eficiente e patriótica atuação parlamentar, na Câmara dos Deputados, dos atuais representantes do Paraná, srs. Munhoz da Rocha e Othon Mader e, notadamente, as suas corajosas posições, tomadas nos ultimos episódios desenrolados no Congresso Nacional, defendendo intransigentemente a integridade das instituições democráticas vigentes no país;

10.° — Recomendar ao esclarecido eleitorado rural do Paraná como garantia de vigência da democracia representativa no Brasil; manutenção das nossas mais caras tradições de povo cristão, ordeiro e progressista; dignidade, probidade e independência no exercicio de mandatos legislativos e intransigente defesa dos postulados contidos na "Carta de Principios do Ruralismo Paranaense" — A eleição, em 7 de outubro p. vindouro, dos seguintes candidatos que, pelo seu passado, pelos seus trabalhos em prol da agricultura paranaense, pelo seu patriotismo, pela sua comprovada eficiência no desempenho de funções já exercidas, pela sua cultura e caráter ja postos em prova, merecendo o honrado e o consciente voto do agropecuarista do Paraná.

Para senador: BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO;

Para suplente: ULISSES FERREIRA GUIMARÃES

Para deputados federais:

1) GARIBALDI REALE;

2) JOÃO RIBEIRO JUNIOR;

3) SILVIO ALDIGHERI;

4) (a ser indicado pela região Sul do Estado).

Para deputados estaduais:

1) ALCIDES CAETANO;

2) EDGARD RIBEIRO MENESES;

3) HAROLDO LEON PERES;

4) JOSÉ MARIO JUNQUEIRA;

5) JUSTINO ALVES;

6) NILSON RIBAS;

7) JOSÉ AFONSO;

8) 9) 10) 11) e 12) (A serem indicados pela região Sul, Oeste e Sudoeste do Estado).

11.° Autorizar a Comissão Executiva Estadual a completar a lista dos candidatos a serem apoiados pela Mobilização Agrária do Paraná;

12.° Testemunhar ao companheiro ruralista, sr. Bronislau Ostoja Roguski — ex-deputado federal em duas legislaturas, diretor da Confederação Rural Brasileira e vice-presidente da Federação das Associações Rurais do Paraná — o reconhecimento da agropecuária paranaense pelo seu abnegado e eficiente trabalho na fase e organização da Mobilização Agrária do Paraná e apelar para os seus sentimentos civicos a fim de que, nesta quadra sombria por que atravessa a democracia brasileira, aceite em disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados, como representante da lavoura da região Sul do Paraná.

NOTA: — O Dr. Ostoja Roguski acaba de atender ao apelo da "Mobilização Agrária do Paraná", sendo incluido na lista dos Candidatos a Deputado Federal da Coligação U.D.N. — P.D.C.

ENDERÊÇO PARA CORRESPONDENCIA: Praça Zacarias, 36 - 10.° and. - conj. 1001/1002 Edif. Sta. Maria - Cx. Postal, 373 - CURITIBA - Pr.

CARTA DE PATO BRANCO

A MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ, POR OCASIÃO DA CONCENTRAÇÃO DOS LAVRADORES E PECUARISTAS REALIZADA EM PATO BRANCO, A 19 DE AGOSTO DE 1962, COM A PARTICIPAÇÃO DE LÍDERES DA CRUZADA DEMOCRÁTICA DO ESTADO DO PARANÁ E DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPÊS), RESOLVEU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MENSAGEM CONTIDA NA CARTA DE LONDRINA E, RATIFICANDO AS DECISÕES NELA TOMADAS EM BENEFÍCIO DA CLASSE, DELIBEROU, EM NOME DOS RURALISTAS DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ, DIRIGIR AOS LAVRADORES PARANAENSES A PRESENTE CARTA DE PATO BRANCO E DIFUNDÍ-LA EM TODO O ESTADO.

1 - REAFIRMAR A CONVICÇÃO DA NECESSIDADE IMPERIOSA DE MEDIDAS OBJECTIVAS E IMEDIATAS QUE ATENUEM O RÍTMO INFLACIONÁRIO, SEM O QUE SERÃO IMPRATICÁVEIS AS REFORMAS INSTITUCIONAIS E ESTRUTURAIS RECLAMADAS PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO PAÍS, MEDIDAS ESSAS QUE, ESSENCIALMENTE, VISEM: AO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO - SEJA PELA REFORMA DA ESTRUTURA TRIBUTÁRIA, SEJA PELA REDUÇÃO DRÁSTICA DAS APLICAÇÕES IMPRODUTIVAS -; AO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO SETOR AGROPECUÁRIO; E AO FOMENTO, DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS NOSSOS MERCADOS EXTERNOS.

2 - RECONHECER A INADIÁVEL NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS MEIOS ADEQUADOS DE PROTEÇÃO, ARMAZENAGEM, BENEFICIAMENTO E DISTRIBUIÇÃO AOS CENTROS CONSUMIDORES DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, TORNANDO OPORTUNA, EFETIVA E REAL A GARANTIA DOS PREÇOS MÍNIMOS, ATRAVÉS DA EFICAZ ATUAÇÃO DOS ORGANISMOS DE CRÉDITO ESPECIALIZADO E OBJETIVANDO O ABASTECIMENTO DAQUELES CENTROS, MINORANDO, ASSIM, A ANGUSTIANTE SITUAÇÃO DAS CLASSES MÉDIA E OPERÁRIA, JÁ ATINGIDAS POR UM ESTADO CRÔNICO DE FOME ENDÊMICA.

3 - MANIFESTAR SEU DECIDIDO APÔIO À REALIZAÇÃO IMEDIATA DAS REFORMAS INSTITUCIONAIS E ESTRUTURAIS ELABORADAS EM OBEDIÊNCIA A PRINCÍPIOS QUE GARANTAM E FORTALEÇAM A DEMOCRACIA, RESPEITADOS OS POSTULADOS QUE FUNDAMENTAM A DOUTRINA SOCIAL-CRISTÃ.

4 - HIPOTECAR IRRESTRITA SOLIDARIEDADE À CARTA DE PRINCÍPIOS DO RURALISMO PARANAENSE, EM ESPECIAL À REFORMA AGRÁRIA, NAS BASES DEFINIDAS NO SEU ÍTEM 3°, DE FORMA A QUE ELA SEJA ENTENDIDA NÃO COMO SIMPLES DISTRIBUIÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO OU SUBDIVISÃO DA PROPRIEDADE, MAS COMO UM CONJUNTO DE MEDIDAS QUE, HARMONICAMENTE ARTICULADAS COM AS DE OUTRAS REFORMAS DE BASE, VISEM À CRIAÇÃO DE UMA CLASSE MÉDIA RURAL E À GARANTIA DO USO ADEQUADO DA TERRA; DA MELHORIA DA RENDA "PER-CAPITA" E DO AUMENTO DO PODER AQUISITIVO DA POPULAÇÃO RURAL; DA MELHORIA DAS RELAÇÕES ENTRE A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA; DA MAIOR JUSTIÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO AGRÍCOLA E NA REMUNERAÇÃO DÊSSE TRABALHO ATRAVÉS DE LEIS ESPECÍFICAS DE SEGURIDADE SOCIAL; DO DESENVOLVIMENTO DA SINDICALIZAÇÃO RURAL; DO APERFEIÇOAMENTO DOS MÉTODOS DE TRIBUTAÇÃO DA TERRA E DOS SISTEMAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA; DA EXPANSÃO DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS; E DA AMPLIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL E SANITÁRIA DAS ÁREAS RURAIS.

5 - CONCLAMAR AOS PODERES PÚBLICOS A URGENTE DISCIPLINAÇÃO DA FORMAÇÃO DAS NOVAS UNIDADES AGRÍCOLAS NO SUDOESTE DO PARANÁ, PARA LOCALIZAÇÃO ESTÁVEL DOS MIGRANTES PIONEIROS EXPULSOS PELOS MINIFÚNDIOS QUE SE FORMARAM NO RIO GRANDE DO SUL, A FIM DE QUE SE GARANTA NESSA REGIÃO, DE FORMA DURADOURA - AOS ATUAIS POSSEIROS, MEEIROS, PARCEIROS E ASSALARIADOS RURAIS - O USO ECONÔMICO DA TERRA, DENTRO DAS SUAS PECULIARIDADES ECOLÓGICAS E GEO-ECONÔMICAS, ISENTANDO-A DA AMEAÇA IMINENTE DOS MALES DO MINIFÚNDIO.

6 - APELAR PARA OS RESPONSÁVEIS PELO GETSOP (GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ) NO SENTIDO DE PROGRAMAR À COLONIZAÇÃO DAS GLEBAS DE MISSÕES E CHOPIM, DENTRO DE NORMAS QUE PERMITAM ELEVADOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE NA EXPLORAÇÃO DA TERRA E A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO ACIMA ENUNCIADO, CONCRETIZANDO OS OBJECTIVOS COLIMADOS E PERSISTENTEMENTE DEFENDIDOS, NA CÂMARA FEDERAL, PELO ENTÃO DEPUTADO LUTOSA ROGUSKI, EFICIENTE E INCANSÁVEL DEFENSOR DAS CLASSES RURALISTAS.

7 - LUTAR PELO CONGRAÇAMENTO DE TÔDAS AS CLASSES PRODUTORAS PARA A PROMOÇÃO DE UMA CRUZADA DEMOCRÁTICA QUE VISE A UM DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E EQUILIBRADO DO PAÍS, PARA A OBTENÇÃO DE ALTOS ÍNDICES DE BEM-ESTAR NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS, PRESERVANDO A PAZ SOCIAL E DEFENDENDO AS DISTORÇÕES SOCIOLÓGICAS CONTRÁRIAS AO ESPÍRITO DEMOCRÁTICO E ÀS RAIZES CRISTÃS DA NACIONALIDADE.

8 - CONGRATULAR-SE COM O DECIDIDO E INGENTE ESFÔRÇO DO CLERO NA OBRA DE ESCLARECIMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA ATRAVÉS DE SEUS TRABALHOS DE ORDEM ESPIRITUAL, MORAL E EDUCACIONAL, CAPACITANDO PARA A VIDA RURAL OS TRABALHADORES DA FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE, PROMOVENDO A TOMADA DE CONSCIÊNCIA DAS MASSAS E DESENVOLVENDO A SINDICALIZAÇÃO RURAL E AS COMUNIDADES DE TRABALHO, NA FORMA DO SOLIDARISMO CRISTÃO.

9 - APLAUDIR A VIGILANTE E EFICIENTE ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS PELO PARANÁ, SNRS. MUNHOZ DA ROCHA E OTHON MADER, NA DEFESA DAS REIVINDICAÇÕES DAS CLASSES RURAIS E NA LUTA PELA PRESERVAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS BRASILEIRAS.

10 - RECOMENDAR AO ELEITORADO RURAL DO PARANÁ, CONSCIENTE DO ALTO SIGNIFICADO DO VOTO COMO INSTRUMENTO ESSENCIAL DA DEMOCRACIA; DA NECESSIDADE DE SUA AUTÊNTICA MANIFESTAÇÃO NOS PLEITOS ELEITORAIS, E DA RESPONSABILIDADE DE UMA ACERTADA ESCOLHA DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS CAPAZES DE, NO EXERCÍCIO DE SEUS MANDATOS, MANTEREM-SE FIÉIS E INTRANSIGENTES NA DEFESA DA CARTA DE PRINCÍPIOS DO RURALISMO PARANAENSE, A ELEIÇÃO, EM 7 DE OUTUBRO PRÓXIMO VINDOURO, DOS SEGUINTES CANDIDATOS, CUJO PASSADO É UM PENHOR E UMA GARANTIA.

Mobilização Agrária do Paraná

(Integrada na Cruzada Democrática)

CARTA DE PATO BRANCO

A MOBILIZAÇÃO AGRARIA DO PARANÁ, por ocasião da concentração dos lavradores e pecuaristas realizada em Pato Branco, a 19 de agôsto de 1962, com a participação de líderes da CRUZADA DEMOCRÁTICA DO PARANÁ DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES), resolveu, por unanimidade, aprovar a mensagem contida na CARTA DE LONDRINA e, ratificando as decisões nela tomadas em benefício da classe, deliberou, em nome dos ruralistas do Sudoeste do Paraná, dirigir aos lavradores paranaenses a presente CARTA DE PATO BRANCO e difundi-la em todo o Estado.

1 — REAFIRMAR a convicção da necessidade imperiosa de medidas objetivas e imediatas que atenuem o ritmo inflacionário sem o que serão impraticáveis as reformas institucionais e estruturais reclamadas pelo desenvolvimento social e econômico do País, medidas essas que, essencialmente, visem: ao equilíbrio orçamentário — seja pela reforma da estrutura tributária, seja pela redução drástica das aplicações improdutivas; ao aumento da produtividade no setor agropecuário; e ao fomento, diversificação e ampliação dos nossos mercados externos.

2 — RECONHECER a inadiável necessidade de ampliação e melhoria dos meios adequados de proteção, armazenagem, beneficiamento e distribuição aos centros consumidores da produção agropecuária tornando oportuna, efetiva e real a garantia dos preços mínimos, através da eficaz atuação dos organismos de crédito especializado e objetivando o abastecimento daquêles centros, minorando, assim, a angustiante situação das classes média e operária, já atingidas por um estado crônico de fome endêmica.

3 — MANIFESTAR seu decidido apôio à realização imediata das reformas institucionais e estruturais elaboradas em obediência a princípios que garantam e fortaleçam a democracia, respeitados os postulados que fundamentam a doutrina social-cristã.

4 — HIPOTECAR irrestrita solidariedade à CARTA DE PRINCIPIOS DO RURALISMO PARANAENSE, em especial à REFORMA AGRARIA, nas bases definidas no seu item 3.o, de forma a que ela seja entendida não como simples distribuição, redistribuição ou subdivisão da propriedade, mas como um conjunto de medidas que, harmonicamente articuladas com as de outras reformas de base, visem a criação de uma classe media rural e a garantia do uso adequado da terra; da melhoria da renda "per capita" e do aumento do poder aquisitivo da população rural, da melhoria das relações entre a agricultura e a indústria, da maior justiça nas relações de trabalho agricola e na remuneração desse trabalho através de leis especificas de seguridade social, do desenvolvimento da sindicalização rural, do aperfeiçoamento dos metodos de tributação da terra e dos sistemas de credito agricola; da expansão das organizações cooperativas e da ampliação da assistência educacional e sanitária das areas rurais.

5 — CONCLAMAR aos poderes publicos a urgente disciplinação da formação das novas unidades agricolas no Sudoeste do Paraná, para localização estável dos migrantes pioneiros expulsos pelos minifundias que se formaram no Rio Grande do Sul, a fim de que se garanta nessa região, de forma duradoura — aos atuais posseiros, meeiros, parceiros e assalariados rurais — o uso econômico da terra, dentro das suas pecularidades ecologicas e geo-econômicas, isentando-a da ameaça iminente dos males do minifundio.

6 — APELAR para os responsáveis pelo GETSOP Grupo executivo para as terras do Sudoeste do Paraná) no sentido de programar a colonização das Glebas de Missões e Chopim, dentro de normas que permitam elevados índices de produtividade na exploração da terra e observância do princípio acima enunciado, concretizando os objetivos colimados e persistentemente defendidos, na Câmara Federal, pelo então Deputado Ostoja Roguski, eficiente e incansável defensor da classe ruralista.

7 — LUTAR pelo congraçamento de tôdas as classes produtoras para a promoção de uma Cruzada Democrática que vise a um desenvolvimento harmônico e equilibrado do país, para a obtenção de altos índices de bem-estar nas áreas urbanas e rurais, preservando a paz social e defendendo as distorções ideológicas contrárias ao espírito democrático e à raízes cristãs da nacionalidade.

8 — CONGRATULAR-SE com o decidido e ingente esfôrço do clero na obra de esclarecimento da opinião pública através de seus trabalhos de ordem espiritual, moral e educacional, capacitando para a vida rural os trabalhadores da Frente Agrária Paranaense, promovendo a tomada de consciência das massas e desenvolvendo a sindicalização rural e as comunidades de trabalho, na forma do solidarismo cristão.

9 — APLAUDIR a vigilante e eficiente atuação dos Deputados Federais pelo Paraná, Srs. Munhoz da Rocha e Othon Mader, na defesa das reivindicações das classes rurais e na luta pela preservação das instituições democráticas brasileiras.

10 — RECOMENDAR ao eleitorado rural do Paraná, consciente do alto significado do voto como instrumento essencial da democracia, da necessidade de sua autentica manifestação nos pleitos eleitorais, e da responsabilidade de uma acertada escolha de representantes nas Assembléias Legislativas, capazes de, no exercicio de seus mandatos, manterem-se fiéis e intransigentes na defesa da CARTA DE PRINCIPIOS DO RURALISMO PARANAENSE, a eleição, em 7 de outubro próximo vindouro, dos seguintes candidatos da Região Sul — Centro — Oéste e Sudoéste do Estado:

BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO

Suplente: **Ulysses Ferreira Guimarães**

DEPUTADOS FEDERAIS

ANTONIO BABY	P.T.B.
ARAMIS ATHAYDE	P.S.P.
BRONISLAU OSTOJA ROGUSKI	U.D.N.
WILSON CHEDID	P.T.B.

DEPUTADOS ESTADUAIS

AMILCAR SAPORITI	P.S.P.
ANTONIO LOPES JR	P.R.P.
CASTELLANO NETO	P.R.P.
CARLOS JUNQUEIRA BORGES	M.T.R.
EDUARDO TAVORA	P.R.P.
FRANCISCO DRANKA	U.D.N.
JOÃO DE MATTOS LEÃO	P.S.D.
LUIZ ALBERTO DALCANALLE	P.T.B.
OSCAR MUXFELDT	P.D.C.
OVIDIO GASPARETTO	P.D.C.
PAULO CAMARGO	P.R.
RAUL GOMES PEREIRA	P.S.P.
WALTER PECOITS	P.T.B.

Confere

Curitiba, 30 de agôsto de 1962

Lacerda Werneck

Presidente

Endereço para correspondência: Praça Zacarias, 38 - 10º and. - 1001/1002 - Ed. Sta. Maria - Cx. Postal, 371 - Curitiba

MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ

(Em cooperação com o Movimento Agrário Brasileiro)
PRAÇA ZACARIAS, 34 - CONJ. 1001 - FONE, 4-3098
CURITIBA - PARANÁ

Nº 41/62 Curitiba,1 de setembro de 1962

Il o. Snr.
Dr. Paulo de Assis Ribeiro
Rio de Janeiro - GB.

Prezadíssimo Dr. Paulo:

Recebi, com grande satisfação, a sua estimada missiva de 27 de agosto p.p., assim como a minuta da " CARTA DE PATO BRANCO ", que mereceram a minha melhor atenção.

Agradeço, penhorado, pela sua valiosíssima cooperação e - excusado dizer - que a " carta ", redigida pelo Amigo, mereceu a nossa unanime aprovação, assim como do dep. Munhoz da Rocha.

Amanhã - domingo - deverá ser publicada em Curitiba e logo mais, em Jacarezinho, submetida à apreciação da M.A.P., que se reunirá naquela cidade.

Telefonei ôntem ao Rio, a fim de me entender com o Gal. Golbery sobre a possibilidade da vinda de um técnico do IPÊS para a concentracao de Jacarezinho. Infelizmente o Gal. nao se encontrava na sede e fui informado que, apesar da maior boa vontade, nao foi possivel deslocar um elemento do Grupo de Trabalho Sobre a Reforma Agrária para o Paraná.

As nossas concentracoes anteriores obtiveram plêno exito, conforme prova o noticiário da imprensa de Curitiba, que lhe envio, em anexo.

Como lhe adverti, porêm, os nossos recursos estão cada vez mais escassos e, caso fosse possivel obter o refôrço, sobre o qual tivemos a oportunidade de conversar, - seria, para nós, uma verdadeira dádiva, caida do céu.

A campanha dos nossos candidatos vai indo muito bem - apesar das imensas dificuldades que se antepõem a nossa pregaçao, como o Senhor tem tido a oportunidade de constatar pessoalmente - e temos grande esperança na vitória eleitoral do dep. Munhoz da Rocha.
Quanto a minha candidatura - só depois do dia 3 do corrente, quando regressar do Norte - terei oportunidade de de dinamiza-la pessoalmente. Até agora, só tenho tratato da candidatura do dep. Munhoz da Rocha e da estruturaçao definitiva da M.A.P. o que, me parece, graça a Deus, já foi conseguido.

Aguarda do suas nóvas noticias, renovo meus cordialissimos abraços.

Atenciosamente

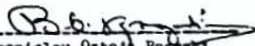
[signature]

MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ
(Em cooperação com o Movimento Agrário Brasileiro)
PRAÇA ZACARIAS, 34 - CONJ. 1001 - FONE, 4-3099
CURITIBA - PARANÁ

Curitiba, 8 de setembro de 1962

Ilmo. Snr.
Dr. Paulo de Assis Ribeiro
Rio de Janeiro - GB.

Prezadíssimo Dr. Paulo:

É com grande satisfação que volto à presença do caro Amigo, a fim de lhe enviar alguns exemplares da " Carta de Pato Branco " - que obteve a melhor repercussão no meios rurais do Sudoéste e Oéste do Paraná - e foi alvo de unanime aprovação em Zacarezinho.

Envio-lhe, igualmente, o noticiário referente àquela concentração - que foi a melhor de todas, quanto ao número de participantes - e consolidou, de maneira definitiva, o nosso movimento.

Para finalizar êsse ciclo de concentraçoes, já programamos a realizaçao de mais três: Guarapuava - dia 20; Toledo - dia 21 e Castro - dia 23.

Nesta altura dos acontecimentos, tenho plêna certeza de que a Mobilização Agrária do Paraná suplantou, em atuação, as demais clásses, reunidas na Cruzada Democrática do Paraná, sendo, atualmente, a maior fôrça eleitoral do Estado, a se opôr à demagogia esquerdizante de diversos setores do P.T.B., do P.D.C. e do P.S.B. (comunista).

Renovando meus protestos de alto aprêço, envio cordiais e afetuosas saudações.

Atenciosamente

Bronislau Ostoja Roguski
Secretário Geral.

Dr. Paulo

Telefonema recebido dia 14, às 19 hs., pelo Gen. G.C.S.

Recado do Dr. Roguski.

1) Deve estar em Curitiba no dia 17, apartamento reservado no Hotel Iguaçú.
   Ligar-se imediatamente com o Dr. Guerra Rego - Presidente da Federação do Comércio ou na própria Federação ou em sua residência, pelo telefone 40-367.

2) No próprio dia da chegada, se possível falará durante 25 minutos na TV. sôbre Reforma Agrária e IPÊS.

3) Sábado - Viagem de avião para Pato Branco.
   Reuniões no sábado e domingo.

4) Regresso a Curitiba no mesmo dia, à tarde.

5) Regresso ao Rio na manhã de 2ª. feira.

14-9-62

APÊNDICE N

Seleção de temas para os seminários patrocinados e organizados pelo IPES; correspondência com Garrido Torres; atividades do grupo de estudos

Em documento de junho de 1962, o Comitê Executivo enumerou 12 grupos de temas e tópicos para debate:

1. Prática da democracia pelo povo. Distinção entre democracia e demagogia. Análise da prática política brasileira. Estudo sucinto dos partidos políticos do Brasil. Política como uma carreira individual. A preparação dos políticos para o poder. O voto e seu significado. O problema da escolha de representantes. Qualidades de um bom representante.

2. Inter-relacionamento da liberdade individual com o regime político-ideológico. Caracterização das aspirações humanas e da liberdade individual. Liberdades essenciais. Estudo da personalidade do brasileiro à luz deste tema. Sobrevivência da liberdade individual em um regime representativo democrático. O problema das liberdades individuais sob o regime ditatorial. Moral, religião e regime político.

3. Avaliação social e política da situação brasileira atual. Interpretação da situação financeira e econômica, da conjuntura internacional e da política externa do governo. Caracterização dos aspectos críticos da situação brasileira, exigindo soluções a curto prazo. Listagem das possíveis soluções a curto, médio e longo prazo.

4. Obrigações do indivíduo para com a sociedade e da sociedade para com o indivíduo. Mecanismos de individualização do rico e do pobre. Riqueza ou pobreza individuais. A idéia da distribuição paritária da riqueza. O grupo familiar e o problema da riqueza. Justiça social. O papel do Estado neste problema. Subdivisão do trabalho no regime capitalista. A remuneração do trabalho. Escalas de remuneração do conhecimento profissional. Redistribuição da riqueza através da tributação. Caracterização do espírito de iniciativa da liberdade individual. Risco. Realizações do regime capitalista no mundo e no Brasil. Vantagens e desvantagens do regime capitalista. Aperfeiçoamento necessário do regime capitalista.

5. Comunismo. Essência do sistema comunista. Seus aspectos econômicos e políticos. Socialismo e comunismo. O regime comunista e o indivíduo. Comunismo e planejamento. Vantagens e desvantagens do regime comunista. A vida sob o regime comunista. Incompatibilidade ou não do temperamento brasileiro com o regime comunista.

6. Autodeterminação e dependência do exterior. A noção de supranacionalidade para a complementação das deficiências individuais das nações. A Comunidade Eu-

ropéia do Carvão e do Aço. O Mercado Comum Europeu. Realizações desta entidade supranacional. Possibilidades de uma entidade supranacional sul-americana. Supranacionalidade, liberdade e soberania.

7. Estudo objetivo da imprensa no Brasil. Funcionamento de um jornal. A empresa jornalística. Caracterização do jornalista brasileiro. A função do jornalista como um condutor da opinião pública. Influência da educação e da situação financeira na formação de opinião de seu jornal. Obrigações do público em relação ao seu jornal e vice-versa.

8. Estudo dos valores humanos e das virtudes cívicas. A intensificação da prática destes valores em períodos de crise nacional. Princípios morais e a pobreza econômica. O aperfeiçoamento moral do povo.

9. A demografia brasileira. A população adulta e a população jovem. A população urbana e a população rural. Caracterização da fração politizada do povo brasileiro. Geografia da população politizada. Os mecanismos de formação de opinião pública no Brasil. Autenticidade da opinião pública. Os falseadores da opinião pública. Os falsos alcoviteiros da opinião pública. O papel da imprensa na formação da opinião pública.

10. A relação da população com o subdesenvolvimento. Caracterização do subdesenvolvimento. O conflito entre o índice de crescimento demográfico e a taxa de crescimento econômico. O caso brasileiro. Recomendações.

11. Satelização de nações. As duas grandes potências mundiais. Relações do satélite com a respectiva potência. Obrigações da potência para com o satélite. A revolução cubana e seu significado. O destino de Cuba e sua influência no hemisfério.

12. As leis básicas. Estatuto da terra. A reforma bancária. Abuso do poder econômico. Destinação dos lucros. Tributos. Fluxo de capital. Código de investimentos. Sistema financeiro. Resumo dos projetos que por acaso existam na Câmara dos Deputados. Breve resumo de legislação semelhante em países de natureza semelhante, tais como Índia, Austrália, Canadá e México. Caracterização das condições brasileiras para a orientação do sentido de leis necessárias. Leis básicas e ideologia. Sugestões e recomendações.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1962.

Ilmo.Sr.
JOSÉ GARRIDO TÔRRES
Conselho Nacional de Economia
Rua Senador Dantas, 74 - 14º
Rio de Janeiro - GB.

Prezado Dr. Garrido Tôrres:

De acôrdo com nossos entendimentos verbais venho por seu intermédio apresentar ao IPES uma proposta para realização de estudos sôbre o problema fiscal no Brasil e a reforma tributária.

Conforme tive oportunidade de lhe expor verbalmente parece-me mais adequado dividir êsse estudo em duas etapas. A primeira, de necessidade mais imediata trataria dos impostos federais que deverão ser modificados na próxima reforma tributária. A segunda, para ser feita num prazo mais longo envolveria o estudo completo dos atuais mecanismos de elaboração do orçamento federal, uma proposta de lei orçamentária e um exame meticuloso dos tributos e das finanças estaduais.

Parece-me oportuno, no momento, limitar a presente proposta à primeira etapa do estudo que, especificamente compreenderia a elaboração de projetos de lei com as respectivas justificações sôbre os seguintes impostos:

a- impôsto de renda
b- impôsto de consumo
c- impôsto do sêlo e afins
d- impôsto único sôbre combustível e lubrificantes
e- impôsto único sôbre energia elétrica
f- contribuição de melhoria

Êsses estudos seriam realizados por um grupo de técnicos sob minha coordenação, ficando todos nós à disposição do IPES para quaisquer debates e esclarecimentos. O prazo do estudo seria de 45 dias contados a partir da aceitação da presente proposta e o preço Cr$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) a serem pagos contra a entrega do trabalho feito.

Aguardando o seu pronunciamento,

subscrevo-me

Mário Henrique Simonsen

Rio de Janeiro, 20 de março de 1962

De Garrido Torres

Para General Herrera

Assunto: Compromissos financeiros do Setor de Estudos

Dos estudos considerados prioritários pela Comissão Diretora foram contratados com Dênio Nogueira e N. Embry, pela importância de Cr$ 200.000,00, o relativo à lei anti-trust e o referente à reforma tributária com Mário Henrique Simonsen pela quantia de Cr$ 800.000,00.

No momento, está sendo debatido no IPES o trabalho sôbre remessa de lucros, cujo projeto e justificativa não importou em onus para o Instituto, de vez que foram preparados pelo Conselho Econômico da CNI. A despesa contemplada será de Cr$ 10.000,00, como "jeton" pelo comparecimento às reuniões dos técnicos convocados: Mário Henrique Simonsen (relator), Hélio S. da Silva e Dênio Nogueira. Resta ver se o relator faz jús a qualquer remuneração a mais.

É nossa intenção proceder do mesmo modo em relação à reforma agrária e ao problema da casa popular. Êsses dois projetos estão sendo financiados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática e, graças ao "modus vivendi" combinado, serão discutidos por equipes de empresários e técnicos no IPES.

O estudo sôbre participação dos empregados nos lucros das emprêsas e 13º mês não foi ainda contratado por entender-se que cabe proceder, preliminarmente, a uma pesquisa que informasse que tipos de benefício social as emprêsas já conferem ao respectivo pessoal. Atenção especial seria dada nessa pesquisa aos diferentes sistemas de par-

ticipação praticados por iniciativa das emprêsas. Para tal pesquisa já dispomos de proposta do Prof. José Artur Rios que seria entregue no prazo de 120 dias, a contar da data do contrato, contra o pagamento parcelado em três etapas de Cr$ 1.810.000,00, sendo Cr$ 700.000,00 na assinatura, Cr$ 600.000,00 após 60 dias e Cr$ 510.000,00 no ato da entrega do relatório final. Êste compromisso ainda não foi assumido e está na expectativa de um entendimento com a Comissão Executiva.

Dos temas prioritários ainda não foram contratados os referentes à reforma orçamentária, reforma bancária, reforma eleitoral e telecomunicações, para os quais ainda não foi possível encontrar técnicos capazes e disponíveis a quem os encomendar.

Assim, temos como despesa certa para abril o gasto com o trabalho sôbre a lei anti-trust (Cr$ 200.000,00). Para abril, o mesmo ocorrerá com o pagamento da reforma tributária (Cr$ 800.000,00). Além disso, dever-se-á prevêr o correspondente aos "jetons" decorrentes da discussão da remessa de lucros, que deverá ser desembolsado possìvelmente em março (três técnicos à razão de Cr$ 10.000,00 por cabeça em um total provável de cinco sessões). A provisão do pagamento de "jetons" deverá ser feita também para a reforma agrária, reforma tributária e habitação popular, cujo montante é difícil antecipar agora. Desde que se contrate a pesquisa acima referida, ter-se-á de programar igualmente a despesa de Cr$ 1.810.000,00 a atender durante um período de 120 dias.

Em fevereiro, a única despesa efetuada correspondeu a Cr$ 300.000,00, ficando o Setor de Estudos com um saldo de Cr$ ..... 2.300.000,00. Seria o caso de creditar-se o Setor por essa importância com aplicação diferida para mais adiante.

Há, ainda, o caso de um secretário para o Setor, cujo concurso, inicialmente em tempo parcial, poderia importar em um dispêndio mensal de Cr$ 50.000,00.

Rio, 29 de maio de 1962

De Garrido Torres (Setor de Estudos)
Para o Comitê Diretor

Estudos em curso -

Em confirmação ao que já informei e de acôrdo com a decisão da Comissão Diretora, o Setor de Estudos, além de já haver apresentado um primeiro trabalho constando do projeto e respectiva justificação sobre o problema da remessa de lucros para o exterior, está atualmente procedendo ao exame da reforma agrária, um dos temas prioritários.

O grupo misto de empresários e técnicos que estuda essa matéria compõe-se da forma seguinte: empresários: Drs. Milcíades Sá Freire, Harold Cecil Poland, Cândido G. Paula Machado, Antônio C. do Amaral Osório, Fernando Mibielli de Carvalho e Edgard Teixeira Leite; técnicos: Drs. José Arthur Rios, Dênio Nogueira, Luiz Carlos Mancini, Julian Chacel, Vanderbilt Duarte de Barros, Paulo Assis Ribeiro e José Irineu Cabral. O documento de trabalho, ainda de acôrdo com orientação estabelecida pela Comissão Diretora, é o projeto e justificação financiado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática e elaborado pelo Prof. José Arthur Rios e pelo Dr. Edgard Teixeira Leite. O IBAD está representado no grupo misto por seu diretor, Dr. Ivan Hasslocher, pelo Prof. Rios e pelo economista Dênio Nogueira. O plano de trabalho é o de produzir não só o melhor projeto possível mas também um documento paralelo, contendo princípios e normas que sirvam para definir a posição do IPES em relação a êsse momentoso assunto e para "vender" as idéias nele contidas junto à opinião pública. Êste segundo documento será entregue para aquêle fim ao Setor de Opinião Pública.

O trabalho encomendado ao economista Dênio Nogueira e ao advogado William Embry sôbre a legislação anti-trust teve a sua entrega atrasada e antes de que fôsse apresentado foi objeto de aproveitamento pelo Dr. Melo Flores, dada a urgência que o assunto assumiu repentinamente no Senado. No momento, estou de posse do ante-projeto de lei que resultou dessa providência, o qual possivelmente deveria ser apreciado pelo IPES, se não para encaminhamento de um texto corrigido em relação a quaisquer impropriedades, pelo menos para o fim de propiciar uma declaração pública quanto às idéias e princípios que favorece em uma lei dêsse tipo. Com êsse objetivo, deverei receber dentro de poucos dias a justificação do projeto acima mencionado. Êsse trabalho custará ao IPES Cr$ 300.000,00.

O trabalho básico sôbre a reforma tributária foi encomendado ao economista Mário Henrique Simonsen, cujo prazo de entrega já se esgotou. A tarefa a êle atribuída consiste na elaboração dos seguintes ante-projetos de lei e respectivas justificações: a) impôsto de renda; b) impôsto de consumo; c) impôsto do sêlo e afins; d) impôsto único sôbre combustível e lubrificantes; e) impôsto único sôbre energia elétrica; f) contribuição de melhoria. O trabalho em aprêço foi prometido em 23 de fevereiro do corrente ano para ser entregue dentro de 45 dias, a contar da data da aceitação da proposta, que foi comunicada ao Dr. Simonsen na mesma semana. O IPES deverá pagar Cr$ 500.000,00 contra a entrega dêsse estudo, que me vem sendo prometida para futuro muito breve.

Um outro estudo, sempre consistindo de ante-projeto e justificativa, é o que está sendo ultimado sôbre a casa popular pelo IBAD. Tão logo esteja pronto merecerá o exame do IPES na forma do procedimento observado em relação à reforma agrária e de acôrdo com o combinado com o Dr. Haroldo Cecil Poland.

O tema da reforma eleitoral foi objeto de entendimento com o Professor Themistócles Cavalcanti, que prometeu apresentar um roteiro do estudo para nossa prévia aprovação. Como o mesmo não foi até agora entregue, estou tentando entrar em contato com o referido Professor para confirmar ou não o seu interesse a respeito.

O trabalho referente à participação dos empregados nos lucros das empresas deverá ser precedido de uma pequena pesquisa sobre o que já se pratica no Rio e em São Paulo por iniciativa de algumas firmas. Nesse sentido, o Professor José Arthur Rios propôs que a investigação fosse atribuída ao seu escritório técnico para ser entregue no prazo de 120 dias, a contar da data do contrato, contra o pagamento parcelado em três etapas, num total de Cr$ 1.810.000,00. Essa investigação cobriria também todos e quaisquer benefícios sociais de que já gozam os empregados. Contudo, o montante foi considerado muito alto e resolveu-se tentar a alternativa de realizar a pesquisa através da Escola de Empresas de São Paulo e do setor correspondente na Universidade Católica do Rio, apenas no tocante à parte relativa à participação dos lucros. Quando de minha recente viagem a São Paulo, discuti o assunto com o diretor daquela Escola e me foi dito que esta não teria condições para realizar o trabalho em prazo curto. Já o mesmo não acontece com a Universidade Católica do Rio, havendo o Dr. Paulo Novais, encarregado do departamento competente, assegurado o interesse que o assunto lhe desperta e a possibilidade que haveria de a pesquisa ser feita com rapidez e a custo módico, sobretudo se a amostra utilizada fosse restrita a um pequeno número de casos representativos. Aguardo que me seja entregue uma proposta por êstes dias para resolver em definitivo. Restará decidir sobre o que convém fazer em São Paulo.

Relativamente ao tema telecomunicações, depois de alguma hesitação quanto ao técnico a quem se deveria pedir o ante-projeto, foi feito pela direção do IPES convite ao General Medeiros, da Rádio Globo. Estou informado de que aceitou.

Dos assuntos aprovados pela Comissão Diretora não tiveram ainda encaminhamento os relativos à reforma orçamentária, à reforma bancária, ao planejamento econômico-social e à sindicalização rural, pela dificuldade encontrada em interessar os técnicos mais capacitados para tal. Valeria a pena reexaminar esta parte do programa com vistas à conveniência de confirmar ou não a decisão de obter a preparação de ante-projetos. A Exposição Anual do Conselho Nacional de Economia contém um capítulo sôbre reforma orçamentária e outro sobre reforma bancária, que poderiam talvez servir de base para uma definição de atitude, seja no tocante ao preparo de declarações seja para efeito de orientar quaisquer ante-projetos a elaborar.

Os temas que se estudariam a seguir seriam:

Função econômico-social da emprêsa moderna;
Expansão do mercado de capitais (completando medidas propostas nas reformas tributária e bancária, como as referentes a bolsas de valores e sociedades anônimas);
Discriminação de rendas para fortalecimento do sistema federativo;
Dinâmica do desenvolvimento econômico. Papel da iniciativa particular e da iniciativa estatal

Revisão da Constituição Federal e do sistema parlamentarista;
Reforma da legislação trabalhista;
Reforma da legislação de previdencia;
Reforma educacional;
Reforma do Código de Minas;
Política de comercio exterior (ALALC, Mercado Comum Europeu, Cortina de Ferro);
Política de transportes;
Política de energia;
Política de saude publica;
Reforma da estrutura e metodos da administração pública;
Lei de Sociedades Anonimas.

Organização mínima do Setor de Estudos -

O Setor não dispõe até hoje de organização, tendo em vista o que foi decidido pela Comissão Diretora, a qual preferiu que os estudos fossem encaminhados e pagos na base de tarefa e que a ajuda de secretaria fosse prestada pelo serviço administrativo já existente contra uma dedução de 20% da dotação atribuída ao Setor, no montante de Cr$ 2.000.000,00.

Já se sente, não obstante, a necessidade de estruturar o Setor com um quadro mínimo, técnico e administrativo, para o cumprimento de suas responsabilidades. É possível que alguns dos estudos apontados acima possam ser feitos mais satisfatoriamente quanto a prazos por técnicos ao nosso dispor além de a presença desses elementos facilitar a realização de outras tarefas abordadas mais adiante. Desta forma, sugeriria contratassemos tres ou quatro economistas mediante um salário compensador. Igual procedimento gostaria de propor para a função de secretario do Grupo, função essa que deveria ser exercida por pessoa cualificada, de preferencia com formação universitaria. Tal elemento teria a seu cargo a organização da secretaria, daria a necessária assistencia à organização e funcionamento dos grupos de estudos, redigiria as atas das sessoes, faria convocações, etc.. Seria tambem útil a contratação de uma datilógrafa que se incumbisse dos trabalhos desse tipo, alem do arquivo e demais tarefas que lhe fossem atribuídas. O secretario poderia ser admitido em tempo parcial e a datilógrafa em tempo integral. Ao contrário da orientação seguida até agora em relação a este Setor, o grupo correspondente de São Paulo está sendo organizado em bases permanentes, com pessoal, arquivos, biblioteca, etc.

Articulação com São Paulo.

Reputo importante o entrosamento com a secção paulista do IPES, tanto no tocante à representação de seus empresarios em grupos de estudos como no que diz respeito a participação de seus tecnicos. Entretanto, os inconvenientes ocasionados pela distancia parecem recomendar a combinação provisoria que assentei com o Dr. Nogueira Porto, responsável pelo Grupo de Doutrina. Este, como o proprio nome indica, cogita no momento de fixar os pontos doutrinarios que definiriam o pensamento do orgão. Terminado este trabalho, (de que se nos daria vista) pretende aquele Grupo estudar objetivamente problemas como os que são atribuição do Setor de Estudos do Rio. A fim de evitar duplicação de esforços e despesas, ficou assentado que, à medida que esses trabalhos fossem sendo encetados, um Grupo enviaria ao outro o documento de trabalho para as sugestões que coubessem, e a expressão final do IPES não seria aprovada sem que o respectivo texto mereçosse a aceitação ao mesmo tempo do Rio e de São Paulo, o que poderá ocorrer mediante reuniões conjuntas se houver necessidade de contornar divergencias.

Cursos para jornalistas -

A direção do Setor de Opinião Pública recomenda a realização de pequenos cursos, que servissem para dar noções de temas básicos de Economia aos jornalistas e deseja o concurso do Setor de Estudos para tal iniciativa. A mesma se iniciaria em benefício direto dos jornalistas que funcionam naquele Setor. Julgo muito útil a idéia e acredito que sua realização pudesse ser facilitada com a utilização dos três ou quatro técnicos que pudéssemos admitir, a menos que se deseje tentar a possibilidade de encarregar alguma instituição de o fazer.

Divulgação de literatura democrática -

A qualquer observador atento é manifesta a abundância de literatura marxista em nossas livrarias sem que se note empenho de contrabalançar seus efeitos com a correspondente divulgação de livros, folhetos e artigos que "promovam" o regimen democrático e alertem os leitores de todas as camadas contra os males e os mitos da doutrina socializante. Neste sentido, caberia dar andamento, na medida do possível, a um programa já acordado no nível da infra-estrutura do IPÊS, que deverá ter sido redigido pelo responsável pelo Setor de Levantamentos.

Em síntese, êsse programa se resume a um esfôrço dividido em três tipos de veículos de divulgação. Em primeiro lugar (o mais fácil e menos dispendioso) tratar-se-ia de "plantar" nos jornais e revistas do país artigos que tratassem de temas de atualidade em linguagem accessível ao grande público. Vários desses artigos seriam traduções de trabalhos de grandes autores estrangeiros que aparecem em revistas tais como Harper's, Atlantic Monthly, Foreign Affairs e New York Times Magazine. Através do Setor de Opinião Pública acredito que seja possível atingir êsse objetivo.

O segundo consistiria na publicação de folhetos (tipo digesto ou ABC) para divulgação farta junto a estudantes, militares, operários e empregados de escritório em geral. Recentemente, a revista Life, edição espanhola, publicou três excelentes colaborações do Prof. Jessup que dariam um eficaz folheto de propaganda anti-comunista. Há necessidade de evitar as delongas da obtenção do direito de divulgar êsses trabalhos, de preferencia sem ônus para os jornais e revistas. Isto poderia ser feito utilizando-se os bons ofícios das embaixadas, que poderiam assegurar a boa vontade das firmas editoras que fossem de antemão selecionadas e que seriam aquelas onde habitualmente surgem as colaborações que nos interessam.

O último ponto diz respeito à conveniência de se promover a publicação de bons livros dentro de uma linha democrática moderna, que conceba a democracia também sob os aspectos economico e social. No que toca a livros estrangeiros há muito o aproveitar. Cumpriria, inicialmente, escolher um certo número de títulos, em cuja publicação o IPÊS procuraria interessar alguns editores. Quando fosse o caso dêstes últimos terem dúvidas quanto ao êxito comercial das edições, o IPÊS poderia assumir o compromisso de adquirir o número mínimo de exemplares que levasse o editor à decisão que se deseja. Um exemplo concreto, além daquêles em poder do Setor de Levantamentos, é a sátira Animal Farm, de George Orwell, até hoje não publicada no Brasil. Estou informado de que já dispomos da respectiva tradução, a qual, se correspondesse, poderia ser desde logo objeto de entendimento com alguma casa editora. Outras obras há que já foram publicadas em português, algumas das quais estão esgotadas e outras até infelizmente encalharam e são vendidas a preços populares, talvez pela falta da necessária publicidade quando de seu lançamento. Os livros esgotados, que ainda tivessem atualidade, poderiam ser objeto de nova edição, revendo-se naturalmente os textos para obter-lhes boa aceitação, além de atentar-se para os preços a que seriam vendidas, os quais deverão ser accessíveis ao grande público. Tal programa é viável -- e mais

do que isso indispensável -- urgindo que se lhe dê começo. Já o levei à atenção da Comissão Diretora que, em princípio, o aprovou, exigindo apenas que se encontrasse a pessoa capaz de se incumbir de tal programa. Essa pessoa foi encontrada e é o Cel. Octávio Alves Velho, com grande tirocínio de traduções e excelente conhecimento do meio editorial. O Cel. Velho está interessado e disponível.

Instituto de cultura democrática -

Não concebo êxito para qualquer ação que salvaguarde o regimen democrático se não for apoiada em ideias. Uma ideia só se combate efetivamente com outra idéia melhor. Assim como no caso da literatura, a iniciativa tem sido deixada aos inimigos da democracia. Por que não se cria uma instituição para pregação dos ideais democráticos?

Creio que entre as atividades do IPES deveria figurar a iniciativa de promover o estabelecimento de uma tal instituição. Esta se destinaria a dar cursos regulares, no estilo da Escola de Guerra ou do ISEB, que disseminassem noções do que é a democracia moderna em sentido lato, isto é, não só no ponto de vista político, pròpriamente dito, como também sob o ângulo das implicações econômicas e sociais. Além dos cursos que seriam dados na sede, presumivelmente no Rio, essa instituição daria cursos especialmente destinados a determinados tipos de auditórios e os poderia dar inclusive fora de sua sede. Seria este o caso, por exemplo, de cursos para operários, para estudantes de grau secundário ou universitário, para militares, para jornalistas, etc. Por outro lado, a ação exercida na sede do Instituto poderia e deveria ser duplicada em outros centros do território brasileiro, estrategicamente selecionados, estendendo-a a Recife, Porto Alegre, São Paulo, etc.. Possìvelmente, surgirá aqui o problema da despesa correspondente, mas acredito que será possível levantar recursos com destinação específica e vinculada à realização dessa obra, os quais talvez sejam mais fàcilmente levantados do que para o próprio IPES.

Reuniões conjuntas dos setores do IPES -

Uma das maiores dificuldades encontradas até agora no funcionamento do órgão tem sido a falta de comando e a de entrosamento dos setores do IPES. Agora que o problema de cúpula parece resolvido, impõe-se, a meu ver, o estabelecimento de uma rotina administrativa que importe na realização semanal de uma reunião conjunta das diferentes divisões, não só para efeito do debate das ideias que surgirem como também para assegurar uma articulação efetiva que permita a plenitude dos resultados que se buscam.

Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1962

Do Comitê Executivo

Ao Chefe do Grupo de Estudos

Após detida análise do relatório apresentado pelo Chefe do Grupo de Estudos e

- considerando a necessidade de afirmar, junto à Opinião Pública, a orientação do IPÊS, relativamente aos problemas nacionais mais em foco;

- considerando o ritmo provável em que tais assuntos serão discutidos no Congresso;

- considerando os compromissos assumidos pelo Chefe do Grupo, em decorrência de decisão anterior,

- considerando, finalmente, a justa observação do mesmo Chefe, de que "uma das maiores dificuldades encontradas até agora no funcionamento do órgão tem sido a falta de comando e a de entrosamento nos setores do IPÊS",

o Comitê Executivo resolve solicitar ao Chefe do Grupo de Estudos as seguintes providências :

1. Coordenar as atividades do seu Grupo, de modo que cada um dos trabalhos encomendados seja objeto de dois estudos :

a) O primeiro, mais urgente, fixando a orientação do IPÊS quanto às linhas gerais que convém sejam observadas na elaboração do anteprojeto; as conclusões do Grupo de Estudos, discutidas e aprovadas pelo Comitê Executivo, serão encaminhadas ao Grupo de Opinião Pública, não apenas com vistas a uma campanha

de esclarecimento e conquista de apoio, mas também para afirmar a presença do IPÊS;

b) o segundo - necessàriamente mais demorado - visando à elaboração do anteprojeto de lei e respectiva justificação, com tôdas as suas injunções de ordem técnica.

2. Programar estas duas categorias de estudos, de modo que em cada reunião semanal do Grupo com o Comitê Executivo sejam apreciadas as conclusões a que se refere a letra **a** acima, cobrindo inicialmente os seguintes títulos :

- Reforma agrária
- Legislação antitrust
- Reforma tributária
- Reforma eleitoral
- Participação nos lucros
- Telecomunicações
- Reforma orçamentária
- Reforma bancária

3. Apresentar o orçamento mensal de despesas do Grupo para atender aos encargos solicitados acima.

SETOR DE ESTUDOS

TRABALHOS EM ANDAMENTO (15-6-62)

ASSUNTO	RESPONSÁVEL	ENTREGA
Lei Anti-Trust	Denio Nogueira	
Reforma Tributária	Mário Simonsen	
Reforma Eleitoral	Temístocles Cavalcanti	
Reformas de base (declaração)	Denio Nogueira-Assis Ribeiro	
Reforma Agrária	Grupo de Estudos	

ESCRITÓRIO TÉCNICO
PAULO DE ASSIS RIBEIRO
RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro,
5 de fevereiro de 1963.

Meu caro Garrido,

Peguei, levantei até a altura dos peitos, não aguentei, arriei ...

Após minha chegada de São Paulo, tive uma série de mazelas que têm me abatido de uma forma nada habitual comigo. Justamente, num período, em que os compromissos que deveria satisfazer são, não só volumosos, como urgentes. Com o IPÊS, especialmente, tinha eu, sòmente para a 2a. quinzena do mês passado que atender à liquidação dos seguintes compromissos:

1 - Revisão de três dos "position papers" das reformas de base.

2 - Instruções aos encarregados da distribuição do questionário para a democratização das emprêsas.

3 - Colaborar com o grupo de trabalho na redação final da lei de reforma agrária.

4 - Fornecer notas, para a publicação no Jornal do Brasil, sôbre três dos documentos de reforma de base .

5 - Fazer um relatório crítico sôbre o Plano Trienal.

6 - Arrematar, ainda que de forma incompleta o relatório sôbre o estudo sócio-político das últimas eleições no Brasil, elaborando uma síntese de umas trinta páginas.

7 - Articular com a Reitoria da PUC, os trabalhos para a realização do Seminário sôbre reformas de base.

8 - Articular-me com o Alceu para obter dêle a colaboração na introdução do documento a ser publicado com os "position papers".

9 - Articular-me com a Raquel de Queiroz para a elaboração da Cartilha sôbre as reformas fundamentais do país.

A minha ida a São Paulo, tomou-me uma semana dessa quinzena, o que não seria normalmente um grande impecilho para mim, se contasse com a saúde em

PLENA FORMA. NO ENTANTO, ESTA FALHOU E, POR CÚMULO DA FALTA DE SORTE, FA LHARAM TAMBÉM AQUELES DE QUEM EU DEPENDERIA, EM PARTE, PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS A QUE ME OBRIGUEI. ASSIM, NÃO CONSEGUI AINDA O CONTATO COM O CELESTINO BASÍLIO PARA TERMINAR O DOCUMENTO SÔBRE A REFORMA DO JUDICIÁRIO; NÃO FORAM AINDA DESIGNADOS OS RAPAZES QUE DEVERÃO SER INSTRUÍDOS PARA O PREPARO DAS INSTRUÇÕES SÔBRE O QUESTIONÁRIO ALUDIDO; O CHACEL QUE ESTAVA EXAMINANDO COMIGO O PLANO TRIENAL ENTROU EM FÉRIAS E FOI PARA PETRÓPOLIS; O ALCEU TAMBÉM CONTINUA EM PETRÓPOLIS VINDO ESPORÀDICAMENTE AO RIO EM HORAS NÃO PRÈVIAMENTE FIXADAS; OS ENCONTROS COM A RAQUEL SUCESSIVAMENTE MARCADOS SÃO SEMPRE ADIADOS POR MOTIVOS DE VIAJEM; E, POR FIM, A COLABORAÇÃO DO PADRE ÁVILA E DO PESSOAL DA PUC SE ARRASTA EM INDECISÕES QUE ME IMPEDEM DE ACELERAR MAIS O RÍTMO PARA A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO.

DE BRASÍLIA FICARAM DE ME REMETER OS ÚLTIMOS DADOS QUE ERAM INDISPENSÁVEIS PARA O PREPARO DA SÍNTESE A QUE ME REFERÍ NO ITEM 6 ACIMA E NADA FOI-ME ENTREGUE ATÉ HOJE, O QUE ME OBRIGA A UMA NOVA VIAJEM A BRASÍLIA PARA OBTÊ-LOS.

TUDO ISTO CRIOU EM MIM UM GRANDE DESÂNIMO E, SOBRETUDO UMA GRANDE PREOCUPAÇÃO EM RELAÇÃO À SUA POSIÇÃO JUNTO AO CONSELHO DO IPÊS POIS NÃO LHE CABE RESPONSABILIDADE POR ESSAS MINHAS ATUAIS LIMITAÇÕES QUE SURGIRAM, JUSTAMENTE, NUM MOMENTO EM QUE O IPÊS TEM URGÊNCIA EM TODOS OS TRABALHOS QUE NOS ESTÃO AFETOS.

À VISTA DO EXPOSTO, SEM DESOBRIGAR-ME DO CUMPRIMENTO DO QUE ME FÔR POSSÍVEL REALIZAR, DENTRO DAS REFERIDAS LIMITAÇÕES QUERO DESOBRIGÁ-LO DE QUALQUER COMPROMISSO DO IPÊS PARA COMIGO, JÁ QUE NÃO POSSO, NO MOMENTO MANTER O RÍTMO E A DISPONIBILIDADE QUE ATÉ AGORA PENSO TER MANTIDO, CORRESPONDENDO AO QUE ERA LÍCITO ESPERAR DE MINHA ATUAÇÃO.

ESPERO CONTINUAR A MANTER O MAIS VIVO CONTATO COM VOCÊ E COM ÊSTE GRU

PO DO IPÊS ONDE SEMPRE ENCONTREI UM AMBIENTE DE GRANDE AFINIDADE INTELECTUAL E DE PONTOS DE VISTA A PAR DO MAIS AGRADAVEL CONVÍVIO.

UM ABRAÇO DO AMIGO

SÚMULA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO DE ESTUDOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE MAIO DE 1962 E FEVEREIRO DE 1963.

I - TRABALHOS EFETUADOS

1) Aperfeiçoamento do Anteprojeto de lei relativo à remessa de lucros

2) Legislação Anti-trust

Foram elaborados dois estudos. O primeiro de análise e crítica do substitutivo apresentado pelo Senador Sérgio Marinho sôbre o projeto 3-55 da Câmara dos Deputados e o segundo divulgado no boletim mensal da Entidade, em que se procurou definir o pensamento do IPÊS sôbre o assunto. O relator da matéria foi o Sr. Dênio Chagas Nogueira.

3) "Reformas de Base", posição do IPÊS

Abordando matéria política, econômica e social, o documento em causa, procura fixar a posição do IPÊS em face do problema das chamadas reformas de base.

O trabalho, que mereceu estudos exaustivos e amplo debate com o Grupo de Doutrina de S.Paulo, vem de ser divulgado através de publicações periódicas no Jornal do Brasil e será impresso em folheto.

4) Reforma Constitucional

O estudo formulado pelo Dr.Carlos José Assis Ribeiro e que deverá ser divulgado no boletim mensal da Entidade, visa atualizar e coadunar a Constituição à realidade da vida nacional. Reformula, outrossim, determinados pontos em que o texto constitucional se apresenta ultrapassado ou desajustado às necessidades presentes e futuras da sociedade brasileira.

5) Palestras e Conferências no Rádio, TV e Associações de Classe

6) Congresso das Reformas de Base

O Congresso recentemente realizado em S.Paulo e promovido pelo Correio da Manhã e Fôlha da Manhã, contou com a ativa participação dos membros do Grupo de Estudos, Senhores José Garrido Tôrres, Dênio Chagas Nogueira e Paulo Assis Ribeiro.

II- TRABALHOS EM ELABORAÇÃO

1) Reforma Agrária

O Grupo de Trabalho encarregado do estudo da matéria e constituída pelos Senhores Edgard Teixeira Leite, Dênio Chagas Nogueira, Paulo Assis Ribeiro, José Irineu Cabral, Luiz Carlos Mancini, Wanderbilt D.Barros, Julian Chacel, Cândido Paula Machado, [illegible] e José Arthur Rios, realizou 31 reuniões, achando-se com seus trabalhos pràticamente concluídos.

[illegible] foi elaborado novo Anteprojeto de lei que, acompanhado da competente exposição de motivos, está [illegible] encaminhado ao exame do Comitê Executivo.

Complementando a proposição em aprêço e consoante estudo apresentado pelo Senhor Carlos José Assis Ribeiro, foi formulado Anteprojeto de Emenda Constitucional versando sôbre "Justiça Agrária".

2) Reforma Tributária

A proposição elaborada pelo Senhor Mário Henrique Simonsen foi discutida e aprovada pelo Comitê Executivo. O autor proceda à sua revisão final.

3) Inquérito sôbre a [illegible]

O trabalho se desenvolve em colaboração com o Grupo de Integração. Um Grupo de Trabalho, integrado pelos Senhores Paulo Assis Ribeiro, Alberto Venâncio e Juan Missirlian, foi constituído a fim de [illegible]

4) Causas da Inflação na Hungria, Grécia e Alemanha

O trabalho em causa, que vem sendo elaborado pelo Senhor Dênio Chagas Noguera, está em vias de ser concluído, dependendo apenas de dados finais, a serem fornecidos pelo Deputado Raimundo Padilha.

5) Remessa de Lucros

O problema está sendo reexaminado pelo Senhor Dênio Chagas Nogueira que prepara um substitutivo ao projeto de lei do Senador Daniel Krieger apresentado ao Congresso Nacional em fins da Legislatura passada.

III- TRABALHOS PROJETADOS

1) Plano Trienal (Análise)

Foram formulados dois estudos. O primeiro de autoria do Senhor Dênis Chagas Nogueira, é de caráter sucinto, deverá ser divulgado dentro de breves dias; o segundo, ainda em elaboração a cargo do Senhor Paulo Assis Ribeiro, é uma análise minuciosa do referido Plano. Posteriormente, cogita-se da constituição de um Grupo de Trabalho que coordenará as diretrizes finais do assunto.

2) Seminário sôbre as Reformas de Base

3) Pesquisa sôbre o Gráu de Estatização das Emprêsas

IPÊS - INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS
Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 54 - 14.º Andar - Telefone: 33-5551
São Paulo

São Paulo, 11 de junho de 1963.

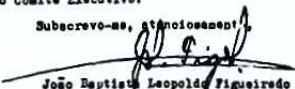
Ao
IPÊS - INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS
At. José Rubem Fonseca
Av. Rio Branco, 156 - s/2737
RIO DE JANEIRO

Ref. GE - 63/0157

Prezado José Rubem,

Em resposta a sua carta de 3 de maio último, desejamos alguns esclarecimentos:

a) Ficou combinado que a BRASTEC faria para o IPÊS um estudo sôbre: " A participação das emprêsas governamentais na formação do produto nacional"; estimativa dos gastos de investimentos das emprêsas governamentais: análise do balanço operacional das emprêsas; pessoal empregado;níveis de salário; produtividade; comparação com as emprêsas congêneres do setôr privado ; comparação com a India, Paquistão, Indonésia e Argentina.

A nossa participação no custo dessa pesquisa seria da ordem de Cr$1.248.000,00(hum milhão,duzentos e quarenta e oito mil cruzeiros).

Estavamos certos de que essa pesquisa seria realizada inteiramente pela BRASTEC e abrangeria os campos nacional, estadual e municipal e alguns dos principais centros do país.

No entretanto, pela carta de 3 de maio, verificamos que se pretende delegar a esta secção uma parte da pesquisa. Ora, se dispuzessemos de pessoal suficiente para essa pesquisa obviamente não iriamos encarregar dela outra entidade.

Além disso a carta não esclarece a que empresas se apresentaria o questionário remetido.

Submetido o assunto ao grupo de trabalho respectivo, concluiu êle pela impossibilidade material da execução da pesquisa, conclusão essa aprovada em reunião regional do Comitê Executivo.

Subscrevo-me, atenciosamente,

João Baptista Leopoldo Figueiredo
Presidente

APÊNDICE O

Correspondência de Sônia Seganfredo com o IPES

Heitor Ferreira

Rio 25 de outubro de 1962

Prezada senhorita

Antes de mais nada devo dizer-lhe que minha esposa e eu teríamos grande prazer em conhecê-la pessoalmente, pois admiramos sua coragem essa coragem simples de fazer o que todos deveriam fazer.

Não sei se os livros que lhe enviei pelo Correio já terão chegado a suas mãos. Hoje preferi usar um mensageiro, por motivos óbvios. De qualquer maneira, é hora de me fazer conhecer e explicar o que venho

Estamos na mesma luta e do mesmo lado. Isso me anima a escrever-lhe, colocando-me, inteiramente, sob sua confiança.

[illegible]

Meu Ferreira –

Compraram-na com o objetivo de fazê-la sumir. O quadro anexo é um trabalho que vale a pena examinar. Ofereço-lhe êste e já lhe prometo as próximas edições. Como especialista que é, notará certa debilidade na parte referente ao campo estudantil. De fato, é ali bem que vale. Talvez possa mesmo auxiliar na nova montagem futura. Mostre-o a quem achar interessante, à vontade, deixe copiar inclusive. Só não convém publicar e peço que não mencione a origem do recebimento.

Mas vamos ao assunto principal, se permite.

Nosso grupo no exército – que a esquerda insiste sempre em chamar de golpista – continua a existir, embora sensivelmente enfraquecido, entre outros motivos pela falta de liderança, depois que nossos chefes de maior valor e projeção passaram para a reserva, alguns até pela excelente razão de que fora do Exército poderiam trabalhar com maior rendimento. Digo isso porque o fato tem ligação com o problema que desejo tratar com V.

Temos imprimido nós mesmos e encaminhado para o exterior edições várias obras de grande valor, uma propaganda sistemática

Heitor Ferreira

anti comunista. A maioria sairá brevemente (Djilas - "Conversations With Stalin" que será publicado na minha terra pela editôra Globo, a cujo diretor ligam-me laços de amizade; Strausz-Hupé - "The Protracted Conflict"; Suzanne Labin - "Il Est Moins Cinq"; Raquel de Queiroz - "Crônicas Engajadas"; George Orwell - "Animal Farm", e várias outras.

Numa coleção de cadernos, menor portanto, há uma série de projetos de publicação - entre os quais sugeri a inclusão da sua série "A UNE, menina dos olhos do PC". Naturalmente, adaptada, ampliada e atualizada até os últimos fatos.

Comprei os números atrasados do jornal, organizei os artigos em álbum, entreguei-os ao general e sem esperar decisão a respeito - o que seria aconselhável e apropriado - apressei-me em enviar-lhe vários exemplares de algumas plaquetas que estavam à mão, pelo Correio, com remetente.

Foi então que êle me disse que trataria pessoalmente do encaminhamento da publicação, pois êle é de resolver e eu não. Acontece que a essa altura meu nome já havia seguido no remetente e era o primeiro passo para um contato.

Eis o motivo deste bilhete
E' para informá-la de que suas reportagens

Hélio Ferreira

estão com grande colação para edição e entrarão provàvelmente na coleção de livretos. O general fará contato pessoalmente com você - que não sabe de nada.

O general a que me refiro é o Gen. Golbery do Couto e Silva, um dos fundadores da Escola Superior de Guerra onde serviu até 1955, atualmente integrante da equipe do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Telefonará convidando-o para uma entrevista, etc. Provàvelmente lhe dará um Quadro da Infiltração igual a êste que estou enviando e que você não reconhecerá, claro. Combinarão detalhes da edição. Mas tudo, peço-lhe, como se fosse novidade e sem mencionar o assistente dêle - tenente Heitor - que adiantou-se na operação e não pôde mais sair dela, pois o Correio não devolve impressos registrados.

Acredito que telefonará 2a feira próxima.

Então estamos entendidos?

Espero mais uma vez agradecer-lhe por ser quem é. Espero que façamos boa amizade.

Atenciosamente,

[illegible] Ferreira

[illegible]

Texto da carta enviada ao SNI, no ano passado.

Estado da Guanabara, 19/11/1965

ao Sr. José Davi e a quem mais possa interessar

Após muito pensar resolvo deixar, por escrito, o que penso sôbre o Ministério do Planejamento e minha posição diante dêle. Acredito que minha palavra, se no passado valeu alguma coisa, deverá, ainda hoje, valer algo, pois não mudei. Muitas coisas podem ter mudado, mas continuo sendo a mesma pessoa, com a mesmas idéias.

Tenho falado muitas coisas para os que possuem a fôrça e o poder na mão. Recebo, em troca, palavras e mais palavras, sem nenhuma realidade objetiva. Não tive mêdo de enfrentar a ação comunista e corruptível dos tempos de João Goulart. Não terei mêdo, agora, se necessário fôr, de enfrentar e denunciar a grande traição política que se faz aos ideais de uma Democracia sadia. Elementos do passado, prestigiados pelo Govêrno Revolucionário, procuram, inclusive, desmoralizar muitos dos que deixaram seus nomes marcados pela luta que enfrentaram contra o comunismo e a corrupção. Pelo menos, por dever de gratidão, êstes deveriam ser mais respeitados.

Meu caso é típico, exemplifica a traição. Procurarei, em poucas palavras (o que é bastante difícil) relatá-lo.

Em 1958 entrei para o Curso Pré-Vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia. Procurada pelo grupo comunista e amoral do prof. Vieira Pinto, neguei-me a participar de badernas. Por isso, fui perseguida e desmoralizada pelo grupo. Entendí que, por uma questão de princípios e fé democrática, deveria combatê-lo. Mas, êle não agia só. Para combatê-lo era preciso combater o comunismo em suas causas: corrupção, comodismo, omissão, conivência e elites detentoras do poder político, econômico e intelectual do país, principais responsáveis de todo o êrro em que vivíamos.

Em 1962, uma greve política, decretada pela UNE, foi aceita pelas universidades com a conivência de reitores e diretores. Depois de muito lutar, solicitando a meus colegas que não participassem da greve, êles, coagidos, não me ouviram. Tive que "furá-la" sòzinha. Sofrí novas perseguições, principalmente porque relatei, numa série de reportagens, a ação nefasta da UNE e do ISEB. Então, depois disso, começou a exploração sórdida de alguns "democratas" que visavam, apenas, encontrar porta-vozes para defenderem, não os ideais de uma democracia, mas seus interêsses particulares, pois suas propriedades, posições, etc., estavam ameaçadas.

Assim, fui convidada pelo IPES (órgão que a título de defender a Democracia, não passava de uma indústria rendosa de anti-comunismo) a publicar um livro baseado nas reportagens que fizera em jornal. Procurou-me o General Golbery do Couto e Silva. O IPES recebia dinheiro de várias fontes para difundir a democracia, mas a maior parte do dinheiro era aplicado em ordenados polpudos que davam mais bem-estar a generais da reserva e a outros elementos que em nada se arriscaram na defêsa da Democracia.

O meu livro - UNE, Instrumento de Subversão - recebeu financiamento do IPES. Meu editor foi pago para editar o livro e, consequentemente, vendê-lo mais barato. Até hoje não sei quantos exemplares foram publicados.

Não foram poucos,pois todo o Brasil o conheceu. Em dinheiro recebí apenas 10% da venda dos ditos quinze mil exemplares,número que ponho em dúvida.O livro foi vendido a Cr$ 300 e recebí,apenas,Cr$ 420.000,dinheiro pingado aos Cr$ 20.000 por mês. O IPES,ao contrário do que fazia com outros,não me deu um centavo sequer e pedia-me sigilo quanto a sua participação na edição, pois não poderia "se comprometer". No meu entender essa atitude chama-se exploração e fraude.

Estava com tôdas as portas fechadas,prejudicada pelo Ministério da Educação em minha profissão. Recorrí ao Gal. Golbery pedindo-lhe para trabalhar no IPES. NÃO! Eu não poderia trabalhar no IPES porque estava "muito marcada" e o bom nome do IPES seria prejudicado... Por ingênuo idealismo tudo suportei e cada vez mais minha vida se tornava prejudicada.

Em decorrência do livro,fui depôr na CPI sôbre a UNE,em Brasília. Durante três dias relatei,com provas suficientes,tôda a história e ação da UNE. Sofrí difamações de alguns deputados que acusavam-me de "iludida","ignorante",etc.Então,acabei de me enterrar. Disse muita coisa por informação da sra. Nininha Leitão da Cunha que sabia mandar seu carro me buscar em casa para ir vê-la. Em sua casa muitos comunistas se reuniam e ela ficava sabendo de muita coisa. Dizia-me e pedia-me,pelo amor de Deus, que jamais seu nome transparecesse em alguma coisa. Cumprí,fielmente,o papel de idealista...

Veio a"revolução" Uma esperança nasceu em mim. Por incrível que pareça,a "revolução" procurou poupar e prestigiar elementos altamente responsáveis por tôda a decadência dêste país. As elites poderosas,formadas pelos homens de 30,passaram a ser executoras da "revolução". Temos,por exemplo,a situação do Ministério da Educação: o mesmo Conselho Federal de Educação,os mesmos diretores de Divisões e Diretorias(que permitiram a comunização das universidades,a História Nova,os grêmios, etc.),os mesmos homens do orçamento,o que equivale dizer,a mesma mentalidade retrógrada e corrupta que durante muitos anos aniquila com a educação do país. O problema agrava-se porque as minorias,donas do ensino no Brasil,formam um feudo e não podem admitir que nenhum elemento nôvo penetre em sua irmandade. Os seus são hereditários. Torna-se necessário lembrar que o Brasil é um país de gente jovem e a juventude deve ter sua vez. A única juventude prestigiada pelo Govêrno é a que apresenta a mesma mentalidade das elites dominadoras porque são estas elites que servem de "pistolão" aos poucos jovens que entram nas confrarias.

Foi assim o meu caso,exemplifico o que disse acima. Convidada após a "revolução" para servir no Gabinete do Ministro Suplicy de Lacerda, fui por êste recomendada para ir ao Paraná,fazer conferência na Universidade (tenho a cópia da carta de apresentação,assinada pelo Ministro). Queria êle que eu falasse da necessidade de renovação do sistema educacional e denunciasse o sr. Pedro Calmon... O ardor revolucionário dos homens públicos passou no dia 15 de junho de 1964,dia em que o povo,estarrecido,conheceu a última lista de cassações. No dia 16 de junho,o sr. Ministro Suplicy,sem nenhum esclarecimento,assinou a minha demissão. Agiu assim por

pedido do sr. Pedro Calmon. Êste não fôra cassado e, então, precisava se vingar de quem durante anos combatera a sua corrupção na Universidade do Brasil. Depois soube que a espôsa do ministro é prima da espôsa do Calmon. Tudo em família. Ação entre amigos...

Procurei os donos da "Revolução". No IPES recebi tôda a má vontade possível. Minha reivindicação era pouca. Havia sido cogitada para lecionar na Faculdade Nacional de Filosofia, exatamente na cadeira desocupada pelo sr. Vieira Pinto. Êle saira, mas seus assistentes comunistas (um é espôsa de Guilherme Wanderley dos Santos, do ISEB) continuaram. Segundo alguns professôres "amigos", deveria esperar, pois estava "marcada". Um catedrático do Curso sugeriu-me, então, uma outra fórmula. Pediu uma bolsa para pesquisas (Cr$ 70.000). Não a obtive, após ter recorrido ao Coronel Perdigão que, durante meses iludiu-me, usando o nome do General Golbery. O sr. Pedro Calmon não me daria a bolsa. Enquanto isso, na mesma época, alunos comunistas e agitadores do Curso de Ciências Sociais da F.N.Fi., recebiam bolsas maiores.

Finalmente, fui apresentada ao Coronel Figueiredo. Êste deu-me tôda a razão em relação aos meus ressentimentos. Fui para o Ministério do Planejamento. Lembro-me que ao ser apresentada ao sr. Edmar de Souza, Diretor Administrativo do Ministério, o Cel. Figueiredo disse-lhe: "o Gal. Golbery pediu que eu fôsse tratada como de sua família". O tratamento que tive no Ministério foi inferior ao dispensado a uma empregadinha e inferior elementos do SNI sabiam disso, pois várias vezes queixava-me da situação.

Em janeiro de 1965, três meses depois de ter entrado no Ministério do Planejamento, por ordem do sr. Edmar de Souza e "fofoca" de Gabinete, passei a ser perseguida. Primeiro, em questão de salário. Naquela data todos os funcionários foram aumentados, menos eu. Depois de muita luta, consegui, só em março, receber o aumento. Depois, em relação a minha classificação. Sou professôra e funcionava no setor de educação, mas minha classificação era de secretária. Perguntei na época porque o rebaixamento e não a classificação condizente com a minha profissão. Por que não estava classificada como assistente, igual aos outros?

Em julho dêste ano um nôvo chefe apareceu no setor (um setor que alimenta parasitas, pois nunca apresentou um trabalho sequer) - prof. Jesus Belo Galvão - que após três mêses no EPEA, nada fazendo (segundo consta de relatório), recebeu o prêmio de dirigir o setor de educação do Gabinete. O sr. Jesus, é bom esclarecer, participou de várias comissões dos govêrnos Juscelino e Jango.

Soube - de muito boa fonte - que o sr. Edmar de Souza encomendou ao sr. Jesus Galvão que eu fôsse hostilizada, pois era necessário "criar um caso". Eu deveria ser demitida. Durante três meses fui insultada e humilhada por gente sem nenhuma qualificação moral ou profissional. Como eu não "criasse caso", fui afastada do Ministério, num "serviço" externo. Enquanto estava ausente do Ministério, tramou-se a minha derrubada. Um dia, com surprêsa, encontrei nas mãos do sr. Edmar de Souza, uma série de denúncias feitas a mim, inclusive, a de "sabotagem de serviço".

Estranho, o meu chefe jamais se dirigira a mim para fazer qualquer reclamação. Mas, todo o Ministério "sabia" que eu era elemento "nocivo". Sindiquei-me com o sr. Edmar de Souza e disse-lhe que exigiria um inquérito e processaria o autor das denúncias, pois as mesmas não eram comprovadas. O autor das denúncias envolvera pessoas estranhas ao Ministério. Procurei aquelas pessoas e obtive a negativa de qualquer reclamação feita a minha pessoa. Parece que o sr. Edmar sentiu mêdo. De fato, não poderia ser arbitrário, baseado em acusações sem prova. As "denúncias" foram arquivadas e passei a ficar à disposição do Gabinete. O sr. Edmar nada fêz para reparar-me moralmente e, ao contrário, achava a situação bastante cômoda, pois teria meios para afastar-me futuramente.

Em princípios dêste mês fui chamada ao Gabinete. Minha remoção para o EPEA estava pronta. Ao apresentar-me ao nôvo chefe, Dr. Arlindo Lopes, soube, por êste, que o Diretor do EPEA não mostrava agrado com a minha ida para lá, porque "ouvira comentários no Gabinete" (de Edmar, é claro). Considerei-me moralmente impedida de trabalhar no EPEA até que seu diretor fôsse esclarecido. O sr. Edmar de Souza, evidentemente, achou minha exigência um absurdo e desligou-me do Ministério, sem nenhum aviso. Atitude arbitrária e indecorosa, típica do sr. em questão.

Vejamos, agora, porque não posso ser do Ministério do Planejamento. O ministério foi criado, também, para favorecer parentes e amigos de ministros, gente importante e seus amigos (uma irmandade). As mesmas elites que sempre se serviram dêste país continuam lá representadas e o sr. Edmar é um exemplo. Supõe êste sr. ser o dono do feudo Planejamento. Cabe a êle, sem ver a competência ou não do pessoal, aceitá-lo ou demiti-lo. O Ministério não oferece nenhuma segurança aos seus funcionários. Deve, por regulamento, aceitar pessoal para grupos de trabalho pelo espaço de seis meses. Mas, mantém o pessoal até o dia que resolve dispensá-lo. Após ficar com um funcionário mais de um ano, não tem nenhuma obrigação para com êle. Aviso prévio, indenização, seguro contra acidente de trabalho, direito a férias, nada disso existe. Leis trabalhistas não são conhecidas no Ministério. Mas os funcionários têm horário a cumprir.

Os salários variam com o "pistolão" do admitido. Há casos em que os elementos tidos como participantes dos grupos de trabalho, só aparecem no fim do mês para receberem o ordenado. Ninguém pode provar esta denúncia porque o Ministério não é efetivo, não está sujeito a lei e nem há ponto para o pessoal técnico.

Quanto à parte política, o sr. Edmar de Souza disse-me, êle mesmo, que fizera a campanha do sr. Negrão de Lima dentro do Ministério (um órgão do Govêrno promovendo contra-revolução...). Êle tem muito Mêdo do SNI. Homem que adora intrigas, faz de seu gabinete uma fábrica de difamações e calúnias. Sei, por informe de gente ligada ao Gabinete, que o sr. Edmar sempre me quiz ver pelas costas, porque sou, no seu entender, "agente do SNI". Sua mediocridade supõe isto porque fui apresentada a êle por membros do SNI. Evidentemente, deve haver alguma coisa, pois quem não erra não teme... O seu pavor ao SNI faz de mim um elemento indesejável. Sua

atitude é muito estranha. Não tenho a mínima relação com o pessoal do Gabinete. Conheço pouquíssima gente do Ministério e tenho mais o que fazer. Aproveito o meu tempo lendo, dando aulas, estudando e não "fazendo "fofocas" em gabinetes ou fora dêles. Tudo que tenho a dizer, digo frente a frente e com inteira responsabilidade de meus atos.

Declaro, no final desta exposição, que, nêste país pode haver gente moralmente igual a mim, mas superior não. Não aceito humilhação e perseguições políticas de elementos que, pelo seu próprio passado, deveriam estar banidos da vida nacional. Ao lado de minha formação moral posso acrescentar, sem ser pedante, competência profissional e coragem suficiente para denunciar pùblicamente, se necessário fôr, o que considero fraudulento e imbecil. Exijo ser tratada com o dévido respeito. Meu passado atestam honestidade e coragem suficientes.

Não dou autoridade ~~para~~ o sr. Edmar de Souza para me demitir de lugar nenhum porque o mesmo não tem condições para fazê-lo. Êle não é dono do Planejamento e muito menos pessoa capacitada para julgar competência e ação de outras pessoas desvinculadas de certas igrejinhas. O meu maior defeito para êste tipo de pessoa é não ser elementos de fuchicos.

Assumo inteira responsabilidade do que digo. Não preciso entregar denúncias sem assinatura porque não sou agente de informações (o sr. Devi me havia pedido informes do Planejamento sem assinatura). Minha profissão é outra. O que sei, com os respectivos nomes e situações só será utilizado pùblicamente ou num processo que poderei mover contra elementos do Gabinete do Ministro do Planejamento, caso persista a perseguição política que se faz contra mim, baseada em atitude de meu passado. Acredito e tenho certeza, mesmo, que o sr. Ministro não sabe o que se faz em seu Ministério. Seria conveniente que o mesmo estivesse a par.

Há muito tempo, desde a "revolução", que não tenho atividade política, pró ou contra alguma coisa. Quero continuar a não ter nenhuma atividade política, pois acredito que na hora mais decisiva dei minha colaboração, lamentàvelmente para ficar "marcada". Mas, se necessário fôr, saberei lutar pelos meus direitos de cidadã insultada, caluniada e prejudicada por elementos comprometidos com govêrnos depostos. Chegou a minha vêz de exigir respeito e consideração. Se eu tiver que continuar "marcada" muita gente "bonzinha" ficará também.

Espero que esta exposição, muito resumida possa servir de meditação. Gostaria de finalizar esclarecendo que não considero minha ida para o Ministério do Planejamento uma esmola. Pelo que fui e pelo que sou, acredito ser um dever de justiça.

Sonia Maria S. Segnafreddo.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1966

Ao Conselho do IPES

Após decorridos três anos da publicação de meu livro, UNE, Instrumento de Subversão, edição financiada pelo IPES, venho solicitar o pagamento a que tenho direito e até hoje esquecido.

Poderá parecer estranha esta minha atitude de só agora exigir uma definição, por parte do IPES, o que há muito deveria ter sido feito por mim. Explico a atitude que ora assumo porque cheguei a conclusão de que os ingênuos idealistas nada valem no conceito e no respeito daquêles que dêles se aproveitam. Tudo que é de graça não tem valor, ao contrário, é desprezado e esquecido.

Para melhor esclarecer a situação, cumpre-me fazer um histórico de minha posição antes e depois da revolução, assim como a participação do IPES nos acontecimentos.

Antes da revolução, um IPES receoso, recebendo dinheiro de várias fontes a título de "preservar a Democracia", recorria para tal encargo ao trabalho de idealistas que deveriam comprometer-se a jamais pronunciar o nome do órgão em suas campanhas. Êstes elementos, entre os quais me incluo, não receberam um centavo sequer pelo trabalho desenvolvido e, ainda, custearam despesas de seu próprio bolso.

Depois da revolução, cuja pregação poucos tiveram a coragem de fazê-la abertamente, o IPES tornou-se o "único" responsável pela mesma revolução, conforme pode-se deduzir de publicação paga, pelo próprio IPES, à revista SELEÇÕES. Hoje, em liga com o Ministério do Planejamento, Banco Nacional de Habitação, SUNAB, IBRA, INDA, BNDE e outros órgãos do Govêrno Federal, assume o IPES a tarefa de dirigir a Nação recrutando elementos do mesmo passado corrupto e irresponsável, elementos que, inclusive anti-revolucionários, perseguem, atacam, prejudicam e desmoralizam aquêles que no passado tiveram seus nomes conhecidos pela ação revolucionária (é preciso especificar bem: não uma ação revolucionária de esquerda, mas a ação revolucionária que determinou a queda do govêrno passado). O mais lamentável é que tais perseguições são feitas abertamente, com a pusilanimidade própria dos cientes de que suas ações amorais ou imorais ficarão impunes, pois o Govêrno que a partir de 1964 se instalou no Brasil lava as mãos como Pilatos na cruxificação de Cristo e, ainda, continua a prestigiar os mesmos elementos de um passado que deveria ser esquecido e renovado. A principal característica filosófica, histórica e sociológica de uma revolução é a renovação. Esta não foi realizada no Brasil. O que houve foi um movimento para salvar as elites ameaçadas. Mas, por quanto tempo tais elites poderão, ainda, dormir tranquilas? O que acontece quando uma classe média começa a ser asfixiada e empurrada para baixo, além de ser marginalizada de qualquer processo político? A Inglaterra de 1688, deu-nos o exemplo; a França de fins do século XVIII, também. Isto para citar os exemplos mais conhecidos.

Após êste preâmbulo,passo aos fatos de antes da revolução relacionados com a minha pessoa.

1 - Ao entrar na Faculdade Nacional de Filosofia(o núcleo universitário que mais desenvolveu e ainda desenvolve uma ação subversiva),devido as minhas idéias e recusa em participar de certos episódios,passei a ser perseguida pelo sr. Álvaro Vieira Pinto,catedrático de História da Filosofia,diretor do ISEB e homem de influência nos destinos da Faculdade.

2 - Em 1962,já conhecida anteriormente por artigos e reportagens no Jornal Universitário e em coluna no Jornal do Brasil(a coluna durou três meses,pois fui dispensada em julho de 1962 por artigo que não chegou a ser publicado e no qual fazia uma análise sôbre os objetivos políticos da greve; a linha do jornal,então,era favorável a tôdas as agitações políticas...),fui convidada pelo O Jornal para publicar uma série de reportagens sôbre a UNE. As reportagens,sob o título de "UNE,Menina dos Olhos do PC",em número de 14,foram feitas quase gratuitamente,pois recebí Cr$ 2.000 (dois mil cruzeiros) por reportagem,num total de Cr$ 28.000 (vinte oito mil cruzeiros) que o jornal levou meses para me pagar.

3 - Aquelas reportagens interessaram ao IPES. Conforme carta datada de 25 de outubro de 1962,assinada pelo então tenente Heitor Ferreira,secretário do General Golbery do Couto e Silva e cuja fotocópia autenticada segue anexa a esta exposição,fica caracterizada a participação do IPES na publicação de meu livro, UNE,Instrumento de Subversão,assim como a participação ativa,de minha parte,em outras atividades.

4 - Na página 3 da carta do Cap. Heitor Ferreira há o trecho:" Foi então que êle me disse que trataria pessoalmente do encaminhamento da publicação,pois êle é da reserva e eu não". De fato, fui chamada pelo General Golbery e o processo da publicação foi tratado. O editor Gumercindo da Rocha Dórea publicaria o livro que seria financiado e,portanto,vendido por preço bem mais inferior ao seu custo real. Para efeito de "legalização",assinei contrato em que ficava estipulado que a autora receberia 10% (dez por cento) do valor de cada exemplar, conforme regra em qualquer edição. Disse-me o General Golbery que depois trataria,comigo,um pagamento suplementar por parte do IPES. Até hoje não recebí o pagamento e o assunto nunca mais foi tratado. Devido ao meu constrangimento,jamais voltei ao assunto,o que faço nêste momento.

5 - Outro assunto relacionado com o livro refere-se ao número exato de exemplares publicados. Até hoje não sei quantos foram. Disse-me o editor e consta no contrato,15.000 (quinze mil) exemplares.Mas,apesar do avanço da ciência,nunca tive notícia que livro desse cria. Pelo que sei,todo o Brasil o recebeu em quantidades de 500 para cada Escola Militar,Vila Militar,bases militares,entidades civís receberam-no em grandes quantidades. Pelo que sei,no Paraná,por exemplo,

2.000 (dois mil) exemplares foram colocados; em São Paulo, mais de 9.000 (nove mil). E nos outros lugares? Ainda depois da revolução, soube que o IPES promoveu conferência no Rotary Club, onde meu livro foi distribuído e nem sequer houve a gentileza, por parte do IPES, em me convidar para assistir a tal conferência. Situação muito cômoda, pois a prejudicada e marcada sou eu e, cada vez mais inimigos arranjo sem nenhum apôio moral daquêles que poderiam e deveriam me "redimir".

6 - Causa-me estranheza a atitude do IPES em relação à minha pessoa, pois sei que outras publicações foram règiamente pagas. Sendo o IPES um órgão que recebe dinheiro de várias fôntes para "trabalhar pela Democracia", evidentemente as pessoas que, de qualquer modo, colaboram com êste trabalho deveriam receber a remuneração devida, ao menos para uma ajuda de custas.

Logo após a publicação do livro, em 1963, estive em Brasília a fim de depôr na CPI para apurar responsabilidades da UNE (meu depoimento durou três dias, com sessões pela manhã, à tarde e até à noite). Tive passagens e estada pagas pela Câmara dos Deputados, mas tôdas as outras despesas foram feitas por mim. Paguei, de meu bolso, mais de 50 cópias fotostáticas, autenticações em cartório e ainda a compra de algumas publicações necessárias. E naquela época, já formada pela Faculdade, eu encontrava tôdas as portas fechadas para o trabalho, porque o grupo dominante no Ministério da Educação assim o exigia, devido a minha ação. O General Golbery e outros generais do IPES sabiam de tudo. Ao pedir para trabalhar no IPES, a resposta foi evasiva e soube depois que "eu estava muito marcada para pertencer ao IPES". Quanto ao pagamento que deveria ter sido feito a mim, nunca mais foi falado. Mesmo assim, com tôdas estas dificuldades, ainda pronunciei conferências em São Paulo, por várias vezes (inclusive no Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e em outros lugares. As viagens e estadas eram pagas pelos que me convidavam, mas tôdas as outras despesas eram pagas por mim.

Até aqui falei do passado, do antes da revolução. Não escreveria esta carta, deixaria o passado esquecido, não fossem as conseqüências que enfrento, movidas pela vingança, pelo ódio, pela falta de caráter de muitos que estão em lugares errados. Acredito que um Govêrno que tenha como cabeça o IPES deveria, por questão de respeito humano, honestidade e até cavalheirismo, porque afinal de contas sou mulher, ter um pouco mais de consideração para comigo. Tenho sofrido as piores perseguições e ao recorrer a pessoas que conhecem e que têm a fôrça e o poder nas mãos, ainda ouço críticas: "você é afobada, está nervosa, imaginando coisas, etc.". O fato é que se antes da revolução sofria ataques dos que tinham posição política contrária a minha, agora a situação é bem pior. Eu tenho o direito de viver em paz. Eu tenho o direito de trabalhar. Eu tenho o direito de ser respeitada. Para uma idéia do que tem sido a minha vida depois desta chamada revolução, relato alguns fatos e

envio, também, o texto de uma carta que enderecei ao SNI no ano passado, época em que precisei ameaçar para ser um pouco respeitada. Cumpre-me fazer uma retificação em relação àquela carta: o Govêrno do sr. Negrão de Lima apresenta gente com responsabilidade, decência e humanismo, coisa um pouco difícil de ser encontrada no govêrno revolucionário, pelo menos em relação as pessoas com quem tenho tido relações funcionais. Mas, vou aos fatos.

1 - Logo após a revolução, o então Ministro da Educação, sr. Flávio Suplicy de Lacerda, chamou-me para seu gabinete. Esclareço que não fiz nenhuma reivindicação pelo trabalho passado. Fui convidada, depois soube porque, para servir de escudo provisório às intenções "revolucionárias" do ministro, naquêle momento certo de que uma revolução autêntica atingiria a Educação. Passei um mês no Ministério. O pessoal do passado estava todo lá e não socegou enquanto não conseguiu meu afastamento através de manobras das mais sórdidas possíveis. O próprio Ministro, atacado pelo projeto da lei Suplicy, declarou aos estudantes da UME e UNE, quando criticado por êstes, que o projeto era de minha inspiração. Foi uma atitude, é claro, sem qualificação. Jamais fui perguntada sôbre qualquer posição a ser tomada em relação à UNE. Além do mais, tenho autocrítica suficiente para reconhecer que sou um pouco mais inteligente do que o autor do projeto, que aliás, até hoje não sei quem é.

2 - Após a situação em que fui colocada no MEC, recorrí ao SNI, na pessoa do Coronel João Batista Figueiredo, por apresentação de um coronel amigo meu. A questão principal era a de eu ter uma reparação moral. O Coronel Figueiredo deu-me tôda a razão e indicou-me ao Ministério do Planejamento. Caí num reduto onde era bastante conhecida de nome. A má vontade começou no dia em que coloquei os pés no Ministério. Os "técnicos" de lá são os mesmos do Govêrno de João Goulart e, no meu setor, educação, impera o grupo de Anísio Teixeira, cuja ação é ou deveria ser bastante conhecida pelos que assumem o comando de uma revolução. O recrutamento de estudantes de Economia, para servirem como estagiários, é feito entre os alunos que sempre desenvolveram as agitações em suas faculdades. Qualquer pessoa de inteligência razoável e conhecedora das técnicas de tais elementos, pode supor o que êles não fariam para prejudicar pessoas "marcadas" como "radicais", reacionárias", "imperialistas", "ibadeanas", etc.

Houve várias tentativas para a minha saida do Ministério. Por várias vêzes conversei sôbre o assunto com o Coronel Figueiredo e outros do SNI. O coronel Figueiredo, inclusive, chegou a manifestar dúvidas quanto ao sr. Edmar de Souza, devido a uma série de possíveis irregularidades que chegavam a seu conhecimento. Mas, o sr. Edmar conseguiu o que queria. E nunca mais o Coronel Figueiredo quiz falar comigo. Mandei ao sr. José Davi a carta que segue anexa. Não sei o que aconteceu depois disso. Mas, o sr. Edmar de Souza passou, aparentemente, a me tratar muito bem e fêz excelentes referências a meu repeito ao Dr. Fernando Murgel, da SUNAB.

O sr. Edmar de Souza, contudo, tem um companheiro de Banco do Brasil na SUNAB, sr. Lauro Martins Faria, a quem encomendou minha saída da SUNAB. Sei do caso por aviso de uma pessoa do próprio Gabinete, como sei também, segundo comentários, que o sr. Lauro já criou muitos problemas e suas relações com o Dr. Murgel não são das melhores.

3 - O sr. Lauro, a quem não conheço pessoalmente, tentou em julho, por encomenda do Planejamento, demitir-me da SUNAB, aproveitando-se de uma viagem de meu chefe imediato e até agora satisfeito com meu trabalho. Não o conseguiu, porém. O sr. Lauro, então, achou uma fórmula mesquinha para me prejudicar. Sem nenhuma base jurídica, enviou memorandos e ofícios ao Secretário de Administração do Estado da Guanabara, acusando-me de acumular cargos. O processo é sigiloso e corre desde julho. Soube de sua existência no dia 16 de novembro por informação oficiosa de um amigo da Secretária de Educação, onde foi bater o processo, após passar por 18 (dezoito) lugares diferentes. O objetivo do chefe de gabinete da SUNAB, sr. Lauro Martins Faria, é, evidentemente, levantar uma questão na Administração do Estado, querendo caracterizar uma acumulação de cargos, o que na realidade não existe. Afirma em seus ofícios, o referido sr. Lauro, que "soube por informações" da irregularidade. Ora, a informação foi dada por mim mesma ao Diretor Executivo da SUNAB, Dr. Fernando Murgel, que afirmou não ter importância meu contrato no Estado e que havia vários casos desta natureza na SUNAB. O importante, nesta história, é o problema que possìvelmente terei que enfrentar no Estado, caso a Secretaria de Administração resolva abrir processo.

Em resumo, esta é a última que aturo. Tenho o direito de exigir um basta. Meu passado pode ter ficado esquecido para aquêles que dêle se aproveitaram, mas não ficou esquecido para aquêles que contra êle lutaram. Não me arrisquei, nem recebí ameaças, nem assumí atitudes com o fito de receber vantagens futuras. Se assim fôsse, minha conduta teria sido outra desde o início. Mas, se eu pudesse ter previsto o que aconteceria futuramente, naquela época, jamais teria consentido em servir a interêsses alheios. Hoje vejo que foi para isso que serví.

Esta minha carta poderá parecer violenta, mas é feita com a indignação própria dos responsáveis. Após o movimento de 1964, abstive-me de fazer política (não é esta a minha profissão e nem pretendo que seja) ou tecer comentários sôbre a situação brasileira. No momento mais incerto e perigoso, não fugí ao dever, enfrentando o comodismo e o mêdo de muitos. Tenho carater e honestidade suficientes para levar meu prótesto, diretamente, a quem deve e pode ouví-lo. Por isso escreví ao SNI com revolta e, talvez, irreverências e agora, escrevo ao IPES.

Depois de muito pensar, resolví, visto ter sido apenas usada para um golpe de elite, cobrar o meu trabalho. Embora não sendo de esquerda e, portanto, não usando seus chavões, um vou usar nêste momento: sou contra a exploração do homem pelo homem e quando a exploração

é de homens por mulher (em qualquer circunstância), o fato é mais triste.

Por constrangimento, até agora não cobrei o que me é devido pelo IPES em relação ao meu livro (já não falo de outros trabalhos), coisa que faço conscientemente, esperando que o IPES cumpra seu compromisso e justifique a alta posição que tem no Brasil. Não é de meu interêsse, dada a minha profissão de professôra, levar o caso a publicidade. Mas, poderei entrar na Justiça, invocando o documento que tenho assinado pelo Capitão Heitor Ferreira. Pode ser que na Justiça nada consiga, pois nossa Justiça, além de cega, está surda, muda e paralítica. O meu protesto, porém, fica.

Lamento, profundamente, ter chegado a êste extremo. Sinto um certo desencanto, decepção, náusea mesmo, porque sendo moça tenho que enfrentar a maldade e a mesquinharia de pessoas bem mais velhas, que já fizeram suas vidas e impedem que os mais novos possam trabalhar. Paciência, tolerância e boa vontade têem limites. A primeira, aceitei; a segunda, também; a terceira, não! Como boa gaúcha, descendente de homens de fibra que deixaram seu sangue no solo do Rio Grande do Sul e ainda perderam fortunas em defesa de seus ideais, dêles acredito ter herdado um pouco daquela fibra, da dignidade e do espírito de luta.

Obrigada pela atenção.

Sonia Maria S. Seganfreddo
Sonia Maria Saraiva Seganfreddo

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB)

Em adendo à carta de 20/11/1966

Quanto ao meu lugar na SUNAB, espero conservá-lo até março. No momento não posso, por questões financeiras, perder o que recebo. Caso se concretize alguma vingança (não seria a primeira) e eu não tenha o socôrro necessário e justo, terei que denunciar muita gente, altamente empistolada, que acumula, esta sim, ilegalmente, dois e até três cargos públicos. Começaria pelo Banco Nacional de Habitação e pela própria SUNAB.

Uma coisa deve servir para meditação. Se eu e outros somos perseguidos por campanhas feitas no passado e não pelas nossas próprias pessoas, evidentemente os que perseguem devem fazer coisas bem sérias e até conspirar contra um Govêrno que existe em nome de uma revolução.

Sonia Maria S. Seganfredo
Em 21/11/66

RELATÓRIO

Conforme delegaçao da Diretoria, estudei os documentos anexos e ouvi pessoalmente a Srta SÔNIA SANGREPEDDO.

Embora a missivista declare, logo no primeiro parágrafo de sua carta de 20 de novembro de 1966, que solicita "o pagamento a que tenho direito" pela ediçao do livro "UNE, Instrumento de Subversao", seu objetivo parecer ser bem outro Com efeito, ao invés de especificar a quantia supostamente devida - mesmo quando interpelada diretamente por mim - preferiu alegar meritos para fins de obter ou conservar empregos em orgã os governamentais, inclusive ameaçando com uma carta particular do então Ten Heitor Ferreira

Em face das acusaçoes caluniosas relativamente ao Ipês e ante o estado emocional da Srta Sônia dominada por um evidente complexo de perseguiçao - tentei fazê-la compreender a total improcedência de sua pretensao, a estranha natureza dos meios utilizados e a incorrência da missivista em crime capitulado no Codigo Penal

Nao saberei dizer ate que ponto meus argumentos a convecerem, mas terminamos a entrevista com minha declaraçao de que nada lhe deviamos; se julgasse acertado, recorresse à Justiça - como ameaçou em sua carta onde deveria provar nao apenas o que pleiteia, mas também as calúnias que se permitiu escrever, contra o Ipês

Com base no exposto, sugiro o arquivamento da documentaçao anexa, para sòmente voltarmos ao assunto se a missivista recorrer a outros meios.

22 12 66

Rio de Janeiro, 30/12/1966

Ao Conselho do IPES

Êste Conselho encarregou o General Heitor Herrera para uma conversa comigo, a fim de "esclarecer-me". Devo dizer que em nada fiquei esclarecida.

1º) O General Herrera preocupou-se, apenas, em defender-se e defender as atitudes do IPES, através de uma série de sofismas, na suposta idéia de estar tratando com uma pessoa ingênua e ignorante.

2º) O General Herrera não me explicou o porque do sigilo pedido a mim, pelo General Golbery, quando da publicação de meu livro por interêsse do IPES. Talvez, houvesse a intenção de "proteger-me". Mas, pergunto, não seria sido ao contrário?

3º) Não fiquei sabendo, também, o porque do envolvimento da Embaixada Americana e a preocupação desta em fazer alterações no livro.

4º) Afirmou o General que o IPES, absolutamente, não tem a mínima responsabilidade quanto a edição do livro e que a carta do então Tenente Heitor Ferreira nada prova.

5º) O General Herrera "esclareceu", também, que IPES e Govêrno são duas coisas independentes. O IPES nada tem a ver com o Govêrno e vice-versa.

Após meditar sôbre nossa conversa, pretendo agir do seguinte modo:

1º) Relatar pùblicamente (e há muita gente interessada no caso, até dentro das Fôrças Armadas), a participação do IPES em relação ao meu livro, declarando, inclusive, a conversa que um elemento da Embaixada Americana manteve comigo.

2º) Provar a participação do IPES e seu aproveitamento com a divulgação da carta de Heitor Ferreira, perguntando, ainda, o porque do pedido de sigilo feito pelo General Golbery.

3º) Farei tudo isso perfeitamente à vontade, pois mantendo a questão com o IPES, absolutamente, não estarei sendo contra o Govêrno, segundo a explicação do General Herrera.

Quanto ao conceito que possam fazer de mim - uma decepção para o General Herrera - não tem a mínima importância. Eu, também, tenho os meus conceitos sôbre certas coisas e certas pessoas. Talvês esta declaração pública beneficie-me muitíssimo, pois todos saberão que a "marcada", "reacionária", "financiada pelos americanos", etc., foi bastante explorada e carregou tudo sòzinha, sem ter, sequer, o apoio moral que deveria ter daquêles que souberam usá-la. Portanto, creio que será melhor um entendimento amigável, pois do contrário, gritarei aos quatro ventos uma porção de coisas. Espero receber alguma notícia. Meu telefone é 42-8419 (na parte da tarde). Devo esclarecer, ainda, que um advogado (muito importante) já está a par do caso e pronto para agir. Isto, evidentemente, se for necessário.

Sonia Maria S. Seganfreddo

APÊNDICE P

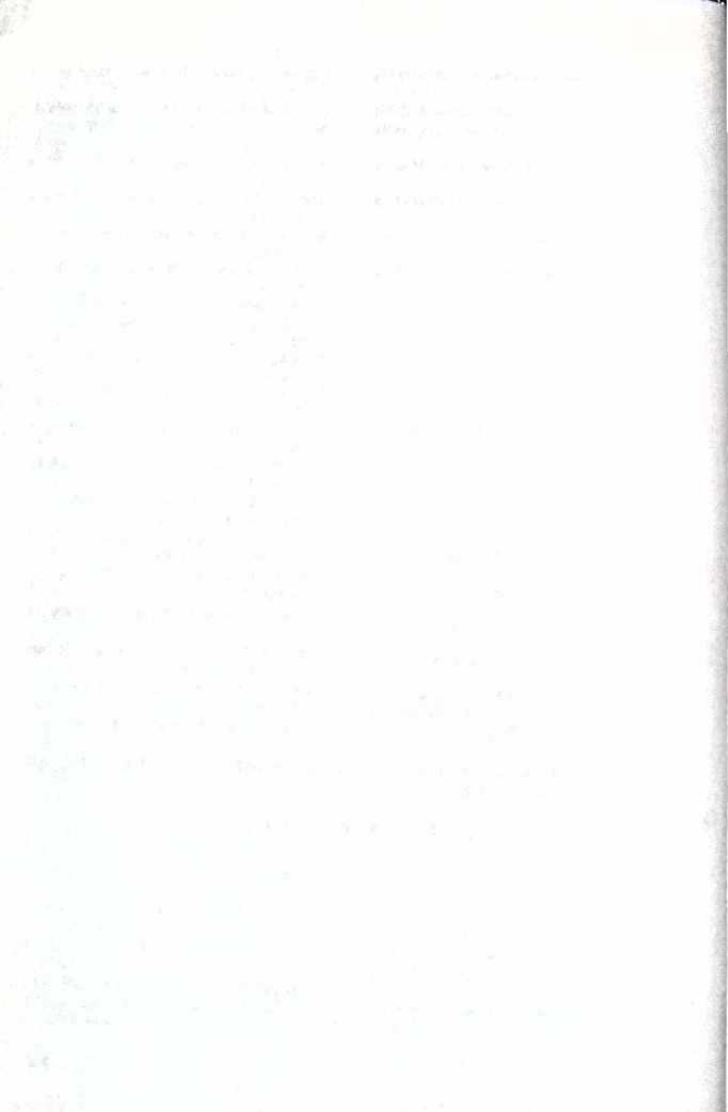
Sindicalistas brasileiros que participaram em cursos de treinamento nos Estados Unidos, orientados pela CIA, de 1961 a 1964

ABATE, Hugo (nos EUA de 15/09/61 a 15/12/61);
ABBUD, José (15/07/61 a 15/09/61);
ABRITA, Antônio (15/08/63 a 15/10/63);
ABRITTA, Ernane Souza (15/08/61 a 15/11/61);
ALMEIDA, Gilson Dias de (15/06/63 a 15/09/63);
ALMEIDA, José Gomes de* (15/01/63 a 15/03/63);
AMANTE, Francisco Hegídio (15/07/61 a 15/09/61);
ARAÚJO, Paulo Henrique* (15/01/63 a 15/03/63);
BARBOSA, José Sebastião (15/07/63 a 15/09/63);
BARBOSA, Onofre Martins (15/08/62 a 15/10/62);
BARETA, Nelson (15/07/63 a 15/10/63);
BARRETO, Benjamim Bittencourt ...... (15/09/61 a 15/12/61);
BARRETO, Vincente de Paulo (15/05/63 a 15/07/63);
BARROS, Luiz Capitolino (15/07/63 a 15/10/63);
BASTOS, Carlindo Martins (15/01/63 a 15/03/63);
BASTOS, Thodiano Conceição da Silva* (15/01/63 a 15/03/63);
BAYER, Wilfredo Marcos (15/09/61 a 15/12/61);
BOTTEGA, Abílio (15/06/62 a 15/09/62)
BRAGA, Nelson (15/05/63 a 15/07/63);
BRANCO, Aparício de Cerqueira ...... (15/07/62 a 15/10/62);
BRANCO, Eliseu Castelo* (15/01/63 a 15/03/63);
BRASIEL, Wanderley Pimenta* (15/01/63 a 15/03/63);
BUSSE, Ralf (15/08/62 a 15/10/62);
CARVALHO, Antônio Nelson (15/10/62 a 15/12/62);
CARVALHO, Áureo* (15/01/63 a .... 15/03/63);
CASTANHEIRA, Bento* (15/01/63 a 15/03/63);
CERQUEIRA, José de Arimatéia ..... (15/07/61 a 15/09/61);
CESAR, José Oliveira (15/03/61 a .... 15/11/61);
CONTESINO, Erico Antonio (15/07/61 a 15/09/61);
CORRÊA, José Benedicto (15/07/63 a ... 15/10/63);
COSTA, Fortunato Batista de (15/06/63 a 15/09/63);
COSTA, José Alives da (15/07/63 a .... 15/10/63);
CROCETTI, Mário Domingos* (15/01/63 a 15/03/63);
CRUZ, Serafim Ferreira da (15/11/62 a 15/12/62);
CUNHA, Euclides Viriato da (15/07/63 a 15/10/63);
CUNHA, João Manoel (15/07/63 a .... 15/10/63);
DA SILVA, Pedro Guedes (15/07/60 a 15/10/60);
DANTAS, Antônio Cavalcanti (15/06/63 a 15/09/63);

DE SILVA, Manoel Francisco (15/11/62 a 15/12/62);
DIAS, Irineu Francisco (15/04/61 a .... 15/07/61);
DIMBARRE, Alfredo (15/07/63 a .... 15/10/63);
DIOGO, Nelson (15/06/63 a 15/09/63);
FARACO DE MORAIS, Hermenegildo (15/03/61 a 15/10/61);
FARIA, Geraldo Pio de* (15/01/63 a ... 15/03/63);
FERREIRA, Alcides* (15/01/63 a .... 15/03/63);
FERREIRA, José Félix (15/10/63 a .... 15/12/63);
FERREIRA, Sônia Apparecida (15/05/63 a 15/11/63);
FLORENTINO, Primo Berto (15/10/63 a 15/12/63);
FONSECA FILHO, Tristão Pereira da (15/06/62 a 15/09/62);
FONSECA, Valdenor Flores da (15/07/63 a 15/10/63);
FRANCISCO, Alvise* (15/01/63 a .... 15/03/63);
FREITAS, José Reis (15/10/63 a ..... 15/12/63);
GEVAERD, Cezlos José* (15/01/63 a 15/03/63);
GIL, Waldomiro (15/08/62 a 15/10/62);
GIRO, Guilherme (15/06/62 a 15/09/62);
GOMES, Sílvio (15/10/62 a 15/12/62);
GONÇALVES, Darci Manoel (15/06/63 a 15/09/63);
GONÇALVES, Osmar H. (15/07/61 a 15/09/61);
GUIMARÃES, Benedicto Luiz (15/08/61 a 15/11/61);
HAUK, Helmuth (15/08/63 a 15/10/63);
HELFENSTREIN, Werno (15/08/61 a 15/10/61);
LEITE, Antônio Pereira (15/07/63 a .... 15/10/63);
LEITE, Floriano Gomes (15/08/61 a ... 15/10/61);
LENZI, Carlos Alberto Silveira (15/05/63 a 15/07/63);
LIMA, José Bezerra de* (15/01/63 a .... 15/03/63);
LIMA, Manoel Barbosa (15/06/62 a .... 15/09/62);
LIRANI, Júlio (15/08/61 a 15/10/61);
LUIZ, José Martinho (15/09/61 a ..... 15/12/61);
MACHADO FILHO, Antônio Rodriguez (15/08/63 a 15/10/63);
MAGNANI, Fábio (15/08/63 a 15/10/63)
MALUF, Edmundo Amin* (15/01/63 a 15/03/63);
MANZONI, Antenor (15/07/63 a .... 15/10/63);
MARCASSA, João* (15/01/63 a ..... 15/03/63);
MARINHO, Dominiciano de Souza ... (15/06/62 a 15/09/62);
MARQUES, Ivo Bento* (15/01/63 a ... 15/03/63);
MELLO JR., Theodore Narciso (15/05/63 a 15/07/63);
MELLO, José Gabriel de (15/08/61 a 15/10/61);
MOREIRA, João Balbino Gonçalves .... (15/06/62 a 15/09/62);
MOREIRA, Pedro Martins (15/08/61 a 15/10/61);
MUELLER, César Francisco (15/09/61 a 15/12/61);
NASCIMENTO, Luiz (15/08/61 a .... 15/03/62);
NASCIMENTO, Zózimo Gomes* ..... (15/01/63 a 15/03/63);
NASCIMENTO, Djalma Paiva do* .... (15/01/63 a 15/03/63);
NEVES, José Ferreira (15/08/61 a .... 15/11/61);
NINA, Celso Afonso (15/08/63 a .... 15/10/63);
NOGUEIRA, Paulo* (15/01/63 a .... 15/03/63);
OLIVEIRA, Deodato (15/07/61 a ..... 15/09/61);
OLIVEIRA, Edward Ximenes de ..... (15/08/61 a 15/11/61);
OLIVEIRA, Elieser da Silva* (15/01/63 a 15/03/63);
OLIVEIRA, José Luiz de (15/07/63 a 15/10/63);
OLIVEIRA, Solon de* (15/01/63 a .... 15/03/63);
OLIVEIRA, Ubirajara Ferreira de .... (15/07/63 a 15/10/63);
PAIVA, Carlos de* (15/01/63 a 15/03/63)
PAIXÃO, Miguel Santos de (15/01/61 a 15/04/61);
PAULA, Edison Galdino de* (15/01/63 a 15/03/63);

PAULA GOMES, Vicente de (15/10/63 a 15/12/63);
PEREIRA, Antenor (15/07/63 a 15/10/63)
PEREIRA, Vitalino Alexandre (15/10/63 a 15/12/63);
PINTO, Geraldo Sérvulo (15/10/62 a 15/12/62);
PRIESS, Carlos Fernando (15/09/61 a 15/12/61);
PROVENSI, Mário José (15/08/61 a ... 15/10/61);
QUEIROZ, Martinho Martins (15/07/61 a 15/11/61);
REGO, Ormilo Moraes (15/08/63 a .... 15/10/63);
REIMER, Getúlio (15/08/62 a 15/10/62);
REINALDO, Bernardino da Silva .... (15/07/63 a 15/10/63);
REIS, Leopoldo Miguel dos (15/07/61 a 15/09/61);
REZENDE, Osvaldo Gomes (15/08/62 a 15/10/62);
RIBEIRO, Adair (15/07/61 a 15/09/61);
RIBEIRO, Nélio de Carvalho (15/08/63 a 15/10/63);
RIBEIRO, Ubaldino Fontoura* (15/01/63 a 15/03/63);
ROCHA, Hildebrando Pinheiro (15/06/63 a 15/09/63);
ROQUE NETTO, Sebastião José ..... (15/08/61 a 15/10/61);
SANTOS, Etavaldo Dantas dos (15/06/63 a 15/09/63);
SANTOS, Reinaldo dos (15/09/61 a .... 15/12/61);
SCOZ, Elzide (15/10/63 a 15/12/63);
SILVA SOBRINHO, José Domíngues (15/08/62 a 15/10/62);
SILVA, Alvimar Macedo (15/09/61 a 15/12/61);
SILVA, Avelino da (15/08/61 a 15/10/61);
SILVA, Edir Inácio da (15/10/62 a .... 15/12/62);
SILVA, Francisco Narciso da (15/09/61 a 15/12/61);
SILVA, Hélio José Nunes da (15/06/63 a 15/09/63);
SILVA, Horácio Arantes (15/06/62 a ... 15/09/62);
SILVA, Humberto Ferreira (15/09/61 a 15/12/61);
SILVA, Ivan (15/06/63 a 15/09/63);
SILVA, João Baptista Raimundo da .... (15/07/61 a 15/09/61);
SILVA, Julio Trajano da* (15/01/63 a 15/03/63);
SILVA, Paulo da Cruz (15/07/63 a .... 15/10/63);
SILVA, Waldomiro Luiz da (15/09/61 a 15/12/61);
SILVEIRA, José Bernardino da (15/08/61 a 15/11/61);
SILVEIRA JR., Norberto Cândido .... (15/09/61 a 15/12/61);
SOUSA BARBOSA, Onéssimo de .... (15/10/63 a 15/12/63);
SOUTO, Carlos Ferreira (15/07/61 a ... 15/09/61);
SOUZA, Adelino Rodrigues de (15/06/62* a 15/09/62);
TORREKO DA COSTA, Carlos Coqueijo (15/03/62 a 15/05/62);
VIANNA, Gilberto Luiz (15/07/63 a ... 15/10/63);
WAIDT, Nilo (15/08/61 a 15/10/61).

(* Designa a participação na sessão de treinamento da AIFLD em Washington D.C. nos três primeiros meses de 1963).

Fonte: *Counterspy*. EUA, April, May 1979, (3):16-18, n. 4.

APÊNDICE Q

Voto de recusa do Congresso à designação de Santiago Dantas e position paper *preparado pelo IPES-Rio*

ALAGOAS:
Carlos Gomes — UDN
José Maria — PTN
Medeiros Neto — PSD

AMAZONAS:
Jaime Araújo — UDN
Pereira da Silva — PSD
Wilson Calmon — PSP

BAHIA:
Aloísio de Castro — PSD
Alves Macedo — UDN
Antônio Carlos Magalhães — UDN
Edgard Pereira — PSD
Edvaldo Flores — UDN
Hélio Cabral — PSD
Hélio Machado — PDC
João Mendes — UDN
Luiz Viana — PL
Régis Pacheco — PSD
Rubem Nogueira — PSD
Vasco Filho — UDN

CEARÁ:
Adolfo Gentil — PSD
Álvaro Lins — PSP
Coelho Mascarenhas — PSD
Dins Macedo — PSD
Edilson Távora — UDN
Euclides Wicar — PSD

CEARÁ:
Expedito Machado — PSD
Furtado Leite — UDN
Leão Sampaio — UDN
Martins Rodrigues — PSD
Paulo Sarazate — UDN

ESPÍRITO SANTO:
Álvaro Castelo — PSD
Dirceu Cardoso — PSD
Osvaldo Zanelo — PRP

GOIÁS:
Anísio Rocha — PSD
Armando Storni — PSD
Benedito Vaz — PSD
Castro Costa — PSD
Emival Caiado — UDN

GUANABARA:
Adauto Cardoso — UDN
Aguinaldo Costa — UDN
Cardoso de Menezes — UDN
Hamilton Nogueira — UDN
Mendes de Morais — PSD
Maurício Joppert — UDN
Menezes Cortes — UDN
Nelson Carneiro — PSD

MARANHÃO:
Cid Carvalho — PSD
Eurico Ribeiro — PSD

MATO GROSSO:
Correia da Costa — UDN
Fernando Ribeiro — UDN
Filadelfo Garcia — PSD
Mendes Gonçalves — PSD
Rachid Mamed — PSD

MINAS GERAIS:
Abel Rafael — PRP
Badaró Júnior — PSD
Bias Fortes — PSD
Carlos Murilo — PSD
Celso Murta — PSD
Clarimundo Chapadeiro — PSD
Geraldo Vasconcelos — PSD
Guilherme Machado — UDN
Gustavo Capanema — PSD
José Alkmin — PSD
José Bonifácio — UDN
José Humberto — UDN
Manoel de Almeida — PSD
Monteiro de Castro — UDN
Nogueira de Resende — PR
Oscar Correia — UDN
Ovídio de Abreu — PSD
Ozanam Coelho — PSD
Padre Nobre — PTB
Padre Vidigal — PSD
Pedro Aleixo — UDN
Pinheiro Chagas — PSD
Rondon Pacheco — UDN
Souza Carmo — PR
Último de Carvalho — PSD
Uriel Alvim — PSD

PARÁ:
Armando Correia — PSD
Epílogo de Campos — UDN
Gabriel Hermes — UDN
João Menezes — PSD
Océlio de Medeiros — PSD

PARAÍBA:
Abelardo Jurema — PSD
Drault Ernani — PSD
Ernani Sátiro — UDN
Humberto Lucena — PSD
João Agripino — UDN
Janduí Carneiro — PSD
Luiz Bronzeado — UDN
Plínio Lemos — PL

PARANÁ:
Estefano Mikilita — PDC
Mário Gomes — PSD
Munhoz da Rocha — PR
Othon Mader — UDN
Plínio Salgado — PRP
Rafael Resende — PSD

PERNAMBUCO:
Aderbal Jurema — PSD
Alde Sampaio — UDN
Arruda Câmara — PDC
Clélio Lemos — PSD
Dias Lins — UDN
Etelvino Lins — PSD
Geraldo Guedes — PL
Gileno de Carli — PSD
José Lopes — PTB
Nilo Coelho — PSD
Petronilho Santa Cruz — PSD

PIAUÍ:
Dirno Pires — PSD
Ezequias Costa — UDN
Heitor Cavalcanti — UDN
Laurentino Pereira — PSD
Lustosa Sobrinho — UDN
Milton Brandão — PSP

RIO BRANCO:
Valério Magalhães — PSD

RIO DE JANEIRO:
Edilberto de Castro — UDN
José Pedroso — PSD
Mário Tamborindeguy — PSD
Moacir Azevedo — PSD
Pereira Pinto — UDN
Raimundo Padilha — UDN
Saturnino Braga — PSD

RIO GRANDE DO NORTE:
Djalma Marinho — UDN
Jessé Freire — PSD
Olavo Galvão — UDN
Raimundo Soares — UDN
Teodorico Bezerra — PSD
Xavier Fernandes — PSP

RIO GRANDE DO SUL:
Alberto Hoffman — PRP
Coelho de Souza — PL
Daniel Dipp — MTR
Daniel Faraco — PSD
Hermes de Souza — PSD
Joaquim Duval — PSD
Raimundo Chaves — PSD
Willy Froelich

RONDÔNIA:
Aluísio Ferreira — PTB

SANTA CATARINA:
Antônio Carlos — UDN
Aroldo Carvalho — UDN

Atílio Fontana — PSD
Carneiro Loiola — UDN
Joaquim Ramos — PSD
Lenoir Vargas — PSD
Osmar Cunha — PSD
Wilmar Dias — PSD

SÃO PAULO:
Afrânio de Oliveira — PSB
Amaral Furlan — PSD
Antônio Feliciano — PSD
Arnaldo Cerdeira — PSP
Carvalho Sobrinho — PSP
Cunha Bueno — PSD
Dagoberto Salles — PSD
Ferreira Martins — PSP
Geraldo Carvalho — PDC
Hamilton Prado — PTN
Harry Normanton — PTN
Herbert Levy — UDN
Horácio Lafer — PSD
Hugo Borghi — PRT
João Abdala — PSD
José Menck — PDC
Lauro Cruz — UDN
Mário Beni — PSP
Menotti del Picchia — PTB
Nicolau Tuma — UDN
Olavo Fontoura — PSD
Paulo Lauro — PSD
Pereira Lopes — UDN
Waldemar Pessoa — MTR
Yukisigpe Tamura — PSD

SERGIPE:
Garcez Vieira — PSD
Humberto Ferreira — UDN
Leite Neto — PSD
Matos Teles — UDN

I - APRECIAÇÃO GERAL

1 - Um balanço objetivo dos últimos meses parece deva resultar, em primeiro plano, de uma apreciação que encare:

a) de um lado, a desmontagem de sucessivas manobras que poderiam ter levado à suspensão do regime democrático e ao adiamento ou perturbação das eleições;

b) de outro lado, o próprio pronunciamento das urnas nos pleitos federais e estaduais.

Em segundo lugar, caberá estimar as repercussões, seja da fase de preparação, seja dos resultados finais das eleições, nos setores mais significativos - o da opinião pública em geral, o sindical e o estudantil.

2 - No que se refere à fase pré-eleitoral (letra a acima), não resta dúvida de que, a par dos objetivos mais restritos (fixação antecipada da data do plebiscito) de uma ponderável ala moderada, minorias mais agressivas (comunistas aliados a oportunistas) visaram, desde logo, à completa subversão do regime, com a implantação de uma fórmula comunizante, a promoção de reformas radicais na estrutura econômica e social do país e o adiamento das eleições de 7 de outubro.
Basta que se considere o clima de desânimo e descrença gerais que dominou, com reflexos indiscutíveis até mesmo no exterior, todo o ambiente nacional, retardando até princípios de setembro o desencadeamento, em sua plenitude, da própria campanha eleitoral. As sucessivas crises pré-fabricadas, dentro do esquema já clássico da "sanfona [illegible]" - se conduziram, ao cabo, a soluções de acomodação política não de todo satisfatórias -, pelo menos abortaram de fato, no que concerne à concretização daqueles objetivos mais ambiciosos e quase seguramente decisivos, determinando uma inconteste derrota da ala extrema da antidemocrática.
Em virtude de ações meramente defensivas embora - através da denúncia antecipada e oportuna das tramas arquitetadas, da preparação da opinião pública em geral e mobilização de seus setores mais influentes e atuantes, da cooperação aos dispositivos de repressão merecedores de confiança, de medidas visando a minorar o impacto das pressões desencadeadas (sobretudo a paralização dos transportes no maior centro do país) - assistiu-se ao fracasso de duas sérias tentativas de greve geral, pondo à vista de todos os reais pontos fracos do dispositivo subversivo e libertando em grau apreciável as massas trabalhistas e [illegible] da liderança espúria de comunistas e pelegos.
Mas do que isso não seria possível, de qualquer forma, esperar-se, em face do apoio oficial de tôda [illegible] de que o Comando Geral da Greve ostensivamente dispunha. Sobretudo porque, além do mais, seria indispensável vencer o alheiamento e a apatia com que a opinião no

pública, mesmo em suas camadas mais responsáveis e vigilantes, vinha, de há muito, assistindo à persistente infiltração comunista em setores mais importantes da vida nacional. E o trabalho de sensibilização só começou mesmo a apresentar resultados tangíveis, com a criação de um estado de alerta nacional, a partir do início do segundo semestre.

Finalmente, cumpre assinalar que tais resultados se somaram aos que empreendidos com vistas, especificamente, às eleições de outubro.

3 - Neste particular (letra b), existiam esforços concentrados as áreas mais vulneráveis e importantes do país, ou seja Pernambuco, já considerado - quase irremediàvelmente perdido, e o grande Rio de Janeiro (Guanabara e Estado do Rio), sob pressão multiforme e continuada. Haveria, ainda, que não perder de vista a necessidade de estimular e, na medida do possível, apoiar a mobilização de fôrças nas demais unidades federativas, objetivando a consolidação ou conquista de pontos de apoio regionais e também a contribuição no sentido da constituição, no Congresso, de um sólido bloco democrático que se alicerçasse em maioria capaz e atuante.

Difícil viria a ser mesmo penosa - a tarefa de coordenar esforços e ajustar interesses dos mais diversificados, obrigando inevitàvelmente a opção nem sempre das melhores e a concessões incontornáveis.

Mas não menos exaustiva seria, por outro lado, a de despertar vontades amolentadas no derrotismo quase geral, na descrença sôbre as possibilidades de vitória e na dúvida quanto à própria realização das eleições. Além disso, o tempo era por demais curto.

A medida dêsses esforços ressalta dos resultados já apurados nas eleições, em particular da surpreendente afirmação democrática em Pernambuco, do afastamento, no Estado do Rio, da alternativa mais perigosa, e do indiscutível, por mais que ainda insuficiente, avanço das fôrças do centro democrático num Estado sitiado como o da Guanabara.

Não cabe aqui análise mais detida da significação real dessa incontestável vitória da democracia e das fôrças do centro. Importa, no entanto assinalar que, para ela, contribuiram em grande parte, o estímulo e apoio que obtiveram as fôrças políticas, como, não menos, o esclarecimento oportuno da opinião pública.

4 - Sem dúvida, muito difícil seria avaliar o impacto real dos esforços realizados na preparação e esclarecimento da opinião pública, através de publicações variadas, do recurso ao rádio e à TV, do estímulo a todos os grupos de pressão atuantes em prol da democracia, bem como da catequese hábil de pessoas influentes.

Mais dois testemunhos já estão bem à vista de todos. De um lado, a preocupação da grande maioria dos candidatos em se apresentarem como democratas convictos, em posição bem definida contra qualquer ideologia extremista. E, de outro lado, a conversão da quase totalidade da imprensa à nossa linha de crítica, e contra qualquer ex-

tremismos e golpes.

5 - Em particular, no meio sindical, assistiu-se ao revigoramento inegável de movimentos autenticamente democráticos, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, com atuação ponderável nos episódios das greves gerais. E, se melhores não se apresentaram os resultados, foi porque, sem dúvida, no quadro do sindicalismo brasileiro tão jungido à máquina da administração federal, quaisquer esforços autônomos encontram pela frente obstáculos quase insuperáveis.

6- No setor estudantil, a reação às atividades extremistas da UNE pode ser bem avaliada pelo desligamento de número crescente de Centros Acadêmicos em vários Estados, bem assim como pela conquista mesmo da direção em algumas entidades estaduais.

Em face da vasta soma de recursos que ora estão sendo manipulados pela cúpula estudantil comunista, visível sobretudo através da enorme proliferação de seus jornais, revistas e edições outras, impõe-se atribuir a mais alta significação à reação democrática que, a despeito de tudo isso, já se faz sentir nos meios universitários e secundaristas.

7- A conclusão de maior pêso que ressalta, porém, de todo êste balanço sumário, deve ser a de que muito, mais precisa ser feito, e com urgência, pelas fôrças democráticas autênticas, aproveitando o compasso de espera que parece vislumbrar-se agora, a fim de bem alicerçar entre nós a democracia, imunizando-a contra as investidas de qualquer colorido que seja.

Para tanto, impõe-se não só um trabalho, em profundidade, de esclarecimento e educação do povo, nos mais diversos setores, mas também a promoção, sem tardança, das reformas indispensáveis à implantação, entre nós, de um clima sadio de justiça social, arrebatando-se, por fim, aos extremistas, as bandeiras progressistas de que tão nocivo e mistificador emprêgo vêm fazendo.

------000000------

II - ATIVIDADES DO GRUPO:

1. Opinião Pública

Lançamento do IPÊS (Rio e S.Paulo)
Promoção do IPÊS:

- entrevistas sucessivas;
- comentários de imprensa;
- folheto "O QUE É O IPÊS".

Promoção da "Aliança para o Progresso":

- encarte (1 milhão de exemplares);
- distribuição de gravações;
- planejamento de uma "Semana da Aliança" em Goiânia.

Promoção dos Concursos de Monografias (lançamento e entrega de prêmios).
Boletim Mensal (4 números com a tiragem de 2.000 exemplares).
Difusão de artigos em defesa da democracia (matéria paga ou não), em jornais do Rio e do interior (inclusive as necessárias traduções)
Intercâmbio com a imprensa do Rio e do interior.
Planejamento de campanhas:

- contra a sonegação de impostos;
- pela habitação popular.

Estudos para um curso sôbre Atualidades Brasileiras

2. Estudos

Elaboração de 23 documentos - sínteses, definindo a posição do IPÊS em face das chamadas Reformas de Base.
Estudos sôbre o problema da remessa de lucros.
Elaboração de anteprojeto completo para a Reforma Agrária.
Análise crítica de dois projetos de legislação antitruste.
Elaboração de anteprojetos sôbre Reforma Tributária (em andamento):

- imposto de renda;
- imposto de consumo;
- imposto do sêlo e afins;
- imposto único sôbre combustível e lubrificantes;
- imposto único sôbre energia elétrica;
- contribuição de melhoria.

Exame e classificação das monografias objeto de 2 concursos realizados (estudantes e jornalistas)
Análise dos resultados das eleições (em andamento)

3. <u>Publicações</u>

Edição e difusão:

- "Nossos Males e Seus Remédios" - 95.000 exemplares
- "A Guerra Política" - Suzanne Labin - 8.000 exemplares
- "Amostra da Infiltração Comunista no Brasil" - (2 edições de 500 exemplares cada).

Difusão de publicações alheias:

- "Aliança para o Progresso" - edição da OEA - 10.000 exemplares;
- "Democracia e Comunismo" - edição de "A Defesa Nacional - 8.000 exemplares;
- "Assalto ao Parlamento" - edição do IBAD - 2.500 exemplares;
- "O Homem Secreto" de Lin Yutan - edição Itatiaia - 200 exemplares;
- "O Discurso Secreto de Kruschov" - 445 exemplares;
- "Um Engenheiro Brasileiro na Rússia" - Eng. Cotrim 4.000 exemplares;
- "1984" - Orwell - 100 exemplares.

Edição em preparo:

- Cuba de Fidel - por Rapport;
- Il est moins cinq - Suzanne Labin;
- Anatomia do Comunismo - [illegible] (TBC);
- The Great Awakening - Strachey

Apoio e difusão de revistas:
- Cadernos Brasileiros - bimestral - 1.000 exemplares

4. <u>[illegible]</u>

A) <u>[illegible]</u>

1) Cartas remetidas: cerca de 2.500
2) Cartas recebidas: " " 630
3) [illegible] " 230
4) Contactos telefonicos: " 315

B) <u>[illegible]</u>
1º de agosto de 1962

C) <u>[illegible]</u>

- [illegible] - 2
- [illegible] - 1

5. <u>Campanha cívica para as eleições</u>
   - Curso de monitores sôbre o mecanismo eleitoral

6. <u>Assessoria Parlamentar</u>
   - Em Brasília

7. <u>Serviço de Cinema</u>
   Apoio aos Círculos Operários Católicos

8. <u>Formação de líderes democráticos</u>
   Apoio à Federação dos Círculos Operários Católicos

9. <u>Apoio a várias associações e grupos democráticos</u>

10. <u>Integração</u> (ampliação do quadro social)
    - Guanabara
    - Est. do Rio de Janeiro.

—0000—

APÊNDICE R

Carta de Jorge Oscar de Mello Flores a Glycon de Paiva

Rio, 15/4/63

Prezado Glycon

Estive gripado, com febre, de sexta a domingo, de modo que o que pude preparar, sôbre o que combinamos por telefone, foi o texto que envio em anexo.

Não tive tempo de mandar datilografá-lo e, por isso, peço-lhe para fazê-lo e guardar uma cópia para mim.

Quanto ao restante de nossa conversa está de pé: se fôr reforçada a organização em Brasília, poderei ativar a elaboração dos projetos de lei consubstanciando as reformas de base.

Um cordial abraço do

Flores

1) Preparar, com a maior rapidez possivel, os projetos de reformas de base que os esquerdistas, petebistas e demagogos consideram vitais para nosso País.

11) Tais projetos são:

111) Reforma agrária, já pronta e em mãos da A.D.P.

112) Reforma bancária, facilmente elaboravel, a partir dos projetos da Comissão designada pelo Ministro Miguel Calmon e do Congresso de Reformas de base de S. Paulo.

113) Reforma urbana, restingindo-se principalmente ao problema da moradia propria, já em estudo avançado pelo IBAD ~~IPÊS~~, entrosado com o dep. Alvaro Catão da A.D.P.

114) Reforma administrativa, já

em estudos na Fundação Getúlio Vargas, com quem conviria entrar em contáto a respeito.

115) Reforma tributária, já em estudos na Fundação Getúlio Vargas, com que conviria entrar em contáto a respeito.

116) Reforma eleitoral, passivel de rapida elaboração, com apôio nos pontos já firmados pelo IPÊS, alguns dos quais devendo ser revistos (ex. voto do analfabeto que se deveria circunscrever às eleições municipais), e tendo como subsídio o projeto do Congresso de Reformas de Base de São Paulo.

12) A elaboração dos cinco projetos ainda não prontos deveria ser

feita de forma a que se dispu-
zesse dos mesmos oportuna-
mente, ao ser discutida a ma-
téria ainda na Câmara Federal.

13) Várias vantagens disso adviri-
am:

131) Contrapunha-se projetos téc-
nicos a projetos demagógicos.

132) Demonstrava-se publica-
mente não haver objeção
das classes produtoras às
reformas de base.

14) Os projetos deveriam ser en-
tregues à ADP., para prestigiá-
la.

2) Apresentar, com a maior rapi-
dez possível, na Câmara Fede-
ral, por intermédio da A.D.P., 23
projetos de lei desestatizantes e an-
tidemagógicos já preparados, e
mais outros que venham a ser
acrescentados.

21) Os projetos mais importantes
dentre êles deveriam ser a-
presentados também no Sena-
do Federal, pelo grupo da A.D.P.,
abrindo novas frentes.

22) As vantagens das apresen-
tações mencionadas seriam:

221) Fazer passar à defensiva
os esquerdistas, petebis-
tas e demagogos, reduzin-
do suas possibilidades
de engendrarem e apre-
sentarem projetos contra
o País.

222) Medir a fôrça dos esquer-
distas, petebistas e dema-
gogos, tanto na Câmara,
quanto no Senado.

223) Eventualmente, conseguir
a aprovação de medidas
benéficas ao País e ao
regime democrático em

vigente

3) Aprontar, com a maior rapidez possível, todos os outros projetos de reforma de base estudados pelo I.PÊS, além dos 6 mencionados no item 11.

31) Para andar mais depressa, conveniente utilizar o esquema abaixo:

311) Lançar mão das exposições de princípios organizados pelo I.PÊS, como justificações dos projetos.

312) Introduzir as modificações cabíveis, sugeridas por elementos do próprio I.PÊS e extraídas das conclusões do Congresso de Reformas de Base de São Paulo.

313) Elaborar projetos quase que adstritos aos arti-

gos consubstanciando os princípios adotados, e mais os preceitos complementares indispensáveis à aplicação de tais princípios.

314) Discutidos rapidamente os textos finais no I.PÊS, os projetos seriam entregues à A.D.P.

32) As vantagens que resultariam seriam precìpuamente:

321) Apresentar projetos técnicos antes que os agitadores encaminhem projetos demagógicos.

322) Com a elevada produção de reformas de base, em número muito maior que o oferecido pelos agita-

dores, colocar as classes produtoras e a A.D.P. em posição favoravel perante a opinião pública.

323) Contrabalançar o efeito da apresentação das leis anti-demagógicas e dios tatizante, suscetivel de ser acoimada de ação reacionária, mas que, ocorrendo paralelamente à apresentação das reformas de base, definiria a posição das classes produtoras e da A.D.P., como defensoras dos principios de

mocráticos, em um sentido evoluido e progressista.

324) Eventualmente, conseguir medidas benéficas ao País e ao regime democrático vigente.

4) Complementarmente às providências anteriores, requerer comissões de inquérito e formular pedidos de informação.

41) Tais requerimentos e pedidos visariam a:

411) Obter elementos para corroborar os pontos de vista das classes produtoras e da A.D.P., nas reformas de base e projetos de lei desestatizantes e antidemagógicos.

412) Colocar na defensiva esquerdistas, petebistas e demagogos, bem como medir a força respectiva.

ri presidenciata.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DIJ/DAP/SAP/Proc. 53 230-65 22317 Em 19 de 12 de 66

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS
Avenida Rio Branco, nº 156 - gr. 2737
Estado da Guanabara

Senhor Presidente:

Comunico-lhe que o Senhor Presidente da República assinou o decreto que concedeu a essa entidade o reconhecimento de utilidade pública.

Entretanto, o decreto só será numerado e publicado no Diário Oficial após o pagamento da taxa de expediente no Departamento de Imprensa Nacional, em Brasília, onde V.Sa. procurará cumprir essa formalidade indicando o nome exato da associação, a fim de que o ato possa produzir os efeitos legais.

Atenciosas saudações

Juracy de Almeida

Chefe de Seção Subst.ª

ipês - instituto de pesquisas e estudos sociais — NOTÍCIA INTERNA N.º AET

PROVENIÊNCIA		DESTINO	
DE Secº.Geral	DATA: 29.4.63	PARA IPÊS de S.Paulo	RESP. S/N.º
SEÇÃO Secretaria		ATENÇÃO DE F. Galvão	SEÇÃO

ASSUNTO ÚNICO: Video-tape da palestra do Sr. Armando Falcão

1 - Pela Vasp, conhecimento nº 105140, foi enviado hoje o video-tape da palestra do Sr. Armando Falcão na TV-Rio-Canal 13, na noite de 19 p.passado.

2 - Devido à existir apenas um gravador, na TV-13, e para que o IPÊS não fôsse prejudicado, aproveitou-se o nosso "tape" para gravar também a primeira parte da palestra, que não nos interessa diretamente.

3 - Mas a primeira parte deve ser passada em Brasília, na próxima quarta-feira, dia 1º/5, no programa "Frente a frente".

4 - Assim, a Denison Propaganda - que conseguiu a gravação, pede que a Secretaria de São Paulo êntre urgentemente em ligação com a Rádio Rio Ltda. - das Emissoras Unidas, à Praça Ramos de Azevedo, 206 - sala 420, telefone 35-1086, a fim de fazer uma

ipês - instituto de pesquisas e estudos sociais — NOTÍCIA INTERNA N.º

PROVENIÊNCIA		DESTINO	
DE Secº.Geral	DATA: 29.4.63	PARA IPÊS de S.Paulo	RESP. S/N.º
SEÇÃO Secretaria		ATENÇÃO DE F. Galvão	SEÇÃO

ASSUNTO ÚNICO

cópia da gravação, apenas da primeira parte, remetendo-a para Brasília a tempo de ser aproveitada no programa citado.

Atenciosamente,

L. C. Friedrich
Secretário Geral

APÊNDICE S

Carta de Hélio Gomide ao General Carlos Alberto Fontoura

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1969

Exmo. Sr.
Gal. de Brigada
Carlos Alberto Fontoura
Diretor do
Serviço Nacional de Informações
Ministério da Fazenda

Meu Prezado General:

A rápida sucessão dos acontecimentos dessas últimas semanas tornaram pouco oportuna ou, talvez mesmo, sem objetividade as notas cujo envio havia lhe prometido, versando sobre a situação política do nosso País, enfatizando uma possível colaboração que os meus amigos e eu, eventualmente, teremos prazer e honra em dar ao Governo da Revolução, que todos nós nos esforçamos em estabelecer e manter no nosso atribulado Brasil.

A crise desencadeada com a doença que afligiu o Presidente Costa e Silva forçou uma solução política para um problema político que ameaçava tornar-se com o tempo em crise contínua, sem uma solução adequada, ou pelo menos exeqüível, dentro daqueles postulados Democráticos que todos nós defendemos. Mas se teve este mérito com a conseqüente eleição e posse do atual Governo, trouxe em seu bojo alguns aspectos que me parece prudente analisar.

A primeira consideração que nos ocorre é o fato de que o tipo de Governo que forçosamente a Revolução teve que criar para corrigir os erros e danos da Estrutura Social e Política do País funda-se principal e necessariamente no prestígio e no potencial militar e cívico das Forças Armadas.

A existência de um sistema político baseado num bipartidarismo que não representa as verdadeiras forças políticas do País e que não é senão a representação de um esforço tenaz, porém improfícuo do Governo Castelo Branco, para a criação de um espírito democrático, que infelizmente ainda falta às elites políticas do País, não oferece um suporte democrático estável nem uma fundação segura para um Estado Democrático.

Esta inversão da ordem natural das coisas em uma Sociedade Democrática sujeita a nação a crises, cuja periodicidade além de penosa para todos é profundamente perigosa para a Segurança e o Desenvolvimento da Nação.

A última crise, que mostrou sobretudo a fragilidade do sistema que não pode resistir em sua estrutura a um fato que embora lastimável para nossos corações brasileiros não é

senão uma resultante da própria vida, isto é, um acidente que impediu o Presidente da República de exercer a sua autoridade e ocupar o seu posto, evidencia, meu caro General, que basicamente o sistema atual fundado no prestígio e na força militar com uma pequena fração pseudo-democrática, representada por uma estrutura política obsoleta inadequada e, sobretudo falsa, representa um sério perigo para a continuidade e o futuro de nossa Pátria, agora ameaçada pela insídia da Guerra Revolucionária tão presente em seus vários aspectos.

Parece-nos difícil, talvez mesmo impossível, que as Forças Armadas encouraçadas, embora pelo seu patriotismo e sentido de unidade, consigam resistir ao desgaste contínuo de uma segunda crise como a que acabamos de passar.

Acontecimentos como esses geram, de forma espontânea e natural, ambições que são legítimas mas que produzem um desgaste na autoridade e na unidade das mesmas, e sem as quais o Poder Militar não sobreexiste.

Urge, portanto, meu caro General, uma análise mais profunda, e, sobretudo, uma reforma mais completa da estrutura política do País, sem a qual nenhuma reforma social, política ou econômica criará raízes.

Sou daqueles que acreditam que a estruturação Jurídica e Política do País são a base prioritária da organização da Sociedade, por isso esta me parece a prioridade número um do novo Governo.

Não escondo, por outro lado, meu ceticismo em relação às supostas e decantadas lideranças políticas do País.

Creio que o seu divórcio da realidade nacional é total e irrecuperável. Não creio nos homens já passados e não creio nos profissionais da intriga política da profissionalização do cargo eletivo e dos que se servem da Nação em vez de servir ao Povo. O quadro político atual é desolador, embora escoimado de seus elementos mais agressivos e perniciosos.

É necessário buscar uma outra solução política para criar um Poder Político, que se constitua na estrutura básica da Nação e que, associada ao Poder Militar, venha dar a este Povo e a esta Nação a tranqüilidade e a Paz que trazem o desenvolvimento e a grandeza de que somos carecedores e merecedores.

Não tenho essa fórmula, porém ousaria indicar-lhe alguns caminhos, entre eles a aproximação do Poder Militar, hoje representando a Liderança Política e a Administração Pública do País com certos grupos empresariais, que procurando dar a seu País o melhor que possuem, sem a tônica da troca de favores ou a perseguição a postos ou posições político-administrativas, possam validamente ajudar com o seu empenho patriótico, seu desinteresse, resultando sobretudo da sua sólida formação moral e posição financeira acima das ambições mais comuns, trazer um contingente válido de vivência dos problemas econômico-sociais e políticos para aliar-se a essa Força Militar, a qual, em certas medidas, carece dessa vivência.

Creio firmemente que esta união é essencial, se bem que tenha razões sérias de experiência pessoal em não acreditar no carreirismo fácil dos profissionais da representação das classes econômicas. Acredito, Sr. General, que há por este País organizações e contingentes de homens de empresas — e o presente Ministério é um bom exemplo disso, que deveriam ser incorporados às fileiras daqueles que desejam dar algo de si ao Brasil.

Desse grupo, aquele a que sou mais apegado é o IPES — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, composto por homens civis e militares, que conseguiram criar um espírito de equipe, uma ação firme e decidida em prol da Revolução que todos nós desejávamos e que num momento de grave perigo para nossa Pátria se constituiu num baluarte de inteligência, ação e ajuda às Forças Armadas. Pode-se dizer sem sombra de erro que até mesmo o Presidente Castelo Branco, quatro de seus Ministros, Presidente do Banco Central e vários outros elementos graduados da Administração, inclusive o criador do S.N.I., saíram do grupo de homens que criaram e conduziram o IPES.

Muitos dos que o originaram e outros que a eles se juntaram lá estão, prontos a servir, entre outros citaria Harold Polland, Augusto Antunes, Candido Guinle de Paula Machado, Heitor Herrera, José Duvivier Goulart, Edmundo Falcão, Oscar Oliveira e muitos outros, que seria enfadonho enumerar, para não alijar mais esta já alentada carta.

São homens de negócios, pensadores, economistas, homens de várias profissões e que apenas gostariam de continuar a fazer aquilo que tem sido o escopo maior de suas vidas, serem úteis a sua Pátria e ao seu Povo, sem pleitear quaisquer favores ou posições Político-Administrativas.

Não lhe parece, meu caro General, que seria útil utilizar-se o talento, a experiência e o patriotismo desses homens e de tantos outros grupos semelhantes a esses que existem pelo nosso País? Perdoe-me não ter sido mais conciso, talvez seja uma deficiência minha, ou talvez o reflexo da paixão com que encaro essas coisas.

Creia na admiração e simpatia de

HELIO GOMIDE

APÊNDICE T

Memorando de E. Fischlowitz a Paulo de Assis Ribeiro

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO

URGENTE CONFIDENCIAL

Exmª Senhor Conselheiro,Prof. Paulo Assis Ribeiro,

Depois de tantas coisas, para mim sumamente desagradável que aconteceram em nn. relações nessas últimas semanas(e isto por motivos que ignoro...),prefiro dirigir-me ao Eminente professor sob forma de presente bilhete.

Devo embarcar com destino aos EE UU,dentro dos próximos 10 dias, para participar,como único convidado especial latino-americano da Conferencia de mais alto nivel,destinada a submeter à análise científica as correntes revolucionárias internacionais,por ocasião do centenário (1964-1964) da Internacinal comunista e socialista e -o que importa muito mais!- acertar os detalhes da cooperação das entidades governamais, acadêmicas e várias fundações com o INSTITITO DE ESTUDOS CIENTÍFICOS SÔBRE O COMUNISMO? a ser criado sob os auspícios do IPES ·alista e do Serv. Nac. de Inform., a ser, ao que parece liderado por este s, humilde servidor.
Ora, nao é impossível que regressando , depois das aulas que darei nas Universidades de STANFORD,CALIFORNIA e COLUMBIA, terei o ensejo de dar um pulinho a México, para participar do CONGRESSO DE SOCIOLOGIA DE REFORMA AGRÁRIA.
Repito, mais uma vez, pela 5. vez, que considero a participaçao do Ilustre Conselheiro no referido Congresso, sumamente importante, sob o duplo aspecto: técnico e p o l í t i c o.
Ora, gostaria muito saber, se
1)podemos contar com a s. presença pessoal naquele Conclave; e
2) se poderei levar, daqui a 10(dez) dias ,o magnífico trabalho , de s, autoria ,sôbre o ESTATUTO DA TERRA? (projeto já mais ou menos aprovado pelo r. Governo)
Na espera de ss. notícias, reitero os protestos de m. mais profunda admiração,

subscrevendo-me

atenciodamente.

PS Lembro o dia de início do referido Congresso:
19 de Outubro de 1964
Rio de Janeiro, em 14 d Setembro de 64

APÊNDICE U

"Levantamento da Ameaça Comunista" e carta à Coca-Cola S.A.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS - IPÊS - SÃO PAULO
Rua Bahia, 131 - ZP. 4 - São Paulo, S. P. — Tels. 51-8047 - 51-8048 — End. Telegr. "Ipesquisas"

CARTA MENSAL DO IPÊS SÃO PAULO - SETEMBRO/1968 - nº 19

A ESCALADA SUBVERSIVA NO BRASIL

CRONOLOGIA HISTORICA

Em 26 de junho de 1963 a revista carioca "Manchete", publicava uma entrevista do ex-capitão Luiz Carlos Prestes, contendo revelações aterradoras: os comunistas se consideravam instalados no poder, embora ainda não tivessem o govêrno nas mãos. O secretário do P.C.B. dizia-o sem rebuços, certo dos que contam com a impunidade, ao fazerem declarações de tal gravidade. Tinha, porém, o ex-capitão Luiz Carlos Prestes, ao menos, a virtude da sinceridade. Os comunistas estavam na iminência de atrelar o Brasil ao carro soviético, entregando ao império vermelho um dos mais valiosos trunfos de sua estratégia para a conquista do mundo. Dominado que fôsse o Atlantico sul, ou teríamos uma guerra em nosso território, nela entrando os Estados Unidos e outras nações, como a Argentina, refratárias a Moscou, ou tombaria o espaço geográfico em que estamos, sob o domínio comunista. Geo-politicamente, não poderia haver situação mais clara. O govêrno João Goulart colaborava para transferir o destino político do Brasil para o Partido Comunista, submetendo-se, ignobilmente, à influência bolchevista, já praticamente vitoriosa na direção dos nossos negócios internos e externos.

As articulações, das quais resultaria o movimento revolucionário de 31 de março de 1964, procediam de longe, mas se acelerariam no segundo semestre de 1963, quando, igualmente, os comunistas e seus aliados de vários matizes, davam-se pressa em marchar para o golpe final. O presidente João Goulart se prestava a todos os jogos dos traidores, vendo nas mudanças que se operariam na estrutura política do nosso país, a oportunidade, segundo tôdas as evidências de sua conduta passada, de seu desejo, o de instalar no Brasil um regime social-sindicalista, criando a segunda república popular da América. Embora membro das classes conservadoras, estancieiro e discípulo do falecido presidente Vargas, o presidente João Goulart não escondia suas inclinações esquerdistas, e ardia de ambição, para imprimir novos rumos à nossa política. Era uma traição, a que preparava o govêrno. Para defender dela o nosso povo, foi engendrada a revolução de 31 de março de 1964. O resto é história recente. O movimento acabou vitorioso, sendo deposto o presidente João Goulart, que fugiu para o Uruguai. Seus companheiros, os fiéis e os falsos amigos, também fugiram.

Mas não se encerrou, com essa vitoria, a luta dos adeptos da democracia e das liberdades contra os adeptos do socialismo comunista e da tirania totalitária. Os comunistas não se desvaneceram, não mudaram de ideologia, não se convenceram da derrota. Entraram em recesso, e, tão logo se lhes apresentou situação oportuna para agirem, voltaram a atuar, nos meios mais sensíveis à pregação extremista. Os estudantes, vanguarda da revolução comunista, foram os primeiros mobilizados. Com êles, intelectuais e pseudo-intelectuais. Acenaram a alguns o fanatismo, a outros a frustração econômica, política e social, [illegible] do, contra as instituições políticas brasileiras. A revolução vitoriosa em 31 de março se auto-limitara, sem ter medido, antes, a extensão do mal que ameaçava o Brasil. Julgou que, em pouco tempo, restabeleceria o primado da democracia, salvando as liberdades do soçobro. Para os líderes da revolução triunfante, bastaria um pouco de tempo, a fim de completarem essa obra. Contra tôda a experiência historica, estabeleceram um prazo para a revolução. Como disse o ministro Roberto Campos, abriu ela o doente na mesa, iniciou a intervenção e abandonou-a em meio, deixando o doente sujeito aos contágios das bactérias,

Procuramos fazer ouvir a nossa voz, contra essa absurda maneira de en carar o fenômeno revolucionário e o dever que a revolução triunfante contraíra com a nação. Foi inútil. Prevaleceu a limitação, o prazo cer to, o dia previsto para encerrar o movimento revolucionário, com os poderes de que dispunha o govêrno. Seria longo retomar o fio das nos sas razões e os fundamentos dos esforços que desenvolvemos, para sus tentar a nossa tese. Os fatos estavam conosco. Os acontecimentos con firmavam tudo o que vínhamos dizendo. Mas não fomos ouvidos. Hoje, ao enfrentarmos, de novo, situação de gravidade tão grande quanto à de 1963, não poucos concordam com nossos argumentos. Mas, se não defini tivamente, ao menos extensamente tarde já é, para consolidarmos a re volução, em que pusemos não só o idealismo, como em risco as nossas vidas, os nossos bens e a sorte dos nossos filhos. Ainda lutamos. Ainda vamos lutar muito. Todos os inimigos das liberdades democráticas, cuja tradição remonta à Grecia, e teem como modêlo o Ocidente europeu, os Estados Unidos e, no Oriente, o Japão, estão ativissimos. Preparam a escalada do retôrno, segundo a lição de mestres na subversão, e vêm realizando êsse objetivo com rigorosa obediência aos planos traçados para a consecussão de seus objetivos.

Um de nossos peritos em guerra revolucionária elaborou uma cronologia da escalada, a partir de agosto de 1964 - portanto do início da fase da revolução de março, - até agosto de 1968. E impressionante essa coleta de dados. Convidamos nossos companheiros, leitores e amigos a se deterem nesse sumario. Se tiverem sensibilidade - e acreditamos que a tenham, - para as manifestações, articulações, implicações de guerra revolucionária, ficarão estarrecidos, e, esperamos, formem conosco no combate que não terá tréguas, enquanto as agências subversivas da Euro pa, da Asia e do Caribe não forem silenciadas. O quadro cronológico - que oferecemos diz por si mesmo da gravidade da situação em que nos en contramos.

1964

23.8 - Frustrado em Porto Alegre plano terrorista de atentados contra quartéis, emissoras, jornais e edifícios públicos.

25.8 - Lido no Congresso Nacional manifesto contra-revolucionário do ex-presidente Goulart, pelo deputado Doutel de Andrade.

23.8 - Frustrado em São Paulo plano terrorista. Apreendido farto mate rial de guerra.

26.8 - Explosão da Fábrica de Munições Presidente Vargas, com 7 operá rios mortos.

1. 9 - Explosão no dique da Ilha Viana, na Guanabara. 3 mortos.

24.9 - Nova explosão em Piquete(S.Paulo), na fábrica de munições. 4 - mortos. Sete toneladas de polvora foram pelos áres.

novembro - Desbaratado a quadrilha que planejava dinamitar o "Trem da Esperança", onde seguiria em propaganda o governador Carlos La cerda.

12.11.-Explosão de pequena bomba no Cine-Bruni Flamengo, no Rio. 1 morto.

1965

25.3. - Conflito no Rio entre grupos revolucionários e bandos comunis tas que distribuiam manifestos de "intelectuais" no Largo São Francisco.

26 a 29.3. - Processo da intentona dirigida pelo ex-coronel Jeferson - Cardim, sob a chefia de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Após assaltar duas pequenas cidades da Três Passos e Tenente Portela, 40 revoltosos seguem para o Paraná, onde são cerca - dos e batidos. Morre em combate, travado na localidade de Cas cavél, o sargento Carlos Argemiro Camargo, do 13º Reg. de In fantaria.

22.4. - Atentado à bomba contra o jornal "O Estado de S.Paulo".

Julho-Agosto - Passeatas subversivas na Guanabara, sob o pretexto de apôio à candidatura do general Teixeira Lott, à sucessão do governador Lacerda. A massa comunista cerca a convenção do Partido Trabalhista ao lançamento daquela candidatura, incendiando uma urna de apuração e promovendo "quebra-quebra" no local. Impedida pelo Tribunal Eleitoral a referida candidatura, de caráter provocador, contra as Fôrças Armadas. A campanha eleitoral assume aspectos anti-revolucionários e esquerdistas.

1966

3 a 15.1 - Conferência Tri-continental em Havana. Programada, publicamente, a implantação de guerrilhas na America Latina, inclusive no Brasil. Discursando no encerramento da Conferência o ditador cubano prega "dois ou três Viet-nams na América Latina".

6. 4. - No Congresso do P.C. soviético, em Moscou, prega-se o levante contra o govêrno brasileiro.

25.7. - Atentado à bomba no aeroporto Guararapes, em Recife visando o Marechal Costa e Silva. 4 mortos e 14 feridos. Explosões também no consulado norte-americano e no USIS.

1.8. - Bomba no cine Itajubá, em Santos. Não houve vítimas.

Julho-Agosto - Agitações estudantis em vários pontos do país. Realiza-se em Belo Horizonte, não obstante a proibição, o ilegal 28º Congresso da UNE. Conflitos na Bahia, com 20 policiais feridos. Choques em Goiania, com a morte do soldado da policia, Cabo Raimundo. Numerosos incendios em São Paulo suscitam grave suspeição.

26.8. - Explosão no Teatro Guaíra, em Curitiba. Não houve vitimas.

27.9. - Incidentes na Faculdade de Direito, em São Paulo. 5 pequenas bombas no salão nobre.

13.10. - Pequena explosão no Palacio Campos Eliseos, sede do govêrno paulista.

15.11. - São eleitos numerosos extremistas nas chapas da oposição. Na campanha eleitoral grupos extremistas usam largamente, por 60 dias, os horários gratuitos de propaganda no rádio e na TV.

novembro - Preparativos de implantação guerrilheira na serra de Caparaó.

1967

Janeiro - Explosão no Gasômetro de Santos, com suspeita forte de sabotagem. 245 feridos.

1º - 4. - Liquidação final do foco guerrilheiro de Caparaó, na divisa dos Estados de Minas e Espirito Santo. Presos oito guerrilheiros (sete dos quais, elementos expulsos das Fôrças Armadas), por um destacamento do 11º Batalhão da Fôrça Policial Mineira, comandado pelo Coronel Jacinto Amaral. Tôda a zona estava cercada pelo Exercito.

12.7. - Prisão do jornalista Flavio Tavares, antigo secretário de Leonel Brisola, cronista político da "Ultima Hora". Extinção do grupo guerrilheiro do Triangulo Mineiro, com sêde em Uberlandia, chefiado por Guaracy Guarniero, com prisão de 15 implicados.

31/7 a 10/8-Conferência da OLAS, em Havana. Lançado manifesto pela implantação de focos subversivos no continente, isto é, "Viet-nams na America Latina". O ex-cabo Anselmo, Carlos Marighela e Aluicio Palhano, delegados brasileiros, pregam a luta armada imediata. Na Camara Federal, em Brasilia, o deputado Clovis Stenzel declara que "o Brasil aceita a declaração de guerra do comunismo cubano, feita através da OLAS"

2. 8. - Bomba na sêde do "Corpo da Paz" no Rio de Janeiro. Ferido 1 funcionário.

./4

Agosto - Apesar da proibição, realiza-se o 29º Congresso da UNE, em Vinhedo, São Paulo. O grupo dirigente, formado pela "Ação Popular", trotsquistas da "POLOP" e elementos da linha chinesa, lança manifesto pregando a subversão armada.

Setembro- Prisão de um grupo terrorista em Belo Horizonte.

Dezembro- 6º Congresso do Partido Comunista da linha soviética. O manifesto publicado no "Jornal do Brasil" de 31.12.67, aprova a tática subversiva pela violência armada.

1968

14. 1. - Pequena manifestação pró-restaurante do Calabouço, dispersada pela polícia na Guanabara.

14. 3. - O ex-ministro Almino Afonso prega a luta armada em manifesto clandestino.

15. 3. - Bomba no Consulado norte-americano, em São Paulo. Feridos 2 estudantes.

28. 3. - 46º aniversário da fundação do PCB. A passeata programada, que se iniciava no Restaurante do Calabouço, é dispersada pela Polícia Militar do Estado da Guanabara, e, do consequente choque armado ocorrido em circunstâncias não suficientemente esclarecidas, são feridos 18 soldados e sete estudantes. Morto, casualmente, à bala o preparatoriano Edson Luiz Lima Souto, durante o tiroteio, provocado e ensejado pelos agitadores. O rapaz frequentava o "Instituto Pedagógico", anexo ao restaurante, e pretendia ingressar no curso secundário. Tendo em mãos a vítima de que precisavam, talvez pré-fabricada, a exemplo de inumeráveis episódios semelhantes da subversão internacional, os agitadores deflagram a exploração emocional da trágica ocorrência, em escala nacional, com largo apoio em certos órgãos informativos. Iniciava-se assim a execução do plano de agitação, prèviamente conhecido e anunciado pelas autoridades.

29. 3. - Os funerais do jovem morto atraem considerável multidão, que segue a pé, do velório instalado na Assembleia Legislativa estadual, ao cemitério de São João Batista, no Botafogo, com bandeiras e cartazes subversivos. Os agitadores tiram o partido máximo das cerimônias fúnebres, emprestando-lhes sentido de provocação política.

30. 3. - Manipulando minorias estudantis, como tropa de choque e instrumento de desígnios ditados das centrais subversivas estrangeiras, os criminosos extremistas conseguem montar vasta agitação em numerosos pontos do país. Greves e passeatas em diversas cidades. Em Brasília, há repressão e conflito; o "campus" universitário é ocupado e convertido em área abertamente sublevada.

1. 4. - Grandes manifestações de rua, conflitos e depredações no Rio de Janeiro. Três horas de guerrilha urbana típica. O número de manifestações é calculado em três mil. A baderna só terminou quando, às 20:00 horas, fôrças do Exército ocuparam as ruas centrais. Ocorrem novamente choques em Brasília, Belo Horizonte, Bahia e outros pontos.

2. 4. - Manifestações, conflitos e distúrbios em Fortaleza, Goiania e Salvador, na Bahia.

4. 4. - No Rio, a repressão policial impede passeatas após a missa de 7º dia do rapaz morto no Calabouço. Farto sensacionalismo publicitário, dando cobertura à subversão na máquina tele-jornalística e revistas ilustradas. Mais conflitos em Recife, João Pessoa, Belo Horizonte.

5. 4. - Passeata subversiva em São Paulo. 3.000 manifestantes. Apedrejado o "O Estado de S.Paulo".

9. 4. - Bomba encontrada no prédio da Polícia Federal, em São Paulo.

10. 4. - Explosão a dinamite no Quartel General da Fôrça Publica, em São Paulo.

15. 4. - Atirada bomba de dinamite no Quartel General do II Exército, em São Paulo, rua Conselheiro Crispiniano. 2 feridos.

20. 4. - Explosão de bomba na porta externa e vestibulo do "O Estado de S.Paulo". Grandes prejuizos e ferimentos no zelador noturno da portaria.

1. 5. - Calma absoluta em todo o país. Na Guanabara o comício comemorativo do Dia do Trabalho no Estádio do São Cristovão consegue apenas algumas centenas de assistentes, fracassando totalmente. Não obstante, em São Paulo o comício programado pelo Govêrno do Estado, com apoio de alguns dirigentes sindicais, é dissolvido por grupos comunistas das linhas cubana e chinesa, que dominam a Praça da Sé, expulsam do palanque o Governador Abreu Sodré e demais autoridades, todos agredidos a pau e pedras, e forçados a procurar refúgio dentro da Catedral. Após o conflito, centenas de populares, com cartazes subversivos, retratos de Guevara, promovem passeatas pelas ruas centrais.

4. 5. - Passeata subversiva em Santo André, apoiada pelo bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira. Agredido um jornalista anti-comunista.

15. 5. - Explosão de bomba na porta externa da Bolsa de Valores de São Paulo, às 22:30 hs. Dois terroristas, embora vistos, conseguem escapar.

18. 5. - Bomba no QG da Fôrça Pública em São Paulo e no Consulado Francês. Passeata estudantil em São Paulo.

20. 5. - Repressão policial faz malograr passeata na Guanabara.

21. 5. - Ocupação da Reitoria da Universidade de São Paulo e desacatado o Reitor. Grande passeata no Rio. Choques e depredações. Dois mortos, 80 feridos leves e cêrca de mil manifestantes presos.

30. 5. - Assalto a metralhadora contra agência bancária. Roubo de 80 mil cruzeiros novos.

19. 6. - Agitação no Rio. Repressão de passeatas subversivas.

20. 6. - Assembléia de 2.000 estudantes na Reitoria da Praia Vermelha, no Rio. Prisões.

21. 6. - Sexta-feira - Violentas manifestações no Rio, enfrentadas pela polícia estadual. 4 mortos. Invadida e depredada a Bolsa de Valores, na praça 15 de Novembro. Nove horas de guerrilha urbana. Morto o soldado Nelson de Barros. Desfile em Brasília, com 6.000 manifestantes, em estilo vietcong, com retratos de Guevara.

22. 6. - Em São Paulo, ocupação da Faculdade de Filosofia, onde são erguidas barricadas, logo em seguida da generalização do movimento a outros edifícios universitários.

23. 6. - Algumas dezenas de estudantes ocupam a Faculdade de Direito, de São Paulo, com barricadas na porta central do Largo São Francisco. Em Brasília, 300 estudantes invadem o Congresso Nacional, onde decorria o 3º Seminário Inter-parlamentar Latino-americano.

24. 6. - Passeata subversiva em São Paulo. Novamente atacado e apedrejado o edifício do jornal "O Estado de S.Paulo". Em Fortaleza, comício é dissolvido à bala, havendo 4 feridos.

26. 6. - Em São Paulo, assalto a dinamite, de madrugada, contra o novo edifício do QG do II Exército. Morto o soldado Mario Cozel Filho, feridos mais 3 sentinelas.
- No Rio de Janeiro, culminam as manifestações das semanas anteriores, com a marcha de cêrca de 50.000 manifestantes pela

avenida Rio Branco. O clima psicológico, produzido pelo quase monopólio das comunicações pelos agitadores esquerdistas, leva às consequências naturais, arrastando às ruas para solidariedade aos "coitadinhos dos estudantes injustamente espancados", familiares dos jovens, toda a classe média, e até parte do clero. Numa capital, onde a oposição já vencera as eleições de 1966, por quase 80% dos votos, a exploração, tècnicamente - organizada do sentimentalismo e o império dos "slogans" da mistificação política, obrigaram o próprio govêrno a permitir a vasta provocação montada pelo aparelho subversivo.

27. 6. - Em São Paulo, os terroristas assaltam uma pedreira no quilômetro 15 da via Raposo Tavares e conseguem roubar, tranquilamente, meia tonelada de dinamite. À tarde, em conflito no Largo São Francisco, o agitador comunista Gessé Barbosa da Silva assassina o operário Noel de Oliveira Ramos, sendo prêso em flagrante, após perseguição pelas ruas centrais.

28. 6. - Nova passeata, como as anteriores, permitida em São Paulo.

1. 7. - Passeata em Brasília. Em frente ao edifício do Congresso, o deputado David Lerer carrega um grande cartaz onde se lê: "Denunciamos ao mundo o regime de terror imperante no Brasil". Em São Paulo novo assalto a banco, suspeito de ligação subversiva.

3. 7. - Em São Paulo, nova passeata da UNE. 3.000 manifestantes vociferam estribilhos provocadores. Cresce a indiferença e a repulsa do povo paulista ante os provocadores. Segundo assalto e roubo de 80.000 cruzeiros novos, em Mauá.

4. 7. - Marcha subversiva no Rio, de caráter abertamente comunista, com 10.000 manifestantes, até o Supremo Tribunal Militar, onde realizam comício contra o govêrno, ràpidamente dispersado pela simples notícia de que se aproximavam viaturas partidas do Ministério do Exército.

Julho - O Ministro da Justiça, em nota oficial, proíbe as passeatas subversivas e faz a devida comunicação aos governadores dos Estados.

6. 7. - Bomba explode no edifício dos Correios, em Campinas.

7. 7. - Em São Paulo explodem quase simultâneamente cinco artefatos de dinamite, em estações e entroncamentos ferroviários: - EFCB, perto de Engenheiro Goulart, na gare da Santos-Jundiaí, na estação da Lapa e perto de um oleoduto da Santos-Jundiaí.

11. 7. - 3º assalto a metralhadora contra agência bancária. Roubo de 43 mil cruzeiros novos.

12. 7. - Reune-se no Rio o Conselho de Segurança Nacional, adiando decisões para sessão ulterior.

16. 7. - O Conselho de Segurança Nacional, após longa reunião, emite nota, em que reconhece "o ataque maciço ao regime e às instituições democráticas", cujo agravamento, em curso, "caracteriza, nitidamente, um estado contra-revolucionário que deve ser combatido por todos os meios, sob pena de frustrar-se a Revolução de 31 de Março de 1964".

17. 7. - Greve ilegal paralisa 6 fábricas em Osasco, São Paulo, algumas delas ocupadas à fôrça, com sequestro de administradores e técnicos. O surto subversivo, articulado pela "Ação Popular", e outros grupos comunistas e brizzolistas é fulminantemente debelado, pelas fôrças policiais do Estado. A UNE lança manifesto de apoio à greve, mobilizando equipes de provocação.

18. 7. - Reocupação da Faculdade de Direito, em São Paulo, onde são encontrados apenas 43 elementos, afora 20 artistas de teatro e TV que se apresentam "para serem presos juntos" mas logo desaparecem. E assim cumprida pela polícia o "mandato de reintegração de posse" requerido à Justiça pela Congregação da Faculdade.

20. 7. - O Ministro da Fazenda, professor Delfim Neto, declara que as agitações de Junho acarretaram ao país um prejuízo avaliado em 40 milhões de cruzeiros novos.
- Pequenas manifestações no Rio e em São Paulo procuram, sem repercussão, angariar apôio à malograda greve de Osasco.

1. 8. - Mais dois assaltos a metralhadora contra bancos, em São Paulo. Roubo de 80.000 cruzeiros novos.

2. 8. - O presidente Costa e Silva recebe grande comissão de estudantes partidários do diálogo da classe com o govêrno.

3. 8. - Prêso, casualmente, de madrugada, em Copacabana, o presidente da União Municipal de Estudantes, da Guanabara, Vladimir Palmeira, acusado em vários inquéritos.

5. 8. - Assalto em São Paulo, à agência bancária da Av. São Gabriel. Roubo de 32 mil cruzeiros novos. No Rio, pequenos distúrbios e comícios-relâmpagos.

6. 8. - Abortada a anunciada manifestação estudantil de protesto - contra a prisão de Vladimir Palmeira. O centro da cidade do Rio é ocupado por destacamentos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Manchete do vespertino paulista "Fôlha da Tarde": "Um grito só no Rio ocupado: soltem Vladimir".

8. 8. - Em Salvador, Bahia, a UNE provoca conflito com a polícia. 7 feridos.

10. 8. - Assalto armado ao trem pagador da Santos-Jundiaí, com forte suspeita de ligação com o grupo terrorista. Roubo de 110 mil cruzeiros novos.

14. 8. - Em São Paulo, fracassam novas tentativas de passeata da UNE, ante a indiferença maciça da população e gestos frequentes de repulsa.

19. 8. - Em São Paulo, de madrugada, 3 explosões simultâneas em frente ao DOPS, e em dois edifícios da Justiça Estadual.

Em face da ESCALADA DA SUBVERSÃO, cronologicamente demonstrada acima, torna-se urgente revidar à sua expansão, com esquema certo, adequado, eficaz, de natureza defensiva e de natureza positiva, desfechando-se uma AÇÃO PSICOLÓGICA OFENSIVA, para denuncia, desmascaramento e isolamento dos grupos inimigos das liberdades democráticas. Mais ainda, é urgente reiniciar a marcha revolucionária, parcialmente interrompida.

o o O o O o O

OBSERVAÇÃO : Dada a premência de tempo, esta edição da ESCALADA DA SUBVERSÃO é distribuida mimeografada. Estamos providenciando uma edição impressa, ilustrada, com fotografias, comprobatórias de alguns dos atentados, constantes da relação.

o o O o O o O

COLABORE COM O IPES-SÃO PAULO, para a defesa das liberdades democráticas, dos direitos humanos e da economia de mercado.

o o O o O o O

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1968

Ilmos. Srs.
Diretores da
COCA-COLA Indústria e Comércio Ltda.
Av. Nilo Peçanha, 151 - 6º
Nesta

Prezados Senhores

Vanho trazer ao seu conhecimento pessoal, pedindo-lhe que o retenha em seus arquivos, o resumo anexo da conjuntura atual da pressão comunista entre nós, conforme levantamento procedido.

Atenciosas saudações

Glycon de Paiva
Vice-Presidente

APÊNDICE V

Carta de Edgard Teixeira Leite à Confederação Rural Brasileira

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA
Órgão Nacional Representativo da Agricultura e Consultivo do Governo
Rio de Janeiro, de agosto de 1964

Senhor Presidente e demais Diretores

Saudações atenciosas

Tive conhecimento, pela lealdade de um dos nossos companheiros, da carta, enviada às Federações, com a data de 10 de julho, pelo Sr. José Resende Peres, 1.º-Secretário da CRB.

Encerra um rosário de falsidades, o que me leva a lhes enviar estes esclarecimentos. Assim a divergência que ele alega ter surgido entre nós não tem a origem indicada. Resultou tão-somente de haver eu defendido a reputação da CRB que o Sr. Peres reduzira à expressão mais simples num dos seus folhetins agrícolas, do "O GLOBO".

A minha contestação foi publicada com grande destaque, na sua própria seção. Enfurecido investiu através de um sórdido documento, lido na Diretoria contra mim, exigindo da CRB duas coisas:

a) renúncia coletiva da Diretoria;

b) carta ao "O GLOBO" procurando minorar o impacto sofrido pela minha carta;

a primeira exigência foi repelida *in limine*. Era infantil. Nada tem a ver com ela, a renúncia coletiva, como aliás esclarece o próprio J. Resende Peres na carta-circular já mencionada.

Quanto à carta de reparação — espécie de atestado de boa conduta, tendo tido a Diretoria dificuldade em redigi-la, *eu mesmo* a escrevi. Subordinei entretanto a sua entrega ao *compromisso solene*, de que com ela a questão seria dada como encerrada.

Deste *compromisso solene*, foi fiador o Dr. Hercílio Luz Colaço e assumido perante o Dr. Iris Meinberg. De posse do documento — *faltando à fé jurada* — deixando muito mal o seu fiador Dr. Hercílio — publicou a *carta por mim redigida*, com comentários desairosos à minha pessoa.

A Diretoria reunida, e por decisão quase unânime, condenou o procedimento desleal do Sr. Peres e mandou ao GLOBO a seguinte nota, que foi publicada naquele jornal:

"À vista dos comentários do Sr. Resende Peres, sobre a carta que esta Confederação dirigiu ao GLOBO, relativas às declarações do Sr. Edgard Teixeira Leite sobre o Estatuto da Terra cabe ficar bem explícita que o propósito foi dar uma solução honrosa para o assunto sem descer à apreciação do mesmo e *nunca desprestigiar o nosso Vice-Presidente*.

Tendo sido deturpado o nosso pensamento voltamos à presença de V. Sa. pedindo a publicação destas linhas etc.".

Por aí se vê que quem deveria renunciar não era eu, mas o Sr. Peres.

Em um ponto estou de pleno acordo com o Sr. Peres.

É necessário que a nova Diretoria seja de *homens com trânsito no atual governo.* Nestas condições o Sr. Peres é o menos indicado.

É fácil demonstrar:

O Ministro Civil mais privilegiado pelo Pte. Castello Branco é o Dr. Roberto Campos.

Reuniu em torno de si excelente assessoria, quase toda do IPES, que tem sido continuadamente atacada pelo Sr. Peres.

Vou citar exemplos:

O Dr. Assis Ribeiro, assessor do M.T. Roberto Campos e agora nomeado para o Conselho Nacional de Economia.

O Dr. Garrido Torres — idem, idem, nomeado Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

O Dr. José Gomes da Silva, assessor do Dr. Roberto Campos e nomeado agora superintendente da SUPRA e certamente o futuro superintendente do IBRA.

E atacando o IPES, considerando como órgão esquerdista, ficou em má posição perante o General Golbery, até há pouco Secretário Executivo daquele órgão e que hoje dirige o poderoso Serviço de Informação da Presidência da República, um dos postos de maior importância do Governo, homem de alto prestígio na Revolução.

Não é por isso de estranhar que o nome do Sr. Peres tivesse sido posto à margem na lista tríplice onde figurava (aliás *por indicação minha* há tempos atrás) sendo escolhido o Dr. Kurt Reps... (ilegível).

Devemos na verdade escolher gente com bom trânsito no atual Governo. A CRB e as Federações têm na área oficial importantes problemas, como o retorno do Serviço Social Rural para a classe rural, a Sindicalização Rural e os problemas relativos à Reforma Agrária (Estatuto da Terra, do Trabalhador Rural etc.).

Nada direi entretanto sobre este assunto, o que foi, pela carta renúncia (escrita há vários meses) entregue à orientação do Dr. Iris Meinberg.

Qualquer gestão neste sentido representará não apenas descortesia para com o nosso Presidente declarada pelo Sr. Peres, "o maior ruralista brasileiro".

Não apenas uma descortesia: *uma deslealdade.*

É constrangido que sou levado a dar a V.Sa. e aos seus companheiros de Diretoria estes esclarecimentos, pois a carta de 10 de julho exarou afirmações que estavam longe de representar a verdade dos fatos.

Creia-me seu

Edgar Teixeira Leite
At.° Adm. Obr.°

APÊNDICE W

Lista dos associados e colaboradores do IPES ligados a bancos

Os associados e colaboradores do Complexo IPES/IBAD que ocupavam cargos-chave na administração estavam vinculados aos bancos particulares e instituições financeiras mais importantes do Brasil, revelando uma marcante interligação de diretorias. Estes são alguns dos bancos e seus diretores ligados ao IPES:

Banco Mercantil de São Paulo — General Edmundo de Macedo Soares e Silva, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Paulo Ayres Filho, Lucas Nogueira Garcez, Nicolau Moraes Barros, Severo Fagundes Gomes, Vasco Leitão da Cunha, Nicolau Moraes Barros Filho, Luiz Eduardo Campello, Basílio Machado Neto, Mauro Monteiro Lindenberg, Paulo Sérgio Coutinho Galvão, Israel Klabin.

Banco Itaú-América — (formado pela união do Banco Itaú e Banco da América) — Luiz de Moraes Barros, Herbert Levy, Aloysio Ramalho Foz, Eudoro Villela, Olavo Egydio Setúbal, João Baptista Leopoldo Figueiredo, Herman de Moraes Barros, Luiz Eduardo Campello, Roberto Levy.

Banco Francês e Italiano para A América do Sul — Rogério Giorgi, Henrique de Botton, Vicente Rao.

Banco Lowndes — José Garrido Torres, Almino Afonso, Oswaldo Benjamim de Azevedo, Raul Gomes de Mattos, Donald Lowndes, Vivian Lowndes.

Banco Cidade de São Paulo (Dow Chemical) — General Golbery do Couto e Silva.

Banco Novo Mundo — Lélio Toledo Piza e Almeida Filho, André Arantes.

Banco Novo Rio de Intercâmbio Nacional — Carlos Lacerda, Alberto Braga Lee, Antônio Sánchez Galdeano.

Banco Português do Brasil — José Adolpho da Silva Gordo, Orlandy Rubem Correia, Olavo Canavarro Pereira, Antônio Carlos do Amaral Osório, Themístocles Marcondes Ferreira, Harold Cecil Polland.

Banco Auxiliar da Produção — Fernando Mbielli de Carvalho.

Banco Geral do Brasil — Dênio Nogueira.

Banco Geral de Investimento — Dênio Nogueira.

Banco Moreira Gomes S.A. — Dênio Nogueira.

Banco Boavista de São Paulo — Fernando Machado Portella.

Banco Brasileiro de Desenvolvimento S/A. Finasa — Antônio Casimiro Ribeiro.

Banco Andrade Arnaud S.A. — Raul Pinto de Carvalho.

Banco Ultramarino Brasileiro S.A. — Raul Pinto de Carvalho, Alexandre Marcondez Fo., Paulo Fontainha Geyer.

Banco Aymoré de Investimento — Raul Pinto de Carvalho.

Banco Nacional do Espírito Santo S.A. — Vicente Alves de Carvalho, Milton Vieira Pinto, Francisco Farias, Messias Rodarte.

Banco Operador — Adolfo Gentil, Benito Derizans.
Banco Itaú — Eudoro Villela.
Banco Agrícola Mercantil S.A. — Emílio Kaminski, Egydio Michaelsen.
Banco da América S.A. — Herbert Levy.
Banco Bozanno Simonsen — Mário Henrique Simonsen.
Banco da Bahia — Geraldo Danemann.
Banco do Comércio S.A. — Arthur Bernardes Filho, Demósthenes Madureira de Pinho.
Banco Comercial do Estado de São Paulo — Francisco de Paula Vicente de Azevedo.
Banco América do Sul — Apolônio Salles.
Credibrás Financeira do Brasil — Walter Moreira Salles, Hélio José Pires de Oliveira Dias, Manoel Ferreira Guimarães, Rui Gomes de Almeida, Albino Arruda Marinho, Joel de Paiva Cortes, Paulo Galvão Fo., Miguel Lins, Hélio Cássio Muniz, Ismael Coelho de Souza, Hélio Beltrão, Teodoro Quartim Barbosa, Sérgio Pinho Mellão, Henrique de Botton, Augusto Frederico Schmidt, Demósthenes Madureira de Pinho, Homero Souza e Silva.
Banco Anchieta S.A. — Carlos José de Assis Ribeiro, Adolfo Gentil.
Banco Financiador S.A. — Carlos José de Assis Ribeiro
Banco Auxiliadora Predial S.A. — Carlos Henrique Schneider.
Banco Auxiliar de Crédito S.A. — Orlandy Rubem Correia, Ricardo Xavier da Silveira.
Banco Econômico da Bahia — José Bastos Thompson, Ângelo Calmon de Sá.
Banco Federal de Crédito S.A. — Eudoro Villela, Olavo Egydio Setúbal, Aloysio Ramalho Foz.
Banco Hipotecário Lar Brasileiro S.A. — (Chase Manhattan Bank) — Jorge Oscar de Mello Flores.
Ist National City Bank of New York — Trajano Puppo Neto
Banco de Desenvolvimento e Investimento Comércio e Indústria — Trajano Puppo Neto.
Banco Leme Ferreira S.A. — Aldo Mortari.
Banco Delta S.A. — Rui Gomes de Almeida.
Banco do Comércio S.A. — Rui Gomes de Almeida, Augusto Frederico Schmidt, Walter Moreira Salles.
Banco Atlântico — Orlandy Rubem Correia, Themístocles Marcondes Ferreira.
Banco de Brasília S.A. — José Luiz de Magalhães Lins.
Banco Nacional de Minas Gerais S.A. — José Luiz de Magalhães Lins.
Banco Comercial de Minas Gerais S.A. — José Luiz de Magalhães Lins.
Banco Sotto Maior S.A. — José Luiz de Magalhães Lins.
Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A. — Ruy de Castro Magalhães, José de Almeida Barbosa Mello.
Banco de Minas Gerais S.A. — Josafá Macedo, Pedro Paulo Ribeiro Gonçalves.
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. — Jonas Barcellos Corrêa.
Banco Mercantil e Industrial de Paraná — Bamerindus — Oscar Schrappe Sobrinho, Othon Mader.
Banco Comercial e Industrial do Brasil S.A. — Othon Mader.
Banco do Rio S.A. — João Baylongue.
Banco da Capital S.A. — João Baylongue.
Banco Mercantil do Brasil — Obregón de Carvalho, Oscar Augusto de Camargo, Getúlio José da Silva.
Banco Paulistano — Eulálio Pontes Vidigal.
Banco Sul Americano do Brasil — Manoel José de Carvalho, João Baptista Leopoldo Figueiredo, Luiz de Moraes Barros, Herman Moraes Barros, Jorge Leão Ludolf, Genésio Pires.
Banco Investimento — Fábio Garcia Bastos.
Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais — Dario de Almeida Magalhães, Joviano Jardim Rodrigues Morais, Obregon de Carvalho.
Banco Auxiliar de São Paulo S.A. — Rogério Giorgi, Basílio Machado Neto, José Ermírio de Moraes, Othon Barcellos Correia.
Banco de Crédito Nacional S.A. — Murilo Gouvêa Coutinho.
Banco Halles — Alberto Lelio Moreira.
Banco Federal de Investimento — Daniel Machado de Campos.
Banco Auxiliar de Comércio S.A. — Themístocles Marcondes Ferreira.

Banco Brasul de São Paulo — Sérgio Mellão, José Pires de Oliveira Dias, João da Cruz Mellão.

Banco Boavista — Cândido Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella, Luiz Biolchini.

Banco de Crédito Municipal S.A. — Fernando Machado Portella.

Banco Comércio e Indústria de São Paulo S.A. — Teodoro Quartim Barbosa, José Adolpho da Silva Gordo, Justo Pinheiro da Fonseca, Caio de Paranaguá Moniz, Daniel Machado de Campos.

Banco Francês e Brasileiro S.A. — Teodoro Quartim Barbosa.

União de Bancos Brasileiros — Grupo Moreira Salles — Arthur Bernardes Filho, Egydio Michaelsen, Paulo Fontainha Geyer, Octávio Gouveia de Bulhões, Glycon de Paiva, Rui Gomes de Almeida, Alberto Soares Sampaio, Walter Moreira Salles, Nehemias Gueiros, Hélio José Pires de Oliveira Dias, Hélio Marques Vianna, José Luiz Bulhões Pedreira, Paulo Galvão Filho.

Grupo Financeiro Ipiranga — Ary Burger.

Banco de Desenvolvimento e Investimento Brascan — Antonio Gallotti, Pedro Leitão da Cunha, Dario de Almeida Magalhães.

Banco Finasa de Investimento — Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Jorge Wallace Simonsen, Wilton Paes de Almeida Filho, Casimiro Antônio Ribeiro, Eduardo Caio da Silva Prado, Fernando Machado Portella, José Maria Pinheiro Neto, João Pedro Gouveia Vieira, Leônidas Lopes Bório, Lucas Nogueira Garcez, Lucien Marc Moser, Miguel Reale, Nicolau Moraes Barros Filho, Clemente Mariani, Israel Klabin, Irineu Bornhausen, Luiz de Moraes Barros, Amador Aguiar, João Neves, Paulo Lacerda Quartim Barbosa.

Banco de Investimentos do Brasil S.A. — Walter Moreira Salles, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, David Beatty III, Antonio Gallotti, Paulo Fontainha Geyer, José Adolpho da Silva Gordo, Paulo Reis de Magalhães, José Luiz Bulhões Pedreira, Carlos de Moraes Barros, Irineu Bornhausen, Dario de Almeida Magalhães.

Banco Irmãos Guimarães — Nelson Parente Ribeiro, David Antunes de Oliveira Guimarães.

Banco Investimento Industrial — Investbanco — Roberto Campos, Sérgio Paulo Mellão, Edmar de Souza, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Sebastião Ferraz de Camargo Penteado, Emanuel Whitaker.

Banco Federal de Crédito S.A. — Eudoro Villela, Olavo Egydio Setúbal, José Bonifácio Coutinho Nogueira, José Ermírio de Moraes.

Decred S.A. — José Luiz Moreira de Souza, Cândido Moreira de Souza, José Garrido Torres, Mário Henrique Simonsen, Vicente Rao, José Luiz de Magalhães Lins.

FIBENCO — Financiamento, Investimento e Crédito — Roberto Campos, Lélio Toledo Piza Almeida Filho, Américo Oswaldo Campiglia, Theobaldo de Nigris, Fábio Monteiro de Barros, André Arantes.

Finco Investimento S.A. — Almino Afonso, Lucas Lopes.

Finco S.A. — Consórcio Financeiro — Lucas Lopes, D. Lowndes, O. Benjamim de Azevedo, Almino Afonso.

Ypiranga Investimentos S.A. — João Baylongue.

IBEC Empreendimentos, Administração e Investimentos — Nelson Parente Ribeiro.

Independência S.A. Financiamentos, Créditos e Investimentos — Otávio Pereira Lopes, Ernesto Pereira Lopes, Caio de Paula Machado, Emanuel Whitaker.

BRASCAN Expansão e Investimento — Antônio Gallotti, Teodoro Quartim Barbosa.

Cia. Sul-Americana de Investimentos — Carlos José de Assis Ribeiro, Américo Oswaldo Campiglia.

Orcica S.A. Créditos, Financiamentos e Investimentos — Roberto Pinto de Souza, A. A. Monteiro de Barros.

Novo Mundo Investimentos S.A. — Roberto Pinto de Souza, A. A. Monteiro de Barros.

DELTEC S.A. — David Beatty III, Eulálio Pontes Vidigal, Irineu Bornhausen, Antônio Gallotti, Paulo Neves de Souza Quartim.

Cie. Financière Eternit — Lucas Nogueira Garcez, Lucas Lopes.

Crédito Comercial S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos — David Antunes Guimarães.

Mercaminas S.A. — Crédito, Financiamento e investimento — Obregón de Carvalho.

Cia. Carioca de Corretagens — Raul Pinto de Carvalho.

Finasa S.A. Finan. Cred. Invest. do Paraná — Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Lucas Nogueira Garcez, Raphael Papa.

Finasa S.A. Finan. Cred. Invest. de Santa Catarina — G. E. Bueno Vidigal, Lucas Nogueira Garcez, Raphael Papa.

Brasval — Gastão E. Bueno Vidigal.

Barings Brothers — G. E. Bueno Vidigal.

IBEC Cia. Empreendimentos Adm. e Investimentos — Humberto Monteiro.

Cia. de Crédito e Financiamento do Comércio — Francisco Pinto Jr.

APÊNDICE X

Carta do IPESUL ao IPES e correspondência de associações e representantes de classes ao IPES.

[illegible]

Em 8 de Maio de 1969
(Dia da Vitória)

Ilmo. Snr. Presidente do IPES - Rio,

O ano passado quando tive o prazer de visitar o IPES e inclusive assistir interessante palestra sobre o BNH, verifiquei que o IPES estava preocupado com os "entraves" e os entreguei documentação mostrando que o abandono legal a que estava relegado o importante mercado de "Letras de Cambio das Financeiras", certamente iria se transformar em um importante "entrave", pois o exemplo de 2 e agora já 3 financeiras gauchas fechadas e com os portadores de Letras de Cambio totalmente desamparados, o mesmo iria suceder no Rio. Infelizmente o Banco Central não aprendeu a lição, e 6 Financeiras cariocas fecharam quasi que simultaneamente.

Em pesquisas imparciais, ouvindo o Banco Central e os prejudicados, ficou claro que ha uma falha na legislação, mas que por motivos obscuros, o Banco Central não deseja tomar a iniciativa de sugerir medidas legislativas complementares, e como tudo que diz respeito ao Mercado de Capitais vai para o Banco Central informar, e como este arquiva todas as sugestões, reclamações ou reinvidicações, temos um círculo vicioso, em que tudo "morre" no Banco Central.

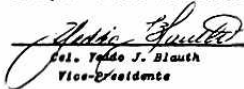
O IPESUL apoia a tese do Pres. Costa e Silva de que a mais importante META, é a META-HOMEM, com o que torna-se fácil afirmar que o Banco Central, no setor do Mercado de Capitais, é inimigo da Revolução, pois está forçando o desenvolvimento e a consolidação do mercado de letras de câmbio, a custa do prejuizo dos investidores, a grande maioria situados na classe média, aqueles que são possuidores de uma escassa e sofrida poupança, portanto integralmente dentro daquela faixa aonde se situa a META-HOMEM.

Assim, temos o paradoxo de que nosso Pres. postula a META-HOMEM e o Banco Central despreza-a totalmente, não tomando siquer conhecimento de sua existência, com o que torna-se "INIMIGO DA REVOLUÇÃO".

Entretanto, sei que para o IPES, como para o IPESUL, Agressões antes políticas do que sócio-econômicas, são irrelevantes e assim, não é minha intenção solicitar o apôio do IPES amparado no que até agora foi dito. A finalidade precípua desta é a de mostrar a importancia do problema, e pedir que estudem a documentação anexa, em que todas as afirmações do Banco Central foram refutadas e para a oportunidade de um projeto de projeto de lei, que consolidaria de maneira equilibrada o imprescindivel fator de "Segurança"

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL

IPESUL

com o binômio Biase-Duare.

É evidente que o Crédito Direto ao Consumidor é fator positivo no desenvolvimento, mas o fortalecimento do mercado de Letras de Cambio, ora em um quasi recesso, depende exatamente da legislação complementar.

Sabemos que o IPES-RIO possui fortes vinculações nos meios Governamentais, e assim pedimos que use sua influência para transformar em lei, o que por enquanto é apenas um projeto de projeto de lei mas que conta com o apôio do Sen. Mem de Sá, cujos conhecimentos de Economia são inegaveis, e com o Jornal do Comércio de P.A., que publicou-o na integra, sem contar com o IPESUL e numerosas outras pessoas ou entidades de menor importancia.

Pouco o IPES conseguirá tentando um diálogo com o Ministro Delphim ou com o Dr. Galvêas, mas creio que os Ministros da Revolução (Jarbas Passarinho, Costa Cavalcanti, Andreazza e Gama e Silva) ficariam sensibilizados, e êles sim, estão em condições de romper a "cortina de silêncio e de desinformação" habilmente montada pelo Banco Central.

Gostariamos de merecer uma resposta sôbre o assunto em tela, afim de coordenarmos esforços por mais esta causa que visa o bem comum.

Saudações cordiais e atenciosas

Cel. Yeddo J. Blauth
Vice-Presidente

P.S. - Novo endereço do IPESUL:
Edifício Palácio do Comércio, 8º andar, Conj. 801
Pôrto Alegre, RGS - Fone 5-18-08

Mecânica CBV Limitada

RUA DA PROCLAMAÇÃO, 203 - BONSUCESSO
ZC-24 - TEL: 30-7006 - RIO-GB - TELEGR. "CBVRIO"

Pergunta Nº...

61/66.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1966.

Ao
IPÊS - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
Av. Rio Branco nº 156 grupo 2737
<u>N e s t a</u>

Prezados Senhores:

Em atenção a sua carta de 28/2/66 solicitamos anotar a seguinte pergunta, a ser encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro de Indústria e Comércio:

1o

"Além dos produtos integralmente fabricados no Brasil, há uma faixa enorme de produtos parcialmente fabricáveis, isto é, produtos que, por razões diversas dependem de peças ou materiais importados.

Muitos desses produtos são de grande interesse para as industriais de médio e pequeno porte.

Para exemplificar citarei o caso da fabricação de Detetores de Raios Gama, pela Microlab Eletrônica Ltda. e de Brocas para poços de Petróleo, pela CBV. Êsses produtos representam uma contribuição anual da ordem de 1 bilhão de cruzeiros à economia do País.

Ocorre porém, que, em ambos os casos, as dificuldades de obtenção oportuna dos componentes importados são de molde a desencorajar qualquer iniciativa de ampliação na faixa dos produtos "semi-nacionais".

Efetivamente não vemos como fugir ao dilema de ou fabricar tudo no Brasil ou não fabricar nada.

É claro que tal dilema exclui a possibilidade da nacionalização progressiva de inúmeros produtos com graves prejuizos para a economia do País.

Estamos convencidos de que sòmente num regime de liberdade de Comércio Exterior, sem licenças de importação e sujeito apenas a um código tarifário moderado, poderá o Govêrno dinamizar o desenvolvimento do País.

Pergunta: O que é que ainda impede o Governo de liberar o Comércio Exterior?".

Atenciosamente
Mecânica CBV Limitada

Paulo Didier Viana

Paulo Didier Viana

PDV/Eva:

Exmo. Snr.
Dr. Mauro Thibau
M.D. Ministro das Minas e Energia

As indústrias eletroquímicas e eletrometalúrgicas ficaram marginalisadas econômicamente, pelas atuais tarifas de energia, principalmente do grupo Light.

As indústrias de soda cáustica vem funcionando com enorme prejuizo, sendo o preço de custo da matéria prima, o sal mais a energia, superior ao preço internacional dessa matéria prima.

A indústria do alumínio também não pode funcionar com as tarifas atuais do grupo Light.

PERGUNTAMOS:

1º - Porque o kWh das indústrias eletroquímicas e eletrometalúrgicas no sistema Light custa o dôbro do kWh da CEMIG?

2º - Constatada a impossibilidade, ou o desinterêsse, do grupo Light em fornecer energia a um custo rasoável para a eletroquímica e eletrometalurgia, dentro de suas áreas de concessão, seria possível a essas indústrias receberem energia de outros sistemas, tal como acontece em Minas Gerais com a CEMIG?

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
p/ Miguel de Carvalho Dias
Diretor Vice Presidente

Sec. 66/0094

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1966.

Ilmo. Sr
Dr. Djalma Murta
DD.Pres. do Sindicato Nacional de
Construções, Estradas, Pontes, Portos,
Aeroportos, Barragens, Pavimentações.
Rua Debret, 23/1205
N E S T A

Senhor Presidente,

Com a finalidade de propiciar melhor entendimento da classe empresarial com as autoridades federais, vem êste Instituto promovendo uma série de debates sob o título geral de "Perspectivas do Empresariado Nacional em 1966".

Desnecessário será ressaltar a importância da participação dos demais orgãos de classe numa iniciativa desta envergadura, mormente quando nos dirigimos a uma entidade que nos tem prestigiado através formulação de quesitos e representação aos debates já realizados, como no presente caso.

Tal participação, entretanto, poderá ser ainda mais efetiva se nos fôr enviada, por êsse Sindicato, relação de todos os seus associados, para o que esperamos contar, ainda uma vez, com o seu concurso.

Ao ensejo, fazemos chegar às mãos de V. Sa., com os nossos agradecimentos, dez fascículos contendo a íntegra dos debates realizados com S. Excias. os ministros Octavio Gouvêa de Bulhões e Paulo Egídio Martins, das pastas da Fazenda e da Indústria e Comércio, respectivamente.

Sem mais, com protestos de alta estima e distinta consideração, subscrevemo-nos,

atenciosamente,

DESENVOLVIMENTO DOS DEBATES (1)

DO IPÊS-GB

1. A melhór sistemática, dentre as diversas já utilizadas nos debates programados pelo I P Ê S - GB que apresentou os melhóres resultados seguiu a seguinte norma:

   a. As perguntas de carater mais geral, e que impliquem na definição da política adotada pelo órgão, devem em princípio ser respondidas englobadamente pela autoridade que preside a equipe.
   Serão anunciadas (para ambientar o auditório) por um elemento do I P Ê S (Gen. Montagna).
   A tréplica, se fôr concedida, deve ser possibilitada exclusivamente aos formuladores das perguntas.

   b. As perguntas de carater mais particularizado e técnico, grupadas para resposta pelos assessôres especializados, devem ser tratadas de forma idêntica ao indicado anteriormente.

   c. Quando esgotadas as respostas às perguntas escritas e submetidas por antecipação, à critério da autoridade convidada, poderá ser aberto o debate livre.

2. A pasta (2ª via) deve ser ordenada na ordem em que serão anunciadas as perguntas, e indicadas aquelas grupadas para a resposta por um mesmo assessôr:

   - Por exemplo:
   - Pergunta nº 1 (Presidente)
   - pergunta nº 13 série Dr. Fulano
   - " nº 14 " " "
   - Pergunta nº 27 série Dr. Beltrano
   - " " 30 " " "

Fernando Montagna Meirelles
Diretor do G.E.S.

PERGUNTAS AO MARECHAL JUAREZ TÁVORA DO ENGENHEIRO HÉLIO DE ARAUJO GOMIDE

1ª) Por que não existe no Ministério da Viação um órgão de maior envergadura que a atual Comissão de Planejamento, que seja capaz de, tendo como orientação as Doutrinas Géo-Política e Econômico-Social do Estado, planeje, coordene as providências, estabeleça as prioridades e dê execução a Planos de Obras Públicas, Federais, Estaduais e Municipais, unificados em função daquelas doutrinas, aí se incluindo os Planos de Eletrificação, Agrícola, Comunicações Industriais, etc?

Deve esta tarefa [illegible]car afeta apenas ao Ministério do Planejamento? Ou seria mais [illegible] ao melhor rendimento da Administração Pública e as metas [illegible] Governos que tais Planos estivessem estritamente e diretamente sob o contrôle e orientação do M.V.O.P.?

2ª). Por que não existe no M.V.O.P. um órgão de Pesquisas Econômicas e de Viabilidade Financeira cujo objetivo seria o de averiguar continuamente a possibilidade da obtenção de novos recursos a curto e longo prazo para investimentos em Obras Públicas?

Por que se satisfazer o M.V.O.P. apenas com as cada vez mais minguadas verbas orçamentárias e Fundos Autárquicos vigentes?

3ª) Por que não centralizar no M.V.O.P. os incipientes Departamentos Econômicos existentes em certas Autarquias, dando-lhes unidade, expandí-los e, sobretudo, atribuir-lhes dentre outras as metas de continuadamente pesquisar os resultados advindos para a Nação com as Obras Públicas realizadas, para aplicar seus resultados no Planejamento mencionado na primeira pergunta?

Sendo uma razoável parte dos recursos orçamentários, para investimentos do M.V.O.P., resultado de diretrizes meramente políticas urge verificar até que ponto tais obras realmente beneficiam a Nação em têrmos econômicos, além do objetivo colimado pelo legislador, sempre de atendimento a interesses locais, certamente minimizados em relação ao conjunto formado pela Nação. Seguramente isto viria a curto prazo comprovar a [illegible] do Planejamento Unificado de Obras Públicas, preconiz[illegible] primeira pergunta, retirar o incentivo à pulverização dos nossos parcos recursos em investimentos de interêsse secundário a permitir o contínuo aperfeiçoamento do Planejamento.

4ª) Sendo o regime de execução de Obras Públicas vigente - em escala preponderante - o da contratação dos serviços, com Emprêsas privadas e interêsse do M.V.O.P., isto é, do Estado um contínuo e íntimo conta-

..

---

to com estas Emprêsas e suas Indústrias correlatas e satélites que apresentam, em conjunto, capitais invertidos de tal vulto que, em bloco, o seu total a situa entre as dez mais importantes atividades econômicas da Nação.

Pergunta-se por que não existe um órgão no M.V.O.P. qualificado para estudar as relações entre o Estado e a Emprêsa contratadora de Serviços Públicos para:

a) atualizar a legislação vigente, tanto no terreno contratual, como também na processualística administrativa, formas de pagamento de serviços, etc.;

b) atualizar a forma de cumprimento das mútuas obrigações criando-se, entre outros, o Sistema de Performance Bonds", em vez do obsoleto e antieconômico sistema de cauções;

c) colaboração estreita com os órgãos representativos da Indústria e Comércio para estimular os contatos entre as técnicos Administrativa de Engenharia e Finanças do Estado e da Emprêsa Privada.

Dada a quasi total obsolecência, complexidade e até certo ponto negatividade da legislação vigente regulando as relações entre Estado Emprêsa Fornecedora de Serviços ou Equipamento, o desconhecimento e em alguns setores quasi antagonismo entre o Estado e a Emprêsa êste órgão viria modificar êste estado de cousas promovendo a integração entre êstes dois maiores setores da Nação.

5º) A pulverização de recursos orçamentários para investimentos através do M.V.O.P. não incorporados em Fundos Autárquicos específicos, parece indicar que êste é um melhor processo que o das pequenas parcelas consignadas em orçamentos sucessivos para uma variedade enorme de obras que exigem recursos ponderáveis e que não podem ser executadas em diversos e sucessivos períodos orçamentários. A consequência é um desperdício de recursos da Nação, que se torna cada vez mais insuportável. O melhor exemplo disto é o orçamento do D.N.O.S., com uma miríade de dotações para obras de abastecimento de Águas e de Esgotos, além de retificações de cursos d'água, canais, prevenção de enchentes e outros, constituindo-se em programas para vários Ministérios em vários anos - conseqüência: inexequibilidade do programa.

Pergunta-se não seria justificável a creação de um Fundo Autárquico a ser manipulado por uma Autarquia especialmente criada para estas finalidades mais ou menos nos moldes do próprio D.N.O.S ou D.N.E.R. ou ainda uma Sociedade de capital misto para tal fim?

6º) Por que até esta data não foram aprovados por decrêto Presidencial os orçamentos das Autarquias que, de acôrdo com a Lei, são essenciais ao funcionamento daquelas autarquias responsáveis pelos maiores investimentos do Estado no setor do M.V.O.P.?

..

O atraso de seis mêses, isto é, meio ano no cumprimento dêste relativamente e pequeno requisito, trouxe e continúa trazendo consideráveis transtôrnos aos setores empresariais dependentes dêstes investimentos, além de constituir desrespeito ao Decreto nº 54897.

Qual a justificativa para um tão inusitado atraso que onera tremendamente as Emprêsas dependentes dos pagamentos de obras executadas e pràticamente impede a concretização de novos investimentos?

7ª) Nos orçamentos publicados para as Autarquias do M.V.O.P. para o exercício corrente, são apresentadas verbas globais como "investimentos", parece, entretanto, que os números apresentados incluem também despesas de custeio e verbas que ainda dependem de concessão de Crédito Especial de duvidosa existência como é o caso do orçamento do D.N.E.R. que prevê a aplicação de 80 bilhões em Obrigações do Tesouro.

Pergunta-se : dos totais publicados como orçamentos e investimentos do DNOS- DNER DNEF e outras Autarquias quais são realmente os valores correspondentes às seguintes rubricas:

a) liquidação de débitos dos exercícios anteriores;
b) despesas de custeio;
c) verbas que ainda dependem de autorização legislativa;
d) autorizações para aplicação de recursos do exercício vindouro;
e) outros possíveis recursos para investimentos tidos como de provável obtenção, tais como: Emprèstimos Estrangeiros A.I.D.entre outros;
f) total dos investimentos reais ou apenas prováveis pelo M.V.O.P. em 1966.

Atenciosamente,

por Helio Gomide

HG/ads

PERGUNTA Nº...

DR. HÉLIO DE ARAUJO GOMIDE

- Por que até esta data não foram aprovadas por decreto Presidencial os orçamentos das Autarquias que, de acôrdo com a Lei, são essênciais ao funcionamento daquelas autarquias responsáveis pelos maiores investimentos do Estado no setor do M.V.O.P. ?

O atrazo de seis mêses, isto é, meio ano no cumprimento dêste relativamente e pequeno requisito, trouxe e continúa trazendo consideráveis transtôrnos aos setores empresariais dependentes dêstes investimentos, além de constituir desrespeito ao Decreto nº 54897.

Qual a justificativa para um tão inusitado atrazo que onera tremendamente as Emprêsas dependentes dos pagamentos de obras executadas e práticamente impede a concretização de novos investimentos ?

PERGUNTA Nº...

DR. HÉLIO DE ARAUJO GONIDE

- Nos orçamentos publicados para as Autarquias do M.V.O.P. para o exercício corrente, são apresentadas verbas globais como "investimentos", parece, entretanto, que os números apresentados incluem também despesas de custeio e verbas que ainda dependem de conceção de Crédito Especial de duvidosa existência como é o caso do orçamento do D.N.E.R. que prevê a aplicação de 80 bilhões em Obrigações do Tesouro.

Pergunta-se: dos totais publicados como oraçmentos e investimentos do DNOS - DNER - DNEF e outras Autarquias quais são realmente os valores correspondentes às seguintes rubricas:

- liquidação de débitos dos exercícios anteriores;
- despesas de custeio;
- verbas que ainda dependem de autorização legislativa;
- autorizações para aplicação de recursos do exercício vindouro;
- outros possíveis recursos para investimentos tidos como de provável obtenção, tais como: Empréstimos Estrangeiros A.I.D. entre outros;
- total dos investimentos reais ou apenas previsíveis pelo M.V.O.P. em 1966.

PERGUNTA Nº...

DR. HÉLIO DE ARAUJO GOMIDE

- Porque não existe no Ministério da Viação um órgão de maior envergadura que a atual Comissão de Planejamento, que seja capaz de tendo como orientação as Doutrinas Géo-Política e Econômico-Social do Estado, planeje, Coordene as providências, estabelecça as prioridades e dê execução a Planos de Obras Públicas, Federais, Estaduais e Municipais, unificados em função daquelas doutrinas, aí se incluíndo os Planos de Eletrificação, Agrícola, Comunicações Indsutriais etc ?

Deve esta tarefa ficar afeta apenas ao Ministério do Planejamento ? Ou seria mais adequado ao melhór rendimento da Administração Pública e as metas dos Govêrnos que tais Planos estivessem estritamente e diretamente sob o contrôle e oriehtação do M.V.O.P. ?

PERGUNTA Nº...

DR. ALBERTO LELIO MOREIRA

- Quando pretende o Govêrno liberar o Ministério da Viação do encargo de dirigir as telecomunicações do país, criando o Ministério das Telecommnicações ?

APÊNDICE Y

Minuta da carta do IPES a David Rockefeller e cartas do CED

Minuta da carta ao Sr. D. Rockefeller

1. As conversações realizadas em Nova York, entre grupos de empresários norte-americanos e brasileiros, documentaram, à margem dos resultados obtidos, o quanto são precários os conhecimentos que temos do panorama econômico, social e político dos países da América Latina.

Posteriormente, essa conclusão se robusteceu, através do admirável trabalho de levantamento procedido pelo Committee for Economic Development, cujos representantes — Mr A. C. Neal e Mr. F. Brandenburg — nos deram a honra de cometer ao IPES o encargo de realizar, quanto ao Brasil, os estudos que ora se processam nos demais países latino-americanos, relativamente a aspectos de sua estrutura econômica.

2. Uma vez que são indiscutíveis as vantagens que decorrerão de tais estudos, ocorreu-nos a idéia de mantê-los em caráter permanente, a cargo de um órgão pan-americano, fundado e mantido pela iniciativa privada, com as seguintes finalidades:

a) estudar os problemas econômicos e sociais que entravam o desenvolvimento da América Latina;
b) manter em dia os dados necessários ao equacionamento desses problemas;
c) planejar e sugerir medidas visando a reduzir ou eliminar os obstáculos àquele desenvolvimento.

3. Para isso, o referido órgão deverá:

a) manter um corpo permanente, coordenador de suas atividades;
b) estabelecer estreito intercâmbio com órgãos governamentais e associações dos países americanos, buscando a maior e melhor coleta de dados possíveis;
c) promover levantamentos, pesquisas e inquéritos técnicos para a complementação desses dados;
d) organizar grupos de trabalho, integrado cada um pelos representantes dos países interessados, com vistas ao estudo e solução de problemas específicos;
e) realizar cursos com duração, finalidade e nível variados, para apresentação e discussão de problemas comuns aos países americanos.

4. A fim de concretizar a idéia, será necessário:

a) a constituição de um grupo de trabalho, com representantes do CED e do IPES, para discutir e propor as medidas visando à criação do órgão ora proposto;

b) a adesão inicial de elementos de projeção — pessoas físicas e jurídicas — no cenário da iniciativa privada dos principais países do continente;

c) a mobilização de recursos humanos e financeiros que permitam a organização de um núcleo em torno do qual se aglutine posteriormente a cooperação das numerosas entidades privadas que, em cada país americano, se preocupam com os respectivos problemas econômicos e sociais.

5. Ao submeter a presente sugestão ao esclarecido espírito de V.Sa. estamos certos de contribuir para um melhor entendimento entre os homens de empresa das Américas, e, desse modo, habilitar-nos a enfrentar o grave desafio já presente no mundo de hoje e que os próximos anos provavelmente tornarão ainda mais sombrio. O continente americano, com todo o potencial econômico e político que lhe é próprio, terá por certo de desempenhar um papel de relevo na dura batalha pela sobrevivência de nossos ideais democráticos.

Na expectativa do pronunciamento de V. S.ª firmamo-nos com admiração e respeito.
9.10.64

January 20, 1966

Mr. José Garrido Torres
Director of Research
IPES
Avenida Rio Branco, 156
Rio de Janeiro, Brazil

Dear Mr. Garrido Torres:

We are in the process of bringing up-to-date a list of CED counterparts which is for internal office use only. The listing for both the São Paulo and Rio de Janeiro offices of your organization is marked on the attached page. Would you be so good as to let us know if this is correct -- and if not, what changes or additions should be made?

We would also be grateful if you would send us a current list of your governing board.

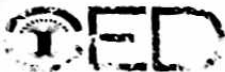
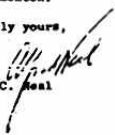
Thank you very much indeed for your cooperation in this matter.

Sincerely yours,

Theodora Boskovic
Secretary to Alfred C. Neal

Enc.

COMMITTEE FOR ECONOMIC DEVELOPMENT, 711 Fifth Avenue, New York, New York 10022 • 212 MUrray Hill 8-2063

ALFRED C. NEAL, President

August 22, 1966

General Octavio Gomes de Abreu
Secretario Geral Executivo
IPES
Avenida Rio Branco, 156
27° andar-conjunto 2737
Rio de Janeiro-Guanabara
Brazil

Dear General Gomes:

The annual meetings of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Monetary Fund will be held in Washington, D.C., during the period September 26-30, 1966 You or some of your members and advisors may attend these Bank/Fund meetings. We would like to bring together those representatives of counterpart organizations for a luncheon sometime during the week.

Could you let me know at your earliest convenience which of your board members or key advisors will be attending these meetings? This information would greatly facilitate our advance planning and the issuance of invitations for the luncheon.

Sincerely yours,

Alfred C. Neal

ACN/rpb
Enc.

P.S. I enclose, for your reference, the invitation list for the luncheon which we arranged last year on the occasion of the World/Bank meetings.

cc: Mr. João Baptista L. Figueiredo, President

THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA, INC

AVENIDA RIO BRANCO, 80-19º ANDAR TEL. 23-5572

Rio de Janeiro,
30 de agosto, 1966

Ilmo. Sr.
General Octávio Gomes de Abreu
Secretário Geral Executivo
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
Avenida Rio Branco 156, 27º andar
Rio de Janeiro

Prezado General Abreu,

Não desejo que V. Sa. creia que eu tenha esquecido ter prometido fornecer os nomes de tipografias que imprimiriam o livro do IPES entitulado "História do Desenvolvimento Econômico do Brasil". A demora se prende ao fato de que o Sr. James, da U.S.I.S. da Embaixada Americana, encarregado de entregar-me a lista, esteve ausente até há poucos dias; porém, dentro em breve estarei de posse da lista de tipografias que farão a impressão do livro por um preço favoravel.

Quanto à contribuição do Conselho para a América Latina, de Cr$2.000.000, adianto que entregarei pessoalmente a V. Sa. o cheque quando regressar dos Estados Unidos, em princípio de setembro próximo.

No ínterim, peço por obséquio que V. Sa. me informe, detalhadamente e por escrito, sôbre o projeto em lide, isto é, quantas cópias serão impressas e se o Conselho para a América Latina receberá alguns exemplares, e como será utilizada a importância que será contribuída, de Cr$2.000.000.

Finalizando, V. Sa. pode estar certo da colaboração do Conselho para a América Latina em futuras atividades do IPES desta natureza.

Cordialmente,

Richard K. Lorden

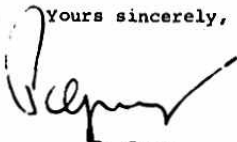
Richard K. Lorden

Reg.
Ger. 1/9/66

Committee for Economic Development of Australia

NK:GJ

7th September,1966.

The Secretary,
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais,
Avenida Rio Branco, 156,
Rio de Janeiro, BRAZIL

Dear Sir,

We are hoping to provide, for interested parties in Australia, up-to-date and accurate basic economic information relating to those counrties outside Australia with which we are associated through your Institute. It is felt that the supply of such information would provide a valuable service to our subscribing members and at the same time would not be without benefit to the individual countries concerned.

We here, have, for some time, been planning to issue a monthly Bulletin giving current information relating to Australia and needless to say, such Bulletins could automatically be sent to you.

We shall be very glad to hear from you and to know your views on our suggestion.

Yours sincerely,

P. Grey

Director of Research

APÊNDICE Z

Atas das reuniões do IPES de 23 de novembro de 1962, de 22 de janeiro de 1963 e de 8 de abril de 1963

C O M I S S Ã O   D I R E T O R A

(23.11.1962)

REUNIÃO CONJUNTA, COM OS MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO DE SÃO PAULO

PRESENTES : Srs. João Baptista Leopoldo de Figueiredo (Presid.do Comitê Executivo-S.P.), Glycon de Paiva (V.Presid.do Comitê Executivo-Rio) - J.C. Polland (Presid.da Com. Diretora-Rio) - A.F. de Azevedo Antunes (Presid.do Conselho Orientador-Rio) - Cândido Guinle de P. Machado (Vice-Presid.do Cons.Orientador) - Guilherme Júlio Borghoff (Rio) - Gilberto Huber (Rio) - José Rubem Fonseca (Secret.do Com.Executivo-Rio) - Paulo Werneck (Secretário do Com. Exec.-S.P.) - Paulo Ayres (Com. Executivo-S.P.) - Paulo Reis Magalhães (Tesoureiro Geral-SP) - Heitor Herrera (Comitê Executivo-Rio) - Flávio Galvão (Secretário Geral Executivo-S.P.) - G.Couto Silva (Chefe do Grupo de Levantamento) - Garrido Torres (Chefe do Grupo de Estudos-Rio) - Dênio Nogueira (Membro do Grupo de Estudos-Rio) - Liberato da Cunha Friedrich (Secretário Executivo-Rio).

PRESIDENTE : H. C. POLLAND

A G E N D A : I) Exposição dos trabalhos do IPÊS/S.P.
II) Coordenação Rio-São Paulo
III) Diretrizes Gerais do IPÊS.

1º) EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DO IPÊS DE SÃO PAULO.

O Sr. J.B.Leopoldo Figueiredo fez o relatório geral.

O Sr. Werneck falou sôbre os filmes realizados pelo IPÊS/S.P., um total de onze (11), até hoje, incluindo-se dois (2) de Jorge Ihering de Matos, perfazendo um total de Cr$ 28.798,00.

HC POLLAND - Elogia o trabalho do IPÊS/S.P., especialmente a parte estudantil.

P.AYRES - Fala sôbre a formação da opinião pública, explicando o que tem sido feito por São Paulo. Ressalta a importância da imprensa.

NOTA DE L.C.FRIEDRICH - Lembrar ao nosso Com. Executivo a aquisição de cópias de outros filmes do IPÊS/S.P.: "Marinha Mercante", "Portos do Brasil", "Papel da Livre Emprêsa", "Problema Estudantil", "F.A.B.", "Marinha de Guerra" e "Exército do Brasil".

P.AYRES - Fala sôbre o Centro de Documentação da FCC/S.P.

WERNECK - Quanto aos filmes sôbre as n/F.F.A.A., os respectivos roteiros virão antes ao Rio, para serem revistos.
O esfôrço máximo de projeção foi feito no mês imediatamente anterior ao da eleição.
Tambem fôram e serão passados na TV os filmes do IPÊS/S.P.
A vida útil de um filme é de 18 meses, tempo para atingir todo o território brasileiro.
Um filme, ora em preparo, aborda o problema dos marítimos e estivadores.
Fala sôbre teatro, mostrando o que já existe em S.Paulo.
Após alguns tropeços, o teatro vai indo bem.

WERNECK - Atualmente está em fase de montagem a peça "La Maison de la nuit" que é uma peça em que aparece o muro de Berlim, com um corredor de fuga para os moradores de Berlim Oriental. Informa, ainda, que a maioria dos atores é integrada por comunistas.
Os filmes do IPÊS/G.P. são exibidos em praças, fábricas, colégios, etc.
Têm sido vaiados em alguns lugares, como na Faculdade de Medicina (SP) e aplaudidos em cinemas públicos.

P.AYRES - Grupo de Doutrina - Historia as dificuldades e trabalhos. Fala dos planos de publicação de obras, assim como de edições populares, tanto sôbre economia quanto sôbre outros temas.

2º) COORDENAÇÃO RIO-SÃO PAULO

H.HERRERA - Relata o que foi resolvido pela manhã, no que concerne a êste item.

JBIF - Haverá Coordenação de Grupos e dentre os Grupos, do Rio e de São Paulo. O mesmo quanto aos aspectos financeiros. Em consequência, urge fazerem-se reuniões mais frequentes, com o comparecimento de, pelo menos, um (1) representante de cada Com. Executivo Regional.
O mesmo quanto às Secretarias Gerais (Executivas) de Rio e S. Paulo, bem como dos Secretários dos respectivos Comitês Executivos, José Rubem Fonseca e Werneck.

HC POLLAND - Explica o "modus operandi" do Rio.

ANTUNES - Completa esclarecimentos. Acentua a necessidade que há de o IPÊS "estar" em Brasília, daqui para o futuro.

P.AYRES - As esquerdas têm maior interêsse que os fatos se passem em Brasília, onde estão mais "soltas".

JBIF - Volta ao assunto de Brasília, da Assessoria, Mello Flôres e Antunes, acentuando a necessidade de coordenar o concentrar as forças em Brasília, em conjunto com a Federação das Indústrias e Assoc. Comercial de São Paulo.
SUGESTÃO: Que Jorge O.do Mello Flôres vá a São Paulo, na próxima semana, para conversar sôbre o assunto.

P.R.MAGALHÃES - Convidamos também A.T.A.Antunes, o qual concorda.

JBIF - Várias emprêsas americanas mantêm "antenas" em Brasília.

ANTUNES - Brasília não comporta um IPÊS, mas êste deve estar presente lá. Há deputados que afinam 100% conosco. Não seria o caso de atraí-los ? Já tenho um homem do meu grupo, permanentemente, em Brasília (do Grupo Antunes). E nas horas críticas reforço-o com mais seis (6) homens.

GLY - Um Boletim diário, em Brasília, dando a situação com o máximo de atualidade e realismo, talvez fôsse a solução ideal.

3º) DIRETRIZES GERAIS DO IPÊS

GLY - Expõe o Plano para os próximos 24 meses.

JBIF - Quanto aos setores social e econômico, acho que os devemos "tocar" o mais ràpidamente possível. Aliás trazia em mente êsses dois temas e folgo em encontrá-los aqui.
Cita várias ações, já levadas a cabo em São Paulo, além de outras em estudo.

P.AYRES - Cita o caso de alguns estudantes equatorianos que poderão ser "importados" e são profundos conhecedores do assunto.

MC POLLAND - Quanto às declarações síntese, pergunto quando as publicaremos.

P.AYRES - Pessoalmente tenho um certo receio de nos abalançarmos à publicação dêsses documentos.
Aconselha ler o artigo de Sampaio Dória em "O Estado de S. Paulo".
Todos, porém, concordam que a publicação dos "position papers" seja feita com a responsabilidade do IPES.

Tal foi decidido.

ANTUNES - Serão apenas publicadas, no Jornal do Brasil?

MC POLLAND - Não. Também fará comentários.

ANTUNES - Acho que devemos fazer uma ressalva, nos comentários ou na introdução, explicando que o IPES fará apenas o papel de ampolata para desencadear o debate dos assuntos.
Daríamos a partida com o problema da Reforma Agrária.

ANTUNES - Com a palavra, conta a conversa que teve hoje com um engenheiro, gerente de sua emprêsa no Amapá. O candidato que pregou a encampação da ICOMI foi derrotado fragorosamente pelos próprios operários da emprêsa.
É de opinião que nos devemos concentrar em um ou dois trabalhos, já aprovados por São Paulo e Rio.

DÊNIO NOGUEIRA - Lê as declarações-síntese já aprovadas por São Paulo e Rio.

P.AYRES - Aduz novas considerações, sempre denotando cautela, pela probabilidade de que cada documento venha a gerar uma "bola de neve", com rumos imprevistos.

O.GUINLE - Concorda com P. Ayres. Acha o momento impróprio. É pela montagem de um Centro de Informações em Brasília.

D.NOGUEIRA - Estamos no "limiar da estatização", comandada por Celso Furtado, a qual sairá dentro de 30 dias.

G.TORRES - Dá sua opinião: Tenho medo de nos transformarmos no "Instituto das Oportunidades Perdidas".
É francamente favorável às publicações.

MC POLLAND - Dá seu testemunho pessoal, após uma viagem pela Alta Paulista, onde observa intensa preocupação contra o latifúndio.

P.AYRES - Reafirma seu ponto de vista anterior.

ANTUNES - Há um denominador comum, em tôdas as opiniões, segundo é fácil observar.

G.TORRES - Reforça seu ponto de vista, favorável à publicação.

Z.GOMIDE - De acôrdo com Garrido Torres: "Devemos começar as publicações e já"!
E mais: Nas reformas estruturais devíamos ir além do simples "position paper".
Quanto às institucionais, os "papers" bastam.
No que concerne à continuidade da campanha, como diz Antunes, um jornal só não basta. É preciso maior volume de publicidade.

JBLF - Subscrevo a opinião de Garrido Torres, com duas observações:
1ª) Talvez não seja conveniente publicar tudo de uma só vez.
2ª) Pergunto se temos elementos e estamos em condições, aqui em São Paulo, para assegurar a continuidade da luta, caso ela surja.

JBLF - No mais, há necessidade absoluta de [illegible], em São Paulo e no Rio.

[illegible] - Propõe:
Selecionar-se um certo número de documentos (uns dez ou doze), que satisfaçam às condições de unanimidade, que não hajam suscitado críticas negativas, aprovados por São Paulo e Rio; tais documentos devem também preencher a condição de mais fáceis de sustentar, em eventuais polêmicas futuras.

G.HUBER - Acha que se deve deixar JBLF com inteira liberdade para decidir da oportunidade das publicações.
Também opina pela publicação de um panfleto para estudantes, bem como pela realização de uma série de palestras, baseadas nos temas aprovados mas não publicados.

HC POLLAND - Inteiramente de acôrdo com os que se definiram pela publicação. É pela ofensiva.

G.TORRES - "Pela ofensiva imediata", no mínimo, um folheto.

HC POLLAND - Resume a DECISÃO.
1º) A orientação do IPÊS é publicar as declarações síntese.
2º) A escôlha dos documentos a serem publicados fica a critério de JBLF e OLY.
3º) O lançamento será precedido e coberto, por uma campanha publicitária.
4º) A divulgação compreenderá também a distribuição de panfletos.
5º) O encerramento da campanha também a cargo e a juizo de JBLF e OLY.

C.GUINLE - Acha que, segundo P.Ayres, não devemos dar ênfase à palavra "reforma".

G.TORRES - Acha que a "introdução" poderá cobrir a última observação.

ENCERRADA A REUNIÃO

JBLF entrega um telegrama da [illegible] a respeito das manifestações de 27.11.62.

HC POLLAND determina que o telegrama seja mandado ao Snr. José Carlos Pereira.

COMITÊ EXECUTIVO

REUNIÃO PLENÁRIA RIO - SÃO PAULO

23.11.1962 - Início: 8,30 hs

PRESENTES: Srs. João Baptista Leopoldo de Figueiredo (Presidente);
Glycon de Paiva (Vice-Presidente);
José Rubem Fonseca (Secretário-Rio);
Luiz Cássio dos Santos Werneck (Secretário-S.P.);
Heitor Herrera (Coordenador-Rio);
Antônio Carlos Amaral Osório (Coordenador-Rio);
Oswaldo Tavares (Coordenador-Rio);
Paulo Ayres Filho (Coordenador-S.P.);
Paulo Reis Magalhães (Tesoureiro Geral-S.P.);
Jovimiano Jardim (Tesoureiro-Rio).

ASSISTENTES: Golbery Couto e Silva (Grupo de Levantamento-Rio),
Gilberto Huber (Rio);
Garrido Torres (Chefe do Grupo de Estudos-Rio);
Paulo Assis Ribeiro e Denio Nogueira (Membros permanentes do Grupo de Estudos-Rio).

Presidiu os trabalhos o Snr. João Baptista Leopoldo de Figueiredo.

Secretariou a reunião o Secretário Executivo da Seção Rio.

ASSUNTOS DISCUTIDOS

1º) O Dr. Glycon de Paiva fez um retrospecto das atividades do IPÊS/Rio, lendo documento que foi presente à mesa, composto de três partes: Retrospecto, trabalhos realizados pelos Grupos e planejamento para os próximos 24 meses.

2º) Estudo que está sendo realizado pela PUC sôbre as consequências a tirar das eleições de 7.10.62.

3º) Livros publicados.

4º) Quadro dos comunistas.

5º) Inflação.

6º) Novamente, o assunto são livros.

7º) Assessoria de Brasília.
Dr. JBLF, sugere se encontre uma fórmula que reúna os IPÊS de São Paulo e Rio, a Federação das Indústrias, de São Paulo, o Grupo do Snr. Augusto Trajano de Azevedo Antunes, de maneira a que os esforços em Brasília obedeçam a uma coordenação inteligente e não se dispersem fôrças.

8º) Cinema: São Paulo e Rio. Coordenação de esforços.

9º) Garrido Torres - Diz que nos EUA está em moda um curso de "iniciação econômica", nas emprêsas.

10º) Dr. JBLF - Fala na organização de um Comitê de Planejamento para orientar a Com. Diretora e o Com. Executivo nos planos e linhas de ação. Pede que Golbery Couto e Silva arranje um homem para São Paulo (Levantamento).

11º) Necessidade de entrosar o Grupo de Estudos do Rio com o Grupo de Dou

trina de São Paulo.

12º) Paulo Ayres - São Paulo tem 15 livros escolhidos e outros tantos folhetos de 10 a 15 paginas, sôbre Economia, para publicar. Está em estudos, com a Cia. Editôra Nacional, a publicação de uma coletânea.

HH - Propõe a sistemática de os Grupos de São Paulo e Rio serem classificados como "matriz" e "filial".

P.AYRES - De acôrdo. Onde houver o melhor homem, aí estará a cabeça.

HH - Também deve haver perfeita coordenação no setor financeiro.

JBIF - Combinar com São Paulo cada trabalho especifico.

GLYCON - Continúa a esmiuçar o Plano (Parte III do trabalho que está lendo)

JBIF - Temos um projeto da Mc Cann Erikson para transformar em filme, cojitando de educação do empresário.

13º) GLYCON - Consta de nosso Plano, no setor educacional, o funcionamento futuro de um verdadeiro Instituto.

14º) GLYCON - Aproveita para lêr a lista dos nomes indicados para ficarem à testa dos diferentes Grupos, que são aquí reproduzidos:

Opinião Pública	-	Harold Cecil Polland
Educação de Base	-	Helio Gomide
Educação Seletiva	-	Heitor Herrera
Sindical	-	Cândido Guinle de P.Machado
Estudantil	-	José Duvivier Goulart
Obras Sociais	-	Gilberto Huber
Obras Econômicas	-	Gilberto Huber
Ação Empresarial	-	José Luiz M.de Souza
Assessoria de Brasília	-	Jorge Oscar de Mello Flôres
Levantamento	-	Golbery Couto e Silva
Integração	-	Oswaldo Tavares Ferreira
Publicações (compreendendo Teatro,Cine,Rádio e TV)	-	José Rubem Fonseca
Secretaria	-	Liberato da C. Friedrich
Tesouraria	-	Jovinismo Jardim

JBIF - Propõe ligação com o SESI, pois em São Paulo há probabilidade de colaboração de parte de tal órgão.

ACAO - Externa sua opinião sôbre o SESI do Rio: NEGATIVA.

P.AYRES - W. Lodjenski acaba de regressar da Alemanha, de onde veio entusiasmado com as escolas de líderes sindicais.

15º) GLYCON - Lê o Plano na parte de assessoria aos parlamentos federal e estaduais.

P.AYRES - Opina que tal assistência seja proporcionada também às Camaras de Vereadores das grandes cidades.

GLYCON - Um planejamento deve ser flexivel.

JBIF - É preciso também coordenar as Secretarias. Como seria ?

G.HUBER - Acho que devemos ter um mínimo de organização interna e um máximo de flexibilidade externa.

H.HERRERA - Volta à proposta de matriz e filial também para as Secretarias. Mas pareço que as Secretarias Executivas devem ser completamente autonomas

JBLF - Cada 15 dias, o Secretário do Comitê Executivo de [illegible] IPES assistirá à reunião do [illegible].

JBLF - Orçamento para 1963: - conjuntamente
- separadamente:
- São Paulo
- Rio

G.HUBER - Orçamento ostensivo e orçamento sigiloso !

H.HERRERA - Lê o Regimento Interno.

JBLF - O importante é o orçamento anual.

JBLF - Localização dos Grupos

- Tesouraria Geral - São Paulo
- Secretarias Gerais (Executivas) - Independentes
- Grupo Editorial - Rio
- Grupo de Levantamento - Rio
- Grupo de Doutrina e Estudos - Rio e São Paulo
- Opinião Pública - Rio
- Educação - Rio
- Sindical - São Paulo
- Estudantil - São Paulo
- Obras Sociais - Rio
- Obras Econômicas - São Paulo
- Assessoria - São Paulo
- Integração - Independente (Local)
- Orçamento - São Paulo
- Relações Públicas - Rio

H.HERRERA - A infraestrutura deve, de preferência, ficar confiada a pessoal "full time".

JBLF - Aceito para São Paulo.
Sugestão: Em oportunidade tão próxima quão possível, reunir-nos-emos para elaborar um Regimento Interno Conjunto.

NOTA: F. Galvão levou um exemplar do Regimento Interno da Sec. Rio, entregue por H. Herrera.

F.GALVÃO - Virá um projeto de São Paulo, na próxima semana.

DECISÃO: Mudar o nome dos Grupos de Doutrina e Estudos de São Paulo e Rio, respectivamente, para:
"Doutrina e Estudos" - São Paulo
"Estudos e Doutrina" - Rio
(Aprovada sem restrições)

(Às 10,30 hs. chegaram OT - PAR - DH os quais prestaram esclarecimentos sôbre a atuação do Grupo de Estudos)

O Grupo de Integração é de âmbito local.

JBLF - Pedo a ida do Gen. Nelson R. Carvalho para São Paulo, logo seja possível.

JBLF - O Esfôrço deve, também, ser dedicado às pessoas físicas.

NOTA: Expediente ao Chefe do Grupo de Integração (Osvaldo Tavares). Devemos começar por casa (carta circular a todos quantos integram o IPES, para que se tornem contribuintes individuais.

JBLF - Sugere a possibilidade de ída do Prof. Jorge de Mello Flôres a São Paulo, para examinar com o Comitê Executivo de lá a parte técnica do Setor de Assessoria de Brasília que corresponderá a São Paulo.

TELEGRAFAR a Jorge Oscar de Mello Flôres perguntando-lhe se póde ir a São Paulo (vide parágrafo anterior)

COMUNICAR sua resposta a São Paulo.

Grupo de Relações Públicas - Matriz no Rio.

Em São Paulo as "Relações Públicas" estão a cargo de Flavio Galvão, Sub-secretário de Redação de "O Estado de São Paulo".

ARQUIVO DA SECRETARIA

COMITÊ EXECUTIVO (PLENO) RIO / SÃO PAULO

REUNIÃO DE 22.1.1963 -- EM SÃO PAULO

INÍCIO: 10,40 HS.

PRESENTES: JBLF - GLY - HH - VERBECK - JHF - FL.GALV. - AG.TEIXª.C. - LCF - P.AYRES - ADALBERTO B. NETO - P.REIS MAGALHÃES - P.ED.S.QUEIROZ.

PRESIDENTE: JBLF.

AGENDA:
1) Complementação da coordenação Rio/São Paulo.
   - Orçamento
   - Assessoria
   - Secretaria
   - Editorial
   - Levantamento da conjuntura
   - Outros grupos de trabalho
2) Comitê de Planejamento
3) Encontro sôbre a Inflação Brasileira (Senegação - Preços - Lucros - Salários)
4) Combate à estatização
5) Análise do Plano Trienal
6) Boletim de Inf[illegible]
7) Impressão em folheto dos "position papers"
8) Visita Gabriel Kaplan (Enno Hobbing)
9) Atitudes do IPÊS em relação à situação do país
   - Prioridades para a ação (Setôres: Opinião Pública - Militar - Sindical - Estudantil - Formação de Líderes)
10) Doutrinação de Empresários - Palestras - Conferências - Seminários - Mesas Redondas, etc.
11) Ampliação do quadro social e de contribuintes
   - Sócios individuais
   - Diminuição da contribuição
12) Instituto Brasileiro de Educação Democrática
13) Habitação Popular - Contribuição Empresarial

PRIMEIRO: COMPLEMENTAÇÃO DA COORDENAÇÃO RIO/SÃO PAULO

a) ORÇAMENTO: - Em exame. (Vide cópia do de S.Paulo)

JBLF - Como pensam no Rio ?
Em São Paulo foi feito um orçamento, separando-se a Administração dos demais órgãos, serviços e entidades, tais como Centro de Documentação da Pua, Federação dos Círculos Operários, SEI, União Cívica Feminina, etc. Também os setores em fase de instalação fôram contemplados. (Vide referido orçamento).
Não foi esquecida uma verba a título de RESERVA para Ações Diversas.

JBLF - Há ou não vantagem em fazer-se a integração dos orçamentos de ambos os IPÊS ? Já temos a integração da contabilidade.

HH - Desde o princípio pensamos em um orçamento flexivel. Existem grupos que pódem e até mesmo devem ser administrados localmente. Mas certos Grupos, como o de Assessoria, sem sede no Rio ou São Paulo, mas em Brasília, são de caráter geral, pedindo ação conjunta. Nesse caso cabe perfeitamente uma coordenação entre Rio e São Paulo, para que, dentro das necessidades comuns, levadas em conta as possibilidades, possamos chegar a uma verba orçamentária que atenda ao problema.

GLY - Julgo fundamental uma conversa com JOMF, para termos uma Assessoria forte e eficiente em Brasília.

JHF - Talvez o IPESUL queira integrar-se na Assessoria.

JBLF - Flôres deve fazer um programa para atender às necessidades. Mangabeira? chese (Presidente da Fed. das Inds. de São Paulo) está de acôrdo.

GLY - Nós subvencionaremos. Flôres agirá.

JBLF - Tudo dependerá do plano de JOMF.
Fala na hipótese de uma Agência de Notícias (ASAPRESS). O proprietário da Agência é o Marrey. A emprêsa está em boas condições financeiras e Marrey é independente. Seria, talvez, o caso de um entrosamento da Agência com o Plano.

GLY - Fala sôbre o planejamento de JOMF e sôbre a idéia de um B.P. (Boletim Político). Necessidades: homem, notícias, análise, telex, etc.
Uma primeira etapa seria, talvez, apenas uma coluna política em jornal como "O Globo". Betto Câmara estaria pronto a escrevê-la, mas precisaria ser "alimentado". Brasília seria uma espécie de "IPÊS sem receita". O Boletim seria uma "Carta Política" ao homem de negócios, espécie de quintessência do trabalho de Brasília.
Este, o meu pensamento, já exposto a HCP.

RESUMO: 1ª fase - Coluna em O Globo
2ª fase - "Carta" (independente)

JBLF - O "BC" também começou assim.

GLY - O futuro político do Brasil é que permitirá ao homem de emprêsa decidir se deve ou não entrar em novos negócios.

WERNECK - Proponho que o IPÊS/Rio leve um exemplar de nosso orçamento e nô-lo devolva com os seus dados proprios.

GALVÃO - Entrega a LCF o orçamento do IPÊS/S.P.

JBLF - LEVANTAMENTO DA CONJUNTURA e COMITÊ DE PLANEJAMENTO (Item 2)

GLY - Acho que a conjuntura econômica está perfeita hoje com a APEC. A interpretação política e social é o que estava eu procurando cobrir com o "BP"...

JBLF - ... que se poderia fazer com o Grupo de Levantamento e mais os informes oriundos de outras fontes.

JBLF - Quanto ao Comitê do Planejamento, seria composto de:
- alguns elementos do IPÊS (Chefes de Grupo);
- alguns elementos da Comissão Diretora e do Comitê Executivo;
- alguns elementos estranhos, com a missão de verificar o rumo e consequências dos acontecimentos, elaborando sugestões sôbre o assunto.

NOTA: Anteprojeto entregue por A.Trº. C. a LCF e por êste a GCS.

JBLF - A.Trº.C. faria sua elaboração. Os demais, idem. Conforme o caso, o Comitê de Planejamento consultaria o Comitê Executivo, mas, normalmente, tomaria as providências por sua própria conta, dentro dos limites da delegação de poderes que lhe foi feita pelo último.

GLY - Minha opinião é que deve haver:
1º) Informes
2º) Centro de Interpretação (Informação)
3º) Sugestão de ação, que é um planejamento a levar ao Comitê Executivo, para aprovação.
As ações pódem ser locais ou gerais, estas sujeitas à coordenação Rio/São Paulo.

GLY - Lê a última estimativa ou avaliação de situação elaborada pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura do Rio.

A.Tr.C.- Dá sua opinião, mostrando como o documento, apesar de excelente, já estava ultrapassado pelos acontecimentos.
Diz que, diariamente, troca idéias com GCS, por telefone ou outro meio a seu dispôr.

JBLF - Levantamento da Conjuntura +, qualquer coisa, exige coordenação.

FGALVÃO -Acrescenta que, quanto a São Paulo, as estimativas eram falhas. Agora, o vasio de São Paulo está sendo tapado.

HH - Mas a interpretação mais alta, de cúpula, deve ser centralizada. Acho que a estimativa não está ultrapassada, pois os fatos ocorridos recentemente estão cobertos pelas hipóteses nela encaradas.

A.Tr.C.- Acentúo a necessidade da informação para qualquer ação do IPÊS. Um exemplo é o caso de ontem, da agitação dos sargentos.
Outro problema crucial é o das comunicações (tel., rádio, etc.)

JBLF - Temos também o caso da duplicidade de tarefas executadas por S. Paulo e Rio.
Pergunto: 1º) Qual a forma de se evitar tal duplicidade ?
2º) Onde deve ser localizado o Centro ?
3º) Qual o aspecto das ligações com Brasília ?

HH - Existe também o problema do sigilo dos serviços, especialmente das conclusões, pois a maioria delas não póde ser escrita.

A.Tx.C - Aos membros do Comitê Executivo envio, diariamente, os informes (matéria prima). A informação (produto da elaboração) dá lugar a um relatório para conversações com GCS e para a ação do Comitê Executivo.
Tal relatório é estrictamente CONFIDENCIAL.

HH - Acho necessário conversar sempre com GCS, para que o serviço seja centralizado no Rio.

A.Tx.C - Já está acertado. Existe acêrto semanal, no Rio ou em São Paulo, para os assuntos nacionais. Mas há os locais e imediatos.

GLY - O Centro de Interpretação (Informação) é para orientar a ação do IPÊS. Mas, por outro lado, devemos informar o grande público, para que a opinião pública neutralize ações prejudiciais das fôrças negativas (da política ou da administração).

JBLF - Já pensamos numa coluna do IPÊS em algum jornal.
Mas valeria a pena colocar o nome do IPÊS ou seria melhor o de algum jornalista ?
Também pensamos num comentário diário, mas abandonamos a idéia por causa do preço.

GLY - Não devemos engajar o nome do IPÊS e sim continuar atuando à meia luz.

HH - De acôrdo. Justifica e corrobora a idéia de GLY.

JBLF - Qual a sugestão ?

GLY - Uma coluna diária, com matéria fornecida por nós. Mostra, como exemplo, um "boneco" que deveria ter sido publicado na última 6ª. feira.

A.Tx.C - Deseja "pluralizar" a idéia de GLY.

GLY - Mostra um trabalho que teria sido feito por Sette Câmara.

CHEGA JOMF

GLY - Explica-lhe os fatos anteriores, relativamente à Assistência em Brasília.

JOMF - Expõe seus trabalhos e sua maneira de agir, dizendo que todos os seus esforços, durante o ano de 1962, fôram em Brasília.
Mostra como os trabalhos da Câmara e particularmente o de suas Comissões precisa ser acompanhado com o máximo de atenção.
E não são menores as preocupações junto à Administração daquela

JOMF - Casa, à qual cumpre dar também muita assistência.
É sua idéia aproveitar, tanto na Câmara quanto no Senado, dois (2) elementos de cada, de preferência parlamentares de grande capacidade mas não reeleitos. Exemplos:
Mário Gomes (PSD-PR) - Ótimo (C.D.)
Jaime Araujo (UDN-AM) (C.D.)
Sergio Marinho (o mais destemido) (Sen°)
Já conta com um alto funcionário da Câmara (PW). No Senado também contratará um elemento chave.
É de opinião que, em Brasília, deveremos ter um grupo para articulação local. Lá é muito ajudado por pessoas de outra agremiação, que trabalham na Secretaria da A.D.P., esta com 2 salas dentro da própria C.D. (inclusive microfone, telex, etc).
Imagina o Grupo de Brasília como sendo de coordenação local e primeiros socorros e assistência técnica, além da constante e permanente ligação com São Paulo e Rio. Urge divulgar bem o que nos convém, pois os jornalistas de Brasília são todos esquerdistas, divulgando com destaque apenas aquilo que lhes interessa.
Existe lá uma pessoa, proprietária de uma pequena agência de divulgação. Mas para o Rio e São Paulo cumpre tenha mais recursos, mais um redator, etc.

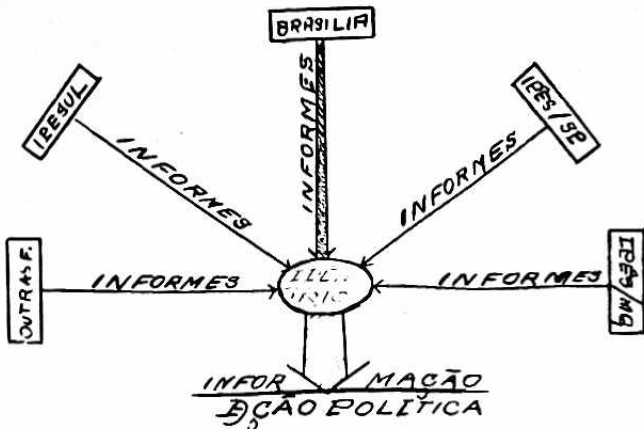
JBLF - Expõe o que havia dito anteriormente, quanto ao tema.

JOMF - Mostra um esquema, com uma fôlha de pessoal no valor de Cr$ 2.000.000,00 e mais Cr$ 1.000.000,00 para transportes e comunicações, num total de Cr$ 3.000.000,00.

JBLF - Acha barato.

JOMF - Estive com Amaral Peixoto. Lembrei-lhe o nome de Falcão para líder. A.Peixoto disse que Falcão estêve muito tempo afastado, devendo começar como vice-líder. Mazzili deverá continuar na presidência. A do Senado ficará com F. Müller ou Auro M. Andrade. O que não fôr presidente será líder.

JBLF - Então fica decidido o seguinte:
"COORDENAÇÃO NO RIO COM RAMIFICAÇÕES EM SÃO PAULO E EM OUTROS PONTOS. OS SERVIÇOS LOCAIS INTERPRETARÃO E SEGUIRÃO AÇÕES LOCAIS. QUANDO SE TRATAR DE AÇÃO GERAL, UNIFICADA, O CENTRO SERÁ O RIO DE JANEIRO."
Daí a necessidade de um Boletim Político (B.P.)

JBLF Explica que o B.P. começaria por uma Coluna Política em um ou mais jornais.
A Assessoria, em Brasília, seria grande fonte de informes autênticos, de molde a se bem aquilatar e melhor prejulgar os rumos da política governamental.
Brasília seria verdadeiramente a MOLA a determinar a dinâmica de ação do IPÊS.

JOMF - Mais tarde, pretendemos dar assessoria também ao Executivo.

GRUPO EDITORIAL - Centralização no Rio

JRF - Expõe a situação e o estado dos trabalhos. Trata da questão das verbas.
São Paulo prosseguirá no seu programa de traduções. Quanto a novas publicações, São Paulo e Rio decidirão de comum acôrdo (ligação pessoal entre JRF e Werneck). Escôlha prioritária, dentro do orçamento (êste ainda não aprovado).

JBLF - Passa a outros Grupos de trabalho.
Inicialmente: Grupo Educacional.
Diz que, quando fôr conveniente, devem aproximar-se os responsáveis pelos Grupos Educacionais do Rio e de São Paulo.

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Discute-se a data limite para que São Paulo envie a matéria para o Rio, tendo ficado assentado o dia 10 (dez) de cada mês.
JRF ficou de mandar a Werneck um plano de distribuição das matérias, com as secções correspondentes.

Ainda "outros Grupos": INTEGRAÇÃO.

O Comitê do Rio toma conhecimento de uma fórmula felicíssima, encontrada em São Paulo, a das reuniões domiciliares, em que uma firma subscreveu 1 milhão e outra, que pretendia retirar sua contribuição, resolveu aumentá-la.

INTERRUPÇÃO PARA O ALMÔÇO

REINÍCIO: 15 horas

Vladmir Lodjenski, convidado, faz uma exposição sôbre o problema sindical.

Chegam HCP e José Elí Coutinho (Chefe do Setor Estudantil de São Paulo) para tomar parte na reunião.

A.Tz.C - Faz duas observações, divergindo ligeiramente de W.L.
Êste distribuiu um novo Boletim da SEI.

JBLF - Comenta o que foi dito por W.L.
W.L. irá ao Rio, 3ª. feira próxima. Diz que GCS está a par de tudo.

GLY - Diz que, quanto a orçamentos e prioridades, deseja, antes, ouvir GCS.

JRF - De acôrdo com GLY.

GLY - Pergunta se W.L. tem chance de vencer a batalha até 1º de maio.

W.L. - Diz que os lutadores sindical-democráticos só abandonarão a luta se se sentirem desapoiados. Até agora, sòmente têm todo apoio da SEI. Acha que a guerra será ganha ou perdida no setor sindical.

GLY - Faz uma pergunta e JBLF responde que os patrões não tomam conhecimento, ignoram mesmo a questão sindical.
Mais que ignorância, existe entre os empresários ausência completa de disposição para sequer estudar o problema.
Entretanto, acha GLY que devemos agir sôbre os patrões.

HCP - Esclarece "cousas práticas":
"caixinha" presidencial, dinheiro - uma espécie de pedagogia para cães: ôsso para os que acertam, castigo para os que erram.
"Vários presidentes de sindicato estão em fôlhas de pagamento".

ITENS 6 e 7 - Já tratados durante a manhã e por ocasião do almôço.

ITEM 9 - Ficou decidido que a prioridade nº 1 é a OPINIÃO PÚBLICA.

GLY - Lembra o problema do "aproach" na questão sindical. Acha que os patrões precisam ser alertados para a hipótese dos fatos de maio. Cada empresário deve considerar seu côrpo de operários como um verdadeiro "investimento". E acrescenta:
"A casuística é o melhor método". Dois ou três operários, mais sensíveis à idéia, deverão ser convidados para debater os temas para, em seguida, espalhá-los pelas fábricas vizinhas.

WERN - Por exemplo: Fernando E. LEE.

A.Tz.C - Cita um exemplo vivido por êle.

HCP - Mostra o que se passa no Sindicato dos Bancários.
Também êle, HCP, é pela "Opinião Pública", mas concorda com o método proposto por GLY.

JBLF - Que o assunto fique para a próxima reunião do Comitê de Planejamento.

WERN - Propõe que HCP, na reunião de hoje à noite, trate do item 10.

JBLF - Acha que, primeiramente, devemos ter nossos próprios métodos .

GLY - Lembra a confecção de um filme.

WERN - Acha que deveríamos esclarecer como se resolveu o caso do sindicalismo alemão.

GLY - Sempre se batendo pela "Opinião Pública".

JBLF - Acha que o filme não deve ser o único meio; talvez nem mesmo o primeiro. Opta pela imprensa, rádio e TV.

HCP - Lembra o caso da Reforma Agrária do IPÊS, que a todos agradou. Cita exemplos de pessoas que a elogiaram.

GLY - Retorna ao problema sindical.

JBLF - Sempre: Ação imediata e ação a longo prazo.

GLY - Qual a possibilidade de se criar um Setor Trabalhista, à base de 2 ou 3 pessoas ?

JBLF - Difícil, trabalhoso, demorado.
É possível ou será conveniente preocuparmo-nos com uma mobilização de opinião pública nessa base, isto é, de opinião "pre-fabricada" ?

GLY - Possível sim, mas um tanto arriscado.

HCP - Acha que os homens que dirigem os movimentos pódem ser mobilizados.

JBLF - Pensa que cada vez mais devemos ter o Comitê de Planejamento, para utilizar forças tais como o Movimento Feminino, o Movimento Sindical Democrático, etc.

GLY - Passa a palavra a HH.

HCP - Intervindo: "Qual o tipo de democracia que queremos ? Uma democracia em que todos nós sejamos proprietários. Então devemos nos antecipar nas concessões, isto é, "dar antes".

HH - Fala sôbre o Comitê de Planejamento. A experiência nos tem mostrado que, enquanto não se encontra o "guerrilheiro" para a ação, esta não tem vida, não anda. O problema é o HOMEM.
Parece-lhe que o Comitê de Planejamento seria mais uma comissão, apenas. Mas e os homens que deverão agir ?

A.Tx.C - Esclarece as dúvidas de HH, no que é secundado por JBLF, achando que não há incompatibilidade entre os argumentos de HH e o texto do anteprojeto do Comitê de Planejamento.

HH e JRF são veementemente contra o Comitê de Planejamento.

JBLF, A.Tx.C. e Wern. são favoráveis.

Ficou esclarecido, por fim, que o referido Comitê atende especificamente e exclusivamente ao caso particular de São Paulo. É como que uma delegação de poderes do Comitê Executivo.

JBLF - Sugere: "Proponho-me a examinar o documento, discutir com A.Tx.C.

JBLF - e êle o discutirá no Rio, na próxima semana.

HCP - Pede para fazer uma pequena exposição sôbre os órgãos de opinião pública.
NOTA: Esta parte não foi registrada.

CHEGA G.H. às 16.50 HORAS

JBLF - Esclarece e reforça argumentos de HCP. Fala sôbre um projéto da Mc Cann Ericksson, de um filme de 20 minutos pela importância de 3 a 4 milhões de Cr$ - segundo Jean Manzon.
Mostra a ordem de grandeza do problema.

GLY - Opina ser o filme de caráter decisivo. Roteiro deve ser providenciado logo.
Em 2º. lugar, é por uma campanha de imprensa, volantes, etc., enfim tudo quanto possa influir na opinião pública, mas de aspecto local.
Em 3º lugar, solicita seja estudado o problema do Boletim Político e que F. Galvão escreva o resultado, inclusive quanto ao orçamento de custo.

BOLETIM POLÍTICO

HCP - fala sôbre o assunto, reforçando o que dissera GLY. A principal finalidade do B.P. será esclarecer os homens de emprêsa.

11) CONTRIBUIÇÕES

JBLF - fala sôbre contribuintes individuais.
LCF - expõe a situação no Rio, quanto à conquista de novos sócios, pessoas físicas.

GH - oferece sua colaboração para fornecer 5.000 nomes diariamente, para fichas de sócios individuais.

DIMINUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

JBLF - Propõe transigência na fórmula de 1/2 % do capital / ano. Diz que gostaria de chegar aos grandes contribuintes para pedir que diminuissem um pouco suas contribuições.
No caso de São Paulo, 180 firmas pagam e sustentam uma luta em pról de milhões.
Gostaria de poder ampliar o quadro social.

3) ENCONTRO SÔBRE INFLAÇÃO BRASILEIRA

GLY - fala sôbre os aspectos sociais da hiper-inflação.

JBLF - Devemos vulgarizar o debate sôbre inflação, tirando conclusões, alertando o grande público.

GLY - É pela série de artigos do Prof. Eugenio Gudin. Sem um "paper" para ser discutido e publicado, nada feito. O problema é de monografia e não de tese.
Nossa inflação já dura 17 anos.

JBLF - E se nós produzissemos uma monografia sôbre o caso brasileiro ?

JBLF - Encomendada ao Gudin, por exemplo ? Mas em têrmos e linguagem popular.
Devemos levar ao público nossa contribuição, mostrando-lhe o fenômeno e suas terríveis consequências. O IPÊS não póde subscrever certos artigos, mas póde promover a Conferência.
Ou devemos fazer o artigo e a reunião (Encontro) ?

GLY - Lembra um concurso: "Aspectos Sociais da hiper-inflação".
Prêmio: Cr$ 300.000,00 ou Cr$ 400.000,00.

APROVADA A PROPOSTA

JBLF - Fl. Galvão falará com P.E.S.Q. a respeito.
O concurso não exclui, porém, o "Brasil em junho".

4) COMBATE À ESTATIZAÇÃO

VERN - O tema comportaria um encontro nacional.

GLY - Mas pelas classes produtoras...

JBLF - O IPÊS deve abalançar-se à tarefa ? Valerá a pena ? Seria como que uma espécie de desafio ao Govêrno.
Acho melhor o tema: "Estatização e livre emprêsa".

HCP - As classes produtoras devem ser como que um "staff".
Mas devemos passar à ofensiva.
Por exemplo: "Desenvolvimento da iniciativa privada no Brasil".

GLY - Proponho:
"Geografia do estatismo no Brasil".

VERN - Devemos trazer estrangeiros e convidar elementos chave. Proponho estudarmos o assunto.
NOTA: Verneck ficou de equacionar o problema e comunicar os resultados, inclusive propôr o tema definitivo.

5) ANÁLISE DO PLANO TRIENAL

GLY - O Grupo de Estudos está estudando o assunto, juntamente com o de Doutrina, de São Paulo.

JBLF - Disse estar satisfeito com o resultado dos trabalhos.
Agradece a todos e encerra os trabalhos.

NOTA: Deixaram de ser considerados apenas os itens 10 e 12 da agenda.

________ & ________

REUNIÃO PLENÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO EM 8.4.63 (14,45 HS.)

PRESENTES: JBLF - P.AYRES - HCP - GLY - GCS - HRF - HH - H.GOMIDE.

PRESIDENTE: GLY.

JBLF - Fala sôbre a Agenda de São Paulo, que não foi discutida no dia 30-3, por falta de tempo.

1º PROBLEMA: São Paulo e Rio dispõem de poucos homens para muito trabalho. Como nas entidades de classe, também o esfôrço material é de poucos. A maioria apenas dá dinheiro.
A sessão de São Paulo foi praticamente consumida com tal assunto.
HCP diz que nós chegamos, no Rio, às mesmas conclusões. Expõe o problema, visto pelo ângulo do Rio. Faz um retrospecto ou apanhado da situação política. Caso dos "cruzados", para tocarem conta das "reformas". É necessário conseguir homens para as tarefas. Não é necessário que sejam do IPÊS, segundo Glycon. No caso da "agrária" poderia ser um grupo grande de homens da lavoura, por exemplo, de São Paulo. A reforma seria tocada até mesmo contra os "brizolas" e contra os reacionários.
HCP - A segunda idéia é que existem os programas a curto prazo e outros a longo prazo. Precisamos criar um grupo que cuide dos problemas a longo prazo. Póde ser um grupo ou mais de um; exemplo: para Cuba, para o problema sindical, etc.
GLY - Volta à agenda de São Paulo.

A) ORÇAMENTO - Rio/São Paulo - Acertado.

GLY - Vamos publicar amanhã os resultados do IBOPE (1 milhão).
Orçamentos de São Paulo e Rio: aprovados, em definitivo.

B) INSTITUTO DE COMBATE À INFLAÇÃO

JBLF - Diz que Santiago, em São Paulo, foi de opinião que algum órgão estudasse permanentemente a inflação, suas causas e consequências.

Falou a Ary Frederico Torres para que se encarregasse do assunto; que tinha uma verba inicial de US$ 500.000,00 para os estudos. O pessoal de São Paulo deseja aproximar-se de Ary Torres, mas quer ouvir primeiro o Rio.
GLY dá sua opinião. Seria um Instituto para "post-graduation", para economistas, visando a neutralizar os cepalistas, todos mais ou menos "tisnados". O Instituto daria também formação política a economistas que se colocariam como assessores nos governos estaduais e federal.
Foi convidado D. N., que não aceitou a chefia executiva. Pensou-se em outros, como G.T., etc.
GLY lembrou-se de Pedro Afonso Mibielli de Carvalho, engenheiro e economista. Acha a idéia magnífica e o nome de Ary excelente. Pódem existir outros, mas o que lhe ocorreu (a Gly.) foi o de Mibielli.
Paulo Ayres acha que o IPÊS não deve divorciar-se do problema. Acha que alguem do IPÊS deve estar metido no problema.
JBLF - Dentro da mesma ordem de idéias do IBED, porque não nos associamos ao Instituto contra a inflação ? Êste seria uma dependência daquele. Devemos ser promotores ou apoiadores da idéia.
DECISÃO: O IPÊS/S.P. deve fazer as necessárias ligações e levar o problema avante.

C) POSITION-PAPERS

JRF - Diz que, no próximo dia 15, o livro estará pronto.
GLY acha que a interpretação dos "papers" por jornalistas profissionais é mais accessível ao grande público.

D) SÓCIOS INDIVIDUAIS

Aumentar ao máximo. O Rio já o está fazendo.
67 -e o número do Rio, nesta data. Dentro de um mês ou 2 já será igual ao número de contribuintes de pessoas jurídicas.
HCP - Expõe o caso das reuniões domiciliares. Fala sôbre os americanos, os dois contatos, almôço e reunião em casa de um dêles.
JBLF - Em São Paulo fizemos algumas reuniões com bons resultados; outras, com menos. Diz que o IPÊS já foi reconhecido, em São Paulo, como de interêsse público.
Pedir a São Paulo os dados certos.

Decisão: Prosseguir na campanha dos sócios individuais.

P.AYRES - Acha que poderíamos ter engenheiros, médicos e advogados que sejam nossos representantes dentro dos seus órgãos de classe.
H.GOMIDE - Acha que devemos intensificar a campanha e até dispensar os 3.000 cruzeiros dos professores, por exemplo.
JBLF - Acha que devemos cobrar o mínimo.
H.GOMIDE - Oferece trazer 100 môças do Instituto de Educação para colaborar.
Pensa em primeiro lugar nos engenheiros, depois nos médicos e, após, nos advogados.

E) COLUNA E JORNAL

GLY expõe o assunto.
P.AYRES diz que a maioria dos assuntos sôbre a Rússia, etc., provêm dos EEUU, enviado por agências de notícias norte americanas.
HCP explica o caso da aquisição de um grande jornal (1 bilhão de cruzeiros), no Rio.
Melhor 2 jornais, segundo Glycon, 1 no Rio e outro em São Paulo.
H.GOMIDE - Acha que uma estação de rádio é imprescindível.
GLY, de acôrdo.
JRF diz que há opiniões contrárias.
JBLF acha que o aperfeiçoamento da idéia seria, em vez de comprar um jornal, pagar a matéria a ser publicada.
GLY acha que os jornais estão presos aos Institutos e ao BB. Não têm independência. Também pela sujeição ao papel.
O Govêrno está fazendo um "pool" de publicidade, sob a forma de empréstimos da CPB, dirigido por Raul Ryff.
GLY acha que um jornal democrático será de fato um órgão independente.
HCP - Existe receptividade para a idéia da compra de um jornal e não se encontra receptividade para a publicação de matéria paga.
GLY - E a operação deve ser rápida e discreta, ou se perderá.
<u>É de opinião que São Paulo reexamine bem o assunto.</u>
A Coluna Política será consequência da Assessoria de Brasília.
JBLF e P.AYRES sugerem uma Agência de Notícias, como a da AsaPress para alimentar as centenas de jornais do interior do País.
H.GOMIDE propõe a Agência para os jornais e estações de rádio.

JBLF fala da Agência "Planalto", do São Paulo que distribui artigos para 700 jornais e estações de rádio.
GCS - Fala sôbre a formação da Opinião Pública. É preciso, em primeiro lugar, fixar os nossos objetivos.
HCP - Acha importante difundirmos os dicursos dos deputados amigos.

F) DOUTRINAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS

JBLF - Não se chegou a fazer nada em São Paulo. Pensou-se em uma ligação com a Associação dos Dirigentes Cristãos de Emprêsas. O Grupo de Doutrina encontrou algumas discrepâncias. Procurou um encontro mas ainda não foi conseguido. Explica a tarefa dos Dirigentes Cristãos. Em suma: Relações humanas.
JBLF - Continúa o problema de doutrinar o empresário.
GLY pergunta a H.G. como vê o problema.
H.GONIDE acha que devemos ir aos empresários. Abandonemos as cúpulas e vamos aos sindicatos patronais.
Devemos ter 3 ou 4 tipos de palestras, consoante o meio.
Doutrinar o empresário para
- antes de mais nada, convencê-lo de que tem um missão política a cumprir; ter uma mensagem para êle;
- necessidade da emprêsa representar uma fôrça em pról da sociedade;
- finalmente, o IPÊS, especificamente para convencer o empresário que deve ver não apenas o dinheiro e sim a pessoa.
H.GONIDE - Primeiro a motivação.
H.H. - O problema é o côrpo discente.
JRF discorda de Gonide e HH.
P.AYRES - Fez apelos a empresários, no dia 30.3 e ouviu que não têm tempo para tratar do assunto.

INTERRUPÇÃO ÀS 16,50 HORAS

REABERTURA ÀS 17.30 HORAS

PRESENTES: JBLF - P.AYRES - HCP - GLY - GCS - JRF - HH - H.G. - ATAA - COPM - JOMF - JDG - DH - GT - GH.

PRESIDENTE: HCP.

1º ASSUNTO: ASSESSORIA EM BRASÍLIA

JOMF - O problema principal é Assessoria Administrativa e não técnica. Aproveitar ex-deputados e ex-senadores.
Orçamento: 3 milhões mensais além do que já existe.
A ação deve ser junto à ADP., principalmente.
Em 1963, colhemos assinaturas e temos 84, devendo ir a 110, compromissos de votação.
Em 1962 chegou a ter 160.
A ADP não tem organização. Só cúpula e um grupo. J.Mendes faz tudo pessoalmente.
A assessoria é uma necessidade.
JOMF quer ter um elemento de coordenação permanente em Brasília, mesmo em sua ausência.
A Federação das Indústrias em São Paulo oferece suas instalações e meios. Sua sede custa Cr$ 20 milhões.
JBLF acha que a Assessoria Parlamentar deve ser comum. O IPÊS faria a parte política.
JOMF - Cortina de fumaça por parte dos jornalistas, todos de esquerda, em Brasília. Expõe o caso Lacerda, redator e mimeógrafo.
IBADE arranjará um Telex.
JBLF fala sôbre a Asapress, de Fernando Marrey, que gostaria de examinar colaboração conosco. Póde-se examinar o assunto.
JOMF - Falo do mínimo. O que vier a mais será bom.
JBLF - A Meridional também poderia entrosar-se em nossos trabalhos.
JOMF - Organizarei um malote diário, com notícias. Há dias entreguei 23 projetos de lei, desde a revogação da Lei Denys até a venda de ações. Ainda vou apresentar o 24º.
GLY acha que JOMF precisa ter certeza do dinheiro para agir.
JBLF - Acha que devemos dividir as ações, as responsabilidades e os custos.
GT pergunta sôbre o nosso Projeto de Reforma Agrária.
JOMF diz que será apresentado imediatamente. Dá a opinião de J. Mendes.
JBLF - Examinará com R. Moschese e P. Barbosa a divisão de tarefas com o IPÊS.
São Paulo com 1 milhão - Assoc. Comercial - 1 milhão - Rio: 1 milhão - A Federação das Indústrias ficará com os encargos administrativos.

IPESUL também - IBADE dará 50%, segundo HCP.
JOMF - falta um elemento chave no Senado - Na Câmara, já temos. É um trabalho que deve ser feito diariamente.
GT pergunta sôbre a CPI para o IBADE.
JOMF - responde.
GT fala sôbre a CPI para a Caixa Econômica.

2º ASSUNTO:

GCS - Fala sôbre a CGT e operação Brado de Alerta.
Antunes e CGPM falam.
GLY pergunta se há recurso jurídico contra a Portaria de Almino Afonso.
P.AYRES acha que o Movimento Sindical Democrático poderá agir.

TERMINOU ÀS 18.45 HORAS

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. *O processo legislativo: conflito e conciliação na política brasileira.* Dissertação de mestrado. Brasília, Univ. de Brasília, 1973. Mimeografado.

——. *The divided leviathan: state and economic policy formation in authoritarian Brazil.* Tese de doutorado. Cornell Univ. Press, 1978.

ABSHIRE, David M. & ALLEN, Richard, ed. *National security: political, military and economic strategies in the decade ahead.* New York, Hoover Institution on War, Revolution and Peace, Praeger, 1963.

ACKERMAN, Frank. Industry and imperialism in Brazil. *Review of Radical Political Economics,* s.l., 3(4), Spring 1971.

ADERALDO, Vanda Maria Costa. *ESG: um estudo de currículos e programas.* Tese de mestrado. Rio, IUPERJ, 1978.

AGEE, Philip. *Inside the company: CIA diary.* London, Penguin Books, 1975.

ALAVI, Hamza. The state in post-colonial societies: Pakistan and Bangladesh. *New Left Review,* London, (74), s.d.

ALMEIDA, Rui Gomes de. *Idéias e atitudes.* Rio, J. Olympio, 1965.

ALMOND, Gabriel. Comparative political system. In: MACRIDIS, R. C. & BROWN, Bernard, ed. *Comparative politics: notes and readings.* New York, Dorsey Press, 1972.

ALVES, Albérico Barroso. *O romance da revolução: como e por que aconteceu a revolução de março.* Rio de Janeiro, Artenova, 1974.

ALVES, Márcio Moreira. *A velha classe.* Rio de Janeiro, Artenova, 1964.

——. Urban guerrillas and the terrorist state. In: ROSENBAUM, J. H. & TYLER, W. G., ed. *Contemporary Brazil: issues in economic and political development.* New York, Praeger, 1971.

AN AMERICAN in Brazil; PRESIDENT João Goulart and Brazil. *Antioch Review,* EUA, Antioch Press, (3):313-30, Fall 1963.

ANDRADE, Régis de Castro. Perspectives in the study of Brazilian populism. *LARU Working Paper,* Toronto, s.ed., (23), nov. 1977.

ANDREAZZA, Mário D. *O Serviço Nacional de Informações.* ESG. Documento n. C1-60-64.

APEC ESTUDOS. A economia brasileira e suas perspectivas. Rio de Janeiro, APEC Ed., maio 1963. v. 2.

——. ——. maio 1964. v. 3.

——. ——. jun. 1965. v. 4

APEC SELEÇÕES. Estudos econômicos brasileiros. Rio de Janeiro, APEC Ed., 1966. n. 1.

ARRAES, Miguel. *Palavra de Arraes.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

——. *Brazil: the people and the power.* London, Penguin Books, 1972.

ARRUDA, Marcos; SOUZA, Herbet de et alii. *Multinationals and Brazil: the impact of multinational corporations in contemporary Brazil.* Toronto, LARU, 1975.

ASTIZ, Carlos A. *Latin American international politics: ambitions, capabilities and the national interest of Mexico, Brazil and Argentina.* Indiana, Univ. of Notre Dame Press, 1969.

AYMORÉ, Arthur E. V. *O imposto de serviços — dúvidas e esclarecimentos sobre sua incidência.* Rio, IPES, s.d.

AYRES Filho, Paulo. The Brazilian revolution. In: BAILEY, N., ed. *Latin America: politics, economics and hemisphe-*

ric security. New York, Praeger, 1965. p. 239-60.
BACHRACH, Peter & BARATZ, Morton S. Two faces of power. *The American Political Science Review*, s.l., 56:632-42, Dec. 1962.
BAER, Werner & SIMONSEN, M. Henrique. American capital and Brazilian nationalism. *Yale Review*, EUA, 53(2):192-98, Winter 1964.
BAER, Werner. *The development of the Brazilian steel industry*. Nashville, Vanderbilt Univ. Press, 1969.
——— & MANESCHI, Andrea. Import substitution, stagnation and structural change: an interpretation of the Brazilian case. *Journal of Developing Areas*, s.l., 5 Jan. 1971. p. 177-92.
———. Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1975.
BAILEY, Norman, ed. Organization and operation of neoliberalism in Latin America. In: *Latin America: politics, economics, and hemispheric security*. New York, Praeger, 1965.
BAILEY, Samuel. *The United States and the development of South America 1945-1975*. New York, New Viewpoints, 1976.
BAKLANOFF, Eric. *New perspectives in Brazil*. Nashville, Vanderbilt Univ. Press, 1966.
———. *The shaping of modern Brazil*. Baton Rouge, Louisiana State Univ., 1969.
BALEEIRO, Aliomar. Democratização do capital. *Ação Democrática*, Rio de Janeiro, out. 1962.
BANAS. Indústria brasileira de máquinas. São Paulo, 1960.
———. ———. 2. ed. São Paulo, 1960.
———. A siderurgia no Brasil: 1960-1965. São Paulo, 1960.
———. O capital estrangeiro no Brasil. São Paulo, 1961. 2v.
———. A indústria farmacêutica no Brasil. São Paulo, 1961.
———. Anuário da indústria de papel e celulose. São Paulo, 1961.
———. A indústria de máquinas e ferramentas. São Paulo, 1962.
———. A marcha dos negócios em 1961. São Paulo, 1962.
———. A indústria de material elétrico e eletrônico. São Paulo, 1962.
———. Siderurgia. São Paulo, 1962.
———. Construção. São Paulo, 1962.
———. A indústria química no Brasil: 1956-1963. São Paulo, s.d. 2v.
———. Química 1963. São Paulo.
———. Química 1964. São Paulo.
———. Química 1966. São Paulo.
———. Farmacêutica 1963. 4. ed. São Paulo.
———. Brasil 1963: a marcha dos negócios em 1962. São Paulo, 1963.
———. Alimentos e bebidas. São Paulo, 1963.
———. Elétrica e eletrônica. São Paulo, 1963.
———. ———. São Paulo, 1964.
———. ———. São Paulo, 1966.
———. Siderurgia. São Paulo, 1963.
———. ———. São Paulo, 1966.
———. Construção. São Paulo, 1963.
———. Construção. São Paulo, 1964.
———. ———. São Paulo, 1965.
———. Papel e plásticos. São Paulo, 1963.
———. Embalagens. São Paulo, 1963.
———. ———. São Paulo, 1964.
———. Brasil 1964: a marcha dos negócios em 1963. São Paulo.
———. Bancos, investimentos e bolsas. São Paulo, 1964.
———. Mineração, siderurgia, metalurgia. São Paulo, 1965.
———. Brasil 1965. São Paulo.
———. Investindo para o Brasil. São Paulo, 1966.
———. Máquinas e ferramentas, 1964. São Paulo, 1966.
———. Bancos, bolsas e investimentos. São Paulo, 1966.
———. Brasil 1967. São Paulo.
———. Brasil industrial 1967/68. São Paulo.
———. 40.000 no comando da economia brasileira. São Paulo 1968/69. v. 1-2.
———. Brasil industrial 1968/69. São Paulo.
BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. cap. 3.
———. *O 24 de agosto de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro, Ed. Nelson, 1961.
———. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

———. *O governo de João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. *Monopoly capital*. Grã-Bretanha, Pelican Books, 1965.

BARNET, Jean. *Guia Interinvest 1973: o Brasil e o capital estrangeiro*. Rio de Janeiro, Interinvest, 1973 (pesquisa).

BARRETO, Leda. *Julião, nordeste, revolução*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

BARROS, Adirson de. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro, Ed. Equador, 1965.

BARROS, Alexandre de Souza Costa. *The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building*. Tese de doutorado. Chicago, Univ. de Chicago, 1978.

———. & FIGUEIREDO, A. M. Cheibud. *The creation of two social programmes: the FGTS and the PIS — a Brazilian case study on the dissemination and use of social sciences research for governmental policy making*. Rio de Janeiro, Development Center of the Organization for Economic Cooperation and Development, 1975. (trabalho).

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: 1930-1960*. São Paulo, Ed. Fulgor Ltda., 1968.

———. *História sincera da República: de Jânio Quadros a Costa e Silva (1961-1967)*. São Paulo, Ed. Fulgor Ltda., 1968. v. 4.

BASTOS, Justino A. *Encontro com o tempo*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1965.

BELLO, José Maria. *A history of modern Brazil 1889-1964*. Stanford, Stanford Univ. Press, 1968.

BEMIS, George W. From crisis to revolution: monthly case studies. In: *International Public Administration Series*. Los Angeles, Univ. Southern California, 1964. n. 1.

BENEVIDES, M. V. de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

BERABA, M. & LESSA, R. Infiltração imperialista no sindicalismo. *Em Tempo*, Belo Horizonte, 18/24 set. 1978.

BERLINCK, E. L. Produtividade: problema de âmbito nacional. *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro, (1):100-17, 1955.

BERNADET, Jean Claude et alii. *Brasil hoy*. México, Siglo XXI, 1968.

BEZERRA, Gregório. O frio e sanguinário Gregório Bezerra. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 26 de jan. 1979.

BLACK, E. & GOFF, F. *The Hanna industrial complex*. EUA, NACLA, 1969.

BLACK, J. Knippers. *United States penetration of Brazil*. Manchester, Manchester Univ. Press, 1977.

BLUME, Norman. Pressure groups and decision-making in Brazil. *Studies in Comparative International Development*. St. Louis, Missouri, Washington Univ., 3(11), 1967/68 (série de monografias).

BOLETIM INFORMATIVO DO FIESP-CIESP. São Paulo, 5 de fevereiro 1964. v. 82, n. 748.

BONES, Elmar. Golbery, poder e silêncio. *Coojornal*, Porto Alegre, set. 1978.

BONILLA, Frank. A national ideology for development: Brazil. In: *Expectant peoples: nationalism and development*. New York, Random House, 1963.

BORGES, Mauro. *O golpe em Goiás: história de uma grande traição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

BOSCHI, R. R. *National industrial elites and the state in post 1964 Brazil: institutional mediations and political change*. Tese de doutorado. Michigan, Univ. of Michigan, 1978.

BOURNE, R. *Getúlio Vargas of Brazil 1883-1954*. London, C. Knight Co. Ltd., 1974.

BRANCO, Carlos Castello. Da conspiração à revolução. In: DINES, A. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964.

———. *Introdução à revolução de 1964*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975. v. 1.

———. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1976. v. 1.

BRANDENBURG, F. *Desarrollo de la empresa privada latinoamericana*. Bogotá, Ed. Tercer Mundo, 1965.

———. *Desenvolvimento da livre empresa no Brasil*. São Paulo, Ed. Atlas, 1966. (copyright: National Planning Association).

BRAZIL: Hanna's immovable mountains. *Fortune*, EUA, April 1965. p. 55-64.

BRAZILIAN GOVERNMENT TRADE BUREAU American firm subsidiaries and affiliates in Brazil. New York, s.d. Mimeografado.

BRAYNER, Lima. *A verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

BRIDGES, A. Beth. Nicos Poulantzas and the marxist theory of the state. *Politics and Society*, s.l., 4(2), 1974.

BRUNEAU, Thomas C. *The Brazilian Catholic church*. Grã-Bretanha, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1974.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e lo stato*. Roma, Ed. Riuniti, 1976.

BUESCU, M. & TAPAJOS, V. *História do desenvolvimento econômico*. Rio, IPES, 1967.

BULHÕES, O. Gouveia de. *Problemas do desenvolvimento*. ESG. Documento n. I-80-54.

BURGESS, M. & WOLFF, D. El concepto de poder en la Escuela Superior de Guerra. *Cuadernos Politicos*, México, Ed. ERA, (1), abr./jun. 1979.

BURNS, T. R. & BUCKLEY, W. *Power and control: social structures and their transformations*. London, Sage Publications Ltd., 1976. (Sage Studies in International Sociology 6).

BUSINESS around the globe. *Fortune*, EUA, Apr. 1965. p. 55-67.

BYARS, Robert S. *Small groups theory and political leadership in Brazil: the case of the Castello Branco regime*. Tese de doutorado. Illinois, Univ. of Illinois, 1969.

CABRAL, Carlos C. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio, Civilização Brasileira, 1962.

CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio, J. Álvaro, 1964.

———. Jango ou suicídio sem sangue. In: *Os idos de março e a queda em abril*. Rio, J. Álvaro, 1964.

CALMON, João. *O livro negro da invasão branca*. Rio, O Cruzeiro, 1966.

CAMARGO, Cândido P. F. et alii. *São Paulo: growth and poverty — a report from the São Paulo Justice and Peace Commission*. Grã-Bretanha, The Bowerdean Press, 1978.

CAMPOS, Edmundo Coelho. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio, Forense Universitária, 1976.

CAMPOS, Roberto de O. *Planejamento do desenvolvimento de países subdesenvolvidos*. ESG. Documento N. I-16-53.

———. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio, APEC, 1963.

———. A experiência brasileira de planejamento. In: SIMONSEN, M. H. & CAMPOS, R. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974.

CANNABRAVA, Paulo F. *Militarismo y imperialismo en el Brasil*. Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1970.

CARDOSO, F. H.; JAGUARIBE, H.; WEFFORT, F. et alii. In: *Brasil hoy*. México. Siglo XXI, 1968.

CARDOSO, Fernando H. Hegemonia burguesa e independência econômica. In: CARDOSO, F. H. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo, DIFEL, 1969.

———. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1972.

———. As classes sociais e a crise política da América Latina. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL: SOCIOLOGÍA DEL DESARROLLO Y SUBDESARROLLO. Berlin, Fundación Hermano para el Desarrollo Internacional, nov. 1973, (versão preliminar).

———. *Ideologías de la burguesía industrial en sociedades dependientes*. México, Siglo XXI, 1972.

———. *La cuestión del estado en Brasil*. 1974. Mimeografado.

———. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1973.

———. Notas sobre Estado e dependência. *Cadernos CEBRAP, São Paulo*, CEBRAP, (11), s.d.

———. As tradições do desenvolvimento associado. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, CEBRAP, (8):43-73, abr./jun. 1974.

———. *Autoritarismo e democratização*. Rio, Paz e Terra, 1975.

——— & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio, Zahar, 1970.

CARDOSO, Miriam L. *La ideologia dominante*. México, Siglo XXI, 1975.

CARLI, Gileno de. *Anatomia da renúncia*. Rio, O Cruzeiro, 1962.

CARNEIRO, Glauco. A outra face de Julião. *O Cruzeiro*, Rio, O Cruzeiro, 14 de abril de 1962.

———. *História das revoluções brasileiras*. Rio, O Cruzeiro, 1965. v. 2.

CARONE, E. *O Estado Novo: 1937-1945*. São Paulo, DIFEL, 1976.

———. *A República Nova: 1930-1937*. São Paulo, DIFEL, 1976.

———. *A terceira república: 1937:1945*. São Paulo, DIFEL, 1976.

———. *Revoluções do Brasil contemporâneo: 1922-1938*. s.l., Ed. São Paulo, 1965.

CASE, Robert P. El entrenamiento de militares latinoamericanos en los Estados Unidos. In: BELTRÃO, V. ed. *El papel político y social de las Fuerzas Armadas en América Latina*. *Caracas*, Ed. Monte Ávila, 1970.

CASTLES, F. G. Business and government: a typology of pressure group activity. *Political Studies*, Oxford, Oxford Univ. Press, *17*(2):160-76, June 1969.

CASTRO, Adyr F. de. O fim de um Exército. *A Defesa Nacional*, Rio, s. ed., (586), julho 1963.

CAVALCANTI, Paulo. *Da coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1978.

CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1964.

CEHELSKY, Marta. *The policy process in Brazil: land reform 1961-1969*. Dissertação de doutorado. Columbia Univ., 1974.

———. *Land reform in Brazil: the management of social change*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1978.

CHAFFEE, Wilber A. *The cartorial state: a study of the growth of the Brazilian middle classe*. Austin, Univ. of Texas, 1972.

CHALMERS, D. *Changing Latin America: proceedings of the academy of political science*. s.l., s. ed., 1972. v. 30, n. 4.

CHAZIN, José. *O integralismo de Plinio Salgado*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1978.

CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian communist party — 1922-1972*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1974.

COELHO, Saldanha. *Um deputado no exílio*. Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1964.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo, DIFEL, 1968.

COLLIER, P. & HOROWITZ, D. *The Rockefellers: an American dynasty*. New York, Signet Books, 1976.

COMBLIN, Joseph. Then national security doctrine. In: *The repressive state: the Brazilian national security doctrine and Latin America*. Toronto, LARU, 1976. p. 36-64.

CONNIFF, Michael Lee. *Rio de Janeiro during the great depression 1928-1937: social reform and the emergence of populism*. Dissertação de doutorado. Stanford. Stanford Univ., 1976.

CONTRERAS, R. Mário A. Revolución o golpe de estado? Brasil, octubre de 1930. *Latino América, Anuario Estudios Latinoamericanos*, México, Univ. Nacional Autónoma de Mexico, (4), 1971.

CO — OP grup got CIA conduit aid. *The New York Times*, New York, 16 May 1967.

CORRÊA, Marcos Sá. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L & PM, 1977.

COSTA, Aguinaldo. Monopólio da indústria e do comércio do vidro. *Revista Brasiliense*, São Paulo, (2):132-45, nov./dez. 1955.

———. História da indústria do alumínio no Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, (1):150-63, 1955.

———. Algumas histórias de São Paulo. *Revista Brasiliense*, São Paulo, (6):167-85, 1956.

COSTA Neto, C. Renato. Movimento renovador sindical. *Revista Brasiliense*, São Paulo, (3):59-87, nov./dez. 1960.

COSTA, Octavio. A revolução que não tem dono. In: *O processo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro, AERP, 1969.

———. Compreensão da revolução brasileira. *A Defesa Nacional*, Rio, s. ed., (597), set./out. 1964.

———. As Forças Armadas e as classes empresariais. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, (603).

COUNCIL for Latin America. Report to stockholders. jan. 1970. v. 6, n. 2.

COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul América, 1961. v. 2-3.
COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1955.
———. & SILVEIRA, Joel. *O petróleo no Brasil: traição e vitória*. Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1957.
CRITIQUES de l'économie politique en Amérique Latine: accumulation et surexploitation. Paris, abr./set. 1974. p. 141-72.
CUNHA, L. A. Rodrigues da. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Ed. S.A., 1975.
D'AGUIAR, Hernani. *A revolução por dentro*. Rio de Janeiro, Artenova, 1976.
DALAND, Robert T. *Brazilian planning: development, politics & administration*. EUA, The Univ. of North Carolina Press, 1967.
DANTAS, Santiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
DAUGHERTY, C. et alii. *Brazil election factbook*. Washington, D.C., Institute for the Comparative Study of Political Systems, set. 1965. n. 2.
D'ÁVILA, F. Bastos. *Neocapitalismo, socialismo, solidarismo*. Rio de Janeiro, Agir, 1963.
DEAN, W. *The industrialization of São Paulo 1880-1945*. Austin, Univ. of Texas Press, 1969.
DEBERT, Guita G. *Ideologia e populismo*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
DENYS, Odílio. Denys conta tudo. *Fatos e Fotos*, 2 de maio de 1964.
DINES, A. et alii. *Os idos de março e a queda em abril. Rio de Janeiro, J. Álvaro*, 1964.
DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
———. & BOSCHI, R. R. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
DOMHOFF, G. William. New directions in power structure research. *The Insurgent Sociologist*, Oregon, 5(3), Spring 1975.
———. *Who rules America?* New Jersey, Prentice — Hall, 1967.
DÓRIA, J. Seixas. IBAD: alienação da soberania nacional. *Política e Negócios*, São Paulo, Genival Rabelo Ed., 1963 (primeira parte).
———. IBAD: conspiração internacional contra as reformas. *Política e Negócios*, São Paulo, Genival Rabelo Ed., 4 de nov. de 1963.
———. *Eu, réu sem crime*. Rio de Janeiro, Ed. Equador, s.d.
DRURY, B. Raymond. *Creating support for an authoritarian regime: the case of Brazil 1964-1970*. Tese de doutorado. Florida, Univ. of Florida, 1973.
DUARTE, E. 32 + 32 = 64. In: DINES, A. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964.
DUBNIC, W. R. D. *Political trends in Brazil*. Washington, D. C., Public Affairs Press, 1968.
DULCI, Otavio S. *A União Democrática Nacional e o antipopulismo no Brasil*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 1977.
———. *Political change in Brazil 1964-1968*. Tese de doutorado em elaboração. ILAS, Univ. of Glasgow.
DULLES, J. W. F. *Unrest in Brazil: political-military crisis 1955-1964*. Austin, Univ. of Texas Press, 1970.
———. *Castello Branco: the making of a Brazilian president*. Austin, Univ. of Texas Press, 1978.
DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
EDELMAN, Alexander T. *Latin American government and politics: the dynamics of a revolutionary society*. Illinois, The Dorsey Press, 1969.
EINAUDI, L. R. *Beyond Cuba: Latin America takes charge of its future*. New York, The Rand Co., Crane, Russak & Company Inc., 1974.
EINAUDI, L. R. & HEYMANN, H. Jr. et alii. *Army transfers to Latin America: toward a policy of mutual respect*. Santa Monica, California, The Rand Co., junho 1973.
EINAUDI, L. R. & STEPAN, A. C. III. *Latin America institutional development: changing military perspectives in Peru and Brazil*. Santa Monica, California, The Rand Co., abr. 1971. R-586-

DOS. (relatório preparado para o Office of External Research, Departamento de Estado).

ELLIS, Howard S. Corrective inflation in Brazil 1964-1966. In: ELLIS, H. S. ed. *The economy of Brazil*. Berkeley, Univ. of California Press, 1969.

EMMERSON, Donald K. *Students and politics in developing nations*. New York, Praeger, 1968.

ERICKSON, K. P. *The Brazilian Corporative state and working class politics*. Berkeley, Univ. of California Press, 1977.

———. Corporatism and labor in development. In: ROSENBAUM, J. H. & TYLER, W. G. ed. *Contemporary Brazil: issues in economic and political development*. New York, Praeger, 1973.

———. *Labor in the political process in Brazil: corporatism in the modernizing nation*. Tese de doutorado. Univ. of Columbia, 1971.

ESCOBAR, Décio P. *O planejamento da segurança nacional*. ESG. Documento n. A — 34-53.

ESG. Documento n. TT1 — 30-72.

ESG. Documento n. TG1 — 10-59.

ESTEP, Raymond. *The military in Brazilian politics 1821-1970*. EUA, Air Univ., 1971. (Documentary Research Division, Aerospace Studies Institute).

EVANS, Peter. Continuity & contradiction in the evolution of Brazilian dependence. *Latin American Perspectives*, s.l., 3(2), Spring 1976.

———. *Dependent development: the alliance of multinational state and local capital in Brazil*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1979.

FAGEN, R. R. & CORNELIUS, Wayne A. Jr. *Political power in Latin America: 7 confrontations*. New Jersey, Prentice-Hall, 1970.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1958.

FARIAS, Cordeiro de. *A segurança nacional no panorama mundial da atualidade*. ESG. Documento n. C — 01-61.

FAUSTO, B. Pequenos ensaios de história da república: 1889-1945. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, CEBRAP, (1), 1972

FERNANDES, F. *Circuito fechado*. São Paulo, Hucitec, 1976.

FERREIRA, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro, GRD, 1964.

———. A caracterização do sistema. *O Estado de São Paulo*, 17 de out. 1965.

FERREIRA, Oliveiros S. *O fim do poder civil*. São Paulo, Ed. Convívio, 1966.

———. La geopolítica y el ejército brasileño. In: BELTRAN, V. ed. *El papel político y social de las Fuerzas Armadas en América Latina*. Caracas, Ed. Monte Ávila, 1970.

FIGUEIREDO, J. Baptista. *O Serviço Nacional de Informações*. ESG. Documento n. C1 — 69-65.

FIGUEIREDO, Poppe de. *A revolução de 1964 — um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro, Ed. APEC, 1970.

FIGUEIREDO, W. A indefinição dos grandes partidos. *Cadernos Brasileiros*, s.l., maio/jun. 1960.

———. A margem esquerda. In: DINES, A. ed. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964.

FIECHTER, Georges-André. *Brazil since 1964: modernization under a military regime*. London, The Macmillan Press, 1975.

FINER, S. *Private industry and political power*. In: RAMSAY MUIR LECTURE. Grã-Bretanha, Pall Mall Pamphlet, 1958.

FLYNN, Peter. *Brazil: a political analysis*. London, Ernest Benn, 1978.

FONSECA, H. Borges da. *Regime jurídico do capital estrangeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Letras e Artes, 1963.

FORACHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

FRANCO, A. Arinos de Mello. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

FRANK, A. Gunder. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. New York, Monthly Review Press, 1967.

FREE, Lloyd A. *Some international implications of the political psychology of Brazilians*. Princeton, Princeton Institute for International Research, 1961.

FREIRE, Paulo. *Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural*. México, Siglo XXI, 1979.

——. *Cultural action for freedom*. Grã-Bretanha, Penguin Books, 1972.

——. *Pedagogy of the oppressed*. Grã-Bretanha, Penguin Books, 1973.

FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo, EDART São Paulo Livraria e Editora, 1977.

FRIEDMAN, J. *Retracking America: a theory of transactive planning*. New York, Anchor Press, Doubleday, 1973.

FRITSCHER, Magda. Desarrollo de la política nacionalista en Brasil. *Latino América: Anuario Estudios Latino-Americanos*, s.l., (4), 1971.

FURTADO, Celso. De la república oligárquica al estado militar. In: *Brasil hoy*. México, Siglo XXI, 1968.

——. *Análisis del modelo brasileño*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1972.

GALEANO, Eduardo. The de-nationalization of Brazilian industry. *Monthly Review*, s.l., *21*(7):11-30, 1969.

——. The ambivalence of Jango Goulart. In: FAGEN, R. R. & CORNELIUS, W. A. ed. *Political power in Latin America: 7 confrontations*. New Jersey, Prentice-Hall, 1970.

GALVÊAS, Ernane. Introdução. In: *APEC 1962-1972*. Rio de Janeiro, 1972.

GARVEY, Ernest. Meddling in Brazil: the CIA bungles on. *Commonweal*, s.l., (37):553-54, 9 Feb. 1968.

GARCIA, Roberto. Castello perdeu a batalha. *Veja*, São Paulo, 9 março 1977. p. 3-8.

GASPARIAN, Fernando. *Em defesa da economia nacional*. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1966.

——. *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

GERMANI, Gino. *Authoritarianism, fascism, and national populism*. New Jersey, Transaction Books, 1978.

GIBBON, Peter. Brazil and CIA. *Counterspy*, s.l., 3(4), Apr./May 1979.

GIOVANNI, B. de; GERRATANA, V. & PAGGI, L. *Egemonia, stato, partito in Gramsci*. Roma, Ed. Riuniti, 1977.

GOES, Walder de. *O Brasil do General Geisel*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1978.

GOMES, Pedro. Minas: do diálogo ao front. In: DINES, A. ed. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964.

GÓMEZ, R. A. *Government and politics in Latin America*. EUA, Random House, 1964.

GORDON, Lincoln. ESG. Documento n. C — 41-62.

——. *A new deal for Latin America*. Cambridge, Harvard Univ. Press, 1963.

——. Entrevista com John E. Reilly. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1964. Oral History, John F. Kennedy Presidential Library, Mass.

—— & GROMMERS, E. *US manufacturing investment in Brazil: the impact of Brazilian government policies 1946-1960*. Cambridge, Harvard Univ. Press, 1962.

GRACIARENA, J. *Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina*. Buenos Aires, Paidós, 1967.

GRAHAM, Lawrence. *Civil service reform in Brazil*. Austin, Univ. of Texas Press, 1968.

GRAMSCI, A. *Antologia*. México, Siglo XXI, 1970.

——. *Il risorgimento*. Torino, Ed. Einaudi, 1954.

——. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

——. *Notas sobre Maquiavelo, sobre política y sobre el estado moderno*. Buenos Aires, Lautaro, 1962.

——. *El materialismo histórico y la filosofia de Benedetto Croce*. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1971.

——. *Il materialismo storico*. Roma, Ed. Riuniti, 1971.

——. *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*. Torino, Ed. Einaudi, 1975.

GUDIN, E. *Análise de problemas brasileiros 1958-1964*. Rio de Janeiro, Agir, 1965.

GUEDES, Carlos L. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1979.

GUIMARÃES, A. Passos. *Inflação e monopólio no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

HAAS, Werner. *A contribuição do "know-how" estrangeiro à indústria brasileira*. São Paulo, Ed. BANAS, 1961.

——. et alii. *Os investimentos estrangeiros no Brasil*. São Paulo, 1960.

HABERMAS, J. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1973.

HALL, Clarence W. The country that saved itself. *Reader's Digest*, EUA. Nov. 1964. p. 133-58. (reportagem especial).

HASENBALG, C. & BRIGAGÃO, C. Formação do empresário financeiro no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, (8), 1971.

HASSLOCHER, I. As classes produtoras diante do comunismo. *Ação Democrática*, s. l., fev. 1962 (número especial).

HECK, S. *Contribuição para uma política de educação*. s. l., Grupo de Altos Estudos Nacionais, s. d.

——. *Nacionalismo e desenvolvimento*. s. l., Grupo de Altos Estudos Nacionais, 1978.

HERMET, Guy. Dictature et bourgeoisie et modernisation conservatrice: problemes méthodologiques de l'analyse des situations autoritaires. *Revue Française de Sciences Politiques*, s. l., 25(6):1029-61, dec. 1975.

HEWITT, Cynthia N. Brazil: the peasant movement of Pernambuco 1961-1964. In: LANDSBERGER, H. A. ed. *Latin American peasant movements*. Ithaca, New York, Cornell Univ. Press, 1969. p. 374-98.

HIRSCH, F. & FLETCHER, R. *CIA and the labour movement*. Grã-Bretanha, Spokesman Books, 1977.

HOARE, Q. & NOWELL-SMITH, G. *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci*. London, Lawrence & Wishart, 1973.

HOGEN, T. *The introduction of the peaant to the cooperative movement*. Chicago, Clusa, 1966.

HOROWITZ, I. Louis. The military elites. In: LIPSET, S. M. & SOLARI, A. ed. *Elites in Latin America*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1967.

——. *Masses in Latin America*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1970.

——. *Revolución en el Brasil — política y sociedad de Vargas a Goulart 1930-1964*. México, Fondo de Cultura Económica, 1966. (Colección popular/Tiempo presente).

HOVEY, Harold A. *United states military assistance: a study of politics and practices*. New York, Praeger, 1965.

HUNTINGTON, S. P. & MOORE, C. H. *Authoritarian politics in modern society: the dynamics of established one-party systems*. New York, Basic Books, 1970.

HOXIE, Robert F. *Trade unionism in the United States*. New York, Russell & Russell, 1966.

IANNI, O. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1965.

——. Democracia e progresso. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano I (2):5-13, maio 1965.

——. *Crisis in Brazil*. New York, Columbia Univ. Press, 1970.

——. *Estado y planificación económica en Brasil: 1930-1970*. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1971.

——. et alii. *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*. México, Ed. ERA, 1973.

——. et alii. Processo político e desenvolvimento econômico. In: *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

INSTITUTO ROBERTO SIMONSEN. Aspectos da industrialização brasileira. São Paulo, 1969. p. 97-8.

IPES. A responsabilidade democrática do empresário. Rio de Janeiro, 1962.

——. Publicação sobre a Reforma Constitucional. Rio de Janeiro, 10 de janeiro, 1962 (arquivos do IPES, Rio).

——. & ADESG. SEMINÁRIO PARA EMPRESÁRIOS, Fortalecimento do potencial nacional-planejamento. s. l., s. d. Documento n. 1. (curso: Doutrina da Segurança Nacional).

JAGUARIBE, H. A renúncia do presidente Quadros e a crise política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, s. l., *1*(1):272-311, nov. 1961.

——. *Desarrollo económico y desarrollo político*. Buenos Aires, Ed. Universitária, 1964.

——. The dynamics of Brazilian nationalism. In: *Obstacles to change in La-*

tin America. Oxford, Oxford Univ. Press, 1965.

——. *Problemas do desenvolvimento latino-americano.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

——. Political strategies of national development in Brazil. *Studies in Comparative International Development.* St. Louis, Missouri, 3(2):31-2, 1967/68 (Social Science Institute, Washington Univ.).

——. Brasil: estabilidad social por el colonial fascismo. In: *Brasil hoy.* México, Siglo XXI, 1968.

——. *Economic and political development: a theoretical approach and a Brazilian case study.* Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 1968.

——. *Crise e alternativas.* Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

JANNUZZI, Gilberta M. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL.* São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.

JULIÃO, Francisco. *Que são as ligas camponesas.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

——. *Cambão — the yoke: the hidden face of Brazil.* London, Penguin Books, 1972.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13: os últimos dias do governo João Goulart.* Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964.

JOHNSON, Gerald A. *Brazilian bureaucracy and politics: the rise of a new professional class.* Tese de doutorado, Austin, Univ. of Texas, 1977.

JOHNSON, John J. *Continuity and Change in Latin America.* California, Stanford Univ. Press, 1964.

KADT, Emanuel de. *Catholic radicals in Brazil.* London, Oxford Univ. Press, 1970.

KAHIL, R. *Inflation and economic development in Brazil 1946-1963.* Oxford, Clarendon Press, 1973.

KAPLAN, Stephen S. *US military aid to Brazil and the Dominican Republic: its nature, objectives and impact.* US Department of State, Foreign Research Area Series, n. 16 217.

KENWORTHY, Eldon. Coalitions in the political development of Latin America. In: GREENINGS et alii. *The study of coalition behavior.* New York, Reinhart & Winston, 1970.

KITNER, William R. The politicalization of strategy. In: ABSHIRE, D. *National security: political, military and economic strategies in the decade ahead.* New York, Hoover Institution Publication, Praeger, 1963.

——. & STOKES, J. Discussion on Latin America. In: ABSHIRE, D. *National security: political, military and economic strategies in the decade ahead.* New York, Hoover Institution Publication, Praeger, 1963.

KLEIN, L. & FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-1964.* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.

KOHL, J. & LITT, J. *Urban guerrilla warfare in Latin America.* Cambridge, Mass., MIT Press, 1974.

KOLINSKY, Martin. *Ideological ambiguities and political movements in Western Europe.* Liverpool, s. ed., 1977. Mimeografado. (texto apresentado na Political Science Association).

KOWARICK, Lúcio. Estratégias do planejamento no Brasil. *Cadernos CEBRAP,* São Paulo, (1), 1970.

KORRY, E. The sell-out of Chile and the American taxpayer. *Penthouse,* EUA, Mar. 1978.

KRIEGER, Daniel. *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976.

LACERDA, Carlos. *Reforma e revolução.* Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1964.

——. *O poder das idéias.* Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1964.

——. *Depoimento.* Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1977.

LACLAU, Ernesto. The specificity of the political: the Poulantzas — Miliband debate. *Economy and Society,* s.l., s. ed., 5(1), 1975.

——. *Politics and ideology in marxist theory: capitalism, fascism, populism.* London, NLB, 1977.

LAFER, Celso. *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's Target Plan, 1956-1961.* Ithaca, Cornell Univ. Dissertation Se-

ries, 1970. n. 16 (Latin America Studies Program).

———. *O sistema político brasileiro.* São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975.

LANDSBERGER, H. *Latin American peasant movements.* Ithaca, Cornell Univ. Press, 1969.

LANGGUTH, A. J. *Hidden terrors.* New York, Pantheon Books, 1978.

LEFF, Nathaniel H. *Economic policy-making and development in Brazil 1946-1964.* EUA, John Wiley & Sons, 1968.

LEITE, A. Dias. *Caminhos do desenvolvimento, contribuição para um projeto brasileiro.* Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

LEMOS, Carlos. Os coronéis dos IPMs. *Jornal do Brasil*, 6 jun. 1965.

LENIN, V. I. Imperialism — the highest stage of capitalism. In: *Collected Works.* London, Lawrence & Wishart, 1974. v. 22.

LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, São Paulo, UNICAMP, Brasiliense, 1975.

LEVINSON, J. & ONIS, Juan de. *The alliance that lost its way: a critical report on the ALPRO.* Chicago, Quadrangle Books, 1970.

LIEUWEN, E. *Generals vs. Presidents.* New York, Praeger, 1964.

LIMA, A. Amoroso. *Revolução, reação ou reforma.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1964.

LIMA, H. Ferreira. Notas sobre a estrutura bancária brasileira. *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro, (8):141-52, nov./dez. 1965.

———. Capitais nacionais e investimentos estrangeiros. *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro, (1): 129-49, 1955.

———. Balanço da industrialização brasileira. *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro, (3):115-31, jan./fev. 1956.

———. Capitais europeus no Brasil. *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro, (4):45-64, mar./abr. 1956.

LIMA, Medeiros. *Jesus Soares Pereira: petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

LIMA Sobrinho, Barbosa. Da CHEVAP à liquidação da Eletrobrás. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (4):33-48, 1965.

LINDENBERG, J. S. M. *Planejamento do fortalecimento do potencial nacional.* ESG. Documento n. C — 29-59.

LITTLE, Richard. *Intervention: external involvement in civil wars.* London, Martin Robertson, 1975.

LOPES, J. Brandão. *Sociedade industrial no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1964.

———. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, MEC, 1976.

LOWE, Joseph. External financing and domestic politics: the case of São Paulo, Brazil 1889-1937. In: SCOTT, E. ed. *Latin America modernization problems.* Chicago, Univ. of Illinois Press, 1973.

LOWI, Theodore J. American business, public policy, case studies and political theory. *World Politics XVI*, s.l., July 1964. p. 677-715.

LOWY, M. & CHUCID, S. Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos XIII*, 1962. p. 132-69.

LUZ, N. Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808-1930.* São Paulo, DIFEL, 1961.

MACCIOCCHI, M. A. *A favor de Gramsci.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MACHADO, C. G. de Paula. Reforma Agrária. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, (1), jan./fev. 1963.

MACHADO, Unírio. *A indústria farmacêutica no Brasil: desnacionalização, preço, similares, fraudes.* Rio de Janeiro, s. ed., 1963.

MAGALHÃES, Juracy. ESG. Documento n. C — 25-56.

———. A autenticidade do movimento de março. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 abr. 1966. Caderno 3.

———. *Minha experiência diplomática.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1971.

MAIA Neto, J. C. *Brasil: guerra quente na América Latina.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

MALLOY, James M. Previdência social e classe operária no Brasil. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, CEBRAP, Ed. Brasileira de Ciências Ltda., (15):115-31, jan./fev./mar. 1976.

MANDEL, Ernest. El estado en la época del capitalismo tardío. In: *El estado y la crisis: criticas de la economia política.* México, Ed. El Caballito, 1977.

MANWARING, Max G. *The military in Brazilian politics.* Tese de doutorado. EUA, Univ. of Illinois, 1966 (Department of Political Sciences).

MARCHETTI, V. & MARKS, J. *The CIA and the cult of intelligence.* New York, Knopf, 1974.

MARCONDES, V. J. Freitas. The revolution of labour legislation in Brazil. In: SAUNDERS, J. ed. *Modern Brazil: new patterns and development.* EUA, Univ. of Florida Press, 1971.

———. O estatuto do trabalhador rural e o problema da terra. *Cadernos Brasileiros,* Rio de Janeiro, (4), jul./ag. 1963.

———. *Radiografia da liderança sindical paulista.* São Paulo, ICT, 1964.

MARINI, Ruy Mauro. La "interdependencia" brasileña y la integración imperialista. *Monthly Review,* s.l., Year III, (3), Mar. 1966.

———. *Subdesarrollo y revolución.* México, siglo XXI, 1969.

———. Brazilian sub-imperialism. *Monthly Review,* s.l., Feb. 1972.

MARTINS, Carlos E. *Tecnocracia e capitalismo.* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974.

———. Brazil and the United States from the 1960's to the 1970's. In: COTLER, J. & FAGEN, R. ed. *Latin America and the United States: changing political realities.* California, Stanford Univ. Press, 1974.

MARTINS, Leôncio. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1966.

MARTINS, Luciano. Formação do empresariado industrial. *Revista Civilização Brasileira,* Rio de Janeiro, (13), maio 1967.

———. *A expansão recente do Estado no Brasil: seus problemas e seus atores.* 1977. Mimeografado.

———. 'Política das corporações multinacionais na América Latina. *Estudos CEBRAP,* São Paulo, CEBRAP, Ed. Brasileira de Ciências Ltda., (5):81-129, jul./ag./set. 1973.

———. *Nação e corporação multinacional.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

———. *Pouvoir et développément économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil.* Paris, Ed. Anthropos, 1976.

MARX, Karl. *O capital. Livro I.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

MATHER, George R. *As relações militares entre o Brasil e os EUA.* ESG. Documento n. C — 02-64.

MATTEI, G. M. *Brésil — pouvoir et luttes de classes.* Paris, Ed. Cujas, 1966.

MEDINA, Rubem. *Desnacionalização: crime contra o Brasil?* Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1970.

MEIRELES, José. Notes sur le rôle de l'Etat dans le développément du capitalisme industriel au Brésil. *Critiques de l'économie politique en Amérique Latine: accumulation et surexploitation.* Paris, abr./set. 1974.

MELLO, J. M. Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira.* Tese de doutorado. São Paulo, Univ. Estadual de Campinas, 1975.

MELO, Antônio. *The coming revolution in Brazil.* New York, Exposition Press, 1970.

MENDES, Cândido. Sistema político e modelos de poder no Brasil. *Dados,* Rio de Janeiro, IUPERJ, Ano 1, (1), 1966.

MENSHIKOW, S. *Millionaires & managers.* Rússia, s.ed., 1969.

MERICLE, Kenneth S. Corporatist control of working class: authoritarian Brazil since 1964. In: MALLOY, J. M. ed. *Authoriatarianism and corporatism in Latin America.* Pittsburgh, Univ. of Pittsburgh Press, 1977. p. 303-38.

METHVIN, Eugene H. Labor's new weapon for democracy. *Reader's Digest,* EUA, Oct. 1966. p. 21-8.

MIGLIOLI, Jorge. *Como são feitas as greves no Brasil.* Rio, Civilização Brasileira, 1963.

MIKESELL, Raymond F. Iron ore in Brazil: the experience of the Hanna Mining Company. In: MIKESELL, R. F. et alii. *Foreign investment in the petroleum and mineral industries: case studies of investor — host country relations.* EUA, John Hopkins Univ. Press, 1971. p. 345-64.

MILIBAND, R. Reply to Nicos Poulantzas. *New Left Review*, London, (59), 1970.

——. *El estado en la sociedad capitalista.* México, Siglo XXI, 1970.

——. Poulantzas and the capitalist state. *New Left Review*, London, (82), 1973.

——. *Marxism and politics.* Oxford, Oxford Univ. Press, 1977.

——. The coup in Chile. In: BLACKBURN, R. ed. *Revolution and the class struggle.* London, Fontana, 1977.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Esboço de um programa de governo: o sentido do planejamento numa economia democrática. Documento de Trabalho n. 5. Brasília, 4 jun. 1964. Reunião ministerial.

MIRANDA, M. A. Tibiriçá. *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962/63.

MOLLENKOPF, J. Theories of the state and power structure. *The Insurgent Sociologist*, s.l., *5*(3). 1975 (número especial).

MONIZ, Edmundo. *O golpe de abril.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

MONTEIRO, Sylvio. *Como atua o imperialismo ianque.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

MORAES, Clodomir. Peasant leagues in Brazil. In: STAVENHAGEN, R. ed. *Agrarian problems and peasant movements in Latin America.* New York, Doubleday, 1970.

MORAIS, Berta et alii. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB.* São Paulo, Instituto Progresso, 1949.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

MORLEY, S. & SMITH, Gordon W. *Import substitution and foreign investment in Brazil.* Oxford Economic Papers 23, mar. 1971. n. 1.

MOURA, Aristóteles. *Capital estrangeiro no Brasil.* 2. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1960.

——. *O dólar no Brasil.* Rio de Janeiro, 1956.

MOURÃO Filho, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário.* Rio de Janeiro, L & PM, 1978 (introdução e pesquisa de Hélio Silva).

MSD. *A república sindicalista do Brasil.* São Paulo. N.P., 1963.

MURICY, A. C. da Silva. *Planejamento governamental.* ESG. Documento n. C—29-56.

MYHR, Robert O. Brazil. In: EMMERSON, D. K. ed. *Students and politics in developing countries.* London, Pall Mall Press, 1968. p. 249-85.

NACLA Handbook. *The US military apparatus.* Berkely, Aug. 1972.

NACLA. US training programs for foreign military personnel: the Pentagon protegés. *Latin America & Empire Report*, California, *10*(1), Jan. 1976.

NACLA, W. R. Grace Corporation. *Latin America & Empire Report*, California, *10*(3), Mar. 1976.

NASH, J. et alii. *Ideology and social change in Latin America.* New York, Gordon & Breach, 1977.

NELLEN, Jim. Leaders for labor — made in America. In: *North American congress on Latin America-new Chile.* Berkeley, NACLA, 1972.

NEWFARMER, Richard S. & MUELLER, W. F. *Multinational corporations in Brazil and Mexico: structural sources of economic and non-economic power.* Washington, US Government Printing Office, ag. 1975. p. 96. (relatório para o Sub-Committee on Foreign Relations do senado americano).

NEWFARMER, Richard. *Multinational conglomerates and economics of dependent development: a case study of the international electrical oligopoly and Brazil's electrical industry.* Tese de doutorado. Univ. of Winsconsin, 1977.

NUN, José. The middle class military coup. In: VELIZ, C. ed. *The politics of conformity in Latin America.* Oxford, Oxford Univ. Press, 1967.

——. *Latin America: the hegemonic crisis and the military coup.* Berkeley, Institute of International Studies, 1969.

O'DONNELL, Guillermo. *Modernization and bureaucratic — authoritarianism: studies in South American politics.* Berkeley, Univ. of California, 1973.

——. *Apuntes para una teoría del estado.* Buenos Aires, nov. 1977. Mimeogra-

fado (documento CEDES/CLACSO n. 9).

———. Corporatism and the question of the state. In: MALLOY, J. M. *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh, Univ. of Pittsburgh Press, 1977.

OFFE, Claus. Structural problems of the capitalist state. In: BEYME, Klaus von. ed. *German political studies*. London, Sage Publications, 1974. v. 1.

OGLESBY, C. & SHAULL, R. *Containment and change*. New York, Macmillan, 1967.

OLINTO, Antônio. *Para onde vai o Brasil*. Rio de Janeiro, ARCA, 1977.

OLIVEIRA, Beneval de. *O ódio destrói o Brasil: uma análise da crise política brasileira de 1961 a 1964*. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1965.

OLIVEIRA, E. de Oliveira e. Movimentos políticos negros no início do século XX no Brasil e nos Estados Unidos. *Cadernos de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro, Univ. Federal Fluminense, 1976.

OLIVEIRA, E. Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil 1964-1969*. Petrópolis, Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

———. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções CEBRAP*, São Paulo, Ed. Brasiliense, CEBRAP, (1), 1975.

O'REILLY, H. Steinberg. Brazil — complex giant. *Foreign Affairs*, s.l., jan. 1965.

ORGANSKI, A. F. K. Fascism and modernization. In: WOOF, S. J. ed. *The nature of fascism*. New York, Vintage, 1969. p. 19-41.

———. *The stages of political development*. New York, Knopf, 1965.

OSÓRIO, A. C. do Amaral. O estado revolucionário e o desenvolvimento econômico. In: *O processo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro, AERP, 1969.

PÁDUA, Ciro T. de. Produtividade, instrumento de mistificação. *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro, (3):144-63, jan./fev. 1956.

PAGE, Joseph A. *The revolution that never was: northeast Brazil 1955-1964*. New York, Grossman Publishers, 1972.

PAIVA, Glycon de. A remessa de lucros e os investimentos estrangeiros. *Digesto Econômico*, s.l., jan./fev. 1962. p. 8-15.

PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

PARKIN, Frank. *Marxism and class theory*. London, Tavistock, 1979.

PEDREIRA, Fernando. *Março 31: civis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964.

PENTEADO, J. R. Whitaker. Preparação de executivos no país. *Boletim Mensal IPES*, Rio de Janeiro, jul. 1964. Ano I, n. 3.

PERALVA, Osvaldo. A esquerda positiva nos sindicatos. *Jornal do Brasil*, 18 agosto 1963.

PEREGRINO, U. *História e projeção das instituições culturais do Exército*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1967.

PEREIRA, J. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo, Ed. Musa, 1959.

PEREIRA, L. C. Bresser. *Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma economia política periférica*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.

———. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.

———. El nuevo modelo brasileño de desarrollo. *Revista de Ciências Sociales*, Buenos Aires, IDES, *14*(55), oct./dic. 1974.

PEREIRA, Osny D. *Ferro e independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

———. *Quem faz as leis no Brasil?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

———. *Multinacionais no Brasil: aspectos sociais e políticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

———. *A antinomia do acordo militar Brasil-USA*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Juristas Democráticos, 15 abr. 1963.

———. O acordo sobre a garantia de investimentos privados entre o Brasil e os Estados Unidos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (2):113-22, maio 1965.

———. *Um desafio à dignidade nacional.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

PETERSON, Phyllis. Brazil-institutionalized confusion. In: NEEDLER, M. ed. *Political systems of Latin America.* EUA, Van Nosbrand, 1964.

PILLA, Raul. A influência do dinheiro. *O Globo,* Rio de Janeiro, 24 agosto 1963.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. A ESG faz trinta anos (como está velha). *Isto É,* São Paulo, (140), 24 agosto 1979.

PINTO, M. da Silva. *O controle do comércio externo e o desenvolvimento econômico no Brasil.* Rio de Janeiro, CONSULTEC, 1962.

PINTO, P. Alves. Minerais atômicos: recente aspecto do imperialismo no Brasil. *Revista Brasiliense,* Rio de Janeiro, (6): 148-66, jul./ag. 1956.

———. Aspectos da penetração imperialista no Brasil. *Revista Brasiliense,* Rio de Janeiro, (5):141-232, mar./jun. 1956.

POERNER, Arthur J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

POPULISM and the conceptualization of popular ideologies. *LARU Studies,* Univ. of Toronto, 3(2-3). Reportagem especial. (anotações da conferência de 1978).

PORTELLA, J. *A revolução e o governo Costa e Silva.* Rio de Janeiro, Guavira Ed. Ltda., 1979.

PORTELLI, Hughes. *Gramsci y el bloque histórico.* México, Siglo XXI, 1979.

POULANTZAS, N. The problem of the capitalist state. *New Left Review,* London, (58), 1969.

POULANTZAS, N. *Political power and social class.* London, NLB, L & W, 1973.

———. As classes sociais. *Estudos CEBRAP,* São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências Ltda., jan. 1973. p. 5-40.

———. The capitalist state: a reply to Miliband and Laclau. *New Left Review,* London, (95), 1979.

———. *Fascism or dictatorship?* London, NLB, 1973.

POWERS, T. Inside the department of dirty tricks. *The Atlantic,* Boston, 244(2): 33-64, Aug. 1979.

QUARTIM, João. *Dictatorship and armed struggle in Brazil.* London, NLB, 1973.

QUEIROZ, M. Vinhas de. *Grupos econômicos e o modelo brasileiro.* Tese de doutorado. Univ. de São Paulo, 1972 (Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Filosofia e Letras).

———. et alii. Os grupos multibilionários. *Revista do Instituto de Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, 2(2):45-77, 1965.

QUEM controla o quê: o capital estrangeiro no Brasil. São Paulo, Borregard et alii, Ed. BANAS, 1961. v. 2.

QUEM é quem no Brasil. São Paulo, Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1951. v. 1.

———. 1952. v. 2.

———. 1953. v. 3.

———. 1955. v. 5.

———. 1963. v. 9.

———. 1964.

———. 1967.

RABELO, Genival. Agências de Publicidade e IBAD. *Política e Negócios,* São Paulo, 2 set. 1963.

———. *O capital estrangeiro.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

RODOSH, Ronald. *American labor & United States foreign policy.* New York, Random House, 1969.

RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil.* Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

RAMOS, Plínio de A. *Como agem os grupos de pressão.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

REALE, Miguel. *Imperativos da revolução de março.* São Paulo, Martins, 1965.

RECOMENDAÇÕES sobre a reforma agrária. Rio de Janeiro, IBAD, 1961.

REIS, F. Wanderley. Brasil: Estado e sociedade em perspectiva. *Cadernos do Departamento de Ciência Política.* Belo Horizonte, UFMG, dez. 1974. n. 2. p. 35-74.

———. Solidariedade, interesses e desenvolvimento político. *Cadernos do Departamento de Ciência Política.* Belo Horizonte, UFMG, mar. 1974. n. 1.

REIS, W. Juvenato. *Notas de um dirigente sindical: conquistas dos trabalhadores telegráficos.* Rio de Janeiro, Ed. São Francisco Ltda., 1965.

RELATÓRIO das atividades do IPES São Paulo. São Paulo, IPES, 1963.

RIBEIRO, P. de Assis. *Quem elege quem?* Rio de Janeiro, IPES, 1962. Mimeografado.

——. *O processo eleitoral brasileiro.* Rio de Janeiro, IPES, 1962.

——. *A reforma agrária: problemas, bases, soluções.* Rio de Janeiro, IPES, 1963

RICHERS, R. et alii. *Impacto da ação do governo sobre as empresas brasileiras.* Rio de Janeiro, FGV, 1963.

RIOS, J. Arthur. O que é e o que não é reforma agrária. *Cadernos Brasileiros,* Rio de Janeiro, (4), jul./ag. 1963.

——. Os grupos de pressão na Guanabara. In: CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. ed. *Comportamento eleitoral no Brasil.* Rio de Janeiro, FGV, 1964.

ROBOCK, Stepan H. *Brazil's developing northeast: a study of regional planning and foreign aid.* Washington, Brooking Institution, 1963.

RODRIGUES, J. Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1968.

RODRIGUES, J. Honório. *Interesse nacional e política externa.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

RODRÍGUEZ, L. Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1966.

——. *La clase obrera en el Brasil.* Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1969.

——. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização.* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974.

ROETT, Riordan. *Brazil: politics in a patrimonial society.* Boston, Allyn & Bacon, 1972.

——. *Brazil in the sixties.* Nashville, Vanderbilt Univ. Press, 1972.

——. *The politics of foreign aid in the Brazilian northeast.* Nashville, Vanderbilt Univ. Press, 1972.

ROJAS, Robinson. *Estados Unidos en Brasil.* Santiago, Chile, Prensa Latinoamericana, 1965.

ROMUALDI, Serafino. *Presidents and peons.* EUA, Funk & Wagnalls, 1967.

RONNING, Ceale N. & KEITH, Henry H. Military government since 1964. In: HAYES, R. A. ed. *Perspectives on armed politics in Brazil.* Arizona, Arizona State Univ., 1976.

ROSENAU, James N. Pre-theories and theories of foreign policy. In: FARRELL, R. B. ed. *Approaches to comparative and international politics.* Evanston, Illinois, Northwestern Univ. Press, 1966.

——. The concept of intervention. *Journal of International Affairs,* s.l., (21): 165-76, 1967.

ROUQUIÉ, Alain. L'hypothèse "bonapartiste" et l'émergence des systèmes politiques semi-compétitifs. *Revue Française de Sciences Politiques,* s.l., 25(6):1077-1111, dec. 1975.

——. *Oligarquia o burguesia: el problema de los grupos dominantes en América Latina.* Bielefeld, mar. 1978. Mimeografado.

ROWE, James. Revolution or counterrevolution in Brazil: an interim assessment. In: *American Univ. Field Staff Report East Coast.* EUA, South American Series, jun. 1964. v. 11, n. 4. p. 4.

——. The "revolution" and the "system", notes on Brazilian politics. In: *American Univ. Field Staff Report East Coast,* South American Series. v. 12. Parte 1, Seeds of the system; parte 2, The system — full flower and crisis; parte 3, The revolution — generals and technocrats. EUA, 1966.

——. Brazil stops the clock. In: *American Univ. Field Staff Report East Coast.* EUA, South American Series, 1967. v. 13, n. 1-2.

ROZNIATOWSKI, T. *The billion dollar question.* EUA, Vintage, 1963.

ROSSET, Bruce et alii. *World handbook of political and social indicators.* New Haven, Yale Univ. Press, 1964.

RUSTOW, Dankwart A. The study of elites: who's who, when & how. *World Politics,* s.l., *18*(4):690-717, jul. 1966.

RYFF, Raul. *O fazendeiro Jango no governo.* Rio de Janeiro, Avenir Ed. Ltda., 1979.

SAMPSON, Anthony. *The sovereign state: the secret history of ITT.* London, Coronet Books, 1974.

SANTOS, L. Rodrigues dos. Las corrientes políticas en el ejército brasileño. *Cuadernos de Marcha N.º 38.* Brasil, Montevideo, jun. 1970. p. 73-9.

SANTOS, Teotônio dos. Foreign investment and the large enterprises in Latin America: the Brazilian case. In: PETRAS, J. & ZEITLIN, M. ed. *Latin America: reform or revolution*. New York, Fawcett Publications, 1968.

——. *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*. Santiago, Chile, Prensa Latinoamericana, 1969.

——. El nuevo carácter de la dependencia. In: MAR, J. Matos ed. *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia*. Argentina, Amorrortu, 1969. (Instituto de Estudios Peruanos).

——. The multinational corporation — cell of contemporary capitalism. *LARU*, s. l., *2*(2), Feb. 1978.

SANTOS, W. Guilherme dos. Governadores-políticos, governadores-técnicos, governadores-militares. *Dados*, Instituto Univ. de Pesquisas do Rio de Janeiro, (8), 1971.

SAUNDERS, John. *Modern Brazil: new patterns and development*. Univ. of Florida Press, 1971.

SAUNDERS, Thomas G. *The Paulo Freire method: literacy training and conscientização*. EUA, American Univ. Field Staff, June 1968. (West Coast South American Series. v. 15).

SCATIMBURGO, João de. *A crise da república presidencial do Marechal Deodoro ao Marechal Castello Branco*. São Paulo, Pioneira, 1969.

SCHILLING, Paulo. *El imperio Rockefeller: América Latina de la doctrina Monroe al informe Rockefeller*. Montevideo, Tierra Nueva, 1970.

——. *Como se coloca a direita no poder. São Paulo*, Global Ed., 1979.

SCHLESINGER, Arthur. *A thousand days*. EUA, Dell Paperback, 1967.

SCHMIDT, A. Frederico. *Prelúdio a uma revolução*. Rio de Janeiro, Edições do Val, 1964.

SCHMITTER, P. *Interest, conflict and political change in Brazil*. California, Stanford Univ. Press, 1971.

——. *The "portugalization" of Brazil?* In: STEPAN, A. ed. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven, Yale Univ. Press, 1973. p. 179-232.

——. Still the century of corporatism? *Review of Politics*, s. l., *36*(1):85-131, Jan. 1974.

SCHNEIDER, R. *The political system of Brazil: emergence of a "modernizing" authoritarian regime 1964-1970*. New York, Columbia Univ. Press, 1971.

SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, DIFEL, 1975.

SCOTT, Andrew M. *The revolution in statecraft: informal penetration*. New York, Random House, 1965.

SELSER, Gregorio. *Alianza para el Progreso: la mal nacida*. Buenos Aires, Ed. Iguazú, 1964.

SESC, Problemas Brasileiros, s.l., (88), dez. 1970.

SHOUP, Laurence H. Shaping the post war world: the Council on Foreign Relations and the United States war aims during World War Two. In: DOMHOFF, G. W. ed. New directions in power structure research. *The Insurgent Sociologist*, s. l., s. ed., 5(3), Spring 1975.

——. & MINTER, W. Imperial brain trust: the Council on Foreign Relations and USA foreign policy. *Monthly Review*, EUA, 1977.

SHEELAN, Co-op group got CIA conduit aïd. *New York Times*, 16 May 1967. p. 37.

SIEGEL, Lenny. AFL-CIO. In: WEISSMAN, S. ed. *The Trojan horse*. California, Ramparts Press Reader, 1975.

SIEKMAN, Philip. When executives turned revolutionaries — a story hitherto untold: how São Paulo businessmen conspired to overthrow Brazil's communist — infested government. *Fortune*, EUA, (3):147-49, 210-21, 1964.

SILVA, Golbery do C. e. *Planejamento da segurança nacional*. ESG, Documento n. C — 83-54.

——. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana, 1955.

——. *Planejamento da segurança nacional*. ESG. Documento n. C — 31-55.

——. *Aspectos geopolíticos do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957.

——. *Planejamento da segurança nacional: conceitos fundamentais*. ESG. Documento n. C — 30-58.

——. Do planejamento para a segurança nacional. *Cadernos Brasileiros*, s.l., (4), out./dez. 1960.

SILVA, Hélio. *1937 — todos os golpes se parecem.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

——. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, A. C. Pacheco e. A segurança nacional e a guerra fria. *Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 49(576/577), 1962.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. Alfa-Omega, 1976.

SIMÃO, Aziz. Industrialização e sindicalização no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, s.l., (13), jan. 1962.

SIMON, Roger. Gramsci's concept of hegemony. In: *Marxism today*, s.l., s.ed., Mar. 1977. p. 78-86.

SIMONS, Marlise. Whose coup? *Brazilian Information Bulletin*, EUA, California, (12), Winter 1974.

SIMONSEN, M. Henrique. *A experiência inflacionária no Brasil.* Rio de Janeiro, IPES, 1964.

——. Brazilian inflation — postwar experience and outcome of the 1964 reforms. In: *Economic development issues — Latin America.* New York, CED, Praeger, 1967.

——. Inflation and the money and capital markets of Brazil. In: ELLIS, s.ed. *The economy of Brazil.* Berkeley, Univ. of California Press, 1969. p. 133-61.

——. A política antiinflacionária. In: CAMPOS, R. O. ed. *A nova economia brasileira.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974.

SINGER, P. A política das classes dominantes. In: IANNI, O. ed. *Política e revolução social no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 65-117.

SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil 1930-1964: an experiment in democracy.* Oxford, Oxford Univ. Press, 1967.

——. Politics and economic policy making in authoritarian Brazil 1937-1971. In: STEPAN, A. ed. *Authoritarian Brazil.* New Haven, Yale Univ. Press, 1973. p. 3-46.

SMITH, Gordon C. *The United States & Latin America: an historical analysis of inter American relations.* London, Heinemann Educational Books, 1974.

——. Brazilian agricultural policy 1950-1967. In: ELLIS, H. S. ed. *The economy of Brazil.* Berkeley, Univ. of California Press, 1969.

SOARES, Edmundo M. *Interpretação dos interesses e das aspirações do povo brasileiro: análise econômica.* ESG. Documento n. C — 25-63.

SOARES, G. A. Dillon. The active few: student ideology and participation in developing countries. In: LIPSET, S. M ed. *Student politics.* New York, Basic Books, 1967. p. 124-47.

SODRÉ, N. Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro.* Rio de Janeiro, ISEB, 1958.

——. *Introdução à revolução brasileira.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

——. *História da burguesia brasileira.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

——. *Evolución social y económica del Brasil.* Buenos Aires, Ed. Universitária, 1965.

——. *História militar do Brasil.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965.

——. *A história da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

——. *Memórias de um soldado.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SOLETRE MOBRAL e leia Brasil: sete anos de luta pela alfabetização. Rio de Janeiro, Guavira, 1977.

SONQUIST, J. & KOENIG, T. Examining corporate interconnections through interlocking directorates. In: BURNS, T. R. ed. *Power and control: social structures and their transformation.* Sage Studies in International Sociology, 1976. n. 6.

SOUZA, Cláudio M. e. O vizinho do presidente. In: DINES, A. ed. *Os idos de março e a queda em abril.* Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964.

SOUZA, Herbert de. Notes on the concept of capital. *LARU Working Paper*, Toronto, (22), 1977.

——. An overview of theories of multinational corporations and the quest of

the state. *LARU Working Paper*, Toronto, (19), 1977.

——. Notes on world capital. In: *The internationalization of capital*. Toronto, LARU, fev. 1978. v. 2, n. 2.

SOUZA, M. C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil 1930-1964*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, N. Mello de. Subdesenvolvimento industrial. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1967.

SPALDING Jr., Hobart A. US and Latin American labor: the dynamics of imperialist control. In: NASH, J. ed. *Ideology and social change in Latin America*. New York, Gordon & Breach, 1977.

STACCHINI, José. *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1965.

STEPAN, Alfred. *Political leadership and regime break-down: Brazil 1965*. Bulgária, 14-19 set. 1970 (apresentado na VIIIth World Conference of Sociology).

——. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1971.

——. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven, Yale Univ. Press, 1973.

STRAND, J. Troutman. *The role of parties and elections in authoritarian Brazil-1964 to 1974*. Tese de doutorado. Washington, D. C., The George Washington Univ., s. d.

SUMMARY of training for Latin Americans in US military schools and installations — 1961. JFK Archives, 11 Sept. 1961 (documento anexado ao Memorandum for the President por Roswell L. Gilpatrick).

SUMOC. Relatório do exercício de 1964. Rio de Janeiro.

SURVEY of the Alliance for Progress. Labor policies and programs, 90th Congress, 2nd Session, US Senate, July 15, 1968 (Committee on Foreign Relations, Sub Committee on American Republics)

——. Labor policies and programs, 91st Congress, US Senate, April 29, 1969 (estudo preparado pelo Committee on Foreign Relations, senado americano e relatório do Comptroller General).

SWEEZY, Paul. *The theory of capitalist development*. London, P. Dobson Ltd., 1962.

——. Corporations, the state and imperialism. *Monthly Review*, EUA. Nov. 1978.

SZULC, Tad. US may abandon effort to deter Latin dictators. The *New York Times*. New York, 16 Mar. 1964.

TAVARES, M. da Conceição. The growth and decline of import substitution in Brazil. *Economic Bulletin for Latin America*, s. l., 9(1), 1964.

——. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

TÁVORA, Araken. *Brasil, 1.º de abril*. Rio de Janeiro, Vida Doméstica, 1974.

——. *How Brazil stopped communism*. Rio de Janeiro, Vida Doméstica, 1964.

TÁVORA, Juarez. Voltando à planície. In: *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973. v. 3.

TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

TELLES, Jr., Goffredo. Linhamentos de uma democracia autêntica. *Convivium*, s. l., 2(5-6), jul./ag./set. 1964.

THERRY, Leonard D. Dominant power components in the Brazilian university student movement prior to April 1964. *Journal of Inter-American Studies*, Coral Gables, Florida, Univ. of Miami, 7, 1965.

TIEBOUT, Charles H. *The community economic base study*. New York, CED, 1962 (trabalho suplementar n. 16).

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias: análise de uma instituição*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Assis. 1973. Mimeografado.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938.

TORRES, J. C. de Oliveira. *Cartilha do parlamentarismo*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1962.

——. *O presidencialismo no Brasil*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1962.

——. *Razão e destino da revolução*. Petrópolis, Vozes, 1964.

TORRES, J. Garrido. A democratização da empresa no Brasil. *Cadernos Brasileiros*, s. l., (4), jul./ag. 1963.

TOPIK, Steven. The evolution of the economic role of the Brazilian state 1889-1930. *ILAS Technical Papers Series*. Austin, Univ. of. Texas, 1978. n. 15.

TOTTEN, James W. *As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos*. ESG. Documento n. C1 — 35-65.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, DIFEL, 1974.

———. A ação integralista brasileira: aspectos históricos e ideológicos. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, (10):25-60, 1973.

TURNER, Louis. *Multinational companies & the 3rd. world*. New York, Hill & Wauf, 1973.

TULLIS, F. La Mond. *Modernization in Brazil: a story of political dueling among politicians, charismatic leaders and military guardians*. EUA, Utah, Brigham Young Univ. Press, May 1973, v. 3, n. 1. (Charles & Merril Monograph Series).

USA. Department of State. Bureau of Intelligence and Research — RAR 8 —, Research Memorandum: US private investment in Brazil, 14 Feb. 1963.

VALE, Oswaldo T. do. *O General Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

VALLE, Álvaro. *Estruturas políticas brasileiras*. Rio de Janeiro, Landes, 1970.

VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1942.

VELHO, O. Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, DIFEL, 1976.

VELIZ, Cláudio. *The politics of conformity in Latin America*. London, Oxford Univ. Press, 1967.

VIANA, L. WERNECK. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

———. Entrevista. *Veja*, 12 out. 1977.

VIANA Filho, Luiz. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.

VIANA, Oliveira. *Direito do trabalho e democracia social: o problema da incorporação do trabalhador no Estado*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1951.

VICTOR, M. *5 anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castello Branco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

VIEIRA, E. Amaral. *Oliveira Viana & o estado corporativo*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1976.

———. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

VIEIRA, R. A. Amaral. *Intervencionismo e autoritarismo no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1975.

VILELA, L. Nicea. A década de 1920 e suas crises. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, (6), 1969.

VINCENT, J. M. et alii. *L'Etat contemporain et le marxisme*. Paris, François Maspéro, 1975.

WALTERS, Vernon. *Silent missions*. EUA, Doubleday, 1978.

WANDERLEY, Guilherme. Reforma contra reforma. *Tempo Brasileiro*, São Paulo, 1963.

WATSON, G. Hudgens. *Brother Sam and the Goulart golpe*. Texas, Univ. of Texas, 1971. Mimeografado.

WEBB, Kempton E. *Brazil*. Boston, Ginn & Co., 1964.

WEBER, Marx. *El politico y el cientifico*. Madrid, Alianza, 1967.

WEDGE, B. The case of student political violence — Brazil 1964/Dominican Republic 1965. *World Politics*, s. l., *21*:183-206, Oct. 1968, Jul. 1969.

———. *Problems in dialogue: Brazilian university students and the United States*. Princeton, New Jersey, Institute for the Study of National Behavior, 1964.

WEFFORT, F. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano I, (2):39-60, maio 1965.

———. Política de massas. In: *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

———. El populismo en la política brasileña. In: BERNADET, J. C. et alii. *Brasil hoy*. México, Siglo XXI, 1968.

———. *Classes populares e política*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Univ. de S. Paulo.

WEISBORD, Albert. *Latin American actuality*. New York, The Citadel Press, 1964.

WHO'S who in the Brazilian economic life. São Paulo, Sociedade Brasileira de Publicações Culturais e Econômicas Ltda., 1968. v. 2.

WILKIE, Mary E. *A report on rural syndicates in Pernambuco*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas em Ciências Sociais 1964. Mimeografado.

WIRTH, John D. *The politics of Brazilian development*. Stanford, Stanford Univ. Press, 1970.

WIARDA, Howard J. *The Brazilian Catholic labor movement*. Amherst, Univ. of Massachusetts, Labor Relations and Research Center, 1969.

WOLFE, A. New directions in the marxist theory. *Politics and Society*, s.l., *4*(2), 1974.

WRIGHT, Erik Olin. *Class, crisis and the state*. London, New Left Books, 1978.

WYCKOFF, Theodore. The role of the military in Latin American politics. In: MARTIN, J. D. ed. *The dynamics of chaneg in Latin American politics*. 1965 p. 263-75.

YANQUI DOLLAR. *The contribution of US private investment to under-development in Latin America*. Berkeley, NACLA, 1971.

ZAVAREEI, Hassan A. *Dependent industrialization in Brazil: including a case study of the motor vehicles industry*. Tese de doutorado. New York, New School for Social Research, 1977.

Jornais, revistas e periódicos consultados regularmente para o período 1960-1967, para os quais há referências exatas em cada capítulo:

AÇÃO DEMOCRÁTICA, IBAD. Rio de Janeiro, 1959/63.

CATÁLOGOS BANAS. São Paulo. Números especiais anuais com informação por setor sobre indústria e bancos.

BOLETIM MENSAL DO IPES. Rio de Janeiro, 1962/66.

CONJUNTURA ECONÔMICA, FGV. Rio de Janeiro, 1963/64.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo.

O GLOBO. Rio de Janeiro.

PUBLIC papers of the presidents of the US, 1963/64. Washington, US Government Printing Office, 1965. v. 1-2.

Jornais, revistas e periódicos consultados seletivamente para o período 1960-1967, para os quais há referências exatas em cada capítulo:

A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro.

APEC, Rio de Janeiro.

BRAZIL JOURNAL. Brazilian Chamber of Commerce and Economic Affairs. Rio de Janeiro, 1962/64.

CADERNOS BRASILEIROS. 1960/67.

COOJORNAL. Porto Alegre.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro.

EM TEMPO. Belo Horizonte.

FATOS E FOTOS. Rio de Janeiro.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo.

FORTUNE. EUA.

MOVIMENTO. São Paulo.

MOVIMENTO. Jornal da União Nacional dos Estudantes. Rio de Janeiro, 1963.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro.

OPINIÃO. Rio de Janeiro.

O SEMINÁRIO. Rio de Janeiro.

PAZ E TERRA. Rio de Janeiro.

POLÍTICA E NEGÓCIOS. São Paulo, 1961/63.

REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro.

REVISTA MILITAR BRASILEIRA. Rio de Janeiro.

THE NEW YORK TIMES. EUA.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro.

VEJA. São Paulo.

VISÃO. São Paulo.

Fontes não publicadas:

ARQUIVOS DO IPES — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

ARQUIVOS de Luiz Viana Filho. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

ARQUIVOS do Marechal Castello Branco:
CPDOC — FGV, Rio de Janeiro.
Coleção ECEME — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.

ARQUIVOS de Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Arthur Schlesinger. Documentos pessoais da biblioteca presidencial de J. F. Kennedy. Boston, Mass.

BIBLIOTECA DO EXERCITO. 1.ª Região Militar, Rio de Janeiro.

NATIONAL Security Files — Brazil. Da biblioteca presidencial de J. F. Kennedy. Boston, Mass.

PRESIDENTIAL *Office Files* — Staff Memoranda. Da biblioteca presidencial de J. F. Kennedy. Boston, Mass.

PRESIDENTIAL Office Files — Staff Memoranda. Da biblioteca presidencial de J. F. Kennedy. Boston, Mass.

RALPH DUNGAN PAPERS. Da biblioteca presidencial de J. F. Kennedy. Boston, Mass.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Rio de Janeiro.

Este livro foi composto na Linolivro S/C,
Rua Corrêa Vasques, 25, RJ -
e impresso nas oficinas da
Editora Vozes Limitada
Petrópolis - RJ - Brasil

Rua Frei Luís, 100
Caixa Postal, 90023
25600 Petrópolis - RJ
Tel: (0242)43-5112
End. Telegráfico: VOZES
CGC 31 127 301/0001-04
Inscr. Est. 80 647 050

Filiais:

Rua Senador Dantas, 118 — Loja I (Largo da Carioca)
20031 Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021)220-6445

Rua Carvalho de Souza, 152 — Madureira
21350 Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (021)359-3661 e 359-9959

Rua Senador Feijó, 158 e 168
01006 São Paulo - SP
Tels.: (011)32-6890, 36-2064 e 36-2288

Rua Haddock Lobo, 360 (ao lado do Colégio São Luís)
01414 São Paulo - SP
Tels.: (011)256-0611, 256-0161 e 256-0361

Av. Miguel Cocicov, s/n
12900 Bragança Paulista - SP
Tel.: (011)433-3675

Rua Tupis, 85 — Loja 10
30000 Belo Horizonte - MG
Tels.: (031)224-4152, 226-0665 e 226-5383

Rua Riachuelo, 1280
90000 Porto Alegre - RS
Tel.: (0512)21-6522

CLR/Norte — Q. 704 — Bloco A — Nº 15
70730 Brasília - DF
Tel.: (061)223-2436

Rua Conselheiro Portela, 354 — Espinheiro
50000 Recife - PE
Tel.: (081)222-6991

Rua da Concórdia, 167
50000 Recife - PE
Tel.: (081)224-3924

Rua Alferes Póli, 52
80000 Curitiba - PR
Tel.: (041)233-1392

É necessário advertir que a leitura do passado deve ser feita no contexto do presente e com sentido do futuro, onde tanto os atores como os cenários e a dinâmica das forças sociais estão em permanente transformação, podendo não estar hoje no mesmo lugar e nem desempenhando os mesmos papéis. A relação entre os atores e as forças sociais não é imutável. No processo político e econômico tanto podem mudar o sentido e os objetivos das forças sociais, como o papel e a função dos atores. A compreensão deste aspecto é fundamental para o entendimento deste livro.

René Armand Dreifuss, uruguaio de Montevidéu, 36 anos. Formou-se em Ciências Políticas e História pela Universidade de Haifa, Israel. Obteve o mestrado em Política em 1974 na Leeds University, Grã-Bretanha, e o Ph.D. em Ciência Política em 1980 na velha e respeitável Universidade de Glasgow, Grã-Bretanha. Realizou pesquisa no Brasil sobre Forças Armadas, Empresariado, Formação de Diretrizes e Sistema de Poder no Brasil. Atualmente é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de MG.

O livro de René Armand Dreifuss deve ser lido como a reconstituição de um passado que, no entanto, está presente, sob outras formas, na realidade de hoje e, em grande parte, determinando ainda os rumos de nosso futuro.
Foi pensando no futuro e nos possíveis construtores de uma sociedade democrática que este livro foi escrito.

Capa: João-Lauro

1386-2